



1º Congresso Internacional de História Regional

Mercosul: integração e desencontros.

28 a 30 de setembro de 2011

ANAIS ELETRÔNICOS DO
I CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
HISTÓRIA REGIONAL

- Volume I -

**Adelar Heinsfeld
Ana Luiza Setti Reckziegel
Gizele Zanotto
(organizadores)**

ANAIS ELETRÔNICOS DO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE
HISTÓRIA REGIONAL

- Volume I -

ISBN 978-85-64144-01-9



9 788564 144019

**Programa de Pós-Graduação em História
Passo Fundo, setembro de 2011**

Comitê Executivo

Adelar Heinsfeld (UPF)
Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)
Gerson Trombetta (UPF)
Gizele Zanotto (UPF)
Ironita Policarpo Machado (UPF)
Janaína Rigo Santin (UPF)
João Carlos Tedesco (UPF)

Comitê Científico

Álvaro Antônio Klafke (UPF)
Cláudia Mariza Brandão (UFPEL)
Diego Buffa (UNC)
Eduardo Jordão Knack (UPF)
Eduardo Neumann (UFRGS)
Eduardo Palermo
Elison Antonio Paim (UNOCHAPECÓ)
Francesca Rimaro (Università degli Studi/Trento)
Gerson Luís Trombetta (UPF)
Gunter Axt (Axt Consultoria Histórica)
Ilanil Coelho (UNIVILLE)
Ironita Policarpo Machado (UPF)
João Klug (UFSC)
Jorge José de Barros (UERJ)
Luiz Carlos Tau Golin (UPF)
Marcos Nestor Stein (UNIOESTE)
Maria de Fátima Guimarães (USF)
María José Becerra (CONICET-UNC)
Maria Medianeira Padoin (UFSM)
Mário José Maestri Filho (UPF)
Marta Rosa Borin (Doutora pela UNISINOS)
Paulo Marcos Esselin (UFGD)
Raquel Paz dos Santos (UFRJ)
Rosane Marcia Neumann (UPF)
Thaís Janaina Wenczenovicz (UERGS/Erechim)
Victoria Baratta (UBA)
Vitor Biasoli (UFSM)

Promoção





**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

APRESENTAÇÃO

Em 2006, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, através do seu Núcleo de Estudos em História Regional, organizou o I Seminário de História Regional. Nos anos subsequentes, outros eventos da mesma natureza foram realizados. Em cada edição, houve um crescente tanto quantitativa, quanto qualitativamente, consolidando este espaço privilegiado para a discussão por parte daqueles que se dedicam a investigar o aspecto regional da história.

Como neste ano está completando duas décadas do Tratado de Assunção, que formalizou o Mercosul, bloco que objetiva a integração regional, o PPGH/UPF não pode ficar alheio às discussões sobre os êxitos e fracassos desta experiência integracionista. Assim, com o êxito alcançado nos eventos anteriores, o PPGH ousou ampliar os horizontes, organizando este I Congresso Internacional de História Regional, que teve como eixo central ***Mercosul: integração e desencontros***, proporcionando a discussão e análise desta trajetória histórica.

O I Congresso Internacional de História Regional oportunizou um momento de discussão entre pesquisadores profissionais ligados ao ensino universitário e à pós-graduação, tanto no Brasil, quanto nos países vizinhos, bem como a mestrandos e doutorandos que, ao socializar e publicizar o resultado das suas investigações com colegas de outros programas de Pós-graduação contribuirão para o fortalecimento de **redes de pesquisadores que tem no “regional” o centro das suas atenções acadêmicas.** Da mesma forma, ao propiciar a participação de alunos graduandos, contribuiu-se para a sua formação acadêmica, preparando futuros candidatos à pós-graduação. O elevado número de comunicações apresentadas por jovens pesquisadores é um excelente indício que na graduação os alunos estão se dedicando à investigação histórica e que o binômio ensino-pesquisa está se tornando uma realidade nas nossas instituições de ensino.

Boa leitura!

Comissão Organizadora



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

SUMÁRIO

<p>A HISTÓRIA REGIONAL COMO FATOR DAS VITÓRIAS DIPLOMÁTICAS DO BARÃO DO RIO BRANCO Adelar Heinsfeld</p>	10
<p>COMUNIDADES NEGRAS DA FRONTEIRA SUL: INVISIBILIDADE, AUTO-IDENTIFICAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA Adelmir Fiabani</p>	24
<p>IMAGEM E MEMÓRIA: INTERAÇÃO E SOCIABILIDADE DO COOPERATIVISMO GAÚCHO Alba Cristina Couto dos Santos</p>	38
<p>O PARANISMO E A INVENÇÃO DA IDENTIDADE PARANAENSE Alessandro Batistella</p>	48
<p>REVOLUÇÃO FARROUPILHA: PERÍODO DA CONSTITUINTE REPUBLICANA (1842-1843) Alessandro de Almeida Pereira Maria Medianeira Padoin</p>	62
<p>CONFLITO DE MEMÓRIAS: O LEGADO DAS DITADURAS LATINO AMERICANAS Alex Conceição Vasconcelos Verônica da Costa Dalcanal</p>	75
<p>AS PRÁTICAS RELIGIOSAS NIPO-BRASILEIRAS NO RS: CULTURA DE CONTRASTE? Alexandra Begueristain da Silva André Luis Ramos Soares</p>	85
<p>UMA INSTITUIÇÃO POLÍTICA E JURÍDICA: A FIGURA DO JUIZ DE PAZ EM PORTO ALEGRE (1827-1841) Alexandra Coda</p>	101
<p>DOM PEDRO II E A GUERRA DO PARAGUAI Alexandre Borella Monteiro</p>	118
<p>MODERNIDADE PARA UNS E DESOCUPAÇÃO PARA OUTROS: INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO PORTO MAUÁ COMO MARCADOR DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE Alexandre Pena Matos</p>	133
<p>DIVERSIDADE ECONÔMICA EM RIO PARDO: ESTUDO DE CASO SOBRE MATHEUS SIMÕES PIRES (SÉC. XVIII-XIX) Aline da Cunha Simões Pires</p>	151



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O CONCEITO DE REPÚBLICA: UM ENSAIO BIBLIOGRÁFICO Aline Martins Linhares	169
HISTÓRIA DA LEGISLAÇÃO AGRÁRIA E INTERPENETRAÇÃO DA JUSTIÇA NO FINAL DO SÉC. XIX E SÉC. XX: A QUESTÃO FLORESTAL Álisson Cardozo Farias Ironita Policarpo Machado	182
BRIGADA MILITAR: APARELHO REPRESSIVO DO GOVERNO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE Amanda Siqueira da Silva	194
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL Amilcar Guidolim Vitor Júlio Ricardo Quevedo dos Santos	203
DOS TRATADOS DE 1851 À INVASÃO DE 1863: CONEXÕES BRASILEIRAS NO ESTADO URUGUAIO Ana Luiza Setti Reckziegel	221
PATRIMÔNIO IMATERIAL NA SALA DE AULA Anderson da Silva Schmitt Paola Rezende Schettert	232
CATOLICISMO CONSERVADOR E DITADURA – APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS NO RECORTE 1960 A 1964 Anderson Jose Guisolphi	243
AS PROPRIEDADES DOS LEGALISTAS NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845) Ânderson Marcelo Schmitt	256
ALGUNS RELATOS ACERCA DOS AMERÍNDIOS CHARRUA E MINUANO Anderson Marques Garcia Saul Eduardo Seiguer Milder	273
RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS ENTRE 1930-45 Anderson Matos Teixeira	289
ANÁLISE PRELIMINAR DAS RELAÇÕES DE COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA NOS PERÍODOS PÓS-1960 E PÓS-1990: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A (DES) INTEGRAÇÃO ECONÔMICA André da Silva Pereira Mateus Kellermann Denize Grzybovski Carlos Henrique Riss	299
O MERCADO INTERNO BRASILEIRO, A ECONOMIA RIO-GRANDENSE E O CASO DE CAÇAPAVA NA DÉCADA DE 1830 André do Nascimento Corrêa	312
HISTÓRIA, HOMOSSEXUALIDADE E DISCURSO NA CULTURA OCIDENTAL André L. Lorenzoni	330



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

<p>ETNICIDADE E MEMÓRIA JAPONESA NO RS: MEMORIAL DE IMIGRAÇÃO JAPONESA COMO PATRIMÔNIO NIKEI NO BRASIL MERIDIONAL André Luis Ramos Soares Tomoko Kimura Gaudioso Alexandra Begueristain da Silva</p>	344
<p>HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: UM ESTUDO SOBRE SANTO ÂNGELO Andressa Domanski</p>	361
<p>“NÓS DECLARAMOS GUERRA AO LATIFÚNDIO!” – O PROGRAMA AGRÍCOLA DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO Angela Bernadete Lima</p>	375
<p>MUSEU HISTÓRICO FARROUPILHA: REVITALIZAÇÃO EXPOGRAFICA DE 2002 E OS CONFRONTOS ENTRE A MEMÓRIA LOCAL E A MEMÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL Augusto Duarte Garcia</p>	387
<p>A SOCIEDADE ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE E O LAR DE JOAQUINA: OPÇÕES DE INTERVENÇÃO SOCIAL DO ESPIRITISMO (SANTA MARIA – RS, 1927 - 1970) Beatriz Teixeira Weber Bruno Cortês Scherer</p>	398
<p>O “MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO” NO JORNAL A RAZÃO DE SANTA MARIA (1969 – 1974) Bruna Lima Diorge Alceno Konrad</p>	409
<p>EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DIFERENCIADA, UM PANORAMA DOS GUARANI DE SANTA CATARINA Bruno Anderson</p>	423
<p>A COMPLEXIDADE PRODUTIVA NAS ESTÂNCIAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL Bruno Gato da Silva Jaqueline Ferreira Pes Saul Eduardo Seiguer Milder</p>	436
<p>MÁSCARAS, BONÉCAS E PINTURAS, SEU USO COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA Camila Alves Corrêa Gilvan Moraes</p>	446
<p>‘QUIS UT DEUS?’ RITUAL E SIMBOLOGIA: ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS NA ROMARIA DE SÃO MIGUEL Camila Guidolin</p>	457
<p>PENSÃO E DOENÇA: A TUBERCULOSE COMO FATOR DINÂMICO NA ECONOMIA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1920-1950) Carlos Eduardo de Quadro Douglas de Almeida Silva Suele França Costa Valéria Zanetti</p>	466



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

NARRATIVAS COMUNICACIONAIS KAINGANG: CONTEXTO E SENTIDOS DA IDENTIDADE CULTURAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA Carmem Rejane Antunes Pereira	484
“MEMÓRIA EM ESQUECIMENTO”: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA SOBRE O MEMORIAL JOHANNES CHRISTIAN MORITZ MINNEMANN DO SPORT CLUB RIO GRANDE Chanáisa Melo	499
A FRONTEIRA DO BRASIL E DO URUGUAI NA PERSPECTIVA DA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO COM OS PESCADORES E PESCADORAS DA LAGOA MIRIM Clara da Rosa	509
EDUCAÇÃO RELIGIOSA FEMININA EM CHAPECÓ-SC (1947-1985) Clarissa Vinhas Furlanetto	520
O OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE O GRAFFITI NA CIDADE DE PELOTAS/RS Claudia Mariza Mattos Brandão Barbara Cezano Rody Esther Lorizolla Cordeiro Mariana Danuza Corteze	533
DE CONDENADO A DESAPARECER À ALTERNATIVA: O CAMPONÊS NO OLHAR SOCIOLÓGICO Cleber José Bosetti	547
INTERFACES NARRATIVAS: AUDIOVISUAL, HISTÓRIA E FICÇÃO Cleber Nelson Dalbosco	567
ITALIANOS NA ZONA RURAL DE PELOTAS Cristiano Gehrke	585
ÚTEIS E INDESEJÁVEIS: AS TRANSFORMAÇÕES NAS PERCEPÇÕES SOBRE IMIGRANTES JUDEUS E ALEMÃES NO BRASIL Cristine Fortes Lia Roberto Radünz	595
IMPRESSÕES DOS VIAJANTES SOBRE A ARQUITETURA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS TEMPLOS DAS SETE REDUÇÕES, COM ÊNFASE À REDUÇÃO DE SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO Débora Mutter	611
O ATAQUE AOS POLACOS: O DRAMA DE IMIGRANTES POLONESES NO SUDOESTE DO PARANÁ, NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX Délcio Marquetti	626
A OCUPAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ ATRAVÉS DO PROCESSO MIGRATÓRIO Denílson Sumocoski	639
DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS: A MODERNIZAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA BRASILEIRA (1930-1945) Dilceu Roberto Pivatto Junior	651



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

MARXISMO E ENSINO DE HISTÓRIA: PRÁXIS DO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO-SOCIAL Dilceu Roberto Pivatto Junior	666
GETÚLIO VARGAS: 1930 – GOVERNO PROVISÓRIO? Dilossane Vargas da Silva	678
COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO RELATO DE THOMAS BIGG-WITHER: UM DISCURSO PARA O PROGRESSO Diná Schmidt	689
ALENCASTRE, VELLINHO E VARGAS: REGIÃO E NAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA DÉCADA DE 1930 Diorge Alceno Konrad	701
A RELIGIOSIDADE AOS MÁRTIRES DO CAARÓ Diosen Marin	717
A TRAJETÓRIA DA UDN EM JOAÇABA: ORIGEM, COMPOSIÇÃO SOCIOPOLÍTICA E ATUAÇÃO ELEITORAL (1947-1962) Dirceu André Gerardi	732
ENTRE A AMEAÇA À BRASILEIDADE E OS CONFLITOS LOCAIS: UM ESTUDO DE CASO Douglas Pavoni Arienti	751
PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA DURANTE O PERÍODO DE FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO Dúnia dos Santos Nunes	769
REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NO SÉC. XIX Eder Augusto Gurski	783
DOS SONHOS À REALIDADE: A OUTRA FACE DA DIÁSPORA GAÚCHA (1940/2010) Edinéia Pereira da Silva	796
CAVALGANDO NO PAMPA: UM PERCURSO NAS FRONTEIRAS DO DESIGN E DA HISTÓRIA Edir Lucia Bisognin Maria da Graça Portela Lisbôa	807
A TRAJETÓRIA HUMANA CONTADA NOS ADORNOS DA ARTE E DA CULTURA PRÉ-HISTÓRICA Edir Lucia Bisognin Maria da Graça Portela Lisbôa Marloá Eggres Krebs Tatiane Elesbão Tabarelli	820
SOBRE O SIGNIFICADO DAS REVOLUÇÕES E O PROBLEMA DA FUNDAÇÃO DE UM NOVO CORPO POLÍTICO Edison Alencar Casagrande	838



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

<p>PASSO FUNDO E A CONSTRUÇÃO DA CAPITAL DO PLANALTO NA DÉCADA DE 1930 Eduardo Roberto Jordão Knack</p>	856
<p>CORONELISMO E A COMISSÃO DE TERRAS NA REGIÃO SERRANA Elenice Szatkoski</p>	874
<p>PRÉ-HISTÓRIA NOS VALES DOS RIOS CHAPECÓ E IRANI: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Elison Antonio Paim Elenice Pansera Mirian Carbonera</p>	883
<p>CARISMA COMPROMETIDO: DESVENTURAS DE UM CURANDEIRO E SUA CLIENTELA (FONTOURA XAVIER, 1966) Emmanuel Henrich Reichert</p>	903
<p>FEDERALISTAS E LIBERTADORES: PARTIDOS POLÍTICOS REGIONAIS Ericson Flores</p>	919
<p>OCUPAÇÃO E DESMATAMENTO NA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA E FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL NO RIO GRANDE DO SUL (1875-1970) Esther Mayara Zamboni Rossi Samira Peruchi Moretto Eunice Sueli Nodari</p>	934
<p>DEVOÇÃO MARIANA EM SANTA MARIA E SILVEIRA MARTINS/RS: O TURISMO RELIGIOSO E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL Eva Regina Barbosa Coelho</p>	947
<p>GUILHERME GAELZER NETO: O “KAISER” DOS TRÓPICOS Evandro Fernandes</p>	965
<p>CORPOS PARA O TRABALHO: COLONIZAÇÃO E SAÚDE EM SANTA CATARINA Eveli Souza D’Avila de Oliveira</p>	975
<p>POLÍTICA E RELIGIÃO: REPRESENTAÇÕES DO SAGRADO E O CONTEXTO DA DÉCADA DE 1930 – O CASO DOS MONGES BARBUDOS Fabian Filatow</p>	992
<p>COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI-RS: UM PROJETO POSITIVISTA Fabiana Regina da Silva</p>	1007
<p>AS CAPELAS DOS COLONOS ITALIANOS DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI - RS: IMIGRAÇÃO ITALIANA E RELIGIOSIDADE Fabiana Regina da Silva</p>	1019
<p>AS CONFERÊNCIAS DA PRIMEIRA GUERRA DO PARAGUAI: AS NEGOCIAÇÕES EM ASSUNÇÃO DOS DIPLOMATAS DO IMPÉRIO E DO PARAGUAI EM 1855 Fabiano Barcellos Teixeira</p>	1031



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

<p>PROCESSOS JUDICIAIS COMO FONTE HISTÓRICA: ALGUMAS REFLEXÕES Felipe Berté Freitas</p>	1051
<p>A IMIGRAÇÃO RUSSO – ALEMÃ, NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL, NO SÉCULO XIX Fernanda Simonetti</p>	1065
<p>ESCAVANDO SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO EM SALA DE AULA Francielle Moreira Cassol Flávia Eloisa Caimi</p>	1077
<p>CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA FAMÍLIA DE IMIGRANTES ITALIANOS EM PASSO FUNDO Francine Zanchet Grazziotin</p>	1096
<p>O KITSCH ENTRE NÓS: CENÁRIOS DO COTIDIANO Gerson Luís Trombetta Lorena Postal Waihrich Rosângela Salles dos Santos Barbara Araldi Tortato Paula Boito Paulo Afonso Bartz Rodrigues</p>	1111
<p>ENTRE LÍTICOS E COLINAS: A PRÉ-HISTÓRIA E A OCUPAÇÃO DO RELEVO NA FRONTEIRA OESTE DO RS Giovan Sehn Ferraz Saul Eduardo Seiguer Milder</p>	1127
<p>ESTADO NACIONAL E VIGILÂNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1937-1945) Gláucia Vieira Ramos Konrad</p>	1135
<p>EDUCAÇÃO, IMAGINÁRIO E ARTE NA MISSÃO JESUÍTICA DE SAN JAVIER, BOLÍVIA ORIENTAL Graciela Ormezzano Lorilei Secco</p>	1152
<p>EXTREMOS DO BRASIL COLONIAL: UM ENSAIO DE HISTÓRIA COMPARADA DAS FRONTEIRAS SETENTRIONAL E MERIDIONAL - SÉCULO XVIII Gregorio Ferreira Gomes Filho</p>	1167
<p>O CAMINHO DAS MISSÕES E A EFETIVA OCUPAÇÃO LUSA DO NOROESTE RIO-GRANDENSE Greice Corrêa</p>	1181
<p>CINEMA E ESTADO AUTORITÁRIO: OS CINEASTAS NO ESTADO NOVO E NA DITADURA MILITAR NO BRASIL Guilherme de Almeida Américo Lucas Braga Rangel Villela</p>	1191



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

<p>A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA AUTONOMIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA XOKLENG Guilherme de Almeida Américo Guilherme Nercolini Miranda</p>	1208
<p>O PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA Gunter Axt</p>	1221
<p>HISTÓRIA DAS COMARCAS E RELAÇÕES DE PODER NO NORTE RIOGRANDENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX E SÉCULO XX Helena Teston Ironita Policarpo Machado</p>	1235
<p>A CONSTITUIÇÃO DA QUESTÃO INDÍGENA COMO QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL Henrique Aniceto Kujawa</p>	1250
<p>O ESPAÇO PLATINO E SUA PERSPECTIVA COMO REGIÃO Henrique Pereira Lima</p>	1267
<p>O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS COMO DESDOBRAMENTO DA CONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO ALTO URUGUAI Humberto José da Rocha</p>	1281
<p>O JUDICIÁRIO E O AGRÁRIO NA HISTORIOGRAFIA Ironita P. Machado</p>	1297
<p>AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA COLÔNIA ERECHIM Isabel Rosa Gritti</p>	1314
<p>NARRATIVA(S) SOBRE A INSERÇÃO DO QUEIJO COALHO DE JAGUARIBE-CEARÁ NO MERCADO DE PRODUTOS ARTESANAIS Ivaneide Barbosa Ulisses</p>	1322



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A HISTÓRIA REGIONAL COMO FATOR DAS VITÓRIAS DIPLOMÁTICAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

Adelar Heinsfeld (UPF)

Introdução

“Construtor de fronteiras”: essa é uma das tantas cognominações recebidas pelo Barão do Rio Branco. Uma parte significativa da sua atuação, no campo das relações internacionais, foi dedicada aos problemas fronteiriços com inúmeros países da América do Sul. Dentre todas as questões de fronteiras, cuja atuação de Rio Branco já foi abordada de forma exaustiva pela historiografia brasileira, algumas foram resolvidas por meros acordos diplomáticos; outras constituíram-se em verdadeiras batalhas diplomáticas em que, muitas vezes, pouco faltou para desencadear conflitos armados entre os países litigantes.

Ao defender os direitos do Brasil, Rio Branco sempre fez uso da história para resolver as pendências lindeiras. Neste trabalho apresentamos algumas reflexões iniciais sobre a forma como Rio Branco utilizou a história regional para elaborar a defesa brasileira junto ao árbitro, o presidente dos EUA, na chamada Questão de Palmas, com a Argentina.

Rio Branco, historiador

*“O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa. É capaz de escrever, sem esquecer uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos seus marinheiros, o nome das plantas mais vulgares da praia de Porto Seguro, onde ancoraram aqueles navios.”*¹ Assim Eduardo Prado deixou registrado sua impressão sobre o amigo Barão do Rio Branco, diplomata, geógrafo, jornalista, historiador.

¹ Apud BITTENCOURT, Liberato. Psicologia do Barão do Rio Branco. In: FUNAG (Org). *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*. Brasília: Funag, 2002, p. 95



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Opinião semelhante tinha José Veríssimo ao escrever: “Ele é seguramente um dos mais profundos sabedores de nossa história; a nossa história militar, porém, desde o período colonial ninguém talvez a conheça como ele. Ele sabe sem errar, o nome dos navios ou dos regimentos e o número exato dos soldados, **marinheiros e comandantes, oficiais, peças**”.²

Desde muito cedo José Maria Paranhos da Silva Junior, o futuro Barão do Rio Branco, entendeu a importância dos estudos históricos.

Aos 18 anos, o jovem Paranhos escreveu uma biografia de Barroso Pereira, comandante da fragata “Imperatriz”, que morreu em combate aos argentinos, em abril de 1826. Pouco tempo depois, publicava *Episódios da Guerra do Prata*, usando o pseudônimo “X”, na Revista do Instituto Científico, em Recife. Em 1865 escreve a biografia do General José de Abreu, Barão do Sêro Largo, que destacou-se nas lutas platinas, e que mais de uma vez impediu que o território brasileiro no Rio Grande do Sul sofresse invasão estrangeira.³ Este trabalho histórico levou-o, dois anos mais tarde, a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No início deste trabalho, Paranhos Junior já se queixava do desleixo existente em relação à história.

Nem o passado, nem o futuro do país atrai entre nós a atenção pública, que descuidosa se deixa absorver na contemplação dos sucessos e dos homens do presente. Para os acontecimentos do passado – desse passado ainda tão recente, mas tão útil em grandes exemplos e lições proveitosas – só há esquecimento e indiferença da parte de quase todos, e até escárnio e ridículo da parte de muitos.⁴

² Apud BARRETO, Carlos Xavier. *Rio Branco, o geógrafo*. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1947, p. 34-35

³ PARANHOS JR, José Maria da Silva. Esboço Biográfico do general José de Abreu, barão do Sêro Largo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, T. 31, parte 2, 1868, p. 62-135.

⁴ PARANHOS JR, p. 62.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Ao analisar aquele texto, um dos seus biógrafos, Álvaro Lins, aponta o que será sempre uma das preocupações do Rio Branco historiador: “o historiador das pesquisas diretas nos arquivos.”⁵

Em 1867, como complemento à sua formação superior, José Maria Paranhos Júnior empreende uma viagem à Europa. Segundo Álvaro Lins, “o senso histórico levou-o em Portugal a deter-se no norte do país, no território que havia sido o dos antepassados da família Paranhos.”⁶

No ano seguinte, ao retornar da viagem à Europa, é nomeado professor de História e geografia do Colégio D. Pedro II, onde fica pouco tempo, devido aos baixos salários.

Após acompanhar o pai, nas negociações do pós-guerra do Paraguai, e já nomeado cônsul em Liverpool, entre 1875 e 1876, faz as anotações na edição brasileira da obra *Guerra da Tríplice Aliança*, de Louis Schneider. Na verdade com as anotações, o futuro Barão do Rio Branco constrói um outro livro. Duas ordens de conhecimentos históricos destacam-se nas notas: a história diplomática e a história militar. Através de comentários, reconstrói a linha uniforme da diplomacia imperial no Prata, durante o segundo reinado. E completa o texto de Schneider na descrição das batalhas, com números exatos de soldados, armamentos, combates. “Juca Paranhos foi, assim, aos trinta anos, o nosso primeiro historiador da guerra do Paraguai, e o mais completo.”⁷

Em 1889, foi publicado em Paris, o livro *Le Brésil em 1889*, cuja capítulo que continha a parte histórica chamou-se *Esquisse de l'Histoire Du Brésil* foi redigido por Rio Branco. Mais tarde este texto foi publicado em separata, no Brasil, com o título *Esboço da História do Brasil*.⁸

Enquanto cônsul do Brasil em Liverpool, Rio Branco aproveitou o tempo ocioso para se dedicar ao estudo da história e da geografia do Brasil. Instalou a família em Paris, para não precisar ficar o tempo todo em Liverpool e assim

⁵ LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Nacional, 1965, p. 33.

⁶ Ibid, p. 42.

⁷ LINS, p. 76

⁸ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. *Esboço da História do Brasil*. Brasília: FUNAG, 1992.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

poder pesquisar em vários arquivos europeus. “Uma das suas preocupações na Europa era precisamente esta: examinar em velhos livros, ou em documentos dos arquivos de Portugal, Espanha e Holanda, certas questões controvertidas ou **obscuras do passado brasileiro,**”⁹ escreve Álvaro Lins. Dentre as questões controversas, estavam as fronteiras, quase todas elas ainda sendo discutidas no **seu tempo.** “As suas soluções – compreendia Rio Branco – só poderiam resultar de documentos e títulos históricos. Buscava-os e estudava-os, por isso, mas de maneira desinteressada, como historiador, sem imaginar que os problemas de limites se estavam dirigindo para as **suas próprias mãos.**”¹⁰

Dois anos mais tarde, começa a colaborar no *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Dantas, publicando as *Efemérides*, que depois serão reunidas sob a forma de livro.¹¹

Quando é convidado a assumir o Ministério das Relações Exteriores, o seu lado de historiador, demonstrando preocupação com a organização do arquivo e da biblioteca do Itamaraty, é explicitado em correspondência enviada de Berlim ao amigo de juventude e Senador Frederico de Abranches (SP):

É preciso [...] restabelecer a Secção do Archivo, dando-lhe o desenvolvimento necessário, por que esse é o arsenal em que o Ministro e os empregados mais habéis e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate. É preciso crear uma biblioteca e uma secção geographica na Direção do Archivo, como em França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos.¹²

Seu conhecimento e dedicação ao estudo da história levaram-o a ser eleito presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1907. Ao longo dos quase dez anos em que esteve à frente do Ministério, Rio Branco teve no estudo da história o embasamento das suas ações. O arquivo do Itamaraty tornou-se o espaço privilegiado, onde Rio Branco passava a maior parte do tempo.

⁹ LINS, A. op. cit., p. 118

¹⁰ LINS, p. 118.

¹¹ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. *Efemérides brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

¹² Arquivo do IHGB. Correspondência de Berlim, em 08.08.1902 (Lata 486, pasta 17)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A história a serviço da diplomacia

Rio Branco se notabilizou por resolver as pendências lindeiras com os países vizinhos. Agindo em nome do Estado brasileiro, Rio Branco foi o agente principal na resolução das fronteiras com a Argentina (1895), Guiana Francesa (1900), Bolívia (1903), Equador (1904), Guiana Inglesa (1904), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909). Em todas estas questões diplomáticas a história forneceu os subsídios para a defesa dos direitos do Brasil. Principalmente a história regional

Somente na região é possível entender as teias das redes sociais que se formam ao longo do tempo. Por isso, Janaína Amado diz que

o estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade.¹³

A primeira questão diplomática de importância em que Rio Branco teve papel de destaque foi a chamada Questão de Palmas com a Argentina.

Esta questão fronteiriça com a Argentina surgiu, oficialmente, em 1881, quando esse país passou a reivindicar o território localizado entre os rios Uruguai, Chapecó, Iguaçu e Chopim (em 1888, a reivindicação argentina substituiu o rio Chopim pelo Jangada), totalizando uma área de 30.621 quilômetros quadrados. Essa reivindicação era baseada nos desentendimentos havidos entre os comissários portugueses e espanhóis, por ocasião da demarcação dos limites estabelecidos pelo tratado de Santo Ildefonso (1777), entre as metrópoles Ibéricas, quando os espanhóis pretenderam que os rios

¹³ AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (Coord). *República em Migalhas*: história regional e local. São Paulo:Marco Zero, 1990, p. 12-13.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Chapecó e Jangada substituíssem os rios Peperi-guaçu e Santo Antonio. Assim, no entendimento da diplomacia argentina, os rios que deveriam ser o marco fronteiro entre os dois países eram o Chapecó e o Jangada, ao invés do Peperi-guaçu e Santo Antonio, defendidos pelo Brasil como o marco divisor. Ainda em 1856, o Brasil havia firmado um tratado com a então Confederação Argentina para o estabelecimento do marco divisor entre os dois países. Naquele momento, não foi possível o acerto definitivo, pois o governo da Confederação Argentina condicionou a ratificação do tratado ao apoio que o Brasil deveria dar à sua luta contra Buenos Aires.

Uma década depois, aconteceu a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. No pós-guerra, na negociação dos limites territoriais entre os países beligerantes, o Brasil impediu que a Argentina anexasse todo o Chaco Boreal, como, aliás, permitia o artigo XVI do Tratado da Tríplice Aliança. A diplomacia argentina faria uma ligação direta entre a posição do Brasil na questão do Chaco com o Paraguai e a sua posição referente à reivindicação sobre o território de Misiones ou Palmas. Podemos afirmar que houve nexos entre as dificuldades criadas pelo Brasil para a solução dos limites entre a Argentina e o Paraguai, decorrentes da Guerra da Tríplice Aliança, e aquelas dificuldades criadas pela Argentina para a solução de seus limites com o Brasil, na chamada questão de Palmas.

Após a reivindicação oficial argentina, os dois países formaram, em 1885, uma comissão mista para explorar os rios Peperi-guaçu, Santo Antonio, Chapecó e Chopim e o território situado entre eles. Ao término dessa exploração, em 1888, a Argentina substituiu o rio Chopim pelo Jangada, na sua reivindicação. Um ano depois, foi firmado um tratado, estabelecendo um prazo de noventa dias para o acerto direto entre os dois países; caso não houvesse esse acerto, a questão seria julgada por um árbitro internacional.

Pouco tempo depois, aconteceu a Proclamação da República no Brasil. O novo governo, em nome de uma suposta *fraternidade americana*, aceitou dividir o território litigioso com a Argentina. A linha divisória dessa "Justiça de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Salomão" ligava a foz do rio Chopim à foz do rio Chapecó. Em Buenos Aires, a partilha do território foi recebida com muito entusiasmo; os jornais portenhos não cansavam de enfatizar o gesto de fraternidade brasileira. No Brasil, por outro lado, a opinião pública viu, nessa divisão, um ato de traição da memória nacional.

A oposição ao tratado foi tão grande que a Câmara dos Deputados o rejeitou por 142 a 5 votos, em agosto de 1891.

Não sendo possível um entendimento direto entre os dois países, a questão foi submetida ao arbitramento internacional do governo norte-americano. O Barão Aguiar de Andrade foi nomeado para apresentar a defesa dos direitos do Brasil. No entanto, faleceu em março de 1893, enquanto preparava a defesa brasileira.

Rio Branco, então cônsul em Liverpool, foi designado para apresentar a defesa brasileira. Nessa ocasião, ele enfrentou o mais polêmico de seus adversários, o argentino Estanislao Severo Zeballos, que se notabilizou por liderar parte da opinião pública argentina contra o Brasil, durante três décadas.

Rio Branco utiliza a história regional como base da defesa brasileira. Reconstrói para o árbitro toda a discussão ocorrida no período colonial, origem da alegação argentina. Mostra como os tratados firmados entre as coroas ibéricas abordaram os limites entre os territórios das duas metrópoles, na região alvo da disputa com a Argentina no século XIX.

Logo que saiu sua nomeação como enviado Especial à Washington, para organizar a defesa dos direitos do Brasil, em carta à Salvador de Mendonça, em 11 de maio de 1893, ele escreveu:

Eu preferiria ficar sossegado no meu canto e realizar por aqui o projeto que tinha desde 1891 de escrever uma memória sobre a questão e fazê-la traduzir para ser oferecida ao árbitro. A questão Pequiriguaçu-Santo Antônio e Pequiri-guazu-Santo Antônio-guazu



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

é muito simples quando estudada com método, à vista dos mapas e dos diários das demarcações.”¹⁴

Ao elaborar a defesa brasileira lembrava que o Tratado de Madrid estabelecia que se atentasse com cuidado a dois fins: primeiro, que “se assinalem os limites dos dois Domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dem ocasião a disputas”; segundo, que cada parte “ha de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão.”¹⁵

No preâmbulo do Tratado de 1750, declarava-se que as duas Metrôpoles Ibéricas resolveram acabar com “as disputas passadas e futuras, e esquecer-se, e não usar de todas as ações e direitos, que possam pertencer-lhes em virtude dos referidos Tratados de Tordesilhas, Lisboa, Utrecht, e da Escripura de Saragoça.”¹⁶

Com o tratado, ficou estabelecido que haveria paz permanente entre os súditos das duas Coroas na América, mesmo que esta paz deixasse de existir na Península. A posse mansa e pacífica ou a ocupação real dos territórios era respeitada. Adotava-se o princípio do *Uti Possidetis* de fato, sustentado ou adotado pela Espanha na solução dos litígios registrados entre seus próprios domínios. Desta forma, os luso-brasileiros permaneceriam nos territórios onde se encontrassem, da mesma forma que os hispano-americanos.

O artigo V do Tratado de Madrid descreve a fronteira, entre o Brasil e a Colônia Espanhola, desde a foz do Rio Ibicuí até a foz do Rio Iguaré, no Paraná. Nele estão compreendidos os limites do território contestado pela Argentina no século XIX, que nos interessa neste momento.

Este artigo determinava que a linha da fronteira subiria pelo alveo do Rio Uruguai “até encontrar o do rio Pepiri ou Pequirí, que desagua na margem

¹⁴ Apud RODRIGUES, José Honório. *Uma História diplomática do Brasil: 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 234-235.

¹⁵ Tratado de Madrid apud RIO BRANCO, J. M. S. P. Barão do. *Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América como Árbitro segundo as estipulações do Tratado de 7 de Setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945, p. 27

¹⁶ RIO BRANCO, p. 28.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Occidental do Uruguay;” continuaria subindo pelo alveo do Rio Peperi até sua nascente principal “desde a qual proseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque no Rio Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguacú”.¹⁷

A troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões provocou a revolta dos Índios Guaranis, aldeados pelos Jesuítas espanhóis desde o século XVII. Devido à “rebeldia” indígena, teve início a chamada “Guerra Guaranítica”, onde tropas portuguesas e espanholas, comandadas, respectivamente, por Gomes Freire de Andrada e José de Andonaegui, conseguiram derrotar o “exército Guarani”.¹⁸

Como a guerra atrapalhou a demarcação, o trecho compreendido entre o rio Ibibuí e o Igurei, sob a responsabilidade da segunda partida ou tropa, só foi começado a ser demarcado em 1759.

A instrução Especial de 27 de julho de 1758, fornecida por sua Majestade Fidelíssima, D. João V, rei de Portugal, e por sua Majestade Católica, D. Fernando VI, rei da Espanha, em seu artigo 3º, era bem clara: os comissários deveriam subir pelo rio Uruguai “até encontrar pela sua margem Ocidental a boca do Rio Pequiri ou Pepiri, pelo qual entrarão e continuarão aguar arriba dele até sua origem principal, ou até donde possam chegar as canoas.” Daí em diante, deveriam enviar uma “Partida que vá a pé a reconhecer pelo terreno mais alto a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque em o Iguacú.”¹⁹

O artigo 6º, das ditas Instruções Especiais, por outro lado, ordenava que, se a cabeceira do rio que deságua no Iguacú, que deveria estar próxima à nascente do Pepiri, não fosse encontrada ou a distância fosse muito grande, deveriam retornar ao Rio Uruguai e subir pelo Rio Paraná “até a boca do Iguacú,

¹⁷ Apud RIO BRANCO, p. 28-29.

¹⁸ Para um bom entendimento deste conflito, consultar GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre Ed. UFRGS, 1998.

¹⁹ RIO BRANCO, p. 50.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

pela qual entrarão até o seu Salto [...] subirão por ele até a boca de algum rio que esteja com curta diferença em a mesma Longitude, em que considerem as cabeceiras do Pepiri.”²⁰

O artigo 28 das instruções dadas aos comissários demarcadores determinava que a fronteira entre o território português e espanhol, onde não passasse pelos rios ou cumes dos montes e vertentes das águas declarados no tratado, deveria ser assinalada, no momento da demarcação, através de marcas ou sinais, para que em nenhum tempo se pudesse duvidar da localização da linha demarcatória.

Começando as demarcações, no diário da comissão demarcatória espanhola, pode-se ler as anotações de 5 de março de 1759, onde é encontrado um rio que tem uma ilha na foz ao desaguar no Uruguai, de que **“era o Pepiri, que buscavamos.”**²¹

Mais adiante, os comissários responsáveis pela demarcação, José Fernandes Pinho Alpoim, por parte da coroa portuguesa, e Francisco Arguedas, representante da coroa espanhola, ouvindo o parecer unânime dos astrônomos e geógrafos das duas nações que acompanhavam a demarcação, anotam no **diário, em 8 de março de 1759: “por força das razões expostas na junta antecedente e da asseveração do índio vaqueano, Francisco Xavier Arirapi, sargento de seu posto de São Xavier [...] que era o Pepiri o rio que o dito vaqueano assinalava.”**²²

Devido a oposição sofrida, tanto na Europa quanto na América, o tratado de Madri foi anulado pelo tratado de El Pardo, em 12 de fevereiro de 1761.

Em 1777 as duas coroas ibéricas firmam um novo tratado de limites. Na parte que nos interessa, pelo Tratado de Santo Ildefonso, a fronteira entre os domínios portugueses e espanhóis na América, era determinada pelo artigo VIII, **estabelecendo que a linha divisória seguiria “aguas acima do dito Pepiriguaçu até á sua origem principal; e desde esta pelo mais alto do terreno, [...]**

²⁰ RIO BRANCO, p. 59-60.

²¹ RIO BRANCO, p. 67.

²² RIO BRANCO, p. 67.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

continuará a encontrar as correntes do Rio Santo Antônio, que desemboca no Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguaçu, seguindo este águas abaixo até à sua entrada do Paraná.”²³

Comparando o artigo V do tratado de 1750, com o artigo VIII do tratado de 1777, verifica-se que neste último já se nominava o rio que serviria de limites seguindo a linha do Peperi. No tratado de Santo Ildefonso, as linhas de fronteira foram determinadas **“tendo em vista o mappa que lhe servia de base e as explorações de 1759”**²⁴, conforme é especificado no próprio tratado.

As instruções aos comissários demarcadores eram bem claras, quando caracterizavam o rio Peperi como sendo um **“rio caudaloso, com uma isla montuosa en frente de su boca, un gran arrecife frente à su barra.”**²⁵

Iniciando a demarcação, logo foram encontrados e reconhecidos os rios Peperiguaçu e Santo Antonio. No entanto, o geógrafo espanhol Joaquim Gondim continuou andando rio Uruguai acima, até que encontrou a foz de um rio largo, em que nenhuma ilha existia na sua foz, nem encontrou em frente à sua embocadura recife algum, conforme descrições anteriores do rio que deveria servir de divisa. **Este rio, “recém descoberto” por Gondim, não poderia ser o rio mencionado nas instruções recebidas, pois acima da embocadura e não na sua foz encontra-se uma grande ilha. Nada disso combina com os sinais que caracterizavam a foz do Peperi-guaçu. Não obstante, Gondim voltou declarando haver descoberto o Pepiry que as cortes tiveram em mente em 1750. Todavia, batizou-o de Pequiri, afirmando que era para distingui-lo de outro rio, respeitando-lhe assim o nome.**²⁶

Este rio - que é o atual rio Chapecó -, encontrado em 1789, tinha como latitude anotada pelos próprios demarcadores espanhóis, **27º,06’,50” de latitude Sul,**²⁷ diferente daquela constante nas instruções fornecidas pelo governo espanhol,

²³ Apud RIO BRANCO, p. 149.

²⁴ RIO BRANCO, p. 177.

²⁵ RIO BRANCO, p. 100.

²⁶ RIO BRANCO, p. 181

²⁷ RIO BRANCO, p. 181.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

que era de 27º,09’,23”.²⁸ No entanto, tendo-se descoberto um novo rio que corria para o Uruguai, segundo os comissários espanhóis, havia a necessidade de encontrar o rio que fosse contravertente deste rio descoberto, e que corresse para o Iguazú. Isto se depreende das instruções dadas pelo comissário espanhol Diogo de Alvear ao geógrafo André de Oyarvide, em 17 de novembro de 1789, **quando afirma ser “importante al servicio de su magestad, reconocer y levantar al plano del rio que *entendemos ser el verdadero Pepiri-guazú;*” Por isso era importante encontrar “en aquellas inmediaciones otro rio cuyas vertentes confrontem y puedan ligarse con las de *nuestro Pipiri.*”²⁹**

Continuando a exploração, em separado dos comissários portugueses, André de Oyarvide encontrou um rio, afluente do Iguazú, que tinha as nascentes próximas as do Chapecó - ou Pepiri-guazú para os espanhóis. A este rio, descoberto em 1791, Oyarvide chamou de San Antonio-guazú.³⁰ Mais tarde ficou provado que este rio é o atual Jangada.

No texto da defesa brasileira entregue ao árbitro, Rio Branco afirma **peremptoriamente: “O Governo espanhol nunca tomou em consideração a mudança, que os seus Comissarios propuseram, da linha de fronteiras estabelecida no Tratado de 1777.”**³¹

A importância reputada à documentação histórica fica evidente na correspondência de 1º de setembro de 1893, quando Rio Branco escreve à Dionísio Cerqueira, membro da comissão especial responsável pela elaboração da defesa dos direitos do Brasil:

Estive hoje a estudar o Mapa de 1749, das Cortes, e penso que dele podemos tirar argumentos em nosso favor, mostrando a distância entre o litoral de Santa Catarina e a foz do Pequiri (é o mesmo Pepiri). A latitude da foz pode ser estabelecida, bastando para isso tomar a do Rio de Janeiro, que conhecemos, e era conhecida do geógrafo português que construiu o mapa. Por um cálculo rápido, e pouco preciso, achei que o meridiano desse

²⁸ RIO BRANCO, p. 170

²⁹ RIO BRANCO, p. 182.

³⁰ RIO BRANCO, p. 182.

³¹ RIO BRANCO, p. 184.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Pequiri coincide mais ou menos com o do nosso Peperi-guaçu.”³²

Ao assumir a chefia da Missão Especial, Rio Branco tratou de dispensar os trabalhos do advogado W. R. Ivins, que havia sido contratado pelo Barão Aguiar de Andrade para redigir a memória brasileira que seria entregue ao árbitro e que, inclusive, já havia redigido a primeira versão do texto. A justificativa de Rio Branco para a dispensa é coerente com a visão que ele tinha sobre a importância da História e da Geografia:

Sem estudos especiais, não podia o sr. Ivins tratar com segurança, como quis fazer, da história geográfica, política e diplomática do Brasil e do Rio da Prata. O seu projeto de exposição contém, por isso, muitos erros e lacunas, que não são para estranhar em um homem que nunca se exercitou em investigações históricas e geográficas, e não tinha à sua disposição todos os livros necessários nem uma coleção completa de documentos cartográficos referentes à América do Sul e à região em litígio.³³

A defesa brasileira foi constituída baseando-se em documentos "novos" - antiqüíssimos e raros. Entre estes documentos foi demasiadamente importante o **Mapa das Cortes** de 1749, encontrado no depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França,³⁴ que serviu de base para o Tratado de Madrid de 1750, onde aparece claramente o rio Peperi-guaçu - embora com o nome de Pequiri - e o seu contra-vertente. Dionísio Cerqueira, membro da equipe que elaborou a defesa brasileira, informa que o mapa encontrado em Paris pertenceu ao Duque de Richelieu, sendo comprado de um alfarrabista por 15 francos, em 1824, como está declarado no mesmo.³⁵ **Este mapa “figura no fundo da exposição como personagem central de um romance”.**³⁶

Demonstrando que os espanhóis nunca ocuparam, nem estiveram na região contestada pela Argentina, Rio Branco demonstrou que o Brasil estava com a razão, até por que os argentinos também nunca ocuparam o território que

³² AHI. Cópia anexa ao Ofício de 15.03.1895, da Missão Especial em Washington..

³³ Apud LOBO, Hélio. **Rio Branco e o arbitramento com a Argentina**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 30.

³⁴ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 08.02.1895.

³⁵ AHI. Ofício nº 4, - 06.04.1893 - da Missão Especial em Washington.

³⁶ AMADO, Gilberto. Rio Branco. In: FRANCO, Álvaro da Costa; CARDIN, Carlos Henrique (Org.). **O Barão do Rio Branco por grandes autores**. Rio de Janeiro: EMC, 2003, p. 66.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

pleiteavam. Segundo o censo de 1890, nos 30.621 Km² disputados entre os dois países, havia 5.793 habitantes, dos quais 5.763 eram brasileiros e 30 estrangeiros, sendo que destes, nenhum era argentino.³⁷

De acordo com Miguel Angel Scenna, o defensor dos direitos da Argentina, Zeballos teria sido displicente, e que o **Alegato** por ele apresentado "es de una modestia anémica y lánguida, carente de convicción y de fuerza", enquanto a defesa apresentada por Rio Branco teria sido "una obra maestra, tanto desde el punto de vista jurídico como del histórico, preñado de erudición, poblado de documentos, [...] sin página de desperdicio."³⁸

* * *

Profundo conhecedor da História do Brasil, Rio Branco fez uso deste conhecimento para garantir os direitos do Brasil em varias questões relacionadas às fronteiras territoriais.

Antenado ao seu tempo, Rio Branco concebía uma história utilitária. Era necessário buscar no passado lições que fossem úteis para o presente.

A escolha de Rio Branco para ser o responsável para elaborar a defesa dos direitos do Brasil sobre o territorio reivindicado pela Argentina foi motivada pelo seu conhecimento histórico. E ele faz juz a sua fama de profundo conhecedor da história. No texto da defesa que ele apresenta ao árbitro, a história ocupa tem um papel fundamental. É graças à história que ele convence o árbitro que o Brasil estava com a razão. E ao fazer uso da história, Rio Branco traz a história regional para o primeiro plano.

³⁷ RIO BRANCO, p. 3.

³⁸ SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires, Ediciones La Bastilla, 1974, p. 278.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

COMUNIDADES NEGRAS DA FRONTEIRA SUL: INVISIBILIDADE, AUTO-IDENTIFICAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA

Adelmir Fiabani¹

Introdução

Invisibilidade, auto-identificação e questão agrária das comunidades negras são temas que ainda despertam interesse nos pesquisadores. Uma parcela do campesinato brasileiro esteve praticamente invisível para o Estado e meio acadêmico até o final do século XX. Com a promulgação da Constituição de 1988, este segmento de trabalhadores rurais recebeu atenção maior de vários setores da sociedade e do Estado. Com a possibilidade da auto-identificação, eliminaram-se algumas prerrogativas nos processos de reconhecimento à condição quilombola, aumentando significativamente o número de comunidades negras brasileiras. Com referência à questão agrária, este problema acompanha as comunidades desde que se formaram e continua sem solução.

Durante o período em que vigorou a escravidão no Brasil, o Rio Grande do Sul serviu-se fartamente do trabalho cativo. O trabalhador escravizado exerceu diversas atividades, sobretudo, relacionadas à produção de charque, agricultura e pecuária. Nas cidades, o cativo foi utilizado como trabalhador doméstico, no transporte terrestre e aquático, escravo de ganho e outras. Com a Abolição, o ex-cativo recebeu o mesmo tratamento das demais regiões brasileiras. Sem indenização e terra para trabalhar, os negros engrossaram as periferias das cidades e outros ocuparam pequenas áreas no meio rural onde formaram comunidades negras.

Em 1988, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da atual Constituição assegurou a possibilidade de regularização fundiária às comunidades negras brasileiras. Duas décadas após a aprovação da Carta Magna, milhares de comunidades negras ainda não foram tituladas pelo Estado. A morosidade do aparato estatal causa desconforto às referidas comunidades, pois as mesmas necessitam da titulação para se desenvolver. Sem o título da propriedade, as comunidades tornam-se presas fáceis da ação dos especuladores, grileiros, espertalhões e outros.

¹ Doutor em História. Professor Adjunto de História da África na Universidade Federal do Pampa/Jaguarão. adelmirfiabani@hotmail.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

O estado do Rio Grande do Sul abriga 86 comunidades negras reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Na metade sul há 36 reconhecidas, porém nenhuma titulada. Estima-se que há cerca de 60 comunidades negras na fronteira sul reconhecidas e em fase de reconhecimento. As comunidades negras continuam lutando pela regularização das terras. Muitas comunidades apresentam seus territórios reduzidos em relação à área inicial. Embora o reconhecimento à condição de comunidade remanescente de quilombo tenha alterado o cotidiano dos moradores das comunidades, a titulação das terras representa o acesso às políticas públicas ofertadas pelo Estado. Também representa a afirmação deste segmento camponês que permanecem na margem do desenvolvimento econômico e social.

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento realizada a partir de ampla revisão bibliográfica e da memória relatada pelos membros mais velhos das comunidades da fronteira sul do Rio Grande do Sul.

O trabalho cativo no Rio Grande do Sul

Segundo o historiador Claudio Moreira Bento, em *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul* [1635-1975], publicado em 1976, a presença do negro no Rio Grande do Sul remonta o ano de 1635, “quando irrompeu, nos vales dos rios Taquari e Jacuí, a bandeira de Raposo Tavares, composta de 120 portugueses e 1000 índios tupis”. Conforme Bento, “a presença do Negro nas bandeiras do sul é hoje comprovada”.²

Em 1737, o Brigadeiro José da Silva Paes fundou a atual cidade de Rio Grande. São fartos os registros sobre a presença de trabalhadores negros escravizados após este ato. Conforme o historiador Mário Maestri, “na nova povoação, os cativos trabalhavam nas construções, nos trabalhos domésticos, nas primeiras plantações, na produção artesanal de charque, na extração de couros, na lida com os animais”.³

Durante o período colonial e imperial, em grande parte do Rio Grande do Sul registrou-se a presença do trabalho escravo. Os trabalhadores cativos foram decisivos na construção deste estado. A região sul do referido estado concentrou significativa

² BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul* (1635-1975). Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976. p. 49.

³ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 45.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

quantidade de cativos nas atividades ligadas à produção do charque. Em Pelotas, no ano de 1833, havia 5.623 cativos, 3.911 livres, 1.137 libertos e 180 indígenas.⁴

Em 1827-28, Carlos Seidler, integrante do Batalhão de Caçadores Alemães, andou pelo Rio Grande do Sul, e ao retornar à Alemanha, escreveu o livro: ***Dez Anos de Brasil***, onde relatou passagens por Jaguarão e Piratini. Em Jaguarão, Seidler registrou um salvamento realizados por negros quando alguns soldados alemães se aventuravam nas águas do rio homônimo.⁵

Em Piratini, cerca de duas a três léguas na direção à Pelotas, Seidler perdeu-se e **foi auxiliado por um negro a reencontrar o caminho**. “Eis que em boa hora um jovem negro, num cavalo negro quase totalmente redomão em louca disparada, e à promessa **de pequena gorjeta se dispõe a me acompanhar**”.⁶

Por ocasião da Guerra Farroupilha (1835-45) foi organizado o Corpo de **Lanceiros Negros**. “O 1º Corpo foi recrutado, principalmente, entre os negros do então município de Piratini (atuais Canguçu, Piratini, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Herval do Sul, Bagé, **até Piraí e parte de Arroio Grande**).”⁷

Em 1834, o francês Arsène Isabelle viajou pelo Rio Grande do Sul. Em São Borja, Isabelle registrou a presença de negros carreteiros.⁸ Também em São Borja, em 1858, o viajante Roberto Avê-Lallemant registrou um negro no trabalho doméstico em uma fazenda próximo a São Borja. Conforme Avê-Lallemant, “**enquanto um indiozinho cuidava do meu cavalo, um homem negro punha a mesa e serviu-nos comida [...]**”.⁹ **Segundo o viajante alemão, “vêm-se numerosos negros em São Borja, não porém em mesma proporção com a população branca, como na parte oriental do Brasil**”.¹⁰

A caminho de São Gabriel, Avê-Lallemant hospedou-se no Passo São Simão onde avistou “**um jovem mulato de rara fealdade, uma índia, um português, um caboclo escuro meio louco, com exagerada atenção e amabilidade [...]**”.¹¹

⁴ MAESTRI, Mário. O quilombo de Manoel Padeiro. In: SEFFENER, Fernando. [Org.]. ***Presença negra no Rio Grande do Sul***. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1995. p. 65.

⁵ Cf. SEIDLER, Carlos. ***Dez anos de Brasil***. São Paulo: Liv. Martins, 1941. In: BENTO. ***O negro e [...]***. Op. cit. p. 141.

⁶ Idem. p. 142.

⁷ BENTO. ***O negro e [...]***. Op. cit. p. 167.

⁸ ISABELLE, Arsène. Voyage à Buenos Aires et à Porto Alegre. In: BENTO. ***O negro e [...]***. Op. cit. p. 177.

⁹ AVÊ-LALLEMANT, Roberto. Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858. Rio de Janeiro: I.N.L., 1953. In: BENTO. ***O negro e [...]***. Op. cit. p. 228.

¹⁰ Idem. p. 233.

¹¹ Idem. p. 230.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Em 1851-52, o Brasil contratou uma tropa de mercenários alemães com a finalidade de lutar contra Oribe e Rosas. Entre os soldados estava Eduardo Siber, que ao voltar à Alemanha, publicou em 1854, valioso documento sobre sua passagem por terras sulinas. Siber viajou acompanhado de soldados brasileiros de Montevideu a Pelotas, passando por Jaguarão e estimou que um terço da população da província do **Rio Grande do Sul era cativa. “Nos 4.000 mil léguas de superfície de sua Província existem mais de 300.000 hab., dos quais um terço (100.000) são negros”**.¹²

Em 1859, Jaguarão possuía 238 fazendas criatórias e 343 cativos. Os municípios de Alegrete, Bagé, Canguçu, Jaguarão, Piratini e São Borja somavam 1153 trabalhadores escravizados. Este dado revela que a mão-de-obra escrava foi significativa na fronteira sul do Rio Grande do Sul.

Fazendas, gado, e trabalhadores em alguns municípios do Rio Grande do Sul em 1859.

Município	Nº de fazendas	Nº de vacuns	Capatazes	Peões	Cativos
Alegrete	391	777.232	124	159	527
Bagé	260	551.640	96	41	-
Canguçu	51	67.129	25	4	-
Jaguarão	238	285.800	107	-	343
Piratini	63	35.210	-	62	130
São Borja	568	438.840	171	339	153
Total	1.571	2.155.851	523	605	1.153

Fonte: MAESTRI, Mário [Org.]. **O negro e o gaúcho**: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2008. p. 180.

A economia da fronteira sul esteve amparada na mão-de-obra cativa enquanto vigorou o sistema escravista no Brasil. A historiadora e arquiteta Ester J. B. Gutierrez coordenou pesquisa sobre as estâncias fortificadas que existiram na atual região de Jaguarão. Foram apreciados seis inventários e pelas informações obtidas, concluímos que os cativos estavam presentes em todas as atividades produtivas.

Quadro representativo do trabalho cativo extraído a partir de seis inventários de estancieiros em Jaguarão-RS (1816-1865).

¹² SIBER, Eduardo. Retrospecto da Guerra contra Rosas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 78, parte 1º, 1915. In: BENTO. *O negro e [...]*. Op. cit. p. 199.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Ano	Estancieiros	Cativos	Imóveis	Município atual
1816	Francisco de Faria Santos	07	01	Jaguarão
1818	Ignácio José de Leivas	10	01	Jaguarão
1823	Ignácio Felix Feijó	08	03	Jaguarão
1824	Manuel Amaro da Silveira	54	06	Herval
1832	Joaquim Manuel Porciúncula	13	03	Jaguarão
1865	Francisco José Gonçalves da Silva	32	15	Jaguarão

Fonte: APERS. Jaguarão. Cartório Órfãos e Ausentes. Seis inventários. In: GUTIERREZ, Ester J. B. *et al.* Estâncias fortificadas. In: MAESTRI, Mário e BRAZIL, Maria do Carmo [Orgs.]. **Peões, vaqueiros & cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 203.

Outra prova da presença do cativo no Rio Grande do Sul foi a presença de **negros aquilombados**. “Na Ilha dos Marinheiros, próximo ao porto de Rio Grande, no extremo sul brasileiro, em 1833, foi destruído um pequeno quilombo que mantinha estreitos laços econômicos com aquela aglomeração portuária”.¹³

Em 1835, a região de Pelotas conheceu a audácia e coragem dos quilombolas chefiados por Manoel Padeiro. O grupo não tinha um paradeiro fixo. Segundo Maestri, “**nos assaltos, além de preciosas crioulas e mulatas, os quilombolas obtiveram alimentos – farinha de mandioca, milho, feijão, etc.; vestimentas, fumo, pólvora, armas de fogo e objetos de valor – estribos e colheres chapeadas à prata**”.¹⁴

Em 2 de fevereiro de 1865, no município de Piratini, descobriu-se uma conspiração de escravos. Estava planejada para o dia 4 do referido mês, quando os **cativos planejavam vestir a “divisa branca (uruguaia) no chapéu”**. Em Arroio Grande, o preto Florêncio estaria organizando com o oriental José Benito Varella, sublevação que iniciaria quando de um ataque uruguaio.

Como podemos observar, a fronteira sul do Rio Grande do Sul utilizou significativamente a mão-de-obra cativa.

¹³ *O Observador*. Rio Grande, quarta-feira, 9 de janeiro de 1833. In: MAESTRI, Mário. *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 131.

¹⁴ MAESTRI, Mário. O quilombo de Manoel Padeiro. In: SEFFENER, Fernando. [Org.]. *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1995. p. 68.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Liberdade aos escravos sem indenização

A Abolição da escravidão trouxe a liberdade aos cativos, no entanto não assegurou a distribuição de terras e nem estabeleceu qualquer tipo de indenização aos trabalhadores escravizados. A grande massa de negros libertos continuou exercendo atividades análogas às exercidas no período escravista. Em determinadas regiões do Brasil, muitos cativos continuaram nas propriedades dos senhores trabalhando em troca de comida e um teto para morar.¹⁵

Sem terra própria para trabalhar, muitos negros livres ocuparam terras do Estado, de ordens religiosas, terras pertencentes à Igreja e terras de fazendas abandonadas. Outros cativos foram para as periferias dos centros urbanos maiores. Alguns ex-escravos que lograram comprar pequenas nesgas de terras ou herdaram terras em troca de trabalho e lealdade aos seus senhores continuaram residindo nestes locais.¹⁶

Estes lugares habitados por negros se constituíram em referência para outros ex-cativos que estavam sem lugar para trabalhar. Assim se formaram muitas comunidades negras no Brasil. Outras comunidades negras se formaram a partir de quilombos. Muitas das atuais comunidades negras eram quilombos na época da escravidão e lograram viver sem a ação das forças repressoras até a Abolição. O número de comunidades negras atual indica que o número de quilombos foi maior do que os conhecidos e registrados pela historiografia.¹⁷

No entanto, nem todas as comunidades quilombolas atuais se originaram de quilombos formados na época da escravidão. Como podemos ver anteriormente, muitas das atuais comunidades negras ou quilombolas se formaram no período pós-Abolição.

¹⁵ Sobre o período pós-Abolição ver: RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁶ Cf. FIABANI, Adelmir. *Os novos quilombos*: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2008. Tese (doutorado).

¹⁷ Sobre comunidades negras que se formaram a partir de quilombos antigos ver: COSTA, Ivan Rodrigues et al [Orgs.]. *Vida de negro no Maranhão*: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. V. IV. São Luís: SMDH/CCN/PVN, 2005; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. [Org.]. *Terras de preto no Maranhão*: quebrando o mito do isolamento. São Luís: SMDH/CCN/PVN, 2002.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A Constituição de 1988

Em 1988, o Brasil conheceu a mais nova Constituição. A Magna Carta trouxe muitas novidades, entre elas, artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que **assegurou “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”**.¹⁸

Sem muitos debates, o Artigo 68 do ADCT foi aprovado e, alguns meses após, **gerou diversas interpretações, entre elas, quem eram os “remanescentes das comunidades de quilombos”**. Alguns parlamentares e profissionais do Direito afirmavam que se tratava de comunidades originadas de antigos quilombos, ou seja, de mocambos formados no período escravista. Outros parlamentares, ativistas, líderes do movimento negro acreditavam e defendiam que os remanescentes de quilombos eram as atuais comunidades negras. Matérias jornalísticas da época da Assembléia Constituinte revelaram que nem mesmo a maioria dos parlamentares conhecia a existência de comunidades negras rurais.

Os primeiros anos que se seguiram após a aprovação da Constituição de 1988, foram marcados pelo debate entre os segmentos que defendiam a regulamentação do artigo 68 do ADCT ou por aqueles que exigiam sua aplicabilidade imediata. Em vez de se lutar para mudar a Lei, optou-se pela mudança do significado de quilombo. O quilombo, fenômeno nascido e decorrente do período cativo, passou a representar também as comunidades negras surgidas após a Abolição e as comunidades nascidas no período escravista que não se originaram de mocambos.

O artigo 68 do ADCT que veio para regularizar a situação fundiária das comunidades quilombolas não atingiu seu objetivo na plenitude, pois somente 5% da totalidade das comunidades tiveram suas terras tituladas. No entanto, a partir do conhecimento do referido dispositivo constitucional, estabeleceu-se o debate sobre um segmento do campesinato brasileiro que estava invisível aos olhos do Estado e de boa parte da sociedade brasileira. Antes de 1988, as comunidades negras rurais eram pouco conhecidas da sociedade, do Estado e do meio acadêmico.

¹⁸ TÁCITO, Caio. *Constituições brasileiras*: 1988. 5. ed. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 223.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Auto-identificação

Em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou que os habitantes das comunidades negras, com passado ligado à escravidão e que se reconhecessem como remanescentes de quilombos poderiam se identificar como quilombolas. A partir desta data, são considerados “remanescentes das comunidades dos quilombos, [...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.¹⁹

Conforme o Decreto nº. 4.887, são consideradas terras “ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”. Para fins de medição e demarcação, “serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos”, não sendo mais obrigatório “apresentar as peças técnicas para instrumento procedimental”.²⁰

No ano seguinte, o Ministério do Desenvolvimento Agrário publicou no Diário Oficial da União Instrução Normativa nº. 16, de 24 de março de 2004. As alterações não foram significativas, com exceção do artigo 4º que passou a considerar terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos também “os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos”. Para o grupo ser qualificado como “remanescentes de quilombos”, havia a necessidade da “auto-definição da comunidade” que se dava através de “simples declaração escrita da comunidade interessada ou beneficiada, com dados de ancestralidade negra, trajetória histórica, resistência à opressão, culto e costumes”.²¹

Em 19 de setembro de 2005, Instrução Normativa INCRA nº. 20 passou a considerar terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos:

Toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus

¹⁹ TRECCANI, Girolamo Domenico. *Terras de Quilombo*: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006. p. 139.

²⁰ BRASIL. Decreto nº. 4.887/03, em 20 de novembro de 2003.

²¹ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instrução Normativa nº. 16, de 24 de março de 2004.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos.²²

Comunidades da fronteira sul

A região da fronteira sul abriga vários municípios do Rio Grande do Sul com problemas de desenvolvimento e que apresentam indicativos semelhantes aos municípios mais pobres do Brasil. Nesta região concentra-se a maioria das comunidades negras rurais.²³

As comunidades negras pertencentes à fronteira sul do Rio Grande do Sul são pequenas. A menor comunidade é composta de cinco famílias e a maior possui 60 unidades familiares.²⁴ Todas estão localizadas no interior dos municípios, em regiões de difícil acesso. Não apresentam problemas fundiários graves, como conflitos pela posse da terra, mas algumas comunidades tiveram a área inicial reduzida. Outras sobrevivem em pequenas nergas de terra.

Ao negar o conflito fundiário, os membros de algumas comunidades negras agem como se quisessem encobrir uma situação mal resolvida no passado. Questionados sobre a área inicial e atual das comunidades, percebe-se que houve redução. Os fatores que determinaram o encolhimento da área inicial vão desde apropriação indevida pelos vizinhos, geralmente grandes proprietários, até a venda decorrente da especulação fundiária.

As comunidades negras localizadas na região da fronteira sul têm suas raízes ligadas ao período escravista. Em 11 comunidades negras pesquisadas não encontramos registros de que alguma delas que tenha sido no passado um quilombo formado por escravos fugidos. É crível que todas se constituíram por ocupação de terras doadas, compradas ou herdadas e cresceram por adesão de mais indivíduos e pelo crescimento vegetativo do núcleo.

²² Idem.

²³ A região da fronteira sul é uma faixa de terras do Rio Grande do Sul de aproximadamente 650 km de extensão, que limita com o Uruguai e Argentina.

²⁴ Informações obtidas em: BUCHWEITZ, Susanne *et all.* [Orgs.]. **Revelando os quilombos no sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010, complementadas por depoimentos dos moradores das comunidades.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Quadro com 11 comunidades quilombolas localizadas na metade-sul do Rio Grande do Sul.

Comunidade	Município	Número de famílias	Área em hectares	Média de ha por família	Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares
Madeira	Jaguarão	6 famílias	Aproximadamente 40 hectares. A comunidade afirma que a área inicial era de aproximadamente 100 he.	6,6 ha por família	24/03/2010.
Lichiguana	Cerrito	15 famílias	Aproximadamente 30 ha	2 ha por família	24/03/2010.
Rincão do Quilombo	Piratini	60 famílias	1.500 ha	25 ha por família	24/03/2010.
Faxina	Piratini	5 famílias	Aproximadamente 2 ha	0,4 ha por família	27/04/2010.
Rincão do Couro	Piratini	18 famílias	Aproximadamente 117 ha somando-se as terras de todos os membros. A área não é contínua.	6,5 ha por família	27/04/2010.
Quilombo São Manuel	Piratini	17 famílias	Os moradores não informaram.		
Quilombo do Candiota	Candiota	20 famílias quilombolas e 14 não-quilombolas	1.200 ha	35,20 ha por família	19/11/2009.
Fazenda Cachoeirinha	Piratini	5 famílias	No passado eram 68 ha. A área foi reduzida com o tempo.	13,6 ha por família. Atualmente a média é de 5 ha por família.	07/06/2006.
Várzea dos Baianos	Pedras Altas	23 famílias	3,5 ha		24/03/2010.
Solidão	Pedras Altas	2 famílias	70 ha	35 ha por família	24/03/2010.
Bolsa do Candiota	Pedras Altas	7 famílias	0,62 ha		24/03/2010.

Fonte: Informações obtidas junto às lideranças das comunidades negras em pesquisa de campo realizada pelo Programa de Educação Tutorial – História da África em abril e maio de 2011.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

As famílias das comunidades negras da fronteira sul trabalham a terra em lotes individuais. O mutirão é uma prática costumeira, sobretudo, nos momentos de plantio e colheita, quando a atividade exige número maior de trabalhadores. Percebe-se grande solidariedade entre as famílias das comunidades, certamente a fórmula mais adequada para superar as dificuldades que se impõem.

As propriedades são pequenas e insuficientes para o sustento de todos os membros da família, obrigando alguns moradores, sobretudo os jovens, saírem das comunidades em busca de emprego. Os centros maiores como Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre, Santa Maria e outros absorvem a mão-de-obra oriunda do êxodo rural. Alguns trabalhadores das comunidades negras labutam em fazendas, granjas e agroindústrias.

A renda per capita das comunidades é mínima. As famílias produzem para o consumo e, eventualmente, vendem o excedente. Os moradores reclamam dos atravessadores, pois estes se dirigem à comunidade e oferecem valores muito abaixo do que seria pago pelos comerciantes ou cooperativas. A precariedade das estradas e a localização das comunidades em regiões de difícil acesso elevam o custo do transporte da produção diminuindo a margem do lucro. Como os produtores não conseguem vender diretamente nos mercados tradicionais, eles se tornam reféns dos atravessadores, comercializando a preços ínfimos o pouco que produzem.

Algumas comunidades estão isoladas devido à precariedade das estradas e pontes. A ação do Estado é praticamente nula. Segundo informações obtidas nas comunidades, nenhuma tem conhecimento dos programas federais como o Programa Brasil Quilombola. Os moradores se mostram descrentes quanto nos referíamos ao poder público.

Os moradores mais jovens e as lideranças das comunidades se identificam como remanescentes de quilombo ou quilombolas. Afirmam que alguma coisa mudou após o reconhecimento oficial. No entanto, esperavam muito mais do Estado. Reclamam de falta de estradas, transporte regular de pessoas (linhas de ônibus), falta de atendimento básico na área da saúde, auxílio para construção e reforma das moradias, projetos que valorizem o artesanato, programas de capacitação, regularização da documentação individual e outros.

As crianças das comunidades estudam em escolas públicas e não desfrutam de um currículo específico para as comunidades quilombolas. O transporte escolar é de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

responsabilidade das prefeituras e, muitas vezes, é a única forma de comunicação com os centros urbanos. Não encontramos nenhuma escola dentro da comunidade quilombola.

As comunidades guardam saberes, histórias e cultura própria. No entanto reclamam que muitos pesquisadores se dirigem às comunidades e não retornam mais. Faz-se necessário registrar os saberes, a história e manifestações culturais das comunidades porque elas tendem a desaparecer, embora haja preocupação do Estado com este segmento social. Muitas famílias estão saindo para os centros maiores em busca de empregos, assistência médica, educação, etc.

Considerações finais

As comunidades negras rurais adquiriram o direito à titulação de suas terras em 1988. No entanto, o Estado não foi cumprido a Constituição e o problema fundiário se agrava cada vez mais. Presas fáceis dos especuladores, grileiros e fazendeiros, muitas comunidades negras rurais estão perdendo território e sofrem com o êxodo rural.

Nas comunidades da fronteira sul a situação não é diferente. A saída dos membros das comunidades para os centros urbanos é uma realidade. Atraídos por propostas de trabalho mais rentáveis, os moradores mais jovens estão trocando o cotidiano familiar pela vida nas cidades. Na verdade, não há projetos viabilizando o desenvolvimento econômico sustentável para este segmento social. As políticas públicas aplicadas até o momento não passam de medidas emergenciais sem alterar a situação de dependência e vulnerabilidade.

Este segmento do campesinato sul rio-grandense resiste à expropriação através de estratégias próprias, sobretudo, atitudes solidárias dos moradores, que aprenderam a viver sem a presença do Estado desde o período pós-Abolição. A titulação das terras representa o acesso aos benefícios destinados aos demais camponeses, entre eles, financiamentos para aquisição de máquinas e implementos, construção de benfeitorias e outros. Também representa a afirmação da identidade camponesa, pois deslocados para as periferias urbanas, este segmento desaparece como pequenos produtores e criadores, metamorfoseando-se em desempregados ou subempregados.

O movimento das comunidades negras rurais cresceu significativamente nos últimos anos. Passados duas décadas da aprovação da Constituição, o Estado não



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

apresentou um plano efetivo de regularização das terras das comunidades negras. Percebe-se que o poder público optou por políticas de caráter assistencialista.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. [Org.]. *Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. São Luís: SMDH/CCN/PVN, 2002.
- AVÊ-LALLEMANT, Roberto. Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858. Rio de Janeiro: I.N.L., 1953. In: BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul* (1635-1975). Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul* (1635-1975). Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- BRASIL. Decreto nº. 4.887/03, em 20 de novembro de 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instrução Normativa nº. 16, de 24 de março de 2004.
- BUCHWEITZ, Susanne *et all.* [Orgs.]. *Revelando os quilombos no sul*. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.
- COSTA, Ivan Rodrigues et all [Orgs.]. *Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas*. V. IV. São Luís: SMDH/CCN/PVN, 2005.
- FIABANI, Adelmir. *Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil* (1988-2008). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2008. Tese (doutorado).
- ISABELLE, Arsène. Voyage à Buenos Aires et à Porto Alegre. In: BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul* (1635-1975). Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- MAESTRI, Mário. O quilombo de Manoel Padeiro. In: SEFFENER, Fernando. [Org.]. *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1995.
- O Observador*. Rio Grande, quarta-feira, 9 de janeiro de 1833. In: MAESTRI, Mário. *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SEIDLER, Carlos. *Dez anos de Brasil*. São Paulo: Liv. Martins, 1941. In: BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- SIBER, Eduardo. Retrospecto da Guerra contra Rosas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 78, parte 1º, 1915. In: BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- TÁCITO, Caio. *Constituições brasileiras*: 1988. 5. ed. Brasília: Senado Federal, 2005.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. *Terras de Quilombo*: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

IMAGEM E MEMÓRIA: INTERAÇÃO E SOCIABILIDADE DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Alba Cristina Couto dos Santos*

Este texto tem o intento de analisar duas importantes imagens para o cooperativismo gaúcho na busca de compreensão das distintas funções sociais que estas figuras exercem no meio social e cultural deste movimento. Estas imagens referem-se ao fundador e principal incentivador do cooperativismo de crédito no país, o padre jesuíta Teodoro Amstad.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a realizar concretamente a proposta cooperativa baseando-se nos princípios de Rochdale¹. Este início se deu nas zonas de colonização alemã no ano de 1902 na cidade de Nova Petrópolis sob a liderança do Pe. **Teodoro Amstad S.J através das “Caixas de Raiffeisen”**. Inicialmente, este sistema estava ligado à Igreja Católica e procurava despertar no associado um espírito comunitário.

Os jesuítas alemães foram os que mais se destacaram no sul do país, por conta das atividades desenvolvidas com os imigrantes da Alemanha e a experiência vivida no seu país de origem. **“A idéia norteadora era que todos os aspectos da vida e, de forma muito especial, as relações sociais deviam ser regidas pelos princípios católicos”** (WERLE, 2004, p, 124). Desta forma, as práticas destes religiosos estavam mais direcionadas a vida social, econômica e cultural da comunidade.

E foi neste contexto que Amstad liderou a idéia de reunir os agricultores em **congressos católicos que chamou de “Katholikentag”**. Estes eventos tinham como finalidade unir cada vez mais a classe dos agricultores que se apresentava dispersa, marginalizada e esquecida pelas autoridades governamentais, bem como, debater assuntos diversos ligados aos imigrantes. O primeiro Congresso ocorreu em 1898, no final de março, na localidade de Harmonia, em Montenegro e reuniu milhares de

* Licenciada em História pela UNISINOS. Mestranda na PUCRS, bolsista CNPq. Contato: albacristinac@yahoo.com.br. Este texto foi produzido para o seminário **“Imagem e História: reflexões teóricas e metodológicas”** na PUCRS, 2011/1, e é parte da pesquisa que está sendo realizada para dissertação de mestrado.

¹ Dentre os fundadores do cooperativismo destacam-se os pioneiros da localidade de Rochdale, Inglaterra. Os 28 tecelões em situação de greve e de demissão em massa começam a esboçar desde fins de 1843, o que em dezembro do ano seguinte se traduziria na cooperativa de consumo, que na sobriedade operária surgiu pequena e modesta, e desenvolveu-se ininterruptamente até nossos dias. Ver SCHNEIDER, 1994, p. 10.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

agricultores. Neste primeiro encontro fundou-se a Associação dos Professores Católicos e o Jornal da Classe. O segundo Congresso foi realizado em Santa Catarina, em 1899. E o terceiro, em Feliz, no ano de 1900, é de especial importância para o tema que nos interessa, pois lançou a semente do cooperativismo agrícola no país (BÖSING, 2001, p 112-115).

Há uma concordância entre os autores que se debruçaram sobre este tema (LAUSCHNER 1969; TAMBARA 1983; e RAMBO 2000), em afirmar que Pe. Teodoro Amstad foi o personagem que mais se dedicou na propagação do cooperativismo nesta região de colonização alemã. Amstad viveu 53 anos no país. Recebeu o nome **“Colonorum Pater”, ou seja, “Pai dos Colonos”, por incentivar e fazer florescer o associativismo, atuando incansavelmente na promoção da sociabilidade na zona alemã.**

Por toda esta importância incumbida a Amstad, não somente na cidade de Nova Petrópolis, mas também, pode-se assim dizer, ao sistema cooperativo sul-riograndense, foi erguido na Linha Imperial da cidade de Nova Petrópolis um monumento (figura 1) em sua memória. Este monumento foi inaugurado em 1942, quatro anos após **sua morte. “As celebrações, comemorações são portadoras de sentido, permitindo perceber as construções do passado e materializando a memória em espaços eleitos – lugares da memória”.** (NORA, 1984 apud MATOS, 2006, p.340).

Não é pretensão analisar em sua especificidade estas imagens², mas sim compreender a receptividade delas pelos cooperados na tentativa de contemplar os estudos realizados por historiadores, historiadores da arte e antropologia da arte. Faz parte deste intento considerar a relação destas imagens com a memória e a interação sócio-cultural, pois a mesma imagem pode assumir vários papéis, reciclar-se e produzir efeitos diversos na realidade social (MENESES, 2003). Pretende-se com este trabalho contribuir nas discussões do tema imagem / memória e suas interfaces, reconhecendo o caráter parcial e provisório desta interpretação.

Poucas são as imagens que se tem notícias de Amstad, mas uma fotografia (figura 2) em especial tem uma circularidade intensa. Como podemos observar nas **figuras, a fotografia e o monumento parecem ser “iguais”, na medida em que considerarmos apenas a imagem do sujeito.** O monumento é a fotografia ampliada apenas com o busto do personagem sem grandes alegorias ao redor que lembram um monumento. Há placas de inscrições informando aos observadores sua importância.

² Imagens retiradas do site do cooperativismo sem fontes de referência, artista e data.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Neste sentido podemos pensar numa personificação de Amstad a partir destas imagens numa utilização de divinização como ocorria na França nos ritos funerários de reis, retomando uma tradição romana (DEBRAY, 1992). A imagem tem a pretensão de ser real fazendo com que ela participe efetivamente da vida da sociedade, neste caso, da vida dos cooperados, e para que não se esqueça que se hoje no presente há o sucesso, houve um começo e um fundador para tal feito. Quanto ao monumento seu uso pode estar ligado também à política demarcando espaço e território.



Fig. 1. Monumento ao “Iniciador de cooperativas de crédito no Brasil”,



Theodor Amstad

Fig. 2. Fotografias s/d.

Se continuarmos nesta perspectiva de território, a figura 3 nos apresenta um deslocamento da imagem junto a uma barrica de vinho para o espaço urbano. Esta imagem traz consigo outros significados culturais, ou seja, aguça a memória dos envolvidos e a curiosidade do observador comum (se não conhece a história, passa a conhecer pela informação da própria imagem), a lembrar sempre onde e com quem o cooperativismo iniciou no estado. Esta interpretação pode ser dada na medida em que **se entende a própria “barrica” como um indicio, lembrando ou associando o cooperativismo florescendo predominantemente nas áreas de colonização alemã, com o suíço Amstad e com o italiano Paternó, nas Italianas. A frase inscrita na mesma figura lembra o amor ao próximo e a solidariedade para crescimento conjunto: “Se vinte pessoas se unem (...) conseguirão solidariamente, tirar a pedra e abrir caminho para todos” (Amstad, parte do discurso proferido em Feliz, 1902).**



Fig. 3. A fotografia no rol de entrada da Escola de Pós-Graduação em Cooperativismo – SESCOOP.

Fernando Catroga³ refere-se à imagem como substituta da memória que eterniza, sacraliza o que não se quer esquecer. As comemorações, portanto, funcionam como uma manutenção da memória de Amstad, deixando traços, vestígios a serem lembrados. Para este mesmo autor o diálogo entre o presente e o passado quase anula o distanciamento entre o sujeito e o objeto, pois comemorar é sair da autarcia do sujeito e integrar o eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas (2009, p, 22)

Desde os ritos funerários egípcios, e as construções de estelas ornamentais, a imagem trás consigo a finalidade de comunicação entre vivos e mortos. Esta função simbólica não é própria da imagem e tão pouca sua única função, está relacionada com a representação do real, utilizando um artefato do presente para substituir o que está ausente (DEBRAY, 1992). Se considerarmos estas imagens do ponto de vista simbólico veremos que trazem representações significativas junto aos ritos das festividades, essencialmente aquelas de aniversário tanto do sistema cooperativo como do próprio Amstad que continuaram a ser comemoradas após sua morte .

Debray afirma que a imagem mantém vivo e presente o que está ausente, suprimindo uma carência, neste caso, o próprio sujeito. Ela é mediadora do mundo social e muitas vezes, influencia neste âmbito. Desta forma, estas comemorações auxiliam na

³ VI Tópicos de Pesquisa: “História e memória”, ministrado pelo professor doutor Fernando Catroga. PUCRS, maio/2011.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

modelação de comportamentos e contribuem para formar e/ ou manter uma visão de mundo sobre a figura de Amstad bem como do próprio sistema. Ou seja, a lembrança do padre fundador que trouxe para as colônias alemãs a idéia do novo e da **“sobrevivência” com mais qualidade de vida** aos colonos, apresentando-lhes o cooperativismo e trazendo-lhes uma nova concepção de trabalho. Neste sentido, é importante ressaltar que Amstad fez parte de um grupo de religiosos europeus que vieram para o sul do Brasil (em meados do século XIX e início do século XX), e **promoveram significativas mudanças na cultura religiosa e sociais, “dando uma nova fisionomia para a Igreja” (RABUSKE apud WERLE, 2004, p, 123).**

Para Jean-Claude Schmitt as representações nem sempre são reais e, portanto, se faz necessário compreendê-la em sua totalidade, ou seja, na forma, na estrutura, funcionamento e funções da imagem. Para este autor deve-se analisar a arte e a sua **relação dinâmica na sociedade. A imagem como documento/ monumento “informando sobre o ambiente histórico que a produziu” (2007, p. 46), visando tornar-se um “lugar de memória”, tanto mais que a memória. Deste ponto de vista, as imagens analisadas neste trabalho podem ser entendidas como “lugar de memória”, na medida em que concentra e carrega uma historicidade do movimento cooperativo no estado. O sentimento de pertença ao movimento é alimentado constantemente com e através destas imagens, lembrando seu fundador e a região, bem como o grupo étnico ali concentrado. A manutenção da memória daquilo que não se quer esquecer vem também na invocação e na presença das imagens de Amstad.**

As comemorações de aniversário e festividades do cooperativismo quase sempre trazem à tona estas imagens com propósito intencional de lembrar, considerando que estas comemorações são realizadas entre outros ambientes, na cidade de Nova Petrópolis. Mas o que lembrar? Para Nora, os lugares de memória são construídos a partir de uma necessidade, portanto, não são gerados espontaneamente. Por isso, se faz necessário manter-se datas e organizar celebrações com o propósito de não caírem no esquecimento. Além disso, estas lembranças evocam pistas de reconhecimento a um grupo, bem como sentido de pertença, elencando diferenciações significativas numa sociedade que se inclina a reconhecer indivíduos iguais.

É a recordação do vivido que tem a ver com a comemoração, relacionando esta atividade com a memória monumento. A memória poderá desempenhar a sua função social através de liturgia própria (linguagem, imagens, relíquias, lugares) centradas em

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

suscitações que só os traços vestígios do que já não existe mais são capazes de provocar (CATROGA, 2009, p, 21)

Porém, podemos pensar na imagem como uma representação de algo para falar de outra coisa. A fotografia, por exemplo, conecta-se com o observador transmitindo-lhe idéias, conceitos, valores de outros tempos, diferentes daquele de sua criação: o tempo do artista, do observador e do próprio ambiente. Hans Belting nos fala de imagens no sentido antropológico e as entende tanto como imagens de recordação quanto de imaginação com as quais interpretamos o mundo. Neste sentido, podemos pensar nesta fotografia ilustrada aqui e nos perguntar, por que o uso e a escolha desta foto⁴ com traços austeros e fisionomia viril, sem nenhuma paisagem ou representação de ambiente (existe outra foto com pouca circulação, mas também bem conhecida, a qual ele está montado na sua conhecida mula, figura 4)? O que esta imagem suscita no observador? Esta foi escolhida para recordar. Neste sentido recorremos a Catroga que nos diz: **“a recordação não quer ser invenção, ela tem a ver com o coração e, tende a ser uma reconstrução do passado”**.



Fig. 4. Teodoro Amstad.

Contudo, arriscamos em respostas para as perguntas feitas, esta fotografia suscita uma carinhosa lembrança de Amstad. Quando o observador para na frente da fotografia (que está na escola, por exemplo, na altura da visão confortável), logo lhe chama atenção o olhar longínquo para o futuro, deste personagem, trazendo também sentimento de segurança, coragem e luta na sua fisionomia. Não podemos esquecer a **batina que já fala por si só quanto à religiosidade, fato este que “espiritualizou” o cooperativismo gaúcho. A imagem, portanto, como mediadora de valores “inerentes” ao**

⁴ Sobre a fotografia a pesquisa continua no “Memorial Jesuítico UNISINOS” em relação a sua especificidade, ou seja, se ela é retrato mortuário ou não, bem como se há outros indícios e usos da mesma.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

cooperativismo e a virtudes de um imigrante, que permanecem independentemente do tempo que transcorre desde então. “Inerentes” no sentido dos próprios ideais norteadores do sistema cooperativo que tem como princípio básico a ajuda mútua para o crescimento e fortalecimento econômico através do trabalho. Estes valores misturados ao sentimento cristão levam a não só pensar em Amstad, mas, sobretudo valorizá-lo.

Retomo a análise das imagens na perspectiva da História da Arte, Georges Didi - Huberman repensando os paradigmas da disciplina, construiu uma arqueologia crítica das modalidades de pensar o tempo e a memória, refletindo sobre os valores que estão conectados com as mesmas. “Pensar o tempo é interrogar a disciplina, seus modelos de análise, a história e a historicidade” (KERN, 2010, p. 17). Didi – Huberman propõe, portanto, um novo modelo de tempo e de análise da imagem afirmando que ela não deve ser enquadrada num determinado tempo visto que o próprio artista pode se opor ao mesmo, o que implica numa dinâmica de memória.

Huberman apóia-se em Walter Benjamin para falar que “história é memória” porque é a memória que persiste no tempo presente. Por isso, para ele, só existe história anacrônica porque a memória vem de tempos impuros remontando e organizando os tempos. Desta forma, o anacronismo não deve ser visto como algo negativo pelos historiadores, “a sua identificação é um meio de pensar a obra e sua intrincada rede de conexões” (KERN, 2010, p. 18).

A imagem como sintoma, segundo Huberman, é a presença de sobrevivências de outros tempos, interrompendo saberes e conhecimento. O anacronismo se faz necessário quando o passado não responde por si só as perguntas. As sobrevivências são presença de memórias distintas que compõem as montagens e podem ser identificadas nos rastros, nos vestígios e no não observado. Nesta perspectiva, fazer História é anacrônico porque se remonta o passado através dos traços do presente.

De acordo com Catroga, a memória vem antes da historiografia, é subjetiva, é psíquica. Falar historiograficamente é responder perguntas aos rastros que os homens deixaram. O historiador passa a checar, a questionar provas e discursos, transformando traços e testemunhos em documentos históricos.

No exame feito por Didi – Huberman sobre o anacronismo, ele considera a sua virtude dialética, parecendo emergir da relação que há entre imagem e a história. “A imagem tem uma história e a sua temporalidade não deve ser reconhecida como



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

elemento da história que ela porta. O tempo não significa necessariamente o passado, mas a memória, **porque ela decanta o passado, o humaniza e configura o tempo**” (KERN, 2010, p. 19). Neste sentido, as imagens de Amstad apresentam-se na atualidade como sintoma de um passado que convive no mesmo espaço. Elas trazem à luz (e quem as coloca busca trazer), nos eventos comemorativos do cooperativismo e até mesmo nos espaços onde são expostas, o compartilhamento das memórias nelas contidas: a luta; as dificuldades para a consolidação do sistema cooperativo/associativo; a valorização do fato de ser o primeiro estado do país a fundar cooperativas; a própria etnia alemã sendo exaltada como imigrante de sucesso, enfim, as imagens parecem retomar os 53 anos vivenciados por Amstad no país como um **grande homem e como o chamavam, “o pai dos colonos”, remontando um passado** distante, início do século do XX, em algo que não é visível, mas invisível aos olhos do observador.

Concluindo, a fotografia e o monumento de Amstad são imagens de origem e modelos distintos, mas que circulam na sociedade e interagem em diferentes meios de publicação (internet, revistas, jornais, periódicos), aproximando as pessoas em torno de um ideal social, econômico e cultural que é o movimento cooperativo. Este ideal persiste no tempo, e não somente no âmbito rural, pois, o cooperativismo gaúcho já não é mais expressivo apenas na agropecuária. Embora seja predominante neste segmento, houve um avanço significativo do sistema no âmbito urbano, atendendo outros segmentos já nas últimas décadas do século XX.

Entretanto, a personificação da figura de Amstad e as distintas memórias dizem respeito, principalmente aos princípios cooperativos⁵ que norteiam a prática associativa deste sistema. Princípios estes que foram apresentados, incentivados, sobretudo espiritualizados pela Igreja da Imigração⁶, tanto católicos quanto luteranos que exerceram papel decisivo na organização social dos imigrantes, bem como pelo seu

⁵ Os princípios a partir dos fundadores de Rochdale são: a) Princípios gerais, de inspiração democrática: 1. adesão livre; 2. controle democrático; 3. neutralidade política, religiosa e étnica; 4. desenvolvimento do ensino. b) Princípios especiais: 1. vendas segundo o justo preço; 2. retorno pro rata das compras; 3. vendas a dinheiro e a vista; 4. juros limitados ao capital (SCHNEIDER, 1994, p.11). Atualmente os princípios são: 1. adesão voluntária e livre; 2. gestão democrática pelos membros; 3. Participação econômica dos membros; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, formação e informação; 6. Intercooperação; 7. Compromisso com a comunidade (CALLAI, 2008).

⁶ Ver mais em: SCHALLENBERGER, Ernelo (2004).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

principal líder: Pe. Teodoro Amstad, motivo de orgulho nas lembranças feitas pelos cooperados.

Referências bibliográficas:

- BELTING, Hans. *La transparencia del medio. La imagen fotográfica*. In: Antropología de la imagen. Traducido por Gonzalo María Vélez Espinosa. Katz: Conocimiento.
- BÖSING, Ir. Valdemar. Movimento cooperativista poderá ter um santo. In: *Livro da Família*. Livraria Editora Padre Réus, 2001, p. 112-115.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*. Memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina. 2009.
- DEBRAY, R. *El nacimiento por la muerte*. In: Vida y muerte de la imagen. Barcelona. Paidós, 1992, p. 19-40.
- DIDI – HUBERMAN, Georges. *La historia del arte como disciplina anacrônica*. In: Ante el tiempo. Historia del arte y anacronismo de las imágenes. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008, p. 29-97.
- _____. *La transmisión simbólica*. In: Vida y muerte de la imagen. Barcelona. Paidós, 1992, p. 41-63.
- Imagens. Disponível: <www.cooperativismodecredito.com.br>. Acesso em: 20/05/2011.
- KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem, historiografia, memória e tempo. In: *ArtCultura*, 12, n. 21, jul – dez. 2010. Disponível em: <www.artcultura.inhis.ufu.br>. Acesso em: 05/05/2010.
- LAUSCHNER S. J, Roque e LENS S. J, Martinho. *Associativismo no contexto da reforma agrária do Rio Grande do Sul*. In: Semana Social do Rio Grande do Sul. Semanas Sociais do Rio Grande do Sul. Anais da Semana Social do Rio Grande do Sul, 4. Porto Alegre: ISCRE, 1969, p. 169-232.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *A invenção da Paulistaneidade: de “A cidade que mais cresce no mundo” a “Um só coração” (São Paulo – 1954 e 2004)*. In: História e linguagem: texto, imagem, oralidade e representações. Organizadores: Antonio Herculano Lopes, Mônica Pimenta Velloso e Sandra Jatahy Pesavento. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 337 – 349.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 23n. 45. São Paulo, jul/ 2003. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em 27/06/2011.
- RAMBO, Arthur Blásio. Theodor Amstad. In: *Revista Perspectiva Econômica*. Série Cooperativismo, vol. 35, n. 47, 2000, p. 5 - 37.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. *Igreja e Estado na Construção Social Sul - Brasileira: Transformação da Liga das Uniões Coloniais Riograndenses em Federação Estadual dos Consórcios Profissionais – Cooperativos de Agricultores*. In: DREHER, Martin N. et al (org) Imigração e imprensa. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.
- SCHMITT, Jean-Claude. *O historiador e as imagens*. In: O corpo das imagens. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Tradução: José Rivair Macedo. Bauru: EDUSC, 2007, p. 25-54.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

- SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do Cooperativismo nos tempos atuais. In: A cooperação para as organizações populares. *Cadernos CEDOPE. Série Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano*, v. 6, n. 12, 1994, p. 7-23.
- TAMBARA, Elomar. *Rio Grande do Sul. Modernização e crise na agricultura*. Porto Alegre, 1983.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O PARANISMO E A INVENÇÃO DA IDENTIDADE PARANAENSE

Alessandro Batistella*

Considerações Iniciais

No presente artigo, procuraremos analisar alguns aspectos da ideologia do **Paranismo**, termo que é uma neologia de autoria de **Alfredo Romário Martins** “para designar os que nutriam amor pelo Paraná e estavam dispostos, através do discurso, a louvá-lo e reconhecerem nele um lugar onde a população teria as perfeitas condições **para se desenvolver como civilização**” (IURKIV, 2002, p. 131).

Embora o termo tenha se popularizado a partir de 1927, por meio de um manifesto, o Paranismo foi um movimento de construção identitária do estado do Paraná que teve início após a sua emancipação perante São Paulo, em 1853. Portanto, o Paranismo é um movimento regionalista.

[...] O regionalismo estaria associado à emergência do Estado e a uma configuração territorial que este assumiu historicamente. [...] Por isso, o Estado e suas políticas são os elementos centrais **para caracterizar o fenômeno, uma vez que “regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificadas territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado”** (MARKUSEN apud OLIVEN, 1992, p. 18).

Nesse sentido, as elites intelectuais e políticas do final do século XIX empenharam-se na **“invenção de uma tradição paranaense”**.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

* Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: alessandrobatistella@yahoo.com.br



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Mas como se deu esse processo de invenção da tradição paranaense? Quais eram as características desse movimento? Quais elementos simbólicos foram utilizados para a construção de uma identidade regional? Qual memória é perpetuada e qual é excluída pelo Paranismo? Para responder a essas questões, procuramos organizar o presente texto em dois momentos. A saber, primeiramente abordaremos o processo de invenção do Paranismo, além de identificarmos as principais características e elementos simbólicos utilizados por essa ideologia; posteriormente, trataremos do seu processo de consolidação no imaginário regional e dos problemas decorrentes a isso.

A invenção do Paranismo

O Paranismo foi o resultado de um longo processo de formulação de uma auto-imagem do estado do Paraná, em contraposição às outras regiões do Brasil. Nesse processo, iniciado após a emancipação paranaense de São Paulo, em 1853, desempenharam um papel fundamental intelectuais, literatos e artistas plásticos, que **se tornaram os principais “arquitetos” de uma identidade local.**

O principal expoente dos intelectuais do Paranismo foi o jornalista e historiador Alfredo Romário Martin¹, autor de *História do Paraná*, publicado em 1899² e considerada uma das obras fundadoras da historiografia paranaense. Segundo José Lurkiv (2002, p. 126) esta obra apresenta um texto extremamente narrativo, jornalístico e informativo, elencando uma série de informações detalhadas, abrangendo localidades e épocas de uma forma seqüencial.

¹ Alfredo Romário Martins nasceu em Curitiba em 8 de dezembro de 1876. Órfão de pai, começou a trabalhar aos 15 anos de idade como tipógrafo no jornal *Dezenove de Dezembro*. Em 1893, publicou *Vozes Íntimas*; em seguida, em 1894, *Noites e Alvoradas* – ambas obras poéticas. Em 1896, atuando como historiador autodidata, iniciou um trabalho de periodização da história literária paranaense a partir da emancipação política do estado. Na mesma época, inicia sua atuação na redação da Revista do Clube Curitibano, órgão das elites luso-brasileiras locais, o que o coloca em contato com os formuladores dos pontos de vista “culturais” das elites paranaenses. Como jornalista, colaborou em vários jornais e revistas, como *A República* e *Ilustração Paranaense*. Ademais Romário Martins elegeu-se deputado estadual por oito legislaturas, além de também ter exercido os cargos de diretor do Museu Paranaense e de secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Faleceu em 1948. In: CAMARGO, 2007, p. 14-15.

² A primeira edição desta obra continha 250 páginas. Em 1937, essa obra foi reeditada e, com as revisões e os acréscimos, chegou a cerca de 500 páginas. Em 1953 (ano do centenário da emancipação paranaense), essa obra foi novamente republicada, ganhando sua versão definitiva. A edição mais recente dessa obra data de 1995.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A obra de Romário Martins legitimou-se, naquela época, como a história oficial do Paraná, sobretudo, pelo seu reconhecimento científico. Dessa forma, *História do Paraná* influenciaria decisivamente a elite intelectual paranaense da época no processo de construção identitária do estado.

Em *História do Paraná*, Alfredo Romário Martins foi evidentemente **influenciado pelas idéias, em voga na época, “científicas” sobre o meio e a raça. Aliás**, conforme observou Renato Ortiz (1994, p. 15-16), a interpretação da história e da realidade brasileira, no final do século XIX e início do século XX, estava intrinsecamente ligada a esses dois conceitos-chaves³.

No que tange à questão racial, Romário Martins e os intelectuais do Paranismo edificariam uma representação do paranaense como sendo a soma das heranças luso-brasileira com o índio **romantizado da literatura, eleitos os seus “ancestrais fundadores”**. Portanto, **nessa “miscigenação positiva do herói português com o índio romântico, o africano seria eloqüentemente esquecido” (CAMARGO, 2007, p. 12)**.

Ora, em um país cuja nefasta herança escravocrata estava (ou está) profundamente enraizada na mentalidade da população não é de se estranhar a exclusão do africano pelo Paranismo. Soma-se a isso o acréscimo do cientificismo – eurocêntrico e racista – do século XIX, que considerava o negro como **uma “raça inferior” e “degenerada”, cujos defeitos seriam transmitidos pela herança biológica**.

Nesse sentido, convém lembrarmos que a problemática da miscigenação colocava-se como um dilema aos intelectuais do período, uma vez que o negro e o índio se apresentavam como entraves ao processo civilizatório. Dessa forma, a solução seria, **numa perspectiva evolucionista, o “branqueamento” da população**⁴.

³ Convém aqui lembrar que intelectuais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, entre outros – **a conhecida “Geração de 1870”** – utilizavam o meio e a raça para interpretar a realidade brasileira, inclusive fenômenos políticos e econômicos do país. Seguindo as premissas desse cientificismo eurocêntrico e racista, os intelectuais da Geração de 1870 tentavam explicar o atraso da civilização brasileira. Para eles, o brasileiro era o resultado da mestiçagem entre três raças: a branca (tida como superior), a índia e a negra (consideradas inferiores e entraves ao processo civilizatório). **Nesse sentido, “o problema estava na presença de ‘raças inferiores’ no sangue do brasileiro”**:

⁴ Nesse sentido, conforme observou Renato Ortiz (1994, p.31), é interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico, também possuía uma dimensão ideológica, que era a crença no branqueamento da população brasileira (e a conseqüente evolução da raça brasileira).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Simbolicamente, esse processo de “branqueamento” está presente em vários discursos, no âmbito da literatura e da “memória/história oficial”, onde o negro, o índio (real) e o mestiço são parcialmente ou totalmente excluídos da história.

No Paranismo, esse “branqueamento simbólico” também se faz presente. Conforme observou Geraldo Camargo (2007, p. 50),

Em 1899, Romário Martins afirma na sua *História do Paraná* que “a população negra e mestiça de negro nunca foi numerosa no Paraná”. Isto é desmentido por trabalhos posteriores que demonstram que a participação “de escravos, índios e africanos, e seus descendentes foi bastante significativa na formação do efetivo populacional do Paraná, tendo persistido durante largo período, imprimindo a essa população as mesmas características do modelo clássico de formação da população brasileira”.

Ainda conforme Geraldo Camargo (ibidem, p. 51), Romário Martins também utilizou outro argumento para explicar o pequeno contingente populacional de negros e mulatos no Paraná: “a principal atividade econômica da nova província era a pecuária, a cargo de índios e seus mestiços, e não a agrícola, para qual o negro era preferido”. No entanto, esse argumento já foi refutado por estudos recentes sobre a escravidão e o trabalho compulsório no Paraná.

Contudo, se por um lado temos exclusão do africano da representação identitária paranaense, por outro temos a valorização do indígena. Entretanto, convém salientarmos que os intelectuais do Paranismo serviram-se de uma representação irreal do índio, mitificada pelo romantismo indianista brasileiro.

Nesse sentido, conforme destaca Carla Renata Gomes (2009, p. 40-41), a aplicação da idéia de Rousseau do *bom selvagem* aos indígenas brasileiros era conveniente a alguns *construtores da história*, pois assim seria possível construir uma *história de origem positiva*. Nesse processo, ao invés de “primitivo”, o índio brasileiro seria revestido de outros atributos, como exótico, generoso e valente.

Tanto a história quanto a literatura encontram no homem primitivo o símbolo do bem, da luta contra o mal e da comunhão idílica com a natureza. Envolvidas na construção de um passado genealógico, ambas o escolhem pedagogicamente em função do que pretendem anunciar. O índio confunde-se



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

com o mito da origem, revelando as qualidades do homem brasileiro e antecipando a vocação do Estado nacional. [...] De forma simultânea, ele combina as virtudes do bom selvagem com a recuperação do passado mítico (Francisco Paz apud GOMES, *ibidem*, p. 41).

No entanto, a utilização da representação do mito do bom selvagem para o indígena, além de servir para a criação do mito de origem, também era útil para camuflar os conflitos com os luso-brasileiros. De fato, se por um lado eram romantizados no discurso, por outro, os indígenas paranaenses foram, na realidade, combatidos (e até mesmo silenciosamente exterminados) pelas políticas colonizadoras.

Nesse sentido, Carla Gomes (*Ibidem*, p. 42) teceu uma importante conclusão:

Após a utilização do índio como figura representativa dos **altos valores** nacionais, isto é, depois da fundação de um passado mítico e da constituição de um caráter composto pela exaltação da coragem, da generosidade e do bem, sua exclusão se faz necessária para que ocorra a devida reverência aos colonizadores. Sua destituição tem início dentro da mesma lógica que o evidenciou, ou seja, a civilização.

Portanto, conforme a lógica desse processo, a representação do indígena nacional passou a ser paulatinamente associada à indolência, que constitui um empecilho ao ideal civilizatório trazido com o europeu colonizador – e **“trabalhador”** –, **representado como herói e “desbravador de uma terra de ninguém”**.

Aliás, a chegada em massa de imigrantes europeus ao Paraná, nas últimas décadas do século XIX, também repercutiu no Paranismo. Nesse sentido, a crença na regeneração da raça brasileira pelo branqueamento foi sendo abalada pelas diferenças culturais, que trouxe algum desconforto às elites tradicionais.

Ao se instalarem em Curitiba, principalmente nos seus arredores, os imigrantes, contribuíam para alterar os hábitos da **cidade, pois “desde os primeiros tempos, cada etnia procurou organizar, da mesma maneira que nas colônias, uma série de instituições – clubes, igrejas, escolas e associações políticas e artístico-culturais” (CAMARGO, 2007, p. 55).**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Segundo Geraldo Camargo (Idem), nesse “choque” cultural entre os imigrantes e os luso-brasileiros, estes últimos passaram a reivindicar sua posição de superioridade e a denunciar à ameaça que a assimilação da cultura estrangeira poderia representar à cultura brasileira e paranaense. Portanto, a presença do imigrante, tornou-se uma ameaça ao projeto identitário que vinha sendo construído pelo Paranismo.

Nesse contexto, diante da proliferação de diversas associações de imigrantes, em 1880, ocorre a fundação do Clube Curitibano, clube que aglutinaria os luso-brasileiros e que editaria a *Revista do Clube Curitibano*⁵, principal veículo de comunicação da elite intelectual da capital, sobretudo entre os anos de 1890 a 1913.

Diante da ascensão socioeconômica dos imigrantes, que, inclusive chegaram a disputar espaços na política local, os intelectuais paranaenses mantiveram-se em aberta oposição, pois:

Os papéis que deveriam ser desempenhados pelos imigrantes e colonos não admitiam improvisações. Deles se esperava que se mantivessem em suas posições de trabalhadores moralizados e ordeiros, onde manifestações de independência de pensamento e alterações nos costumes eram pouco toleradas. (CAMARGO, ibidem, p. 67-68).

Na verdade, o choque entre a cultura do imigrante europeu com uma cultura brasileira ainda em discussão e construção constituirá um complexo ponto de reflexões para nacionalistas, modernistas e, também, para os ideólogos do Paranismo. Porém, a **política de nacionalização imposta pelo Estado Novo iria, ao longo dos anos, “aparar algumas dessas arestas**⁶”.

O determinismo geográfico também tem grande influência no processo de construção da identidade regional paranaense. Nesse sentido, o clima do estado, ameno e semelhante aos climas europeus, foi amplamente utilizado para justificar uma suposta superioridade dos paranaenses em relação ao resto do Brasil, cujo clima tropical era um empecilho ao desenvolvimento da civilização.

⁵ Participavam como redatores da revista Emiliano e Júlio Pernetá, Romário Martins, além do diretor literário Dario Velloso. In: CAMARGO (Idem).

⁶ Conforme lembra Rubem Oliven (1992, p. 40), “Nesse período, as ideologias sobre o caráter nacional brasileiro que enfatizavam a dificuldade de construir uma verdadeira cultura no Brasil devido à miscigenação racial cedem lugar a posições como a de Gilberto Freyre, que frisam a idéia de que no Brasil haveria uma democracia racial”.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

De fato, sob esse prisma climatológico, o Brasil era interpretado como um local onde a natureza e o calor dos trópicos suplantaram o homem, como um local onde a cultura européia (considerada superior) tinha dificuldades em se enraizar, o que explicaria o atraso e o estágio ainda bárbaro em que se encontrava a população brasileira (ORTIZ, 1994, p. 17-18).

Ainda conforme esse determinismo, o clima quente dos trópicos “trazia terríveis efeitos ao corpo humano, produzindo fraqueza, prostração, relaxamento, indolência, dispersão mental, nervosismo, passionalidade, luxúria, despudor e ociosidade”, entre outras coisas (Michel Lévy apud LOPEZ, 1988, p. 66).

Portanto, meio e raça foram amplamente utilizado pelos intelectuais do Paranismo para construir uma auto-**imagem do Paraná como um “Brasil branco e diferente”, próximo do ideal europeu de civilização.**

Ademais, a paisagem também será um instrumento utilizado na construção identitária do Paraná. Como bem observou Anne-Marie Thiesse (2001/2002, p. 14),

O trabalho de elaboração da paisagem nacional [regional] é obra coletiva, conduzido tanto pelos poetas e romancistas como pelos pintores. Eles determinam, a partir dos recursos naturais, e através de uma estética coerente, visões carregadas de sentido e portadoras de sentimento.

Com efeito, o Paranismo elegeu como representantes da paisagem parananense o pinheiro e o pinhão, ainda hoje considerados símbolos identitários do estado.

O Pinheiro alto, eril, de longos braços estendidos para os horizontes. É o Paraná, transfigurado no símbolo verde das esperanças que se realizam, da hospitalidade acolhedora dos advindos de todos os quadrantes do mundo, da afirmação de força e de altura incitadoras das resistências para o trabalho e para as preocupações altruístas (Alfredo Romário Martins apud IURKIV, 2002, p. 126).

(...) É inteiramente falso que não tenhamos uma “natureza característica”. Aí está o pinheiro. Ergue-se raquítico, tímido, hesitante, quando as terras paulistas se avizinham. Estende-se largamente pela faixa catarinense até rarear e extinguir-se no território gaúcho. Mas o pinheiro grande, nobre e altivo é o nosso pinheiro. Grande e nobre como o paranaense que agasalha o forasteiro com todo o seu carinho, dá-lhe o melhor



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

que tem (...) O pinheiro ereto e dominador simboliza o Paraná. (Bento Munhoz da Rocha Neto, ex-governador do Paraná. Apud CAMARGO, 2007, p. 49).

Outro elemento da “*check-list*” identitária elencada por Anne-Maria Thiesse que podemos encontrar no Paranismo diz respeito ao animal emblemático do estado, representado pela gralha-azul.

A consolidação do Paranismo

Após esse longo processo de gênese do seu arcabouço ideológico, o Paranismo consolidar-se-ia como movimento na década de 1920. Em outubro de 1927, funda-se o Centro Paranista e Alfredo Romário Martins publica um manifesto intitulado “Paranismo”, onde procurou redefinir⁷ o termo:

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. Esta é a acepção em que o neologismo, si é que é neologismo, é tido nesse nobre movimento de idéias e iniciativas contidas no Programa Geral do Centro Paranista (...). Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cedeu uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore (Alfredo Romário Martins apud CAMARGO, 2007, p. 157).

No mesmo manifesto, Romário Martins convoca os paranaenses a aderirem ao recém-fundado Centro Paranista:

⁷ Conforme Geraldo Camargo (Ibidem, p. 158), em uma entrevista à revista *A divulgação*, em 1948, Romário Martins dá um depoimento sobre a origem do termo paranismo e suas **motivações na introdução de uma nova acepção do termo: “Quem introduziu esse vocábulo entre nós foi Domingos Nascimento, em 1906, ao retornar de uma viagem ao norte do estado, onde notara que ninguém nos chamava de ‘paranaenses’, e sim ‘paranistas’. [...] Em 1927, isto é, vinte e um anos depois do seu aparecimento nessa capital, pus-me à frente de um movimento por uma acepção nova do termo paranista e procurei criar em Curitiba um centro paranista. Dessa acepção nova é que sou o autor”.**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Não queremos a adesão dos incapazes nem dos egoístas. Eles são os entraves do progresso e da civilização, - o peso morto da humanidade. Também não solicitamos dos nossos concidadãos apenas a cooperação pecuniária, mas também e sobre tudo a colaboração moral, intelectual e cívica. [e continua em corpo maior:] Quem não tiver pelo Paraná uma sincera afeição e não for capaz de um esforço pelo seu progresso, não deve se alistar entre os sócios do Centro Paranista (Apud CAMARGO, ibidem, p. 156).

Nesse contexto, um novo elemento, utilizado por Romário Martins, a somar-se ao Paranismo é o termo “cosmopolita”, que, na verdade, apagaria o estranhamento inicial dos luso-brasileiros com os imigrantes europeus e enveredaria definitivamente no discurso da existência de uma “democracia racial” no Paraná.

Os Estados cosmopolitas como o nosso, povoados pelas imigrações, vão constituindo sua sociedade por agrupamentos entre si distintos pelas tradições, pelos costumes, pelas tendências espirituais e sentimentais, pelo pensamento e pela linguagem, seguindo os traços característicos de suas origens ancestrais (Apud CAMARGO, ibidem, p. 156).

Um mês após o lançamento do Manifesto Paranista, é lançada a revista *Ilustração Paranaense*, revista ufanista e porta-voz da ideologia do Paranismo.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

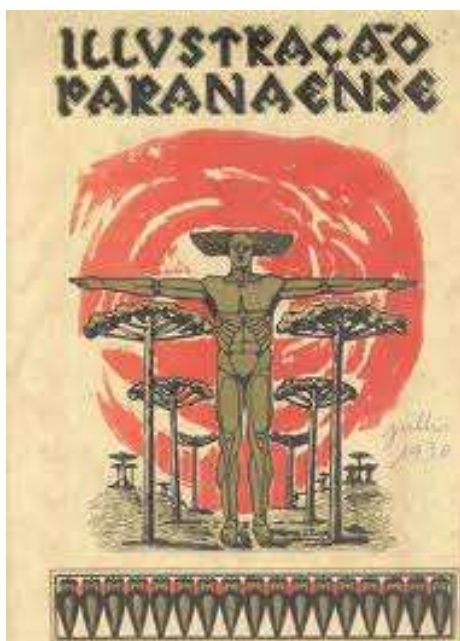


Imagem 1 – Capa da primeira edição da Revista Ilustração Paranaense.
Fonte: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br>

Sem dúvida, a capa da primeira edição da revista é emblemática. Podemos notar, além da utilização do pinheiro e do pinhão (os símbolos do estado escolhidos pelo Paranismo), a representação humana misturada aos pinheiros, que traduz a **imagem formulada pelo movimento ao povo paranaense: “forte, nobre, hospitaleiro, bondoso, cuja alvorada é promissora”**.

Ao longo de suas edições, a revista também contribuiu na criação de alguns slogans e mitos sobre a capital do estado⁸. Nesse sentido, fomentou-se uma imagem (que seria consolidada ao longo dos anos após bem-sucedidas campanhas de *marketing*) eurocêntrica de Curitiba – **“Curitiba, a cidade mais européia do Brasil”**; **“a Capital de Primeiro Mundo”**; **“a Capital Modelo”**, entre outros –, cujo clima, inclusive, é parecido com o europeu.

Em 1931, a revista encerrou a sua circulação. Entretanto, apesar do curto período, ela foi fundamental para a consolidação do Paranismo no imaginário dos paranaenses.

Em 1953, ano das comemorações do centenário da emancipação do Paraná, o Paranismo ufanista viveu seu período de maior destaque, fazendo parte das

⁸ Nesse sentido, ver o trabalho de Dennison de Oliveira (2000).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

comemorações oficiais. Sobretudo em Curitiba, foram fundados alguns monumentos, cuja influência do Paranismo é notória⁹.

Também em 1953 – cinco anos após o falecimento de Romário Martins – a obra ***História do Paraná*** foi reeditada e adotada como “obra oficial da história paranaense” nas escolas do estado.

Em 1955, Wilson Martins¹⁰ – um dos arautos da elite intelectual paranaense da época – publicaria outro livro sobre a história paranaense que também seria de grande valia para a consolidação das idéias do Paranismo. No entanto, o autor de ***Um Brasil diferente*** revelou-se um grande reacionário. Enquanto Romário Martins relativizou a presença africana e utilizou o mito do bom selvagem para representar o indígena paranaense, Wilson Martins simplesmente excluiu totalmente o negro, o índio (e até mesmo os luso-brasileiros) da história do Paraná¹¹. **Dessa forma, o Paraná seria “um Brasil diferente” por não ter conhecido a existência da escravidão e por ter sido colonizado por europeus (alemães, italianos, ucranianos e poloneses – os verdadeiros formadores do povo paranaense), que se adaptaram perfeitamente ao clima ameno do estado, onde puderam trabalhar e, conseqüentemente, contribuíram para o advento do progresso e da civilização.**

Wilson Martins defendia a existência de um Paraná branco e europeu. Ao contrário do Brasil descrito por Gilberto Freyre, o paranaense não se apresentava como o resultado da miscigenação das três raças formadoras do povo brasileiro. [...] No caso do estado do Paraná a mistura de raças foi nula e como resposta a afirmação do antropólogo pernambucano, Martins afirmava: **“no Paraná, pode-se dizer que não há brasileiro (...) sem uma gota de sangue estrangeiro” (VIACARA, 2009, p. 6).**

Ademais, convém mencionar que Wilson Martins, em sua obra, elegeu os imigrantes alemães como os principais responsáveis pelo desenvolvimento do Paraná. Por outro lado, o autor elegeu os imigrantes poloneses como os párias.

⁹ Os exemplos mais evidentes são os monumentos edificadas na Praça Dezenove de Dezembro (praça essa também fundada em 1953).

¹⁰ Convém aqui mencionar que Wilson Martins não era parente de Alfredo Romário Martins.

¹¹ Segundo o autor, **“não houve escravidão no Paraná”**. Ademais, o seu discurso de omissão aos indígenas consagrou a visão de que havia **“vazios demográficos”** no estado, discurso esse perfeitamente sintonizado com a política de colonização do oeste paranaense dos anos 1950.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

De qualquer forma, o trabalho de Wilson Martins foi fundamental para consolidar uma auto-imagem do Paraná, e particularmente, de Curitiba, como um local europeizado e, sobretudo, branco. Assim, conforme observou Janeslei Albuquerque (2003, p. 10), “**não há lugar para o diferente [sobretudo negros e índios]**”. **Especificamente em Curitiba, conforme a autora**, “a política de branqueamento está presente na arquitetura dos monumentos, no discurso oficial e no currículo oficial do município”.

Contudo, o mais preocupante é que o mito e os graves erros e deturpações históricas utilizadas pelo Paranismo ainda são reproduzidas nos discursos oficiais e na política educacional do estado. De fato, basta lembrarmos que as obras de Romário Martins e Wilson Martins foram reeditadas pela Imprensa Oficial e continuam circulando pelas escolas do estado, sendo, inclusive, consideradas obras de referência para a história regional.

Particularmente em Curitiba, nas escolas também circulam a coleção didática *Lições Curitibanas*. Segundo Janeslei Albuquerque (Ibidem, p. 10-11):

[...] Esta coleção se pretende depositária do Bem e da Verdade e apresenta para as crianças da educação infantil, repetidas imagens arquitetônicas emblemáticas do grupo que permanece no poder há mais de três décadas bem como as personagens européias referidas nos livros de história regional. Publicado na primeira metade dos anos noventa, marca o auge do avanço neoliberal na educação em que os interesses, as representações e o vocabulário empresarial marcavam o discurso educacional. Ao longo da obra desenrola-se o que é anunciado nas primeiras páginas: trabalhar com as categorias curitibanas. E estas categorias agora transformadas em conhecimento autorizado pelo saber oficial a ser transmitido às novas gerações, são marcadas pelas imagens da cidade-espetáculo habitada pelos sujeitos brancos, de traços caucasóides que vivem numa cidade sem conflitos, sem problemas sociais (os que porventura já estão sendo resolvidos), onde as imagens da cidade são representações do paraíso e dos contos de fadas, em que as princesas, reinterpretadas pelas imigrantes polonesas, alemãs ou italianas, são quase sempre loiras.

Portanto, até mesmo nos materiais didáticos destinados às crianças da capital encontramos presentes as representações simbólicas do Paranismo, que contribuem



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

para perpetuar mitos e discursos oficiais, além de também criar um estereótipo branco e europeizado do curitibano.

Dessa forma, a ideologia elitista do Paranismo impõe uma violência simbólica a alguns grupos étnicos, sobretudo os afro-descendentes e os indígenas, que são simplesmente excluídos da história local e destituídos do direito à memória.

Em suma, o Paranismo impõe a todos os paranaenses (não importando a qual grupo étnico, cultural, religioso, social, etc. pertençam) uma homogeneização identitária e cultural que, na verdade, representa a história/memória e a identidade das elites que o inventaram.

Considerações Finais

Embora não esteja tão explicitamente presente no cotidiano dos paranaenses como, por exemplo, é o “fenômeno” do movimento tradicionalista gaúcho no Rio Grande do Sul, não podemos relativizar o impacto que as representações simbólicas propagandeadas pelo Paranismo têm na identidade e no imaginário social do estado. De fato, podemos visualizar a sua influência nos discursos oficiais, em alguns elementos identitários do estado, nas praças e monumentos históricos (sobretudo de Curitiba), nas artes plásticas, na história/memória oficial, entre outros.

Entretanto, ultimamente as críticas ao Paranismo, até então restritas ao mundo acadêmico, vêm encontrado ecos em alguns segmentos da sociedade paranaense, sobretudo nas minorias étnicas excluídas dessa ideologia elitista, que reivindicam, entre outras coisas, o seu direito à memória e o respeito à sua cultura.

Referências

ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. O racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba: planejamento urbano, poder e exclusão social. In: *Anais do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferença, mediações*. Universidade Federal de Santa Catarina, abril de 2003. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/html/305-of10a-st1.htm>



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. *Paranismo*: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953). 2007. Tese (Doutorado em História) – UFPR, Curitiba, UFPR, 2007.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho*: o triunfo do avesso. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.
- IURKIV, José Erondy. Romário Martins e a historiografia paranaense. *Educere*, Toledo: UNIPAR, v. 2, n. 2, jul./dez., 2002.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *Cultura Brasileira*: de 1808 ao pré-modernismo. Porto Alegre: UFRGS, 1988.
- OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: UFPR, 2000.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo*: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MARTINS, Alfredo Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. [1º edição de 1899].
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*: ensaio sobre o fenômeno da aculturação no Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, [s.d.]. [1º ed. de 1955]
- NEDEL, Leticia Borges. Caudilhismo, não! O papel da história linear na composição mítica do gaúcho: 1880-1935. *Em tempo de histórias*. Brasília, UnB, nº 5, ano 5, 2001, p. 79-105.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, n. 15, 2001/2002.
- VIACARA, Vanessa Maria Rodrigues. “Em busca de Curitiba perdida”: a construção do *habitus* curitibano. In: *Anais do XII Simpósio Internacional Processo Civilizador*. Universidade Federal de Pernambuco, novembro de 2009. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Viacava.pdf



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

REVOLUÇÃO FARROUPILHA: PERÍODO DA CONSTITUINTE REPUBLICANA (1842-1843)

Alessandro de Almeida Pereira¹

Maria Medianeira Padoin²

Introdução

Esse estudo integra as atividades desenvolvidas como bolsista PIBIC/CNPq/UFSM 2011-2012 vinculado ao projeto "Os Conceitos de República e de Federalismo na Revolução Farroupilha (1835-45) no Contexto do Processo de Construção dos Estados Nacionais e da nação na Região Fronteiriça Platina" e ao projeto guarda-chuva "História da América Platina e os processos de construção e consolidação dos estados nacionais do século XIX e início do século XX" - contemplado com auxílio (material permanente e passagens/diárias) pelo CNPq, por meio de aprovação no Edital 2010, da área de Ciências Humanas - pertencente ao Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM e o Comitê História, Região e Fronteira do Grupo Montevideu.

Entre as ideias políticas que circulavam na América durante o século XIX, estiveram fortemente pronunciadas as palavras *República e republicano*, inclusive o primeiro termo sendo escolhido como forma de Governo definido no Projeto de Constituição (1842-1843) para a República Rio-Grandense (1836-1845). Assim, quais os possíveis sentidos atribuídos aos termos *República e republicano* pela elite farroupilha? O Projeto de Constituição escolhia por definitivo a organização do Estado que lutava pela sua soberania e essa escolha era um consenso entre os farroupilhas?

Para responder essas questões apresentamos nesse trabalho resultados iniciais do projeto de pesquisa, na qual foram alcançados a partir da leitura crítica das obras selecionadas sobre construção dos estados nacionais, Revolução Farroupilha e o(s) conceito(s) de República na primeira metade do século XIX, concomitantemente a essa leitura realizamos um entrecruzamento crítico com Jornais do período farroupilha, atas da Assembléia Constituinte, correspondências, entre outros. Nesse sentido, fundamentamos essa pesquisa através da Nova História Política que, segundo os autores pesquisados, se define pela análise das relações de poder, tendo como objeto as

¹ Acadêmico do Curso de História Licenciatura Plena e Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria. alessandroalmeida@msn.com

² Coordenadora do Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria. mmpadoin@gmail.com



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

relações sociais e político-institucionais. Para alcançar nossos objetivos promovemos uma interdisciplinaridade de conceitos e fontes que é buscada, também, na Ciência Política e no Direito.

A palavra "República" está presente em todos os trabalhos sobre a Revolução Farroupilha para descrever o momento político da Província de São Pedro nos anos de 1836-1845. Esse termo aparece, na maioria dos trabalhos, exclusivamente para demarcar a forma de Governo definida pelos farroupilhas. Assim, poucos historiadores se dedicaram para a identificação desse conceito no discurso da elite farroupilha, revisão que se torna relevante, visto que, estudos recentes em toda a América demonstraram que no século XVIII e XIX não havia apenas um conceito para a palavra República e seu significado se alterava conforme o contexto dos acontecimentos, apresentando variações no mesmo período de tempo e na mesma região.

É nesse sentido que direcionamos a construção desse trabalho, compreendendo a História do Rio Grande do Sul durante o século XIX ligada à história da América, levando em consideração o espaço fronteiriço platino e suas características econômicas, sociais e políticas bem como as relações que este espaço possibilitou.

Conceito(s) de República

O conceito de República é decorrente de uma evolução semântica do vocábulo, desde a significação clássica do *"res publica"*, compatível com vários regimes políticos até a exclusiva denotação de um regime contrário a Monarquia.³ Hoje ao pesquisarmos em um dicionário, tanto léxico como político, notamos que República sofreu o fenômeno da polissemia⁴. Ou seja, o termo adquiriu diversos significados, mas com determinações restritas em cada contexto dos discursos. República era uma realidade em Esparta, onde funcionava um senado vitalício, em Roma, inclusive na vigência dos reis, aos Países Baixos, com sua nobreza hereditária, à Polônia, que tinha aristocracia e monarquia. República podia significar tanto governo livre, como governo da lei, como governo popular. De uma coisa, porém, estavam certos os fundadores, ou a grande maioria deles: a base filosófica da construção que deveriam empreender a base do novo

³ PADOIN, Maria Medianeira. Federalismo Gaúcho – Fronteira Platina, Direito e Revolução. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2001.

⁴ A polissemia (de *poli* = muitos; *semia* = significado) é o fenômeno pelo qual uma palavra vai adquirindo vários significados.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

pacto político tinha de ser predominantemente do interesse individual, na busca da felicidade individual. Assim, a República teria a função de “harmonizar as liberdades individuais com os interesses gerais da sociedade”.⁵

Em 1720 um indivíduo letrado que resolvesse procurar o significado da palavra *república* encontraria, em um “*Vocabulario Portuguez & Latino*”⁶, uma explicação que aplicava o termo possível a qualquer classe de estado, empenhado ao bem comum, sem nenhuma contradição ao ser relacionado com a monarquia, a aristocracia ou a democracia, nesse sentido era entendido republicano, aquele que era “amigo do bem público”; em outro sentido mais restrito *República* era característica de um Estado governado por magistrados, eleitos e confirmados pelo povo, ou seja, o Estado governado por muitos⁷. Em 1832 em um “*Dicionario da lingua brasileira*”⁸, República era definida a partir de três significados: “Estado governado por certas pessoas autorizadas pelo povo. O que pertence ao publico de qualquer Estado. República das Letras, os literatos”. *Republicano* tinha como definição a pessoa “que aprova o governo das Repúblicas” e aquele que vive debaixo desse governo. Por último, *Republico* que seria a pessoa que é zelosa pelo bem público.

Starling (2009) explica que à margem dessa explicação de conceitos políticos, a partir de dicionários de diferentes períodos, há outros documentos como periódicos e discursos que constituem um material que possibilita a identificação de outros sentidos para o termo. Nesse sentido afirma que a história do término *república no Brasil* entre 1750 até 1850 pode ser dividida em quatro períodos. A primeira fase seria entre 1750-1792, no qual república possuía um duplo sentido – [1] concebia a constituição da comunidade dirigida ao bem comum, [2] explicava o conceito de governo regido por magistrados extraídos do povo. Após a Revolução Francesa desenvolve-se no Brasil a ideia principal de *república* como sinônimo de leis francesas e significava a garantia de

⁵ PADOIN, 1999, p. 272.

⁶ BLUTEAU, Raphael. BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Raphael Bluteau Clérigo Regular, Dr. na Sagra Teologia. Pregador da Rainha da Inglaterra, Henriqueta Maria de França; e Qualificador no Sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa.

⁷ Starling, Heloisa Maria Murgel; Lynch, Christian Edward Cyril. República: Brasil. In: Dicionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850. Fundación Carolina Sociedade Estatal de Conmemoraciones Culturales Centro de Estudios Políticos y Consitucionales. Madrid, 2009.

⁸ Pinto, Luiz Maria da Silva. Dicionario da lingua brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva. 1832.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

um governo de iguais. No terceiro momento, a partir de 1821 estabeleceu-se um sinônimo entre *república* e democracia ou governo popular eletivo. Ainda de acordo com a autora, após a abdicação de D. Pedro I havia uma dicotomia entre república-federalismo e monarquia-unitarismo, os manifestos republicanos eram todos provinciais e se referiam à forma republicana de maneira **instrumental**, “**como uma forma de conseguir a emancipação do governo nacional**”.

Por esse motivo que acreditamos ser relevante um debate mais aprofundado sobre o conceito de república para a elite farroupilha. Pois no artigo de Starling (2009) há uma generalização de conceitos, a autora amplia para todo o Brasil suas conclusões obtidas a partir dos resultados de sua pesquisa realizada em regiões centrais do país.

(...) después de la abdicación de Pedro I, en 1831, bajo el mando de senadores, casi a la puerta de las guerras civiles provinciales y en plena fiebre federalista de aquella década, la adhesión al republicanismo seguía no efectuándose sino en último caso. Dentro de la **dicotomía república-federalismo y monarquía-unitarismo**, los manifiestos republicanos eran todos provinciales y se referían a la forma republicana, no como algo bueno en sí mismo, sino de manera instrumental como una forma de conseguir la emancipación del gobierno nacional.⁹

Nessa citação creio que houve um equívoco quando a autora estabelece uma **dicotomia entre “república-federalismo e monarquia-unitarismo”, pois república não** estava necessariamente vinculada a ideia de federação, no século XIX existiam grupos políticos que defendiam a ideia de federação vinculada à monarquia constitucional. Por exemplo, havia no Brasil uma proposta de implantar uma monarquia a nível nacional e repúblicas a nível provincial e local. Nesse sentido, na Província de São Pedro um aspecto que caracterizava o grupo da minoria da elite farroupilha era o fato das manifestações pela defesa de uma monarquia federalista.¹⁰

Os discursos durante os conflitos entre os farroupilhas e Imperiais faziam parte do jogo político estabelecido durante a Revolução Farroupilha. A elite farroupilha jurava fidelidade ao Império do Brasil enquanto criava um Estado soberano, independente do Império brasileiro, e seus diplomatas se empenhavam em estabelecer

⁹ STARLING; LYNCH, 2009, p. 1288, (grifo nosso).

¹⁰ Padoin, 1999, p. 238.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

um reconhecimento desse Estado através de acordos com representantes das Províncias de Corrientes, Santa Fé, Entre Rios, na Banda Oriental, além de tentativas de relacionamentos diplomáticos com o Ditador Francia no Paraguai, ou seja, admitiam federação com aquelas Províncias que adotassem o mesmo sistema de Governo desde que não violasse a soberania interna da República Rio-Grandense¹¹. Os discursos fazem parte do jogo político da época, não podemos reduzir as hipóteses explicativas ao ponto de analisarmos a República Rio-Grandense, que por sinal era composta por parte da Província de São Pedro, apenas como um movimento patriótico que aspirava libertar o Brasil da tirania e do despotismo ou um movimento republicano que assim se denominava por fazer oposição à Monarquia.

Assembléia Constituinte da República Rio-Grandense (1842-1843)

As ideias políticas são a “expressão dos interesses de grupos que se defrontam, e os atos políticos apenas revelam relações de forças definidas, medidas, reguladas pela **pressão dos conjuntos socioeconômicos**”¹². Um complemento explicativo dessa frase de René Remond é encontrado quando investigamos as relações de poder no âmbito local/municipal e regional durante a Revolução Farroupilha, esses interesses distintos entre a elite farroupilha tornaram-se explícitos quando foi convocada a Assembléia Constituinte em 1842, no qual é possível notar um descontentamento e desconforto muito grande entre os deputados que compuseram a Assembléia, entre os diversos motivos para esses conflitos estava o posicionamento ideológico opositor caracterizado pelo grupo minoritário da elite farroupilha. Pois, os trabalhos que analisamos, assim como os documentos pesquisados, demonstram (em níveis analíticos diferenciados) que havia uma heterogeneidade no pensamento político dos farroupilhas, em decorrência de uma disputa ideológica na organização de um Estado que emergia, a partir da separação do Império brasileiro, em um contexto de formação dos Estados Nacionais na América durante a primeira metade do século XIX.

¹¹ Projeto da Constituição da República Rio-Grandense. É necessário destacar que as conclusões dos autores sobre o sistema político da República Rio-Grandense são construídas a partir da análise de um **Projeto** de Constituição, que foi criado por uma comissão de deputados da Assembléia Constituinte e que não passou por votação.

¹² RÉMOND, René (Org.); tradução Dora Rocha. Por uma História política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

O estudo sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845) é o objeto da nossa pesquisa, por ser entendida como uma variável desse processo no contexto de descolonização e surgimento do Estado Nação. Nesse artigo destacamos a fase de elaboração do Projeto de Constituição da República rio-grandense por entendermos, que é um momento de reorganização das estratégias do Império brasileiro para vencer a guerra, surgindo a figura do futuro Barão de Caxias nomeado como Presidente e comandante das armas da Província, alia-se a tudo isso, questões de disputas ideológicas entre a elite rio-grandense. Destacamos o período da Revolução Farroupilha, durante o ano de 1842 e a primeira metade de 1843, por ser uma fase na qual há a elaboração do Projeto de uma Carta Constitucional definindo a República como forma de Governo e admitindo laços federativos – desde que não atingisse a soberania desse Estado. E também, por ser um período diferenciado do posterior que há uma mudança na liderança da República Rio-grandense, tendo como a frente um grupo minoritário da elite farroupilha com ideologias que se afastavam do radicalismo político, que facilitariam o tratado de paz com o Império brasileiro.

O Barão de Caxias assumiu as funções em Porto Alegre, no dia 9 de novembro de 1842, no mesmo período se organizava a Assembléia constituinte da República na capital, em Alegrete. No dia 10 de fevereiro de 1840 decretadas as instruções para proceder-se às eleições à Assembléia Constituinte e Legislativa do Estado Farroupilha, assim como para vereadores dos diversos municípios que integravam a República, ficando fixado o número de 36 deputados para a Assembléia, 9 vereadores para a capital (Caçapava) e cidades de Piratini e Pelotas, e 7 para os demais municípios. O resultado da votação foi a eleição de 36 deputados 18 suplentes, que se reuniram em Alegrete, capital em 1842. Esses Deputados eram padres, Majores, Coronéis, Tenentes, fazendeiros, negociantes, proprietários, advogados, enfim pessoas com prestígio socioeconômico na República Rio-Grandense.¹³

Iniciamos a pesquisa conceitual sobre a definição de *república* para a elite farroupilha pela leitura de três obras sobre a temática. Em realidade a escolha dessa temática primeiramente partiu da Tese *O Federalismo no espaço fronteiraço platino. A*

¹³ Informação obtida a partir de uma análise dos resultados das eleições publicados no Jornal O Americano. Edição de N° 4, 5 de outubro de 1842.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

*Revolução Farroupilha*¹⁴, que nitidamente se propõem ao debate conceitual sobre federalismo, mas apresentando outros assuntos como a relevância do Direito natural e das gentes como justificativa legal para os projetos da elite farroupilha ligada ao movimento de emancipação da Província e a evolução do conceito de república e sua aplicação na primeira metade do século XIX.

A partir de então procuramos por autores que se propuseram a trabalhar através do olhar político dessa temática e um dos primeiros livros que analisamos foi “*História da Revolução Farroupilha*”¹⁵, onde há uma riqueza de detalhes sobre os acontecimentos entre 1835 e 1845 na Província de São Pedro, entretanto, sua análise é pautada por uma leitura nacionalista, descritiva e positivista sobre os acontecimentos; Outra obra que analisamos foi “*Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*”¹⁶, na qual é caracterizada por Moacyr Flores como uma revolução¹⁷ que tinha por objetivo impor o ideário liberal, nesse sentido buscando maior autonomia do Poder Legislativo lutando contra uma ditadura do Poder Executivo, também conclui essencialmente que “os Estados Unidos da América do Norte serviram de modelo quanto à forma republicana presidencialista e ao sistema federativo.”

Afirmar que os farroupilhas não criaram ideias políticas originais, apenas adaptaram em parte da Província de São Pedro as ideologias universais e sendo exclusivamente influenciados pelo modelo de república e federação norte-americano¹⁸, torna-se uma explicação reducionista, no mesmo sentido ao dizer que os farroupilhas formulavam uma “vaga noção de federalismo”¹⁹, essas palavras soam como uma superestimação do pensamento político ideológico que circulava, se reformulava e também era adaptado por pessoas que viviam em uma região fronteiriça, onde o socioeconômico estimulava estreitas relações e proporcionava um fluxo de ideias entre rio-grandenses e caudilhos da região do Prata.

¹⁴ PADOIN. Maria Medianeira, 1999.

¹⁵ FAGUNDES, Morivalde Calvet, 1985.

¹⁶ FLORES, Moacyr. 4 ed. 1996

¹⁷ Moacyr Flores utiliza o termo revolução “considerando que houve uma mudança por meios violentos no governo da província do Rio Grande do Sul, transformando as instituições monárquicas em republicanas, portanto no mesmo sentido empregado pelos rebeldes rio-grandenses.” 1996. p.22

¹⁸ Conclusões de Moacyr Flores. Modelo Político dos Farrapos. 4. Ed. 1996.

¹⁹ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Rio de Janeiro: UFRJ. 1997. p.16



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A história é protagonizada por pessoas com diferentes interesses e motivações, o que é demonstrado pela elite farroupilha. Uma elite que se definiu como sendo detentora do poder econômico e do conhecimento intelectual, contudo estava longe de ser homogênea, tanto em sua composição, como em seus discursos, aspirações e propostas políticas. A Assembléia Constituinte de 1842 foi o palco perfeito para essas demonstrações de divergências de interesses, resultando na divisão entre o grupo da maioria, composto por Bento Gonçalves, padre Hildebrando de Freitas Pedroso, Domingos José de Almeida, entre outros; e o grupo da minoria formado por Vicente da Fontoura, padre Francisco das Chagas, Vicente Lucas de Oliveira, David Canabarro, etc.

Ulha Cintra, em uma correspondência ao general João Antônio, relata a existência de um partido que se esforçava para substituir Bento Gonçalves pelo Ministro Vicente da Fontoura, na presidência da República. Ainda na mesma carta, Ulhoa Cintra afirma que esse grupo indicava o vigário apostólico, padre Chagas, General Canabarro, e o padre Santa Bárbara como candidatos à Presidência, todavia, era parte do plano de Vicente da Fontoura que pretendia dividir os votos entre esses candidatos, julgando dessa forma, poder contar com suficientes sufrágios a seu favor.²⁰

Essa divisão não era apenas resultado de disputas pessoais entre os deputados e figuras importantes do Estado. Eram disputas pelo poder e por interesses individuais, além disso, havia conflitos ideológicos e divergências de projetos políticos.

Nesse sentido, mesmo com essas divergências existentes entre a elite farroupilha, podemos ler no Jornal O Americano, porta voz do Governo farroupilha, o significado de República vinculado à existência de uma coletividade política com **características da “res-publica”**, ou seja, no sentido primeiro de **“coisa publica”**, coisa do povo e para o povo, que é consenso para aqueles que se opunham a toda forma de tirania.²¹

Louvres sejaó dados ao nosso governo, que despresando a imitação servil, e estabelecendo entre nós a eleição directa, provou por este acto somente, que conhece quaes são os principios de hum governo Republicano, e quaes são as leis que tem relaçaó com estes principios. [sic]²²

²⁰ FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. 2 ed. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. p. 335.

²¹PADOIN, 1999, p. 272.

²² Nota de Rodapé dos redatores do Jornal *O Americano: Periodico Official, Politico e Literario*. 2 de novembro de 1842. **Documentos Interessantes para o estudo da grande**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Ao iniciar o trabalho empírico de pesquisa metódica, notamos que no Rio Grande do Sul entre 1836 e 1845 havia concomitantemente a atuação do Governo da República Rio-grandense e o Governo de representação do Império brasileiro, na cidade de Rio Grande. Por isso, acreditamos ser uma premissa de trabalho a compreensão que nem todo o rio-grandense durante a Revolução Farroupilha foi farrapo, assim como nem todo o farrapo defendia o Estado Republicano e a Federação.²³

Essa divisão entre as regiões da Província também era vivenciada entre os farroupilhas, visto que conforme o que transparece na seguinte declaração da elite farroupilha (maioria), a República também relaciona-se à imagem contrária da Monarquia.

Uma república federal baseada em sólidos princípios de justiça e recíproca conveniência uniria hoje todas as províncias irmãs, tornando mais forte e respeitável nação brasileira, se o interesse individual e se a traição não violassem o espírito público, estabelecendo pelo artifício e pela força os mesquinhos e desastrosos princípios da monarquia forte, esse sistema precário e funesto que tanto sangue e tantas lágrimas tem custado ao Brasil.

Calvet (1985) defende a ideia de que durante a Revolução Farroupilha houve a vitória do sistema de Governo Republicano e do sistema Federativo, indicando uma falta de unanimidade entre a elite farroupilha. Para o autor a Revolução Farroupilha se caracterizou como um movimento republicano e federalista. Nesse sentido, ele coloca em segundo plano as atuações do General Neto, proclamador da República Rio-grandense (1836) e do líder Bento Gonçalves, exatamente de acordo com seus princípios nacionalista, pois eximindo essas figuras simbólicas da elaboração de ideias republicanas, como se eles estivessem à parte dessa construção dos projetos políticos, contribui para a tentativa de excluir por completo a ideia separatista e antinacional da Revolução Farroupilha, não alterando a valorização construída sobre ela ao longo do

Revolução de 1835-1845. Publicação do Terceiro Departamento (História Nacional). 1930. p. 238.

²³ Os farroupilhas ao longo dos dez anos de conflito não possuíram o apoio de todas as câmaras municipais, no auge da Revolução, apenas não possuíram o apoio da Câmara de São José do Norte, Rio Pardo e Rio Grande. FAGUNDES, 1985, p. 86.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

século XX. Visto que, o autor narra os acontecimentos dessa história deixando explícito que o maior representante da Guerra Civil de 1835 esteve à parte da principal decisão política da Revolução Farroupilha e caracteriza o General Neto como um porta-voz dos **ideais dos personagens de “menor relevância” na memória** da sociedade, como é o caso de Domingos José de Almeida.

A partir dessas questões levantadas por Calvet (1985), direcionamos a pesquisa para uma análise biográfica da elite farroupilha, para identificar os conceitos políticos evitando uma generalização excessiva. Nessa busca biográfica, analisamos correspondências publicadas no Jornal O Americano, e identificamos um significado de republicano com atribuições maniqueístas que por mais que o autor use um pseudônimo creio ser relevante essa definição, pois ele atribui valores que eram construídos como sendo adversos dos imperiais, por exemplo, a disposição firme e constante para a prática do bem e para a compaixão.

Depois de havermos lido os inauditos sacrilégios praticados pelos imperiaes, no monumento do desgraçado General Lima em Cassapava nos veio á recordaçao a conducta do General Netto por occasiaó do naufrágio e morte do malfadado Brigadeiro Imperial José Rodrigues Barboza, elle lamenta com sincera expreçao de hum coração sensível o tragico fim deste infelis Patricio em huma participaçã que dirige ao Governo, e ordena que aos que encontraraó seu corpo que lhes deem sepultura, assinalada e decente para lhe serem tributadas as honras funeraes quando as circunstancias o permittaó. **O sentimento de sua morte foi geral entre todos os Republicanos: todos lhe tributaraó huma lagrima de compaixaó. Julgue agora todo aquelle que não estiver atacado da contagiosa febre dos partidos para que lado pende a balança da virtude.** [sic.]²⁴

Obviamente essa citação é extremamente parcial retirada do discurso farroupilha, entretanto não podemos ignorar essas relações maniqueístas estabelecidas como sinônimos por farroupilhas para os significados de republicanos e imperiais.

²⁴ Contraste a Correspondência do Sr. Rio-Grandense indignado. In. O Americano, quarta-feira, 2 de novembro, 1842. P. 209. (grifo nosso)



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Conclusão

A Revolução Farroupilha (1835-1845) é o resultado das relações sociais, no espaço fronteiriço platino, que aspiravam ao domínio do espaço de poder local/municipal, regional e nacional. Foi motivada por interesses econômicos e políticos pertencentes principalmente à elite rio-grandense, não sendo homogênea em sua composição e, tampouco, em suas ideologias. O que nos motiva a investigar o significado de ***República e republicano*** para a elite farroupilha.

Nesse artigo destacamos a fase de elaboração do Projeto de Constituição da República rio-grandense por entendermos, que é um momento de reorganização das estratégias do Império brasileiro para vencer a guerra, surgindo a figura do futuro Barão de Caxias nomeado como Presidente e comandante das armas da Província, aliando-se a tudo isso, questões de disputas ideológicas entre a elite rio-grandense. Destacamos o período da Revolução Farroupilha, durante o ano de 1842 e a primeira metade de 1843, por ser uma fase na qual há a elaboração do Projeto de uma Carta Constitucional definindo a República como forma de Governo e admitindo laços federativos – desde que não atingisse a soberania do Estado; entretanto um Projeto que devido às circunstâncias de guerra constante, oposição de grupos da elite farroupilha e outras causas que não possibilitaram a votação para ser aprovado. E também, por ser um período diferenciado do posterior que há uma mudança na liderança da República Rio-grandense, tendo como a frente um grupo com ideologias diferenciadas, que facilitaríamos o tratado de paz com o Império brasileiro.

A partir dos resultados iniciais do projeto de pesquisa obtidos sobre a identificação das concepções da elite farroupilha sobre República notamos que há uma generalização de conceitos pela historiografia tradicional e até mesmo dos porta-vozes da elite farroupilha. Pois, ao analisarmos fontes históricas individuais, como as correspondências e manifestos, assim como se analisarmos os diferentes momentos históricos da Revolução Farroupilha - considerando as intenções e motivações políticas dos personagens – poderemos identificar o significado de República vinculado à ***existência de uma coletividade política com características da “res-publica”***, ou seja, no sentido primeiro de ***“coisa pública”***, coisa do povo e para o povo, que é consenso para aqueles que se opunham a toda forma de tirania, podendo ser implantada em uma Monarquia constitucional; entretanto República para outros grupos políticos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

significava uma oposição contrária a Monarquia, que nos discursos era relacionada diretamente com princípios tirânicos.

Referências

- BIDINOTO, Lauro Manzini. *Clero secular e poder político nos movimentos de independência do Prata*. Santa Maria, RS. 2005. B585c Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica: El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- DOCUMENTOS interessantes para o Estudo da Grande Revolução*. V.2. Porto Alegre: Museu do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Departamento de História Nacional, 1930.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.
- HASTENTEUFEL, Zeno. *DOM FELICIANO: na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Acadêmica, 1987
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: 5 ed. Paz e Terra, 2008.
- JAEGER, Luís Gonzaga. *O Clero na Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre, 1946.
- PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiro platino*. 1999. 337 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- _____ *Federalismo Gaúcho – Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2001.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado nacional*. In: DACANAL, José Hildebrando (org). A Revolução Farroupilha: História e Interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 29-60.
- RÉMOND, René (Org.); tradução Dora Rocha. *Por uma História política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RUBERT, Arlindo. *O antigo clero diocesano do Rio Grande do Sul (1737-1910)*. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 2005.
- RÜSEN, Jörn; tradução Asta-Rose Alcaide. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

CONFLITO DE MEMÓRIAS: O LEGADO DAS DITADURAS LATINO AMERICANAS

Alex Conceição Vasconcelos¹

Verônica da Costa Dalcanal²

Durante as décadas de 1960 e 1970 muitos países da América Latina passaram por duros governos ditatoriais, dentre os quais o regime militar brasileiro. Neste período, a prisão, a tortura e o desaparecimento de opositores políticos foi praticada pelo Estado em muitos países da região. As arbitrariedades cometidas pelas ditaduras latino americanas não foram esquecidas pelos perseguidos políticos, que depois de anos presos e exilados puderam voltar aos seus países e procuram, desde então, contar suas histórias. Recentemente, a discussão sobre a abertura dos arquivos e a investigação da histórica do período no Brasil reacendeu oposições. A proposta deste trabalho é refletir sobre os atuais debates e discursos políticos no país que abordam a revisão do sigilo dos documentos e da Lei de Anistia, de 1979, em comparação à abertura dos arquivos realizada em outros países da América Latina que viveram ditaduras em seu passado recente, como a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

Evidencia-se uma enorme tensão sobre a memória das ditaduras sul-americanas, refletindo-se na esfera pública. Há uma batalha pela memória, como conceitua o pesquisador austríaco Michael Pollak, onde a irrupção de ressentimentos acumulados e sofrimentos contribuem para a reescrita da história.

A memória coletiva é o tema de reflexão do pesquisador austríaco Michael Pollak no artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio* publicado pela revista *Estudos Históricos* em 1989. Nele, o autor investiga as relações entre a

¹ Graduado em Filosofia pela UERJ e mestrando do PPGH/UERJ, alexconceicao2004@gmail.com

² Graduada em Jornalismo e em História pela UERJ e mestranda do PPGH/UERJ, vdalcanal@yahoo.com.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

memória coletiva e a individual, as disputas pela hegemonia da memória oficial e a construção da memória sobre o passado a partir do presente. Seu trabalho avança sobre as relações de poder envolvidas na seleção de fatos, monumentos e personagens históricos que são preferencialmente lembrados por um grupo social, em detrimento dos momentos esquecidos ou silenciados. Sob este ponto de vista, a pesquisa histórica ganha grande importância, afinal é através dela que o passado ganha coerência e continuidade, podendo ser reforçado como memória oficial.

Michael Pollak questiona como e por quem alguns fatos sociais são selecionados e solidificados na memória coletiva, em detrimento de outros. As memórias dos excluídos, dos marginalizados, das minorias não estão ao acesso de todos, elas são silenciadas na memória coletiva, não aparecem em sua superfície, mas não pode-se dizer que são esquecidas. Existem, segundo ele, memórias subterrâneas que se opõem à memória oficial dos grupos sociais. Elas resistem ao caráter uniformizador e, por isso mesmo, destruidor da memória coletiva, utilizando principalmente a transmissão oral. Assim, mesmo com uma dura censura aos meios impressos, essa memória sobrevive e é passada à diante.

Segundo Pollak, as memórias subterrâneas sobrevivem fazendo a subversão no silêncio e afloram em momentos de crises e sobressaltos, para disputar o registro na memória oficial do grupo. Quando perseguidos e presos políticos puderam retornar às suas vidas, com a diminuição da repressão das ditaduras latino-americanas, sua memória não havia sido esquecida, não estava perdida. Aos poucos elas foram resurgindo, nas conversas, nos jornais, nos livros.

O caminho que leva da sombra subterrânea à luz da memória coletiva é complexo, segundo Michael Pollak. As circunstâncias e conjunturas do presente determinam que lembranças do passado, marginalizadas ou não, devem fazer parte da memória coletiva construída sobre determinado fato ou personagem **histórico**. **“Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas**



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto”³. Para ele, a memória coletiva sempre remete ao presente, cujo ponto de vista deforma e reinterpreta o **passado a todo momento. “Há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”**⁴. É nessa interação que ocorrem as batalhas de memória, no olhar que investiga o passado segundo questionamentos do presente, na procura de respostas do passado para problemas do presente. Como força de coesão interna do grupo social, a memória coletiva relaciona o passado às necessidades do grupo no presente.

Como foi possível perceber, Michael Pollak traz contribuições importantes para a reflexão sobre a memória coletiva e individual, sua construção e as disputas pela sua hegemonia. Pensar as batalhas da memória em países como os da América Latina, que tem em seu passado recente violentos regimes ditatoriais, o exílio de opositores, as prisões arbitrárias, a tortura física e psicológica, é fundamental para entender a emergência, nos últimos anos, das memórias subterrâneas dos perseguidos políticos deste período. O silêncio imposto às vítimas não resultou em esquecimento, como bem percebe Pollak ao pesquisar a memória coletiva, mas em ressentimento, e na necessidade de ver aquela memória contada e imortalizada em monumentos, nomes de ruas, livros, filmes, exposições. Nas bancas de jornais, nas livrarias, nas redes de televisão abertas e a cabo, a batalha da memória está em vários lugares: na mídia, nas escolas, nos universidades. É um processo dinâmico que se dá o tempo todo. O artigo de Pollak traz esta perspectiva à tona para que possamos pensar a história tendo em mente estas disputas.

Repressão e memória na América Latina

Apesar de cada país possuir peculiaridades, de uma forma geral, as ditaduras que se instalaram na América Latina durante os anos 1960 e 1970,

³ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.8.

⁴ Ibid. p. 9.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

durando até meados da década de 1980, foram marcadas por uma dura repressão aos seus opositores. Apoiados, via de regra, pelo governo norte-americano, estes governos foram responsáveis por prisões políticas, censura aos meios de comunicação, torturas, assassinatos, desaparecimentos. Mesmo atualmente, é difícil avaliar a amplitude da ação repressiva dos regimes ditatoriais na região, devido principalmente às dificuldades para promover a abertura dos arquivos e a pesquisa historiográfica sobre o período. Alguns países, no entanto, conseguiram importantes avanços, descobrindo seu passado e condenando os crimes cometidos contra a humanidade. A Argentina, o Paraguai e o Uruguai, por exemplo, tem dado passos importantes neste caminho.

No regime militar argentino aproximadamente 30 mil pessoas foram mortas ou desaparecidas entre 1976 e 1983, um dos mais violentos da região. Hoje, o país procura fechar suas feridas. Em 2005 foi um dado um passo importante com a anulação das leis de Obediência Devida e Ponto Final, as chamadas leis da impunidade, pela Suprema Corte Argentina. O país viu crescerem as investigações e a reabertura de processos que procuravam esclarecer o que havia acontecido durante os anos de ditadura.

Um outro passo importante, dado em janeiro de 2010, foi a decretação, pelo governo argentino, da abertura de toda informação e documentação vinculada à atuação das forças armadas entre 1976 e 1983 que não estivesse relacionada à Guerra das Malvinas ou outros conflitos de caráter interestatal. O material já estava disponível para pesquisa no Arquivo Nacional da Memória, mas antes era preciso ter uma autorização para cada caso, o que atrasava a liberação dos documentos. Com isso, os processos e investigações ganharam agilidade.

Com recuperação da memória, vieram também as condenações. Em 2010 foram muitos os julgamentos de militares e policiais ligados à repressão ditatorial na Argentina. O primeiro presidente da ditadura militar e ex-general Jorge Videla foi condenado a prisão perpétua em dezembro pelo Tribunal Oral



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Federal de Córdoba, sob acusação de crimes contra a humanidade cometidos entre abril e outubro de 1976. Outros 29 militares e policiais foram julgados ao seu lado. No mesmo ano, 16 torturadores foram condenados por um tribunal em Buenos Aires acusados de 181 crimes, entre os quais torturas, estupros e assassinatos.

O Paraguai esteve sob ditadura entre 1954 e 1989, comandada por Alfredo Stroessner, e também avançou na abertura dos arquivos da repressão e apontamento de culpados pelas violações aos direitos humanos. Em 2003 foi promulgada uma lei que estabeleceu a criação de uma Comissão da Verdade e da Justiça para investigar, entre outros crimes, as violações aos direitos humanos cometidos pelo regime Strossner. Integrada por nove membros de diferentes setores da sociedade, a comissão ouviu 2.059 testemunhos de sobreviventes e parentes de desaparecidos para elaborar um relatório, divulgado em 2008. Segundo o documento, o número de perseguidos no país chegou a 128.076, sendo 20.090 como vítimas diretas e 107.987 como indiretas. Durante a ditadura do país, foram realizadas 19.862 detenções arbitrárias e 3.470 exílios forçados. Depois da divulgação dos números da repressão no país, o presidente Fernando Lugo pediu perdão em nome do Estado paraguaio pelos crimes.

Em outubro de 2009, outra medida importante foi tomada no Paraguai. O governo anunciou a abertura de todos os arquivos militares do país, colocando-os a disposição dos tribunais locais e internacionais que investigam crimes cometidos pelas ditaduras do Cone Sul. Graças a isso, diversas informações relativas à Operação Condor foram liberadas, ajudando a esclarecer a cooperação existente entre os países da América Latina durante os regimes autoritários dos anos 1960, 1970 e 1980.

Além da abertura dos arquivos, houve condenações no Paraguai. Sabino Augusto Montanaro, ministro do interior entre 1967 e 1989, foi detido no dia 24 de junho de 2009 e, aos 86 anos, foi levado para a prisão de Tacumbú, na cidade de Assunção. Montanaro foi acusado de ser o autor intelectual da tortura e da morte de um universitário em 1976, mas ainda respondia a outros vários



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

processos pela tortura e desaparecimento de opositores do regime. O ex-ditador Stroessner também recebeu muitas acusações, mas morreu sem cumpri-las, exilado no Brasil, em 2006.

Mais recentemente, em agosto de 2011, o governo paraguaio indenizou 244 vítimas diretas e indiretas da ditadura de Alfredo Stroessner., somando ao todo 19,99 milhões de guaranis, a moeda paraguaia. Há informações de que 552 pessoas já foram indenizadas, mas existem cerca de 10 mil pessoas que pediram reparação por perseguição, prisão, tortura e exílio sofridos durante os 35 anos de ditadura do país.

No Uruguai a universidade está contribuindo sobremaneira para a investigação do seu passado recente. Desde dezembro de 2010 o governo do Uruguai e a Universidade da República (Udelar) estabeleceram um acordo para retomar as excavações na procura dos restos mortais dos desaparecidos políticos. Além disso, em junho de 2011, o presidente José Pepe Mujica pediu ao Ministério da Defesa e à Suprema Corte que abram os arquivos que contenham informações sobre registros médicos e processos judiciais de organizações que atuaram na resistência à ditadura do país, que durou de 1973 a 1985, fornecendo dados para o Comitê de Pesquisa e monitoramento da Presidência da República.

Apesar da Lei da Caducidade, que impede que os militares que violaram os direitos humanos durante a ditadura possam ser condenados, pelo menos 20 ex-oficiais já foram julgados pelos uruguaios. Entre eles está o ex-ditador Gregório Alvarez, que governou entre 1981 e 1985. Em julho de 2011, a justiça uruguaia condenou dois ex-oficiais do exército, acusados de matar um militante tupamaro detido durante a ditadura do país. Também em 2011, o coronel aposentado Tranquilino Machado foi condenado pela morte de Ramón Peré, em 1973, considerado a primeira vítima da ditadura.

Outro países da América Latina também avançaram na abertura dos seus arquivos da ditadura. Na Bolívia, em fevereiro de 2010, Evo Morales pediu ao Poder Judiciário que fosse feita a abertura dos arquivos da ditadura militar do país, instaurada em 1964 e que só teve fim em 1982. No mesmo ano, Roger



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Valverde, juiz de instrução da Vara Penal de La Paz, ordenou a entrega ao Ministério Público do país da documentação das forças armadas sobre a desaparecimento de ex-dirigentes da esquerda boliviana. Apesar disso, a decisão determina que seu conteúdo não seja divulgado. No Chile, o general e ex-ditador Augusto Pinochet morreu em 2006 envolto em inúmeros processos judiciais e condenado moralmente.

Apesar dos muitos avanços vistos nos países da América Latina, o Brasil ainda está atrasado na revisão histórica da ditadura militar e não conseguiu que os arquivos do período fossem abertos. Algumas iniciativas foram tomadas nos últimos anos, no sentido de fortalecer a política de liberação destes acervos documentais, mas ainda existe muita resistência no país.

Anistia e esquecimento: a disputa pela memória da ditadura militar no Brasil

Pelo menos desde 2010, quando foi divulgada a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos no Brasil, o PNDH-3, seguimentos da sociedade têm defendido publicamente a revisão da lei de Anistia, alegando que os crimes cometidos pelos torturadores durante a ditadura são imperdoáveis e imprescritíveis. Com isso, estamos acompanhando um intenso debate sobre o legado da ditadura, ocasionando uma batalha pela memória no Brasil. Setores da sociedade adotam uma postura revisionista, cujo objetivo é fazer a releitura da lei e impugnar a anistia dos torturadores, outros são contrários a qualquer revisão, numa posição nostálgica em relação ao regime militar, com o objetivo de manter o sigilo dos arquivos.

Mediante este quadro exposto sinteticamente, evidencia-se uma enorme tensão no que concerne a memória social da ditadura, refletindo-se na esfera pública. Na batalha pelo revisionismo podemos observar a atuação combativa do Ministério dos Direitos Humanos, cuja ênfase é a luta pela refeitura da memória social da Ditadura, adotando políticas de incentivo à pesquisa do período, pressionando a Casa Militar pela reabertura do processo da Guerrilha



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

do Araguaia, atuando com o Ministério da Justiça junto ao Supremo Tribunal Federal pela revisão da Lei da Anistia, além da instituição da Comissão da Verdade para a apuração dos crimes cometidos durante a Ditadura.

Pela “nostalgia”, podemos observar a atuação de políticos contrários ao revisionismo, no boicote do Ministério da Defesa as iniciativas revisionistas, na pressão de setores da sociedade pela suspensão da Comissão da Verdade e da manutenção do sigilo dos arquivos. Esse embate também se reflete na esfera privada, na qual acaba havendo um verdadeiro choque no tocante ao sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, devido ao questionamento da construção da memória política da Ditadura.

O lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos, em dezembro de 2009, reacendeu um debate que parecia esquecido no país. No eixo orientador VI, sobre o Direito à Verdade e à Memória, a diretriz 23 preve o **“reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado”**⁵. Assim, é estabelecido como primeiro objetivo estratégico:

“Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT da Constituição, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”⁶.

Entre as ações programáticas estava a criação de um grupo de trabalho composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos para elaborar um projeto de lei da Comissão Nacional da Verdade. O debate que se seguiu ao lançamento do PNDH-3 na imprensa foi intenso. O programa foi muitas vezes acusado de revanchista, e rejeitado por setores da sociedade, principalmente ligados às forças armadas.

⁵ BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – reimpressão, Brasília, SDH/PR, 2010. p. 173.

⁶ Ibid. p. 173.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Este fato nos faz refletir sobre o aparente consenso sobre uma possível vitória simbólica na memória oficial dos vencidos durante a ditadura militar brasileira. As dificuldade de abertura de arquivos e na criação da Comissão da Verdade, nos parece evidenciar ainda uma disputa pela memória oficial do período no país, opondo setores da sociedade claramente contrários à revisão histórica e a abertura definitiva dos arquivos sigilosos.

Referências bibliográficas

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – reimpressão, Brasília, SDH/PR, 2010.

BRASIL. Direitos Humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Sites (todos consultados em 1º de setembro de 2011)

<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2010/01/06/cristina-kirchner-ordena-abertura-de-arquivos-da-ditadura-argentina-915474548.asp>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u60869.shtml>

http://operamundi.uol.com.br/noticias/JUSTICA+DE+BUENOS+AIRE+CONDENA+16+REPRESSORES+DA+DITADURA+MILITAR+ARGENTINA_8409.shtml

http://operamundi.uol.com.br/noticias_ver.php?idConteudo=8412



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

http://www.opalc.org/web/index.php?option=com_content&view=article&id=556:abertura-e-conservacao-dos-arquivos-das-ditaduras-na-america-do-sul&catid=157:politiques-sociales&Itemid=212

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/O,,MUL1206863-5602,00.html>

<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2009/10/14/paraguai-abre-arquivos-da-ditadura-brasil-vizinhos-sao-exortados-fazer-mesmo-768061193.asp>

<http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cat=14&cod=59253>

<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/O,,OI3142269-EI8140,00-Paraguai+peessoas+foram+executadas+em+ditadura.html>

<http://origin.www.abril.com.br/noticias/mundo/2008-08-28-93856.shtml>

<http://sul21.com.br/jornal/2011/07/justica-do-uruguai-condena-dois-ex-oficiais-por-morte-na-ditadura/>

http://operamundi.uol.com.br/noticias_ver.php?idConteudo=2793

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u723971.shtml>

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,uruguai-condena-seis-militares-por-homicidios-cometidos-durante-ditadura,574956,0.htm>



Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -

AS PRÁTICAS RELIGIOSAS NIPO-BRASILEIRAS NO RS: CULTURA DE CONTRASTE?

Alexandra Begueristain da Silva¹

André Luis Ramos Soares²

Introdução

Este artigo é um diagnóstico que retrata o perfil da religiosidade praticada pelos imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul, especialmente na cidade de Santa Maria. Esta é uma pesquisa desenvolvida paralelamente à dissertação de mestrado em Ciências Sociais da UFSM, que visa reconhecer as práticas religiosas cotidianas dos nipo-brasileiros residentes no estado. O grupo estudado é, em parte, moradores da cidade de Santa Maria, chegados aqui em 1958. Tão logo estabeleceram-se fundaram a *nihonjinka*³ associação ainda existente que aglutina as famílias nipo-brasileiras em Santa Maria, já que não se configura como uma Colônia. Com o sentimento de coletividade (BENEDICT, 2002, p. 168) bastante forte na personalidade dos japoneses, mesmo após anos da imigração os *nihonjin*⁴ do RS encontram-se anualmente para festividades características dos japoneses os *undokais*⁵ e *engekai*⁶, normalmente realizados em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

De forma ampla, o Brasil é conhecido como o maior país católico do mundo, contudo possui espaço para a presença de diferentes religiões, principalmente devido sua característica pluralidade e a diversidade étnica, de raças e de culturas, resultantes em grande parte, de seu processo imigratório.

A respeito da imigração no Brasil e das influências deixadas ou sofridas pelos imigrantes em contato com a sociedade envolvente, Seyferth afirma que:

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFSM

² Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFSM – Orientador da Pesquisa.

³ Associação de japoneses.

⁴ Japoneses, nascidos no Japão. Diferem-se dos imigrantes que chegaram em tenra idade (daí-nissei)

⁵ Gincana esportiva.

⁶ Festival artístico.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Os imigrantes, em geral, mantêm alguma ligação com a cultura e sociedade de origem, por maiores que sejam as pressões no sentido da assimilação. Guardam sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos. Assim, os fenômenos chamados pelos **especialistas de “absorção”, “assimilação” e “aculturação” não impedem a persistência do componente étnico da identidade social dos descendentes de imigrantes, por mais que estes estejam integrados à nova sociedade.** (1990, p. 79)

De forma que esta ligação com a cultura de origem ainda que diluída pelo processo de integração social pode, entre outros traços característicos dos grupos imigrantes como vestuário, linguagem/ ou dialeto etc., ser relacionada às práticas religiosas e, dentre estas variações religiosas no Brasil, à presença de religiões de origem japonesa.

Pois manter alguns traços de origem é fundamental na construção de uma identidade hifenizada, no caso a nipo-brasileira, e sobre tudo porque Santa Maria ainda tem informantes de primeira geração, japoneses nascidos no Japão e emigrados para o Brasil. E existem costumes que são mantidos, outros esquecidos, assimilados, aculturados, ou recriados pelas novas gerações. **“Mesmo quando a cultura, língua ou os costumes mantidos pela primeira geração deixam de ser importantes como características de configuração grupal, os grupos étnicos, são continuamente recriados por novas experiências”.** (Seyferth, 2010, p. 28)

Ainda quanto à assimilação cultural por parte dos imigrantes japoneses ou o processo de aculturação ou transição dos costumes frente ao padrão cultural brasileiro, buscado durante a tentativa de criação de um estado-nação essencialmente brasileiro, donde refutava-se todo e qualquer indício de diferença cultural, entre eles e principalmente as línguas estrangeiras praticadas pelos grupos de imigrantes, pode-se lembrar de Sakurai (2000, p. 18):

Assimilação e aculturação são dois conceitos que caminham juntos e têm um peso respeitável na percepção sobre o imigrante. Pensa-se em tirar do imigrante as suas características de estrangeiro. E torná-lo um **‘igual’**. A



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

diferença é percebida como um atributo negativo, sendo considerado positivo aquele que tem padrão cultural brasileiro como referência.

Os costumes sejam eles, religiosos, gastronômicos ou outros da cultura dos imigrantes, no presente estudo focado na cultura japonesa, perpassam por uma transição dentro do grupo étnico, que pode variar conforme a situação:

A identidade étnica tem dupla dimensão, pois sua definição envolve a atribuição pelos membros do grupo e pelos outros (estranhos, estrangeiros); não é fixa, varia de acordo com diferentes situações sociais, está em permanente negociação – o que implica em ação recíproca e na percepção das diferenças significativas que delimitam a fronteira. (Seyferth, 2010, p. 29)

Tal afirmação vem ao encontro de uma das hipóteses desse estudo, no sentido de que as práticas religiosas são anunciadas, negociadas e manifestadas conforme a situação em que o imigrante japonês se encontra, ora com aspectos budistas japoneses e ora com aspectos cristãos incorporados na chegada ao Brasil e assumidos pelas novas gerações, principalmente por estreitar as fronteiras do diferente com a sociedade brasileira, facilitando uma integração por parte dos *nikkeis* à sociedade.

Tais manifestações das práticas religiosas, objeto desse estudo, bem como outros costumes que também passam por esse processo, são assumidas para a inserção na sociedade receptora, global, na tentativa de pertencer a esse grupo social e se tornar invisível aos olhos das críticas e preconceitos. Neste aspecto, **Hall (2003) se posiciona da seguinte maneira: “Eu sei que o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada” (p. 339). Por conseguinte, as práticas religiosas são cuidadosamente adaptadas às situações, negociadas, reguladas, sendo algumas vezes japonesas e outras brasileiras, conforme veremos posteriormente.**

Ainda a respeito dos repertórios culturais negociados e ressignificados pelas condições sócio-culturais, Hall afirma:



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

... na cultura (...) estritamente falando, em termos etnográficos, não existem formas puras. Todas essas formas são sempre o produto de sincronizações parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais, de confluências de mais de uma tradição cultural, de negociações (...), de estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação... (2003, p. 343).

De maneira que neste breve artigo procurar-se-á analisar, se é que existem, as negociações, assimilações e ou adaptações da religiosidade nipo-brasileira, como sincronizações com manifestações religiosas brasileiras por tradição, tendo como finalidade a aceitação e integração à sociedade local.

O presente estudo reúne relatos dados por informantes de Santa Maria, coletados em entrevistas semi-estruturadas a um questionário aplicado por ocasião do *Engekai* ocorrido em 18 de setembro de 2010, onde se encontraram *nikkeis*⁷ de diferentes cidades do estado, de forma que juntos possam servir de amostragem da religiosidade praticada e identidade nipo-brasileira em âmbito familiar. Optou-se por demonstrar os dados estatísticos advindos dos questionários em cruzamento a trechos das entrevistas que confirmem ou não as hipóteses levantadas pela presente pesquisa. Tais hipóteses são: da existência de um hibridismo religioso entre o budismo e o cristianismo (SILVA E SOARES, 2010) e da aculturação ou assimilação cultural por parte dos imigrantes japoneses na tentativa de adaptar-se, mais rapidamente aos hábitos sócio-culturais locais (SOARES, GAUDIOSO, 2009).

As entrevistas por sua vez, foram realizadas sob o método da história oral, onde durante as conversas se reconhecem na narrativa dos entrevistados as suas histórias e estórias, as memórias trazidas do passado através do que se chama de história oral. Portelli (1997) considera a **história oral como um ‘instrumento’**

⁷ “O japonês-brasileiro, ou seja, o descendente de japonês é atualmente denominado de nikkei, não importa a que geração pertença. Esta denominação está sendo utilizada desde a Convenção Panamericana Nikkei ocorrida em 1985, em São Paulo, que adotou a terminologia para todos os descendentes os japoneses nas Américas. Antes, usava-se a terminologia nisei, para os descendentes dos imigrantes, sansei, para os descendentes de terceira geração no Brasil. Esta terminologia foi adotada na década de 1950, substituindo o termo dainisei.” (Sakurai, 1993, p. 21)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

para fornecer informações sobre o passado, sendo que o importante é a subjetividade das narrativas, podendo recuperar memórias vividas sob a perspectiva de quem as viveu. A história oral ultrapassa a semelhança entre história e memória quando prioriza a narrativa dos sujeitos e repensa a relação entre passado e presente, tendo ainda a possibilidade de construir uma fonte capaz de eleger sua própria história ao deparar-se com testemunhos de memórias que podem ser selecionadas. Assim, trechos das narrativas foram selecionados e cruzados com os resultados dos questionários, este composto por 18 (dezoito) questões de múltipla escolha, nas línguas japonesa e portuguesa numa amostra de 50 (cinquenta) questionários aplicados.

As principais categorias que balizaram a interpretação dos dados são: a memória coletiva e a memória individual de Halbwachs (1990), o enquadramento da memória de Pollack (1989), a etnicidade de Seyferth (1990) e Hall (2003), a religião de Geertz (2001), que perpassam ainda pela antropologia sobre os japoneses em São Paulo de Cardoso (1995) e memórias de imigrantes como Handa (1997) entre outros estudos mais recentes sobre japoneses no Brasil.

As práticas religiosas

Com relação às práticas religiosas vivenciadas diariamente pelos imigrantes japoneses vale ressaltar a presença do *butsudan* e o culto aos antepassados conforme Benedict (2002), sobre o culto aos antepassados, buscamos referências sobre a existência, cuidados e responsabilidade dos altares domésticos. Assim, a questão referente à propriedade do *Butsudan*⁸ ou

⁸ Um *butsudan* (literalmente "altar de Buda") é um santuário comumente encontrados nos templos e casas de culturas japonesas budistas. Um *butsudan* é um armário de madeira com portas que encerram e protegem um *gohonzon* ou ícone religioso, uma estátua ou pintura de um Buda ou Bodhisattva, ou um "script", mandala em rolo. As portas estão abertas para exibir o ícone durante as comemorações religiosas, e fechadas antes do anoitecer. Um *butsudan* geralmente contém uma série de itens religiosos subsidiários, chamados *butsugu*, como castiçais, porta-incensos, sinos, e plataformas para colocar ofertas, tais como, chá de frutas ou arroz. Algumas seitas budistas tem *ihai*, lápides de parentes mortos, dentro ou perto do *butsudan*. Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Butsudan>, ultimo acesso em 18 de maio de 2011.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

*Kamidana*⁹ em casa e sua manutenção. Essa prática de cultuar os antepassados é conhecida na cultura japonesa: Ruth Benedict faz menção aos oratórios que os japoneses mantinham em suas casas e que regra geral os imigrantes japoneses mantêm ainda hoje em seus lares.

O culto devido aos ancestrais é prestado num altar bastante diferente na sala de estar da família, onde apenas seis ou sete mortos recentes são reverenciados. No Japão, em todas as classes é prestado o culto diário perante o altar, sendo preparado alimento para os pais, avós e parentes próximos lembrados em carne e osso, representados no altar por pequenos túmulos. (2002, p. 50)

A partir da descrição dos altares japoneses de Benedict (2002) tentou-se a partir de questões fechadas estabelecer as práticas religiosas que permaneceram em âmbito familiar na comunidade nipo-brasileira do Rio Grande do Sul, visto que a maioria dos imigrantes e seus descendentes declaram-se num primeiro momento católicos mas que em número bastante expressivo ainda possuem oratórios japoneses em suas residências.

Curiosamente, somente os mais velhos (imigrantes acima de 50 anos) possuem o *butsudan* em casa, em contraposição aos dois informantes com menos de 20 anos que disseram ter o oratório em sua residência, enquanto a minoria independente da idade possui *kamidana* em casa, porém esses números levam a uma observação pertinente, se anteriormente percebeu-se que na grande maioria dos pesquisados havia uma religiosidade, neste momento já podemos inferir que nem todos os elementos que estão presentes são culturalmente japoneses, visto que quase metade dos informantes disse não possuir o altar mencionado por Benedict (2002) em casa.

Porém essa mescla nas respostas referentes a quem cuida do oratório podem representar duas deduções contraditórias, uma é a de que: ninguém assumindo a responsabilidade quanto ao cuidado, este pode ser coletivizado, ancorando-se no grupo cooperativo de Cardoso (1995, p. 81). A autora explica



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

que a família é um grupo de cooperação e que por isso mesmo tem condições de manter algumas das tradições japonesas trazidas pelos imigrantes. Por outro lado, a dedução de que esse cuidado com o altar não se configura como relevante no entendimento dos *nikkeis*, que é algo tão natural que não compreende uma responsabilidade, e por este motivo não há como definir em uma questão fechada quem cuida disto, abrindo um espaço e justificando porque os informantes não responderam.

E ainda que este cuidado se configure **simplesmente como o ‘costume’** de Benedict (1934)¹⁰ demonstrando que por ser considerado assim, alguns comportamentos ou hábitos passam despercebidos, tal qual foi trabalhado por Silva e Soares¹¹ (2010), onde o Sr. H. S. conta, que todas as manhãs sem falhar um só dia, há muitos anos, realiza suas orações em frente ao *Butsudan* à seus antepassados, não mencionando ou não se importando com aonde estão, *kami*, espíritos, almas. Oferece água, acende incenso, coloca flores, mas não por que tenha para ele significado religioso, mas porque foi assim desde criança, desde o **tempo de seus pais, “é um costume”**.

Para o presente diagnóstico da religiosidade *nikkei* no Rio Grande do Sul, o gráfico sobre a responsabilidade do cuidado do altar pode ser representativo na medida **em que se, ele não está relacionado com o ‘religioso’ pode estar então com o ‘costume’ ou com a ‘tradição’**.

O costume tradicional, considerado em todo o mundo, é um conjunto de comportamento pormenorizado mais espantoso do que o que qualquer pessoa pode jamais desenvolver em ações individuais por mais aberrantes que sejam. Entretanto, esse é um aspecto um tanto trivial da questão. O fato de primordial importância é o ***papel predominante que o costume representa***

¹⁰ A ciência do Costume, 1 Capítulo I, "The Science of Custom", pp, 1-20, do livro *Patterns Of Culture* (Boston: Houghton Mifflin Company, 1934), de Ruth Benedict. Traduzido por Olga Dória e publicado aqui com a permissão, gentilmente concedida, do autor e de *Houghton Mifflin Company*.

¹¹ Artigo apresentado no VII Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil / XXI Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa – Brasília 26 e 27 agosto de 2010.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

na experiência e na crença e as variedades muito grandes que ele pode manifestar. (BENEDICT, 1934, p. 01) (grifo dos autores)

A relação das crenças com costumes é verificada nas falas dos entrevistados, quando perguntados, por que razão ornamentam o oratório e realizam suas orações diariamente. T.Y “**Eu não sei, porque meus pais sempre faziam, minha sogra fazia, pessoal de lá do Japão fazem, e daí eu continuo fazendo como continuação deles, sabe?**”

E ainda que essa responsabilidade pelo oratório seja de todos da família (por costume/tradição ou religiosidade), pois, grosso modo, a organização social japonesa tem por base a aldeia em primeiro lugar “**para depois a família e por último o indivíduo**”, conforme Cardoso (1995), o culto aos antepassados denota a força da estrutura familiar. As ligações das comunidades com os templos ocorriam compulsoriamente, fazendo com que o budismo também fosse uma **religião por ‘tradição’, já que as práticas de culto aos antepassados são passadas** de geração a geração. Um outro aspecto desta convivência familiar e da coletividade em que se insere o japonês pode-se justificar pelo que Linton (1967) chama de personalidade básica, que é composta por características comuns que aparecem com mais frequência, que se manifestam comumente nos membros de determinado grupo. Para Linton (1967), esta é diretamente determinada pela cultura, e são os aspectos comuns, compartilhados, que são adquiridos através do sistema educativo próprio de sua sociedade.

Sobre essa prática religiosa familiar, Mori comenta:

(...) a vida religiosa dos japoneses, tradicionalmente, teve como **uma das coordenadas de referência o “culto aos antepassados”, que se alicerça na instituição familiar, e a outra, o “culto às deidades da comunidade”**. Na tradicional instituição da família, o culto ao antepassado era função atribuída ao sucessor, em regra o primogênito (...) (MORI, 1992, p. 562).

O que percebemos junto à comunidade gaúcha pode respaldar a hipótese da prática religiosa do culto aos antepassados como um costume de âmbito familiar, transmitido de geração a geração, cuja responsabilidade recai sobre o



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

filho mais velho. Tanto que essa oração aparece em ambas as línguas, portuguesa e japonesa, que varia conforme a idade do entrevistado (sendo que os mais velhos, imigrantes de primeira geração dizem realizar suas orações no **idioma materno**), mas que assim como os ‘costumes’ religiosos a linguagem também é um traço diacrítico que compõe a identidade do grupo étnico.

Assim, “Percebe-se que a identidade cultural está baseada na consciência de um grupo social, formada através da língua(gem) utilizada entre seus membros” (MUKAI, 2009, p. 170). Além de cultuar os antepassados em frente ao *butsudan*, *kamidana* ou outro, oralmente através de orações, independente da língua, esse altar ou oratório que alguns possuem em casa são ornamentados. Sobre os acessórios utilizados no *butsudan*, existe uma pequena variedade, mas a grande maioria respondeu utilizar flores, oferendas, incenso, sino e *ihai*¹² respectivamente, sendo que os informantes com mais de 50 anos não mencionaram a utilização de fotografias no *butsudan* enquanto os mais jovens fizeram essa referência. Sobre ornamentar o oratório também encontramos referência em Handa :

Embora pudesse parecer que os imigrantes japoneses vivessem um cotidiano completamente despojado de religião, na prática tinham hábitos muito próximos dela e revestidos, por assim dizer, de significado religiosos, o que, aliás, dava às suas vidas feições japonesas. Assim, por exemplo, no ano-novo não deixavam de decorar o oratório com o *ossonae* (oferendas) e oferecer-lhe *omiki* (saquê sagrado ofertado aos deuses), que podia ser o próprio saquê ou, na falta deste, pinga. Ainda nos aniversários da morte dos entes queridos preparavam e comiam *shôjin-ryôri*¹³, e nas cerimônias de colocação da armação da casa – *jôtôshiki* -, o *mochi*¹⁴. (HANDA, 1987, p.730)

¹² *Ihai* é uma tabuleta com o nome da pessoa falecida.

¹³ Pratos “vegetarianos” à base de verduras, legumes, cereais e algas marinhas, que jamais empregam quaisquer tipos de carne.

¹⁴ Alimento feito de *mochigone* (arroz específico, mais pegajoso), cozido no vapor e posteriormente socado num pilão com um bastão próprio, de onde resulta uma massa branca pegajosa. Dela se fazem bolinhos, que podem ser degustados preparados com *shôyu* ou colocados em uma sopa.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Por outro lado, o número de informantes que disseram possuir a imagem de Jesus Cristo, santos e cruzeiros em casa, se somados, é superior aos que possuem a imagem de Buda, e em sua maioria são os mesmos que possuem o ***butsudan*** ou ***kamidana*** em casa, demonstrando assim um ‘hibridismo’ religioso ou, valendo-se de Cardoso de Oliveira (1996) quando trabalha uma noção da fricção interétnica, propomos neste estudo pensar em uma fricção cultural, pois à luz de Cardoso de Oliveira entende-se a necessidade de uma tensão no encontro entre as culturas, fricção cultural ou religiosa, refutando conceitos já ultrapassados da antropologia como sincretismo e assimilação que não pressupunha esta tensão e sim uma plena aceitação do novo negando a cultura passada.

Ainda parafraseando Cardoso de Oliveira (1996), ao invés de uma “fricção interétnica” teríamos uma “fricção cultural”, no qual, no encontro entre as culturas, certos elementos culturais das práticas católicas são absorvidos, ressignificados e/ou ressemantizados para diversos fins, como inserção e/ou aceitação na sociedade receptora, ou mesmo outros fins (SOARES e GAUDIOSO, 2009), mas que diferentemente do conceito de sincretismo, não há uma ou outra cultura ou prática religiosa, seja japonesa ou brasileira que se sobreponha à outra, mas que se manifestam em ocasiões diferentes, se configurando como situacionais.

Esse hibridismo ou fricção também se manifesta com relação ao destino das orações, que são dirigidas aos ***kami***, aos deuses budistas, e aos antepassados em contradição àqueles que dirigem as orações a Deus - pai de Jesus Cristo, conhecido pela igreja Católica.

Com relação à questão sobre para quem são dirigidas as orações, pode-se observar no gráfico acima que a maioria direciona suas orações para Deus/deuses, a entrevistada T.Y. afirma:

Toda manhã eu acendo um incenso e bato três vezes um sininho, mais para proteger nós, nossa família dia inteiro; de noite eu agradeço, sabe, aqui é... Deus, né?Pra eles e pra mim



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

é Deus... (risos) Eu peço tudo pra ele e sempre alcanço meu pedido, é engraçado, né? (...) eu rezo para o meu marido, pra minha sogra, pro meu pai e pra minha mãe, para quatro pessoas pra me ajudar. Deus é sempre pessoa antiga da família né, às vezes nem conheço, meus avós assim eu não conheço, eu peço pra eles. Eu sempre rezando pra família do meu marido, família dos meus pais, da minha mãe. Eu acredito porque eu peço muitas coisas pra eles, então isto me faz bem feliz quando alcanço alguma coisa, pra mim deus são eles sabe?

De todos os informantes, independente da idade, a maioria casou-se no catolicismo, mesmo que aproximadamente a metade dos informantes possuía o *butsudan* ou *kamidana* em casa, as alternativas do casamento budista e civil apareceram em número parecido, poucos eram solteiros e alguns comemoram o casamento em uma recepção somente para a comunidade sem cerimônia religiosa. A colaboradora Sra. T.Y. contou que casou-se em Santa Maria mesmo, na Catedral Diocesana Nossa Senhora Conceição, mesmo sem ser católica até então, diz:

Casei vestida de noiva, mas eu não ia na igreja católica. Meu marido era católico e o padre não deixou eu entrar para casar, tinha que me batizar antes. Então, o que eu fiz? Com vestido de noiva, batizei primeiro e depois entrei na igreja para casar. Mas tem que batizar primeiro, né? Demorou um pouquinho a cerimônia, porque eu tinha que batizar, porque o noivo estava lá no altar, mas eu tinha que batizar primeiro.

Fala que vem ao encontro dos pressupostos deste trabalho, que considera a religiosidade *nikkei* como aspecto cultural negociado e situacional, sobretudo porque a realidade econômica dos imigrantes não permitia que aderissem totalmente aos costumes locais. Ainda sobre seu casamento, a entrevistada nos informa que casavam-se de quimono quem não tinha condições de comprar um **vestido de noiva**. “**Aí minha irmã batizou-se** junto também, só que a minha irmã casou com quimono. Na igreja, mas de quimono. Não tinha vestido porque ela



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

recém tinha chegado do Japão e era bem pobre. Não tinha dinheiro para **comprar vestido, e por isso minha irmã usou quimono**". (T.Y.¹⁵)

Em entrevista, observam-se relatos também em relação aos *kami-s*, onde o Sr. H.S. diz que tornam-se *kami* somente os descendente do Imperador, outras pessoas quando falecidas, mesmo dizendo não acreditar, **se são boas vão para o céu, se não são boas vão para o inferno**¹⁶. Percebe-se então uma mistura de símbolos e significados nos discursos, caracterizando uma prática de orações aos antepassados que se confunde às vezes com religião e às vezes com costumes e tradições familiares.

De qualquer forma, não se pode negar que há ‘conversão’ ou a ‘adoção’ do catolicismo, principalmente se constatarmos a intensidade com que foram verificadas nos anos subseqüentes, constituíram um prenúncio da **assimilação**¹⁷ dos imigrantes japoneses à cultura brasileira.

Considerações Finais

As reflexões a serem discutidas sobre a religiosidade são referentes à época da imigração e pretende chegar ao tempo presente através da memória e da história oral, narrativas nas quais podem ocorrer, conforme se verificou nas entrevistas do Memorial de Imigração e Cultura Japonesa, alguns silêncios sobre a religião, ao dizerem não terem religião, ou auto classificarem-se como católicos; o que evita maiores questionamentos, e simplifica a questão da negociação identitária e da recriação, reinvenção, ressignificação ou transição das práticas religiosas por parte dos imigrantes japoneses de primeira geração e de como isto é vivenciado na vida cotidiana independentemente da geração *nikkei* ou comunidade auto-identificada como nipo-brasileira.

Nesse sentido, e retornando aos propósitos deste artigo, qual seja o de **apresentar o problema da “negociação da identidade étnica” de grupos sociais**

¹⁵ Idem nota anterior.

¹⁶ Entrevista do Sr. H. S. a André Soares e Alexandra Begueristain da Silva, em 09 de julho de 2010.

¹⁷ Termo utilizado por Célia Sakurai, 2000.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

como objeto de investigação antropológica, traz-se à luz Carneiro da Cunha (1986):

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna **cultura de contraste**: este novo princípio que a subentende, a do contraste, determina vários processos. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos. (1986, p. 237)

É preciso ainda estender um pouco mais a citação acima, deixando Carneiro da Cunha concluir, sobre o processo de construção da identidade étnica, que perpassa pela tradição mas que se altera se ressignifica e aí mesmo residem os traços diacríticos dos nipo-brasileiros, aqui representados pelas práticas religiosas:

A construção da identidade étnica extrai assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou. Em outras palavras, a etnicidade faz da tradição ideologia, ao fazer passar o outro pelo mesmo; e faz da tradição um mito na medida em que os elementos culturais que se tornam “**outros**”, pelo rearranjo e simplificação a que foram submetidos, precisamente para se tornarem diacríticos, se encontram por isso mesmo sobrecarregados de sentido. Extraídos de seu contexto original, eles adquirem significações que transbordam das primitivas. (1986, p. 239)

Assim, conforme sugere Cardoso (1998) “(...) procuramos entender de que maneira certas partes da cultura japonesa renasceram no País adotivo” (p. 173), certas tradições, **costumes** e práticas religiosas que sobrecarregados de sentido adquiriram novos significados no processo de **assimilação** cultural dos **nikkei** na sociedade brasileira, e na intenção de desvendar essas lacunas na memória dos migrantes de Santa Maria que é onde a pesquisa etnográfica pretende atuar, desvendando como sugere Carneiro da Cunha, o que há de residual e o que há de irredutível na cultura japonesa trazida e mantida pelos



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

nikke, e se a ‘negociação da identidade cultural’ atua como uma ‘cultura de contraste’, na auto-afirmação de sua japonicidade.

Por fim, colocamos que este é um estudo preliminar que não visa responder em caráter definitivo como é a vida religiosa dos japoneses e descendentes no Rio Grande do Sul. Antes disso, procuramos apresentar a complexidade das manifestações religiosas e as formas de representação, envolvimento com a sociedade brasileira e os diversos aspectos que ainda devem ser analisados com profundidade para que possamos esclarecer diversas formas que a religião e a cultura se apresentam aos olhos dos pesquisadores.

Bibliografia

BENEDICT, Ruth. Capítulo I, "The Science of Custom", pp, 1-20, do livro *Patterns Of Culture* (Boston: Houghton Mifflin Company, 1934), de Ruth Beuedict. Traduzido por Olga Dória e publicado aqui com a permissão, gentilmente concedida, do autor e de *Houghton Mifflin Company*.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. Edição: 3ª edição. São Paulo – SP Brasil Perspectiva S.A. Coleção: Debates – Antropologia, 2002.

CARDOSO de Oliveira, Roberto, 1996. “Introdução: a noção de fricção interétnica” “A empresa e o índio”. In: **O índio e o mundo dos brancos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social – Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo**. Org. Masato Ninomiya. – São Paulo: Kaleidos – Primus Consultoria e Comunicação integrada S/C Ltda., 1998. 2ª Edição Trilíngue.

CARNEIRO DA CUNHA, M. - "Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível", "Critérios de indianidade ou lições de antropofagia" e "Parecer sobre os critérios de identidade étnica" in *Antropologia do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 97-119



Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -

- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- HANDA, Tomoo. **O Imigrante Japonês – História de sua vida no Brasil**. São Paulo, T.A. Queiroz: Centro de estudos nipo-brasileiros, 1987.
- LINTON, R. **“O papel da cultura na formação da personalidade”** In: *Cultura e personalidade*. São Paulo: Mestre Jou, 1967. p. 125-149.
- MELLO, H. A. B. **O falar bilíngüe**. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999.
- MORI, Koichi. **Vida Religiosa dos Japoneses e Seus Descendentes Residentes no Brasil e Religiões de Origem Japonesa**. In: *Uma Epopéia Moderna – 80 Anos de Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo. HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.
- MUKAI, Yuki. **A identidade cultural de uma japonesa “recém-chegada (newcomer) ao Brasil: um estudo de caso**. In: *Anais do XX Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa*. Centro de Estudos Japoneses de São Paulo, 2009. pp. 167-186
- NAKAMAKI, Hirochika – **A religião nas empresas japonesas in Estudos Japoneses**. FFLCH/ USP, 2005, nº 25, – pág. 57 - 70.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 2. n. 3, 1989, p. 03 a 15. Nota: Esta tradução é de Dora Rocha Flauman.
- PORTELLI, Alessandro. **Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral**. In: *Ética e História Oral. Projeto História. Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, vol 15, 1997, pp 13-49.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF- FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

- SEIFERTH, Giralda. **Imigração e diferenciação cultural: Algumas questões culturais**. In: Migrantes ao Sul do Brasil. TEDESCO, João Carlos, ZANINI, Maria Catarina C. Santa Maria, Ed. Da UFSM, 2010.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UNB, 1990.
- SAKURAI, Célia. **Romanceiro da Imigração Japonesa**, São Paulo, Editora Sumaré- FAPESP, 1993, Série Imigração vol 4.
- SAKURAI Célia, **Imigração Tutelada. Os Japoneses no Brasil**. Tese de Doutorado, Unicamp 2000.
- SILVA, A. B. e SOARES, A.L.R. “**Catolicismo japonês ou Budismo Brasileiro? As práticas Religiosas nipo-brasileiras na cidade de Santa Maria/RS**”, trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil/ XXI Encontro Nacional de professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. UNB, 2010.
- SOARES, André Luis Ramos e GAUDIOSO, Tomoko Kimura. **50 anos de História: Imigração Japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil**. (1958-2008), Itajaí, Mariadocais, 2008.
- SOARES, André Luis R., GAUDIOSO, Tomoko Kimura. **Entre o Japão e o Brasil: Religiosidade e Diálogos Culturais entre os Imigrantes japoneses em Santa Maria**. III Simpósio Internacional: Religiosidades, Diálogos Culturais e Híbridões - 21 A 24 DE ABRIL DE 2009 – UFMS.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

UMA INSTITUIÇÃO POLÍTICA E JURÍDICA: A FIGURA DO JUIZ DE PAZ EM PORTO ALEGRE (1827-1841)

Alexandra Coda*

Uma das características mais marcantes do conhecimento histórico é o fato de que o mesmo se produz de forma indireta. O historiador tem poucas possibilidades de constatar os fatos que estuda, não pode ver os acontecimentos do passado se desenrolarem frente aos seus olhos. Somente através dos vestígios ou rastros daquilo que se passou é que ele pode chegar mais perto do ocorrido. Comparando o estudo histórico com o cientista que trabalha em laboratório, Marc Bloch afirma que o historiador chega somente após o experimento concluído e somente se algumas circunstâncias permitirem, ele poderá perceber os resíduos deixados.¹ Os objetos estudados nesse campo do conhecimento, tais como “o Estado”, “a família”, “a economia”, até mesmo o próprio “homem”, não são elementos palpáveis capazes de serem levados para salas isoladas e observados sob todos os seus ângulos durante determinado período. Eles já não existem mais, podendo ser considerados “constructos” conceituais, feitos pelo próprio ser humano a fim de aglutinar todo o saldo de sua experiência histórica.

O estudo da História é, portanto, reconstruído pelo historiador conforme as perguntas que esse se coloca e faz ao passado. A História do homem só pode, assim, ser compreendida a partir da experiência humana do historiador: *“o ato de a conhecer consiste irremediavelmente num ato de apropriação, em que o historiador refere os fatos brutos das fontes a um sentido do humano, a uma compreensão do enredo, que colhe dentro de si mesmo.”*² Apropriação essa que, segundo Roger Chartier, revela um intervalo entre o objeto estudado em si e as suas re-escrituras ou interpretações. A utilização do conceito de apropriação

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Bolsista CNPq. alexandracoda@yahoo.com.br

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 72.

² HESPANHA, Antonio Manuel. A emergência da história. In: *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, nº 5, 1991, p. 10.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

vincula-se à necessidade de enfatizar os diferentes usos e significados do objeto, ou seja, às variadas interpretações dos sujeitos ***“remetidas para suas determinações fundantes – sociais, institucionais e culturais – inscritas nas várias práticas que as produzem.”***³ O trabalho do historiador baseia-se na escolha de alguns momentos daquilo que foi produzido anteriormente, na seleção de fatos do passado para solucionar as questões por ele mesmo colocadas no presente. Essa escolha remete a subjetividade do autor, tão negada pelo positivismo, mas uma subjetividade anterior ao estudo dos fatos, não dito, não confessado pelo historiador, parte velada de seu trabalho, porém importante e decisiva. É a opção do tema que define a paixão e o afincamento com que o pesquisador vai se dedicar aos seus estudos, assim como os métodos a serem utilizados em seu trabalho. O discurso resultante dessa pesquisa nunca vai ser alheio, portanto, ao local do qual se parte, no entanto, é preciso levar em consideração, também, a História como prática que interpreta os vestígios do passado (objetos, documentos, memória), transformando-os em material inteligível através da escrita. Mais uma vez, sustenta-se que nesse processo a subjetividade daquele que escreve está presente, mas não invalida a obra. A tradução que o historiador faz da realidade tem como característica a produção de novos elementos (nova visão de fatos históricos, uma abordagem diferenciada de antigos temas, ou a própria descoberta de processos antes desconhecidos), atuando esse profissional, assim, como um agente transformador da sociedade. A obra histórica traz em seu interior, portanto, um discurso, a defesa de uma visão de mundo e compreensão dos fatos do passado, assim como do processo histórico, a partir de problemáticas impostas no presente.

Dentro desse contexto do surgimento de constantes novas questões para análise histórica, tornou-se possível uma nova perspectiva sobre a administração portuguesa, baseada em uma reinterpretação das fontes

³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 26.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

históricas sobre o período e na ampliação e revisão das interpretações de um novo conceito de poder decorrente da nova história política. O modelo de Antigo Sistema Colonial passou a ser questionado e novas abordagens sobre poderes locais, escravidão e até mesmo economia tornaram-se possíveis. Uma vez que a historiografia do período colonial brasileiro tem sido reinterpretada, cabe refletir tal possibilidade, também, para os anos seguintes: é possível compreender o Brasil Imperial para além de um constante conflito entre conservadores e liberais, para além de um simples projeto político que, em sua gênese, não chegava a romper com o estatuto colonial, para muito além da ideia de que o Estado resultante foi tão somente uma apropriação de experiências bem-sucedidas em outros lugares do planeta. Os construtores do Império foram, sim, capazes de realizar uma engenhosa combinação de modelos importados: a organização política inspirava-se no constitucionalismo inglês (ensaiando um governo de gabinete com partidos nacionais e eleições), administrativamente utilizou-se de elementos portugueses e franceses de centralização política. Importações que visavam, antes de tudo, garantir a sobrevivência da unidade política do país, mantendo a união das províncias e a ordem social.⁴ No entanto, esses mesmos construtores forem hábeis políticos que conseguiram articular propostas novas adaptadas à realidade do Brasil.

A tensão existente na construção do Estado brasileiro foi constante e cabe refletir acerca das decisões tomadas por aqueles que estavam à frente dessa empresa. A vasta extensão territorial e as fortes diferenças entre as regiões do país exigiram um esforço desses políticos para manter a união herdada do período colonial. Considerar esse momento como uma simples oposição entre liberais e conservadores impede a compreensão da essência dos fatos. De certa

⁴ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 91. Muito embora possa ser considerada um marco para os estudos do Brasil oitocentista, a análise da sociedade imperial brasileira de José Murilo de Carvalho, atualmente, já é alvo de críticas e revisão. Mesmo assim, para os propósitos desse artigo, sua ideia de existência de uma elite burocrática unida e ideologicamente homogênea, capaz de manter o território e auxiliar na construção do Estado, não é de todo inválida.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

forma, foi preciso fazer um arranjo entre instituições políticas e jurídicas para garantir a adesão de todas as províncias. A partir dessa interpretação é possível rever os discursos políticos e leis emanadas sob outra ótica. Entender que existia um centro de poder que tentava concentrar esforços na manutenção do território conquistado pelos portugueses através de acordos com as elites locais provinciais permite extrapolar a dicotomia entre conservadores e liberais, gerando novos questionamentos acerca das relações entre poder local e central. Bem como a própria ideia de centralismo pode, também, ser questionada, uma vez que nem sempre as decisões tomadas pelo Imperador e seus Ministros provocavam esse efeito. Seguindo essa linha de pensamento, torna-se cada vez mais importante analisar aspectos pontuais dos mais diferentes espaços que compunham o Brasil independente. Dividido em várias províncias, totalmente diferentes umas das outras, conhecer os mais variados aspectos de cada uma delas é perceber como o Estado procurou se instituir em todo território.

O longo processo de construção do Estado Imperial brasileiro, cujos resultados não podem, de forma alguma, ser considerados imediatos, contou com a articulação de uma série de mecanismos para a manutenção da unidade territorial e o poder de D. Pedro I. Nesse momento pós-separação de Portugal, os responsáveis pela organização do Brasil confrontavam-se com uma diversidade de modelos e exemplos políticos e administrativos oriundos tanto da Europa, como dos Estados Unidos. As discussões em voga nesses locais eram também tratadas no Brasil, deixando claro que os construtores do Império não foram tão somente reprodutores de instituições, mas souberam adaptar para a realidade dos trópicos as questões do momento.

A Europa sempre foi um exemplo a ser seguido pelos brasileiros. Não era a toa que os filhos da elite eram enviados para estudar em Coimbra ou Paris. E não somente esses, pois muitos pais trabalharam de forma esforçada para juntar algum dinheiro capaz de sustentar seus filhos no estrangeiro, com a esperança de que ao voltar, esse conseguisse um bom espaço de trabalho, de preferência



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

vinculado ao Estado, e garantisse o sustento da família. Era nessa mesma Europa, sempre tão visada pelos brasileiros, que transformações ocorriam e geravam discussões sobre novos direitos dos cidadãos.⁵

Os intelectuais brasileiros formados, principalmente, em Coimbra tiveram contato com grandes transformações ocorridas no campo das ciências. *“A formação em Coimbra criou um corpo técnico historicamente influenciado pela cosmovisão da Universidade formadora, que trazia as transformações européias do fim do século XVIII e início do século XIX.”*⁶ As grandes descobertas técnicas e filosóficas faziam parte da vida desses graduados e, conseqüentemente, do trabalho que desenvolveram no Brasil: o uso da língua portuguesa, o trabalho diplomático que conseguiu manter a expansão territorial, a organização econômica e política, isso tudo sem mencionar os debates acerca do ordenamento jurídico a ser criado. Durante muito tempo, a **análise histórica acerca desses “construtores”** baseava-se nas pesquisas de José Murilo de Carvalho, que salientavam o fato de que as elites brasileiras eram formadas, sobretudo, por bacharéis formados nos cursos superiores de Coimbra. A homogeneidade dessas, num primeiro momento pós-independência, teria sido determinante para a elaboração dos estatutos que iriam reger a sociedade brasileira no século XIX.⁷ Assim, tornou-se comum aceitar a influencia das discussões político-jurídicas portuguesas na criação do Estado. Era como se o diálogo de deputados e senadores estivesse

⁵ Os séculos XVIII e XIX representaram um período de grandes transformações jurídicas na Europa: os desdobramentos de revoluções e a disseminação do pensamento liberal do Iluminismo foram fatores que influenciaram a diminuição da aplicação das penas corporais em prol da prisão; assim como a crescente preocupação do crime contra a propriedade. A tortura aos condenados e as penas corporais foram sendo extintas, abrindo espaço para uma nova atuação do poder estatal, que respeitava a humanidade daqueles que rompiam com o pacto social; o objetivo maior era a proteção da sociedade, cabendo ao Estado disciplinar e readaptar esses indivíduos. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2007.

⁶ GAUER, Ruth Maria Chittó. *A construção do Estado-Nação no Brasil*. A contribuição dos egressos de Coimbra. Curitiba: Juruá, 2001, p. 149.

⁷ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

constantemente permeado pelas teorias iluministas aprendidas nos tempos de faculdade do outro lado do Atlântico.

Todavia, cabe salientar que tal interpretação traz a ideia de que esses homens, que buscavam sua autonomia e legitimidade política frente aos demais governos, debatessem tão somente com sua antiga matriz portuguesa, ignorando uma gama de influências mais próximas, dentro do próprio continente americano. O caso dos Estados Unidos é um desses que não pode deixar de ser mencionado, visto a importante atuação daqueles homens que, em fins do século XVIII, conseguiram libertar-se da condição de colônia britânica. A partir da independência das Treze Colônias, houve a necessidade de organizar todo aparato político e administrativo de um novo modelo estatal. Um modelo ainda desconhecido pela maioria daqueles colonos, mas necessário para sacramentar sua posição de país independente.

Afirmar que esses construtores dialogavam tanto com europeus quanto americanos, permite considerar o fato de que estavam totalmente inseridos nas discussões em voga na época. Não eram reprodutores, mas pensadores acerca de como criar e administrar um novo Estado.

Todas essas influências e discussões foram postas em prática pelos brasileiros enquanto enfrentavam as difíceis questões de organizar o Estado. Era preciso pensar como diferenciar as funções civis, diplomáticas, militares e judiciais; como organizar o território em unidades capazes de serem controladas e administradas; de que forma o povo poderia ser integrado ao poder (eleições, partidos) e como equacionar a relação Estado-Igreja. E foi como forma de procurar atender a essas necessidades que o governo acabou por se dividir em dois grandes Conselhos: o Conselho de Estado, órgão dentro do qual o Imperador cumpria as atribuições de seu privativo Poder Moderador; e o Conselho de Ministros (Gabinete), onde o Poder Executivo era exercido pelos



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Ministros escolhidos pelo monarca e distribuído em várias secretarias que tentavam dar conta da administração do país.⁸

Foram esses homens, o Imperador D. Pedro e seus Ministros, ilustrados e conhecedores de diferentes modelos de organização política, os responsáveis por conformar o ordenamento jurídico do Brasil, uma vez que esse funcionava, também, como elemento primordial para administração. A Constituição de 1824 lançou as bases de toda essa aparelhagem que, ao longo do primeiro reinado e da Regência sofreu significativas modificações. João Camilo de Oliveira Torres afirma que ***“a Constituição, de um golpe, liquidou a árvore secular da antiga justiça del-rei. O resto seria trabalho de reconstrução.”***⁹

Conforme a Carta, o Poder Judicial seria independente e composto de juízes vitalícios e jurados, no cível e no crime. Um Supremo Tribunal de Justiça sediado na capital do Rio de Janeiro teria como funções conceder ou denegar revistas nas causas, julgar seus ministros, desembargadores, presidentes de província e membros do corpo diplomático, bem como decidir os conflitos de jurisdição e competência entre as relações instaladas nas províncias em que houvesse necessidade. Tanto em causas cíveis ou criminais intentadas civilmente, as partes poderiam escolher árbitros para promoverem a conciliação, prevendo assim a figura do juiz de paz.

Mais de um ano depois do início dos trabalhos, em 15 de outubro de 1827, foi promulgada a ***Lei Orgânica das Justiças de Paz***, criando em cada freguesia um juiz de paz e um suplente. Sua competência mais importante era a conciliação entre as partes que pretendiam demandar:

Art. 5º. Ao Juiz de Paz compete:

§1º Conciliar as partes que pretendem demandar por todos os meios pacíficos que estiverem ao seu alcance: mandando lavrar

⁸ TORRES, João Camilo de Oliveira. ***A Democracia Coroada***. Petrópolis: Vozes, 1964, p.218.

⁹ TORRES, ***Op. cit.***, p.224.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

termo do resultado, que assinará com as partes e escrivão. Para a conciliação não se admitirá procurador, salvo por impedimento da parte, provado tal, que a impossibilite de comparecer pessoalmente, e sendo outro sim o procurador munido de poderes ilimitados.¹⁰

A atividade de restabelecer a paz e a concordância entre as partes era a principal função do juiz de paz, facilitando o entendimento entre as pessoas, longe das formalidades judiciárias. Mas para além dessa nobre obrigação, esses magistrados deveriam julgar pequenas demandas, reduzindo-as a termo; evitar ajuntamentos, rixas e quilombos; pôr bêbados em custódia; fazer corpo de delito, interrogar delinquentes e testemunhas antes de encaminhá-los ao juiz criminal; perseguir criminosos em seu distrito; informar o juiz de órfãos sobre menores abandonados; vigiar a conservação das matas e florestas; participar às autoridades provinciais da descoberta de bens preciosos em sua jurisdição; dividir o distrito em quarteirões, nomeando para cada um deles um inspetor que o mantenha informado dos acontecimentos e execute suas ordens.¹¹ Essa última, dentre outras, claro exemplo de uma atividade policial.

A corrente parlamentar que defendia amplas atribuições ao juiz de paz saiu vitoriosa e o projeto de lei acabou por delegar uma amplitude de funções a ele. Além das atividades conciliatórias, atribuiu-lhe competências judiciárias, policiais e administrativas. Tais competências foram ampliadas ou diminuídas conforme o governo legislava e consolidava a ordem institucional vigente. Além das atribuições constantes na lei orgânica, os juizes de paz tiveram suas competências alteradas, sobretudo, com a promulgação dos códigos criminais em 1830 e 1832, alterando suas responsabilidades e dotando-lhes grande poder de polícia.

¹⁰ PORTUGAL, *Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Brasília: Senado Federal, 2004, Livro I, pp. 366.

¹¹ PORTUGAL, *Op. cit.*, pp. 366-367.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A atividade conciliatória tinha como objetivo evitar que as partes demandassem em juízo, na esfera cível, criminal ou comercial. A atividade judiciária dividia-se em cível e criminal: na primeira, cabia ao juizado de paz intervir em causas cujo valor da demanda não superasse cem mil réis, excetuando-se aquelas que envolviam bens de raiz. Ainda nessa esfera, os casos envolvendo locação de serviços agrícolas em causas de até 50 mil réis. No campo criminal, além da formação do corpo de delito e nomeação de inspetores de quartirão, o Código de Processo Criminal, em 1832, delegou à esses magistrados a formação de culpa, o julgamento de contravenções e crimes de penas menores.

A atividade eminentemente policial foi regulamentada pelos Códigos de 1830 e 1832, compreendendo a inspeção policial, a custódia de bêbados, conciliação de rixas, obrigar vadios, mendigos e prostitutas a assinar termos de bem-viver, assim como efetuar prisões. As funções administrativas compreendiam o registro civil, a administração de bens dos falidos, o recrutamento para Exército e Armada, e o serviço eleitoral (convocação de eleitores, organização das Mesas Eleitorais e o processo eleitoral).¹²

Importante salientar o fato de que, muito embora a lei emanada em 1827 já fizesse a previsão de amplas atribuições, as mesmas foram ainda ampliadas quando da promulgação dos códigos criminais anos depois. A legislação processual, principalmente, foi a que organizou o judiciário provincial em jurisdições bem definidas. Dividindo os espaços provinciais em comarca, termo e distritos de paz, determinou as autoridades responsáveis pela fiscalização e execução das leis em cada um. Na comarca deveria atuar o juiz de direito, nomeado pelo Imperador e exercendo também o cargo de Chefe de Polícia. No termo, aplicavam a Justiça o juiz municipal (escolhido pelo presidente da Província, a partir de lista tríplice), o promotor público, o conselho de jurados e

¹² VIEIRA, Rosa Maria. ***O juiz de paz***. Do Império a nossos dias. Brasília: UnB, 2002, pp.193-236.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

escrivão. Nos distritos de paz, a responsabilidade por essa função recaía no juiz de paz eleito, seu escrevão, os inspetores de quarteirão e os oficiais da Justiça.

Com os desdobramentos sofrido pela lei original do Juizado de Paz, regulamentou-se que seriam eleitos quatro juízes de paz, cada um exercendo a titularidade por um ano, conforme numero de votos recebido. O mais votado seria o primeiro a exercer a jurisdição, seguido do segundo mais votado e assim sucessivamente. Quando o titular não pudesse exercer as funções, substituía-o o próximo da sequencia. Para os anos entre 1834 e 1839 é possível verificar que vários homens assumiram esse cargo, em Porto Alegre. Alguns, exerceram a função mais de uma única vez, como Joaquim Lopes de Barros, Francisco Luis da Costa Guimarães e Manoel Vaz Pinto, todos esses no primeiro distrito da Capital.

Através da documentação é possível perceber que entre os anos de 1837 e 1840, os cidadãos Francisco Luis da Costa Guimarães, Joaquim Lopes de Barros, Manoel Vaz Pinto e João Capistrano de Miranda e Castro foram eleitos para exercer a jurisdição nessa sequencia, um em cada ano, conforme a legislação assim estipulava. Quando da ausência do titular, o seguinte assumia. Interessante fato ocorreu quando, em 1838, Joaquim Lopes de Barros ausentou-se do cargo para ir à Corte e seu suplente, Manoel Vaz Pinto assumiu. Ao retornar à Província, após extrapolar o prazo permitido pela autoridade competente, o suplente não quis devolver a jurisdição ao titular, alegando que o mesmo ausentou-se sem licença, deixando vago o ano que lhe competia. Após algumas discussões acerca da legitimidade da jurisdição, Joaquim Lopes de Barros assumiu novamente seu posto.¹³

O juiz de paz acumulava funções que iam desde a solução de pequenos conflitos entre as partes até a efetuação de prisões. Suas atribuições podem ser divididas em quatro grandes grupos: conciliatórias, judiciárias, policiais e administrativas. A conciliatória, primeira de todas e, teoricamente, o motivo de

¹³ AHRS. *Juízo de Paz do 1º distrito de Porto Alegre*. Maço 028. 1834 – 1839.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

sua instituição, tinha como objetivo evitar que as partes envolvidas em conflito demandassem em juízo, diminuindo a quantidade de processos judiciais. Aqui, o juiz de paz deveria atuar em âmbito civil, comercial e criminal. A conciliação era ato necessário e preliminar a todos os processos e ninguém, por mais elevada categoria que fosse, estava isento dessa jurisdição conciliatória. Somente em alguns casos, a conciliação era dispensada: no cível, nas causas em que as partes não pudessem transigir, como procuradores públicos, tutores e testamenteiros; em causas arbitrais; inventários; execuções; em causas de responsabilidade. No comércio, nas causas procedentes de papéis de crédito comercial que se achassem endossados; quando as partes não pudessem transigir (curadores fiscais dos falidos, administradores dos negociantes, falidos ou falecidos); em atos de declaração de quebra.¹⁴ Interessa salientar que as causas de divórcio eram processadas e julgadas em Juízo Eclesiástico, mesmo assim, não estavam isentas da conciliação no Juizado de Paz.

À essas atribuições conciliatórias não se pode confundir às judiciárias. Essa última passa ideia de um pleito, uma demanda entre as partes envolvidas que alegam seu direito através da prova dos fatos, confirmando-se através de sentença do magistrado. Nesse caso, o juiz não atua como apaziguador do conflito, mas como julgador imparcial. A conciliação, mesmo sendo ato judicial, é preliminar, buscando evitar as demandas.

Assim, as atribuições judiciárias do juiz de paz podem ser classificadas em cível e criminal e foram constantemente alteradas ao longo do período imperial. Além de sua previsão na Lei Orgânica de 1827, as cíveis foram regulamentadas em 1842 e pela Reforma Judiciária de 1871. As criminais foram amplamente aumentadas pelo Código de Processo Criminal, conferindo aos juízes a competência para formação de culpa, julgamento de contravenções e crimes sujeitos a pequena penalidade. No que se refere a matéria cível, competia a eles julgar causas cíveis de até cem mil réis, excetuando-se aquelas que

¹⁴ VIEIRA, *Op. cit.*, p.198.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

envolvessem bens de raiz, quando a presença do Juiz de Direito era imprescindível. Da mesma forma, deveria conhecer e julgar causas oriundas da locação de serviços na agricultura e nas empreitadas e no trabalho em obras e fábricas ligadas à agricultura com alçada até cinquenta mil réis, mediante apelação ao Juiz de Direito. Concernente a matéria criminal, competia à esses magistrados, inicialmente, a formação de corpo de delito, interrogando e prendendo o suspeito de crime. Com a promulgação dos Diplomas criminais, suas atribuições cresceram, tornando-o responsável, também, pela formação de culpa (instrução do processo penal), julgamento de contravenções e crimes de penas menores.

No trabalho desenvolvido pelos juízes de paz de Porto Alegre, pode-se verificar algumas dessas funções, sobretudo quando envolvendo suspeitos de crime de rebelião, fato comum no período devido à Revolução Farroupilha. Em cinco de maio de 1836, um ano após a eclosão da revolta, o juiz de paz do primeiro distrito da Capital, Joaquim Lopes de Barros, pedia que o Presidente da Província, Marciano Pereira Ribeiro, obtivesse autorização do Comandante para que o magistrado pudesse interrogar indivíduos que se encontravam presos. No mesmo ano, respondendo ofício enviado pelo Presidente da Província, em quatro de outubro, afirma estar tomando as providências necessárias para formar processo contra réus acusados de crime de rebelião.¹⁵ Percebe-se que, mesmo em período conturbado, as funções judiciárias dos juízes de paz eram ainda exercidas conforme disposto na legislação.

Sob influencia de uma corrente de discussão que defendia amplas atribuições aos juízes de paz, as funções policiais delegadas foram muitas, que com as várias reformas implementadas só se fizeram aumentar. O Código Criminal e de Processo Criminal aperfeiçoou e consolidou a legislação, confiando aos juízes de paz toda a inspeção policial, além da custódia dos bêbados, conciliação de rixas, evitar a existência de vadios e mendigos, obrigar a

¹⁵ AHRS. *Juízo de Paz do 1º distrito de Porto Alegre*. Maço 028. 1834 – 1839.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

assinatura de termos de bem viver e efetuar prisão de criminosos. Em 1838, o juiz de paz Francisco Luis da Costa Guimarães, também do primeiro distrito de Porto Alegre, não se esquivava das atribuições policiais: como autoridade policial, foi incumbido de organizar o processo de suspeitos de crime de rebelião após denúncias. Em documentos de cinco de janeiro, faz com que o Presidente da Província tomasse conhecimento de suas tentativas para instruir o referido processo, sem sucesso. Afirma que fez as diligências necessárias, indo às casas dos suspeitos, procurando as testemunhas que pudessem prestar depoimento, e demais procedimentos necessários. Todavia, não encontrou nem provas necessárias para punir os supostos réus, tampouco qualquer ação de rebeldia ocorreu naquele momento.¹⁶

Em outro documento, o juiz de paz suplente do mesmo primeiro distrito, Manoel Vaz Pinto (que assumiu o cargo quando o titular, Joaquim Lopes de Barros, ausentou-se para ir à Corte) tomou atitudes condizentes com essa função policial atribuída ao cargo: em abril de 1838, confirmou a legitimidade da retirada da guarda dos filhos de um mendigo que se fingia de enfermo para ganhar dinheiro. O juiz de paz faz saber que o cidadão gastou toda a fortuna da herança de sua mulher em jogos e bebidas, fazendo se passar por doente, em suas palavras: ***“é hum vadio que se finge muito enfermo para viver a custa da sucidade.(sic)”***¹⁷ Atividades como essa eram comuns no dia a dia desses magistrados, e com as mudanças impostas pela lei ao longo dos anos cresceu cada vez mais. Com a promulgação do Código de Processo Criminal, em 1832, ao juiz da paz coube a responsabilidade de efetuar a prisão dos criminosos em casos de flagrante delito, independentemente de ordem escrita; em caso de pronúncia que já obrigasse à prisão; e quando do indiciamento em crimes inafiançáveis. Com relação aos escravos, cabia à esse magistrado determinar as penas com que seriam punidos os escravos que matassem, ferissem ou cometessem qualquer ofensa física contra seu senhor.

¹⁶ AHRS. *Juízo de Paz do 1º distrito de Porto Alegre*. Maço 028. 1834 – 1839.

¹⁷ *Ibid.*



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

As funções administrativas, por fim, abrangiam o registro civil de nascimento, casamento e óbitos; tratar de bens dos falidos; recrutar homens para funções militares e o serviço eleitoral. Essa última compreendia a convocação dos eleitores para votar, organizar e nomear as Mesas Eleitorais, bem como fiscalizar todo o processo eleitoral. Dentre tais funções administrativas, uma das mais perceptíveis no trabalho dos juizes porto-alegrenses era o recrutamento dos cidadãos. Em 1834, o juiz de paz Manuel Bernardo Correa de Lacerda informa ter efetuado a prisão do indivíduo Francisco das Chagas Filho para que o mesmo fosse incorporado às tropas. O juiz aponta que Francisco afirmava-se enfermo, aos cuidados da mãe, porém, o magistrado tomou conhecimento de que isso não era verdade, estando o mesmo “*entregue aos vícios*”, mas ainda em tempo de ser corrigido e tornar-se um “*bom Cidadão*”. Por estar em idade prevista pela lei, efetuou-lhe a prisão e enviou-o ao quartel.¹⁸

Durante os anos em que a Província esteve envolvida no conflito armado, muitos dos recrutados eram aqueles homens que já serviam como inspetores de quarteirão. Em 1839, o então Presidente da Província, Antonio de Miranda e Britto, enviou ofício ao juiz de paz Joaquim Lopes de Barros uma lista dos inspetores de quarteirão que deveriam ser recrutados para o 2º Batalhão Provisório. Em resposta ao ofício, o juiz de paz afirma ter convocado tais indivíduos, porém alguns deles deveriam ser exonerados do serviço tanto devido à suas idades ou por serem enfermos, bem como por serem considerados os únicos capazes de exercer a função de inspetor em seus respectivos quarteirões. O juiz de paz anexa cópias das justificativas desses cidadãos para apresentar à autoridade.¹⁹ Em um espaço constantemente envolvido em disputas, sobretudo naquela que mais durou, a Revolução Farroupilha, poucos eram os homens disponíveis para atuar como fiscais da lei na cidade.

¹⁸ AHRS. *Juízo de Paz do 1º distrito de Porto Alegre*. Maço 028. 1834 – 1839.

¹⁹ *Ibid.*



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

O aspecto militar da região era outro fator que acarretava uma constante tensão entre civis e militares, refletindo nas atividades do juizado de paz. Diversas vezes, os magistrados pediam que o Presidente da Província intercedesse em questões envolvendo oficiais e soldados da guarda: em maio de 1841, o juiz de paz Joaquim José Afonso Alves informava a dificuldade que estava tendo em proceder a interrogatório de soldados, uma vez que esses só reconheciam como autoridade o seu superior comandante. Fato que acarretava a morosidade de alguns processos.²⁰ Alguns anos antes, a desconfiança mostrava-se presente: em maio de 1836, o juiz Pedro José de Almeida pede confirmação de ordem do Presidente da Província enviada ao comandante do Batalhão das Guardas Nacionais. O magistrado civil afirma que o oficial, sob ordens da Presidência, apresentou ofício no qual os inspetores de quartelão eram dispensados de seus serviços para apresentarem-se na Guarda Nacional da Reserva.²¹ Situações comuns considerando-se o aspecto fronteiriço da província e a iminência de estarem sempre em conflito armado.

*

Muito mais do que uma simples esfera do poder responsável pela observância e aplicação das normas no novo Estado, o Poder Judiciário figurou como importante forma de cooptação de membros das elites provinciais, bem como instrumento nas políticas de centralização e descentralização do poder. Através do judiciário implementou-se reformas capazes de manter a unidade nacional ao mesmo tempo em que formava grupos dominantes localmente. Muito embora não se possa negar os trezentos anos de legislação portuguesa que vigorou no Brasil durante o período colonial, as leis que se seguiram à Independência não podem ser consideradas simples continuísmo ou, então, a aplicação de um acúmulo de experiências portuguesas. A reorganização do aparelho judicial adquiriu características próprias, ao mesmo tempo em que

²⁰ *Ibid.*

²¹ AHRS. *Juízo de Paz do 2º distrito de Porto Alegre*. Maço 029. 1834 – 1881.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

soube aproveitar as tendências modernas do Direito europeu do século XIX que passava por significativas transformações.

Como um dos instrumentos da estruturação do Estado moderno, o Direito atingia todas as esferas da vida social e individual, tendo, no Brasil, o início de sua codificação na década de 1820. Influenciados pelos ventos de mudanças que ocorriam na Europa, cujas idéias iluministas cruzavam o Atlântico através dos alunos egressos da Universidade de Coimbra, os legisladores brasileiros especializaram a atuação do Direito a partir da elaboração dos primeiros códigos. O Código Criminal de 1830 foi o resultado mais significativo desse amplo processo. A padronização de determinadas atividades consideradas como criminosas, prescrevendo penas para cada uma delas e consagrando princípios como a liberdade e a legalidade, presentes nos diplomas legais de 1830 e 1832, ilustravam bem o espírito jurídico da época. A elaboração desses códigos inseriu-se no processo de construção do Estado independente brasileiro, procurando regulamentar o próprio comportamento de seus habitantes. Ao mesmo tempo em que foi capaz de aplicar a erudição jurídica oriunda das universidades européias, adaptou-se a realidade econômica e social brasileira: uma sociedade escravocrata e agrária exportadora, formada por elites diferentes que buscavam autonomia política. A criação dos juízes de paz inseriu-se nesse processo e foi incorporada na administração das províncias. No Rio Grande de São Pedro, mesmo sob constante alerta de guerra, a instituição mostrou-se atuante e dotada de interessantes poderes. Muito embora o auge de seu poderio tenha sido relativamente curto, uma vez que logo suas funções foram deslocadas para a força policial, a existência de um cargo jurídico eletivo frente a todo um aparato de escolhas imperiais mostrou-se bastante avançado para a época.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Referencias Bibliográficas:

Fontes primárias manuscritas:

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). *Juízo de Paz do 1º Distrito de Porto Alegre*. Maço 028. 1834 – 1839.
_____. *Juízo de Paz do 2º Distrito de Porto Alegre*. Maço 029. 1834-1881.

Bibliografia:

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2007.
GAUER, Ruth Maria Chittó. *A construção do Estado-Nação no Brasil*. A contribuição dos egressos de Coimbra. Curitiba: Juruá, 2001.
HESPANHA, Antonio Manuel. A emergência da história. In: *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, nº 5, 1991.
PORTUGAL, *Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Brasília: Senado Federal, 2004, Livro I.
TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada*. Petrópolis: Vozes, 1964.
VIEIRA, Rosa Maria. *O juiz de paz*. Do Império a nossos dias. Brasília: UnB, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

DOM PEDRO II E A GUERRA DO PARAGUAI

Alexandre Borella Monteiro*

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo discutir o papel do imperador brasileiro na Guerra do Paraguai. Tendo em mente que esse foi o principal conflito – além do mais longo – envolvendo países sul-americanos, abordamos algumas indagações. Primeiramente, sabemos que levou aproximadamente seis anos, beirando os sete, que ceifou milhares de vidas, tanto do lado paraguaio como do aliado, sem contar nas enormes perdas materiais, não só pela destruição no país derrotado, como pelo consumo de armas e dinheiro dos vencedores, principalmente o Império.

Havia a necessidade de o conflito se estender tanto? Em nosso trabalho, averiguamos que a opinião pública ficara contra a guerra no desenvolver da luta. Mas a impopularidade da guerra foi sentida mesmo fora do território imperial. Mesmo outros países se ofereceram para servir como mediadores de uma possível paz. E até dentro das Forças Armadas imperiais a opinião era de que o conflito se arrastava em demasia e que o melhor caminho seria uma negociação. O próprio Caxias se retira da guerra antes de seu término, alegando que não havia mais razões para continuar e que o Paraguai já não dispunha de meios para se defender. O comandante-em-chefe defendia que a continuidade do conflito serviria apenas para aumentar as perdas humanas, sem contar em um desperdício de material. Sem contar que aumentaria desnecessariamente os gastos com fornecedores.

* Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professor: Escola Estadual de Educação Básica Humberto de Alencar Castelo Branco e Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Gaspar Silveira Martins. e-mail: alexandre_borella_monteiro@hotmail.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Nesse contexto, a partida do conde d'Eu contra a sua vontade, a carnificina no Paraguai, a falta de motivação das tropas depois da saída de Caxias sem contar na crescente Impopularidade da guerra nos deixam com uma pergunta: por que ela demorou tanto? E é nesse ponto que inserimos nosso trabalho. O grande responsável por esse prolongamento é exatamente o monarca brasileiro, Dom Pedro II. Para ele não poderia haver outro desfecho sem a rendição incondicional do Paraguai. Não haveria paz enquanto Francisco Solano López estivesse à frente da nação paraguaia. Não seria aceita nenhuma forma de negociação. A única forma de acabar com o conflito era derrotando López.

Contextualização da Guerra

A Guerra do Paraguai se insere no contexto de formação dos envolvidos. Uruguai, Argentina, Brasil e Paraguai ainda não eram nações solidificadas. Eram países jovens e – com exceção do Brasil imperial e, do Paraguai – enfrentando fortes problemas de instabilidade interna. Nesse contexto, a guerra se insere nos interesses tanto do Império, como da Argentina Mitrista. A livre navegação do rio Paraguai, a derrota definitiva de qualquer possibilidade ao modelo econômico de Mitre na Argentina, a anexação de terras na fronteira com o Mato Grosso para o Império, sem contar no suposto interesse britânico em prejudicar uma nação sul-americana que não seguia o mesmo modelo de desenvolvimento de seus vizinhos. A nosso modo de ver, não cabe aqui classificar esse ou aquele país, mas sim, ver que todos tinham algum interesse nesse conflito, seja político, seja econômico, ou seja, a aquisição de terras. Ou ainda, como veremos, desviar a atenção de problemas que assolavam o país internamente.

A questão do Uruguai é, ao nosso modo de ver, uma das mais importantes para o início da guerra, podendo mesmo ser classificada como o verdadeiro estopim, ou o próprio início do conflito. Lembremos que este país esteve por muitos anos dominado pelo Império, mesmo antes da independência.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A independência uruguaia se deu somente em 1828, depois de longos anos de luta contra o Império de D. Pedro I, na Guerra da Cisplatina. Guerra essa vencida com o apoio da Inglaterra e da Argentina, que temia a formação de um império na América do Sul e não via com bons olhos as pretensões imperiais e argentinas sobre este país.¹

Os uruguayos conseguem sua independência, todavia, não conseguem a plena liberdade. Por mais que sejam politicamente independentes, serão alvo constante da ingerência imperial. Por diversas vezes o Brasil terá atitudes imperialistas com relação aos uruguayos, não só apoiando golpes contra as autoridades, mas também impondo tratados comerciais altamente desfavoráveis ao Uruguai, como o de 1851.²

A situação do Uruguai era longe de ser boa. Os brasileiros possuíam fazendas onde criavam gado do lado uruguaio e conseguiam enormes vantagens. Além de contrabandear o gado pela fronteira, ainda havia os tratados, como podemos ler:

“Além dos atos de pilhagem, as *califórnicas*, os brasileiros retiravam, sistematicamente, o gado do Uruguai, sem pagar qualquer imposto aduaneiro, para abastecer as charqueadas do Rio Grande do Sul, privilégio que o Tratado de Comércio, firmado por Andrés Lamas, em 1851, derogando as proibições do Governo Oribe. Eles ocupavam uma faixa extensa e fértil do Uruguai, ao longo da fronteira com o Brasil, onde mantinham campos de criação e engorda de gado. [...] Cerca de 428 estâncias, pertencentes a brasileiros, abrangiam a superfície de 1.782 léguas quadradas, o equivalente a 30% do território do Uruguai.”³

¹ Cf: ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental en la Cisplatina**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1970.

² Cf: ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental en la Cisplatina**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1970.

³ BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata**: da colonização à guerra da tríplice aliança. 2ª São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília, 1995.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Os Tratados de 1851, assinado por Andrés Lamas possuía cláusulas que o tornavam um verdadeiro assalto ao Uruguai. Fazendeiros brasileiros não pagariam impostos pela exportação de suas fazendas, estariam isentos de requisições militares, teria acesso à navegação dos rios da Prata e Uruguai, sem contar que os escravos fugidos seriam devolvidos aos seus donos. Para completar, os cativos que entravam em território uruguaio conservavam sua condição de trabalhador escravizado, mesmo que nesse país, a escravidão já não existisse mais.⁴

A situação se complica quando o presidente **blanco**, Bernardo Berro não ratifica o acordo, e põe fim à liberdade de ação dos pecuaristas que atuavam em seu país. A resposta imperial é dura. Já no governo Aguirre, é enviado o conselheiro Saraiva com um ultimato ao governo uruguaio. A acusação é de maus tratos aos criadores brasileiros residentes no país oriental. Trazia também uma ameaça, pois caso não fossem cumpridas as exigências, o Império atacaria o Uruguai. Sentindo que poderia se ver acuado no caso de o Uruguai cair sob domínio do Império, Francisco Solano López adverte os imperiais que um ataque aos uruguaio não seria tolerado pelo país guarani, e que um confronto seria inevitável. Mesmo assim, o Império ataca o país oriental em 1864, dando o primeiro passo para a Guerra do Paraguai. Para muitos, esse foi o verdadeiro início do conflito que só acabaria em 1870 com a morte do governante paraguaio Solano López.⁵

A Argentina, por sua vez, passara por um processo de formação conflituoso, com guerras intermitentes. Depois da derrota de Rosas, dois Estados surgiram: a Confederação Argentina, com capital em Paraná; e o Estado de Buenos Aires. O primeiro, comandado por Justo José Urquiza; o segundo,

⁴ Cf. ROSA, José María. **La guerra del Paraguay:** y las montoneras argentinas. -1ª Ed.- Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.

⁵ Cf. ROSA, José María. **La guerra del Paraguay:** y las montoneras argentinas. -1ª Ed.- Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.

Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

por Bartolomé Mitre. Após um prolongado embate, a Batalha de Pavón se decide favoravelmente ao rico Estado de Buenos Aires, após a retirada de Urquiza. A Argentina se confirma como Estado, porém a unificação não é completa. Ainda restam descontentes e o governo de Mitre tem que enfrentar a oposição armada, *las montoneras*.⁶

Apesar de as províncias descontentes não terem o poder suficiente para tentar uma oposição sistemática e apresentar uma alternativa ao governo de Mitre, o Paraguai poderia ter. o modo de desenvolvimento do Paraguai poderia apresentar uma alternativa ao desenvolvimento liberal de Mitre. Portanto, para Mitre, destruir o Paraguai era uma forma de confirmar a unificação argentina sob a batuta do liberalismo mitrista.⁷

Para o Império, uma guerra contra o Paraguai seria proveitoso, por motivos territoriais e políticos. É sabido que o Império tinha não só interesse na questão de fronteiras, mas principalmente para conseguir a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai. Essa questão já era motivo de discordâncias entre os dois governos. Desde a década de 1850 se debatia a questão da navegação dos rios, sem que fosse possível chegar a um acordo. Mas ainda se tem o inconveniente da mão-de-obra. O Império ainda utilizava o trabalho dos trabalhadores escravizados. Sendo comparado à Rússia czarista, o Império procurava agir externamente com o objetivo de desviar a atenção do problema da escravidão. Essa forma de exploração do trabalho era vista como uma vergonha dentro do Brasil e era duramente criticada externamente, principalmente pelos britânicos, que tinham interesses econômicos na eliminação do trabalho compulsório. Assim, D. Pedro II esperava que com uma

⁶ Cf. ROSA, José María. **La guerra del Paraguay:** y las montoneras argentinas. -1ª Ed.- Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.

⁷ PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre:** de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia. 3ª ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1975.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

guerra e a possível expansão do seu território esse problema fosse momentaneamente esquecido.⁸

O Paraguai, por sua vez destoava dos vizinhos. Independente desde 1810, não aceitara a submissão ao Vice-Reinado do Prata. Com o ditador Francia, o Paraguai se isolara da América do Sul. Isso o colocou a salvo da anarquia política que reinava nos demais países. Também propiciou um acúmulo de riquezas, que seriam aproveitadas por seu sucessor Gaspar Francia na modernização do Paraguai. No governo de Francisco Solano López, no entanto, um entrave se coloca no desenvolvimento do Paraguai. Não havia saída para o mar. Mas ainda havia outros problemas. O Império, com sua política externa intervencionista ameaçava encurralar o país guarani caso viesse a colocar no Uruguai um governo aliado – no caso, Venâncio Flores. É nesse contexto que o chefe de Estado Solano López adverte o Império a não atacar o Uruguai, sendo essa ofensiva considerada uma declaração de guerra. Assim, como resposta ao ataque aos orientais em 1864, Solano López ataca o Mato Grosso e prende o navio Marquês de Olinda. Para muitos, esse é o início da Guerra do Paraguai.⁹

Sendo assim, o contexto estava formado para o maior conflito envolvendo países da América do Sul, que duraria praticamente sete anos. Expostos os possíveis motivos que levaram ao início da Guerra do Paraguai, fica evidente que os conflitos internos foram determinantes para sua eclosão.

⁸ Cf. PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre:** de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia. 3ª ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1975.

Cf. RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 pp. 187-188

Cf. NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império:** Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época / por seu filho Joaquim Nabuco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899-1900

⁹ Cf. SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai 1814 – 1840.** São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, 1978.

Cf. BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata:** da colonização à guerra da tríplice aliança. 2ª São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília, 1995.

Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A impopularidade da guerra

No ano de 1868, a Guerra do Paraguai ainda se arrastava, consumia vidas e recursos de todos os países. O Paraguai já não conseguiria mais resistir. A partir desse momento o prolongamento do conflito só vai aumentando sua impopularidade. Não só dentro do Império, mas também outros países passam a não ver mais sentido na guerra. Muitas nações neutras passam a simpatizar com a causa de López. E os próprios brasileiros não veem mais sentido em continuar lutando.

Nem as vitórias de as grandes manobras militares de Caxias em dezembro daquele ano amenizam a situação. A guerra continua sendo amplamente impopular tanto dentro como fora das fronteiras imperiais. Continua atraindo a simpatia dos neutros para Solano López. Mas continua consumindo recursos e dando gastos com fornecedores para D. Pedro II.¹⁰

“De início a guerra do Paraguai despertou o entusiasmo patriótico da população brasileira. Homens se alistaram como os Voluntários da Pátria sem reivindicar seus prêmios em dinheiro, funcionários públicos abriram mão de seus vencimentos para custear a formação desse corpo militar e eram comuns doações financeiras de particulares ou de movimentos patrióticos. Esperava-se uma guerra curta e rápida, como tinham sido, desde 1850, as intervenções brasileiras no rio da Prata. A inesperada extensão do conflito e os sacrifícios por ele exigidos tornaram-no impopular.”¹¹

A impopularidade do conflito fica especialmente marcada na dificuldade de se conseguir voluntários para irem combater. Foram muitos os artifícios usados para escapar da convocação para combater no Paraguai. Homens declaravam-se adeptos do Partido Liberal – quando este estava no poder – com a intenção de serem protegidos politicamente. Havia aqueles que se escondiam ou fugiam mesmo, principalmente aqueles que moravam em regiões de mais difícil acesso, como no Norte do país. Havia aqueles que se casavam com

¹⁰ Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O conflito com o Paraguai**. São Paulo: Ática, 1996.

¹¹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O conflito com o Paraguai**. São Paulo: Ática, 1996 pp- 47/48



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

mulheres muito mais velhas. E para completar, o recrutamento – que em tese seria dos Voluntários da Pátria, portanto de pessoas patrióticas, dispostas a defender a honra do Brasil – foi usado como meio de intimidar e perseguir aqueles que faziam oposição ao partido que estava no poder.¹²

Narrativas contam inclusive, que chegaram a ser preparadas armadilhas para conseguir pessoas para lutar no conflito. Uma delas seria preparar festas em locais públicos, distribuindo doces e guloseimas. Quando havia um bom número de participantes, a polícia apreendia as pessoas e as enviava como “voluntários” ao Paraguai.¹³

É claro que ainda houve outras formas de se conseguir soldados. O governo imperial passou a desapropriar escravos para enviar ao conflito. Além disso, os convocados poderiam mandar substitutos para combater em seu lugar. Normalmente mandava-se um escravo para a guerra com a promessa de que seria liberto depois da guerra.¹⁴

A demora em terminar com a guerra e a recusa em o Império aceitar uma paz negociada causou uma impopularidade em outros países, até então neutros.

“[...] a neutralidade do governo de Paris dificultou ao Império receber o encouraçado *Brasil*, encomendado a estaleiros franceses antes do início da guerra. O representante paraguaio na França retardou sua entrega, sendo necessária uma missão especial, do barão de Penedo, para obter a liberação do encouraçado.”¹⁵

Na América do Sul, apesar das tentativas dos diplomatas imperiais em isolar o Paraguai, as simpatias se voltaram para o país guarani. Essa simpatia, no entanto, não chegou a se transformar em auxílio real em virtude da precariedade diplomática do Paraguai, que contava com uma representação

¹² Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O conflito com o Paraguai**. São Paulo: Ática, 1996.

¹³ Cf. CHIVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil. Da senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

¹⁴ Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O conflito com o Paraguai**. São Paulo: Ática, 1996.

¹⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O conflito [...]**. *Op. Cit* p-54.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

apenas em Paris, além de representantes comerciais na Alemanha e na Bélgica. Os Estados Unidos também tentaram colocar fim ao conflito, chegando a apresentar propostas para um encerramento da guerra. Propostas essas, que foram recusadas pelo governo imperial, que não admitia o término da guerra enquanto Solano López fosse o presidente. Os países da costa do Pacífico também se ofereceram como mediadoras com o objetivo de finalizar a guerra. Ofertas essas que foram recusadas pelo Império, resultando em enérgicos protestos desses países. A situação se agravaria ainda mais com a publicação do Tratado da Tríplice Aliança.¹⁶

A insistência de D. Pedro II na guerra

Se a impopularidade da guerra entre os brasileiros crescia, a ponto de ficar cada vez mais difícil conseguir voluntários; se os países neutros ou se colocavam ao lado de Solano López, mesmo sem conseguir transformar esse apoio em auxílio real; em 1868 a impopularidade se torna evidente dentro das próprias Forças Armadas. O próprio Caxias passa a pedir o fim da guerra. A posição de D. Pedro II não deixa dúvidas, no entanto de quem estava no comando, e qual era a posição do governo imperial.

“Até mesmo Caxias defendeu a paz, quando seu partido, o Conservador, assumiu o poder no Brasil, em julho de 1868. No mês seguinte, em 14 de agosto, escreveu ao barão de Muritiba, novo ministro da Guerra, que ao inimigo restava, como alternativa militar apenas uma guerra de escaramuças. Esta, dizia ele, seria menos mortífera, mas obrigaria o Exército Imperial a penetrar em território que não contava com recursos mínimos – alimentos para a tropa e forragem para os animais – para manter uma força invasora, o que obrigaria o Brasil a ter mais gastos com fornecedores. [...] Em resposta, D. Pedro II mandou comunicar a Caxias que a luta deveria prosseguir até a expulsão de Solano López do Paraguai.”¹⁷

Foi D. Pedro II o grande responsável pela continuidade da guerra. O principal obstáculo a ser superado era a linha defensiva paraguaia. Romper o

¹⁶ Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O conflito com o Paraguai**. São Paulo: Ática, 1996.

¹⁷ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O conflito [...]**. *Op. Cit* pp- 52/53



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

cerco era a maior dificuldade e certamente foi o fator mais importante para a durabilidade da guerra. O Paraguai resistia tendo como base de sua defesa a fortaleza de Humaitá. Depois de tomada, o conflito seguiria para uma etapa. O objetivo agora era derrotar López.

“A queda de Humaitá abriu uma nova fase na guerra e Solano López, mesmo mal informado e subestimando o inimigo, não poderia ter outra percepção senão a da impossibilidade de conseguir uma paz honrosa para si. Ainda assim, persistiu em sua resistência, e com isso vitimou não só os aliados, mas os próprios paraguaios. Aos aliados, por sua vez, ocupar Humaitá não significava o fim da guerra e, pragmático, Caxias acreditava ser o momento de se fazer a paz, para poupar vidas aliadas e recursos financeiros do Brasil. Dom Pedro II, porém, persistiu na posição de que só a derrota de Solano López, com sua prisão e expulsão do Paraguai, garantiria, verdadeiramente, a paz futura. Por isso a guerra continuou, iniciou-se uma nova e pôs fim a praticamente dois anos dedicados a romper o sistema defensivo inimigo, que teve Humaitá como epicentro.”¹⁸

O Partido Conservador quando na oposição defendeu o fim da guerra. No entanto, depois de entrar para o governo, mudou o discurso. Caxias, no entanto, mesmo sendo do Partido Conservador mantinha a opinião de que o conflito deveria findar rapidamente. Estando no palco dos combates, em contato com sua realidade, o marquês considerava que manter-se na guerra era penetrar em um país que já não possuía recursos mínimos. Obrigaria o Império a ter muitos gastos com fornecedores. Para completar, alegava ainda que as ofensas feitas pelo ditador Francisco Solano López já estariam vingadas.¹⁹ Esse sentimento de Caxias era o mesmo do restante do Brasil. A guerra se tornava cada vez mais impopular e os brasileiros aspiravam à paz, exigindo como requisito a navegação do rio Paraguai e a evacuação do Mato Grosso.²⁰

A posição de D. Pedro II no entanto, era intransigente. Só aceitaria a paz sem López no governo.

¹⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 p- 332

¹⁹ Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

²⁰ Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

“O imperador manteve até o fim do conflito a convicção de que era preciso destruir de vez toda a influência ‘lopizta’ no Paraguai, daí a recusar a paz que não atendesse a esse objetivo. Constava no Tratado de Aliança, e os aliados não cansavam de repetir, que a guerra não era contra a nação paraguaia, mas, sim, contra Solano López. Fora este que atingira, segundo o discurso imperial mobilizador para o conflito, a honra brasileira, a qual estaria totalmente resgatada apenas com a derrota pessoal do chefe de Estado paraguaio.”²¹

Em início de 1869, Assunção é ocupada. Em janeiro desse ano, Caxias, já exausto, se retira do conflito e se exonera do comando da guerra. Sua saída é acompanhada de outros oficiais que como ele, consideram que o objetivo já havia sido alcançado. Para dar continuidade aos combates, é enviado o conde **d’Eu, que parte para o Paraguai** contra a sua vontade. O objetivo imperial era levantar novamente o moral da tropa enviando agora, um membro da família real.²²

O próprio General Osório é mandado de volta ao campo de batalha a pedido do **conde d’Eu, sem estar totalmente recuperado de um ferimento** no maxilar, provocado por um tiro de fuzil.²³

O retorno de Caxias para o Brasil, no entanto, deixa claro qual era o sentimento do imperador naquele momento.

“A volta de Caxias para o Rio de Janeiro, nas circunstâncias em que ocorreu, causou grande decepção, em particular no imperador. Caxias tinha a expectativa de que dom Pedro fosse visita-lo em sua casa, mas este se recusou por achar que o militar se retirara prematuramente de Assunção, deixando de **completar sua missão.**”²⁴

É interessante a comparação que é feita pelo autor Doratioto, para o caso de encerrar o conflito de uma maneira negociada.

“O Império seria como o naufrago que, após muito nadar para se salvar, morre afogado quase ao chegar à praia, pois esse seria o

²¹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...]. Op Cit** p- 339.

²² Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²³ Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

²⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...]. Op Cit** pp- 389/390.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

significado de, após quatro anos de guerra, tendo destruído militarmente o inimigo, acabar negociando com este em lugar de impor-lhe o amargo sabor da derrota.”²⁵

Em uma nota, o presidente paraguaio Francisco Solano López propõe a Mitre uma reunião no dia e na hora em que este marcasse entre suas linhas. Mitre convida Polidoro, por parte do Império e Venâncio Flores pela parte de Portugal. O presidente da Argentina era favorável ao encontro; o do Uruguai, indiferente; o representante imperial, era contrário. Ao se apresentarem a Solano López, no dia da reunião, no entanto, Venâncio Flores, sentindo-se ofendido pelas palavras do paraguaio, que o acusara de ter aberto as portas ao Império, se retira. No diálogo da reunião citada, o presidente paraguaio reitera que fazia guerra ao Brasil por estar convencido que após tomara Banda Oriental, os imperiais não hesitariam e tomar igual medida contra seu país. Argumenta Mitre que o confronto já teria sido suficiente para reparar qualquer ofensa e agora estava interessado no encerramento das hostilidades negociando uma paz honrosa. Mitre no entanto ressalta que as condições de paz já estavam estabelecidas e que não lhe competia somente decidir sobre as negociações. López reiterou que não aceitaria as condições colocadas no Tratado da Tríplice Aliança, pois se assim o fizesse, não seria uma paz honrosa, pois seria tratado como derrotado. Não fora consulado a respeito de nenhuma das exigências. Todavia, estaria disposto a negociá-las, inclusive no que dizia respeito à questão das fronteiras. Mitre lhe assegurou que trabalharia para assegurar a paz. No entanto, os imperiais não admitem negociar com o marechal López, fazendo prevalecer seu ponto de vista, aceitando uma paz apenas com a capitulação de Francisco Solano López do governo paraguaio.²⁶

Dessa maneira, a guerra anda se arrasta até março de 1870, quando Francisco Solano López é morto na batalha de Cerro Corá. Depois de praticamente sete anos de luta, as forças paraguaias estão fortemente

²⁵ *Ib.* Ibidem p- 396.

²⁶ CANGOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. **Solano López, o Napoleão do Prata.** Rio de Janeiro: Civilização, 1975 pp- 142-144.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

destruídas; o país, arruinado e seu presidente é morto. O Paraguai perde grande parte de seu território, suas escolas e fábricas são destruídas e as perdas humanas são muitas. Mas pelo lado dos vencedores, também há muitos revezes. As perdas humanas foram muito grandes, principalmente para o Império. As dívidas contraídas durante a guerra se acumulam. Sem contar que, apesar de ter sido o auge do Segundo Reinado, a Guerra do Paraguai vai contribuir para a futura queda da Monarquia, uma vez que irá abalar pilares importantes de sua sustentação. O exército depois do conflito vai exigir uma maior participação na vida do Império. Muitos que viram a bravura dos soldados escravizados passam a pedir o fim da escravidão. Assim, questões importantes, como a militar ganham mais importância no final do reinado de D. Pedro II.

Considerações Finais

Procuramos neste trabalho pincelar em alguns tópicos a participação do governo imperial no resultado da guerra. Poderia ter sido ela diferente se terminasse antes? A situação do Paraguai teria se alterado? Provavelmente não haveria tanta destruição, tantas mortes e mesmo os aliados teriam economizado não só vidas, como materiais. Era isso o que defendia o próprio Caxias.

Mas é inquestionável a decisão de D. Pedro II em manter a guerra até a derrota pessoal de Francisco Solano López. Apesar de consumir vidas e recursos, apesar de ter uma crescente impopularidade dentro do Império e de receber críticas de seus vizinhos neutros, o imperador se mantém firme na posição de não negociar a paz e de somente aceitar o fim dos confrontos com a expulsão de Solano López do Paraguai. O soberano brasileiro chega a recusar várias ofertas de mediação, e de um fim da guerra negociado.

Junto dessa firme convicção, a ferrenha defesa paraguaia fizeram com que esse fosse o mais longo conflito envolvendo nações sul-americanas. A intenção de D. Pedro II era eliminar qualquer influência de López sobre futuros governos? O que importa é que a guerra só acabou com a morte do ditador paraguaio, mesmo depois de muitos dos aliados já terem deixado o campo de



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

batalha, como Caxias e Bartolomé Mitre. A Guerra do Paraguai continua sendo um tema polêmico e que continuará a despertar muitas discussões em torno de seus tópicos, sem do sempre um tema rico a estudos, debates e interpretações.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata*: da colonização à guerra da tríplice aliança. 2ª São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília, 1995.
- CANGOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. *Solano López, o Napoleão do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização, 1975.
- CHIVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil. Da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ática, 1996.
- ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. *La oligarquía oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1970.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época / por seu filho Joaquim Nabuco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899-1900.
- PEÑA, Milciades. *La era de Mitre*: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia. 3ª ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1975.
- RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

ROSA, José María. *La guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas*. -1ª Ed.- Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.

SILVA, Raul de Andrada. *Ensaaios sobre a Ditadura do Paraguai 1814 – 1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série Ensaios, 1978.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

**MODERNIDADE PARA UNS E DESOCUPAÇÃO PARA OUTROS:
INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO PORTO MAUÁ COMO
MARCADOR DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA
CIDADE DE PORTO ALEGRE**

Alexandre Pena Matos*

A partir da constatação de que as modificações no tecido urbano encontram-se variavelmente vinculadas ao progresso da urbe e de que esse progresso é visto como sinônimo da modernização da mesma, este artigo procura entender a dinâmica transformacionista que toma corpo no campo urbano, arquitetônico e imaginário da área central de Porto Alegre, a partir da construção do seu porto – Mauá –, como marcador de uma cidade rumo à modernidade.

As transformações urbanas acontecidas na cidade de Porto Alegre nos anos de 1897 a 1937 foram norteadas por valores burgueses e perpassadas pela idéia de progresso, ligadas por transformações econômicas, sociais e políticas. Implementadas por Intendentes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), desenvolveram e ordenaram os espaços da cidade. Os três respaldaram-se na **filosofia positivista, conhecida como a “Religião da Humanidade”**. Augusto Comte, seu criador, acreditava que o Estado tinha a função de manter a ordem social para haver desenvolvimento, daí o lema **“ordem e progresso”**. Conforme o historiador Monteiro (1995) **“o positivismo exigia ainda a continuidade no poder, a não intervenção direta do Estado na economia, (...) a integração do operariado à sociedade moderna e a concepção do Estado como portador dos interesses gerais da sociedade”**¹

* Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo – UPF – e-mail: penamatos@yahoo.com.br

¹ ALVES, 2005; BAKOS, 1998; CARREIRA, 2005; MACHADO, 1998; MONTEIRO, 1995.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Consolidou-se assim uma ordem urbano-industrial, onde a cidade se caracterizava por ser o centro de irradiação de padrões e valores burgueses, ao mesmo tempo em que concentrava as operações comerciais e financeiras, e convertia-se no espaço onde se agrupavam as fábricas e os operários. É o período de um novo imaginário urbano inspirado nas cidades européias, procurando edificar uma Porto Alegre limpa, bonita e ordenado. A constituição dos espaços do centro da Capital seguiu trajetória marcada pelos planos diretores. Tais planos de implantação aproximaram-se de tendências difundidas pelo pensamento urbanístico da época e teve por referenciais localidades como Paris e Rio de Janeiro. Preocupações com questões como a circulação ordenada de pessoas e mercadorias e as condições de higiênico-sanitárias do lugar estiveram presentes de forma marcante no desenho. Rykwert (apud MONTEIRO, 2008) acrescenta que convergindo com a tendência do Urbanismo do final do século XIX, os planejadores da cidade pretendiam, por meio de seu traçado, definir a relação dos futuros habitantes com o local.²

A nova fase do fenômeno urbano que começa nessa época, se caracteriza pela complexidade da organização dos grupos sociais no espaço urbano, advindas das mudanças estruturais de ordem econômica, político e social. Essas estavam relacionadas com a abolição da escravidão, com a nova ordem republicana, com o aumento das camadas médias urbanas e com a imigração de trabalhadores. O centro da cidade deveria ser o espaço seletivo para as transformações conforme os ideais burgueses, lhe cabendo o lugar para a conduta civilizada. Para compreender o papel que a construção do porto de Porto Alegre teve na reestruturação da cidade é preciso voltar para o contexto urbano do período. Sua construção provocou muitas discussões, gerando muitos projetos e proposições que vieram a modificá-la completamente a relação entre a cidade e o Guaíba. Estas obras transformaram tanto o espaço físico da cidade

² Idem.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

como o seu imaginário, modificando as práticas sócias consagradas e introduzindo uma nova forma de viver e sentir a cidade.³

Neste sentido, além de se constituir um mero equipamento técnico, o porto também deve ser considerado como um verdadeiro projeto de intervenção urbana, inserido num contexto mais amplo do imaginário moderno de transformação da realidade concreta através da potência criadora da modernidade. Desta forma, temos que ler suas imagens, idéias e significados de uma maneira ampla, que transcenda os motivos específicos e pragmáticos que os justificam.⁴

Podemos afirmar que o porto foi um marco no período inicial de grandes reformas urbanas em Porto Alegre, modernizando a cidade de acordo com os princípios de saneamento, circulação e embelezamento do urbanismo higienista da época. Ele constituiu um elemento estratégico da política de obras do Governo republicano para a transformação da capital do Estado.⁵

Uma das questões que o porto se propunha a resolver era o problema do saneamento urbano. Tratava-se de sanear o velho problema de insalubridade das margens e da falta de organização espacial daquela área, que era ocupada por inúmeras atividades, concentrando a maior parte do comércio, dos transportes e dos serviços urbanos. Isso gerava um foco de problemas que o poder público se via obrigado a solucionar. Não por acaso o primeiro projeto para o cais, elaborado ainda no final do século XIX, se propunha quase que exclusivamente a resolver o saneamento do litoral da península. Na visão das autoridades e dos técnicos da época, o problema primeiro a ser resolvido para a melhoria das condições de vida naquele espaço, antes de qualquer outra questão, era acabar com os focos de insalubridade existentes. Mas esse imaginário sanitarista também propunha que a transformação espacial viesse acompanhada pela mudança de hábitos da população, daí todas as

³ ALVES, 2005; MACHADO, 1998; SOUZA, 2004; SOUSA, MULLER, 2007.

⁴ ALVES, 2005; BAKOS, 1998; CARREIRA, 2005; MACHADO, 1998, MONTEIRO, 1995.

⁵ Idem.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

regulamentações e códigos de posturas municipais que surgiram ainda no século XIX. Eles estabeleceram novas regulamentações para as funções e usos da zona portuária, acabando com práticas consideradas arcaicas e incompatíveis com o modelo de vida urbana que aquele imaginário pregava.⁶

Outra questão que as transformações geraram pela implantação do porto era a ordem simbólica. Tratava-se de um plano de “embelezamento” da cidade através da construção de “hall” para “sala de visitas do estado”, como Porto Alegre era chamada na época. Para tanto o Governo construiu um pórtico de entrada da cidade no local de passageiros, no eixo da praça da Alfândega, para dotar a cidade de uma estrutura digna de receber os visitantes que chegassem ao estado. Sobre as áreas aterradas o Governo republicano procurou deixar suas marcas, construindo edificações públicas de rica arquitetura, ampliando, equipando e ajardinando a praça da Alfândega, abrindo duas grandes avenidas, além de muitas outras obras complementares e de infra-estrutura. A proposta de ligação desta área com o novo Palácio Piratini, por fim não executada, só bem a reforçar a dimensão simbólica que o projeto do porto ocupava dentro desse contexto dessa análise.⁷

Contando com o auxílio de técnicos e profissionais qualificados, o Governo conferiu ao espaço urbano uma dimensão solene que expressava a nova ordem burguesa instaurada pela República e da qual ele era o grande responsável. Esta nova classe não tardou em se apropriar dos espaços de forte significado da cidade, erguendo sobre eles os seus símbolos que transformariam o imaginário urbano de Porto Alegre. Não podemos esquecer que o porto deu origem à cidade e ao seu próprio nome, mantendo-se sempre como área de intenso uso pelos cidadãos.⁸

Esse novo imaginário urbano teve sua origem nas reformas empreendidas nas cidades da revolução industrial na Europa dos séculos XVIII

⁶ ALVES, 2005; BAKOS, 1998; CARREIRA, 2005; MACHADO, 1998, MONTEIRO, 1995.

⁷ Idem.

⁸ Idem.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

e XIX. Devemos então retomar este período para compreender o significado dos conteúdos trazidos para o contexto brasileiro durante o processo de expansão internacional do capitalismo e de sua forma cultural, a modernidade.⁹

A partir do século XIX surge uma nova modalidade de urbanismo, que se distinguia da antiga arte de construir cidades pela sua pretensão científica. Este **urbanismo se apoiava na técnica para produzir um “efeito de verdade”** e se auto-justificava através de formulações pretensamente racionais. Ao longo do seu processo de desenvolvimento, ele foi sendo constituído por um discurso totalizante de apelo à ciência e à técnica que tinha por objetivo legitimar as intervenções na cidade e que refletia o imaginário do racionalismo e do cientificismo da modernidade, povoando a mente de diversas gerações de engenheiros e urbanistas. As grandes possibilidades trazidas pela industrialização e pela técnica no século XIX possibilitaram ao urbanismo da modernidade ir além dos meros projetos arquitetônicos ou das intervenções isoladas. Agora, através da elaboração de utopias factíveis, realizadas por meio de reformas urbanas de grande alcance, o urbanismo estava capacitado para transformar cidades inteiras como nunca fora vista anteriormente.¹⁰

Cabral (apud ALVES, 2005) cita que *o urbanismo da modernidade passou a ser tarefa de experts, geralmente arquitetos e engenheiros, bem como de higienistas e administradores* como modelo para reestruturação da cidade, aproximando-se assim da utopia, pois constituía um *verdadeiro empreendimento ideológico, estético e simbólico totalizantes, universalista*. Sua maior diferença em relação às utopias estava no potencial de concretização imediata de suas proposições e seu poder *foi ampliado na medida em que a potência do construir se multiplicou mediante novos avanços técnicos e econômicos, a partir da revolução industrial*. O urbanismo passa então a ter uma pretensão científica, apoiando-se **na técnica para produzir um “efeito de verdade”** e justificar suas ações através de formulações ditas “racionais”. Esse

⁹ ALVES, 2005; MACHADO, 1998; SOUZA, 2004; SOUSA, MULLER, 2007.

¹⁰ ALVES, 2005; MACHADO, 1998.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

discurso totalizante que se constitui no âmbito do urbanismo ao longo da modernidade apresenta um imaginário de apelo à ciência e à técnica para legitimar as intervenções na cidade. Os projetos são impregnados por este discurso técnico-científico que contém um imaginário de fundo típico do racionalismo e do cientificismo da modernidade e que povoará a mente de diversas gerações de técnicos e urbanistas até os tempos recentes.¹¹

Os elementos de referência urbana deste período estão ligados à noção de movimento. A revolução industrial dinamizou a cidade tradicional, transformando sua estrutura. A ordem do dia era mobilidade, circulação, tanto de pessoas quanto de mercadorias e de capital. A mudança se materializou e se fez visível através das grandes reformas da época, como a de Paris, Barcelona e Viena, por exemplo, que rasgaram o tecido tradicional com largas avenidas, bulevares, linhas de trem e metrô.¹²

As elites Iluministas perceberam que o poder de crescimento da cidade rompia com o espaço e com sua representação tradicional. Também começava a surgir a noção de malha urbana a partir da idéia de solidariedade econômica entre as cidades dispersas pelo território. A base do pensamento dos engenheiros era de circulação.

O período da República Velha marcou a emergência de toda uma nova gama de problemas urbanos que exigem soluções originais e representavam um grande desafio aos Governos e planejadores. O urbanismo francês, cujos fundamentos podem ser sintetizados na tríade sanear, circulação e embelezar, tornaram-se o modelo urbano de referência para as reformas da época. No Brasil podemos ver suas presenças em diversas cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo. Em Porto Alegre com o Plano de Melhoramentos de Moreira Maciel em 1914.¹³

¹¹ Idem.

¹² ALVES, 2005; MACHADO, 1998; SOUZA, 2004; SOUSA, MULLER, 2007.

¹³ Idem.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Os planos de renovação das cidades brasileiras representavam uma vontade de desenvolvimento industrial e tecnológico e de modernização da estrutura social defasada em relação ao exterior. Trata-se de um esforço para que ambiente fosse transformado segundo um desejo de progresso, ainda que as condições concretas se mostrassem muito limitadas para a efetiva implantação das propostas elaboradas.

Em Porto Alegre esse processo de renovação urbana se deu de forma semelhante, guardada as proporções entre a capital federal e a capital dos gaúchos. Aqui as transformações também fizeram parte do empenho das elites da época em construir uma imagem de cidade progressista. Diversos técnicos, engenheiros e arquitetos se incumbiram de colocar em prática a tarefa construir uma nova imagem para cidade, através de obras como o porto até a avenida Borges de Medeiros. Elas reformularam completamente a margem norte do **velho centro de acordo com as concepções dos “produtores urbanos”**, com o objetivo de marcar um novo cenário de prosperidade, ordem e limpeza. Um testemunho destas disposições é dado pelo secretário de obras Augusto Pestana quando ele comenta que *extraordinário tem sido o desenvolvimento da capital do Estado nestes últimos anos. Observa-se por toda a parte grande movimento e nota-se que a cidade progride rapidamente. A valorização dos prédios e terrenos quer na zona urbana quer nos subúrbios tem sido enorme*. Segundo ele, este surto de desenvolvimento era o resultado da união dos esforços dos Governos do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) no Estado e no Município, *a acção conjunta do Governo do Estado e da Administração Municipal deve-se esse grande progresso que ora se verifica nesta capital*.¹⁴

Os trabalhos de saneamento urbano tinham uma importância muito grande para os administra públicos da época, sendo colocadas no mesmo patamar de relevância dos serviços essenciais como segurança pública e educação. De acordo com a concepção positivista que dominava a administração

¹⁴ ALVES, 2005.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

municipal e estadual, cabia ao Governo o papel principal na promoção do bem estar social, arcando com os custos destes serviços fundamentais a fundo perdido em nome do benefício à coletividade.¹⁵

Mas antes disso, ainda na gestão do intendente José Montaury (1897-1924) foi elaborado o Plano de Melhoramentos e Orçamentos de 1914, primeiro plano urbanístico abrangendo o conjunto da cidade. Ele buscou conferir uma nova imagem à capital, coordenando diversos projetos para a reformulação da zona central, como a abertura de ruas e avenidas e a criação de praças ajardinadas. Apesar de ser bastante realista, a maior parte de suas idéias só saiu do papel nas administrações seguintes. O plano incorporou o projeto do porto, com um cais retilíneo na margem norte e uma série de avenidas generosamente dimensionadas na área que seria acrescida. Mas ele também trazia a proposta de prolongá-lo contornando a ponta da Cadeia até a Praia de Belas, na forma de um cais de saneamento para aquela área. Na área aterrada, foram projetadas as avenidas do porto Mauá, Júlio de Castilhos, Flores (7 de Setembro) e a praça da Alfândega. Assim, a margem norte se apresenta como um ponto especial dentro do programa de projetos para a renovação da cidade. O porto deixa de ser um conjunto de aterros, trapiches e docas particulares e passa a ser concebido como um grande equipamento unitário, racionalmente projetado por técnicos especializados e engenheiros competentes. Este equipamento é visto como mais um dos vários elementos necessários ao bom funcionamento da cidade. Circular, sanear e embelezar eram as palavras de ordem.¹⁶

É interessante notar que, tanto no Rio de Janeiro quanto em Porto Alegre, as margens se tornaram o foco das intervenções urbanas mais urgentes, motivando as obras de modernização portuária. Desta forma, podemos afirmar que o Plano de 1914 e as reformas urbanas que vieram com ele trouxeram a Porto Alegre, influenciado pela renovação do Rio de Janeiro, elementos da distante modernidade de Paris. Este momento marcou o início de um processo

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

de reconstrução da identidade urbana da cidade, que como capital do estado, também procurava se afirmar no cenário nacional e ***acertar o passo com a história*** a modernidade da Belle Époque e todo o seu imaginário impregnado nos modos de vida da população em geral.¹⁷

Desde o seu início a cidade esteve intimamente ligada ao porto, do qual dependia quase todo seu comércio e transporte de longa distância. Apesar de sua grande importância até o início do século XX ele ainda era explorado em estado quase natural, desprovido de maiores infra-estruturas, dotado apenas de simples trapiches de madeira e alguns aterros isolados onde eram construídos os novos prédios relacionados à função portuária, como o mercado e a alfândega.¹⁸

Já na primeira metade do século XIX a antiga vocação comercial da cidade foi reforçada pelo estabelecimento das colônias alemãs na encosta da serra e ao longo dos rios que desembocavam no Guaíba, como o Sinos, o Caí e o conjunto Jacuí-Taquari, originando uma rica e ativa região de influência. Apesar das dificuldades de navegação estes rios possibilitaram o escoamento da produção e a criação de uma rede de intercâmbio e comércio regional. Porto Alegre, através de seu porto, passou a comandar a exportação da produção, assim como a importação de bens para as novas populações.¹⁹

Desde princípios do século XIX a margem norte da cidade concentrava as atividades industriais, comerciais e de transporte. Este processo ocorreu de forma mais ou menos espontânea, sob a iniciativa de particulares que estabeleciam seus negócios junto às margens, erguendo trapiches sobre o rio. Somente mais tarde que o poder público municipal começou a regular o uso das margens através dos códigos de posturas e outras legislações urbanas incipientes. No final daquele século, as primeiras indústrias de maior porte se instalaram nos bairros Floresta e Navegantes. Esta área ficava ao longo das

¹⁷ ALVES, 2005; MACHADO, 1998; SOUZA, 2004; SOUSA, MULLER, 2007.

¹⁸ Idem.

¹⁹ ALVES, 2005; CARREIRA, 2005; MACHADO, 1998, MATTAR, 2001; MONTEIRO, 1995.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

estradas de rodagem e da via férrea que conduziam às colônias do norte, além de estar junto ao rio e à zona portuária, mas fora do núcleo mais densamente povoado, proporcionando as condições fundamentais para a logística da indústria e a facilidade do comércio.²⁰

O centro de Porto Alegre se caracteriza geograficamente por uma ponta de terra que avança para o Guaíba. A cidade surgiu e se desenvolveu principalmente sobre a margem norte, devido a natureza geográfica favorável do local, com boas características portuárias e proteção dos fortes ventos que vem do sul. Com o desenvolvimento urbano, esta ponta passou a funcionar como um funil, no qual chegam todos os caminhos que ligam com os bairros e cidades vizinhas.²¹

Na planta de 1839 o primitivo núcleo urbano dentro da muralha apresenta uma ocupação densa, concentrada ao longo da rua da Praia, que naquela época se encontrava realmente na praia. Mas em virtude do desenvolvimento da cidade e de seu comércio, houve um incremento nas funções portuárias, a planta de 1862 já irá mostrar uma nova margem construída por aterros particulares, que por este motivo passa a ser conhecida por rua Nova da Praia, correspondendo à atual 7 de Setembro. As embarcações atracavam em simples trapiches de madeira ou em docas como a que havia no Mercado Público. Proprietários particulares solicitavam autorização da Câmara Municipal para aterrar as margens do rio, ampliando seus terrenos através de uma ocupação que não seguia nenhum plano de ordenação espacial e deixava esta margem com um contorno completamente irregular. Assim as margens do núcleo histórico começaram a sofrer sucessivos aterros que se estenderiam ao até meados do século XX, ampliando em três vezes sua área original.²²

A praça da Alfândega era um dos principais acessos da cidade ao rio. Com seus múltiplos significados e sociabilidades consagradas, ela representado uma

²⁰ ALVES, 2005; CARREIRA, 2005; MACHADO, 1998, MATTAR, 2001; MONTEIRO, 1995.

²¹ Idem.

²² ALVES, 2005.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

forte referência histórica para a população. Por ela se dava o embarque de passageiros para o interior do estado, o centro do país e para o exterior. Dessa forma, em 1911, o local em frente a ela foi escolhido para o início da construção do primeiro trecho do cais do porto. O Governo considerava este o logradouro mais indicado para o estabelecimento definitivo do local de embarque e desembarque de passageiros. Em 1909 um projeto do Governo do estado procurou conectar a praça da Alfândega junto à zona portuária com a praça da Matriz e o Palácio Piratini, nos Altos da Praia, o centro cívico e religioso da cidade. O projeto consistia na abertura de uma avenida monumental que sairia do Palácio e se estenderia até o portão do cais. Seguindo os princípios do urbanismo da época, o eixo chegava a esse portão deveria ser reforçado para valorizar a entrada da cidade e marcar o importante percurso até a sede dos poderes civil e religioso. Suas dimensões dão idéia da intenção que o Governo tinha para entrada da cidade, uma avenida com duas pistas canteiro central com palmeiras marcando seu eixo. Apesar de o projeto ter sido abortado e restar apenas pequeno trecho, ele permanece como testemunho da vontade afirmação de uma modernidade almejada pela capital sulina no início daquele século. A força e permanência desta imagem podem ser atestadas através de inúmeras imagens, seja em cartões postais ou fotografias representativas da cidade, que mostram esta avenida ligando o pórtico do cais à praça.²³

No contexto desta obra, a praça da Alfândega também passou por uma completa reformulação, recebendo um tratamento inspirado nos jardins franceses com canteiros simetricamente alinhados, iluminação e equipamentos. Como lugar mais central e fortemente representativo, ela acabou sendo escolhida para implantação de imponentes prédios públicos federais e estaduais, como a nova Alfândega, a Delegacia Fiscal, os Correios e Telégrafos e a Mesa de Rendas (Secretaria da Fazenda). A reformulação da praça fez parte dos esforços do Governo no sentido de embelezar a cidade e transformá-la no

²³ ALVES, 2005; CARREIRA, 2005.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

“hall” de entrada da “sala de visitas do estado”, imagem utilizada pelo governo para se referir a esta praça e à própria capital. A cidade não possuía um local adequado para recepcionar seus visitantes.²⁴

Esta preocupação com a estética e a forma da cidade revela a dimensão da questão simbólica que estas reformas implicavam, evidenciando o forte papel que o imaginário urbano jogava na condução das políticas de reformulação daquela área. O contexto sobre o qual o projeto urbano atua é o espaço concreto da cidade, objeto a ser transformado e o resultado de sua ação é um espaço alterado que produzirá novas ações e percepções. De acordo com Cabral (apud ALVES, 2005) *arquitetura e urbanismo se destinam, essencialmente, a este labor concreto de transformação/criação de espaços cristalizados, definidos por matéria e receptáculo de ação humana*. Porém, mesmo neste nível concreto e aparentemente neutro, a obra urbanística acaba conferindo ao espaço transformando um novo conteúdo simbólico. É preciso lembrar que qualquer objeto ou ação do homem invariavelmente acaba expressando significados culturais que vão além da materialidade da obra ou de sua mera função utilitária, pois necessariamente comporta mensagens culturais e históricas. Mas a obra artística, e aí incluímos a obra arquitetônica e urbanística, é uma expressão humana maior com significados ampliados. Ela é representação que não transforma o espaço concreto apenas num sentido prático, mas também num sentido expressivo.²⁵

Nas reformas higienistas, a preocupação com o aspecto estético, traduzido por embelezamento, era inseparável dos outros aspectos técnicos como o saneamento e as aberturas de vias. Tratava-se sem dúvida de uma preocupação de caráter simbólica, particularmente significativa numa época em que a república positivista procurava deixar suas marcas e seus códigos através de monumentos e de uma nova fisionomia para a cidade.²⁶

²⁴ Idem.

²⁵ ALVES, 2005.

²⁶ ALVES, 2005; CARREIRA, 2005; MACHADO, 1998; MATTAR, 2001; MONTEIRO, 1995.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Modernidade para uns e desocupação para outros: o imaginário

As condições culturais dominantes começaram a se reformular em função das transformações na estrutura social. A progressiva ascensão das camadas médias teve correspondência na formação de novas expectativas culturais. Dentro destes novos tempos que se anunciavam em um horizonte modernizante e modernizador. Era preciso não só reconstruir espaços, mas também fazer com que as pessoas que ocupassem estes locais fossem disciplinados. Era preciso **mudar costumes, conforme Thompson (1998), o termo “costume” foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra “cultura”. Segue o autor citando Bacon “os homens professam, protestam, comprometem-se, pronunciam grandes palavras, para depois fazer o que sempre fizeram. Como se fossem imagens mortas, instrumentos movidos exclusivamente pelas rodas do costume”. Viam-se estes costumes como remanescentes do passado, eles podiam ser descritos como visíveis e era preciso destituir esta cultura dita popular. Thompson ainda cita Mandeville “era necessário que toda uma multidão (...) habituasse seu corpo ao trabalho, tanto em seu próprio benefício como para sustentar o lazer, o conforto e os prazeres mais afortunados”. O autor informa sobre cultura que é “um conjunto de diferentes recursos em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa assume a forma de um sistema”.**

Já para Geertz (apud BURKE, 1999, p.51-52), citando o antropólogo, que inspirou muitos historiadores, define cultura como:

Conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume (...) **oculta muito mais que revela (...) descrição densa”, seguindo para “um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida”.

Conforme Burke (1999) a idéia de representação significa que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social. Em decorrência, tornou-se comum pensar e falar em “construção” ou “produção” da realidade (de conhecimento, territórios, classes sociais, doenças, tempo, identidade e assim por diante) por meio de representações. Alguns filósofos e sociólogos chamam de “construção social da realidade”. Estes falam cada vez mais da “invenção” ou “constituição” da etnia, por exemplo, da classe, do gênero ou mesmo da própria sociedade.

A idéia de modernidade surge, segundo Jacques Le Goff (1988), “quando há um sentimento de ruptura com o passado”. Neste sentido, um dos primeiros pensadores a utilizar a idéia de modernidade foi Charles Baudelaire, escritor francês da segunda metade do século XIX, que pensava a modernidade como as mudanças que iam se operando em seu presente, utilizando a palavra sobretudo para a observação dos costumes, da arte e da moda. O que não se pode esquecer que o termo modernidade (*modernitas*) propriamente dito já aparece no século XII, referindo-se aos últimos cem anos então vividos e ainda presentes na memória dos contemporâneos. Apesar disso, modernidade é um conceito histórico que difere do sentido original da palavra surgido com o Iluminismo, tendo seu ápice nos séculos XIX e XX.

Podemos definir a modernidade como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida. Nesse sentido, como afirma Le Goff (1988), modernidade é um conceito estritamente vinculado ao pensamento ocidental, sendo um processo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura.

Falar de modernidade é pisar em um termo de contradições, pois esse conceito é muitas vezes posto em oposição ao de tradição, que pode ser



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

considerada de um ponto de vista saudosista ou como algo retrógado. Por outro lado, em determinadas circunstâncias, o discurso modernizador, em particular em sua vertente da eficácia, do progresso, torna-se apenas uma ilusão para muitas pessoas, ou parece como algo destrutivo e opressor (o processo técnico pode ser antiecológico e promover a desigualdade social). Mas, por outro, a tradição também pode conter elementos muito conservadores das relações de dominação entre pais e filhos, homens e mulheres, grupos dominantes e dominados etc, enquanto a modernidade, em sua vertente da autonomia, propõe a igualdade e a liberdade.

E o fazer este imaginário é constituí-lo por representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. Isto é, sendo que cada cultura, de cada sociedade e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário (PLATEGEAN, 2005, p.392). A autora Plategean (2005) segue informando que o conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social. Abrange a experiência humana, coletiva ou individual. A autora termina por citar dois autores: o primeiro o historiador Huizinga que em **1919 afirmava que “o sentido de uma sociedade estava em seus sistemas de representações, seu imaginário e na forma como ele se relacionava com as estruturas sociais, com a ‘realidade’”, e o segundo Duby em que este diz “que é preciso ir buscar o sentido de uma sociedade em seu sistema de representações e no lugar que esse sistema ocupa nas estruturas sociais e na realidade”.**

Sendo conforme os autores Le Goff (1988), Plategean (2005) e Morin (2009) informam que a cultura constitui um corpo complexo de normas, símbolos, mitos e imagens que penetram o indivíduo em sua intimidade, estruturam os instintos, orientam as emoções. Esta penetração se efetua segundo trocas mentais de projeção e de identificação polarizadas nestes, como nas personalidades míticas ou reais que encarnam os valores (os ancestrais, os heróis, os deuses). Uma cultura fornece pontos de apoio imaginários à vida



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

prática, ela alimenta o ser semi-real, semi-imaginário, que cada um secreta no interior de si.

A urbanização no centro da capital trouxe conforme Certeau (1999), uma panóplia de códigos, de comportamentos ordenados e controles, elas regulam as mudanças de espaço (ou circulações) efetuadas pelos relatos sob a forma de lugares postos em séries lineares ou entrelaçadas. Essa prática do espaço **regularizado, onde as operações de descrições destes ditos “novos” locais ou lugares exercem um papel significativo no cotidiano.** Pois transportam aos locais, definindo fronteiras, demarcando limites e estatizando limiares. **Conforme cita Certeau (1999), “as operações de demarcação”, contratos narrativos e compilações de relatos, são compostas com fragmentos tirados e bricolados num todo único.** Neste sentido, esclarecem a formação dos mitos, como têm também a função de fundar e articular espaços.

Conclusão

Havia uma grande expectativa em atingir o mesmo nível de desenvolvimento das nações desenvolvidas da Europa e da América do Norte. Um porto moderno representava a oportunidade de estabelecer uma ligação com a modernidade que vinha desta parte do mundo. Para o Governo e a elite local este equipamento representava uma grande oportunidade de desenvolver o estado com os altos lucros do comércio nacional e internacional, mostrando ao resto do país e até ao exterior a potência e dinamismo da economia gaúcha. Trata-se, pois, da expressão de um imaginário de progresso e prestígio característicos dos estados em processo de desenvolvimento e afirmação.

A construção do novo cais e a conseqüente transformação das margens da cidade através dos aterros implicava uma reflexão sobre a interface da cidade com o rio, sua relação concreta e simbólica. A transformação de Porto Alegre deveria iniciar-se pelas margens e por sua entrada, o porto, que era então a grande porta da cidade.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Já nos anos seguintes esta praça e entrada de porto se tornariam um dos logradouros mais interessantes e movimentados da cidade, procurado por toda a população. Sua localização central o transformou em ponto de parada de bondes, sendo um dos locais de grande concentração, distribuição e circulação dos transeuntes. A construção de hotéis, clubes, cinemas, restaurantes, cafés, trará para esta região uma animação permanente não só durante o dia, mas também a noite.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Augusto. *A construção do porto de Porto Alegre 1895-1930: modernidade urbanística como suporte de um projeto de estado*. 2005. 179p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BACKOS, Margaret Marchiori. *Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre*. Estudos Avançados, v.12, n.33. São Paulo Maio/Agosto. 1998. Disponível em www.scielo.br. Acessado em 24 de agosto de 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARREIRA, Maria Antonia Stumpf. *Cidade, imprensa e arquitetura: as crônicas e os debates de modernização em Porto Alegre, 1928-1937*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de São Paulo, 2005.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHARTIER, R., LE GOFF, J., REVEL, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Evelyne Patlagean, (p.391-426).
- FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação*. Explicação das normas da ABNT. Porto Alegre: s.n., 2008.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- MACHADO, Nara Helena Naumann. *Modernidade, Arquitetura e urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928-1945)*. 1998. 672p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- MATTAR, Leila Nesralla. *Porto Alegre: Voluntários da Pátria e a experiência da rua plurifuncional (1900-30)*. 2001. 357p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- SOUZA, Célia Ferraz de. *O Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: da concepção às permanências*. Tese de doutorado. FAU-USP. São Paulo, 2004. P-52.
- SOUZA, Célia Ferraz de Souza; MULLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e a evolução urbana*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

DIVERSIDADE ECONÔMICA EM RIO PARDO: ESTUDO DE CASO SOBRE MATHEUS SIMÕES PIRES (SÉC. XVIII-XIX)

Aline da Cunha Simões Pires*

O Rio Grande do Sul, ao longo dos séculos XVIII e XIX, teve sempre uma economia bastante diversificada. O objetivo desta comunicação é apontar os resultados de uma pesquisa realizada acerca da inserção econômica e social de um açoriano que veio para o sul da América na segunda metade do século XVIII. O trabalho parte de um estudo de caso, a vida de Matheus Simões Pires. Sua chegada ao Rio Grande do Sul se deu por volta de 1764. O que motivou esta pesquisa foi perceber que este personagem foi de grande importância para a cidade de Rio Pardo. Inicialmente, buscou-se descobrir qual foi a importância social do personagem em questão, afinal a cidade possui uma rua com seu nome. Porém, conforme a pesquisa foi se desenvolvendo, foi possível perceber que sua participação na economia rio-pardense foi importante e diversificada. Matheus foi um grande comerciante, além de agricultor e criador de animais, contrariando a historiografia tradicional que apresenta os açorianos como pequenos agricultores.

Nesse sentido, portanto, o primeiro passo da pesquisa foi exatamente a **revisão da bibliografia sobre a chamada “imigração” açoriana, a fim de compreender a chegada dos ilhéus e suas atividades econômicas no Brasil Meridional.** Concomitantemente, buscou-se documentação específica que fizesse alusão ao personagem em questão. Em obras historiográficas foram encontrados poucos autores que fizeram referência a Matheus Simões Pires, são eles: Francisco Riopardense de Macedo, Aurélio Porto, César Pires Machado e **Silmei de Sant’Ana Petiz.**

* Mestranda em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
E-mail: aline.cspires@gmail.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A historiografia foi fundamental para a compreensão do contexto em que o personagem encontra-se inserido. Além da contextualização, a questão econômica também precisou ser estudada. Partindo-se do pressuposto de que os açorianos chegaram como agricultores, o que explicaria o fato de Matheus ser apresentado como comerciante, criador de animais e agricultor? A partir da leitura de obras de Helen Osório foi possível compreender que o caráter diversificado das atividades de Matheus não era um caso isolado no Rio Grande de São Pedro, o que possibilitou que ele viesse a fazer parte de uma elite rio-grandense que se dedicava a diversas atividades econômicas ao mesmo tempo, vindo a enriquecer e ascender socialmente por este motivo. Porém, não se tem **referência de outros “imigrantes” açorianos com as mesmas características.**

Além da revisão bibliográfica, fez-se necessária a procura por fontes primárias, e iniciou-se uma busca em alguns arquivos de Porto Alegre. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul foram encontrados requerimentos de sesmaria. No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, o inventário post-mortem da esposa de Matheus. No Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, uma série de documentos referentes ao fornecimento de animais para o Exército. A documentação encontrada na Cúria passou anos esquecida, não estando catalogada no momento da pesquisa. E no Museu Hipólito da Costa, foram encontrados dois artigos fazendo referência ao registro de sociedade de exploração agropecuária entre Matheus Simões Pires e João Pereira Fortes, no jornal Correio do Povo, visto que o registro original deveria estar no Arquivo Público e não foi encontrado.

Importante destacar que a pesquisa objetiva ser um estudo de caso sobre Matheus Simões Pires e a sua participação na economia, dando ênfase à diversidade econômica de Rio Pardo, e não exatamente uma história econômica do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX. Quanto à delimitação do tempo e do espaço, a pesquisa buscou analisar o período compreendido entre 1764 e



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

1819, período em que Matheus teria vivido no Rio Grande de São Pedro. O local foi a então Vila de Rio Pardo. Esta região foi um importante entreposto comercial e abastecia grande parte do atual Estado do Rio Grande do Sul.

Para fins de melhor compreensão e organização, a pesquisa foi dividida em duas partes. A primeira tem um caráter mais amplo e objetiva mostrar como se deu a chegada dos açorianos e a posterior ocupação da Vila de Rio Pardo. Além de apresentar o contexto econômico em que o Rio Grande de São Pedro se encontrava. Em um segundo momento, será apresentada uma análise das atividades desenvolvidas por Matheus Simões Pires, seriam elas: agricultura, pecuária e comércio. Após introduzir o contexto fica mais fácil aprofundar os estudos sobre a participação do personagem na economia rio-pardense.

1. Aspectos históricos e econômicos de Rio Pardo

O atual Estado do Rio Grande do Sul nem sempre foi território português. Quando a América foi descoberta, esta região havia ficado no mapa espanhol (Tratado de Tordesilhas, 1492). Porém, Portugal e Espanha disputaram esta região por séculos, até o início do século XIX, quando é assinado o Tratado de Badajós (1801). O território só passou a ser efetivamente ocupado e colonizado a partir de 1626 com a vinda de jesuítas espanhóis, que fundaram as primeiras reduções na região do Tape. Desde então, este território passou a ser objeto de intensos conflitos políticos e militares entre as coroas ibéricas.

Na tentativa de acalmar os conflitos, muitos tratados foram assinados entre as duas metrópoles. O Tratado de Madrid, assinado em 1750, garantiria a posse dos Sete Povos das Missões¹ para Portugal. Foi a assinatura deste tratado

¹ Os Sete Povos das Missões era um conjunto de reduções de índios guaranis, na margem esquerda do rio Uruguai. Eram elas: São Borja (1682), São Nicolau (1687), São Miguel (1687), São Luís Gonzaga (1687), São Lourenço (1687), São João Batista (1697) e Santo Ângelo (1707). Hoje faz parte do noroeste do Rio Grande do Sul (FLORES, 2004, 567).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

que possibilitou a vinda dos primeiros açorianos² com a finalidade de ocupar e defender seu mais novo território: o atual Estado do Rio Grande do Sul.

Enquanto os Açores e a Madeira eram superpovoados, o Rio Grande de São Pedro sofria com a falta de habitantes capazes de defender e ocupar a terra. El Rei consegue solucionar os problemas de ambas as regiões ao mandar vir este excedente populacional para o sul da América. É importante analisar quem eram estes açorianos.

A partir da historiografia, pode-se dizer que os açorianos, de um modo geral, eram pequenos agricultores que vinham para a América buscando uma vida melhor. Segundo Martha Daisson Hameister, os açorianos eram, em sua maioria, pessoas que faziam parte dos estratos inferiores da sociedade. Assim **como na América Portuguesa do Antigo Regime, “os mais aquinhoados eram uma minoria, uma parcela diminuta da sociedade” (2006, p. 84).** Apesar de esta ser a visão tradicional mais difundida, hoje já se questiona se todos açorianos que vieram para o sul do Brasil eram pobres.

Segundo Adriano Comissoli, haviam alguns casos de açorianos que compraram datas de terra poucos anos após chegar ao Brasil. Para estas **compras só existem duas justificativas ou “que alguns casais puderam acumular algum pecúlio desde sua chegada ou que já o possuíam quando de sua vinda”** (2009, p. 83). Cabe lembrar que este caso é particular, a maior parte da população açoriana viveu em condições precárias ao longo de todo o tempo que vivera na América Portuguesa.

Como a ideia da Coroa era apenas de povoar e manter as fronteiras, eles não tinham interesse que esses açorianos ficassem com uma porção avultada de terras, mantendo-os como pequenos agricultores. Isto é comprovado pela

² Para saber mais sobre a vinda dos açorianos para o sul do Brasil ver: BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002. 1152 p.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

doação de uma data de terra³ para cada família. Porém, algumas famílias conseguiram multiplicar seus bens, vindo a se tornar, mais tarde, grandes estancieiros e criadores de animais. Isto era possível porque o Rio Grande sofria de abandono por parte do governo e havia uma abundância de campos sem dono e um grande número de gado solto (alçado).

Pode-se perceber que o perfil de alguns açorianos foi sendo modificado gradativamente. Dante de Laytano defende que eles não quiseram permanecer na atividade agropastoril possuindo uma lavoura modesta e um gado leiteiro ou para roçar a terra. Eles almejavam a grande propriedade pastoril, vindo a ser comparados com os soldados do vice-rei e dos espanhóis do rio da Prata (1950, p. 62-63).

Estas modificações no perfil dos açorianos são passíveis de análise na Vila de Rio Pardo. Muitas sesmarias foram doadas no final do século XVIII para açorianos, dentre eles Matheus Simões Pires. A cidade viria a ser de fundamental importância para o império, além da grande quantidade de terra, era um entreposto comercial e foi um ponto de resistência às tentativas de dominação espanhola. Tendo em vista que o foco da pesquisa é econômico, será feita uma análise um pouco mais detalhada da economia rio-grandense no período.

1.1. Desenvolvimento econômico

Enquanto as regiões centrais da colônia portuguesa, como Bahia e Pernambuco, estavam voltadas para a produção de cana-de-açúcar em grande escala, visando à exportação, a economia rio-grandense estava baseada na agricultura e na pecuária. Em meados do século XVIII, era voltada para subsistência e abastecimento do mercado interno colonial.

³ A data de terra tinha território equivalente a um quarto de légua em quadra, ou seja, 272 hectares.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A principal cultura produzida no Rio Grande de São Pedro era o trigo. Fatores climáticos influenciaram e muito para o cultivo deste cereal. Inicialmente era voltado para o consumo interno, principalmente Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Mas aos poucos a produção foi crescendo e o Rio Grande passou a exportar trigo para o Reino (PESAVENTO, 1985, p. 17; QUEVEDO; TAMANQUEVIS, 1990, p. 34). Pode-se dizer que o ciclo do trigo foi **beneficiado pelo “chamado *renascimento agrícola* verificado no Brasil no final do século XVIII e início do século XIX” (KÜHN, 2004, p. 66). Este período foi favorável para o trigo sulino em decorrência da abertura dos portos e do desenvolvimento comercial ao longo do período joanino⁴.**

O ciclo do trigo começou a decair, principalmente, por causa da ferrugem⁵ e da valorização do gado. A partir de então, o Rio Grande passa a se dedicar mais à criação destes animais, lembrando que no sul o gado era abundante. É neste momento, com o desenvolvimento da pecuária que se inicia a concessão de sesmarias por parte do governo. Com o desenvolvimento da criação de animais houve um estímulo maior na ocupação das terras e na fixação dos colonos portugueses e açorianos.

Cabe destacar que mesmo com o contexto adverso de guerra em que o Rio Grande se encontrava, muitos habitantes do sul conseguiram enriquecer. Os contrabandistas, que se beneficiavam da falta de fiscalização por parte do governo; os estancieiros e charqueadores também lucraram.

Outro grupo que também se beneficiou com o contexto de guerra foi o **dos comerciantes. “[...] o aumento do número de tropas sediadas na província fazia crescer a demanda interna e as importações de mercadorias para o abastecimento das tropas” (REICHEL, 2006, p. 58). Rio Pardo era um**

⁴ D. João e sua família permaneceram no Brasil de 1808 a 1821.

⁵ A ferrugem foi uma praga que atacou as lavouras de trigo, no Rio Grande de São Pedro, no século XIX.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

importante entreposto comercial e pólo de transportes, visto que sua localização era favorável, pois ficava entre dois rios: Jacuí e Pardo.

Sabrina Silva Souza trata Rio Pardo como uma região de intenso comércio.

Durante o século XVIII, Rio Pardo foi um decisivo e importante posto militar e principal fronteira portuguesa do sul do Brasil. Todos estes fatores contribuíram para o crescimento comercial desta cidade, pois eram de seus armazéns e casas comerciais que saíam as mercadorias que abasteciam todo interior da então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1998, p. 25).

Além da localização favorável, Rio Pardo era elevada, o que favorecia as estratégias militares defensivas. Por estes motivos, tornou-se famosa pelo comércio. A importância do comércio para a economia rio-pardense serve também para mostrar que o Rio Grande do Sul não vivia apenas da agricultura e da pecuária.

Após esta breve contextualização do povoamento do Rio Grande de São Pedro pelos açorianos e das atividades econômicas que aqui eram desenvolvidas, torna-se possível conhecer melhor a vida de Matheus Simões Pires. Ao estudá-la é possível compreender não só questões referentes à **“imigração” açoriana, como também aspectos políticos, sociais e, principalmente, econômicos da história do Rio Grande do Sul no período em que o personagem viveu.**

2. Atividades econômicas de Matheus Simões Pires

A diversidade econômica era uma característica da economia rio-grandense. E apesar das controvérsias, Matheus Simões Pires se encaixa neste perfil, se dedicando a três atividades econômicas distintas: agricultura, pecuária e comércio. Uma análise com mais vagar se faz necessária, para compreender



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

como se deu esta diversificação econômica ao longo do século XVIII, na Vila de Rio Pardo. Importante destacar que a partir da análise das atividades econômicas desenvolvidas por Matheus é possível compreender o próprio processo de desenvolvimento econômico de Rio Pardo e do Rio Grande do Sul de modo mais geral.

2.1. Agricultura e pecuária

Quando se pensa na história econômica do Rio Grande no período colonial, e mesmo no início do Brasil Império, vem à mente a agricultura e a pecuária. Segundo Helen Osório, “Predominavam na estrutura agrária que se ia desenhando, as unidades produtivas mistas, que combinavam a pecuária e a agricultura” (2006, p. 154). Matheus se encaixa neste perfil acima definido, apesar de não ser a “regra”, quando o assunto é imigração açoriana, pois normalmente se fala apenas em pequenos agricultores, como já foi dito.

A produção do trigo e da mandioca no Rio Grande do Sul tem início quando os açorianos chegam ao território. Os ilhéus estavam destinados a abastecer as tropas do Reino. “Os açorianos dedicaram-se à agricultura de subsistência na região de Taquari, Rio Pardo [...]” (PESAVENTO, 1983, p. 154-155). Milho, mandioca, arroz e batata eram os produtos mais cultivados. Em paralelo com este cultivo voltado para a subsistência, leia-se consumo interno, tem-se o início da “lavoura comercial do trigo, que passou a desempenhar um importante papel nas exportações gaúchas no final do século XVIII e início do século XIX” (PESAVENTO, 1983, p. 154-155). Porém, estas exportações eram feitas por um grupo pequeno de açorianos que conseguiu ampliar suas extensões de terra.

Matheus Simões Pires recebeu da Coroa uma data de terra. Por se tratar de uma pequena propriedade, deduz-se que nela eram plantados trigo, mandioca e outros produtos agrícolas, sendo utilizada apenas para subsistência.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Após a leitura e análise do inventário post-mortem de sua esposa⁶, Catharina Ignácia da Purificação, foi possível concluir que ele realmente se dedicou à agricultura ao longo de sua vida, mesmo nos requerimentos de sesmaria⁷ feitos pelo personagem, era possível perceber isto.

No inventário supracitado consta uma “chácara”, que poderia ser a data de terra recebida quando chegaram a Rio Pardo. A partir dos instrumentos listados no inventário, pode-se deduzir que havia produção agrícola. Entre os bens encontrados, merecem destaque: armazéns, lavouras, atafona⁸, engenho de farinha, forno de cobre, prensa, bois mansos e tafoneiros e 19 escravos. **A partir da análise destas “ferramentas”, pode-se concluir** que Matheus produzia mandioca e trigo em sua propriedade.

Outro documento que comprova a sua dedicação à lavoura de trigo é o contrato⁹ de sociedade de exploração agropastoril assinado com João Pereira Fortes, onde está registrado que ambos possuíam roças separadas e uma atafona em conjunto. Esta sociedade teve como intuito melhorar as condições financeiras de ambas as partes, visto que o patrimônio ainda era incipiente.

Matheus Simões Pires era responsável por comercializar a sua produção e de seu sócio. Aos poucos ele começou a comercializar a de seus vizinhos também. Ainda assim, a atividade agrícola não era a atividade mais rentável. Sofria forte concorrência dos Estados Unidos, França e Prússia, além da falta de amparo por parte do governo e a mercantilização e valorização da pecuária, que levou alguns agricultores a abandonar esta atividade em prol da criação de

⁶ Inventário Post-mortem Civil e Crime, Vara de Rio Pardo processo n. 22, maço 1, 1818. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

⁷ Livro F 1247 f. 69 v-70. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Livro F 1247 f. 81, 82 e 83. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁸ A atafona era uma ferramenta utilizada para proporcionar a moagem do trigo, ou mesmo da mandioca, e era feita com o auxílio de bois mansos.

⁹ XAVIER, Paulo. Um contrato de sociedade rural. *Correio do Povo* – Suplemento Rural – 16-II-1979.

XAVIER, Paulo. Um contrato de sociedade rural. *Correio do Povo* – Suplemento Rural – 23-II-1979.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

animais (PESAVENTO, 1983, p. 156). Este foi o caso de Matheus, que desde cedo teve lavoura e criação de animais simultaneamente. O gado era muito valorizado e recebia incentivo do governo, o que fez com que a pecuária se desenvolvesse.

A atividade pecuária no período colonial, segundo Osório, era “extensiva [...], produzindo para o mercado interno, com baixos rendimentos, pequena capacidade de acumulação e sempre vista como mera atividade subsidiária das atividades exportadoras” (2006, p. 165). Aos poucos foi se modificando esta visão da pecuária como sendo para mera subsistência. Dante de Laytano (1950, p. 49 e 51) afirma que a criação de animais era o grande alicerce da economia gaúcha e Rio Pardo era o maior centro do Rio Grande de São Pedro. Sendo assim, as famílias que se dedicavam a esta atividade estavam em vantagem em relação às que se dedicavam apenas à agricultura.

A família Simões Pires foi uma das que se dedicou a atividades econômicas diversas, inclusive à criação de animais. No requerimento de **sesmaria de 1792, Matheus afirma que “tinha porção avultada de animais vacuns e cavalares”¹⁰.** Pode-se deduzir que estes animais eram recebidos como forma de pagamento, já que o documento mencionava sua atividade mercantil. O gado era utilizado como moeda, visto que o dinheiro era escasso naquela época (SOUZA, 1998, p.51-53). Os animais também serviam para abastecer o resto do Brasil e o próprio Exército.

É possível comprovar que a família Simões Pires abasteceu o Exército através de alguns recibos. Abaixo se encontra um exemplo:

Recebi do Capataz do Sñr. Cappm. Antonio Simão Pires, oitenta Novilhas e trinta e quatro Vacas, por ordem do Exmo. Sñr. General em Chefe Marquez de Barbacena, para Municio do Exercito que se acha

¹⁰ Livro F 1247 f. 81, 82 e 83. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Acampado nas Palmas, e para constar aonde lhe convenha, lhe passei este q. vai por mim feito e assignado¹¹.

Muitos outros recibos semelhantes foram encontrados, mencionando a entrega de animais vacum e cavalaes às tropas acampadas próximo às terras da família. Lembrando que o período em questão foi marcado pelas definições do mapa do Rio Grande do Sul e das muitas disputas entre as duas Coroas Ibéricas. Dos recibos encontrados apenas um encontra-se em nome de Matheus, todos os outros estavam no nome de seu filho Antônio, talvez por ele ter assumido seus negócios enquanto Matheus esteve preso por espanhóis¹², ou mesmo por Antônio ser membro do Exército. As vendas e doações feitas pela família, normalmente como pagamento de impostos somaram um total de 66 cavalos, 169 novilhos e 134 vacas¹³.

No inventário de Catharina Ignácia da Purificação, pode-se observar que Matheus Simões Pires tinha aumentado consideravelmente seu patrimônio. Na Estância do Capivary, que foi a primeira sesmaria que o casal recebeu, possuía 2.500 reses, 60 cavalos, 15 redomões, 200 éguas e 100 ovelhas; além de contar com 17 escravos. Na Estância de São João, tinha 2 mil reses, 233 éguas, 49 potros, 22 redomões, 86 cavalos mansos, 218 mulas e 100 ovelhas; e 13 escravos¹⁴.

A partir deste levantamento, pode-se dizer que ele possuía um grande número de animais em suas terras, tendo em vista que para ser estancieiro, era **necessário ter mais de 1.000 cabeças de gado. Segundo Osório, “os grandes [estancieiros], todos, tinham suas estâncias em terras próprias e possuíam escravos com uma média bem mais alta: 22 cativos por proprietário” (2006, p.**

¹¹ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de POA; coleção: documentos família Simões Pires.

¹² Livro F 1247 f. 70 e 71. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

¹³ Estes dados são referentes apenas à documentação encontrada entre o período entre 1808 e 1828, provavelmente o número foi maior. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana; coleção: documentação família Simões Pires.

¹⁴ Inventário Post-mortem Civil e Crime, Vara de Rio Pardo processo n.22, maço 1, 1818. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

163). Matheus se encaixa neste perfil, afinal as duas estâncias em questão estão registradas no livro da Fazenda e possuía nestas duas sesmarias 30 escravos, além dos escravos não contabilizados, por não estarem inseridos nas estâncias.

A família Simões Pires se destacou nas mais diversas atividades econômicas. A partir da documentação analisada, pode-se deduzir que a criação de animais foi fundamental para o enriquecimento de Matheus. Pode-se inclusive dizer que foi graças a esta atividade que a família Simões Pires passou a integrar a elite econômica do Rio Grande. Mas antes de concluir, deve-se analisar sua atividade mercantil, que possibilitou grandes trocas comerciais e muitos negócios para a família.

2.2. Comércio

O comércio na Vila de Rio Pardo se desenvolveu ao longo de todo o período em questão. De suas casas comerciais e armazéns saíam as mercadorias para abastecer o restante do Rio Grande de São Pedro e mesmo o restante do Brasil.

Neste contexto, Matheus Simões Pires e seu sócio João Pereira Fortes lançaram mão do comércio para aumentar ainda mais seu patrimônio. Ao mesmo tempo, continuaram se dedicando à agricultura, pois era o que garantia seu sustento e mercadorias para exportar para o resto do Brasil.

Existem três fatores que comprovam que Matheus Simões Pires teria se dedicado ao comércio ao longo de sua vida: os dois requerimentos de sesmaria já citados, o documento referente à sociedade agropecuária com João Pereira Fortes e a ida de seu filho Antônio Simões Pires para o Rio de Janeiro, para aprender o ofício do pai (FELIZARDO, 1930, 457). Antônio inclusive aparece, por um tempo, como um dos comerciantes da Praça de Rio Pardo.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Matheus “foi ativo comerciante que negociou artigos de importação por ele mesmo buscados no Prata ou no Rio de Janeiro. Tropeou mulas e potros **para Sorocaba/SP e desenvolveu atividades na agricultura e na pecuária**”¹⁵. A partir daí é possível notar que, como muitos outros negociantes, ele também buscava mercadorias em outras regiões para revender no Rio Grande de São Pedro. Interessante destacar que Sorocaba era um grande centro de redistribuição de mercadorias, a Feira de Sorocaba, era famosa na época pela comercialização de muares (GIL, 2002, p. 102).

Os produtos buscados por Matheus Simões Pires eram secos e molhados. Os produtos secos eram fazendas ou tecidos; enquanto os molhados eram basicamente vinhos, licores, azeites, aguardente e vinagres (LAYTANO, 1948, p. 192-193). É possível afirmar isto a partir do documento, já apresentado, da sociedade entre ele e João Pereira Fortes. Nele, diz que as mercadorias eram buscadas na cidade do Rio de Janeiro e no Prata. Os lucros da venda dos produtos eram divididos entre ambos os sócios, porém, a atividade mercantil era responsabilidade de Matheus.

Um fato que comprova que Matheus Simões Pires foi um grande comerciante foi ele ser apresentado como correspondente de Antônio Luís Escovar Araújo, negociante que tinha seus negócios sediados no Rio de Janeiro. **Cabe destacar que “correspondência era uma das formas mais comuns de relacionamento comercial entre os negociantes de diferentes praças do império português” (OSÓRIO, 2000, p. 109). A partir da documentação é possível observar quais as mercadorias que eram trocadas por Matheus.**

[...] para Lisboa negociava em remessas de couros, açúcar e dinheiro, para o Porto arroz e dinheiro; para Angola em algumas aguardentes da terra e das Ilhas; para o Rio Grande que era interessado com o dito correspondente o

¹⁵ XAVIER, Paulo. Um contrato de sociedade rural. *Correio do Povo* - Suplemento Rural - 16-II-1979.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Pe. José Alves Chaves em uma sumaca em que lhe fazia lastro de aguardentes e molhados e algumas outras cousas de encomenda e que também negociava para Porto Alegre para onde remetia ao seu correspondente André Alves Pereira os gêneros que lhe pedia, e da mesma para o seu correspondente em Rio Pardo, Mateus Simões Pires¹⁶.

Interessante destacar que os negociantes mais importantes do Rio Grande do Sul normalmente eram correspondentes ou sócios de homens de grosso trato do Rio de Janeiro. As mercadorias que vinham para o sul eram em sua maioria miudezas e escravos, enquanto o Rio Grande mandava para lá couros, gado e possivelmente trigo. Matheus foi correspondente de um importante negociante do Rio de Janeiro no ano de 1794 (OSÓRIO, 2000, p. 109-110).

Matheus Simões Pires chegou ao Brasil como colono da Coroa Portuguesa e morreu como grande estancieiro, comerciante e ilustre cidadão de Rio Pardo. Sua inserção social, política e econômica acompanhou o desenvolvimento do Rio Grande. Este estudo de caso possibilitou apresentar um recorte do que foi a economia rio-grandense, iniciando com a atividade agrícola, passando pela pecuária e o comércio, entre final do século XVIII e início do século XIX.

Considerações Finais

A partir desta pesquisa, foi possível observar que a Coroa Portuguesa, motivada pelos conflitos territoriais do Rio Grande, passou a incentivar a vinda de seus súditos açorianos para o sul do Brasil. A intenção era de povoar, desenvolver e, principalmente, proteger das invasões espanholas. Neste contexto, teria vindo um grande número de açorianos, que ao chegar receberam uma pequena porção de terra a fim de que a cultivassem para sua subsistência. Esta é a versão mais conhecida da chegada dos açorianos, porém não foi o que

¹⁶AHU, RJ, cx. 156, doc. 69 – 22/7/1794.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

aconteceu com Matheus Simões Pires. Ele não era apenas um pequeno agricultor, ele se destacou como grande comerciante e veio a possuir grandes porções de terras e avultado número de animais.

A palavra imigração encontra-se inúmeras vezes entre aspas por se tratar de um termo muito discutido quando se trata de açorianos. A partir da historiografia, pode-se concluir que os açorianos não eram imigrantes como muitos historiadores ainda defendem. Partindo do pressuposto de que para ser imigrante é preciso vir de outro país, os açorianos, por serem súditos da Coroa, não poderiam ser considerados imigrantes. Outra questão que contribuiu para que esta afirmação fosse feita, foi um Decreto de 25 de novembro de 1808, que consiste na permissão, pela primeira vez, de doações de sesmarias para **“estrangeiros”**. Como os açorianos começaram a receber terras muito antes deste Decreto, pode-se afirmar que eles não eram considerados estrangeiros. Por fim, deve-se pensar em uma nova forma de referenciar os açorianos, que vieram para o Brasil na segunda metade do século XVIII, podendo chamá-los de colonos, povoadores, etc.

A partir da vida de Matheus Simões Pires, pode-se pensar que ele teria enriquecido e ascendido socialmente a partir do momento em que diversificou suas atividades econômicas. É possível deduzir que por ter se dedicado ao comércio ele tenha mantido relações com pessoas importantes, tanto no sul do Brasil como no Rio de Janeiro e São Paulo, o que favoreceu sua ascensão. A agricultura teria garantido o início de sua vida como comerciante, visto que ele levava o trigo plantado em suas terras e na de terceiros para comercializar em outras regiões. Talvez o fato de ser comerciante o tenha levado a iniciar a criação de animais em suas terras, visto que as moedas eram escassas e que muitas vezes o pagamento era feito com animais vivos.

A partir de então, é possível afirmar que o velho Matheus possuía muitas riquezas, o que possibilitou sua ascensão social em Rio Pardo. Ele participou da



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Ordem Terceira de São Francisco como irmão benemérito desta Irmandade, vindo a ser um dos responsáveis pela construção da Capela de São Francisco, onde hoje fica a Igreja de mesmo nome, na atual cidade de Rio Pardo. Ser membro de uma Irmandade era mérito apenas dos mais abastados membros da sociedade, o que torna possível dizer que Matheus fazia parte da elite rio-pardense da época.

Apesar do esforço, muitas informações ainda continuam nebulosas. A documentação referente à chegada de Matheus Simões Pires ainda não foi descoberta. Tudo que se sabe foi encontrado em fontes secundárias, ficando difícil definir qual seria sua origem e onde teria desembarcado quando veio dos Açores. O início de sua vida como comerciante também é uma incógnita, pois não se sabe se ele chegou sem dinheiro e iniciou suas atividades como a grande maioria dos açorianos que vieram para o sul do Brasil nesta época, ou se já possuía alguma riqueza.

Outra questão que ainda merece ser melhor analisada é se muitos outros açorianos tiveram a mesma experiência de Matheus Simões Pires. Como já foi explicado, este trabalho foi um estudo de caso, porém seria interessante saber se o número de açorianos que diversificaram suas atividades econômicas foi grande. A historiografia apresenta os açorianos como agricultores de pequeno porte. A exceção seriam os açorianos que se dedicavam à vida militar, estes recebiam sesmarias, criavam animais e ainda possuíam certo prestígio na sociedade. Os que são apresentados como bem sucedidos são em sua maioria os descendentes dos primeiros açorianos que aqui chegaram. Seria Matheus uma exceção à regra ou existiriam muitos outros como ele no Brasil meridional? Fica a pergunta para os interessados no assunto.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Referências Bibliográficas

- COMISSOLI, A.. Do Arquipélago ao Continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (séc. XVIII). *Aedos*, v. 2, p. 74-96, 2009.
- FELIZARDO, Jorge Godofredo. Esboço biographico de Antônio Simões Pires. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, III e IV Trimestres, p. 451-470, ano X, 1930.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 637 p.
- GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. 2002. 221 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- HAMEISTER, Martha Daisson. Notas sobre a construção de uma 'identidade açoriana' na colonização do sul do Brasil no Século XVIII. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 53-101, 2006.
- KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. 160 p.
- LAYTANO, Dante de. *Fazenda de criação de gado: síntese de sua história econômica e sociológica numa das fronteiras do Rio Grande do Sul do século XVIII e a respectiva evolução até o 2º império*. Porto Alegre: Impr. Of., 1950. 151 p.
- _____. *A cidade e o comércio: memória documental das origens da economia citadina do antigo município do Rio Grande do Sul ao tempo da colônia e monarquia*. Porto Alegre: Continente, 1948. 52 p.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *O solar do almirante*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980. 128 p.
- _____. *Rio Pardo: a arquitetura fala da história*. Porto Alegre: Sulina, 1972. 135 p.
- MACHADO, Cesar Pires. *Simões Pires – um quarto de milênio*. Porto Alegre: Edigal, 2008. 80 p.
- OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n° 39, p. 115-134. 2000.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- _____. Estrutura agrária e ocupacional. In.: BOEIRA, Nelson. (coord.) *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006 – v.1. 359 p.
- _____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 356 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 226 p.
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Público, 1985. 142 p.
- PETIZ, Silmei Sant’Ana. Parentesco e famílias escravas, Rio Grande de São Pedro, 1750-1835. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Porto Alegre: Associação Nacional de História, 2008. p. 1-14. Disponível em: <www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/.../1212197761_ARQUIVO_textoANPUH2008.pdf>. Acesso em: 1 out. 2009.
- PORTO, Aurélio. Simões Pires (notas genealógicas). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, III e IV Trimestres, p. 471-530, ano X, 1930.
- QUEVEDO, Julio R.; TAMENQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: Aspectos da História*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990. 102 p.
- REICHEL, Heloísa Jochims. Fronteiras no espaço platino. IN.: BOEIRA, Nelson. (coord.) *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006 – v.1. 359 p.
- SOUZA, Sabrina Silva. *Comerciantes em Rio Pardo: Atuações comerciais e relações sociais (1800-1835)*. 1998. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1998.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O CONCEITO DE REPÚBLICA: UM ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Aline Martins Linhares*

Introdução

O presente trabalho, em fase inicial, busca analisar e elucidar a definição e conceituação do termo “República”, a partir de uma inicial revisão bibliográfica, já que este ao longo do tempo possui formas e conotações diferentes dependendo do contexto e do cenário no qual é aplicado. A partir da história política e intelectual procura-se por meio da pesquisa bibliográfica realizar uma revisão da literatura selecionada sobre o tema, buscando analisar e **comparar diversas configurações que o termo “República” assumiu em diferentes períodos e cenários da história.**

Pensando que o termo república não designa apenas a existência de uma esfera de bens comuns a um certo conjunto de homens, mas também, de imediato, a constituição mesma de um povo, suas instituições, regras de convivência a agências de administração e governo, cujas orientações derivam de um momento de instituição ou fundação política percebe-se a importância de uma análise histórica do conceito. República se diz, então, sobretudo dos **“regimes constitucionais”, daqueles em que as leis e regulações ordinárias, bem como as disposições do governo, derivam dos princípios que conferem sua forma à sociedade e em que tais estabelecimentos, postos acima de todos, a protegem de todo interesse particular ou transitório, de toda vontade caprichosa ou arbitrária. Deste modo, o termo nos remete também à idéia de “governo de leis” (e não de homens), de “império da lei” e mesmo de “estado de direito”, expressões que declaram, na sua acepção mais imediata, a prescrição de que os que mandam também obedecem, mesmo nos casos em que a forma de governo não seja democrática e em que apenas alguns, ou mesmo um só, ocupam as posições de mando e postos de governo.**



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Esta postulação de uma esfera de interesses comuns, bem como a **exigência do “império da lei” (que inspiram ao republicanismo seus discursos** relativos à moderação e à contenção dos desejos e interesses privados e mesmo ao desinteresse de si, em vista do amor pela cidade, e à abnegação, em função do **empenho na promoção do bem público; enfim, as chamadas “virtudes cívicas”**) assinaladas como elementos centrais e condições necessárias da existência das repúblicas, não são, no entanto, suficientes para determinar o que ordinariamente chamamos regime republicano. Pois, hoje, costumamos chamar assim (por entendermos que particularmente mereçam tal designação) especialmente os regimes populares eletivos, tendo em conta, certamente, que os regimes de governo autocráticos ou hereditários (e ainda as monarquias eletivas, que podem também ser constitucionais) dificilmente se distanciam do compromisso com a idéia de ordens ou condições sociais (com seus privilégios e prerrogativas de extração natural, religiosa ou moral) que anula ou rarefaz a pretensão instituinte e a reivindicação da liberdade e da igualdade, os universais políticos que alicerçam, na base, a afirmação da cidadania republicana. É justamente nesse sentido mais estrito que, como sabemos, a tradição opõe a **forma política dos “principados” àquela das repúblicas, tomadas estas, então,** como governos de leis constitucionalmente limitadas, em que cidadãos governam sobre cidadãos, considerando-se que todos eles, como homens livres, devem ter alguma influência na condução dos assuntos comuns.

Ressalta-se, assim, a importância que adquire no pensamento republicano a questão da participação política, da implicação efetiva de todos na expressão e realização do bem comum (a exigência que mais aproxima as repúblicas das democracias, os regimes fundados na convicção de que o interesse de todos melhor se realiza pelo igual concurso de todos, na formação das decisões políticas, do que pela inteligência ou virtudes de um ou de alguns). O regime republicano não propõe apenas que o poder seja contido por leis e se exerça para o povo, em vista do bem comum, mas exige ainda que seja exercido,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

de algum modo, por todo o povo, ou ao menos em seu nome - nos casos em que se admite a representação política.

Breve análise do conceito de República

A partir de uma pesquisa, ainda inicial, apresenta-se uma revisão bibliográfica por meio de uma síntese histórica. Busca-se mostrar as diferentes **formas e conceituações que o termo “República”** assume ao longo do tempo.

Segundo Matteucci (1992) na moderna tipologia das formas de Estado, o termo República se contrapõe à monarquia. Nesta, o chefe do Estado tem acesso ao supremo poder por direito hereditário; naquela, o chefe do Estado, que pode ser uma só pessoa ou colégio de várias pessoas (Suíça), é eleito pelo povo, quer direta, quer indiretamente (através de assembleias primárias ou assembleias representativas). Contudo, o significado do termo República evolve e muda profundamente com o tempo (a censura ocorre na época da revolução democrática), adquirindo conotações diversas, conforme o contexto conceitual em que se insere.

Com *res publica* os romanos definiram a nova forma de organização do poder após a exclusão dos reis. É uma palavra nova para exprimir um conceito que corresponde, na cultura grega, a uma das muitas acepções do termo *politeia*, acepção que se afasta totalmente da antiga e tradicional tipologia das formas de Governo. Com efeito, *res publica* quer pôr em relevo a coisa pública, a coisa do povo, o bem comum, a comunidade, enquanto que, quem fala de monarquia, aristocracia, democracia, realça o princípio do Governo (archia). Foi Cícero sobretudo quem definiu conceitualmente o significado de *res publica*, ao demonstrar que por povo se há de entender “*nonomnis hominum coetus quoquo modo congregatus, sed coetus multitudinis iuris consensu et utilitatis communione sociatus*”. Ao conceituar como elementos distintivos da República o interesse comum e, principalmente, a conformidade com uma lei comum, o único direito pelo qual uma comunidade afirma a sua justiça, Cícero acabava por contrapor a República não já à Monarquia, mas aos Governos injustos, que Santo Agostinho mais tarde



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

denominará *magna latrocinia*. MATTEUCCI
(1992,p.1107-1108)

Segundo Matteucci (1992) foi com esse significado ciceroniano que o termo foi recebido pela cultura posterior, até a Revolução Francesa. Com efeito, na Idade Média, para designar as formas concretas de organização do poder então existentes, se usou *regnum* e *civilitas*, indicando esta última palavra, junto com *communitas*, *populus*, o que para nós são, na realidade, pequenas Repúblicas. Exaltou-se, ao invés, sobremaneira a *respublica christiana*, para mostrar a ordem e unidade da sociedade cristã na coordenação dos dois poderes universais- a Igreja e o Império- instituídos por Deus para manter, sobre a terra, a paz e a justiça. Foi esse o princípio basilar da grande síntese política da Idade Média.

Na Idade Moderna, o termo República (ou *republique*, *commonwealth*, *Republik*) se seculariza, mas mantém o significado ciceroniano. Com efeito, Bodin emprega *republique* para designar a monarquia, a aristocracia e a monarquia, quando possuidoras de um *droit gouvernement*, contrapondo-a assim aos regimes baseados na violência ou na anarquia. É um significado que o termo mantém até Kant, que faz ressaltar como é **justamente a “constituição” que dá forma à República, já que “o direito público é um sistema de leis para uma pluralidade de homens que, estando entre si numa relação recíproca, necessitam de um estado jurídico sob uma vontade que os uma, necessitam, isto é, de uma constituição, para partilharem do que é de direito” (A metafísica dos costumes). Ele afirma, além disso, que “A idéia de uma constituição em harmonia com os direitos naturais, isto é, tal que os que obedecem à lei, devem também, reunidos, legislar, constitui o fundamento de todas as formas de Estado” (Se o gênero humano está em constante progresso para melhor). É por isso que a República se torna um verdadeiro e autêntico ideal da razão prática: o *iuris consensus* de Cícero se concretiza na Constituição. MATTEUCCI (1992,p. 1108)**

É diferente o significado que assume o termo República no pensamento político moderno, quando se cria uma tipologia clássica, que previa a



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

monarquia, a aristocracia, a democracia e o Governo misto. Segundo Matteucci (1992) foi com Maquiavel, primeiro, e depois com Montesquieu, se estabelece uma outra tríade: monarquia, República (aristocrática e democrática) e despotismo. A diferença entre ambas as tipologias está em que a primeira usa um critério exclusivamente quantitativo (é um, são poucos, são muitos os que governam), enquanto a segunda usa um critério qualitativo, resultante de uma multiplicidade de fatores. O primeiro é o espaço: a República deve ter uma expressão territorial assaz modesta, há de ser pequena, enquanto a monarquia precisa de um espaço grande e o despotismo de um espaço muito maior. Em segundo lugar, na República tem de haver uma relativa igualdade, na monarquia desigualdade em benefício de uma nobreza que é necessária para a própria existência do poder real, e no despotismo aquela igualdade que se dá quando todos são escravos. Em terceiro lugar, na República as leis são expressão da vontade popular, enquanto que na monarquia são expressão da vontade do rei, limitado, contudo pelas leis fundamentais (ele é obrigado a governar segundo leis fixas e estáveis, que são aplicadas por um poder judiciário independente), e o déspota governa e julga por decretos ocasionais e improvisados. Em quarto lugar, são diferentes as forças de integração social: na República é a virtude que leva os cidadãos a antepor o bem do Estado ao interesse particular; na monarquia é o senso da honra, da nobreza, que é sustentáculo e ao mesmo tempo limite do poder do rei; no despotismo é o medo que paralisa os súditos.

Em conclusão na República democrática a ordem política nasce de baixo, mesmo em meio de dissensões, desde que estas disponham de canais institucionais para se exprimir; na monarquia vem do alto, do rei, mas numa síntese harmônica que garante a cada classe seu próprio direito, sua própria função; no despotismo é imposta pela força do tirano. A Europa conhece Repúblicas e monarquias, ao passo que o despotismo é peculiar da Ásia.

Na cultura do século XVIII, o mito da República está, deste modo, estreitamente ligado à exaltação do pequeno



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Estado, o único que consente a democracia direta, reconhecida como a única forma legítima de democracia. O modelo em que se inspirou Rousseau em seu **Contrato social** é precisamente o de Genebra, um modelo novo em confronto com as demais Repúblicas até então idealizadas, de Atenas a Roma, de Florença a Veneza, de Ragusa a Lucca. Com a revolução americana, este significado da palavra República mudou totalmente: os americanos (John Adams, Alexander Hamilton) chamaram, aos Estados e à Confederação, Repúblicas, não só porque não existia a instituição monárquica, mas também porque a sua democracia era uma democracia representativa, baseada na separação dos poderes e num sistema de pesos e contrapesos entre os vários órgãos do Estado. República passa a significar, portanto, uma democracia liberal, contraposta à democracia direta e popular, uma democracia liberal só possível num grande espaço, que relaxa todas aquelas tensões e conflitos que levaram à ruína as pequenas Repúblicas dos antigos, com a anarquia e a demagogia. MATTEUCCI (1992, p. 1108-1109)

Na época da revolução democrática, instauraram-se as primeiras grandes Repúblicas: os Estados Unidos da América (1776) e a República Francesa (1792). A partir deste momento, é possível colher algumas diferenças tipológicas nas Repúblicas modernas quanto ao modo concreto de organizar o poder, mas tais diferenças são mais quantitativas que qualitativas e não afetam a unidade de um característico Governo republicano.

Segundo Matteucci (1992) em primeiro lugar, a Constituição francesa de **1793 proclamava que a República era “uma e indivisível”, no sentido de que,** sendo o povo soberano, isto é, a universalidade dos cidadãos, era também uma e indivisível a manifestação da sua vontade através de um corpo legislativo, igualmente uno e indivisível. Enquanto a República francesa se baseava na lógica do conceito de soberania, os americanos o haviam, pelo contrário, implicitamente rejeitado ao instaurar uma República federal, onde, tendo por base a constituição, Estados e União tinham suas esferas de competência bem delimitadas, constituindo por isso uma República plural e divisa, e a vontade da Federação era resultado da confluência da vontade dos Estados (Senado) e da



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

vontade da Nação (Câmara dos Deputados). Em segundo lugar, a República americana, com o regime presidencial, fez coincidir a figura do chefe do Estado com a do chefe do Governo, enquanto que os regimes parlamentares europeus, com a abolição da monarquia, continuaram a separar as duas figuras deixando ao chefe do Estado um poder bastante debilitado ou neutro de equilibrador acima das facções e a função de representar a unidade nacional.

Com as revoluções socialistas, os novos Estados (desde a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas à República Popular China) adotaram a forma republicana. O problema é ver se a diferença entre as Repúblicas nascidas de uma revolução burguesa e as repúblicas socialistas é de gênero ou espécie qualitativa ou quantitativa. Tanto a teoria marxista como a não-marxista se sentem impelidas a acentuar as diferenças. Para a teoria marxista, a República socialista é um Estado radicalmente novo, já que tudo está organizado com vistas à realização do comunismo por meio da ditadura do proletariado; existe nela, portanto, não uma divisão dos poderes, não uma distinção entre Estado e sociedade, mas a concentração de todos os poderes nas mãos do partido, que representa a vanguarda dos trabalhadores. Por seu lado, o pensamento político não marxista insiste sobre a ausência, na República socialista, do ideal expresso por Cícero e Kant, para quem o Estado republicano constitui sobre tudo um ordenamento jurídico destinado a tutelar e garantir os direitos dos cidadãos, ou então descobre o elemento discriminante na diversidade do subsistema partidário, de partido único ou hegemônico nas Repúblicas socialistas, pluripartidário nas outras. Os regimes autoritários, que possuem a aparência de Estados republicanos, são republicanos mais de nome que de fato, já que o termo republicano esteve sempre ligado à origem e legitimação populares do poder de quem substituiu o rei, que legitimava o seu na tradição.

Ribeiro (2001) explica que o conflito entre monarquia e república opunha a transmissão do poder pela via hereditária e a sua atribuição por eleições. Mas, quando o rei se torna, ao menos na Europa, uma figura cerimonial, essa



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

diferença perde sentido, até porque, nas monarquias constitucionais, o poder efetivo é conferido ao primeiro-ministro pelo voto do povo.

Seguindo o pensamento de Ribeiro (2001) este fala que a definição de monarquia destaca quem exerce o poder, e a de república para que serve o poder. Na monarquia manda um, e na república o poder é usado para o bem comum. Fala também que o inimigo da república é o uso privado da coisa pública, como se fosse propriedade pessoal.

Para complementar esta análise importante destacar o pensamento de Goyard-Fabre (1999) ao tratar das idéias de alguns pensadores como Léon Blum e Merleau-Ponty.

Em sua comum inspiração republicana, esses pensadores políticos consideraram, sem propor verdadeiramente uma teoria do direito político, que o Estado deve encarnar a soberania do povo, pautar-se pelo contrato social, pela representação nacional, pelo sufrágio universal, pelo laicismo; estimaram que, por sua função, o Estado, inspirando-se na Declaração dos direitos herdada da Revolução Francesa, deve recusar a existência de privilégios, assegurar a liberdade individual, garantir a propriedade, prover a educação de todos. Assim, a ordem republicana, fundamentada em razão e penhor das liberdades, parece ser a pedra angular do Estado de direito. Em conformidade com a definição do ideal republicano que quer a indivisibilidade da nação, a igualdade de todos perante a lei, o respeito das liberdades essenciais, a confidencialidade da vida privada etc., o **Estado DE direito pode se firmar como “a Cidade das consciências autônomas” GOYARD-FABRE (1999, p.343)**

República e Democracia

Enquanto, pois, a democracia parte da suposição imediata da liberdade de todos-garantida pela igualdade política-, como condição suficiente da produção das leis, a república, chega à posição da liberdade de todos como constituída pelas leis, mobilizando a abstração lógica (ou definicional, no caso antigo) da criação da ordem civil apenas para garantir às convenções gerais, historicamente determinadas, a forma de leis, seu estatuto jurídico. No caso das



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

democracias, a vontade popular livre (a partir de certas condições pressupostas de seu pleno exercício: liberdade de pensamento, opinião e palavra, e todas as formulações dos direitos que condicionam a vida democrática) estabelece as **leis, os objetos desta vontade; no caso das repúblicas, ela as “assume” pelo consentimento** (transcendentes que são à mera vontade), deixando-se moldar por elas como verdadeira comunidade política (a distinção dos registros formal e histórico dissolve o paradoxo da instituição social, ao referir a causa motora da produção do corpo político à figura do legislador; seja em Rousseau, seja em Aristóteles). Em outras palavras: as repúblicas não pensam o povo como livre para produzir suas leis- as leis que bem entender; pensam o povo como livre por seu amor às leis, por seu consentimento e adesão às formas institucionais determinadas da concertação possível dos interesses, formuladas pelo legislador político. Desse modo, nas repúblicas, entre a vontade popular e as leis, há sempre a forma do direito (a vontade geral ou disposição necessária para a conciliação e integração dos interesses, bem como os procedimentos apropriados para a apuração do direito) e ainda a inteligência prática do legislador (qualquer que seja a figura histórica que ele assuma), encarregada de formular os enunciados destinados a obter a chancela da vontade coletiva, formalmente disposta para o bem do todo político, portadora da forma do direito.

A democracia, tende a concentrar-se no presente da vontade coletiva; empenha-se, no mais das vezes, na pura atualidade do interesse popular, estampado a cada momento através dos rituais de seus procedimentos; e, como forma política que se quer fundada na universalidade da liberdade e da igualdade, inclina-se sempre a apresentar-se como universal e absoluta, necessária e permanente (a convicção de sua acabada legitimidade leva-a mesmo, freqüentemente, a pensar-se como o fim da história). Já a república, imbuída do caráter instituído e histórico de seus direitos, opera sempre com a divisão temporal: o tempo passado da fundação, o presente de sua atualização, o futuro de sua metábole, de sua revolução em outra forma ou de seu desaparecimento



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

enquanto ordem constitucional dada; tem sempre no horizonte sua morte como regime político. As repúblicas incorporam a dimensão do tempo: como as democracias, nascem, vivem e morrem; mas só elas, pelo caráter fundante que conferem a seus próprios sistemas constitucionais, constante e constitutivamente lembram-se disso.

Segundo Cardoso (2004) há um ponto, entretanto, em que não se deve deixar persistir qualquer equívoco. É preciso insistir em que a sustentação do ideário republicano não implica em recusa ou afastamento dos ideais da democracia. Ao contrário, deve-se observar que a empresa da república incorpora as afirmações centrais do regime popular. Reafirma a liberdade e igualdade política dos cidadãos e reconhece a todos a responsabilidade pelo estabelecimento das leis, a participação na soberania legislativa. Não confere a qualquer indivíduo, classe ou parte da cidade qualquer prerrogativa (de nascimento, idade, condição social, virtude, sabedoria ou qualquer outro título) que autorize legitimamente sua elevação e poder sobre os demais. Como a democracia, o regime constitucional também admite, plenamente, o caráter contingente das leis e da expressão do direito: não reconhece qualquer paradigma suprapolítico como apto a medir a adequação, bondade, justiça ou legitimidade de seus enunciados efetivos (a não ser os princípios constitutivos da própria instauração e manutenção da ordem democrática). O que a república quer lembrar à democracia é tão-somente a exigência da encarnação institucional (e não meramente procedimental – ou mesmo simbólica) e a dimensão social e histórica das formulações do direito. O que ela recorda ainda à democracia são as condições reais da produção e reprodução das leis, a exigência de que uma efetiva concertação ou acomodação dos interesses sustente a sua promulgação, visto que a democracia tende a tomá-las como produzidas imediatamente pela universalidade da participação, pelo recurso ao voto e à regra numérica da maioria, ou ainda apenas pela negação da particularidade, pela contestação popular da ordem estabelecida.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Enfim, a república adverte a democracia sobre os riscos da visada abstrata, ou meramente formal, da universalidade, sustentada pela simples afirmação da liberdade de cada um dos cidadãos (que impediria o domínio, ou mesmo a hegemonia, de um ou de alguns, de qualquer indivíduo ou facção) e garantida pela igual repartição dos poderes a todos os homens livres, em vista da conservação da sua liberdade ou, modernamente, de seus direitos. Ela entende que a articulação da totalidade política não se realiza apenas pela eficácia da forma política da liberdade (pelos procedimentos e rituais **democráticos**) ou pela prática sociopolítica (“**contestatária**”) da liberdade, mas pelo empenho laborioso na articulação social de um todo historicamente determinado, através da atividade incessante da inteligência prática dos homens políticos. A democracia, por fiar-se nas virtudes formais do regime, fixa-se sobretudo no presente dos interesses, e é mais instável e imediatista; freqüentemente insolente e voluntarista. Já a república, por seu empenho constitucional e seu respeito pelas leis estabelecidas (pois, o que o povo, o universal político, exige aqui é o cumprimento das leis e a realização de seus princípios, vendo-se implicado em uma luta constante nesse sentido), mostra-se, talvez, mais modesta e realista. Ela exalta o engenho requerido pela empresa da concertação dos interesses e a regulação dos conflitos e celebra a prudência e a paciência exigidas pelas obras da construção política.

Conclusão

Através desta breve revisão bibliográfica é possível perceber a diversidade **conceitual e complexidade que o termo “República” assume ao longo do tempo**, facilitando dessa forma compreender futuramente através de pesquisa bibliográfica o emprego desta forma governo na história do Rio Grande do Sul.

É possível perceber como destaca Ribeiro (2001) que a República está associada ao direito. A modernidade em política constrói duas grandes obras: uma delas é a democracia e a outra, mais antiga, avançando desde a



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Renascença, é o Estado de Direito, ou seja, a idéia de obedecer à lei e não ao arbítrio do poderoso. Em tese, o Estado de direito não precisa ser democrático.

Seguindo ainda a linha de pensamento de Ribeiro (2001), governo não é o mesmo que poder. Na democracia, o poder é do povo, quanto maior o controle popular, mais democrático o poder. A democracia expressa o desejo por mais. Bem orientado, esse desejo se converte em direito à igualdade, de bens, de oportunidades ou perante a lei. Já a república consiste na necessidade ou obrigação da refrear o próprio desejo, a fim de respeitar um bem comum que não é o patrimônio de uma sociedade por ações, mas o cerne do convívio social.

A partir desta breve análise percebemos que este campo de pesquisa é bastante vasto e na medida em que trabalhamos com a análise de um termo acabamos lidando e analisando outros termos relacionados a temática, como percebemos através desta passagem

O estudo do republicanismo é uma faceta importante da pesquisa contemporânea em teoria política, diferenciando essa corrente do liberalismo e do socialismo e atribuindo a ela um papel central no pensamento da modernidade. A idéia republicana central é que as práticas e instituições da cidadania são integrais à experiência da liberdade; elas não são meramente instrumentais aos propósitos econômicos, como no liberalismo, nem são elas indispensáveis em favor da administração econômica. O republicanismo também envolve um entrelaçamento complexo de temas de liberdade positiva e negativa, o qual tem sido objeto de muita discussão. MOGGACH (2010,p.37)

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto, 1909, ***Dicionário de política***/Norberto Bobbio,Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino;tradução Carmen C. Varrile; cooredenação da tradução João Ferreira;revisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais.-4ª Ed./Brasília,DF:Editora Universidade de Brasília,1992.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

CARDOSO, Sérgio (Org.) **Retorno ao republicanismo;** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do direito político moderno;** tradução Irene A. Paternot. -São Paulo: Martins Fontes.1999.

MOGGACH, Douglas. **Hegelianismo, republicanismo e modernidade;** Douglas Moggach; Tradução e edição de Roberto Hofmeister Pich. -Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.80 p.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano.** - 2.ed. – Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

RIBEIRO, Renato Janini, 1949- **A República**-São Paulo: Publifolha, 2001



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

HISTÓRIA DA LEGISLAÇÃO AGRÁRIA E INTERPENETRAÇÃO DA JUSTIÇA NO FINAL DO SÉC. XIX E SÉC. XX: A QUESTÃO FLORESTAL

Álison Cardozo Farias*

Ironita Policarpo Machado**

Partindo do entendimento que desde o Império até o período da República Velha (1899-1930) a terra era o elemento fundamental à dinamização do processo de racionalização capitalista, a primeira Lei de Terras de 1850¹ nos fornece os primeiros indícios de necessidades por parte do poder público de estabelecer princípios gerais, referentes à manutenção e preservação das matas. A partir de um breve e limitado artigo pertencente a esta mesma lei, é possível traçar a trajetória da questão florestal e sua respectiva evolução, confrontando os interesses do público e do privado através da processualidade contida na legislação.

Devido ao fato de não haver uma História da Legislação Agrária do Rio Grande do Sul², e por se tratar de um campo vasto e pouco estudado, a problemática referente à questão florestal interpretadas no processo histórico da legislação agrária rio-grandense é apresentada neste artigo de forma inicial e,

* Acadêmico do IV Nível do Curso de História – Licenciatura Plena da Universidade de Passo Fundo – UPF. Bolsista PIVIC. e-mail: 113037@upf.br

** Doutora em História pela PUCRS, Professora do Curso de História da Universidade de Passo Fundo e PPGH/UPF. e-mail: iropm@upf.br.

¹ A Lei de Terras de 1850 foi finalmente regulamentada pelo Decreto número 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Com nove capítulos e 108 artigos, o regulamento procurou dar conta das inúmeras situações relacionadas à ocupação das terras. Para tanto, ordenou a criação da Repartição Geral das Terras Públicas, órgão responsável por dirigir a medição, dividir e descrever as terras devolutas e prover sua conservação. Também era de competência da Repartição propor ao governo quais terras devolutas deveriam ser reservadas à colonização indígena e fundação de povoações, e quais deveriam ser vendidas, além de fiscalizar tal distribuição e promover a colonização nacional e estrangeira. Cabia também à mesma Repartição realizar o registro das terras possuídas, propondo ao governo a fórmula a ser seguida para a revalidação de títulos e legitimação das terras possuídas.

² Pesquisa em estágio inicial de coleta e interpretação das fontes primárias: Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul; Código do Processo Civil e Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

com insipientes conclusões, pois se trata de uma temática complexa e de leitura de fontes que exigem uma crítica e interpretação cuidadosa.

Indo de encontro ao tom de alguns textos sobre a história agrária, que sugerem que pouco precisamos saber sobre a lei³, devemos levar em consideração que as leis surgem quando existem condições e anseios sociais latentes que justifiquem a criação de um código sobre o fenômeno em questão. Neste caso a primeira Lei de Terras de 1850 foi elaborada em um contexto confuso e turbulento no que diz respeito à terra. Naquele período foram apresentados dois projetos que serviram de subsídio para a criação da Lei de Terras de 1850, o primeiro de José Bonifácio de Almeida e Silva, o qual tratava da intervenção pública na distribuição de terras, o que ia diretamente contra os interesses dos senhores e possuidores de terras, uma vez que limitava seus poderes, este projeto pretendia revalidar as concessões de sesmarias⁴ e

³ THOMPSON, Eduard P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 106.

⁴ Sistema de Sesmarias: Instituto de origem portuguesa que pressupunha a doação de terras mediante a comprovação do cultivo. A ocupação do solo brasileiro pelos colonizadores em nome da coroa portuguesa

transportou, inteira, a propriedade da terra para a coroa portuguesa e para jurisdição da Ordem de Cristo. As normas jurídicas que orientavam a distribuição da terra aos colonos eram orientadas pela lei consolidatória de D. Fernando I de 1375, lei de transação entre a burguesia rural e a aristocracia agrária, não aplicada no tempo, mas incorporados seus princípios nas Ordenações Filipinas. A orientação mais importante do instituto – a reversão da terra não cultivada à Coroa – conservou-se graças à revolução de Avis, com o perfil de predomínio da coisa pública – dos fins e objetivos públicos – sobre a ordem pública. A terra se desprende, desde o século XIV, de seu caráter de domínio, adstrito ao proprietário, para se consagrar à agricultura e repovoamento, empresas promovidas pelo rei a despeito da concepção de propriedade como prolongamento da pessoa, da família, de acordo com o direito vigente na colônia, era desta forma previsto nas Ordenações (Man., liv. IV para as terras do Brasil provocou alguns transtornos jurídicos. A adaptação à realidade nova não desvirtuou o sistema. Na linguagem das Ordenações, “as sesmarias são propriamente as datas de terras, que foram ou são de alguns senhores e que já em outro tempo, foram lavradas e aproveitadas e agora o não são”. (Man., liv. IV, tit. 67; Filip., liv. IV, tit. 43). As glebas desaproveitadas corresponderam na América, às terras virgens, trocado o sentido de sesmeiro, originalmente o funcionário que dá a terra, para o título da doação, o colono. Dessa forma, a posse como cultivo era legitimada no sentido de promover os princípios básicos da lei de sesmaria – povoar e lavar a terra e, não havendo outros impedimentos para a doação da terra, o rei fornecia o documento oficial sobre a posse. Assim, a ambiguidade da legislação, somada ao interesse por terras desencadearia vários conflitos pela posse da terra até o ano de 1822 em que perdurou esta legislação. Portanto, dessa legislação e realidade histórica originou-se o termo terra devoluta, ou seja, terras devolvidas para indicar as terras dadas por sesmarias que não foram cultivadas e, assim, devolvidas à Coroa. Aos poucos, o termo foi empregado para referir-se à terras livres, tornando-se parte do patrimônio público.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

regularizar as posses. O segundo projeto era do Padre Diogo Feijó, através do qual pretendia democratizar o acesso à terra e também defender o direito de propriedade.

Devido ao fato de os dois projetos estarem diretamente ligados aos interesses da Coroa Portuguesa, acabaram por entrar em conflito com os interesses dos grandes proprietários de terras, por isso não passaram de projetos, ficando apenas no papel. Frente a estas questões, a atenção se voltou diretamente à terra e seu ordenamento jurídico para obtenção de propriedade nas províncias do Brasil⁵, sendo a Lei de Terras de 1850 o resultado de intensas disputas políticas no interior do Império entre os grandes proprietários de terras, os quais pertenciam à partidos políticos Liberais ou Conservadores no início do séc. XIX.

Neste período conturbado, de 1822 a 1850, que abrange o regime sesmarial até a promulgação da Lei de Terras, é que se teve o início da disciplina da propriedade da terra no Brasil, público e privado são separados, uma vez que o estado passa a estabelecer a legitimidade sobre a terra. Sendo assim, com a Lei de Terras de 1850, a aquisição de terras devolutas no Brasil só poderia ser efetivada através da compra, pois até a instituição desta lei não havia uma clara definição que distinguisse a posse da propriedade⁶, eliminando as formas tradicionais de adquirir terras mediante posse ou doação⁷, estabelecendo-se a obrigatoriedade do registro e validação de títulos após a medição e demarcação dos limites em questão e o pagamento de taxas, ficando a cargo da lei, inclusive, a delimitação do tamanho das posses e os parâmetros para o reconhecimento da legitimidade das posses havidas até sua edição.

Com exceção da compra e da herança a ocupação constituiu-se na única forma de se obterem terras, o que tornou um problema fundamental no que diz respeito à propriedade rural brasileira, devido ao fato de que os direitos dos

⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República*. Edusp, São Paulo, 1992.

⁶ MACHADO Op. Cit.

⁷ Idem.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

ocupantes não foram reconhecidos pela lei, o que não impediu que estas posses continuassem a ser negociadas por meio de compra e venda, e também fossem avaliadas livremente.

No Rio Grande do Sul, a partir da institucionalização do regime republicano rio-grandense e da ação de políticas que visavam à modernização do estado, as regiões que se caracterizavam pela agricultura em pequenas propriedades revelavam sua grande potencialidade para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que exigiam pouco investimento e ofereciam um retorno lucrativo. A rentabilidade deste negócio **revelava a terra como “elemento-força orgânica ao processo de transição à economia capitalista”⁸**. A intervenção do estado na economia se deu em torno de conflitos e disputas aliadas a instabilidade política ocasionada pela ebulição social que se formou desde o processo de transição do regime imperial até a institucionalização do regime republicano rio-grandense, onde um aparato de leis sob a pretexto do federalismo permitiu regular as transformações que estavam ocorrendo no país, era a fusão do universo normativo, o operacional jurídico e as exigências da economia de mercado. Mas isso não foi suficiente para acalmar os ânimos de uma sociedade em conflito frente ao processo de disciplinação da propriedade da terra, pois conforme se percebe nos autos de processos judiciais que tramitaram nos primeiros trinta anos da República Riograndense, a terra aparece direta ou indiretamente como elemento recorrente nos litígios.⁹

Frente às constatações de que a terra era o elemento fundamental à dinamização do processo de racionalização capitalista e elemento com maior incidência nos processos litigiosos no período do final do séc. XIX e início do séc. XX percebe-se que o Judiciário havia se constituído em estratégia e meio/ agente¹⁰, onde este Judiciário e terra – em uma consonância - constituíram o retrato da conjuntura da República Velha no Rio Grande do sul,

⁸ Idem.

⁹ Idem Ibid.

¹⁰ Idem.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

onde os conflitos que permeiam este campo judicial são ações sobre a legitimação da posse, da demarcação, desocupações e expulsões, bem como ocupação e invasões de terras. Tanto Estado, particulares, como os demais sujeitos, cada qual com seus objetivos particulares no que diz respeito à terra divergem quanto a esta questão e as esferas do público e do privado colidem, uma vez que não há demarcações e delimitações de divisas e comprovação da legitimidade da posse, legitimidade esta que passava pela questão dos antecessores, os quais obtiveram a terra por doação, compra e apossamento.¹¹

Medir e demarcar os lotes, seguido do comércio e legalização das terras devolutas e as que se encontravam sob domínio de particulares, mas que não possuíam registros foi a forma que o Estado encontrou para aumentar a sua arrecadação tributária. Torna-se cada vez mais constante a atuação das companhias de loteamento junto aos proprietários fundiários, até mesmo em substituição a estes, pois estas companhias eram mais uma forma de o governo e lideranças locais atuarem no mercado de terras.

Essa construção da racionalidade capitalista a qual se utiliza da legislação **vem a “criar” o privado, tendo** o judiciário como mediador na transição de uma sociedade tradicional, cuja mentalidade baseava-se no direito costumeiro e que se valia da experiência histórica, para uma sociedade de normas legais, onde este choque da mudança causava um impacto profundo na mudança do que era costume, uma vez que a questão social neste período que o Rio Grande do Sul vivia, não era levada em questão, onde a prova disto está nos conflitos contidos nos processos judiciais da época. Para Thompson, no caso inglês, essa questão¹²

[...] sempre foi um problema explicar as terras comunais dentro das categorias capitalistas. Havia algo incômodo a seu respeito. A sua própria existência despertava

¹¹ Com relação aos apossamentos, os que se utilizavam desta prática para obter terras, os posseiros, eram considerados os que de fato se encontravam na posse, ocupando um trecho de terra, sem ser seu dono efetivo, sem o título legal de propriedade. [...] Mesmo sem o documento legal, a posse, enquanto forma de apropriação da terra, é ela mesma, legalmente definida, enquadrada e reconhecida juridicamente. Ver MACHADO, 2009. p. 77

¹² THOMPSON, Eduard P. *Costumes em comum*. In: _____. *Costume, lei e direito* comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 86-149.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

perguntas sobre a origem da propriedade e sobre o direito histórico à terra.

Assim o Estado através da interpenetração¹³ da justiça altera a realidade da propriedade e da sociedade, do que é público e o que é privado, através de projetos e políticas que favoreciam a ocupação e a colonização do território rio-grandense por empresas particulares e pessoas jurídicas, favorecidas pela atuação dos operadores do direito, que na maioria dos casos utilizavam-se do subterfúgio em causa própria ou dos poderes locais, sobrepondo leis que viessem a beneficiá-los, assim as normas aplicadas determinavam as práticas e políticas de força que legitimavam a apropriação privada da terra, em outros termos, o Judiciário foi um meio de apropriação de terras.

No cerne da crescente valorização da terra e pleno desenvolvimento do capitalismo, as ações dos diferentes grupos atuantes no território riograndense no que diz respeito às questões agrárias - cada qual com seus interesses particulares em detrimento da obtenção de lucro - durante o processo de exploração mediado pelo judiciário, fizeram com que as discussões referentes à questão florestal ganhassem força passando a ser amplamente discutidas no período da República Velha.

Essa era uma questão muito delicada para a época, num período em que a terra não era apenas mercadoria, mas o elemento fundamental à produção dentro do processo de racionalização capitalista, sendo que durante a vigência da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850¹⁴ as grandes questões giravam em torno da delimitação, ocupação e legitimação das posses, bem como a preocupação em especificar de forma nítida e precisa o que eram terras

¹³ Interpenetração da justiça é aplicada aqui no sentido da frágil distinção entre direito público e direito privado no processo histórico brasileiro e rio-grandense. Assim, a interpenetração da justiça se configura como conceito para explicar o papel da justiça como estratégia/meio e agente da racionalização capitalista utilizada pelo partido-Estado e por frações de classe do Rio Grande do Sul nos trinta primeiros anos da República.

¹⁴ RIO GRANDE DO SUL. *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Gov. do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura – Diretoria de Terras e Colonização, 1961. p. 5.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

devolutas, ficando a questão florestal restrita a um breve e limitado artigo o qual estava disposto da seguinte maneira:

Art. 2.º - Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheios, e nelas derrubarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$000 além da satisfação do dano causado [...]

Somente quatro anos mais tarde, com o Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, que o então Presidente do Estado, Júlio Prates de Castilhos manda executar a Lei nº 601, onde através da exposição de motivos o referido presidente expõe a necessidade da conservação das florestas rio-grandenses, inspirado no texto do relator da exposição de motivos do código florestal francês de 1847, cujo texto revela que **“todas as necessidades da vida prendem-se a essa conservação: a agricultura, a arquitetura, quase todas as indústrias nela procuram alimentos e recursos insubstituíveis, e é no seio delas que o comércio encontra os meios de transporte e de permuta; é a elas que os governos pedem elementos de proteção, de segurança e de glória”**. Com um tom não tão poético quanto o do relator francês, as determinações do Presidente do Estado pretendem, segundo o texto¹⁵, **“estancar as fraudes e usurpações que estavam ousadamente desfalcando o patrimônio territorial do estado”**.

A existência das matas desperta múltiplos interesses de evidente relevância, e de acordo com Thompson:¹⁶ **“como ninguém possui e protege os recursos mantidos em comum, uma inexorável lógica econômica os condena à superexploração”**. De acordo com as interpretações thompsonianas, as florestas necessárias aos particulares, não seriam menos ao estado, sendo proposta a conservação destas como um dos primeiros deveres do governo frente aos interesses da sociedade onde a economia rural era extremamente dependente. Ainda seguindo o modelo francês, que já destacava a eficiência com que as florestas mantinham protegidas as fontes e os rios sustentando e consolidando o

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ao citar Garret Hardin em: *The tragedy of the commons*. Sobre as ações predatórias nas florestas régias da Inglaterra e País de Gales.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

solo das montanhas exercendo grande influência sobre a atmosfera, no decreto de 1854 já se considerava a influência direta das florestas sobre o clima, porém devido ao fato de se ter pouco conhecimento sobre até que ponto essa influência causava impacto ao meio ambiente, tal discussão causava contradição a respeito dos fatos. Mas conforme relatos de um comentador, na exposição de motivos do decreto de 1854, já se tinha conhecimento de que a conservação das massas florestais aumentavam a umidade e uniformizavam a temperatura, moderando a ação dos ventos mantendo o equilíbrio necessário, também devido a ação eficaz das raízes das plantas o impacto causado pelas chuvas eram diminuídos, favorecendo a cultura do solo ainda mantendo intactas as encostas dos vales.

As discussões em torno da questão florestal iniciadas em 1850 pela Lei nº 601 tiveram grande importância no cenário que se desencadeava durante a República Velha, onde a mercantilização da terra aliada à questão da posse-propriedade acarretavam sérios problemas em torno de invasões, legitimações, bem como dos atos de desocupação e ocupação diretamente ligados à colonização e interferências promovidas pelos grandes latifundiários, além da expropriação do caboclo e do pequeno posseiro. Quarenta e nove anos mais tarde, quando o então presidente do Estado do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros decretou e promulgou a Lei nº 28, de 5 de outubro de 1899 onde o Regime Florestal instaurado, previa como florestas não só as matas mas também o mato de corte, espinheirais, aluviões e pastagens cobertas de mato, independente de sua extensão, também tratando da delimitação e conservação das florestas protetoras, as quais servem de proteção contra influências **climatéricas. Além do elemento “clima” que permeia a nova lei surgida na** transição do séc. XIX para o séc. XX está o intento por parte do Estado, de impor seu interesse a conservação das matas em detrimento da exploração das



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

mesmas, utilizando-se dos regulamentos que consagram a lei para atuar inclusive sobre o domínio particular.¹⁷

Desde 1899 as resoluções posteriores referentes ao regime florestal¹⁸ já se encontravam bastante modificadas, outros elementos passam a estar cada vez mais intrinsecamente ligados à questão da conservação e exploração das matas, como a legitimação das posses e o povoamento, neste caso no que se refere à proteção aos indígenas e aos nacionais, conforme prevê o decreto nº 3004 de 10 de agosto de 1922. Já o decreto nº 3.524 de 5 de outubro de 1925, vem a aprovar as instruções para a execução do Serviço Florestal¹⁹, no qual institui-se a definição e delimitação das reservas florestais, bem como as obrigações dos concessionários de lotes rurais e também as obrigações e condições para a exploração das matas pelas indústrias, em especial ervateira e a madeireira. Neste momento de fortalecimento da economia do estado, o Serviço Florestal prevê não só a preservação como a reconstrução das florestas como condição à sua exploração sustentável.

Ao que se seguem as mudanças na legislação agrária do Rio Grande do Sul, a partir de 1934 o regime florestal do estado passa a estar sujeito às determinações do Código Florestal Brasileiro, que só neste momento fora instituído, através do decreto nº 23.793, de 23 de janeiro deste mesmo ano. Porém, apenas em 1939 a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, através do decreto nº 7677, de 9 de janeiro de 1939, instrui a execução do Serviço Florestal nas terras de domínio do estado, mediante instruções especiais, devendo ser observado as disposições do Código Florestal Federal.²⁰

¹⁷ Parágrafo único do art. 3º pertencente ao título I, o que trata das terras devolutas: O qual expede o regulamento para a execução da lei, estabelecendo as regras que determinariam a forma da conservação e exploração das terras, permitindo a atuação do estado sobre as terras que se encontram em domínio particular.

¹⁸ Definição conforme o art. 166 do decreto nº 313 de 4 de julho de 1900.

¹⁹ Executado por guardas florestais de 1.ª e 2.ª classe, sob a fiscalização da Diretoria de Terras, por intermédio das comissões de terras e outros funcionários da mesma Diretoria.

²⁰ Conforme capítulo único, art. 62 do Regime Florestal.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Nesse sentido, o primeiro Código Florestal Brasileiro vêm a condicionar tanto o estado do Rio Grande do Sul - no que concerne às práticas agrárias em torno da manutenção e exploração dos recursos naturais – como as demais regiões do país em detrimento dos interesses da unidade nacional, limitando as práticas impróprias de manipulação das leis em prol de interesses regionalistas, como de fato acontecia no período da República Velha, onde a sobreposição de leis era a estratégia que fazia do Judiciário o meio/agente no processo de racionalização capitalista

O primeiro Código Florestal Brasileiro vigorou de 1934 a 1965, sendo revogado pela Lei 4.771, de 15 de setembro deste mesmo ano que veio a instituir o Código Florestal vigente, onde tanto em sua legislação original, como em todas as alterações subsequentes, levaram em consideração as mudanças ocorridas na estrutura do país bem como a conjuntura social nele gestada, baseadas nos conhecimentos científicos até então disponíveis. Esta lei proporcionou ao poder estadual uma maior autonomia no que se refere à execução de medidas referentes à preservação e manutenção de seus domínios florestais, tornando possível a prescrição de outras normas que atendessem às peculiaridades locais.²¹

Como reflexo das ações do conjunto de elementos que formavam este novo cenário, novas discussões surgem acerca do texto da lei que veio a instituir o novo Código Florestal e novas preocupações passam a permear o campo das intenções de preservação ambiental. Assim, frente ao uso irracional dos recursos oferecidos pela natureza, seja por pessoas físicas ou jurídicas no que diz respeito à extração, indústria e comércio de produtos e subprodutos florestais, o novo Código Florestal Brasileiro determina e define como Área de Preservação Permanente:²²

[...] área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a

²¹ Art. 14

²² Ver art. 1º.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas [...]

e Reserva Legal:²³

[...] área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Após a instituição da lei 4.771, o eixo central das discussões do Código Florestal Brasileiro se deu em torno desses dois elementos: As Áreas de Preservação Permanentes e Reservas Legais. Fato que pode ser comprovado no quadro recente que se revela em torno do Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2011, do Deputado Sérgio Carvalho, o qual revoga a lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e altera justamente aspectos importantes das APPs e RLs,²⁴ como no que dizem respeito ao cultivo de Áreas de Preservação Permanentes, onde a exploração dos recursos florestais e a supressão da vegetação só se tornavam possíveis se comprovados junto ao interesse social e a utilidade pública que o ato promoveria. Já no caso das Reservas Legais, os pequenos proprietários ficariam isentos da recomposição das mesmas.

Na concepção dos grandes proprietários de terras e produtores rurais o rigor do Código Florestal vigente prejudica a produção e condiciona a perda de áreas produtivas além de gerar um custo adicional sem nenhum retorno econômico. Em contrapartida, pesquisadores e cientistas destacam a ampla gama de possibilidades de se obter retorno econômico preservando estas áreas, pois a proteção destas é fundamental para manter a produtividade do sistema agropecuário devido à influência direta que não só a vegetação, mas a biodiversidade contida nessas áreas proporciona a sustentabilidade das atividades agropecuárias.

²³ Idem.

²⁴ Abreviatura para Áreas de Preservação Permanentes e Reservas Legais.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Diante do embate entre produtores rurais e ambientalistas, fica evidente mais uma vez a necessidade de se adaptar a legislação às questões relacionadas ao uso da terra, que no caso da instituição do novo Código Florestal Brasileiro o que se constata é a tentativa de deter a política intervencionista do estado sobre a propriedade privada, fazendo com que as florestas percam seu “valor de existência adquirido ao longo do tempo voltando a ter apenas “valor de uso”.

Referências:

- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República*. São Paulo: Edusp, 1992.
- HEINSFELD, Adelar; BATISTELA, Alessandro. (Org.). *Fazendo História Regional: Economia, espaço e sociedade*. Passo Fundo: Méritos, 2010.
- MACHADO, Ironita P. *Judiciário, terra e racionalidade capitalista no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: PUCRS, 2009. 299 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- RIO GRANDE DO SUL. *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Gov. do Estado do Rio Grande do Sul*. Secretaria da Agricultura – Diretoria de Terras e Colonização, 1961.
- SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. *O Código Florestal e a Ciência: Contribuições para o diálogo*. São Paulo: SBPC, 2011.
- THOMPSON, Eduard P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VERGARA, Oswaldo. *Código do Processo Civil e Comercial do Estado do Rio Grande do Sul*. Lei nº 65 de 16 de janeiro de 1908. 3ª Edição. Porto Alegre: Edição Livraria do Globo, 1936.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

BRIGADA MILITAR: APARELHO REPRESSIVO DO GOVERNO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE

Amanda Siqueira da Silva *

Introdução

O Rio Grande do Sul se diferencia dos demais Estados brasileiros principalmente por suas ações bélicas, já que muitos foram os conflitos armados que este fora palco. Uma das razões é a sua localização geográfica, já que se apresenta como um local de fácil passagem das tropas entre os Estados em guerra, assim como foi a região do território que constitui o país, que mais problemas enfrentou devido a disputas de fronteiras quando estas delineavam-se nas formações dos Estados e países vizinhos.

Quando há a Proclamação da República o Partido Republicano não tem uma participação ativa, apesar de difundido em todo o país, ele não contava com grande número de adeptos (com exceção dos núcleos de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul). Assim como a maioria da população, os republicanos rio-grandenses também são surpreendidos com o golpe. Estes decidem entregar o governo provisório ao chefe do Partido Republicano Rio-Grandense, Júlio Prates de Castilhos, que numa estratégia política, indica para o cargo o marechal José Antônio Correia da Câmara (o visconde de Pelotas), que embora não fosse republicano, era um respeitado herói da guerra do Paraguai e grande amigo de Deodoro da Fonseca. Na verdade, Castilhos estava consciente de que os republicanos sul-rio-grandenses dependiam do apoio militar.

O Partido Republicano estava obtendo muitos adeptos, principalmente por ser o único partido que apresentava um programa e uma teoria política: o

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da UPF. Bolsista Capes. E-mail: siqamanda@yahoo.com.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

positivismo, que fora adaptado por Júlio de Castilhos à realidade sulina, sendo uma versão pragmática da ideologia comtiana, porém assumindo algumas peculiaridades locais. Com o visconde de Pelotas na presidência do Rio Grande do Sul, os republicanos passaram a ocupar os cargos-chaves na administração estatal, Júlio de Castilhos fora nomeado Secretário do Governo Estadual. Onde, como salienta Moacyr Flores, de 1889 a 1891, monta sua máquina política baseada no Partido Republicano monolítico, na fidelidade de funcionários públicos e na força da Guarda Cívica (instituída pelo Ato nº 31, no final de 1889), que depois passaria a ser chamada de Brigada Militar.

A Brigada Militar será criada em 22 de outubro de 1892, através do Ato nº 371, sendo a grande força policial do Estado. Organizada aos moldes do Exército brasileiro, sendo uma instituição secularizada, organizada militarmente e apresentando características próprias. Quando da sua organização esta visava fazer frente ao iminente conflito armado que se anunciava: a Revolução Federalista (1893). Desde então a Brigada estaria envolvida em todos os acontecimentos políticos/bélicos importantes na história do Rio Grande do Sul e até mesmo em nível nacional, como a Revolução de 1923, a Coluna Prestes de 1924 (momento em que Assis Brasil vê nestes acontecimentos uma oportunidade para dissolver o poder de Borges de Medeiros, que age com mais presteza, colocando em ação a Brigada Militar, que ainda atua em defesa do governo federal), a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932 (a última, antes da sua federalização e desarmamento bélico em 1937).

Os republicanos no poder

Júlio de Castilhos expurga de todos os cargos públicos os funcionários que pertenciam aos partidos Liberal e Conservador, assim como é praticamente o único autor da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, que estabelecia a presença de um legislativo estadual com poderes limitados a questões orçamentárias e de um executivo forte com poderes de legislar por decreto sobre



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

matérias não financeiras, e também garantindo que o presidente estadual nomeasse seu vice e se reelegesse diversas vezes, ou seja, podia permanecer no poder por tempo indefinido.

O governo do visconde de Pelotas não dura três meses. Então o general Júlio Anacleto Falcão da Frota é indicado por Castilhos para o cargo. Com maior liberdade para se movimentar, os republicanos puderam progredir ainda mais na conquista do poder durante a administração de Júlio Frota. Inicialmente mudaram a troca dos funcionários do antigo regime, assim como os comandos da Guarda Nacional, já que sua manipulação assegurava o controle das eleições. Administrativamente, Castilhos se preocupou em dar maior organicidade ao Governo, já que

(...) cada nova classe que passa a ocupar o posto da que dominou antes dela se vê obrigada, para poder levar adiante os fins que persegue, a apresentar seu próprio interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expressando-o em termos ideais, imprimindo a suas idéias uma formulação generalizante, apresentando suas idéias como as únicas racionais e dotadas de vigência absoluta. (MARX e ENGELS, 1974 apud FONTES, 2010, p. 131).

Júlio de Castilhos tinha uma grande preocupação em moralizar e reformar o governo do Estado, fortalecendo a burocracia, o que será um dos aspectos de destaque do sistema castilhista, tanto no governo de Júlio de Castilhos, assim como no de Borges de Medeiros. Em 06 de maio de 1890 o Governo Provisório destituiu o general Frota e designa para presidente do Estado o Dr. Francisco da Silva Tavares, que havia aderido aos republicanos em 1889. Este desde os primeiros dias de governo esteve rodeado de republicanos, que acabam por rodá-lo de prejuízos, como salienta Ricardo Vélez Rodriguez.

A situação torna-se mais tensa, até que em 14 de maio, Castilhos e Homero Batista articulam um golpe que derruba Silva Tavares do governo, o que demonstra a força que haviam adquirido os republicanos rio-grandenses. O novo presidente do Rio Grande do Sul chamou os “republicanos históricos” para



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

formar o seu gabinete: Júlio de Castilhos, Fernando Abbott, Antão de Faria e Homero Batista. Júlio de Castilhos era a grande liderança do PRR e quando foi comissionado pelo presidente do Estado para elaborar o Projeto da Constituição Estadual, acabou por realizar o trabalho sozinho.

Castilhos, juntamente com Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, participa da Assembléia Constituinte da República, dentre a sua atuação durante os trabalhos da Assembléia se destaca a defesa do federalismo radical. Em maio de 1891 o PRR disputa uma eleição bastante agitada, onde todos os seus opositores se unem, sob a legenda de Partido Republicano Federal, uma oposição ao autoritarismo castilhista. Os resultados desta disputa eleitoral foram, de acordo com Vélez Rodrigues, mais uma fraude na interminável cadeia de violações aos direitos civis e políticos dos cidadãos rio-grandenses. Diante deste contexto, a oposição se revelara muito forte, sendo fácil prever a aproximação de um movimento insurrecional.

Em novembro de 1891, a oposição gaúcha, liderada por Joca Tavares, **depôs Castilhos e tem início o período denominado de “Governicho”, sendo a primeira vez na República que a oposição assumia o governo do Estado**, entretanto este durou apenas sete meses. Em 1892, o PRR, tendo realizado aproximações vantajosas com o Exército, conduziu Castilhos novamente ao poder. Poucos dias depois de Castilhos assumir a presidência, começou a ofensiva federalista, dentre as reivindicações, estava a exigência da volta ao estado de direito no Rio Grande do Sul. Desde o começo da guerra civil, Castilhos concentrou esforços na tarefa de fundamentar legalmente uma intervenção federal no Rio Grande e o faz com base no artigo 6º, inciso 3º da **Constituição da República: “O Governo Federal não poderá intervir em negócios particulares aos Estados, salvo (...) para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos governos”.** (RODRIGUEZ, 2000, p.78).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Júlio de Castilhos conta com o apoio do governo federal e da Brigada Militar, que sustentará os republicanos no poder sul-rio-grandense durante os conturbados e tensos anos que marcaram a Primeira República no Estado.

Castilhos garantiu um sucessor político Antônio Augusto Borges de **Medeiros, “republicano de primeira hora”, um dos mais jovens republicanos** tradicionais que assumiu o governo em janeiro de 1898 e deu continuidade à forma castilhista de governar. Castilhos continuou dirigindo os destinos do Rio Grande como chefe do PRR, onde permaneceu até o término do primeiro mandato de Borges de Medeiros, em outubro de 1902. Como líder do partido, Castilhos recomenda a reeleição de Borges em 1903 e morre alguns meses depois.

Borges contou com o apoio do senador Pinheiro Machado e foi a grande liderança frente ao PRR de 1908 a 1913 no governo do Estado, quando fora substituído por outro republicano histórico, Carlos Barbosa Gonçalves, entretanto fica na liderança do partido. Em 1913 a 1928 Borges se reelege sucessivamente como presidente do Estado. A sua permanência indefinida à frente do governo, leva à Revolta de 1923, onde consegue se manter no poder devido ao auxílio da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios, que atuaram de acordo com suas diretrizes. No Pacto de Pedras Altas, que pôs fim a revolta, ficou proibida a reeleição de Borges em 1928, que indica como sucessor Getúlio Vargas.

Brigada Militar: garantia da manutenção do poder

Em 15 de outubro de 1892 através da ordem do dia número 86 há a entrega de comando e extinção da Guarda Cívica, ao mesmo tempo é criada a Brigada Militar do Estado, o comando é assumido pelo major Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz, que deixa o Comando da Escola Prática do Exército em Rio Pardo, tal ato é assinado pelo presidente da Província Fernando Abbott. Neste ato consta que o pessoal que compunha a Guarda Cívica passava automaticamente a integrar a nova milícia e determinava desde já que esta seria



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

organizada em três corpos: 2 batalhões de Infantaria e 1 batalhão de Cavalaria, assim como teria três corpos de reserva para entrarem em serviço assim que necessitado. Esta instituição é criada aos moldes do Exército brasileiro, sendo treinada por militares do próprio Exército. De acordo com o relato de Miguel Pereira havia “*um investimento do governo para o desenvolvimento intelectual de seus integrantes através de escolas regimentares e aulas preparatórias*”, assim como um investimento na remuneração dos integrantes, o que fazia com que esta fosse “*visada por jovens de boas famílias*”. (PEREIRA, 1917, p. 120).

Em 21 de outubro organizou-se o 1º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar, nos meses decorrentes foram criados o Estado-Maior da BM; o 1º Regimento de Cavalaria; o 1º e 2º Batalhão de Infantaria da reserva, o 1º teve sua parada na cidade de Pelotas e o 2º teve sua parada na Pedras Altas e foi organizado com pessoal dos municípios de Cacimbinhas, Piratini, Cangussú e Pelotas.

Em todos os lados se enxergava perigos, avantesmas monárquicos, olhos de fogo, boca hiante, a querer derrocar a obra de Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant, secundados, materialmente, pela bravura guerreira do marechal Deodoro da Fonseca, a quem se deram as glórias da proclamação da República, embora lhe coubesse em pequena parte. (PEREIRA, 1917, p.142).

O governo investia gradativamente no aumento do número de soldados da Brigada, assim como os distribuía nos locais ao qual considerava de mais fácil mobilização. As movimentações com preparativos para uma ofensiva federalista era intensa no Estado, em suposta carta vinda de Montevideu haveria considerações sobre a revolta e a impossibilidade de triunfo desta enquanto no Rio Grande do Sul existissem certos chefes republicanos. De acordo com a “**carta**” esses chefes deveriam ser eliminados, armando-se pessoal para dar cabo deles.

Por esta ser uma instituição criada aos moldes de Júlio de Castilhos, a instituição estava sobre a égide da influência positivista, que tinha entre seus



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

propósitos dar uma ordenação lógica à sociedade procurando eliminar aqueles indivíduos/elementos anárquicos e desagregados que impediria a sua evolução, logo os indivíduos que ingressassem na Brigada Militar estariam longe de se **tornarem possíveis “indesejáveis”, passando a ser “elementos de ordem, e não de perturbação social”, como salienta Pesavento (PESAVENTO, 1979 apud SILVA, 2010, p. 07).** Assim como o fato de o militar incorporar e assumir a filosofia da instituição como sua própria filosofia de vida, passando a ser um modelo de cidadão e disposto a fazer com que os demais integrantes do meio em que vive, tornem-se submissos à lei, ou melhor, ao Estado.

A Brigada Militar como “braço armado” do governo republicano persegue os federalistas por 31 meses, dentre este período recebe apoio financeiro do governo federal e do Estado de São Paulo, assim como recebe auxílio de tropas do Exército, com quem desde o princípio os Republicanos gaúchos mantiveram boa relação. Targa salienta que devido a importância da Brigada Militar, assim como a magnitude dos corpos provisórios rapidamente mobilizáveis pelo governador do Estado faziam com que fossem necessárias boas relações entre os militares da força estadual e do Comando da III Região, uma vez que a divergência de pontos de vista ou de tomadas de posição poderiam levar a enfrentamentos militares, ou seja, deveria haver afinidade entre o Governo do Estado e o Comando da III Região. (TARGA, 1991, p.331).

A revolução de 1923 que teve início em fevereiro foi a última tentativa da oposição para retirar os republicanos do poder, neste momento o personagem de destaque é o sucessor de Castilhos, Antônio Augusto Borges de Medeiros. A posição tinha como líder o chefe civil Assis Brasil e diversos chefes militares locais, que nas palavras de Flores, agiam por conta própria, sem combates decisivos, esperando a intervenção federal (FLORES, 2006, p. 150), mais uma vez não conseguiram lutar contra a fiel e bem armada Brigada Militar, assinando em novembro a paz, através do acordo de Pedras Altas, que na visão de Targa, soldou num só bloco a oligarquia gaúcha, estabelecendo as condições



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

finais para que ela se propusesse à disputa da Presidência da República (TARGA, 1991, p. 339).

Os governos republicanos não poupavam investimentos na manutenção e treinamento da Brigada Militar, fazendo com que esta por um longo período estivesse mais bem treinada e equiparada que o Exército nacional, Love salienta que esta possuía mais rifles que as outras polícias militares estaduais e que somente após 1930 o Exército passou a ser melhor equipado que essas forças estaduais (LOVE, 1975, p.123).

A Brigada Militar foi um instrumento de manutenção do poder decisivo para os governantes do PRR, pois além enfrentar as oposições daqueles que discordassem da política imposta esta também intimidava os adversários do Partido Republicano Rio-Grandense na política nacional. Como assinalou Targa, a Brigada Militar desencorajava qualquer tentativa de intervenção militar da Presidência da República no Rio Grande do Sul (TARGA, 1991, p. 336).

Considerações finais

O grupo de republicanos que controlaram o poder no Rio Grande do Sul era minoritário e também não eram políticos de tradição, como ocorre com os Liberais, que como Targa defende, eram grandes proprietários de terras e pecuaristas, porém eram uma geração sem compromisso histórico com a política imperial e sem prática de controle do aparelho de Estado (TARGA, 1991, p. 334), diferente dos demais republicanos à nível de Brasil que eram políticos, em sua maioria, dissidentes do Partido Liberal.

O grande apoio que os republicanos gaúchos encontram será na atuação da Brigada Militar como mantenedor do poder destes, assim como sendo o braço armado, disposto a lutar em defesa do ideário dos republicanos, que em suma seria o ideário castilhista. Dentre todos os momentos conturbados onde uma oposição se volta contra a política exercida no Rio Grande do Sul, os republicanos buscam na Brigada Militar a defesa e não poupam investimentos nessa força bélica para garantir o poder.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A Brigada Militar será o sustentáculo do Partido Republicano Rio-Grandense no poder frente ao Estado por pelo menos 39 anos. Sendo uma das forças militares que participará de diversos marcos políticos do Rio Grande do Sul, assim como no Brasil que acabam por usar da força bélica para prevalecer a vontade de determinado grupo político.

Referências

- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 8ª ed. Porto Alegre: Ediplat, 2006.
- FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARIANTE, Hélio Moro. *Sarilhos milicianos*. Porto Alegre: BM Edições/Editorial Presença, 1990.
- PEREIRA, Miguel. *Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Americana de Cunha, Rentzsch e C., 1917. Vol. I.
- SILVA, Amanda S. *Atuação Política da Brigada Militar no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Semina, Passo Fundo, 8 (2), 2009, p. 01-12.
- TARGA, Luiz Roberto P. *O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas*. Ensaio FEE, Porto Alegre, 11 (2), 1991, p. 308-344.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Amilcar Guidolim Vitor¹

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos²

1. O papel das representações sociais na construção social do patrimônio

Utilizamos a definição de Roger Chartier³ para o termo representações sociais, pois o autor (1988: 21) a define como a relação entre uma imagem presente e um objeto ausente. Ou seja, no contexto da presente análise, são representações produzidas acerca do Memorial Coluna Prestes no município de Santo Ângelo, desde a década de 1990, com base na história da Coluna Prestes e nas ações políticas de Luiz Carlos Prestes, principalmente frente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A intenção é analisar estas representações buscando verificar se o Memorial Coluna Prestes foi construído ou desconstruído socialmente como elemento integrante do patrimônio cultural de Santo Ângelo.

Para melhor compreender os aspectos ligados às representações, recorre-se a História Cultural, pois esta aborda as relações entre os grupos sociais. Relações essas, que se utilizam das representações para se legitimarem. Assim, Chartier defende que a História Cultural:

[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade

¹ Mestrando na Universidade Federal de Santa Maria pelo Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. amilcar_vitor@yahoo.com.br

² Doutor em História, Professor Associado 3 da Universidade Federal de Santa Maria, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e História. j-quevedo@uol.com.br

³ Chartier discute a **noção de representação em várias obras, dentre elas, o artigo “O mundo como representação”**. Além disso, podem-se consultar outras, tais como: CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**. Vol. 7, n. 13. Rio de Janeiro, 1994.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

social é construída, pensada, dada a ler. Para isso, busca perceber as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (classes sociais, meios intelectuais incorporados e partilhados por um determinado grupo social). As percepções sociais produzem estratégias e práticas que impõem, legitimam o poder e a dominação, as visões de mundo, dentro das lutas de representações, tão importantes quanto às lutas econômicas (CHARTIER, 1988: 17).

Pode-se perceber que existe uma relação direta entre a História Cultural e as representações, pois a segunda é objeto de estudo da primeira. Chartier (2002: 66) refere que *“representar é fazer conhecer as coisas imediatamente pela ‘pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e pelos gestos’, por algumas figuras, por algumas marcas – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias”*.

Para o autor as representações sociais podem ser concebidas como algumas das respostas que as coletividades dão aos seus conflitos, divisões e opiniões manifestadas distintamente, constituindo uma força reguladora da vida cotidiana e coletiva, pois é no centro das representações e dos imaginários, que o problema da legitimação do poder e da afirmação dos grupos se encontra. Para Pommer (2009: 46), aqueles grupos que conseguem definir os canais de representação, inclusive a interpretação atribuída ao passado, também detém o poder de impor a visão e a divisão do mundo social que melhor lhes convém. Por isso, as representações sociais tornam-se produzidas através dos discursos, sejam eles orais ou escritos. Chartier acrescenta ainda que:

[...] a fusão entre as informações e valores faz com que as representações sociais se constituam numa força unificadora que suscita a adesão dos indivíduos a um sistema de valores, de práticas discursivas, intervindo nos processos de interiorização e, muitas vezes, levando-os a uma ação comum (CHARTIER, 1988: 67).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Notadamente, existe uma relação entre as representações sociais e o poder, ou melhor, os grupos que o detêm ou querem detê-lo, de forma que, como afirmam Maria Helena Capelato e Eliana Dutra (2000: 229) *“o poder se dá representações, produz representações de linguagem e imagem”*. Atualmente, na Nova História política, já não se fala mais em poder, e sim em poderes, pois Falcon (1998: 75) nos diz que *“este se revela nas mais diversas esferas e locais históricos como família, escola, asilos, prisões, hospitais etc.; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social”*.

Dessa forma, o poder passa a ser associado a diversas práticas discursivas fazendo-se representar não só pelo político, mas pelo imaginário social, pela memória coletiva, pelas mentalidades. Já as representações atuam no sentido de legitimar o poder dos grupos quando estes conseguem fazer com que essas representações atuem no imaginário coletivo das sociedades por meio de seus discursos e símbolos. Dessa forma, conforme Capelato e Dutra, as representações possuem um duplo efeito:

Os dois efeitos da representação, seu duplo poder – a **saber: o efeito de presença, que “em lugar da ausência e da morte” torna de novo e imaginariamente presente alguém** ou qualquer coisa, e o efeito de sujeito, qual seja, o poder de instituir, autorizar e legitimar seu próprio sujeito de representação -, são responsáveis pela natureza compartilhada da representação e do poder (CAPELATO; DUTRA, 2000: 230).

Outro aspecto relevante é a relação entre o passado e o presente através das diferentes interpretações que os grupos fazem do passado a partir do presente. Neste caso, as representações produzidas por estes grupos estarão condicionadas a concepções, convicções e opiniões baseadas no tempo presente. Pommer (2009: 28) acredita que qualquer concepção de passado pode ser sugerida para dar autenticidade às ações desenvolvidas no presente, o que acaba sendo feito através da reificação da história do grupo. Principalmente no que diz respeito às ações políticas do passado, as representações serão produzidas no



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

presente de acordo com a realidade que se apresenta no momento, baseada em interesses individuais ou coletivos. Pommer (2009: 28) ainda destaca que: ***“O passado se configura, conseqüentemente, a partir de limites representativos definidos pelas condições do presente, pelas condições das ações dos grupos humanos no seu tempo”***. Desta forma, Brum (2006: 15) coloca que o passado é revivido e posto em atuação por meio da produção de representações sobre ele, e acaba por colocar em evidência a definição de espaços e lugares sociais e a dinâmica da criação de imaginários e construção de identidades individuais e grupais.

As representações sociais ampliaram-se como objeto de estudo a partir da corrente historiográfica da Nova História, apesar de terem encontrado seus precursores ainda na Escola dos Annales. Baseados em uma abordagem das mentalidades, historiadores como March Bloch, buscaram grande contribuição da sociologia de Émile Durkheim, mais do que da psicologia, para ter acesso ao estudo do mental. Dosse (1992: 85) considera que: ***“Lucien Febvre, que é muitas vezes apresentado como o iniciador da história das mentalidades, não será aquele que terá mais herdeiros”***. Conforme Jacques Le Goff e Pierre Nora:

O nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento é o que César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas, têm em comum. A história das mentalidades é para a história das idéias o que a história da cultura material é para a história econômica (LE GOFF; NORA, 1976: 71).

Neste contexto, os estudos da mentalidade inserem-se em discussões com outras ciências humanas e situam-se em abordagens individuais e coletivas, que tratam não apenas dos protagonistas, mas também daqueles que são denominados marginalizados da História. Le Goff e Nora (1976: 73) ainda



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

destacam que a mentalidade “*designa a coloração coletiva do psiquismo, a maneira particular de pensar e de sentir de um povo, de um certo grupo de pessoas etc*”. Dessa forma, apresentam-se como formas de pensar e de sentir a produção de representações sociais por parte dos grupos que integram as sociedades. Buscando abordar e compreender estas representações, tomando como pressuposto a História das mentalidades, os historiadores dos Annales e da Nova História passaram a privilegiar estes estudos, quebrando com um paradigma baseado em assuntos políticos e econômicos. De acordo com Roger Chartier:

Ao renunciar, de fato, à descrição da totalidade social e ao modelo braudeliano, que se tornou intimidador, os historiadores tentaram pensar os funcionamentos sociais fora de uma partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades (econômicas, sociais, culturais, políticas) e sem que fosse dada primazia a um conjunto particular de determinações (fossem elas técnicas, econômicas, ou demográficas). Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nos meandros das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles (CHARTIER, 2002: 71).

Deve-se ressaltar que ainda existe a definição de representações sociais a partir dos estudos da psicologia social e da sociologia, entretanto, não é nossa proposta utilizar o conceito a partir de autores que escrevem nesta perspectiva, notadamente Serge Moscovici e Émile Durkheim. Dialoga-se e utiliza-se como principal referência o conceito de representação social proposto por Roger Chartier por ser ele o que melhor se adapta a ideia de construção social do patrimônio cultural.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

2. A construção social do patrimônio cultural

Atualmente, os estudos referentes ao patrimônio cultural têm sido desenvolvidos no âmbito acadêmico, apesar de a área relacionada ao patrimônio ainda estar em fase de implantação em termos de cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Assim, se fazem necessárias novas abordagens sobre os diferentes aspectos relacionados ao patrimônio cultural, especialmente em relação aos significados atribuídos e os usos que se tem feito das diferentes expressões patrimoniais, além de verificar também, como esse patrimônio é representado por grupos sociais que nele têm algum tipo de interesse. O patrimônio cultural é algo criado, representado e utilizado com alguma intenção pela sociedade, e são esses aspectos que tornam o conceito de patrimônio cada vez mais abrangente e também suscetível a novas interpretações e definições.

A evolução da concepção do que é patrimônio cultural faz parte de um processo de construção social do conceito e das mais variadas expressões patrimoniais que surgiram entre diferentes grupos sociais através de suas manifestações culturais. Esta evolução do que é, representa e como pode ser utilizado o patrimônio cultural da sociedade em suas múltiplas especificidades, esteve vinculada e ainda vincula-se aos interesses momentâneos de grupos sociais e instituições que perceberam não apenas o valor cultural, ideológico ou político do patrimônio, mas também, o seu valor monetário. Meira (2004:13) afirma que depende dos valores da sociedade em seus diferentes momentos a definição do que vai se constituir em patrimônio cultural

De acordo com Funari e Pelegrini (2006: 11), o conceito de patrimônio surgiu no âmbito privado do direito de propriedade, ligado aos interesses da aristocracia. A partir dos tempos modernos a palavra patrimônio teve o seu significado ampliado, passando a abarcar os bens e conjuntos de bens naturais e culturais de importância reconhecida para os grupos sociais, como forma de proteger e preservar o passado. Em função disso, Dias (2006: 69) destaca que o patrimônio passou a ser identificado com o passado histórico e seu valor artístico exaltado, principalmente pelos renascentistas.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Warnier (2000: 99) acredita que a noção moderna de patrimônio foi articulada em um momento de confrontação entre práticas progressistas e individualistas, por um lado, e a relação ancestral com a herança comum, por outro. Para o autor, a Revolução Francesa representa esse momento. Dias (2006: 70) destaca que houve um aumento significativo de museus pela Europa e as estas instituições ganharam função política, fortalecendo os recém criados Estados Nação, apresentando um valor simbólico significativo na construção da identidade nacional. O próprio Estado se encarregou de ampliar os significados do que é patrimônio e utilizando-os conforme seus interesses. Como nos diz Warnier (2000: 100 - 101), ***“a noção moderna de patrimônio originou-se diretamente desta aventura europeia e, em toda a Europa, impôs políticas do patrimônio conduzidas por órgãos públicos”***.

Neste contexto, dinamizar o conceito de patrimônio e popularizá-lo se tornou uma das metas dos Estados interessados em concretizar o ideal de comunidade nacional. Canclini (2003: 162) destaca que ***“o patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus”***. A criação destas expressões patrimoniais citadas pelo autor foram intensificadas e fizeram parte de um empreendimento institucional que visava monumentalizar o passado. De acordo com as ideias de Funari e Pelegrini (2006: 15) ***“o surgimento dos Estados Nacionais era o que faltava para desencadear uma transformação radical no conceito de patrimônio”***.

Lemos (1981: 21) explica que o patrimônio cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo alterações constantemente. Meira (2004: 15) afirma que ***“como muda a sociedade e mudam os seus valores, o que é considerado patrimônio cultural se modifica, é construído e reconstruído permanentemente”***. Ambos os autores acreditam que o patrimônio cultural passa por transformações em seus significados e nos usos que dele serão feitos de acordo com interesses de determinados grupos sociais.

Através desses inúmeros usos que se fazem do patrimônio cultural é que ele permanece suscetível a novas mudanças em termos conceituais e de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

reconhecimento do que é ou pode vir a ser expressão patrimonial. Funari e Pelegrini (2006: 10) destacam que o que é patrimônio para uns nem sempre o é para outros. Existe diversidade de pontos de vista, interesses e ações em relação ao patrimônio e as opiniões sobre ele é resultado dessa diversidade. Assim como mudam os valores sociais, também mudam as interpretações dos grupos sobre o patrimônio.

Dias (2006: 78) afirma que um patrimônio é essencialmente histórico, sofrendo os seus significados reinterpretações constantes em função de realidades socioculturais específicas do presente. Isso faz com que as manifestações ou bens patrimoniais sejam selecionados por apresentarem qualidades consideradas passíveis de preservação, enquanto outros são excluídos.

Nesse contexto, muitas expressões do patrimônio cultural, sejam elas materiais ou imateriais, são adequadas aos interesses de instituições e grupos sociais que percebem a importância social e cultural desses bens e, mais do que isso, sabem também de sua importância política e econômica. Obviamente, o bem patrimonial tem de estar em consonância com os objetivos daqueles que manifestam interesse em utilizá-lo e isso faz com que alguns bens sejam destacados em detrimento de outros. Arantes (1984: 09) destaca que o interesse **pela “defesa do passado” está relacionado à construção do ambiente e isso faz** com que exista uma intensa luta política em que grupos sociais diferentes disputam espaços e recursos naturais, além de concepções ou modos particulares de se apropriarem simbólica e economicamente desses espaços.

As disputas ou interpretações distintas colocam em jogo o que é ou não patrimônio para uns e para outros, contribuindo para que o conceito de patrimônio cultural seja constantemente reconstruído e os bens que o compõem construídos socialmente. Segundo Reinaldo Dias:

O processo de qualificação de um bem patrimonial mobiliza vários atores, que representam grupos sociais, os



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

quais manifestam, por ele, interesses diversos. Alguns buscam consolidar sua dominação política ou ideológica; nesse caso, tais bens podem até ser criados com esse fim. Outros buscam tão somente a afirmação de sua existência como cultura distinta e o fazem por meio do acúmulo de um capital simbólico, que tem o patrimônio cultural como um dos seus elementos mais significativos, por representar sua continuidade histórica, a fim de constituir um referencial que reforça sua identidade cultural (DIAS, 2006: 79).

As manifestações ambíguas em relação ao que é ou não patrimônio, estimuladas por grupos sociais distintos e que constroem e reconstroem o que é patrimônio cultural em suas múltiplas expressões materiais e imateriais, se fez presente no processo de criação do Memorial Coluna Prestes de Santo Ângelo. Grupos sociais com interpretações diferentes em relação à história da Coluna Prestes⁴ e da trajetória política de Luiz Carlos Prestes manifestaram-se em relação à criação de um Memorial que reunisse objetos, fotos e documentos da marcha que percorreu o Brasil e que teve na cidade de Santo Ângelo acontecimentos relevantes.

Através da produção de representações sociais, esses grupos procuraram legitimar suas opiniões em relação à efetivação do projeto de criação do Memorial Coluna Prestes, construindo-o socialmente como expressão do patrimônio cultural santo-angelense e passível de ser preservado, ou, como algo a ser desconsiderado em termos de patrimônio.

Segundo Canclini (1999 apud Dias, 2006: 83 - 84), o patrimônio cultural deve ser analisado como um espaço, não apenas de unidade, mas também de disputas materiais e simbólicas entre classes, etnias e grupos sociais. Esse é um dos principais elementos que possibilita a constante construção e reconstrução do que é o patrimônio cultural da sociedade, visto que, esse patrimônio, em

⁴ Movimento político militar que percorreu o Brasil durante dois anos e três meses, entre 1924 e 1927, protestando contra os governos dos presidentes Artur Bernardes e posteriormente Washington Luis (PRESTES, 1995: 23).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

alguns casos, como na formação dos Estados Nacionais, foi idealizado para que fosse coletivo, mas na verdade não o é.

O patrimônio definitivamente não é coletivo, pois corresponde as especificidades de diferentes grupos sociais no tempo e no espaço da sociedade. Cada um desses grupos sociais possui os seus patrimônios, sejam eles reconhecidos coletivamente ou não e, mais do que isso, esses grupos sociais produzem, constroem novos patrimônios na medida em que suas identidades culturais passam por transformações. Nesse contexto, Llorenç Prats define o patrimônio cultural como uma construção social, pois:

Não existe na natureza, não é algo dado, nem sequer um fenômeno social universal, já que não se produz em todas as sociedades humanas nem em todos os períodos históricos; também significa, correlativamente, que é um artifício, idealizado por alguém (ou no decurso de algum processo coletivo), em lugar e momento, para uns determinados fins, e implica, finalmente, que é ou pode ser historicamente mutável, de acordo com novos critérios ou interesses que determinem novos fins em novas circunstâncias (APUD DIAS, 2006: 82).

Tratadas as questões relacionadas às representações sociais e os modos de construção social do patrimônio cultural, abordaremos de maneira específica o caso do Memorial Coluna Prestes de Santo Ângelo, verificando como foi representado e construído ou desconstruído como expressão do patrimônio cultural.

3. As representações sociais acerca do Memorial Coluna Prestes que o (des)constroem socialmente como patrimônio cultural

A cidade de Santo Ângelo, localizada na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul possui um Memorial em homenagem a trajetória da Coluna Prestes, pois tal movimento que marcou a história brasileira teve articulações



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

organizadas e lideradas por Luiz Carlos Prestes no município, principalmente no ano de 1924.

A partir do ano de 1995, o então prefeito da cidade de Santo Ângelo, Adroaldo Loureiro, juntamente com uma equipe de colaboradores liderada pela, à época, coordenadora do Museu Municipal de Santo Ângelo, Gládis Pippi Tavares, passou a idealizar um Memorial em homenagem a Coluna Prestes no município. É a partir desse momento que começam a serem produzidas representações sociais de grupos que se manifestam a favor e contra o projeto, o que veio a se refletir em um processo de construção e desconstrução do Memorial Coluna Prestes como expressão do patrimônio cultural santo-angelense, principalmente em uma cidade em que as principais expressões de patrimônio cultural estavam e estão relacionadas ao passado missionário Jesuítico – Guarani.

Houve representações ambíguas em relação ao projeto de implantação do Memorial em homenagem a Coluna Prestes muito em função da resistência por parte de alguns grupos políticos em relação às ações políticas de Luiz Carlos Prestes. Tal contrariedade se expressou em visita realizada por Prestes a Santo Ângelo no ano de 1984 quando foi encaminhado a Câmara de Vereadores do município, pedido de concessão do título de Cidadão Honorário Santo-Angelense à Luiz Carlos, o qual foi negado. Sobre o fato, José Carlos Sebe Bom Meihy e Glauber Cícero Biazio destacam:

[...] a Câmara de Vereadores, durante a estadia de Prestes na cidade, havia lhe negado o título honorário de cidadania. Por um voto, informava uma notícia, a petição idealizada pela vereadora Denise Galeazzi e encaminhada, a seu pedido, pelo vereador Adroaldo Mousquer Loureiro, não tinha conseguido aprovação, tendo recebido dez votos favoráveis, nove contrários e uma abstenção (MEIHY; BIAZO, 2004: 15).

Tal acontecimento expressa o quanto existia em Santo Ângelo certa resistência em relação à figura política de Luiz Carlos Prestes, o que se refletiu



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

de forma evidente na contrariedade de alguns grupos santo-angelenses em relação à implantação do Memorial Coluna Prestes. De acordo com depoimento do Prefeito de Santo Ângelo na época da idealização e efetivação do projeto do Memorial, Adroaldo Loureiro:

[...] embora a resistência a Prestes já esteja amenizada na cidade, não podemos esquecer que Santo Ângelo tem um foco de conservadorismo grande. Mesmo quando eu fui prefeito e criei o memorial e o monumento projetado por Oscar Niemayer, tive uma oposição muito grande [...].⁵

A partir da implantação do Memorial Coluna Prestes é que se desenvolveu o processo de produção de representações sociais que o construíram ou desconstruíram socialmente como expressão do patrimônio cultural do município de Santo Ângelo. Pesquisando principalmente em periódicos de grande circulação no município é que constatamos a existência destas representações distintas.

Aqueles que se posicionaram a favor do Memorial produziram representações sociais que o caracterizavam como uma grande ferramenta para o desenvolvimento cultural e econômico de Santo Ângelo, pois seria capaz de rememorar a trajetória da Coluna Prestes na cidade e promover o desenvolvimento do turismo. Dessa forma, segue a seguinte representação:

Santo Ângelo demorou para acordar e marcar o seu nome nessa passagem histórica da vida nacional. Porém, em 1996, através da iniciativa arrojada do ex-prefeito Adroaldo Loureiro, foi inaugurado o Memorial da Coluna Prestes, com dois monumentos e um museu. [...] O Memorial não é somente um marco a respeito do fato de que a Coluna Prestes partiu de Santo Ângelo, mas também

⁵ Arquivo de Entrevistas do Centro de Cultura Missioneira (CCM). - Depoimento oral concedido por Adroaldo Mousquer Loureiro à Claudete Boff e Dione Mello Lenz, em 06/11/1998.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

já se tornou um dos principais pontos turísticos da nossa cidade, provando o acerto de sua realização.⁶

Entretanto, com uma tomada de posição e representações produzidas desfavoráveis ao Memorial Coluna Prestes, principalmente tendo como base a atuação política de Luiz Carlos Prestes em sua trajetória frente ao PCB, a qual julgavam incompatível com suas ideologias e orientações políticas, outro grupo santo-angelense, aqui caracterizado pela ideia de um apenas um autor, produziu a seguinte representação:

Para vergonha e repúdio da nação, o nome de Luiz Carlos Prestes, covarde assassino e vendilhão de sua pátria, é dado a logradouros públicos, por indicação de autoridades executivas ou de políticos levianos e oportunistas, sem o menor sentimento de patriotismo. Certamente, desconhecem a verdadeira história ou esposam ainda filosofias sanguinárias e ditatoriais. Em nossa querida capital missioneira, usamos e veneramos o nome e a figura de Prestes, para fins turísticos, com o argumento de que quando iniciou a marcha, hoje denominada Coluna Prestes, este ainda não era militante do comunismo internacional e defendia ideais, digamos, mais patrióticos⁷.

Dessa forma, percebe-se a influência que a ideologia política exerce sobre o modo com que os grupos reconhecem determinadas expressões do patrimônio cultural, levando-os a produzirem representações sobre estas expressões de acordo com suas interpretações e seus interesses.

Especialmente em eventos do passado que geram ambigüidade de concepções entre os grupos, como a Coluna Prestes, ou na discussão sobre a atuação política de Luiz Carlos Prestes, torna-se evidente o embate entre aqueles que aprovam o referenciamento desses acontecimentos e líderes, através da implantação de monumentos, museus ou memoriais e, aqueles que se

⁶ Editorial; *Jornal das Missões*, Santo Ângelo, 07 de janeiro de 1998, p. 02.

⁷ MULLER, Érico. Coluna Recanto do Sabiá – Caderno Cultura. *A Tribuna Regional*, Santo Ângelo, 12 de dezembro de 2009, p. 06.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

opõem por não concordarem e não reconhecerem estes acontecimentos e líderes como passíveis de homenagens.

Em Santo Ângelo, quando se efetivava a criação do Memorial Coluna Prestes como uma nova expressão do patrimônio cultural do município, os grupos interessados em reconhecer o Memorial como patrimônio da cidade tiveram de se valer da produção de representações sociais como forma de legitimar seus interesses e a própria criação do Memorial. A disputa mostrou-se intensa. Conforme o seguinte exposto:

Mais uma vez a oposição volta a tentar desmerecer projetos que visam o desenvolvimento de Santo Ângelo. Desta vez, um colunista critica avidamente a implantação do Memorial à Coluna Prestes em Santo Ângelo, **caracterizando o Projeto de “homenagem ao comunismo”**. Mal sabe o cidadão que o Memorial tem elevado o nome de Santo Ângelo à nível nacional, onde o município recebe manifestações de apoio ao Projeto.⁸

De acordo com as representações daqueles que se mostravam favoráveis ao Memorial Coluna Prestes, além de desmerecer o projeto de implantação do local, o grupo que se manifestava contra o projeto colocou em dúvida os recursos utilizados para a implantação do empreendimento. Porém, não demorou para que a contra-resposta por parte dos idealizadores do projeto também ganhasse as páginas dos jornais. Exemplo disso, encontra-se em artigo de autoria de Gládis Pippi Tavares envolvida com a criação do Memorial, publicado no periódico ***Jornal das Missões***. De acordo com ela:

[...] Felizmente acabaram-se os negros anos em que a nossa história era enterrada e pisoteada por mentalidades que não compreendiam que, a exemplo de países mais desenvolvidos, a necessidade cultural de um povo caminha lado a lado com outras necessidades básicas, porém, para quem se empenhou de corpo e alma para que o Memorial

⁸ Editorial; ***Jornal das Missões***, Santo Ângelo, 25 de novembro de 1995, p. 02.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

fosse implantado, dói ouvir (ler) verdadeiras aberrações que algumas pessoas, de forma deturpada tentam passar para a população, e não por acaso são os mesmos herdeiros políticos daqueles mesmos anos de censura e pobreza cultural.⁹

Neste contexto, percebe-se que os opositores do projeto na sociedade santo-angelense produziram representações sociais contra a implantação do Memorial Coluna Prestes em 1996, novamente baseados na atuação política de Luiz Carlos Prestes no PCB. Sobre a dúvida com relação aos recursos do empreendimento colocadas em questão por este grupo, a autora do artigo rebate, afirmando o seguinte:

A verdade (e isto pode ser comprovado) é que o Memorial, como um todo, teve um custo real de R\$ 77.190,88, dos quais R\$ 60.000,00 foram doados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, divididos em duas partes, R\$ 30.000,00 para o Monumento (que teve um custo real de R\$ 44.500,00) e o restante para o Museu do Memorial, já que a outra obra escultórica foi doado pela FUNDIMISA, restando R\$ 17.190,88 para a prefeitura.¹⁰

Evidencia-se o embate entre grupos do município de Santo Ângelo interessados em representar o Memorial Coluna Prestes, ora como uma ferramenta de desenvolvimento cultural e econômico para a cidade e região, sendo relevante o seu reconhecimento como elemento integrante do patrimônio cultural local, ora como uma homenagem ao comunismo, com uma conotação pejorativa e contra o local. Em ambas as posições, pode-se inferir e verificar o modo como as representações sociais influenciam o processo de construção social do patrimônio cultural, pois é a partir destas representações que novas interpretações e o próprio modo como determinadas expressões de patrimônio são reconhecidas, se transformam e se constroem socialmente.

⁹ TAVARES, Gládis Pippi. Memorial coluna Prestes: a realidade. Coluna Opinião - *Jornal das Missões*, Santo Ângelo, 03 de maio de 1997, p. 08.

¹⁰ Ibid.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Considerações finais

Alguns dos elementos que constituem o patrimônio cultural podem ser considerados representações simbólicas construídas a partir de interesses de grupos sociais. Entretanto, cada elemento patrimonial pode assumir um significado diferente para os diversos grupos integrantes da sociedade, os quais se identificam, ou não, com determinadas expressões de patrimônio. Por conseqüência, Dias (2006: 91) afirma que ***“há uma tendência, cada vez mais acentuada, de considerar o patrimônio como uma construção social, ou seja, como algo dinâmico, enraizado no presente, a partir do qual se reconstrói, seleciona e interpreta o passado”***.

O patrimônio cultural pode ser construído socialmente a partir da produção de representações sociais de diferentes grupos com o intuito de influenciar demais grupos sociais que compõem a sociedade. Estas representações também são produzidas com base em interesses, sejam eles políticos ou econômicos.

No caso do Memorial Coluna Prestes de Santo Ângelo, foram produzidas representações com base na história da Coluna Prestes no município e na trajetória política de Luiz Carlos Prestes. Assim, os grupos interessados no uso político, econômico e cultural do Memorial produziram representações a favor, caracterizando este local de memória como elemento do patrimônio cultural santo-angelense. Já os opositores do Memorial, baseados em ideologias políticas distintas daquela seguida por Luiz Carlos Prestes em sua trajetória política, produziram representações contra o Memorial, não o reconhecendo como expressão do patrimônio cultural do município de Santo Ângelo. Assim, houve a construção e a desconstrução social do Memorial Coluna Prestes enquanto expressão do patrimônio cultural, demonstrando a importância que as representações sociais têm para que diferentes expressões do patrimônio cultural sejam reconhecidas pelas sociedades em que estão inseridas.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Com isso, os grupos que definem o modo como as expressões do patrimônio serão representadas possuem a capacidade de construir socialmente estas expressões de acordo com seus interesses. Com o Memorial Coluna Prestes de Santo Ângelo, isso não foi diferente.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Antonio Augusto (org). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRUM, Ceres Karan. **Esta terra tem dono: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloisa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000.
- CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1988.
- _____, Roger. O mundo como representação. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DOSSE, François. **A história em migalhas – dos annales à nova história**. 3 ed. Tradução de Dulce A. Silva Ramos. – Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992.
- FALCON, Francisco. **História e poder**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos.** Tradução de Terezinha Marinho. – Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. **O retorno de Luiz Carlos Prestes a Santo Ângelo.** Santo Ângelo: Ediuri, 2002.
- MEIRA, Ana Lúcia. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes: uma epopéia brasileira.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 1995.
- POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missioneirismo: história da produção de uma identidade regional.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.
- WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura.** Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2000.
- Editorial; *Jornal das Missões*, Santo Ângelo, 07 de janeiro de 1998, p. 02.
- MULLER, Érico. Coluna Recanto do Sabiá – Caderno Cultura. **A Tribuna Regional**, Santo Ângelo, 12 de dezembro de 2009, p. 06.
- Editorial; *Jornal das Missões*, Santo Ângelo, 25 de novembro de 1995, p. 02.
- TAVARES, Gládis Pippi. Memorial coluna Prestes: a realidade. Coluna Opinião - *Jornal das Missões*, Santo Ângelo, 03 de maio de 1997, p. 08.
- Arquivo de Entrevistas do Centro de Cultura Missioneira (CCM). - Depoimento oral concedido por Adroaldo Mousquer Loureiro à Claudete Boff e Dione Mello Lenz, em 06/11/1998.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

DOS TRATADOS DE 1851 À INVASÃO DE 1863: CONEXÕES BRASILEIRAS NO ESTADO URUGUAIO

Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)

O encaminhamento final da Guerra Grande possibilitaria que o Uruguai conhecesse um período de relativa normalidade, cuja tônica, no que diz respeito às suas relações internacionais, foi a contínua influência brasileira, apoiada diplomaticamente nos acordos de 1851.

Referindo-nos brevemente ao conteúdo dos Tratados de 1851, podemos resumi-los da seguinte forma:

O *Tratado de Aliança*, de fato consagrava o direito de intervenção brasileira nos assuntos internos do Uruguai, quer solicitada por este, quer quando fosse conveniente aos interesses do Brasil.

O *Tratado de Extradicação*, comprometia ao Uruguai devolver os escravos brasileiros fugidos. A fuga de escravos para o território oriental recrudescera a partir de 1842, quando foi abolida a escravidão naquele país. Principalmente em função da fronteira aberta com o Rio Grande do Sul a fuga para o país vizinho foi o meio de rebelião preferido pela escravaria gaúcha.

O *Tratado de Prestação de Socorros*, configurava a dependência financeira do Estado Oriental na medida em que, em troca de um subsídio mensal ao governo uruguaio este outorgava em garantia suas rendas aduaneiras.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

O *Tratado de Comércio e Navegação*, mantinha isento de impostos o charque oriental enviado pela fronteira terrestre rio-grandense, mas, em compensação, o Uruguai deveria abolir os impostos incidentes sobre a exportação de gado em pé para o Rio Grande. De fato o Uruguai convertia-se em reservatório de gado para o Império, prejudicando sua própria indústria saladeril. A cláusula continha também o direito de navegação comum do rio Uruguai e seus afluentes, concedendo ao Brasil o **status** de nação mais favorecida.

O *Tratado de Limites*, estabelecia como limite o rio Cuareim e concedia ao Brasil a navegação exclusiva na lagoa Mirim e rio Jaguarão. Isto significava a renúncia definitiva ao território das Missões orientais que, de acordo com o tratado de 1777, eram possessão espanhola.

A assinatura dos Tratados causou enorme polêmica no Uruguai, sendo motivo de permanente acusações entre blancos, que os consideravam atentários à soberania nacional, e colorados, que argumentavam que os tratados apenas tinham oficializado um situação que já existia de fato. Enfim, a fixação dos limites com o Brasil e a ingerência brasileira na política uruguaia por muito anos, foi o preço pago pelos orientais pela intervenção do Império na luta contra Rosas. Na balança de poder entre o Império e o caudilho argentino, o governo oriental optaram por voltar-se para o primeiro, considerando que "com aquele sempre seria possível chegar a acordos, em troca com Rosas, é impossível a sobrevivência da República."¹

Para os uruguaiois os tratados celebrados em 1851 deixariam marcas indeléveis entre os dois países, porque frutos de uma situação difícil para o povo oriental, como bem traduz o exposto abaixo:

¹ AROCENA, Henrique Olibera. *Evolución y Apogeo de la Diplomacia Uruguaya (1828-1848)*. Montevideo: Palacio Legislativo, 1984, p. 68.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Foi um fato doloroso para a relação entre ambas nações vizinhas por mais de meio século, que ensinou que as promessas de amizade não são desculpa ante a responsabilidade contraída em um tratado, prejudicial e oneroso, imposto pela angústia.²

O poder do Império sobre o Uruguai, no entanto, não provinha somente das circunstâncias que determinaram os acordos firmados em 1851. Já em 1845, o deputado paulista Silva Ferraz em discurso no Parlamento, apontava para uma realidade que transcendia as relações diplomáticas entre ambos os países. A este propósito, dizia o deputado:

Veja senhores que tendes uma idéia equivocada do poder do Império e seus recursos. Creeis que ali na linha divisória material do Jaguarão é onde termina o império de nossas leis e se passa ao território que se diz República Oriental, vai-se encontrar um povo completamente distinto. Porém felizmente não é assim. Ao cruzar o outro lado do Jaguarão, o traje, o idioma, os costumes, a moeda, os pesos e medidas, tudo, até o outro lado do Rio Negro, tudo senhores, até a terra, é brasileiro.³

A guerra contra Rosas, que havia desorganizado a produção e trazido instabilidade ao campo, prejudicou muitos interesses de proprietários brasileiros. Entretanto, novamente de posse da influência sobre o vizinho oriental, o governo brasileiro solicitou aos Comandos da Fronteira um levantamento dos estancieiros brasileiros estabelecidos no Uruguai, iniciando um mapeamento da presença nacional naquele território.

² Idem, p. 67.

³ Idem, p. 70.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O comandante da fronteira informou, que por volta de 1850, que havia 35 nomes de fazendeiros, no conjunto proprietários de 342 léguas quadradas, somente na região adjacente à Lagoa Mirim e Chuí. O comandante de Jaguarão apresentou a relação de 154 estancieiros estabelecidos nos atuais departamentos de Treinta Y tres e Cerro Largo; o de Bagé apresentou 87 nomes pertencentes ao departamento de Tacuarembó, entre eles, o de Carlos Silveira, pai de Gaspar Silveira Martins; e na fronteira de Quaraí e Missões havia uma lista de 238 proprietários.

A penetração brasileira, notadamente de gaúchos, na área oriental foi estimulada, em grande parte, pela queda do preço das terras. Muitos proprietários orientais, arruinados durante a Guerra Grande, foram obrigados a vender suas estâncias, avaliadas em cerca de três mil pesos uma área correspondente a dois mil hectares, antes da guerra, e após a mais ou menos mil e duzentos pesos. Valendo uma terça parte do seu valor, a terra foi uma presa fácil para os compradores do outro lado da fronteira, que estimava-se possuírem uma extensão de 1782 léguas quadradas, ou seja, quase 1/3 do território nacional.⁴

Alarmado com o expressivo número de proprietários brasileiros nas terras ao norte do Rio Negro, o governo uruguaio propôs, em 1861, um projeto de colonização das fronteiras terrestres nacionais. Discutido o projeto na Câmara, o deputado uruguaio García Sienra apoiava o mesmo, baseado nos seguinte argumento:

*Eu não encontro outro caminho para salvar
nossa independência que estabelecer colônias nas
fronteiras, custe o que custar. Não me importa o*

⁴ NAHUM. Op. cit., p. 104.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

custo, não me importa a concessão. Se queremos ser orientais, se queremos ser independentes, é necessário fazer sacrifícios.⁵

Manifestando-se no mesmo sentido, o deputado Dias colocava:

É notório que nossas autoridades não têm império do outro lado do Rio Negro, que mandam exclusivamente as autoridades brasileiras, e que os hábitos, os costumes, e até os nascimentos, legitimam-se por meio de atos religiosos para que os indivíduos tenham a cidadania brasileira e não a oriental.⁶

O deputado Diago, ainda agregava à esta discussão:

é ela maior que possa apresentar-se hoje à consideração do Corpo Legislativo, porque depois de longas desgraças que têm gravitado sobre o país, depois que um poder por meio da astúcia e aproveitando-se de nossos erros e desgraças, foi estabelecendo sobre terra uma conquista pacífica, subterrânea, surda, de sapa e mina, nos encontramos hoje, senhores, em uma situação semelhante de Sila golpeando às portas de Roma.⁷

Tão expressiva se tornaria a presença brasileira no Uruguai que, em 1863, numa população de 180 mil habitantes, haveria cerca de 40 mil brasileiros. Não eram gratuitas, portanto, as denúncias acima registradas por parte dos legisladores orientais.

⁵ AROCENA. Op. cit., p. 70.

⁶ Idem, p. 71.

⁷ Idem.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Simultaneamente às medidas adotadas para a colonização oficial das terras públicas junto à fronteira do Rio Grande do Sul, pelo governo de Montevideu, ocorreu, em 1863, a fundação de Rivera, povoado uruguaio em frente a Santana do Livramento, em terras gaúchas. Esta fronteira política deveria, em tese, conter a expansão sócio-econômica, que se deslocava rumo ao sul; porém, Rivera desenvolveu-se como um ativo foco de comércio e de contrabando, vendendo artigos 50% mais baratos do que os vendidos em Livramento e abastecendo, assim, as localidades de Dom Pedrito, Alegrete e Bagé.⁸

Fica evidente que nos departamentos do norte e leste, principalmente a partir da segunda metade do século XIX recrudescer a presença de um vasto contingente de brasileiros proprietários de terra, que chega a superar o número de estancieiros uruguayos. Esta tendência aliás, mantém-se atualmente.

À parte a preocupação oficial, configurou-se na prática uma comunhão entre gaúchos e uruguayos que construíram espontaneamente uma área de interação, um espaço fronteira, que foi decisivo para estreitar as vinculações já existentes, quer seja por interesses econômicos, laços familiares ou características culturais.

Paralelamente a esse movimento de penetração e ocupação dos espaços fronteirizos do norte uruguaio por parte dos rio-grandenses, trabalhava a diplomacia imperial. Premida pelos tratados de 1851, que na prática significam a tutela brasileira sobre a República, a política oriental passou por vários momentos de ingerência direta do Brasil em seu país.

⁸ A esse respeito consultar as obras citadas de Souza e Franco.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Foi assim que, desestabilizado o governo de Giró, o Brasil fomentou a sublevação de Venâncio Flores que, após a morte de Lavalleja, em 1853, e de Rivera, em 1854, tornou-se o único líder do triunvirato que até então governava e solicitou a intervenção brasileira, que efetivou-se mediante um exército de quatro mil homens, assegurando a permanência de Flores à frente do governo até 1856.

A partir de 1860, sobe ao poder o governo de Prudencio Berro (1860-1864), blanco, cuja administração seria o primeiro governo real do Uruguai desde a independência. Junto à sua política de conciliação interna, vão ocorrer algumas singularidades na política uruguaia que atingirão diretamente os súditos imperiais estabelecidos na campanha. Com o propósito de fortalecer a nacionalidade uruguaia, Berro pretendeu reafirmar sobre as fronteiras, sobretudo com o Brasil, o conceito e a vigência da nacionalidade uruguaia. A predominância dos brasileiros, sobretudo rio-grandenses, sobre 30% do território oriental e seus hábitos de solicitar auxílio ao governo brasileiro toda vez que entendiam ser as medidas adotadas pelo governo da República nefastas aos seus interesses, estimulavam o projeto de Berro de ***nacionalizar nuestros destinos***.

Nesta conjuntura insere-se a já citada política de colonização das fronteiras, cujo objetivo precípuo era o de frear a penetração brasileira no solo oriental, mas que não obteve resultados significativos reduzindo-se, praticamente, à fundação de Rivera.

Outra medida tomada durante este período foi a da aplicação efetiva da lei que havia abolido a escravidão no território oriental, em 1842, uma vez que os estancieiros gaúchos burlavam a lei, trazendo sistematicamente do Brasil escravos para trabalharem em suas estâncias com o título de ***colonos***, numa competição desleal para com os estancieiros uruguaios que tinham dificuldade



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

na captação de mão-de-obra livre. Sentindo-se feridos em seus interesses, os gaúchos instalados no solo oriental, apelaram ao governo imperial para que intercedesse em seu favor.

Berro, nesse rol de medidas, decidiu não renovar o Tratado de Comércio e Navegação de 1851 e tratou de estabelecer um imposto sobre o gado em pé que passava ao Rio Grande até aí isento de tarifa, como forma de proteger a indústria saladeril uruguaia. A medida, da mesma maneira que a anterior, provocou inúmeros protestos dos estancieiros rio-grandenses que possuíam terras de um e de outro lado da fronteira.

Outra atitude do governo oriental com a finalidade de coibir o ingresso de brasileiros na República e que afetou diretamente os interesses gaúchos na fronteira, foi o aumento da contribuição direta que pagavam as terras e o gado, tributando pela primeira vez a classe dos proprietários de terra.

Todas estas medidas levantaram a oposição dos grandes estancieiros rio-grandenses da fronteira, que levaram suas reclamações ao Rio de Janeiro, solicitando a intervenção do Império junto à República. O governo Berro, no seu entender, tornava-se uma presença incômoda para um setor estrangeiro, de forte poder econômico e respaldado pelo governo brasileiro. Não será estranho que uma revolução contra Berro contasse com o apoio do Brasil.

Em 1863, Venâncio Flores invade o Uruguai na tentativa de derrubar o presidente Berro. Apoiando o levante, os gaúchos haviam organizado verdadeiros bandos militares, tropas irregulares, sob o comando do Barão de Jacuí, um dos melhores auxiliares de Caxias durante a guerra dos farrapos, ele próprio estancieiro lesado pelas desordens da fronteira.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A reação de Montevideú foi imediata, chamando à atenção do governo imperial para que intervisse nos distúrbios. Do Rio partiam ordens às autoridades provinciais para coibir a ingerência dos rio-grandenses no pleito uruguaio. Entretanto, as autoridades da província sulina, cujas necessidades de pessoal para cobrir a linha divisória eram altamente deficitárias, pouco ou nada pôde fazer para coibir a participação dos habitantes da fronteira, que se batiam para que seus interesses fossem preservados.

Representando os estancieiros gaúchos, o General Antônio de Souza Neto foi ao Rio de Janeiro com a incumbência especial de abrir os olhos do governo imperial sobre os perigos da situação e, esclarecer que, caso as reivindicações rio-grandenses não encontrassem apoio por parte do Império, a Província faria sua própria defesa, com seus próprios elementos e combateria o Uruguai, mesmo correndo o risco de uma nova secessão.⁹

Diante da gravidade da situação, em 1864, o deputado José Antônio Saraiva, foi designado para uma missão de entendimento com as autoridades orientais em favor das queixas de seus nacionais, cujos argumentos não sensibilizaram as autoridades orientais convencidas dos propósitos expansionistas do Brasil. O sucessor de Berro, D. Atanásio Aguirre, aprofundou a divergência com o governo brasileiro quanto mais em função do apoio da Marinha imperial à Venâncio Flores, impelida pelos sentimentos predominantes no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro ante as provocações dos orientais e a displicência em encontrar uma solução diplomática para os desentendimentos.

O levante de Venâncio Flores, assim como as demais insurreições caudilhescas que viriam a seguir, era salutar aos negócios das populações

⁹ Ver: CALÓGERAS, P. Op. cit., p. 263.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

fronteiriças, pois eram elas que quanto mais conflagrado estivesse o solo uruguaio, mais chance teriam de ir gradualmente absorvendo territórios.

Com a declaração de guerra ao Paraguai, em 1864, as atenções da querela uruguaio-brasileira seriam momentaneamente desviadas para aquele acontecimento.

As décadas à guerra com o Paraguai seriam caracterizadas pelos custosos esforços de consolidação constitucional e econômica do Uruguai, em meio à uma instabilidade de liderança política difícil de superar.

Por ocasião da insurreição blanca de Timóteo Aparício, em 1871, um combate em Rio Branco, defronte à Jaguarão, atraiu a participação de vários jaguarenses, consagrando uma fórmula que seria comum no restante do século, avalizada pela situação de fronteira viva: a ingerência bilateral nas contendas lá e aqui.

Esse mesmo rumo tomaria Lorenzo Latorre, quando renuncia à presidência do governo oriental e refugia-se também em Jaguarão, em 1880, cidade da qual manteve oposição aos seus sucessores, contando inclusive com certo apoio de políticos do Partido Liberal.

Os reclamos de parte a parte sobre a neutralidade devida por cada país em relação às convulsões políticas internas, praticamente não surtiram efeito, limitando-se à troca de correspondência diplomática e entrevistas ministeriais, que eram facilmente sobrepujadas pela realidade que se impunha de forma cada vez mais consistente: a área de interação na faixa fronteira gaúcha-oriental e os interesses ali estabelecidos faziam-se surdos à qualquer deliberação oficial.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

O papel que o Rio Grande do Sul, alicerçado na sua condição diferenciada no concerto nacional, assumirá após a Proclamação da República, em 1889, reforçará



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

PATRIMÔNIO IMATERIAL NA SALA DE AULA

Anderson da Silva Schmitt

Paola Rezende Schettert ¹

Esse artigo é parte de todo um processo desenvolvido para a disciplina de Estágio Supervisionado III, chegando ao ponto de elaborá-lo notamos o distanciamento do nosso projeto inicial, o que pretendia trabalhar com a Cultura Afro descendente no município de Carazinho-RS. Após uma verificação inicial da temática e as suas reais condições de elaboração do projeto como um todo, demos continuidade a essa idéia inicial, já que ele se apresentava viável, mas por azar ou sorte do destino, se é que isso existe, varias pedras iam se colocando ao nosso caminho, o contato com os representantes do grupo afro da nossa cidade era cada vez mais difícil. Marcávamos reunião para discutir o estudo e sempre poucas horas antes da mesma, ela era cancelada por parte dos representantes do grupo, dessa forma nos encontrávamos em um labirinto, o nosso prazo era curto, restávamos poucas semanas para a entrega do material produzido e não tínhamos nada pronto. Toda a nossa preparação para a produção de um vídeo que seria distribuído na cidade o que detalhava como esse grupo se constituía e qual a importância do mesmo para a nossa história ia se perdendo.

Quase todas as nossas leituras baseadas no movimento afro estavam se tornando inválidas, já que não conseguíamos dar início ao trabalho, toda a estruturação das entrevistas, formulação de questionários, tudo estava perdido, já que pelo tempo que nos restava esse trabalho se tornava impossível.

Não nos restávamos mais esperanças para o nosso projeto, por mais que quiséssemos negar o projeto inicial estava fadado ao fracasso, mas eis que surgiu uma luz no fim do túnel. Quando entramos em contato com a nossa

¹ Acadêmicos do VIII nível do curso de História/LP da UPF.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

professora da disciplina comunicando fatidicamente o fracasso do projeto por forças maiores, a qual ela também ficou triste e inquieta com tudo que ocorrera, nos deu a idéia de trabalharmos com a elaboração de uma cartilha sobre a mesma temática, mas a qual não seria necessário o contato direto e a dependência do grupo afro carazinhense. Inicialmente ficamos um poucos perdidos sem saber o que fazer, mas após uma análise das alternativas (poucas alternativas existentes) tivemos a idéia de trabalhar somente com o Patrimônio Imaterial.

Através de dois modelos de cartilha disponibilizados pela professora, conseguimos ter uma idéia de como essa cartilha poderia ser elaborada. Mas muitas perguntas permaneciam sem respostas, como elaborar essa cartilha? Quais os assuntos em discussão? De que forma abordá-los, tudo isso deveria ser pensando em 20 dias, acredito que essa cartilha só foi possível por estarmos em dois para elaborá-la, uma pessoa dificilmente a faria em tão pouco tempo. Mas essa idéia foi ganhando corpo até chegarmos ao resultado final, que acreditamos estar longe do ideal, mas que consegue cumprir a sua função de ser uma ferramenta nas mãos dos professores para o trabalho na sala de aula no que se refere a Patrimônio Imaterial.

O presente trabalho busca discutir o significado e a importância do Patrimônio Imaterial inserido em sala de aula, os modos de como se pode trabalhar e relacionar conhecimentos com essa temática. Sendo um conteúdo pouco analisado e estudado pelos professores e alunos, mas que tem relevância tanto pelo conhecimento quanto uma forma de identificar indivíduos, dar sentido a práticas sociais, valorizar a história local e de sujeitos.

Através do estudo e sistematização do conteúdo de Patrimônio Imaterial foi construída uma cartilha didática que se distribuiu a professores de história de algumas escolas de Carazinho-RS. Onde nessa cartilha há a possibilidade de englobar outras temáticas, como por exemplo, a história de Carazinho, pois foi através dessa cidade que se buscou elementos de identidade, memória, monumentos para constituírem a cartilha.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Conforme Costa e Castro (2008, p.127), o Patrimônio Imaterial pode ser significado como um conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte integrante de sua cultura, com a característica de transmissão de geração para geração dando sentido de identidade e continuidade em grupos.

Assim, o debate em torno do Patrimônio Imaterial se liga às permanências do passado, às emoções que priorizam a memória, onde as experiências afetivas de um grupo que dão condições para a sua preservação. Para um sentido significativo do Patrimônio Imaterial, a sua continuidade pode ocorrer de geração para geração e diante desse processo há a afetividade, vínculos de um grupo.

Logo, “a permanência dos fatos na memória depende de quanto tem de impacto afetivo” (Bosi apud Costa e Castro, 2008), diante dessa afirmação analisa-se elementos que constituem o Patrimônio Imaterial, para este ter sentido e ser reconhecido deve ter sentido afetivo, identitário, ser um espaço com práticas sociais e com relações complexas, dinâmicas.

Como modo de afirmar-se a relevância do seguinte trabalho é conveniente considerar Carretero et al. (2007, p. 17), onde um dos objetivos da disciplina da história é se dirigir ao campo da socialização, das atitudes e ao terreno da identidade. Onde esse último valor- a identidade está ligada na maneira em que uma nação se vê, a maneira como se diferencia dos outros, se valoriza historicamente através de personagens, acontecimentos do passado. Deste modo compreende-se um sentimento de lealdade ao grupo, de haver uma forma de união e fortalecimento de laços afetivos de um grupo.

Diante dessas considerações sobre os objetivos da disciplina, deve-se complementar que a História tem como seu objeto de estudo o homem suas relações na sociedade, os processos e continuidades sociais; logo o presente estudo e divulgação de uma cartilha para ser utilizada em escolas tentam se caracterizar por aproximar o regional, a identidade, a memória local.

Em relação às preocupações da História se pode citar Carretero et al. :



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A história não se preocupa apenas com o uso atual das lembranças herdadas, mas tem entre seus imperativos ser verdadeira (apoiar-se sobre evidência empírica do passado) e buscar ativamente as lembranças esquecidas, o dar conta de todo o sucedido, descrevê-lo e explicá-lo. Mesmo que descreva situações passadas seu objeto de estudo é a mudança, e o tempo é a dimensão que o sustenta.

Perante esse trecho significativo, a forma de se ‘fazer’ ou de se utilizar da história não se pauta somente em repetir fatos passados, mas sim dar significados a esses, os aproximarem da sociedade, e no caso do seguinte trabalho demonstrar a importância da história, memória e identidade através da conservação e valorização do patrimônio.

Outro fator significativo em relação à cartilha é que esta busca as lembranças esquecidas, tanto no âmbito regional em relação à Carazinho, alguns monumentos que remetem à lembrança, identidade da cidade.

Na cartilha não se focou somente a história local de Carazinho, mas existem outros patrimônios imateriais já registrados de outras regiões do país que discutem o significado de patrimônio imaterial e sua importância, tentando demonstrar aos alunos que terão contato com a cartilha as diferenças regionais, a importância da história, da memória, da identidade para um grupo social se manter.

A cartilha permite desse modo a discussão além da temática de patrimônio imaterial, podem-se discutir as relações de um grupo social e a importância histórica desses para se reconhecerem; fazer relações em frente à história do município de Carazinho-RS e relacionar com a história do estado e do país; os regionalismos brasileiros; o ofício do historiador em relação à pesquisa, entre outras temáticas que o professor pode adaptar à realidade de seus alunos.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Com a ferramenta da cartilha em sala de aulas há a possibilidade de se relembrar de fatos, lugares, imagens, construções antigas (ou de novas construções que estão no lugar de antigas), relembrar, ativar a memória dos alunos para elementos que compõe sua história e que são pouco estudados ou valorizados.

Além de que, como a cartilha não se foca somente no patrimônio material, mas sim também mais no patrimônio imaterial que tem como o intuito ser significativa para essa construção social do indivíduo a maneira de como esse se vê perante a sociedade e sua história.

Uma fonte bastante utilizada para a realização da cartilha foi o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que tem como função o inventário, o tombamento, registro e restauração dos bens culturais considerados de excepcional valor paisagístico, arqueológico, histórico, artístico, documental e arquitetônico.

Na página virtual do IPHAN se encontram explicações acerca do patrimônio cultural brasileiro, os bens que estão em processo de tombamento ou de salvaguarda, notícias recentes sobre bens já tombados ou salvaguardados, ações dessa instituição e o apoio por parte do aparelho público em frente ao IPHAN.

Na cartilha se expõe sobre a criação do IPHAN, a preocupação que existia no início do século vinte com a guarda e conservação do patrimônio nacional e que permanece até hoje a preocupação preservacionista, onde o IPHAN se liga ao Ministério da Cultura. Em frente dessas colocações percebe-se o envolvimento e a regulamentação de órgãos públicos e leis para a conservação patrimonial.

É com essa demanda pelo tema preservacionista de conservar, divulgar, valorizar, dar sentido que se trouxe a discussão através da cartilha, um tema que está em voga e que apesar disso ainda tem a necessidade de se expandir em nossas escolas e para isso deve-se iniciar com os professores.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Como a cartilha se refere mais sobre o Patrimônio Imaterial buscou-se exemplificá-los através de imagens, fotos, vídeos ilustrativos para se tornar mais acessível e atraente aos alunos, além da explicação e texto didático e de fácil compreensão formulado pelos autores da cartilha.

Na discussão sobre o Patrimônio Imaterial é relevante o processo de salvaguarda. Salvaguardar um bem cultural de natureza imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável. É atuar no sentido da melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência.

Para salvaguardar um bem cultural de natureza imaterial este deve ser assegurada a sua continuidade de modo sustentável. Com reconhecimento preciso para a continuidade desse patrimônio imaterial, a maneira mais adequada de dar continuidade a esse, podendo ser um auxílio financeiro a detentores de saberes específicos visando à sua transmissão, como por exemplo, uma organização comunitária ou a facilitação de acesso às matérias-primas.

Com essa explicação se tenta tornar mais compreensível e de forma didática com ilustrações o conteúdo para ser exposto em sala de aula (podendo ser utilizado esse material nos últimos anos do Ensino Fundamental, mas principalmente com o Ensino Médio podendo estabelecer maiores ligações históricas).

De modo geral essa cartilha pode e deve ser encarada com uma ferramenta de apoio ao professor quando falamos de Patrimônio Imaterial, como seria complicado trabalharmos só com o Imaterial, a cartilha contém informações e exemplos de bens material, o que são, qual a sua importância e até mesmo alguns exemplos de bens que poderiam ser tombados em nossa cidade, como algumas casas de remonta o período de emancipação da cidade, deixando de pertencer a Passo Fundo. Algo de inusitado durante a nossa pesquisa relâmpago foi a não existência do livro tombo da cidade.

Entramos em contato com a prefeitura e essa não sabia da existência do material e muito menos se algo existia sobre a temática, realmente é estranho



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

uma cidade do porte de Carazinho-RS não ter nada preservado e muito menos a inexistência do livro tombo e da algum interesse em preservar a memória da cidade.

Como essa discussão se inseriu em nossos lares, afinal de conta em sua maioria os graduandos de História acabam por disseminar os assuntos de estudo nos seus lares, conversando com a namorada do Anderson que é jornalista no Diário da Manhã, um jornal local, que ela fizesse uma matéria a respeito do assunto, tendo grande repercussão no município. De certa forma já víamos algum resultado do nosso trabalho.

Com base na criação da cartilha utilizamos o modelo da cartilha produzida por Carlos Henrique Rangel, o qual no seu trabalho desenvolveu a Cartilha sobre Educação Patrimonial, procuramos criar a nossa cartilha inicialmente no formato PPT, formato esse que é utilizado pelo programa Microsoft Power Point, pelo fato de que a grande maioria dos computadores possui esse programa que é necessário para a visualização da cartilha.

Após aprovação do material pela professora, que consistia em um cd com a cópia da cartilha, como também um questionário de avaliação por parte dos professores que receberam o material.

A cartilha foi entregue em seis escolas e no total de dez exemplares da cartilha, sendo cinco em escolas particulares e seis em escolas públicas, onde todas as escolas receberam esse material na segunda-feira dia vinte de junho de dois mil e onze, mas as quais não nos repassaram o questionário de avaliação do material, alegando vários motivos como: período que abrange um feriado, assim dificulta a entrega pelo pouco tempo dos professores, o esquecimento do professor do material em casa, entre outros. Ao término do trabalho foram distribuídas cartilhas a professores de História do ensino fundamental, os quais nos foram retornados apenas dois questionários. A pouca repercussão da cartilha junto aos professores pode ser atribuída a diversos fatores, como a época em que foi distribuída, ao final do semestre; a ausência dessa temática nos programas escolares, que priorizam os chamados conteúdos formais; o



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

desconhecimento de alunos e professores acerca dos bens patrimoniais locais, enfim, a pouca valorização desse tema nos espaços educativos, nos espaços de gestão municipal e na própria sociedade.

Considerações finais

Essa disciplina nos proporcionou algo extremamente gratificante, que foi a nossa participação com a produção de uma Cartilha sobre Patrimônio Imaterial em nossa cidade. No início tínhamos uma idéia e um projeto completamente diferente do que colocamos em prática, partindo da idéia de trabalharmos com a cultura afrobrasileira em nosso município, a qual o resultado final foi a produção de uma cartilha sobre Patrimônio Imaterial com foco as séries do ensino básico (Fundamental), por termos notado a inexistência desse tema nas salas de aula, assim esperamos com esse material incentivar a discussão dessa temática em sala de aula, afim que os alunos possam ter desenvolvida a sua compreensão e valorização do nosso patrimônio.

Outro resultado fruto desse material é a confirmação de oficinas com data de realização no mês das férias escolas para os professores das escolas municipais, já que entramos em contato com a administração municipal, e essa vai nos ceder o espaço físico para a realização das oficinas, bem com a convocação dos professores municipais para a sua participação.

Por fim, acredito que essa disciplina foi muito bem desenvolvida com ótimos resultados, como o nosso e os trabalhos dos demais colegas, assim podemos trabalhar com a nossa cidade, contando um pouco da sua História e valorizando as suas histórias, costumes e valores. Onde podemos valorizar o que é próximo a nós.

Referências

CARRETERO, Mario; GONZÁLIZ, Maria Fernanda; ROSA, Alberto. *Ensino da História e Memória Coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

CASTRO, Ricardo Vieira Alves; COSTA, Marli Lopes da. *Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

VIANA, Letícia C. R.; TEIXEIRA, João Gabriel L. C. *Patrimônio Imaterial, performance e identidade*. In: **Concinnitas** ano 9, volume 1, número 12, julho 2008.

Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 24 maio 2011.

ANEXO



Cartilha sobre Patrimônio Imaterial

Material produzido pelos acadêmicos do curso de História Licenciatura Plena
Anderson da Silva Schmitt e Paola Rezende Schettert

Questionário de avaliação.

Esse questionário faz parte do processo de avaliação e aperfeiçoamento desse trabalho. Com base na sua análise, solicitamos que responda as perguntas de forma sincera. Desde já agradecemos a sua colaboração.

- 1) Há quanto tempo você é formado(a) em História? _____ anos e _____ meses.
Caso seja formando em outra disciplina,
qual? _____

- 2) Além da formação em História, possui outra formação superior?
() Sim () Não Qual?

- 3) Há quanto tempo você atua com professor(a)? _____ anos e _____ meses.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- 4) Você exerce o magistério em:
- Escolas públicas Estaduais
 - Escolas públicas Municipais
 - Escolas particulares
- 5) Durante as suas aulas você já trabalhou com os alunos sobre Patrimônio Cultural?
- Sim
 - Não
 - Não se lembra
- 6) Durante a sua formação acadêmica (História), você cursou alguma disciplina que incluísse a temática do Patrimônio Cultural?
- Sim
 - Não
 - Muito superficialmente
 - Não se lembra
- 7) Você acredita que esse material fornecido com o questionário pode ser utilizado nas turmas em que você leciona?
- Sim
 - Não
 - Sim, mas com alterações
 - Não, precisa de muitas modificações
- 8) Se sim, em quais séries você utilizaria?
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
-
- 9) Você conhece algum patrimônio cultural da cidade de Carazinho-RS? E qual a sua importância para a cidade?



Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -

10) Gostaríamos que você fizesse um parecer referente à Cartilha sobre Patrimônio Imaterial.

Obrigado pela participação!!!



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

CATOLICISMO CONSERVADOR E DITADURA – APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS NO RECORTE 1960 A 1964

Anderson Jose Guisolphi*

Aspectos da relação entre Igreja e Estado entre 1960 e 1964

As relações entre Igreja Católica e Estado foram e são alvo de curiosidade popular, jornalística e também científica. Neste último campo, há pesquisadores que escolheram seus recortes de pesquisa sobre Igreja e Estado, abarcando desde o período colonial até a história do Brasil recente. No que tange à segunda metade do século XX, há um predomínio de pesquisas apontando as ações de grupos católicos após 1964 como forças de resistência à ditadura militar que fora instalada.

Nas décadas que se seguiram ao fim do regime militar, a historiografia foi povoada por consideráveis produções acerca dos movimentos de resistência à ditadura. Simultaneamente e também agora, porém com menor intensidade, há um olhar de desconfiança nos meios acadêmicos acerca das pesquisas sobre o catolicismo conservador que precedeu ao golpe militar em 1964. Talvez a explicação do descrédito atribuído pelos meios acadêmicos a tais temáticas tenha se originado no fato desses grupos terem apoiado direta ou indiretamente o golpe militar em 1964. Mesmo assim, alguns ousaram pesquisar as origens e influências desses grupos no próprio catolicismo e nos movimentos civis de então.

Alguns pesquisadores que seguem essa linha tornaram-se visíveis na ANPUH/2011, pois houve um grupo temático intitulado: **“Aspectos do tradicionalismo católico”**, com um grupo expressivo de vinte apresentadores. Já

* Mestrando PPGH/Universidade de Passo Fundo. Licenciado em História (UNOESC), Especialista em Arqueologia (URI), Professor do curso de História UNOESC – Xanxerê/SC. Endereço eletrônico: mnemosyne_clio@hotmail.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

outros, se fazem visíveis através de suas dissertações e teses ou publicações de suas pesquisas.

O esforço deste trabalho consiste em apontar num rápido mapeamento, um balanço bibliográfico de alguns pesquisadores do anticomunismo católico no recorte temporal 1960 a 1964, demonstrando os avanços e perspectivas desta temática na pesquisa historiográfica e suas contribuições para o a compreensão dos mecanismos que levaram ao golpe militar de 1964.

O dossiê 40 anos do golpe de 1964

Começamos apresentando o dossiê sobre 1964, da Revista Brasileira de História, publicada em Julho de 2004.¹ Em um balanço bibliográfico o número 47 da RBH, apresenta doze textos sobre 1964. Inicialmente Caio Navarro de Toledo (TOLEDO, 2004, p.13-28) argumenta que o movimento político-militar de abril de 1964 representou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por setores progressistas da sociedade brasileira e, de outro, um golpe contra a incipiente democracia política nascida em 1945.

O autor Jorge Ferreira (FERREIRA, 2004, p.181-212) aponta para a radicalização de diversos grupos de esquerda, reunidos na Frente de Mobilização Popular. O artigo recupera as estratégias de diversos grupos esquerdistas que atuaram no governo de João Goulart.

Ainda na edição número 47 da RBH², Carlos Fico (FICO, 2004, p.29-60) traça um apanhado da historiografia sobre o Golpe de 1964 e confronta algumas questões controvertidas sobre repressão política, censura e outros temas da ditadura militar. Também procura entender os significados do governo Goulart, a fim de avaliar as posições adotadas pelas esquerdas na época do golpe.

Ainda trazem contribuições para a edição, Maria E. Borges (BORGES, 2004, p.303-326) que examina as representações de mundo dos camponeses e suas

² RBH: Revista Brasileira de História.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

lutas pela reforma agrária; Heloísa H. Cardoso (CARDOSO, 2004, p. 163-180) aprecia a trajetória de um típico trabalhador do período, um candango em Brasília. Flávia Biroli (BIROLI, 2004, p. 213-240) trabalha as analogias possíveis entre imprensa e política durante o governo de Kubitschek. Marcos Napolitano (NAPOLITANO, 2004, p.103-126) Dislaine Zerbinatti (ZERBINATTI, 2004, p.61-1020) e Miliandre Garcia (GARCIA, 2004, p. 127-162) respectivamente, refletem sobre as questões culturais do período a partir de temas como a música e os músicos brasileiros, a sátira política e a divulgação cultural engajada.

As contribuições mais significativas para a temática do pré-golpe de 1964 são delineadas por autores como Marcelo Mattos (MATTOS, 2004, p. 241-270). Ele rediscute a relação entre Estado, empresários e trabalhadores organizados no período em questão a partir da dimensão de conflito explicitada nos momentos de greve. O autor apresenta dados numéricos mais completos que os anteriormente disponíveis sobre as características das greves, bem como explora o potencial da documentação policial, aberta à consulta nos últimos anos.

Nas especificidades das relações da Igreja e Estado, Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira (CONDATO, OLIVEIRA, 2004, p. 271-302) investigam o anticomunismo nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade promovida pelo catolicismo conservador; discutem a atuação política dos grupos conservadores que, em São Paulo e no Paraná, apoiaram a intervenção militar de 1964. Ao analisar Marcha da Família com Deus pela Liberdade, concluem que, em Curitiba³, o evento priorizou a luta pelas **“liberdades individuais”**, deixando em segundo plano os valores tradicionais cristãos, diferentemente do enredo seguido em outras cidades.

Por fim o dossiê traz a transcrição de um documento do período pré-golpe, de autoria de San Tiago Dantas (DANTAS, 2004, p.329-338). O

³ Em Curitiba, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi chamada de **“Marcha a favor do ensino livre”**



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

documento transcrito traduz um momento de confuso e tenso do Estado brasileiro, e das ações políticas de San Tiago Dantas, às vésperas do golpe de 1964⁴.

Aspectos do tradicionalismo católico no XXVI encontro da Anpuh

No XXVI encontro da ANPUH realizado em 2011 em São Paulo na USP, houve a proposição de **um simpósio temático intitulado “Aspectos do Tradicionalismo Católico”, proposto por Gizele Zanotto** (Dra. UPF) e Rodrigo Cope Caldeira (Dr. PUC-MG).

Comunicações de pesquisas sobre o catolicismo sempre foram apresentadas em encontros da Anpuh. No entanto, a temática acerca do catolicismo conservador foi inédita no XXVI encontro, embora com consideráveis vinte inscrições de comunicações de pesquisa. O simpósio objetivou discutir questões relacionadas ao denominado tradicionalismo católico pelos vieses teórico-metodológico e/ou empírico.

A idéia, conforme os proponentes foi evidenciar

a fluidez do campo católico brasileiro, em suas múltiplas composições, e avaliamos a importância do conservadorismo católico na configuração teológica, prática, ritual e litúrgica impressa na atuação de grupos, movimentos, ordens, etc., difusas em todas as bases da Igreja Católica Apostólica Romana e mesmo para além desta. O simpósio pretende ser um espaço de socialização de pesquisas que versem sobre questões relativas ao binômio sagrado/profano, formas de crer e vivenciar as práticas religiosas ditas tradicionais, sistematizações doutrinárias conservadoras, organização interinstitucional, interações de crenças e instituições com a sociedade em geral, bem como as formas de utilização de reflexões sobre práticas religiosas tradicionais como responsável por alternativas de negociação e preservação de identidades culturais e religiosas específicas. (CALDEIRA, ZANOTTO, 2011)

⁴ San Tiago Dantas estava com câncer. Sabia que não teria muito tempo de vida, pois os recursos médicos com relação a esse tipo de doença eram muito mais limitados do que na segunda década do século XXI. Faleceu em setembro de 1964 em decorrência dessa doença.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Para os coordenadores, este simpósio visava proporcionar aos pesquisadores do catolicismo ‘espaço de discussão, atualização e problematização conjunta sobre as formas de perceber, analisar e compreender os fenômenos religiosos, em especial, do tradicionalismo católico.’(ZANOTO, CALDEIRA, 2011) Os coordenadores proponentes deste simpósio tiveram a sensibilidade e percepção da importância dos aspectos religiosos na vida dos agentes históricos. Ao mesmo tempo em que emergem pesquisas neste campo, muitas delas isoladas ou com outros vieses e aportes, o Simpósio oportunizou a troca de experiências teórico-metodológicas nas análises historiográficas recentes acerca do catolicismo.

Houveram vinte trabalhos de comunicação de pesquisa inscritos para este simpósio. Vou agrupá-los aqui por cronologia para facilitar a análise, deixando minha área de interesse – o recorte 1960-64, para o final.

ROSA (2011), em sua comunicação ‘A face política da romanização: a Santa Sé como ente internacional’, discute o papel da Santa Sé como um ente internacional, descrevendo e analisando uma parte da sua estrutura organizacional representada pela atuação da Secretaria de Estado e a sua Representação Diplomática no Estado Brasileiro.

Pesquisas sobre o século XIX no simpósio temático número 18

Acerca do século XIX, podemos listar os seguintes comunicantes e pesquisas:

COELHO, Tatiana Costa. Os discursos romanizadores no Brasil durante o século XIX.

Segundo a apresentadora, a comunicação é parte da pesquisa de doutorado na Universidade Federal Fluminense, e faz uma análise no discurso ultramontano dos bispos brasileiros que atuaram no Brasil durante o século XIX, passando pela sua ideia de sociedade, considerada conservadora por diversos estudiosos. Conforme o resumo,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O termo Ultramontano surgiu na França e classificava pensamentos cuja tendência era defender a centralização do poder papal bem como sua infalibilidade. Esses grupos eram tributários dos jesuítas europeus que acreditavam no poder absoluto do Sumo Pontífice e na autoridade da Igreja perante os governos. Muitas correntes eram opositoras dos chamados ultramontanos, embora os estudiosos sempre destaquem a jansenista e a galicista. (COELHO, 2011)

Para a autora, os Bispos ultramontanos criticavam os liberais brasileiros e suas idéias por acreditarem que elas trariam o prejuízo ao Catolicismo em todo o mundo . Os Bispos reformadores seriam aqueles que estavam tentando implantar o ultramontanismo no Brasil, disciplinando o clero e os fiéis. Essa tentativa de disciplinização gerou conflitos apontados na pesquisa pela autora.

Em continuidade às pesquisas do século XIX temos (SILVA, 2011) apontando a importância das Casas de Missão na reestruturação do Catolicismo Brasileiro durante a reforma católica (1850-1950); DIAS, (2011) comunicou sua pesquisa **‘As Estratégias Romanizadoras na Paraíba Católica Tradicional (As Irmandades, a Festa das Neves e o Juazeiro do Pe. Cícero)’**; RODRIGUES (2011), apontou sua produção **“Alceu Amoroso Lima: raízes do conservadorismo católico a partir de Joseph De Maistre e Jackson de Figueiredo”**. Diego Omar da Silveira (SILVEIRA, 2011) discutiu a questão conceitual da **‘boa imprensa’** nas cartas pastorais do Episcopado Brasileiro no século XIX. Ediane dos Santos Nobre (NOBRE, 2011), **discorreu sobre as beatas de Ibiapina no jornal “A voz da religião no Cariri” (1868-1870)**. Patrícia Carla de Melo Martins (MARTINS, 2011) aborda o discurso conservador vigente no Brasil durante a consolidação e apogeu do Império Brasileiro (1841-1879). WANDERLEI (2011) no grupo por mim selecionado do século XIX, apresentou sua comunicação: **‘Religião e Conflito no Sertão Conselheirista: os antagonismos entre o clero da Bahia e Antônio Conselheiro/Canudos (1873-1897)**.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O século XX nas comunicações do simpósio temático n. 18 da XXVI Anpuh

PONCIANO (2011) aborda a expansão da Sociedade do Apostolado Católico no interior brasileiro da primeira metade do século XX: o papel da Igreja Católica na formação de uma cidade. Pesquisa específica sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados-MS no início dos anos 1950.

FREITAS (2011), com a comunicação **‘Leigos e a Igreja Católica em Ribeirão Preto – SP’**, abordou aspectos da presença do laicato na Igreja católica, na cidade de Ribeirão Preto, na primeira metade do século XX, durante o governo do primeiro bispo D. Alberto José Gonçalves por meio de associações de leigos como Congregados marianos, Pia União das Filhas de Maria e Apostolado da Oração.

ARDUINI (2011), **‘De Júlio Maria à Ação Católica: contribuições para a história do laicato católico brasileiro (1901-1947)’**. **Problematiza o conjunto de questões intelectuais prementes que permitiram a um grupo de leigos brasileiros a aproximação com o catolicismo em sua vertente restauradora.** Também aponta interpretações da atuação dos católicos no campo intelectual brasileiro.

LIA (2011). Seu estudo problematiza os ataques aos judeus no Rio Grande do Sul durante a Era Vargas, pelos discursos oficiais da Igreja Católica.

PARGA (2011) estuda de que forma a Igreja Católica utilizou-se da imprensa como instrumento de mobilização de seus fiéis e de pressão às autoridades civis, em defesa de um projeto político pautado pelos valores do catolicismo, onde vida pública e vida privada estavam indissociadas.

Comunicações com abordagem dos anos 1960 e o anticomunismo

BETT (2011), em sua comunicação **‘Facetas do anticomunismo católico na grande imprensa de Porto Alegre: D. Vicente Scherer e a infiltração comunista no Governo do RS (1961)’**; propõe uma análise acerca da denúncia do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, ocorrida em



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

outubro de 1961, sobre a **“infiltração comunista” no Governo do Estado do RS.** Para tanto, a comunicação propõe apresentar a inserção do Arcebispo no cotidiano dos jornais a partir da sua mobilização anticomunista, para posteriormente priorizar os debates travados em torno da denúncia propriamente dita.

PAULA (2011), apresenta os argumentos de Gustavo Corção na imprensa brasileira contra o aggiornamento do Vaticano II. A partir deles, discorre sobre os usos dos conceitos de conservadorismo, de tradicionalismo e de reacionarismo para entender o catolicismo brasileiro na segunda metade do século XX. Sugere uma explicação teológica e política para a produção anti-Concílio que dominou a pena de Gustavo Corção nas décadas de 1960 e 1970.

ROCHA (2011) em sua comunicação ‘Espelho quebrado: O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) avaliado pelos tefepistas’, se propõe a discutir o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) avaliado sob a ótica dos tefepistas. Segundo a autora

Sabemos que diversas frações da sociedade possuem dificuldade para reconhecer os Direitos Humanos, nesse caso colocando em dúvida a noção de universalidade dos mesmos. Propomos analisar o não-reconhecimento do PNDH pelos membros da TFP, utilizando artigos publicados no mensário Catolicismo. (ROCHA, 2011)

Em sua abordagem, ROCHA expõe a polêmica em torno do Plano Nacional de Direitos Humanos, especialmente os ataques diretos dos membros do movimento TFP (Tradição, Família e Propriedade) em publicações específicas desse grupo. A apresentadora deixa claro que o pensamento tradicionalista católico continua influenciando o pensamento social e político brasileiro.

E seguindo a linha dos aspectos do tradicionalismo católico, temos a apresentação dos coordenadores/proponentes do simpósio. Primeiramente me reporto à ZANOTTO (2011), embora sua comunicação estivesse intitulada como **‘A TFP em foco na Academia’; de forma objetiva e imprescindível, apresentou**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

um excelente balanço de produções acadêmicas acerca do catolicismo conservador, desenvolvidas por pesquisadores no Brasil nos anos recentes, considerando os aspectos mais relevantes e inovadores das produções relacionadas em seus aspectos temáticos e teórico-metodológicos.

Já o segundo proponente do simpósio, CALDEIRA (2011), trouxe uma comunicação de pesquisa que me **interessa particularmente: ‘Bispos conservadores brasileiros no Concílio Vaticano II (1962-1965): D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer’**. Há uma lacuna historiográfica acerca das implicações do Concílio Vaticano II no Brasil e o impacto no catolicismo brasileiro. Rodrigo Caldeira problematiza a atuação dos bispos conservadores brasileiros D. Antônio de Castro Mayer e D. Geraldo de Proença Sigaud no Concílio Vaticano II (1962-1965), demonstrando as principais intervenções dos bispos na assembléia conciliar, chamando a atenção para os temas em que travaram maior combate, como liberdade religiosa, liturgia e organização hierárquica da Igreja.

E por fim, GUI SOLPHI (2011), apresentou o Movimento do Rosário em Família, estratégia anticomunista no Brasil nos anos 60. Problematiza o Movimento do Rosário em Família e sua trajetória no Brasil nos anos 60. O movimento Holy Cross Ministries Family foi fundado pelo padre Patrick Peyton nos Estados Unidos. realizou as Cruzadas do Rosário em Família no mundo todo entre 1948 e 1985. No Brasil, junto com a divulgação da oração do rosário em família, estava uma forte pregação anticomunista. As Cruzadas do Rosário fortaleceram o imaginário anticomunista nos meios católicos, desencadeando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, às vésperas do Golpe Militar em 1964.

Referências

ARDUINI, Guilherme Ramalho. *De Júlio Maria à Ação Católica: contribuições para a história do laicato católico brasileiro (1901-1947)*. Resumo disponível em:



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

<http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSI O=474>, acessado em 03/09/2011).

BETT, Ianko. *Facetas do anticomunismo católico na grande imprensa de Porto Alegre: D. Vicente Scherer e a infiltração comunista no Governo do RS (1961)*. Resumo disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSI O=474>, acessado em 03/09/2011).

BIROLI, Flávia. *Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek 1956-1960*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, p.213-40 - 2004

BORGES, Maria E. *Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no leste de Minas Gerais*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, p.303-326 - 2004

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Bispos conservadores brasileiros no Concílio Vaticano II (1962-1965): D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer*. Resumo disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSI O=474>, acessado em 03/09/2011).

CARDOSO, H. H. Pacheco. *Memórias de um candango em Brasília*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, p.163-80 - 2004

COELHO, Tatiana Costa. *Os discursos romanizadores no Brasil durante o século XIX*. (disponível na revista eletrônica da XXVI Anpuh/2011: <http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSI O=474>, acessado em 03/09/2011).

CONDATO ,A. N. , OLIVEIRA, M.R. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, p.271-302 - 2004

DANTAS, F. C. San Tiago. *Discurso proferido por Francisco Clementino San Tiago Dantas em agradecimento pelo prêmio “Homem de visão de 1963”, outorgado pela revista Visão*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, n.47, p.329-338 – 2004.

DIAS, Roberto Barros. *As Estratégias Romanizadoras na Paraíba Católica Tradicional (As Irmandades, a Festa das Neves e o Juazeiro do Pe. Cícero)*. Resumo disponível em:



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

<http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 03/09/2011.

FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 - 2004

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre o golpe de 1964*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 - 2004

FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de. *Leigos e a Igreja Católica em Ribeirão Preto – SP. Resumo disponível em:* <http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 03/09/2011.

GARCIA, Miliandre. *A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.127-62 - 2004

GUISOLPHI, Anderson Jose. *O Movimento do Rosário em Família, estratégia anticomunista no Brasil nos anos 60*. Resumo disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 10/09/2011.

HISTÓRIA. Revista Brasileira de História. vol.24 no.47 São Paulo 2004. – Dossiê 1964.

LIA, Cristine Fortes. *Mensagens católicas sobre os judeus no Rio Grande do Sul durante a Era Vargas*. Resumo disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 01/09/2011.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. *Filosofia da história entre os magistrados do império*. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 03/09/2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.241-70 - 2004

NOBRE, Edianne dos Santos. *Ilustres desconhecidas: as beatas de Ibiapina no jornal “A voz da religião no Cariri” (1868-1870)*. Resumo disponível em



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

<
http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 03/09/2011.

PAULA, Christiane Jalles de. ***Gustavo Corção e a reação ao Concílio Vaticano II no Brasil.*** Resumo disponível em: <
http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 07/09/2011.

PARGA, Francisca Rafaela. ***Católicos em ação: Imprensa Católica Militante (Fortaleza, 1922-1930).*** Resumo disponível em: <
http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 02/09/2011.

PONCIANO, Nilton Paulo. ***A expansão da Sociedade do Apostolado Católico no interior brasileiro da primeira metade do século XX: o papel da Igreja Católica na formação de uma cidade.*** Resumo disponível em: <
http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 05/09/2011.

ROCHA, Ana Vitória Sampaio Castanheira . ***Espelho quebrado: O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) avaliado pelos tefepistas.*** Resumo disponível em: <
http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 03/09/2011.

RODRIGUES, Cândido Moreira. ***Alceu Amoroso Lima: raízes do conservadorismo católico a partir de Joseph De Maistre e Jackson de Figueiredo.*** Resumo disponível em: <
http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 03/09/2011.

ROSA, Lillian Rodrigues de Oliveira. ***A face política da romanização: a Santa Sé como ente internacional.*** Resumo disponível em: <
http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 03/09/2011.

SILVA, Francino Oliveira. ***A importância das Casas de Missão na reestruturação do Catolicismo Brasileiro. Universidade Estadual de Montes Claros.*** Resumo disponível em: <
http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 03/09/2011.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- SILVEIRA, Diego Omar. *Mãos à obra, que o tempo urge: considerações preliminares sobre o tema da Boa Imprensa nas Cartas Pastorais do Episcopado Brasileiro*. Resumo disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 03/09/2011.
- TOLEDO, Caio Navarro. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 – 2004
- VERBINATTI, D. M. *“E foi proclamada a escravidão”*: Stanislaw Ponte Preta e a representação satírica do golpe militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.61-102 – 2004
- ZANOTTO, Gizele. *A TFP em foco na Academia*. Resumo disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/programacao?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 05/08/2011.
- ZANOTTO, Gizele. CALDEIRA, R. C. *Simpósio Temático 18: Aspectos do tradicionalismo católico*. XXVI Encontro da ANPUH/2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=474>, acessado em 09 de setembro de 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

AS PROPRIEDADES DOS LEGALISTAS NA REVOLUÇÃO

FARROUPILHA (1835-1845)*

Anderson Marcelo Schmitt**

Antecedentes do conflito

O território do Rio Grande do Sul demorou a ser integrado ao sistema de colonização, em comparação com as regiões do Nordeste e Sudoeste do Brasil. Os territórios sulinos fazem parte de um espaço geográfico mais amplo, com a **bacia oriental do Rio da Prata. Os principais territórios sulinos são a “Planície Litorânea, ao longo da costa atlântica; o Planalto Meridional Brasileiro, ao norte e noroeste; o Escudo Sul-Rio-Grandense, no centro e no sul; e a Depressão Central.”**¹ Aparentemente inofensiva, a costa atlântica é hostil e perigosa. Navio que dela se aproximasse sem cuidado, destinava-se a ser carcaça encalhada nas areias. Decerto, por ter sido praticamente inabordável pela costa atlântica, o Rio Grande do Sul conservou-se fora da ocupação dos brancos durante praticamente os dois primeiros séculos da colonização portuguesa. A penetração realizou-se, afinal, por mar, à maneira lusitana, e por terra, ao modo dos bandeirantes.

A geopolítica esteve associada à criação de “enclaves” no território, irradiando a partir deles, “frentes demográficas” e de “expansão”, na busca de firmação da sempre tão contestada fronteira.² No século XVIII, o auge da corrida do ouro nas Minas Gerais fez com que surgisse “uma nova demanda e impeliu os paulistas em direção às terras pastoris do Rio Grande do Sul”³.

* Artigo elaborado para o 1º Congresso Internacional de História Regional - Mercosul: integração e desencontros, a realiza-se de 28 a 30 de setembro de 2011, na Universidade de Passo Fundo.

** Acadêmico do VIIIº semestre do Curso de História/LP da Universidade de Passo Fundo, bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UPF. E-mail: anderschm@gmail.com

¹ MAESTRI FILHO, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010, p. 13.

² GOLIN, Tau. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 47-49.

³ LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: Um capítulo na história do Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 16.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Aproveitando-se das manadas dos missioneiros e com o passar do tempo, formou-se uma oligarquia de conquistadores.

Possuir domínio dessa região traria maior possibilidade de controle da Coroa sobre a Colônia do Santíssimo Sacramento, levantada em 1680, buscando legitimar e fortalecer o domínio luso-brasileiro sobre a bacia do Rio da Prata, região estratégica para a Coroa portuguesa, pois proveria acesso fluvial ao interior do Brasil, bem como garantiria um maior grau de influência sobre o comércio e contrabando na região do Rio da Prata, quebrando com o monopólio espanhol na área. A província, portanto, não poderia deixar de ser considerada como ponto estratégico para o governo luso, que passou a incentivar a migração para a região. Muitos militares que vinham para a área acabavam solicitando sesmarias ao governo, que por sua vez, via com bons olhos uma colonização do território meridional da colônia.

A expansão colonizadora se deu de forma específica, “configurando-se uma formação histórica balizada, por um lado, pelo caráter militar-fronteiriço da área e, por outro, pela presença de interesses econômicos desvinculados da lavoura de exportação.”⁴ Com o primeiro movimento de ocupação efetiva, em 1737, e o posterior sistemático movimento migratório para o sul, “Portugal não tencionava, porém, criar uma classe de soldados-estancieiros que poderia vir a desafiar o controle da Coroa.”⁵

A imigração açoriana, que poderia vir a contrabalançar o poderio dos estancieiros rio-grandenses, não surtiu este efeito, especialmente pela dificuldade de escoamento da produção policultora⁶. Bem como a crise da lavoura de trigo, que no início da década de 1820 havia reduzido a produção do cereal à quase zero, destruindo com o potencial produtivo dessa variedade. As recorrentes tensões fronteiriças faziam com que a agricultura fosse abandonada

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 15.

⁵ LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: Um capítulo na história do Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 79.

⁶ MAESTRI FILHO, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010, p. 125.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

e se voltassem para a pecuária, utilizando a mão de obra do peão gaúcho e a escrava. Esta última era a principal força de trabalho das charqueadas da região pelotense. Não obstante, não deixava de ser importante também na estância de criação de gado, onde não raras vezes era o peão, cativo, o responsável pelo costeio do gado.

Os estancieiros rio-grandenses viram com bons olhos as campanhas luso-brasileiras na Banda Oriental no início do século XIX. Com elas, puderam os caudilhos aumentar seu grau de influência na região, bem como constituírem propriedades na região jusante do Rio Negro. Mantiveram naquele Estado as mais estritas relações, como alianças de família, casamentos e propriedades de grande valor.⁷

Até as agitações da Regência, o Rio Grande “foi a mais dócil das províncias, não molestando o centro com reclamações nem o preocupando com tumultos locais.”⁸ A revolução farroupilha surgiu do choque entre absolutismo e liberalismo, como uma continuidade do movimento liberal de 7 de abril de 1831. Parecia que a abdicação de D. Pedro I não trouxera benefícios à Província, porque o governo regencial seguiu sem atender os interesses liberais dos fazendeiros rio-grandenses e **“se desmoralizou com o péssimo estado das finanças.”**⁹

Assim, em 20 de setembro de 1835, integrantes do partido farroupilha invadem Porto Alegre, pondo em fuga o presidente Fernandes Braga. A facilidade com que se dominou a cidade poderia predispor uma longa duração de seu predomínio. Entretanto, a falta de unidade entre os rebeldes se demonstrou logo em dezembro, quando a maioria da Assembleia resolveu negar posse ao rio-grandense Araújo Ribeiro¹⁰. O sempre controverso caudilho Bento

⁷ José de Paiva Magalhães Calvet – suas memórias, Sem data, CV-3190.

⁸ SOUZA, José Pereira Coelho de. *O Sentido e o Espírito da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1945, p. 32.

⁹ FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as ideias políticas da revolução farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 29.

¹⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada: Um capítulo da Revolução Farroupilha (1836-1840)*. Porto Alegre: Sulina, 2000, p. 21.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Manuel Ribeiro, na ocasião fez sua primeira debandada para as fileiras legalistas.

Entre os comerciantes importadores e exportadores, e entre os grandes proprietários é que **“eram eleitos os oficiais da Guarda Nacional que, mesmo sendo força da 2ª linha, detinha o poder político e policial nos municípios”**.¹¹ Os frequentes conflitos da Banda Oriental parecem ter criado uma identidade de alguns caudilhos com o Império. Isso também pode explicar por que na eclosão do conflito, diversos líderes militares não cederam à rebeldia, mantendo-se fieis aos interesses da regência.

Durante sua efêmera existência, a “República Rio-Grandense” precisou concentrar esforços para o prosseguimento do conflito e pouco se fez além das atividades ligadas à perpetuação dos meios para a luta por sua independência.

As propriedades daqueles que se mantiveram fieis ao Império passaram a ser a principal fonte de renda do governo rebelde. Segundo Locke, a propriedade é uma instituição anterior à sociedade, é um direito natural que não pode ser violado pelo Estado¹². Porém, aqueles que não se submeteram aos farroupilhas, nos territórios sob seus domínios, correram o risco de serem usurpados. A revolta iniciada em 1835 e a revolução declarada no ano seguinte **criaram uma situação de existência de dois “governos”, cada qual em seu nível** de organização política e constitucional. Todos aqueles que não demonstrassem interesse em pertencer ao controle rebelde, poderiam arcar com as consequências de não terem suas propriedades respeitadas.

Já em Decreto de 11 de Novembro de 1836 o governo “republicano” ordenou o confisco dos bens móveis, semoventes e imóveis dos inimigos da **“República”, buscando meios para manutenção do conflito, bem como privar os**

¹¹ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense, realidade e utopia*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2002, p. 95.

¹² MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *John Locke e o individualismo liberal*. In: WETFORD, Francisco C. (Org.). *Clássicos da política, vol. 1*. São Paulo: Ática, 2001, p. 85.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

legalistas de meios que poderiam lançar mão¹³. **Como inimigos declarou “todos os súditos brasileiros residentes dentro ou fora da província e todos os estrangeiros nela existentes, que aberta ou ocultamente hostilizassem a causa rebelde.”**¹⁴

O conceito de inimigo, porém, muitas vezes não se aplicava apenas àqueles que coadjuvassem com os legalistas ou hostilizassem os farroupilhas. Domingos José de Almeida, charqueador que exerceu diversos cargos na administração rebelde, escreveu a Inácio José de Oliveira Guimarães, no município de Alegrete, recomendando que se reunissem todos os cidadãos aptos para as armas, bem como

toda a cavalhada em estado de qualquer serviço, a cujos proprietários declarará que serão tidos por desafetos à causa que defendemos se negarem ou ocultarem os cavalos que possuírem em ocasião tão melindrosa, asseverando-lhes que os perdidos no serviço da pátria lhes serão pagos com preferência a todas as mais dívidas do Estado.¹⁵

O simples fato, portanto, de negação ao pedido de cavalhada, servia para **qualificar o indivíduo como “desafeto” da causa farroupilha. Por mais que essa negação fosse realizada levando em conta o péssimo estado financeiro da pretensa República, que não dava, nem poderia dar a certeza, de quando a dívida seria amortizada.**

Animais e Estâncias

Durante a guerra civil, os animais das estâncias dos legalistas foram fundamentais para o prosseguimento do conflito. As fazendas eram arrendadas **aos defensores da “República” ou permaneciam como propriedade do “governo”**

¹³ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983, p. 237.

¹⁴ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986, 87.

¹⁵ Domingos José de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães, em 27 de fevereiro de 1841, CV-456.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

farroupilha. O arrendamento das estâncias era dado por leilão. Antes do arrendamento, algumas vezes, “o chefe de polícia distrital retirava todos os potros e mulas, levando-os para um lugar guarnecido”¹⁶, para ser dado destino posterior. Os cavaleiros eram necessários na campanha de guerra, nas locomoções ágeis que marcaram seus combates, e os potros, eram imprescindíveis para o fornecimento das fileiras e, principalmente, servindo como moeda de troca com o Estado Oriental.

Em 1839, Almeida recomendava, em nome do Presidente da “República” rebelde, que Antônio da Silva Jardim, no posto de Chefe Geral de Polícia de Caçapava, que este determinasse o recrutamento sem demora de todos os potros e mulas das propriedades dos inimigos naquele município, para serem arrendadas as fazendas. Tais animais deveriam ser remetidos ao rincão mais atacado que existisse no município, para dali serem enviados às divisões do exército quando conviesse.¹⁷

O leilão para arrendamento das fazendas nem sempre foi idôneo, pois “vários oficiais indicavam sócios ou parentes para contrato de determinadas estâncias.”¹⁸ A dificuldade de fiscalização sobre os confiscos criou uma série de abusos no arrolamento dos bens dos imperiais. Antônio Manuel Correia da Câmara, em 1838, denunciava que “é muito certo que os maiores e os mais escandalosos abusos se têm cometido no arrendamento das fazendas. A estância do Cunha – dizia ele – tem mais de vinte mil reses e está avaliada em seis mil”.¹⁹ O mesmo Antônio da Câmara, em 6 de outubro do mesmo ano pedia favorecimento para um amigo, no arrendamento da fazenda de um legalista, dizendo que estaria próximo de associar-se ao amigo, levando assim, ele próprio vantagem sobre o arrendamento.²⁰ No confisco de propriedades havia, portanto,

¹⁶ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense, realidade e utopia*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2002, p. 293.

¹⁷ Domingos José de Almeida a Antônio da Silva Jardim, em 01 de março de 1839, CV-290.

¹⁸ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense, realidade e utopia*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2002, p. 294.

¹⁹ Antônio Manuel Correia da Câmara - S/D, em 1838, CV-3238.

²⁰ Antônio Manuel Correia da Câmara - S/D, em 6 de outubro de 1838, CV-3234.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

a intervenção dos representantes dos altos escalões farroupilha, dispensando a hasta pública.²¹

A eficácia dos regulamentos de confisco variava nos distritos, pois os comissários levavam em consideração alguns fatores antes de tomar suas decisões, entre os **quais estavam “a rivalidade entre famílias, o valor estratégico e econômico das propriedades, e a posição das tropas farroupilhas no momento.”**²²

Quando não eram retirados para prover aos rebeldes os meios imediatos de prosseguimento da guerra, o gado e as mulas poderiam também entrar em arrendamento, desde que os interessados recebessem a devida autorização da liderança farroupilha. Em 1839, o Major Matias Inácio de Sousa pretendia arrendar as crias de mulas do dissidente Gama, mas não poderia fazê-lo sem a autorização do governo para este ato.²³ Já em 1838, elaborou-se um plano para pagamento dos soldos atrasados, pelo qual os soldados que preferissem receber seu correspondente valor em gado de criar, seriam assim atendidos, sendo retirado o dito gado das fazendas arrematadas. O valor dos animais seria abatido aos arrendatários nos pagamentos a se fazer por eles²⁴. Seriam também os arrendatários, obrigados a repor aos rodeios o número equivalente de gado tirado, e pelo cujo valor receberiam. A reposição dos animais se explica pela necessidade de se preservar uma reserva, da qual os rebeldes poderiam lançar mão quando necessário.

Do mesmo modo, o gado era utilizado como forma de pagamento em negociações internas. Em 1839, foi ordenado ao Comandante Geral da Polícia de Alegrete que entregasse, em pagamento de gêneros fornecidos ao Exército, a quantidade de 4 a 5 mil reses das fazendas dos inimigos da causa republicana.²⁵

²¹ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense, realidade e utopia*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2002, p. 297.

²² LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: Um capítulo na história do Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 162.

²³ José Ribeiro de Almeida à Domingos José de Almeida, em 18 de maio de 1839, CV-2239.

²⁴ Antônio Manuel Correia da Câmara – S/D, em 26 de outubro de 1838, CV-3237.

²⁵ Domingos José de Almeida a Joaquim dos Santos Prado Lima, em 22 de janeiro, CV-284.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Em 1841 determinava-se que se pagasse com gado existente nos campos do dissidente Paiva, devidamente arrendados por Cândida Olinda de Freitas, uma porção de lombilhos e de caronas compradas por Canabarro, para a monta dos Corpos de 1ª Linha do Exército.²⁶

O governo republicano também fez uso deste artifício quando precisou dar auxílio às famílias dos patriotas que estavam em armas, declarando que para as

[...] famílias pobres dependentes dos cidadãos atualmente empregados nas fileiras, ou que faleceram nos diferentes combates em defesa da Pátria, a quem, na conformidade do aviso de 2 de setembro de 1837, se deve fornecer uma rês mensalmente: manda portanto que das estâncias dos inimigos reconhecidos da causa da República que já se acham apreendidas por conta do Estado, ou na circunstância de o serem, deverá V. S^a pedir o gado que for preciso para tais fornecimentos.²⁷

Para o trato dos animais, muitas vezes se afastavam das fileiras peões que estavam em serviço das tropas farroupilhas.

Um Decreto de 15 de fevereiro de 1840 declarava que juntamente com as relações primárias para as eleições de deputados, vereadores e juízes de paz, a população deveria entregar também as relações de seus bens submoventes ou moventes, e no caso de existirem propriedades em abandono, caberia ao vizinho mais próximo a exibição da dita relação.²⁸ Esta relação das propriedades mostra ser, sem sombra de dúvida, um meio para controle farroupilha sobre os bens que se encontravam abandonados.

Ao criticar as ações do governo imperial nas revoltas de Minas e São Paulo, o governo farroupilha buscou justificar suas ações, defendendo que

[...] se apossaram, é verdade, das propriedades de seus inimigos para lhes tirar os meios de continuar a guerra, porém convencidos de que a pena não deve passar do delinquente, reservam a parte que pertence a seus

²⁶ Domingos José de Almeida a Joaquim Rosa, em 8 de julho de 1841, CV-1931.

²⁷ José da Silva Brandão a Inácio José de Oliveira Guimarães, em 27 de julho de 1838, CV-2840.

²⁸ Domingos José de Almeida à Câmara de Piratini, em 15 de fevereiro de 1840, CV-367.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

herdeiros inocentes e até mesmo entregam a totalidade a todo aquele que se vem apresentar, arrependido de seu erro;²⁹

Pelos já comprovados arbítrios que tratamos, não é de se crer que os direitos dos herdeiros fossem respeitados à risca, mas sim, que estes se restringissem aos meios básicos de existência, ou que o grau de importância do estancieiro na sociedade agro-pastoril fosse levado em consideração quando da reserva da parte garantida aos seus herdeiros.

Quanto à devolução das propriedades aos que abandonavam o estandarte imperial, esta foi uma ação que aconteceu com certa frequência. Passando a apoiar os farroupilhas, readquiririam a posse de seus bens, mas os seus dissidentes voltavam às suas propriedades com o objetivo de vendê-las ou arrendá-las, voltando em seguida às fileiras legalistas. **“Vendo que esta prática era prejudicial aos rebeldes, Almeida decretou que tais propriedades tinham que permanecer nas mãos do dono ou de seu filho. Do contrário seriam novamente confiscadas pelos rebeldes.”**³⁰

Em 1840 foi oferecido o cargo de Coronel do governo rebelde a Loureiro, no comando da fronteira das Missões, bem como a devolução de todos os seus bens e de seus irmãos e parentes, desde que abandonasse as fileiras imperiais e se aliasse aos rebeldes. Loureiro, porém, não aceitou o convite farroupilha.³¹

Em 1843, o Ministro farroupilha da Guerra, ordenou que se levantasse toda a cavalaria própria para praça do Distrito de Santana pertencente aos inimigos, fazendo-os incorporar ao 5º e 8º Corpo de Guarda Nacionais.³² Para suprir a fábrica do curtume farrapo, em 1838, o mesmo Ministro da Guerra

²⁹ Frutuoso Borges da Silva Fontoura - 25º Boletim de Alegrete, em 8 de agosto de 1842, CV-2702.

³⁰ LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: Um capítulo na história do Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 162.

³¹ José Mariano de Matos a Domingos José de Almeida, em 5 de agosto de 1840, CV-397.

³² Luís José Ribeiro Barreto a Joaquim Teixeira, em 3 de junho de 1843, CV-2609.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

ordenou a compra de tabuado para a construção de cochos, caso não se conseguisse esse tabuado nas estâncias dos legalistas.³³

Entretanto, entre todas essas atividades, a que parece ter tido maior relevância para o prosseguimento da guerra foi o comércio realizado com o **Uruguai. O gado era arrebatado dessas estâncias e “levado para o Estado Oriental, e ali vendido ou trocado por munições bélicas e cavahadas.”**³⁴ Em 1837, o governo de Manuel Oribe desaprovou o exílio dado à Frutuoso Rivera no Rio Grande do Sul. Decretou então, que o gado do território brasileiro adjacente **só poderia ter acesso à Montevideú se fosse “acompanhado por documentos legais assinados pelo legítimo proprietário”.**³⁵ Oribe, inteirado de que era o gado confiscado que mantinha a guerra na província, após uma série de protestos por parte dos rio-grandenses, revogou a proibição, usando-a somente o tempo **suficiente para fazer sentir “seu descontentamento pela proteção dada à Rivera. A lei, entretanto, permaneceu no papel, para dar satisfação à corte brasileira.”**³⁶

Em 1839 foi comprada do Estado Oriental uma remessa de 2.875 libras de pólvora, 596 espadas, 292 pistolas e porção de gêneros, para manutenção do sítio a Porto Alegre e da campanha que estava acontecendo em Santa Catarina. Devido ao péssimo estado do Tesouro Nacional, o pagamento por tais gêneros deveria ser feito pelas coletorias de Alegrete e em gado de criar.³⁷ Em 1841, Almeida pediu proteção a Frutuoso Rivera, para várias tropas para saladeiro e de gado de criar, que se dirigiram a Montevideú e Sandú. Rivera estava interado que o referido gado pertencera a dissidentes.

³³ José da Silva Brandão a Inácio José de Oliveira Guimarães, em 27 de agosto de 1838, CV-2848.

³⁴ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986, p. 88.

³⁵ LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: Um capítulo na história do Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 164.

³⁶ Idem.

³⁷ Domingos José de Almeida a Joaquim dos Santos Prado Lima, em 9 de novembro de 1939, CV-344.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A colônia de São Leopoldo, ambicionada pelos dois lados por seu potencial material e humano, também não passou imune. Para lograr maior êxito nas adesões, os farroupilhas intercalavam promessas com ameaças, entre essas a de queima de propriedades de recalcitrantes. O pastor Ehlers, ao deixar a colônia em 1843, registrou que 50 casas haviam sido incendiadas pelos farroupilhas.³⁸

Escravos dos legalistas

A pretensa “República Rio-Grandense” em nenhum momento pretendeu dar ampla alforria aos seus cativos. De acordo com a doutrina liberal, defendida pelos seus sequazes, o Estado não poderia intervir na propriedade³⁹.

Em abril de 1838, se determinou que no Distrito de Boqueirão, se fizesse relação das propriedades dos inimigos, para pôr em arrecadação os bens abandonados pelos defensores da legalidade. O ofício de Almeida deixou claro que deveriam entrar na lista a quantidade de escravos, seus sexos, idades e ofícios.⁴⁰ O escravo, considerado um bem como os demais, fazia parte dos itens sujeitos a confisco pelos farroupilhas.

Um escravo dos imperiais, ao ser capturado, poderia escolher entre servir ao Exército da República, se tornando, no mesmo instante um homem livre, ou continuar como escravo, mas desta vez, pertencente ao Tesouro Nacional. Proclamando a liberdade dos escravos que viessem defender a liberdade dos farroupilhas, **“as vítimas da opressão social se afluíram, e os generais farroupilhas puderam ter um determinado número de homens, os quais formavam a base da sua força militar.”**⁴¹

³⁸ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 29.

³⁹ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense, realidade e utopia*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2002, p. 173.

⁴⁰ Domingos José de Almeida à Inácio José de Oliveira Guimarães, em 5 de abril de 1838, CV-238.

⁴¹ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986, p. 86.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O governo rebelde não libertava os escravos dos legalistas que não pegassem em armas. Na maioria das vezes, “os entregavam a farroupilhas que poderiam explorar seus trabalhos.”⁴²

Os ex-escravos dos legalistas formavam a base das forças republicanas porque o liberto não possuía um lar, para onde poderia se retirar após o combate. Enquanto as outras forças se reuniam antes da batalha e se desfaziam após esta, independente de seu resultado, os ex-escravos formavam Esquadrão permanente.

Em Ordem do dia 16 de fevereiro de 1838, Antônio Elzeário de Miranda e Brito noticiou que depois de uma vitória sobre as forças farroupilhas na margem direita do rio Jacuí, foi tomado dos rebeldes grande número de cavalos e gado retirados de fazendas legalistas, e que viu os farrapos “trânsfugos com os escravos que também lhes haviam levado subirem em pequeno número a serra para evitar o peso de nossas espadas que sobre eles estavam pendentes.”⁴³

Em 1843 se ordenou ao Coronel Joaquim Teixeira que seria um de seus primeiros cuidados fazer o recrutamento para força de 1ª Linha de homens solteiros e vagos, bem como dos escravos pertencentes a dissidentes nos pontos ocupados pelo governo imperial.⁴⁴

O presidente da intitulada “República”, Bento Gonçalves da Silva, ordenou que se remetesse ao juiz de paz de São Gabriel, em 1839, o negócio de uma mulher, cujo marido era acérrimo inimigo da independência farroupilha. A mulher buscava defender o marido, e se fosse reconhecida como verdadeira a sua defesa, seriam suspensos o embargo e o sequestro dos seus bens. Mas no caso de não conseguir provar sua idoneidade, os escravos de sua propriedade deveriam sentar praça pelos farroupilhas.⁴⁵

⁴² FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as ideias políticas da revolução farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 38.

⁴³ Antônio Elzeário de Miranda e Brito – Ordem do dia, em 16 de fevereiro de 1838, CV-3048.

⁴⁴ Luís José Ribeiro Barreto a Joaquim Teixeira, em 3 de junho de 1843, CV-2609.

⁴⁵ Bento Gonçalves da Silva a Domingos José de Almeida, em 25 de fevereiro de 1839, CV-288.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Segundo Araripe, nas fileiras farroupilhas chegaram a servir mais de 600 escravos libertos. A falta de uma escravatura numerosa na província não possibilitou a formação de possante milícia para a obra separatista, com a qual, provavelmente a separação teria sido bem sucedida.⁴⁶ A relevante participação de libertos reconhecida por Araripe, teria tido ainda mais importância se os líderes farroupilhas tivessem recrutado em massa seus próprios escravos. **Porém, nem mesmo nos momentos em que a “República” estava dando seus últimos passos, sufocada por Caxias, seus líderes permitiram lançar mão dessa vantagem. Em setembro de 1844, conforme os legalistas, esta era a ação dos rebeldes relativamente a seus escravos: “sabe-se que os rebeldes objetivaram recrutar a Escravatura, porém que ficavam vacilantes sobre esta medida, por ir de encontro aos interesses dos seus sequazes.”**⁴⁷

O batalhão de lanceiros, organizado pelos farroupilhas, era composto dos **escravos que os rebeldes “arrematavam das estâncias dos legalistas, ou que voluntariamente procuravam os estandartes da rebeldia, convidados pela esperança da libertação.”**⁴⁸

A fuga para apresentação nas fileiras tornou-se algo corriqueiro e importante para o avultamento das forças rebeldes. Pelas ordens de 13 e 27 de fevereiro de 1841, determinou-se que a escravo algum se abrisse praça antes de sessenta dias decorridos daquele de sua apresentação, a fim de ser entregue a quem pertencesse, se não inimigo da causa.⁴⁹ Estas disposições, porém, foram desprezadas em pleno vigor e escravos continuavam sendo arregimentados assim que se apresentavam.

Arbítrios quanto ao uso de escravos dos legalistas apareciam já em 1838, quando, por Circular aos juízes de paz, se denunciava que algumas autoridades

⁴⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986, p. 86.

⁴⁷ Ofício de Luis Manoel de Jesus ao Ministro Jerônimo Francisco Coelho, 13/09/44.

⁴⁸ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986, p. 49.

⁴⁹ Domingos José de Almeida a Francisco de Sá Brito, em 5 de novembro de 1841, CV-1975.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

e comandantes de polícia ou de forças do Exército, dando má inteligência às disposições de confisco,

têm mandado tirar a seu arbítrio escravos, animais e outros bens da propriedade de alguns cidadãos pacíficos [...], debaixo do pretexto de os considerarem inimigos da causa da República, sem haver um motivo plausível [...], tendo chegado ao excesso de alguns executores dessas ilegais diligências conservarem em seu proveito alguns desses escravos e animais tirados.⁵⁰

A alguns dos libertos foi dada a função de camarada de oficiais. Em 1841, mandou-se proceder a rigoroso recrutamento nos escravos dos dissidentes e particularmente naqueles desta classe que se achavam como camaradas ou peões de quase todos os oficiais da Guarda Nacional.⁵¹

Quando o governo rio-grandense buscou criar fábricas para suprir as necessidades do Exército dentro do próprio território, a mão de obra dos escravos foi utilizada. Em 1839, ordenou-se o envio para a fábrica de fumo que se instalaria no Distrito de Encruzilhada ou São José, de todos os escravos de dissidentes que vagassem no Distrito de Boqueirão.⁵² Um curtume e uma fábrica de lombilhos também foram postas em prática, porém, tiveram **curtíssima duração, pois “o governo não dispunha de capital, contava apenas com escravos capturados dos dissidentes.”**⁵³

Considerações finais

O governo imperial tentou por todos os meios dissipar a força formada pelos **ex-escravos dos legalistas. Considerara a sua manutenção como “uma**

⁵⁰ Circular aos juízes de paz, em 28 de fevereiro de 1838, CV-2802.

⁵¹ Domingos José de Almeida a David Canabarro, em 8 de julho de 1841, CV-1924.

⁵² Domingos José de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães, em 6 de junho de 1839, CV-311.

⁵³ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense, realidade e utopia*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2002, p. 310.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

ameaça ao direito de propriedade servil, garantida pelas leis do Império, e um recurso eficaz para **os rebeldes.**”⁵⁴

Os revolucionários procuraram desestabilizar os legalistas recrutando a sua mão de obra, os escravos, a quem ofereciam liberdade em troca de serviço militar.⁵⁵ Liberdade esta, que por grande parte deles não pode ser desfrutada, pois antes de qualquer liberdade precisavam enfrentar os horrores de uma luta fratricida. E jamais podemos deixar de citar a batalha de Porongos, na madrugada de 14 de novembro de 1844, quando os lanceiros foram covardemente submetidos por Canabarro a um massacre. Os farroupilhas tentavam ao máximo proteger a sua escravatura, e quando precisavam lançar mão dela, era perante devido pagamento ou promessas de um futuro ressarcimento.

Durante sua efêmera existência, a “República Rio-Grandense” precisou concentrar esforços e recursos para a guerra, não podendo investir nas demais áreas e necessitando dos meios para a manutenção da luta. A “natureza revolucionária e seus decretos de confisco eram o resultado das demandas de guerra e não do republicanismo.”⁵⁶

Por vezes, a dificuldade na fiscalização, o isolamento das propriedades ou **a própria má intencionalidade de alguns oficiais da “República”, causava um** cenário de injustiça no referente aos confiscos. Muitas vezes, pessoas que procuravam apenas a neutralidade, buscando cuidar dos seus interesses individuais e de sua família, em um período de guerra, eram julgados traidores pelos farroupilhas e poderiam sofrer as consequências de terem seus bens expropriados.

⁵⁴ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986, p. 87.

⁵⁵ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense, realidade e utopia*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2002, p. 173.

⁵⁶ LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: Um capítulo na história do Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 161.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Referências Bibliográficas:

- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as ideias políticas da revolução farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- _____. *República Rio-Grandense, realidade e utopia*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2002.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada: Um capítulo da Revolução Farroupilha (1836-1840)*. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- GOLIN, Tau. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.
- LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: Um capítulo na história do Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MAESTRI FILHO, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *John Locke e o individualismo liberal*. In: WETFORD, Francisco C. (Org.). *Clássicos da política, vol. 1*. São Paulo: Ática, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- SOUZA, José Pereira Coelho de. *O Sentido e o Espírito da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1945.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Fontes Primárias:

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Coleção de Documentos de Alfredo Varela.

Acervo do Barão de Caxias – NDH.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

ALGUNS RELATOS ACERCA DOS AMERÍNDIOS CHARRUA E MINUANO

Anderson Marques Garcia*

Saul Eduardo Seiguer Milder**

Introdução

No presente artigo são pontuados alguns aspectos relativos a traços culturais dos ameríndios Charrua e Minuano a partir de informações obtidas em documentos, crônicas e descrições dos colonizadores a respeito destes dois grupos pampianos. Neste trabalho, são pontuadas passagens que discorrem sobre suas estruturas sociais; relações familiares; dieta alimentar; utensílios pessoais; habitação; vestuário; pinturas corporais e adornos. Deste modo, quando possível será enfatizadas as distinções existentes entres estes dois grupos a partir de tais aspectos e sobre seus territórios de domínio.

Através de Becker (2002; 2006) e Mazz & Bracco (2010) pode-se caracterizar aproximadamente o território de domínio destes grupos no momento próximo ao contato com os colonizadores ibero-europeus. Com o proceder de uma leitura atenta aos documentos trazidos por estes autores, percebe-se que os Charrua ocupavam um território as margens do Rio Uruguai, principalmente no lado ocidental e os Minuano assentavam-se no Leste, ocupando as imediações ao oriente entre os rios Negro e Uruguai, além do litoral Atlântico junto às lagoas e lagunas, sendo o Rio Uruguai uma espécie de fronteira entre os grupos.

Embora existam semelhanças consideráveis entre os costumes dos Charrua e dos Minuano, Mazz & Bracco (2010) relatam que estes mantiveram conflitos bélicos intensos durante muitas décadas, principalmente entre as margens do Rio Uruguai. Entre estas

* Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas, mestrando em Patrimônio Cultural pelo PPGPPC da Universidade Federal de Santa Maria, pesquisador associado aos laboratórios de Arqueologia LEPAARQ/UFPel e LEPA/UFSM. garcia_anderson@ymail.com

** Dr. em Arqueologia pelo MAE/USP, professor na Universidade Federal de Santa Maria no mestrado profissionalizante em Patrimônio Cultural, mestrado acadêmico em História e graduação em licenciatura e bacharelado em História. milderbr2@gmail.com



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

guerras constantes, assassinatos e raptos de escravos marcaram os conflitos intensamente. Francisco Jarque escreveu sobre esta situação:

La mas nombrada nación, y parcialidad, es la de los yaros, enemigos mortales de los guanoás, por andar tan vecinos, que solo media entre unos, y otros el dicho rio Uruguay, el cual pasan los yaros, cuando sus excesivas y rápidas creciente lo permiten, nadando, en que son muy ejercitados desde niños, y matan, ó cautivan a los guanoás. (JARQUE, 1683 *apud* MAZZ & BRACCO, 2010, p. 38)

Embora esta situação citada por Jarque seja sobre Charrua que matavam ou escravizavam Minuano, o inverso também acontecia, bem como existem documentos que mencionam a presença de indivíduos Guarani cativos por Charrua e Guarani aliados a Minuano em guerra contra Charrua (MAZZ & BRACCO, 2010). No entanto, por volta de 1730 este tipo de distinção sobre territórios Charrua e Minuano tornaram-se precários, pois no início do século XVIII estes grupos passaram a tecer alianças e compartilhar um mesmo território devido ao avanço dos colonizadores.

Devido a localização dos grupos em tempos de contato, estes ameríndios foram atingidos pelos europeus em momentos distintos, situação em que os Charrua ainda no início do século XVI aproximaram-se dos espanhóis que começavam a ocupar as margens do Rio Uruguai e construir suas primeiras fundações. Por outro lado, os Minuano parecem ter tido seus primeiros contatos com os portugueses, que a partir do final do século XVII começaram a ocupar a região litorânea com fins políticos-militares (BECKER, 2002; 2006).

Estruturas sociais

A respeito de suas estruturas sociais, Becker (2002) traz que entre os primeiros anos da conquista europeia não havia diferenciações de natureza econômica destacadas na sociedade Charrua, existiam apenas funções específicas que eram exercidas pelos membros dos grupos. Os homens mais velhos presidiam o conselho das toldoarias e celebravam rituais dirigidos a entidades da natureza, entres as quais havia **Gualiche**, figura a qual eram atribuídos os fenômenos naturais e as enfermidades. Estes rituais envolviam o consumo de bebidas alcoólicas como o hidromel ou chicha, que eram preparadas através da



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

fermentação de uma mistura entre mel e água. Com a aproximação do colonizador branco, a cachaça e o vinho passaram também ter este papel na cultura dos Charrua e dos Minuano. Estas práticas foram repudiadas pelos jesuítas em período colonial, os quais acreditavam tratar-se de crenças diabólicas (SOSA, 1957; BECKER, 2002; SILVA, 2008; MAZZ & BRACCO, 2010).

Existiam caciques entre os Charrua e os Minuano, contudo este não exercia autoridade frente ao seu grupo, que ouvia os homens do conselho de toldoaria em ocasiões que envolvessem o interesse geral do grupo, como por exemplo a iminência de guerras. Os caciques começaram a ampliar seus poderes por volta do século XVIII, tendo dirigido os grupos em guerras, trabalhado em negociações de paz, tratados e reconhecimentos de terrenos, passando a ser o cacicado com o tempo uma posição vitalícia e hereditária, inclusive havendo caciques subordinados de outros caciques (BECKER, 2002; MAZZ & BRACCO, 2010). Além de conselhos de toldoarias e caciques, ainda haviam feiticeiros, médicos e ou curandeiras, que parecem ter tido significados e funções diferentes dentre os grupos.

Tuvieron hechiceros, que atribuían el poder de hacer llover, provocar tormentas, desatar la furia de las fieras y desbordar arroyos y ríos. Pero al lado de estos hechiceros hubo hombres médicos y mujeres viejas que curaban. (...) Entre los Charrúas había siempre una vieja que era la encargada de preparar y sepultar al muerto. Esto recuerda prácticas similares en tribus pampas-patagónicas, donde una vieja era la encargada de descarnar los huesos del difunto. (Los Charrúa) (...) también cargan con los huesos de sus parientes difuntos a donde quiera que se mudan (...). (LOZANA, 1873 apud BECKER, 2002, p. 137)

Entre os Minuano as mulheres parecem ter tido maior igualdade perante aos homens de seu grupo do que as Charrua, existindo algumas que chegaram a exercer atividades médicas e ter a liberdade de beber nas cerimônias com os homens, situação em que as charrua e as crianças apenas bebiam água. Porém, como exposto anteriormente, houveram mulheres Charrua que exerceram atividades primordiais em sua sociedade.

Quanto à práticas de cura, são possíveis destacar algumas atividades utilizadas no alívio de dores corporais, como a sucção com a boca, as massagens com óleos e a aplicação de cinzas quentes (BECKER, 2002). Sosa (1957) acrescenta a este ponto a utilização de sangrias praticadas tanto por Charrua como Minuano no alívio de seus males e o



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

conhecimento de ervas medicinais, que tiveram inclusive a palavra ‘*Charrúa*’ adicionada ao nome popular de algumas plantas amplamente conhecidas no Uruguai, como a *hierba del Charrúa* e a *hierba de la víbora Charrúa*.

Relações familiares

Sabe-se que poligamia era comum entre os Charrua, onde os homens podiam casar-se com varias mulheres, enquanto entre os Minuano tal pratica era exclusiva aos caciques, sendo as mulheres mais velhas com o passar do tempo rejeitadas e levadas nas jornadas apenas as mais jovens (PORTO, 1936; BECKER, 2002). Os hábitos culturais destes grupos eram bastante semelhantes, porém houve alguns costumes específicos a cada grupo, assim como a poligamia citada e o aparente privilégio da mulher Minuano frente a Charrua.

Em ambos os grupos os homens casavam-se mais velhos que as mulheres, que normalmente estavam prontas para o casamento quando atingissem a idade núbil, manifestada primeiramente entre as mulheres do grupo Minuano (BECKER, 2006). As mulheres Charrua, por sua vez, passavam por um ritual de iniciação onde eram colocadas em um toldo especificamente construído para a cerimônia, onde eram cobertas com abundantes agasalhos. Becker (2002) ainda comenta que quando as Charrua atingiam este período pintavam seus rostos em representação do inicio da vida adulta e como uma forma de diferenciá-las entre as demais jovens do grupo. No entanto, estas “pinturas” em outra passagem textual da mesma autora são descritas como tatuagens.

Os homens, antes de entrarem em contato com a família da mulher, com intuito de demonstrar seus interesses conjugais (situação nunca negada pela família da noiva) viviam com seus pais e começavam a caçar ou a participar de atividades de guerra só quando casados, ficando sobre a responsabilidade das mulheres após a união matrimonial, todas as atividades domésticas, desde a construção das casas até o preparo dos alimentos (BECKER, 2002; MAZZ & BRACCO, 2010). Dentro dos costumes Charrua, o divórcio era uma pratica recorrente, enquanto no grupo Minuano dificilmente ocorria, porém nos dois grupos as mulheres foram utilizadas pelos seus maridos como meio de criar alianças políticas com os colonizadores (BECKER, 2002).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Os filhos entre os Charrua, aparentemente, eram criados por pais biológicos, enquanto entre os Minuano a educação das crianças costumava ser de responsabilidade dos pais até o período de lactância, passando após este momento a responsabilidade de prosseguir a educação das crianças para algum familiar. Entre os Charrua era comum ainda a adoção de órfãos por familiares ou outras pessoas que se disponibilizassem a acolher os infantes (BECKER, 2002; 2006). Deste modo o sentimento paternal dos filhos não eram expressados exclusivamente aos pais biológicos, na verdade, a afeição existia por quem os haviam criado, possivelmente por pais biológicos entre os Charrua e adotivos entre os Minuano. A manifestação mais acentuada deste sentimento fraternal nos dois grupos podia ser percebida nas manifestações femininas de luto, onde era costume entre as mulheres amputar suas falanges das mãos, iniciando pelo dedo mínimo, como demonstração do sofrimento pela perda de seus pais e filhos. Durante o luto, as mulheres recebiam uma alimentação específica que se tratava de *yaumbu*, perdiz ou os ovos destas aves (BECKER, 2002; 2006).

Rituais de autoflagelo também eram praticados pelos homens, no entanto para estes havia pelo menos dois motivos para as mutilações, elas seriam efetuadas para representar o número de inimigos mortos em confrontos pessoais e também como formas de manifestar o luto. Estas informações são trazidas por cronistas que descrevem os homens praticando *“como títulos de su mayor nobleza cicatrices; se daba cada uno a si mismo, en su cuerpo, tantas cuchilladas, cuantes muertes habían ejecutado (...)”* (LOZANO, 1873 *apud* BECKER, 2006, p. 116) e também como manifestação de luto.

(...) é costume ainda destas mulheres, quando morre alguns de seus parente próximos, cortar o nó dos dedos das mão. Com uma se encontrou um dos missionários, a qual já não tinha nas mãos, senão um ou dois dos dedos ilesos. Também os homens fazem as suas demonstrações, que é ferirem os próprios braços e espáduas com frechas, enxergando-se, depois, tanto nos braços como nas espáduas, os sinais das feridas. (AUTOR ANÔNIMO, 1749/1751 *apud* CESAR, 1998, p. 124)

No momento da morte bens pessoais como as roupas e os utensílios eram sepultados junto com seus donos, em período colonial os cavalos algumas vezes também parecem ter sido sacrificados e enterrados junto com seus donos. Nestas práticas



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

mortuárias podiam ser percebidos os únicos tipos de bens privados presentes entre os Charrua e os Minuano (BECKER, 2002).

Alimentação

Sobre a alimentação, de modo geral é possível perceber que esta foi baseada em tipos de carnes provenientes da fauna local, onde os peixes costumavam ser os mais capturados, principalmente durante o verão. Havia ainda o complemento alimentar por meio de coleta de recursos vegetais, sendo as variedades mais abundantes entre os Charrua (BECKER, 2002). Por meio de uma carta do Padre Alonso de Castillo, sabe-se que os moluscos também faziam parte da dieta alimentar dos Minuano, pelo menos nas imediações da Lagoa Mangueira (MAZZ & BRACCO, 2010).

Além das carnes e vegetais, ainda era costume destes grupos beber mel de *Lechiguana*, *Camuatí*, *Camuatá* e sangue diretamente em incisões feitas em veados (SOSA, 1957), bem como beber o chimarrão de erva-mate, que chamavam de *conronha*, e que possivelmente foi adquirido junto aos Guarani (BECKER, 2006; MAZZ, 2010). Outro hábito, destacado pelo menos para os Charrua, era espremer alimentos presentes no ventre de animais e beber o líquido resultante, cavalos em período histórico e provavelmente veados antes da conquista europeia (FAVRE, 1994; BECKER, 2002).

No período em que a carne bovina ainda não estava integrava a dieta Charrua, as ocasiões de caça e pesca consistiam em atividades primordiais da vivência deste grupo, estas atividades eram exclusivamente masculinas e adaptavam-se para tipos específicos de presas. Para as atividades pesqueiras havia pelo menos dois métodos conhecidos, um que se valia do uso de redes e outro que consistia no uso de instrumentos como lanças, arcos e flechas. (BECKER, 2002).

Quanto à caça, a tática predominante era a de *montería*, que conforme Becker (2002; 2006), travasse de uma ação coletiva em que vários homens encurralavam mamíferos munidos de armas como redes, boleadeiras, garrotes, arcos e flechas. Esta estratégia era utilizada para a captura de animais como veados, preás e lebres. Quanto à captura de aves não é sabido se a *montería* também era utilizada, existe apenas um poema



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

de Martín del Barco Centenera sobre a atividade de caça de emas em bando com o uso de boleadeiras.

*Con unas bolas que usan los enlazan,/si ven que están a lejos apartados,/y tienen en la mano tal destreza,/que aciertan con la bola en la cabeza.// A cien pasos que es cosa monstruosa/apunta el Charruaha a donde quiere,/y no yerra ni un punto aquella cosa/que tira, que do apunta allí la hiere (...). (CENTENERA, 1601 *apud* BECKER, 2002, p. 80)*

As carnes podiam ser cozidas ou assadas, quando cozidas elas eram envolvidas em folhas e preparadas em potes cerâmicos (SOSA, 1957) e quando assadas eram colocadas em espetos de madeiras, presas no chão, levemente inclinada ao redor do fogo e só eram viradas quando o lado exposto ao calor estivesse assado (BECKER, 2002).

A alimentação entre os Minuano, diferentemente a dos Charrua, tratavam-se de atividades individuais em que as pessoas comiam quando julgassem necessário. Esta informação corrobora o fato dos Minuano normalmente prepararem seus alimentos dentro de seus toldos enquanto a alimentação Charrua era uma ação coletiva que reunia o grupo fora dos toldos (BECKER, 2006).

Utensílios pessoais

Durante o século XVI, boleadeira, arco e flecha, lança, funda, macana (porrete), garrote e rede eram os instrumentos de caça, pesca e ou guerra dos Charrua, sendo também descritos nos séculos seguintes como utensílios tanto dos Charrua como dos Minuano. Como utensílio de transporte ainda existe uma descrição de Pero Lopes de Sousa sobre a aparência e capacidade das canoas utilizadas pelos Charrua no século XVI.

*(...) Saíram da terra a mim 4 almadias com muita gente: (...) remavam-se tanto, que parecia que voavam. Foram logo comigo todos; traziam arcos e flechas e azagaias de pau tostado, e eles com muito penacho todos pintados de mil cores; (...) suas almadias eram de 10, 12 braças de comprido e meia braça de largo; o pau delas era cedro, muito bem lavradas: remavam-nas com umas pás muito compridas; no cabo das pás penachos de borlas de penas; e remavam cada almadia 40 homens todos em pé (...). (SOUSA, 1861 *apud* HILBERT, 2009, p. 186)*

Em unidades métricas as dimensões destas embarcações seriam entre 22 e 26 m de comprimento e cerca de 1 m de largura.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Quanto às boleadeiras, parece haver algumas variações deste utensílio, havendo confecções com duas e com três bolas. As de duas, segundo Becker (2002), eram menores que as de três, eram utilizadas para capturar emas e tinham correias de cerca de quatro metros fixadas em depressões picoteadas no artefato. As boleadeiras de três possuíam duas unidades presas em uma corda com cerca de dois metros e uma outra presa em uma corda menor, tendo sido utilizada em período colonial na captura de cavalos.

Pode ler-se ainda em uma passagem textual de José Brito del Pino sobre um grupo Charrua, que andavam “(...) *todos con bolas y otros con un pedazo de palo y la punta un peso (...)*” (PINO, 1961 *apud* BECKER, 2002, p. 125). Esta descrição, embora não muito clara, é provavelmente o relato sobre o uso das boleadeiras mamilares ou *rompecabezas*, termo uruguaio para esta arma utilizada em atividades de guerra, a qual é bastante semelhante ao mangual medieval (corrente com bola). O nome desta arma em espanhol pode ser interpretado como uma analogia sobre o uso e danos causados pelo artefato em ação.

Para os arcos e as flechas as informações descritivas são para o período de utilização de pontas metálicas no lugar das líticas, havendo para estas últimas apenas um comentário, possivelmente de caráter arqueológico e logo associada aos Charrua, dizendo que lascavam com grande habilidade e que utilizavam algum tipo de tratamento térmico no preparo das matérias-primas (BECKER, 2002). Com os mesmos tipos de associação arqueológica, também parece ser a informação de Sosa (1957) sobre estas armas. O autor menciona que os Charrua utilizavam pontas lascadas em pedra, grandes espinhas de deives, outros tipos ósseos e até mesmo algumas variedades de madeiras que fossem duras o suficiente para a produção de pontas. Tais analogias parecem estar incluídas no fenômeno da sobredimensionalização Charrua evidenciado por Bracco (1999).

Porto (1936) expõe que as flechas eram guardadas em aljavas de couro que estes ameríndios mantinham nas costas, que estas flecha não tinham mais de três palmos de comprimento e que os arcos não eram de grandes proporções. Isto possibilita pensar que estas medidas poderiam ser semelhantes às anteriores ao contato. Em período colonial este conjunto de instrumentos era muito valorizado por ambos os grupos e normalmente era



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

utilizado apenas em ocasiões de guerra, pois o metal era de difícil acesso aos Charrua e aos Minuano (PORTO, 1936).

As lanças, que comumente são representadas em ilustrações dos Charrua, eram “(...) varas compridas e diretas, que acabam em uma das extremidades com palmo ou dois de punhal, ou espada e antes de seu encaixe, na madeira, as guarnecem de uma de uma flor de penas de avestruz (...)” (SALDANHA, 1787 apud PORTO, 1936, p. 30). Estas lanças tinham aproximadamente o dobro da altura dos que as empunhavam, contudo eram habilidosos em seu manejo tanto a pé ou a cavalo e faziam uso delas como armas de guerras e como instrumento de chuçar o gado. Para atividades pesqueiras foram utilizadas com algumas variações na forma de azagaias.

Como utensílios domésticos, sabe-se existirem potes cerâmicos através das palavras de Acosta y Lara onde são descritos o preparo e uso deste tipo de material. **“Sus utensilios son unos vasos de barro negro, que dejan secar al sol hasta que se vuelve duro¹. En estos vasos cuecen la carne de avestruz”** (LARA, 1956 apud BECKER, 2002, p. 121).

Sobre os demais instrumentos, pouco se sabe além da existência deles como cultura material destes grupos. Becker (2002) menciona ainda artefatos como uma espécie de funda (atiradeira, bodoque...) com a qual arremessavam pedras pontiagudas a longas distancias e com bastante destreza. A macana, porrete de 40 a 60 cm utilizado em atividades de caça e como autodefesa. O garrote, pedaço de madeira com uma corda utilizado para o estrangulamento dos animais na caça de **montería**, assim como redes que eram lançadas sobre as presas. Muitos materiais culturais destes grupos provavelmente não foram descritos, talvez por não terem interessado os cronistas que conviveram com estes ameríndios. Por isso, são apenas os presentemente mencionados que a literatura específica permite relacionar como os Charrua e com os Minuano.

¹ Embora este relato seja simples e não mencione a cocção dos potes (fato que não permitiria a utilização destes potes, por serem desta forma extremamente frágeis quando inacabados), este relato representa uma importante informação sobre o conhecimento cerâmico por estes grupos pescador-caçador-coletores. Basile-Becker (2002) não deixa claro se estes potes de cerâmica eram pertencentes aos Charrua, aos Minuano ou mesmo aos dois grupos.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Habitação

A construção dos toldos Charrua, de acordo com Becker (2002), eram de responsabilidade das mulheres, informação que a autora credita para pelo menos a partir do século XVII. Os toldos eram construídos com base em quatro varas fixadas proporcionalmente no solo, e nestas estruturas eram prendidas esteiras de junco que constituíam as coberturas e as paredes destas habitações, que quando concluídas tinham aproximadamente 1,5m de altura.

Conforme a autora a constituição dos toldos teriam sofrido algumas variações relativas a mudanças de matéria-prima em período colonial, deste modo tendo sido também empregado o couro. Outras mudanças teriam acontecido na própria estrutura das habitações, onde haveriam exemplares construídos com duas varas cruzadas, com ambas as extremidades cravadas no chão².

Nos primeiros anos do contato os toldos eram construídos para abrigar cerca de dez pessoas sem distinção sexual ou etária, caso um toldo não fosse suficiente para abrigar uma família numerosa, outro era construído ao lado para que todos tivessem abrigo. Os toldos eram construídos, antes de tudo, com o propósito servir como um abrigo para as intempéries, sendo as cozinhas feitas fora do perímetro interno dos toldos, assim como também eram os fogos (BECKER, 2002).

O conjunto de toldos constituíam as toldoarias, que em casos isolados podiam ter até cerca de cem toldos, como destaca o Padre Policarpo Dufo a respeito de uma toldoaria Minuano: *“(...) ocho dias antes, se habían partido los infieles con toda su chusma; constaba dicha toldería de ciento y un piris³ (...)”* (DUFO, 1715 *apud* MAZZ & BRACCO, 2010, p. 95). Assim, pela lógica, uma toldoaria poderia reunir cerca de mil indivíduos. No entanto, Becker (2002) crê que Dufo possivelmente tenha se equivocado em suas contas, pois a maior parte dos dados históricos menciona cerca de 20 a 30 toldos por toldoaria.

Quanto aos toldos Minuano, Porto (1936) traz informações sobre moradias do período de utilização do couro bovino. Na construção eram utilizadas esteiras de palha (junco?) como cobertura e o couro servia para as paredes, sendo que uma destas paredes

² Estes tipos de toldos eram morfologicamente semelhantes às atuais barracas de acampamento do tipo iglu.

³ Pirí em Guaraní tem o significado de junco e também de esteira de junco (MAZZ & BRACCO, 2010). Pirí em *Ipi* tem o significado de casa (SILVA, 2008).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

inteira servia como porta de acesso a residência. Porto (1936), dizia que: “As suas mudáveis casas costumam armar sôbre alguma descoberta colina e raras vezes junto do mato (...)” (SALDANHA, 1787 *apud* PORTO, 1936, p. 30), servindo-lhes como dormitório, lugar para comer e cozinhar, chegando a abrigar cerca de cinco a seis indivíduos.

Mazz & Bracco (2010) mencionam que em período colonial as toldoarias Minuano distavam entre si de uma a duas léguas (entre 6 e 12km) e que os caciques de toldoarias afastadas se comunicavam entre si através de sinais de fogo quando necessitavam de ajuda. Porém tais distâncias são registradas para um período em que os membros deste grupo possuíam cavalos e os mantinham próximos de seus acampamentos. Deste modo, em momento anterior ao contato com o colonizador europeu, as distâncias poderiam ser ainda menores por não haver necessidade de um espaço para abrigar estes animais.

Francisco Jarque complementa os relatos sobre as toldoarias Minuano informando sobre o tempo médio de permanência em cada lugar: “*allí todo el año los infieles hallan a mano la caza, las raíces y frutas silvestres, en tanta abundancia, que sin cultivar tierras, solo con mudar sitio cada tres meses las parcialidades, pueden sustentar sus familias*” (JARQUE, 1683 *apud* MAZZ & BRACCO, 2010, p. 25).

As diferenças existentes entre as habitações dos Minuano e as dos Charrua quanto a estrutura, capacidade e função são notórias. Porém, primeiramente quanto à estrutura, tem de se ponderar que a utilização do couro pelos Charrua também foi bastante presente no século XVII. Quando estes se proveram do gado, também utilizaram o couro como umas das matérias-primas construtivas das habitações, o mesmo se procede sobre a capacidade destas em suportar indivíduos, sendo também adaptadas neste aspecto. Nos anos seguintes os toldos dos Charrua foram reformulados e o tamanho destes também provavelmente tenha sido adaptado.

No entanto, o que mais se destaca ao comparar os relatos sobre as habitações, é o que tange a preparação de alimentos dentro dos toldos Minuano. Informação semelhante para os Charrua não são trazidas por cronistas e viajantes em nenhum dos momentos de contato em período colonial, o que talvez possa indicar um fator interessante de diferenciação cultural entre estes grupos.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Vestuário

Conforme Becker (2002), informações sobre as vestimentas dos Charrua no século XVI são muito raras, porém no século XVII as informações já são mais ricas, de onde se pode absorver que tanto Charrua como Minuano vestiam-se com o *Cayapi*, sendo que entre os Minuano tanto homens como mulheres utilizam roupas semelhantes. Sosa (1957) relata que nas épocas mais quentes do ano as vestimentas não eram utilizadas, sendo a nudez bastante comum nestes períodos.

Sobre as roupas utilizadas pelos Minuano, há uma descrição bastante rica de José Saldanha.

(...) cobertos pelas costas até os calcanhares com os caypís, ou grandes mantas de couro descarnados, e sovados com o pêlo para o corpo e o carnal para a parte de fóra, atado com uma tira do mesmo couro por cima dos ombros e por diante do pescoço; envolvidos desde a cintura até o joelho com volta e meia de pano de algodão, são estas as suas gerais vestimentas. Aos caypís que eles fazem de pele de veado ou de vitela sovados e descarnados e cosidas umas às outras, ou enfim de couro de alguma nova vaca, pintam pela parte exterior que é a do carnal, com umas listras ao comprido e atravessadas, de encarnado e cinzento, aquela cor tiram de terra de ôcra de ferro. (SALDANHA, 1787 *apud* PORTO, 1936, p. 30; 31)

Os *Cayapis* eram curtidos em gordura animal para que ficassem flexíveis e acomodassem melhor ao corpo (BECKER, 2002; MAZZ & BRACCO, 2010) e sua decoração podia variar, nem sempre sendo pintados com listras horizontais e verticais de vermelho e cinza. Becker (2002), informa que algumas vezes eles eram pintados de branco e decorados com quadrados, losangos e triângulos pintados em vermelho e azul acinzentado. Outras variações provavelmente existiram, porém não foram vistas e ou documentadas pelos cronistas.

Pinturas corporais e adornos

Becker (2002) informa que os Charrua em geral utilizavam raramente pinturas corporais, e que estas práticas seriam exceções guardadas a parcialidade étnica dos Manchados da porção territorial entre os Rios Negro e Uruguai. Sosa (1957) acrescenta a este ponto a informação de que os homens Charrua, pelo menos os Manchados, pintavam a



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

mandíbula de branco em atividades bélicas, estas pinturas segundo o mesmo eram feitas como modo de se diferirem dos inimigos em guerras.

Outra prática presente entre os Charrua, esta já mais ampla, é a das tatuagens, que eram realizadas com o aplicar de um tipo de argila escura sobre a pele recém picoteada, ou seja, eram abertos poros na pele e aplicava-se esta substância corante nas feridas.

*(...) el día que parece la primera menstruación las pintan tres rayas azules oscuras; la una cae verticalmente por la frente, desde el cabello a la punta de la nariz, siguiendo el caballete de está, y las otras dos, una a través de cada sien. Estas rayas son indelebles porque la ponen picando la piel y poniendo arcilla negruzca. (AZARA, 1962 *apud* BECKER, 2002, p. 116)*

O uso destas marcas parece não ter sido restrito as mulheres, Saldanha menciona que o cacique Minuano Salteinho trazia “(...) *marcada sobre la nariz y sobrecejas, una cruz de tres picos, hechas con algún hierro en brasa, y que permanece en color ceniciento (...)*” (SALDANHA 1787 *apud* MAZZ & BRACCO, 2010, p. 223; 224). Este aspecto parece ter se estendido até a primeira metade do século XIX.

*Una viajera parisiense, tal vez una modista, que no sospechaba al retener su pasaje en la diligencia de Paris, de encontrarse en compañía de cuatro salvajes, casi desnudos, con olor a jardín zoológico, con dedos ganchudos, con voz gutural, con nariz tatuada⁴ (...). (GOZLAN, 1833 *apud* SOSA, 1957, p. 285)*

Fatores de diferenciação cultural entre Charrua e Minuano, ainda que modestos, podem ser percebidos quanto ao período da vida da mulher em que eram realizadas as tatuagens, entre os Minuano após o nascimento e entre os Charrua em idade núbil. Além do período de realização das listras, existem algumas diferenças presentes nas descrições quanto a diferenças nas linhas que eram tatuadas nos rostos, o que é possível que antes de ser interpretado como um fator de diferenciação cultural entre os grupos possam ser apenas consequências de variações de um estilo tecnológico.

⁴ Nesta passagem textual M. Léon Gozlan falava sobre os quatro Charrua (Senaque, Micaela Guaynusa, Laureano Tacuabé e Vaymaca Peru), enviados a Paris por Fructuoso Rivera em 1833 para serem expostos em um zoológico humano com seus tradicionais utensílios pessoais, junto com emas em um cela caracterizada como um toldo (Hilbert, 2009).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Segundo Becker (2006) os Minuano utilizavam pinturas corporais que deviam ser dentre outras possibilidades, diferenciadoras tribais, assim como os adornos deviam ser indicadores de status tanto para os Charrua quanto para os Minuano, o que transparece na descrição do Pade Cattaneo sobre os Charrua: “(...) *los principales llevan engastados en la barba algunos vidrios, piedras o pedazos de lata (...)*” (CATTANEO, 1730 *apud* MAZZ & BRACCO, 2010, p. 121).

Este objeto a que se refere Cattaneo trata-se do *tembetá*, um adorno em forma de “T” com 10 a 12 cm de comprimento e 3 mm de diâmetro que era introduzido pela mãe no lábio inferior dos meninos como um símbolo de virilidade, e só era retirado no momento de substituição por um novo de acordo com o crescimento da criança (BECKER, 2002; 2006). Outros objetos como agulhas de costura também foram utilizados como *tembetá* em período de maior contato com os conquistadores (BECKER, 2002; MAZZ & BRACCO, 2010).

Outras marcas corporais que Becker (2002) relaciona aos Charrua são as cicatrizes, que eram exibidas pelos homens como status representativo do número de inimigos mortos, enquanto para os Minuano este tipo de autoflagelo é apresentado significando a demonstração da dor sentida pela morte de um familiar. Eis neste ponto outra possibilidade de variações culturais entre estes dois grupo, conflitos na percepção de diferentes cronistas, ou ainda, o autoflagelo pode ter tido ambos os significados nos dois grupos.

Considerações finais

Este trabalho segue uma abordagem que atualmente vem ganhando força no Uruguai, onde a partir da etnografia histórica é trabalhada a ruptura entre os grupos (e também os termos) Charrua e Minuano, onde neste caso, tal abordagem é utilizada para pensar possíveis relações destes ameríndios como os *Cerritos de indios* trabalhados pela Arqueologia regional. Quanto às relações destes grupos com os sítios arqueológicos com Cerritos⁵, pensa-se em concordância com Bracco (1999) e Mazz & Bracco (2010), ao

⁵ Cerritos são estruturas arqueológicas monticulares construídas com terra e diferentes tipos de materiais culturais como cerâmica, lítico e arqueofauna (entre outras possibilidade).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

defenderem que o território tradicional dos Charrua foi originalmente diferente dos lugares de Cerritos, pois apenas por volta de 1740 estes passaram a ocupar o território originalmente Minuano.

Como apresentado, a ideia central deste trabalho não é discutir conceitos teóricos que versem sobre a arqueologia dos Cerritos, nem muito menos afirmar diretamente que os Minuano foram os construtores de Cerritos. Este é um tema que necessita muita discussão e será cuidadosamente discutido em outras oportunidades.

Tais aspectos culturais descritos neste texto são apenas partes de um levantamento **teórico realizado como referencial teórico para o projeto de mestrado “E quanto ao lítico? Análise e revisão da cultura material lítica em Cerritos da fronteira Brasil-Uruguaí, Rio Grande do Sul”**. Estes e outros dados etnográficos poderão auxiliar na interpretação que vem sendo desenvolvida com a cultura-material de um Cerrito da região central do Rio Grande do Sul⁶, bem como em outras eventuais pesquisas que venham acontecer.

Além de servir como método auxiliar na referida pesquisa, acredita-se que tais descrições culturais possam auxiliar o início de novas pesquisas, servindo como subsídio teórico a outros pesquisadores que tenham interesse sobre a cultura destes ameríndios ou ainda sobre Cerritos.

Referências

- BECKER, Ítala Irene Basile. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. 2.ed. *Documentos*. São Leopoldo, n.5, p.125-147, 2006.
- BECKER, Ítala Irene Basile. *Os índios Charrua e Minuano na antiga banda oriental do Uruguaí*. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2002.
- BLANCO, Sebastián Pintos. Túmulos, caciques y otras historias: Cazadores recolectores complejos en la cuenca de la Laguna de Castillos, Uruguay. In: *Complutu*. Madrid: Ed.Universidade Complutense de Madrid, n.10, p.213-226, 1999.
- BRACCO, Diego. *Guenoas*. Montevideu: Ministerio de Educación y Cultura, 1999.
- CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: 1605-1801*. 3.ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1998.

⁶ Este Cerrito está presente no Sítio Arqueológico do Pororó, localizado no município de Pinhal Grande.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- FAVRE, Oscar Padrón. *Sangre Indígena en el Uruguay*. 3.ed. Durazno: Libros del autor, 1994.
- HILBERT, Klaus. Charruas e Minuanos entre ruptura e continuidade. In: KERN, Arno Alvarez, SANTOS, Maria Cristina dos, GOLIN, Tau (orgs.). Povos Indígenas. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 179-206.
- MAZZ, José Maria López; BRACCO, Diego. *Minuanos: apuntes y notas para la historia y la arqueología del territorio Guenoa-Minuan (indígenas de Uruguay, Argentina y Brasil)*. Montevideu: Linardi y Risso, 2010.
- PORTO, Aurélio. Primitivos habitantes do Rio-Grande-do-Sul. In: *Terra Farroupilha*. Porto Alegre: Livraria Selbach, n.1, p.21-31, 1936.
- SILVA, Sergio Batista da. Categorias sócio-cosmológico-identitárias indígenas recentes e processos de consolidação de novos sujeitos coletivos de direito: os Charrua e os Xokleng no Rio Grande do Sul. In: FREITAS, Ana Elisa de Castro, FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas (orgs.). Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2008, p. 25-35.
- SOSA, Rodolfo Maruca. *La nación Charrúa*. Montevideu: Letras S.A., 1957.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS ENTRE 1930-45

Anderson Matos Teixeira*¹

As relações entre os Estados Unidos e o Brasil no período entre 1930 e 1945 se pautaram principalmente numa busca por parcerias que, de certa forma era essencial aos dois países e por uma busca de interesses mais que pontuais, sobre certas áreas, configurando-se como uma tendência a um arranjo estratégico, na concepção de cada um dos lados.

O que se pretende mostrar neste artigo é, de que forma se deu estes arranjos, baseados em quais interesses e quais as conseqüências naquele período deste concerto internacional, no que diz respeito as relações regionais dentro do hemisfério americano.

Em 1930 o Brasil se vê diante de uma crise, em que desponta a figura de Getulio Vargas na direção do país. Ao assumir o governo em novembro de 1930, após um golpe, numa aliança com os militares, Vargas buscou diretivas para a modernização do Brasil, reformulando suas estruturas internas e buscou parcerias no exterior para financiar esta transição. Há que se observar, que o Brasil, como o mundo todo, vinha de uma grave crise financeira, a quebra da bolsa de Nova York em 1929, fazendo com que as estruturas oligárquicas fossem abaladas e uma nova classe de industriários e empresários surgisse em paralelo a esta velha estrutura.

Os Estados Unidos também buscavam se recuperar da crise financeira de 1929 e buscaram impor ao mundo o seu livre-comércio internacional para reativar a maquina econômica de seu país. Tendo se iniciado lá nos Estados Unidos, a crise de 1929 arrastou todas as economias do mundo para um fosso, estagnando praticamente todo o comércio internacional, assim os norte-americanos buscaram alavancar este comércio para fomentar sua indústria a produzir e restabelecer este mecanismo financeiro.

A crise de 1929 gerou um reflexo na economia dos países capitalista. Além da desvalorização cambial, fez com que os países voltassem a estabelecer medidas

* Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: amatosteixeira@gmail.com

¹ É bolsista Capes.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

protecionistas sobre suas economias. Moura (1991, p.5) afirma que os Estados Unidos estavam na “contra corrente”, mas haviam seguidores desta corrente como os “países de capitalismo avançado, além dos países de economia dependente”. O Brasil se enquadrava nas economias dependentes, uma vez que em 1928, os Estados Unidos controlavam 70% das exportações de café do Brasil (MCCANN, 1995, p.30).

Vargas buscou implementar uma série de reformas político-econômico-sociais em seu governo que, junto com a mudança dos atores sociais, rompendo com o *ancien régime*, fomentavam a modernização do país. Buscava uma mudança na postura econômica do país, deixando de ser um país agroexportador para um exportador de manufaturas. Para isso, precisava de um parque industrial capacitado que a partir dele o Brasil se modernizaria. Este pensamento, conforme Svartman (2008, p.78) explora, vinha de acordo com os interesses dos militares que auxiliaram Vargas em seu golpe de novembro de 1930. As Forças Armadas também tinham esta visão e também buscavam a modernização de seus meios, convergindo às posturas das esferas políticas e militares.

Em 1932, o republicano Franklin Delano Roosevelt assume a presidência dos Estados Unidos. Roosevelt buscou uma aproximação cordial com o continente americano, contrariando a antiga política intervencionista que os Estados Unidos tinham e, aliado a esta postura, buscava também uma participação maior nas discussões internacionais, uma vez que a política do isolamento predominava sobre as relações internacionais deles². Com as mudanças estruturais que Getulio Vargas implantou na política interna brasileira e a mudança de postura da política externa norte-americana, as duas nações passaram a construir um diálogo político cordial (HIRST, 2009, p.26).

A Alemanha desempenhava um papel importante nas decisões brasileiras até o período anterior a participação das nossas forças armadas na Segunda Guerra Mundial. Esta influencia se dava pela grande presença de colonos na região sul do país e também pela relação das forças armadas, uma vez que as missões militares alemãs tiveram um papel importante na modernização destas instituições e inspirava uma modernidade de meios sobre elas, além da presença expressiva no comércio com o Brasil.

² Esta postura só seria rompida completamente em 1941 depois dos ataques a Pearl Harbor em dezembro daquele ano.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Svartman (2008, p.78) afirma que as relações brasileiras com os dois atores internacionais, os Estados Unidos e a Alemanha se pautavam num **“pragmatismo”**, onde o Brasil buscava a conquista dos seus interesses colocando as duas nações numa disputa por **um alinhamento maior. Para ele, o pragmatismo é compreendido como “uma forma realista de se proceder politicamente” (SVARTMAN, 2008, p.79).** Ele ainda chama a atenção para este pragmatismo, de forma que ele não é consensual a todos os atores envolvidos no processo decisório nem nos envolvidos em negociações, principalmente no que se refere à esfera militar (SVARTMAN, 2008, p.79). Assim, o que o pragmatismo pregava era a modernização do parque industrial e das forças armadas brasileiras em troca de um alinhamento político-econômico com o país que oferecesse melhores condições e contra partidas daqueles negócios.

“o governo Vargas explorava as possibilidades oferecidas por ambos os centros, sem optar por uma aliança clara com um dos dois. Essa indefinição não derivava apenas da ausência de um *sistema de poder* plenamente consolidado no plano internacional. Derivava também do fato de que na conjuntura política brasileira ocorria uma divisão completa, tanto nas instancias centrais quanto nas instancias inferiores de decisão” (MOURA, 1991, p.6).

Esta mudança na postura internacional norte-americana para o hemisfério, do ***big stick*** para uma **“política de boa vizinhança”** fez com que Vargas assumisse uma postura mais próxima dos Estados Unidos, mas não deixava a Alemanha de lado.

A relação entre as três nações girava principalmente em torno do comércio. A Alemanha o fazia de uma maneira diferente do comum. Ela fazia um comércio por compensações, onde não havia a necessidade de intermediação de moedas fortes, como o dólar e a libra e era feita na forma de mercadorias trocadas por mercadorias. Conforme Moura (1991, p.4) afirma, as moedas de cambio eram escassas entre ambos os países. Já os Estados Unidos se pautavam pelo livre-comércio, buscando estabelecer concessões comerciais e a redução de tarifas alfandegárias, medidas recíprocas que resumia no **“tratamento de nação mais favorecida” (HIRST, 2009, p.28)**, ainda num período de forte protecionismo da economia por parte do governo brasileiro.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A Alemanha vinha ganhando espaço em nossa economia, superando a Inglaterra em muitos pontos. Dentre a política de aproximação dos Estados Unidos, além de garantir o fluxo de matérias primas e abertura de mercado para seus produtos, esta política também **tinha por objetivo, “impedir a influencia externa (européia) na America Latina, garantir a liderança americana no hemisfério e estimular a estabilidade política nos países latino-americanos” (MOURA, 1991, p.5).**

Na década de 1930 a Alemanha desponta como uma potencia na Europa. Hitler ao assumir o comando daquela nação implementou uma serie de medidas fazendo com que a Alemanha saísse de uma posição de pais derrotado na guerra anterior para a posição de grande potencia, rivalizando com outros países daquele continente. Essa rápida ascensão, pautada no desenvolvimento tecnológico e econômico inspirou muito os militares brasileiro, principalmente através da criação de vínculos institucionais com o exercito alemão com as missões militares.

Nas relações políticas, o Brasil se avultava a um pan-americanismo crescente. Desde as primeiras conferencias dos chefes de relações exteriores, o Brasil se solidarizava as propostas americanas e auxiliava na promoção delas a outros países. Mas este apoio sempre exigia contra partidas para os norte-americanos, uma vez que o peso que o Brasil possuía na balança regional era grande, mesmo com a Argentina rivalizando este papel. Cabe ressaltar que a diplomacia brasileira esteve presente em diversas questões na região sulamericana, como nas vezes em que intermediou as disputas entre Peru e Colômbia, na questão de Letícia em 1933 e na Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia em 1934 (BUENO, 2008, p.235).

Em 1932, na ocasião da Revolta Paulista, os dirigentes rebeldes solicitaram ao governo dos Estados Unidos que reconhecessem o Estado de Beligerância de São Paulo com o governo federal. O chanceler do governo de Vargas, Afrânio de Melo Franco, devotou esforços para amenizar a situação e fez com que o governo norte-americano não reconhecesse aquela situação como beligerância e ainda fez com que não aprovassem a compra de equipamentos pelos rebeldes paulistas. Mas, por meio de contrabando, conseguiram comprar aviões e armas dos Estados Unidos via Chile e embaixada chinesa (BUENO, 2008, p.236).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Para os militares, a modernização do parque industrial nacional e a implantação de uma siderúrgica era uma questão importante, como afirma Svartman (2008, p.80), pois era visto como um fortalecimento da instituição a longo prazo. Neste ponto há uma série de observações a serem analisadas. A Argentina até um período anterior disputava uma parte do nosso território e ainda dispunha de forças armadas mais bem equipadas e preparadas que as nossas, além disso, foi vitoriosa ao conseguir barrar o arrendamento de navios norte-americanos a nossa marinha (SVARTMAN, 2008, p.82). Ele ainda afirma,

“Desde o início da década e, de forma mais dramática, depois da guerra civil de 1932, havia um nítido consenso na cúpula militar brasileira em torno da debilidade da capacidade de defesa de suas forças armadas. A guerra do Chaco, a escalada militar na Europa e na Ásia, e o programa de rearmamento argentino – o então tradicional rival e inimigo potencial do Brasil – compunham um cenário cuja avaliação pelos militares brasileiros não era nada favorável ao seu país” (SVARTMAN, 2008, p.79).

Com um rival em nosso quintal, forças armadas despreparadas e sem capacidade própria, os militares advogavam que era preciso uma indústria bélica desenvolvida no Brasil e que isso dependia de um parque industrial moderno e forte. Desde 1934 o Exército passou a se aproximar dos Estados Unidos, através das missões militares, mas a dificuldade por parte dos norte-americanos em fornecer armamentos modernos para que pudéssemos rivalizar a Argentina em Poder Militar, fez com que buscassem apoio na Alemanha (SVARTMAN, 2008, p.82).

A Marinha tinha uma relação muito forte com os Estados Unidos até o início da era Vargas, **onde rompeu com a missão militar daquele país por “contenção de despesas”** (BUENO, 2008, p.233). Os Estados Unidos já vinham prestando assessoria a Marinha desde 1893, depois da ocasião da Revolta da Armada. Isso se intensificou com a vinda de uma missão **naval em 1922, onde “teve uma função estratégica de longo alcance, na qual se inseria, entre outros objetivos, a manutenção do equilíbrio entre as principais nações da America do Sul”** (BUENO, 2008, p.201). A missão naval americana foi renovada em 1926 e se entendeu até 1930.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A partir do final da década de 1930, que o Brasil passou a se aproximar cada vez mais dos Estados Unidos e o papel da Alemanha começou a ser abalado, mesmo que se mantivesse de grande importância ainda, pelo fornecimento de armamentos modernos ao Exército. A disputa entre Estados Unidos e Alemanha pela inserção no Brasil se intensifica até o início da Segunda Guerra Mundial, quando o fiel da balança se desloca para o eixo norte-americano.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, diante da invasão alemã na Polônia e a conseqüente declaração de guerra a França e a Inglaterra, a relação entre Brasil e Alemanha passa a ser estremecida pelo embargo imposto a ela pela Inglaterra. Após o ataque a base de Pearl Harbor, os Estados Unidos entram oficialmente na guerra. Vargas se solidariza com os norte-americanos e Roosevelt, com a bandeira do pan-americanismo, clamou pela segurança de toda a América.

Neste momento, como afirma Hirst (2009, p.27) o Brasil e outros países da América do sul passaram a ter uma importância para os Estados Unidos, pois além do papel **político, eram vitais para “o suprimento de materiais estratégicos e/ou a cessão de bases militares”**. O Brasil ainda buscava a solução para dois de seus maiores problemas: a modernização do parque industrial, no caso, uma siderúrgica e a modernização das Forças Armadas, agora não só Marinha e Exército, mas também da Força Aérea, com a criação do Ministério da Aeronáutica em janeiro de 1941.

Por mais que as análises flutuem entre as questões políticas, militares econômicas e culturais, o ponto central desta disputa, foi a criação da Companhia siderúrgica Nacional. Esta questão passou por todos estes pontos e amarrou a relação Brasil-Estados Unidos até 1940, quando o foi assinado o contrato com o Eximbank para a aquisição dos equipamentos (BUENO, 2008, p.261; MOURA, 1991, p.21).

Nas Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizadas Panamá (1939), Havana (1940) no Rio de Janeiro (1942), se estruturaram os eixos para o isolamento do continente frente a Segunda Guerra Mundial. Foram propostos a declaração de neutralidade (Panamá – 1939), os esforços pela cooperação na defesa da América (Havana – 1940), culminando com o rompimento das



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

relações diplomáticas (Rio de Janeiro – 1942) com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) (HIRST, 2008, p.27).

Na ocasião da IIIª Conferência, o então diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, em 28 de janeiro de 1942 rompeu as relações diplomáticas com os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão, reafirmando o engajamento do Brasil com a causa dos Estados Unidos. Em fevereiro de 1942, os submarinos alemães começam a atacar os navios brasileiros. Primeiramente o mercante de borracha *Buarque*, na saída de Belém - Pará (MCCANN, 1995, p.221). Mas com o desenrolar da campanha naval alemã, os ataques de submarinos aos navios de bandeira brasileira passaram a aumentar e faziam mais vítimas. No dia 22 de agosto de 1942, o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo (MCCANN 1995, p. 231), que, de acordo com Bandeira (2007, p.396) se deu por pressão popular, depois que **“os estudantes lançaram-se as ruas”**.

O pragmatismo brasileiro, de acordo com Bueno (2008, p.258) na área comercial se deu até 1939, quando a Alemanha inicia a guerra, pois ela criou dificuldades do fluxo marítimo alemão e estreitou outros laços, principalmente com os Estados Unidos e Inglaterra. O mesmo autor ainda afirma que:

Embora a guerra e, mais especificamente, o bloqueio naval inglês tenham imposto significativa diminuição nas relações comerciais com a Alemanha, o poder de barganha do Brasil ainda não estava totalmente esgotado, sobretudo se não se perder de vista as vitórias alemãs no teatro de operações. O afã de rearmar as forças militares e de construir uma usina siderúrgica poderia ser satisfeito pela Alemanha (BUENO, 2008, p.252).

Na aproximação Brasil-Estados Unidos não foi um processo de troca de favores mútuos. Na verdade foi uma disputa por interesses que em muitos casos foi de encontro com os interesses da outra parte. No Brasil, a cessão das bases aéreas no nordeste foi um desses focos de disputa, pois vinha contra a posição dos militares brasileiros que não aceitavam a ocupação de seus territórios por forças estrangeiras. Para os Estados Unidos, coube a negociação junto a marinha inglesa para a liberação de navios alemães com armas



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

para o Brasil, compradas antes do início das hostilidades (MOURA³ apud BUENO, 2008, p. 252)

Com a entrada do Brasil na guerra, o que se viu foi uma intensa cooperação com os Estados Unidos para os esforços de guerra. O que se vê é um alinhamento em todas as esferas. Svartman (2008, p.78) afirma que este alinhamento, no que se refere a esfera militar, a relação entre o exército norte-americano e o brasileiro **“não foi uma relação entre iguais, mas tampouco foi de subordinação”** que se construíram os vínculos institucionais desde a década de 1930.

Com a Europa ocupada depois da queda da França, bloqueando e ameaçando a Inglaterra e a ocupação do norte da África pelas forças do Eixo, além da campanha naval no Atlântico, via-se o perigo da aproximação da guerra na América. Os Estados Unidos estavam nos esforços para a manutenção do status da Inglaterra, fornecendo materiais e proteção aos comboios logísticos. A ameaça da queda das tropas aliadas no norte da África exigiria um esforço logístico e o **“Saliente Nordestino”** era a menor distancia entre a America e a África.

Assim, era necessário para os Estados Unidos estabelecer um trampolim para a África a partir do Brasil. Os norte-americanos queriam ocupar a região do **“Saliente Nordestino”** e dispor tropas lá. Mas os militares brasileiros, temendo uma ocupação militar, não aceitaram a proposta. Ficou a cargo de uma empresa aérea norte-americana a construção e melhorias das instalações aeroportuárias no nordeste e norte do país, para que as forças dos Estados Unidos operassem a partir dali.

O governo norte-americano não aceitava as demandas **“exageradas”** de armamento requisitado pelo Brasil, usando a lei do *Lend & Lease*. Ao mesmo tempo em que o Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos dizia que era necessário o **“reforço à defesa de certas regiões do Brasil”** (MOURA, 1991, p.27), vide nordeste, pois naquele momento eram vulneráveis a um ataque do Eixo. Graças ao estabelecimento de comissões de defesa entre os dois países, é que se pode estreitar os laços **“estratégicos”** para ambos. Ficou definida a

³ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

necessidade de defesa da costa brasileira e a necessidade de reequipar as nossas Forças Armadas com materiais no estado-da-arte daquela época.

Com a expulsão das tropas do Eixo no norte da África e o avanço das tropas aliadas na Europa, o Brasil passou a ser somente uma rota logística e fornecedor de matérias-primas para os Estados Unidos (MOURA, 1991, p.28). Logo, a necessidade de material das forças de defesa brasileiras não era mais necessária. Ainda havendo a necessidade de modernizar as nossas forças, pleiteou-se o envio, mesmo sem a necessidade efetiva, mais como um papel político do Brasil La fora (BUENO, 2007, p. 264).

Logo que acertado a participação do Brasil no conflito, ficando subordinadas a um Exército norte-americano, as tropas foram enviadas ao front. Há que se chamar a atenção que boa parte de todo o contingente brasileiro enviado a Europa, tanto do Exército, quanto da Força aérea, foram treinadas nos Estados Unidos e equipados com os mesmos materiais e uniformes dos norte-americanos.

Ainda em 1945, o Brasil deu mais um passo no alinhamento com os Estados Unidos, ao declarar guerra ao Japão em junho daquele ano, mesmo depois do fim da guerra na Europa (BUENO, 2007, p.267). Nos combates no Pacífico, os norte-americanos levaram praticamente sozinhos os esforços para a conclusão da guerra contra o Japão.

No pós-guerra, o Brasil ainda teve um saldo positivo, de acordo com Bueno (2007, p.267), pois pode ficar com os materiais da guerra e ainda se beneficiou com os equipamentos modernos que viriam a ser cedidos. No ponto de vista de pessoal, este alinhamento e participação no conflito renderam uma grande quantidade de mão-de-obra bem capacitada e orientada por um dos melhores centros de ensino.

Considerações Finais

O que deve ficar entendido é que esta política de barganha, executada pelo governo brasileiro, como alguns autores afirmam, não rege todo o período. Há a participação dos diversos tomadores de decisão nos três países que também tem importância neste jogo. Ele se resume em uma situação conjuntural, onde o momento era propício e foi explorado bem por ambas as partes.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Esta convergência de interesses que reinou o período não foi um acordo entre cavalheiros, mas se pautou em diversas rodadas de negociação, muitas vezes sob clima acalorado, buscando estabelecer um compromisso em que ambos pudessem ter contrapartidas de seu interesse, mesmo quando a Alemanha estava considerada fora do jogo, havia certa influência sobre as negociações com os Estados Unidos.

O que se vê no período seguinte, é a posição do Brasil em relação aos interesses norte-americanos diminuir e conseqüentemente o papel norte-americano na nossa política. Logo se estabelecería uma parceria estratégica com a Alemanha, na área nuclear, sendo questionada e combatida pelos Estados Unidos.

Referencias Bibliográficas

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BUENO, Clodoaldo. Da agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2008.
- HIRST, Monica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MCCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.
- MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões – Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40*. In: Revista dos Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v.34, nº1, p.76-91, junho de 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

ANÁLISE PRELIMINAR DAS RELAÇÕES DE COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA NOS PERÍODOS PÓS-1960 E PÓS-1990: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A (DES) INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

André da Silva Pereira¹

Mateus Kellermann²

Denize Grzybovski³

Carlos Henrique Riss⁴

1. Introdução

Argentina e Brasil viveram, no período pós-1960, um momento de intensa e crescente aproximação diplomática, porém, sem reflexos práticos para o desenvolvimento e o crescimento dos países no continente. No entanto, segundo Candeas (2006), o período que compreende de 1962 até 1979, relata como sendo de uma fase denominada como de instabilidade conjuntural e com predomínio de rivalidades entre os países. Essa rivalidade tendo como pano de fundo a ascensão de poder econômico sobre o continente e sobre relações internacionais.

Segundo o mesmo autor, (2006, p.27) o mesmo pensamento de poderio econômico que antes criava e alimentava divergências de um alinhamento econômico, agora com a criação e implantação da Usina de Itaipu e estudos sobre energia nuclear, passam a constituir elementos agregadores para os dois países. Mesmo que durante esta fase ainda estivéssemos vivenciando períodos desagregadores em todos os âmbitos nacionais e regionais (período militar).

Pereira (1997, p.11) fortalece a idéia de que a constituição de forças entre os países imperariam na criação e desenvolvimento mais harmonioso no fluxo econômico e diplomático entre os dois maiores integrantes do Bloco denominado Mercosul.

¹Economista USU/RJ, Professor Pesquisador da Faculdade de Economia, Administração e Contábeis FEAC/UPF, Doutor em Ciências Econômicas pela UFRGS. andresp@upf.br

²Bolsista FAPERGS e aluno do Curso de Administração FEAC/UPF. 111746@upf.br

³Administradora, Professora Pesquisadora da Faculdade de Economia, Administração e Contábeis FEAC/UPF, Doutora em Administração. gdenize@upf.br

⁴Bolsista FAPERGS e aluno do Curso de Ciências Econômicas FEAC/UPF. 68611@upf.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Para Mello (1997) e Candeas (2006), a construção da estabilidade estrutural via cooperação, palavras do segundo autor, a partir do final dos anos de 1979, vão relativizar para Brasil e Argentina, a necessidade mais que premente da busca de um alinhamento econômico-político e de integração sob todos os eixos micro e macroeconômicos visando alavancar o desenvolvimento e o crescimento da América Latina.

A fim de compreender melhor o contexto econômico que envolve os países Brasil e Argentina, busca-se neste artigo: analisar a relevância macro e microeconômica que o Bloco denominado Mercosul trouxe para ambos os países e de que forma a integração ou desintegração dos mesmos sob uma ótica de aproximação econômica, pode trazer de benefícios econômicos e sociais para a população no longo prazo.

Dessa forma, questiona-se: Os alicerces mal fundamentados no passado, econômico e de integração, podem acarretar em benefícios espúrios para os dois países? Se podem, como refazer e incrementar política e economicamente esses fundamentos para o futuro do bloco econômico e de integração econômica em todos os seus níveis.

Sendo assim, o artigo foi dividido da seguinte maneira: a seção 2 apresenta os fundamentos do bloco econômico denominado Mercosul e seus reflexos econômicos para a integração dos países; a seção 3, busca relativizar de que forma as políticas e ações paralelas, econômicas e de integração dos países, podem influir positivamente e negativamente na desintegração e integração dos mesmos junto ao Mercosul; a seção apresenta alguns dados econômicos que fortalecem a discussão do des(integração) econômica dos países ao longo dos anos e, finalmente, as conclusões preliminares são apresentadas na última seção.

2. O Mercosul

Em linha gerais, o tratado de integração regional da América do Sul, Mercosul assim denominado, buscava como eixo principal segundo Ministério (s.d.) e Pecequillo (2008), integrar de forma econômica os países Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, iniciando, dessa forma, com a assinatura do Tratado de Assunção, a formação de um mercado comum com:



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

- livre circulação de bens, serviços, trabalhadores e capital, por meio, entre outros, da redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias e de medidas de efeito equivalente;
- política comercial uniforme comum em relação a terceiros países/blocos, com a adoção de uma tarifa externa comum;
- coordenação das políticas macroeconômicas e harmonização das políticas alfandegária, tributária, fiscal, cambial, monetária, de investimentos, de comércio exterior, de serviços, de transportes, de comunicações, agrícola, industrial, trabalhista, entre outras; e,
- harmonização dos códigos legislativos dos países-membros nas áreas definidas como pertinentes ao processo de integração.

Além desses objetivos, o Mercosul buscava em sua implementação, desenvolver também: aumento e diversificação da oferta de bens e serviços com padrões comuns de qualidade e seguindo normas internacionais, propiciando economias de escala; promoção de modo coordenado do desenvolvimento científico e tecnológico; busca permanente de pautas comuns para o desenvolvimento sustentável dos recursos regionais e aumento da participação dos setores privados no processo de integração (MINISTÉRIO, s.d.).

O Tratado de Assunção e seus protocolos desenhados na época de sua instalação tinham como determinação principal alavancar os seguintes itens propulsores para as economias locais.

Segundo **Ministério (s.d.) e Pecequillo (2008)**, o **Tratado de Assunção** “subscrito pela **Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, em 26 de março de 1991**” buscava estabelecer um tempo para transição que teria início de vigência em 31 de dezembro de 1994.

Para os autores acima, esse período seria caracterizado como tendo como elementos fundamentais para o encaminhamento do tratado:



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- desenvolvimento de um programa de liberalização comercial, para quase todo o universo tarifário, que consistiu em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas a cada semestre, até atingir tarifa zero de importação;
- reduzidas listas de exceções ao cronograma de intercâmbio, com redução de 20% do número de itens tarifários, ao final de cada ano. Argentina e Brasil encerrariam suas listas de exceções em 31 de dezembro de 1994. Com o Paraguai e o Uruguai no ano seguinte;
- eliminação de restrições não tarifárias (medidas de efeito equivalente) visando melhorar troca de produtos;
- negociação de políticas comerciais comuns (inter-relação maior entre os países na troca de bens e serviços; e,
- adoção de acordos setoriais, visando economias de escala eficientes (principalmente nas de linha branca e de automóveis).

Segundo Brandão *et al.* (1997, p.74):

“Os processos de integração envolvem uma gama de fatores políticos e econômicos cujos efeitos sobre a própria integração não são previsíveis. As decisões de investimento no espaço regional dependem em parte das expectativas empresariais quanto ao próprio ritmo das negociações e aos acordos possíveis... sob esse prisma, cenários distintos dos efeitos de um processo de integração podem ser construídos, quando se considera todo o conjunto de variáveis **que influenciam esse processo”**.

Isto é, todas as tentativas de integração e busca de agrupar os mais variados segmentos das economias brasileiras e argentinas, seriam tomadas na direção, formação e alinhamento dos segmentos econômicos, sociais e políticos dos países. Novos rumos seriam dados para a economia dos integrantes do bloco dado a necessidade de integração mundial e inserção das economias de ambos os países neste novo cenário internacional de concorrência acirrada.

3. As Políticas e Ações Paralelas com a (Des)integração

Dos anos 60 até os anos 90, muitos acontecimentos marcantes para as economias dos dois países aconteceram. Do processo de alinhamento internacional com os Estados Unidos da América (EUA), início dos anos 60, até a aproximação em 2002 dos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

países como Chile e Venezuela, integração mais formal, fatos econômicos, políticos e sociais, fundamentaram a estrutura orgânica dos mesmos via século XX e início do XXI.

Segundo Candeas (2006) em um resumo consolidado destes acontecimentos econômicos, políticos e sociais, não podemos deixar de citar os problemas monetários em que ambos os países tiveram muito de história similar. Isto é, a constante troca de moeda atrelada com elevados índices de inflação. Estes, por sinal, que muitas das vezes, deterioraram profundamente as relações de troca entre os países, via comércio internacional e, por conseguinte, a sua inserção no comércio internacional.

Tanto Candeas (2006) quanto Comin (2007) relativizam sobre as influências negativas que o período militar trouxe para ambos os países ao longo dos anos e com reflexos, ainda negativos, nos dias atuais.

Fatos como infiltração chilena, combate ao comunismo, litígios territoriais, busca por um protagonista estratégico regional, redemocratização, dentre outros fatores, acabaram por postergar para anos futuros a discussão de uma integração regional (CANDEAS, 2006), COMIN (2007) e MELLO (1997).

Mello (1997), Pereira (1997) e Brandão *et al.* (1997), normatizam no livro intitulado **“Mercosul: perspectivas da integração”, as preocupações e os desafios que os países integrantes do bloco teriam ao longo do tempo para a sua implementação.** Dentre elas: os impactos, a inserção na economia mundial, a questão da harmonização tributária, a reforma do estado, os mais variados segmentos da economia como a agrícola, a de linha branca, a automotiva, a integração financeira, o mercado de trabalho, dentre outras.

Segundo a carta do IBRE (Instituto Brasileiro de Economia), ponto de vista II, intitulada Mercosul envolto em bruma de dúvidas, discute um desses problemas para **se efetivar de vez a integração entre os países: “os acordos preferenciais de comércio passaram a figurar com destaque nas agendas governamentais... é cada vez mais crucial construir uma abrangente rede de acordos” (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2010).**

Segundo Kleber (2010), outro problema que afasta a integração entre os países é o constante problema de gerência sobre a instabilidade de patamar da taxa de câmbio



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

vigente e que rege o comércio entre os países. Ora supervalorizando a moeda de um país frente à outra e vice-versa⁵.

Em outra discussão envolvendo a relação Brasil/Argentina, sob o enfoque de modelo econômico, mais uma vez, a carta do IBRE (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2010), enfatiza que o modelo argentino não nos serve. Segundo o mesmo autor: depois dos gloriosos anos de crescimento com baixa inflação (segunda metade do governo Lula), a receita de política econômica traria para o Brasil a alta dos preços e a instabilidade macroeconômica.

Segundo Almeida (2004):

De forma geral, a integração sul-americana já fazia parte da agenda diplomática anterior, mas ela foi agora particularmente reforçada, com o envolvimento direto de um de seus principais patrocinadores, o Secretário-Geral do Itamaraty em pessoa. Passou-se também a dar maior importância aos aspectos não diretamente comerciais da integração, como a coordenação de políticas macroeconômicas (inclusive o já referido projeto de uma futura moeda comum) e as vertentes social e política (reforço da representação social, parlamento eleito por voto direto), o que pode, paradoxalmente, representar novos investimentos num edifício integracionista ainda carente de vários alicerces econômicos e comerciais para a realização plena do mercado comum, objetivo ainda defendido pelos países-membro.

4. Alguns Dados Interessantes

Em uma análise preliminar dos dados para investigar a integração ou não dos países Brasil e Argentina ao longo dos anos, depara-se com a falta de informações mais robustas a fim de investigar tal fato. No entanto, algumas inferências podem ser feitas de maneira preliminar para o assunto, dado que o mesmo não se esgota neste artigo.

Analisando as brasileiras para o Mercosul, total e por fator agregado, entre o período de 1989 e 2010, pode-se concluir que: (1) no total, a evolução para o período investigado, foi de um crescimento de 1500%. Ponderados pelo crescimento de

⁵ Ver Estudos para o diálogo macroeconômico no MERCOSUL. Disponível em: <http://www.gmm.mercosus.org>.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

635,25% para os produtos básicos e de 1690,84% para os industrializados (BNDES, 2008) e (MINISTÉRIO, s.d.).

Para o lado argentino, sob a mesma ótica, o crescimento do total das exportações foram de 2465%, levando em consideração um aumento de 602,76% para os produtos básicos e de apenas 213,89% para os industrializados, no mesmo período.

Esses dados, por sua vez, já refletem um processo de integração do continente na produção de produtos básicos por ambos os países e, por outro lado, a preocupação do lado argentino de leve aumento no quantum de crescimento ocorrido para os produtos industrializados. Tal fato pode ser visto como explicação para esse fato, nas várias incursões entre os países para a discussão do processo de desindustrialização no parque industrial argentino em favorecimento para o brasileiro.

Para o BNDES (2008) nos anos 90, “a indústria automobilística mundial enfrentou um processo de reestruturação motivado pelo acirramento da competição, resultado de dois processos: saturação dos mercados tradicionais e forte crescimento dos países emergentes, ambos potencializados pela maior abertura econômica dos países. As estratégias das firmas envolveram investimentos em diferenciação de produtos e internacionalização da produção, com abertura de fábricas em novos países”.

Sob esta ótica, surge mais uma área de conflito entre os países. A que envolve investimento por parte das empresas, o fluxo na troca de automóveis entre os países, seus benefícios fiscais e a manutenção da força de trabalho/emprego/renda nas duas regiões com a guerra cambial distorcendo as relações de troca entre os seus integrantes e acordos firmados.

O BNDES (2008) em seu relatório denominado Informe Setorial, mostra claramente o poder de persuasão da economia brasileira, mesmo com todas as distorções cambiais entre os países existentes, para a preocupação do país vizinho em manter seu parque automobilístico em funcionamento. Junto a isso, manter El alerta a tríade de tomada de decisão: trabalho/emprego/renda. Entre os anos de 1990 e 2007, a produção em milhares de unidades cresceu no Brasil 225,05%, enquanto na Argentina elevou-se em 445% (forte fornecedor de automóveis para a economia brasileira).

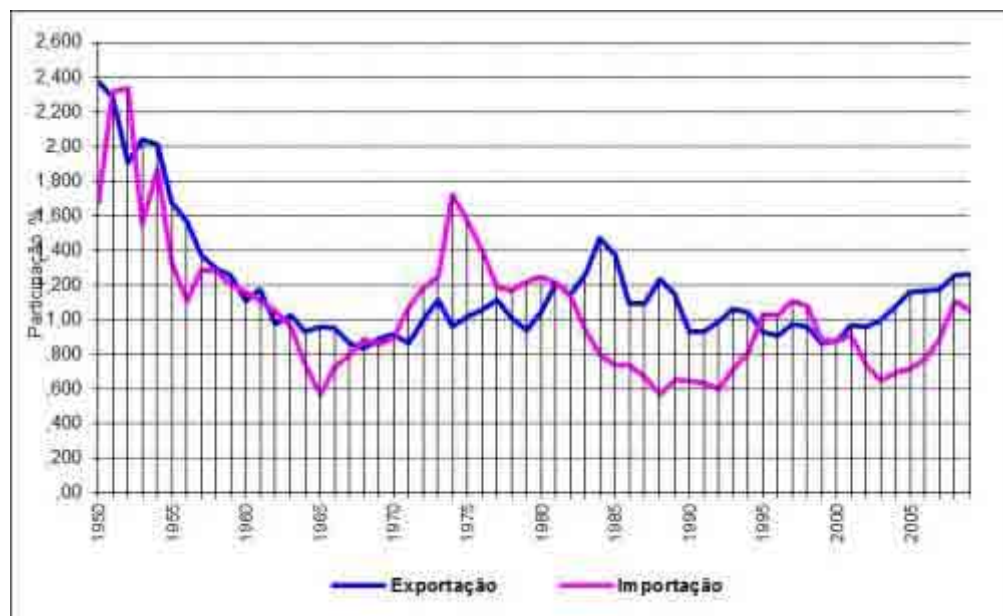


Figura 1 – Participação % do Brasil nas exportações e importações mundiais entre 1950/2009

Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA (2010).

Na figura acima, pode-se verificar a perda de participação do país no valor total do comércio internacional, fluxo de exportações e importações do país, com o resto do mundo (anos 50 e 60). Início dos anos 70, denominado milagre econômico brasileiro, o quantum evolui positivamente com um maior fluxo do comércio internacional brasileiro no exterior.

Os anos 80, conhecido como década perdida, ocorrem também as várias trocas de moeda brasileira (do Plano Cruzado ao Plano Real). Pode-se analisar um deslocamento das exportações brasileiras se comparado com as importações. Esse deslocamento pode ser relacionado com a fase mais crucial da economia nacional no tocante a necessidade do fluxo positivo da balança comercial do país para com o resto do mundo.

Pós Plano Real, período pós-1994, mais uma vez, agora motivada pela estabilidade da economia nacional, um refluxo maior de comércio internacional.



Figura 2 - Variação (%) Anual das Exportações e Participação (%) das Exportações no PIB: 1950/2009

Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA (2010).

A figura acima corrobora em todas as suas nuances a oscilação pela qual passou a economia brasileira e mundial ao longo dos últimos séculos. Do desenvolvimento planejado de Brasília até o fortalecimento da economia brasileira via Plano Real e os reflexos positivos de sua estabilidade econômica na população e fluxo de renda.

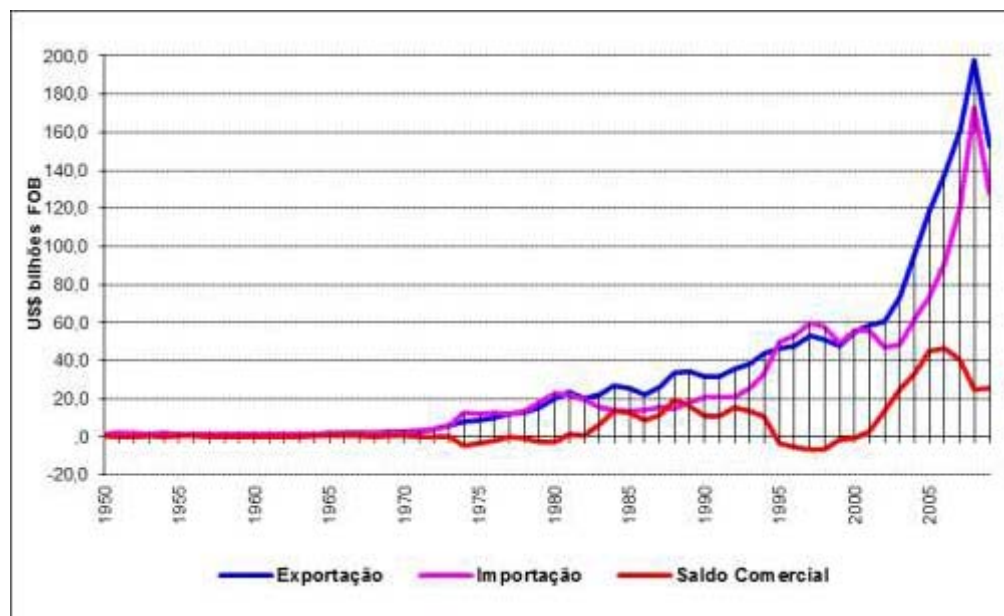


Figura 3 – Balança comercial brasileira entre 1950/2009 (US\$ bilhões FOB)

Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA (2010).

A figura 3, acima, pode ser dividida em duas grandes fases da economia brasileira. Que devem ser ressaltadas, dada a sua importância no que tange o conhecimento da evolução da inserção da economia, produtos e serviços, no âmbito do comércio internacional. Esses dois períodos assim divididos são: antes do Plano Real e depois do referido plano econômico. Reflexos sobre renda, produção e emprego da população que afetaram de maneira substancial o fluxo de comércio com o resto do mundo e com a Argentina (forte e robusto parceiro na troca de produtos dentro do bloco econômico).

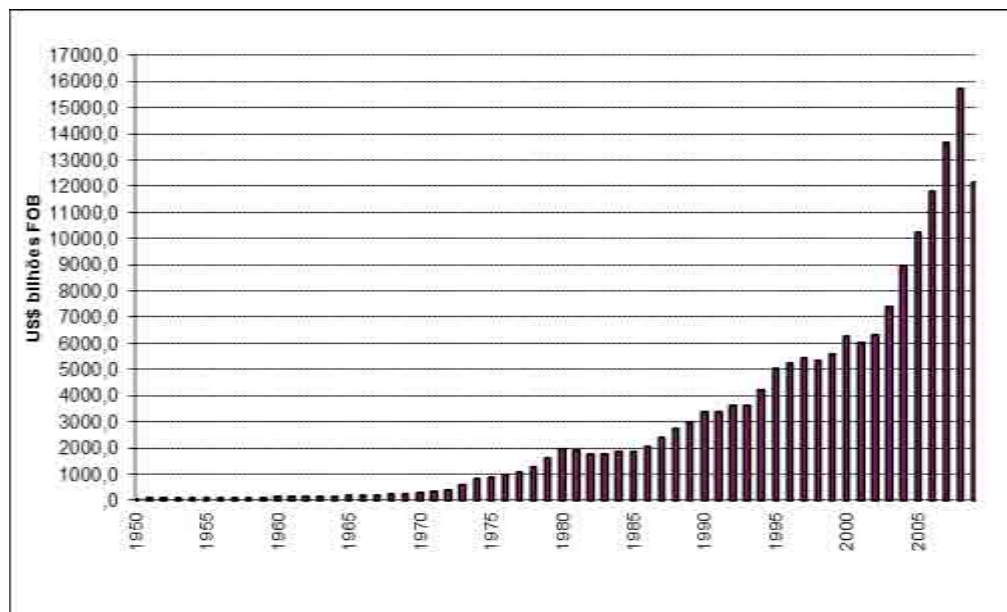


Figura 4 - Evolução das Exportações Mundiais - 1950 a 2009
Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA (2010).

A figura 4 apresenta o fluxo crescente de trocas entre os mais variados parceiros econômicos intra e entre blocos econômicos. A posição a se destacar, olhando para a referida informação, é a robusta evolução do comércio internacional após os anos 90. Esse movimento de maior fluxo de comércio internacional e globalização não seguem presente na economia brasileira e argentina. Ambos os países, mesmo com um crescente fluxo de comércio dentro do Mercosul, mesmo tendo períodos de discórdia, mantêm seus percentuais de posição de comércio com os demais países em patamares iguais aos dos anos 80, isto é, aproximadamente 1% do fluxo total do comércio internacional (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2010).

5. Conclusões

De forma sucinta, as ponderações levantadas no início do presente trabalho, referentes aos pontos (a) Os alicerces mal fundamentados no passado, econômico e de integração, podem acarretar em benefícios espúrios para os dois países? e (b) Se podem, como refazer e incrementar política e economicamente esses fundamentos para o futuro do bloco econômico e de integração econômica em todos os seus níveis?



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Podem ter como resposta os seguintes pontos: como proceder na política de integração e austeridade econômica.

No que tange a relação do item (a) com a resposta como proceder na política econômica, deve-se investigar e buscar informações e subsídios para buscar instrumentos robustos para integrar de maneira completa o conjunto da economia brasileira. Isto é, produção, emprego e renda.

Quanto ao item (b) e resposta austeridade econômica, o refluxo negativo de políticas malfadadas induziram ao longo dos anos 60,70, 80 e meados de 90 a perda de competitividade e de oportunidades de uma mais firme inserção dos países no fluxo de comércio internacional. Intercâmbio maior que poderia ter levado a mais prosperidade para o continente como um todo.

6. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.47, n.1, jan/jun 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292004000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 20 agosto 2011.
- AMORIM, Celso. Entrevista a PAIVA, Fred Melo. "Notícias do Itamaraty". *Caderno Aliás*, J4 e J5. O Estado de S Paulo, 16 de Março de 2008. Links
- BRANDÃO, ANTONIO SALAZAR PESSOA, *et al.* Uma análise quantitativa dos impactos do Mercosul sobre o Brasil. IN: BRANDÃO, Antonio Salazar e PEREIRA, Lia Valls (Org). *Mercosul: perspectivas da integração*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.47-74.
- CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. Buenos Aires: *Centro Argentino de Estudios Internacionales*, working paper: n. 47, 2006. Disponível em: <http://www.caei.com.ar/as/integracion.htm>. Acesso em: 13 agosto 2011.
- COMIN, Daniela Cristina. As relações argentino-brasileira: identidade coletiva e suas implicações no processo de construção do Mercosul. *Centro Argentino de Estudios internacionales*. E-Book34. Disponível em: <http://www.caei.com.ar>. Acesso em: 13 agosto 2011.
- CONJUNTURA ECONÔMICA**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. (vários números).
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social. Indústria Automotiva na América do Sul. Brasília: *Informe Setorial*, n.8, nov./2008.
- KLEBER, Klaus. *O câmbio centraliza o debate econômico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Revista conjuntura Econômica, v.64, n.10, p.40-45, out./ 2010.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- MELLO, Isabel Parente de. A inserção do mercosul na economia mundial. IN: BRANDÃO, Antonio Salazar e PEREIRA, Lia Valls (Org). *Mercosul: perspectivas da integração*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.75-120.
- MINISTÉRIO** do desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Dados de comércio exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 28 agosto 2011.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.51, n.2, jul/dez 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200009). Acesso em: 25 agosto 2011.
- PEREIRA, Lia Valls. Tratado de Assunção: resultados e perspectivas. . IN: BRANDÃO, Antonio Salazar e PEREIRA, Lia Valls (Org). *Mercosul: perspectivas da integração*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.11-46.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O MERCADO INTERNO BRASILEIRO, A ECONOMIA RIO-GRANDENSE E O CASO DE CAÇAPAVA NA DÉCADA DE 1830

André do Nascimento Corrêa*

Introdução

As últimas décadas do século XVIII e as primeiras XIX marcam algumas mudanças na estrutura econômica do Rio Grande do Sul. Primeiramente, ocorria a retirada dos couros do gado *vacum*, em um segundo momento o comércio do gado em pé, sendo encaminhado para outras regiões brasileiras. Já nos últimos anos do século XVIII iniciam-se as atividades da indústria charqueadora, tendo uma consolidação nas primeiras décadas do XIX. Isso ocorreu em virtude de uma demanda de mantimentos que o Brasil necessitava e, que estas bandas tinham a dispor para o complemento da dieta de parte da população de outras regiões. Desta forma, remeças de charque para o abastecimento de regiões de *plantation*, auxiliaram a impulsionar um mercado interno de alimentos que estava muito favorável e, em franca ascensão. Esta crescente fez com que houvesse acúmulos financeiros tanto por uma elite que se formava, quanto por um grande número de pequenos e médios proprietários que buscavam seus espaços neste comércio interno. Esta era uma realidade comercial que não era exclusiva da região sul, mas sim de todo um eixo que englobava as principais provinciais naquele dado momento, exemplo disso eram as regiões nordeste e sudeste.

No entanto, estas práticas comerciais foram de certa forma, minimizadas ou até mesmo negadas, por uma historiografia que vinculava todas as atividades econômicas como apenas consequência de um mercado exportador. Esta linha de pensamento tinha como principais autores: Caio Prado Júnior; Celso Furtado; Fernando Novais. Estes pensadores fundaram uma historiografia que

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. andrecorreacp@gmail.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

foi hegemônica até meados dos anos 1990. Embora estes autores tiveram distinções em suas abordagens, porém era hegemônica a vinculação do mercado interno com o exportador em suas concepções, e que toda a economia era fruto do mercado externo, sendo este mercado interno fadado à inexpressividade se não vinculado ao externo.

Afirmar que a economia exportadora influenciou o mercado interno é correto. Mas, não aceitar a potencialidade econômica que estava em formação e, dar créditos a estruturação comercial apenas ao mercado exportador foi uma interpretação em muitos pontos equivocada. Esta era a base interpretativa de uma historiografia clássica, que entendia o mercado periférico sendo pouco significativo, quando na verdade possuía uma grande potencialidade econômica. Não concordamos plenamente com esta historiografia que se cristalizou até meados anos 1990 que afirmava que este mercado era simplesmente dependente de todas as flutuações cambiais que ocorriam entre as praças de comércio situadas nos portos brasileiros com os países da Europa ou demais.

Contrapondo estas ideias clássicas, João Fragoso (1998) em seu livro *Homens de Grossa Aventura*, trabalhou com o principal porto brasileiro para o período em questão, o do Rio de Janeiro. Nesta obra o autor demonstra uma articulação comercial muito intensa e, as suas variadas formas de contato tanto de caráter exportador quanto do comércio interno. Este é o cerne do seu trabalho, desmistificando a pouca importância que era dado às atividades comerciais internas, ou seja, a pouca valorização do mercado periférico atribuído por uma historiografia tradicional.

Segundo Fragoso (1998) a elite portuária do Rio de Janeiro trabalhava com as maiores cifras de caráter de exportações brasileiras, não é por acaso que esta parcela social tinha grandes acumulações capitais. O autor demonstra que economia interna não tinha pouca relevância econômica, bem pelo contrário, havia grandes lucros que ficavam em posse de comerciantes sediados na praça mercantil do Rio de Janeiro ou, como Fragoso lhes chama “capital mercantil residente” (1998). E mais, havia toda uma estrutura comercial interna que dava



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

suporte para que houvesse acumulações endógenas. Assim, o autor vai contra o chamado pacto colonial, discordando do que por muitos anos foi repetido historiograficamente.

Como mencionamos anteriormente, tivemos uma esfera historiográfica que solidificou uma escola de pensamento até meados da década de 1990. Esta por sua vez não dava o devido *protagonismo* para os atores do mercado interno. Aqui não iremos corroborar estas ideias, pois concordamos com uma nova corrente historiográfica, que passa por Maria Yeda Linhares; João Fragoso; Manolo Florentino; Hebe Mattos; Helen Osório, entre outros. Estes últimos autores percebem os agentes do mercado interno como francas potencialidades econômicas, e com grandes probabilidades de enriquecimentos locais. É a partir desta renovação historiográfica que entendemos o mercado periférico brasileiro, como franco potencial econômico.

1- Alguns Elementos do Mercado Interno Brasileiro nas Décadas 1830-1840

O mercado interno segundo Fragoso (1998), nas décadas iniciais do século XIX, foi o período de uma transferência definitiva do eixo econômico do nordeste açucareiro para o sudeste cafeeiro. Com este novo momento econômico o café passa o açúcar e se torna o produto mais exportado do dado momento. Mas o açúcar não deixou de ser exportado, bem pelo contrário, tivemos momentos em que o açúcar era exportado em maiores quantidades, pois estamos analisando uma sociedade pré-capitalista.

A economia nestas nas décadas de 1830 e 1840 foram marcadas por uma alta nas produções do café, este sendo o principal produto de exportação. Isso se deu em virtude de haver grande mercado externo que propiciava estas exportações. A Europa era o grande destino do café brasileiro. Este comércio propiciou certos momentos de altas taxas de exportação deste produto, isso se



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

deu nos anos de 1821 a 1831, entrando no mercado em um período que é caracterizado por uma (fase B) do ciclo Kondratieff.³³⁴

Esta chamada (fase B) seria quando os preços estariam em desvantagem em relação ao mercado externo, ou seja, as exportações tenderiam a ser menores dentro de uma lógica capitalista, da *oferta* e da *procura*. Tecnicamente, os portos brasileiros tenderiam a estar exportando menores quantidades de seus produtos. Mas, contrariando as teses tradicionais da clássica historiografia brasileira, temos como exemplo as exportações do açúcar brasileiro. Este produto estava sofrendo a concorrência do açúcar europeu que era fabricado com a matéria prima da beterraba. Porém, o que foi visualizado nas documentações dos portos da Bahia era uma queda nos preços do açúcar, mas, um aumento em suas exportações. Fragoso (1998) percebe esta falha nas análises da historiografia tradicional. A tendência era que as exportações caíssem, mas elas sobem 2,7% entre as décadas de 1821-31, embora seus preços tivessem caído anualmente -3,1% na (fase B), este se manteve em uma crescente nas receitas tendo uma média de 68,4%, juntamente com a (fase A) do período de 1797-1807.³³⁵ Esta (fase A) no ciclo Kondratieff é quando o mercado exportador esta alinhado com o mercado importador, ou seja, as flutuações cambiais estão alinhavadas. Nestes dois momentos do ciclo Kondratieff, o café é um produto novo no mercado, por isso não sofreu uma concorrência momentânea.

Para acompanhar a expansão das exportações, tivemos um aumento nos produtos do mercado interno que estavam voltados para dieta dos escravos e das classes populares. Em uma (fase B) no ciclo Kondratieff o mercado interno tenderia a diminuir as suas produções, pois na lógica das teses tradicionais da historiografia brasileira apontavam para uma dependência das flutuações do mercado internacional. No entanto, os alimentos produzidos na colônia tiveram segundo Barickman (2003) crescimento gradativo a partir do final do XVIII. A

³³⁴ Para um melhor entendimento do ciclo Kondratieff ver in. : FRAGOSO, João. 1998.

³³⁵ Dados retirados de FRAGOSO, João. 1998.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

década de 1820 tecnicamente seria de retração do mercado interno, pois o mercado externo não estava favorável, ainda mais, analisando as quedas nos preços do açúcar. Mas, segundo Fragoso (1998) neste momento a circulação de produtos dentro do mercado interno foi maior do que em um período de altas na exportação. Nosso entendimento sobre o aumento das exportações do açúcar, este, só foi possível por motivo de uma economia interna favorável, isso ainda favoreceu a importação de uma maior quantidade de cativos para o trabalho neste mercado.³³⁶

Em Minas Gerais, por exemplo, quando o ouro entrou em decadência e se exauriu a organização econômica não se desfez, pelo contrário reafirmou-se e reorganizou-se, passando de uma província que aumentou a produção de alimentos de base animal, como os derivados do porco. Assim, se intensificou o comércio destes produtos com as regiões vizinhas que não tinham uma grande produção, ou que não os produziam. Não é por acaso que Minas têm o maior plantel de escravos quando comparada com as *plantations*. Assim, Província Mineira passa a comercializar de uma forma mais intensa estes produtos com as regiões de *plantation*, sem depender de um produto de exportação para o mercado externo. Criou-se uma economia em Minas muito bem organizada, mesmo com o fim das exportações e que se consolidou voltada para o mercado interno.

Portanto, a vigorosa agricultura de exportação foi acompanhada por uma base econômica interna muito forte e, esta conseqüentemente teve uma grande acumulação endógena de recursos econômicos, que corroboraram para que tivessem as exportações de certos produtos como o açúcar e o café. O exemplo disso era o mercado de alimentos de Minas Gerais, totalmente voltado para a dieta dos escravos das *plantations*, ou seja, para o abastecimento interno. Nesta mesma lógica temos o charque gaúcho, no mesmo viés de pensamento, segundo Barickman (2003) temos produções da farinha de mandioca no Recôncavo

³³⁶ Esta é uma questão que deduzimos a partir das leituras, principalmente de Fragoso, 1998. Pois acreditamos que com o deslocamento de cativos de uma atividade para outra, abria espaços para uma maior importação, e isso sem desvincular a mão-de-obra livre.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

baiano, esta servia de alimento tanto para os escravos e homens livres ligados as atividades canavieiras baianas. Assim sendo, temos mais de um exemplo de produções de alimentos voltados para o mercado interno.

2- Primeiro Iam em Pé, Depois em Barris: o mercado rio-grandense

Dentro deste contexto do comércio interno, o sul chamou atenção do Império brasileiro, pois existia uma vasta extensão de terras, teoricamente sem “habitantes”, este era o ponto de vista imperial. Esta questão, de uma fronteira que vai tendo seus contornos desenhados, por meio de lutas que eram constantes entre lusos e espanhóis, neste cenário o Brasil Meridional inicia um comércio de gado e mulas em pé com a região sudeste brasileira, isso por volta do ano de 1727.³³⁷ Até se estabelecer o potencial econômico que foi as charqueadas a partir do final do VXIII.

Em uma passagem de Celso Furtado (1968) recuperada por Elmar Silva (1993) percebemos estas demandas de gado que saiam do sul.

A região rio-grandense, onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala, foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira. Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais contribuía a principal fonte de renda da região. Estes animais se concentravam na região de São Paulo, onde, em grandes feiras, eram distribuídos aos compradores que provinham de diferentes regiões (Furtado, apud SILVA, 1993, p. 57).

Em um primeiro momento como havíamos sinalizado houve sim uma grande quantidade de gado que subia para a região sudeste brasileira, este ponto fortalece a questão de um mercado interno interligado. Furtado, ainda menciona que existiam grandes feiras de animais na região de São Paulo,

³³⁷ Ver in. : CARDOSO, 1995.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

umentando ainda mais o caráter deste mercado interno, pois estes animais eram redistribuídos para outras.

Já em finais do século XVIII as atividades ligadas à pecuária juntariam-se com as indústrias charqueadoras. Este tipo de atividade econômica foi sendo, impulsionado e estimulado tanto pela quantidade de reses que existiam nas no sul do Brasil, e também pelas secas que estavam castigando a região cearense, que articulava-se com o mercado interno por meio do comércio da carne salgada.

Primeiramente, a economia rio-grandense se destacou com o comércio constituído pela venda de couros e outros derivados do gado como, cifes e cabelos³³⁸ e o gado em pé. De acordo com Helen Osório, entre 1790 e 1821, o **destino prioritário dos couros era o Rio de Janeiro, que “recebeu nos [...] anos de 1803, 1808 e 1815, 85%, 78,6% e 76,2% dos couros. Entre 1818 e 1821, sua participação oscilou entre 83,5 e 79,6%.** Osório apud (BERUTE, 2011, p. 6). Percebe-se que o gado desde os primeiros surtos econômicos rio-grandenses é o principal produto das exportações. Silva (1993) destaca que até 1780 o gado era enviado quase que exclusivamente em pé para o sudeste brasileiro. Helen Osório ainda observou;

que, entre 1802 e 1821 as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina eram os mais importantes parceiros comerciais. Juntas, as três primeiras praças recebiam quase a totalidade das exportações rio-grandenses. O Rio de Janeiro era o primeiro – e, quase exclusivo – mercado do trigo e o segundo importador de charque (a Bahia era o principal comprador do produto). Também era o destino de grande parte dos couros e de outros produtos agropecuários (Osório apud BERUTE, 2011, p. 2).

Podemos perceber o quanto era importante o mercado interno brasileiro, os produtos tinha como destino também outras regiões brasileiras e não somente o mercado externo. Em alguns momentos a historiografia tradicional,

³³⁸ Em alguns autores pude encontrar relatos de comercio de cabelos, logo acredito ser crina de cavalos.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

caiu em equívocos ao afirmar que toda esta articulação do mercado interno era apenas reflexos das exportações. Assim, todos os lucros que entravam para estas regiões não centrais, jamais estavam desarticulados do mercado exportador. No entanto, a pecuária do sul e o mercado mineiro são dois exemplos que comprovam o quanto eram articulados e rentáveis estas atividades, pois propiciavam acumulações endógenas muito significativas, embora estivessem articuladas com a *plantations*.

Já o mercado baiano mostra que mesmo em períodos da chamada (fase B) estava em alta com suas exportações. Portanto, as duas afirmativas desta historiografia tradicional falharam, Fragoso (1998) Barickman (2003) dentre outros, desmistificaram a dependência das flutuações coloniais em relação ao mercado externo, e demonstraram o crescimento das produções voltadas para o abastecimento interno.

Para corroborar com esta questão de um mercado interno forte, percebemos as importações do porto da cidade de Rio Grande mencionadas por Gabriel Berute:

Quanto às importações, a capitania recebia sal, vinho, azeite, fazendas secas, aguardente, ferragens e manufaturados. Entre os fornecedores destas mercadorias, predominavam Montevideu e Buenos Aires; Nova York, Boston, Filadélfia, Salem; Porto, Lisboa, Cádiz, Gibraltar, Marselha e Hamburgo (2011, p. 3).

Toda esta relação comercial era fruto de um mercado interno forte, esta articulação com os mercados do atlântico via importação, eram propiciadas pela acumulação endógena conseguida na atividade comercial com o mercado interno. Ao analisarmos a entrada dos produtos importados percebemos que: as ferragens estão vinculadas a agricultura que desde 1800 até 1820 é muito elevada, exemplo disso eram as produções do trigo, que era exportado para regiões centrais segundo Silva (1993). Outro produto vital para charqueadas que entrava era o sal, pois dali saía o principal produto sul rio-grandense, o charque.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Ao analisar obras que retratam a região da campanha rio-grandense, ficam muito claras as afirmações tanto de viajantes quanto dos historiadores que se sucederam nestes últimos anos na historiografia gaúcha. Os viajantes³³⁹ exaltavam as grandes propriedades que viviam do manejo do gado. Estas tinham no entorno de suas instalações centrais o cultivo de arvoredos e lavouras. Também galpões eram visíveis, escravarias entre outras benfeitorias além das grandes quantidades de terras que eram arroladas nos processos de inventários *post-mortem*.³⁴⁰

3- A Produção da Vila de Caçapava da Década de 1830

Luís A. Farinatti (2010) aponta em seu estudo o quanto o gado vacum era importante e sendo o maior pecúlio de uma estância, e isto não era apenas a realidade alegretense, ou apenas da campanha. Em nossa quantificação de inventários *post-mortem* foi possível entender que, o pecúlio mais importante das unidades produtivas da sociedade caçapavana também era o gado vacum. Esta prática não excluía a existência de outras formas produtivas, como a agricultura, pois encontramos uma boa representatividade de ferramentas e de bois roceiros nos processos *post-mortem*.

Na tabela “1” fizemos uma mostra quantitativa de gado vacum³⁴¹ por unidades produtivas. Para isso, utilizamos apenas os inventários que possuíam reses. A partir disso, foi possível averiguar uma disparidade no que tange seus proprietários, foi possível caracterizar e diferenciar quem eram os pequenos, médios e grandes criadores.

Com estes dados, se torna possível diferenciar as unidades produtivas do período. Os proprietários que estão representados na faixa “1” são os pequenos produtores, os estratos “2” e “3” representam os médios proprietários. Por fim,

³³⁹ Ver in.: SAINTH-HILAIRE, Augusto, 1987.

³⁴⁰ Para um melhor entendimento ler capítulo I de Confins Meridionais... FARRINATTI, 2010.

³⁴¹ Aqui quando tratamos do gado vacum está inserido na somatória, gado de criar mansas e xucas, bois, vacas mansas e as novilhas, ou seja, todo o gado vacum arrolado nos processos de inventários *post-mortem*.

nos grupos “4” e “5”, estavam os grandes proprietários de gado vacum de nossa análise. Com isso, encontramos uma grande diferença na quantidade das reses, comparando as faixas “4” e “5” com os demais estratos, vejamos a seguir.

TABELA - 1
Distribuição do Gado Vacum (1831-1839).

Faixas	Proprietários	Nº de Inventários	% de Inventários	Quan. de cabeças de Gado Vacum	% de Gado Vacum
1	1 – 100	22	41%	958	3%
2	101 – 500	16	30%	3.877	12%
3	501 – 1.000	11	21%	7.044	22%
4	+ de 1.000	03	6%	4.296	13%
5	+ de 10.000	01	2%	16.234	50%
6	Total:	53 ³⁴²	100%	32.409	100%

Fonte: 53 Inventários de Caçapava do Sul, (APERS).

Quan = quantidade.

Quando abordamos as questões da quantidade de gado vacum, um ponto que chama atenção são as unidades produtivas estarem concentradas nos primeiros grupos da tabela “1”. Esta concentração de proprietários estava na esfera dos que tinham até 500 reses, isso representava 71% das unidades produtivas do dado momento. Acrescentando ainda 21% da faixa “3” temos um total de 92% este valor representava as pequenas e médias unidades produtivas do dado momento. Desta forma, conseguimos caracterizar a paisagem agrária de Caçapava, esta, sendo composta de pequenos e médios produtores com diferenciações entre os mesmos, principalmente no que tange seu gado vacum.

³⁴² Utilizamos para esta quantificação apenas os inventários que possuíam gado vacum.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Logo, os produtores dos estratos “1” e “2” possuíam uma soma de reses que chegava a 15%, uma quantidade muito baixa. Ainda mais, quando verificamos o alto número de proprietários presentes nos mesmos grupos “1” e “2”, que representavam 71%, comparando com outras faixas da tabela “1” este valor significa mais da metade dos proprietários da amostra.

Cruzando nossos dados com os de Farinatti (2010) referentes à Alegrete para a década de 1830, em que o autor utilizou a mesma fonte, percebemos um abismo entre as duas vilas no que tange seus proprietários. Para Alegrete segundo Farinatti (2010) havia um maior predomínio dos grandes produtores, que representavam um total de 38%, estes possuíam mais de 2.000 cabeças de gado vacum, o autor os denominou como criadores. Nossa amostra, os grandes criadores não passavam de 8%, e sendo estes detentores de 1.000 reses para mais, ou seja, 1.000 cabeças de gado vacum a menos do que os criadores de Alegrete. Aqui encontramos uma representatividade das pequenas unidades produtivas, que chegavam a 41%, para Alegrete estas porcentagens eram de 27% Farinatti (2010). Quando analisamos os estratos medianos, percebemos que em Caçapava havia um maior número deste grupo, chegando a 51%, já Alegrete tinha 35%.

Percebemos uma dissonância na questão das unidades produtivas, comparando Caçapava com Alegrete, em que fica muito visível que a vila de Caçapava tinha uma maior predominância dos pequenos e médios criadores. Alegrete pelo contrário, na década de 1830 a concentração de proprietários estava nos grandes criadores de gado vacum, os que tinham mais de 2.000 reses, os representantes dos 38%, ou seja, 30% a mais que Caçapava.

No entanto, podemos dizer que havia semelhanças entre estas vilas, estas se limitam no aspecto de suas unidades produtivas e seus proprietários, ou seja, em partes das estruturas agrárias, nas formas de produção que eram baseadas no gado vacum e na utilização da mão-de-obra cativa, estes eram pontos em comum. Assim, quando comparamos as unidades produtivas presentes nas faixas da tabela “1” com os dados apresentados por Farinatti (2010) fica muito



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

claro, a distinção de uma vila de pequeno porte pecuarista com uma de grande vulto. Não é por acaso que Alegrete era detentora dos maiores rebanhos de gado vacum do XIX Farinatti (2010).

Quando analisamos esta região de Caçapava, compreendemos que para este contexto sulino, havia uma sociedade composta por uma pequena elite que possuía os meios de produção ligados ao gado vacum. Esta elite estava **representada nas faixas “4” e “5”, sendo que essa última faixa possuía mais de 16.000 reses do período em questão, que representava 50% do total do gado vacum e, estava em posse de apenas um proprietário. Estes proprietários que possuíam mais de 1.000 cabeças de gado vacum, provavelmente tinham esta criação ligada ao comércio para charqueadas, em uma lógica de mercado interno.**

Dentro desta gama de processos, existia uma grande diferença das unidades produtivas quando comparamos as quantidades de cabeças de gado, e isso é fato. Este elemento nos faz pensar e refletir alguns pontos; a) esta localidade estava diretamente ligada às exportações de gado para charqueada? b) Não era uma localidade de grandes quantidades de gado, tendo como base este recorte. A pergunta continua sem resposta. No entanto, o viver do criar o gado para estes proprietários também era a principal atividade e, sendo à base desta economia, como era a alegretense, em que o pecúlio central era o gado. Estas questões podem ter uma melhor compreensão quando visualizamos a sua localização de Caçapava, estando situada no centro-sul do estado do Rio Grande do Sul, sua extensão territorial não é detentora das melhores pastagens, algo que verificamos na região onde se localiza Alegrete, na região Sul do Estado, no pampa gaúcho. Assim, as especificidades geográficas do espaço territorial possivelmente contribuíram para uma quantidade pequena de gado, tendo influencia nas atividades econômicas desenvolvidas no período.

Essa pouca quantidade de gado é verificada na tabela “1” em que temos o grupo dos pequenos proprietários, na faixa “1”, estes, eram os que tinham menos de 100 reses, chegando a 41% das unidades produtivas. Osório (2007),



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

seguindo uma historiografia Argentina, que tem como um de seus principais nomes Juan Carlos Garavaglia, apontou que cada produtor que tivesse uma média de 6 bois para cada 61 reses eram lavradores, ou seja, mais ou menos um boi manso (animal para tração) para cada dez reses, esta era a caracterização de **um lavrador. Acreditamos que as unidades produtivas da faixa “1” da tabela ‘1’** se encaixam nesta caracterização de lavradores criada por Osório (2007) sem excluir outras unidades produtivas de distintos estratos. Assim, em virtude de sua pouca representatividade em um caráter mais amplo no que tange as cabeças de gado vacum, isso nos leva a acreditar em uma associação das práticas produtivas que estavam em torno do gado vacum e da agricultura com a produção de alimentos.

Não podemos dizer que estes que possuíam quantidades pequenas de gado tinham grandes lucros com a pecuária, mas podemos dizer que beneficiavam-se com seus derivados, como exemplo, o leite, couros³⁴³ e também que estes associavam esta prática com a agricultura.³⁴⁴ Como bem mostraram Helen Osório (2007) e Luís A. Farinatti (2010) forçosamente teriam que ter outra atividade econômica para complementar suas rendas. Neste caso, para caracterizar a produção de alimentos, encontramos arroladas nos inventários bois e ferramentas que ligavam estes proprietários as práticas agrícolas (ver tabela 2). Salientamos que esta questão de possuir materiais não era exclusividade dos pequenos proprietários, havia estes utensílios também nas médias e grandes unidades produtivas.

Desta forma, acreditamos estes, entre outras coisas eram produtores de alimentos pela questão dos instrumentos que estavam arroladas nos processos. **Na tabela “2” quantificamos os utensílios e os bois presentes por unidades produtivas. Na faixa ‘1’ foram encontrados 120 bois, e 35% dos proprietários possuía ferramentas arroladas em seus bens, uma porcentagem baixa**

³⁴³ Esta questão de retirar apenas os derivados do gado para seu sustento é fácil de ser deduzir nos inventários, pois temos alguns casos em que os proprietários possuíam vacas com terneiro, vaca com cria e novilhas de dois anos. Provável estes proprietários utilizavam os derivados do gado como o leite e sua carne.

³⁴⁴ Esta afirmação é possível pelas ferramentas encontradas nos inventários analisados.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

comparada com as demais. Já o estrato ‘2’ possuía 63% de materiais e 206 bois, os grupos ‘3’ e ‘4’ tinham respectivamente 70 e 75% de ferramentas e, 141 e 111 bois mansos. É visível a crescente gradativa conforme o porte da unidade produtiva, no que tange as ferramentas, já isso não é visualizados para as reses de tração.

TABELA – 2
Quantidade de Bois e % de Ferramentas³⁴⁵ e Terras Para Cada
Unidade Produtiva 1831-1839.

Faixa	Unidades Produtivas	Nº de Inve.	Bois	% de Inve. com Ferr.	% de Inve. sem Ferr.	% de Inve. com Campo	% de Inve. sem Campo
1	0 – 100	31	120	35%	65%	52%	48%
2	101 – 500	16	206	63%	37%	69%	31%
3	501 – 1000	11	141	70%	30%	80%	20%
4	+ de 1000	4	111	75%	25%	100%	-
5	Total:	61 ³⁴⁶	578	51%	49%	64%	36%

Fonte: 61 Inventários de Caçapava do Sul, (APERS).

Inve. = Inventário/ Ferr. = Ferramentas.

Com a presença destes materiais se abre um campo de possibilidades, pois certamente havia uma produção de alimentos, que poderia não ser apenas para o consumo, mas também ocorrer à venda de seus excedentes, tanto em caráter local como em um comércio dentro da província. Lembramos que aqui estamos trabalhando com inventários, ou seja, somente os produtores que morreram na década de 1830. Dentro destes 61 inventários, três processos tinham arrolado em seus bens lavouras e benfeitorias para as mesmas. Um

³⁴⁵ Aqui contabilizamos as ferramentas que acreditamos que eram utilizadas nas lavouras, tais como: enxadas, foices, arados, pás e também machados.

³⁴⁶ Aqui utilizamos todos os inventários da década de 1830.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

número pequeno é verdade, porém muito significativo, pois encontramos a produção de alimentos nesta década.

Um dos exemplos que estava presente em nossa mostra era o inventário de Francisco Ayres de Moraes, processo este aberto no ano de 1839. Estava arrolado em seus bens, uma fazenda com benfeitorias, nesta um cercado com lavoura e arvoredo. Para a lida com a terra Francisco Moraes possuía dois escravos africanos de ofício roceiros, Antônio e Manoel de 28 e 29 anos respectivamente, além de 10 foices, 9 enxadas, 3 machados, 3 serras, 2 alavancas e 12 bois de tração (APERS, Auto 116, Estante 90, Maço 5, Cartórios de Órfãos e Ausentes da Comarca de Rio Pardo).

O exemplo anterior reafirma e comprova a produção de alimentos nesta localidade, embora esta não seja proeminente. Encontramos também arrolados **nos demais inventários uma boa quantidade de “bois mansos”, que chegava a uma soma de 578, isso pode ser visualizada na tabela ‘2’.** Isso somente reafirma a produção agrícola, pois estes bois eram utilizados muitas vezes no arar a terra, ou seja, o trato do solo.

Na tabela ‘2’ percebe-se a quantidade presente de utensílios em cada faixa. Assim, dentro deste quadro social extremamente complexo composta de pequenas unidades produtivas, acreditamos em uma economia familiar com alguns cativos, em que uma boa parte da produção de seus alimentos era para o próprio consumo. Mas, os excedentes desta produção poderiam também ganhar mercado. Silva (1993) menciona que nessa década de 1830 a agricultura começa a crescer novamente, e isso se dá pela baixa produção de alimentos para o abastecimento, tanto das charqueadas quanto das estâncias, que necessitavam de produtos para o seu consumo. Desta forma, acreditamos que parcela dos representantes de nossa mostra eram produtores para o abastecimento interno.

Este mercado possivelmente articulava-se desde a produção de alimentos de primeira necessidade, até o envio de cabeças de gado para as charqueadas, formando uma rede de comércio, que passava das localidades produtoras de alimentos, fazendo um abastecimento das estâncias. O gado que saía destas



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

fazendas, por sua vez, supria a demanda das charqueadas rio-grandense. Com isso, esta indústria produzia o charque para a dieta de muitos cativos das *plantations* açucareiras e cafeeiras do nordeste e sudeste brasileiro, além de alimentar os próprios escravos desta província. Logo, uma teia de comércio estava formada desde a pequena unidade produtiva até a *plantation*.

Conclusões

O Brasil do século XIX foi marcado por uma grande diversidade econômica, esta não era refém apenas do açúcar e do café, derivados das grandes *plantations*. Estes sem dúvidas eram os grandes produtos de exportação para o mercado externo. Mas para estes terem chegado ao *status* de grandes produtos de **exportação, existia uma “logística” econômica interna** muito intensa, que possibilitava as produções dos produtos para o mercado externo. Para ter êxito o mercado exportador do açúcar e café, necessitou de uma produção interna de alimentos para subsistência de muitos dos cativos utilizados como mão-de-obra nas grandes plantações. No entanto, este mercado interno primeiramente foi abordado e entendido por uma historiografia clássica como apenas consequência do mercado de exportação e, inibindo o desenvolvimento da agricultura para abastecimento do mercado interno. Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais cristalizaram esta ideia na historiografia brasileira, deste modo, o mercado periférico era entendido por estes autores tendo pouca expressividade.

Este mercado interno, na verdade tinha uma realidade mais intensa para os moradores das diversas províncias brasileiras. Para detectar isso foi feita uma análise bibliográfica e documental em que percebemos o quanto esta economia era forte e não dependia apenas das exportações. Exemplo, deste mercado era o gado que partia das estâncias para as charqueadas, do charque para as *plantations* e das lavouras de alimentos que abasteciam estas localidades. Lavouras estas, como as que verificamos nos processos de Caçapava da década



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

1830. Assim sendo, a produção desta vila poderia fazer parte de um mercado interno favorável neste período.

Desde o final do XVIII e início do XIX, até a consolidação das exportações do café nas décadas de 1830 e 1840 ocorreu uma intensa relação dos produtos que subiam para o sudeste e nordeste do Brasil, fortalecendo esta economia. Primeiro foram as mulas para a região mineira, já nos anos iniciais do século XIX tínhamos os couros que circulavam pelas províncias brasileiras. Conseqüentemente veio a introdução do charque para a dieta das classes subalternas e dos cativos nas grandes *plantation*. Portanto, percebemos o quanto era complexa as relações comerciais deste mercado interno brasileiro e, a importância deste mercado para a economia brasileira.

Quando mencionamos os proprietários de Caçapava, tentamos conectar estes com um mercado de produção interno, em que havia diferenças produtivas, mas o gado vacum era o certo econômico do sul do Brasil, para esta vila não era diferente. Desta forma, as conclusões sobre Caçapava são parciais. Mas, provavelmente esta vila esteve ligada com as charqueadas e tinha uma produção de alimentos em que seus excedentes poderiam ganhar mercado para o abastecimento interno. Este último é mais complexo de ser detectado e de ser afirmado pela falta de maiores informações sobre a economia de Caçapava. Portanto, as afirmativas aqui feitas foram todas baseadas na documentação que tínhamos neste momento, os inventários *post-mortem*.

Referências

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Inventários *post-mortem* do município de Caçapava do Sul, do período de 1831 a 1839.

BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

BERUTE, Gabriel Santos. *Mercadorias, rotas e agentes mercantis: O movimento da barra do porto de Rio Grande (primeira metade do século XIX)*. Blogue de História Lusófana: ano VI, Janeiro 2011.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

FRAGOSO, João Luis. *A Economia Brasileira no Século XIX*: mais do que uma **plantation** escravista exportadora. In LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. *Homens de Grossa Aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830), 2ª. ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, pp. 15-152 (Introdução e capítulos 1 e 2).

FARINATTI, Luís A. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem*: Lavradores Nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul instituto de Filosofia e Ciências Humanas Curso de Pós-Graduação em História.

_____. *Confinos Meridionais*: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010, pp. 45-161 (capítulos 1 e 2).

OSÓRIO, Helen. *O Império Português ao Sul da América*: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RANGEL, Ignácio M. *O Quarto Ciclo de Kondratiev*. Revista de Economia Política, vol, 10 n.º 4 (40), outubro-dezembro: 1990.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins, 1987.

SILVA, Elmar Manique. *Ligações externas da economia gaúcha* (1736-1890). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (ORG.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 55-92.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiommo. *O Brasil e o Ciclo de Kondratieff e o Julgar segundo a obra de Ignácio Rangel*. Revista de Economia Política, vol, 11 n.º 4 (44), outubro-dezembro: 1991.

VARGAS, Jonas Moreira. *Das charqueadas para os cafezais?* O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. Artigo apresentado no V encontro de Escravidão e Liberdade. Porto Alegre, 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

HISTÓRIA, HOMOSSEXUALIDADE E DISCURSO NA CULTURA OCIDENTAL

André L. Lorenzoni ¹

Considerações iniciais

A perspectiva histórica vem ampliando consideravelmente o campo de atuação e investigação historiográfico, possibilitando a inclusão de temas antes relegados à “sala de visitas” da historiografia, senão do *divã*². Pesquisar crianças, velhos, fobias, loucura, homossexualidade, indígenas, tornaram-se caminhos para desvendar parte da multiplicidade das relações de poder e subjetividade que se circunscvem no real.

A História estabeleceu diálogos com outras disciplinas, como a filosofia, psicologia, etc., buscando ampliar o máximo possível a leitura sobre o contexto

¹ Graduado em História e especialista em Filosofia e Psicanálise pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, mestrando de História, Política e Cultura pela Universidade de Passo Fundo.

² Numa perspectiva subjetiva, “este inconsciente, eu o denominarei “esquisoanalítico”, por oposição ao inconsciente psicanalítico por que se inspira mais no “modelo” da psicose do que no das neuroses a partir das quais foi construída a psicanálise. Eu o qualificaria igualmente de “maquínicos” por que não esta essencialmente centrado na subjetividade humana, mas participa dos mais diversos fluxos de signos, fluxos sociais e fluxos materiais. Os antigos territórios do ego, da família, da profissão, da religião, da etnia, etc., desfazem-se uns após os outros – se desterritorializam. Não existe mais nada evidente no registro do desejo. É por que o inconsciente moderno é constantemente manipulado pelos meios de comunicação, pelos Equipamentos Coletivos, pelos especialistas de todo o tipo, que não podemos mais nos contentar hoje em defini-los simplesmente em termos de entidade intrapsíquica, como fazia Freud na época em que elaborou suas diferentes tópicas. Isto não significa que o inconsciente maquinico seja necessariamente mais padronizado, mais “impessoal” ou arquetípico que o inconsciente tradicional. Sua missão é de abranger tanto mais a singularidades individuais quanto “amarra” mais interessante as forças sociais e as realidades históricas. Portanto, as problemáticas nele inseridas não poderiam depender exclusivamente os domínio da psicologia. Elas compreendem “as escolhas de sociedade” mais fundamentais: o “como viver” num mundo transpassado em todos os sentidos por sistemas maquinicos que tendem a expropriar toda singularidade, toda a vida de desejo.” (GUATTARI, 1987, p. 167)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

das *produções subjetivas singulares*³ que se inscrevem no campo social e as consecutivas relações de poder em jogo, adentrando no mundo das experiências e vivências dos cotidianos.

O sexo vem sendo objeto de pesquisa bastante estudado pela História. Muito já se descobriu sobre ele, e muito mais há de se saber. Mesmo no contexto da repressão desencadeada pelo agenciamento militar no Brasil entre 1964 – 1985, o espaço acadêmico voltou seus olhares, por assim dizer, para as relações de sexualidade no contexto brasileiro. Essas novas leituras possibilitaram novas concepções sobre as relações *homoeróticas*⁴.

A discussão ganha maior ênfase a partir do desenrolar do século XX, acirrando-se, sobretudo, a partir da década de 1960, com o advento da denominada “revolução sexual” que possibilitou, inclusive, a consequente emergência de diferentes grupos sociais urbanos. No entanto, a questão sexual, mesmo na academia, foi até a década de 1980, tratada sob pontos de vista ainda decorrentes de certa austeridade. Atualmente, a academia, debruçando-se sobre o estudo dessa “minorias sexual”, vem procurando analisar e refletir sobre a construção histórica, social, cultural e política das diferentes sexualidades.

A homossexualidade, sua conceitualização, segundo Michel Foucault (2007), remonta ao século XIX, quando as instituições médico-legais a concebem como um desvio biológico e comportamental, o homossexualismo. É importante salientar que a partir de 1974, a Associação Americana de Psiquiatria retirou o homossexualismo da listagem das psicopatologias, reformulando o conceito para homossexualidade. Desde então, uma gama de teóricos e intelectuais vem preocupando-se em tentar desconstruir algumas visões estereotipadas e

³ Segundo Guattari e Deleuze (2009), os processos de singularização da subjetividade correspondem ao processo de produção e retomada das subjetividades e subjetivações por seus próprios produtores num devir criativamente autêntico.

⁴ Relações homoeróticas são entendidas como relações afetivas e/ou sexuais entre sujeitos do mesmo sexo – homoerotismo. Também pode ser referenciado às relações de homoafetividade.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

conceitos de caráter pejorativo sobre a homossexualidade que permearam e que ainda se encontram muito presentes em nossa *subjetividade capitalística*⁵.

Neste artigo, a homossexualidade é abordada a partir do desenrolar discursivo na cultura ocidental – sua conceitualização –, buscando compreender como a homossexualidade masculina foi se produzindo e *segregada*⁶, questionando a visão pejorativa sobre as relações de homoafetividade.

História, homossexualidade e discurso na cultura Ocidental

Verificando-se a documentação histórica, pode-se confirmar que a homossexualidade esteve presente em diversas sociedades em diferentes períodos históricos. A Bíblia Sagrada, um dos mais antigos documentos históricos da humanidade, em diversos capítulos relata a existência de práticas homossexuais.

Observando a história da homossexualidade nas sociedades clássicas, percebemos que na Grécia e Roma antiga as relações homoafetivas não apresentavam concepções negativistas. Segundo Foucault (2006), na Antiguidade vigorava uma problematização da sexualidade em torno das

⁵ O conceito de subjetivação capitalística, segundo Guattari (1986), corresponde às relações de organização e **controle social, profundamente inseridas aos “processos maquínicos”** da existencialidade; é por intermédio desse agenciamento da produção de subjetividade capitalística que as classes e respectivas ideologias dominantes asseguram seu exercício no poder e legitimam sua soberania sobre os diversos sistemas de vida e de produção social de um modo geral.

⁶Segundo Guattari: **“A segregação é uma função da economia subjetividade capitalística diretamente vinculada à culpabilização.** Ambas pressupõem a identificação de qualquer processo com quadros de referência imaginários, o que propicia toda espécie de manipulação. É como se a ordem social para se manter tivesse que instaurar, ainda que da maneira mais artificial possível, sistemas de hierarquia inconsciente, sistemas de escalas de valor e sistemas de disciplinarização. Tais sistemas dão uma consistência subjetiva às elites (ou as pretensas elites), e abrem todo um campo de valorização social, onde os diferentes indivíduos e camadas sociais terão que se situar. Essa valorização capitalística se inscreve, essencialmente, não só contra os sistemas do valor de uso, como Marx descreveu, mas também contra todos os modos de valorização do desejo, todos os modos de valorização das **singularidades.**” (GUATTARI, ROLNIK, 1986, p. 41)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

denominadas “práticas de si”, certa “estética da existência”. “Uma história das problematizações éticas, feitas a partir das práticas de si.” Toda uma *dietética do uso dos prazeres*⁷, numa perspectiva de *temperança*⁸.

Para Foucault (2006), o “amor grego pelos rapazes”, segundo as concepções platônicas sobre as relações homoeróticas na Antiguidade Clássica correspondia,

Entre eles simetria e igualdade posto que os faz surgir da divisão de um ser único; o mesmo prazer e o mesmo desejo levam o erasta e erômeno um para o outro; se ele é, por natureza, uma metade macho, o rapaz amará os homens: terá “prazer” em “dormir com os machos” e a “ficar entrelaçado com eles” (*sumpeplegmenoi*). E com isso, em vez de revelar uma natureza feminina, ele mostra que nada mais é do que a “têssera” de um ser inteiramente viril. Em sua juventude eles se deram a homens porque procuravam sua metade de macho; pela mesma razão, tornados adultos, eles procurarão os rapazes. **“Amar os rapazes”, “gostar dos amantes” [...] são duas vertentes do mesmo ser.** À questão tradicional do consentimento Aristófanes, dá, pois, uma resposta direta, simples, inteiramente positiva, e que abole ao mesmo tempo o jogo das dissimetrias que organizava as relações complexas entre o homem e o rapaz; toda a questão do amor e da conduta a ser mantida nada mais é então do que reencontrar sua metade perdida. (FOUCAULT, 2006, p. 203 – 204) (grifo nosso)

Portanto, segundo Foucault, os “amores masculinos” tinham possibilidades de expressão na Antiguidade Clássica, porém, começavam a ser formuladas complexas reflexões morais acerca de uma conduta moral masculina, erigida por homens, sobre e para suas próprias condutas. No entanto, essa reflexão

⁷ Segundo Foucault (2006), essa dietética com relação ao uso dos prazeres do corpo e do espírito desenvolvida pelo pensamento filosófico grego “funcionava” como uma “estilística do ser” – “práticas de si pra si” – numa busca pela temperança com relação ao sexo, seu uso e desuso.

⁸ Para Foucault (2006), o sujeito temperante para os gregos era aquele cujos “arrombos cálidos” do desejo seriam constante e sumariamente controlados por toda uma econômica, uma dietética, uma estilização do ser por ele mesmo, num sentido de construir todo um esquema de controle dos desejos pelo estabelecimento pleno de uma consciência de si, por si, perante si e perante os outros. Essa temperança desenvolvida pelo pensamento filosófico grego seria como que uma estilização de conduta, um ideal de conduta construído pelo sujeito para ele próprio. Numa perspectiva muito mais de aconselhamento, do que de imposição de códigos de leis.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

moral em torno do sexo e da sexualidade da Antiguidade não se dirigia aos homens como medida de restrição às suas respectivas condutas e sim, como **elaboração de uma “estilização” de uma atividade sexual no exercício pleno de seu poder e na sua liberdade de possibilidades.** A conduta moral, na perspectiva da sexualidade surge para o pensamento filosófico grego como o sujeito moral construtora de sua própria ética.

[...] O cuidado principal dessa reflexão era definir o uso dos prazeres – suas condições favoráveis, sua prática útil e sua rarefação necessária – em função de uma certa maneira de ocupar-se do próprio corpo. A preocupação era **muito mais “dietética” do que “terapêutica”**: questão de regime, visando regular uma atividade como importante para a saúde. A problematização médica do comportamento sexual fez-se menos a partir dos cuidados com a eliminação de suas formas patológicas do que a partir da vontade de integrá-lo o melhor possível à gestão da saúde e à vida do corpo (FOUCAULT, 2006, p. 89 – 90).

Portanto, as reflexões morais na Antiguidade orientavam-se muito mais para a **concepção de “práticas de si”, numa perspectiva de “preservação do corpo-espírito”, do que para as definições estritas e castrativas do permitido e do não permitido** – mesmo porque, os conceitos sobre o proibido e o ilícito diferiam bastante de nossa sociedade no tempo presente. A Antiguidade Clássica, neste sentido, longe de instituir uma sexualidade como regra única e intangível a ser assumida e praticada por seus respectivos cidadãos e/ou a condenação dessa ou **daquela sexualidade, tratou de compor toda uma “idealística moralizadora” estruturada sob um “uso dos prazeres” comedido, nunca excessivo** – uma verdadeira econômica do equilíbrio entre as correlações do exercício do poder na atividade sexual.

O **“deslocamento” nos discursos sobre as relações homossexuais foi se intensificando** a partir da crescente preocupação moral, promovida, principalmente, pela influência cristã sobre o pensamento ocidental logo nos primeiros séculos da era cristã.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O cristianismo era fundamentalmente hostil a homossexualidade a mudança na Idade Média não foi um deslocamento da tolerância para a intolerância por razões não-intrínsecas às crenças cristãs, mas uma alteração nos meios de lidar com a questão. No período inicial da Idade Média, a punição era a penitência; no período posterior, a fogueira. Mas nunca foi questão permitir aos homossexuais prosseguir em sua atividade homossexual sem punição. Eles eram obrigados a desistir dela ou arriscar-se a danação. (RICHARDS, 1993, p. 152)

Ao passo que as “sodomias” passavam a configurar crime contra a natureza humana, com o renascimento das cidades e o surgimento das universidades européias a partir do século XII, cresceu também uma “subcultura homossexual” no Ocidente, sobretudo entre a nobreza cortês e a intelectualidade. A Igreja Católica, preocupada em controlar e disposta a combater as diversas produções e inscrições desejanter homossexuais, trabalhou na elaboração de um discurso anti-homossexual, difundindo a ideia de esta ser uma prática herética,

Os sodomitas devem ser afastados da sociedade, assim como o lixo deve ser retirado das casas, de modo a que não as infecte, os depravados devem ser afastados do comércio humano pela prisão ou pela morte. O pecado tem que ser destruído pelo fogo e extirpado da sociedade. Ao fogo! Eles são todos sodomitas! E vós estareis todos em pecado mortal se tentardes ajudá-los. (SÃO BERNARDINO apud RICHARDS, 1993, p. 150)

Nesta perspectiva, percebemos que a marginalização da homossexualidade possui grande referencial na postura tomada pela Igreja Católica que, baseando-se na Bíblia, erigiu códigos de conduta moral e sexual que nortearam toda a cristandade durante os longos mil anos de Idade Média, permanecendo, de certa forma, bastante presentes nas subjetividade das sociedades ocidentais.

A partir do Renascimento, a premissa de que não apenas do impulso sexual, suas práticas e representatividades, configura-se o incrivelmente potente desejo sexual e de que, nem tudo que é erótico adquire caráter essencialmente sexual, e



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

nem toda prática sexual é necessariamente erótica, possibilitou grande expressão da multiplicidade desejante humana. Segundo Foucault (2005, p. 09), “no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce, tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade”.

No entanto um caráter repressivo fora, paulatinamente, se incorporando a eroticidade humana. O desenvolvimento da *racionalidade*⁹ foi também, um fator que contribuiu significativamente para reforçar a repressão em torno da homossexualidade. A partir do século XIX a racionalidade dos saberes médicos e psicológicos passam a conceber as práticas homossexuais como uma patologia.

Para Foucault (2006), a sexualidade é uma invenção social e o homossexual uma invenção do século XIX. No entanto, não invenção em sentido de “novidade”, mas, enquanto “tipo humano” – singularidade. Pontua que o homossexual da modernidade é nitidamente diferente dos tempos anteriores, uma vez que, além de diferenciado, passa a ser minuciosamente estudado, classificado e tratado.

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo ele é, no fim das contas, escapa a sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas suas

⁹ Segundo Nunes (1994, p. 09), “a racionalidade inaugurou uma nova fase no processo de desumanização do mundo. Transformou a vida da espécie humana, de uma complexidade fantástica de elementos que inclui beleza, mistério, criatividade e sonho, num conjunto de hábitos simplórios voltados para a incrementação do binômio produção/consumo. Reduziu as alternativas das potencialidades humanas ao esforço de produzir bens vendáveis. Para esse propósito é que todas as energias do homem têm sido canalizadas e utilizadas, sendo suprimidas aquelas que a esse fim não se ajustam. Essas faculdades suprimidas no contexto mercadológico fazem parte de um elenco de elementos os quais Sigmund Freud denominava de “instintos primários” e que se orientam segundo o princípio do prazer e da significação. São essas forças instintivas que precisam ser sufocadas, segundo Freud, para que a civilização seja possível. A liberação das interdições ao prazer tornaria o homem incontrolável, impossibilitando a moral e a ordem social. Em outros termos, a civilização só se torna possível através da desumanização do homem, pois são essas energias que fazem a vida humana fascinante, gratificante e bela”.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre (FOUCAULT, 2006, p. 43).

Neste sentido, Foucault demonstra o processo de institucionalização da homossexualidade na trama científica do século XIX. Ninguém deveria escapar aos processos de agenciamento capitalístico de subjetividades. Neste ponto é importante reportar também a Louro (2001) que também concebe a homossexualidade como uma invenção do século XIX.

A homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX. Se antes as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia (uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir), tudo mudaria a partir da segunda metade daquele século: a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim marcado e reconhecido. Categorizado e nomeado desvio da norma, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação – um lugar incomodo para permanecer. A homossexualidade, discursivamente produzida, transforma-se em questão social relevante. A disputa centra-se fundamentalmente em seu significado moral. Enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou inferioridade do homossexual, outras proclamam sua normalidade e sua naturalidade – **mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um “tipo” humano distintivo.** (LOURO, 2001, p.542).

Desta forma, a ciência do século XIX produziu um processo de diferenciação e categorização das condutas, corpos e desejos. O poder de controle sobre essa **“nova forma humana” instigava o meio científico e demais setores elitizados da sociedade ocidental.** A homossexualidade chamava atenção por sua singularidade excessiva. Os sujeitos homossexuais estarem sendo diferenciados como tipos sociológicos distintos. Desenhava-se **“nova” forma de exclusão e segregação:** a demarcação do estereótipo do diferenciado, com sentido de anormalidade fisiológica, psíquica e social.

A partir deste momento a concepção religiosa de ação desviante, amparada na ideia de pecado, deixa de ser a preocupação central referente à temática da



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

homossexualidade; agora é a ciência, a medicina que a conceitua. De pecado passa a ser tratada como um desvio fisiológico, uma perversão psíquica. Segundo Green (1999, p. 213 – 214),

A causa biológica para a origem da homossexualidade, começou a afastar o tema dos tradicionais ensinamentos morais da Igreja Católica para o domínio da ciência e da medicina. Não é pecado, um crime, um vício a punir, mas um desvio orgânico, uma malformação interna, a diagnosticar, reconhecer e corrigir. Não religião ou direito, que nada tem a fazer aqui, senão higiene, medicina, cirurgia talvez, para repor o homem desviado, a mulher pervertida, na sua saúde normal. Não mais, como nas idades peremptas, expelir o leproso ou sífilítico para fora das cidades, temendo o contágio, senão os isolar em hospitais, onde se lhe dê trato e saúde. Todos os anátemas e códigos não evitarão, não corrigirão uma inversão sexual. Ela se tratará por meios idôneos.

Ciência e Estado, a serviço das elites, promoveram processo inédito de esquadramento das subjetividades, instaurando um regime de exercício insidioso de poder, vigilância e controle dos desejos e condutas. Foi justamente com o advento da medicina moderna, no auge do Positivismo como corrente teórico-metodológica norteadora das ciências em geral, que as relações homossexuais deixaram oficialmente de ser compreendidas como um pecado contra a natureza humana e, incorporaram um caráter puramente patológico.

Toda uma reconfiguração, todo um agenciamento das subjetividades homossexuais, **desses “inconscientes subversivos” para um processo de vigiar e punir¹⁰**. Importante lembrar que a sociedade do final do século XIX e início do século XX, vivenciou um momento de nostalgia: a psiquiatria e a psicanálise ressuscitavam, por assim dizer, discussões em torno de temas antigos, porém polêmicos o suficiente para garantir certo interesse e influência sobre a sociedade da época, bem como da atual. Desde então, a homossexualidade

¹⁰ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 29ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

passou a ser tratada como “questão psíquica” e tratada mais diretamente por profissionais da área de saúde mental.

Segundo Guattari (1986), na atualidade a produção desejante encontra-se submetida à *ordem capitalística*¹¹. O desejo, o sexo, o sujeito cria, cria-se e é criado neste processo agenciante... As subjetividades perdem-se nas modelizações capitalísticas. As sexualidades tornam-se uma questão marcadamente estética. Porém, não mais uma estética de si, mas uma estética de mercado. Cosmética não estética!

A disciplinarização dos corpos, das condutas, dos desejos, das subjetividades corta a singularidade e impõe a soberania da *máquina capitalística de subjetivações*¹². O sujeito singular perde-se nas *dobras da subjetivação capitalística*¹³. Perde suas intensidades, é mapeado, modelizado, disciplinarizado. Policiamento, controle e coerção dos corpos. A sujeição dos corpos a planos fixos de agenciamento convergem para sua exposição – modelização. Nada de singular no desejo deve escapar ao agenciamento

¹¹ Para Guattari, “a ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto, etc. Ela incide nas montagens da percepção, da memorização, ela incide na modelização das instâncias intra-subjetivas – instâncias da psicanálise reifica nas categorias de Ego, Superego, Ideal de Ego, enfim, naquela parafernália toda [...] A ordem capitalística produz os modelos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro – **em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo.**” (GUATTARI, ROLNIK, 1986, p. 42)

¹² A máquina capitalística de subjetivações é referenciada por Guattari (1987) como agenciadora das subjetivações singulares. Esse agenciamento configura todo um processo de modelização e reincorporação das subjetividades por esses processos maquínicos e serializantes.

¹³ “Deleuze utilizou-se do conceito de dobras da subjetividade capitalística como forma de refletir a respeito das experiências subjetivas na modernidade. Segundo Rosane Azevedo Neves da Silva, “a dobra exprime tanto um território subjetivo quanto o processo de produção deste território, ou seja, ela exprime o próprio caráter coextensivo do dentro e do fora. Ela constitui assim tanto a subjetividade, enquanto território existência, quanto a subjetivação, entendida como o processo pelo qual uma formulação histórica produz determinados territórios existenciais, determinadas formas de experimentação da subjetividade.” (SILVA, Rosane Azevedo Neves (Artigo))



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

capitalístico. As experiências de livre subjetivação subversiva são esquadrinhadas microscopicamente para seu encerramento no cerne produtivo-consumista. O território do corpo, do sexo, do desejo incorpora grande valor de mercado.

Considerações finais

A discussão em torno da sexualidade humana é complexa, cada *cultura*¹⁴ a significou, normatizou de formas diferentes. Uma grande discussão ética, moral e política se produziu em torno do desejo sexual e diversas instituições; religiosas, jurídicas, médicas, científicas, etc.; em diferentes momentos da história, se ocuparam em produzir, definir e agenciar *mecanismos de controle*¹⁵ e regulamentação das práticas e desejos sexuais na cultura ocidental.

Não existe nenhuma identidade sexual sem construção e inscrição no campo social, elas não são fornecidas e nem estão acabadas, são instáveis e estão em constante transformação. A construção da identidade de gênero traz consigo embutido uma gama de determinações e pressupostos naturalizados de comportamentos diferenciados para homens e para mulheres nas diferentes conjunturas e espaços. Costuma-se confundir com a construção da identidade sexual, pois, ambas se processam a partir das produções subjetivas no jogo das relações de poder no contexto das relações sociais.

¹⁴ Para Geertz (1989), a cultura seria como uma teia de significados tecidos pelos próprios homens, uma vez que o homem não só cria signos como também é criado e controlado por eles. Segundo Guattari (1986), a cultura capitalística caracteriza-se em “cultura valor” – cultivar os espíritos – “têm ou não têm cultura?”; “cultura civilizatória” – cultura alma coletiva – “todos tem cultura!”; “cultura de massa” – cultura mercadoria.

¹⁵ Os equipamentos coletivos de enunciação são descritos por Guattari (1987) como mecanismos de retomada das subjetividades pelos processos maquímicos e serializantes capitalísticos. O caso de os discursos se inscreverem, incidindo sutilmente no inconsciente dos sujeitos, demonstra uma complexa maneira de agenciamento coletivo de enunciação.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Segundo Guattari e Deleuze (2009), o sujeito produz-se nas relações e atravessamentos múltiplos e variados de um constante movimento com relação a si no campo social e as identidades que se constroem e desconstroem dentro de um contexto de relações hierárquicas de poder correspondem a uma singularização moral assumida socialmente – o devir homossexual.

Os discursos acerca da homossexualidade revelaram diferentes apreciações morais, ora era pecado, doença, perversão. Segundo Foucault (2006) discursos instituem "verdades" e atuam como uma representação da realidade social. Deste modo, acreditamos que as representações acerca da homossexualidade não são homogêneas ou absolutas e que discutir homossexualidade é procurar desvendar as intrigas morais, éticas, valorativas que vem impondo padrões, modelos e sentidos de valor sobre esta sexualidade.

Nesta perspectiva, este artigo procurou compreender a “trajetória” das relações e do sujeito homossexual na tradição discursiva ocidental, numa busca pela historicidade de suas práticas e agenciamentos.

É sabido que a cada época se processaram transformações nas concepções em torno do desejo, do sexo, da sexualidade. Hoje, ao menos, discursivamente, muito já se desconstruiu da antiga imagem do homossexual e muito mais há de se desconstruir. As possibilidades de expressão aumentaram absurdamente. Os discursos geralmente demonstram-se favoráveis com relação à homossexualidade.

Eu concordo com Guattari: o que nós queremos é que as pessoas não se vejam como negros, não se vejam como homossexuais, não se vejam como mulheres; que as pessoas se vejam como pessoas humanas, que tem o direito de transarem com quem quiserem. O fato de ser negro não implica discriminação, o fato de ser mulher não implica inferioridade: então, por favor, quem é branco e macho, ou participa do mundo dos brancos machos, não estorve os oprimidos, não os impeça de sentar à mesa e aparecer. O que no fundo a gente quer é uma sociedade igualitária, uma sociedade em que não haja nem opressores nem oprimidos, uma sociedade, como disse Guattari, em



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

que “o desejo se vire como puder” [...] Nós, homossexuais, lutamos exatamente pelo direito à liberdade do desejo. Como disse Guattari, nossa luta não se refere apenas aos homossexuais, às bichas, às lésbicas. Nossa luta se estende à toda a sociedade, na medida em que queremos liberdade de sexo, queremos uma sexualidade sem rótulos (GUTTARI, F. ROLNIK, S. 1986, p. 76-77).

Sujeitos humanos. Somente isso e nada mais. Para muitos tão pouco, para outros tanto. Este artigo possibilitou a percepção de que é preciso ter sensibilidade nas relações humanas. Os discursos em torno da homossexualidade foram e são bastante instituintes. Hoje ainda vivenciamos preconceitos e os reproduzimos, muitas vezes saibamos ou não.

A ideia dos *direitos humanos*¹⁶ tem contribuído significativamente para transformar a liberdade de expressão e garantia de direitos aos homossexuais nas sociedades ocidentais. Exemplo disso são os debates no Congresso Nacional brasileiro e as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal em prol da criação e reconhecimento de direitos a casais homossexuais equivalentes aos garantidos a casais heterossexuais. Necessário mesmo nossa Constituição já determinando princípios de liberdade e igualdade desde sua promulgação.

Neste sentido, enquanto *trabalhadores sociais*¹⁷ temos responsabilidade sobre o discurso proferido. Não podemos nos calar, menos ainda corroborar com discursos preconceituosos. É preciso ter discernimento para fazer um

¹⁶ HUNT, Lyn. A invenção dos direitos humanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹⁷ “Aquilo que se convencionou de “trabalhador social” [...] atua de alguma maneira na produção de subjetividade. Mas, também, quem não trabalha na produção social de subjetividade? [...] Embarcamos nesse processo de divisão geral de subjetividade e não há mais volta. Mas, por isso mesmo, devemos interpelar todos aqueles que ocupam uma posição de ensino nas ciências sociais e psicológicas, ou no campo de trabalho social – todos aqueles, enfim, cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro. Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação (por exemplo, analítica).” (GUATTARI, ROLNIK, 1986, p. 29)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

trabalho em prol do homem, do humano, nunca do desumano. Façamos uma produção discursiva, uma história diferente sobre homossexuais, crianças, etc. Pois, os discursos são produzidos, mas também produzem e se reproduzem...

Referências

- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2009.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1, 3 e 4. São Paulo: Editora 34. 2009.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 29ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, 1989.
- GREEN, James N. **Além do carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do Século XX. São Paulo: UNESP, 2000.
- GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUATTARI, F. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. Editora Brasiliense, 1987.
- HUNT, Lyn. **A invenção dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HUNT, Lyn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SILVA, Rosane Azevedo Neves. **As dobras da subjetividade capitalística**. Vozes, 2005.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

ETNICIDADE E MEMÓRIA JAPONESA NO RS: MEMORIAL DE IMIGRAÇÃO JAPONESA COMO PATRIMÔNIO NIKEI NO BRASIL MERIDIONAL

André Luis Ramos Soares*

Tomoko Kimura Gaudioso**

Alexandra Begueristain da Silva***

Introdução

No ano de 2008 foi criado o Memorial de Imigração e Cultura Japonesa no estado do Rio Grande do Sul. Considerando as comemorações do centenário em São Paulo e o cinquentenário da chegada dos imigrantes em Santa Maria, centro do estado, as equipes do Núcleo de Estudos Japoneses – NEJa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, e do Núcleo de Estudos de Patrimônio e Memória – NEP, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, reuniram esforços para registrar a história e a memória de centenas de imigrantes japoneses que não tinham consciência da importância histórica e social de suas trajetórias de vida.

Na cidade de Santa Maria, uma das propostas é a valorização das memórias destes imigrantes que trazem em sua bagagem cultural uma série de hábitos, costumes e valores éticos e morais relativos ao mundo japonês anterior a segunda guerra mundial. Em termos culturais e históricos, estes migrantes carregam consigo elementos relativos ao período militarista do Japão, ou ainda mais antigos, como a educação formal, a ponto de chamarem a si mesmos como

* Prof. Dr. Departamento de História – UFSM, presidente do Memorial de Imigração e Cultura Japonesa do RS. E-mail: alrsoaressan@gmail.com

** Professora Mestre, Departamento de Línguas Modernas- UFRGS, coordenadora do Núcleo de Estudos Japoneses – NEJa- UFRGS.

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS – UFSM.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

homens “Meiji”⁴ (Clarke, 2008, p.27-28). Mesmo imigrando a partir de 1955, época em que se fazia presente a ocupação americana no arquipélago japonês, estes japoneses pouco ou nada foram influenciados em seus valores éticos e culturais pelas mudanças advindas das novas regras impostas pelos norte-americanos.

Sendo assim, suas memórias e histórias de vida, mais do que um capítulo da imigração japonesa ao Brasil, vivificam costumes há muito esquecidos e abandonados tanto em sua terra de origem como no local de vida atual. Embora tendo partido como jovens ou adolescentes de sua terra natal, trazem na sua formação os elementos culturais e sociais do Japão antigo, pelo menos anterior aos valores implementados pela nova constituição de matriz norte-americana.

O papel do Memorial

Criado como um museu virtual, o Memorial busca servir de local para a guarda de documentos dos mais variados tipos, ligados a história da imigração japonesa no estado do Rio Grande do Sul⁵. Os objetivos do memorial podem ser observados na página eletrônica hospedada em www.ufsm.br/memorialjapao, que resumidamente é o que segue e está registrado em cartório de registros especiais de Santa Maria:

- Promover a pesquisa acadêmica sobre a imigração japonesa no Estado do Rio Grande do Sul;
- Salvar documentos, fotos, objetos ou qualquer registro sobre a imigração japonesa no Estado, bem como disponibilizar os mesmos para pesquisa;
- Divulgar a cultura japonesa, através de cursos, seminários, palestras, exposições e outras atividades afins (..).” (disponível em www.ufsm.br/memorialjapao, último acesso em 12 set 2010).

⁴ Ademais, os imigrantes japoneses após a II Guerra referiam-se a si mesmos como homens “Meiji”, ou seja, verdadeiros japoneses, em contraste com outros modos, que viam como superficiais, de ser japonês. Clarke, 2008, p. 27-28.

⁵ O Memorial tem como acervos poucos objetos, mas um grande conjunto de fotografias, depoimentos, reproduções de jornais em língua portuguesa e japonesa sobre a imigração nipônica no sul do Brasil.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Sendo assim, os registros das memórias e histórias de vida fazem parte de um acervo finito e não renovável, pois, dos primeiros imigrantes chegados em 1957, alguns já faleceram, perdendo-se assim parte irrecuperável da história da imigração japonesa para o estado.

“A memória diz respeito, antes, ao presente que ao passado. Exilá-la no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente... Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação (...) A memória é que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo dos acontecimentos. A memória interessa-me **porque estou vivo, aqui e agora.**” (Bezerra de Menezes, 1990: 31 Apud. Ramos, 2004:100)

Considerando esta finitude, iniciamos um processo de documentação que, antes de buscar um acervo material, tinha como premissa a preservação das memórias e histórias de vida destes imigrantes. O memorial tem um papel de registro, mais do que exaltação. Mesmo que seja uma tarefa difícil, como afirma Mário Chagas, deve-se observar que existem diversos grupos que necessitam representação enquanto excluídos ou esquecidos, ou ainda invisíveis.

“Como trabalhar com museus sem cair na armadilha celebrativa das instituições que reforçam o poder constituído, museus das elites a repetir as desgastadas cantilenas de uma história do Brasil sob a ótica dos governantes e dos mais bem aquinhoados economicamente? Como romper a lógica excludente no campo das representações sociais, em que os museus converteram-se mais em teatros do esquecimento do que em lugares da memória?” (Chagas, 2006: 14)

O registro destas histórias de vida implicava a escuta atenta, paciente e repetida dos entrevistados, hora reiterando o já dito, hora tergiversando sobre outros assuntos, num processo de memória seletiva que, em parte, ultrapassa a tarefa de uma única disciplina. Conforme Gay (apud Hashimoto, 1991):

“o historiador profissional tem sido sempre um psicólogo – um psicólogo amador. Saiba disso ou não, ele opera com uma teoria sobre a natureza humana: atribui motivos, estuda paixões, analisa irracionalidades e constrói seu trabalho a partir da convicção tácita de que os seres humanos exibem algumas características estáveis e discerníveis, alguns modos predizíveis, ou pelo menos decifráveis, de



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

lidar com as suas experiências.” (Gay, Peter, apud Hashimoto, 199: 148)

A partir de um questionário semi-estruturado, solicitamos aos japoneses residentes em Santa Maria que respondessem esse instrumento para posterior entrevista. Observamos que o questionário deveria ser escrito em japonês, pela facilidade de compreensão dos entrevistados e a precisão da escrita japonesa. **Como afirma Mukai, “percebe-se que a identidade cultural está baseada na consciência de um grupo social, formada através da língua(gem) utilizada entre seus membros.”(2009:170). Ademais, estas pessoas não dominam o idioma português a ponto de responderem na língua portuguesa, pelo menos nos entrevistados em Santa Maria, realidade que não se repetiu em outras cidades do Rio Grande do Sul.**

O papel do memorial é repensar as memórias enquanto fragmentos do passado e construção no presente. Nas palavras de Ramos:

Ora, o que se busca hoje não é resgatar o passado tal como aconteceu,... e sim problematizar o pretérito através do presente. Ao contextualizar os objetos com a reprodução de cenários, a museologia pressupõe que o passado é dado... esvaziando a proposta de colocar a **história como lugar de juízo crítico” (Ramos, 2004: 130)**

A partir das respostas, os chefes de família foram entrevistados (observando e respeitando a hierarquia adotada pelos japoneses imigrantes até hoje) sendo que as esposas eram chamadas a participar em caso de esquecimento ou confirmação dos dados solicitados. As perguntas centralizaram-se na vida destas pessoas no Japão, os motivos que levaram à imigração, a viagem, as chegadas no município de Uruguaiana, os motivos que levaram ao abandono da fazenda, as condições de vida naquela cidade, a mudança para a cidade de Santa Maria, as condições nesta nova cidade, a adaptação e a instalação definitiva. Estas entrevistas, além de comporem o acervo do Memorial, tem como meta uma revisão historiográfica da forma como é relatada a imigração japonesa no sul do Brasil.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

“Além de pretender a guarda de objetos vinculados a imigração, em uma percepção crítica e questionadora⁵, sendo os objetos geradores de questões pertinentes ao museu crítico, pretende-se com o Memorial um espaço virtual que possa ser alimentado não somente por documentos e registros sobre a imigração, mas principalmente um repositório de memórias e de histórias de vida sobre os imigrantes e seus descendentes.” (Soares e Gaudioso, 2009: 5)

Um parêntese deve ser feito neste processo. A chegada dos imigrantes japoneses de Santa Maria reveste-se de alguns aspectos diferenciais. Todos os imigrantes pensavam que viriam ao Brasil para trabalhar durante um período de quatro a cinco anos para retornar ao Japão, após um possível enriquecimento em terras brasileiras (Soares, Gaudioso et al., 2008). Destarte as condições de vida e de trabalho estarem longe da proposta, mesmo considerando-se as do ano de 1957, outras dificuldades somaram-se para o fracasso do plano inicial. Assim, após quase um ano na cidade de Uruguaiana, re-emigram para Santa Maria⁶.

Se por um lado não há registros oficiais⁷, a pesquisa em alguns jornais apontou de forma otimista a vinda destes imigrantes, como atestam o jornal São Paulo Shinbun:

“Os motivos pelos quais esta região passou a chamar atenção são, em primeiro lugar, o clima temperado, muito similar ao do Japão. Em segundo, a estabilidade, a produção de arroz e de trigo faz com que a vida dos imigrantes seja muito mais estável, pois por serem alimentos básicos, não sofrem com os altos e baixos do mercado especulativo como sofria o café. E para completar, o trabalho e as condições dos contratos são muito bons.” (Jornal São Paulo Shinbun, original em japonês, 21 de março de 1957.)⁸

A organização da vinda dos imigrantes para Uruguaiana, no navio Afurika-Maru, foi realizada inicialmente no Brasil pelo contratante, o ex-embaixador **João Batista Luzardo, proprietário da Fazenda “São Pedro”**. Segundo Ushida, **“muitos dos imigrantes nipônicos, que vieram para o Rio Grande do Sul, o fizeram-no a pedido de fazendeiros e prefeitos de alguns**

⁶ Os entrevistados não são conclusivos. Alguns falam em onze meses, outros em mais de um ano. O dado mais acertado é afirmar que chegaram em 02 de abril de 1957 em Uruguaiana e são deslocados para Santa Maria em 21 de março de 1958. (Soares, Gaudioso et al., 2008).

⁷ Não há documentos do período nem no consulado ou na JICA. Tampouco há publicações acadêmicas sobre o período.

⁸ Os jornais em japonês foram traduzidos por Tomoko Kimura Gaudioso.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

municípios que **solicitavam à JAMIC**⁹ (1999: 22). O encarregado de trazer os imigrantes foi Mitori Kimura, imigrante que já havia trabalhado na organização de outro grande empreendimento com japoneses, a colonização da fazenda Matsubara, no atual município de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Mitori Kimura viaja ao Japão e convida seu irmão, Kosei Kimura, que já tinha experiência em direção de cooperativa agrícola, para reunir interessados. Neste sentido, é importante destacar que boa parte dos imigrantes que chegaram a fazenda São Pedro em 1957 tem algum parentesco ou são da mesma aldeia de origem, na província de Kumamoto, sul do arquipélago.

No clássico “o Crisântemo e a espada”, Ruth Benedict (1997: 121 et passim) nos coloca a importância de “compromissos” ou “dívidas” que as pessoas contraem ao longo da vida. Assim sendo, os imigrantes tem uma obrigação de respeito ou dívida com o encarregado da imigração, elo este mais forte entre aqueles que são parentes, depois os de mesma aldeia, até os outros envolvidos, mesmo que em menor grau. Daqui veremos que, nos depoimentos em relação a viagem e as expectativas, quando frustradas, não serão em nenhum momento exteriorizadas, apenas com uma exceção, como veremos mais tarde.

Desta forma, o Memorial tem em suas mãos a tarefa de dar visibilidade a imigração japonesa em um estado historicamente considerado europeu, caucasiano, católico ou protestante. Em um esforço de reconhecer outras migrações o Memorial é fundamental para uma nova abordagem de museu e memória:

“O diferencial, neste caso, não está no mero reconhecimento do poder da memória, e sim na colocação dos ‘lugares de memória’ a serviço do desenvolvimento social, na compreensão teórica e no exercício prático da memória como direito de cidadania e não como privilégio de grupos economicamente abastados.” (Chagas, 2006: 33)

⁹ Japan Migration and Colonization Limited- JAMIC, posteriormente substituída pela Japan International Cooperation Agency- JICA.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Os fragmentos da Memória

Um ponto a chamar a atenção sobre o registro destas memórias é a percepção destas pessoas como agentes históricos. Houve uma unanimidade de que não era necessário que todos os imigrantes falassem: bastava que o presidente da associação de japoneses (*nihonjinkai*¹⁰) se pronunciasse, uma vez que todos os imigrantes haviam chegado no mesmo navio, saídos do mesmo porto e com o mesmo destino, a Fazenda São Pedro, em Uruguaiana, RS. Sendo assim, no discurso deles, *a história seria igual*.

Legitimada pela hierarquia das comunidades nipônicas, não seria necessário um registro exaustivo de todas as vozes, mas somente da liderança legítima e eleita segundo seus critérios. Conforme Benedict (1972, p.42 e passim) isto se deve a uma observância rigorosa a hierarquia japonesa, aqui transportada na forma da associação de japoneses, que é o órgão legítimo de seus interesses.

“Todo japonês primeiro adquire o hábito da hierarquia no seio da família e posteriormente os aplica nos campos mais vastos da vida econômica e do governo. Aprende que uma pessoa dedica toda deferência aos que sobre ela têm precedência, numa ‘devida posição’ determinada, sejam ou não eles os realmente dominantes no grupo.”
(op. Cit., p. 53)

As entrevistas com os japoneses nos revelaram uma série de fatos conhecidos quando tratamos de história oral. As lembranças da infância, adolescência e juventude são fortes e marcantes, mesmo que representem momentos de sofrimento e tristeza. A viagem do navio, mesmo tendo durado pouco mais de um mês, foi citada por todos:

Havia escola no navio assim como a biblioteca. Além disso realizavam undokai. Fazíamos joga bola. Kendo. Não tinha judô. Acho que não tinha instrutor. Acho que havia instrutor de kendô e por isso dava aula. Na escola do navio tinha também aula de educação física. As aulas eram realizadas pela manhã ou pela tarde. Katsuaki Hayashida, in: Soares, Gaudioso et all, 2008,p.

¹⁰ “ Já vimos que a primeira coisa que os imigrantes japoneses fazem ao constituírem um aglomerado (colônia) é a organização de uma associação de japoneses (*nihonjin-kai*). Seu objetivo é o de promover a confraternização e cooperação entre os associados e enfrentar problemas comuns pela união de forças.” KIYOTANI e YAMASHIRO, 1992, p.99.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Assim, há uma tessitura da memória composta por todos e, ao mesmo tempo, individualmente. Esta tessitura se faz de forma na troca de experiências e nas vivências, pois vários destes imigrantes moravam em locais próximos no Japão, viajam juntos e tem como destino a mesma fazenda. É normal, assim, que se lembrem de coisas próximas e que se repitam, na memória de cada um, uma representação de todos.

A dificuldade em coletar os dados mais pontuais e relacionados a indivíduo, como os afazeres do cotidiano ou situação de mulheres no período inicial da imigração, pode ser observado pela reação negativa por parte destes **entrevistados, seja por omissão voluntária ou por “esquecimento” da memória.** Em uma sociedade no qual a individualidade é negligenciada em nome do coletivo, onde a pessoa é reconhecida pelo sobrenome (ela representa uma família, ou **ie**, uma casa), é natural que a história individual ou as idiossincrasias não sejam relevantes, e o todo ou coletivo torne-se mais relevante.

“Evocamos, via memória, os recortes ou passagens adormecidas e que se formam, em parte, no tempo construído. É esse tempo construído como referencial de identificação de um grupo e que define o sentimento de pertença coletiva, como parte da identidade pessoal e que dá sentido ao indivíduo dentro dele. Quando falamos evocar, lembrar, não podemos deixar de lado o esquecer, que caracteriza um processo passivo, enquanto lembrar é um processo ativo. Esquecer, no entanto, envolve atividades, um movimento ativo de colocar para fora da consciência conteúdos recalçados ou reprimidos.” (Hashimoto, 1991: 149)

Porém, dentro deste mesmo grupo podemos perceber algumas dissonâncias no que tange ao processo de chegada, das adversidades vivenciadas e dos problemas enfrentados. Um dos casos que registramos foi, entre os depoentes, uma senhora que revelou, por exemplo, que o período de estada em Uruguaiana houve fome e privações. Porém, pediu que isso não fosse nem escrito e nem entrasse no livro publicado¹¹, pois acarretaria discórdia entre

¹¹ 50 anos de História: Imigração Japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil (1958-2008). Soares, Gaudioso, et all., Ed. Maria do Cais, Itajaí, 2008. Edição bilíngüe português – japonês.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

os imigrantes. Questionada sobre o porquê da objeção, apenas disse que os outros não aceitariam. Outra, simplesmente nega toda e qualquer acontecimento negativo entre os imigrantes alegando que sendo mulher, não sabia nada do que ocorria ao seu redor, nem tinha responsabilidade de zelar por **ninguém já que os “homens” sabiam** o que estavam fazendo, ouvindo os **comandos do seu líder. Nas palavras de Pollak (1989, p.09) “o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização”, e neste caso, os discursos sobre “problemas” atingiria a ética e as obrigações japonesas. No caso da cultura japonesa, o dever ético de compromisso moral é denominado *giri*. Como afirma Benedict, “O *giri* ligado ao nome é o dever de conservar imaculada a reputação.” (1972, p.125).**

Se por um lado existem discursos e falas consagradas pelo respeito aos antepassados, aos mais velhos e as pessoas aos quais se tem obrigação formal, por outro existem lembranças que não são desejadas, pois o sofrimento e sua rememoração é sempre uma tarefa dolorida e nem sempre bem equacionada (Hashimoto, 1991, p.150).

Assim, compreende-se que obrigação moral dos imigrados não possa ferir a memória ou a honra do encarregado da imigração, mesmo passados cinquenta **anos ou mesmo que seja falecido. Como reafirma Benedict, “as regras do *giri* são estritamente as do pagamento exigido, não constituindo uma coleção de preceitos morais como nos Dez Mandamentos.” (op.cit.,p. 121). Mais do que respeitar a memória do morto, trata-se de um tipo de dívida que jamais perde a validade, não importa a situação em que se encontra a pessoa ou o tipo de relação com ela estabelecida.**

Ao mesmo tempo, não estamos falando de “memórias subterrâneas” frente a memória nacional, mas de divergências na interpretação do passado histórico por sentimentos de honra, dever, obrigação, entre outros, que fogem a cultura ocidental. Estaríamos frente a algumas memórias excluídas dentro de um grupo historicamente ainda esquecido. Neste caso, ainda segundo Pollak (1989, p. 09), poderíamos falar de um “enquadramento” da memória, onde a



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

opinião “menos balizada” de um depoente não pode ser considerada válida, não esquecendo que, o que está em jogo, é a memória do indivíduo e do grupo.

“Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadreadores de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar. Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.” (Pollak, 1989: 12)

Porém, todas as falas só existem contextualizadas. Como afirma Hall, **“todos nós escrevemos e falamos desde** um lugar e um tempo particulares, **desde** uma história e uma cultura que nos são específicas. O que dizemos está sempre **‘em contexto’, posicionado** (1996, p. 68, grifo original do autor).

“As identidades culturais provêm de alguma parte, tem histórias. Mas, como tudo que é histórico, sofrem transformação constante. Longe de fixas eternamente em algum passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo ‘jogo’ da história, da cultura e do poder. AS identidades, longe de estarem alicerçadas numa simples ‘recuperação’ do passado, que espera ser descoberto e que, quando o for, há de garantir nossa percepção de nós mesmos pela eternidade, são apenas os nomes que aplicamos às diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos, nas narrativas do passado.” (Hall, 1996: 69)

Assim sendo, mesmo considerando que algumas vozes são abafadas, minimizadas ou discriminadas em contextos sociais, antes disso, elas são (re)produzidas, (re)criadas e (re) significadas em contextos culturais. Desta forma é que o registro de todas as falas, em diversos momentos, é fundamental para analisarmos, não o devir histórico de cada família ou pessoa, mas como se constroem estes processos complexos e intrincados ao qual denominamos memória.

“O tempo não se resume a seqüências históricas do indivíduo, mas na elaboração reconstruída dos acontecimentos de seu passado, que graças ao processo de recuperação, de retorno, é que vai adquirindo



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

sentido na sua evolução histórica. O tempo não é um processo de acúmulo de experiências ou de sentimentos anulados pelos mecanismos de defesa do indivíduo, cujo aproveitamento só pode ser feito através de recuperações da memória. O tempo é muito mais um **movimento onde o passado é o presente reeditado e atualizado.**” (Hashimoto, op. Cit., p.150)

A **memória oficial dos imigrantes está viva e “atuante” no presente, entre** os imigrantes e seus descendentes na medida em que os integrantes da comunidade ainda se relacionam como há cinquenta anos atrás, sendo que cada indivíduo é identificado conforme a família a que pertence, com quem se casou ou que relação de amizade possui, tendo como referência principal o responsável pela imigração, Kosei Kimura. Nesse sentido, a comunidade nikkei¹² do Rio Grande do Sul identifica as pessoas da comunidade pelo laços de parentesco, demonstrando maior respeito com aquele que possui afinidade maior com aquela família.

Ao observar as reações dos japoneses diante da relação de laços de parentesco, não raras vezes observa-se atitudes como esta:

“Ah, então seu irmão é casado com a neta do Kosei-san, de Santa Maria. Eu conheço bem a família. (...). É uma família importante. Mas, que bom! Eu também sou daquele grupo mas acabei vindo a Porto Alegre. Eles ficaram lá. Deu tudo certo. Eu não fiquei rico mas estamos bem. É, tenho filho que está muito bem empregado em Santa Catarina.” (Entrevista de H.O. a Tomoko Kimura Gaudioso, Julho, 2010.)

Esta declaração, entretanto, é de um imigrante que participou do processo de imigração, de modo que os descendentes da segunda geração já não compartilham a memória de mesmo modo. Ao mesmo tempo, entre os silêncios não esclarecidos encontramos a própria história de Kosei Kimura, que antes de trazer os imigrantes do Japão foi capataz da fazenda Matsubara e, ainda antes, foi membro ativo da **Seinenkai**¹³ de Marília, e também partícipe da Shindo Renmei. Mesmo entre os parentes próximos estas histórias não são bem conhecidas.

¹² Nikkei-refere-se aos japoneses e os descendentes que possui alguma consanguinidade com a linhagem japonesa.

¹³ Associação dos jovens japoneses.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Outro aspecto, é a omissão voluntária ou involuntária da memória da imigração mal sucedida, seja no aspecto em grupo ou individual, em que a coleta de dados através de depoimentos fica prejudicada, dada a omissão de imigrantes que colaborem com os entrevistadores. Por outro lado, os descendentes ignoram o seu passado devido a esta omissão e passam a perder os valores éticos e morais identificadores do país de origem, que poderia colaborar para a formação de valores étnicos enquanto uma das etnias **formadoras do estado. Como afirma Hashimoto, “o relato da história de vida tem sua base nos recortes feitos pela própria História. Estes recortes aparecem carregados de sentimentos, de sofrimento ou alegria e somente aparecem por que as elaborações sobre os fatos ou fenômenos ocorreram” (1991: 150). Por isso é tão comum, ao entrevistarmos os japoneses ainda vivos (imigrantes que vieram do Japão nos anos 1950’) diversos fatos que vem a tona são desconhecidos dos seus filhos.**

A documentação fica igualmente prejudicada, visto que muitos problemas foram solucionados ou esquecidos dentro da própria comunidade, sem que houvesse registro concreto dos fatos. Em uma comunidade que zela pelo conceito de **wa**, harmonia, qualquer fato que desestabilize a normalidade do coletivo é motivo de vergonha, pois a harmonia foi quebrada. Diga-se de passagem, a menos que os acontecimentos tenham sido noticiados na imprensa ou tenham-se tornado questões judiciais, não serão de domínio público, pois qualquer discórdia é sinal de incompetência das pessoas em resolver suas pendências. Ao contrário da sociedade ocidental que busca seus direitos através da legislação e de advogados, no extremo oriente isto é sinal de incapacidade de diálogo, o que levou muitos nikkei a abrirem mão de seus direitos pelo simples evitamento da discórdia.

Os imigrantes japoneses, no Rio Grande do Sul, são vistos -pela própria comunidade japonesa- como grupos heterogêneos que se não se misturam e que, conseqüentemente, não possuem força política diante da comunidade brasileira e órgãos políticos, diferentemente das demais comunidades de outros



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

estados. O apagamento da memória enquanto fragmento da fase da imigração mal sucedida explique esta falta de união entre as comunidades japonesas. **Como afirma Hashimoto, “histórias indesejadas são apagadas ou colocadas num outro tempo, adquirindo significados diferentes. Acontecimentos relevantes são postos em um nível inferior, como fatos pouco relevantes ao serem reavivados” (1991: 151). Assim, não lembram por que causa vergonha, e a honra como valor é fundamental para a manutenção de uma identidade, mesmo que situacional, de ser japonês.**

Desta forma, o resgate da memória torna-se mais uma vez importante e para tanto, há necessidade de conscientizar a população nikkei da importância do registro de seus depoimentos, enquanto registro de acontecimentos e sentimentos assim como pontos de vista de um imigrante, não somente os aspectos oficiais e socialmente conhecidos mas outras memórias, esquecidos ou abafados para servir de base de análise para as gerações futuras.

“Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.” (Pollak, 1989: 5)

Nesse sentido, desde 2006, O Memorial tem realizado o trabalho de conscientização dos imigrantes para preservação de suas memórias, dada a finitude das fontes de informação, visto que a idade média dos imigrantes japoneses residentes no estado está em torno de setenta anos de idade. Apesar dos japoneses demonstrarem longevidade, muitos atingindo a idade superior a oitenta anos, suas memórias vão se esvaindo, seja por doença ou por sofrer interferências do tempo. Assim, o registro da memória desses imigrantes requer urgência, quando constata-se o falecimento de mais de uma dezena de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

indivíduos por ano (dados de 2009)¹⁴ numa comunidade na qual há pouco mais de mil e trezentos nascidos no Japão.

Considerações Parciais

O papel do Memorial tem sido o registro, e a divulgação da cultura e da sociedade japonesa residente no estado do RS. Imigração minoritária, socialmente invisível embora economicamente bem sucedida, não tem sido tratada como componente dos grupos migratórios do extremo sul do Brasil, seja pela representatividade da imigração europeia do séc. XIX ou pelo discurso historiográfico oficial a respeito da contribuição ítalo-germânica, ou ainda pela xenofobia remanescente que desconsidera afro-descendentes e asiáticos como grupos humanos formadores da população gaúcha.

Por outro lado, e ao mesmo tempo, nos defrontamos com as disputas de legalização e reprodução da memória de grupos dentre os migrantes. Embora exista um corpus de memória coletiva reproduzida, aos moldes do discurso imigratório no território paulista e paranaense, ou seja, imigração, dificuldades e superação, existem lacunas dentro do discurso oficial, que oportuniza e justifica o registro de histórias de vida e memórias, enquadradas (conforme Pollak, 1989), inventadas (Hobsbawn e Ranger, 1984) ou imaginadas (Anderson, 2008). Em se tratando destas memórias, o registro urgente e imediato faz-se necessários pela fonte primária em que se constituem esses imigrantes, portadores de experiências e vivências do período anteriores e durante a segunda grande guerra, bem como outros elementos culturais anteriores a ocupação americana no Japão (1945-1952).

Ademais, o Memorial se pretende como espaço de registro de histórias de vida, marcando espaço de guarda e salvaguarda de depoimentos de imigrantes entre o falecimento dos primeiros japoneses e o esquecimento da segunda geração. Como podemos observar em estados do sudeste, onde a imigração foi

¹⁴ Segundo o censo demográfico do IBGE, o número de japoneses no estado do RS é de 1064 imigrantes japoneses residentes e 21925 nipo-brasileiros e descendentes em 2000. (Beltrão, Sugahara e Konta, 2008).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

se desenrolou no começo do século XX, o interesse pelo passado e pela origem se encaminha com mais intensidade na terceira geração após o movimento imigratório. Mesmo que este processo não seja exclusivo da imigração japonesa, percebemos que, se por um lado a segunda geração quer garantir espaço de inserção sócio-cultural como brasileiros, o fenótipo e as diferenças culturais fazem que a terceira geração busquem com mais intensidade sua origem, seja como descendentes, seja como nipo-brasileiros.

Mesmo que as memórias sejam controvertidas, antagônicas ou residuais, estamos tratando de grupos pouco visíveis historiograficamente, e com poucos trabalhos também nos campos da antropologia e sociologia.

Pensando em manter estes registros disponíveis para as futuras gerações que o memorial visa o registro de todas as memórias, na medida em que os imigrantes permitem a documentação de sua voz, o fotografar de seus semblantes e a reprodução de suas fotos. Como seres humanos, desejam que suas histórias sejam ouvidas para que não sejam esquecidas, ou suas memórias relegadas ao esquecimento, após toda a superação e luta que marcaram sua trajetória até os dias atuais.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe et al. **Teoria da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p.187-227.

BELTRÃO, KAizô Iwakami; SUGAHARA, Sonoe; KONTA, Ryohei. Vivendo no Brasil. Características da população de origem japonesa. In: **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações; [organizada por Célia Sakurai e Magda Prates Coelho]. Rio de Janeiro, IBGE, 2008. p. 54-71.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo, Perspectiva, 1972.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada Museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, Argos, 2006.
- CLARKE, Peter. As novas religiões japonesas e suas estratégias de adaptação no Brasil. In: REVER, ano 8, junho de 2008, p. 22-45. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv2_2008/t_clarke.pdf 27, último acesso em 21 de abril de 2010.
- HALBWACHS, M. (1990). **A memória coletiva**. (L. L. Schaffter, Trad.). São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais. (Original publicado em 1950).
- HASHIMOTO, Francisco. O espaço e o tempo psíquico do imigrante japonês. In: **Anais do II Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa**. Centro de Estudos Japoneses da USP, 1991. Pg. 147-152
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José. **Do Kasato- Maru até a década de 1920**. In: Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil. Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. Ed. Hucitec, Soc. Brasileira de Cultura japonesa, São Paulo, 1992. p. 65-142.
- MUKAI, Yuki. A identidade cultural de uma japonesa “recém-chegada” (newcomer) ao Brasil: um estudo de caso. In: **Anais do XX Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa**. Centro de Estudos Japoneses de São Paulo, 2009. pp. 167-186
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Cpdoc/FGV: Rio de Janeiro, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. IN: Estudos Históricos, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1992.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do Objeto**, Chapecó, Editora Argos, 2006.

SOARES, André Luis Ramos; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Museu virtual de imigração japonesa no Rio Grande do Sul: repensando o patrimônio material e imaterial. 33º Encontro anual da ANPOCS, 2009. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com_docman/task,cat_view/gid,81/dir,ASC/order,date/limit,10/limitstart,0/, último acesso em 20 de setembro de 2010.

SOARES, André Luis Ramos; GAUDIOSO, Tomoko Kimura; MORALES, Neida Ceccim; SOUZA, Cristiéle Santos de. **50 anos de História: Imigração Japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil (1958-2008)**. Edição bilíngüe português-japonês. Itajaí: Editora Maria do Cais, 2008. 200 p.

SOARES, André Luis R.; SOUZA, Cristiéle Santos de ; LIMA, Anita Estephane Vargas de. Memória e acervo: da trajetória de um projeto de extensão à constituição de um memorial. **Revista CPC**, São Paulo, n. 8, p. 68-85, maio 2009/out. 2009, disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n8/a04n8.pdf>

SOUZA, Cristiéle Santos de. **Imigração Japonesa em Santa Maria: história, trajetória e integração**. Santa Maria, Monografia de conclusão de curso de História, UFSM, 2008.

USHIDA, M. A. T.. **A imigração Nipônica no Rio Grande do Sul**. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, dezembro de 1999.

JORNAIS:

São Paulo Shinbun, São Paulo. 21 de março de 1957 (em japonês)



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: UM ESTUDO SOBRE SANTO ÂNGELO

Andressa Domanski*

Introdução

Ao completar o tricentenário da fundação da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio¹, dirigentes municipais juntamente com a Universidade local, idealizaram pesquisas históricas e arqueológicas no Centro Histórico do município de Santo Ângelo, espaço que corresponde ao sítio arqueológico da antiga redução. Essas pesquisas foram efetivadas devido às reformas neste Centro Histórico, onde se encontra a Praça Pinheiro Machado, a Catedral Angelopolitana e o Museu Municipal Dr. José Olavo Machado. Esses trabalhos de pesquisas e reformas tiveram início em maio de 2006 e término em agosto de 2007, momento em que foi comprovada a existência de ricos vestígios desta redução (RECH, 2007 e 2010)². Durante esse processo, acadêmicos,

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Capes, email: andressadomanski@yahoo.com.br

¹ **Redução que corresponde à segunda fase do período reducional, os chamados “Sete Povos das Missões”.** Após tentativas frustradas de fundar esta redução no entroncamento entre os Rios Ijuí e Ijuizinho, foi oficialmente instalada em 1707 na Banda Oriental do Rio Uruguai, espaço correspondente à Província Jesuítica do Paraguai, onde atualmente é o Centro Histórico do Município de Santo Ângelo. A redução chegou a ser habitada por cerca de 5.400 pessoas. Suas principais atividades agrícolas foram a produção de erva-mate e algodão. Além disso, teve um bom progresso cultural em esculturas, pinturas, bem como na música. Mais informações podem ser encontradas em NAGEL (1994) e MÜLLER e PIPPI (2007).

² A partir do biênio de 2006 e 2007, uma equipe do Núcleo de Arqueologia do Centro de Cultura Misioneira da URI (NARq/CCM-URI) em convênio com a Prefeitura Municipal, sob a coordenação da arqueóloga Dra. Raquel Machado Rech, realizou prospecções e escavações arqueológicas que confirmaram a localização dos vestígios da antiga redução em subsolo por ocasião das obras de remodelação da Praça Pinheiro Machado e Catedral Angelopolitana. Em 2007 foi revitalizada a instituição do cargo de Arqueólogo da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo para o cumprimento das pesquisas arqueológicas em todo o perímetro do Centro Histórico do município. Desde então, foi criado o NARq/MMJOM (Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado) o qual permanece em pleno funcionamento sob coordenação da referida arqueóloga. Antes destas pesquisas sistemáticas, diferentes intervenções arqueológicas pontuais foram efetuadas em Santo Ângelo nas últimas décadas (Brochado - 1967 a 1979); (Kern & Scaramella - 1989 a 1993); (Carle - 2004 a 2006), sendo



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

turistas e comunidade local estiveram em pleno contato com as escavações arqueológicas, bem como, em todas as descobertas do local.

A partir disso, pretende-se realizar pesquisa para dissertação de Mestrado verificando de que maneira e o que representa o espaço do Centro Histórico de Santo Ângelo para a comunidade local, tendo como foco principal os dirigentes deste projeto.

Para isso, será necessário estudar os registros dessas escavações, bem como efetivar entrevistas com as pessoas envolvidas. Visando suprir essa necessidade de pesquisas orais é que se busca delimitar aportes metodológicos de História Oral e realizar estudos sobre memória no sentido de alcançar os objetivos traçados com relação às pesquisas sobre identidades das comunidades locais.

Aportes Metodológicos de História Oral e Memória coletiva

A introdução da História Oral no Brasil ocorre a partir da década de 70, mas só alcança maior visibilidade na década de 90 com a multiplicação significativa de seminários, debates e cursos de pós-graduação voltados para esta área. No ano de 1994, a criação da Associação Brasileira de História Oral abriu caminhos para discussões em todo país.

Com o crescimento do número de adeptos à História oral e a multiplicação dos temas abordados, surgem preocupações relevantes em torno da limitação metodológica deste recurso. Conforme Amado e Ferreira: *“Trabalhar com história oral no Brasil em geral ainda consiste em gravar entrevistas e editar os depoimentos, sem explorá-los suficientemente, tendo em vista um aprofundamento metodológico”* (2006, p. XI). Como fonte rica de informações, a entrevista deve ser usada e esmiuçada para reter maior quantidade e profundidade no que se quer abordar.

que os relatórios dentre estes existentes estão disponíveis para consultas nos arquivos da 12ª SR/IPHAN.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A história oral na atualidade é um recurso muito utilizado em casos de escassez de documentos para embasamentos em pesquisas, assim como, é referência em estudos de experiências sociais. Através de entrevistas, é possível estudar noções de identidade, memória cultural e construção de narrativas (MEIHY, 2005).

Proporcionando fundamentos em estudos culturais, a oralidade propicia conhecimentos relevantes não apenas sobre o tema que se deseja abordar, mas também sobre variadas fontes acerca de um determinado assunto, como por exemplo, o uso de fotografias e documentos. Thompson relata experiências de vida utilizadas e também sobre essas fontes descobertas através de entrevistas:

No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito mais alcance. [...] os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar. A entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados. (2002, p. 25)

A história oral, provando não ser temporária, fixou-se ocupando espaço em pesquisas que dizem respeito a culturas, atos sociais, estudos sobre memória e identidade. Não é apenas **“uma prática de estabelecimento e interpretação de documentos feitos por pessoas de outra época”** (MEIHY, 2005, p. 25) e sim, uma forma de publicar e reconhecer história, memórias que são restritas aos seus detentores ou apenas a pesquisadores. Ainda, conforme Meihy, as narrativas orais podem ser compostas por três necessidades diferentes para sua realização: uma para celebrar e homenagear; a segunda para esclarecimento, explicar ou confessar; e a terceira de acusação e contestação. (2005, p. 26).

A produção de documentos através da história oral acerca de temas como a censura em ditaduras, ações adotadas pelos governos, vítimas em grandes guerras e/ou torturas, bem como em mudanças culturais, é bastante usual e necessária para a história que não possui muitos indícios e que está em processo



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

de registro. Sua vitalidade para a produção de outras versões históricas também justifica o uso da história oral.

Segundo Lozano, a história oral vai muito além de relatos de experiências vividas:

A história oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da **vida e da experiência do “outro”**. (2006, p. 17)

Oferecendo uma alternativa diferenciada das demais pesquisas, a história oral é vista como um novo recurso para personagens da história que não tiveram visibilidade ou que carregam em si narrativas oprimidas e marginalizadas definidas como **“História vista de baixo”** (MEIHY, 2005, p.36). Hoje o reconhecimento da história não apenas dos vencedores, mas também dos vencidos, muito se deve à história oral, seu registro e divulgação no meio acadêmico.

A narração da história de uma sociedade, seja ela feita por apenas um indivíduo, identifica e coloca em reflexão os grupos que ela compõe, buscando sanar curiosidade de um passado remoto ou recente. O estudo sobre essas memórias possibilita dar visibilidade e também subsidiar soluções para problemas na sociedade, pois, analisando os problemas mais profundos através do estudo do passado em depoimentos orais, é viabilizado compreender a situação social, econômica e cultural que vivemos na atualidade.

Mas o prazer em realizar pesquisas orais com indivíduos que detêm o conhecimento sobre determinado assunto, ou seja, diretamente na fonte, faz com que ao longo do trabalho apareçam dificuldades na parte de interpretação e análise desses relatos. Em seu trabalho acadêmico, Marluza Marques Harres destaca um trecho de Joutard:



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

[...] a história oral tem, mais do que nunca, o imperativo de testemunhar, tendo a coragem de permanecer história, diante da memória de testemunhos fragmentados que têm o sentimento de uma experiência única e intransmissível: é preciso combinar respeito e escuta atenta, de um lado, com procedimentos históricos, não importa quanto isto nos seja penoso. (JOUTARD, 2002 *apud* HARRES, 2008, p. 104)

É importante enfatizar que a história oral como fonte de estudo e pesquisa vai muito além das fronteiras acadêmicas. Museus, memoriais e outras instituições também aderiram ao uso de entrevistas para a preservação e uso adequado da história, assim como a necessidade de *“ser rigorosamente elaborados e conduzidos, sendo indispensável esclarecer sempre as condições em que foram produzidas as entrevistas e seus objetivos”*. (HARRES, 2008, p. 104)

O crescente número de trabalhos que utilizam a história oral como metodologia faz com que se exija uma postura cada vez mais profissional por parte do pesquisador, tanto na realização das entrevistas quanto no tratamento com as pessoas envolvidas nesse processo. Além disso, também é necessário que ocorra uma maior socialização de informações e a manutenção adequada a esses depoimentos que passam a ser documentos, fontes de pesquisa.

Um ponto determinante na eficiência da pesquisa é a relação que se estabelece com o entrevistado. Quando se trabalha com outras pessoas, é necessário ter habilidades e coerência para encontrar um meio de acesso às informações que se busca adquirir nessa pesquisa. Thompson relata sobre essa relação:

Assim que os historiadores começam a entrevistar, veem-se inevitavelmente trabalhando com outras pessoas – quando menos com seus informantes. E para ser entrevistador bem-sucedido é necessário um novo conjunto de habilidades, entre as quais uma certa compreensão das relações humanas. Alguns adquirem quase imediatamente essas habilidades, outros precisam aprendê-las... (2002, p. 29)



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Essa relação é muito importante para todo o desenvolvimento do trabalho. É por meio dela que o entrevistador conseguirá estabelecer uma conversa produtiva estabelecendo claramente os objetivos que o trabalho pretende alcançar. Desta relação também depende a multiplicação dos resultados deste trabalho.

Nessas pesquisas, a evidência é de que se alcançam variados tipos de pessoas, faixa etária, comunidades pertencentes, bem como classes sociais e experiências diferenciadas de um mesmo acontecimento. Sobre um mesmo acontecimento pesquisado com um grupo de pessoas, o que diferenciará um discurso de outro será exatamente o que cada uma delas absorve e retém com maior significado, o que lhes representa, seja ele positivo ou negativo, formulando assim sua memória individual deste acontecido.

O estudo de memória, bastante abordado por estudiosos na atualidade, vem desencadeando uma série de questionamentos sobre o que é de assimilação coletiva e o que é retido individualmente. Amado e Ferreira destacam a ideia de **“memória dividida” tratada por Portelli:**

Sustentando que, por ser gerada individualmente, a memória só se torna coletiva no mito, no folclore, nas instituições e por delegação (quando uma história condensa várias histórias), **Portelli recupera o conceito de “memória dividida”**. Em geral, afirma, a pressão para não esquecer em verdade preserva as lembranças de determinado grupo, materializando o controle social. A memória coletiva, assim, longe da espontaneidade que muitos lhe atribuem, seria mediatizada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições, ou seja: seria uma memória dividida. (AMADO E FERREIRA, 2006, p. XIX)

A constituição de acervos orais ainda são desafios que devem ser superados por pesquisadores e principalmente pelas instituições sejam elas públicas ou privadas. É impossível negar a importância da história oral para o estudo de assuntos ainda pouco abordados ou vistos apenas pelo viés dos vencedores. Com o uso de técnicas coesas de história oral, é possível complementar ou desmistificar alguns temas tratados pela história, assim,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

auxiliando futuras pesquisas acadêmicas na escrita de uma história cada vez mais rica e detalhada.

A História Oral é uma metodologia muito utilizada em pesquisas sociológicas, históricas e arqueológicas. Surgida como forma de valorização das memórias e recordações de indivíduos, é um método de recolhimento de informações através de entrevistas com pessoas que vivenciaram algum fato ocorrido. Segundo Prins, usando palavras de Jan Vansina, na História Oral, pode-se fazer duas divisões em se tratando de relatos: a tradição oral, a qual representa um *"testemunho oral transmitido de uma geração para a seguinte ou as demais"* (1992, p.172); e a reminiscência pessoal, evidência oral específica das experiências de vida do informante.

Mesmo diante da não confiabilidade da memória, conseguiu-se estabelecer uma metodologia bem estruturada para a produção de dados a partir dos relatos orais. Apesar da dificuldade em definir o que seja uma fonte histórica, considera-se que a fonte oral pode ser fidedigna para o trabalho dos historiadores. Mas, como qualquer documento, merece um minucioso trabalho de crítica e interpretação, cabendo ao pesquisador usar a história oral de maneira correta e buscar os fatos que forem relevantes ao seu trabalho. Assim,

Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido. Assim, antes mesmo de se pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. A história oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão. (ALBERTI, 2004, p. 29)

No caso da pesquisa arqueológica, a metodologia da História Oral torna-se bastante aplicável, pois as informações obtidas através dos informantes entrevistados nas pesquisas de campo, em muitas vezes, lançam luz à localização de ocorrências ou sítios arqueológicos em áreas próximas ou distantes do local de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

foco da história arqueológica, uma vez que *“entre oralistas e arqueólogos há em comum a presença do desaparecimento dos vestígios. Para ambos se impõem responsabilidades, não apenas com o presente, mas com o futuro. Um mesmo imperativo une as duas disciplinas, o da preservação.”* (GUARINELLO, 1998, p.64).

Como maneira de estudar a memória, a oralidade vem sendo trabalhada como a fonte mais rica de pesquisa nos estudos de antropologia, história, sociologia entre outras áreas do conhecimento. A transmissão de tradições, histórias, experiências muitas delas relacionadas à família ou a acontecimentos traumáticos, constituem um dos objetivos da história oral que é buscar *“aproximação e interpretação das culturas abordadas”* (LOZANO, 2006, p. 15).

O Sociólogo Maurice Halbwachs que aborda os quadros sociais da memória coletiva, pupilo do filósofo Bergson, estudou o sociólogo francês Émile Durkheim; demonstra em suas obras que seu entender de passado não é aquele que sobrevive na atualidade, e sim que o que permanece são as recordações do passado, ou seja, a memória.

Não tinha como principal preocupação a maneira com que as pessoas lembram, mas a forma com que isso procede. Acreditava ser a memória um fato social, pois está interligada às experiências coletivas, o que subsidia elementos para resgatar a memória a partir de referências. Nesse sentido, a linguagem está relacionada à memória que, em forma de lembranças, permanece armazenada até o momento de sua busca. O indivíduo tem a autonomia de selecionar o que considera relevante e deseja rememorar.

Segundo Halbwachs, a memória coletiva se forma através de compartilhamentos entre indivíduos, quanto mais fortes são as lembranças desses grupos, mais retentoras são as memórias formadas por outras memórias, tendo o compromisso com a reprodução da mesma. O autor defende que *“em todos esses momentos, em todas as circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal*



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

grupo para outro” (HALBWACHS, 1990, p. 26). Ou seja, ele faz uma reflexão sobre a construção da memória, concluindo que ela nunca é totalmente individual.

O desapego com determinado objeto, história de uma localidade, assim como por um determinado grupo também é abordado por Halbwachs, exemplificando através de seu esquecimento de momentos ocorridos durante seu período de estudante. No entanto, as testemunhas existem e comprovam sua passagem por determinado Liceu.

Halbwachs postula que quando se está em contato direto com os integrantes do grupo, fazendo com que os acontecimentos ou objetos sejam evocados comprovam o pertencimento e pensamentos semelhantes dentro do grupo.

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse substituir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. (HALBWACHS, 1990, p. 28-29)

Para que a memória coletiva exista e seja mantida, ela deve se apoiar na memória dos outros, não apenas em depoimentos, mas também nas semelhanças entre uma e outra, para que haja uma reconstrução desta memória entre ambas. É necessário que essas semelhanças sejam alavancas para a reconstrução, pois a troca de informações é recíproca, caracterizando assim esses indivíduos como pertencentes a uma mesma sociedade.

Para Joel Candau, as manifestações da memória se dão de três maneiras diferentes: a primeira, a protomemória, o autor considera a memória de baixo nível, imperceptível e está localizada no campo da inconsciência da memória hábito segundo Bergson. A segunda é a de alto nível que são as de recordações



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

autobiográficas ou de reconhecimento de saberes, crenças, sentimentos. A terceira e última é a Metamemória, que é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, sendo esta, a construção explícita da identidade.

Considerando como formadora de identidade, a memória coletiva é uma maneira de eleger um determinado enunciado, símbolo, acontecimento ou outros aspectos, para serem assimilados pelos membros de um grupo que querem uma memória supostamente comum entre estes. Podemos encontrar a valorização do patrimônio em objetos de reprodução como jornais e livros, através da evocação da memória coletiva. (CANDAUI, 2001, p.22)

Indivíduos que se enxergam como pertencentes a um determinado grupo, estabelecem representações de símbolos, histórias, políticas e outros aspectos. Estes objetos, eleitos como patrimônio, necessitam de sua conservação para a manutenção da identidade de um grupo. O autor menciona Benedict Anderson que afirma que esta seria a forma com que esses indivíduos se percebem e se imaginam como seres pertencentes a um determinado grupo social.

O autor questiona se há como uma identidade coletiva ser um Estado. Assim, ele explica:

[...] é provável que membros de uma mesma sociedade comportam maneiras de ser no mundo (gestualidades, maneiras de dizer e formas de fazer, etc.) adquiridas durante a socialização prematura, maneiras de ser no mundo que contribuem a defini-los e que eles terão memorizado sem ter consciência disso - fora isso – constitui o princípio mesmo de sua eficácia. Desse ponto de vista, seria necessário então matizar as concepções situacionais da identidade – sem por elas rejeitá-los -, afirmando que pode haver um núcleo de memória, um fundo ou um substrato cultural, ou inclusive o que Ernest Gellner chama “capital cognitivo fixo” compartilhado por uma maioria dos membros de um grupo e que dá a este uma identidade dotada de uma certa essência. (CANDAUI, 2001, p. 23-24)³

³ Tradução da autora.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Candau justifica ainda que as estratégias adotadas pelos membros do grupo para definir sua identidade é uma questão muito mais sutil do que simplesmente mostrar um conjunto de hábitos incorporados.

As retóricas holistas, que são as representações da memória, podem ser vistas como reagrupamentos ou representações de indivíduos e comunidade, crenças, recordações, incluindo características reais e imaginadas, sendo estas, legados das disciplinas de sociologia, antropologia social e cultural (CANDAU, 2001, p.26). Afirma que *“as retóricas holistas nutrem configurações narrativas mais ou menos aptas para dar conta de uma certa realidade”*⁴ (CANDAU, 2001, p.27).

Nas comunidades formadas por indivíduos independentes, presume-se que estes são capazes de estabelecer comunicações e da mesma forma estabelecer laços de trabalho e a produção de símbolos e significados. Estas representações justificam a existência das retóricas holistas.

A discussão sobre memória coletiva abordada por Paul Ricoeur traz o alerta para os riscos do dever de memória, pela necessidade de recuperar questões que estejam à beira do esquecimento. Essas buscas memoriais são relacionadas à identidade, à preocupação com o sentido político da memória humana.

Ricoeur trabalha com o conceito de justa memória definindo-a como aquela que não está em excesso e nem em pouca proporção, é justa por ser na medida certa necessária para lembrar-se dela. O ato de lembrar-se de algum objeto ou acontecimento já define que este não existe mais, ficou no esquecimento. Diante disso, lembrar é tornar presente este objeto ou acontecido, uma representação do que é ausente para nós. A rememoração ou a amemnese é a memória evocada, buscada nas lembranças, sendo este um exercício de rememoração.

⁴ Tradução da autora.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Considerações finais

A história oral tem um papel significativo para pesquisas voltadas às temáticas com poucas fontes e que trabalhem com a questão de memória e identidade. Sabendo-se disso, é possível constatar que essa metodologia se torna importante para descobrir de que forma as pessoas percebem determinados lugares. No caso das pesquisas que serão realizadas em Santo Ângelo diretamente com dirigentes municipais, será possível descobrir qual a receptividade, relacionamento e sentimento de pertença da população local em relação ao reconhecimento de seu passado missioneiro.

Para tanto, nosso estudo de caso se debruçará sobre a repercussão dos trabalhos de revitalização da memória da antiga redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio, cujas ruínas deram origem à formação da cidade moderna de Santo Ângelo, procurando observar como o reconhecimento no esforço de valorização deste passado e representações presentes na memória da população local. Neste sentido, será feita uma pesquisa de campo com entrevistas destinadas aos dirigentes locais com relação à sua visão sobre os trabalhos de revitalização do Centro Histórico de Santo Ângelo – focando principalmente nas pesquisas arqueológicas e na participação da comunidade neste processo.

Após a transcrição e análise dos resultados destas entrevistas, a repercussão e os impactos dos resultados da mesma objetivarão, tanto no campo acadêmico como entre a comunidade geral, contribuir com novas estratégias para o desenvolvimento de políticas de gestão deste patrimônio.

Referências bibliográficas:

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org). Apresentação. In: **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 7-25.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

CANDAU, Joel. **Memória e Identidad**. Buenos Aires: Del Sol, 2001

GUARINELLO, Norberto Luiz. “Breve Arqueologia da História Oral”. In: **História Oral** 1, 1998. p. 61-65

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vertice, 1990

HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7960/4749>>. Acesso em: 24 maio 2011.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 15-25.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

MÜLLER, Nelci; PIPPI, Gladis Maria. (Org.) **300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio**. Santo Ângelo: EdiURI, 2007.

NAGEL, Liane Maria. **A História de San Angel Custódio** – Redução de fronteira – no contexto dos trinta povos Guarani-Jesuíticos da região Platina. 1994. 30f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

PRINS, Gwyn. “História Oral” In: BURKE, P. (org). **A Escrita da História - Novas Perspectivas**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.

RECH, Raquel Machado. **Relatório do Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio** (Convênio PMSA-URI). Santo Ângelo, 2007.

_____. “Arqueologia urbana no Centro Histórico de Santo Ângelo: a identificação da Redução de Santo Ângelo Custódio”. In: Anais do XII Simpósio Internacional IHU - A Experiência Missioneira: Território, Cultura e Identidade. São Leopoldo: UNISINOS, 2010, pp. 251-278 (CD Room) (disponível em



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

http://www.unisinos.br/_diversos/simposio/experiencia/experiencia_missioneira.zip).

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Terra e Paz, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

“NÓS DECLARAMOS GUERRA AO LATIFÚNDIO!” – O PROGRAMA AGRÍCOLA DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO

Angela Bernadete Lima*

No Brasil, o processo imigratório aconteceu por conta de diferentes motivações, mas sempre esteve em grande medida relacionado com a situação econômica que se apresentava tanto no país de origem dos imigrantes, quanto o país de destino. Além das questões acerca da substituição da mão de obra escrava, alguns setores buscavam uma mudança na composição étnica. No caso da Sociedade Central de Imigração, buscava-se a criação de uma classe intermediária.

A formação de uma classe intermediária brasileira, embora tenha acontecido tardiamente, foi favorecida com as mudanças econômicas que ocorreram no final do século XIX. Foi com a expansão da economia de exportações que surgiram as condições para o crescimento das camadas intermediárias da população. Essa nova classe era composta por um novo tipo de elemento, que não era nem trabalhador manual, nem membro da elite latifundiária.

O fato é que a classe intermediária atribui-se um importante papel em boa parte das mudanças sociais e políticas que ocorreram nos últimos anos do Império, especialmente quando consideramos fatores como a abolição da escravatura e a queda do regime monárquico¹.

É exatamente com o intuito de perceber as propostas de formação e de atuação desta classe intermediária no período final do Império que nos propusemos a estudar aqui o caso de um grupo que se autoproclamava

*Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental, orientanda do professor Dr. João Klug. Email: angela_ufsc@hotmail.com

¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

“reformador da classe média”², o da Sociedade Central de Imigração. A Sociedade Central de Imigração (SCI) foi fundada no Rio de Janeiro em 1883 e exerceu atividades até 1891. Ao longo dos anos em que esteve em atividade, os líderes desempenharam uma significativa campanha em favor da imigração de europeus entre outras mudanças relacionadas. Durante sua existência os dirigentes também buscaram desenvolver críticas direcionadas à sociedade brasileira e também um conjunto de noções sobre a maneira de como produzir mudanças na estrutura social e econômica do país.

Na liderança da Sociedade sempre figuraram homens de significativa importância, de maneira que muitas de suas ideias tinham extensa popularidade. Assim, um estudo aprofundado da organização, de suas atividades e de seu programa talvez permita ou mesmo ajude a elucidar algumas das características e limitações do liberalismo de classe média dentro do contexto do Brasil nos últimos anos do Império.

A Sociedade Central de Imigração teve como seus primeiros organizadores três importantes e destacados imigrantes alemães: Karl von Koseritz, Hermann Blumenau e Hugo Gruber. Conforme alguns escritos destes, e de outros dirigentes, a opinião geral era de que os brasileiros procedentes não atentavam para os reais benefícios de uma imigração mais intensiva para as províncias do Império. Foi assim que, durante as reuniões do grupo, que ficavam registradas em atas publicadas no jornal *A Imigração*³, seus membros buscaram explicitar qual era o principal objetivo do grupo, como o fez Koseritz em um de seus escritos, “nós declaramos guerra ao latifúndio”, destacou, “e tentamos levar à vitória o sistema da pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas”⁴.

² HALL, Michel M. Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. *Revista de História*, n. 105, 1976 p. 149.

³ O jornal *A Imigração* foi publicado entre os anos de 1883 e 1891.

⁴ Koseritz, Karl Von. *Imagens do Brasil*. Apud: HALL, Michael. Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. *Revista de História*, n.105, 1976, p.152.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Dessa forma, logo nas primeiras reuniões da Sociedade, um significativo número de pessoas discutiu e enfatizou as vantagens que a pequena propriedade apresentava para a melhoria da agricultura do país. Acreditavam que com esta nova configuração o Brasil se tornaria mais atraente para os imigrantes, mas o **intuito era atrair um “determinado” tipo de imigrante.**

A tentativa de atrair imigrantes com certas características, concebidas como ideais, permeou os discursos de muitos políticos e intelectuais do período, e alguns dos membros da Sociedade também enfatizavam esta noção em seus escritos. Hermann Blumenau, fundador da colônia que leva seu nome no estado de Santa Catarina em 1850, foi um destes incentivadores da imigração européia para o Brasil. Foi assim que Hermann Blumenau escreveu, em 1851, o seu ***Guia para os Imigrantes da Província de Santa Catarina no Sul do Brasil***, onde os que pretendiam imigrar poderiam encontrar as mais diversas, e úteis, informações sobre a viagem e a vida aqui no Brasil. De acordo com sua opinião, algumas classes tinham maior chance de sucesso no empreendimento imigratório, e a classe mais favorecida com a imigração seria certamente a dos agricultores, pois através do trabalho conseguem sair do estado precário em que viviam na Europa, e mesmo que venham em grande número, podem ter certeza **de que poderão adquirir terras a seu gosto. Sobre o imigrante “ideal” Hermann Blumenau** deixa bastante claro que havia diferenciação em relação às condições dos agricultores interessados em emigrar, com isso eram divididos em três categorias:

(...) aqueles que não possuem os meios deverão trabalhar como empregados, a fim de juntar o dinheiro necessário para poderem instalar-se por conta própria; aqueles cujos recursos são suficientes para estabelecer-se, mas apenas contam com a força de seus braços (devem lembrar-se que além da passagem, precisarão de 250 a 500 mil réis para o sustento da família); e, finalmente, os mais abastados, que desejem investir o capital e aplicar seus conhecimentos, mas devido ao fato de não pretenderem realizar trabalhos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

braçais, tornam-se dependentes da mão de obra assalariada.

Dentre os agricultores que emigram, os mais independentes são os da segunda categoria, ou seja, aqueles que têm alguns recursos e contam com apenas com a força de seus braços. Estes, provavelmente, são os mais satisfeitos, pois conhecem o valor do dinheiro e sabem o quanto é difícil consegui-lo. Zelam pelo que possuem e não deixam levar-se por esperanças vãs, como acontece com as duas outras classes.⁵

O intuito em selecionar, de certa forma, os imigrantes que para cá viriam vão ao encontro das propostas agrícolas que a Sociedade buscava implantar no país. Assim, através de guias como este, os possíveis imigrantes poderiam encontrar informações importantes para a implantação de pequenas propriedades rurais, que vão desde como preparar a terra, quais as culturas mais favoráveis ao lucro, criação de animais e até as ferramentas necessárias para iniciar tal empreendimento.

Contudo, Hermann Blumenau não foi o único membro da Sociedade Central a transpor as propostas publicadas no jornal oficial do grupo e escrever uma obra dedicada à agricultura. Foi assim também que, André Rebouças, destacada figura do movimento abolicionista e primeiro secretário da Sociedade, escreve em 1883 uma obra dedicada aos discursos e temas da **agricultura nacional, porém uma agricultura já mais mecanizada. Nesta obra, “o autor apresenta sugestões e técnicas, culturas, solos e clima para cada Província do Império”.**⁶ Além disso, Rebouças enfatiza que os problemas da agricultura no Brasil eram a falta de técnicas e tecnologias e que sem a modernização do

⁵ BLUMENAU, Hermann. Guia de Instruções aos Imigrantes para a província de Santa Catarina no Sul do Brasil. In: BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil**. Organização de Cristina Ferreira e Sueli Maria Vanzueta Petry. Tradução de Curt Willy Hennings e Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999.p. 191.

⁶ CESCO, Susana. A questão agrícola na Ilha de Santa Catarina no século XIX. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.2, outubro de 2010.p. 451.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

campo, o atraso e a rusticidade favoreciam a continuidade do latifúndio baseado na escravidão. Afirmava que a grande lavoura era sinônimo do atraso, de um período de “**barbárie e de obscurantismo e um fato monstruoso, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista social**”⁷.

Dessa forma, a Sociedade Central proclamava que as grandes propriedades de terra eram ineficientes para atender as necessidades agrícolas do país, além de apresentarem grande atraso por estarem baseadas na exploração do trabalho escravo. Em conformidade com estas prerrogativas, havia também a crítica ao atraso tecnológico que a grande propriedade proporcionava, o que provocava uma baixa produtividade nas terras e também o não cultivo de grandes extensões destas.

Além das transformações que seriam implantadas na agricultura nacional, tanto no modelo como forma, outra meta da Sociedade Central era favorecer a formação de uma fortalecida classe média rural, que seria composta de imigrantes europeus. Estes imigrantes, para o sucesso da proposta, seriam agricultores independentes, pois um das grandes críticas da Sociedade Central centrava-se na grande lavoura, modelo vigente no Brasil desde o século XVI.

Apesar de fazer uso das páginas de seu jornal informativo ***A Imigração***, a Sociedade Central em nenhum momento reuniu todas as suas críticas ao latifúndio em um único escrito acerca do assunto. No entanto, André Rebouças fez o que podemos classificar como o mais aproximado de uma análise sistemática sobre a opinião geral da Sociedade na sua obra ***Agricultura Nacional***, que além dos fatores de promoção da pequena propriedade que vimos anteriormente, também debate de forma ampla o problema das grandes propriedades de terras para a agricultura no Brasil.

O objetivo principal da Sociedade Central era ver concretizada a substituição do latifúndio através do estabelecimento da pequena propriedade associada à imigração europeia de colonos agricultores com certo capital. Conforme o discurso de André Rebouças publicado no mês de abril de 1889 em

⁷ REBOUÇAS, André. ***Agricultura Nacional***. 2 ed. Recife:Fundação Joaquim Nabuco, 1988 .p.65



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A Imigração, seria por meio da pequena **propriedade que viria a “equidade, justiça, bem estar para quem trabalha, eliminação do parasitismo, da exploração do homem pelo homem”**.⁸

Por outro lado, é interessante questionarmos até que ponto os membros da Sociedade Central acreditavam que um país como o Brasil, de grande extensão territorial, deveria ser eminentemente rural. E o que dizer da modernização e da industrialização que começava a ganhar força no final do século XIX? Sobre este aspecto, conforme Michel Hall, os membros da Sociedade Central adotaram uma postura de oposição à industrialização e argumentavam que o Brasil deveria desenvolver seu potencial de grande produtor de matérias primas para os países industrializados da Europa⁹. O grande intuito era de que o Brasil desenvolveria um monopólio natural, uma vez que seus produtos, café, borracha, cacau, entre outros, configuravam-se como fundamentais artigos nas comercializações pelos manufaturados europeus. Somado a isso, é possível localizar nos discursos publicados no jornal *A Imigração* alguns sinais de tal postura, as mais presentes são as atitudes da Sociedade Central acerca das representações que a Alemanha adquire nos discursos enfáticos da própria emigração. O que defendem é a canalização dos alemães para o Brasil, pois aqui seria possível aos colonos produzir as matérias primas que o seu país de origem, que se achava em plena expansão industrial, necessitava.

Entretanto, toda a defesa do programa agrícola que o país deveria desenvolver em grande parte não foi muito além do discurso político, e que muitas vezes encontrava crítica voraz nos seus interlocutores. O fato é que muito foi discutido, no entanto pouco foi desenvolvido para que a agricultura de pequena propriedade adquirisse de fato espaço em todas as regiões do Brasil, além das colônias que se fixaram neste modelo na região Sul.

⁸ Jornal *A Imigração*, nº56, abril de 1889.

⁹ HALL, Op. Cit. pág. 167.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Como vimos, alguns membros das elites políticas e intelectuais queriam que o país adotasse uma imigração de agricultores, preferencialmente brancos europeus. Acerca disso, Giralda Seyferth nos coloca que **“o modelo imaginado ao longo do século XIX era o do *farmer* americano, isto é, do pequeno agricultor capitalista ocupando áreas pensadas como “vazios demográficos”.**¹⁰ Esse modelo teve maior amplitude na região Sul do Brasil, para onde a maior parcela dos imigrantes alemães se dirigiu.

Assim, as questões relacionadas com a ocupação do território e o desenvolvimento agrícola adquiriram caráter central nos debates acerca da política imigratória. No entanto, aliada a estas discussões, a questão racial vai se delineando e assume nas páginas do jornal *A Imigração* um forte tom quando **a temática direcionava ao tipo ideal de imigrante, “pois a maioria daqueles que tratavam do problema imigratório e da abolição descartaram como inconveniente e pernicioso qualquer imigração asiática, africana e de negros norte americanos – todos desqualificados como racialmente inferiores.”**¹¹ O **temor desses “tipos” atentavam para a ameaça destes para a formação de uma nação branca e civilizada.**

Sendo assim, os discursos erigidos pelos membros da Sociedade Central de Imigração acerca do modelo agrícola que o país deveria adotar deixaram muito a desejar, especialmente quando se trata das publicações dos resultados **práticos do seu “grande trabalho”.** Mas o golpe mais forte contra os ideais da Sociedade foi o sucesso da imigração para São Paulo, o que representava uma refutação dramática de seus programas e teorias. De fato, a imigração em massa que ocorreu posteriormente não veio a criar uma nova estrutura econômica no Brasil, mas antes serviu para fortalecer a lógica da antiga estrutura, baseada na grande propriedade controlada pela elite cafeeira.

Apesar disso, nem somente de falhas é o saldo das atividades e das preposições da Sociedade Central, pois muitas de suas propostas seriam

¹⁰ SEYFERTH, Giralda. *Identidade nacional, diferenças regionais...* In: ZARUR, Geroge C. L. Região e Nação na América Latina. Brasília: UNB, 2001. p.84.

¹¹ *Ibidem*, p. 89



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

adotadas pela República, conforme publicação do jornal de nº 80, de outubro de 1890, são exemplos o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a naturalização tácita, entre outras. Mas o fato é que a política imigrantista baseada na pequena propriedade, que já vinha ganhando espaço nos discursos desde a primeira metade do século XIX, ocorreu de forma mais significativa nas províncias do Sul. Foi neste momento que a responsabilidade pela implementação da política imigratória passou para as províncias – seguindo as normas da legislação do Ministério da Agricultura. Esse é dos principais fatores que explicam uma significativa concentração de estrangeiros em São Paulo e na região Sul.

Sendo assim, os imigrantes não tinham muitas escolhas, uma vez que estavam sujeitos aos interesses das oligarquias provinciais e à legislação geral acerca da ocupação de terras e imigração. No século XIX, somente os alemães externalizaram uma preferência pela região Sul, pois, segundo Giralda Seyferth, havia um decreto prussiano, datado de 1859, que buscava impedir a livre emigração para outras regiões do Brasil, por conta de denúncias sobre os problemas apresentados nos regimes de colonato em São Paulo.¹²

O que podemos perceber ao analisar as propostas agrícolas da Sociedade Central de Imigração é que, de certa forma, um primeiro passo foi dado com a divulgação e a defesa do modelo agrícola de pequena propriedade familiar, o que ia ao encontro aos discursos de muitos intelectuais e políticos do final do Império.

No entanto, é importante termos em vista que essas ideias já circulavam nos meios políticos e intelectuais a certo tempo. Em meados da década de 70 do século XIX, após um período de crescimento da agricultura baseada no latifúndio e na exportação, começaram a ficar evidentes, foi assim que

após um período razoavelmente longo do crescimento contínuo da grande lavoura de exportação, que se confundiu com a expansão do café, começaram a aparecer

¹² SEYFERTH, Op. Cit. p. 102.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

sinais evidentes de uma crise. (...) Uma atmosfera de temor quanto ao futuro disseminou-se entre os políticos, proprietários e publicistas, pois o edifício social da monarquia erguia-se sobre aquela atividade econômica.¹³

Por conta deste quadro de crise foi que o Ministério de Estados dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas convoca, no ano de 1878, o **Congresso Agrícola**. Este congresso teria como principal tarefa auxiliar o governo a buscar caminho para a crise na agricultura, através das informações e sugestões fornecidas pelos próprios agricultores, que foram convidados para as discussões.

Com isso, a única maneira de reverter esta situação encontrava-se justamente nos mesmos elementos defendidos anos depois pela Sociedade Central de Imigração, ou seja, a implantação de novas técnicas e tecnologias, a reforma agrária e a colonização europeia. Conforme José Augusto Pádua, um dos agricultores participantes do congresso mostra-se

extremamente crítico em relação à grande propriedade, que havia concorrido apenas para "o atraso agrícola e industrial do nosso país e sua educação". Era preciso promover o seu "retalhamento" para poder seguir a marcha dos "países mais civilizados" (como os Estados Unidos e a Bélgica). O método mais apropriado para implementar esta reforma seria a criação de núcleos de colonização, especialmente de colonos "anglo-saxões" ou "centro-europeus". Tais núcleos seriam "exposições permanentes do trabalho e da indústria", introduzindo a "ciência agrícola", o "arado", a "estrumeação", a "poda", a "criação" e outras práticas semelhantes. Esta "pequena lavoura educada" serviria de amparo, auxílio, de escola e farol" para a grande lavoura. Os núcleos de colonização, com o tempo, tenderiam a apoderar-se "de uma grande parte dos terrenos improdutivos da grande propriedade que, forçada pela necessidade, pelas heranças e pela falta de braços, e mesmo pelo abandono, irá cedendo

¹³ PÁDUA, José Augusto. "Cultura esgotada": agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.11, outubro de 1998. p. 134.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

impreterivelmente ao colono o excesso dos seus terrenos em proveito de ambos e, ainda mais, do país".¹⁴

Somado a isso, foi também destacada o sucesso da colonização de pequena propriedade no Sul do Brasil, pois se acreditava que esta estava promovendo uma importante mudança social e tecnológica, portanto deveria esta forma ser adotada nas propriedades do Rio de Janeiro, assim seria possível refazer as forças produtivas. Este processo contava com grande urgência, enquanto ainda fosse possível atrair os interesses do imigrante.

Desta maneira, podemos claramente perceber que os discursos proferidos pela Sociedade Central de Imigração não eram efêmeros, ao contrário, a muito já vinha se refletindo e discutindo a crise da agricultura de grande lavoura baseada na exportação. A busca por uma produção diversificada que atendesse ao mercado interno ganhava cada vez mais espaço nos discursos econômicos, além de estar associada à ideia de fornecimento de gêneros para Europa, que apresentava uma produção agrícola cada vez mais decadente que estava cedendo espaço à industrialização.

Com isso, é importante percebermos que o aparecimento de grupos reformistas, como o caso aqui analisado da Sociedade Central de Imigração, no século XIX, não significou o surgimento de uma classe intermediária conflitante com a dos grandes proprietários. Ao contrário, uma pequena e dividida burguesia burocrática e comercial se defrontou com uma classe, cada vez mais fortalecida, de capitalistas rurais. No entanto, o fato de que é possível prever o produto final de tal confrontação não atribui as suas conseqüências uma importância menor.

Em linhas gerais, foi possível observar que as transformações necessárias à agricultura nacional, conforme as falas aqui analisadas, passava primeiramente pela superação do trabalho servil, que cederia lugar ao trabalho

¹⁴ Ibidem. p. 135.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

dos pequenos agricultores imigrantes, de uma reforma agrária onde a grande propriedade monocultora seria substituída pequena propriedade baseada na policultura. Uma aposta histórica que, salvo as diferenças de contexto, não perdeu inteiramente a sua atualidade, permanecendo ainda nos dias que correm um desafio indispensável para a democratização da sociedade brasileira. E o surgimento de uma classe intermediária pode ser observado, embora com algumas ressalvas, através daqueles imigrantes que obtinham certo sucesso nas áreas de colonização. Embora esta seja uma análise bastante simplificada do processo, o fato é que os que para cá vieram encontraram, através do trabalho na terra, certas possibilidades de melhoria econômica, o que era impossível na Europa naquele momento, ao menos para os agricultores.

Referências Bibliográficas

Fontes primárias:

Jornal *A Imigração* – órgão da Sociedade Central de Imigração, Rio de Janeiro – 1883-1891.

BLUMENAU, Hermann. Guia de Instruções aos Imigrantes para a província de Santa Catarina no Sul do Brasil. In: BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil*. Organização de Cristina Ferreira e Sueli Maria Vanzuita Petry. Tradução de Curt Willy Hennings e Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999.p.

Fontes secundárias:

CESCO, Susana. A questão agrícola na Ilha de Santa Catarina no século XIX. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. n.2, outubro de 2010.p. 451.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.

HALL, Michel M. Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. In: *Revista de História*, n. 105, 1976. p.149-171.

KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, K; SALLES, R. (org.) *O Brasil Imperial, volumel. III:1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

- PÁDUA, José Augusto. “Cultura esgotada”: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.11, outubro de 1998.
- REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional*. 2 ed. Recife:Fundação Joaquim Nabuco, 1988 .
- SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais... In: ZARUR, Geroge C. L. *Região e Nação na América Latina*. Brasília: UNB, 2001. p.84.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

MUSEU HISTÓRICO FARROUPILHA: REVITALIZAÇÃO EXPOGRAFICA DE 2002 E OS CONFRONTOS ENTRE A MEMÓRIA LOCAL E A MEMÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL.

Augusto Duarte Garcia*

Este artigo é baseado no Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas da turma de 2010, *“Museu Histórico Farroupilha Revendo as práticas da Revitalização de 2002 e seus resultados até 2008”*. Nele foram analisadas as motivações que possibilitaram a revitalização expográfica do Museu Histórico Farroupilha(MHF), sediado na cidade de Piratini, Rio Grande do Sul.

A instituição foi criada em 11 de fevereiro de 1953 pela lei estadual nº 3858, e esta até hoje sediada no prédio onde (provavelmente), se localizava o Ministério da Guerra da República Rio Grandense, durante a Guerra dos Farrapos que movimentou o Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845. Piratini foi a capital da então República no início do confronto nos anos de 1836 a 1839 e, posteriormente no término, entre 1843 a 1845 (ALMEIDA, 1998).

O museu foi fundado quando o patrimônio arquitetônico da cidade estava se perdendo, surgindo como solução à pequena cidade de Piratini, que, apesar da grande importância histórica para o Estado, ainda não tinha calçamento nas ruas e mantinha sua avenida com pinheiros em seus canteiros. Portanto, o tombamento de parte de seus prédios históricos¹ e a criação de uma instituição de memória significou a revalorização deste espaço.

Os tombamentos feitos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na cidade iniciam-se na década de 1940, e privilegiou exclusivamente

* Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas no ano de 2010, registrado no 3º Conselho de Museologia localizado no Estado do Rio Grande do Sul, Funcionário do Museu Histórico Farroupilha, deste 2011. Instituição ligada a Secretária de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: guto.d.garcia@gmail.com

¹ Em 25 de novembro de 1952 o prédio foi tombado pelo IPHAN no “Processo 450 – T, inscrições nº 296, livro histórico, fls. 50”,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

prédios utilizados no período da Revolução Farroupilha, sendo que a última edificação a ser contemplada foi o Ministério da Guerra, em 1952, já com a possibilidade de ser utilizada para abrigar uma instituição museológica.

Assim, a criação da instituição com o intuito de que se “*evocasse os feitos*” dos generais farroupilhas, assume também uma postura de protetora para além da Guerra dos Farrapos, com a guarda do patrimônio e das memórias da cidade de Piratini. Seu fundador, o funcionário público estadual Adão Amaral, natural da cidade, que também foi responsável pela coleta do acervo e montagem da primeira exposição da instituição, selecionou para a exposição objetos das famílias formadoras do município, fato que reforçou os vínculos identitários da cidade com o museu.

Porém, no período do governo estadual de Olívio Dutra (1999 – 2002), a diretora que assume, Angélica Barroso Panatieri, percebe que o museu não dispõe de condições mínimas para realizar um trabalho educacional, ou de pesquisa, numa exposição sem roteiro e nem condições adequadas para o acondicionamento do acervo². Assim, aproveitando o edital estadual de modernização de museus, o PROMUSEU³, a direção e uma consultora do Serviço Brasileiro de Apoio Empresa (SEBRAE), iniciam a revitalização do Museu Histórico Farroupilha.

A partir de então, a adequação às novas tendências museológicas e turísticas buscou definir a missão da instituição, influenciada pela tendência da época de transformar a cidade em um local turístico e de glorificação da Revolução farroupilha. Isso porque, naquele período também ocorria um projeto do SEBRAE⁴ que readequava as cidades para potencializar suas capacidades empreendedoras, no caso de Piratini, o turismo mereceu destaque.

² Em entrevista oral realizada em 16/04/2010

³ Programa de Apoio à Qualificação dos Museus criado pelo Sistema Estadual de Museus (SEM), com a participação

⁴ PRODER Programa de Emprego e Renda, vem sendo desenvolvido pelo Sistema SEBRAE, para suprir necessidade dos pequenos e médios municípios brasileiros, na busca de alternativas para o seu crescimento e fortalecimento, através da ocupação de vazios econômicos em todos os setores produtivos (SEBRAE, 1995:7).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Foi através deste trabalho que o SEBRAE chegou ao museu, quando avaliava os pontos turísticos do município.

Contudo, o que é necessário salientar nesse processo é como se determinou o foco na temática Farroupilha e porque isso colidiu com essa memória local. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram do processo de formação e de revitalização da instituição. Entre estas, Angélica Barroso Panatieri, diretora do Museu na época da revitalização, em 2002, Orly Maranini Frota, cunhado de Adão Amaral - Diretor e Fundador do Museu -, e de Maria Tereza Custódio, Consultora do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que participou do projeto.

Neste projeto a “*evocação*” dos objetos que pertenciam às famílias da cidade são retirados, assim é perdido no processo de revitalização da instituição este vínculo com a comunidade. Pois no projeto, se privilegia a preservação e comunicação das memórias e dos objetos relacionados com a Revolução Farroupilha. Essa escolha vem de um processo de montagem do planejamento do trabalho com a comunidade, como destaca a consultora do SEBRAE:

Minha primeira ação neste trabalho foi promover uma reunião, no dia 22 de dezembro de 2001, com a diretora do museu e o IPHAE, quando ficou acertada a realização de um Seminário de Planejamento Estratégico. Decidiu-se, também, convidar outras instituições para participar da discussão: IPHAE, IPHAN, SEBRAE – o consultor do município, Sistema Estadual de Museus, Secretaria Municipal de Educação, UFPEL e Museu Júlio de Castilhos. Participaram, ainda, a Sra. Rita de Cássia e o Sr. João Carlos Araújo como representantes da comunidade.⁵

Apesar da participação de integrantes da comunidade, a população acaba influenciando pouco na decisão. Porém, Angélica Barroso Panatieri, em entrevista, conta que houve a iniciativa de chamar a população para o debate, mas foram frustrados pela pequena participação das pessoas seminários de projeto.

Outra motivação pela escolha é que a localidade já estava sob a ótica da **mítica**, ou “*auto-imagem*”, da **Revolução Farroupilha**. Segundo Pollak, **auto-**

⁵ Entrevista feita por e-mail com Maria Teresa Custódio no dia 22 de abril de 2010.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

imagem “[...] aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros. [...] Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros.” (1992: 204). Como a **população carregava o título da cidade de “Primeira Capital da República Riograndense”**. **O que contribuiu na decisão pela temática farrapa, como pode ser reforçado nas declarações de Orly Maranini Frota, cunhado do Diretor/Fundador do Museu Histórico Farroupilha, Adão Amaral, quanto ao sentimento da população sobre a Revolução, [...] aqui sempre se viveu em função da Revolução Farroupilha [...] CTG mesmo, tudo foi criado depois, sempre em função da parte da Revolução, da parte histórica [...]**⁶.

Essa escolha feita em 2002, que fez com que o Museu Histórico Farroupilha abordasse apenas a temática farrapa, teria iniciado ainda no período anterior a sua fundação, (1953), quando havia um movimento para reforçar a identidade gaúcha. Assim, a própria instituição serve para esse reforço, procurando glorificar o patrimônio deste período,

Isso demonstra o que podem significar as instituições museais, como o Museu Farroupilha. Estas entidades surgem para ser um espaço de salvaguarda e divulgação dos feitos sul-rio-grandenses, glorificar os episódios e personagens da guerra, exercer a missão de ser o registro dos **grandes feitos** da população do **Estado, um reforço de sua “auto-imagem”** (POLLAK,1994), vendo essa como a identidade do coletivo.

Joana Soster Lizott comenta do processo de Tombamento do prédio do museu:

Todo esse processo entorno da constituição do prédio merece destaque pois evidencia o papel central que o local que abriga o museu assume, e por ter sido escolhido, mesmo com outros dois prédios tombados na cidade, com aparente equivalência simbólica, para abrigar o Museu Farroupilha. Assim como as Missões Jesuítico-Guaranis, definida como delimitação histórica para os tombamentos juntamente com a Guerra dos

⁶ Entrevista realizada em 11/03/2010, por Joana Soster Lizott, para o projeto Museus e cidades: relatos de uma relação nem sempre tão harmoniosa.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Farrapos, possuía seu museu, era natural que o episódio farroupilha tivesse o seu. (LIZOTT, 2011: 27)

Lizott comenta, entre outros pontos, a necessidade de ligação com o período farroupilha, já que o museu foi tombado pelo IPHAN como quartel militar do exército farroupilha, um local de atuação dos generais, ou seja, um ícone simbólico para a criação da auto-imagem do “Gaúcho”. **Funcionaria assim, como um vestígio de uma geração anterior, caracterizando o que Pollak define como “vividos por tabela”, ou seja, o que não é vivido pelo indivíduo, mas por outro que não vive mais, numa maneira de glorificar esse personagem que não vive, dando a ideia de herança sobre este feito.**

Assim, a Revolução Farroupilha é um acontecimento que marcou na memória dos sul-rio-grandenses, mesmo não vivendo o período. Desta forma, **supõe-se que criou uma “auto-imagem” que reafirma a coragem dos heróis e de seus descendentes, no caso os atuais riograndenses, deixando esta memória viva dentro de cada habitante a ponto de os igualar aos seus antepassados.** (PESAVENTO, 2001).

O acervo da instituição é resquício de uma memória viva na qual os visitantes ressignificam o sentido da peça, tratando-a como uma relíquia do momento de glória.

Outro ponto que afirma o posicionamento é que no mesmo período era **fundado o primeiro CTG da cidade, o “20 de Setembro”, como explícita a edição do Diário Popular de 19 de abril de 1953, o qual tinha como objetivo unir a população rural e urbana da cidade, como salienta este trecho:**

O culto às tradições comuns derrubará, certamente, as barreiras de toda ordem que possam existir entre as duas populações, que se irmanarão, para, tornando-se pela união uma força irresistível, para tornar Piratini uma cidade realmente progressista⁷.

⁷ Artigo escrito por Fernando Brocksted, para o Diário Popular de Pelotas 19 de abril de 1953.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Ou seja, no caso do CTG, não é apenas o reforço da criação da auto-imagem, ou melhor, identidade perante o Estado, mas também internamente, de modo a trazer uma solução para as brigas internas, trazendo a individualização do grupo (GONÇALVES, 1988), ou seja, mostrar suas semelhanças, homogeneizando a história dos indivíduos.

O museu também é contaminado por essa necessidade, e muitas das peças que foram arrecadadas na época eram mais condizentes com outros períodos da história da cidade e das famílias do que propriamente com a Revolução Farroupilha. Raul Amaral, filho de Adão Amaral, comenta sobre o trabalho de seu pai:

Nessa caminhada dele, a busca de dados sobre a Revolução Farroupilha, ele contava que começou a surgir as Histórias das famílias, da formação de Piratini, Montando as história da Revolução dentro do museu, tinha uma parte sobre as famílias mais importantes, isso fez parte do acervo. Além do acervo da revolução, ele montou sobre a formação de Piratini também⁸.

E foi este acervo que firmou a instituição como representativa da memória da cidade. Por outro lado, criou um paradoxo, pois, não era sua missão a preservação destas memórias, mas, sim, das memórias da Revolução Farroupilha. Quando assume a direção, Angélica Panattieri, em 1999, se depara com uma instituição carente de mudanças, precisando remodelar sua expografia e sem nenhum recurso técnico⁹.

Ela relata “*que a exposição tinha uma sala de armas, outra com objetos de usos do lar, outra com objetos de Bento Gonçalves e oratório, outra com objetos do campo*”¹⁰. Eram objetos que na maior parte, não tinham ligações com a Revolução Farroupilha, porém, havia com a comunidade um envolvimento afetivo, pois muitos eram de doadores ou familiares destes.

Por isso, quando o museu se direciona a uma revitalização, a primeira pergunta que é feita só pode ser uma: “**qual é a missão do Museu Histórico**

⁸ Entrevista Realizada em 27/10/2007 realizada por Augusto Duarte Garcia para o projeto projeto Museus e cidades: relatos de uma relação nem sempre tão harmoniosa.

⁹ Neste caso refere-se à reserva técnica, equipamento e profissionais.

¹⁰ Entrevista realizada em 10 de abril de 2010



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Farroupilha?”. Lógico que seu nome e a postura que houveram no momento de sua criação influenciou, mesmo que esta decisão tenha sido tomada por um grupo de piratinenses¹¹. A localidade já estava sob o domínio da mítica, ou **“auto-imagem” da Revolução Farroupilha, vendo-se** como Primeira Capital da República Riograndense, como já dito no início do artigo.

O sentimento de **“Ufanismo”**¹² sobre a Revolução Farroupilha, conforme definido por Pesavento (2001) foi que determinou a decisão, assim **restabelecendo a missão do Museu Farroupilha de glorificar o “passado farrapo”**. Dessa forma, foi feita uma seleção de peças do acervo, dando destaque nas que fossem originárias do período da Revolução. As demais foram retiradas da exposição principal, não houve o descarte, mas foram postas em reserva, desagradando parte da população.

Outra possível influência sofrida pela equipe de montagem da exposição foi o projeto de revitalização do centro histórico da cidade, que tinha como objetivo viabilizar o turismo. Esta foi uma das tônicas do projeto no Museu Farroupilha, que previa uma expografia didática e densa, mas que chamasse a atenção de turistas, com a proposta de alavancar a economia da cidade.

Novamente, usando Pollak (1992), a auto-imagem criada pela identidade é uma negociação de si com os outros. Isso significa que há dois pontos a serem analisados: uma é a visão interna, dos moradores da cidade e o outro é dos turistas que são os visitantes que vêm para admirar as obras e os feitos históricos dos Farroupilhas, que estão expostos na instituição e na cidade.

Por parte da comunidade, a instituição perde elementos de sua identidade quando dispensa da exposição principal o acervo que não condiz com o período revolucionário. Porém o que os turistas querem ver é o reforço desta memória gloriosa, no culto aos heróis farrapos. Neste ponto, a auto-imagem que **a instituição fez de “si” não funciona para parte da comunidade, porém, funciona, de certa forma bem, entre os que vêm de fora, criando uma**

¹¹ Será melhor explicado no segundo capítulo, quando o tema será a metodologia de trabalho.

¹² Para Pesavento o Ufanismo é um sentimento identitário que qualifica o indivíduo ou grupo, elevando suas proezas e escondendo seus defeitos.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

ambiguidade, pois o local de glorificação e reforço de identidade, também é um local de esquecimento.

Mas também, chama-se atenção a um relato de Ana Cláudia Fonseca Brefe, que analisa a montagem da exposição do centenário da independência no Museu Paulista, em que Taunay¹³, diretor da época, fez críticas à atuação do antecessor, Ihering, o considerando um péssimo conservador, por apenas investir nas coleções de zoologia e não no acervo histórico. Taunay investiu em objetos que firmassem a identidade brasileira e paulista, criando salas onde homenageassem vultos históricos, como os Bandeirantes.

No caso do Museu Histórico Farroupilha, a nova proposta não tomou a dimensão de uma crítica a antigas direções, porém assume um papel marcante, trazendo um novo contexto, com um novo repertório, onde dá menor ênfase à história local e parte para uma história regional, igual ao projeto de Taunay, que redireciona o Museu Paulista a uma instituição que representa a história brasileira e paulista, a demérito dos setores de estudos zoológicos e botânicos que eram feitos lá. É uma mudança de perfil que faz com que a instituição mude de características. O Museu Histórico Farroupilha perde parte do mérito de ser o ***museu da cidade*** para ser o ***museu da Revolução***.

Portanto, pode-se analisar que, no momento da modernização da instituição, houve a perda de um referencial da identidade comunitária com a mudança de referencial do museu. Contudo, se deve salientar que esta perda não foi total, devido à ligação íntima da cidade com a Guerra dos Farrapos, onde há uma grande ligação afetiva com a Revolução Farroupilha, que resultada de um longo período de cultivo e glorificação de memórias e tradições ligada a guerra que se estende pelo estado que afeta a cidade por ela ter sido algo similar ao ***berço da revolução***, pois mesmo não tendo início em Piratini (sim em Porto Alegre, com a invasão de Bento Gonçalves e outros líderes em 20 de setembro de 1835), a administração da república rebelde se alojou no seu início e término, tendo com o maior período ali. Pode-se ver, por exemplo, que o próprio CTG da

¹³ Diretor do Museu Paulista de 1917 a 1939.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

cidade foi criado no mesmo ano do museu, mostrando a necessidade de reafirmação da identidade do Estado, principalmente no período, que pode-se resgatar ainda da década de 1860 com o Panteão Literário de Porto Alegre e a criação do primeiro CTG do Estado, “**CTG 35**”, em Porto Alegre, em 1947.

Mas isso não elimina o confronto que há entre as memórias locais e a **memória regional, na qual, por enquanto, prevalece na instituição o “macro”** sob a necessidade do local, a valorização da identidade riograndense sobre a piratinense. Conforme já dito no trabalho, é a homogeneização das auto-imagens, o ser gaúcho sendo posto a prevalecer sobre as demais auto-imagens. Ou seja, há uma priorização de sobre a outra, assim, o perdedor, ou considerado de menor importância, perde espaço para o cultivo da outra memória.

Para afirmar essa perda de espaço, o museu apresenta números superiores na visitação no mês de setembro, quando ocorrem na cidade as festividades comemorativas a revolução - a Semana Farroupilha de Piratini. Se for analisado o ano de 2008 se nota que todos os meses têm uma superioridade do número de visitantes de outras localidades, número que aumenta nos meses de agosto, setembro e novembro. A média mensal estava em torno de 227,4 visitas. Mas em setembro daquele ano o número de visitante chegou a 1111, um aumento de 488,5%, sendo que 79,3% do total de visitantes do mês era de turistas. Esses números de 2008 são encontrados em todos os anos.

Essa demonstração do grande aumento no número de visitas de turistas em setembro, confirma a perda de espaço da população e também de sua imagem (ou auto-imagem) criada anteriormente. Posteriormente a 2002, a imagem afirmada pelo museu é do gaúcho e de suas glórias. Ou seja, é mantido o ufanismo sobre as tradições farroupilha, mas tendo como demérito, o afastamento da população local junto com o seu acervo.

Referências Bibliográficas:

AMARAL, R. Raul Amaral. FROTA, C.A. Ceura Amaral Frota. FROTA. O.M. Orly Maranini Frota. Depoimento Oral. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Piratini, RS. 27/10/2007. [indeterminada]. Entrevista concedida



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- como contribuição para o projeto Museus e cidades: relatos de uma relação nem sempre tão harmoniosa;
- ALMEIDA, Davi. **Roteiro histórico e sentimental de Piratini**. 2ªed. Piratini. Gráfica C.E.A.J, 1998, 48-78
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **O Museu Paulista**. São Paulo. UNESP, 2005, p. 87 – 142.
- BROCKSTED. Fernando. **O Centro de Tradição de Piratini. Diário Popular**. Pelotas, RS, 19 de abr de 1953.
- CUSTÓDIO, Maria Teresa Chaves. **A revitalização do Museu Histórico Farroupilha como contribuição para o desenvolvimento local**. Revista Ciências e Letras nº 31, jan/jun 2002;
- CUSTÓDIO, M.T. Maria Teresa Custódio. Depoimento Oral. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Porto Alegre, RS. 02/05/2010. E-mail. Entrevista concedida para monografia;
- DOCUMENTAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE 2002. Museu Histórico Farroupilha. Piratini-RS, 2002;
- FROTA. O.M. Orly Maranini Frota. Depoimento Oral. Entrevistador: Joana Soster Lizzot. Piratini, RS. 11/03/2010. [indeterminado]. Entrevista concedida como contribuição para o projeto Museus e cidades: relatos de uma relação nem sempre tão harmoniosa;
- GONÇALVES. José Reginaldo. **Autenticidade. Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais**. Estudos História, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988 p.264- 275.
- LIZOTT, Joana Soster. **O culto da saudade no sul do Brasil: a influencia do pensamento de Gustavo Barroso nos museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense**. 2011. 57p. Monografia (Graduação) – Curso de Bacharelado em Museologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.
- MACIEL, Maria Eurice. **Memória, Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul**. In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia(Orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: EdUNICAMP, 2001, p.239-267;
- PANATTIERIE, A.B. Angélica Barroso Panattierie. Depoimento oral. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Piratini, RS. 16/04/2010. MP3 54 min. Entrevista concedida como contribuição para a monografia;
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Ressentimento e Ufanismo: Sensibilidade do Sul Profundo**. In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia(Orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: EdUNICAMP, 2001, p.223-238;
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. (trad.) FLAUMAN, Dora Rocha. Estudos História, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 3, 1989 p.3-15.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. (trad) AUGRAS, Monique. (ORG) ROCHA, Dora. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992 p. 200 – 212;



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

SEBRAE. *Metodologia do programa de emprego e renda*. Brasília, 1995.
<http://www.dieese.org.br/cedoc/005208.pdf> acessado dia 10 de maio de 2010 as 19:25hs.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

**A SOCIEDADE ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE E O LAR DE
JOAQUINA: OPÇÕES DE INTERVENÇÃO SOCIAL DO ESPIRITISMO
(SANTA MARIA – RS, 1927 - 1970)**

Beatriz Teixeira Weber¹

Bruno Cortês Scherer²

Introdução:

As possibilidades pesquisa da temática história do Espiritismo no Rio Grande do Sul têm se mostrado muito promissoras. Diversas instituições da cidade de Santa Maria possuem acervos documentais das suas atividades ao longo do século XX, possibilitando o acesso e análise de um rico material que expressa as preocupações de como seus adeptos entendem a inserção social que devem realizar. Essas atividades são diversificadas, mas priorizamos aquelas consideradas mais importantes para os seus membros. No caso apresentado aqui, o atendimento de crianças desamparadas, cujo trabalho teve continuidade ao longo do século XXI. Pretendemos situar a abordagem do Espiritismo na sua origem e no Brasil, para apresentarmos a Sociedade Espírita Estudo e Caridade e o Lar de Joaquina e a sua atuação em Santa Maria, visando problematizar o papel da caridade para esse grupo.

O Espiritismo enquanto doutrina sistematizada tem como marco fundador a publicação de *O Livro dos Espíritos*, em 1857, pelo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, mais conhecido pelo pseudônimo Allan Kardec. Influenciado pelas concepções científicas e filosóficas em voga no século XIX, ele pôs-se ao estudo de diversos fenômenos psíquicos e espirituais que eclodiram na Europa e na América naquele período. A partir da análise dos fenômenos e de comunicações espirituais, adotando para isso critérios das

¹Beatriz Teixeira Weber. Pós-doutorado em História das Ciências da Saúde/COC/FIOCRUZ, Universidade Federal de Santa Maria. Email: beatriztweber@gmail.com.

²Bruno Cortês Scherer. Graduando em História. Universidade Federal de Santa Maria. Email: brunocs.hist@gmail.com.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

ciências positivas, ele elaborou um corpo doutrinário que contém o conjunto das crenças básicas do movimento espírita, formulado como ciência, filosofia e **religião**. Assim, Allan Kardec codificou o Espiritismo com bases “científicas”, diferenciando-se do Espiritualismo de até então. Foi uma perspectiva que integrou os ideais científicos que estavam surgindo numa concepção filosófica e religiosa, coerentemente articulada. O próprio desenvolvimento científico é aceito como responsável pelas reelaborações doutrinárias. A codificação realizada por Kardec foi elaborada num momento histórico em que o pensamento filosófico e científico se encontrava profundamente influenciado por ideais de racionalismo e evolucionismo, incorporando possibilidades frente a esses ideais. A explicação racional oferecida por essa doutrina facilitava a sua aceitação, principalmente a partir de uma minoria intelectual que buscava formas de articulação do religioso com o pensamento científico. No Brasil, especialmente, esses fatores foram fundamentais para sua aceitação, fazendo com que o aspecto religioso se tornasse preponderante, desenvolvendo a capacidade de apresentar uma interpretação coerente do mundo, explicando a posição dos indivíduos na estratificação social e orientando a conduta do dia a dia (WEBER, 1999).

Com uma extraordinária difusão na Europa e na América, a doutrina alcançou o Brasil, onde se difundiu no final do século XIX e início do século XX. O Espiritismo ganhou projeção nacional na Bahia, onde surgiram as primeiras organizações espíritas em 1865 e 1873. A partir da década de 1870, o Rio de Janeiro tornou-se o principal núcleo onde o Espiritismo se desenvolveu e difundiu para o restante do país, chegando à organização de uma Federação Espírita Brasileira, em 1884, indicando uma tentativa de preservar a unidade doutrinária e o esforço de reunir, de modo institucional, a crescente população de adeptos dispersos.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

No Rio Grande do Sul, o Espiritismo Kardecista³ possui grupos organizados desde 1887, quando ocorreu a fundação da Sociedade Espírita Rio-Grandense, na cidade de Rio Grande. Em 1894, foi fundado o Grupo Espírita Allan Kardec, em Porto Alegre. Seus membros, junto com outras sociedades, articularam a fundação da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, em 1921. Nesse momento, o Estado contava então com 18 grupos organizados em várias cidades, numa lista de participantes do I Congresso Espírita do Rio Grande do Sul.⁴

Em Santa Maria, município da região central do estado, as origens do movimento espírita remontam à fundação da “Sociedade Espírita Paz e Caridade” na localidade de Água Boa, atual distrito de Arroio do Só, em 1903. A primeira sociedade espírita que se tem registro na sede do município data de 1910, a Sociedade Espírita Mont'alverne, seguida em 1915, pela Sociedade Espírita Dr. Adolfo Bezerra de Menezes.⁵ Entretanto, somente a partir da década de 1920 é que o movimento espírita começou a se articular na cidade. Em 1921 foi fundada a Aliança Espírita Santamariense, com o objetivo de coordenar as entidades e grupos existentes. A partir daí, o movimento espírita ganhou força na cidade com a fundação de importantes instituições nos anos subsequentes.

Todavia, essas casas espíritas enfrentaram uma conjuntura de contestação de sua legitimidade, recebendo críticas e oposições em função de suas práticas. Lauren Bastos⁶ relata o processo sofrido por Irmã Rolica, que foi acusada de prática ilegal da medicina na década de 1920, tendo sido defendida

³ A expressão “Espiritismo Kardecista” distingue o corpo teórico-doutrinário elaborado por Allan Kardec, em meados do século XIX, de outras formas religiosas também caracterizadas pela prática mediúnica, como é o caso da Umbanda, religião nascida no Brasil na década de 1920, por vezes referida como “Espiritismo Umbandista”, “Espiritismo de Umbanda” ou “Baixo Espiritismo”.

⁴ Correio do Povo, Porto Alegre, 18 fev. 1971. Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul.

⁵ Dados do site da Aliança Espírita Santamariense. Disponível em: <<http://www.aliancaespirita.com/>> Acesso em: 19 ago. 2011.

⁶ BASTOS, Lauren Albrecht. Representações e Práticas sobre Saúde e Doença entre Líderes Praticantes dos Centros Espíritas em Santa Maria. Santa Maria: Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais/UFSM, 2001.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

pelo advogado espírita Fernando do Ó, figura de relevo no movimento espírita santamariense. Outros depoimentos orais concedidos à pesquisadora relatam perseguições nos anos 40, quando um padre católico teria visitado Santa Maria para combater o Espiritismo. Após a Segunda Guerra Mundial, o Espiritismo também chegou a ser relacionado a práticas comunistas, pois as atividades eram bastante reservadas e envolviam a doutrina num véu de mistério.

Esses vários aspectos indicam o quanto a prática espírita esteve presente na cidade como um importante movimento na congregação de adeptos religiosos. Todavia, ainda existem poucos trabalhos acadêmicos contemplando **essa prática na região. O projeto de pesquisa “Representações e Práticas sobre Saúde e Doença entre Líderes e Praticantes dos Centros Espíritas em Santa Maria”, desenvolvido de 1999 a 2001 no Departamento de Ciências Sociais da UFSM, coordenado por Zulmira Borges (que resultou no trabalho de conclusão de Lauren Bastos), é uma das poucas pesquisas sobre o tema. Daí a importância de tematizarmos a história do Espiritismo na cidade de Santa Maria, a fim de dar visibilidade a este importante movimento social.**

Este artigo procura apresentar uma dessas sociedades, o Grupo Caridade e Estudo, fundada em 1927 por um grupo de mulheres espíritas atuantes na cidade. Essa instituição organizou o Abrigo Espírita Instrução e Trabalho em 1932, com o objetivo de atender crianças desamparadas. A instituição passou a denominar-se **“Lar de Joaquina” em 1959, atuando até hoje como creche e escola de ensino fundamental para crianças carentes.** Especialmente, procura-se analisar como é articulada a idéia de assistência e caridade na perspectiva desenvolvida pelo grupo durante seus primeiros cinquenta anos. A documentação utilizada são as atas do conselho deliberativo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade desde 1927, onde consta a situação administrativa e organizativa do Lar de Joaquina, mantido pela instituição.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O Abrigo Espírita Instrução e Trabalho:

O Grupo Caridade e Estudo foi fundado em 1927 por um grupo de senhoras sob a inspiração de uma comunicação de Guilhermina de Almeida, que teria se manifestado através de um médium chamado Fernando do Ó. A denominação do grupo refere-se a **idéia de “caridade, por termos assumido, perante Deus, o compromisso de ajudarmos tanto quanto possível, aos irmãos que sofrem sem distinção; Estudo, por termos sede do saber”** (Ata no. 1, de 13 de abril de 1927, Sociedade Espírita Estudo e Caridade). Durante o ano de 1927 várias diretorias provisórias se sucederam, a fim de integrar todas as **participantes no processo administrativo. O nome “Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade” aparece em 1928, quando foi empossada a primeira diretoria definitiva.**

Apesar de ser uma instituição feminina, que só mudou seu estatuto em 1979 para a participação de sócios efetivos masculinos, vários representantes homens participavam das atividades do grupo, como o advogado Fernando do Ó e Octacilio de Aguiar. As atividades iniciais foram a criação de um grupo de estudos e de sessões mediúnicas às quartas-feiras. A definição dos fins da instituição são o estudo, a prática e a difusão do Espiritismo fundamentado nas obras de Allan Kardec, e a assistência social e educacional.

A organização de uma instituição que abrigasse crianças teve a inspiração da comunicação de um médico bastante atuante em Santa Maria, Dr. Pantaleão José Pinto, que teria manifestado a preocupação de atendimento aos pobres, **coxos, cegos, doentes da alma e do corpo, e aos “órfãos que não conhecem os carinhos paternos”, aos “indigentes progenitores que, rodeados de numerosos filhos, vão perecer de um a um no erro, na ignorância, e levarão ao Pai uma oração por vós, os protetores”**⁷. A preocupação manifestada integra as preocupações do movimento espírita no qual o grupo de inspira.

⁷ Ata de 09 de março de 1932, segundo texto que consta na página do Lar de Joaquina. Disponível em: <<http://www.lardejoaquina.com.br>>. Acesso em 19/março/2011.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O Grupo teve a sra. Joaquina Flores Carvalho, conhecida como Dona Quinota, como uma grande inspiração, pois ela pôs a disposição sua residência para o abrigo de crianças. As anotações do grupo constam que pretendiam criar **um modesto “Lar” e que receberam a disposição de** Dona Quinota para a realização dessa tarefa. Joaquina Flores de Carvalho (20/06/1869-16/07/1935) foi a primeira diretora do Abrigo e dedicou-se integralmente as suas atividades. Ela foi casada com José Pedro Carvalho, de quem era viúva e não teve filhos. Como estava passando por dificuldades na sua vida, remeteu uma carta à Florina da Silva e Souza, uma das fundadoras da Sociedade e do Abrigo, e esta foi levar-lhe auxílio três dias depois de recebida a comunicação do espírito do Dr. Pantaleão. Após a visita, dona Joaquina recebeu o convite de hospedar-se na residência da senhora Florina, que contou-lhe sobre a comunicação que havia recebido. Segundo o material divulgado pela entidade, após a reflexão de alguns **instantes, Dona Joaquina “surpreende sua benfeitora com a oferta para a utilização de sua casa por dez anos, gratuitamente, além de sua integral participação nos trabalhos, para instalar ali o Abrigo”. Salientam que “nossa alma chorava de alegria, porque tudo vinha ao encontro de tão almejado ‘desideratum’ e foi então feita uma prece a Deus em agradecimento”.**⁸

As perspectivas descritas integram vários aspectos das relações estabelecidas pelo Espiritismo: que há uma lógica que orienta o desenvolvimento das atividades no mundo físico, patrocinada e inspirada pelo mundo espiritual; que essa lógica aproximará as pessoas certas nos momentos em que essa configuração de forças se organiza e a importância da disposição da doação dessas pessoas para o bom desenvolvimento da caridade, tarefa indispensável à todos os seus adeptos. Em homenagem a sua doadora, o abrigo adotou o nome **“Lar de Joaquina” em 1959, como é conhecido até hoje.**

Em 31 de março de 1932, a casa de dona Joaquina recebeu a primeira **abrigada. Uma senhora “cansada e doente” trouxe pela mão uma menina de oito**

⁸ As informações citadas são de um texto contido como Histórico no site da Sociedade Espírita Estudo e Caridade. Disponível em: <<http://www.lardejoaquina.com.br/>> Acesso em: 19/março/2011.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

anos, Zulmira Machado, e em precárias condições de saúde. Essa senhora declarou estar sem recursos, com o marido paralítico e um filho tuberculoso, e **entregava aquela filha, que foi recebida “de braços abertos no humilde teto de D. Quinota”**. A instituição não tem registros dos últimos tempos de Dona Joaquina, apenas citam, segundo depoimentos realizados na Sociedade, que ela tinha uma **frase que repetia sempre: “Minha filha, nunca esqueça que as pessoas têm que ter honestidade, fé e força para praticar o bem”**. **Dona Joaquina faleceu aos 66 anos**, acometida de câncer, em 1935, portanto, poucos anos após a fundação do Abrigo.

Os elementos apontados pela instituição para ressaltar o papel de Dona Joaquina valorizam a abnegação na pronta disposição em oferecer sua casa sem nenhum ônus e na sua disposição em atender as crianças. Esses elementos foram pensados como nome da instituição para fazer lembrar esses valores em todos os que tomam contato. Desde sua fundação, o Abrigo é mantido pela SEEC que funciona nas mesmas instalações. De fato, a instituição é mais conhecida por Lar de Joaquina do que como Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

Oficialmente, o Abrigo Instrução e Trabalho só foi fundado em 26 de fevereiro de 1933, mantida na casa de Dona Joaquina na rua Barão do Triunfo. A segunda abrigada era irmã da primeira, com 6 anos, doente e em estado de miséria. Ambas foram tratadas pela Dona Joaquina, pelo Dr. Antonio Victor Menna Barreto e Dr. Olegário Maya, médicos da cidade, e Dra. Praudelima H. Pinto, dentista, que atenderam na instituição em caráter voluntário por longo tempo. A partir de 1934 é que a instituição passou a ministrar as primeiras aulas, contando já com seis internas, construindo uma sala de aula ao lado do Abrigo em 1935. Já em 1934, houve a preocupação de tratar da compra de um terreno para a construção de uma sede própria, que só se concretizou em 1939, com o aluguel de uma casa com amplos dormitórios na Av. Ipiranga (atual Presidente Vargas, até hoje sede da instituição), e que foi adquirido em 1943.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Desde o princípio, o objetivo do Abrigo foi de transferir para a prática a teoria da Doutrina Espírita estudada e assimilada na Sociedade. As tarefas básicas em favor dos internados foram definidas como o internato, alimentação, cuidados médicos e odontológicos. Além disso, destaca-se o ensino escolar e as **“Instruções para a Vida”, com atividades de bordado, tricô, crochê, costura,** artes domésticas, entre outros. Todas as atividades são mantidas com donativos voluntários dos diversos membros que se dispõe a participar, incluindo sócios, professores, médicos, dentistas e solicitações ao poder público. O Abrigo manteve o regime de internato de 1932 até 1997, tendo recebido 600 abrigados, a maioria em permanência prolongada.

A partir de 1940 foi organizado um consultório médico na Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade para atender as abrigadas. Em 1944, 16 crianças do abrigo contraíram sarampo, havendo o entendimento da necessidade de uma enfermaria para os primeiros atendimentos na Casa, o que só se concretizou em 1949, com o nome de Enfermaria Nenê Aquino Nessi, que tornou-se um Hospital em 1951, e que funcionou até 1963, quando houve necessidade de vender o prédio onde ele funcionava por dificuldades que a Sociedade estava enfrentando. Esses serviços receberam a atuação voluntária dos médicos Amaury Lens e Antonio Victor Menna Barreto, na enfermaria, e de Denizard da Silva no hospital. Apesar de não termos tido acesso a nenhuma descrição do hospital até o momento, creio que ele funcionava como um local de atendimento apenas para os abrigados, mas na memória dos moradores da cidade, o hospital é conhecido como um hospital espírita, pois esses médicos eram conhecidos mais por suas atividades como espíritas.

A organização de uma escola efetiva no Abrigo só ocorreu em 1966, com a autorização para funcionar a Escola de 1º grau Incompleto Instrução e Trabalho, com sede junto ao abrigo, e no mesmo ano foi instalada um curso pré-primário de jardim de infância. A Escola atendia aos membros do abrigo, mas também atendia crianças carentes de fora da instituição.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Nos interesses da perspectiva espírita defendida pelos membros da Sociedade, cabe realizar uma análise mais sistemática, para verificar as afiliações nas concepções teóricas que os orientam. Na perspectiva defendida, a caridade tem um papel que remete a perspectiva organizada por Adolfo Bezerra de Menezes, que coordenou os trabalhos espíritas no Brasil no final do século XIX, ocupando a presidência da Federação Espírita Brasileira em 1889, e novamente entre 1895 e 1900. Célia da Graça Arribas, que defendeu uma dissertação de mestrado em 2008 sobre a constituição do Espiritismo no Brasil, argumenta que ele não foi só resultado de injunções externas ao seu meio, como resposta ao Código Penal do final do século XIX, por exemplo. Houve uma guerra simbólica na qual contendaram várias vertentes de interpretação espíritas com a finalidade de ter para si o poder legítimo de ditar que era ou não o Espiritismo. Foi preciso muito trabalho religioso para a criação de um **Espiritismo “religioso”, o que não é consenso para os adeptos. A decisão de se tornar uma religião, e uma religião que adota prática de prestação de auxílios gratuitos, participou dessa disputa.** A autora demonstra que Bezerra de Menezes foi um dos captaneadores dessa proposta, aproximando da perspectiva católica e da sua perspectiva de caridade, visando afastar vários dos ataques sofridos pelo movimento nesse período.

Bezerra de Menezes era médico e participou da política brasileira na segunda metade do século XIX, afastando-se em 1885. Filiou-se ao Espiritismo em 1886 e participou do Grupo Ismael, que teria recebido uma divisa que a coordenava: Deus, Cristo e Caridade. Foi um dos grandes líderes do Espiritismo no Brasil, falecendo em 1900, **conhecido como “Kardec brasileiro”.** Sua perspectiva organizou a proposta que foi arregimentada por vários seguidores depois de sua atuação (WANTUIL, 2002: 235) e que defendeu a visão de atuação sobre o papel da caridade. Permeando seu trabalho de unificação do movimento espírita pela disciplinarização do grupo, a obra de toque de **legitimação desde então foi sua “obra de caridade”.** Para eles, os espíritas deveriam reunir-se em torno das verdades expressas pelo *Evangelho Segundo o*



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Espiritismo e n`*Os Quatro Evangelhos*, a fim de melhor compreender e divulgar sua doutrina. As sessões dos grupos deveriam contemplar o estudo dos evangelhos e prever uma parte importante à caridade. A cura das almas e a assistência religiosa e/ou material aos indivíduos eram os instrumentos que ajudariam a angariar o capital que o movimento necessitava para estabelecer o “verdadeiro caráter” da doutrina espírita para o Brasil (ARRIBAS, 2008: 135-136).

Nesse sentido, interpretado para a prática espírita no Brasil é que se filiou a perspectiva da caridade do grupo estudado aqui, preocupado com o estudo e com a caridade, no final da década de 1920. É um amplo movimento no qual a Sociedade Espírita de Santa Maria fez parte.

Considerações finais:

O Espiritismo Kardecista baseia-se nos pressupostos da existência de Deus, da imortalidade da alma, na crença da reencarnação e na pluralidade dos mundos habitados, incorporados com a prática das manifestações dos espíritos. A idéia de evolução é fundamental, extrapolada para o mundo espiritual, no qual os indivíduos deveriam passar por várias etapas até chegarem a ser “espíritos de luz”. Apresentava-se como uma doutrina, que tentava conciliar o racionalismo com a crença na sobrevivência individual do espírito e em seu progresso infinito, procurando explicar os fenômenos espíritas de acordo com a ciência.

No contexto desses elementos que compõe a doutrina como um todo, o ideário da caridade, que procurava não afastá-lo da perspectiva católica e que se esforçava por definir uma tradução específica para o Brasil, foi um dos elementos da estratégia dos seus grupos dirigentes na passagem do século XIX para o XX. Isso não é contraditório com a concepção de forma mais abrangente. De acordo com a idéia evolucionista, é compreensível a ênfase dada à caridade. As desigualdades sociais, inerentes ao mundo material imperfeito, eram



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

aceitáveis porque necessárias ao progresso dos espíritos. Afirmavam não se contrapor aos médicos e outros “cientistas”, afinal, defendiam uma doutrina que também se dizia científica. O exercício da caridade é um dos princípios fundamentais da doutrina espírita como exercício no processo evolucionário. No sentido defendido por Allan Kardec, o sentido da caridade é exercício da benevolência para com todos, indulgência para as imperfeições dos outros, perdão das ofensas, sendo, junto com o amor, o complemento da lei da justiça (KARDEC, 1983: 407).

Bibliografia:

- ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia/USP, 2008.
- BASTOS, Lauren Albrecht. *Representações e Práticas sobre Saúde e Doença entre Líderes Praticantes dos Centros Espíritas em Santa Maria*. Santa Maria: Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais/UFSM, 2001.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Católicos, protestantes e espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo: Pioneira, 1961.
- DAMAZIO, Sylvia F. *Da Elite ao Povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. 58 ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1983.
- WANTUIL, Zêus. *Grandes Espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2002.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense*. Santa Maria/Bauru: EDUFSM/EDUSC, 1999.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O “MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO” NO JORNAL A RAZÃO DE SANTA MARIA (1969 – 1974)

Bruna Lima*

Diorge Alceno Konrad**

Introdução

A partir de uma pequena síntese de idéias a respeito da situação política e econômica brasileira, posterior ao Golpe Civil-Militar de 1964, pretende-se **analisar o período específico do “Milagre Econômico Brasileiro”, vivenciado entre o período de 1969 a 1974.**

Essa fase da economia brasileira ficou tradicionalmente conhecida assim pela historiografia, pois foi um momento singular na História do País, período em que as taxas de crescimento econômico alcançaram índices altíssimos, até então desconhecidos pela população brasileira, a qual acabava de vivenciar uma **crise econômica no início dos anos 1960. Além disso, “simultaneamente a taxas muito elevadas de crescimento econômico, o período de 1968 – 1973 caracterizou-se por taxas de inflação declinantes e relativamente baixas para os padrões brasileiros” (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI: 2008, p. 224).**

No entanto, esse crescimento não ocorreu de forma equitativa, haja vista que quem ocupava o centro do poder durante esse período, eram os militares, apoiados por diversos outros grupos sociais, tais como, empresários, grandes produtores rurais, a Igreja Católica, grande parte da classe média, relativo apoio entre os trabalhadores, entre outros. Dito isto, adianta-se que a maior parte da **população brasileira não vivenciou os aspectos positivos do “Milagre Econômico Brasileiro”. Esta opinião é corroborada pela seguinte passagem:**

* Acadêmica do 10º semestre do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Endereço Eletrônico: bruna.lima90@hotmail.com.

** Professor Adjunto do PPG e do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e orientador do trabalho. Endereço Eletrônico: gdkonrad@uol.com.br.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Nesses anos, a economia brasileira teve um aumento considerável devido ao incentivo do Estado. O Governo lançou inúmeros projetos para que a economia alcançasse índices elevados e também permitiu que o mercado externo instalasse no país diversas empresas. Em decorrência desses projetos, ocorreu de fato um crescimento, mas a renda obtida ficou apenas nas mãos de pequena parte da população. (PEREIRA; COELHO: 2010. p. 02).

Mesmo que o crescimento e desenvolvimento da economia brasileira não tenham sido distribuídos para toda a população brasileira, estes foram o bastante para que a maioria da população desse apoio às medidas, conquista que veio através de uma intensa propaganda governamental. Em Santa Maria – RS, assim como possivelmente também em outras regiões do País, isso não se apresentou de forma diferente. Parte da população santa-mariense não ficou alheia as notícias e propagandas que evidenciavam o “Milagre Econômico Brasileiro”, pois o jornal *A Razão*, se empenhava em publicar matérias e propagandas que procuravam evidenciar os altos índices de crescimento econômico nacional, articulando-os aos projetos que pretendiam promover o desenvolvimento da cidade de Santa Maria.

O Cenário Político-Econômico do Brasil Após a Instauração do Golpe Civil-Militar de 1964

Diante de um cenário não só de polarização político-ideológico, desenvolvido durante a “Guerra Fria”, mas também pelos acontecimentos no território cubano em 1959¹, um heterogêneo grupo composto principalmente

¹ “A experiência revolucionária cubana exigiu, de parte dos Estados Unidos (EUA), uma nova avaliação da situação continental do país, como nunca antes, seus interesses foram atingidos. Desafiado pela explicitação do confronto ideológico socialismo x capitalismo por quase todo o continente, o imperialismo norte-americano reavaliou o perfil dos aliados necessários na nova etapa de dominação. A ação diplomático – financeira – militar da grande potência reconheceu que, no contexto latino-americano, todo e qualquer movimento de afirmação ou reafirmação de soberania, independência e nacionalismo questionava sua projeção



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

por empresários (nacionais e estrangeiros) e militares, apoiados por uma grande parcela da classe média - que almejava maior espaço de ação e poder na sociedade brasileira, processou-se, em 31 de março de 1964, um Golpe Civil-Militar, que derrubou o então governo de João Goulart, levando por sua vez, os militares e os tecnocratas ao poder.² Por consequência desse episódio, o Brasil passou a acompanhar inúmeras alterações em sua estrutura política, econômica e social, seguindo-se

importantes articulações políticas para criar uma base institucional e dar uma aparência de legitimidade ao novo regime, ao mesmo tempo em que se iniciava o processo de **perseguição aos membros mais “ameaçadores” do antigo governo e a simpatizantes do Partido Comunista.** (NAPOLITANO, 1998, p. 14).

As forças que assumiram o governo do País, a partir de 1964, identificadas como liberais-conservadoras³, tiveram como uma das suas primeiras tarefas de governo, assegurar a manutenção e a consolidação da ordem burguesa capitalista.⁴ Para tanto, estas forças, afiliaram-se ideologicamente a chamada Doutrina de Segurança Nacional⁵, que passava a sugerir, com base em uma matriz teórica, elaborada principalmente por militares ligados a Escola Superior de Guerra – ESG e com apoio dos Estados Unidos, uma forma de governo, no qual o Estado passava a ampliar cada vez

hegemônica e desestabilizava seus aliados locais. Portanto, tais manifestações deviam ser **combatidas sem trégua” (PADRÓS; MARÇAL: 2000, p. 58).**

² Para se obter informações mais precisas a respeito das forças políticas que assumiram o poder com o Golpe de 1964, consultar: DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

³ Conforme Padrós e Lameira (2009, p.49), “a compreensão do Golpe só pode ser efetiva se percebermos a complexa luta política entre os dois projetos de sociedade naquele momento: o projeto nacional-reformista e o liberal-conservador”.

⁴ BRUM: 1986, p. 94.

⁵ Para Napolitano, “a Lei de Segurança Nacional transformava em legislação a doutrina do mesmo nome, fundamento do Estado construído após o golpe. (...), essa doutrina, elaborada por militares norte-americanos e aperfeiçoada na ESG, tinha como objetivo fornecer às elites dirigentes (sobretudo aos militares) um conjunto de princípios ideológicos que pudessem se **contrapor à ameaça das revoluções comunistas” (NAPOLITANO: 1998, p. 21).** Mais informações a respeito da Doutrina de Segurança Nacional encontram-se em: DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964 – 1974).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

mais a sua atuação no controle da sociedade. A característica do Estado no Brasil pós-1964 é desenvolvida por Gilvan Veiga Dockhorn:

O Estado inserido na Doutrina de Segurança Nacional não esteve apenas calcado em novas determinações dentro de uma estrutura consolidada em bases estáveis, mas sim, ao contrário do que aparentou, representou a ascensão de um novo Estado que negou todas as conquistas adquiridas até então pelo chamado Estado de Direito.

O governo estabelecido após 1964, adotou uma sistemática que se distinguiu da forma anterior de dominação: o Estado foi reorganizado em outras bases, quer no exercício do poder e autoridade, quer no conteúdo das políticas com a finalidade de enquadrar o país a um dado modelo de expansão capitalista (2002, p.31)

Até 1967, pode-se considerar que a política econômica governamental pautou-se principalmente no combate à inflação.⁶ Porém, a partir da imposição de uma nova Constituição, em janeiro daquele ano, além da escolha de Costa e Silva para a Presidência, abriu-se o caminho para que os militares controlassem de vez o cenário político do país, objetivando a desarticulação das principais forças de oposição.

No campo econômico, almejando uma superação para a crise que se alastrava pelo País, desde o início da década de 1960⁷, o governo configurou um projeto que se pretendia desenvolvimentista, capaz de favorecer a acumulação capitalista nas mãos de grupos burgueses, tanto nacionais como internacionais.

⁶ BRUM: 1986, p. 95.

⁷ Segundo Prado e Earp (2003, p. 2010 - 213), duas principais teses ajudam a compreender a origem da crise econômica do início da década de 1960. A primeira delas pode ser identificada como **estruturalista ou cepalina**, pois **“explicava o crescimento econômico industrial por substituição das importações como resposta a uma situação de desequilíbrio extremo duradouro**. Isto é, com a grande depressão da década de 1930, a queda do valor das exportações brasileiras reduziu a capacidade de importar do país. O problema que se colocava era de como atender a demanda de bens e serviços interna não afetada pela crise do **setor exportador”**. A segunda tese é explicada pelos **economistas liberais**, que apontam como **raiz do problema o chamado “populismo econômico”, capaz de gerar basicamente três desequilíbrios**: 1) Populismo fiscal: Estado gasta mais que sua capacidade de arrecadação tributária – pressões inflacionárias. 2) Populismo na política de crédito: investimento financiado não com o crescimento da poupança doméstica, mas com a expansão da oferta monetária. 3) Populismo salarial: aumento das folhas de pagamento superando o crescimento da produtividade.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Para tanto, o novo governo contou com a presença de tecnocratas em importantes ministérios, como os da Fazenda e do Planejamento, que empreenderam um Plano de Ação Econômica para o Governo, pautado essencialmente no controle inflacionário e na retomada do crescimento econômico através da abertura ao capital estrangeiro.

Foi nesse período, que os grupos multinacionais avançaram “celeremente dominando os ramos mais dinâmicos e rentáveis da economia, em detrimento das empresas privadas nacionais” (BRUM: 1986, p. 96). Desta forma, acentuou-se a situação de dependência econômica do País, estreitando-se, de forma cada vez mais intensa, os vínculos com o capitalismo internacional e atrelando aos interesses estrangeiros as decisões a respeito das principais questões econômicas internas.

Sendo assim, pode-se afirmar que ocorreu uma espécie de pseudo-desenvolvimento vivido pelo Brasil a partir de 1968, conhecido **tradicionalmente pela historiografia como “Milagre Econômico Brasileiro”.**⁸ **Este, por sua vez, ocorreu de forma “artificial”, pois não tinha sustentação interna necessária para ser efetivado, sendo essencialmente baseado em um modelo de sociedade burguesa que desconsiderava as reais possibilidades de desenvolvimento do País.**⁹ Como uma, entre as principais consequências

⁸ Os autores Veloso, Villela e Giambiagi (2008, p. 225) apresentam uma discussão mais precisa **a respeito das possíveis interpretações acerca do “Milagre Econômico Brasileiro”. Segundo eles, “as interpretações sobre os fatores determinantes do ‘milagre’ encontradas na literatura podem ser divididas em três grandes grupos, não necessariamente excludentes, e que enfatizam:**

- a) A política econômica do período 1968-1973, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações;
- b) O ambiente externo favorável, devido a grande expansão da economia internacional, melhoria nos termos de troca e crédito externo farto e barato;
- c) As reformas institucionais do PAEG, em particular as reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a **aceleração subsequente do crescimento.”**

⁹ Segundo Brum (1986, p. 96–97), pode-se dizer que o governo optou por um modelo econômico característico de sociedades em elevado estágio de desenvolvimento e com alto padrão de vida, sendo que o modelo adotado privilegiava o consumo de bens duráveis sofisticados, o que, conseqüentemente, favoreceu a expansão das indústrias que atuavam em tais ramos. Desse modo, como a sociedade brasileira encontrava-se em um estágio caracterizado como mais atrasado, esta forma de desenvolvimento acabou por beneficiar apenas uma pequena camada da sociedade.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

geradas por esse novo modelo econômico, pode-se destacar o aumento das desigualdades sociais, pois a produção interna não visava o saneamento das necessidades básicas da população em geral, mas sim os interesses do mercado externo, como também de uma pequena parcela da população interna com maior poder aquisitivo. Para Prado e Earp,

se era inegável que o Brasil crescia estes benefícios não se distribuía equitativamente. O próprio presidente da **república chegou a afirmar que “o Brasil vai bem, mas o povo vai mal”**. Um certo mal estar atingia a todos, exatamente no momento em que nossa economia se despedia das maiores taxas de crescimento de toda a sua história. (2003, p. 228)

Já a partir de 1973, em função do aumento dos preços do petróleo, surgiram os primeiros sintomas do que se pode chamar de esgotamento das possibilidades de crescimento acelerado da economia.¹⁰ Em consequência disso, o governo elaborou o seu II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com vistas a superar a crise e alavancar o crescimento econômico do país. Para Brum, não houve sucesso na execução do II PND. Isso se deveu, principalmente, porque a empresa nacional mostrou-se incapaz de assumir a liderança do processo de acumulação capitalista e a empresa estrangeira não aceitou sair da posição dominante que ocupava no País, para uma posição de subordinada.¹¹

Segundo os economistas Prado e Earp (2003, p. 234), esse referido esgotamento das possibilidades de crescimento não ocorreu apenas em função **do aumento dos preços do petróleo, haja vista que o “Milagre Econômico Brasileiro” só ocorreu em função de uma confluência de fatores, sejam eles internos ou externos**. Dessa forma, não se pode atribuir de forma exclusiva que **o fim do crescimento econômico “milagroso” tenha ocorrido apenas em função das duas grandes crises do petróleo, tendo em vista que o próprio modelo desenvolvimentista adotado era originalmente frágil**.

¹⁰ BRUM:1986, p. 136.

¹¹ Idem, p. 151.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Apesar da curta permanência na economia brasileira dessas altas taxas de crescimento, estas foram suficientes para entusiasmar grande parte da população. Esse entusiasmo, por sua vez, ocorreu principalmente em função do desenvolvimento de um grande aparato propagandístico em prol do governo. Dessa forma, “a expressão ‘milagre brasileiro’ passou a ser usada como sinônimo de *BOOM* econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo” (PRADO; EARP: 2003, p.219).

O Jornal *A Razão* Noticiando o “Milagre”

Parte desta pesquisa desenvolveu-se no Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, abrangendo os exemplares do jornal *A Razão*, correspondentes ao período delimitado entre os anos de 1969 e 1974. Este jornal foi criado em Santa Maria em outubro de 1934¹², pelo jornalista Clarimundo Flores e também pelos senhores Gélío Brinckmann e Flodoaldo Martins da Silva. Em 1943, o jornal foi vendido à Organização dos Diários Associados, e, posteriormente, em 1974, quem passou a assumir comando do jornal *A Razão* foi Luizinho de Grande, um jornalista local.

Santa Maria, município localizado na região central do Rio Grande do Sul, obviamente não ficou alheia a nova ordenação do País, vivenciada a partir de 1964. Nesse sentido, o jornal *A Razão* apresentou-se como um dos veículos disseminadores de notícias que visavam apresentar os esforços do governo civil-militar em criar expectativas acerca do desenvolvimento econômico do País na época.¹³

¹² Beber (1998, p. 125) aponta que “o início do século XX caracterizou-se pelo surgimento, na capital do Estado e nas principais cidades do interior, de jornais mais modernos, que utilizavam serviços telegráficos próprios que mantinham sucursais nos maiores centros de informações nacionais e internacionais”.

¹³ Conforme apontam Pereira e Coelho (2010, p. 02), “no que tange aos interesses do Estado, a imprensa se configurou como uma das alternativas mais eficazes. Os fatos noticiados, por vezes, sempre enalteciam as ações do Governo, e buscavam persuadir os leitores a favor do Regime estabelecido”.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

De modo geral, não se pode negar a existência de um “milagre econômico brasileiro”. De fato, a economia brasileira alcançou índices até então desconhecidos, como o próprio jornal se responsabilizou por destacar: “O Brasil já está vivendo os dias que viriam no futuro!”¹⁴, “Nunca se plantou tanto no Nordeste... Planta-se agora uma fábrica por dia!”¹⁵, “O governo que está multiplicando o Brasil”¹⁶, “1964 foi o ano zero da nova arrancada!”¹⁷ e “Governo destinou quase 6 bilhões ao desenvolvimento”¹⁸. Porém, como já afirmado anteriormente, nem toda a população brasileira, e no caso mais específico, santa-mariense, foi contemplada com as altas taxas do referido crescimento.

Além disso, existem indícios de que o tão referido crescimento econômico, possa não ter se confirmado plenamente no município de Santa Maria. Embora as lideranças locais tentassem promover e disseminar a idéia de um “natural desenvolvimento” da cidade – “o slogan que apregoa ser Santa Maria a cidade que mais cresce no Estado é confirmado”¹⁹, o desenvolvimento industrial da cidade e entorno apresentava-se como incipiente. O próprio Cirilo Costa Beber chega a indicar problemas no processo de industrialização do município durante esta época:

No início da década de 70 a diretoria da Associação Comercial de Santa Maria, observando os gravíssimos problemas das indústrias locais, convenceu-se da necessidade de promover uma campanha em prol da industrialização do município. Para atingir esse objetivo, várias propostas de incentivos foram cuidadosamente analisadas. Uma delas foi aprovada imediatamente: propor à Prefeitura Municipal a criação de uma área industrial ou um distrito industrial (1998, p. 270).

¹⁴ *A Razão*, 10/01/1969, p. 02.

¹⁵ Idem, 11/01/1969, p. 04.

¹⁶ Idem, 18/03/1969, p. 06.

¹⁷ Idem, 03/04/1969, p. 02.

¹⁸ Idem, 28/06/1969, p. 01.

¹⁹ Idem, 08/03/69, p. 06.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A implantação de um Distrito Industrial em Santa Maria foi um tema debatido durante um longo tempo. As principais discussões envolveram tanto problemas políticos entre lideranças políticas locais, como também problemas nas relações entre políticos locais e o governo do estado. Estes problemas, por sua vez, giravam em torno basicamente de questões referentes ao orçamento que deveria ser destinado as obras de criação do Distrito.

Em Santa Maria, os setores da economia que mais se destacaram no século XX foram o comércio e a prestação de serviços.²⁰ Dessa forma, considerava-se fundamental a criação de um Distrito Industrial, o que poderia concretizar o desenvolvimento da cidade, pois incentivaria a instalação de indústrias, não só nacionais como, também, vindas de outros países. O jornal pesquisado destacava esta linha propositiva:

A implantação de um Distrito Industrial, traria vantagens imediatas pois além de absorver uma grande parte da mão de obra ociosa em Santa Maria, ainda acarretaria grandes somas de recursos que viriam de fora, e que muito beneficiariam a economia local.

O Distrito Industrial reduziria os custos para que as empresas aqui pudessem se instalar facilitando a sua operação e instalação, além do que poderia aumentar o processo da instalação de indústrias. Diminuiria o custo dos Serviços Públicos, pois estaria o mesmo reduzido com a concentração de indústrias (*A Razão*, 29/05/1969, p. 06).

Expectativas sobre a vinda de empresas estrangeiras para Santa Maria também eram levantadas: **“Santa Maria pode ser sede de indústrias da Alemanha”**.²¹ Porém, exceto a tentativa de criação de um Distrito Industrial, não havia ao menos um projeto para a industrialização do município durante esse período. No caso da eventual atração de empresas estrangeiras, por exemplo, o prefeito limitou-se apenas a enviar uma carta ao consulado do Japão:

²⁰ BEBER: 1998, p.235.

²¹ *A Razão*, 08/01/71, p. 01.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O prefeito Luiz Alves Rolim Sobrinho, está interessado em trazer para Santa Maria pequenas indústrias japonesas. Ontem, o chefe do Executivo Municipal enviou ofício ao Consulado do Japão em nosso Estado solicitando detalhes sobre a possibilidade de trazer para nossa cidade diversas indústrias nipônicas (*A Razão*, 08/03/1969, p. 06).

As expectativas dos principais grupos em condições de influir sobre o imaginário local parecem não terem se confirmado. Nem o Distrito Industrial, nem a vinda de indústrias estrangeiras foram efetivadas na época, indicando uma tênue industrialização da cidade no início da década de 1970, diferente daquilo que se pretendia evidenciar no período.²²

Dessa forma, mesmo que a cidade apresentasse um relativo crescimento em outros setores da economia, como por exemplo, no setor de habitação²³, o **“milagre econômico” se caracterizava, basicamente, por uma articulação entre os mais variados campos da economia.** Mesmo sabendo que dificilmente seja possível em um país, estado ou município os três principais setores da economia (primário, secundário e terciário) estejam igual desenvolvidos²⁴, a máxima articulação entre eles poderia ser uma das principais causas de um possível equilíbrio no setor econômico.

Isso, portanto, implicaria em ser a indústria o principal setor a ser desenvolvido na cidade, na tentativa de encontrar o ponto de equilíbrio necessário para alavancar o crescimento e desenvolvimento econômico.

Conclusão

Tendo como base fundamental de pesquisa exemplares do jornal *A Razão*, juntamente com fontes bibliográficas que abordam o referido período da História do Brasil, é possível perceber como o crescimento econômico brasileiro

²² Segundo informações obtidas através do sítio da Associação “Distrito Vivo”, disponíveis em www.districtovivo.org.br, Santa Maria passou a contar com a instalação de um Distrito Industrial apenas em 1977. Acesso em 02 de setembro de 2011.

²³ “Santa Maria é a terceira cidade que mais constrói em todo o Estado”. Ver: *A Razão*, 02/08/1969, p. 02.

²⁴ BEBER: 1998, p. 235.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

era fortemente evidenciado. Isso ocorre basicamente porque o governo, usando-se principalmente da censura aos meios de comunicação, procurava desenvolver uma consistente propaganda em seu favor, ocultando as mais diversas atrocidades cometidas aos direitos civis da população. Dessa forma, como também se pode observar nas páginas do jornal *A Razão*,

a imprensa, de forma geral, passou a dar destaque maior aos noticiários sobre economia, deixando um pouco de lado os temas relacionados à política, que eram minuciosamente vigiados pelos censores, a fim de que nenhuma crítica ao Governo fosse publicada. (PEREIRA; COELHO: 2010, p. 04).

Nesse sentido, a propaganda feita em torno do “Milagre Econômico Brasileiro” apresentou-se como uma forma eficiente de desviar a atenção da população brasileira. O grande salto de crescimento econômico que, de fato, ocorreu entre o período de 1969 a 1974, foi intensamente propagandeado, mesmo que este possa ser questionado por não ter atingido a maior parte da população. Assim, Para Prado e Earp

durante o governo Médici, a busca de legitimidade deslocou-se definitivamente do plano político para o plano econômico. A idéia de que estava em processo a construção de um “Brasil Potência” passou a construir a base da propaganda do governo e o fundamento de sua legitimidade (PRADO; EARP, 2003 p. 228).

A propaganda de um Brasil que prosperava ganhava cada vez mais espaço nos meios de comunicação.²⁵ Santa Maria, apesar de não ter acompanhado o grande salto de crescimento econômico na maior parte dos setores da economia, através do jornal *A Razão*, podia ver as inúmeras discussões que “prometiam” levar o município a ingressar “na batalha desenvolvimentista” que empolgava o País (*A Razão*, 17/11/1970, p. 05).

²⁵ Cid Furtado, secretário do Trabalho e Habitação, em reportagem especial para *A Razão*, chegou a destacar a importância da imprensa como forma de integrar do povo no processo desenvolvimentista: “Daí, a importância da imprensa, através de suas diferentes formas, na tarefa patriótica de integrar os brasileiros no conhecimento das realidades nacionais e, conseqüentemente inserir o povo no processo de desenvolvimento de nosso país. Para sentir, sofrer, aplaudir, sugerir, criticar, viver, enfim, a problemática nacional é preciso conhecê-la. Esse conhecimento só é viável através da imprensa. E a imprensa não tem faltado à essa nobre missão”. (*A Razão*, 20/08/1969, p.05).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Por fim, é importante destacar a utilização de jornais como fonte de pesquisa histórica. Embora este tipo de fonte contribua para uma maior aproximação do pesquisador com o cotidiano da sociedade analisada, estas merecem alguns cuidados teóricos e metodológicos específicos, visto que não devem ser compreendidas como uma espécie de verdade absoluta, ou que abordem os fatos tal como eles transcorreram. Até porque, como se sabe, grande parte das notícias veiculadas pelos meios de comunicação tende a se aproximar de alguns interesses específicos de determinados grupos sociais.

Neste sentido, é necessário levar em consideração alguns aspectos principais, tais como: o contexto histórico em que estão localizados os documentos; a forma como eram produzidas as notícias e para qual público eram destinadas; quais eram os objetivos e sentidos que procuravam alcançar e criar; quais os aspectos eram mais ou menos abordados e porque isso ocorria. **Pois, como afirma Dalbosco (2010, p. 267), “o silêncio sobre determinado assunto, por vezes, tem muito mais a dizer do que o próprio assunto em si”,** principalmente quando se trata do contexto histórico que está sendo estudado.

Fontes:

- E SANTA Maria está crescendo mesmo. *A Razão*, 08 de março de 1969, p. 06.
EIS o fato nº 1. *A Razão*, 11 de janeiro de 1964, p. 04.
GOVERNO destinou quase 6 bilhões ao desenvolvimento. *A Razão*, 28 de junho de 1969, p. 01.
INTEGRAÇÃO do povo no processo desenvolvimentista. *A Razão*, 20 de agosto de 1969, p. 05.
O BRASIL já está vivendo os dias que viriam no futuro. *A Razão*, 10 de janeiro de 1969, p. 02.
O DISTRITO Industrial terá que sair e com toda urgência. *A Razão*, 29 de maio de 1969, p. 06.
O GOVERNO que está multiplicando o Brasil. *A Razão*, 18 de março de 1969, p. 06.
Eis o fato nº zero. *A Razão*. 03 de abril de 1969, p. 02.
PREFEITO interessado em trazer para cá pequenas indústrias japonesas. *A Razão*, 08 de março de 1969, p.06.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

SANTA MARIA é a terceira cidade que mais constrói em todo o Estado. *A Razão*, 02 de agosto de 1969, p. 06.

SANTA MARIA ingressa na batalha pelo desenvolvimento. *A Razão*, 17 de novembro de 1970, p.05.

SANTA MARIA pode ser sede de indústrias da Alemanha. *A Razão*, 08 de janeiro de 1971, p. 01.

Referências Bibliográficas

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos**: História da economia do Município. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1986.

DALBOSCO, Cléber Nelson. A felicidade propagada revisitada. In: HEINSFELD, Adelar; BATISTELLA, Alessandro; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; MENDES, Jeferson (orgs.). **Fazendo história regional**: política e cultura, v. 1. Passo Fundo: Méritos, 2010.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964 – 1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

NAPOLITANO, Marcos. **O Regime Militar Brasileiro 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio de Azambuja. Terror de Estado e **Doutrina de Segurança Nacional: os “anos de chumbo” no Brasil e na América Latina**. In: **Revista de Ciências e Letras - FAPA**, n. 28. Porto Alegre: 2000/2.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albuquerque; FERNANDES, Amanda Simões (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985)**: História e Memória. Vol. 1. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 33-50.

PEREIRA, Juliana dos Santos; COELHO, Fabiano. Considerações sobre o “milagre econômico” brasileiro na imprensa douradense (1970 – 1973). In: **Revista História em Reflexão** - UFDG, v. 4, n. 8. Dourados: julho/dezembro 2010.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Vol. 4. O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.207 – 241.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968 – 1973): Uma Análise Empírica. In: **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2. Rio de Janeiro: abril/junho 2008, p. 221-246.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DIFERENCIADA, UM PANORAMA DOS GUARANI DE SANTA CATARINA

Bruno Anderson¹

As escolas indígenas possuem direitos específicos para constituírem-se como diferenciadas, respeitando aspectos culturais e étnicos. Estes direitos são garantidos pela Constituição Federal de 1988, além da própria Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) além da legislação estadual para a educação. Estas Leis deveriam garantir as escolas indígenas o desenvolvimento, por parte das esferas do Estado, de políticas públicas capazes de atender as necessidades de calendário, currículo, merenda e material didático, entre outros aspectos.

A Escola Indígena de Educação Básica Wherá Tupã Poty Djá, situada no município de Biguaçu –SC, busca configurar-se a partir dos aspectos da educação diferenciada, respeitando e fortalecendo a cultura Guarani. Buscando verificar a situação das escolas indígenas no estado de Santa Catarina, utilizando **uma metodologia por amostragem, o projeto “Autogestão e processos próprios de aprendizagem – desafios para uma educação escolar indígena com autonomia” proposto ao Observatório da Educação Escolar Indígena**, Edital 001/2009 da CAPES/DEB/SECAD/INEP, pelo Laboratório de História Indígena/LABHIN e aprovado no âmbito do Programa de Pós Graduação em História da UFSC, elencou três escolas indígenas de educação básica, referentes aos três povos do Estado: Guarani, Kaingang e Laklãnō/Xokleng.

Tendo em vista que a pesquisa é centrada realidade da escola Wherá Tupã Poty Djá, da etnia Guarani, traçaremos um breve relato com alguns aspectos gerais sobre esta etnia e sobre a ocupação do território litorâneo catarinense por estes indígenas.

¹ Graduando do curso de História da UFSC e bolsista CAPES/MEC.
E-mail: brunowanderson@gmail.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Os Guarani derivam da nação Tupi-Guarani, estes últimos, oriundos das regiões amazônicas, migraram para regiões centrais e litorâneas por razões climáticas, demográficas e religiosas. O ramo Guarani, preferindo ambientes de clima temperado veio povoar a região das bacias platinas, espalhando-se por territórios que atualmente compreendem aos estados nacionais do Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia e sul e sudeste brasileiros. Sabe-se que eram excelentes horticultores, utilizavam o milho como base da alimentação, completando a produção com coletas, caça e pesca.

Ao contrário do que pensaram os primeiros conquistadores e colonizadores europeus, o guarani é um povo extremamente religioso, mais especificamente, é na sua religião que encontram as razões de sua existência. ***Os guarani se definem com o termo “AVA” que significa verdadeiros homens, eleitos dos deuses e marcados com o selo divino.***²

Para o guarani, religião e economia estavam estritamente ligados, cada fator dependia do equilíbrio do outro, e juntos determinavam a relação da aldeia com a terra. O fenômeno migratório é chave para os entendimento do cotidiano e da mentalidade guarani. Segundo Bartolomeu Meliá:

“o guarani mantêm dois tipos de relação com a terra. A terra o adapta, impõe-lhes condições e determina variações em seu modo concreto de viver: Há variações nos padrões de povoamento, na dimensão de suas aldeias e na densidade de sua demografia. A cerâmica é um dos produtos que registra logo as condições ecológicas: se há predomínio de milho ou se se depende mais da mandioca; se os cultivos permitem grandes excedentes para festa, ou se limitam a quantidades mais reduzidas de alcance pouco mais que familiar. Ao mesmo tempo, os guarani não se deixam determinar inteiramente pelo ambiente; eles buscam sua terra, da qual têm conhecimentos experimentais consideráveis: elegem ambientes aptos, escolhem determinadas paisagens, preferem

² MURARO, Valmir Francisco. ***O Jardim Ideal dos Ameríndios***. Professor doutor da Universidade Federal de Santa Catarina e co-autor do livro *O Guarani: uma bibliografia etnográfica*, Santo Ângelo, Fundames, 1987



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

determinadas formações vegetais onde podem assentar-se e cultivar.”³

Economicamente não era necessário o deslocamento, haja vista o fato de serem os guarani ótimos horticultores, aliás, no mais das vezes, os locais escolhidos para a fixação da aldeia possuíam condições materiais e ecológicas ideais para a manutenção de uma vida de grande fartura. Muraro observa que:

“terra boa para o guarani é aquela que permite a relação harmoniosa entre o econômico, o social e o religioso (solo, cultura e culto)” e continua : “o mal pode se instalar nas terras através de fatores climáticos, mas também através do homem, que ao cultivá-las destrói a floresta e esgota o solo e outros recursos naturais.”⁴

Quando é deteriorada a terra boa, o guarani parte em busca da terra sem mal, onde pode praticar plenamente seu modo de ser, caracterizado pela prática da reciprocidade.

A propriedade privada da terra era inconcebível ao guarani, a produção e obtenção do alimento e demais meios mantenedores da sobrevivência era coletiva. Segundo Meliá, *“é na aldeia onde se realiza a plenitude da vida guarani que é a festa e o convite. As circunstâncias que estraguem ou tornem impossível a festa serão o supremo mal da terra”*⁵

Os Pajés, também conhecidos como Xamãs ou Carai, eram os líderes religiosos, figuras de enorme prestígio e influência, assim como os caciques, possuíam grande eloquência, eram os símbolos da reciprocidade.

“os Xamãs e dirigentes guaranis são antes de tudo Nande-Ru – nossos pais – Oporaiva – Cantores – Yvyjara Ijara – Donos dos bastões rituais – Tesapyso – videntes, médicos..., aspectos de uma realidade que mostram como os homens da comunidade e os intérpretes da identidade. [...] A comunidade guarani se forma junto ao pai, que promove as condições para a reciprocidade generalizada, e junto ao Xamã, que ritualiza e representa a reciprocidade de palavras, sem as quais o convite seria apenas um comer em comum. [...] O Xamã guarani, pois,

³ MELIÁ, Bartolomeu. *REVISTA DE ANTROPOLOGIA*. São Paulo, 1990. p 35.

⁴ MURARO, Valmir Francisco. *O Jardim ideal dos Ameríndios..* Op., cit. p.10

⁵ MELIÁ, Bartolomeu. *REVISTA DE ANTROPOLOGIA*. Op., cit. p. 41.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

quando está identificado com o Teyy Ru, o pai da linhagem não assume necessariamente, e muito menos essencialmente, uma posição anti-social ou uma negação da **condição humana, como querem alguns**”⁶

Parte do Xamã a convocação para a migração, cabe a ele identificar e chamar seu povo para novamente partirem em busca da terra boa, quando a terra que ocupam esta entregue as mazelas. Meliá sintetiza perfeitamente a relação do guarani com a terra quando diz que:

“todos estes aspectos da terra, nos quais economia e sociedade se mostram indissolúvelmente relacionadas são, por sua vez, objeto de símbolos religiosos, reflexo de experiência religiosa. A terra para o guarani não é um deus, porém esta impregnada toda de experiência religiosa.”⁷

Assim sendo, para o guarani, estar a caminho, sempre em busca da terra sem mal, a *Tekora*, era fundamental ao estilo de vida, ao modo de ser guarani, melhor dizendo, o modo de ser guarani é caracterizado pela busca constante da terra boa, da terra sem mal onde a reciprocidade será sempre possível.

É pelas palavras que os Xamãs proferem quando estão em transe, quando usam do fumo e das suas bebidas fermentadas, que os guaranis fazem contato com o divino e vislumbram o caminho para a terra sem mal. Para fins explicativos, é indispensável citar que o uso de bebidas e tabaco era exclusivo para celebrações religiosas.

A importância destes agentes sociais foi comprovada na íntegra, por exemplo, pelos jesuítas quando da implantação dos aldeamentos conhecidos como Reduções. São os Xamãs considerados pelos próprios jesuítas os maiores opositores a assimilação da Fé Cristã católica. Tanto que Quando os jesuítas iniciaram a transformação da sociedade tribal indígena, ***todo o poder de seu ataque se voltou aos feiticeiros e rituais religiosos. Tratava-se de um conflito***

⁶ Idem. p. 41-42.

⁷ Ibidem. p. 38.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

*político entre lideranças de grande poder carismático.*⁸ Porém, do ponto vista prático, acredita-se que os guarani tenham sido cristãos superficiais, e que no íntimo e interior das florestas ainda praticavam suas crenças, assim como as praticam até hoje.

Em se tratando do ramo Mbyá, segundo estudos demográficos, concentraram-se basicamente nas regiões litorâneas do Sul e Sudeste brasileiro. Diz Sérgio Eduardo Carrera Quezada em sua dissertação *A terra de Nhanderu: organização sociopolítica e processos de ocupação territorial dos Mbyá-Guarani em Santa Catarina* que o termo Mbyá vem sofrendo modificações em sua interpretação, podendo representar **tanto o vocábulo “gente” como “estrangeiro” ou “aquele que vem de longe.”**

Os próprios Mbyá assim se definem em relação aos brancos e demais ramificações indígenas, mesmo as também Guarani.

Suas aldeias costumam estar separadas por grandes distâncias territoriais, causadas tanto pela fragmentação quanto pela desterritorialização dos espaços originalmente ocupados por estes grupos.

Outro ponto de difícil definição é quanto à demografia dos Mbyá Guarani. Em função da constante circulação entre as Tékoa, muitas em outros Estados ou Países, a definição de sua população em números fica prejudicada. Segundo o antropólogo Sérgio Quezada, os próprios Mbyá dificultam ao máximo seu censeamento por parte de sociedades brancas. Entretanto, em sua pesquisa, Sérgio em parceria com a Funasa, durante sua pesquisa estimou que a população Mbyá das Aldeias de Mbiguaçu, Massiambu, Morro dos Cavalos e Cambirela somavam em torno de 315 almas.

As evidências da ocupação Guarani do litoral catarinense são muitas, fervilhando sítios arqueológicos por todo o litoral, desde o que hoje seria São Francisco do Sul ao norte até as terras de Sombrio e Araranguá, ao Sul do

⁸ KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. p. 108.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Estado. Entretanto, ainda é ínfimo o conhecimento sobre as populações Mbyá dos séculos XVIII e XIX.

Sabe-se que houve tentativas de reproduzir em território catarinense os aldeamentos jesuítas, conhecidos por reduções, que obtiveram relativo sucesso em regiões paraguaias, uruguaias, argentinas e do Rio Grande do Sul.

É de conhecimento a tentativa de instituição de uma redução na região da Lagoa dos Patos catarinense, hoje município de Laguna, principalmente pela importância da região nas relações entre as Coroas Ibéricas. Entretanto, os Guarani do litoral catarinense, segundo indícios, empreenderam grandes fugas para regiões ermas do oeste do Estado, o mais distante possível da ação dos Europeus.

Os Guarani que não se submeteram as reduções ficaram conhecidos por monteses, por ficarem circulando nas florestas meridionais, tentando manter-se invisíveis aos colonizadores europeus e da melhor forma possível praticar suas tradições.

Entretanto, foi uma questão de tempo até a chegada dos imigrantes mesmo nestas regiões mais ermas, e aos Guarani tornava-se cada vez mais difícil manter o isolamento.

Assim sendo, gradativamente foi começado a acontecer o reaparecimento destes indígenas para o litoral. E a partir do século XX tal processo acelerou-se consideravelmente. Prova disso é o constante crescimento populacional dos aldeamentos situados na Grande Florianópolis.

Em Decreto de Lei sem número, datado de Cinco (05) de maio do ano de Dois Mil e Três (2003), assinado pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, regulamenta a posse de diversas áreas de ocupação indígena. Dentre outras em diversas regiões do país, figuram no presente decreto as terras das aldeias Guarani do Morro dos Cavalos e do Massiambu no município de Palhoça e da aldeia Mbiguaçu no município de Biguaçu.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A E.I.E.B Wherá Tupã Poty Djá foi Instituída em 1998, por reivindicação da própria comunidade. Atende atualmente cerca de 42 alunos da etnia Guarani, nos níveis fundamental e médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como qualquer escola da rede pública, ela apresenta diversos problemas, desde a esfera estrutural até a organização pedagógica. Por constituir-se como escola indígena, a instituição possui uma série de direitos segundo a Constituição Federal, quando esta propõe que:

“Com a constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas culturas e tradições. [...] instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos. [...] pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos e pela formação dos próprios índios para atuarem como docentes em suas comunidades. [...]“Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedade.”⁹

No que se tange a educação escolar indígena a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aborda a educação escolar para os povos indígenas nos artigos 32 quando diz assegurar *“às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”*¹⁰ E também nas disposições gerais, artigos 78 e 79, onde estabelece que é dever do Estado oferecer educação escolar bilíngüe e intercultural as comunidades indígenas, visando fortalecer aspectos culturais das etnias indígenas, dentre eles, as línguas maternas. Da mesma forma, a LDB também regulamenta que é dever do estado promover a capacitação de pessoal especializado, bem como a produção, publicação e distribuição de materiais didáticos específicos e diferenciados, de acordo com as necessidades de cada etnia.

⁹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

¹⁰ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Em se tratando de legislação estadual, segundo os Eixos Norteadores da Proposta Curricular de Santa Catarina

“Propõe-se uma escola indígena específica e diferenciada, construída a partir do diálogo, do envolvimento e do compromisso dos grupos indígenas como sujeitos do processo. Elementos pedagógicos como conhecimentos, planejamento, avaliação, calendários, distribuição espaço-temporal, regimentos... e outros deverão respeitar o processo educacional próprio de cada etnia. [...] A interculturalidade pressupõe troca, reciprocidade, solidariedade, interação e não mera convivência entre as diversas culturas. O processo de interação implica num profundo respeito pelas diferenças, rejeitando a pretensão da homogeneidade de idéias e atitudes e a supressão dos **conflitos.**”¹¹

Porém, do ponto de vista prático, esses direitos esbarram em uma série de questões, como o não cumprimento por parte do Estado e o não desenvolvimento de políticas públicas que visem garantir o cumprimento destas regulamentações.

Do ponto de vista prático, através do diagnóstico produzido pela equipe do Observatório da Educação Escolar Indígena, podemos verificar diferenças substanciais entre a E.I.E.B Wherá Tupã Poty Djá e as outras escolas indígenas englobadas pelo projeto. Enquanto a E.I.E.B Laklanō (Etnia Xokleng) e a E.I.E.B Cáciqre Vanhkrê (Etnia Kaingáng) têm seus quadros de funcionários e professores, preenchidos por indígenas com pelo menos uma graduação universitária, em sua totalidade, a escola Guarani divide este quadro entre indígenas e júruas (não indígenas). Sendo que entre os indígenas, apenas um dos professores está cursando 3º grau, enquanto os demais terminaram recentemente um curso de magistério indígena, promovido pela Secretaria de Educação do Estado. Este aparente atraso, em muito se deve ao fato do povo Guarani ter aceitado a presença de instituições escolares posteriormente aos outros dois povos, entretanto, sabe-se que a quantidade de cursos de capacitação para professores indígenas é mínima, e sua execução no mais das

¹¹ HENTZ, Paulo. *Eixos Norteadores da Proposta Curricular de Santa Catarina*. p. 93.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

vezes esbarra na vontade política dos ocupantes de altos cargos do Governo Estadual.

O prédio da escola é relativamente novo, tendo sido entregue a comunidade no ano de 2003, possui pavimento único e localiza-se em área de relevo acidentado em declive, tornando dificultosa a construção de novas instalações, a não ser em nível vertical. Toda via, passados sete anos, alguns pontos requerem manutenção urgente, e analisando o número crescente de alunos, novas instalações serão necessárias dentro em breve.

Sua formação arquitetônica representa uma “mão” com os “dedos” apontando para o leste. No imaginário Guarani, a mão é símbolo de cura e o leste representa uma orientação mística, que indica a terra sem mal, ou Yvy Marãey. Por toda a escola, é possível encontrar pinturas, nas paredes e muros, com elementos representativos da cultura e comunidade, como por exemplo, o coral da aldeia, a origem do mundo, entre outras representações.

Atualmente existem cinco salas de aula no colégio, equipadas por quadros negros, armários, ventiladores de teto, carteiras e cadeiras do mesmo modelo utilizado na rede pública estadual e janelas em boas condições. No entanto, com o aumento de turmas, após a instituição do ensino médio no ano de 2009, logo, o número de salas de aula será insuficiente para atender todas as turmas. A pequena biblioteca possui um acervo deficiente, sobretudo no que concerne a obras sobre a cultura Guarani. O Laboratório de informática do colégio ocupa este mesmo ambiente. A instituição conta com 9 computadores, 5 dos aparelhos destinados a utilização dos alunos, 3 aos professores e diretoria 1 para armazenamento e edição de vídeos produzidos na aldeia.

A cozinha é improvisada, em local que deveria funcionar como depósito, e, além disso, a merenda é repassada pelo município de Biguaçu, sem que sejam respeitados aspectos culturais Guarani. Ou seja, a escola recebe o mesmo tipo de abastecimento que o município destina as demais escolas da rede normal de ensino. Vale dizer que dentro da própria escola e por toda a terra indígena, encontramos diversas hortas e plantações de alguns gêneros alimentícios, que



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

poderiam ser utilizados como merenda escolar, sendo esta complementada com gêneros que não fossem produzidos ali.

Estas áreas de plantio também são utilizadas como locais de aulas práticas, tendo em vista o caráter profissionalizante do ensino médio recém implantado na instituição.

No aspecto pedagógico, a escola busca envolver a comunidade em suas atividades, desta maneira, o próprio edifício escolar adquiriu elevada importância, sediando reuniões e eventos indiretamente ligados a atividade escolar. Outro ponto positivo é a participação do Xamã, Senhor Alcindo Moreira, no dia-a-dia da escola, constituindo uma ponte entre os saberes escolares e os saberes culturais e étnicos Guarani. Além disso, o Guarani considera que todos os ambientes da terra indígena fazem parte da unidade escolar. Neste contexto, ganha destaque Opy (casa de reza) que é utilizada também como local de desenvolvimento educacional, além de grande centro de propagação da cultura ritualística, por demais característica desta etnia.

É na Opy que o Guarani vive seu modo de ser, e a forma como a educação escolar se desenvolve na aldeia é alvo constante de preocupação do Xamã Alcindo Moreira.

“A respeito da escola, seu Alcindo diz: “quando eu era jovem, índio não ia para a escola. Nós participávamos de reuniões na Casa de Reza, onde o pajé e os mais velhos passavam seus ensinamentos”. Aos professores da aldeia e do Programa, sempre aconselha no sentido de não deixarem a cultura tradicional morrer e que valorizem a língua Guarani, a roça, a família, os ensinamentos dos mais velhos. Considera importante a escola dentro da aldeia desde que ela tenha as características do povo Guarani, que ela não “estrague” o jeito Guarani de viver e conviver.”¹²

¹² ROSA, Helena Alpini da. *A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA NA COMUNIDADE GUARANI DE MASSIAMBÚ, PALHOÇA/SC – UM CAMPO DE POSSIBILIDADES*. Dissertação (Mestrado em História) História, Centro de Filosofia e Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis p.114



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Neste aspecto, a comunidade busca desenvolver, mesmo que sem grande apoio das esferas administrativas do Estado, uma educação escolar que abarque aspectos culturais. Neste sentido dois pontos são referenciais na busca de estabelecer pontes entre a educação escolar indígena e a educação tradicional guarani.

O primeiro foi a construção de uma trilha ecológica no entorno da escola. A comunidade aproveitou as características ambientais de onde está situada, e oferece a visitantes diversos como turistas estrangeiros, alunos de escolas particulares e públicas, universidades e afins, a oportunidade de andar por uma trilha em meio a resquícios preservados de mata atlântica, com algumas espécies devidamente identificadas e obviamente, sempre acompanhados de um guia, geralmente aluno da escola. É cobrada uma taxa de 5 reais por pessoa, e este dinheiro é destinado a ajudar o próprio guia e despesas da escola. Outro fator interessante, é que em determinado ponto da referida trilha, os indígenas estão construindo uma aldeia modelo, seguindo as tradições guaranis, buscando fazê-la de acordo com as tradições mais antigas.

O segundo elemento é a existência de um local apropriado, dentro do ambiente escolar, para a prática da roda do *petyngua*. Os alunos freqüentam tal roda duas vezes por dia, ao chegarem e ao saírem da escola. Este espaço de convivência faz parte do projeto de educação diferenciada seguido pela escola e consiste em um importante espaço educativo para troca de idéias e reflexão. O *petyngua* é um cachimbo pra fumar tabaco e seu uso se realiza em roda, onde a palavra é valorizada. Quem possui o *petyngua*, possui a palavra, e todos os outros se calam. É o momento onde o mais velhos falam e os mais novos escutam ou tiram dúvidas sobre a vida, a história, os mitos, a comunidade. É onde se mantém vivo o espírito do povo Guarani, constituindo um momento de socialização e diálogo intergeracional.

A roda de *petyngua*, inserida dentro da estrutura escolar, acaba por se constituir como importante elemento educativo da identidade Guarani, que salienta a importância da educação diferenciada. Na medida em que se



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

diferencia de padrões escolares básicos, como por exemplo, a proibição do uso **de substâncias “tóxicas”, no caso o tabaco, nas imediações da escola, a cultura se** sobrepõe à escola e é mais importante que esta. Uma vez que o uso do tabaco é sagrado, ele não pode ser interferido pela instituição escolar.

Desta forma, concluímos que existe uma intrincada relação entre educação tradicional e educação escolar no seio do ambiente escolar Guarani, da escola Wherá Tupã Poty Djá. Por um lado, o Estado marca presença, impondo de diversos modos padrões semelhantes aos que são determinados para a educação em escolas da rede pública comum. Por outro as lideranças indígenas, e entre estas podemos colocar os professores indígenas, atores que vem ganhando destaque no interior das comunidades indígenas em geral, buscam impor, mesmo a margem do apoio dos órgãos regulamentadores, uma educação diferenciada, que atenda algumas de suas ambições e desejos orientados pela valorização de sua cultura e língua materna.

Entendemos que a escola é um importante espaço de troca de conhecimentos entre as sociedades, no entanto, sua participação e importância dentro da comunidade Guarani do município de Biguaçu, quem busca determinar é a própria comunidade.

Por outro lado, verificamos a necessidade de criação de políticas públicas, por todas as esferas de governo, que visem garantir e ampliar os direitos propostos nos discursos legais vigentes, no que tange as centenas de etnias indígenas espalhadas pelo país. Se constantemente postulamos que o futuro do país reside na educação, cabe estender este futuro aos povos originários do continente, respeitando de forma concisa o direito destes povos de decidirem seus futuros, e, principalmente, reconhecendo definitivamente que os povos indígenas têm tanto ou mais a nos ensinar, do que nós a eles.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Referências Bibliográficas:

HENTZ, Paulo. *Eixos Norteadores da Proposta Curricular de Santa Catarina*.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

MELIÁ, Bartolomeu. *REVISTA DE ANTROPOLOGIA*. São Paulo, 1990.

MURARO, Valmir Francisco. *O Jardim Ideal dos Ameríndios*. Professor doutor da Universidade Federal de Santa Catarina e co-autor do livro *O Guarani: uma bibliografia etnográfica*, Santo Ângelo, Fundames, 1987.

ROSA, Helena Alpini da. *A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA NA COMUNIDADE GUARANI DE MASSIAMBU, PALHOÇA/SC – UM CAMPO DE POSSIBILIDADES*. Dissertação (Mestrado em História) História, Centro de Filosofia e Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo, EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SCHALLENBERGER, Ernelo. Anais – 1ª Jornada da Cultura Missioneira. Conflitos coloniais e as missões: Uma avaliação das estruturas sócio-econômicas do Paraguai (séculos XVI e XVII), Santo Ângelo, Fundames 1985.

QUEZADA, Sérgio Eduardo Carrera. A Terra de Nhanderu: organização sociopolítica e processos de ocupação territorial dos Mbyá-Guarani em Santa Catarina, Brasil. 2007. 161 f. Dissertação (Mestrado em antropologia). Universidade federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2007.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A COMPLEXIDADE PRODUTIVA NAS ESTÂNCIAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Bruno Gato da Silva¹

Jaqueline Ferreira Pes²

Saul Eduardo Seiguer Milder³

Este trabalho faz uma abordagem das diversas atividades econômicas presentes numa estância da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, tomando por base a análise dos artefatos metálicos escavados nas variadas intervenções arqueológicas realizadas no Sítio Estância Velha do Jarau. Utilizando assim da arqueologia e de dados historiográficos renovados, para questionar as antigas definições a respeito do modelo estancieiro estabelecidas pela historiografia tradicional.

No continente americano o estudo da arqueológica é tradicionalmente dividido em pré-histórico e histórico, tomando por base de diferenciação a presença ou não de escrita como fator determinante. Sendo assim os povos nativos acabam por serem classificados como pré-históricos, e os europeus acabam desta maneira sendo considerados como históricos.

Esta divisão além de refletir uma visão extremamente tradicional de história, mostra-se atrelada a uma concepção eurocêntrica fortemente preconceituosa, pois subjuga os grupos nativos a ponto de considerá-los como sem história, apenas por não possuírem escrita. Evidentemente esta divisão não leva em conta que os grupos indígenas possuem sim história, e que esta é passada de forma oral de geração em geração.

¹ Graduando em História na Universidade Federal de Santa Maria.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria/RS; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria.

³ Prof. ^o Dr. do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria/RS e Arqueólogo coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Além disso, o próprio termo “Arqueologia Histórica” a meu ver acaba por refletir uma secundarização da arqueologia como ciência auxiliar da história. Como se todo o conhecimento arqueológico devesse ser enquadrado em um período cronológico, como faziam os arqueólogos seguidores da abordagem histórico-cultural. Onde de acordo com Orser:

Tal vez la más larga tradición en la arqueología de América sea el análisis de los restos materiales como fuentes de información histórica, o más precisamente cronológica, sobre el pasado. Este tipo de abordaje arqueológico fue llamado **“histórico-cultural”** por Gordon Willey y Philip Phillips (2000, p. 49-51).⁴

Devido a estes fatores, prefiro não utilizar o termo arqueologia histórica nesta produção, devido a seu caráter eurocêntrico e histórico cultural.

Existe uma historiografia tradicional que aborda a propriedade estancieira da fronteira oeste do Rio Grande do Sul como sendo um núcleo de pecuária extensiva por excelência. Esta visão permaneceu por muito tempo intocada, porém uma série de estudos e trabalhos vem sendo realizados desde as últimas décadas do século XX, tentando desmitificar esta e outras visões a respeito da propriedade estancieira, como por exemplo, os de Cardoso e Osório. Essas novas abordagens mencionam a presença da agricultura juntamente com outras atividades econômicas, em estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, além da presença marcante de escravos na produção juntamente com mão de obra assalariada. Segundo Osório:

...o fato de que mais da metade das “estâncias” (definida por nós como unidade produtiva com mais de cem cabeças vacuns), eram na verdade estabelecimentos mistos, dedicados simultaneamente à pecuária e a agricultura (especialmente do trigo e da mandioca); uma forte presença de mão-de-obra escrava, não só na agricultura, mas também pecuária e finalmente, que grande parte dos “lavradores” eram também,

⁴ Talvez a maior tradição na arqueologia americana seja a análise dos restos materiais como fonte de informação histórica, ou mais precisamente cronológica, sobre o passado. Este tipo de abordagem arqueológica foi chamada histórico-cultural por Gordon Willey e Phillips.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

pastores criadores de pequenos rebanhos de gado (OSÓRIO, 2005, p. 2).

O termo *estância*, de origem espanhola, é utilizado apenas no sul da América Latina, servindo para denominar aquelas propriedades onde se desenvolvia a pecuária, diferentemente do termo *Hacienda*, largamente utilizado no restante da América espanhola que remete a áreas tanto de criação como de lavoura. Já em de terras de domínio português o termo utilizado era fazenda, que designa aquelas propriedades onde se praticava agricultura e a pecuária. Porém no momento da apropriação das terras abaixo de Laguna pelos lusos foi se popularizando a utilização do termo *estância*, devido à influência castelhana já presente na região para denominar as terras de criação de gado **bovino. Segundo Osório (2008, p.103) “os portugueses que foram ocupando os territórios abaixo de laguna, rapidamente incorporaram o vocábulo espanhol com esse significado”.**

Mesmo havendo a apropriação deste termo, por longo tempo muitos dos proprietários portugueses que foram se assentando continuaram com a estrutura produtiva característica de uma fazenda, dedicando-se assim a variadas atividades econômicas como as criações de gado bovino, cavalar, ovino e muar, conjuntamente com a agricultura. Somente a partir de meados do século XIX e ao longo do século XX o termo *estância* começa a tornar-se denominação exclusiva para a propriedade de criação extensiva de gado bovino. Provavelmente este processo esteja associado aos conflitos de independência no Prata, que acabaram por desorganizar a estrutura produtiva e comercial da região. Também podemos associar esse fator a questão do desenvolvimento da identidade regional no Rio Grande do Sul e nos países do Prata, pois ao longo da segunda metade do século XIX, exaltou-se a figura do gaúcho ou *gaucho*, que a partir do cerceamento dos campos teria supostamente passado de uma vida quase nômade, a de peão de *estância*, idealizando-se assim as relações sociais entre peão e patrão.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

É através dos estudos arqueológicos no Sítio Estância Velha do Jarau, que está localizado próximo ao município de Quaraí (Figura 1), divisa com a cidade uruguaia de Artigas, que foi possível fazer uma análise das atividades desenvolvidas na estância. Pois a materialidade resgatada, nos permite uma análise do cotidiano do local diferente daquela das fontes escritas, servindo assim como um outro ponto de vista para questionar afirmações anteriormente elaboradas, e produzir novos debates a respeito dos mais variados contextos. Pois a cultura material possibilita reconstituir uma esfera mais ampla a respeito do modo de vida e o cotidiano de determinado grupo atingindo o patamar das variadas relações humanas.



Figura 1: Localização do município de Quaraí.
Retirada de Suertegaray (1998).

A Estância Velha do Jarau é uma propriedade bastante conhecida na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, por ter pertencido a Bento Manoel **Ribeiro**, e ser palco da lenda da “**Salamanca do Jarau**”. Popularizada pelo escritor Simões Lopes Neto no livro *Contos Gauchescos* e que ainda nos dias de hoje povoa o imaginário da população local, dando um caráter místico a região.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A estância teve suas primeiras estruturas construídas por volta de 1817, e sua decadência na primeira década do século XX, onde devido a um incêndio e a construção de uma estrada próxima ao local foi abandonada. Ao longo do seu tempo de funcionamento pertenceu basicamente a três proprietários, Maneco dos Santos Pedroso, Bento Manuel e Olivério Pereira respectivamente. Ambos foram reconhecidos chefes militares que utilizavam de suas propriedades como verdadeiras fortificações, inseridas em um contexto de limites incertos e trocas culturais.

Devido ao seu posicionamento estratégico na região de fronteira com o Uruguai, serviu como ponto demarcador dos limites, pois se localizava na base do Cerro do Jarau, que proporcionava uma ampla e privilegiada visão da região fronteiriça, podendo-se facilmente perceber o deslocamento de tropas inimigas, **servindo como “mangrullo”⁵ natural. De acordo com Thomasi “...a escolha de instalar-se aos pés do Cerro do Jarau (Figura 2), não foi aleatória, a segurança e os recursos naturais que o espaço proporciona foram preponderantes para a escolha” (2008. p.31). E também por ser uma propriedade de grande porte e diversas atividades serem realizadas em seu interior, acabava por possuir grande contingente de trabalhadores livres e escravos, que serviam como linha de frente para repelir as investidas “castelhanas”.**

⁵ Nome dado antigamente para torres construídas de troncos, utilizados em fortificações como posto de vigia.



Figura 2: Vista do topo do Cerro do Jarau. Acervo LEPA-UFSM

Esta Estância sempre serviu como exemplo do modelo tradicional de representação, pois possuía grandes rebanhos de gado bovino e cavalariço, como **relata Pont: “diziam que nela cabiam mil cavalos de uma só vez” (1983, p.175)**, possuindo também um forte caráter militarista.

Contudo através da arqueologia, pode-se por meio da materialidade **resgatada no local, contestar certos preceitos “consagrados” pela historiografia tradicional** a respeito das estâncias. Com o intuito de questionar e refletir **entorno de fatos tidos como “verdadeiros”, é que o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**, realiza intervenções arqueológicas em algumas estâncias do município desde 1997, através do Projeto Salamanca.

No caso particular da Estância Velha do Jarau, os objetos escavados puderam revelar uma diversidade de atividades produtivas realizadas no período de seu efetivo funcionamento, como criação de gado bovino, cavalariço, ovino, muar, e agricultura. Ao longo das diversas escavações realizadas no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, foram evidenciados diversos artefatos, que revelam características específicas sobre aquele cotidiano fronteiriço. Dentre os materiais encontrados estão, ossos (vestígios alimentares), vidros,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

louças, metais, e inclusive material lítico, indicando uma ocupação indígena na área, anterior a ocupação colonial.

Foram analisados para esta produção especificamente os resquícios metálicos, este material possui suas particularidades devido ao fato de necessitar um processo de limpeza e acondicionamento diferenciado de outros materiais. Pois este passa por muitas ações degradativas, como a umidade, a acidez do solo, e posteriormente, quando escavado, a oxidação.

Ao ser analisada, a tralha metálica⁶, certos aspectos saltam aos olhos, como por exemplo, a grande quantidade de estribos, esporas e ferraduras dos mais variados modelos, confirmando as atividades referentes à criação de gado *vacum* e cavalos.

A presença de ferradura para mula demonstra que a criação de muares fez-se presente na economia desta estância, mesmo tendo perdido significante relevância pós 1780, período de auge destas tropas. No sul, a criação de mulas começou a enfraquecer, devido ao aumento das criações próximas a Minas Gerais (principal centro consumidor) e ao crescimento das charqueadas, que conseqüentemente impulsionaram ainda mais o consumo de gado *vacum*, e a desvalorização dos muares.

Além dos materiais acima, foram encontrados fragmentos de tesoura de “esquila” (Figura 3) nos levam a admitir a criação de ovinos no local. Essa atividade foi considerada por Osório como uma atividade complementar para os grandes e médios criadores, sendo raro entre os pequenos proprietários.

⁶ Segundo Gomes, Cezar e Milder, “a designação “tralhas” na abordagem sobre os metais refere-se a objetos que não possuem mais um valor utilitário, mas quando recuperados em escavações retornam a sociedade como documento arqueológico” (CEZAR, MILDER, GOMES, 1997, p.14).

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**



Figura 3: Fragmento de tesoura de esquila. Acervo LEPA-UFSM

Mas dentre as ferramentas escavadas no sítio também foram encontrados diversos pedaços dos mais variados modelos de arado-de-boi e foices (Figura 4), que demonstram que esta estância estava inserida num contexto produtivo e comercial muito mais amplo. Conforme Osório:

Os bois mansos, utilizados como animais de tração para carretas, atafonas e arados, são indicativos da prática de agricultura e estavam presentes em 87% das estâncias. Mais da metade delas possuía carros ou carretas, necessários ao transporte da produção. Foices de trigo e arados, instrumentos pouco comuns em outras regiões da América portuguesa, existiam em aproximadamente um terço das unidades produtivas (2007. p. 162).



Foto 4. Fragmentos de arado e foice. LEPA-UFSM

Não se identificou artefatos referentes a presença de suínos no local, confirmando sua escassa produção na região, pois esta se popularizou na região de colonização alemã.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Deste modo, assim como Osório relata em seus trabalhos a diversidade produtiva nas estâncias, a Estância Velha do Jarau, mostrou por intermédio da materialidade escavada possuir uma produção bastante complexa. Supera-se desta forma as abordagens da historiografia tradicional a respeito da produção nas estâncias rio-grandenses, pois a Estância do Jarau mostra, através da materialidade, características multi-produtivas herdadas das estâncias dos séculos anteriores.

Além disso, as estâncias que possuíam várias atividades econômicas não precisavam recorrer tão frequentemente ao mercado para suprir suas demandas internas, sendo assim menos dependentes do que as com produção exclusivamente pecuária. Nem sempre a criação de gado *vacum* foi predominante nestas propriedades, seu aumento é decorrente da decadência da criação de outros animais, que tiveram significativo papel econômico no passado. Um exemplo disso foi a queda da criação de muares no Rio Grande do Sul que está associada a um aumento da criação destes animais em outras regiões mais próximas de Minas Gerais, como em São Paulo, mais próxima do principal centro consumidor.

Desta maneira as pesquisas arqueológicas trazem novos questionamentos, ajudando desta forma com a renovação historiográfica, quebrando assim com antigas proposições tradicionais.

Referências

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do RS*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CEZAR, Ted Henrique da Silva; GOMES, Flamarion Freire da Fontoura; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. Know-how para tratamento químico de metais em arqueologia e leitura histórica dos artefatos arqueológicos de metal da guarda de São Martinho. In: *Revista do CEPA*, V.21, n.25.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.
- OSÓRIO, Helen. *Fronteira escravidão e pecuária: O Rio Grande do Sul no período colonial*. Porto Alegre: PUCRS 2005.
- OSÓRIO, Helen. *Império português no sul da América: estancieiros, lavradores, comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PONT, Raul. *Campos Realengos – A formação da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença, 1983
- OLIVEN, Ruben George. Rio Grande do Sul: Um só estado várias culturas. In.: *Expressões da cultura gaúcha*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.
- THOMASI, Diele Ilha. *Metais da Estância Velha do Jarau-Quarai-RS: Uma análise do cotidiano de uma estância na Fronteira Brasil-Uruguaí no século XIX através da arqueologia histórica*. Erechim: 2008.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

MÁSCARAS, BONECAS E PINTURAS, SEU USO COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Camila Alves Corrêa¹
Gilvan Moraes²

Introdução

Este trabalho é um relato da experiência como bolsistas do Subprojeto “História & Educação: os meandros do ensino formal, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) na Universidade Federal de Santa Maria. O artigo refere-se a três temáticas de oficinas realizadas no período de 2010 desenvolvidas pelos bolsistas graduandos do curso de História. As oficinas são um exemplo das atividades que visam o ensino de História e provocação para temas atuais, através de estratégias diferenciadas das utilizadas em ambiente escolar. As atividades vêm sendo desenvolvidas em conjunto com a Escola Estadual Edna May Cardoso, na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul.

O projeto teve início no mês de Maio de 2010 e tem como objetivos a aproximação de futuros licenciados a realidade das escolas, a sim como, o ensino de História através de estratégias diferenciadas, como a utilização de oficinas. Estas oficinas além de agirem como uma estratégia de ensino visa também instigar os participantes para seu papel como sujeitos históricos ativos **“ao invés de ser simples espectador, acomodado, as prescrições alheias que, dolorosamente ainda julga serem opções suas”.** (Freire)

¹ Autora: Acadêmica do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria e bolsista do **Subprojeto “História & Educação: os meandros do ensino formal, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID/ UFSM**, email: camilas_correa@hotmail.com

² Co Autor: Acadêmico do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria e bolsista do **Subprojeto “História & Educação: os meandros do ensino formal, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID/ UFSM**, email: gilvan.smoraes@gmail.com



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Os temas abordados nas oficinas não cumprem necessariamente a grade curricular aplicadas nas escolas, abordando muitas vezes temas transversais que deveriam perpassar todas as disciplinas, mas, que muitas vezes são negligenciados por não fazerem parte das temáticas cobradas para o ingresso no ensino superior. Os temas abordados partem do interesse/cotidiano dos participantes a fim de instigá-los e sensibiliza-los para o ensino de História. As **práticas e temáticas são desenvolvidas “com” os participantes e não “para” os participantes das oficinas, como uma alternativa para que o “ensino” da História faça de fato algum sentido** como Paulo Freire evidencia neste trecho:

Como aprender a debater e discutir com uma educação que impõe? Ditamos idéias. Não trocamos idéias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe proporcionamos meios para um pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção. (FREIRE, 1975, p. 96 -97).

Outras características das oficinas relatadas é que não possuíam seriação e sua participação não foi obrigatória, ficando abertas a quem pudesse interessar, nas atividades desenvolvidas mesclam-se alunos do ensino fundamental e médio. Também não havia um **escript** gessado a ser cumprido, através do diálogo/discurso que se estabelece com os participantes a oficina pode tomar rumos inesperados, possibilitando evidenciar novos temas a serem **abordados em outras oficinas, como Pey evidencia “tudo pode acontecer”:**

É exatamente este “tudo pode acontecer” que potencia a romper as regras do jogo da produção de conhecimento, ou seja, olhar por onde não se viu, trazer a luz pontos de vista considerados insignificantes, indesejáveis, tortos, pequenos, mesquinhos, perguntar aquilo para o qual não se tem resposta nem provisória, especular como as coisas chegam a ser como são e por quê. (PEY, 2000).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Oficina de Máscaras

A oficina de máscaras originalmente iniciou com a proposta de abordar a História do Carnaval a partir da Idade Moderna, como perpetuação de antigas festas pagãs. Para isso, no primeiro encontro cada participante ao entrar na oficina utilizava uma máscara de papel onde continha uma opinião referente ao carnaval atual e a partir desta o participante se posicionava contra ou favor, justificando-se. Ao mesmo tempo eram confeccionadas as primeiras máscaras, feitas com atadura gessada sobre o rosto dos participantes. A intenção de discussão era a problematização referente aos comportamentos excessivos que se costumam observar em festas carnavalescas. Por que estes excessos são permitidos em um determinado período e depois deste tempo são negados? Porque a necessidade de inversão de papéis e porque esta é permitida durante uma semana?

Percebemos que a confecção de máscaras possibilitava a abordagem de outros temas, já que o uso destas assume funções diversificadas em diversas sociedades. A fim de apresentar a pluralidade da arte de confecção de máscaras em outras sociedades foi elaborada uma apresentação com imagens. A compilação das imagens abrangia a arte produzida na antiguidade, como Egito, Grécia e Roma, com funções religiosas, espetáculos teatrais e proteção militar, respectivamente. Além disso, foram mostradas máscaras do período medieval utilizadas como método de proteção contra a peste negra. Também foram apresentadas máscaras indígenas, africanas e de povos pré-colombianos, como olmecas, maias, astecas, mochicas e Incas, geralmente vinculadas a rituais religiosos.

O que mais nos chamou a atenção na oficina de máscaras extrapola o ensino de história, como mencionado anteriormente às oficinas não possuem divisão por faixa etária, como no ensino tradicional, nelas se misturaram crianças do ensino fundamental de sete anos até adolescentes de 18 anos onde ambos se articularam em uma troca de saberes. A construção das máscaras possibilitou uma integração de vários indivíduos que aparentemente não

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

tinham muito em comum, mas que para a construção do interesse de ambos, necessitavam confiar um no outro, já que, o ato de elaboração das máscaras o **sujeito ficava a “mercê” dos outros participantes**, e este ficava completamente cego pela atadura gessada. Na medida em que os primeiros participantes iam aprendendo a técnica da construção de máscaras estes logo iniciavam na confecção dos que estavam chegando, sem necessitar na maior parte do tempo da intervenção direta dosicineiros.

A oficina de máscaras tinha seu tempo de desenvolvimento previsto para dois encontros de duas horas de duração, porém, devido ao interesse iniciou no dia 21 de agosto de 2010 e entendeu-se até dia 25 de setembro de 2010, tendo gerado sete encontros de duas a três horas de duração. Nas máscaras criadas pelos participantes foram impressas seus gostos e valores, através dos desenhos, símbolos e suas cores que fluíram com liberdade de criação, sendo protagonistas da oficina, evidenciando-se assim os sujeitos históricos.



**Imagem 1- Máscara confeccionada por aluno.
Autoria: Rafael Wilhelm**



**Imagem 2- Máscara confeccionada por aluno.
Autoria: Rafael Wilhelm**

Oficina de Bonecas Abayomis

As oficinas de bonecas de pano tiveram como inspiração o trabalho realizado pela artesã e militante do Movimento de Mulheres Negras, a maranhense Lena Martins. Em meados da década de oitenta, Lena criou a boneca de pano negra batizada de Abayomi, que em iorubá designa "encontro precioso". A artesã encontrou na prática de bonecas artesanais negras uma forma de conscientização e fortalecimento da auto-estima de afro-brasileiros.

A atividade de confecção de bonecas Abayomis representa uma alternativa que permite de forma bastante agradável e lúdica o cumprimento da Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Juntamente com o cumprimento da nova lei a oficina de bonecas foi ao encontro dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais no eixo de Pluralidade Cultural:



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.(1997).

A oficina de confecção das bonecas Abayomis possibilitou explorar alguns aspectos como padrões de beleza, para isso foi levado algumas bonecas de produção industrial como barbies e bebês, todos brancos e de olhos azuis que ficaram em exposição na sala de aula juntamente com as seguintes problematizações: Existem padrões de beleza? Como podemos perceber a imposição de padrões de beleza?

As bonecas abayomis causaram comentários como: “eu nunca vi uma boneca preta”, “fazer uma boneca preta?” Estas observações nos fazem perceber e reafirmar que infelizmente ainda existem negações e espanto diante de belezas de outras etnias, demonstrados neste caso através de muitos brinquedos, que seguem padrões eurocêntricos. Outro aspecto que pode ser abordado com esta atividade referia-se ao material utilizado, as bonecas são feitas a partir de retalhos, material que provavelmente seria descartado, fazendo com que das sobras surjam novas possibilidades, novos mundos, o lixo não como um fim, mas como um começo de um novo ciclo.

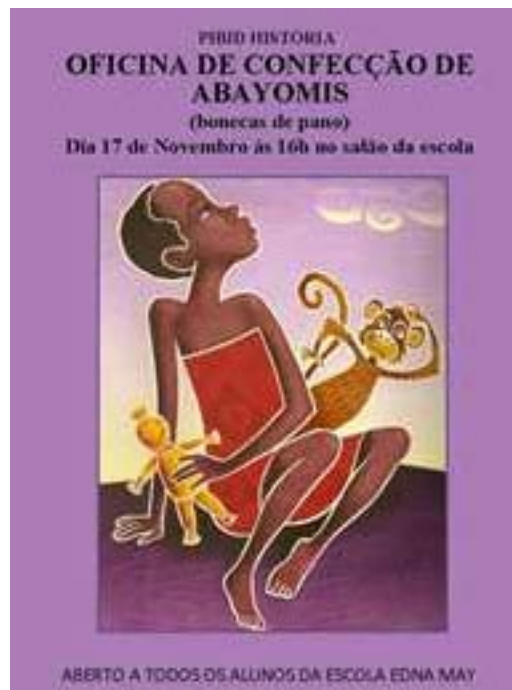
A essência da boneca abayomi criada por Lena Martins é descrita por **Silva como “uma peça artística, lúdica, afetiva e política” (2008) tem o poder de se tornar um exemplo de incentivo e valorização da cultura afro-brasileira, se presta também para demonstrar através de analogia a História africana no Brasil, uma História de ” retalhamento, reatamento, refazendo, recriando suas experiências e saberes”.**

Esta atividade, de confecção de bonecas de pano negras foi realizada durante sete encontros no ano de 2010, distribuídos nas respectivas escolas onde o PIBID História atua, Edna May Cardoso e Rômulo Zanque. No início do



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

ano de 2011 a oficina de bonecas foi realizada novamente como uma estratégia de integração entre calouros e veteranos do curso de História da UFSM, assim como incitar a discussão dos futuros docentes sobre a nova regulamentação para o ensino de História nas escolas. Abaixo imagem de um dos cartazes de divulgação e algumas oficinas:



**Imagem 3- Cartaz de divulgação de oficina.
Autoria: Camila Corrêa**

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*



**Imagem 4- Oficina de bonecas Abayomi.
Autoria: Rafael Wilhelm**



**Imagem 5 e 6- Oficina de bonecas Abayomi.
Autoria: Rafael Wilhelm**



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Oficina de Pintura

A oficina de pintura foi planejada para ocorrer no evento PIBID NA ESCOLA, na escola Edna May Cardoso no ano de 2010 e ocorreu com base nos discursos/desejos manifestados pelos alunos quando consultados sobre qual atividade gostariam de realizar. A oficina teve como proposta a dinâmica de releituras das obras da artista Tarsila do Amaral. A escolha desta pintora se deu em função de sua obra Abaporu, que foi geradora do Movimento Antropofágico na primeira metade do século XX.

A antropofagia como movimento cultural teve como proposta a idéia de absorção/deglutição de uma cultura exterior, mesclando-se a cultura norte americana e européia, aliada a cultura ameríndia e africana, para que a partir destas surgissem novos produtos que representassem autenticidade. A oficina de pintura tentou seguir a proposta do Movimento Antropofágico, inspirado na obra Abaporu (em tupi-guarani, o homem que devora). Os participantes entraram em contato com as obras da artista que foram impressos em papel A3 coloridos e expostos em torno da sala, simulando uma galeria. Foi solicitado que criassem releituras das obras a partir de suas vivências, incitados pela pergunta O QUE VOCÊ DEVORARIA?

A partir desta proposta explorou-se também conceito de antropofagia praticado por algumas tribos e questões sobre gênero já que a vida pessoal da artista é marcada por comportamentos, (sua inserção no mundo artístico e vida pessoal marcada por sucessivos casamentos e divórcios) pouco aceitos para a época. A possibilidade de abordagem da sexualidade na escola vem também ao encontro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo um dos Temas Transversais a Orientação Sexual. A oficina contou com a participação de aproximadamente vinte cinco pessoas, onde a grande maioria desconhecia a existência da artista, causando assim certo estranhamento em relação as suas obras.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Os participantes posicionaram-se em grupos, que receberam folhas de desenho, lápis, borracha, pincéis e bisnagas de tintas acrílicas. A forma como se deu a organização da oficina proporcionou que os participantes executassem a proposta de forma coletiva. A atividade teve uma forte aceitação e deu origem a várias pinturas que foram expostas.



**Imagem 7- Releituras das obras de Tarsila do Amaral.
Autoria: Rafael Wilhen**

Considerações Finais

A proposta das oficinas não é a de dar respostas prontas como fórmulas e sim incitar a reflexão partindo da implantação da dúvida, para que os participantes cheguem a novas respostas ou a novas desconfiças que os movimentarão a novas reflexões e que assim o pensamento permaneça vivo, em movimento para novas descobertas.

Para que as oficinas, assim como para que o ensino de História em qualquer ambiente tenha algum êxito, isto é, o envolvimento/interesse almejado e as vezes idealizado, é necessário à identificação dos participantes, só assim a História fará sentido, pois se não, ficaremos no repasse de curiosidades e informações estéreis.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Acreditamos que a principal contribuição das oficinas criadas a partir do projeto PIBID, além de nos colocarmos desde já na realidade de uma escola, seja mostrar que novas abordagens na educação são possíveis, e ao que compete a História esta pode tornar-se mais divertida em oposição ao ensino tradicional, muitas vezes enfatizando a mera reprodução de eventos políticos, datas e personagens.

Referências

- BRAGA, Ângela; REGO, Lígia. **Mestres das artes no Brasil**. Tarsila do Amaral. [S.l.]: Moderna, [19--?] Disponível em: <http://literatura.moderna.com.br/catalogo/encartes/85-16-02205-6.pdf> Acesso em: 15 nov. 2010.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.243-277.
- CORRÊA, Guilherme. **Oficinas: Novos Territórios em Educação**. In: Pey, M. O. (org.). *Pedagogia Libertária – Experiência Hoje*. São Paulo, Imaginário. 2000.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PEY, Maria Oly. **Esboço para uma história da escola do Brasil**: algumas reflexões libertárias. Rio de Janeiro: Achime, 2000.
- SILVA, Sonia Maria da. **Experiência Abayomi**: cotidianos: coletivos, ancestrais, femininos, artesanando empoderamentos. Orientadora: Regina Leite Garcia. Niteroi-RJ/UFF, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

‘QUIS UT DEUS?’ RITUAL E SIMBOLOGIA: ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS NA ROMARIA DE SÃO MIGUEL

Camila Guidolin¹

1. Introdução

O artigo elabora-se como seqüência de outros dois estudos referentes à mesma Romaria. No primeiro procurei analisar aspectos que a caracterizavam como uma manifestação da religiosidade popular, restaurando assim, para possibilitar a análise, os primórdios historiográficos que remetiam à construção da primeira capela em homenagem ao arcanjo em Passo Fundo num contexto político-social envolvendo a Guerra do Paraguai – evento esse, onde teriam participado os ‘descobridores’ da imagem, escravos Generoso e Isaías² - bem como as tensas relações entre os grandes possuidores de terras e seus cativos negros nessa época³. Com isso, procurou-se estabelecer um trânsito entre a suposta ligação dessa conjuntura com a consolidação do evento na cidade e os fatores possíveis que corroboraram para essa efetivação.

Um novo aspecto elaborado voltou-se para a Romaria de São Miguel na sua identificação como um representante do Patrimônio Imaterial, nesse caso, com caráter religioso, visualizado no conjunto expressivo de tradições e representações locais⁴. Sobre esse aspecto, os patrimônios tidos como imateriais ou intangíveis, não se pretendem tombados. A grande preocupação está em

¹ Graduanda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista de Iniciação Científica do projeto *Religiões e Religiosidades em Passo Fundo*. Email: cami.mia@hotmail.com

² OLIVEIRA, Francisco Antonio Xavier. **Annaes do município de Passo Fundo: aspecto cultural**. Passo Fundo: EDIUPF, 1990, p. 221-223.

³ GUIDOLIN, Camila. O Guerreiro Arcanjo e o Guerreiro Escravo: Um Templo em Pinheiro Torto - Artigo produzido para a disciplina de Metodologia da Pesquisa Histórica – 2010/02, coordenada pelo Prof. Dr. Astor Antônio Diehl

⁴ GUIDOLIN, Camila. WINTER, Murillo Dias. ZANOTTO, Gizele. Plasticidade Ritual: um estudo de caso das romarias de Passo Fundo. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). Ainda sem título, previsto para ser lançado em dezembro de 2011.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

obter o registro e poder acompanhar essas práticas, nos seus movimentos de continuidade e transformação⁵. Como significante das perspectivas dos grupos sociais e como um bem de comum relação, a Romaria caracteriza-se, inclusive, por sua transmissão de significados sociais e pela construção de redes de comunicação entre os indivíduos que dela participam ou estão, de alguma forma, envolvidos⁶.

Enfim, para demonstrar a diversidade de perspectivas que puderam ser elaboradas tendo como pano de fundo a citada Romaria, destaco o trabalho de Jacqueline Ahlert⁷, cujo direcionamento de pesquisa esteve relacionado à própria imagem do Arcanjo como exemplo de estatuária sacra, sua importância por constituir uma representação artística missioneira e suas origens como remanescente da produção indígena/guarani sul-riograndense. Expostas todas essas críveis abordagens, parto para a proposta específica desse artigo, qual seja, a de analisar os aspectos rituais que constituem a Romaria e Festa de São Miguel Arcanjo em Passo Fundo, contemporaneamente, destacando as representações simbólicas como elaborações necessárias para a manutenção da prática religiosa. Seguramente este estudo não exclui todos os outros já citados, ao contrário, interage com eles, cruzando-se em perspectivas e significados e evidentemente prevê uma elaboração ainda mais cuidadosa, a fim de possibilitar a inserção de maiores pontos de convergência e análise.

2. Origens da Devoção ao Arcanjo Miguel

A tradição oral consagrou a história da ermida construção, aos escravos **Generoso e Isaías, esses ‘pertenciam’ a Bernardo Castanho da Rocha, morador**

⁵ Sobre Patrimônios Imateriais ver: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio - Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

⁶ Uma abordagem dos aspectos culturais e das relações de interação entre os sujeitos e suas manifestações, pode ser visto em: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

⁷ AHLERT, Jacqueline. São Miguel Arcanjo: Arte Missioneira em Passo Fundo. In: **Anais Eletrônicos do IV Seminário de História Regional**. Passo Fundo, 2010



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

da vila de Passo Fundo e grande fazendeiro, e teriam trazido a imagem quando da volta da guerra do Paraguai onde lutaram como praças do 5º corpo de cavalaria da Guarda Nacional. O primeiro deles foi ferido e teve uma perna amputada em consequência da participação na guerra. Ao regressarem teriam passado pelas imediações das ruínas do povo jesuítico de São Miguel e encontrado uma estátua do Arcanjo do mesmo nome, trazendo-a para Passo Fundo.

Na chegada a Pinheiro Torto (atual distrito de Pulador) Generoso empreendeu a construção de uma capela para abrigar a imagem do Arcanjo. Essa primeira construção foi posteriormente substituída por outra maior e logo realizada a primeira festa de São Miguel.⁸ Reconhecemos na construção da capela e na realização da primeira festa, inúmeras interpretações. Essas indicações mostram-se um tanto imprecisas por se tratarem principalmente de relatos orais secundários. Os primeiros registros sobre a história da ***Capela São Miguel Arcanjo*** encontram-se nos escritos de Antonino Xavier. Em seus ***Annaes*** encontramos a seguinte referência:

Tal a história da poética ermida em que, anualmente, no dia próprio, se repete a tradicional festa em referência, a qual atraindo, desta cidade e mais pontos vizinhos, romeiros de todas as classes, uns a pé, outros a cavalo e outros, o maior número talvez, em veículos de toda a sorte, desde a lenta e velhíssima carreta de bois, até o veloz e moderno automóvel, desdobra em Pinheiro Torto um palpitante mostuário da nossa gente e dos nossos costumes⁹.

Desde 1871 a Romaria e Festa de São Miguel Arcanjo ocorre na cidade de Passo Fundo – RS - ano em que os escravos Generoso e Isafas teriam construído a primeira capela em homenagem ao Arcanjo Miguel- e chega em 2011 a sua 140ª edição, como uma das mais antigas e representativas manifestações

⁸ OLIVEIRA, Francisco Antonio Xavier. ***Annaes do município de Passo Fundo: aspecto cultural***. Passo Fundo: EDIUPF, 1990, p. 221-223.

⁹ Idem, p. 223.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

religiosas da cidade. A imagem do Arcanjo permite conotações que vão desde suas singularidades como representante de uma arte sacra missioneira de execução e estética bem características, até sua importância como símbolo religioso de grande reminiscência. O Arcanjo São Miguel, combatente e defensor, representa o príncipe protetor das almas. Sua existência está descrita desde a sagrada escritura sendo cultuado ainda nos primeiros séculos de história do cristianismo. Sua consagração na grande batalha no céu é travada **contra o Dragão e seus ‘anjos do mal’ e está descrita no livro do Apocalipse¹⁰**. Essas características se manifestam em São Miguel

através de suas representações como um anjo guerreiro, nas quais ele aparece usando um elmo (capacete), empunhando uma espada fulgurante e portando um escudo – onde quase sempre se encontra escrito, em latim, o seu nome, ***Quis ut Deus?***(Quem como Deus?) [...] o santo também segura uma balança, na qual, diz a tradição, ele pesa a alma dos mortos¹¹.

Devemos ponderar em construir afirmativas determinantes sobre as reais condições que possibilitaram uma identificação, estima-se que imediata, dos primeiros devotos com a imagem do arcanjo. Porém, podemos inferir que todo o peso simbólico que a imagem ostenta e as próprias circunstâncias em que ela teria sido encontrada contribuíram para a confirmação da devoção junto ao corpo de fiéis. Diante dessa transmissão propiciada pelo símbolo sagrado e embora as significações sejam redirecionadas com o passar de gerações, podemos reconhecer como esses elementos são agregadores sociais e transitam pelo passado e pelo presente. Neste sentido, ***“um dos elementos fundamentais do patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade social. Sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão***

¹⁰ BIBLIA SAGRADA. **Bíblia Sagrada**. Capítulo 12,7. São Paulo: Editora Paulus, 1991. p. 1602

¹¹ BARTH, Pe. Aldino Aloysio. **Romaria de São Miguel**. p. 194. In: BENINCÁ, Elli (Org.). **A Igreja Católica na construção da cidadania Passo-Fundense**. Passo Fundo: Ifibe, 2007, p. 191.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

cultural, é por meio deles que o indivíduo mantém os vínculos com o passado¹². A idéia implícita de ‘tradição’ sugere essa exterioridade como função cognitiva provida de valores e sentidos que modificaram suas características com o passar dos anos, mas que chegaram à contemporaneidade como fatores fundamentais da prática religiosa.

Não obstante a esse compartilhamento atemporal de significações sustentadas a partir da dinâmica social e possível graças à presença constante da imagem de São Miguel, esses símbolos sagrados também *“relacionam uma ontologia e uma cosmologia com uma estética e uma moralidade: seu poder peculiar provém de sua suposta capacidade de identificar o fato com o valor no seu nível mais fundamental, de dar um sentido normativo abrangente àquilo que, de outra forma, seria apenas real¹³”*.

3. Significando Ritos

Os procedimentos presentes na Romaria atestam funções ritualísticas praticadas contemporaneamente, no entanto, permitem-nos conceber uma abordagem ainda mais amplificada, no sentido de identificarmos no decorrer da sua história, processos de continuidade e transformação. Pela observação das ações que se compõem em linguagens e comportamentos e de suas implicações no agir coletivo, destacamos nessa manifestação, características polissêmicas que atestam sua prática em termos de plasticidade ritual. O conjunto cerimonial que envolve a dinâmica do evento alcança dimensões específicas para o grupo de fiéis que dele participam. Diante disso, evidenciamos a execução de ações simbolizantes como elementos essenciais para a elaboração do fenômeno

¹² POHL, Angelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Educação Patrimonial: Perspectivas. Santa Maria**: UFSM/SEPA, 2005. P. 67.

¹³ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2008, p. 93-94.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

religioso e para a produção de sentidos, muitas vezes ambíguos, mas que suscitam a consolidação dos sentimentos coletivos e individuais.

Em uma análise mais antropológica, Tambiah (1985) buscou conceber uma síntese sobre a abordagem performativa do ritual, considerando alguns traços específicos compartilhados, como a *“ordenação que os estrutura, um sentido de realização coletiva com propósito definido, e também uma percepção de que eles são diferentes dos do cotidiano¹⁴”*. Ao atribuímos uma relação entre forma e conteúdo através da noção cosmológica que Tambiah deu aos ritos, admitimos certa flexibilidade aos mesmos, pois fugimos das definições mais rígidas em detrimento de uma plasticidade ritual gerada pelas situações específicas, seus contextos ímpares e pelas ações dos grupos sociais em constante interação. Para Segalen *“existe sempre uma certa margem de manobra em todo o ritual, mesmo nos mais instituídos pelas autoridades superiores e externas aos indivíduos”*, visto que *“uma das principais características do rito é a sua ‘plasticidade’, a sua capacidade de ser polissêmico, de acomodar-se à mudança social¹⁵”*.

Visualizando aspectos essenciais da Romaria, nos seus arranjos cerimoniais que compõem-se em etapas rituais dirigidas - como na execução do itinerário litúrgico - constatamos ações em sua forma de efetuação que não exigem necessariamente

uma ligação ao pensamento religioso ou uma relação imanente ao sagrado; no entanto, devido as pulsões emotivas que acionam, às formas morfológicas que assumem e à sua capacidade de simbolizar, atribuímos a elas o qualificativo de ritual com todos os efeitos que lhe são associados¹⁶.

¹⁴ TAMBIAH, S. J. **Culture, Thought and Social Action. An Anthropological Perspective**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. In: PEIRANO, Mariza G.S. **A análise antropológica de rituais**. Brasília, 2000, p. 10.

¹⁵ SEGALLEN, Martine. **Ritos e Rituais Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 115 - 31.

¹⁶ Idem, p. 91.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O caráter festivo dessa cerimônia, cujo momento é exatamente a ocasião de aproximação e comemoração entre os fiéis, não pode ser desvirtuado do viés sagrado, pois é parte integrante dessa manifestação. No entanto, *“a festa assume formas rituais, obrigatórias, sem que o rito tenha aqui necessariamente caráter religioso nem obrigação de um valor moral¹⁷”*. Ademais, ao nos referirmos sobre a presença desse caráter festivo em uma demonstração da religiosidade popular, questionamo-nos inevitavelmente sobre **a idéia da eficácia dos processos rituais ou em nova perspectiva, com a “maneira pela qual essa eficácia é concebida¹⁸”**. Para Segalen, **“é possível distinguir o jogo, a festa ou o costume, do rito, porque nos primeiros casos, eles são praticados por praticar, enquanto no segundo o que se quer é exercer uma ação sobre certas coisas¹⁹”**. **Essa abordagem não deixa de ser controversa, pois presume um isolamento considerável ao rito, distinguindo-o de outras manifestações coletivas. Porém, parece plausível a consideração feita pela mesma autora, ao afirmar que “o rito situa-se definitivamente no ato de acreditar em seu efeito, através das práticas de simbolização²⁰”**.

As ações coletivas desempenhadas pelo conjunto de fiéis durante a realização da Romaria e demais cerimônias que envolvem o evento, denotam para essa função²¹, em virtude das demonstrações observadas e do caráter aglutinador que as mesmas apresentam.

¹⁷ Ibidem, p. 92.

¹⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre a eficácia do rito ver: HEBERT, Henri & MAUSS, Marcel. **Essai sur La nature et La fonction du sacrifice**. [1899]. In: MAUSS, Marcel. Oeuvres. Paris? Minuit, 1968 (v. 1: Les fonctions sociales du sacré). Citado em: SEGALLEN, Martine. **Ritos e Rituais Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

¹⁹ SEGALLEN, Martine. **Ritos e Rituais Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 26.

²⁰ Idem, p. 27.

²¹ Uma dimensão mais antropológica do assunto é abordada pela inglesa Mary Douglas.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

4. Conclusão

Todas as discussões elaboradas no decorrer do artigo desenvolveram-se a partir de um estudo de caso específico, ocorrido durante a realização da referida Romaria, no ano de 2010, e estão interligadas com a promoção de diversas leituras, principalmente a cerca dos aspectos rituais e simbólicos que se procurou aqui destacar. É evidente, no entanto, que demais observações devam ser expostas a fim de possibilitar um diálogo que abranja um leque mais amplo de ressalvas.

A consagração da Romaria e Festa de São Miguel Arcanjo por tanto tempo na cidade de Passo Fundo, ocorrendo interruptamente e aumentando em quantidade de romeiros a cada ano, atesta para a importância dessa perspectiva ritual e da eficácia que os fatores simbólicos podem representar nas manifestações religiosas. Algumas dificuldades fazem-se presentes, principalmente pelo fato de ser esse um evento dinâmico. No entanto, o destaque dado à ação simbólica desempenhada pela imagem do arcanjo e pela maleabilidade da celebração festiva, foi feito por se tratarem de demonstrações que representam aspectos bases no conceito de plasticidade ritual dentro do campo das religiões e religiosidades contemporâneas.

Referências

- AHLERT, Jacqueline. São Miguel Arcanjo: Arte Missioneira em Passo Fundo. In: **Anais Eletrônicos do IV Seminário de História Regional**. Passo Fundo, 2010.
- BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- BARTH, Pe. Aldino Aloysio. **Romaria de São Miguel**. p. 194. In: BENINCÁ, Elli (Org.). **A Igreja Católica na construção da cidadania Passo-Fundense**. Passo Fundo: Ifibe, 2007.
- CANETTI, Elias. **Massa e Poder: a domesticação das massas nas religiões universais**. São Paulo, Brasília: Melhoramentos, Editora da UnB, 1983.
- COUTO, Edilece Souza. **Devoções, Festas e Ritos: algumas considerações**. Revista Brasileira de História das Religiões: Dossiê Identidades Religiosas e História.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio - Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco Antonio Xavier. **Annaes do município de Passo Fundo: aspecto cultural**. Passo Fundo: EDIUPF, 1990.
- PELEGRINI, Sandra C. A. **O Patrimônio Artístico e as Representações Discursivas e Estéticas do Sagrado e do Fantástico em Obras Sacras**. Revista Brasileira de História das Religiões: Dossiê Identidades Religiosas e História.
- PEIRANO, Mariza G.S. **A análise antropológica de rituais**. Brasília, 2000.
- POHL, Angelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Educação Patrimonial: Perspectivas. Santa Maria**: UFSM/SEPA, 2005.
- SEGALEN, Martine. **Ritos e Rituais Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

PENSÃO E DOENÇA: A TUBERCULOSE COMO FATOR DINÂMICO NA ECONOMIA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1920-1950)*

Carlos Eduardo de Quadro**

Douglas de Almeida Silva***

Suele França Costa****

Prof.^a Dr.^a Valéria Zanetti*****

Este artigo trata sobre um município que fez da doença, mais precisamente da tuberculose, entre as décadas de 1920 a 1950, o motor de desenvolvimento de sua economia tendo como base as pensões que recebiam os doentes atacados com o bacilo de Koch.

As grandes cidades, por diversos motivos, atraem grandes concentrações demográficas por conta das oportunidades de emprego. Normalmente, a força de trabalho não atendida vive em condições deploráveis, vulneráveis ao contágio de doenças.

Na primeira metade do século XX, a temida e conhecida tuberculose assombrou o mundo. No Brasil, no início dos novecentos, o perigo de contágio obrigou as autoridades a afastar os doentes dos grandes centros urbanos em desenvolvimento. Esta atitude visava evitar o contágio crescente da mão-de-obra e o decréscimo da produção, que poderia causar um grande prejuízo

* Artigo escrito sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Papali (papali@univap.br), docente e pesquisadora da Universidade do Vale do Paraíba – Univap.

** Carlos Eduardo de Quadro é aluno do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba - Univap. carloseduardoq@hotmail.com

*** Douglas de Almeida Silva é aluno do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba - Univap. lobdas@yahoo.com.br

**** Suele França Costa é graduada do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba - Univap. suele_hbs@yahoo.com.br

***** Prof.^a Dr.^a Valéria Zanetti é pesquisadora, docente e coordenadora do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba - Univap. vzanetti@univap.br



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

econômico¹. Para resolver o problema, muitos doentes acabaram migrando para as cidades do interior do Estado, incentivados pelos médicos da capital.

No início do século XX a teoria da Climatoterapia estava em voga. Trata-se de um método terapêutico que tem como princípio o processo de cura das enfermidades através da exposição climática adequada. Na Europa, vários sanatórios foram criados em cidades consideradas como estâncias de tratamento. Assim, as cidades que adquiriam “fama” por terem o clima apropriado eram buscadas como refúgio pelos acometidos pelo “mal do pulmão” na esperança de alcançar a cura. A partir de 1921, o Brasil passou a legislar acerca da criação dessas estâncias climatéricas². Surgiram sanatórios em algumas capitais e em cidades do interior como Campos do Jordão, conhecida estância de tratamento devido à sua localização, no alto da Serra da Mantiqueira.

São José dos Campos, cidade do Vale do Paraíba paulista, também foi umas dessas cidades consideradas aptas ao tratamento dos males da tísica. Desde o final do século XIX seus “bons ares” já lhe permitia ser tratada como a “Cidade Esperança”³. A junção da “fama” joseense aliada à necessidade de escoar os doentes, principalmente da cidade de São Paulo, fez com que São José dos Campos se tornasse uma das principais receptoras de tuberculosos do Estado⁴.

Por outro lado, a economia local passava por uma grave crise. Baseada na produção agrícola, de modo especial na cafeicultura, a produtividade escassa declinava ainda mais devido a esterilidade de grande parte de seu solo. O problema da terra criou outro, o da fuga da mão-de-obra rural. O município

¹ NOGUEIRA, Oracy. *Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p.21

² VIANNA, Paula V. Carnevalle. Cidade sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(6):1295-1308, jun, 2007. Acesso: 03-07-2011. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n6/04.pdf>. 2007. p. 2.

³ ZANETTI, Valéria. *Cidade e Identidade: São José dos Campos do peito e dos ares*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 2008. p. 4.

⁴ Idem.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

tentava conter a evasão de sua população que migrava para outras regiões do **Estado com solos mais “generosos”**. **Em 1896, a edilidade “chegou a elaborar um decreto-lei, para conter a perda da mão-de-obra no campo”**⁵. Além disso, as tentativas de incentivar a instalação de indústrias na cidade não alcançavam êxito, tanto que São José dos Campos teve uma industrialização incipiente até a década de 1950, quando foi instalado o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e foi construída a Rodovia Presidente Dutra que liga São Paulo ao Rio de Janeiro⁶.

A chegada de tuberculosos, e principalmente, da receita que estes traziam, graças ao Fundo de Manutenção das Estâncias, motivou os líderes políticos a intensificar o marketing em favor da propagação da fama do **município visando aumentar a atração de “clientes tuberculosos” interessados na cura. Ao utilizar o mote da “venda da cura” por meio dos “bons ares”, a cidade passou a acionar e dinamizar os motores de vários setores de sua economia.**

Segundo Vianna, “em 1938, 1.154 doentes (10% da população urbana) distribuíam-se em cinco sanatórios, 29 pensões e 203 residências; 75,6% pagavam pela estadia”⁷, ou seja, grande parte dos doentes trouxe o capital que movimentou a economia local na primeira metade do século XX.

No início do século XX, o capitalismo difundiu um ideal de modernização **que “exigia a estrutura de uma ampla rede de serviços**, tais como sistema de água e esgoto, energia elétrica, telefonia, cuidados com a limpeza e ampliação das vias de circulação; equipamentos exigidos pelas novas condições aos centros

⁵ Idem.

⁶ Ibidem, p. 5.

⁷ VIANNA, Paula V. Carnevalle. Cidade sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(6):1295-1308, jun, 2007. Acesso: 03-07-2011. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n6/04.pdf>. 2007. p. 5.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

urbanos”⁸. O espaço moderno deveria ser limpo, bonito e salubre para facilitar a dinâmica da produção capitalista⁹.

Por falta de recursos, esta modernização dos serviços públicos, tão necessária para a atração do capital industrial, não aconteceu da forma como intentava a edilidade. Ao contrário, a modernização se deu sobretudo a partir do **“capital tísico” e do reconhecimento da condição do município como cidade sanatorial**, já em 1910, antes mesmo do decreto oficial que elevou a cidade à categoria de Estância Climatérica em 1935¹⁰. O fluxo contínuo de doentes que migravam para o município aumentou, principalmente com a construção do primeiro sanatório modelo inaugurado na cidade, em 1924, o sanatório Vicentina Aranha.

Pode-se dizer que a cidade de São José dos Campos se modernizou a partir da economia gerada pela doença. O início deste processo de modernização se deu em 1921 com a construção da primeira rede de esgotos, conseguida graças a um empréstimo junto ao governo do Estado de São Paulo e algumas empresas privadas¹¹. Depois disso outras reformas urbanas foram realizadas como a mudança de local da estação de trem em 1924 e da construção de um centro de saúde em 1932¹².

Mesmo com estes investimentos, a cidade não conseguiu atualizar a sua estrutura de forma a atender a demanda demográfica que crescia devido à baixa arrecadação pública e a falta de investimentos privados. Assim, a precariedade infra-estrutural do município obrigou a cidade a lançar mão de uma requisição

⁸ QUADRO, Carlos Eduardo de. 2010 et ali. O espírito empreendedor: São José dos Campos vendendo saúde (1890-1940). In: Zanetti, Valéria (org.). Fase sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença. Coleção São José dos Campos: História & Cidade. Volume IV. São José dos Campos: Univap, 2010.p. 261.

⁹ ZANETTI, Valéria. **Cidade e Identidade: São José dos Campos do peito e dos ares**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 2008. p. 31

¹⁰ VIANNA, Paula V. Carnevalle. Op. cit., p. 5.

¹¹ VIEIRA, Solange, et. Ali. São José dos Campos e o novo modelo de cidade (1900-1930). In: Papali, Maria Aparecida (org.). Câmara Municipal de São José dos Campos: Cidade e Poder. Coleção São José dos Campos: História & Cidade. Volume II. São José dos Campos: Univap, 2009. p. 180.

¹² CUNHA, Eduardo Pinto da. Sobre passes e caixões: o papel da Liga de Assistência Social e Combate à Tuberculose na fase sanatorial em São José dos Campos. Trabalho de Conclusão de Curso de História. São José dos Campos: Univap, 2007. p. 21.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

para elevar a cidade à condição de estância climatérica, que foi atendido em 1935 com o Decreto 7.007/35. Este título aumentou os recursos estaduais junto ao município em 50%¹³. Para Lessa, as transformações infra-estruturais e urbanas acontecem a partir desta data e do Decreto 6.501 de 1934, no qual o Estado intervinha e regulamentava as Estâncias Climatéricas através de normas referentes à organização do espaço e dos procedimentos para com a doença e o doente. Segundo a autora

este foi o momento no qual São José passou a receber investimentos estatais, e a fazer parte das estratégias governamentais no que diz respeito ao que poderíamos chamar de política territorial desenvolvimentista, principalmente a partir da Ditadura Vargas. Este processo de investimento na cidade sanatorial criou as bases infraestruturais que viabilizaram a cidade industrial moderna¹⁴.

Os sanatórios como pólos de atração de doentes

Os sanatórios foram alavancas de desenvolvimento econômico na cidade de São José dos Campos, serviu como pólo de atração, pois sinalizavam a presença de um referencial para o tratamento da tísica, num momento em que não havia antídoto eficaz contra o poder do bacilo de Koch.

O marco desses estabelecimentos na cidade tem como referência a construção do sanatório Vicentina Aranha. Em 1917, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo juntamente com a Câmara Municipal da capital, o governo federal e algumas entidades beneficentes se uniram para a construção do sanatório Vicentina Aranha em São José dos Campos, o maior da América Latina. Com a sua inauguração em 1924, o título de cidade sanatorial foi quase

¹³ VIANNA, Paula V. Carnevalle. Cidade sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(6):1295-1308, jun, 2007. Acesso: 03-07-2011. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n6/04.pdf>. 2007. p. 7.

¹⁴ LESSA, Simone N. São José dos Campos: o planejamento e a construção do pólo regional do Vale do Paraíba. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP-UNICAMP-SP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom. Acesso: 04-07-2011. <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVII/ST%2011/Simone%20Narciso%20Lessa.pdf>. p. 5



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

que oficialmente assumido pela cidade diante de todo o país. A partir de então, somava-se à fama dos “bons ares” a presença de sanatórios (foram construídos 10 até 1967) e de uma grande quantidade de tisiólogos que migraram para a cidade¹⁵.

Antes do Decreto de 1935, já existiam cinco sanatórios que contavam com o total de 360 leitos para atender tuberculosos. Em 1935, São José dos Campos e Campos do Jordão abrigavam juntas 75,8% dos leitos do Estado de São Paulo. Além disso, a cidade joseense junto com São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Campos do Jordão, detinham 49% dos sanatórios e 70% dos leitos do país¹⁶.

Por estes estabelecimentos não comportarem leitos suficientes para atender a grande massa de tuberculosos que se deslocava para o município, ou mesmo por terem um preço, por vezes, pouco acessível, surgiram as pensões particulares.

O “boom” das pensões na economia da cidade sanatorial

Analisando as fontes relacionadas à fase Sanatorial de São José dos Campos entre 1920 e 1950, verifica-se a importância que a tuberculose trouxe à dinâmica econômica e social na cidade. Nessas fontes são sempre mencionadas as pensões, setor econômico que ganhou força especialmente entre as décadas de 1930 e 1940.

Enquanto no Almanaque de São José dos Campos de 1922 encontra-se um grande número de estabelecimentos como armazéns de secos e molhados e barbearias, a partir da década de 1930 a propaganda desses gêneros é superada pela publicidade das pensões, que cresciam vertiginosamente à medida que aumentava o número de doentes. É possível perceber a relevância desse serviço

¹⁵ VIANNA, Paula V. Carnevalle. Cidade sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(6):1295-1308, jun, 2007. Acesso: 03-07-2011. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n6/04.pdf>. 2007. p. 7.

¹⁶ VIANNA, Paula V. Carnevale. Saúde e cidade: uma relação inscrita no espaço e no tempo; a fase sanatorial de São José dos Campos (SP) e sua influência sobre os serviços de saúde da década de 1980. Tese de Doutorado em Ciências. São Paulo: USP, 2004. p. 137.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

no jornal Correio Joseense de 1930 a 1940, nas edições do Boletim Médico da década de 1930 ou no Almanaque de São José dos Campos de 1935, quando os anúncios de pensões e farmácias aumentam em relação aos demais estabelecimentos comerciais, como os armazéns por exemplo, que até a década de 1920 ainda eram majoritários na cidade:

Considerando que será necessário dotar a nova estância de hospitais populares, casas de cura e de repouso, ambulatórios e demais serviços técnicos especializados, fiscalizar hotéis e casas de pensão, orientar as novas construções e aparelha-las com os requisitos modernos de aeração para melhor e Maximo aproveitamento de suas condições climatéricas (...) ¹⁷.

A composição social e sua demanda mudam a configuração da cidade, transformando, sobremaneira, o foco econômico da cidade sanatorial. No entanto, no início do século XX, o ambiente da cidade era marcado pela extrema miséria e pobreza. José Benedito Moreira, residente em São José dos Campos a oitenta e nove anos, relatou que na década de vinte, era rotineiro o desembarque dos doentes de tuberculose na estação, logo que estes se estabeleciam nas pensões e sanatórios da cidade. Muitos aumentavam as fileiras dos mendigos e miseráveis devido às dificuldades em alojar a grande quantidade de doentes que a cidade recebia ¹⁸.

Segundo José Rosemberg, grande tisiólogo que residiu na cidade na primeira metade do século XX, muitas pensões eram de propriedade de antigos tuberculosos e possuíam uma estrutura precária. Essas pensões dispunham de agentes aliciadores que disputavam os doentes recém-chegados nas estações ferroviárias e terminais de ônibus. Nas repúblicas, os doentes dividiam um mesmo quarto com até meia dezena de tuberculosos. Para aliviar o espaço de

¹⁷ Correio Joseense, 27 de janeiro de 1935. p. 1.

¹⁸ QUADRO, et ali, 2010. p. 3.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

lotação das pensões, houve casos dos próprios doentes darem fim à vida dos enfermos mais agonizantes injetando morfina em suas veias¹⁹.

Segundo depoimento de Nair de Souza, havia uma parceria entre as funerárias e as pensões na disputa por clientes. As duas funerárias da cidade: a da família Pinotti e a de José Feliciano dividiam a concorrência pelo serviço em intervalos de 31 dias. Durante o período de intervalo de uma funerária, a outra prestava seus serviços às famílias dos defuntos. Porém, este pacto era quebrado através de comissões pagas aos donos de pensão que disponibilizavam o acesso ao corpo do defunto vitimado pela doença. Esta prática era repetida com mais frequência nos sepultamentos mais distantes da cidade, mais custosos aos donos das funerárias.²⁰

Em *Ilha da Esperança*, o jornalista José Dias Bueno descreve as donas de pensão como gananciosas e interesseiras. Agenciavam os doentes terminais com os responsáveis pelo transporte de cadáveres. Os defuntos eram retirados pela janela do quarto durante a noite para não alarmar os hóspedes²¹.

Os médicos de São José realizavam o tratamento particular aos tuberculosos pobres residentes nas pensões. Segundo Nair de Souza, neta de José Feliciano de Souza, proprietário da primeira funerária da cidade, médicos como: **dr. Nelson D'Ávila, dr. Rui Dória, dr. Rezende, dr. Jorge Zahur, dr. Otávio Del Nero, dr. Benedito Montenegro**, dentre outros, possuíam seus pacientes particulares²².

De acordo com prescrição médica, os doentes em tratamento deveriam ter uma alimentação adequada, condições higiênicas. Muitas pensões se especializavam em fornecer “marmitas” às demais pensões e repúblicas de

¹⁹ ROSEMBERG, José. Tuberculose: Aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação. Boletim de Pneumologia Sanitária. Vol. 7, nº 2, jul/dez, 1999. p. 20.

²⁰ Entrevista de Nair de Souza, 2010 (informação verbal).

²¹ LEME, 1944. p. 90-91.

²² Entrevista de Nair de Souza, 2010 (informação verbal).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

doentes²³. José Benedito passou sua infância entregando “marmitas” e realizando os jogos do bicho nas pensões de doentes²⁴.

Uma rede de serviços foi gerada em função do acolhimento de tuberculosos. Segundo o dr. Rosemberg, São José dos Campos possuía um prostíbulo freqüentado por tísicos, conhecido como Sanatorinho da Zéfa, proprietária tuberculosa que agenciava várias moças portadoras da doença²⁵. O jornalista Altino Bondesan relatou o episódio de tal Jofre, que induzira mais de uma jovem tuberculosa a trabalhar no prostíbulo da concorrente Floriza, localizado na rua Paraibuna²⁶.

Numa cidade carente de uma estrutura sanitária capaz de alojar a grande leva de tuberculosos, a circulação dos doentes foi motivo preocupante para a administração municipal, uma vez que transitavam livremente pelas ruas²⁷.

Esse livre trânsito causava uma celeuma na população. O *Correio Joseense* constantemente denunciava a presença dos doentes na zona urbana, e não dispensou esforços em bombardear a população joseense com notícias em relação ao perigo da convivência com os doentes²⁸. Mas segundo Jarbas Dias Ferreira, morador de São José, a boa convivência marcava o cotidiano da **população local, exceto por alguns que se “excediam”**. Entre a maioria da população, os doentes tinham livre acesso às ruas, aos estabelecimentos comerciais, cinema, etc²⁹. Mesmo perigoso, o convívio com os doentes era necessário, pois a maioria dos consumidores da pobre cidade de São José dos Campos era composta pelos portadores da terrível moléstia.

Os doentes eram não só consumidores como também prestavam inúmeros serviços especializados ou eram absorvidos pelo mercado de trabalho,

²³ ROSEMBERG, José. Tuberculose: Aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação. Boletim de Pneumologia Sanitária. Vol. 7, nº 2, jul/dez, 1999. p. 20

²⁴ QUADRO, et ali, 2010. p. 2.

²⁵ ROSEMBERG, 1999. p. 20.

²⁶ BONDESAN, Altino. *São José em quatro tempos*. São Paulo: Bentivegna, 1967.

²⁷ QUADRO, et ali, 2010. p. 3.

²⁸ Jornal Correio Joseense, 25 de janeiro de 1920. p. 4.

²⁹ Entrevista de Jarbas Dias Ferreira, 2010 (informação verbal).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

movimentando o setor empregatício³⁰. O *Correio Joseense* tece duras críticas aos tuberculosos envolvidos em atividades comerciais, como os ambulantes e os donos de armazéns. Alertam à população o perigo de consumir produtos manuseados por tuberculosos. A imprensa local apelava para a gestão municipal a proibição do comércio ambulante e casas comerciais dirigidas por tuberculosos³¹. Percebendo o grande potencial financeiro dos tuberculosos, a administração municipal decretou, no dia 16 de dezembro de 1920, um imposto de indústria e comércio a todas as casas de comércio e aos ambulantes da cidade. Todos os serviços eram taxados a partir de 1º de janeiro de 1921, de acordo com o valor das mercadorias³².

As funerárias pagavam o imposto de 500 mil réis anuais sob os artigos funerários. Os ambulantes envolvidos em atividades de loteria deveriam pagar o valor de 30 mil réis anuais. A mesma imposição recaía em todos os veículos comerciais na cidade³³.

Antes mesmo da chegada dos sanatórios a São José, a presença dos doentes alterou a dinâmica econômica da sociedade joseense, influenciando principalmente as atividades ligadas a tuberculose. Logo, longe de segregar ou expulsar os doentes, como apregoava a imprensa local, a prefeitura percebeu o tuberculoso como um agente importante na economia local.

A administração municipal tratou de beneficiar o setor farmacêutico concedendo oportunidades para se instalarem na cidade, através da nova legislação tributária de 28 de outubro de 1922³⁴.

Em detrimento da esperança de saúde da população física, o Departamento de Saúde Pública autorizava a comercialização dos compostos **“milagrosos”, favorecendo ainda mais o “aquecimento” da receita municipal**³⁵. Muitas vezes, competindo em pé de igualdade com os tratamentos médicos, as

³⁰ ROSEMBERG, José. Tuberculose: Aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação. Boletim de Pneumologia Sanitária. Vol. 7, nº 2, jul/dez, 1999. p. 20

³¹ Correio Joseense, 21 de novembro de 1920. p. 3

³² Correio Joseense, 22 de dezembro de 1920. p. 3

³³ Idem.

³⁴ QUADRO et ali, 2010. p. 2.

³⁵ Boletim Medico, ano I, nº 6, 1933, p.1



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

práticas populares invadiram as farmácias que, por sua vez, ofereciam aos típicos um cardápio variado de preparos balsâmicos, ervas medicinais, óleos, vacinas, receitas caseiras, etc. Em São José, a farmácia Madureira fabricava o **“Xarope Peitoral de Espelina, Tolú e Jatahy”** que prometia a cura da tuberculose em menos de dez dias³⁶.

Percebe-se a influência política dos farmacêuticos na cidade através dos decretos municipais que estabeleciam o fechamento dos comércios até as 18:00 horas. O assunto foi amplamente discutido e polemizado, principalmente pelo setor farmacêutico que via como inconcebível o novo horário de fechamento diante da grande demanda de clientes (tuberculosos) que utilizava do atendimento das farmácias. O ramo farmacêutico não foi afetado pelas determinações municipais, estendendo suas atividades normalmente³⁷.

Segundo Rosemberg, as pensões possuíam grande carência higiênica, estrutural alimentícia, principalmente as repúblicas de doentes associados³⁸. Em inspeção sanitária à estância climatérica de São José dos Campos em 1944, o inspetor João Flório observou uma série de irregularidades nas pensões e a ineficiente fiscalização por falta de funcionários e aparatos – inspetores, **guardas sanitários e “mata-mosquitos”** - que pudessem garantir que os estabelecimentos especializados no atendimento aos típicos estivessem dentro das específicas normas sanitárias.

Ao se deparar com o precário aparelho sanitário da cidade frente ao número de típicos que chegavam à cidade em busca de estadia para se tratarem, o inspetor se alarma e queixa-se da desorganização estrutural e da falta de funcionários aptos à fiscalização:

³⁶ QUADRO, Carlos Eduardo de. 2010 et ali. O espírito empreendedor: São José dos Campos vendendo saúde (1890-1940). In: Zanetti, Valéria (org.). Fase sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença. Coleção São José dos Campos: História & Cidade. Volume IV. São José dos Campos: Univap, 2010. p. 4

³⁷ Ibidem.

³⁸ ROSEMBERG, José. Tuberculose: Aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação. Boletim de Pneumologia Sanitária. Vol. 7, nº 2, jul/dez, 1999. p. 20



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Cidade com uma população de 30.000 habitantes, em cujo seio uma massa de mais de meio milheiro de tuberculosos se concentra em várias dezenas de casas de pensão, não dispõe, para todo o serviço de hygiene urbana, de mais do que – um **inspector, um guarda e dois ou três “mata-mosquitos”**... os quais, como se demasiados fossem, têm de multiplicar-se ainda para ocorrer à vigilância de vários outros municípios e districtos.

É de convir que é pouco... é muito pouco mesmo...³⁹

Em meio à falta de uma fiscalização periódica dos pensionatos para tuberculosos e ao aumento vertiginoso desse tipo de serviço na cidade de São José dos Campos entre as décadas de 1930 e 1940, João Flório critica e descreve as péssimas condições de algumas pensões que, sem cumprirem as leis sanitárias municipais, acolhiam os tísicos que chegavam à cidade.

Segundo o inspetor, os banheiros estavam sempre imundos, com dejetos nos urinóis e roupas sujas espalhadas pelos cantos. Também os prédios encontravam-se em mal estado e construídos sem obedecerem as regras sanitárias de salubridade, iluminação e ventilação. De fato, grande parte dessas pensões eram residências dos próprios proprietários, ou ex-residências, que eram aproveitadas para tornarem-se pensionatos para tísicos que, entre 1920 e 1940, chegavam em grande número procurando a cura dos micuins por meio dos “ares” joseenses.

Em uma cidade que até então vivia, basicamente, da agricultura e possuía **uma economia estagnada, o “boom” econômico trazido pelas** levas de tuberculosos e pelo status de São José como Estância Climatérica e **Hidromineral trouxe também “novos ares” lucrativos àqueles que sabiam como** tirar proveito disso: quem possuía capital, adequava o estabelecimento de acordo com as leis sanitaristas municipais e alavancava uma pensão que, na época, era altamente lucrativa. Quem não possuía recursos para construir ou

³⁹ FLORIO, João. *Relatório de Inspeção Preliminar do Município e Estância Hidromineral e Climatérica de São José dos Campos*. Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo. Divisão do Serviço do Interior, 1944. p. 22



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

adequar o estabelecimento, recebia os pensionistas típicos como podia, às custas, muitas vezes, da insalubridade e da falta de higiene e estrutura.

Analisando os casos de pensões sem o menor recurso para atender à demanda típica, o inspetor João Flório chega à conclusão, em seu relatório, que **a “indústria” dessas pensões em São José dos Campos corroborava para (...)** dar uma triste idéia do modo como é resolvido o problema dos desventurados que a desgraça impele para aqueles recantos⁴⁰.

Pelo fato de ser um negócio altamente lucrativo, e de retorno rápido, durante o período sanatorial em São José dos Campos, muitos cidadãos encontravam meios de tornarem-se proprietários de pensão, incluindo ceder o próprio espaço residencial para acolher os tuberculosos, sem nenhuma preocupação em adaptar o espaço às normas higiênico-sanitárias:

(...) Perto da pensão Santa Cecília encontramos a pensão de um sírio, cujo nome não ficamos sabendo; até a pouco tempo possuía um armazém de secos e molhados em frente ao mercado municipal; como coisas não lhe corressem bem, resolveu mudar de negócio; disseram-lhe que casa de pensão **“dá mais”; ali estava pois com a** sua pensão aberta – uma casa comum de residência, sem a menor obra de adaptação – já com um ou dois patrícios doentes aboletados em quatinhos sujos, atulhados de malas e móveis ordinários.

Nem se quer se preocupara com requerer licença. Para que tanta formalidade?⁴¹

A ironia do inspetor demonstra o descaso de alguns proprietários de pensões com as regras higiênico-sanitárias do município, problema comum e que ampliava a desorganização do aparelho sanitário, pois o número de funcionários para fiscalizar as pensões era muito baixo perto do número de estabelecimentos que aumentava vertiginosamente.

⁴⁰ FLORIO, João. *Relatório de Inspeção Preliminar do Município e Estância Hidromineral e Climatérica de São José dos Campos*. Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo. Divisão do Serviço do Interior, 1944. p. 130

⁴¹ Idem.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Apesar da fiscalização e das multas aplicadas aos estabelecimentos que não correspondiam com as exigências sanitaristas, muitos donos de pensões conseguiam se desvencilhar de suas obrigações frente às inspeções da repartição de higiene do município, pois gozavam de favores de políticos influentes que os **“ajudavam” a manter seus pensionatos funcionando, mesmo irregularmente.** Um exemplo desse problema, que comumente ocorria, foi o da Pensão Sanatório (pensão Santa Cecília), cujo proprietário, João Muzaco, não obedecia às leis sanitárias, mas possuía a **“proteção” de políticos**⁴².

Anteriormente na década de 1920, o *Correio Joseense* denunciava o inspetor sanitário Jayme Ferreira por abrigar certo número de tuberculosos em sua propriedade. O local possuía o atrativo nome de: Sanatório Pensão, e o **jornal denunciava as “escandalosas” práticas deste agente sanitário**⁴³. Jayme Ferreira adquiriu da Diretoria Sanitária uma certidão comprovando a propriedade do Sanatório Pensão e pagava seus impostos como comerciante à Coletoria Estadual, e recebia seus ordenados pelo mesmo órgão como funcionário público⁴⁴. Em 1921 foi ordenado o fechamento do Sanatório Pensão, do Hotel Rio Branco e da Pensão Central. No entanto, devido à influência política dos proprietários, as pensões funcionaram normalmente desrespeitando as imposições do código sanitário⁴⁵.

João Flório critica as pensões cuja estrutura e higiene eram defasadas e destoavam das leis sanitaristas:

(...) Tudo isso por falta dos mais elementares conhecimentos de higiene individual e social por parte dos responsáveis (...) Seria muito racional que para se abrir uma casa de hospedagem para tuberculosos, além de se exigir o preenchimento de certas condições quanto ao prédio, se exigem também do pretendente condições de idoneidade moral⁴⁶.

⁴² Ibidem, p. 130.

⁴³ Correio Joseense, 21 de novembro de 1920. p. 3.

⁴⁴ Correio Joseense, 3 dezembro de 1920. p. 1.

⁴⁵ Correio Joseense, 23 de janeiro de 1921. p. 3.

⁴⁶ FLÓRIO, João. Relatório de Inspeção Preliminar do Município e Estância Hidromineral e Climatérica de São José dos Campos. Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo. Divisão do Serviço do Interior, 1944. p. 56.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Na página 155 do Relatório de Inspeção, o inspetor João Flório apresenta a falta de informação dos donos de pensões sobre os cuidados com a higiene sanitária do estabelecimento e convivência com os tuberculosos. Segundo o inspetor, o pouco que sabiam alguns proprietários era devido, principalmente, aos conselhos e advertências dos funcionários nas inspeções regulares. O inspetor afirma que, numa cidade como São José dos Campos, estância climatérica para o tratamento de tuberculose que recebia um grande número de tísicos, fazia-se necessário um melhor plano de ação voltado para a Educação Sanitária da população que recebia portadores dos micuins.

A falta de higiene e salubridade nas pensões não era, contudo, regra em todos os estabelecimentos. O inspetor citou em seu relatório algumas pensões que agiam conforme as leis sanitárias, como a pensão Santa Therezinha, a pensão Rosemberg e a pensão **“só para senhoras” de Dona Dulce Rodrigues dos Santos, dentre outras “casas menores”**⁴⁷.

Pode-se concluir, portanto, que os doentes tornaram-se agentes responsáveis pelo crescimento do capital financeiro da cidade. Suas despesas dispunham à prefeitura um orçamento duplo, uma parte oriunda do comércio interno que geravam e por outro, o equivalente ao capital enviado pelo Estado devido sua condição de Estância Climatérica decretada por lei em 1935⁴⁸.

De qualquer forma, se os sanatórios atraíram os doentes, as pensões foram as grandes responsáveis por abrigá-los e mantê-los na cidade.

Considerações Finais

A crise econômica enfrentada pelo município de São José dos Campos nos finais dos oitocentos oriunda da escassez de sua produtividade agrícola se tornou motivação para um arriscado empreendimento, a atração de tuberculosos. Este período foi importante para o crescimento do município de

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ BONDESAN, Altino. *São José em quatro tempos*. São Paulo: Bentivegna, 1967. p. 39.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

São José dos Campos-SP. As grande reformas levadas à cabo pela administração municipal movimentaram o setor da construção civil. As mudanças estruturais que o espaço urbano sofreu adaptar a cidade às normas sanitárias foram de grande utilidade para a fase industrial da segunda metade do século XX.

A chegada dos doentes e sua permanência na cidade até o final do tratamento, possibilitou à cidade “acolher” o capital trazido por muitos deles, bem como movimentou o comércio e os serviços em geral. Muitos destes tuberculosos acabaram por assumir postos de trabalho e iniciar empreendimentos novos, o que dinamizava ainda mais a economia joseense. Muitos deles, experientes em ocupações que nem existiam ainda na cidade, abasteceram o município com tipos de mão-de-obra especializada que, de outra forma não seria atraída para a região.

A fase sanatorial cumpriu um importante papel como fase de preparação e transição entre uma economia agrícola frágil e em declínio para uma economia industrial robusta e em crescimento, perfil sustentado pelo município na atualidade.

Referências

- BONDESAN, Altino. *São José em quatro tempos*. São Paulo: Bentivegna, 1967.
- CUNHA, Eduardo Pinto da. *Sobre passes e caixões: o papel da Liga de Assistência Social e Combate à Tuberculose na fase sanatorial em São José dos Campos*. Trabalho de Conclusão de Curso de História. São José dos Campos: Univap, 2007
- LESSA, Simone N. *São José dos Campos: o planejamento e a construção do pólo regional do Vale do Paraíba*. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP-UNICAMP-SP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom. Acesso: 04-07-2011. <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVII/ST%20II/Simone%20Narciso%20Lessa.pdf>.
- LEME, José Dias. *Ilha da Esperança*. Reportagem em torno de um hospital. Campinas, 1944.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- NOGUEIRA, Oracy. *Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- QUADRO, Carlos Eduardo de. 2010. *O espírito empreendedor: São José dos Campos vendendo saúde (1890-1940)*. In: Zanetti, Valéria (org.). *Fase sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença*. Coleção São José dos Campos: História & Cidade. Volume IV. São José dos Campos: Univap, 2010.
- ROSEMBERG, José. *Tuberculose: Aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação*. Boletim de Pneumologia Sanitária. Vol. 7, nº 2, jul/dez, 1999.
- VIANNA, Paula V. Carnevale. *Saúde e cidade: uma relação inscrita no espaço e no tempo; a fase sanatorial de São José dos Campos (SP) e sua influência sobre os serviços de saúde da década de 1980*. Tese de Doutorado em Ciências. São Paulo: USP, 2004.
- VIANNA, Paula V. Carnevale. *Cidade sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(6):1295-1308, jun, 2007. Acesso: 03-07-2011. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n6/04.pdf>. 2007.
- VIEIRA, Solange, et. Ali. São José dos Campos e o novo modelo de cidade (1900-1930). In: Papali, Maria Aparecida (org.). *Câmara Municipal de São José dos Campos: Cidade e Poder*. Coleção São José dos Campos: História & Cidade. Volume II. São José dos Campos: Univap, 2009.
- ZANETTI, Valéria. *Cidade e Identidade: São José dos Campos do peito e dos ares*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 2008.

Fontes

- FLORIO, João. *Relatório de Inspeção Preliminar do Município e Estância Hidromineral e Climatérica de São José dos Campos*. Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo. Divisão do Serviço do Interior, 1944.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Fontes impressas

Boletim Médico, ano 1, n° 6, São José dos Campos, 1933.
Correio Joseense, ano 1, n° 4, São José dos Campos, 25 de janeiro de 1920.
Correio Joseense, ano 1, n° 37, São José dos Campos, 21 de novembro de 1920.
Correio Joseense, ano 1, n° 38, São José dos Campos, 3 de dezembro de 1920.
Correio Joseense, ano 1, n° 40, São José dos Campos 22 de dezembro de 1920.
Correio Joseense, ano 2, n° 45, São José dos Campos, 23 de janeiro de 1921.
Correio Joseense, ano 10, n° 614, São José dos Campos, 27 de janeiro de 1935.

Fontes Orais

Jarbas Dias Ferreira.
Nair de Souza.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

NARRATIVAS COMUNICACIONAIS KAINGANG: CONTEXTO E SENTIDOS DA IDENTIDADE CULTURAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Carmem Rejane Antunes Pereira¹

Introdução

Neste artigo procuramos trazer apontamentos sobre o uso da história oral em pesquisa que focalizou as configurações da identidade cultural, memória e mídia no bojo dos processos comunicacionais contextualizados pela etnia Kaingang no Sul do Brasil. Segundo estimativas do Instituto Socioambiental (ISA), em 2011, a população kaingang chega a 30 mil pessoas, considerando aquelas que vivem em 32 Terras Indígenas (TI), aquelas que vivem nas zonas urbanas e rurais próximas às TIs ou, ainda, aquelas que passaram a viver nas regiões metropolitanas das capitais, em aldeias ou núcleos domésticos. A estimativa procura suprir a oscilação das informações demográficas resultante da precariedade dos dados obtidos pelos censos, visto que as famílias kaingang vivem em mudança contínua entre comunidades/aldeias.

A pesquisa aqui enfocada tem por base as contribuições teórico-metodológicas do campo da comunicação, especialmente aquelas vinculadas à pesquisa de recepção em perspectiva diacrônica. Dessa forma, nossas preocupações não se resumiram a interações sincrônicas entre receptores e produtos midiáticos, a endereçamentos ou análise de mensagens e efeitos, mas à compreensão dos modos de ver/ler/escutar de interlocutores indígenas. Interessou-nos a historicidade dos públicos e a sua especificidade nas relações hegemônicas que definem a comunicação como relações de dominação e de resistência desde dentro da cultura.

¹ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Processocom/Unisinos, CNPq (Doutora em Ciências da Comunicação) e-mail carmemrs@uol.com.br



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Na elaboração metodológica utiliza-se de aportes da história oral (THOMPSON, 1992; POLLACK, 1992; BRAND, 2000) os quais se vinculam como áreas afins à problemática que aborda a identidade cultural (GARCÍA-CANCLINI, 1998; CASTELLS, 2002).

Nessa elaboração também consideramos a noção de táticas oferecida por Certeau (2004) para pensar as práticas comunicacionais, enquanto apropriações do espaço como jogos de força que desvelam astúcias milenares. As práticas apontam para as relações de consumo dos produtos midiáticos, indicando negociações e rejeições, atentando para as padronizações, para aquilo que é constituído enquanto *habitus*², mas também para aquilo que se caracteriza como não-funcional, não-reprodutivo (MALDONADO, 2000).

Em ampla escala essas trilhas requerem avaliar a expansão dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, os quais, potencializados por tecnologias eletrônicas e informáticas, fortalecem um mercado de bens culturais e por meio da midiaticização, seus símbolos e significados povoam a sociedade pelos quais uns e outros se situam no mundo, ou pensam, imaginam, sentem e agem (IANNI, 2003). Diante tais processos, a recepção é um campo fecundo para investigar as heterogeneidades produzidas na conformação de uma cultura midiática (MATA, 1999)³, considerando a reflexão sobre as mesclas de matrizes culturais e históricas, desde a inserção das mídias na vida social dos desiguais e diferentes grupos humanos.

Essa inserção remete aos intercâmbios constituintes das dinâmicas de transformação cultural (WILLIAMS, 1979), possibilitando refletir as matrizes culturais no conjunto de mediações socioculturais que estruturam a pluralidade do uso dos meios no cotidiano (MARTÍN-BARBERO, 2003), assim como para referir as problemáticas da comunicação desde a compreensão das identidades

² Conceito apresentado por Bourdieu (2004) para se referir aos esquemas mentais que orientam a percepção, ação e classificações realizadas pelos sujeitos, nos processos de interação social.

³ A noção de cultura midiática (MATA, 1999) implica pensar a inserção das mídias na vida social como uma matriz, uma racionalidade organizadora das práticas e do sentido nas sociedades contemporâneas.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

como construção histórica da diversidade cultural (MATTELART E NEVEU, 2006).

1. História oral e pesquisa de recepção

A história oral vem sendo utilizada desde a primeira metade do século XX nos Estados Unidos e se expandiu para vários países, entre eles, a Inglaterra, onde permitiu uma renovação da história social e da história operária, e a França, onde enfatizou os confrontos da memória com a história oficial. Nesse contexto de afirmação, a história oral privilegia a análise de grupos minoritários, marginalizados, buscando uma memória mais democrática do passado, através de novas e outras fontes, tendo na entrevista uma estratégia e um procedimento fundamental para coletar de forma cooperativa a voz ou o testemunho de múltiplos e diferentes narradores (THOMPSON, 1992).

Nas últimas décadas, os usos da história oral se diversificaram muito, bem como as discussões da sua estatura como campo ou metodologia; de certa forma, confluindo para os desafios da história do tempo presente, nos quais as questões da memória, da identidade e das representações das camadas populares são preocupações de pesquisas que procuram realizar uma discussão mais refinada dos usos do passado (FERREIRA, 1994).

Apesar das divergências a respeito da história oral, seja ela entendida como método, metodologia ou técnica, é indubitável a sua utilização junto aos segmentos populares para resgatar um nível de historicidade que na maioria das vezes era conhecida através de meios oficiais. Essa perspectiva da história oral, enfatizada por autores como Montenegro (1992) e Brand (2000), permite entender que os depoimentos orais, histórias de vida ou biografias são formas diferentes de um método/metodologia, que promove a dialogicidade e a abertura para trabalhar em contextos marcados pela cultura oral.

Nesta pesquisa, a história oral é um investimento necessário e criativo ao contexto da investigação que, em síntese, faz a sua indagação norteadora a partir das relações que se estabelecem entre mundo indígena e mídias,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

procurando compreendê-las a partir das mediações socioculturais que constituem o sujeito da pesquisa. A metodologia foi construída na medida em que são amadurecidas a interlocução e a observação dos contextos dos entrevistados. O duplo movimento não acontece por acaso, mas pela natureza da pesquisa e das exigências de um método que prima pela seleção qualitativa dos entrevistados, considerando os relatos produzidos pela habilidade narrativa dos indígenas.

A proposta nutre-se da ideia de que contar histórias é uma capacidade universal que caracteriza a comunicação humana, como lembram Bauer e Jovchelovitch (2002). Ao mesmo tempo, compreende que todo aquele que narra, sempre narra a partir de um lugar (HALL, 2003), sendo que tais lugares constituem uma experiência que é individual e coletiva. Desse modo, alguns pressupostos da entrevista narrativa são importantes para compreender que as **“histórias” pessoais dos interlocutores** – experiências contadas por quem narra - expressam contextos históricos mais amplos, nos quais suas biografias estão enraizadas.

Acolhemos os recursos da história oral como metodologia⁴, com o objetivo de coletar depoimentos orais referentes à trajetória dos pesquisados, especialmente no que diz respeito as suas vindas para a região metropolitana de Porto Alegre, as suas expectativas e às relações interculturais estabelecidas com os diversos lugares. Além disso, buscamos identificar marcas da inserção dos meios, a partir de uma realidade marcada pelos fluxos migratórios, pela oralidade, por matrizes históricas e pela organização sociopolítica diferenciada.

A coleta iniciou em Santa Maria, cidade localizada na região centro do Rio Grande do Sul e foi realizada ao longo da pesquisa de campo, onde efetuamos procedimentos de contato com a rede étnica e elaboramos uma entrevista⁵ composta de três blocos de questões abordando aspectos sobre a

⁴ Na especificidade da pesquisa, articula o diálogo, mesclando a história pessoal com o contexto grupal do narrador, todos sendo importantes à temática central da pesquisa.

⁵ A **entrevista com o sujeito intercultural** foi formulada ao longo da pesquisa exploratória e realizada entre agosto de 2008 e junho de 2009.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

vinda para Porto Alegre; representações sobre a cidade e o Rio Grande do Sul; e mídias nos acessos, preferências e relações interculturais.

No seu conjunto essas questões visam compreender aspectos da experiência cultural de interlocutores Kaingang com os meios de comunicação, situando essa experiência na suas trajetórias e na sua vivência com a cidade, considerando esta como um espaço geográfico cultural praticado, como lugar da ação comunicativa. Dessa forma, a história oral abre a possibilidade de coletar relatos e construir dados que expressem singularidades de uma cultura e suas conexões, entrecruzamentos e conflitos culturais da nossa época.

Ao trabalhar essas questões aciona-se a memória de vivências, de eventos, de passagens que traduzam modos de ver e se ver como pertencimentos e conflitos, em que é importante considerar a inserção do interlocutor ou da interlocutora no mundo não-indígena e os meios como construtores de representações e configuradores da memória coletiva.

Nesse sentido, as recordações dos interlocutores são construções oriundas do contexto temporal do entrevistado, o que leva a refletir sobre a situação da evocação e igualmente sobre uma realidade complexa e multifacetada, na qual as mídias comparecem como agentes de uma cultura expansionista que atravessa distintas culturas vivas e profundas. Nessas relações, entretanto, se faz necessário pensar como são elas mesmas fabricantes de outra cultura, seja como tática de praticantes, seja nos processos identitários que se estabelecem nas relações de apropriações das representações do índio em construções midiáticas.

A entrevista seguiu uma linha semi-estruturada que permite a coleta de depoimentos orais no/com o aprofundamento da temática, considerando trajetórias de vida e os diferentes fases/lugares vividos pelos interlocutores, os **inter-relacionamentos com as mídias, e o sentido das “leituras” que realizam** sobre as construções midiáticas do índio.

Para apreender as marcas da experiência cultural com os meios de comunicação, consideramos as potencialidades da metodologia de história de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

vida, mediante ajustamentos solicitados pela problemática da investigação. Nessa perspectiva, as reflexões de Bonin sobre a aplicação inventiva deste método aos requerimentos das problemáticas de cada campo, remetem a ideia de Bastide de que “a técnica da história de vida deve se amoldar à própria natureza dos meios sociais estudados” (BONIN, 2008, p. 142). A fecundidade do método não é dada pela aplicação de regras, mas pela adequação às demandas do problema-objeto, o que leva a desencadear a reconstrução metodológica e situa a história de vida no campo da comunicação como método mestiço.

2. O contexto sociocultural das narrativas kaingang

Para compreender o contexto de emergência das narrativas kaingang é necessário situar os interlocutores, considerando os coletivos que compõem assentamentos indígenas na Região Metropolitana de Porto Alegre⁶. Pesquisa realizada pelo Laboratório de Observação Social da UFRGS, em conjunto com a Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre cadastrou 609 pessoas em dez assentamentos formados pelas etnias Kaingang, Guarani e Charrua (SILVA, 2008).

Além de apontar um crescimento da população indígena na Capital e regiões limítrofes, a pesquisa FASC/UFRGS também indicou que a concentração da população - cerca de 70% - se encontra numa faixa etária entre sete e vinte e um anos, em todos os coletivos, enquanto os idosos representam 4,8% da população. O número reduzido indica, segundo a pesquisa, as difíceis condições de vida enfrentadas pela população indígena, especialmente no que diz respeito à saúde, a alimentação e a morosidade de projetos que possibilitem a construção de moradias.

Os Kaingang que vivem nas cidades enfrentam problemas comuns às maiorias pobres e aos povos indígenas que vivem em outras cidades, tais como

⁶ Essa região é formada atualmente por 31 municípios e conta com uma população de mais de quatro milhões de habitantes, o que representa 37% da população do estado do Rio Grande do Sul. O município central tem pouco mais de um milhão quatrocentos e nove mil habitantes, conforme dados registrados pela contagem populacional do IBGE em 2011.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

conflitos pela posse da terra e ausência de políticas públicas no que se refere à habitação, por exemplo. Além disso, integram uma população autodeclarada crescente e na sua especificidade enfrentam ainda discriminações culturais que configuram as relações interétnicas nas múltiplas relações que estabelecem com a sociedade regional.

A constante mobilidade kaingang, também refere à busca de material para confeccionar e comercializar o artesanato, para atendimento de saúde, para visitar os parentes, para estabelecer relações com órgãos do Estado ou ainda em função de dissidências internas, geradoras de exílio ou auto-exílio. Ou seja, a mobilidade kaingang é configurada por uma rede de afetos, trocas comerciais, organização política e necessidades sociais e culturais que diz respeito a um modo de habitar assim traduzido pelo cacique da Aldeia Morro do Osso, Valdomiro Xe⁷ Vergueiro: **“Só que a gente assim, que nós indígena a gente não pára sempre num lugar”**.

Esse modo de expressar a mobilidade evoca uma territorialidade refletida em experiências de ocupações do passado, atualizadas pela memória, sejam como sonhos ou como indicações xamânicas, orientando para a busca de lugares mais favoráveis pra viver conforme um horizonte ecológico e cultural da terra, impregnado por uma vasta rede de relacionamentos sociais, políticos e econômicos. Constituir novas aldeias ou retomar antigos assentamentos é uma prática de territorialidade que se sustenta numa cosmologia própria.

A Aldeia Kaingang Morro do Osso, por exemplo, foi estabelecida em abril de 2004 e se encontra em situação de identificação. Sua formação como comunidade indígena tem vínculos diretos com a memória social, uma vez que seus moradores justificam este local como retomada de uma antiga aldeia, de um lugar de passagem e de abrigo dos seus antepassados.⁸

⁷ Xe significa Quati e corresponde aos nomes tradicionais que vem sendo retomados pelos Kaingang no Sul do Brasil.

⁸ A aldeia está situada no Morro do Osso, zona sul de Porto Alegre, local onde se encontra um parque municipal instalado pela prefeitura em 1994, com 110 hectares. O morro está próximo às margens do Lago Guaíba, atinge uma altitude de 143 metros e é reconhecido por ser espaço num tempo imemorial de um cemitério indígena.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Considerando as itinerâncias e as redes de pertencimento dos interlocutores pode se compreender uma vivência na e da cidade, onde os indígenas participam de arenas locais como sujeitos de direito e procuram a inserção no mundo *fóg*⁹, sem, contudo, perder a sua especificidade étnica. A escola, em nível fundamental, é vista como um lugar para conhecer e reforçar a manutenção da língua e das tradições e a educação como uma oportunidade para trabalhar pela melhoria das condições de vida dos seus parentes.

Situados no contexto urbano, grande parte dos grupos kaingang tem como atividade de sustento a confecção e venda de artesanato, como balaios e demais artefatos, feitos a base de cipó e taquara, coletadas em morros e áreas verdes que compõem a bacia do Guaíba. A atividade fortalece as redes de reciprocidade étnica sendo estratégia adotada pelos indígenas para manter seu vínculo, simbólico, econômico, ecológico e territorial com as florestas e campos (FREITAS, 2006).

Esse processo, entretanto, não é facilmente compreendido por outros artesãos e suas entidades, bem como, por uma parcela dos poderes públicos, que obstaculizam o acesso a matéria-prima e aos espaços tradicionais de exposição e comercialização de artesanato da cidade. Nesses momentos os indígenas externam as suas reivindicações pela ampliação dos pontos de venda de artesanato e apontam que o número de núcleos familiares aumentou, sendo necessário expandir suas bancas, o que resulta em problemas com os outros feirantes. Os Kaingang afirmam que são vítimas de preconceito de outros **“colegas de venda”, maneira como se referem aos demais expositores.**

Tais conflitos fazem refletir sobre os modos de praticar o espaço, os quais, muitas vezes, são hostilizados pela sociedade regional, que por não conhecer a formação da ancestralidade e não reconhecer as intimações da sociedade ocidental sobre espaços de vida tradicional desconhece como os conterrâneos Kaingang atualizam seus modos de vida e como procuram empreender o diálogo com a sociedade.

⁹ *Fóg* é o termo que os Kaingang utilizam para se referir ao branco, não-indígena.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Na compreensão do contexto de emergência das narrativas, considera-se, portanto, a mobilidade como resultante de matrizes de longa duração e também das forças que tecem o presente, quando não só os homens mudam de lugar, mas também os produtos, as imagens e as ideias. Ou seja, toma-se a itinerância **a partir de “mundo do movimento” (SANTOS, 2004, p. 263) em que a noção de residência e lugar de trabalho não se esvai, pois formam o entorno vital, os quadros de vida que têm peso na produção do sujeito intercultural, como se pode observar na seguinte narrativas:**

Ele gostô mais de trabalha com nosso artesanato. Até ele tinha achado só que daí eu não dexei porque daí ele ia tira material pra mim faze né, pra nós faze; e daí eu disse pra ele: - agora tu vai trabalha de peão, de empregado aí tu não tempo pra nada, daí as vez chega um parente e tu não vai ta conversando, prosiano. [...] amanheceu já vai te que ta no serviço e de noite chega cansado, e daí não consegue conversa das vez chega os parente de fora pra nos visita daí por isso que eu acho melhor nós trabaia com artesanato aí tu trabaia por conta se chega gente aí tu já larga do serviço faz um chimarrãozinho e vai prosiano aí é mais melhor trabaia por conta, aí ele ouviu e não quis trabaia, ele trabaia só no artesanato comigo (IRONDINA VERGUEIRO, 2008)

A narrativa exprime o sujeito em suas práticas de ocupar o espaço (CERTEAU, 2002), desvelando sentidos sobre o trabalho assalariado para um modo de vida, que ainda alterado pela apropriação do artesanato na sociedade capitalista, recria formas próprias para fazer dele um meio para suprir necessidades, mas que não se transforme em sacrifício ou punição. O trabalho, mesmo que árduo e por vezes fatigante, é visto como uma maneira de estar com os parentes, como defende a narradora.

As narrativas que emergem nesse contexto desvelam ainda estratégias de construção do grupo étnico, enquanto fronteiras que são mobilizadas no processo de memória coletiva tais como a língua, as marcas clônicas e os nomes tribais. Falar e entender a língua Kaingang, por exemplo, são elementos de distinção para com os *fóg* (os brancos) e também nas relações intraculturais, em



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

que a categoria nativa *kaingang-pé*¹⁰ é construída, para salientar aquele ou aquela que fala a língua e mantém o “costume”.

Tais usos podem ser entendidos como fronteiras no sentido oferecido por Barth (1998). São realçadas conforme as interações que promovem a visibilidade cultural e também funcionam como capital simbólico nas relações que sustentam os coletivos kaingang, sejam eles grupos familiares ou aldeias, como configurações espaciais de uma organização política diferenciada, sustentada em uma hierarquia formada por caciques, conselheiros e demais cargos de comando.

Além disso, os coletivos kaingang podem ser compreendidos como elos de uma rede social, onde a memória se torna uma mediação fundamental na medida em que os lugares de ontem e hoje compõem os fluxos da memória, num movimento que Pollack descreve como “ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (POLLACK, 1992, p. 5).

Nesses movimentos da memória coletiva também podemos considerar as matrizes culturais e as tradições como forças ativamente modeladoras do presente, como sugere Williams (1979) através da noção de residual. A noção serve para pensar aquilo que do passado permanece como significativo, atuando nas práticas e nas identificações, na organização social e cultural contemporânea, tensionando, hibridizando-se (GARCÍA-CANCLINI, 1998; 2000), configurando-se nas teias da hegemonia, mediante socializações inevitáveis e necessárias, e por isso mesmo funcionando como substância social e cultural ativa.

¹⁰ *Kaingang-pé* forma as bases das categorias nativas “índio puro” ou “mestiço”. *Kaingang-pé* é traduzido como índios de tradição e está associado à força e à permanência cultural indígena nos processos de miscigenação. Freitas (2006) explica esse termos no conjunto das redes de reciprocidade e espaços inter-societários das cidades, que ainda fragmentados são sistematicamente interligados pelo fluxo eco-social indígena.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

3. As narrativas comunicacionais e suas configurações identitárias

No contexto geográfico e cultural tratado emergem as narrativas comunicacionais, cujas configurações trazem as marcas de relações que estabelecem com a cidade, enquanto criação de lugares, dentro de um contexto histórico onde os deslocamentos se produzem na medida em que os territórios, na acepção ameríndia, foram ficando cada vez mais diminutos. O lugar, dessa forma está fundado em matrizes de longa duração, mas também é configurado por outras matrizes e pressões contemporâneas, que lhe constituem como espaço atravessado por múltiplas temporalidades¹¹.

Essas configurações também remetem aos vínculos com os meios de comunicação, permitindo compreender e traduzir como os interlocutores/receptores Kaingang, em suas diversas temporalidades, percebem as mídias como espaço de trânsito para fortalecer demandas próprias e a comunicação como processo de reconhecimento no bojo de uma sociedade multicultural e desigual¹². Essa questão pode ser percebida na fala de Francisco Rokãg dos Santos, na época morador da Aldeia Morro do Osso e reconhecido como especialista, isto é, aquele que cataloga os vestígios materiais e agrega conhecimentos e técnicas de recursos naturais, como as plantas que são processadas em balaios e cestos comercializadas e trocadas nas feiras locais:

Às vezes a gente vê no noticiário (...) às vezes passam coisas reais e às vezes os próprios que filmam fazem ao contrário (...) **aqui** aconteceu pra nós (...) no primeiro dia (...) quando nós fomos despachados de dentro do morro pra cá eu chamei

¹¹ Essa noção de lugar se inspira em Milton Santos (2004) para pensar as significações do espaço, como construção vivida, representada ou imaginada. Essas significações são traduções da heterogeneidade cultural como contraponto a ideia de um tempo social absoluto. Numa etapa em que o espaço reticular se hegemoniza como sistema técnico-científico-informacional, o tempo das ações humanas implica pensar não só em tempos longos e curtos como também em velozes lentos, sempre apreendidos em relação.

¹² A perspectiva epistemológica de tradução diz respeito a tornar inteligível a desigualdade e a exclusão como duas dimensões da dominação, vivida e pensada, identificando e compreendendo as misturas das lutas particulares contra-hegemônicas, na imbricação de políticas de reconhecimento e de redistribuição (SANTOS, 2006).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

repórter (...) teve repórter que contou, mostrou, mas teve outros que fizeram mostrando outras páginas. Então o trabalho que a gente vê na televisão, quando a gente vê um irmão nosso lutando, sofrendo, que eu vi lá num resgate lá em Mato Grosso, a gente fica triste. A gente gosta de ver também, ser mostrado que é real para o cidadão, mostrar pro governo, no rádio também (...) (Francisco Rokãg dos Santos, 2007)

Nas relações entre mídia e comunidades indígenas, é possível compreender a midiatização como um processo mais amplo (global) e também localizado (o lugar midiatizado). Em outras palavras, não é uma construção dada desde fora, somente nos meios, e muito menos com preponderância da televisão, mas também desde dentro das transformações culturais localizadas e entrecruzadas com o que se entende por cultura midiática, desde a intervenção dos meios na configuração das práticas sociais.

Nessa senda, o cenário da Aldeia Morro do Osso também permite analisar como os lugares indígenas tornam-se objeto de notícia e como esta construção é apropriada pelos indígenas que vivenciam a aldeia, sejam eles moradores atuais, ex-moradores ou outros que, embora não tenham residido ali, tem referências sobre a sua formação. Oriunda dos fluxos que caracterizam os deslocamentos kaingang, e fortalecedora da rede social étnica, a Aldeia é considerada terra ancestral pelos seus moradores, ou seja, está fundada no **“caminho dos antigos”, argumento que organiza as narrativas dos interlocutores:**

Os velhinhos (...) vinham de Nonoai (...) falar com os governadores aqui em Porto Alegre (...) buscar recurso para a comunidade deles. (...) eles vinham a pé, (...) a nossa vinda aqui pro Morro do Osso foi intermédio dos nossos velhinhos que contavam as notícias pra nós. Que *goj-kafã-tü*, [rio grande, O Guaíba] que era do lado de cá. Eles diziam que tinha uma área pro lado de lá do *goj-kafã-tü*, que quer dizer um rio sem fim, muito grande. Isso ta na internet isso aí. E pro lado de lá eles diziam pra nós que tinha uma área Ran Kri Kuka (...). E daí o branco disseram que era Morro do Osso, (...) Da onde eles vinha e ficavam ali vinham ali pra buscar recursos com os governadores, nas reunião... ali onde tem o pé de Deus (...) Uma pedra muito grande, eles ficavam por ali. (Valdomiro Xe Vergueiro, 2009).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Como se pode observar nessa narrativa a aldeia se configura como um acontecimento que está ancorado nos empenhos da memória grupal para criar **atualizações no presente, quando as “notícias” de ontem (dos velinhos) são** mediadas pelas matrizes que dão existência ao *goj-kafã-tü* como patrimônio cultural e também são mediadas pelos meios de comunicação.

Nesse caminho, é possível compreender os lugares de memória não restritos aos espaços físicos, porque também remetem a um conjunto de elementos que mediam a construção das identidades culturais, como sentimento e ação, mediante processos que fortalecem relações de pertencimento e de projeto nas suas imbricações históricas com os processos de midiaticização. Também leva a considerar as marcas da cultura midiática nas vivências e estratégias dos grupos indígenas, o que significa problematizar os entrecruzamentos entre cultura global e cultura local, urbana, e ancestral para compreender as identidades nas tessituras dos movimentos que articulam a luta pela terra com a afirmação étnica, produzindo a diferença em configurações nativas de visibilidade contra-hegemônicas. Desse modo, diferença pode ser entendida aqui como matriz e força, racionalidade e empenho que configura o gesto da diversidade cultural na sua dimensão histórica, isto é, no campo de atualização e de transformações de toda cultura, frente às circunstâncias que vem passando, para continuar narrando.

Referências

- BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- BAUER, Martin; JOVCHELOVITCH, W. Entrevista narrativa. In: **Pesquisa qualitativa com texto:** imagem e som: um manual prático. (ed) BAUER, Martin W., GASKELL, George. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BONIN, Jiani A. A dimensão metodológica na pesquisa comunicacional e os desafios da observação em perspectiva histórica. In: BONIN, Jiani



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- Adriana; MALDONADO, Alberto Efendy; ROSÁRIO, Nísia Martins do (org). *Perspectivas metodológicas em comunicação*: desafios na prática investigativa. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRAND, Antonio. História oral: perspectivas, questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 4, n. 2, 2000. p.195-227
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*: A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2. Trad. Klauss Brandin Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CERTEAU, Michel de. Artes do fazer. 1. In: *A invenção do cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças In: *Entre-vistas*: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- FREITAS, Ana Elisa de Castro. *Mrũ Jykre*: A Cultura do Cipó – Territorialidades Kaingang na Bacia do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. In: KUBO, Rumi Regina et al. (org.) *Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia*, Recife: vol.3, capítulo 17, NUPEEA/SBEEE, 2006.
- GARCÍA-CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloisa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- IANNI, Octávio. *Enigmas da modernidade mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ISA. Instituto Socioambiental. Disponível em:
<<http://www.socioambiental.org/>>. Acesso em: 05 set. 2011.
- MALDONADO, Alberto Efendy. *Explorar a recepção sem dogmas, em multiperspectivas e com sistematicidade GT – Mídias e recepção*. IX Encontro Anual da COMPOS, PUC-RS, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronaldo Polito, Sérgio Alcides. 2. ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- MATA, Maria Cristina. De la cultura massiva a la cultura mediática. In: *Diálogos de la Comunicación*, Lima n. 50, 1999.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. Trad. Marcos Marcionilo. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MONTENEGRO, Antonio T. *História oral e memória*: a cultura popular revisitada. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Contexto, 1992.
- PEREIRA, C.R.A. *Processos Comunicacionais Kaingang*: configurações e sentidos da identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica. 2010. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Unisinos, São Leopoldo. 2010.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-12.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Nuestra América: reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição Cp. 6. In: ***A gramática do tempo/para uma nova cultura política***. Volume 4. Porto: Afrontamento, 2006.
- SANTOS, Milton. ***A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção***. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SILVA, Sérgio Baptista. (coord); TEMPASS, Martín César; PRADELLA, Luiz Gustavo Souza et al. ***Estudo quantitativo e qualitativo dos coletivos indígenas em porto alegre e regiões limítrofes***. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Relatório Final. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Laboratório de Observação Social – LABORS. Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais – NIT. CONTRATO 026/2007 – UFRGS – FASC. Porto Alegre, set. 2008.
- THOMPSON, Paul. ***A voz do passado***. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. ***Marxismo e literatura***. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

**“MEMÓRIA EM ESQUECIMENTO”:
RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA SOBRE O
MEMORIAL JOHANNES CHRISTIAN MORITZ MINNEMANN DO
SPORT CLUB RIO GRANDE**

Chanaísa Melo¹

A fotografia, por sua característica documental e artística, nos remete para um mundo representado, ao mesmo tempo análogo e imaginário, num processo de recriação de situações tangíveis ou não. Ela é uma expressão peculiar que propicia a construção e a criação de novas realidades. Seus **conteúdos reúnem** “uma série de elementos icônicos que fornecem informações para as **diferentes áreas do conhecimento (KOSSOY, 1999, p. 51)**” e que, como registro criativo, transcende sua condição documental.

A linguagem fotográfica vista como um fragmento do real de um determinado tempo e espaço possibilita através de sua imagem a interpretação e reconstituição de costumes, valores e ideologia de diferentes povos. A conservação e preservação desses bens culturais e materiais é determinante para o (RE)conhecimento dos fatos que construíram nossa sociedade, e que se constituem na presença viva da mesma.

O projeto em questão, atividade vinculada ao PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação, UFPel/CNPq, na linha de pesquisa **“Antropologia Visual e Preservação de Acervos Fotográficos”**, foi realizada em 2006, tendo como objeto de pesquisa o acervo fotográfico do Memorial Johannes Christian Moritz Minnemann do Sport Club Rio Grande / SCRG.

As ações objetivaram, além de aprofundar conhecimentos na área da preservação de acervos fotográficos, problematizar questões relativas ao resgate

¹Graduada em Artes Visuais – Licenciatura (FURG). Mestranda no PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. Pesquisadora do PhotoGraphein - Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação, UFPel/CNPq. chanaisa@yahoo.com.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

e à preservação da memória sociocultural da cidade do Rio Grande, a partir de imagens que registram a trajetória histórica do mais antigo clube de futebol do país.

A proposta metodológica foi desenvolvida em três etapas: uma de caráter técnico e ações tópicas, quando foram analisadas as condições de conservação das fotografias em preto e branco, de um período entre 1910 e 1960; a segunda, de caráter pedagógico, que levou para a sala de aula essas imagens, como instigadoras da discussão sobre as relações entre Fotografia, Memória e Identidade; e uma terceira, artística, que resultou num conjunto de oito montagens fotográficas, que problematizam a relação passado/presente do referido Clube, e, por consequência, da própria cidade do Rio Grande. O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a relação entre Fotografia, Arte e Memória, discutindo a última etapa do referido projeto, que versa sobre a criação da série fotográfica “Memória em Esquecimento”.

1. Sport Club Rio Grande e o Memorial Johannes Christian Moritz Minnemann

O Sport Club Rio Grande foi fundado pelo alemão Johannes Christian Moritz Minnemann, no dia 19 de julho de 1900, junto a um grupo de jovens alemães, portugueses, ingleses e brasileiros. A intenção de Minnemann era difundir uma nova modalidade do esporte europeu, o futebol. A fundação oficial do clube aconteceu na sede do clube Germânia, também conhecida como Sociedade Cruzeiro do Sul localizada na Rua Benjamim Constant esquina Conde de Porto Alegre em Rio Grande. Houve protestos dos associados da sede, devido às pessoas de outras raças, pois na época o clube era privado, frequentado somente pela alta sociedade alemã e seus familiares. Além de fundador, Johannes Minnemann foi orador, secretário, guarda esportes e atleta, também ajudou a redigir os documentos do clube.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Com a euforia da novidade, toda uma estrutura foi organizada para a popularização do futebol. Os primeiros jogos aconteceram entre os sócios, divididos em quadro A e quadro B. As cores do clube, verde, amarelo e vermelho, foram definidas depois de várias reuniões, em homenagem ao Estado do Rio Grande do Sul por acolher os estrangeiros. Em 1911, o primeiro pavilhão foi construído no Estádio das Oliveiras, localizado na Avenida Buarque de Macedo, atualmente no lugar do estádio encontra-se um prédio. A construção teve a colaboração dos sócios e apoio da sociedade riograndina. No ano de 1934 um incêndio destruiu o pavilhão, mas não acabou com o sonho do SCRG; no mesmo local, um novo pavilhão de alvenaria foi reerguido.

Entre as principais conquistas do Tricolor riograndino ressalta-se a **“Taça Centenária da Independência”**, conquistada em 1922, o **Campeonato Gaúcho de 1936** e os vice-campeonatos estaduais em 1941 e 1951. Durante o desenvolvimento de sua trajetória o SCRG passou por fases de lutas e glórias, como todas as entidades esportivas. Na década de 60, participou de vários campeonatos da primeira divisão, denominada na época de Divisão Especial. No ano de 1963 ascendeu a essa divisão.

Em 1978, o clube passou por dificuldades financeiras, fazendo com que sua diretoria traçasse um novo rumo para sua história. Foi, então, vendido o Estádio das Oliveiras que tinha pouco espaço, cerca de um hectare de área, e adquirida uma grande área com vinte e seis hectares, atual sede do clube que desenvolve um amplo Centro Esportivo, situado na Avenida Itália. No centro da cidade, na Rua General Bacelar nº. 197 se encontra a sede administrativa e o acervo do Memorial. O Sport Club Rio Grande é uma fundação de caráter sociocultural e esportiva de direito privado.

O Memorial Johannes Christian Moritz Minnemann, cadastrado no Sistema Estadual de Museus, sob o número 7.13, pertencente à 7ª Região Museológica, surgiu com o centenário do clube em 2000, idealizado pela produtora cultural Helena Portella, sua atual diretora, que desde então se dedica



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

à preservação do acervo e de outros materiais históricos do clube, com o intuito de manter viva a memória dos personagens que participaram dessa história.

No acervo constam: registros de jornais, taças, troféus, fitas de vídeo, documentos históricos, placas, bolas, medalhas, flâmulas, diplomas e mais de mil duzentas e trinta imagens fotográficas analógicas, em preto e branco e colorido, algumas datadas da época da fundação do clube, e digitais, referentes às atividades desenvolvidas no clube e aos campeonatos de futebol. As instalações e o armazenamento dos documentos são precários, pois não há apoio financeiro da iniciativa pública ou privada. O Memorial conta apenas com o trabalho de sua diretora e de estagiários.

Cabe ressaltar a existência de um projeto arquitetônico, elaborado pelo arquiteto William Pavão Xavier, vinculado ao IPHAN, para a reforma do prédio que abrigava a antiga Sociedade Germânica, local para onde o Memorial será transferido em definitivo para maior e melhor acesso da comunidade ao acervo histórico do clube. Atualmente o espaço encontra-se fechado devido à falta de estagiários.

2. Fotografia: registro documental e artístico

A fotografia surgiu a partir de vários experimentos e tentativas de fixar a imagem projetada dentro da câmara escura². Obtida esta conquista, ela passou por várias etapas de aprimoramento da técnica, da qualidade da imagem produzida e do equipamento utilizado. Com ela o homem aventurou-se na “**descoberta**” de lugares remotos, registrando costumes, povos, rituais, cotidiano, famílias e informações que contribuiriam para dar um novo rumo à história e ao crescimento cultural da sociedade. De acordo com Kossoy (2001), o

² A câmara escura consiste num espaço interior, um compartimento fechado, como por exemplo, uma caixa, na qual a luz procede de um objeto iluminado e que, através de uma pequena abertura, penetra o interior de uma câmara escura, reproduzindo, em sua parede oposta à abertura, uma imagem invertida deste mesmo objeto.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

mundo tornou-se “familiar” após o surgimento da fotografia, possibilitando ao homem uma investigação mais precisa e ampla de outras realidades.

A linguagem fotográfica trouxe à tona discussões quanto à veracidade dos fatos registrados e apresentados como documento de uma realidade. Primeiramente, no século XIX, a fotografia caracterizou-se como um olhar ingênuo e objetivo, sem levar-se em consideração a intervenção do fotógrafo e a intermediação máquina. Essa considerada como um instrumento neutro de captura do mundo visível.

No século XX, a ideia da fotografia como espelho do real foi contestada, no entendimento de que a imagem não é simplesmente a semelhança do visível, mas um instrumento de desconstrução, interpretação e até transformação do real. A imagem fotográfica passa então a ser discutida como uma construção subjetiva, impregnada de ideias e valores idealizados pelo fotógrafo, contudo, ao se observar uma fotografia não se pode negar em seu registro, a existência de algum objeto da realidade capturado num determinado tempo e espaço devido à gênese automática da técnica.

Essa gênese automática provocou uma reviravolta radical na psicologia da imagem. A objetividade da fotografia confere-lhe um poder de credibilidade ausente de qualquer obra pictural. Quaisquer que sejam as objeções de nosso espírito crítico, somos obrigados a acreditar na **existência** do objeto representado, ou seja, tornado presente no tempo e no espaço. A fotografia beneficia-se de uma transparência de realidade da coisa para sua reprodução. (DUBOIS,1994, p.38)

Neste momento a fotografia passa a ser refletida em relação ao que foi capturado, o que é visto na imagem e qual a sua relação com a realidade. De acordo com DUBOIS (1994), a referencialização da fotografia inscreve-se no campo de uma pragmática irreduzível em que a imagem torna-se inseparável de sua experiência referencial, do ato que a funda, sua realidade nada diz além de uma afirmação da existência. A foto em primeiro lugar seria um índice, uma marca da realidade, a qual indica que o objeto estava no lugar, tornando-se uma



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

representação por contiguidade física do signo com seu referente, para depois tornar-se parecida (ícone) e adquirir sentido (símbolo).

O registro fotográfico é uma criação subjetiva, construída a partir das concepções e interesses do fotógrafo ou de quem quis ser fotografado. Por isso tratar-se de uma linguagem subjetiva e individual, com valores estéticos, o que a transforma em um meio expressivo próprio, de caráter documental e artístico.

Trabalhar com o acervo fotográfico do Sport Club Rio Grande oportunizou o resgate da trajetória desse clube que foi muito importante para o desenvolvimento do esporte na cidade. Por ser o clube mais antigo do país é imprescindível que se ressalte seu valor histórico, fazendo referência aos personagens que construíram essa história.

3. Série “Memória em Esquecimento”

A série “Memória em Esquecimento” surgiu a partir da investigação e necessidade da autora em criar um trabalho artístico que pudesse contribuir para “reativar” a memória do clube, levando às pessoas um pouco da sua história.

Inicialmente foi pensada a possibilidade de realizar um trabalho a partir de imagens analógicas do estádio do clube no ano de 2006, mas essa ideia não foi satisfatória, pois também era importante resgatar as imagens antigas para que se fizesse um retorno ao passado, rememorando as conquistas do SCRG. Optou-se então pela elaboração de uma montagem com os registros fotográficos, de modo que resultasse num diálogo imagético entre o passado e o presente do clube.

Foram utilizadas imagens originais, digitalizadas e cedidas pelo Memorial Johannes Christian Moritz Minnemann, e fotografias digitais do estádio capturadas no mesmo ano do desenvolvimento dessa pesquisa. Num segundo momento começaram as experimentações de manipulação das imagens, que posteriormente foram impressas em lâminas transparentes e



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

sobrepostas. As fotomontagens foram anexadas em flâmulas, essas confeccionadas com tecido de brim preto, inspiradas nas flâmulas do clube, na busca por uma apresentação harmoniosa que remetesse ao futebol.

A série “Memória em Esquecimento” (Figura 1 e 2) é composta por oito fotomontagens, as quais permitem traçar um paralelo entre o presente e o passado, a memória e o esquecimento, a presença e a ausência. O resultado desse trabalho foi apresentado em duas exposições que ocorreram no ano de 2007, uma no Sobrado dos Azulejos e a outra no Blues Café – Espaço Cultural, ambas na cidade do Rio Grande.



Figura 1: **Chanaísa Melo.**
Série “Memória em Esquecimento”, Fotomontagem, 2006.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*



Figura 2: **Chanaísa Melo.**
Série “Memória em Esquecimento”, Fotomontagem, 2006.

O uso da fotografia como forma de expressão, vem sendo explorado por muitos artistas, devido à grande variedade de recursos disponibilizados pelo mercado e o potencial de informação, representação e visualização que a imagem oferece, além de ser um fragmento que nos proporciona interagir com o tempo e reinterpretar momentos significativos, suscitando memórias e os mais diversos sentimentos.

Ao olharmos uma fotografia estamos a incluir nela todas as alterações que o tempo provocou naquilo que essa imagem tenta representar; a fotografia apresenta-se, assim como uma máquina de medir o tempo, - e o tempo é a inscrição mais definitivamente humana na nossa ação no mundo. (SÉREN, 2002, p. 21)

A criação dessa série foi um trabalho em que se buscou o diálogo entre um passado de glórias e o presente abandono do Clube, bem como, despertar olhares e consciências sobre a importância de mantermos viva a história cultural da cidade, visto que:

O artista é, afinal de contas, a individualidade que defende, na expressão sensível da sua experiência do mundo, a possibilidade de outorgar a este um sentido originado em sua própria



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

subjetividade, em seus desejos e esperanças, ou, também, em sua dor ou decepção. Escolher a criação de formas e valores como de vida, isto é, escolher a arte, significa adotar como projeto vital a liberdade de configurar o mundo...(CALABRESE, apud Sonaglio, 2004, p.168)

4. Considerações finais

A representação da imagem sempre exerceu um grande fascínio na sociedade ao mesmo tempo em que ditou e ainda dita modos de agir e de pensar da população, ressaltando expressões culturais que caracterizam indivíduos ou grupos, seus valores e identidades. A fotografia como sistema visual possibilita compreender certas construções de ideias, sentidos e processos simbólicos efetivados pela multiplicidade de diferentes grupos sociais.

Como fragmento congelado do passado, através de sua aparência exterior, iconográfica, possibilita a visualização de parte dos contextos apresentados/discutidos, que estimulam e interagem com nossa memória, reportando-nos à determinada época ou situação. As imagens do Memorial Johannes Christian Moritz Minnemann são exemplos da expressão cultural da sociedade riograndina, a qual não pode ser esquecida pela comunidade, pois é uma fonte de conhecimento e compreensão de pensamentos e atitudes de uma época passada, que se refletem na trajetória do clube e na própria história da cidade.

A proposta desta pesquisa teve por objetivo refletir e apresentar através de uma produção artística a importância e as possibilidades do resgate histórico e preservação da memória cultural da cidade do Rio Grande, por meio dos registros fotográficos do clube de futebol mais antigo do país. Nesse sentido, as relações que as imagens apresentam entre passado e presente, presença e ausência, memória e esquecimento, evidenciam a trajetória do clube que apesar de ser conhecido e relevante para a cidade, enfrenta difíceis situações. As



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

fotomontagens foram um meio de trazer à tona a memória do clube que teve um passado de glórias, fazendo um contraponto com sua situação de abandono.

Como uma primeira investigação os resultados da pesquisa foram satisfatórios, no sentido em que revelaram a necessidade prioritária de dar-se continuidade às ações, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre as questões que envolvem a valorização e a preservação da cultura comunitária, expondo a fragilidade de nossas instituições no que se refere às condições de manutenção e guarda dos bens culturais. Bens esses, que assim como as imagens do Memorial Johannes Christian Moritz Minnemann, possibilitam o entendimento sobre as nossas raízes e o reconhecimento das teias identitárias que nos constituem cidadãos.

Referências:

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papyrus, 1994.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. *Realidades e Ficções na trama fotográfica*. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

SANTOS, Alexandre; SANTOS, Maria Ivone dos. *A fotografia nos processos artísticos contemporâneos*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SÉREN, Maria do Carmo. *Metáforas do Sentir Fotográfico*, 2002, p. 19 – 52.

<<http://www.sportclubriogrande.com.br/memorial>>. Acesso em: 10 out 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A FRONTEIRA DO BRASIL E DO URUGUAI NA PERSPECTIVA DA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO COM OS PESCADORES E PESCADORAS DA LAGOA MIRIM

Clara da Rosa¹

Este trabalho tem como objetivo analisar um conflito fronteiriço existente na Lagoa Mirim, tanto na porção uruguaia (Província de Mello, Província de Treinta y Tres e Província Rocha), quanto na porção brasileira (Jaguarão e Santa Vitória do Palmar) intensificado pela escassez de peixes. O conflito entre pescadores artesanais da Lagoa Mirim é causado, entre outros motivos, pela demarcação do limite nas águas da própria lagoa, repartindo esta em duas partes.

1. Contexto histórico

A fronteira, tecnicamente resultado de uma construção histórica, é dependente “(...) das relações sociais em diferentes tempos históricos” (GOLIN, 2002: 14). A fronteira histórica tem como dimensão a ambiguidade e a tensão. Pode-se dizer que a fronteira, no caso dos Estados modernos, advém de uma situação política (o limite), mas consiste, sobretudo, num fenômeno sociocultural. A área de estudo dessa pesquisa é marcada por essas disputas. **Um exemplo são os “Campos Neutrais”.** No período colonial os portugueses celebraram com os espanhóis o Tratado de Santo Ildefonso (1777) mediado pelo papa, segundo o qual ficavam constituídos os “Campos Neutrais”, uma faixa desabitada de terra que se estendia dos banhados do Taim ao Arroio Chuí, de forma a evitar um confronto direto entre os colonizadores. Apesar do tratado, com a criação da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, foram concedidas sesmarias aos oficiais do exército português dentro dos Campos

¹ Acadêmica do curso de Pós Graduação em Gerenciamento Costeiro na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: claradarosapereira@yahoo.com.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Neutrais (AMARAL, 1973). Tal fato estabeleceu as bases para a ocupação e formação do território do extremo sul do Brasil, nesse contexto que a pesca se estrutura como objeto a ser focado.

As ambiguidades e tensões existentes nos limites dos Estados Nacionais são resultantes da ação do homem no tempo, ou seja, de processos históricos. A resolução desses de forma definitiva e qualitativa só ocorre quando se tem o conhecimento dos processos históricos, da história em si. A pesquisa proposta vem exatamente dessa linha de raciocínio: é necessário compreender historicamente o conflito existente sobre o usufruto da Lagoa Mirim pelos pescadores artesanais do Brasil e do Uruguai para oferecer subsídios a sua mediação.

2. O conflito

O conflito entre pescadores artesanais da Lagoa Mirim é causado, entre outros motivos, pela demarcação do limite nas águas da própria lagoa, repartindo esta em duas partes. A busca pelo território é um problema que surgiu desde o momento em que os colonizadores europeus chegaram à América, uma disputa, principalmente, pela navegação. Porém, após a demarcação dos limites dos Estados Nacionais, ocorreu uma disputa pelo usufruto do território. Tal disputa se deu pelo local de pesca que, delimitado em um ambiente lagunar, apresenta-se como sendo de difícil demarcação, isto é, sem um limite visível ou palpável. Nesse sentido, como ficam os pescadores? Esta divisão de território foi construída visando à navegação e não teve como foco outras atividades econômicas locais. Isto se reflete sensivelmente na condição atual dos pescadores, onde se disputa o pesqueiro, em situação de escassez de peixe.

A situação dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil já enfrenta grandes dificuldades na manutenção da sua identidade de grupo e modo de vida próprio, pois



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O desafio é buscar alternativas e soluções ao conjunto de problemas existentes na pesca, através de políticas ao setor, para que esta possa continuar sendo uma possibilidade econômica e ambientalmente sustentável para a população local. (PEREIRA, 2006:24)

Na experiência vivida com o projeto Larus² pode-se ter um contato maior com o público que vive às margens da comunidade do Porto em Santa Vitória do Palmar e constatar as dificuldades que vêm enfrentando a população que vive da pesca. Por exemplo: no lado brasileiro existe a Instrução Normativa Conjunta do Ministério do Meio Ambiente e SEAP- IN 02/2004 que regula a pesca na Lagoa Mirim/Mangueira. Esta estabelece quem pode pescar, o tamanho da malha das redes, o período de defeso das espécies, dentre outros. Assim, os pescadores brasileiros tem uma lei a cumprir, salário de auxílio no período do defeso³, políticas de moradia e outras. É notável nos discursos dos brasileiros que se torna difícil o controle dos pescadores uruguaios que disputam o mesmo recurso, isto é os brasileiros ficam impedidos de pescar em determinados meses do ano e não há fiscalização suficiente para impedir os uruguaios de pescarem. Por outro lado também foi exposto pelos pescadores que a representação deles no Comitê da Lagoa Mirim (COMIRIM) tem sido fraca, mas isso foi relatado em 2009 e deve-se confirmar se continuam com pouca atuação no comitê.

Além destes conflitos específicos dos pescadores entre eles mesmos apresentam-se ainda os problemas inerentes ao sistema capitalista que nos grandes empreendimentos não tem fronteiras. Atualmente, a sociedade globalizada divide o ônus dos benefícios de parte da sociedade com o petróleo, das fontes de energia elétrica e nuclear. Na maioria das vezes esse avanço afeta a vida das populações tradicionais que vivem na costa brasileira (ou qualquer outra localidade).

² Projeto Larus – Monitoramento Ambiental Cidadão Costeiro realizado pelo Museu Oceanográfico do Rio Grande. Atuei como bolsista de graduação no ano de 2009.

³ Defeso é a época em que os pescadores e pescadoras ficam sem pescar para que seja possível a reprodução das espécies.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

3. Percurso metodológico

Essa pesquisa pretende utilizar como principal método de trabalho a História Oral. A partir dos procedimentos proposto por esta, realizar-se-ão entrevistas que serão as principais fontes para a elaboração da pesquisa em questão.

De acordo com Verena Alberti, são muitas as possibilidades de pesquisa através das fontes orais, segundo as problemáticas propostas pela autora e suas respectivas respostas:

Quais são as possibilidades de pesquisa abertas pela História oral? Que problemas ela pode ajudar a solucionar? Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. (...) entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas. (ALBERTI, 2006: 165)

Sendo assim, para se trabalhar com História oral é necessário produzir fontes para essa, ou seja, as entrevistas. Segundo a autora, a produção de fontes pode ser dividida em três momentos: a preparação da entrevista, a realização dessa e seu tratamento. Todas essas fases exigem um preparo anterior consciente de sua possível mutação e flexibilidade ao longo do projeto. Por exemplo, a realização de um roteiro/projeto de pesquisa para a estruturação dos entrevistados (pequena biografia, situação social, relevância para a pesquisa, etc.) e das perguntas. Ou seja,

A preparação de entrevistas de História oral inclui, pois, uma pesquisa exaustiva sobre o tema e sobre a vida dos entrevistados, a sistematização dos dados levantados e a definição clara dos problemas que se está buscando responder com a pesquisa. (ALBERTI, 2006:177)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Quando na análise e interpretação de entrevistas, essa deve ser vista como um “documento-monumento”, pois “o ‘monumento’ (...) teria como característica a intencionalidade, uma vez que é constituído para perpetuar a recordação (...)” (ALBERTI, 2006:183). Segundo Le Goff, o documento

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF *apud* ALBERTI, 2006:184)

É nessa perspectiva que se realizará essa pesquisa, tendo-se como pressuposto ir além do senso comum superando a ingenuidade sobre o assunto, tal objetivo é alcançado com estudo aprofundado sobre a temática em questão. Para tanto, será realizada uma revisão bibliográfica da produção acadêmica sobre Brasil-Uruguai e, também, consultas detalhadas à documentos oficiais que dizem respeito ao conflito na Lagoa Mirim.

4. Andamento da pesquisa

A pesquisa encontra-se em fase inicial, revisão bibliográfica e documental, que se estenderá durante todo seu desenvolvimento, com intuito de atualização de dados, assim que houver informações que sustentem a metodologia adotada passar-se-á para a caracterização da área e as entrevistas.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Nessa primeira fase, busca-se entender o funcionamento, a fiscalização e as leis que regem o usufruto da Lagoa Mirim. Assim, buscam-se as ferramentas legais e institucionais atuantes nesse espaço para termos o escopo básico na hora de ouvir os pescadores, pois eles podem desconhecer a legislação e ou discordar dela.

O aparato legal inicial que vamos nos embasar consiste na Lei 11959/09 – Presidência da República que regulariza a pesca em geral e a IN 02/04 (MMA/SEAP) que regulariza a pesca na Lagoa Mirim/Mangueira. Os tratados que estão sendo analisados são o tratado da Lagoa Mirim de 30 de outubro de 1909 e o Decreto N. 81.351 - de 17 de fevereiro de 1978, ambos disponíveis na internet.

O tratado de 1909 tem como preocupação básica a navegação da Mirim e do rio Jaguarão, visto que é um acordo sobre o limite dos Estados nacionais Brasil e Uruguai. Nesse tratado, o Brasil aceita dividir com o Uruguai a Lagoa Mirim e o rio Jaguarão, com a condição de que somente iriam navegar barcos brasileiros, nenhum dos países construiria fortificações nas margens da lagoa, do rio ou qualquer outra parte desse território, etc. Os artigos 6º, 7º, 8º e 9º referem-se ao comércio e a navegação na Lagoa Mirim, demonstrando que se tinha (e ainda se tem) um grande interesse por esse território. Nesse tratado se cria uma comissão mista para tratar os assuntos relativos à Lagoa Mirim e ao Rio Jaguarão, como explícito no artigo 5º:

Uma Comissão Mixta, nomeada pelos dois Governos no prazo de um anno contado do dia da troca das ratificações do presente Tratado, levantará a planta da parte da Lagôa Mirim que se estende ao sul da Ponta do Juncal, e tambem a planta do Rio Jaguarão desde a sua fôz até a do Arroio Lagoões, effectuando as sondagens necessarias além das operações topographicas e geodesicas indispensaveis para a determinação da nova fronteira, e balisando-a na lagôa segundo os processos mais convenientes. (artigo 5º, 1909)



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Ou seja, essa comissão tem o caráter de avaliar, registrar e realizar as modificações necessárias nesse território. Posteriormente, em 1963, cria-se uma Comissão Binacional que se falará adiante.

Já o Decreto N. 81.351 - de 17 de fevereiro de 1978, foi assinado pelos **então “presidentes”**: **Ernesto Geisel do Brasil e Aparício Mendez do Uruguai**. Esse tratado tinha como objetivo um acordo de cooperação para aproveitamento dos recursos naturais e desenvolvimento da Lagoa Mirim. Nele continham as obrigações de cada país à região da Lagoa Mirim, como: elevar o nível social e econômico dos moradores; garantir o abastecimento de água com fins domésticos, urbanos e industriais; regularizar as vazões e o controlar as inundações; estabelecer um sistema de irrigação e drenagem para fins agropecuários; defender e utilizar adequadamente os recursos minerais, vegetais e animais; produzir, transmitir e utilizar a energia hidrelétrica; incrementar os meios de transporte e comunicação e, de maneira especial, a navegação; desenvolver industrialmente a região e; desenvolver projetos específicos de interesse dos dois países (Interesses e objetivos contidos no artigo 4º do Tratado da Bacia Mirim, 1978).

Nota-se que não há especificidade em relação aos pescadores, ao usufruto da Lagoa Mirim por pessoas, famílias, comunidades de baixa renda que viveriam nessa localidade. Nota-se, também, que essa região foi e é estratégica, pois se estabeleceram as leis de comércio, de uso industrial, de navegação e recursos naturais, para ambos países.

Atualmente, as atividades desenvolvidas na Lagoa Mirim e nos municípios do seu entorno são regidas pela Agenda de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (ALM); Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM); Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL). Além desses, existe o Fórum da Lagoa Mirim e outros que ainda não foram identificados. Todos esses órgãos governamentais ou não serão melhor analisados e entendidos e outros inseridos de acordo com o andamento do projeto que, como já foi dito,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

encontra-se em estágio inicial. Mas, com o intuito de se falar superficialmente sobre cada um desses órgãos citados, se dividi-los-á em tópicos, buscando uma melhor compreensão.

- a. **Agenda de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (ALM):** Atua somente na parte brasileira. Foi criada em 1964 através do Decreto 1.148 de 26 de maio e é voltada para o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, fazendo parte como organismo operativo e de apoio da Comissão Lagoa Mirim. Articula-se com os Ministérios representados no âmbito da CLM (Min. das Relações Exteriores, da Integração Nacional e do Meio Ambiente) e com outros (Agricultura, Desenvolvimento, Transportes, etc.) de acordo com a demanda. Tem como responsabilidade a manutenção/operação da Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo; administração da Barragem do Arroio Chasqueiro e de seu Distrito de Irrigação e por parte da operação da Rede Hifrometeorológica e da Qualidade da Água da Lagoa Mirim do lado brasileiro.
- b. **Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM):** É composta por uma delegação Uruguiaia e uma Seção Brasileira. Foi criada em 1963, pelo Tratado da Lagoa Mirim, sendo executora deste.
- c. **Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL):** É um centro especializado que faz parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Desenvolve pesquisas em diversas áreas do conhecimento e atua nos litorais dos estados do RS, SC, PR, SP, RJ e ES. Desenvolve pesquisas especificamente com pesca, aquicultura e ecossistemas costeiros. Agencia reuniões de Ordenamento Pesqueiro junto aos usuários dos recursos e dá apoio à fiscalização da pesca, desenvolvendo também trabalhos de Educação Ambiental junto às instituições de ensino.
- d. **Fórum da Lagoa Mirim:** é realizado no intuito de que a população participe apontando problemáticas, possíveis soluções, demandas, entre outras possibilidades.
- e. **Ainda não analisados:** Agencia Nacional de Águas (ANA); Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH); Conselho Nacional de Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

(IBAMA); Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEAP); Relações Bilaterais com o Uruguay (Ministério das Relações Exteriores); dentre outros.

Cada um desses órgãos listados, discutem, apresentam como missão, decidir, coordenar, planejar, etc., o território da Lagoa Mirim. Com base nisso, onde estará a falha, visto que continuam os problemas e os potenciais conflitos? Seria um problema estruturante do capital? Na forma de pensar o uso da Lagoa Mirim baseado em um sistema capitalista onde o lucro é mais importante e privilegiando o industrial em detrimento do artesanal? Tratando as populações **tradicionais como “lixo”?** Isto é, são grupos sociais que aparentemente não são importantes ao grande capital. Por outro lado, é inquietante os espaços que se dizem democráticos não serem reconhecidos como tal pelos pescadores isso é percebido em contatos anteriores à pesquisa. Talvez os problemas não estejam sendo tratados por aqueles que são os principais interessados. Estas são algumas das questões que nortearão a investigação e deverão ser respondidas no caminho metodológico percorrido.

5. Considerações Finais

Por ser um trabalho que se encontra no princípio de uma pesquisa no âmbito de mestrado, ainda não se possui conclusões, podendo correr o risco de **formar “conclusões precipitadas”, contudo são como se fossem hipóteses.** É visível que a pesca, os pescadores e pescadoras artesanais, estão à margem do gerenciamento costeiro, isto é dos espaços decisórios anteriormente citados onde os atores são as prefeituras e as diferentes esferas de governo assim como universidades e algumas lideranças da pesca, contudo estas em alguns casos parecem não representar de fato o grupo social como um todo. As comunidades artesanais estão bastante prejudicadas seja pelo sistema, onde as populações tradicionais, principalmente na região da costa, sofrem com o ônus dos grandes



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

empreendimentos, como portos, barragens, dragagens, entre outros; seja pelas políticas públicas insuficientes.

Portanto, o potencial conflito entre os pescadores artesanais na Lagoa Mirim, nos dois países, tem como principal indicativo, além da escassez do peixe, a forma que estão sendo versados, considerados por ambos, em relação às políticas públicas. Dessa forma, torna-se mais compreensível o processo, tornando real o processo, a tentativa, de gerenciamento de conflitos. Obviamente, há muito a ser pesquisado, analisado e levado em consideração, visando uma possível solução de qualidade que provavelmente passa pela participação dos sujeitos nos espaços decisórios. Nesta perspectiva é que se pretende ouvir os pescadores artesanais da lagoa Mirim na intenção de contribuir na construção de um futuro melhor onde eles terão vez e voz.

6. Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *Fontes Orais: A História dentro da História* In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 155-202.
- AMARAL, Anselmo F. Os *Campos Neutrais*. Porto Alegre: Intermédio, 1973.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 2001.
- DIEGUES, A. C. Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *A Formação do Uruguai*. In: O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 50-63.
- PASQUALOTTO, F. V. *Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2005.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

PEREIRA, M. O. R. *Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação*. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

EDUCAÇÃO RELIGIOSA FEMININA EM CHAPECÓ-SC (1947-1985)

Clarissa Vinhas Furlanetto¹

1. Considerações iniciais

Neste trabalho analisaremos a implementação e consolidação de um colégio da Congregação das Irmãs Franciscanas no município de Chapecó/SC. Inserida na proposta de difusão da reforma católica por todos os cantos do país (coerente com a restauração católica implementada no Brasil, sobretudo, na primeira metade do século XX), foi fundada naquela cidade o Colégio Bom Pastor.

Sendo uma das mais intensas instituições religiosas do ocidente, a Igreja Católica, historicamente foi detentora de grande valor perante a sociedade, atuando como formadora de opiniões e de valores fundamentais compartilhados **pela sociedade.** **Cabia à Igreja Católica “moldar” homem e mulher, definir e/ou reforçar seus papéis perante a sociedade.** Era esta instituição quem **expedia e dava significados às ações/estratégias para regerar, “higienizar” e disciplinar a sociedade,** por meio da ritualização de práticas sociais e da disciplinarização das condutas. Nesta perspectiva redentora, a Igreja colaborava para que a sociedade pudesse atingir o seu ideal de harmonia e justiça social, através da educação moral.

A da Igreja Católica, assim como qualquer outra instituição, ter sido sensível a mudanças que ocorreram no decorrer do tempo, interferindo de alguma maneira na direção de seu comando, seu poderio foi adaptado. Através da Restauração Católica² houve sua perpetuação, sendo disseminado por inúmeros locais.

¹ Graduada em História pela UNOCHAPECÓ. Pós-graduada em Educação pela Celer Faculdades de Chapecó e Mestranda em História Regional pela Universidade de Passo Fundo – UPF. Email: clavinhas@gmail.com

² Restauração Católica - Nada mais é que uma reforma da Igreja. Retorna-se ao catolicismo Tridentino (com autoridade direta do Papa), inicia-se uma oposição a qualquer forma de



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Conectada à religião, a educação exercia um papel fundamental³, formadora do perfil almejado as mulheres e homens da sociedade. Essa educação era comandada, geralmente, por Congregações ou Ordens religiosas, tanto femininas quanto masculinas, que atuaram especialmente em escolas e hospitais – como no caso objeto de nossa análise.

O Colégio Bom Pastor de Chapecó foi inaugurado no ano de 1947 e teve até 1985 seu foco de ensino voltado exclusivamente à educação feminina. Era um **lugar pensado e disposto de modo a manter a menina “protegida das influências externas”, facilitando a disciplina e a obediência, que posteriormente, deveriam** ser refletidas dentro da comunidade chapecoense. Além de educação formal, o Colégio também pressupunha a difusão do catolicismo como vetor cultural naquela sociedade que se organizava no ainda pouco desbravado oeste catarinense.

2. Educação e Religião Católica em Chapecó

No início do século XX, o Oeste de Santa Catarina se diferenciava do resto do Estado por ser a única região que ainda não havia sido intensamente colonizada. Essa colonização somente terá início com a vinda dos descendentes de italianos, alemães, poloneses, etc., à região, através da mediação de empresas colonizadoras que vendiam lotes para migrantes das chamadas Colônias Velhas vindos do Rio Grande do Sul.

tutela do Estado, os dois deveriam manter-se afastados, porém conviver de uma maneira plausível, pois o bem estar material e bem estar espiritual, se complementavam. Algumas medidas adotadas para a reforma: base paroquial; associação de crianças em torno da devoção de Jesus; devoção ao coração de Jesus entre senhoras casadas e viúvas; apostolados da oração; a atuação das Congregações Marianas que objetivavam preparar pais e mães virtuosos e afinados com a religião. - RAMBO, Arthur B. Restauração católica no sul do Brasil. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

³ Como coloca Ivan Manoel, desde o Império Carolíngio a Igreja Católica exercia um predomínio na produção e distribuição do conhecimento no mundo ocidental, estava intimamente ligada a pedagogia, disseminava suas teorias especialmente através da educação. MANOEL, Ivan Aparecido. **História, Religião e Religiosidade**. Revista Brasileira de História das Religiões - Dossiê Identidades Religiosas e História, Ano I, no. 1, p. 18-32, maio de 2008.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Em 25 de agosto de 1917, ocorreu a criação de quatro municípios no oeste catarinense: Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó, através da Lei 1.147, assinada pelo Governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt. Naquele contexto tal criação foi possível visto a definição dos territórios entre os dois estados sulinos (Santa Catarina e Paraná) e que legou a região referida ao controle catarinense. Chapecó possuía uma área de 14.973 km, atualmente (2011) possui 625,6 km, em função dos desmembramentos de vários municípios.

A sede de Chapecó oscilou entre três vilarejos por razões políticas e econômicas: Passo Bormann, Xanxerê e Passo dos Índios. A colonização iniciou no Passo Bormann em 1917, sendo transferida para Xanxerê em 1919. Em 1923 retornou a Passo Bormann; em 1929 a Xanxerê; e finalmente em 1931 se fixou em Passo dos Índios, local em que se encontra atualmente.

Quando da criação do município, grande parte dessa área estava “desocupada”, segundo a compreensão estatal e colonizatória – neste sentido, índios e caboclos eram desconsiderados. Sendo assim, a empresa “Brazil Development & Colonization CO⁴” firma um contrato com o Governo Catarinense, no ano de 1916, através do qual a empresa se compromete a colonizar a região em um prazo de quinze anos, a partir de 1º de janeiro de 1932. Caso não ocorresse, as terras seriam devolvidas ao estado.

A “Brazil Development”, por sua vez, repassa as terras a outras empresas colonizadoras. Inúmeras companhias colonizadoras atuam no extremo-oeste catarinense. Além da colonização, as empresas promoveriam “ao longo dos anos a instalação de diversas indústrias: serrarias, cerâmica, moinhos de trigo, energia elétrica, frigorífico, imprimindo os primeiros passos ao processo de industrialização.” (HASS, 2001, p. 64)

⁴ Brazil Development & Colonization CO: “Autorizada a funcionar no Brasil em 1912, a B.D.C.Co. firmou um contrato com o governo de Santa Catarina, no ano de 1916, onde foram validadas as concessões as empresas” (HASS, 2001, p. 60) - HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense:** um estudo de poder local 1945-1965. Chapecó: Argos, 2001.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Também ocorre outra forma de colonização, que não a das empresas colonizadoras. Como o Governo Catarinense almejava ocupar a área contestada o mais rápido possível, iniciou a concessão e venda de terras devolutas, favorecendo colonizadores.

A colonização foi feita sem levar em conta os então chamados “posseiros”, as famílias que já ocupavam as terras antes da chegada dos colonizadores. Caboclos, indígenas e quem mais estivesse nas terras das colonizadoras sem as terem adquirido foram considerados intrusos e, muitas vezes, fez-se uso da violência para que desocupassem as mesmas.

No Oeste catarinense, mais precisamente no atual município de Chapecó, a empresa responsável foi a Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, que analisaremos na seqüência, que adquiriu as terras da Fazenda Campina do Gregório. Quando da sua fundação, em 18 de setembro de 1918 no município de Guaporé-RS, a Empresa Colonizadora era denominada Empresa Bertaso, Maia e Cia., de propriedade de Agilberto Maia, Manoel dos Passos Maia e Ernesto Francisco Bertaso. A Colonizadora, entre outras glebas, adquiriu as terras da Fazenda Campina do Gregório (atualmente compreende os municípios de Chapecó e Coronel Freitas), dos herdeiros da Baronesa da Limeira, de São Paulo.

A partir de 1923, a associação inicial foi dissolvida, ficando de posse somente do Coronel Bertaso, sendo a partir de então denominada Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso.

A fundação da Companhia Colonizadora Bertaso pode ser apresentada como o desdobramento e a materialização oportunista, pelos colonizadores, das expectativas e dos interesses do governo e das elites do estado catarinense, no que se refere à política de colonização. (VICENZI, 2008, p. 54)

Ao Estado interessava o povoamento das localidades praticamente inabitadas e à colonizadora ter a concessão de muitas terras para que pudessem ser desmembradas e postas à venda para camponeses que estavam à procura das mesmas. A entrada dos colonizadores no Oeste não foi muito fácil. Apesar



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

de possuírem documentos estatais que afirmavam que as terras pertenciam a eles, existiam camponeses que habitavam aquelas terras e diziam que as mesmas já estavam colonizadas. Entretanto, embora com dificuldades, seguiram em frente com a colonização.

Foram feitas muitas doações de terrenos pela Colonizadora à comunidade, para a instalação de estabelecimentos públicos, religiosos, institutos de cunho esportivo e/ou recreativo. Entretanto, na realidade, não se tratavam de doações, já que no contrato feito com o Estado estava prevista a concessão de terrenos para uso público como uma das obrigações da empresa.

A Colonizadora Bertaso, como também outras que atuaram na Região Oeste, comercializavam os lotes de terra com descendentes de italianos, alemães e poloneses, que viviam no Rio Grande do Sul. Este Estado já não abarcava mais o número de famílias ali instaladas como camponeses praticantes da agricultura em pequenas propriedades. Como elas foram crescendo, os descendentes necessitavam de terras para dar continuidade a seu legado. Dessa forma, migraram para a região Oeste catarinense, assim como Paraná e outras zonas de colonização.

A distribuição e o conhecimento do mapa para a população, a que eram destinadas as propagandas, favoreceu a vinda dos migrantes à região, que já não tinham tanta possibilidade de adquirir as terras em seu Estado, pela escassez e alto custo das mesmas. Além de vender as terras diretamente aos colonos, a empresa Bertaso também propunha a formação de novas firmas subordinadas a ela que comprariam uma grande quantidade de terras por um valor menor e depois as revenderiam.

Como coloca Hass, a Família Bertaso trouxe mais de oito mil famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, sendo, na maior parte ítalo-brasileiros. As famílias eram razoavelmente grandes e traziam consigo, costumes, crenças, hábitos de seus antepassados.

A empresa era dirigida pelo Coronel Bertaso, ex-caixeiro viajante gaúcho, que comprou o título de militar-coronel da Guarda Nacional. Em 1941 adquiriu



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

a nacionalidade brasileira, pois era italiano. Também faziam parte da administração, Serafim Bertaso e, em União da Vitória/PR, no ano de 1942, o outro filho do Coronel, Jaime Bertaso, esteve à frente dos negócios da colonizadora, que também possuía algumas fábricas (de caixas e cabos, de carvão e derivados) e serrarias para exploração da madeira.

No final de 1948, a Colonizadora passa a ser chamada de Colonizadora e Industrial Ernesto F. Bertaso S.A., tendo como diretores o então Coronel Bertaso, seus filhos Serafim e Jaime, e o seu genro Paulo Pasquali.

O Coronel Bertaso foi extremamente atuante na colonização do Oeste Catarinense, com destaque para o município de Chapecó. Atualmente, muitos locais públicos levam seu nome ou de seus familiares, como forma de homenagem.

A visão que se tem sobre o Coronel, especialmente dos moradores mais **antigos, não é de “coronel”, como o sentido que se dava no nordeste. Com base** no que afirma Hass, naquela região, Coronel seria o latifundiário que estabelecia uma relação de dependência entre ele e os que trabalhavam em suas terras. Já no Oeste Catarinense, isso acontecia de forma diferente. O Coronel utilizava a maior parte de suas terras para comercialização, estabelecendo-se uma relação de paternalismo entre ele e os migrantes que compravam suas terras.

Bertaso é lembrado pelos moradores mais antigos de Chapecó **como um coronel “bonzinho” – “gente boa, um santo homem”**. Paternalista, doador de coisas e patrocinador de causas, organizava festas de integração comunitária, além de facilitar o pagamento e doar lotes de terras. [...] Além disso, a empresa colonizadora preocupava-se com a infra-estrutura das localidades, como ruas traçadas, lotes urbanos demarcados e serviços indispensáveis – casa comercial, igreja, escola e hotel – como forma de garantir o progresso dos núcleos de povoação. (HASS, 2001, p. 68 e 69)

A instalação da Colonizadora Bertaso no município de Chapecó estimulou o crescimento populacional e urbano, especialmente a partir de 1930. Ocorreram inúmeras transformações na Região Oeste de Santa Catarina capitaneados pelas



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

colonizadoras e, depois de muitos anos, enfim, a colonização prosperou e deu maior vida econômica e importância político-social à região.

Dentro do município de Chapecó, a Igreja Católica era vista como uma instituição sacramentalizadora dos valores que deveriam permear a vida social. Temos a presença de uma paróquia, a Paróquia Santo Antônio, desde 13 de junho de 1931. Como é colocado em histórico elabora pela paróquia, no período de 1931 a 1940, os padres eram itinerantes, percorriam a região em lombo de burro. A partir de 25 de julho de 1940, Chapecó passou a ser uma paróquia com residência independente de Palmas, sendo nomeado Frei Evaldo Bamberg.

A instituição religiosa era formadora de opiniões e dos valores fundamentais compartilhados pela sociedade:

Entre esses valores estão a importância do trabalho e do sofrimento, o caráter sagrado e indissolúvel da família, o princípio hierárquico da autoridade, a importância da vida comunitária, o senso de justiça e retidão de conduta, o controle da sexualidade e da procriação, etc. [...] (POLI apud HASS, 2003, p. 51).

Com o município em fase de crescimento, algumas normas deveriam ser **estabelecidas para que se efetivasse a prosperidade da “Cidade das Rosas”** (denominação utilizada para se remeter ao município de Chapecó, pelo Prefeito Milton Sander - 1977-1982). As lideranças locais compostas por leigos e religiosos, almejavam construir uma sociedade marcada de bons valores sócio-político-culturais, daquilo que eles julgavam certo, voltando-se para a modernização que estava repleta de valores divinos.

Dentro desse panorama as mulheres não faziam parte do “corpo” que comandava a cidade, deveriam estar em casa, sempre com uma imagem de boas moças, prendadas, administradoras do lar, deveriam ser boas companheiras e sempre dar apoio incondicional a seus esposos.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

No ano de 1941, Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora⁵ vem para o município para trabalharem em um grupo escolar. Essa ida de irmãs para localidades foi um dos propósitos adotados pela Restauração Católica. Essa restauração teve reflexos muito poderosos. Um deles foi a propagação de vocações religiosas, tanto masculinas quanto femininas, de jovens que seguiram a vida religiosa.

Seus destinos foram as paróquias e capelianas e, muito especialmente, as escolas e os colégios. A atuação preferencial das congregações femininas foram as escolas primárias, secundárias e a assistência aos doentes em dezenas de hospitais. (...) As religiosas mantinham, além de escolas, colégios e hospitais, um número considerável de sanatórios, asilos, orfanatos, creches e escolas de artes domésticas. (RAMBO, 2002, p. 298 e 299)

Esses religiosos foram responsáveis por dar continuidade à expansão e consolidação do catolicismo. Eram desses pequenos ensinados, guiados pelo padrão cristão-católico, crescendo com essa idéia e a perpetuando de maneira fervorosa.

Tanto colégios quanto os hospitais, que foram comandados por congregações, formaram um grande número de pessoas defensoras da religião, que era refletido nos jovens que participavam e conseqüentemente na comunidade, que acabava envolvida nas atividades e apoiando os trabalhos realizados. Ligada à religião, a educação exercia um papel fundamental, formador do perfil almejado das mulheres e homens da sociedade.

Retornado a municipalidade tratada neste artigo, Chapecó, inicialmente as **Irmãs atuavam nas “Escolas Reunidas de Chapecó”**. Uma delas passou a lecionar em uma das classes, matérias da escola. Pouco depois, ainda no ano de 1941, uma pequena casa passou a sediar um Jardim de Infância comandado pelas Irmãs, recebendo apoio da Prefeitura Municipal. Na mesma época, mas

⁵ Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora – Como é relatado em histórico produzido pela Congregação, esta foi criada por Verena Bütler, hoje Santa Maria Bernarda Bütler, no final do século XIX.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

em 1943, foi aberto o Hospital Santo Antônio no município, e outras religiosas foram chamadas para dirigi-lo.

Depois de muito sacrifício e luta pela construção de uma instituição de ensino, foi fundado em 1947 o Colégio Bom Pastor. O terreno da edificação foi doado pelo próprio Coronel Ernesto Francisco Bertaso, que forneceu também a madeira com um pagamento facilitado – não esquecendo que um estabelecimento deste tipo também auxiliaria na demanda por terras naquela municipalidade, aumentando as vendas. Em um período de três anos todas as festas que eram realizadas na comunidade foram em benefício do colégio. A população da localidade se mobilizou pela implantação e concretização do estabelecimento de ensino. A inauguração ocorreu no dia cinco de janeiro de 1947.

O colégio recebia matrículas para cursos nos períodos matutino e vespertino, e também internato, tendo grande procura por matrículas. O trabalho escolar religioso das irmãs era realizado em conjunto com a comunidade, que seguidamente, fazia doações para o colégio.

O povo chapecoense aprecia muito as festas pomposas e ruidosas, sua religião parece ser mais externa do que interna, por isso o trabalho das Irmãs nesse sentido é inculcar no coração dos pequenos a piedade sólida e verdadeira. Aproveitamos o ensejo de insinuá-las com a preparação para a **feita de “Corpus Cristi”**. Já dias antes falamos e entusiasmamos os nossos pequenos ouvintes para cercar o Divino Prisioneiro de amor, com fé e carinho. (IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979)

Apesar de, para as Irmãs, como é relatado na Crônica do Colégio Bom Pastor, a presença da religião parecer “artificial” ou “de fachada” entre as pessoas do município, permaneceram na comunidade com o intuito de tornar esse sentimento real, forte, enraizado, cumprindo com a missão que pretensamente era destinada a elas.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

As crianças, alunos da congregação seriam aqueles que eternizariam e divulgariam o ideal católico. As religiosas almejam embutir nos estudantes os valores que julgavam corretos.

Pela 1ª vez Jesus ia passar pelas ruas de Chapecó. As pessoas adultas entusiasmaram-se vendo o zelo dos pequenos. Jesus vai passar por aqui! Diziam. Cuidado! Não vá faltar amanhã a missa e a procissão senão será um espinho que porá a sua passagem. Era de admirar como as crianças e mocinhas deixavam-se amoldar e alguns meses depois já eram outras, dóceis e submissas. (IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA, 1979)

As Irmãs relatam ainda, na crônica do Colégio, que a comunidade chapecoense não estava a favor da presença das missionárias, entretanto, acabou simpatizando com sua presença e apoiando o trabalho que estava sendo desenvolvido. Consta na crônica um depoimento em que um inspetor do Colégio declara que não era simpatizante as religiosas, mas pelo cargo que tinha no estabelecimento foi obrigado a ter contato com as religiosas. Dessa forma, **vendo “como se dedicavam desinteressadamente sem esperarem a mínima retribuição”, acabou apoiando-as** em virtude do bem enorme que traziam a comunidade local. As Irmãs conquistaram a sociedade chapecoense, cada vez tiveram mais corpo e força no município.

Em primeiro de abril de 1948, Aderbal Ramos da Silva – então Governador de Santa Catarina (1947-1951) -, decretou a concessão às Irmãs Missionárias de Maria Auxiliadora para ministrarem o ensino normal de primeiro ciclo no **“Curso Normal Regional Bom Pastor”**. **Esse foi somente um dos passos que as Irmãs deram no Colégio, que cresceu a passos largos, atendendo o município de Chapecó e região.**

O Colégio Bom Pastor, como coloca Campos, que era um espaço exclusivo a educação feminina, foi um lugar pensado e disposto de modo a manter a menina



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

protegida das influências externas, facilitando a disciplina e a obediência, que posteriormente seriam refletidas dentro da sociedade⁶.

Aliado a este ambiente educacional, no sentido de promover um progresso social enfatizado nos valores religiosos, no ano de 1959 é fundado o Colégio São Francisco, comandado pelos Irmãos Maristas. Como destaca Vojniak, o estabelecimento visava atender aos meninos, com a justificativa de que na região possuía-se somente um colégio de Ensino Normal, e este era destinado exclusivamente à educação feminina. Dessa maneira sentia-se a necessidade de outro designado ao sexo masculino, sendo de curso técnico ou tecnicista. Ali, a vigilância era constante em torno dos alunos, a disciplina era tida como a palavra de ordem, não poderia haver instabilidades ou irregularidades no ritmo do estudo, a competitividade, virilidade e moderação eram presentes na educação escolar⁷. O Colégio Bom Pastor foi um espaço comandado por freiras até 1985. Atualmente é comandado e mantido pelo Governo do Estado de SC e é um colégio misto.

3. Considerações finais

Este artigo procurou iniciar uma análise sobre a relação da Igreja Católica com a Educação Feminina em Chapecó-SC no Colégio Bom Pastor. Especificamente no caso da atuação da aliança entre educação e religião católica, essa teve total êxito na época analisada. As Irmãs sabiam as melhores maneiras de alcançarem seus objetivos, agiam de forma com que os alunos atuassem conforme seus interesses e, conseqüentemente, posteriormente isso seria refletido na sociedade.

⁶ CAMPOS, Jane Lopes. **Controle e vigilância das mulheres chapecoenses nas décadas de 60 a 80**. 2000. Monografia (Especialização) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000.

⁷ VOJNIAK, Fernando. Masculinidade na construção do oeste catarinense. **Revista Grifos**, Chapecó, Argos, n. 16, p. 156-177, 2004.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

As crianças eram incumbidas de uma missão, no início eram pequenos servos que no futuro seriam grandes servidores indissociáveis e incansáveis, aliando assim de uma maneira eficaz a perpetuação da religião católica através da educação, neste caso feminina com o Colégio Bom Pastor.

4. Referências bibliográficas

- ANDRADE, Solange Ramos de. **A religiosidade católica e a santidade do mártir**. Projeto História, São Paulo, n.37, p. 237-260, dez. 2008.
- ANTONIAZZI, Pe. Alberto. **As Religiões no Brasil Segundo o Censo de 2000**. In: Revista de Estudos da Religião, no. 2, São Paulo: 2003, p. 75-80. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv2_2003/p_antoni.pdf
- BELLANI, Eli Maria. Balsas e Balseiros no Rio Uruguai. **Para um história do oeste catarinense: 10 anos do CEOM**, Chapecó, n. 1 a n. 8. UNOESC, 1995.
- BOTTON, Jane Graça Correa. BALBINOTT, Lenita Peruzzo. **Experiência de mulheres no cenário político chapecoense**. 2000. Monografia (Especialização) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000.
- BRASIL. Presidência. **Código Civil – 1916**. Rio de Janeiro: 1916. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/codigocivil.htm>
- CAMPOS, Jane Lopes. **Controle e vigilância das mulheres chapecoenses nas décadas de 60 a 80**. 2000. Monografia (Especialização) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000.
- D´INCAO, Maria Angela (Org.) **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, versão digital, 2001.
- DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.) **Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico**. 6. ed. Chapecó: Argos, 2004.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- GEERTZ, Clifford. **A religião como sistema cultural**. In: A interpretação das culturas. 1ª. Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2008. p. 65-91.
- HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2001.
- _____. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó: Argos, 2003.
- IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA. **Crônica da Comunidade do Colégio “Bom Pastor” Chapecó-SC**. Chapecó, 1979.
- ISAIA, Artur César. **O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas**. Revista Brasileira de História das Religiões - Dossiê



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

- Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas, Ano I, no. 3, p. 95-105, janeiro de 2009.
- João Paulo II. **Código de Direito Canônico**. Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Brasília: Loyola, 1983.
- LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família: Leitura da Fotografia Histórica**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.
- MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino. História da vida privada no Brasil – 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MANOEL, Ivan Aparecido. **História, Religião e Religiosidade**. Revista Brasileira de História das Religiões - Dossiê Identidades Religiosas e História, Ano I, no. 1, p. 18-32, maio de 2008.
- NASCIMENTO, Dorval do. BITENCOURT, João Batista (orgs.). **Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade**. Chapecó: Argos, 2008.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu**. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). Sociologia da Religião: enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003. P. 177-197.
- PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO. **Dados Históricos**. Chapecó: 2000.
- PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **A evolução da cidade de Chapecó: do povoado ao centro regional**. Revista do IHGSC, Florianópolis, nº 4, p. 365-400, 1982-1983.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Tradução Roberto Leal Ferreira)
- _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- _____. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- RAMBO, Arthur B. Restauração católica no sul do Brasil. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.
- TONIN, Marcia. **Etiqueta e beleza: valores balizadores da sociedade chapecoense na década de 70 e 80**. Chapecó: Unochapecó, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- VOJNIAK, Fernando. Masculinidade na construção do oeste catarinense. **Revista Grifos**, Chapecó, Argos, n. 16, p. 156-177, 2004.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE O GRAFFITI NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Claudia Mariza Mattos Brandão¹

Barbara Cezano Rody²

Esther Lorizolla Cordeiro³

Mariana Danuza Corteze⁴

A imagem do ambiente em que vivemos segundo Lynch (1997) é uma arte temporal que acontece em ocasiões diferentes para pessoas diferentes, tendo as sequências invertidas, interrompidas, abandonadas e atravessadas, gerando assim a oportunidade constante da transformação do mundo urbano numa paisagem passível da imaginabilidade. A cidade é um lugar espacialmente organizado e nitidamente identificado, impregnado pelos significados e relações atribuídos por cada cidadão (LYNCH, 1997), pois cada um estabelece a sua própria rede de associações com o espaço vivencial.

A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem à lembrança de experiências passadas. (LYNCH, 1997, p.1)

¹Mestre em Educação Ambiental, professora do Centro de Artes/UFPeL, Pelotas, RS; Líder do PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação, UFPeL/CNPq. attos@vetorial.net

² Acadêmica do curso de Artes Visuais – Modalidade Licenciatura, Centro de Artes/UFPeL. barbarac.rody@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Artes Visuais – Modalidade Licenciatura, Centro de Artes/UFPeL. estherzinhaet@gmail.com

⁴ Acadêmica do curso de Artes Visuais – Modalidade Licenciatura, Centro de Artes/UFPeL. maricorteze@hotmail.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Nas cidades proliferam marcas e sinais que contam uma história visual das relações do homem com o meio, resultantes do conjunto de valores, usos, hábitos, desejos e crenças de cada comunidade. A comunicação que essas imagens estabelecem com o espectador comprova que existem vários textos não-verbais que informam e definem a cultura contemporânea. Nesse sentido, o artigo tem por objetivo refletir sobre experiências de “olhares estrangeiros” sobre o espaço urbano da cidade de Pelotas (RS), a partir de diferentes percepções sobre as combinações aleatórias estabelecidas entre o patrimônio arquitetônico e as manifestações expressivas da cultura urbana contemporânea, em particular o *graffiti*, e as histórias sobre o contexto sócio-cultural que comunicam aos forasteiros.

Tais experiências resultam das vivências de três acadêmicas do curso de Artes Visuais – Modalidade Licenciatura que chegaram à Pelotas como consequência da implementação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), oriundas de diferentes regiões brasileiras. A partir de diferentes experiências de vida, busca-se fomentar o debate sobre a percepção do espaço urbano como elemento fundamental da constituição identitária, analisando os cenários criados pelas manifestações artísticas urbanas como elementos que nos possibilitam ampliar a compreensão do mundo ao redor.

O desenvolvimento desse trabalho tem uma perspectiva sócio-cultural, pois entendemos que o indivíduo adquire conhecimento quando entra em contato com a realidade:

Realidade entendida em seu sentido pleno, ou seja, integrando os fantasmas e as fantasias, os sonhos e os pesadelos, as alegrias e as desgraças. Ética da vida de todos os dias, que sabe, com base num saber incorporado, que esta não pode ser partilhada, tendo sempre necessidade de seu contrário para alcançar a plenitude. (MAFFESOLI, 2004, p.121)



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Sendo assim, discutimos o entrelaçamento de olhares estrangeiros reunidos pelo acaso e temporariamente ligados pelo espaço, tempo e lugar.

I. A presença do *graffiti* no cenário urbano

A imagem da cidade é constituída pelo espaço e decorrente da necessidade de criá-lo, tanto nas transformações horizontais, como verticais. Essas transformações são representadas por textos não-verbais (FERRARA, 1997) que acompanham as nossas andanças pela cidade, produzem-se, completam-se, alteram-se ao ritmo dos nossos passos e, sobretudo, da nossa capacidade de perceber e registrar as informações.

A cidade, enquanto texto não-verbal é uma fonte informacional rica em estímulos criados por uma forma industrial de ida e de percepção. O movimento, a máquina, o automóvel, o trabalho mecanizado e especializado, a fábrica, o escritório, o salário, o transporte coletivo, o espaço exíguo da habitação, a mulher que trabalha, a dupla jornada de trabalho, a atividade doméstica mecanizada como elementos incorporados à vida urbana e que geram uma forma adequada de percepção: veloz, simultânea, antitemporal e antilinear, uma forma onde a fragmentação perceptiva é um padrão. (FERRARA, 1997, p. 20)

Sendo assim, a cidade pode deixar de ser vista como espaço abstrato das especulações projetivas, sociológicas ou econômicas, para ser apreendida como espetáculo, como imagem, garantindo dessa maneira um trânsito informacional com os seus habitantes. No entanto, é importante ressaltar que cada indivíduo percebe o entorno espacial através de um olhar particular, subjetivo, decodificando as mensagens impregnadas de filosofias, ideologias e emoções, mescladas às memórias subjetivas.

A leitura visual do mundo viabiliza a compreensão de que realidade não se reduz a um conjunto de dados materiais ou fatos isolados. Ela favorece o



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

reconhecimento dos substratos das atitudes sociais, reflexos de mentalidades e comportamentos. O exercício da contemplação possibilita perceberem-se as relações e interrelações que constituem a vida social, ressaltando a importância da atividade simbólica para a compreensão de qualquer agregação social e suas particulares relações.

O que foi dito até agora permite afirmar que a cultura urbana e suas manifestações expressivas, em particular o *Graffiti*, são temas fundamentais para a Educação. Por ocuparem uma boa parte da experiência cotidiana das pessoas são significativas tanto para produtores como para receptores. Tal perspectiva, que vai além de experiências de apreciação e de prazer estético, suscita a compreensão crítica do papel das práticas sociais do olhar e das representações visuais, de suas funções sociais, das relações de poder às quais se vinculam e da memória coletiva que constroem.

A nossa memória urbana sedimenta e qualifica a vida de uma cidade. Alimenta uma tradição, ao mesmo tempo em que estimula a dinâmica de sua mudança; os índices referenciais de um uso mantêm-se utilizados e paradoxalmente conservam a memória de seu passado. (FERRARA, 1997, P. 21)

O *graffiti* é mais um elemento na “bacia semântica” do imaginário (DURAND, 2001). Ele nos possibilita (re)descobrir o espaço urbano em suas dimensões estéticas e culturais, compreendendo a cultura urbana pelo viés das produções artísticas, através do lúdico, do jogo, da imaginação e dos sentimentos manifestados por essas escrituras urbanas.

A prática do *graffiti* se difunde de modo intenso nos centros urbanos contemporâneos. De acordo com Gitahy (1999) essa forma de expressão refere-se a riscar, documentar, de forma consciente ou não, fatos e situações ao longo do tempo, numa exposição pública aberta a qualquer transeunte atento. Ele converteu-se num movimento que mobiliza legiões de jovens, representando uma apaixonada forma comunicativa e um estilo de vida através do quais



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

adolescentes do mundo todo cruzam os limites da legalidade. O *graffiti* estabelece uma relação interativa com o contexto sócio-histórico, constituindo-se num meio de expressão espontânea e autêntica, determinando a formação de verdadeiras *capas* que recobrem as metrópoles contemporâneas e desvelam a forma de ser de gerações (SILVA, 2001).

Invadindo o espaço urbano e utilizando a cidade como suporte, os grafiteiros exercitam uma prática baseada na rapidez, na imprecisão e na transgressão, que se apresenta como uma das expressões artísticas mais representativas da cultura urbana contemporânea. Além de ressaltar a expressão subjetiva e criativa, os grafiteiros buscam o reconhecimento, **almejando que sua “marca” seja vista pela sociedade. Eles se expõem a altos riscos em prol da manifestação da sensibilidade, numa comprovação de que existe uma inquietude do ser que merece atenção** (MAFFESOLI, 2004).

Estas intervenções urbanas se unem cobrindo muros e viadutos com múltiplas grafias e uma profusão de formas e cores. Em cada uma é possível reconhecermos marcas particulares que indicam a autoria. Esses traços influenciam a aparência da cidade, eles caracterizam a paisagem e eles compõem cenários transitórios que (re)apresentam a cidade (GITAHY, 1999). O *graffiti* faz parte da cidade, assim como a cidade faz parte do *graffiti*, resultando numa expressão artística urbana que está para além das molduras, manifestando imaginários e enunciando o real:

Em suma, são de dois tipos as características dessa [*graffiti*] linguagem: (...) – Utilização, basicamente, de imagens do inconsciente coletivo, produzindo releitura de imagens já editadas e/ou criações do próprio artista. (...) – Apropria-se do espaço urbano a fim de discutir, recriar e imprimir a interferência humana na arquitetura da metrópole. (GITAHY, 1999, p. 17)

Junto com o tempo o espaço é o primeiro elemento do universo que percebemos, e é no ambiente, negociado com um momento determinado, onde



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

nossas percepções nos relacionam com a realidade. Os espaços nunca foram neutros. Eles resultam de uma forma de estar no mundo, de modos, mentalidades e representações que escrevem a história particular dos sujeitos imbricada à história comunitária. A vivência contemporânea do urbano é uma experiência diferenciada, pois não existem mais fronteiras fixas e modelos rígidos. Vivemos um tempo de mutações e múltiplas impregnações que muitas vezes nos levam a questionar:

A que lugar eu pertencço? A globalização nos leva a re-imaginar a nossa localização geográfica e geocultural. As cidades, e, sobretudo as mega-cidades, são lugares onde essa questão se torna intrigante. Ou seja, espaços onde se apaga e se torna **incerto o que antes se entendia por “lugar”**. Não são áreas delimitadas e homogêneas, mas espaços de interação em que as identidades e os sentimentos de pertencimento são formados com recursos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional. (CANCLINI, 2003, p.153)

A percepção do espaço é uma atividade complexa, implica na decodificação de códigos referentes às culturas locais, tudo somado às memórias e culturas particulares. Essa é uma realidade que se expõe às pessoas quando chegam a uma nova cidade. No caso aqui analisado, ela refere-se à experiência de olhares estrangeiros na cidade de Pelotas, uma cidade singular, que mescla a austeridade do patrimônio histórico com as novas manifestações artísticas que proliferam no espaço da urbe.

Pelotas é repleta de formas arquitetônicas influenciadas pelo neoclassicismo europeu, como por exemplo, os casarões que envolvem a praça Pedro Osório, com suas peças originárias da França, assim como a iluminação pública de alguns pontos da cidade. O que se apresenta ao olhar é uma mescla entre o passado e presente. Temos um cenário urbano rico em formas, cores e nomes que instigam os espectadores a detectar nessas marcas a história da comunidade e de seus atores sociais.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

II. Percepções do urbano através dos percursos de “olhares estrangeiros”

Quando se chega a uma nova cidade o desafio é desvelar as relações e significações que o espaço apresenta, estimulando a procura por outras formas de entender/explicar o mundo. Nessa busca, a apreensão dos contextos sociais pela via do olhar estético-crítico é um modo de construir uma bagagem de conhecimentos significativos, capazes de conscientizarem os visitantes sobre a realidade sócio-cultural do local.

Desenvolver as capacidades sensíveis e cognitivas possibilita que se *olhe* de modo diferente. Perceber o mundo através de suas manifestações cotidianas caracteriza processos educativos que transcendem a lógica do raciocínio científico e oportuniza a percepção sensível. Essa foi a experiência por nós vivenciada como uma forma de conhecer e integrar-se ao novo/diferente que se apresentou ao olhar quando chegamos à cidade de Pelotas.

Nascemos e vivemos até pouco tempo atrás em cidades muito diferentes da nossa nova terra: Campinas (SP), Cachoeiro de Itapemirim (ES) e Três de Maio (RS). Estamos falando de espaços urbanos que diferem entre si, uma é metrópole, a outra, uma cidade de porte médio, e Três de Maio é uma cidade **pequena, que oferece uma visão mais “limpa” da paisagem urbana, sem grandes contrastes (Figura 1). Portanto, em cada uma de nós a oportunidade de “ver” Pelotas pela primeira vez repercutiu de modo diferente, foram experiências díspares, relacionadas às nossas vivências anteriores.**



Figura 1: **CORDEIRO, CORTEZE e RODY.**
Paisagem Cachoeiro de Itapemirim, Campinas e Três de Maio, 2011.

A (com)vivência em cidades tão diferentes desenvolveu olhares singulares, que se reúnem neste trabalho para discutir as percepções individuais, as particularidades e o que de comum encontramos na apreensão do espaço urbano pelotense.

Acreditamos que é a surpresa criada por uma nova imagem que excita a lógica. O espanto provocado pelas imagens que se apresentam à visão ativa o campo de forças criado pela imaginação e suas associações. Deste modo, elas movimentam os imaginários particulares, pois é através dele que cada um avalia o objeto analisado (MAFFESOLI, 2004), expondo a multiplicidade de sentidos que cada pessoa atribui à sua existência.

Para começar o nosso percurso reflexivo decidimos partir do lugar de chegada da maioria dos forasteiros, a Rodoviária (Figura 2). O trajeto adotado tem seu marco zero no terminal rodoviário, finalizando no Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas, o local emblemático das nossas expectativas profissionais, o que nos trouxe até aqui.



Figura 2: **CORDEIRO, CORTEZE e RODY**
Paisagem do terminal rodoviário da cidade de Pelotas, 2011.

Um detalhe particular que chamou a nossa atenção é o fato de que, diferente de outras cidades, na Rodoviária e seu entorno não encontramos nenhum *graffiti*. Atribuímos isso à localização do terminal, que é distante do centro do centro da cidade, situado num local amplo, rodeado de grama, que não possibilita aos visitantes avaliarem previamente a real configuração desta que é uma cidade histórica.

A opção de analisar o urbano a partir das intervenções artísticas do *graffiti* relaciona-se aos estudos desenvolvidos na universidade. Consideramos que a realidade simbólica - e toda capacidade imagética e de significação humanas - precede a função semiótica e até mesmo a engloba. O simbólico se faz presente em todas as instâncias da vida social, significado no referencial, inclusive afetivo, que lhe dá sentido e o torna mobilizador das ações. Ele torna concreta a coexistência das coisas no espaço que duplicamos com a consciência de nossa própria existência (BACHELAR, 1993).

O relato é baseado em fotografias do percurso, pois o *graffiti* é uma arte efêmera que é preservado através do registro fotográfico (ou videográfico). Ou seja, a nossa visão da cidade é uma possibilidade mutante. Em breve, outras inscrições surgirão e com elas novas relações com o patrimônio construído, originando novas/diferentes percepções.



Figura 3: **CORDEIRO, CORTEZE e RODY**
Presença do *graffiti* em contraste com a arquitetura pelotense, 2011.

O impacto das formas e cores que se apresentam a nós provoca diferentes sensações (Figura 3), mas em todas gerou estranhamento, remetendo a comparações com as cidades de origem. Para quem vem de uma cidade como Campinas, a presença do *graffiti* não surpreende. No entanto, para os que sempre conviveram numa cidade como Três de Maio, onde essas manifestações não existem, o *graffiti* é uma descoberta.

Essas escritas/falas poéticas possibilitam discorrermos sobre vivências que se entrelaçam e modulam as nossas ações sobre o meio, em interações que ocorrem através da comunicação em suas múltiplas possibilidades. Nesse sentido, é quase impossível não lembrar as pinturas rupestres e, até mesmo, as inscrições infantis nas paredes das moradias.

Independente das formas representadas, nós identificamos o resultado de expressões comunicativas que cotejam o nosso olhar. Linguagens que “pedem” entendimento e significação, para que nos aproximemos do *ethos* urbano.

A visão idealizada que se tem de Pelotas é de uma arquitetura histórica com forte influência da estética portuguesa. Porém, ela muda gradativamente após o contato mais íntimo com a cidade. Comprovamos que a urbanização transformou a cidade, reestruturando a paisagem e ressaltando os contrastes que compõem os seus cenários.

Um detalhe que instiga o olhar é o forte contraste estabelecido entre a predominância de tons cinza e neutros dos prédios e os *graffiti*, em sua maioria,

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

elaborados com cores fortes e berrantes (Figura 4). Esse fato provoca surpresa, pois nota-se que tal característica faz com que a paisagem histórica de uma cidade de porte médio esteja diretamente relacionada às paisagens de uma metrópole, o espaço por excelência do *graffiti*.



Figura 4: **CORDEIRO, CORTEZE e RODY**
Graffiti/Pelotas, 2011.

Organizado no espaço tridimensional, particular ou público, os textos não-verbais, necessitam ser reconhecidos e percebidos. Logo, se estivermos *disponíveis* para a cidade suas imagens nos educarão.

O exercício realizado, o de buscar as significações ocultas nas aparências da cidade, demonstra que a percepção sensível do mundo estimula a reflexão crítica sobre a convivência das subjetividades no espaço público e suas histórias. Discutir sobre as raízes da construção social e suas implicações viabiliza a compreensão do campo de atuação dos sujeitos, propiciando a apreensão da cidade como um acontecimento estético que manifesta a multiplicidade cidadã.

Desde que aqui chegamos, a admiração pelo novo espaço cresce a cada descoberta. O aprendizado de analisar a paisagem e tirar daí subsídios que nos permitam integração à vida comunitária é estimulante. Pouco a pouco os “olhares estrangeiros” acostumam-se às novas solicitações e a paisagem é descoberta como um palimpsesto encantador e rico em significados.

Observamos que ao nos deslocarmos pelo trajeto estabelecido, partimos de uma paisagem “limpa”, descolorida, desprovida de contrastes, para paulatinamente desvelarmos as cores da arte manifestadas sobre os cenários da

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

história. Isso nos fala sobre identidades híbridas, múltiplas subjetividades e tempos que dialogam esteticamente. Para nós foi (está sendo) uma experiência rica, que nos possibilita relacionar o presente com os cenários da memória.

Na medida em que nos aproximamos do Centro de Artes, a presença dos *graffiti* é maior. Talvez seja uma consequência da coexistência cotidiana de um número significativo de estudantes e professores envolvidos com a Arte. De certo modo, nesse local existe uma caracterização peculiar que informa aos transeuntes os interesses do público que ali convive.



Figura 5: **CORDEIRO, CORTEZE e RODY**
Grffiti com uso comercial, 2011.

É interessante ressaltar a apropriação que muitos comerciantes fazem das técnicas do *graffiti* para divulgar os seus espaços (Figura 5). Isso demonstra o anseio em estabelecer uma comunicação visual com o público consumidor, em consonância com os desejos e práticas dos que por ali passam.

As referências visuais cotidianas afetam o nosso modo de perceber, sentir, conhecer e pensar sobre o real, sendo também possibilidades de expressão e transmissão de desejos, idéias e expectativas. Problematizar o espaço urbano pelo viés da sensibilidade ao *visível* é colaborar para uma maior captação e compreensão da constituição do ser como parte integrante de um mundo de efeitos globais. Mais que tudo, comprovamos que a observação atenta



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

sobre o entorno vivencial nos permite ir além dos estereótipos estabelecidos pelos meios formativos que estruturam a nossa consciência acerca do mundo.

III. Considerações finais

Invadindo o espaço urbano e utilizando a cidade com suporte, o grafiteiro trabalha com o efêmero que ressurge através da repetição do ato. É uma prática baseada na rapidez, na imprecisão e na transgressão, constituindo-se numa das **expressões artísticas características da “cultura neobarroca” (CALABRESE, 1999)**.

As imagens do *graffiti* resultam de processos criativos, ações complexas que envolvem os diversificados recursos comunicativos, amplos meios materiais e as mais variadas nuances expressivas. Portanto, não podem ser negados em sua essência expressiva e comunicativa. O artista grafiteiro age manejando subjetividade e objetividade, cujos labirintos da criação artística resultam da articulação dos códigos da linguagem, da escolha dos materiais e da expressividade, ou seja, dos modos poéticos que se determinam à luz de referências internas e externas ao sujeito criativo.

Discutir a urbe através das composições estéticas que o *graffiti* oferta ao olhar, é considerá-la um espelho que reflete a forma de ser de uma comunidade. Espelho, esse, sempre pronto a acolher novas imagens e olhares, forasteiros ou não, que se (re)configura no ritmo das ações de seus habitantes.

Concluimos que o *graffiti* é gerado pelas próprias convulsões do espaço urbano contemporâneo, constituindo-se num processo aberto, intensamente estético, que implica em certa medida, no esfacelamento dos limites instituídos da cidade. Sendo assim, foi possível entendermos o exercício realizado como um processo (auto) formador que contribuiu para o desvelamento das relações sócio-históricas que permeiam os cenários urbanos pelotenses.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Referências

- BACHELAR, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- CALABRESE, Omar. **A Idade Neobarroca**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1999.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro, DIFEL, 2001.
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Leitura sem palavras**. 4ª edição, São Paulo: Editora Ática, 1997.
- GITAHY, Celso. **O que é graffiti**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1999.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2004.
- SILVA, Armando **Imaginários Urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

DE CONDENADO A DESAPARECER À ALTERNATIVA: O CAMPONÊS NO OLHAR SOCIOLÓGICO

Cleber José Bosetti ¹

Introdução

Um personagem estava no palco atuando em seu campo. De repente, uma série de mudanças começa a acontecer ao seu redor, ele se vê acuado, sua jornada torna-se mais árdua, a incerteza inerente a sua atividade é acrescida de outras tão profundas quanto, mas ele continua. No entanto, para os olhos de quem o assistia, o personagem sumiu! Mesmo estando ali, no mesmo lugar, ele não estava mais sendo visto pela seleta plateia de observadores, ou quando era visto, estava vestido com outra roupa e incorporando outro personagem. Depois de ver a cena várias vezes, alguém no fundo da plateia observou e apontou: O camponês continua ali! Algumas vozes levantaram-se e concordaram com ele, outras ignoraram seu apontamento e outras continuaram intransigentes a sua presença.

Esta alegoria poderia muito bem ter ocorrido numa sala de cinema ou numa peça de teatro, onde os críticos fazem inúmeras leituras de uma cena ou da produção como um todo. No entanto, cenas parecidas se passam nas ciências sociais, onde a relação entre os fatos sociais e suas descrições/transcrições, é marcada por aparecimentos e desaparecimentos. Isso pode ser evidenciado com o camponês na sociologia. Este tipo social foi identificado, condenado ao desaparecimento, identificado como desaparecido e, posteriormente, reapareceu timidamente quando quase ninguém mais contava com sua presença.

¹ Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo- UPF e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC-. E-mail: cbbosetti@yahoo.com.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A intenção deste artigo é contar esta história em três atos: no primeiro, a maneira como o camponês foi visto como um tipo social transitório e fadado ao desaparecimento; em seguida, a forma como a sociologia identificou a transformação do camponês em agricultor familiar e por fim, as concepções que recolocaram o camponês no palco de visibilidade das ciências sociais. Esta análise acerca do camponês permite pensar o fazer sociológico, afinal, a presença e a ausência de um ator social, se constitui pela forma como o olhar sociológico se debruça sobre o mundo social.

I- Não Há Lugar para o Camponês no Capitalismo!

A tese do desaparecimento do camponês com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas foi desenvolvido dentro da teoria marxista. Elaborada parcialmente por Marx no século XIX e aprimorado por Kautsky e Lênin no início do século XX, essas ideias se tornaram hegemônicas ao longo do século XX, tanto no cenário Europeu como no Brasileiro. De um modo geral se constituiu um paradigma que preconizava o fim do campesinato sob a lógica de produção capitalista, ainda que isso não representasse o fim do camponês propriamente dito².

O lugar do campesinato na obra de Marx é bastante controverso e problemático. Marx não conseguiu explorar os temas da agricultura e do campesinato de forma sistemática dentro de sua obra, o que levou a várias interpretações, muitas vezes equivocadas, das passagens deste autor. Uma das

² A introdução de formas capitalista de produção ou do predomínio das relações capitalistas de produção não implica necessariamente na extinção de outras formas de relação de produção, logo, determinados tipos sociais ainda continuam presentes, ainda que seu sistema social tenha sido desestruturado. Esta ideia pode ser visualizada no trabalho de José de Souza Martins (2010). Ao estudar a substituição do trabalho escravo nas fazendas de café do Brasil no final do século XIX, este autor identificou que o fim da escravidão não implicou necessariamente na introdução de relações capitalistas no campo, mas ao contrário, o desenvolvimento capitalista se beneficiou de formas arcaicas de exploração do trabalho. Isso ocorre porque tais formas acabam sendo funcionais ao próprio desenvolvimento da agricultura capitalista em certa medida. Por isso, é possível pensar que o fim do campesinato não signifique necessariamente o fim dos camponeses, embora a dimensão conceitual do que seja campesinato precise ser especificada para sustentar tal argumentação.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

passagens referidas por Marx ao campesinato pode ser visualizada na obra **18 Brumário de Luís Bonaparte**, onde Marx (2003, p. 136) observou o **campesinato como: “uma massa intensa cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecer relações multiformes entre si”**. Marx os comparou a um saco de batatas levados por interesses de outros grupos, portanto, não constituindo uma classe social. A Ascensão política de Luís Bonaparte, representando a vitória da burguesia e do capitalismo sobre o proletariado, foi apontada por Marx (2003, p. 140-143) como o autoflagelo dos camponeses.

Esta dedução também aparece numa das poucas passagens do capital em que Marx dedica a esta relação campesinato/capitalismo. Nesta obra Marx (1991, p. 706) afirma que **“o modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção e, do mesmo modo na agricultura, subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro”**. No entanto, é preciso considerar que as observações de Marx estavam assentadas nos processos que se passavam na agricultura Inglesa do século XIX³. Marx não estava aqui estabelecendo uma lei como muitos insistiram em creditar. Ele mesmo reconhece que as análises da propriedade fundiária e de suas formas históricas, transcendem os limites de sua obra e que se limitou, portanto, a pensar as formas capitalistas apenas.

Após essas observações sucintas na obra de Marx, a questão ganhou fôlego no final do século XIX dentro dos debates em torno da Internacional Socialista e dos Partidos Sociais Democrata do período. Apesar das transformações sociais ocorridas na Europa ao longo deste século, com a Revolução industrial e o processo de urbanização o número de camponeses

³ Marx (1991, p. 709-711) observa na realidade Inglesa que a propriedade fundiária estava adquirindo sua forma puramente econômica, despindo-se de todos seus ornamentos anteriores e vínculos políticos e sociais. Neste sentido, sob a luz de sua teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo observou a configuração de uma agricultura constituída por um modelo tripartite: O proprietário fundiário- o arrendatário (capitalista) e os trabalhadores (camponeses). Conforme este modelo, o campesinato estaria expropriado da terra, numa condição de trabalhadores assalariados.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

continuava sendo muito expressivo e isso obrigava os partidos políticos a colocá-los dentro de suas agendas, afinal, tal contingente não poderia ser ignorado.

Uma das obras clássicas produzidas neste cenário na relação camponês/capitalismo foi ***A Questão Agrária*** de Karl Kautsky. Representante do Partido Social Democrata Alemão, os escritos de Kautsky foram muito influenciados pelos embates políticos no interior do partido. Foi em função deste que a questão agrária entrou em discussão, mas não como um objeto de investigação empírica propriamente dita. A questão fundamental na obra de Kautsky pode ser sintetizada na seguinte pergunta: Há lugar para o camponês na sociedade capitalista? A resposta de Kautsky trilha por dois campos: a questão da escala e a industrialização da agricultura. Kautsky (1980, p. 125) advoga a tendência de uma divisão social do trabalho na agricultura tal como estava ocorrendo na indústria. Os desdobramentos desta máxima seriam a especialização produtiva e a centralização do capital. Esta máxima sendo **aplicada à agricultura levaria o camponês ao “desaparecimento” tal como** havia acontecido com os artesãos diante do desenvolvimento do sistema fabril.

Um dos argumentos usados para sustentar esta projeção foi a relação entre a tecnologia e a escala de produção. Kautsky (1980, p. 112-118) a partir do que visualizou em sua época, em torno das ferramentas e máquinas (tecnologias disponíveis) voltadas à agricultura, sustentou que a grande exploração levaria vantagem sobre a pequena tanto pelas possibilidades de aquisição, quanto pela utilização menos ociosa das tecnologias. Em outras palavras, com o desenvolvimento do capitalismo, a tendência apontada era que somente as grandes explorações seriam viáveis. Abramovay (2007, p. 57) diz que a obra de Kautsky é uma tentativa de demonstrar a superioridade da produção capitalista sobre a familiar, sendo irrefreável o movimento do capitalismo de expropriação **do camponês devido a “industrialização da agricultura” que estava em** marcha.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Outro pensador da tradição marxista que permeou o mesmo caminho em relação ao desaparecimento do campesinato foi Lênin. Neste, podemos identificar um esforço empírico⁴ mais intenso no sentido de demonstrar a fragilidade das formas de produção camponesa diante do desenvolvimento do capitalismo. Lênin (1985, p. 48) trabalha na perspectiva de que o desenvolvimento do capitalismo, na direção de uma economia mercantil, atua sobre a agricultura criando uma divisão no campesinato entre camponeses ricos e camponeses pobres. Tendo como critérios de definição, o tamanho da propriedade e as técnicas acessíveis para ambos os grupos, deduziu que diante destas condições, havia uma tendência de desintegração do campesinato pobre e uma ascensão do que chamou de burguesia camponesa.

Neste sentido, Lênin defende a existência de um processo similar de divisão social do trabalho, orquestrado pelo capitalismo na agricultura na medida em que as forças produtivas se desenvolvem o suficiente para constituir um mercado interno. Porém, este desenvolvimento acaba sendo caro ao campesinato, que no final deste processo tem seu destino traçado na **proletarização. Para Lênin (1985, p. 114) “O campesinato antigo deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural que são a burguesia e o proletariado rural”.**

O que há de comum nas abordagens de Marx, Lênin e Kautsky é a constatação da inevitável desintegração do campesinato sob o desenvolvimento capitalista. As injunções do mercado sobre o camponês levando-o a entrar num mundo de competição e dependência não seriam suportadas por este, tal como havia acontecido com os artesãos no setor industrial com a implantação do sistema fabril. Este parece ser o raciocínio de Marx e de seus seguidores⁵ que sob

⁴ Apesar disso, autores como Shanin (2005) reconhecem alguns equívocos metodológicos cometidos e posteriormente reconhecidos pelo próprio Lênin, o que serve de indicativo para relativizar suas proposições, especialmente em relação às diferenças existentes entre os camponeses e os médios proprietários.

⁵ É importante ressaltar que as posições de Kautsky e Lênin em nenhum momento foram unânimes, nem representavam um consenso dentro da política partidária socialista e no seio da própria Internacional socialista. Havia divergências históricas e políticas entre anarquistas e socialistas; ortodoxos e revisionistas; sociais democratas e populistas. Dessa



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

a luz de uma teoria sistêmica procuraram estabelecer um lugar para um determinado grupo social. Uma crítica cabível em torno do marxismo pode ser construída em torno do essencialismo teórico⁶ presente nesta corrente que reduz a dinâmica social a existência de duas classes. Foi sob a luz deste essencialismo que o camponês não teria lugar dentro da sociedade capitalista.

Contudo, a influência do referencial teórico marxista nos estudos sociológicos sobre a agricultura e o rural foi muito forte, o que contribuiu para elaboração de teorias que passaram a considerar a incompatibilidade da presença camponesa na agricultura capitalista desenvolvida. Isso pode ser observado tanto nos estudos realizados nos países desenvolvidos, onde a agricultura capitalista se desenvolveu ao longo do século XX, como em países como o Brasil onde a modernização foi implantada a partir da década de 1960. Em comum a estas distintas realidades parece estar a concepção de que o campesinato não tinha mais lugar⁷.

forma, o recorte que fizemos aqui foi apenas um recorte limitado da literatura marxista adotado pelo critério destas obras terem sido as mais representativas e influentes na sociologia rural ocidental. As disputas dentro do marxismo em torno da questão agrária e de outros temas políticos dentro do marxismo podem ser encontrados em: HOBBSAWM, Eric. ***História do Marxismo: O marxismo na época da II Internacional***. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

⁶ Ver: LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. ***Hegemonia y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de La democracia***. Buenos Aires: Fondo de cultura económica. 1985. Nesta obra, os autores discutem a insustentabilidade dos essencialismos teóricos dentro da ciência social contemporânea, em especial dentro do marxismo.

⁷ No caso brasileiro, as implicações deste referencial teórico sobre a compreensão do espaço rural foi descrita por Navarro (2008), o qual apontou as incongruências da sociologia brasileira neste aspecto. Alguns fatos políticos e históricos também contribuíram para fomentar as interpretações marxistas acerca do fim do campesinato. Isso pode ser observado no processo de modernização da agricultura nas décadas de 1960-1970 descritas por Graziano Silva (1982), para o qual a modernização brasileira estava sendo acompanhada de um processo de concentração fundiária cada vez maior, deteriorando a distribuição de renda no setor agrícola, aumentando as desigualdades sociais já presentes e, conseqüentemente, não atingindo as pequenas unidades agrícolas. O desdobramento desta política excludente resultava no crescente êxodo rural e na proletarização da massa camponesa. As interpretações deste processo por parte das representações sindicais neste contexto, principalmente por parte da CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- apontou para a sustentação das teses marxistas acima referidas. Conforme Ricci (in Fernandes, Medeiros e Paulilo, 2009, p. 27-28) a política da CONTAG durante as décadas de 1960-1980, acabou estando muito mais voltada para os assalariados rurais do que para outras categorias existentes no campo. Isso ficou evidenciado na década de 1980 com o rompimento da unidade sindical e surgimento de várias representações de categorias demandantes. As implicações da política Contaguiana de certa forma, corroboraram com as



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Fechando este primeiro ato, cabe ressaltar as implicações que uma dada teoria possui na apreensão do real. Nas palavras de Bourdieu (2002, p. 137) “**o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos, conforme os princípios de visão e divisão**”. Neste sentido, a visão que propugnou o desaparecimento do campesinato, nada mais foi do que um princípio de visão e divisão do mundo social ancorado no poder de nomeação pertencente ao discurso científico. Em outras palavras, a primazia teórica de uma determinada corrente, sobreposta aos pressupostos empíricos de observação da realidade, incutiu a tese do desaparecimento do camponês como um agente social, invisibilizando sua presença na moderna agricultura das sociedades capitalistas.

II- O Camponês se Transformou!

Foi no contexto histórico do pós II Guerra Mundial que esta vertente explicativa na sociologia rural se desenvolveu. O cenário do Pós II Guerra Mundial foi marcado por um processo de modernização nas economias Européias (especialmente nos países capitalistas) que se estendeu de forma intensa sobre a agricultura. Nesta modernização, a agricultura passou a funcionar a partir de uma lógica produtiva eminentemente determinada pelo mercado, fato que exigiu uma racionalização produtiva de caráter empresarial, mesmo em se tratando de unidades produtivas de caráter familiar. O Estado foi o grande impulsionador destas mudanças no setor agrícola, viabilizando um modelo de agricultura de base familiar orientada por uma perspectiva produtivista de agricultura, ou seja, pela racionalização e mercantilização da produção.

Seguindo parcialmente as perspectivas marxistas apontadas anteriormente, que em geral apontavam para os efeitos de uma estrutura macroeconômica sobre a existência de um determinado tipo social, alguns pensadores lançaram um olhar sobre o camponês apontando seu

teses do fim do campesinato, pois, ao priorizar os assalariados rurais, de certa forma estavam considerando a trajetória de desaparecimento dos camponeses.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

desaparecimento através de uma metamorfose que o transformou no agricultor familiar moderno. Este percurso teórico foi trilhado por autores como Henry Mendras (1984), que em sua obra denominada *La Fin des Paysans*, identificou que na agricultura capitalista moderna dos países Europeus na segunda metade do século XX a figura do camponês não estava mais presente no meio rural. A tese apontada pelo autor vai na direção de que com a modernização da agricultura Europeia os camponeses haviam se convertido em agricultores familiares.

Uma das importantes contribuições de autores como Henry Mendras foi à elaboração conceitual do que seria o campesinato. Mendras (1978, p. 44) **definiu o camponês “como aquele que trabalha a terra para se nutrir”**. Neste sentido, observa a existência de uma racionalidade camponesa, calcada num modo de vida onde a produção para a subsistência é o elemento impulsionador desta forma de sociedade. Isso não significa descartar a ocorrência de relações econômicas com a sociedade envolvente, mas estas se constituem num plano secundário. Dessa forma, o camponês passou a ser definido como um tipo social com características próprias, que de um modo geral lhe tornavam antagônico a agricultura capitalista.

Neste sentido, Mendras segue parcialmente a vertente marxista, na medida em que confirma a tese do desaparecimento do campesinato no momento em que o modo de produção camponês é desestruturado pela integração capitalista. Por outro lado, transcende esta concepção ao identificar que estes camponeses se transformaram em um tipo de agricultor profissional, adaptado ao cenário da agricultura capitalista e a racionalidade do mercado. Assim, inaugura uma tradição de pensamento que posteriormente ficou conhecida na sociologia rural como pós-marxista, a qual preconiza o paradigma da metamorfose do campesinato.

Nesta perspectiva o campesinato como um sistema social estaria fadado ao desaparecimento, ainda que algumas características da forma camponesa como o trabalho familiar e a própria produção para a subsistência



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

da família continuassem a fazer parte do funcionamento da unidade produtiva, a integração à lógica do mercado passava a ser agora o carro chefe da unidade de produção familiar. Esta integração implicava em uma nova racionalidade produtiva e em transformações nas próprias sociedades camponesas, o que levou a construção conceitual do termo agricultor familiar moderno⁸ para referir-se àqueles que outrora eram chamados de camponeses.

No entanto, as categorias sociais campesinato e agricultor familiar assentam-se em bases sócio-produtivas muito parecidas, afinal, ambas são baseadas no trabalho familiar. Lamarche (1997, p.16) diferencia estas categorias afirmando que **“a exploração camponesa é uma forma de exploração familiar, mas nem toda exploração familiar é camponesa”**. É possível afirmar que ambas constituem-se como formas sociais de produção, assentadas no tripé Terra-Trabalho-Família, diferenciando-se pela racionalidade e forma de inserção no mercado⁹, ainda que esta divisão seja uma inferência científica que não consegue responder a diversidade de arranjos existentes no mundo social.

A corrente pós-marxista, que defendeu a tese da transformação do camponês em agricultor familiar, tomou como pressuposto a incapacidade do campesinato de existir enquanto forma social de produção num ambiente marcadamente controlado por relações mercantis intensas que por si inviabilizariam as possibilidades de reprodução da forma social camponesa. **Para Mendras (1978, p. 246) “Atualmente a sociedade industrial volta-se contra o campesinato e o condena irremediavelmente, porque não pode tolerar algo que se rebele contra sua racionalidade”**. Para além de estabelecer a incompatibilidade entre o desenvolvimento capitalista e o campesinato, como já

⁸ O conceito de agricultor familiar, especialmente na Europa e países da América do Norte, começa a ser desenvolvido neste contexto com uma conotação de diferenciação em relação ao camponês. Esta diferenciação ficou consagrada pelo binômio moderno/atrasado para referir-se ao agricultor familiar e ao camponês respectivamente. No Brasil esta discussão iniciou-se entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. Sobre isso ver Neves (2007).

⁹ O termo Agricultura Familiar também não representa uma homogeneidade. Existem vários arranjos e configurações diferenciadas dentro desta categoria, a ponto de alguns autores como Guanzirolí (2001) estabelecerem tipologias como Agricultura familiar Empresarial e Agricultura Familiar Camponesa.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

haviam esboçado os teóricos marxistas e liberais da economia clássica, Mendras concluiu que o camponês já não existia mais nos países desenvolvidos.

A força simbólica desta argumentação parece ter feito eco na sociologia rural em outros lugares. Em países como o Brasil, estas teorias também tiveram impactos, principalmente em função da modernização da agricultura brasileira conduzida pelo Estado nas décadas de 1960-1970, onde a **modernização do latifúndio resultou no “desaparecimento” de muitos camponeses** em função do êxodo rural. Os que continuaram foram invisibilizados¹⁰ pela teoria social que passou a utilizar outras categorias para designar este tipo social, tais como pequenos agricultores, pequenos proprietários e mais recentemente, agricultores familiares.

Por outro lado, esta corrente pós-marxista refuta a máxima marxista da proletarianização camponesa, pois esta não se evidenciou em sua totalidade¹¹ na medida em que apenas uma parte deste campesinato se transformou em proletariado e a outra não se constituiu como uma burguesia rural como apontava a vertente marxista. Abramovay (2007, p. 140) **afirma que “O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura”.** Ao mesmo tempo em que afirma a tese do desaparecimento do campesinato, isenta o autor de *O Capital* de um prognóstico para o qual não tinha condições de estabelecer no contexto

¹⁰ Acerca da presença e utilização da categoria camponês na sociologia brasileira, Porto e Siqueira (1997) traçam um panorama histórico desde a cunhagem do termo na década de 1950 até seu esvaziamento nas décadas seguintes, seja por influências sócio-políticas (Ditadura), econômicas (modernização) ou mesmo científica (estudos empíricos). De certa forma, é possível perceber conforme a análise das autoras, que mutação do camponês em outras categorias como pequeno produtor e mais recentemente agricultor familiar, também se fez presente na sociologia brasileira, ainda que com especificidades.

¹¹ Isso não significa que o processo de proletarianização não tenha ocorrido. Especialmente no Brasil com chamada modernização conservadora das décadas de 1960-1970, a ocorrência do êxodo rural neste período e nas décadas subseqüentes foi um fenômeno que realça parcialmente as dificuldades do campesinato frente ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. No entanto, este processo não ocorreu de forma homogênea e totalizante como os marxistas projetavam um século antes.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

histórico e científico em que escreveu. Houve algo de diferente que se constituiu a partir desta tensa relação entre o campesinato e o capitalismo no cenário do pós II Guerra, algo que foi visualizado pelos teóricos da vertente pós-marxista como a transformação do camponês em agricultor familiar.

Estes agricultores familiares que se constituíram com a modernização da agricultura¹², diferenciam-se dos camponeses por sua capacidade de inserção na economia de mercado¹³. O critério da inserção no mercado parece ser o principal fundamento da diferenciação entre o camponês e o agricultor familiar nas abordagens pós-marxistas. O camponês saiu de cena porque se transformou em agricultor familiar! No entanto, a diversidade de condições em que estes agricultores familiares se encontram e as múltiplas estratégias que precisam **mobilizar para se reproduzirem apontam dúvidas sobre o “desaparecimento” do campesinato**. Uma tentativa de diferenciação entre o agricultor familiar e o camponês pode ser vista em Halamska (In Lamarche, 1998, p. 248-149)¹⁴.

Além disso, o marco referencial deste paradigma da metamorfose do campesinato está centrado na experiência Européia, que como foi visto anteriormente, investiu numa política agrícola que priorizou as formas familiares. No caso brasileiro, as especificidades da modernização agrícola implementada e as lutas sociais no campo, inferem especificidades à análise do

¹² Esta metamorfose é atribuída por autores como Abramovay (2007), como sendo eminentemente condicionada pela ação do Estado. Por mais que em alguns países a tradição camponesa e, conseqüentemente familiar, fosse maior que em outros, foi a ação do Estado através de políticas agrícolas e agrárias que possibilitou a inserção e mesmo a existência das formas familiares na agricultura capitalista.

¹³ Uma contraposição a esta assertiva pode ser encontrada no trabalho realizado Tedesco (1999) a partir de estudo empírico com os agricultores familiares no Rio Grande do Sul. Na visão deste autor, a inserção na economia de mercado não elimina automaticamente o ethos camponês presente nas formas familiares de produção, havendo, portanto, uma combinação entre estes dois fatores sem que um exclua o outro.

¹⁴ Esta autora estabelece uma tipologia de classificação entre os diferentes tipos de agricultores familiares existentes. Na visão da autora, assentados sob a mesma base - Terra-Trabalho-Família- a diferença do campesinato em relação a categoria agricultor familiar assenta-se em aspectos culturais e produtivos, onde os conhecimentos e o modo de vida tradicional, o peso da subsistência na racionalidade produtiva e a forma de encarar os padrões sucessórios, diferenciam os camponeses dos agricultores familiares.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

campesinato¹⁵ e de sua transformação em agricultor familiar, por isso, este debate foi mais recente. Para Schneider (2003, p. 99-100) a adoção da categoria agricultor familiar parece ter sido tomada pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pela CONTAG e de forma paralela, à legitimação por parte do Estado¹⁶, ao criar em 1996 o PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- num contexto de abertura comercial da agricultura brasileira.

Isso pode ser pensado sob a ótica de Bourdieu (2004, p. 165) quando **o mesmo diz que “sempre existem nas sociedades conflitos entre poderes simbólicos que visam impor a visão das divisões legítimas”**. Neste sentido, a afirmação do conceito de agricultor familiar pelo discurso do Estado, por si não parece suficiente para caracterizar a existência de um segmento social, embora o peso simbólico desta classificação seja inquestionável. Dessa forma, as abordagens sociológicas neste cenário passaram a perscrutar sobre a validade e abrangência da categoria agricultor familiar, ao mesmo tempo em que a diversidade de condições apresentadas por estes agricultores colocaram dúvidas acerca da transformação do camponês em agricultor familiar de uma forma generalizante.

III- O Camponês Voltou!

Contrariamente ao caminho traçado pelas vertentes teóricas marxistas e pós-marxistas, ao descortinar o cenário do século XXI podemos identificar nas bordas de um palco chamado agricultura, a presença de um tipo social cujas características nos levam a conceber que o camponês não só

¹⁵ A produção teórica de Maria de Nazareth Wanderley (2009) ilustra muito bem esta trajetória da utilização do conceito de campesinato ao longo das últimas décadas.

¹⁶ Aqui também existe uma discussão acadêmica acerca da origem da agricultura familiar. Alguns autores como Claude Servolin (in: Abramovay, 2007) parecem seguir uma vertente explicativa que atribui ao Estado a invenção da agricultura familiar, não tendo, portanto, o agricultor familiar uma relação direta com o camponês do passado. Por outro lado, autores como Maria Nazaré Wanderley (2006) rompem com esta separação, não só reafirmando a existência do camponês, mas que os agricultores familiares não podem ser pensados como desvinculados do camponês histórico.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

continua presente, mas que este campesinato pode representar uma forma alternativa de agricultura paralela ao modelo produtivista hegemônico nas sociedades capitalistas de mercado.

A fundamentação da presença camponesa na agricultura capitalista pode ser encontrada em Alexander Chayanov. Este pensador russo, que viveu no início do século XX, observou a economia camponesa com um olhar empírico desmistificado das clausuras teóricas que prendiam os demais pensadores marxistas da questão agrária. Chayanov procurou ver o camponês a partir da sua lógica interna de sobrevivência, ressaltando suas estratégias e **racionalidades. Conforme Abramovay (2007, p. 69) “em Chayanov o campesinato é um sistema econômico com leis de reprodução e de desenvolvimento próprio”. O que aparece aqui é a visualização de uma forma econômica e social que possui regras próprias, cuja compreensão escapa aos olhos da macroeconomia e torna-se compreensível pelo viés de uma microeconomia.**

Sendo assim, o campesinato é concebido como um modo de produção capaz de se inserir e coexistir paralelamente a diferentes formas históricas de produção, inclusive, na capitalista. Ao identificar leis próprias de funcionamento na economia camponesa, Chayanov observa que o campesinato não chega a ser antagônico ao capitalismo como aparecia na tradição clássica do **marxismo. Para Chayanov (1974, p. 42) “ Na atualidade, a unidade econômica camponesa, em quase todas as partes está ligada ao mercado capitalista de mercadorias, sofre a influência do capital financeiro e coexiste com a indústria organizada no modo capitalista”. O trabalho empírico deste autor demonstrou** que a unidade camponesa de produção consegue desenvolver uma racionalidade própria, o que lhe possibilita mesmo que no limite de suas possibilidades, a inventar estratégias de auto-reprodução capazes de amenizar as inflexões do mercado e garantir a reprodução de sua unidade produtiva.

A compreensão da presença camponesa no século XXI, pode ser concebida a partir de um determinado viés teórico que remonta a compreensão



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Chayanovista da economia camponesa e, de um contexto em que se visualiza uma condição de crise no modelo de desenvolvimento da chamada agricultura produtivista como defende Van der Ploeg (2008)¹⁷. A crise na agricultura produtivista é para este autor um reflexo do próprio funcionamento dos impérios alimentares, que podem ser entendidos como a maximização das relações capitalistas de mercado na agricultura.

Neste sentido, os pressupostos apresentados por Marx, de que o capitalismo também avançaria sobre a agricultura, não estavam totalmente errados. No entanto, o que Marx e os marxistas da questão agrária não consideravam, é que os indivíduos possuem a capacidade de forjar estratégias diversas para resistir a um contexto de adversidade, especialmente na agricultura cuja especificidade de garantir aos indivíduos o mínimo necessário, permite aos mesmos sobreviver de forma relativa às inflexões do capitalismo sobre suas formas de produção.

Seguindo esta linha de raciocínio, parece que o problema fundamental está no delineamento teórico das abordagens acerca do rural na contemporaneidade. O camponês foi tirado de cena em função das prerrogativas das teorias estruturalistas- neste caso o marxismo- que desconsideravam a margem de atuação dos agentes em relação às estruturas. Neste sentido, retomamos Bourdieu (2004, p. 81-82) quando este afirma que os agentes sociais são guiados pelo senso prático. Dessa forma, não são meras marionetes da estrutura objetiva do campo ao qual pertencem, nem agem racionalmente orientados por sua subjetividade, mas operam através de estratégias elaboradas a partir das regularidades existentes. Trazendo esta perspectiva para o caso do campesinato, é possível visualizar este tipo de operacionalização.

¹⁷ Para Wander Ploeg (2008, p 26-27) esta crise é dimensionada a partir de questões econômicas (questões de mercado, preços, renda), no campo agro-ambiental (efeitos degradantes da agricultura sobre o meio ambiente) e no campo social (quantidade, qualidade e distribuição dos produtos produzidos frente às demandas sociais. A tese deste autor é de que a ascensão do que ele denomina de *Império* (grandes corporações controlando a agricultura via mercado), como princípio orientador do processo produtivo na agricultura contemporânea na distribuição e no consumo de alimentos, é o indutor desta crise agrária.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Van Der Ploeg (2008, p. 23) identificou um processo de recampenização presente tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, como um movimento não linear de resposta a esta crise agrária. Para este autor, está em marcha um processo quantitativo de aumento do campesinato (a recampenização é fomentada pelas empresas familiares que não conseguem acompanhar as exigências do mercado) e também qualitativo, afinal, a caracterização do camponês se dá em função da sua capacidade de se manter com uma significativa autonomia em relação ao mercado no que tange ao desenvolvimento das atividades produtivas.

A recampenização pode ser considerada uma estratégia de reprodução inventada por unidades familiares que são excluídas da lógica produtivista da agricultura capitalista. A lógica camponesa procura otimizar seus fatores de produção de forma a evitar ao máximo a subordinação aos **mecanismos funcionais impostos pelo mercado. Assim, estes “novos camponeses” se caracterizam por uma relativa autonomia em relação ao mercado e ao modelo empresarial, tanto no âmbito técnico-produtivo quanto na comercialização, na medida em que desenvolvem estratégias próprias de reprodução**¹⁸.

Reconhecendo a não linearidade deste processo (paralelamente ocorre a desativação de unidades produtivas e concentração de capital em outras), Van der Ploeg (2008, p. 40) procura conceitualizar o camponês a partir da condição camponesa em relação ao mercado. O camponês para este autor está parcialmente ligado ao mercado, pois sua produção é voltada para a reprodução da unidade e também para a comercialização. No entanto, esta relação não é uma relação de dependência como acontece com a agricultura

¹⁸ Esta racionalidade já havia sido observada por Chayanov (1974, p. 99) ao afirmar que as unidades de produção camponesas se estruturam de forma a valorizar a força de trabalho familiar como principal fator de produção, adaptando as técnicas de produção a escala e a quantidade de mão-de-obra disponível na família. O que ocorre aqui pode ser considerado como a existência de uma racionalidade própria ao camponês, que difere da racionalidade capitalista e ao mesmo tempo opera com ela. Otimizar os recursos naturais e humanos torna-se uma estratégia de fugir a dependência e a subordinação total ao mercado que tornariam inviável a reprodução da unidade familiar, caso esta operasse com as regras daquele.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

empresarial e a capitalista, mas de flexibilidade. De certa forma, o camponês procura otimizar os recursos que possui (trabalho, recursos naturais, cooperação da comunidade) para produzir com um grau maior de autonomia.

No entanto, o camponês não é um tipo social que está meramente reaparecendo no cenário atual neste contexto específico de contestação e exaustão ideológica ao modelo produtivista de desenvolvimento. A presença camponesa pode ser identificada ao longo do trajeto da agricultura moderna. **Para Van der Ploeg (2008, p. 33) “Um dos buracos negros criados pela ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isso significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia”.**

Lançando um olhar sobre o caso brasileiro, principalmente na região Nordeste, Sabourin (2009, p.40), argumenta que os camponeses sempre estiveram presentes, sendo, não apenas uma categoria política, mas também social e sociológica. O reaparecimento de movimentos sociais que se auto-identificam como camponeses- MST, Via Campesina, Movimento dos Pequenos Agricultores- que reapareceram com força na década de 1980 (Pereira, 2009 in: Fernandes Et ali), sinalizam que o desaparecimento camponês foi muito mais uma questão simbólica do que algo objetivado no mundo social. Maria Nazareth Wanderley (2003, p. 48) aponta, inclusive, que os agricultores familiares integrados ao mercado obedecem a uma lógica familiar que na sua essência é camponesa, ou seja, o que se configurou foi uma transformação, mas não uma descaracterização do campesinato.

Neste sentido, pode-se considerar que as oscilações entre a presença e a ausência do camponês na sociedade capitalista estão inextricavelmente associadas às teorias e categorias de análise empreendidas pelas cientistas sociais para observar a realidade. Dessa forma, parece coerente concordar metodologicamente com Bourdieu (op. cit2004, p. 48) quando este afirma que **“não se pode esquecer, de modo algum, que o real nunca toma iniciativa já que só pode dar respostas quando é questionado”.** Assim, conforme o instrumental



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

teórico e conceitual utilizado para observar o mundo social, as respostas podem ser diferentes. O caso do camponês parece ilustrar esta afirmação, já que se tratou de um processo de invisibilização por parte das ciências sociais acerca de sua presença camponesa.

IV- Considerações Finais

Entre a realidade vivida pelos sujeitos sociais e a apreensão discursiva dada a esta pela ciência social, existem mediações e limitações inextricavelmente imanentes ao processo de construção do conhecimento. Há limites no conhecer humano que não possibilitam um conhecimento pleno sobre os processos sociais a ponto de apreendê-los em sua totalidade. Há também mediações simbólicas e teóricas, próprias a determinados contextos históricos e lingüísticos, que estabelecem ao cientista social um determinado campo de visão pelo qual este pode observar o social. As diferentes cosmovisões acerca do camponês na sociedade capitalista se fundam em torno destes dois dilemas.

A pretenciosidade teórica de algumas correntes marxistas de tentar explicar a totalidade do social resultou em equívocos, como aconteceu a respeito do desaparecimento do campesinato. O principal equívoco desta perspectiva de abordagem parece ter sido a subsunção dos indivíduos às estruturas sem considerar a capacidade destes de reagir em relação àquelas. No entanto, não se pode apenas condenar historicamente tais injunções, afinal, estes também estavam operando com as ferramentas disponíveis em sua época. Além disso, há contribuições inegáveis destas abordagens para a compreensão da agricultura no capitalismo, afinal, o que são os impérios alimentares de Wan der Ploeg senão as forças capitalistas tentando controlar a agricultura? As inflexões capitalistas sobre este setor são inegáveis e podem ser vistas na racionalidade produtivista desenvolvida em parcelas significativas da agricultura contemporânea.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Por outro lado, o cenário contemporâneo da teoria social possibilita outro campo de visão sobre o campesinato. Olhando o camponês a partir de uma observação empírica mais rigorosa, e considerando sua capacidade de agenciamento, é possível perceber a existência de formas camponesas de produção mesmo no mais avançado capitalismo. Para além da especificidade da agricultura, este fenômeno pode ser explicado pela capacidade dos agentes de inventar estratégias de existência às diversidades impostas, aspecto invisibilizado pelas correntes teóricas que preconizavam seu desaparecimento. Contudo, a condenação, o desaparecimento e o reaparecimento do camponês nos ensinam que na prática sociológica, a transposição de determinados referenciais teóricos e analíticos para a apreensão dos fenômenos sociais não pode ser tomado sem a devida crítica e, principalmente, sem uma observação empírica detalhada.

V- Referenciais Bibliográficos

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 3ªed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre et al. *O Ofício de Sociólogo: Metodologia da Pesquisa em Sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.
- CHAYANOV, Alexander. *La Organización de La Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- GRAZIANO SILVA, José. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- GUANZIROLI, Carlos. *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Geramond, 2001.
- HALAMSKA, Maria. Relações com a Sociedade global. In LAMARCHE, Hugues. (org). *Agricultura Familiar. Vol II*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *História do Marxismo: o Marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonia y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de La democracia*. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 1985.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- LAMARCHE, Hugues. Org. *A Agricultura Familiar vol I*. Campinas: Unicamp, 1997.
- LÊNIN, Wladimir Illich. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo; Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica a Economia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MENDRAS, Henri. *La Fin des Paysans: Suivi d'une Réflexion sur la fin des Paysans vingt ans après*. Paris: Actes Sud, 1984.
- NAVARRO, Zander. *Nunca Cruzaremos este rio- a Estranha Associação entre o Poder do Atraso, a História Lenta e a Sociologia Militante, e o O caso da Reforma Agrária no Brasil*. XXXII Encontro anual da ANPOCS, Caxambu- MG, outubro de 2008, Mimeo.
- NEVES, Delma *Pesanha. Agricultura Familiar: Quantos Acoradouros*. Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo, 2007.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: URGs, 2008.
- PORTO, Maria Stela Grossi e SIQUEIRA, Deis Elucy. *A Pequena Produção no Brasil: Entre os Conceitos teóricos e as Categorias Empíricas*. In: PORTO, Maria Stela Grossi. Politizando a Tecnologia no Campo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- RICCI, Rudá. *A Maior Estrutura Sindical do Brasil: O Papel do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais pós 1964*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde e PAULILO, Maria Ignez. *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, Dilemas e Conquistas*. Brasília: NEAD; São Paulo: UNESP, 2009.
- SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: Entre a Troca Mercantil e a Reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Teoria Social, Agricultura familiar e Pluriatividade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 18, No 51, Fevereiro de 2003.
- SHANIN, Teodor. *A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações, o Velho e o Novo numa Discussão Marxista*. Revista NERA, ano 08, número 07, Jul/dez de 2005.
- SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- TEDESCO, João Carlos. *Terra, Trabalho e Família: Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês*. Passo Fundo: UPF, 1999.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *Agricultura Familiar e Campesinato: Rupturas e Continuidades*. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, Outubro de 2003.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, Outubro de 2006.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a Propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

INTERFACES NARRATIVAS: AUDIOVISUAL, HISTÓRIA E FICÇÃO

Cleber Nelson Dalbosco*

O escritor prêmio Nobel de literatura de 2003, John Maxwell Coetzee, traz uma definição sobre história que não poderia passar batida: “A história não tem vida, a menos que você lhe dê morada em sua consciência; é uma carga que nenhuma pessoa livre pode ser forçada a assumir¹.” O fato a ser destacado é que tal citação se encontra num livro que rompe com a maneira tradicional de se narrar uma estória. O livro em questão é o **Diário de um ano ruim**.

O que prontamente chama atenção no referido livro é o modo como a narrativa é apresentada. As páginas, na sua maioria, divididas em três. Na parte superior, as “teses” do Señor C., de onde provém a citação sobre história acima destacada; no centro da página, o pensamento deste personagem e excertos do diálogo, o autor das “teses”, com sua digitadora a Filipina Anya. O pensamento e algumas falas de Anya com seu empregador, bem como com seu marido são expostas na terceira e última subdivisão das páginas.

Esse exposto “diálogo de surdos”, como irá caracterizar José Rubens Siqueira, tradutor da obra para o Brasil, se assemelha ao modo pelo qual alguns cineastas, categorizados, por vezes, como pós-modernos, utilizam para contar as histórias, sejam elas baseadas em fatos reais, ficcionais ou então “reais”. É o exemplo na literatura daquilo que tem sido corrente e comumente utilizado como recurso estilístico: a fragmentação narrativa. Um mecanismo de tornar a narrativa “mais interessante” ao mesmo tempo que vai criando expectativas sobre o rumo da história que é contada.

A lista de filmes que expõem essa maneira de construção e exibição discursiva, pode-se dizer que é, a cada dia, acrescida de mais títulos. E isso,

* Publicitário, Pós-graduado em Publicidade e Cultura Contemporânea e Mestre em História pela universidade de Passo fundo, onde também é professor nos cursos de Comunicação e Artes da Faculdade de Artes e Comunicação.

¹ COETZEE, J. M. *Diário de um ano ruim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 119.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

certamente, não é o principal. A particularidade *sui generis* da recorrência à narrativa fragmentada é possibilitar uma espécie de participação ativa do espectador, ou no caso de um livro, a criação de certa angústia quanto ao andamento e conseqüente desfecho da história que é exposta.

Pertinentes conceitos de narrativa

A narrativa é ao mesmo tempo elemento de coesão e dissociação, e, portanto, encontra diferentes maneiras de se manifestar. Quando uma narrativa apresenta de maneira cronológica o começo, o meio e o fim, tem-se aquilo que pode-se chamar de uma narrativa linear. Quando rompe com essa estrutura cronológica e temporal, trata-se de um freqüente intercalar de trechos. Começo, meio fim vão se revezando, trocando de lugar repetidas vezes, como se fossem falas interrompidas, entrecortadas por outras falas, ruídos, e qualquer outra coisa que se queira acrescentar, pouco importando que seja plenamente lógica e racional, ou ilógica e absurda.

Aquilo que é proposto aqui como narrativa fragmentada, embora tendo como base e referência o audiovisual, pode ser estendido para qualquer área que faça da narrativa não apenas uma necessidade, mas, sobretudo, uma ferramenta. Assim, tem-se o universo da manifestação narrativa nos produtos audiovisuais, tais como pela explicação dada por Jacques Aumont e Michel Marie, que ao citar **Gérard Genette**, expõem, “a noção de narrativa adquiriu, nos trabalhos de narratologia fílmica dos últimos 30 anos, um certo número de caracteres que a definem:”

1. Uma narrativa é fechada: forma um todo, no sentido aristotélico (“o que tem um começo, um meio e um fim”), e sua unidade é primeira [...]
2. Uma narrativa conta uma história, por conseguinte, ela superpõe, ao tempo imaginário dos acontecimentos contados, o tempo do próprio ato narrativo.
3. Uma narrativa é produzida por alguém (ou por uma instância semi-abstrata, tal como a produção de filmes de ficção); por conseguinte, ela se oferece a mim não como a realidade, e sim



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

como uma mediação da realidade, que tem traços de não-realidade; é um “discurso fechado que vem irrealizar uma seqüência de acontecimentos” [...] 4. Enfim, a unidade de narrativa é o acontecimento: a narrativa é relativamente indiferente à sua formatação [...], e podem-se considerar amplamente equivalentes narrativas escritas, orais, cinematográficas de uma mesma seqüência de acontecimentos².

A narrativa é, portanto, a soma de várias coisas que, no seu plano mais básico, reside num acontecimento. O acontecimento é, deste modo, o mecanismo que torna a narrativa algo vivo, é o seu fator aglutinante, uma espécie de motivo capaz de soldar os sentidos e assim conduzir o seu receptor – seja ele o espectador de um filme, ou, então, um leitor de uma de ficção ou não-ficção – variando, por vezes, unicamente a maneira como é contado.

A maneira como um acontecimento é contado, constitui, também, uma narrativa. Ou seja, dependendo da maneira com que uma história é contada, podem-se interpor detalhes, alguns elementos podem ser propositalmente trocados de lugar, criam-se “vozes” diferentes para destacar a alguns aspectos, personagens e seu pensamento. Não são incomuns, referências para fora da própria história contada, ou seja, pressupor e inferir conhecimento ao receptor da obra. Uma espécie de “taxa” de participação, cujo valor é associado ao conhecimento prévio que o leitor precisa ter para fluir decididamente pelo texto que está lendo.

Essa participação necessária ao processo de assimilação dada pela leitura, é o que de maneira enfática diferencia a narrativa audiovisual, da narrativa literária. A primeira se dá por imagens, que já prontas, quase que “automaticamente” ilustram o texto. Ao passo de o diretor de cinema e artista plástico Peter Greenaway contestar o cinema como método e recurso narrativo eficiente, uma vez que o livro como recurso narrativo tende a fazer do receptor um interator e não apenas um espectador.

² AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. 2ª Edição, Campinas: SP, Papirus, 2006, p. 209.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Porque todos sabemos que a literatura é superior ao cinema como forma de narração. Ela potencializa a imaginação como nenhuma outra. Se você quer contar histórias, seja autor, romancista, seja escritor, não seja diretor de cinema. O cinema não é o melhor veículo para contar histórias. É específico demais, deixa muito pouco espaço para a imaginação levantar **vôo fora das indicações estritas do diretor. Leia “ele entrou na sala” e imagine mil encenações. Veja “ele entrou na sala” no cinema-como-o-conhecemos e você ficará limitado a uma única encenação**³.

Greenaway conduz sua crítica não apenas por ser um diretor de cinema que tenta fugir do império da narrativa. Ele como tem inicialmente formação como pintor, entende que o cinema deve ser o lugar das imagens, do visual. Pode-se dizer que o fato de contar histórias para Peter Greenaway é secundário. As imagens deveriam ditar o ritmo da obra, serem as condutoras dos espectadores e não a narrativa. Ao cinema narrativo ele irá dizer que se trata de texto ilustrado, e que ao longo da existência do cinema – isso considerando como sua data inaugural o ano de 1895 – o que se tem visto como cinema são textos ilustrados.

Assim, ainda para o referido diretor, o que se obtém do assistir de um filme, não é a história contada, mas sim as impressões que as imagens são capazes de passar aos espectadores. Mais importantes são as memórias que as imagens são capazes de ativar do que a narrativa apresentada através delas. O ser humano conduz a sua interpretação tendo como aliados os sentimentos. São, para Greenaway, os sentimentos despertados pelas imagens que gerariam a **“história” de um filme.**

O cinema tem a ver com outras coisas que não a narração. O que você lembra de um bom filme – e vamos falar apenas de bons filmes – não é a história, mas uma experiência especial e quem sabe única que tem a ver com a atmosfera, ambiência, performance, estilo, uma atitude emocional, gestos, fatos isolados, uma experiência audiovisual específica que não depende da história. Se lembra, e pode contá-la, então estamos

³ GREENAWAY, Peter. Cinema: 105 anos de texto ilustrado. In: MACIEL, Maria Ester (Org.). **O cinema enciclopédico de Peter Greenaway**. São Paulo: Unimarco Editora, 2004, p 12.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

de volta à literatura, e a experiência cinematográfica não é comunicada dessa maneira. Porque até o momento não descobrimos nada melhor, e porque somos preguiçosos, a narrativa é a cola que usamos para manter ligado todo o aparato do cinema⁴.

Se assim for e Greenaway estiver certo, se torna possível afirmar que o cinema está muito mais na forma, na impressão que cada imagem é capaz de passar do que na narrativa. Pois, performance, atmosfera, gestos e todos demais detalhes apontados pelo cineasta, estão mais ligados ao formato, ao modo como são apresentadas as imagens, do que ao conteúdo. No entanto, é importante salientar que o próprio autor reconhece que quando contada por alguém uma história assistida no cinema, ela se converte em narrativa, ou para facilitar, em palavras.

São as palavras que geram relações umas com as outras e constroem **significados diversos dependendo da maneira que são “misturadas”**. A mistura de palavras com o intuito de contar uma história gera uma narrativa. Já as **imagens “misturadas” umas às outras tendem a gerar imagens, que poderão não ter uma função narrativa, sendo, portanto, tão somente, imagens**. Essas imagens, por sua vez, quando muito, despertam sentimentos e geram significados.

Mas, se a intenção for obter narrativa de alguma imagem, é necessário inventá-la. E nesse caso, não é a imagem que gera por si só narrativa, mas é a interpretação humana, que associada ao desejo de inventar ou simplesmente contar histórias, cria um discurso por trás da imagem, ou nela baseado, e aí sim, como explica Greenaway, as imagens em movimento acabam servindo para ilustrar o texto, isto é, a narrativa.

As imagens audiovisuais não têm apenas a característica de serem ilustrações em movimento para um texto narrativo. Quando não são usadas para se contar uma história, isto é, para constituir uma narrativa, elas acabam valendo por si só, pois são capazes de significar outras coisas para além delas.

⁴ GREENAWAY, Peter. *Op. cit.*, p 12.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Este significado expandido, pode-se dizer que tem a ver com o contexto sócio-histórico ao qual estão inseridas e fazem parte. Assim dito, as imagens podem valer como registros de uma época, como comunicadoras de sentidos e, sobretudo, de sentimentos.

Imagens escolhidas por sua capacidade de comunicar sentimentos, podem ser combinadas, tais como versos são combinadas na poesia, razão pela qual, trabalhos audiovisuais não-narrativos são chamados muitas vezes de poéticas visuais, como é o caso da videoarte. Vale lembrar que na poesia embora o conteúdo muitas vezes seja extremamente interessante, é a forma a condição básica, pois é na força da forma que residem os sonetos por exemplo, bem como na sonoridade das palavras, nas sensações que elas criam. A poesia é uma corrente de significados e sentidos, porém, poucas vezes narra histórias.

A videoarte, talvez seja o representante exemplar das imagens em movimento criadas com o intuito de valerem por si mesmas, numa tentativa de **“contar” algo, sem de fato nada contar, ou seja, sem narrar algum fato ou feito.** Portanto, é a videoarte, essa manifestação audiovisual *sui generis*, mais verso do que prosa, mais sentimento do que história. E, muitas vezes, é o sentimento, aliado às estratégias de construção narrativa, o motivador das imagens com grande significado e permanência na mente do público.

Linha de raciocínio semelhante é exposta e advogada pelo cineasta, editor de filmes como **“Apocalypse Now”, “O paciente inglês”, “A insustentável leveza do ser”, “O talentoso Ripley” e “O poderoso chefe III”.** Walter Murch fundamenta alguns de seus ensinamentos como editor na importância da sugestão como atributo mais forte que a exposição.

O princípio básico é: sempre tentar fazer o máximo com o **mínimo (com ênfase no “tentar”).** **Você pode não conseguir** sempre, mas *tente* produzir os maiores efeitos na cabeça do espectador com o menor número de coisas na tela. Por quê? Porque você quer fazer apenas o necessário para conquistar a imaginação do público – a sugestão é sempre mais forte que a exposição. Passado um certo ponto, quanto mais você se esforça para enriquecer os detalhes, mais encoraja o público a



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

ser espectador em vez de participante. O mesmo princípio se aplica para as várias áreas de produção de um filme: atores, direção de arte, fotografia, música, figurino, etc⁵.

Não se trata de qualidade restrita apenas aos produtos audiovisuais, como é o caso do cinema. A tendência comportamental de tentar completar informações é algo próprio de qualquer ser humano. Um ser humano que motivado pela vontade de entender, busca, mesmo que de maneira não intencional, selecionar situações vividas, organizar idéias, padrões, na tentativa de compreender as informações com as quais toma contato.

Sendo assim, pode-se dizer que pouco importa o suporte – seja um livro, filme ou peça musical – a necessidade de compreensão, de assimilação e de estabelecer relações, pode-se dizer que é própria do ser humano. Esta capacidade é que orienta o entendimento de qualquer obra, pois só aquele que se interessa pela obra é que contempla com atenção. Ao contemplar, não apenas fixa os olhos, mas ativa os sentidos, reativa a memória em busca de situações semelhantes ou similares. Quando isso acontece, não mais se está tratando de **um mero “espectador”** – no sentido atribuído à Walter Murch – passa a ser um participante da obra.

Assim sendo, pode-se afirmar que para se compreender um discurso, esteja ele codificado na forma de imagens em movimento, como acontece no cinema, ou então, um texto, que é codificado em códigos gráficos, é necessária, além da alfabetização própria em cada linguagem, um conhecimento prévio. No caso do cinema, essa alfabetização se dá mais por convívio com os diferentes produtos audiovisuais assistidos ao longo de uma vida, do que pelo estudo dos elementos de composição, estética e linguagem audiovisual. Portanto, se trata de uma alfabetização dada pela familiaridade, resultante da junção de inúmeros conhecimentos invocados, situações vividas e experiências anteriores.

⁵ MURCH, Walter. *Num piscar de olhos*: a edição de filmes sob a ótica de um mestre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 26.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A necessidade de elementos “fora do texto” é aquilo que pode ser chamado de inferência. Um texto que necessite de muito conhecimento prévio por parte do leitor, tem sua compreensão abalada. Sendo assim, o texto tenderá **a ser difícil de “ler”, de ser assimilado e compreendido. Porque, embora estejam** os caracteres visíveis, bem definidos e organizados, a compreensão é prejudicada, pois a leitura será constantemente interrompida toda vez que o leitor se deparar com palavras que não conhece. Ainda mais se a quantidade de palavras que ele não conhece for grande.

Às vezes um texto está adequadamente estruturado do ponto de vista formal – isto é, está bem composto com relação ao aspecto sintático, semântico, discursivo, ortográfico –, mas ainda assim pode ser pouco legível; quer dizer, o texto, ainda assim, pode ser considerado incompreensível por alguns leitores. Isso pode parecer estranho à primeira vista: como um texto formalmente bem organizado pode ser de difícil compreensão? [...] a interpretação do que é lido não se processa exclusivamente com base no material presente no texto. [...] O leitor deve acrescentar conhecimentos extras àquilo que vem dito literalmente. Essas informações fornecidas pelo leitor, que servem para criar lógica no texto, são essenciais para a compreensão daquilo que o autor quer comunicar⁶.

Mas, vale a pergunta, quantas vezes, durante o processo de leitura, as pessoas ficam sem entender algumas palavras, ou até mesmo longos trechos, e mesmo assim conseguem completar o sentido? São conduzidas unicamente pela narrativa, ou tem algo a mais? A resposta destas perguntas parece estar **associada ao mecanismo de “adivinhação” que os seres humanos utilizam** quando querem tentar entender alguma coisa. A hermenêutica, isto é o processo de interpretar, parece estar ligada ao critério do empenho e da vontade. Ninguém é capaz de entender, muito menos aprender, se não houver essa vontade manifesta de alguma maneira.

⁶ LIBERATO, Yara; FULGÊNCIO, Lúcia. *É Possível facilitar a leitura*: um guia para escrever claro. São Paulo: contexto, 2007, p. 31.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Se for considerado o dito popular “quem procura, acha”, torna-se possível considerar que, muitas vezes, o que se tem sobre um determinado assunto não são certezas, mas sim hipóteses, suposições, impressões ou ideias iniciais. O processo de pesquisa é um processo de procura constante, alicerçado na vontade de descobrir coisas novas, entender coisas até então não entendidas, ou seja, é transitar entre um emaranhado de incertezas permanentes. E quando **encontradas e alinhavadas as “pistas”**, cria-se uma maneira de contar, de criar relações e estabelecer significados, aí, pode-se dizer que reside a força e a utilidade da narrativa.

Pode-se dizer, neste processo, que o explícito não tende a convidar para a participação. O explícito prontamente se desnuda, impacta pela própria natureza da evidência. Já a argumentação, tem relação com a sugestão, com a construção discursiva, e, portanto, elaborada. E, seguindo este raciocínio, pode ser usada a explicação dada pelo documentarista Bill Nichos, sobre o processo **de construção de documentário: “Os exemplos mais extremos de evidência e argumentação ocorrem talvez na pornografia e na propaganda: o que seria da pornografia sem sua evidência, e o que seria da propaganda sem seus argumentos?”**

Pode-se dizer que não só a propaganda que extrai sua força dos argumentos. Uma narrativa é nada mais que uma série de elementos organizados a fim de defender um ponto de vista, contar uma situação, esmiuçar algum fato. A evidência, embora se desnude frente aos olhos, tal como aquilo **que acontece no “aqui e agora”, e seja, para alguns “irrefutável”, também pode** ser transformada, basta haver argumentos. A lógica se completa, já que as imagens por si só dificilmente são capazes de argumentar. A argumentação é o resultado de uma elaboração, de uma construção organizada de elementos que resultam num discurso, em outras palavras, resultam numa narrativa.

⁷ NICHOLLS, Bill. A voz do documentário. In: RAMOS, Fernão Pessoa (Org.). *Teoria contemporânea do cinema*: Documentário e narrativa ficcional. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005, p. 52.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

É possível afirmar que a relação dada entre argumento e evidência, ganha ainda mais força quando considera que as imagens – entendidas algumas vezes como evidências de um determinado acontecimento –, também estabelecem relações com seu contexto. As imagens são criadas sempre numa relação de espaço e tempo históricos. Pouco importa aqui se são imagens de ficção ou tomadas do mundo real, elas sempre se constituem como produto de **uma determina época. Assim como é o caso de obras audiovisuais de “não-ficção”**: “O documentário traz em si uma tensão que nasce das asserções genéricas que faz sobre a vida, ao mesmo tempo que usa sons e imagens que carregam a marca inevitável da singularidade de suas origens históricas⁸.”

Assim exposto, pode-se considerar a maneira como o psicólogo cognitivo Steven Pinker contextualiza a arte como um todo, fazendo análises sobre o modo de se compor narrativa na contemporaneidade, sendo a narrativa tradicional – estilo de escrita da tradição burguesa, advinda do próprio modo natural da vida – o lugar exemplar da noção de início, meio e fim, tal como etapas naturais da existência biológica. E para isso Pinker cita a poeta e **romancista inglesa A. S. Byatt**, que “quando os editores da *New York Times Magazine* lhe pediram para apontar a melhor narrativa do milênio, escolheu a **história de Xerazade.**”

As histórias das *Mil e uma noites* [...] são histórias sobre contar histórias sem nunca deixar de ser histórias sobre amor, vida, morte, dinheiro, alimento e outras necessidades humanas. A narração é parte da natureza humana tanto quanto a respiração e a circulação do sangue. A literatura modernista tentou acabar com a prática de contar histórias, que julgou vulgar, substituindo-a por *flashbacks*, epifanias, fluxos de consciência. Mas contar histórias é intrínseco ao tempo biológico, do qual não podemos escapar. A vida, disse Pascal, é como viver numa prisão de onde todos os dias companheiros de reclusão são levado e executados. Estamos todos, como Xerazade,

⁸ NICHOLLS, Bill. *Op. cit.*, p. 52.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

sentenciados à morte, e todos vemos nossas vidas como narrativas, com começos, meios e fins⁹.

O que seriam, para ficar em apenas um exemplo, os *flashbacks* – o mecanismo de “pular” no tempo, retrocedendo ao passado – senão algo mais relacionado com a forma do que com o conteúdo? É verdade que a forma pode, inúmeras vezes, condicionar o conteúdo e que percepção humana parece estar associada aos diversos efeitos das formas. E a forma exerce em alguns casos fascínio maior que o conteúdo. É como uma bonita embalagem que cria expectativas sobre o que traz em seu interior, sendo que algumas vezes esse “interior” acaba não sendo percebido devido ao valor que é atribuído à embalagem.

E assim, sem nenhuma novidade no que se afirma aqui, a própria arte, nas suas diferentes manifestações e suportes, se faz presente em diversos meios, ou ainda, variadas abordagens, que nada mais são do que formas distintas umas das outras. Assim, pintura é uma forma de representação bidimensional, pois a tela é uma superfície plana orientada na lógica dos eixos cartesianos x e y, ao passo que a escultura é a representação tridimensional. Podem, por exemplo, ser usadas as duas maneiras para ilustrar e comunicar um determinado tema.

Na teoria cinematográfica, quando se têm histórias orientadas para a utilização de *flashbacks* ou *flashforwards* – quando o “pulo” temporal é feito em direção ao futuro – é comum a compreensão de que são narrativas que fazem o uso destes mecanismos estão mais voltadas para trama, isto é, para a maneira como os fatos são conectados dentro da história, ou ainda, a maneira como serão vistos. Na abordagem dada por Robert B. Musburger, ao pontuar sobre o processo de criação de roteiros, destaca-se:

Além de ter uma estrutura dramática e uma estrutura de ação, os roteiros também apresentam uma estrutura narrativa, uma estrutura de tempo e ponto de vista. Uma história pode seguir

⁹ PINKER, Steven. *Tabula rasa*: a negação contemporânea da natureza humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 565.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

uma estrutura cronológica ininterrupta do início ao fim, ou pode ter *flashbacks* e *flashforwards*, o que interrompe o fluxo contínuo de tempo. Uma quantidade grande de tempo de tela pode ser dedicada a alguns eventos e muito pouco tempo a outros¹⁰.

Embora não se trate de algo extremamente atual, e nem sendo invenção da contemporaneidade, a fragmentação narrativa tem se poupado de explicar *flashbacks* e *flashforwards*, por inferir que o público já domine essas ferramentas. Porém, a narrativa fragmentada acaba, muitas vezes, até mesmo confundindo o público. No entanto, ela se vê aceita, aplicada e reconhecida amplamente pelo rótulo que costuma acompanhar, ou seja, o rótulo de que se trata de algo “inteligente” e afrontador da cultura tradicional. Neste senti, novamente pode-se destacar de Pinker:

A partir da década de 1970, a missão do modernismo foi ampliada pelo conjunto de estilos e filosofias denominado pós-modernismo. O pós-modernismo foi ainda mais agressivamente relativista, afirmando que existem muitas perspectivas de mundo, nenhuma delas privilegiada. Negou ainda com mais veemência a possibilidade do sentido, do conhecimento, do progresso e dos valores culturais compartilhados. Foi mais marxista e muito mais paranóide, sustentando que as pretensões à verdade e ao progresso eram táticas de dominação política que privilegiavam os interesses de homens brancos heterossexuais. Segundo essa doutrina, mercadorias produzidas em massa, e imagens e histórias disseminadas pela mídia destinavam-se a impossibilitar a experiência autêntica¹¹.

As relações entre a narrativa fragmentada e a pós-modernidade parecem encontrar proximidade com a citação acima exposta. Afinal, se a abordagem estiver correta, o pós-modernismo queria ir além dos preceitos do modernismo. O modernismo por sua vez, tentou romper drasticamente com a tradição anterior, refundando os estilos de maneira a busca a utilidade justificada e a funcionalidade em primeiro plano. Logo, nas artes, no design, são

¹⁰ MUSBURGER, Robert B. *Roteiro para mídia eletrônica*: tv, rádio, animação e treinamento corporativo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 202.

¹¹ PINKER, Steven. *Op. cit.*, p. 555.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

removidos os adornos, por exemplo, que segundo a óptica modernista, eram indícios da cultura burguesa.

Sendo assim, pode-se dizer que, se a narrativa tradicional dominava e era o modelo predominante de se contar histórias, o advento de outros estilos, **sobretudo, o “fluxo de consciência” veio a originar uma nova maneira, “antinatural” de contar. A vida é dividida em etapas cronológicas, e quando a biografia de um personagem é narrada, é comum que a noção de nascer, crescer e morrer esteja presente de maneira ordenada, linear.**

Incomum, pode-se dizer, que é começar contando a biografia de um personagem com interrupções seguidas e saltos temporais. Seria o mesmo que começar indicando o personagem aos sessenta e cinco anos, para em seguida apresentá-lo aos dezenove, novamente aos sessenta e cinco, aos oitenta, aos oito e assim por diante.

Porém, se considerado for o fluxo dos acontecimentos diários, irá se notar que a cronologia é mantida apenas enquanto sucessão de fatos. Pois, ao contar para alguém um acontecimento relativamente banal, como o fato de ter caído da escada e quebrado uma perna, por exemplo, as pessoas tendem a começar pelo fim, isto é, pelo acidente, e não pelos antecedentes, mesmo que possam ter fatores que facilitaram o acidente decorrente. Numa hipótese, a pessoa que quebrou a perna ao cair da escada, caiu porque a escada tinha sido encerada, e, portanto, estava lisa, impossibilitando a firmeza dos pés sobre os degraus ao descer.

Neste exemplo hipotético, pode-se dizer que os seres humanos ao narrar longas histórias tendem para a cronologia, para a narrativa tradicional, respeitando o seqüencial começo, meio e fim. Já, quando falam do dia-a-dia e incidentes, tendem a optar pela narrativa fragmentada. Dizer que uma ou outra **não é “natural”, é apenas questão de interpretação.**



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Sobre a história e sua relação com a narrativa

A história, enquanto disciplina parece sempre conduzir o seu público, o leitor, como alguém que está prontamente interessado e ativamente participante. A relação não parece procurar o incremento de cores, nuances, gestos e sensibilidades. Uma narrativa mais criativa, capaz de surpreender parece estar esquecida na ampla maioria dos historiadores profissionais.

O tão comum estado de apenas ponderar, inscrever e localizar, é o que **se vê presente amplamente nas publicações ditas “especializadas”**. Isso abre espaço para que outros se aventurem na história, colhendo curiosidades e evidências para construir narrativas interessantes. Fato que tem se revelado **pela profusão de “não-especialistas” alcançando o posto de *best sellers* – ou se poderia chamar, consequentemente, de *best readers*? –** publicando justamente história, ou revisões de estudos históricos.

Talvez, numa inferência, a grande força motriz disso seja justamente a maneira como são escritos esses *best sellers*. Estilo fluido, ausência de vocabulário demasiado complexo, gosto pelos detalhes, pelos indícios humanizantes e mundanos. Em outras palavras, a importância parecendo recair mais nas contradições humanas e desmitificação, do que no processo oposto. Afinal, se considerada a perspectiva do leitor, é melhor fluir pelo texto, ou ficar tateando no escuro, tendo que parar a cada pouco quando um estranho termo difícil de entender se coloca no caminho?

Não estariam esses “não-especialistas”, que escrevem história, “dando morada à história na consciência das pessoas” – para usar a passagem de Señor C. citada no início do artigo – já que eles acabam inserindo a história na pauta dos acontecimentos sociais midiáticos?

Certamente que poderiam objetar os especialistas dizendo que o critério dos não-especialistas é apenas mercadológico, que se concentra em colher dados peculiares e curiosos rodapés a fim de causar polêmica e, consequentemente, vender mais livros sob o argumento de estarem fazendo



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

revisonismo histórico compilativo. Isto é, na maioria das vezes, os “não-especialistas” não iriam às fontes, apenas se contentariam em reordenar e reorganizar informações vindas de outros estudos num texto fluído a fim estabelecer um também fluído diálogo – inclusive com o bolso – com o grande público.

A pergunta que aqui se propõem, teria haver com a celebre frase atribuída ao estadista, político, filósofo e historiador Edmund Burke: “para que o mal triunfe, basta que os bons não façam nada”. Na esteira desse pensamento, não estariam os “bons” deixando-se suplantar por os “não tão bons”? Se concordar com isso, a situação que se pode entender como evidente é que os historiadores profissionais são suplantados por habilidosos escritores que conseguem através de efeitos possíveis através da arte da narrativa não apenas conduzir o público, mas, sobretudo, entreter.

Deste modo, entretido segue o amplo público – sempre possível de expansão, através das promoções eminentes dos livros, que em larga tiragem assumem preços mais em conta – entre páginas e, quem sabe, aprende alguma coisa de história. Claro que cabe a pergunta, de qual história se está falando? Sempre parece, como um preconceito já determinado, se tratar de uma história menor, menos “séria”, por ser originária não do fruto da pesquisa de historiadores de formação, que em “fontes primárias” teriam alicerçado sua complexa elaboração narrativa, e sim como resultado de um amontoado de curiosidades históricas, ou baseadas em acontecimentos com personagens históricos.

Toma-se aqui como exemplo o texto do blogueiro Fabrício Augusto Souza Gomes, que sendo licenciado e mestre em história e ao mesmo tempo bacharel em comunicação, descreve, no entender dele o comportamento das pessoas que se deparam com os livros de história escritos por “não-especialistas”:

O leitor mais atento e acostumado com a História saberá certamente fazer a distinção entre o que é História e o que é



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

jornalismo histórico. Mas é justamente aí que reside o perigo: o livro claramente não é voltado para historiadores. O público-alvo abrange desde estudantes e profissionais que nada têm a ver com História e que aproveitando essa nova onda de obras **de teor histórico publicadas por jornalistas (“1808 e 1822”, de Laurentino Gomes, e livros de Eduardo Bueno, entre outros).** Pessoas que vão a uma Megastore qualquer, vêem o livro e **pensam: “finalmente um livro de ‘História’ descomplicado, sem linguagem difícil e com diagramação fácil de ler!”.** É aí que reside o perigo: da apropriação (indevida) que jornalistas fazem da História, transformando ela num produto que atenda a interesses de terceiros (grupos editoriais, por exemplo), colocando o conteúdo que produzem num patamar onde passem a ser referências no assunto. Por outro lado, é perceptível que existe também um certo preconceito por essa popularização da história. Prefiro acreditar que o preconceito ocorra justamente pela preocupação que expressei acima¹².

A evidência da complexidade dos historiadores acadêmicos se faz presente na utilização da linguagem e na estética narrativa. Um modo indireto e em terceira pessoa predomina, numa busca por uma impessoalidade também condicionada pelo uso de afirmações que tentam evitar os ditos juízos de valor. **Quer queira ou não, tais efeitos ao mesmo tempo que tentam sugerir “abertura”** ao diálogo, por não enfatizar nada de maneira explícita, tornam a leitura, por vezes, complexa. O leitor parece ficar num espaço de impressões e que nenhuma certeza é oferecida.

Há ainda a possível objeção dos historiadores, bem-vinda no sentido de fundamentar que a história e sua escrita é antes de qualquer coisa algo incerto, pois sempre está aberta aos novos acontecimentos e descobertas sobre o **passado. Seja por um “novo” documento não antes conhecido ou pelo** ineditismo da interpretação, a história nunca parece estar fixa, mas mutante durante o tempo todo. Não é dada por finalizada e sim construída, revisada, revisitada.

¹² GOMES, Fabrício Augusto Souza. *Resenha crítica – “Guia politicamente incorreto da América Latina”*. Disponível em: <
<http://fabricioasgomes.wordpress.com/2011/08/23/resenha-critica-guia-politicamente-incorreto-da-america-latina/>>. Acesso em: 05 set. 2011.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Se por um lado isso é benéfico, sobretudo aos historiadores, para o público dá a sensação de algo não confiável, por vezes incorreto e inconcreto. Outra objeção é possível, ao dizer que, não são poucas as vezes que o público **tende a ter a ideia da existência de “verdades” e de realidades permanentes.** Mais poderia ser dito, conduzindo a percepção de que tudo isso é uma herança do positivismo. Contudo, a prática e a ideia de mutabilidade histórica é algo que está mais ao convívio do historiador – que é ensinado e munido para enxergar a história como algo não tão evidente e nem tão concreto – do que para o amplo público, **que em muitos casos na história busca as grandes “verdades”.**

A evidência de que a história não é assim tão “histórica”, ao grande público tende a causar surpresa. Ou, quantas vezes não é comum expressões como: “isso é algo histórico”, como atestado de grande acontecimento a ser lembrado, ou então como algo já conhecido e amplamente difundido? Mas estes são problemas adjacentes e não centrais neste artigo.

Diante disso, aqui se propõem um quadro em que a narrativa é o fator aglutinante e elemento comum do cinema, da ficção literária e da narrativa histórica. Todos os pontos convergem para a narrativa como elemento central. Logo, a narrativa não é apenas o fator aglutinante, é a razão de ser destas manifestações tais como são conhecidas na contemporaneidade. Pode-se dizer que é a narrativa o motivo pelo qual existe história, cinema e literatura.



Fig. 1
Fonte: O autor

O cinema como meio narrativo já foi devidamente atacado por Greenaway, que considera a sétima arte apenas um texto ilustrado. A literatura



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

faz da narrativa a sua razão de existir, pois sem narrativa, literatura em prosa é inviabilizada. A história também existe enquanto narrativa. Uma narrativa baseada em fatos, em acontecimentos do passado, que à luz do presente – **dependendo de qual “presente”, dependendo da época e dos estudos que estão em voga** – adquire contornos próprios.

O que resta na atualidade senão buscar formas diferentes de se abordar conteúdos? A saturação, tanto formal quanto estilística parece ter contaminado todas as áreas. A narrativa fragmentada não constitui em novidade, mas não deixa de ser uma maneira interessante de se abordar determinados assuntos. Por isso, no início deste artigo, a referência primeira é feita ao livro de ficção de Coetzee, que através da fragmentação narrativa, expõem uma lógica cuja demanda de atenção é freqüente.

Ao demandar atenção, mas utilizando linguagem simples, a narrativa tende a fazer aquilo que o cinema, quando eficientemente bem construído busca fazer: surpreender o receptor da obra. A surpresa emociona, impacta e faz com que o espectador ou o leitor, participe da obra, como se ela passasse a ser parte dele mesmo. Os déficits tendem a ser reduzidos, a amplitude de público é vislumbrada, logo, tende a fazer parte do imaginário, dos assuntos e do cotidiano das pessoas.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

ITALIANOS NA ZONA RURAL DE PELOTAS

Cristiano Gehrke¹

Até iniciar a segunda metade do século XVIII, a região de Pelotas era um vasto território coberto de matas, habitada apenas por algumas tribos indígenas com economia baseada na caça e na pesca.

O próprio território do atual Estado do Rio Grande do Sul vivia uma série de impasses, pois a coroa portuguesa estava em constante litígio com a coroa espanhola, pela posse de faixas territoriais.

Foi apenas em 1777 que o Tratado de Santo Ildefonso iria assegurar o território gaúcho ao domínio português, incorporando definitivamente a Colônia do Sacramento ao domínio espanhol.

A partir desta data que começaram a ser concedidas sesmarias, visando a fortalecer, ocupar e explorar a região, iniciando oficialmente dessa forma a ocupação do território sulino.

Apenas recebiam sesmarias os indivíduos que tinham alguma proximidade com a Coroa, ou que se destacavam nas lutas contra os espanhóis. Muitas vezes a posse de terra era dada mais de uma vez para a mesma pessoa, fazendo com que alguns chegassem a ter 20 léguas de território, dando origem assim aos imensos latifúndios que serão a base econômica da região nessa época (MAGALHÃES, 2001).

Nestas grandes estâncias para garantir, nos intervalos das carneadas, a alimentação fabricava-se o Charque, que nada mais era do que uma carne salgada seca ao sol. Tinha uso restrito, voltado, na maior parte das vezes, ao autoconsumo. Sua produção era artesanal, feita em saladeiras bastante simples.

Porém, em 1779 chega à região o imigrante português José Pinto Martins, retirante da seca de 1777 do Ceará, onde se dedicava à produção de carne seca.

¹ Universidade Federal de Pelotas, Mestrando do Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural, CAPes.
E-mail: cristianogehrke@gmail.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Dentro da enorme extensão de terra disponível no extremo sul brasileiro, escolheu um recanto à margem direita do arroio Pelotas e nele principiou a construção de uma charqueada. O êxito desse empreendimento, justificado pela localização e pelos métodos empregados, estimulou a criação de outras charqueadas, iniciando-se a exploração, em larga escala, da indústria saladeril, no território rio-grandense (MAGALHÃES, 1993).

O pioneirismo de José Pinto Martins consistiu na circunstância de ele haver criado, pela primeira vez no Rio Grande do Sul, uma unidade empresarial cujo objetivo específico era produzir carne salgada, tendo em vista o grande mercado consumidor, composto principalmente pela região do nordeste do Brasil.

A produção para exportação, em larga escala, a nível industrial era favorecida pela localização estratégica da cidade, às margens do arroio Pelotas e do canal São Gonçalo. Uma região onde o rebanho bovino estava extraordinariamente disseminado e cuja carne, até então, aproveitava-se apenas para consumo doméstico e quase que exclusivamente imediato. (MAGALHAES, 2001).

O fato de haver inaugurado uma indústria poderosa, capaz de gerar um grande volume e uma grande concentração de renda, o que fez com que a cidade passasse a ter uma verdadeira significação econômica, fez também com que a população crescesse, e aos poucos a sociedade que era essencialmente rural foi dividindo espaço com o meio urbano.

Em 1812, Pelotas atingiu a condição de freguesia, com a denominação de São Francisco de Paula. Freguesia era um título de autonomia religiosa, pelo qual o povoado passava a dispor de uma igreja paroquial própria, e pressupunha a existência de um aglomerado populacional suficientemente desenvolvido.

Em 1832, já tendo a freguesia atingido as condições sócio-econômicas para se emancipar de Rio Grande, foi elevada à condição de vila, dando início a uma nova etapa na vida municipal.

Ascendendo à condição de cidade em 27 de junho de 1835, quando São



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Francisco de Paula vira Pelotas², época em que apenas mais dois municípios dos quatorze que existiam na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, eram cidades. (MAGALHÃES, 2002).

O crescimento da população, e o surgimento de uma série de leis que anunciavam a futura extinção do trabalho escravo³, impuseram à Pelotas a necessidade de buscar novas possibilidades para a produção de alimentos. Este é um dos fatores que possibilitou a criação de colônias de imigração no espaço rural do município. Alemães, italianos, franceses e outras culturas com menor representação, passaram a fazer parte da história local, ainda que os olhares permanecessem direcionados à cultura das classes cidadinas abastadas (ANJOS, 2006).

Além desta necessidade interna, a região que havia recebido os primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul estava ficando saturada, e com o forte crescimento das correntes migratórias exigiu-se a busca de novos territórios. Este crescente interesse pela colonização se deu devido à criação das Leis de Terras, que possibilitavam, através da venda dos lotes, a obtenção de grandes lucros.

A cidade, que no século XIX vivia no auge da produção saladeril, cujos empreendimentos se concentravam na quase totalidade às margens do Arroio Pelotas, tinha uma grande parte do território em situação de abandono. Muitas terras não eram, pois, adequadas nem para a pecuária, nem para o plantio, **devido ao grande número de cursos d'água e ao declive acentuado de certas regiões**. Com isso, visando à posterior venda, os latifundiários promoveram a demarcação/ ocupação de grandes faixas de terras localizadas na Serra dos Tapes.

No sentido de diversificação das atividades econômicas, criou-se em 1882 a primeira colônia de imigrantes fundada pelo poder público no município de

² O nome **Pelotas** deriva do Arroio, nome que por sua vez vem de uma pequena embarcação feita em couro e madeira, utilizada pelos indígenas na travessia.

³ Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário, Lei Eusébio de Queiros e por fim a Lei Áurea.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Pelotas, a chamada Colônia Municipal. Em 1885 o governo geral implantou outro três núcleos: a Colônia Maciel, Accioli e Affonso Penna (FETTER, 2006). Porém iniciativas anteriores já haviam mostrado resultado, como a da Colônia de São Lourenço do Sul, de caráter particular, fundada por Jacob Rheingantz.

Percebe-se claramente a intenção de diversificação econômica, pois, como afirma Peixoto (PEIXOTO, 2003), as terras recebidas pelos imigrantes, do Governo Imperial, serviam para exploração independente, e estes deveriam dedicar-se, em primeiro lugar, à agricultura e à suinocultura.

Apesar de estes anos serem considerados os marcos da imigração na região, deve-se considerar o fato de que, em Pelotas, na zona urbana, era marcante a presença de estrangeiros. Esta presença, segundo alguns autores, foi uma das grandes responsáveis pela vinda de mais imigrantes, devido ao fato destes fazerem uma intensa propaganda do Novo Mundo, uma vez que adquiriram riqueza e prosperidade.

Na chamada Colônia Maciel, 8º Distrito do Município de Pelotas, o marco da colonização é o ano de 1883, quando o Governo Imperial acabou por promover a vinda do que viria a ser a Primeira leva de imigrantes italianos. Há uma breve descrição sobre a chegada dos imigrantes à região, nas primeiras páginas do Livro tombo da Igreja da Paróquia de Sant'Anna:

No ano de 1883 (ou 1884 - início da colonização) mais ou menos, mandaram ele dividir esta data de matos em lotes coloniais, e um ano depois introduzia alguns colonos (imigrantes) italianos da região do Vêneto, em sua maioria da Província de Treviso. No centro destas colônias, o governo mandou construir um Barracão, onde os emigrantes moraram por algum tempo, até colocá-los nos lotes coloniais. Aos primeiros que aqui chegaram deu um lote urbano, perto de onde construíram o dito Barracão. Mais tarde servia de capela. Na mesma ocasião o governo designou 4 lotes urbanos para o Cemitério da Colônia e um lote para a Igreja, que era o lote em que se achava o Barracão. Esta Colônia fica quase toda no quinto distrito de Pelotas, pela nova divisão dos municípios, de Pelotas e Canguçu. Foi nos anos de 1884 a 1886 que vieram os primeiros colonos, para a Maciel. Aqui escrevemos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

os nomes das famílias que começaram a povoar estas colônias e derrubar os matos. No primeiro ano, tiveram auxílio do governo tanto dos víveres, como das ferramentas para os trabalhos.

Os imigrantes italianos quando chegavam ao espaço destinado à formação das colônias, encontravam uma realidade bastante diferente daquela que imaginavam encontrar: um local desprovido de qualquer infra-estrutura. Segundo os relatos dos descendentes destes primeiros imigrantes, colhidos durante a formação do acervo de história oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (MECOM) após a chegada dos ascendentes à Colônia Maciel, os mesmos foram colocados em um barracão construído para os alojar provisoriamente, para, depois se transferirem para as suas casas nos lotes que lhes foram designados.

Falando sobre os motivos pelos quais emigraram da Itália para o Brasil, sobre as dificuldades enfrentadas, tanto na viagem, quanto na chegada ao novo país, sobre as impressões da nova terra, temos os depoimentos de Maria Lorenzon e Irene Scaglioni:

É meu avô, disseram que passaram 40 dias e 40 noites lá na água (...) porque aquele tempo o barco tocado por vela, e quando conforme o vento ia pra diante, como ia pra trás, e aí custa muito, muito tempo pra vir (MARIA LORENZON, 2005).

(...) o falecido meu avô veio pra cá pra não morrer de fome. Depois, aqui no Brasil, graças a Deus, temos o que comer (...) os italianos passavam muita fome lá (...) se estabeleceram na Maciel que no início se chamava barracon, que foi feito pelo governo (...) então o governo colocou todos esses italianos ali debaixo, nessa barraca (...) e ficavam todos juntos (IRENE SCAGLIONI, 2000).

Enfrentadas as dificuldades de viagem e assim que chegaram ao local onde deveriam se estabelecer, a primeira providência foi o corte do mato, para em seguida realizar a construção de casas e abertura de caminhos. Depois começavam a cultivar as lavouras com milho, o qual foi nos primeiros anos a base da alimentação de todos os imigrantes, sendo a palha utilizada tanto na



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

alimentação de animais quanto no enchimento de colchões.

Não ficaram muito tempo ali no *Barracon*. Vieram muitas famílias, aí o governo começou a repartir um pedacinho de terra a cada um e dava. Dava mas tinha que pagar, depois que colhia, depois que plantava, que colhia, nós tínhamos que pagar uma parte (JORDÃO CAMELATTO, 2005).

De acordo com Peixoto, mesmo apesar de terem tido o apoio do Governo, estes imigrantes enfrentaram uma série de dificuldades. As pedras espalhadas pelas terras eram retiradas, para permitir o plantio e depois utilizadas na construção das casas. Estes imigrantes produziam quase tudo que precisavam para sua subsistência. O que não era possível produzir, era comprado em casas comerciais que supriam as necessidades de abastecimento local (PEIXOTO, 2003).

A construção das casas geralmente se dava em terrenos com declive acentuado, justamente para que tivessem um bom porão, que seria utilizado para armazenamento do vinho, cereais e carnes. Nas residências, a cozinha era separada do corpo da casa, por medo de incêndio, já que o fogão não passava de um monte de terra em um dos cantos, sobre o qual pendia uma corrente, presa ao teto, que terminava com uma panela pendurada. Sobre isso, Irene Scaglioni, em sua entrevista, referindo-se a sua casa, situando cronologicamente tal descrição provavelmente por volta dos anos de 1920/30, diz o seguinte:

a cozinha lá em casa, me lembro, era separada da casa. O fogão era como se fosse um monte: na beirada era a parede montada de pedra, com terra dentro; em cima, era feito de barro. Naquele tempo, a panela fervendo, ali, pendurada, por um gancho, num pau suspenso no alto... eu me lembro de quando nós éramos pequenos, Mãe de Deus! Quanta fome. Mamãe nos dava polenta e mandava nós comermos com uva porque não tinha nada. Ninguém sabe o que era aquela miséria. Agora pra mim, tudo é bom, porque eu gosto de tudo. Lembro o que nós passamos (IRENE SCAGLIONI, 2000).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A educação não era um motivo de grande preocupação, já que ela não era vista como uma atividade lucrativa, pois, de acordo com a grande maioria dos entrevistados, havia o interesse em que as crianças trabalhassem ao invés de estudarem. Além disso, os poucos que freqüentavam a escola não tinham muita qualidade no aprendizado. Pedro Potenza e Carlos Blas nascidos nos anos de 1935 e 1926, respectivamente, nos dão um parecer sobre a educação na Colônia Maciel:

Ah era tudo junto naquele colégio (...) na época em que eu estudei, estudava assim, tanto aluno (...) aquilo tudo misturado, né. Não tinha essa, primeira série, segunda série assim... Separado. Eu nem sei como o professor (...) acho que (...) dizia ele que ficava louco lá (...) Mas tinha que ser mesmo né? Tinha setenta alunos. Numa sala só né? (PEDRO POTENZA, 2005)

Cinco anos eu fui na escola. Naquele tempo a gente não dizia primeira série, segunda série, era primeiro livro, segundo livro, terceiro livro, quarto livro, quinto livro, até o quinto livro eu estudei (...) (CARLOS BLAS, 2005)

A economia da região, por volta das décadas de 1930-40-50 era baseada principalmente no comércio da alfafa, e na produção de uva (vinho):

Olha, na época, uma das coisas que se destacava era a alfafa, porque o transporte na cidade era também através de cavalo e burro, então levava muita alfafa para alimentar a força de trabalho da cidade. Carvão, lenha, batata, feijão, enfim, tudo o que se produzia era levado para comercializar na cidade. (JOSÉ PORTANTIOLO, 2005)

Era tudo parreira (...). A principal cultura era parreira (...) se fazia muito vinho (...) se esmagava a uva e botava numa caixa e apertava ela, para fazer (...) naquele tempo era como os pés (...)(JULIA SHIAVON, 2005)

Os eventos sociais se limitavam às festas religiosas, que reuniam toda a comunidade, uma vez que, devido a sua forte religiosidade, a igreja era o ponto principal na vida comunitária. A religiosidade gozava de grande importância entre a população local. Assim, como afirma Possamai (POSSAMAI, 2005), a



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

igreja possuía um papel aglutinante entre a população, ela servia além de local de culto, como um centro de recreação. O que fica bem claro no relato do Sr. Jordão Camelato, nascido em 1941:

(...) eles falavam que a gente tinha que seguir o caminho de Deus, seguir a religião que era importante, os passos que Deus deixou né (...) a gente rezava o terço à noite, antes de deitar (...) geralmente toda noite, quando, depois mais tarde entraram as rádios, aí então eles escutavam através da Rádio Pelotense, um programa da fé, todos os dias às 7 horas. Então em vez rezar, ouvia pela radio (...) (JORDÃO CAMELATO, 2005).

Referente ao lazer, havia canchas de bocha e jogo de futebol, que era comum entre os mais jovens, como destaca a Sra. Delcira Maria Tessmer, nascida em 1938, em sua entrevista:

antigamente, não é como agora. Aqui nós fazíamos bailes, todos os meses. Um baile por mês. E aí depois, festas maiores era no Natal, Páscoa, Ano-Novo e depois tinham mais umas festas no meio do ano que eram os feriados, essas coisas. Mas a maior festa era sempre no Natal (...) Ah, e tinha o futebol, antigamente era só futebol, todos os domingos, todo o domingo. Levava de caminhão **e a torcida ‘ia tudo’ de ônibus (...) Tinham muitos times. Aqui era São Manoel, tinha São Jorge, tinha time lá de Canguçu.** Nós iam para lá e eles vinham jogar aqui também, tinha muitos, muitos times, eram tantos que a gente nem se lembra. (DELCIRA TESSMER, 2005)

Além disso, como destaca o Sr. José Luis Portantiolo, nascido em 1944, o circo era outra atividade que propiciava momentos de lazer à comunidade, bem como pescarias:

De vez em quando vinha um circo. Naquela época um circo era uma atração, o divertimento era pouco. Quando tinha um cirquinho a gente já ia.

Eu desde guri me criei pescando. Era um esporte, sempre foi. Passava o domingo muitas vezes pescando. Tinha muitos peixinhos (JOSÉ PORTANTIOLO, 2005).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Em relação à língua, os imigrantes que aqui chegaram não conheciam o italiano, mas diversos dialetos, pois a Itália só se unificou em 1870, não sendo possível unificar os dialetos em torno de uma língua oficial do país. Devido ao fato destes colonos serem provenientes de diversas regiões da Itália, e sentindo a necessidade de se comunicarem entre si, logo abandonaram seus dialetos, e começaram a falar o português, como fica bem claro no relato de Irene Casarin, quando ela se refere às diferenças lingüísticas entre a sua família e a família do seu marido, vale ressaltar que D. Irene, casou-se em 1931:

aqui tinha só uma casa em que falavam a minha linguagem, a do falecido Demétrio Schiavon. Os outros tinham outros dialetos. A família do meu marido, os Scaglione, não era. Não falavam o **vêneto**, falavam o **mantuan**, de Mantua. Eu não me entendia com o falecido meu marido, então falávamos em português. Mas a maioria nessa região falava o **mantuan**, porque pra nós cadeira era **cadiera** e pra eles **scrania**, e vassoura, para nós, **bascua**, e pra eles, **bassarina**. Era tudo trocado. Então não o compreendia, porque fomos criados com o vêneto e eles com o **mantuan** (IRENE CASARIN, 2000).

Em suma, a vida dos imigrantes nos primeiros anos foi bastante difícil, com uma série de adversidades. Mas, através de muito trabalho, dedicação, a colônia prosperou e atualmente é uma das mais prósperas regiões do interior de Pelotas.

Referências

- ANJOS, Marcos Hallal. *Italianos e modernização: a cidade de pelotas no último quartel do século XIX*. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/pdf/Marcos_Hallal_dos_Anjos_Volume_05.pdf, acessado em 13/08/2008.
- ARRIADA, Eduardo. *Pelotas - Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780 - 1835)*. Pelotas: Armazém, 1994.
- CERQUEIRA, Fábio V. PEIXOTO, Luciana. GEHRKE, Cristiano. *Fotografia e memória social: etnografia de uma experiência de um núcleo rural de colonização italiana em Pelotas*. IN: MICHELON, Francisca. TAVARES, Francine. *Fotografia e memória: ensaios*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL, 2008.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

- FETTER, Leila Maria Wulff. *A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento social. UCPEL: Pelotas, 2002.
- JULIÃO, Letícia. *Pesquisa histórica no museu*. In: Caderno de diretrizes museológicas I. Brasília. MinC/IPHAN/DEMU. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura, Superintendência de Museus, 2006.
- MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.
- PEIXOTO, Luciana. *Memória da imigração italiana em Pelotas / RS - Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas*. Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História– UFPEL. Pelotas, 2003.
- Acervo de história oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

ÚTEIS E INDESEJÁVEIS: AS TRANSFORMAÇÕES NAS PERCEPÇÕES SOBRE IMIGRANTES JUDEUS E ALEMÃES NO BRASIL

Cristine Fortes Lia*

Roberto Radünz**

O Brasil é marcado por inúmeros ciclos migratórios. Em algumas regiões brasileiras as características dos imigrantes são vistas como motivo de orgulho, com frequentes apologias a experiência vivida ao longo do processo de fixação nos locais para os quais emigravam. No entanto, a trajetória da imigração em terras brasileiras nem sempre foi considerada motivo para apologia ou comemoração. No decorrer da história brasileira, inúmeras construções discursivas e políticas de restrições foram impostas aos que emigravam para o Brasil, bem como aos seus descendentes.

A condição dos imigrantes, enquanto indivíduos úteis ou desprezíveis, era remodelada de acordo com o modelo de Estado Nacional que ambicionava-se construir em determinados períodos. Inclusive imigrantes bem recebidos, com projetos migratórios orientados e estimulados pelo Estado em determinadas épocas, tornaram-se inimigos da nação de acordo com a variação das necessidades de construção de identidade nacional. O que possibilita concluir que as variáveis que norteiam o processo migratório não estão apenas relacionadas com as necessidades econômicas das regiões que recebem os indivíduos, mas também, estão estreitamente vinculadas ao modelo de nação que pretende ser construído.

O conceito de nação pode ser definido de forma mais subjetiva, não se definindo apenas através de um território, mas através de uma herança cultural

* Doutora em História – PUCRS. Docente e pesquisadora na Universidade de Caxias do Sul – UCS. cflia@ucs.br

** Doutor em História – PUCRS. Docente e pesquisador na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e na Universidade de Caxias do Sul – UCS. rradunz@ucs.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

comum, um mito de origem. As concepções de nacionalidade podem variar de acordo com cada povo e, muitas vezes, também variam de acordo com o tempo. Da mesma forma, varia o conceito de cidadania.

Por mais objetivo que este possa parecer, adquire conotações diferentes de acordo com épocas ou povos. A imagem do cidadão corresponde a um modelo de pátria que se quer alcançar. Na história brasileira é comum encontrar os estereótipos do cidadão brasileiro, ora visto como preguiçoso, como malandro, ora como o bom e disciplinado trabalhador, ora como o não revolucionário. Essas imagens estão, de um modo geral, ligadas a uma conjuntura política, que busca na definição do ser brasileiro uma explicação para as formas de exercício do poder. As tentativas de definição do que é o típico brasileiro acabam por encobrir na história o que, em determinado momento, não se quer que seja formador do povo brasileiro.

Nesse sentido, mais do que ser útil para as atividades econômicas, o imigrante precisa atender as necessidades de modelo de brasileiro do período, necessita ser capaz de agregar elementos satisfatórios para a construção da brasilidade. Esta construção do considerado verdadeiro brasileiro sofreu várias mudanças de orientação, ora deveria branquear-se, ora deveria dedicar-se mais ao trabalho, etc. O que reorientava o padrão de imigrante desejado.

A experiência vivida por imigrantes alemães e judeus, durante seus processos migratórios e suas necessidades de negociação de identidade, bem como, as várias abordagens feitas sobre os mesmos, que os transformavam em desejáveis ou indesejáveis, em diferentes períodos da percepção da nacionalidade no Brasil, permitem uma análise sobre as relações entre projetos de nação e modelos de imigrantes.

O caso da imigração judaica para o Rio Grande do Sul

Os judeus, em função de toda a construção histórica elaborada sobre os mesmos, nunca foram considerados imigrantes ambicionados em várias regiões para as quais se deslocaram. O Brasil nunca intencionou receber imigrantes



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

judeus. Porém, o final do século XIX foi marcado por uma retomada do movimento sionista em busca de um lar nacional para as comunidades judaicas da Europa que, neste continente, sofriam muitas perseguições. Nesta fase, ainda sem buscar por Israel, os lares nacionais começam a ser constituídos na América. Importante ressaltar que apesar do termo lar nacional não existia a intenção de formar Estados nacionais, apenas a fixação de comunidades judaicas no continente americano.

Os Estados Unidos e a Argentina são as primeiras opções, mas com um número significativo de famílias para emigrar o Brasil também surge como um local possível. Em especial o extremo sul, onde, por razões da política positivista, acreditava-se existir uma maior tolerância religiosa com os não cristãos. Dessa forma, através de acordos com a ICA (companhia destinada a cuidar do projeto de imigração judaica) e o estado do Rio Grande do Sul, tudo legitimado por autoridades nacionais, foram fundadas duas colônias agrícolas no sul do Brasil ainda na primeira década de 1900.

No início do século XX, apenas imigrantes direcionados para as atividades agrícolas eram desejados no Brasil, em função disto, negligenciou-se a pouca intimidade que os judeus tinham com a vida rural, obrigando-os a se fixarem em áreas não urbanizadas, o que era incompatível com a experiência de vida destes indivíduos. O fracasso das colônias agrícolas não tardou a acontecer. Independentemente do fato da inabilidade com a vida rural, a comunidade judaica precisava do meio urbano para consolidar-se enquanto grupo cultural, já que a cidade produz e reproduz os códigos que conferem identidade a este grupo.

Mesmo com um processo imigratório organizado e tutelado pelo Estado, a comunidade judaica nunca foi totalmente desejada em território nacional. Diversos grupos empenharam-se em criar uma imagem negativa a respeito do imigrante judeu. Apesar de serem brancos (o que servia de respaldo para projetos que visavam branquear a população brasileira) não eram agricultores



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

(o que se assemelhava a não ser trabalhador) e professavam uma religião não legítima em um país que pretendia consolidar-se como nação católica.

Ainda assim, na terceira década do século XX já eram migrantes, transferidos para centros urbanos, iniciando uma vida junto às cidades nas quais se fixavam. Mesmo que afastados do conceito de imigrante ideal ainda não eram vistos como inassimiláveis; eram apenas um grupo que não correspondia àquilo que ambicionava-se compor a verdadeira brasilidade. Indesejáveis mas ainda não combatidos no discurso oficial do Estado.

O modelo de imigração alemã para o Rio Grande do Sul

Em grande parte da historiografia do sul do Brasil os alemães aparecem como imigrantes úteis e desejáveis. Aliás, antes dos colonos alemães começarem a ocupar regiões sulinas, eles foram desejáveis no projeto da princesa Leopoldina, que objetivava criar na região serrana do Rio de Janeiro uma *ilha de gente branca* com elementos germânicos.

Os primeiros emigrantes germânicos para o sul do Brasil chegaram no final do primeiro quartel do século XIX e se estabeleceram em São Leopoldo e arredores. Era um momento em que na Europa a tensão do processo revolucionário ocupava a agenda das preocupações da elite dirigente. A medida em que o capitalismo avançava, tanto no campo quanto na cidade, o número de pessoas não absorvidas produtivamente pelo sistema aumentava. Esse acréscimo demográfico acabou gerando uma tensão que foi, em parte, canalizada para a emigração.

Se por um lado a emigração diminuía a tensão sobre a realidade sócio-econômica da Europa, por outro se adequava aos interesses políticos do recém emancipado império brasileiro que precisava ocupar e tomar posse definitiva das terras que por muito tempo estiveram em litígio entre Espanha e Portugal. Nesse sentido, os colonos eram desejáveis como sujeitos que iriam de fato tomar posse de seu pedaço de terra. Esses colonos também foram oficialmente ambicionados com o objetivo de produzir alimentos para os centros urbanos do



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Brasil meridional, em especial para Porto Alegre. Esse foi o quadro da colonização teuto-gaúcha da primeira fase, ou seja, de 1824 até a Revolução Farroupilha.

A Guerra Civil no sul (1835-1845) coincidiu com um novo momento político do Império. As disputas políticas do período regencial já haviam sido superadas e o Brasil se preparava para viver *seu parlamentarismo monárquico*. Além disso, foi nessa metade do século que efetivamente o modelo escravista começou a ser questionado, respondendo a interesses externos, em especial da Inglaterra industrial, e internos, com a sonorização dos primeiros discursos abolicionistas.

Foi nesse cenário que surgiu a Lei de Terras, um marco na estrutura fundiária. Determinava que a partir daquela data as terras só poderiam ser adquiridas através da compra. No Rio Grande do Sul, com a Lei nº 601 de 1854, a província não distribuiu mais lotes gratuitos aos colonos. Só era permitida, através da Lei, a aquisição de terras mediante a compra.

Apesar da mercantilização das terras, o fluxo migratório para o Rio Grande do Sul se intensificou. Colônias provinciais foram criadas e, ao lado delas, surgiram também as colônias particulares. O fluxo foi tão intenso que é possível afirmar, simplesmente a partir dos números, que a imigração, como projeto de colonização, era desejado. Esse processo se manteve constante até a Grande Guerra de 1914.

No último quartel do século também foram ambicionados para o sul os imigrantes italianos que saíam aos milhares da Europa. Seus destinos preferenciais eram os EUA, Argentina e o sudeste do Brasil. Como nem todos poderiam ser absorvidos nesses países, eles também foram desejados para desbravar as Serra Gaúcha. Com esse movimento, estrategicamente o Rio Grande do Sul foi sendo ocupado desde o pampa gaúcho pelos latifúndios, os vales pelos alemães e, a fatia íngreme, a serra, pelos italianos.

É importante ressaltar, em que pese a generalização feita nesse texto aos colonos alemães, que esses imigrantes *não constituíam um grupo homogêneo e*



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

monolítico (GERTZ, 1991, p. 9). Desejados como trabalhadores, como colonos que produziam alimentos e ocupavam as terras, os imigrantes foram alvos também de interesses da pátria mãe.

Com a instalação do governo do II Reich, o tema emigração passou a ser também um assunto do Estado. Bismarck, o grande artífice desse processo, desde primeira hora mostrou sua posição refratária a emigração. Ecoando interesses da grande propriedade que via nesse processo a diminuição da mão de obra disponível, tinha aversão ao empreendimento emigrantista. Essa posição era ainda mais extremada se considerar que para o chanceler *um alemão que despe sua pátria como um velho casaco, não é mais um alemão para mim, não tenho mais interesses de compatriota em relação a ele* (DREHER, 1983, p. 43).

Bismarck controlou a política nos vinte primeiros anos da unificação. Em 1890, com a deposição do chanceler, o governo alemão passou a se interessar mais em manter viva a chama da germanidade com claros interesses econômicos, ou seja, transformar colonos além mar em consumidores de produtos germânicos. Essa mudança de posição do governo refletiu, de um lado, a oposição a Bismarck e, de outro, a inserção definitiva da Alemanha no rol das potências industrializadas carentes de mercado consumidor.

O governo alemão e várias instituições não governamentais passaram a investir na preservação dos laços de identidade cultural. Dentre as estratégias utilizadas para desenvolver esse sentimento de pertencimento estavam a subvenção de escolas, a contribuição financeira concedida a igreja e as sociedades recreativas e culturais. Além dessas relações, a diplomacia também teve papel destacado nesse processo de construção da identidade. Assim, *“forjando vínculos de apego, intimidade e solidariedade com a velha pátria, objetivavam, conforme apontado, dar a indústria alemã certamente um mercado cativo no Brasil”*. (VOGT, 2002, p. 84)

Essa assistência dispensada objetivava, como já referido anteriormente, manter vínculos estreitos entre a Europa e o sul do Brasil – **“amarrar” os**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

expatriados aos interesses do Velho Mundo. Essa relação se dava, no caso germânico, como sugere Dreher (1983, p. 44), *“através de quatro caminhos: a imprensa alemã, escolas alemãs, as congregações e as igrejas de fala alemã e a marinha alemã”*. No mesmo caminho segue Cunha (1995, p.209) ao afirmar que através da cultura alemã – língua, música, hinos e a fé evangélica (...) se postulava amarrar o imigrante a Velha Pátria.

Paralelo a essas observações, havia também no Brasil a acusação de não-integração feita aos colonos alemães. Nesse sentido, apesar de úteis economicamente eram, no discurso, em especial parlamentar, criticados por não se integrarem na vida nacional. Gertz apresenta uma síntese desse debate, referindo-se a intelectuais alemães ligados a idéia de se tirar proveito dos *“alemães no exterior”* para a política imperialista do Reich. Por outro lado, refere-se também ao discurso nacional, que teve como expoente, entre outros, Silvio Romero, com seu *Alemanismo no sul do Brasil*, que alertava para a ameaça da homogeneização étnica. *Tudo isso desencadeia a famosa campanha do “perigo alemão”, que se estende com intensidade variável por quase quarenta anos, até a Primeira Guerra, quando a derrota alemã enfraquecerá seu principal argumento; as pretensões imperialista da Alemanha* (GERTZ, 1991, p. 16)

Pontualmente na visão de intelectuais, políticos e jornalistas brasileiros, partidários do receio da ameaça germânica, os colonos não seriam mais desejáveis. Esse desencontro de posições entre o desejável (colono laborioso, ordeiro e pacífico) e a realidade indesejada da formação de quistos étnicos sem integração nacional, vai acompanhar a vida da imigração no sul do Brasil até a Campanha da Nacionalização.

Os anos 30 e as redefinições de imigrantes indesejáveis

Na história brasileira é comum encontrar os estereótipos do cidadão brasileiro, ora visto como preguiçoso, como malandro, ora como o bom e disciplinado trabalhador, ora como o não revolucionário. Essas imagens estão,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

de um modo geral, ligadas a uma conjuntura política, que busca na definição do ser brasileiro uma explicação para as formas de exercício do poder. As tentativas de definição do que é o típico brasileiro acabam por encobrir na história o que, em determinado momento, não se quer que seja formador do povo brasileiro.

Nos anos de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, a padronização do brasileiro foi elaborada em um processo de extrema rigidez, no qual determinados grupos étnicos não poderiam permanecer e multiplicar-se na sociedade. Em especial com o período do Estado Novo, de 1937 a 1945, a idealização da brasilidade tornou-se um dos grandes objetivos do Estado e um delicado problema para as comunidades imigrantes. Segundo Sandra Pesavento, “[...] *o Estado Novo foi um período típico de exercício desta forma de pensar autoritário que intentou fabricar uma determinada idéia de nação, de Estado, de povo e de progresso do país*” (PESAVENTO In: SILVA, 1991, p. 133).

A idéia de nação brasileira que se construiu nesse período é a de uma pátria culturalmente homogênea. O brasileiro foi idealizado do ponto de vista étnico. A uniformização da pátria em um só povo, uma só língua, uma só tradição cultural e um só credo religioso, foi o grande objetivo dos governantes brasileiros de tal período. “*Segundo a concepção da elite política estadonovista, a formação da identidade brasileira estava condicionada à eliminação das diferenças étnicas, culturais, políticas e ideológicas existentes*” (MILGRAM, 1994, p. 61).

O brasileiro ideal teve como matriz o colonizador português, branco e católico. O legítimo povo brasileiro passou a ser composto por indivíduos de pele branca, de descendência lusa e crentes no catolicismo. Além dessas qualidades natas, o bom brasileiro deveria ser trabalhador exemplar e fiel à ideologia do Estado. Simon Schwartzman (1984), em *Tempos de Capanema*, mostra como o projeto de educação do ministro do Governo Vargas, Gustavo Capanema, buscou moldar a sociedade, em especial a juventude brasileira. A educação deveria dar ênfase à brasilidade, baseada no ufanismo do verde-



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

amarelo, na legitimação da religião católica, no uso correto da língua portuguesa em todo território nacional, na construção de uma história oficial calcada em grandes fatos e heróis.

Da mesma forma como o nacionalismo alemão transformou-se em fonte de inspiração do que aqui se pretendia construir (um governo forte), também gerou a idéia de um fantasma que colocava em questão a proposta da formação de um Estado Nacional, unificado e padronizado culturalmente. Contrariava-se o ideal de um Estado multinacional e que abriga-se etnias diversificadas [...]. A idéia de uma sociedade pluralista não tinha condições de conviver com a prática de um governo autoritário, moldado no modelo conservador. Esta foi a mentalidade que norteou os ideólogos do Estado Novo [...] (CARNEIRO, 1988, p. 134).

O ensino tornou-se um dos grandes aparelhos ideológicos do Estado, que passou a construir a idéia de inimigos da nação, criou-se o mito de que a **sociedade estava sendo ameaçada por uma série de “perigos”**: o perigo anarquista, o perigo comunista, o perigo judaico, o perigo alemão, o perigo subversivo, o perigo das minorias alienígenas, etc. Difundia-se nas salas de aula como reconhecer e se defender de tais perigos e forjava-se um clima de que a sociedade vivia em insegurança e que o governo fazia de tudo para protegê-la **das “forças do mal”**.

Percebemos que a idéia de uma revolução à moda francesa continuava viva ao nível do imaginário político, alimentando a persistência de mitos conspirativos: da **‘conspiração secreta judaica mundial’, da ‘conspiração secreta bolchevista’, dentre outros. Dependendo do** material apreendido, atribuía-se uma versão aos fatos apontando-se para forças secretas que rondavam a sociedade. Desta forma, justificava-se para a sociedade em geral, as prisões, apreensões e deportações, tentando mostrar que os males que atingiam a sociedade moderna se deviam à ação maligna de um grupo de conspiradores (CARNEIRO, 1997, p. 49).

Com restrições a idiomas, à religião e com a construção de uma história heróica de passado luso, buscou-se a destruição das diversas etnias que compunham o povo brasileiro e a legitimação do tipo de cidadão ideal que se



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

intencionava construir. Um dos maiores empecilhos na construção da unidade cultural nacional, objetivada durante os anos de 1930 a 1945, foi a existência de comunidades etnicamente distintas dentro do Brasil.

Entre os problemas enfrentados pelo Estado estava sufocar as minorias étnicas, de forma que ficassem isoladas do povo e fora da história “oficial” da pátria que ambicionavam construir. *“Assim, a assimilação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que haviam se instalado no Brasil nas últimas décadas transformou-se em questão de segurança nacional, ameaçando a ordem social e a formação da ‘consciência patriótica brasileira’* (CARNEIRO, 1995, p. 137).

As minorias étnicas foram um dos grandes problemas para o governo Vargas. A necessidade de neutralizá-las para constituir uma cultura homogênea norteou o projeto de construção da nacionalidade do período. A presença de núcleos de estrangeiros com a manutenção de suas culturas era incompatível com os objetivos da época. Se todos os grupos étnicos distintos passaram a ser vistos como inimigos. Os diferentes grupos de imigrantes, com trajetórias distintas na aceitabilidade que receberam da sociedade, são todos indesejáveis agora. Mesmo aqueles considerados úteis no momento da chegada tornam-se desnecessários e inúteis na construção do brasileiro ideal. A sociedade não queria mais estes indivíduos, eram todos indesejados neste momento.

Mesmo objetivando um branqueamento da população brasileira, o projeto de nacionalização repelia a entrada de imigrantes judeus. Eram brancos, porém, indesejados. Sobre eles recaiu a ideia da inutilidade econômica, eram brancos, mas não eram agricultores, logo não correspondiam às necessidades imigratórias do país. O fracasso das colônias agrícolas foi insistentemente pautado contra a imigração judaica, sustentando a tese que haviam recebido terras, a maior riqueza do país, e as tinham desprezado.

Independentemente de evidenciarem que promoviam o crescimento econômico do país através das atividades que exerciam passaram a ser apontados como incapazes de promoverem o crescimento do Brasil. O fato de se



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

dedicarem a atividades comerciais reforçava mitos europeus de que eram exploradores e viviam da usura, fazendo com que as relações comerciais estabelecidas pelos imigrantes judeus fossem mal vistas pela população.

Além de ser considerado inútil economicamente, eram apontados como àqueles que disseminariam uma herança negativa para o povo brasileiro, pois professavam uma religião não legítima, estavam fora dos bons princípios do catolicismo. Boa parte da campanha contra os imigrantes judeus apoiava-se nas questões de caráter religioso. Divulgava-se, inclusive, a necessidade de cuidados higiênicos com relação aos imigrantes judeus – como evitar as práticas sexuais – já que eles poderiam poluir o bom sangue dos considerados verdadeiros brasileiros.

Boris Fausto (2001) destaca o posicionamento de Oliveira Viana e Azevedo Amaral no que diz respeito à questão de "raça" durante o Estado Novo, considerada pelos mesmos como fundamental para a explicação e resolução dos problemas brasileiros; ressalta também a preocupação de ambos - expoentes do pensamento da época - com as questões de eugenia. Oliveira Viana preocupava-se muito com a manutenção da pureza da "raça ariana" (vista como superior pelo mesmo), com a sua contaminação pelo sangue infecto de outros grupos, em especial de negros e índios.

Azevedo Amaral defendia enfaticamente as necessidades do branqueamento da população, da vitória étnica do homem branco. ***“Segundo Amaral, a formação de um tipo étnico brasileiro, à altura da tarefa de construção nacional, era um dever do Estado, a quem caberia, para tanto, promover a eugenia, incentivando as uniões convenientes e a seleção das etnias imigratórias desejáveis”*** (FAUSTO, 2001, p. 43).

Importante destacar mais uma vez, que os judeus constituíam uma etnia imigratória indesejável e, portanto, não faziam parte do grupo que realizaria o conveniente branqueamento da população. O impedimento das práticas sexuais, entre os considerados verdadeiramente brasileiros e as minorias étnicas, foi uma das muitas faces do isolamento que o período conferia



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

a tais minorias. Impedir a mistura entre brasileiros e judeus, foi também uma maneira de garantir que uma religião menos legítima se infiltrasse em um Brasil que se pretendia católico.

Além de não católicos e improdutivos, sua inutilidade também se apoiava em causas políticas. Frequentemente os imigrantes judeus eram associados ao comunismo, modelo político extremamente combatido pelo governo Vargas. No discurso contra a imigração judaica era comum a acusação de serem capitalista e comunistas, portadores do plano internacional de dominação do mundo, afirmativa que parece ingênua, mas que causava extremo alarde na época. Criar temor aos judeus foi parte da formação discursiva que objetivava construir uma imagem negativa desses imigrantes, de forma a inibir novos fluxos migratórios e também promover a saída de indivíduos que já se encontravam em terras brasileiras.

Efetivamente a comunidade judaica foi repelida pelo discurso oficial como capaz de compor o povo brasileiro. Diversos grupos da sociedade se aliaram a causa e combateram os imigrantes judeus, a Ação Integralista Brasileira é um exemplo. Mais do que indesejáveis os judeus foram rotulados, na década de 1930, como inassimiláveis, ou seja, incapazes de absorverem a cultura brasileira.

Nunca chegaram a ser vistos como imigrantes ideais, sempre foram observados com desconfiança e um discurso contra os mesmos sempre foi divulgado na sociedade brasileira. Mas, a ênfase dada a partir de 1930 reconfigura significativamente a posição da comunidade judaica na sociedade. Eles são tudo que não se deve ser: inúteis, indesejáveis e inassimiláveis. Mesmo durante o período da Segunda Guerra Mundial o discurso contra os imigrantes judeus não minimiza sua intensidade na desqualificação dos mesmos.

A política da Era Vargas foi bastante ambígua com relação a questão da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que perseguia, deportava e impedia a entrada de judeus no Brasil, posicionava-se a favor das forças aliadas, contra o Nazismo, durante os anos da referida guerra; sendo oficialmente contra



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

o holocausto imposto aos judeus na Alemanha e nos territórios ocupados pelos exércitos de Hitler. Internamente, desenvolveu acirrada perseguição às colônias alemãs, com a apreensão e destruição de tudo que, de alguma forma, pudesse lembrar a Alemanha.

Contando com o despreparo e a brutalidade da ação policial do período, a destruição da memória de comunidades imigrantes tornou-se atividade recorrente para a consolidação da identidade nacional. A prática da apreensão e destruição de objetos, a proibição da língua e de qualquer manifestação cultural, representou uma perda histórica imensurável. O que se perdeu com a violência da ação repressora da polícia, a mando do Estado, corresponde a uma parte da história da imigração do país.

Dentre os imigrantes mais atingidos pela ação brutal da polícia do período destacam-se os alemães. Anteriormente festejados como imigrantes ideais, pois eram brancos e agricultores, passaram a ser vistos como um grande problema, um perigo para o povo brasileiro. As mais variadas elaborações negativas sobre os mesmos circulavam pela sociedade: eram nazistas, não abraçavam-se, pois continuavam falando alemão, eram súditos do Eixo, porque manifestavam orgulho da Alemanha e, para parte da comunidade teuto-brasileira, também recaía o rótulo de professarem uma religião, a luterana, indigna da verdadeira brasilidade.

Possivelmente, a imigração alemã tenha sido a mais desejada dentre as correntes imigratórias que vieram para o Brasil, pois atendiam as aspirações do imigrante ideal, eram brancos e agricultores, direcionando-se para uma nação que necessitava promover o crescimento das atividades agrícolas, desenvolver regiões consideradas improdutivas e que, também, ambicionava branquear-se. No entanto, estas qualidades perderam seu significado a partir dos anos 30.

O temor do desenvolvimento de uma cultura estrangeira em terras brasileiras promoveu um ataque direto à comunidade teuto-brasileira. As características desse grupo que preserva sua memória e, em função disso,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

mantinha inúmeros registros da vida na Alemanha, foram vistas como a tentativa de promover uma cultura alienígena no Brasil. Aliás, a expressão cultura alienígena foi inúmeras vezes aplicada para explicar a posição dos alemães dentro da sociedade.

De desejados a combatidos, era preciso conter os alemães. Suas casas foram invadidas, suas memórias destruídas (as famosas queimas de livros, fotografias, cartas, bandeiras, etc), suas escolas fechadas e suas vidas passaram a ser totalmente vigiadas pelo Estado. Qualquer manifestação cultural considerada germânica era passível de severa punição. Falar alemão era caso de polícia. Aliás, pode-se afirmar que ser alemão, ou descendente, era caso de polícia. Dentre as detenções da Casa de Correção de Porto Alegre no período, são comuns aquelas que aconteceram pela, considerada perversa, tentativa de manutenção de cultura estrangeira no Brasil. Desnecessário dizer que os teuto-brasileiros lideram a lista de detenções.

Na reelaboração do projeto de brasileiro ideal, os imigrantes alemães rapidamente transformaram-se em indivíduos indesejáveis. Foram considerados os mais estrangeiros entre os imigrantes. Na insegurança da sociedade em construção, o projeto de formação do Estado Nacional se constituiu através da via da negação, do que não poderia ser. Era necessário eliminar qualquer possibilidade de desenvolvimento de uma cultura autônoma dentro do Brasil.

A formação do Estado Nacional passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia [...] A uniformização **cultural implicava na exclusão dos ‘estrangeiros’**, entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização. A amplitude do que era considerado **‘estrangeiro’ poderia fugir à simples e direta vinculação à pátria de origem**. Sendo uma estigmatização político-ideológica, cidadãos brasileiros poderiam ser considerados como tal se discordassem da doutrina oficial (SCHWARTZMAN, 1984, p. 166-167).

De grupo desejado foram transformados em grupo que precisava ser neutralizado, eliminado da sociedade. A manutenção da língua alemã foi



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

identificada como falta de brasilidade, ausência de compromisso com a identidade nacional. Todos os idiomas estrangeiros foram proibidos, mas a dificuldade de absorção da língua portuguesa pelos alemães era visto como traição a nacionalização. As comemoradas comunidades teutas passaram a serem vistas como quistos estrangeiros que precisavam ser eliminados do Brasil

A situação dos imigrantes luteranos era ainda mais complicada. A nação que se erguia pretendia ser católica, de forma que a manutenção de religiões divergentes comprometia o projeto de identidade nacional. Se os alemães foram considerados indesejáveis, os luteranos, assim como os judeus, foram rotulados de inassimiláveis. De forma que somente o banimento desses indivíduos da sociedade poderia garantir a consolidação da verdadeira brasilidade.

Considerações finais

Na sociedade brasileira é comum o discurso de apologia aos processos migratórios. Em especial, no sul do Brasil, relaciona-se o desenvolvimento econômico de algumas regiões à presença das comunidades imigrantes. Na visão oficial sobre as estratégias de transferências de indivíduos para o Brasil, pauta-se as necessidades econômicas como o elemento norteador desses processos.

No entanto, a chegada e permanência de imigrantes no Brasil nunca se constituiu como um processo de carências econômicas. Por mais que fossem necessários indivíduos para o trabalho agrícola, essas pessoas deveriam atender a um perfil específico. Além disso, as necessidades do Estado variaram de acordo com o modelo de brasileiro que ambicionava-se construir, de forma que, mesmo aqueles considerados ideais em alguns momentos poderiam tornar-se um fardo para a nação em outros períodos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Referências bibliográficas

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial no Brasil-Colônia: os cristãos-novos**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. **O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. **Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas**. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.
- CUNHA, Jorge L. **Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1995.
- DREHER, Martin. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1983.
- FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GERTZ, Rene E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MILGRAM, Avraham. **Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos não-arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano 1939-1942**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, EdUSP, 1984.
- SILVA, José Luiz Werneck da. (org). **O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo**. v. 1. O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- VOGT, Olgário Paulo. Imperialismo: a face oculta do germanismo. In: MAETRI, Mario. **As portas de Tebas**. Passo Fundo: UPF, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

IMPRESSÕES DOS VIAJANTES SOBRE A ARQUITETURA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS TEMPLOS DAS SETE REDUÇÕES, COM ÊNFASE À REDUÇÃO DE SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO

Débora Mutter*

Introdução

Na fase anterior aos descobrimentos, o continente americano era ocupado, tradicionalmente, por diferentes culturas e civilizações nativas. Segundo Kern¹, os primeiros migrantes a chegar nestas terras de imigrantes, foram os grupos indígenas, que pouco a pouco foram ocupando o imenso território sul-americano e procurando formas mais eficientes de adaptação às paleopaisagens frias e secas da época glacial. Posteriormente com a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, foram determinados os limites territoriais das possessões destinadas a portugueses e espanhóis. Assim, nos séculos seguintes, as disputas entre as Coroas Ibéricas pelos territórios e riquezas das terras americanas aumentam mais.

Neste contexto, que o surgimento de cidades e povoados missioneiros passaram a ocupar uma fronteira maleável em termos de oposição de interesses entre a sociedade espanhola local e a frente de expansão luso-brasileira. Nesse sentido, Custódio² afirma que, *“com a chegada dos conquistadores, iniciou-se o processo de transformação e extinção de povos, civilizações e culturas estabelecidas tradicionalmente em todo o continente”*.

*Débora Mutter, graduada em história pela URI, mestranda em História pela PUCRS. deboramutter@gmail.com

¹ KERN, A. A. *Fronteiras e Missões coloniais: continuidades e oposições culturais*. Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. 4 n.1, Cuiabá-MT, jan-jun/2003.

² CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. *Missões Jesuíticas: arquitetura e urbanismo*. Memorial do Rio Grande do Sul – Caderno de História, n° 21., p.2 ,3.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Segundo Baptista, Bauer e Presa³, posterior a expulsão dos jesuítas do território inicialmente denominado sete povos das missões com o Tratado de Madrid em 1750, é decretado o fim de uma experiência nunca antes vivenciada na história. Sem o cuidado dos padres, o território chega ao século XIX com as estruturas decadentes e desprovidas de qualquer forma de cuidado administrativo. Desse modo os autores afirmam que:

Todavia, mais do que tudo, o que ali se passa no século XIX transcende aos homens que vivem no interior de um espaço. São as ruínas, gigantes antropofágicos, que devoram qualquer um que nelas passe, carregando-os, sem nenhum constrangimento, para o interior de sua própria história.⁴

As reduções jesuítico-guarani, desde o ato de sua criação, chamam a atenção dos mais distintos viajantes que passavam pelo território. Durante o século XIX, com as construções já em um acelerado processo de arruinamento, não foi diferente. Diversos viajantes que passaram pelas missões descreviam-nas. Desse modo, podemos perceber que todos eles se dedicavam mais em descrever os templos, que outrora foram de uma grandiosidade e esplendor incomparáveis.

Graças aos olhares e anotações desses viajantes, tão comovidos com as admiráveis construções, podemos imaginar o que foram as estruturas reducionais ao longo do século XIX. Destarte, organizando os relatos desses viajantes de forma cronológica, é possível reconstruir a trajetória de parte das estruturas em seu processo de arruinamento ao longo do século XIX.

³ BAPTISTA, Jean. BAUER, Letícia. PRESA, Alejandra. *As Ruínas e seus personagens no século XIX*. Biblos, Rio Grande, 20: 179-193, 2006. p.180

⁴ Idem. p.180



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

1. Os remanescentes da redução de Santo Ângelo Custódio contada por viajantes

A redução de Santo Ângelo Custódio, tem seu templo registrado nas palavras de Auguste de Saint-Hilaire⁵ que esteve na região nos anos de 1820 e 1821. O viajante demonstra suas impressões da seguinte forma:

“ Os jesuítas parecem ter querido demonstrar, de modo simbólico, a sua intenção de não ir mais longe, pois sendo as igrejas de todas as aldeias voltadas para o norte, a de Santo Ângelo olha para o sul. (...) A única diferença apresentada pela igreja de Santo Ângelo, está em sua posição, pois, no mais é perfeitamente semelhante às de São Borja, São Nicolau, São Luiz e São Lourenço. O convento é, entretanto, menor, a praça tem mais ou menos 180 passos em quadro e além disso ainda existem algumas ruas.”

Quanto ao processo de arruinamento na redução de Santo Ângelo Custódio, Auguste de Saint-Hilaire⁶ ainda diz que, *“A igreja, o curralão e mesmo o convento estão em ruínas e das numerosas casas, seis estão praticamente habitáveis. (...) Antes de deixar Santo Ângelo visitei a igreja que encontrei em péssimo estado, não sendo porém, menos bela que as das outras aldeias”*.

Arsène Isabelle⁷ fala sobre o estado geral de ruínas em que se encontram todas as igrejas dos jesuítas. Em 1833-1834, quando passa pela região das missões ele demonstra medo de entrar nos templos em ruína.

Hesitamos algum tempo antes de visitar a igreja porque parecia que ia desabar de um momento para outro. Cada vez que venta, destacam-se do teto enormes vigas que rolam com estrondo, abalando o resto do antigo edifício, (...).

⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. p.155-156

⁶ Idem. p.156.

⁷ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p.19



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Hemetério Silveira⁸ registrou através de manuscritos os seguintes relatos sobre o povoado de Santo Ângelo:

Desaba a igreja de Santo Ângelo em desastrosa tentativa de reformulação em 1856, dando-se início à elevação de uma nova.(...) Em alguns casos, como de Santo Ângelo, árvores, ervas e plantas diversas – algumas espinhosas – apoderaram-se de tal forma que chegam a impedir o acesso, até que a administração pública (na época, Pinheiro Machado enquanto vereador de Cruz Alta) **manda abrir a “caixinha-de-surpresas”**.

No ano de 1877 passa pela região missioneira Maximiliano Beschoren⁹, descrevendo todos os sete povoados. Ao descrever Santo Ângelo ele dá ênfase aos trabalhos esculpidos em pedra na ainda remanescente fachada da igreja, afirmando ele que, **“das construções jesuíticas, restou somente a fachada pontiaguda da igreja, adornada com magníficos trabalhos esculpidos em pedra.”**

Maximiliano Beschoren¹⁰, ainda relata com certo desgosto que em pouco tempo a igreja reducional tende a desaparecer para dar espaço a uma nova igreja que já está sendo construída pelos colonos que se estabeleceram no local. O autor afirma que as pedras do antigo e glorioso templo dos jesuítas são amplamente empregadas nas construções de casas e até mesmo da nova igreja. Desse modo o autor afirma que:¹¹

Soube com pesar, que estes restos, em pouco tempo, desaparecerão, para dar lugar a uma nova igreja, já em construção. Aliás, várias casas do povoado foram inteiramente construídas com o material da velha igreja.

⁸ SILVEIRA, Hemetério José Velloso. *As Missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979. p. 171.

⁹ BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1989. p.72.

¹⁰ Idem. p.72

¹¹ Idem.p.72.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Sobre a reutilização das pedras do templo, Maximiliano Beschoren¹², no ano de 1883, cita um exemplo de uma construção de um posto policial reutilizando as pedras da Redução de Santo Ângelo Custódio.

A bela casa, de construção maciça, tem em frente um posto policial, cujas paredes foram erguidas com algumas colunas da antiga e magnífica igreja. Guardas uniformizados, no meio das ruínas da antiga igreja jesuítica, se agrupavam.

A ocupação do espaço da antiga redução, ocorreu por volta do ano de 1859 quando Antônio Manoel de Oliveira e Antônio Gomes Pinheiro Machado principiaram a ocupação do local, para fazer dele sede da paróquia da nova freguesia, ao lado de outros imigrantes e descendentes portugueses que receberam sesmarias na região. Iniciaram com o desmatamento do local, encontrando assim, os remanescentes arquitetônicos da antiga redução.



Reprodução da gravura mostrando a parte da frente da Igreja de Santo Ângelo Custódio em 1860.¹³

A segunda Igreja, ou a igreja colonial, edificada pelos colonizadores depois de 1860, era fundamental para os colonos que ali se instalavam, pois para eles era mais importante ter uma paróquia no local do que uma estrutura administrativa bem organizada. A religiosidade representava segurança, tanto

¹² Idem.p.116

¹³ Fonte: FURLONG, 1962

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

para os novos colonos, quanto para a elite já instalada que garantia seu domínio econômico e administrativo na região¹⁴.



Intendência Municipal e a Igreja Matriz na década de 20.¹⁵



Prefeitura Municipal e Catedral Angelopolitana atualmente¹⁶.

A atual igreja da cidade de Santo Ângelo, conhecida como Catedral Angelopolitana, construída no mesmo local das outras duas, começou suas

¹⁴ YUNES, Gilberto Sarkis. *Santo Ângelo 1897: Povoação Inicial e Reconstituição do Traçado da Vila*. Curso de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. São Paulo, 1994.

¹⁵ Fonte: Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira Dos Santos (AHMACPS)

¹⁶ Fonte: Arquivo Pessoal

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

obras por volta de 1929 com a inauguração da pedra fundamental, por volta de 1955, chegava ao fim as obras da fachada da igreja, sob orientação do escultor e arquiteto austríaco Valentin Von Adamovich, porém, a catedral só teve suas torres concluídas no início da década de 70.



Atual Catedral Angelopolitana¹⁷.

A Catedral Angelopolitana surge como uma forma de eternizar a história das outras duas, pois conserva traços arquitetônicos que remontam a época das missões jesuíticas, imitando em alguns aspectos a antiga igreja de São Miguel Arcanjo. No ano de 2006, o poder público municipal inicia um projeto de reestruturação da Praça Pinheiro Machado, que está situada no mesmo local da praça reducional e acabou desvendando alguns remanescentes reducionais.

Revelados em escavações no início das obras, os resquícios do antigo povoado missionário podem ser vistos em nove janelas arqueológicas, cobertas com vidro anti-impacto. Tem-se à mostra parte das fundações da torre da igreja jesuítico-guarani, da entrada do pátio que dava acesso aos dormitórios dos padres e ao colégio jesuítico. Também pode ser observado o piso original de cerâmica do antigo templo da redução de Santo Ângelo Custódio.

¹⁷ Fonte. Arquivo Pessoal

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**



Piso original de cerâmica do antigo templo jesuítico mostrado em janela arqueológica¹⁸.

2. Os outros povoados missioneiros e sua conservação no percorrer dos viajantes.

Os relatos dos viajantes mostram claramente a destruição gradativa ao longo do tempo de todos os templos das antigas reduções dos jesuítas. Sobre a igreja de São Borja nos anos 1820 e 1821, Auguste Saint-Hilaire¹⁹ afirma que, a igreja há muito tempo não sofre nenhum tipo de reparação, e, portanto em pouco tempo tende a estar toda arruinada.

Embora ainda mantida com anseio essa igreja a muito não sofre reparação alguma. A falta de cal, obrigou, como disse já, os jesuítas ao uso da madeira na abóbada e nas colunas, delas caindo continuamente pedaços. É de crer-se que breve este templo estará em ruínas.

Sobre a redução de São Nicolau, no mesmo ano Auguste Saint-Hilaire²⁰ mostra o estado de ruína em que a mesma se encontra;

¹⁸ Fonte. Arquivo pessoal.

¹⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. p.126.

²⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

São Nicolau caíra já, em deplorável estado de decadência quando os gaúchos aí entraram, em abril de 1819, e acabaram de destruí-la. Eles assaltaram as casas, arrombaram as portas e fizeram buracos nas paredes a fim de assentarem os fuzis nas horas de luta. (...) A igreja não esta em tão maus estados quanto a de S. Borja; entretanto a abóboda e as colunas caem em ruínas. As construções chamadas curralão estão quase destruídas. Não se pode entrar nos apartamentos do cabildo senão por uma escada e somente o convento mostra-se conservado.

Maximiliano Beschoren²¹ em sua visita a região das missões também descreve São Nicolau, nos anos de 1877, afirmando sobre o antigo povoado que ***“quase não se reconhece que neste local existiu a capital das missões. Nada restou senão uma parte da parede frontal da igreja e os escombros debaixo de matagais e espinheiros.”***

O viajante Avé-Lallemant ²² ao falar das ruínas em seus relatos, às comparava a um castelo clerical. Ao descrever a situação deplorável de arruinamento em que estava São Nicolau, faz alguns questionamentos quanto a situação de esquecimento em que se encontram essas grandiosas construções de outrora.

Entre soberbas laranjeiras, cactos e mamoeiras, a grande ruína. Ainda de pé as quatro entradas da igreja e as paredes de ambas as torres, até 30 pés de altura, bem como uma pequena parte das habitações, tudo no mesmo estilo de São Luiz, porém mais desmoronado, decaído e esquecido; quem pensa ainda no castelo-forte dos jesuítas no alto Uruguai?

No povoado de São Luiz a situação de desmoronamento dos templos e dos demais prédios da antiga redução continuava a se repetir. Augute Saint-

²¹ BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1989. p.145.

²²AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.p. 256.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Hilaire²³ descreve a igreja de São Luiz nos anos de 1820 e 1830, como melhor e mais bonita em comparação a São Nicolau e São Borja, porém no mesmo progresso de arruinamento.

Ainda não estava a igreja completamente terminada. Foi feita, como o resto da aldeia, sob o mesmo modelo erguido em S. Borja e S. Nicolau, porém é mais bonita que as dessas duas aldeias. É em parte pavimentada de pedra e os ornatos dos altares são mais novos e de melhor aspecto. A abóbada, que não foi completamente acabada, deixa ver um vigamento onde a madeira foi prodigamente empregada, mas denotando cuidados na construção.

Enfim essa aldeia não se apresenta em melhor estado que a de São Nicolau.

Nenhum vestígio resta da casa do cabildo. As únicas casas que ainda existem são as do redor da praça, na maioria em ruínas. A igreja não foi melhor conservada; a inúmera quantidade de morcegos nela existente empresta-lhe muito mau cheiro.²⁴

Avé-Lallemant²⁵ vem a concordar com Auguste Saint-Hilaire nos anos de 1858. O autor afirma ser São Luiz a mais notável missão dos sete povos, porém, muito adiantada em arruinamento.

A missão de São Luiz é talvez a mais notável de todas as da margem esquerda do Uruguai, a mais notável, aliás, pela maior abundância de ruínas, nas quais se pode reconhecer perfeitamente a disposição do estabelecimento.

Auguste Saint-Hilaire²⁶ descreve a tentativa de fazer alguns reparos na igreja de São Miguel, mas que por fatores políticos a obra acaba sendo interrompida. O autor louva a tentativa de reparos na igreja de São Miguel, e afirma que se essas investidas ocorressem desde o início em todos os povoados

²³SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.p.147.

²⁴ Idem. p.147.

²⁵AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.p.250.

²⁶SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.p.153.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

hoje a maior parte das igrejas e dos prédios reducionais estariam em bom estado.

A igreja, construída pelos jesuítas, é toda de pedra e possui uma torre que servia de campanário, mas, há vários anos, um raio caindo sobre ela destruiu-o completamente. João de Deus, um dos primeiros governadores desta província, pretendia fazer reparação neste edifício, tendo para isso reunido os materiais, dispendendo muito dinheiro, mas, tendo sido substituído, o sucessor não levou avante seus projetos. As reparações foram interrompidas e as despesas feitas tornadas inúteis. Pg.152

S. Miguel é a primeira aldeia onde vejo realizar algumas reparações. Se desde o início tivessem cuidado disso, sempre que fosse necessário, em todas elas, as aldeias não estariam quase em total destruição, mas numa região onde não são reparados os próprios edifícios públicos não se pode esperar que os administradores, cujo principal interesse é o lucro, cuidem de fazer consertos em imóveis que lhes não pertencem e que pouco lucro lhes dão.

Maximiliano Beschoren²⁷ falando das ruínas de São Miguel e São Nicolau em 1877 mostra-se tomado de grande pesar por ver seu desmoronamento e a conquista impiedosa da natureza silvestre sobre as imponentes construções.

Com pesar vê-se as monumentais ruínas jesuíticas, serem desapidadamente destruídas.

A igreja de São Miguel, com o castelo encantado da “Bela adormecida”, esta cercada por densa e espinhosa floresta, causando forte impressão ao espectador. Era a maior e a mais bela das construções, mantida em parte, embora esteja condenada a ruir. Do telhado, evidentemente, nem sombra resta mais, pois o fogo a destruiu completamente. Ainda estão de pé a muralha e o portal, formado pelo pórtico central, separando-o em duas folhas laterais, com o átrio e o campanário.

É interessante ver as colocações do mesmo autor²⁸, sete anos depois, em 1883, em uma viagem de retorno às missões e novamente passando por São

²⁷ BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1989.p.69-70.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Miguel e novamente voltado seu olhar para a igreja, mostrando certo deslumbramento ao ver que o campanário ainda se mantinha em pé.

Depois de breve descanso, partimos para São Miguel, distante 3 léguas. A estrada unia-se à futura estrada principal, quando avistamos São Miguel, as ruínas da igreja e sua torre.

O campanário de São Miguel! Que impressão peculiar é encontrar um campanário aqui, no longínquo noroeste da Província.

Há sete anos estive em São Miguel. O tempo corroe as construções. Vinte, trinta anos atrás, muito, muito mesmo, teria sido salva da ruína. Valeria a pena o esforço para conservar o testemunho da atuação da Companhia de Jesus.

Avé-Lallemant,²⁹ também faz um comentário sobre a vegetação que se apoderava do templo de São Miguel no ano de 1858.

E essa construção, engenhosa e gigantesca, ali estava convertida em tristes ruínas! O tecto dos propileus e da abóbada estavam totalmente desmoronados. No chão da casa de Deus viçava um pequeno bosque, através do qual havia veredas de arco a arco, de pilar a pilar. A torre está rachada em muitos lugares e as colunas e pilastras angulares estão cobertas de fetos, no solo, ao passo que sobre as cornijas, nas fendas das pedras e nas volutas crescem viçosamente cactos gigantescos, uma floresta de criptógamas e até árvores, pouco ficando a dever aos jardins suspensos de Semíramis.

Auguste Saint-Hilaire³⁰ descreve a igreja de São Lourenço seguindo o mesmo plano das demais reduções, e afirmando que esta é a redução que se encontra em melhor estado.

É também voltada para o norte e construída sob o mesmo plano das outras aldeias, porém, nenhuma delas é mais

²⁸ Idem. p.117. Os relatos se encontram na mesma obra citada acima, porém, as vistas ao território missionário ocorrem em anos diferentes.

²⁹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.p.237.

³⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.p.150.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

bela que esta. Tem oitenta e seis passos de comprimento por quarenta de largura; as naves-laterais são sustentadas por duas filas de colunas de madeira, de ordem compósita. Em vez de três ela tem cinco altares, todos com ornatos dourados e de muito bom gosto. Enfim o edifício apresenta-se no melhor estado possível.

Avé-Lallemant ³¹, ao comparar a igreja de São Lourenço com a de São Miguel nos anos de 1858, acha que ela se encontra em pior estado de conservação.

Era São Lourenço. Aqui, porém, tudo estava mais desmoronado do que em São Miguel, embora parecesse ser a mesma ideia da fundação de um castelo forte clerical. Da grande igreja elevavam-se sobre o mato paredes mestras ao ponto de poder-se reconhecer-las, sem se poder medir a sua extensão.

Auguste Saint-Hilaire,³² descreve a igreja de São João como o povoado onde ele encontra menos semelhanças com os demais seis. Além disso, evidencia o estado de ruínas em que se encontra o povoado e principalmente a igreja que indica ter sido incendiada.

De todas as aldeias das missões, São João é que menos se assemelha às demais. A praça é muito mais larga e comprida, o convento é construído com muita elevação sobre o solo, obrigando à construção de várias escadas; o curralão fica a direita do convento e a igreja à esquerda. Esta foi incendiada, ao que parece, por negligência de um sacristão, dela não havendo nada, além de ruínas.

Desta forma, podemos perceber que vagarosamente ao longo do século XIX, os viajantes foram espectadores da lenta desestruturação ou desmoronamento dos templos das reduções jesuítico-guarani, assim como de

³¹AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.p.243.

³²SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.p.159.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

outros prédios, como o cabildo e o colégio. Esses homens e mulheres que passaram e descreveram a região missioneira deixaram para a posteridade, muito mais do que simples diários ou manuscritos de viagem. Deixaram um pouco da história desse território, hoje totalmente diferente daquele conhecido e relatado nas suas viagens.

Esses viajantes, foram, são e continuarão a ser fontes importantes para os estudos históricos da região das missões no Rio Grande do Sul. Eles se tornaram peças fundamentais para entender um pouco mais do passado arquitetônico e cultural dessa rica e heterogênea região.

Referências bibliográficas

Acervo do Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980

BAPTISTA, Jean. BAUER, Letícia. PRESA, Alejandra. *As Ruínas e seus personagens no século XIX*. Biblos, Rio Grande, 20: 179-193, 2006.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1989.

CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. *Missões Jesuíticas: arquitetura e urbanismo*. Memorial do Rio Grande do Sul – Caderno de História, nº 21., p.2 ,3.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KERN, A. A. *Fronteiras e Missões coloniais: continuidades e oposições culturais*. Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. 4 n.1, Cuiabá-MT, jan-jun/2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

SILVEIRA, Hemetério José Velloso. *As Missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

YUNES, Gilberto Sarkis. *Santo Ângelo 1897: Povoação Inicial e Reconstituição do Traçado da Vila*. Curso de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. São Paulo, 1994.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O ATAQUE AOS POLACOS: O DRAMA DE IMIGRANTES POLONESES NO SUDOESTE DO PARANÁ, NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

Délcio Marquetti*

Um crime ocorrido em 10 de junho de 1900¹, na colônia (atual município) de General Carneiro, Paraná, onde Estephanio Mikihita e o menor Lucio Saskovsky foram assassinados em suas residências por praças do Exército que se encontravam acampados nas proximidades a serviço da Comissão de Estradas Estratégicas, permite-nos levantar questões para além da problemática da criminalidade em si, e que podem nos elucidar importantes aspectos culturais, e, no caso em questão, o tratamento dispensado e a reação apresentada por imigrantes poloneses, não apenas por ocasião do crime citado, mas também em termos de formulação de estratégias de enfrentamento e sobrevivência construídas coletivamente diante de um ambiente e sociedade que se lhes apresentava hostil, não condizente com a propaganda ou imagem difundida em seus países a respeito da **“acolhedora” América, em um período marcante do processo colonizatório brasileiro.**

As informações sobre o crime constam de um processo-crime de cerca de 500 páginas, arquivado no Cartório do Crime do Fórum da Comarca de Palmas, estado do Paraná.

O conflito ocorreu em dois momentos. Segundo o relato dos indiciados, saíram as praças do exército de uma festa religiosa em uma igreja próxima e pararam na residência de uma das vítimas para pedir um copo de água, onde

* Mestre em História (área de concentração História Regional) pela UPF (Universidade de Passo Fundo); Doutorando em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos; professor na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus de Chapecó; delcio.marquetti@uffs.edu.br

¹ Caso relatado conforme o processo-crime movido contra Francisco Corrêa Torres, Herculano Gomes da Silva, Alfredo José Ribeiro, Sebastião Bento Thomaz do Nascimento e João Antônio da Silva. Crime ocorrido em 10 de junho de 1900 na colônia (atual município) de General Carneiro (PR).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

foram recebidos com pauladas e garrafadas pelos moradores. Na versão das testemunhas, a família polonesa já se encontrava recolhida em sua casa quando ouviram batidas violentas na porta. Na casa encontravam-se apenas mulheres, os homens estavam em um paiol próximo, uma vez que estavam recebendo hóspedes na ocasião. Os homens teriam ouvido as batidas e saíram imediatamente do paiol em que se achavam no intuito de proteger as mulheres, pois consideraram estranho que alguém batesse à porta àquelas horas. Da luta travada saíram feridos soldados e poloneses.

Outros soldados que por ali passavam foram avisar o alferes Francisco Corrêa Torres, responsável pelo destacamento, que dirigiu-se ao local armado de mosquetão *Mannlicher*, reiniciando o conflito. Nos autos de defesa dos réus, o que mais desperta a atenção é o discurso de que fazia-se necessário aplacar o **“ódio” das vítimas, posição certamente partilhada por um conjunto maior de indivíduos, além da alcunha “polacos”, aplicada às vítimas, familiares e vizinhos**, expressão de conotação pejorativa na referência aos poloneses imigrantes que haviam há pouco tempo se estabelecido na região, oriundos da Áustria (Galícia), sendo que a maioria não falava português e foi necessária a intermediação de um intérprete.

A criação do regime republicano no Brasil procurou ordenar, redefinir **papéis sociais, romper com o “atraso” e a “ignorância” resultantes de séculos de história**. Cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro foram reformadas e modernizadas, buscando imitar cidades europeias. Camadas menos favorecidas, indesejadas, foram afastadas das regiões centrais, consideradas estranhas aos padrões almejados.² No campo, o atraso era

² Em reincidentes discussões, intelectuais e políticos debatiam como resolver o **problema** da falta de um povo condizente com os padrões europeus de civilização e progresso. Geralmente essas discussões cruzavam dois grandes processos sociais – a abolição e a imigração, contempladas sob o prisma do racismo científico. Era preciso embranquecer o povo brasileiro com a importação maciça de imigrantes europeus, mas nem todos os estrangeiros que para cá vinham estavam preparados para enfrentar as expectativas que os cercavam em termos da moralização dos costumes que deveriam promover. Outrossim, atritos inter-étnicos foram freqüentes, evidenciando as difíceis relações entretidas por grupos de procedência variada, que em muitos casos enfrentavam nas ruas e em suas próprias casas grupos sócio-profissionais (como os militares) que se assumiam (com suas fardas e



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

considerado ainda maior, o camponês, incauto, assim como os pobres urbanos, representavam o empecilho ao desenvolvimento e ao progresso. O típico Jeca Tatu, doente e tomado de preguiça, eternizado por Monteiro Lobato em suas obras de literatura infanto-juvenil. Campo e camponês precisavam integrar-se ao Brasil do progresso. Fazia-se necessário levar a civilização até as regiões mais distantes. A frase da bandeira republicana, verdadeiro *slogan* que daria a tônica da orientação política doravante não deixava dúvidas em relação ao que se pretendia e aos esforços que seriam envidados.³

Segundo José Murilo de Carvalho (2007, p. 131), o povo esteve presente nos anos iniciais da República, em revoltas, agitações e massacres, embora ausente de sua proclamação. Para o autor, o povo brasileiro possuía três caras: o das estatísticas; o que aparecia nos momentos legalmente determinados para a manifestação política – as eleições; o povo da rua, ativo, que agia por conta própria, direta ou indiretamente motivado pela política (p. 133). Era necessário conter impulsos e “maus instintos” a todo custo.⁴

distintivos) como legítimos representantes da nação. Ver: CHALHOUN, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo, Brasiliense, 1986; _____. **Cidade Febril** - cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Cia. Das Letras, 1996. VILLAS BOAS, Gláucia; GONÇALVES, Marco Antônio. **O Brasil na Virada do Século**: o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo, Cia. Das Letras, 1993.

³ CASTRO SANTOS, Luiz A. de. **O pensamento Sanitarista na Primeira República**: uma ideologia de construção da nacionalidade. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 28, n.º 2. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1985; HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**. As bases da política de saúde pública no Brasil. Hucitec-ANPOCS, São Paulo, 1998; LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência & Saúde Coletiva**. Volume 5, n.º 2, Rio de Janeiro, 2000; LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República, pp. 23-40. In MC Maio & RV Santos (eds.), **Raça, ciência e sociedade**. FCBB-Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 1996.

⁴ Os soldados e marinheiros foram personagens assíduos nos documentos judiciais e policiais durante a República Velha (e mesmo antes). Suas manifestações coletivas e ações individuais expressavam sentimentos e percepções que muitas vezes de opunham ao encaminhamento político republicano. Ver: CASTRO, Celso. Revoltas de soldados contra a república. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; CARVALHO, J. M. As forças armadas na Primeira República: O poder desestabilizador. B. Fausto (org.), **O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)**, 3ª ed. São Paulo: Difel, 1985. pp. 183-234. A historiadora norte-americana Joan Meznar pesquisou os *pobres honrados* e sua forma de se



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Nesse contexto, o imigrante europeu foi considerado, de modo geral, possuidor das aptidões necessárias à construção de um país pautado em valores de civilidade e trabalho, capaz de contribuir na construção de uma pátria próspera. De certo modo, encarnou o tipo desejado, em oposição ao caipira brasileiro, incapaz, desejo presente ainda no Império, que estimulou o “branqueamento”, pretendido em esferas biológica e social. No entanto, em análise mais criteriosa, quando feita numa escala de observação reduzida, revela outros aspectos que contrariam o discurso dominante.⁵

Desde a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, que o país passou a receber levas de imigrantes oriundos de diversos países europeus. Com a implantação do regime republicano, a imigração foi estimulada. O decreto de 28 de junho de 1890, do Marechal Deodoro da Fonseca, estabelecia:

É inteiramente livre a entrada nos Portos da República dos indivíduos *válidos e aptos para o trabalho*, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país. A essa provisão liberal acrescenta-se a cláusula: Excetuando os indígenas da Ásia ou da África, somente autorizações do Congresso Nacional poderão ser admitidas, de acordo com as condições estipulados. (disponível em www.nacaomestica.org/DeodoroMFP.htm, acessado em 29/09/2010, 22h 37min, grifo nosso).

A imigração polonesa, no caso, teve início na última década do século XIX, com incentivos em forma de transporte gratuito, por parte do governo brasileiro, numa política de substituição da mão-de-obra escrava, visando

servir do recrutamento como forma de distinção da *escória*, dos remediados em geral. Assim, pensamos que crimes como o ocorrido em 1900 em General Carneiro só poderão ser compreendidos se inseridos nessas perspectivas de acirramento dos confrontos entre *nacionais* e *estrangeiros*. MEZNAR, Joan E. The Ranks of the Poor: Military Service and Social Differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875. **Hispanic American Historical Review**, n. 72, v. 3, ago. 1992, pp. 335-351

⁵ Sobre a redução de escala como proposta metodológica, ver: REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; LIMA, Henrique Espada Rodrigues. História social e microanálise: Edoardo Grendi. **A micro história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 152-223; LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

também povoar áreas de “vazios demográficos”. Foi a famosa “febre brasileira”. Até por volta do início da Primeira Guerra Mundial cerca de 90 mil poloneses desembarcaram no Brasil, destes, 45% no estado do Rio Grande do Sul, 40% no Paraná e 15% em outros estados (WENCZENOVICZ, 2002, 50). O termo polonês originou-se de um grupo humano denominado *polanos*, camponeses que cultivavam a terra, daí *Polska* – Polônia (MARMILICZ, 1996: 21)

Segundo Gluchowski (2005: 36) a partir de 1896, entram em cena os imigrantes ucranianos, procedentes da região da Galícia Oriental. As testemunhas do processo em questão, num primeiro interrogatório afirmaram ser naturais da Áustria, num segundo interrogatório, da Galícia. Trata-se de imigrantes de uma fase final do movimento migratório para o Brasil.

Ao passar por três partilhas, ao longo dos séculos XVIII e XIX, entre Prússia, Rússia e Áustria, esta última apoderou-se da região Sul da Polônia Menor (sudoeste da Polônia) e da região da Galícia, cuja população em sua parte ocidental era composta na maioria de poloneses (cerca de 88%) e cerca de metade da população composta de ucranianos na parte ocidental (WACHOWICZ, 1970: 24). As fronteiras que iam-se estabelecendo nem sempre correspondiam a recortes culturais ou históricos bem definidos, o que dificultou o estabelecimento de um estatuto de identidade polonesa.

Região essencialmente agrícola, a Galícia apresentava um dos maiores crescimentos demográficos da Europa, cuja produção agrícola diminuía, fator que impulsionou o movimento primeiramente em direção aos Estados Unidos e, posteriormente, em direção ao Brasil (TEMPSKI, 1971: 303-304), aqui recebidos e encarados como uma totalidade homogênea, sem diferenciação. Em General Carneiro, os primeiros poloneses estabeleceram-se por volta do ano de 1892, onde dedicaram-se a agricultura.

O Projeto de Lei N.º 7.221, DE 2010, de autoria do deputado Angelo Vanhoni, busca instituir o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil. Na Justificação apresentada ao projeto de Lei, lê-se:



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Numerosos ucranianos, por terem vindo da Galícia, entraram no país ora como austríacos, ora como poloneses. Como austríacos, porque aquele território desde 1795 a 1918 pertencera ao Império Austro-Húngaro, como poloneses por causa da semelhança do tipo étnico de ambos os grupos. Desembarcados no Rio de Janeiro e Paranaguá, iniciava-se uma nova epopéia. Viajando em condições quase desumanas, chegam os imigrantes a Curitiba, onde recebem os lotes de terra no interior do estado. Em seguida, seguem em comboios de carroças, a cavalo ou a pé para o interior do Paraná, nas regiões íngremes do norte do município de Prudentópolis-PR (*na época - São João de Capanema*). Outros seguem para Santa Catarina, em terras tomadas dos índios Botocudos, na região de Iracema, hoje municípios de Itaiópolis, Papanduva e Santa Terezinha. Outros descem pelo Rio Iguaçu, atingindo a região de Santa Cruz do Rio Claro (Colônia 5, Serra do Tigre), hoje municípios de Mallet, Paulo Frontin, Paula Freitas e Rio Azul. Outros, ainda, vão mais além, para as regiões inóspitas de então, do "Jangada", hoje municípios de União da Vitória, Porto União, General Carneiro e Cruz Machado. (disponível em www.camara.gov.br/sileg/integras/761435.pdf, acessado em 29 de setembro de 2010, 22h 27min).

O termo *polaco*, utilizado do início ao fim do processo-crime, assume uma conotação pejorativa, negatizando um conjunto de características culturais do grupo. No sul do Brasil, e em especial no Paraná, os poloneses foram **tratados como "rústicos" e "ignorantes" (COSTA, & DIGIOVANNI, 1991)**. Octavio Ianni (1987: 181) ressalta que o polonês, no Paraná, era comparado ao negro. Em entrevista concedida a Alfredo Bosi (Estudos Avançados, 2004), afirma

No Paraná, por exemplo, a frequência de negros em Curitiba era relativamente pequena (entre 10 e 15% no máximo da população) e meus informantes da cidade afirmavam: "Aqui não há negros" e acrescentavam uma fala fatal: "o nosso negro é o polaco". Isto é, inconscientemente, eles assimilaram o preconceito que os alemães desenvolveram na Europa contra os poloneses. O negro e o polonês eram colocados na escala mais baixa da discriminação.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A fala de Ianni permite perceber de forma clara o sentido que o termo acabou por assumir, inicialmente utilizado para definir uma origem étnica. As características atribuídas ao negro tornaram-se epítetos do *polaco*: incapacidade, ignorância e atraso que, prejudiciais ao bom andamento da civilização, exigiam medidas de combate.

O historiador gaúcho Alexandre Fortes (2004: 131), cita trecho de uma entrevista com o ex-presidente da Sociedade Polonesa de Porto Alegre comparando grupos étnicos notadamente marcados pela discriminação: “Se eu dissesse assim: ‘Esse polaco sem vergonha!’, é pejorativo. Mas, se disser: ‘O polaco é um... É um povo...’. Ou então, a mesma coisa com o negro: ‘O negro é uma raça viril, e tal...’. Agora você vê: ‘Esse negro...’ e tal e coisa. Judeu é a mesma coisa.” Usado para caracterizar um indivíduo em especial, era uma maneira de ofender.

O uso de processos-crime por historiadores e o interesse pelo fenômeno da criminalidade vem crescendo, e constitui-se em espécie de janela que abre possibilidades de compreensão de outras questões, que de outra forma não foram registradas. O processo-crime, apesar de seu caráter institucional “permite o resgate de aspectos da vida cotidiana [...] penetra no dia-a-dia dos implicados, desvenda suas vidas íntimas, investiga seus laços familiares e afetivos, registrando o cotidiano de suas existências” (MACHADO, 1987, p.23).⁶

Fica claro que não se trata de reconstituir o fato que originou o processo, buscando a “verdade” sobre o crime em si. Os interesses do historiador são outros, como perceber como se deu a construção de discursos (versões) sobre os crimes. Para Keila Grinberg (2009, p. 121) o objetivo é “compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade”.

Para Sueann Caulfield

É possível encontrar, nas entrelinhas dos depoimentos, evidências de como vítimas, réus e testemunhas descrevem

⁶ Um trabalho perspicaz que investigou gênero, loucura e imigração através da trajetória de uma mulher italiana, a partir de seu crime de infanticídio é: WADI, Yonissa Marmitt. **A História de Pierina**: Subjetividade, crime e loucura. Uberlândia, EDUFU, 2009.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

não somente os acontecimentos que os levaram à Justiça, mas também diversos relacionamentos sociais e condutas que eles consideravam corretos ou errados. Mesmo quando mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum. (CAULFIELD, 2000: 39 e 40).

Nas palavras de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007: 153) “Mais do que explicarmos os fatos, interpretá-los, devemos seguir suas linhas de constituição, o rendilhado de lutas, experiências e falas que deram origem ao seu desenho, atentos para os silêncios que são incontornáveis, mas são também elementos de sua tessitura”. São as lutas, experiências e falas, como também os silêncios de vítimas, testemunhas e réus, buscados com objetivo de se construir um discurso coerente na percepção das relações de poder e enfrentamentos, cujo crime termina por constituir-se em pretexto para tal exercício.

Para Sidney Chalhoub (2001: 41, 42), fazer uso de processos criminais (o autor cita outras fontes como jornais) é entrar em contato com uma **“encruzilhada de muitas lutas”** restando ao historiador **“... a tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho em direção aos atos e às representações que expressão, ao mesmo tempo que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais”**.

Mesmo porque, encontramos-**nos diante de dois fatos: “Os autos traduzem** a seu modo dois fatos: o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver.” (FAUSTO, 1984: 32). Levando-se em consideração o **contexto do ataque aos “polacos”, cometido pelos praças do** exército, não somente o crime em si, mas a batalha de que fala o autor acima, constitui-se em privilegiado campo de estudos, onde o historiador, outra espécie de detetive, pode exercer seu ofício, da forma como lhe compete, com o fim de identificar como os **atos** se transformaram em **autos** (GRINBERG, 2009: 128).

Feitas as considerações acima, voltemos ao processo em questão. As limitações de um texto da natureza do aqui apresentado não nos permitem uma análise mais apurada do ato (fato) e dos autos. A intenção é de apresentar a



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

fonte (processo-crime), ressaltando a riqueza de informações que contém, que quando cruzadas a outras fontes de naturezas diversas, constitui-se em excelente material para pesquisadores em suas tentativas de lançar luzes aos diversos movimentos de colonização registrados no país. A pesquisa historiográfica avançou pouco quando se trata da imigração polonesa e, na região em questão, os estudos são escassos.

Passemos a uma breve incursão pelo perfil dos indiciados (soldados, alferes, cabos). De um total de dez envolvidos, constam relatórios emitidos pelo Conselho de Guerra sobre cinco deles, que foram considerados culpados, onde constam dados de suas trajetórias na carreira militar, bem como características físicas, filiação, naturalidade e outras informações. Em todos os casos aparecem casos de prisões por indisciplina, desordem, deserção, embriaguez, e, em casos mais extremos, roubo (dois indiciados). Um dos soldados foi preso por cometer abuso sexual contra um colega que se encontrava preso por embriaguez.

Essas informações, somadas ao embate travado ao longo de todo o processo, nos remete a outra possibilidade de pesquisa: o estudo das instituições jurídicas e policiais, sua evolução histórica, bem como dos usos da violência legítima, praticada por agentes autorizados pelo Estado, em seu papel de mantenedor da ordem, regulador e mediador de conflitos.

Os primeiros anos da República no Brasil, a ação do Estado e das forças policiais nos casos de conflitos como Canudos, Contestado, revoltas da Vacina e Chibata deram o tom daquilo que elites econômicas e políticas projetaram para o “povo”, **na concepção positivista de influência francesa em que o regime foi proclamado.**

Conclui-se com algumas questões suscitadas pela fonte aqui brevemente apresentada: Com base em que parâmetros pode-se analisar a ação do Estado, **em sua tentativa de impor a “ordem”, em casos em que a “desordem”, ao que tudo leva a crer, foi provocada por seus próprios agentes?** E quando esses agentes não representam exatamente o padrão de disciplina, preparo ou **moralidade apregoados? E em situações em que os “desejados” imigrantes,**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

elementos considerados importantes para a construção da nação sonhada, tornaram-se ou foram tratados como “indesejados”, empecilhos?

Processos-crime depositados no Cartório do Crime do Fórum da Comarca de Palmas, estado do Paraná, podem nos dar algumas pistas, ao menos no âmbito regional.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- CARVALHO, J. M. As forças armadas na Primeira República: O poder desestabilizador. FAUSTO, B. (org.). **O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)**, 3ª ed. São Paulo: Difel, 1985. pp. 183-234.
- _____. Os três povos da República. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍÁ, Artur César (coord.). **Progresso e religião**. A República no Brasil e em Portugal, 1889-1910. Coimbra/Uberlândia: Imprensa da Universidade de Coimbra/Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2007, pp. 131-164.
- CASTRO SANTOS, Luiz A. de. **O pensamento Sanitarista na Primeira República**: uma ideologia de construção da nacionalidade. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 28, n.º 2. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1985.
- CASTRO, Celso. Revoltas de soldados contra a república. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____. **Visões da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. **Cidade Febril - cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Cia. Das Letras, 1996.
- COSTA, M. C. S. & DIGIOVANNI, R. Antropologia, espaço e cidade: um olhar sobre Curitiba. In: SÁ, C. (org.) **Olhar urbano, olhar humano**. São Paulo: IBRASA, 1991.
- FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano. **A criminalidade em São Paulo** (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito...** a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- GLUCHOWSKI, K. **Os poloneses no Brasil**: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Tradução de Mariano Kawka. Porto Alegre: Rodycs e Ordokowski Editores, 2005.
- GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. (orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 119-139.
- GRITTI, Isabel R. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul. A emergência do preconceito**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.
- HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**. As bases da política de saúde pública no Brasil. Hucitec-ANPOCS, São Paulo, 1998.
- IANNI, Octavio. O preconceito racial no Brasil. Entrevista a Alfredo Bosi. **Estudos Avançados**, vol.18, n. 50, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Jan./Abr. 2004.
- IANNI, Otávio. **Raças e classe social no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LIMA, Henrique Espada Rodrigues. História social e microanálise: Edoardo Grendi. In: **A micro história italiana:** escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 152-223.
- LIMA, Nisia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. MC Maio & RV Santos (eds.), **Raça, ciência e sociedade.** FCBB-Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 1996, pp. 23-40.
- LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência & Saúde Coletiva.** Volume 5, nº 2, Rio de Janeiro, 2000.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão.** Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1930-1888). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARMILICZ, Paulo Tomaz. **A antiga colônia polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais.** Reflexão em torno do camponês guaraiense, sua trajetória histórica, suas realizações econômicas e desafios – 1891-1996. Ijuí: Policromia, 1996.
- MEZNAR, Joan E. The Ranks of the Poor: Military Service and Social Differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875. **Hispanic American Historical Review,** n. 72, v. 3, ago. 1992, pp. 335-351.
- REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.
- TEMPSKI, Edwino. **Quem é o polonês** interrogação. Boletim Especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1971.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

VILLAS BOAS, Gláucia. GONÇALVES, Marco Antônio. **O Brasil na Virada do Século:** o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa.** Curitiba: 1970, v. I.

WADI, Yonissa Marmitt. **A História de Pierina:** Subjetividade, crime e loucura. Uberlândia, EDUFU, 2009.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. **Montanhas que furam as nuvens:** Imigração polonesa em Áurea – RS (1910-1945). Passo Fundo (RS): UPF Editora, 2002.

www.camara.gov.br/sileg/integras/761435.pdf

www.nacaomestica.org/DeodoroMFP.htm



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A OCUPAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ ATRAVÉS DO PROCESSO MIGRATÓRIO

Denílson Sumocoski¹

A justificativa do Estado para operar o processo de imigração/ migração

A ocupação do Sudoeste paranaense ocorre de maneira intensiva nas primeiras décadas do século XX se estendendo até meados do decorrente século, precisamente após a instalação da CANGO² que foi construída e mantida pelo governo federal que nesse momento era chefiado pela estadista Getulio Dornelles Vargas, período da política do Estado Novo (1930-1945). O historiador Passos aponta que a principal função da CANGO era a ordenação da colonização para a região³. Outro historiador regional que tece suas considerações sobre a CANGO é Jaci Poli, quando este realiza apontamentos demonstrando que **“foram ofertadas casas de instalação para os migrantes”**., ferramentas para o cotidiano agrícola, sementes, assistência técnica, assistência educacional (escolas), religiosa (igrejas), dentária e médico-hospitalar, além de assistência social. ⁴

Vannini sendo outro estudioso da região também apresenta a funcionalidade da instalação da CANGO.

A colônia Agrícola (CANGO) projetada para assentar os colonos foi a grande responsável pelo empreendimento colonizador, representou a

¹ Graduado e especialista em história pela unipar- Universidade paranaense- Campus de Francisco Beltrão. Mestrando em história pela UPF. denilsonche@hotmail.com
Este trabalho, assim como a dissertação, estão sendo de orientação do professor Dr. Adelar Heinsfeld

² Colônia Agrícola Nacional General Osório.

³ PASSOS, A. A. dos. ***“História de sangue e dor”***. Crimes passionais no sudoeste do Paraná (1909-1939). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p.47.

⁴ POLI, Jaci. ***Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962-1973)***. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 101.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

ação da política nacional de ocupação das fronteiras e forneceu a infraestrutura básica para o assentamento dos colonizadores.⁵

A maior receptividade de imigrantes foi a de origem italiana, que em um primeiro momento tinham como ponto de chegada a região da serra do Rio Grande do Sul, mas que por motivos de superlotação eram enviados em projeto de migração interna para as regiões Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

Esse período de imigração a algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul e a serra gaúcha acontece entre 1875-1914 momento onde o fluxo imigratório da Itália foi fechado, pois o país era dos protagonistas da primeira guerra mundial que estava se iniciando. A explicação de Nadalin vem trazer esclarecimento sobre este período, pois,

“A partir especialmente da década de 1870, desembocando na primeira grande guerra, a face deste colonialismo seria uma verdadeira corrida por territórios”.⁶

Esse primeiro momento onde o destino de chegada da imigração se deu por motivos de necessidade de mão de obra e a ocupação de áreas de fronteiras onde a demarcação duvidosa causava incomodo as forças governamentais, e nada melhor e mais definitivo que marcos humanos para tal delimitação. A justificativa sobre a necessidade da mão de obra⁷ é explicada, pois a escravidão estava no Brasil em fase de abolição assim sendo os imigrantes de origens européias foram os preferenciais para a substituição dessa mão de obra. Pois possuíam características que agradavam o Estado assim como a igreja católica que eram os maiores interessados nesses novos habitantes que estariam adentrando na nova pátria, o Brasil.

⁵ VANNINI, Ismael. A. A ocupação da (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul e as correntes migratórias para o Oeste catarinense e o Sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos, A. SCHNEIDER, Cláides, R. (Orgs). *Revisitando a história: A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. 1. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. p. 26.

⁶ NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do território, população e migrações*. 1. Ed. Curitiba: SEED, 2001, p. 57-58

⁷ Principalmente na região Sudeste do Brasil onde o ciclo do café necessitava desse empreendimento.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A fácil negociação entre os governos do Brasil assim como da Itália se deu pela dicotomia que ambos os países viviam no período de final do século XIX. Enquanto a região Sul da Itália apresentava-se em um processo de industrialização e levava o país ao início de um desenvolvimento do qual necessário seria para se igualar a pé de igualdade com as demais potências européias. A região Norte da Itália apresentava sérios problemas econômicos e a densidade demográfica estava lotada, não tendo espaço da terra para que todas as pessoas pudessem nela trabalhar. Com essa situação econômica desfavorável muitos descendentes italianos por si só decidiram arriscar uma nova vida na América, pois tinham promessas de terras e trabalho em abundância, Nadalin assim explica este propósito

A idéia de migrar para as cidades, para os países novos ou de “fazer a América” cedia, como em outros tempos, à chamada do ouro. Porém, com mais freqüência, emigravam para trabalhar, para lavar, plantar e criar; para construir algo seu eventualmente uma família – na medida do possível, construir fortuna. O traslado tornava-se, assim, um novo horizonte, lá onde um sentimento novo dava-lhes condições de triunfar, com muito labor, e escapar da vala comum da proletarização. Emigravam, também, para dar vazão a este sentimento novo que, de **maneira paulatina, contribuía para o “desenraizamento” da população rural e, mesmo, dos habitantes das pequenas cidades**”.⁸

Ainda na permanência de explicação de Nadalin é possível constatar que

De modo geral, ainda, nas jovens nações americanas, praticava-se a **máxima “governar es poblar”, pois entendia-se** que enormes regiões deveriam ser ocupadas, demográfica e economicamente. Isso significa, além da garantia da independência, trazer o progresso, domar o interior selvagem, enfim, povoar os chamados **“vazios demográficos”**.⁹

A situação do Estado brasileiro era oposta ao Estado italiano que recentemente havia se unificado, pois tanto a região da serra gaúcha que em um

⁸ NADALIN, p. 62.

⁹ NADALIN, p. 63.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

primeiro momento da imigração foi lotado assim como as demais regiões encontravam-se com a necessidade de suprir a falta da mão de obra assim como realizar a proteção de algumas áreas de fronteira que o estado brasileiro entendia como vulneráveis, dentre elas vemos o destaque dado por Heinsfeld e Zatta ao se referir ao Sudoeste paranaense

“A posição geográfica do Sudoeste paranaense tem importância estratégica do ponto de vista de Segurança Nacional, pois abrange uma área de fronteira com dois países, divisa com a Argentina e proximidade com o Paraguai. Essa preocupação com segurança cresce de importância à medida que considerarmos tratar-se de fronteira seca, onde o marco divisório resume-se a estradas, propriedades particulares que, com facilidade, se não eficazmente vigiados e patrulhados, servirão de rotas de tráfico, contrabando e corredores de infiltração suscetíveis a invasão em caso de conflito internacional.”¹⁰

Alem do mais a proteção das fronteiras deve ser compreendida como um aspecto para afirmar a nacionalidade¹¹. Visto que o Sudoeste paranaense faz divisa seca com a Argentina nosso vizinho e rival em disputas territoriais, também apresentada por Heinsfeld ao mencionar que, as fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas na América foram mais problemáticas na parte sul do continente. Mesmo depois da independência, as fronteiras continuaram sendo motivos de discórdia entre os novos países nessa parte da América.¹²

Motivo esse a mais para que o governo federal brasileiro aligeirasse a ocupação dessas áreas conflituosas, Carlos de Meira Mattos¹³, ao contribuir na discussão sobre a formatação das fronteiras, afirma que, a primeira condição para se evitar que a fronteira se transforme em região crítica, de confrontos e de

¹⁰ HEINSFELD, Adelar; ZATTA, Ronaldo. Geopolítica e segurança nacional no Sudoeste de Paraná: O pensamento e a presença militar 1920-1960. In: GELLER, Odair, E; VANNINI, Ismael, A. (Orgs). *História: Tempos e espaços de criação*. 1. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009. p. 18

¹¹ HEINSFELD, Adelar. Fronteira Brasil/ Argentina. A questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 11.

¹² HEINSFELD, P. 33.

¹³ MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e teoria de fronteiras: Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

choques, é que sua delimitação seja nítida e precisa. Particularmente quando se trata de fronteira terrestre, sua demarcação não deve levantar controvérsias.

Visto que ainda as terras que eram ocupadas nas regiões Oeste de Santa Catarina assim como as do Sudoeste do Paraná eram habitadas por habitantes de origem tradicional¹⁴. Sendo que estes não estavam nos planos governamentais para trazerem o progresso e o desenvolvimento que o Estado brasileiro entendia necessário para esse momento, ou seja, não estavam dentro dos moldes capitalistas já bastante definidos nesse período.

Sobre esta questão levantada do não preparo de índios e caboclos para se inserirem nesse modelo de sociedade pretendida pelo governo, o historiador Kummer assinala da seguinte **maneira, “os caboclos não estavam inseridos no contexto de produção capitalista, não estavam preparados para a cultura do trabalho, da acumulação”**.¹⁵

Esta primeira parte do texto está pautada a proposta pela qual o Estado federal brasileiro incentivou a imigração e posteriormente a migração interna sob a justificativa de sanar alguns problemas existentes e que por outro lado agravou a existência de problemas até então não existentes, que ainda hoje a todo custo se tenta renegar a existência de tal situação, vejamos a seguir.

O mito do vazio demográfico

A historiografia do Sudoeste paranaense deve ser entendida em dois períodos bastante distintos, pois em um primeiro momento é perceptível pelo contexto histórico e pelas ferramentas da quais os estudiosos desse período dispunham ao passo que se escreve uma historiografia voltada para a construção e exaltação do migrante. Sendo que chega a região Sudoeste e traz

¹⁴ Faço referencia a caboclos e indígenas que habitavam no Sudoeste paranaense mesmo antes da chegada dos migrantes europeus a região.

¹⁵KUMMER, Rodrigo. Construção histórica da região Oeste de Santa Catarina: A supremacia do projeto colonizador. In: SCHNEIDER, Cláides. R; SILVA, Cleverton. L. ***História: Traços de cultura e memória***. 1. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2010. p. 108.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

em seu ímpeto o desenvolvimento, o progresso para uma região que se encontrava em extremo atraso.

Para uma geração de estudiosos posterior a essa se destaca a necessidade de entender a existência de grupos étnicos que já habitavam a região antes mesmo da chegada dos migrantes europeus a região, que por questão cultural de suas etnias não entendiam a necessidade de desbravamento, de acumulação. Portem não podem ser compreendidos como menos importantes ou ainda renegados pela história local, que os tenta esconder, menosprezar suas contribuições histórico cultural e sua atual existência a nível de região.

A primeira corrente de estudiosos pode ser destacada pelos seguintes mentores¹⁶, sendo que além desses muitos outros poderiam ser citados. A descrição histórica da região realizada por estes estudiosos tem características complementares, quando é mencionado o início do processo de colonização e ocupação da região.

Dentre os estudiosos que escreveram a ocupação do Sudoeste paranaense, destaque é dado para L.R. Correa quando o autor menciona que “O Sudoeste paranaense era uma região até então vazia ou esparsamente povoada, em grande parte por somente caboclos”. O mesmo autor na seqüência de sua obra aponta que a população existente antes da colonização era de apenas 0,5, habitantes por quilometro quadrado. Desconsiderando assim a população indígena que habitava a região antes da colonização. Fechando com as considerações feitas por Correa sobre a região Sudoeste ele aponta que

O Sudoeste do Paraná foi habitado, antes da vinda dos colonos, por uma população de origem luso-brasileira que se dedicava a algumas atividades extensivas... Esses pioneiros anônimos eram de origem luso-brasileira, tendo sido genericamente conhecidos como caboclos pela população de colonos que mais tarde ocupou a região”.¹⁷

¹⁶ CORRÊA, L. R, BOCHESE, N. F. F., LAZIER, Hermógenes, WACHOWICZ, Ruy C. VOLTOLINI, Sittilo.

¹⁷CORRÊA, Roberto Lobato. *O sudoeste paranaense antes da colonização*. Revista Brasileira de Geografia. Ano 32, nº 1, jan.-mar. 1970., p. 87-88.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Uma proximidade com a visão de menosprezo do índio e a supervalorização racial do imigrante europeu é apresentada por Nancy Stepan, quando a autora comenta em sua obra a existência da política da eugenia no Brasil e em alguns países da América Latina

Os poucos índios e negros puros remanescentes estavam desaparecendo... porque a seleção, tanto natural quanto social, trabalhava contra os tipos inferiores e porque as altas taxas de mortalidade e a baixa reprodução entre eles diminuam sua participação na população. Enquanto isso, os imigrantes brancos eram vistos como meio próprio para aumentar rapidamente a proporção de brancos, ao passo que os cruzamentos entre mulatos e brancos favoreciam um contínuo branqueamento em virtude da superioridade biológica dos brancos e do fato de que mulatos preferiam parceiros mais brancos que eles mesmos.¹⁸

Outra constatação quando a escassa ocupação da região Sudoeste é feita por Wachwicz, quando o autor menciona que, “No início do século XX, o sudoeste paranaense, de Mariópolis até a fronteira argentina, continuava a ser um imenso **vazio demográfico**”.¹⁹ Na mesma obra para qualificar a importância do elemento sulista para o autor e a depreciação, ou o encobrimento das **populações tradicionais**, Wachowicz aponta que no Sudoeste do Paraná, “é quase 100% da população é formada pelo elemento gaúcho, catarinense e paranaense.”²⁰

Outro estudioso dessa corrente que aponta os imigrantes como responsáveis pelo progresso e desprezam a já presença das populações tradicionais é Lazier, quando o autor aponta que.

No início do século existiam poucos povoados na região. Um deles, denominado Canela, teve início em 1919, sendo elevado à categoria de Distrito Judiciário em 1927, com a denominação de Bom Retiro, onde encontra-se hoje a sede do município de Pato Branco. Existiam desde 1903 os povoados de Barracão e Santo Antonio na fronteira da

¹⁸ STEPAN, Nancy *Leys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Trad. Paulo. M. Garchet. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 166.

¹⁹ WACHOWICZ, R. C. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2ª ed; Curitiba: Ed. Vecentina, 1987, p. 55.

²⁰ Wachowicz, P.230



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Argentina. Desde o início do século existia, também, o povoado de Santana. Outro núcleo populacional era Campo-Erê, na divisa entre o **Paraná e Santa Catarina**".²¹

Para darmos finalidade a esta primeira corrente da historiografia, as considerações feitas pelo professor Sittilo Voltolini sobre a ocupação das primeiras famílias na região se dá da seguinte maneira, após o pesquisador ter **realizado entrevistas de cunho memorialistas com os “pioneiros”, Voltolini** escreve uma de suas obras intitulada *Retorno I-As origens de Pato Branco*. As entrevistas cedidas a ele são transpostas de maneira direta para seu livro sem mesmo as problematizar.

Na entrevista realizada com o Sr. Osório Prates, a fala é direcionada sobre as primeiras famílias que vêm ao Sudoeste, assim definidas:

Além das famílias dos Pintos... As mais antigas que já estavam aqui quando meu pai veio para cá em 1922... Lembro bem os Venâncios...e na mesma época, bateram por aqui também os Chirutta; Pedro Luis da Silva; a família de Campos, a família de Souza Machado; a família **Vacariano...**"²²

A segunda corrente da historiografia regional aponta para a necessidade de entendermos a importância e contribuição deixada pelos indígenas e caboclos para a construção histórica da região, como principais expoentes podem destacar os seguintes estudiosos.²³

O historiador Protasio ao se referir a existência dos indígenas na região do Sudoeste paranaense é enfático ao afirma que

Por um lado a presença indígena é negada, depreciada e minimizada e, por outro, impossível de ser ocultada. É como se colocássemos porta afora um ser indesejado que, ao invés de desaparecer, insistisse em rondar nossa ex-casa e marcar sua presença incômoda nos alpendres e

²¹ LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed. Francisco Beltrão: Grafitec, 1998, p. 29-30.

²² VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 1*. Origens de Pato Branco. 2. ed. Pato Branco: Imprepel- Gráfica e editora Ltda, 2005, p. 102.

²³ PROTASIO, P. Langer; PASSOS, A.A; MONDARDO, Marcos Leandro; STOCKMANN, Jaime.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

interstícios donde não o conseguimos desalojar. Com essa metáfora se pretende assinar que a história escrita pelo prisma do colonizador não conseguirá se desvinciliar das alteridades que o antecederam, muito embora queira escamoteá-las.²⁴

Esta constatação quanto a presença de habitantes tradicionais na região mesmo antes da colonização dita oficial também é apontada por Jaime **Stockmann**, quando o autor define que, “os índios nos primeiros contatos com o branco, sofrem impactos em seu modo de vida, muitas vezes danosos e totalmente irreversíveis...”²⁵

Na intenção de definir esta segunda corrente de estudiosos a contribuição do pesquisador Bochenek define claramente a usurpação feita por parte dos migrantes a região Sudoeste do Paraná com relação aos habitantes que já se encontravam nessa região, assim descreve o autor.

A “prosperidade” da sociedade brasileira foi construída na base da usurpação violenta dos territórios originários dos povos indígenas e com recursos provenientes da exploração dos escravos. Esses povos foram, durante séculos, vítimas do descaso e invisibilidade por parte do Estado e seus agentes e também pela sociedade. Não foram raras as vezes que o sistema judicial atuou na contramão da justiça social, a favor das elites neocoloniais e com resultados trágicos e nefastos para com os sistemas coletivos de produção e vida, principalmente contra os índios e negros que tiveram suas culturas depreciadas e não valorizadas²⁶.

A percepção final dessa leitura historiográfica é de que existem claramente na região duas tendências historiográficas, ou duas escolas que produziram a historiografia regional. Não cabe aos atuais e futuros

²⁴ PROTASIO, Paulo Langer. **Conhecimento e encobrimento**: O discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense. *Diálogos*, Maringá, v.11, n. 3, out. 2007, p. 73.

²⁵ STOCKMANN, Jaime. Colonização e integração Kaingang na sociedade paranaense. *Anacleto*. Guarapuava, v.2, n. 1, p. 125.

²⁶ BOCHENEK, Antônio C. **As viagens insólitas até às populações tradicionais**: Análise do projeto “Expedição da cidadania” nas comunidades indígenas Tekoha Ocoy, Tekoha Anetete, Tekoha Itamarã. Revista eletrônica dos programas de mestrado e doutoramento do CES/FEUC/FLUC. n°4, p. 08.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

pesquisadores regionais o julgamento de qual tendência pode ou não estar correta, nem tampouco levantarmos incógnitas sobre a possível tendência política e étnica para a escrita dessas obras já produzidas.

A formação do Sudoeste paranaense sobre a ótica étnico-racial.

Como já levantado ao início do texto, a formação populacional do Sudoeste do Paraná teve influencia direta da igreja católica e do Estado Federal. Uma das comprovações que podemos destacar está pautada na preocupação existente com relação ao aspecto étnico racial dos migrantes que iriam ocupar a região. Nas palavras do professor Nadalin é nítido perceber que

A proposta traduzia-se numa receita para o **progresso**, via introdução do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, capaz de ajudar a **apurar e “tonificar”**- leia-se branquear - **tanto a “raça” brasileira como o trabalho...** Realmente, o Paraná trabalhou no paradigma do **darwinismo social**, buscando a integração na civilidade e no progresso ocidental pela via racial...²⁷

A intencionalidade demonstrada pela igreja católica em conduzir o processo de imigração por um viés racial é apresentada pelo historiador Isaia, **ao apontar que**, “Na primeira metade do século XX a igreja católica ainda mantinha viva a leitura da história brasileira, cuja meta narrativa marcava a **ascendência do catolicismo e de um construído português “branco e civilizado”**.²⁸ Pegando um rápido gancho com a discussão sobre a afirmação da igreja católica como interessada direta no Sudoeste paranaense após a colonização **oficial**, esta quando Bourdieu define que, “A aparição e o desenvolvimento das grandes religiões universais estão associados á aparição e ao desenvolvimento **das cidades**.”²⁹. Assim sendo, após a consolidação dos primeiros núcleos

²⁷ NADALIN, p. 74-75.

²⁸ ISAIA, Artur César. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano I, n. 3, Jan. 2009, p. 96.

²⁹ BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 34-39



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

urbanos na região a presença e intervenção da igreja são notórias, mas não cabe discutir nesse texto com maior profundidade.

A autora Stepan aponta a existência da eugenia no Brasil durante as, **“décadas de 1920 e 1930, o discurso sobre gênero e raça ficou cada vez mais ligado ao discurso sobre nação.** Frequentemente a eugenia tem sido vinculada ao nacionalismo.³⁰ Esse período apontado pela autora está relacionado ao início do modelo político do Estado Novo, onde as discussões acaloravam-se em torno da construção de uma identidade para o Brasil, um sentimento de **nacionalismo. A autora ainda apresenta que, “a grande imigração branca para a região sul, menos negra, do Brasil, na última década do século XIX e nas duas primeiras do século XX, desempenhou importante papel, sugerindo as elites que a negritude seria transformada em branquidade.”**³¹

Ainda com relação à política do Estado Novo pregado por Vargas, a posição da autora é entendida de forma clara e muito específica a se referir a esse período histórico, vejamos

O exemplo mais interessante de como a eugenia se entrelaçou com o Estado Novo na década de 1930 diz respeito às formulações de raça e nacionalidade... O regime Vargas foi marcado pelo desejo de criar uma **“consciência homogênea de nacionalidade como base da vida política e social”.** Novos aparatos estatais foram desenvolvidos para criar tal consciência, mobilizar o patriotismo, gerar um sentido de unidade nacional e aplinar as **“disparidades étnicas”.**³²

Ao encerrar este artigo a intencionalidade final foi a de demonstrar três situações históricas que modelaram a história do Sudoeste paranaense. Em primeiro momento a justificativa usada pelo Estado federal para efetivar a ocupação regional. Um segundo aspecto do texto diz respeito às duas correntes da historiografia existentes na região, que são produtoras de construções históricas antagônicas, as passo em que pesquisam a história regional com ferramentas diferenciadas, com olhares heterogêneos para a história. Sendo a última parte do texto referenciada para a vinculação de uma política étnica

³⁰ STEPAN, p. 117.

³¹ STEPAN, p. 166.

³² STEPAN, p. 174.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

racial apoiada pelo Estado e de forma dissimulada pelos interesses da igreja católica.

Referencias bibliográficas

- BOCHENEK, Antônio C. *As viagens insólitas até às populações tradicionais: Análise do projeto “Expedição da cidadania” nas comunidades indígenas Tekoha Ocoy, Tekoha Anetete, Tekoha Itamarã*. Revista eletrônica dos programas de mestrado e doutoramento do CES/FEUC/FLUC. n°4, p. 01-14. . 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2003. P. 27-78
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O sudoeste paranaense antes da colonização*. Revista Brasileira de Geografia. Ano 32, n° 1, jan.-mar. 1970.
- HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/ Argentina. A questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- HEINSFELD, Adelar; ZATTA, Ronaldo. Geopolítica e segurança nacional no Sudoeste de Paraná: O pensamento e a presença militar 1920-1960. In: GELLER, Odair, E; VANNINI, Ismael, A. (Orgs). *História: Tempos e espaços de criação*. 1. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009. p. 11-36.
- ISAIA, Arthur César. *O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas*. Revista Brasileira de História das Religiões. Ano I, n. 3, Jan. 2009,
- LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.
- KUMMER, Rodrigo. Construção histórica da região Oeste de Santa Catarina: A supremacia do projeto colonizador. In: SCHNEIDER, Cláides. R; SILVA, Cleverton. L. *História: Traços de cultura e memória*. 1. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2010. p. 97- 112.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria de fronteiras*: Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do território, população e migrações*. 1. Ed. Curitiba: SEED, 2001.
- PASSOS, A. A. dos. *"História de sangue e dor"*. Crimes passionais no sudoeste do Paraná (1909-1939). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009
- POLI, Jaci. *Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962-1973)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

- PROTASIO, Paulo Langer. **Conhecimento e encobrimento:** O discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense. *Diálogos*, Maringá, v.11, n. 3, p. 71-93, out. 2007.
- STOCKMANN, Jaime. **Colonização e integração Kaingang na sociedade paranaense.** *Anacleto*. Guarapuava, v.2, n. 1, p. 123-138, jan/jun. 2001.
- STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Trad. Paulo. M. Garchet. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- VANNINI, Ismael. A. A ocupação da (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul e as correntes migratórias para o Oeste catarinense e o Sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos, A. SCHNEIDER, Claídes, R. (Orgs). **Revisitando a história: A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná.** 1. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. p. 11- 34.
- VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 1.** Origens de Pato Branco. 2. ed. Pato Branco: Imprepel- Gráfica e editora Ltda, 2005.
- WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização.** 2º ed. Editora Vicentina: Curitiba, 1987.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS: A MODERNIZAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA BRASILEIRA (1930-1945)

Dilceu Roberto Pivatto Junior¹

O aparelhamento da Marinha de Guerra Brasileira: dificuldades materiais (primeira metade do XX)

Desde o início do século XX, marcado pelo avanço tecnológico militar, pode-se observar que o Brasil sofreu uma aguda instabilidade no que se refere a sua autonomia bélico-naval. A rapidez das mudanças tecnológicas trouxe a Marinha de Guerra brasileira, dificuldades quanto a sua modernização, dado os altos custos sobre o seu reaparelhamento. Desta forma o Brasil, como outras nações a exemplo do Chile e Argentina, mostrou-se incapaz de desenvolver uma indústria compatível com a construção de navios, armas e munições necessárias para a sua própria defesa².

Na proporção em que os meios militares se tornaram complexos, ligados ao desenvolvimento industrial, o reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras foi se tornando um problema grave. A partir de então, no campo político externo, o Brasil se mostraria dependente da importação das novas tecnologias bélicas desenvolvidas em países como a Inglaterra e Estados Unidos³. Destacamos que, o Brasil perante a necessidade de modernização das suas Forças Armadas, teve de inclinar-se aos novos meios de guerra naval, e seus modelos de doutrina militar.

¹ Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: dilceu.pivatto@hotmail.com

² MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910*. Tecnologia, Forças Armadas e Política. Rio de Janeiro: FVG, 2010. p. 13s. Nesta obra, Martins Filho destaca as dificuldades que o Brasil teve, no início do século XX, com a sua modernização naval, uma vez que a importação de novas tecnologias tornava-o um país dependente nas questões militares.

³ Quanto as questões de dependência tecnológica militar, ver Nelson Werneck Sodré em seu livro *A história militar do Brasil*, onde segundo os seus estudos de caráter marxista, afirma que a dependência militar brasileira tem suas origens na inexistência de uma indústria-bélica nacional, marcada pela imposição e pressão de outras potências militares.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Para tanto, a Marinha de Guerra brasileira teve de encontrar meios, capazes de atender suas necessidades referentes a introdução de um novo modelo militar-naval. A moderna guerra marítima exigiu dos países capitalistas periféricos, a exemplo do Brasil, a aproximação com nações mais desenvolvidas no campo industrial-bélico, sob o objetivo de superar suas carências nas questões de soberania territorial e defesa externa. Através dessa lógica de defesa e soberania nacional, o Brasil durante a República Velha, preocupado em manter bem preparada sua Marinha de Guerra, contratou algumas missões navais francesas (1920) e norte-americanas (1922) que, no entanto, não indicam potencialmente a introdução de um modelo militar-naval estrangeiro no Brasil⁴.

Durante a República Velha, apesar de o Brasil ter um programa naval de caráter modernizador, a Marinha de Guerra do Brasil não tinha meios suficientes para garantir sua autonomia bélico-naval. Pois sua modernização se resumia à compra de novas unidades de combate e equipamentos, onde as missões navais ocorriam da seguinte forma: técnicos de outros países vinham ao Brasil trazer instruções aos oficiais brasileiros, de como operar nas novas aquisições vindas do exterior⁵. Não se tinha um programa modernizador, capaz de desenvolver a necessária autonomia industrial-bélica do Brasil.

O programa modernizador de auto-suficiência das Forças Armadas brasileiras teve seu início com Getúlio Vargas a partir da Revolução de 1930. O apoio dos militares à Getúlio Vargas e sua permanência no poder presidencial durante o seu primeiro governo (1930-1945), obrigou o próprio Getúlio Vargas a se preocupar com as necessidades das Forças Armadas e sua modernização⁶. Todavia, por ser um país praticamente não industrializado, o Brasil teve de desenvolver uma política externa de cooperação e alinhamento com as potências capazes de atender as necessidades militares do Brasil.

⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: UNB, 2008. p. 201.

⁵ Revista Foreign Relations of United States. United States Department of State. *Papers relating to the foreign relations of United States, 1922*. Volume 1. p. 651-662.

⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 21-55.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Os Estados Unidos a partir do final do século XIX e início do século XX, começou a desenvolver uma política de aproximação com o Brasil. Os objetivos dos Estados Unidos sobre o Brasil eram muito claros: manter determinada hegemonia sobre o continente sul-americano em seus aspectos econômicos e militares, e desenvolver certa manutenção do equilíbrio entre as principais nações da América do Sul⁷. Se por um lado os Estados Unidos queriam manter sua hegemonia sobre o continente sul-americano, por outro, o Brasil via nos Estados Unidos a oportunidade de desenvolver seu projeto modernizador militar⁸.

A partir destas colocações à respeito das necessidades militares brasileiras, paralelas a presença de Getúlio Vargas na presidência, teremos uma aproximação do Brasil com os Estados Unidos⁹. Através do processo de alinhamento político-econômico Brasil-Estados Unidos, teremos também negociações no campo militar, onde podemos destacar a introdução de um novo modelo militar naval – norte-americano – no seio da Marinha de Guerra brasileira.

Frente as históricas limitações da Marinha de Guerra brasileira no que se refere a aquisição, construção de modernas unidades navais e aperfeiçoamento de seu oficialato, a Marinha de Guerra dos Estados Unidos se mostrará capaz de suprir das necessidades do Brasil¹⁰. Getúlio Vargas e o oficialato brasileiro, frente a conjuntura política interna, não viam outra solução para manter-se no poder nacional, senão através das armas; lembramos que o período de 1930 a 1945 é marcado por muitas ações de oposição ao governo de Getúlio Vargas:

⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: UNB, 2008. p. 199-231.

⁸ MCCANN JR, Frank D. *Soldados da Pátria*. História do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 526-549. O historiador norte-americano, destaca de forma muito clara, os objetivos dos Generais Eurico Gaspar Dutra e Góies Monteiro, quanto aos seus interesses de modernização das Forças Armadas.

⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 309-426.

¹⁰ Tais previsões de modernização da Marinha de Guerra do Brasil partiam do oficialato brasileiro e suas projeções.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Revolução de 1932, Intentona Comunista 1935, ações Integralistas golpistas 1938.¹¹

Quanto a conjuntura política internacional, o Brasil passou por um período marcado pela aceleração da produção bélica liderada pelos países de regime autoritário, entre eles especialmente: Alemanha, Itália e Japão¹². A corrida armamentista europeia criou preocupações aos países do continente sul-americano, fazendo com que estes também se preocupassem com a ampliação e modernização de suas Forças Armadas. Assim, o governo de Getúlio Vargas reforçava suas convicções de que era o momento de modernizar as Forças Armadas do Brasil, no entanto, era necessário a criação ou adoção de um modelo militar.

O processo de americanização da Marinha de Guerra do Brasil, é marcado então, pela necessidade de o Brasil modernizar sua Marinha de Guerra, uma vez que os acontecimentos políticos interno e externo, faziam desta necessidade uma obrigação. O processo de americanização da Marinha de Guerra brasileira se estendeu de 1930 até 1945, dada as conjunturas políticas internas e externas já mencionadas. Convém observar que, a introdução deste novo modelo norte-americano se desenvolveu de forma complexa, onde teremos a reformulação doutrinária do oficialato naval brasileiro, como também, o reaparelhamento das forças navais de guerra do Brasil com a aquisição e construção de novas unidades de combate com tecnologia disponibilizada pelos Estados Unidos¹³.

Destacamos que, as negociações navais e cooperação entre Brasil-Estados Unidos nessas perspectivas, se deram em dois grandes momentos: o primeiro se estende dos anos 1930 até a declaração do *Estado de beligerância* do Brasil ao Eixo (1942); e o segundo momento, desenvolveu-se a partir de 1942 sob os auxílios mútuos entre Brasil e Estados Unidos na guerra, envolvidos na defesa

¹¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 355-366.

¹² TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das guerras*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 356-389.

¹³ ALVES, Vágner Camilo. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante a após a Segunda Guerra mundial. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. 48 (1), 2005. p. 151-177.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

do Atlântico Sul contra a presença da Marinha de Guerra alemã e italiana¹⁴. Desta forma, pretende-se analisar os resultados destes alinhamentos no decorrer dos acontecimentos, trazendo em conta o reaparelhamento bélico da Marinha de Guerra brasileira e a incorporação da doutrina naval norte-americana.

O processo de americanização da Marinha de Guerra brasileira foi significativo para os Estados Unidos e seus interesses militares. Sob a perspectiva de modernização de sua Marinha de Guerra, o Brasil conduziu as negociações segundo o projeto dos Estados Unidos de padronizar e unir as Forças Armadas do continente americano¹⁵. Tal projeto dos Estados Unidos apresentou ao Brasil, uma possibilidade de modernizar sua Marinha de Guerra que até então apresentava várias deficiências. Aproveitando das limitações militares dos países americanos, os Estados Unidos desenvolveram sobre o continente uma política de hegemonia militar, consolidando assim o seu poder sobre a América.

Preocupações político-militares em torno da soberania nacional: a americanização da Marinha de Guerra do Brasil (1930-1945)

Nicolau Maquiavel (1469-1527), atribuindo as questões político-militares ao príncipe em *O Príncipe*, afirma que, todo o estadista para se manter no poder, deve consolidar seu poder através de boas leis e boas armas¹⁶. Maquiavel, ainda em seu livro, destaca que um Estado bem armado é um Estado vitorioso, onde as preocupações do estadista devem acima de tudo, ser direcionadas as questões de guerra e organização da disciplina militar. Acentuando que, as

¹⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: UNB, 2008. p. 233-267.

¹⁵ Carta do Presidente Roosevelt para o Presidente Vargas (6 de julho de 1936). In: United States Department of State *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1936. The American Republics*: Volume V (1936).

¹⁶ MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. *O Príncipe*. Porto alegre: L&PM, 2007. p. 57.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

atenções do estadista quanto as questões militares, devem sempre receber de sua atenção, seja nos momentos de guerra seja nos momentos de paz¹⁷.

Segundo as colocações de Maquiavel, pode-se compreender de forma mais clara, porque Getúlio Vargas durante o seu primeiro governo, não desviou sua atenção no que se refere as questões militares. Suas preocupações com sua permanência no poder presidencial, fizeram com que ele lançasse uma política de modernização das Forças Armadas, ligada aos interesses do próprio oficialato brasileiro – referentes a defesa e soberania do país através das Armas¹⁸. No caso da Marinha de Guerra do Brasil, pode-se observar que havia uma grande necessidade da ampliação de sua frota, como também, introdução de uma nova doutrina voltada às necessidades da moderna guerra naval do século XX.

A política externa de Getúlio Vargas, voltada para as questões militares de aproximação e alinhamento com outras potências bélicas, foi fortemente apoiada pelo oficialato brasileiro¹⁹. Quanto a interação da política interna e externa de um país, Jean-Baptiste Duroselle afirma, “**não há nenhum ato de política interna que não tenha um aspecto de política externa²⁰**”. Como nas palavras Jean-Baptiste Duroselle, observar-se que durante o período referido, a política externa brasileira encontrava-se em consonância com a política interna do país.

A historiadora britânica Zara Steiner entende que, as políticas interna e externa formam um simples *continuum*, onde a separação destas duas esferas,

¹⁷ Ibidem. p. 27-72.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, p. 55-82.

¹⁹ Os militares apoiavam a ideia de o Brasil conseguir tecnologia militar através do alinhamento com outros países, no entanto, existiam divergências entre os oficiais brasileiros quanto a escolha do modelo militar a ser adotado. Antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra mundial, muitos eram os oficiais anti-Estados Unidos que se posicionavam a favor dos regimes autoritários, a exemplo da Alemanha nazista. Ver: MACCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p.105-208.

²⁰ Apud MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: Rémond, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 370.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

pode resultar em desastrosos para os países politicamente envolvidos²¹. É possível sustentar a ideia de que o *continuum* entre política externa e política interna, revele os meios do processo de americanização da Marinha de Guerra brasileira, dado o resultado de um alinhamento militar entre os dois países.

Todavia, convém observar que, no campo das relações internacionais, as negociações políticas bilaterais ou então multilaterais, são marcadas pela sobreposição de interesses de uma nação sobre outra²². A dominação e a dependência, a cooperação e a exploração fazem parte do mundo real das relações internacionais, uma vez que a política internacional tende a favorecer de forma mais acentuada os países de maior autonomia econômica e militar²³. Neste sentido, esta pesquisa não se limitará a uma análise militar pró-Estados Unidos, dada a necessidade de analisar e articular de forma concreta as dinâmicas nacionais internacionais, marcadas pela dependência do Brasil frente aos Estados Unidos e suas disponibilidades de natureza militar.

Assim, entendemos que o processo de aproximação das Forças Armadas brasileiras com as Forças Armadas norte-americanas, e a Marinha de Guerra em particular, inseriu o Brasil naquilo que Gerson Moura denominou como **“sistema de poder dos Estados Unidos na América Latina”**, sendo o Brasil um país estrategicamente importante para o êxito dos interesses existentes por parte dos Estados Unidos²⁴. Este marco estabeleceu as possibilidades brasileiras de maior ou menor autonomia na arena internacional, sendo o poder de barganha de caráter comercial e geopolítico, um dos meios de o Brasil conseguir desenvolver determinado equilíbrio nas suas relações com os Estados Unidos.

²¹ Apud Ibidem. p. 368.

²² Nesse aspecto valer destacar que, tanto os teóricos marxistas quanto os teóricos realistas das relações internacionais, concordam que a política internacional caracteriza-se por relações de dominação e dependência. VER: CERVO, Amado Luiz (Org.). **O desafio internacional**: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: UNB, 1994. p. 15.

²³ CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil. In: _____ (Org.). **O desafio internacional**: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: UNB, 1994. p. 15.

²⁴ Devido suas proporções geográficas e representação política regional, o Brasil se tornava uma peça-chave para os Estados Unidos e seus interesses sobre a América do Sul. Ver: MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 42.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

As relações Brasil-Estados Unidos (1930-1945): revisões historiográficas

O período do primeiro governo de Getúlio Vargas atraiu um número considerável de historiadores e cientistas políticos, dada a mudança qualitativa da política externa do Brasil naquele período²⁵. Quanto as relações políticas entre Brasil e Estados Unidos, pode-se destacar um número consistente de investigações, marcadas pelo alinhamento político e econômico destas duas nações. A partir do início do século XX, os dois países, vinham desenvolvendo uma política de aproximação, tanto nas áreas de atuação político-econômicas, quanto nas áreas de cooperação militar²⁶.

As abordagens historiográficas sobre as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, ou são feitas a partir de uma perspectiva ampla das relações, ou então, se direcionam a questões mais específicas de caráter político, econômico, cultural, e militar. O historiador marxista Moniz Bandeira destaca que, as relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos, foram marcadas pelos interesses político-econômicos dos Estados Unidos em manter seu controle sobre o continente sul-americano, da qual o Brasil era um importante país exportador de matérias-primas para o setor industrial norte-americano²⁷.

O processo de aproximação Brasil-Estados Unidos, segundo Antonio Pedro Tota, resultou naquilo que ele chamou de americanização do Brasil. A americanização do Brasil por vias pacíficas, através da integração cultural entre os dois países, segundo o autor, foi o caminho mais seguro para garantir a parceria do Brasil nas negociações políticas, econômicas e militares com os

²⁵ CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil. In: _____ (Org.) *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias atuais*. Brasília: UNB, 1994. p. 24.

²⁶ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: UNB, 2008. p. 151-267.

²⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 309-426.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Estados Unidos²⁸. Todavia, o significado desta parceria atenderia substancialmente os interesses norte-americanos sobre o Brasil, uma vez que, o americanismo significou a preponderância militar e econômica dos Estados Unidos diante do atraso brasileiro²⁹.

Clodoaldo Bueno, em uma perspectiva mais ampla das relações Brasil-Estados Unidos, abordou vários aspectos da diplomacia brasileira e suas negociações político-econômicas com os Estados Unidos, voltadas para as necessidades do Brasil e seu projeto desenvolvimentista dos anos de 1930 à 1945³⁰. Quanto as relações militares entre Brasil e Estados Unidos, Clodoaldo Bueno, destaca as movimentações conjuntas das Forças Armadas de ambos os países, nos assuntos referentes a organização militar e defesa do continente americano durante a Segunda Guerra mundial³¹.

Por sua vez, Hélio Silva, analisou com mais atenção as relações militares entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra mundial. Em seu livro **1944: o Brasil na guerra**, Silva consegue articular de forma sistemática, os alinhamentos políticos entre os dois países, e suas negociações referentes a cada Força Armada em suas específicas manobras durante a Segunda Guerra mundial. No caso da defesa e controle do Oceano Atlântico Sul, o historiador destaca as ações conjuntas da Marinha de Guerra brasileira com a Marinha de Guerra norte-americana, nas operações de guerra anti-submarino³².

Dentre os historiadores brasileiros que investigaram as relações econômicas e militares entre Brasil e Estados Unidos, pode-se indicar Gerson Moura. Gerson Moura compreende que, a dimensão militar das relações entre Brasil e Estados Unidos no período entre 1935 a 1942, junto com a questão comercial, foi parte de um processo de barganha no qual o Brasil desempenhou

²⁸ TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor**. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 18s.

²⁹ Ibidem. p. 21.

³⁰ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3º ed. Brasília: UNB, 2008. p. 233-247.

³¹ Ibidem. p. 248-267.

³² SILVA, Hélio. **1944: o Brasil na guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. p. 105-166.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

um certo grau de autonomia, ainda que dependente, frente aos Estados Unidos e seus interesses hegemônicos sobre o continente americano³³.

Vágner Camilo Alves, em referência a cooperação militar-naval entre os dois países, afirma que tais negociações foram em certa medida positivas para a Marinha de Guerra do Brasil³⁴. Através de um panorama sobre as condições da Marinha de Guerra brasileira, Camilo Alves observa que, o poder naval brasileiro aumentou após a disponibilidade tecnológica norte-americana. A partir de 1935 o Brasil iniciou a construção de modernos contratorpedeiros classe **Marcílio Dias**, cujos planos de construção foram cedidos ao Brasil pela Marinha de Guerra dos Estados Unidos³⁵.

Por seu turno, a historiografia norte-americana tem animado os debates a respeito da influência militar dos Estados Unidos sobre o Brasil. Frank MacCann sustenta que, a partir dos anos de 1938, os Estados Unidos buscou desenvolver uma política funcional de suprimento de armas, com o objetivo de fortalecer a unidade continental³⁶ segundo a política de Boa Vizinhança adotada por Roosevelt³⁷. Já durante a Segunda Guerra, a aproximação político-militar por parte dos Estados Unidos com o Brasil, tinha por objetivo a ocupação das bases aeronavais brasileiras localizadas no nordeste do Brasil³⁸. A instalação das bases aeronavais em Natal e Belém facilitou o sistema de transportes aéreos e navais para a África, e de lá, para o teatro-de-operações China-Burma-Índia³⁹.

³³ Neste aspecto, Moura observa que a autonomia brasileira se tornava dependente devido a sua própria política de alinhamento e cooperação com os interesses dos Estados Unidos. Ver: MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

³⁴ ALVES, Vágner Camilo. **Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra mundial**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. 48 (1), 2005. p. 151-177.

³⁵ Ibidem. p.157.

³⁶ MACCANN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p. 91.

³⁷ Tota afirma que, a Política de Boa Vizinhança de Roosevelt, era um instrumento de amplo espectro, para a execução do plano de americanização do Brasil. Ver: TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 18s.

³⁸ MACCANN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p. 91.

³⁹ Ibidem. p. 194.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Após a Segunda Guerra Mundial, segundo Sonny Davis, as estreitas relações militares entre Brasil e Estados Unidos começaram a se deteriorar. O autor pontua que, quando havia convergências de metas, as relações refletiam a mesma cooperação amistosa existente na Segunda Guerra mundial, quando emergiam as divergências, o Brasil não seguia a liderança norte-americana. Isso teria levado o Brasil a desenvolver confiança e habilidade para acabar com a prática tradicional de agir como subordinado de um poderoso protetor, que teria culminado com o fim do acordo militar entre os dois países em 1977⁴⁰.

Assim, pode-se destacar que tanto a historiografia brasileira quanto a norte-americana, através de suas investigações, deram grande importância para as relações Brasil-Estados Unidos durante os anos de 1930 a 1945. Apesar da existência de algumas pesquisas relacionadas a cooperação militar, a maioria dos trabalhos desenvolvidos enfatizam as relações político-econômicas entre os dois países. São inexistentes os trabalhos que, abordam questões voltadas a adoção seletiva do modelo militar norte-americano por parte das Forças Armadas do Brasil.

Bibliografia

- ALVES, Vágner Camilo. *Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante a após a Segunda Guerra mundial*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. 48 (1), 2005. p. 151-177.
- BAER, George W. *One hundred year of sea power: the U.S. Navy, 1890-1990*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil e Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁰ DAVIS, Sonny. Brazil-United States relations in early post-World War II era. *Revista Diálogos*. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. N. 6, 2004.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- BELOT, R. de. *A guerra aeronaval no Atlântico (1939-1945)*. Rio de Janeiro: Record, 1949.
- BLACKMAN JR, John L. Navy policy toward the labor relations of its war contractors. In: *Society for military history*, vol. 19, no. 1 (spring, 1955), p. 21-31.
- CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: **D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.)** *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 13-34.
- CARR, E. A ciência da política internacional. In: _____. *Vinte anos de crise*. Brasília: UNB, 2001, p. 17-43.
- CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: **D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.)** *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, p. 55-82.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: UNB, 1994.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2008.
- DAVIS, Sonny. Brazil-United States relations in early post-World War II era. *Revista Diálogos*. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. N. 6, 2004.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano v.2*. O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GOMES FILHO, Elísio. *U-507*: um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas do Brasil. In: *Navigator*. Subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, V. 2-N. 3 – junho de 2006.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MCCANN JR, Frank D. *Soldados da Pátria*. História do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MACCANN JR, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. *O Príncipe*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das guerras*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910*. Tecnologia, Forças Armadas e Política. Rio de Janeiro: FVG, 2010.
- MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- MITCHELL, Paul T. Ideas, interests, and strategy: bureaucratic politics and the United States Navy. In: *Armed Forces e Society*, vol. 25, no. 2, winter 1999, p. 243-265.
- MORGENTHAU, Hans. Uma teoria realista da política internacional. In: _____. *A política entre nações*. Brasília: UNB, 2003, p. 3-28.
- MOURA, Gerson. *Autonomia da dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*. Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- PADRÓS, Enrique Serra. O complexo militar-industrial dos Estados Unidos: fator de reordenamento do pós-Segunda Guerra. *Revista História debates e tendências*. Dossiê: Guerra Fria e relações internacionais. V. 6 – N. 2 – jul./dez. 2006, p. 56-80.
- PINSKY, Jaime. O Brasil nas relações internacionais (1930-1945). In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em perspectiva*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 337-349.
- PIVATTO JR, Dilceu Roberto. Brasil-Estados Unidos: cooperação e alinhamentos de guerra marítima (1939-1945). In: *III Seminário de História Regional*, 2009, Passo Fundo. Anais do seminário, 2009.
- PIVATTO JR, Dilceu Roberto. Brasil-Estados Unidos: operações de guerra marítima no Atlântico Sul (1939-1945). In: *Simpósio Internacional Estados Americanos: o bicentenário das independências (1810-2010)*, 2010, Passo Fundo. Anais do simpósio, 2010.
- Revista Foreign Relations of United States. United States Department of State. *Papers relating ti the foreign relations of United States, 1922*. Volume 1. p.651-662.
- SILVA, Hélio. *1944: o Brasil na guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- SILVA, Hélio. *O poder militar*. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*. Porto Alegre, 2004.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- STILLSON, Albert C. Military policy without political guidance: Theodore Roosevelt's Navy. In: *Society for military history*. vol. 25, no. 1 (spring, 1961), p. 18-31.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. *Estudos Ibero-Americanos*. V. 34, n. 1, jan.-jun. 2008.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Cooperação militar Brasil-Estados Unidos*: notas para uma reflexão teórica. VII Congresso Internacional de Estudos Ibero-americanos. Anais do evento. PUC-RS, Porto Alegre, 2008.
- TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WALKER, R. B. J. International relations as political theory. In: _____. *Inside/outside*. Cambridge: CUP, 2001, p. 1-25.
- WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. Vol. 1. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Segunda Guerra mundial*. História e relações internacionais/1931-45. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1989.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

MARXISMO E ENSINO DE HISTÓRIA: PRÁXIS DO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO-SOCIAL

Dilceu Roberto Pivatto Junior¹

*Mas é verdade, velho Marx
que a História não basta.
Ocasões importantes,
o homem as faz.
É um homem vivo e real que faz, que domina, que
luta.
A História sozinha não faz nada, caros amigos
não faz absolutamente nada. (Herberto Padilha
1971).*

INTRODUÇÃO

Muitas são as discussões em torno do ensino de História e suas novas perspectivas. A necessidade de se criar novos métodos de se ensinar História, é reflexo das necessidades que os professores do ensino básico têm de desenvolver aulas que mobilizem os alunos, uma vez que o não interesse de estudar e prestar a atenção nas aulas é cada vez maior por parte dos estudantes. Dada a necessidade de se criar então, um novo sentido para o conhecimento histórico, busca-se nas ideias de Marx, Engels e teóricos marxistas, respostas para a compreensão das relações e mudanças sociais, pensadas a partir da História. Assim, a discussão desta análise teórica e prática sobre o ensino de História, a partir de uma matriz marxista, se dará em três momentos: (1) discussão sobre a teoria marxista atual, seus problemas e perspectivas; (2) envolvimento do ensino de História com o pensamento marxista e formação de uma nova consciência crítica-social; (3) o desenvolvimento do conhecimento crítico em sala de aula, tendo como exemplo o estágio docente curricular com alunos do ensino médio da Escola Protásio Alves². Os objetivos desta discussão, envolvendo marxismo e ensino de História, visam a formação de novas

¹ Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: dilceu.pivatto@hotmail.com

² Neste caso, refiro-me ao meu estágio curricular obrigatório, do qual fiz com a turma 301 do Ensino Médio, na Escola Protásio Alves.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

perspectivas sobre o conhecimento histórico no meio social. Atualmente, o conhecimento produzido dentro das universidades, cumpre parcialmente com o seu papel informativo-social, devido a desarticulação entre o discurso acadêmico erudito e a cultura popular tradicional. Pensa-se que os problemas sociais, devem ser resolvidos pelas instituições políticas, no entanto, a mudança e o melhoramento das condições sociais só se materializam com a participação ampla das classes menos privilegiadas. Para tanto, é necessária, a formação de uma consciência-social dentro das escolas, através do ensino e compreensão das relações político-econômicas social-culturais atuais, para assim se iniciar a ampla transformação através dos movimentos sociais e ação política.

2. MARX(ISMOS): NOTAS PARA UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Novas interpretações estão sendo feitas a respeito dos escritos de Marx e Engels em resposta aos marxistas ortodoxos materialistas. A desatualização e incoerência dos primeiros escritos sobre estes dois autores, criaram determinada ortodoxia e dogmatismo, fazendo do pensamento teórico marxista, algo acabado e auto-suficiente com respostas inequívocas para todo tempo e lugar (GONZÁLES, 2007, p.17). As novas leituras marxistas buscam uma renovação periódica da teoria marxiana, na busca de respostas e soluções para o século XXI.

A ampliação dos temas estudados deu espaço para novas discussões historiográficas. Pois a dicotomia (rural x urbano e feudal x capitalismo) enquanto cerne dos debates e linha de pensamento foi perdendo sentido, não conseguindo responder a complexidade das relações sociais. Sendo assim, os temas delimitados e orientados sob uma visão econômica como do tipo *agrário, semifeudal, semicolonial* (DIEHL, 1999, p.30s), perderam espaço para os temas como: *estudos de gênero, relações de poder intra-classe, cultura material, simbolismo, misérias cotidianas* contrários ao reducionismo econômico (GONZÁLES, 2007, p.15).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Não visando uma análise aprofundada sobre as novas temáticas da historiografia marxista, é importante destacar neste momento, as novas perspectivas sobre a teoria marxista. A necessidade de renovação do pensamento de Marx torna-se constante, ao passo que o materialismo ingênuo é desarmado por sua característica dogmática incontestável (GONZÁLEZ, 2007, p.24). A parcialidade da razão, através das novas perspectivas, também começa a ser discutida, dado o conhecimento crítico de uma determinada realidade não abrangente, mas sim singular (GRUNER, 2007, p.118).

A partir destas perspectivas, de contestação ao modelo ortodoxo marxista, o campo das ideias políticas e movimentos sociais, também sofrem transformações positivas. Ao passo que o marxismo dogmático visava uma revolução prematura através das armas, pensa-se de forma mais coerente que, uma revolução deve ter seu início após uma formação consciente-autônoma dos indivíduos. Em outras palavras, deve-se deixar claro que, os indivíduos devem antes de qualquer ação, expandir os seus conhecimentos, a ponto de estarem preparados para uma mudança gradual nas relações políticas e sociais (GRUNER, 2007, p.104-107).

Nesse sentido, os partidos políticos ganham importância, sendo possível o uso destes como instrumento das classes menos privilegiadas, para chegarem ao poder de decisão. Organizadas as classes menos privilegiadas, em partidos políticos de expressão, poderão elas atingir seus interesses guiados pela conscientização de classe e suas necessidades. No entanto, o sistema de divisão de trabalho e a parcial desarticulação organizacional das classes trabalhadoras, trazem dificuldades àqueles que de alguma forma são explorados pelo capitalismo condicionante (GONZÁLEZ, 2007, p.29-31).

Entre os espaços de formação de uma consciência social-ativa, pode-se destacar a escola, sendo ela um espaço fundamental. A revolução não se dá dentro das escolas, no entanto, não há revolução sem escolas. Nesse sentido, o ensino de História torna-se um estudo de grande importância complementar na formação do sujeito social-ativo; a compreensão dos mecanismos de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

funcionamento da sociedade através do conhecimento histórico da um maior sentido ao surgimento destes mecanismos de dominação e sua lógica (HOUTART, 2007, p. 426).

3. MARXISMO, ENSINO DE HISTÓRIA, E FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO-SOCIAL

Atualmente as manifestações sociais, são os meios de ação dos sujeitos atuantes no campo das transformações sociais. Nesse sentido, a teoria marxista ortodoxa, perde seu sentido, uma vez que as manifestações organizadas tendem a estabilizar a ação política e o exercício de poder, sem a necessidade de se tomar efetivamente o poder governamental. Todavia, existe da necessidade de se construir novos sujeitos conscientes, capazes de agir de forma coerente com suas realidades sociais e limitações de ação (HOUTART, 2007, p. 425s).

Para tanto é necessária a formação de uma consciência coletiva e ética, para que desta forma, contribuam enquanto conjunto de atores sociais que, em atividades, se refiram a dignidade humana e ao bem de todos (HOUTART, 2007, p. 427). Assim, aos professores de História, cabe formar a consciência dos atores sociais. Partindo da realidade social, marcada pela exploração das classes empobrecidas, o professor fará da História um instrumento de defesa e legitimação da ação humana crítico-social. Somente através do conhecimento histórico pode-se construir sujeitos capazes de refletir sobre o presente.

Os trabalhadores devem ter o conhecimento de que eles são os agentes reais das transformações de sua realidade e do mundo. Cabe ao intelectual, neste caso ao professor de História, antecipar no plano das ideias a ação consciente e organizada (GRUNER, 2007, p. 113). Mas é somente com a ação conjunta das classes menos privilegiadas que, a ação conjunta política poderá se tornar autônoma sob bases sólidas. O sujeito crítico-social, passa então, a agir conforme sua instrução e conhecimento real das relações de poder disseminadas entre os dominadores e os dominados.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Muitas vezes, a ação política inconsciente tende a não atingir seus objetivos, devido o desconhecimento das amplas relações de poder por parte dos movimentos de contestação. O século XXI mostra claramente que, as ações dos movimentos de contestação não se estabelecem necessariamente no campo da luta armada. A realidade contemporânea, as formas de se lutar e chegar ao poder encontram atualmente, outros meios eficazes de ação. No entanto, o ***Manifesto do Partido Comunista***, não perdeu seu caráter documental teórico e pratico que, explica e fundamenta a práxis revolucionária, traçando fins, estratégias, táticas e críticas às falsas concepções sobre o socialismo e o comunismo (MAYORAL, 2007, p. 307).

Destaca-se ainda que, sob a perspectiva marxiana, o mundo não muda somente pela prática, pois toda a ação requer uma critica teórica que inclua fins e táticas (MAYORAL, 2007, p. 304). Partindo desta ideia, destaca-se que a formação de indivíduos instruídos ganha maior importância, ao passo que qualquer ação sem uma critica teórica consistente, poderá perder seu rumo ou então razão própria. Nesse aspecto, o professor de História não deve de, através de suas aulas, ensinar o conhecimento histórico somente pelo conhecimento e erudição, mas sim deve dar um sentido àquilo que ele pretende ensinar.

O professor de História, tendo o conhecimento das construções sociais durante os tempos, tem a capacidade de mostrar que as mudanças no tempo presente são possíveis de serem realizadas. É importante destacar que, durante as aulas de História, o professor consiga desenvolver a criticidade dos seus alunos, não somente sobre o que passou, mas sim sobre o que esta acontecendo no tempo presente. Os mecanismos de dominação devem ser analisados e compreendidos segundo os seus objetivos, entre estes pode-se destacar: a mídia; o mundo do trabalho e seus condicionamentos; as relações entre empregador e empregado; o poder de persuasão comercial característico da cultura do capital; o Estado enquanto defensor dos interesses de uma classe dominante.

Entendendo-se que o presente nada mais é que um ***continuum*** do passado, nota-se que o conhecimento histórico tem por si só um discurso, que é



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

a história dos dominadores e dos dominados. O que cada professor de História deve deixar bem claro em suas aulas, é que os alunos devem estar atentos a qualquer ação de exploração, e que dada a existência desta, é necessária uma rápida organização e reivindicação contrária. Outro aspecto importante a ser observado, é que através da formação de indivíduos mais participantes socialmente, se ter maior interesse deste com a própria História, sendo que somente através dela será possível compreender o início da desigualdade social.

Assim a História passa a ser uma disciplina fundamental para a compreensão do mundo e seu processo de transformação. Nas universidades, talvez, é mais nítida a formação de indivíduos críticos, no entanto, o que se poder ver nas escolas é a falta de envolvimento da História com o presente, e a crítica dos estudantes a partir do passado. Nas escolas, os professores devem propor aos seus alunos a capacidade de pensarem sua realidade de forma crítica, sem isso, é impossível se organizar para uma ação maior e conjunta. O interessante é que, sendo formadas novas consciências críticas sobre a realidade, aquilo que parecia impossível de ser imaginado sobre possíveis mudanças a partir das ações populares, passa a ser uma realidade.

Destaca-se que, mesmo sendo a escola um espaço indicado para a discussão sobre o presente e suas realidades, o processo de ação política popular, não se limita a escola. É necessária uma articulação, dos novos alunos pensantes com suas possibilidades de ação e contestação, sem que isso resulte em possíveis prisões ou então lutas armadas contra os órgãos do Estado. Atualmente os partidos políticos, expressam os interesses entre as classes e seus interesses. Assim, a ação partidária via democracia parece ser o melhor caminho a ser seguido por aqueles que definitivamente pretendem agir em nome de alguma causa popular (MAYORAL, 2007, p. 308).

O que pretende-se até aqui, é destacar que o pensamento político e a ação deste sobre a realidade, somente é capaz através de uma conscientização de classe iniciada nas escolas, e em particular com o ensino de História. A ação integrada entre o ensino de História, a formação de um sujeito crítico-social a



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

partir dela, e ação política partidária, são os meios legais de ação atualmente. Todavia, não existe uma necessidade de que todas as pessoas devem ser filiadas ou candidatas de um determinado partido de esquerda, mas que sim, saibam apoiar estes partidos nas eleições, seja para o cargo de presidente do país, seja para o cargo de vereador de uma determinada cidade interiorana.

Acredita-se que, quando o passado entra em contato maior com o presente e sua capacidade de transformação para melhores condições materiais de vida, os alunos começam a se identificar com o discurso libertador das classes oprimidas. Muitas vezes, as pessoas, ou então os alunos, não conseguem entender o real funcionamento do mundo em que vivem, quem dirá, entender o processo histórico de formação desse mundo. Em outras palavras pode-se afirmar que, as pessoas contemporâneas, não percebem ou então não questionam a maneira em que vivem e porque vivem naquelas condições, muitas vezes marcadas pela miséria aparentemente tão comum a elas.

A participação dos intelectuais, e dos professores, a partir desta apresentação em torno da formação de novos sujeitos crítico-sociais, passa a ser de fundamental importância. A instrução e não manipulação é um compromisso que os intelectuais-professores têm com os seus próprios alunos. Os professores não podem pensar somente em enquadrarem os seus alunos ao mercado de trabalho, como é muito comum de se observar, mas sim, devem fazer com que os seus alunos consigam agir de forma emancipada sobre os acontecimentos que os atingem e atingem seus próximos.

4. MARXISMO E CONHECIMENTO HISTÓRICO EM SALA DE AULA³

Tendo como exemplo o meu estágio docente curricular, com os alunos da turma 301 (ano 2010) do Ensino Médio da Escola Estadual Protásio Alves,

³ Neste caso, refiro-me ao meu estágio curricular obrigatório, do qual fiz com a turma 301 do Ensino Médio 2010, na Escola Protásio Alves (Passo Fundo/RS). Busco aqui, envolver a minha concepção de ensino de história segundo o novo marxismo, com a formação de indivíduos mais ativos e críticos, que pensem e transformem sua realidade.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

pretende-se neste momento, mostrar que é possível desenvolver aulas segundo essa nova concepção marxista da História. Mas antes, é importante destacar que, de forma alguma o professor de História deve se limitar as concepções marxistas dogmáticas que, reduzem o desenvolvimento da História e seus acontecimentos na *luta de classes*.

Além das perspectivas simplificadoras ortodoxas, temas de gênero como feminismo, ou então, questões de natureza cultural, podem ser abordados segundo as novas concepções marxistas. No meu estágio curricular tive de trabalhar o primeiro governo Vargas (1930-1945), a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a Guerra Fria (1946-1987). A partir destes períodos históricos pode-se indicar alguns temas-chave para compreender a própria estruturação do Brasil enquanto Estado-nação, e a configuração do sistema internacional em processo de reestruturação do capitalismo.

Sistematicamente será abordado em um primeiro momento, o período do primeiro governo de Getúlio Vargas e em um segundo momento, a transformação do cenário internacional a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. No período Vargas, não deixando de trabalhar questões fundamentais como a Revolução Constitucionalista de 1932, ou então a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, outros temas podem ser trabalhados segundo uma análise de caráter marxista.

Dentre os temas, que venham a formar um indivíduo crítico-social, destaca-se o processo de industrialização e urbanização do Brasil. Tal processo histórico teve como resultado a formação de uma nova classe trabalhadora, a operária. Observa-se que o processo de desenvolvimento do Brasil, também pode ser entendido, como um processo de capitalização e associação do Brasil aos interesses do comércio internacional. A questão operária, pode ser usada como tema de discussão à respeito da situação dos trabalhadores do século XXI. Assim, é possível fazer uma análise crítica sobre as conquistas dos trabalhadores e suas desvantagens, partindo da ideia de que muitas conquistas estão ainda por ser realizadas.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A manutenção do capitalismo nacional e suas reformas internas durante o primeiro governo Vargas, são somente exemplos dentre tantos durante a História do país. Todavia, existe a necessidade de não deixar dúvidas a respeito das diferenças temporais, entre a realidade dos anos de 1930 e 1940, com os anos de 2010. A própria existência do Estado e seus setores da burocracia, não indicam necessariamente um fim de sua organização, o que deve ficar claro é que, enquanto instrumento de poder, o Estado pode atender os interesses tanto das elites nacionais quanto das populações exploradas.

No entanto, de nada adianta o Estado brasileiro ter por objetivo combater a desigualdade social, se por outro lado, os interesses externos fazem do país fonte de riqueza dos setores multinacionais. O período da Guerra Fria é um ótimo período para se pensar o Brasil e seus laços de dependência internacional. No estágio buscou-se desenvolver o conhecimento crítico com os alunos sobre as disputas entre EUA e URSS, para então, se pensar a posição atual do Brasil enquanto país intermediário. Um país autônomo significa um país capaz de se defender dos interesses particulares externos, como também, capaz de atender as necessidades populares internas.

Assim, nas questões voltadas a política interna e externa do país, ou então, ao próprio sistema internacional, é notável a necessidade de se compreender o processo de estruturação das relações políticas de poder. As relações entre Estado e sociedade, e entre os próprios Estados nacionais, remetem os intelectuais a uma maior discussão a respeito das forças desiguais de poder. A partir das discussões e compreensão das relações de poder durante os períodos anteriormente citados, os alunos poderão refletir sobre sua realidade, seus pontos positivos e negativos.

É importante que o professor saiba desenvolver aulas capazes de incutir a discussão de ideias e opiniões entre os alunos. O questionamento da realidade a partir do passado, não se limita as relações capitalistas de poder. A partir de outros períodos históricos pré-capitalistas, o professor de História pode trazer discussões construtivas, por exemplo: a própria existência de instituições



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

políticas criadas pela humanidade, que têm sua origem na própria antiga Grécia; na própria relação do homem com a terra são notáveis os variados discursos da sua posse legitimada. Temas voltados à questões culturais também podem ser utilizados para uma maior compreensão do presente: a própria Igreja Católica pode ser questionada enquanto instituição de poder e influência sobre a cultura social.

No caso da turma 301 do Ensino Médio (formandos 2010) da Escola Protásio Alves, durante as discussões acerca da própria realidade dos alunos, notou-se a formação de um posicionamento destes estudantes perante a mesma. A abordagem de temas como a presença da mulher na política, a propriedade privada e suas grandes extensões, as condições materiais dos trabalhadores urbanos e rurais, a mídia enquanto ferramenta política, entre outros temas importantes, foi foco de discussão. É interessante observar que no decorrer das aulas, os alunos começaram a estender, cada vez mais, suas opiniões nos momentos de discussão, trazendo muitas vezes críticas construtivas.

As relações de poder e seus mecanismos de dominação, uma vez compreendidos, podem incutir a ideia de transformação do real. No meu estágio docente curricular, consegui relacionar a História com a realidade sob uma tentativa de mostrar aos alunos que, em tudo existe possibilidade de mudança. Seguindo da lógica de que, não necessariamente deve-se chegar ao poder para agir sobre ele, acredita-se que todo intelectual comprometido com as classes menos privilegiadas, deve atuar com força onde estiverem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por um novo sentido para o conhecimento histórico, pode assim ser entendido como um instrumento de libertação. Para tanto, o rompimento com o ensino tradicional de História, necessita não somente de novos mecanismos didáticos, como também, de novos fins objetivos. As transformações sociais, através da formação de uma consciência social entre os



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

alunos das escolas e setores universitários, passam a ser objetivo dos intelectuais que tenham um compromisso as classes desprivilegiadas.

Através do envolvimento dos estudantes às questões político-econômicas e sócio-culturais contemporâneas, destaca-se a importância da capacidade destes agirem sob as reais relações de poder e dominação. Todavia, a participação destes não é determinante para uma vitória sobre a desigualdade social existente. A organização das classes sociais empobrecidas deve agir de forma continuada a partir das escolas seguidas pelos setores familiares, tendo em sequência a militância partidária. Atualmente com a democracia, as ações políticas através dos partidos e apoio popular a estes, parecem ser os meios ideais para fins de melhores condições de vida.

Assim, o conhecimento crítico passa a ser o real instrumento de libertação das classes oprimidas. O próprio uso da política mostra sua capacidade de desenvolver uma maior identidade da sociedade com o Estado, uma vez que, este possa suprir de suas necessidades básicas materiais. Em outras palavras entende-se que, com uma participação consciente das massas populares na política, isso significa que as próprias tendem a exercer de forma mais acentuada sua cidadania.

Destaca-se ainda que o pensamento marxista atualizado tende a não se enquadrar ao marxismo ortodoxo e doutrinário limitador das ações humanas. O novo marxismo, trabalhando com questões mais amplas e reais, busca através das leituras de Marx e Engels, agir de forma coerente. É necessária uma reorientação para mudar a realidade dos verdadeiros agentes históricos que dominam, que lutam, que transformam e que fazem o mundo. Nesse sentido, as escolas e em particular o ensino de História, passam a cumprir adequadamente com sua específica função educacional.

Por fim, pode-se afirmar que o ensino de História em sala de aula, ganha maior sentido ao passo que tende a formar sujeitos críticos. Com o advento do novo marxismo, é possível fazer do pensamento de Marx e Engels um pensamento libertador e não doutrinário. A conscientização popular mostra-se



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

assim eficaz quando se referindo aos problemas sociais e de Estado a serem resolvidos. Desta forma, o próprio conhecimento histórico relacionado com a realidade, tende a formar agentes políticos ativos permanentemente, e que pensem pelo coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. As ideias e a ação política na mudança histórica. In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ (Orgs.) *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 365-377.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos de 1970*. Passo Fundo: UPF, 1999.
- GONZÁLEZ, Sabrina. Crônicas marxianas de uma morte anunciada. In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ (Orgs.) *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.15-32.
- GRUNER, Eduardo. Leituras culpadas: Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ (Orgs.) *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 101-142.
- HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ (Orgs.) *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 421-430.
- MAYORAL, María Rosa Palazón. A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez. In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ (Orgs.) *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 297-310.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

GETÚLIO VARGAS: 1930 – GOVERNO PROVISÓRIO?

Dilossane Vargas da Silva¹

Introdução:

No Brasil, a primeira República, foi proclamada em 1889, para muitos ela significava a esperança de um país com maior participação política e melhores condições de vida. Entretanto, contrariando as expectativas, parte significativa da população continuou excluída da política e das riquezas do país. Cabe ressaltar que o contexto da época, o índice de analfabetismo era elevado, dessa forma, conforme a Constituição Republicana de 1821 eram poucos eleitores que estavam aptos a participar das eleições do país, tinha que ser homem maior de 21 anos e alfabetizado. São esses os requisitos para ser eleitor ou para se eleger aos cargos políticos.

No início da República a política foi direcionada para atender os interesses das elites econômicas formadas em grande parte por proprietários de terras e fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais que se revezavam na presidência da República. O período republicano em que predominou a ***política do café com leite*** permitiu as elites econômicas o domínio político do país com governos que conduziam o país conforme os interesses de grupos políticos que representavam os interesses dos latifundiários.

No contexto da primeira República surgiu inúmeras revoltas populares o sistema político republicano, além de impedir a participação das classes sociais na política dava continuidade à miséria e exploração da maior parte dos brasileiros que viviam nas zonas rurais e daqueles que se encontravam nas fábricas cumprindo longas jornadas de trabalho e salários baixos, entre eles mulheres e crianças.

As revoltas sociais expressaram o anseio das classes sociais exploradas e oprimidas, em 1904, no Rio de Janeiro, devido às precárias condições de saúde

¹ Professora Mestre em História Regional. Superintendente Acadêmica e Coordenadora do Curso de História da Urcamp – São Borja - 2011.– RS. dilossane@hotmail.com.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

pública em todo o país, ocorreu à revolta da Vacina, na tentativa de combater a febre amarela e a varíola. Os motivos da revolta da população além da falta de informação sobre o combate as epidemias, residia na insatisfação causada pela falta de emprego, miséria e abuso de poder por parte do governo etc.

No Brasil, eclodiram vários outros movimentos, como a Revolta da Chibata em 1910, o Contestado em 1912, a Revolta dos camponeses devido à falta de terra para trabalhar, o Movimento Tenentista em 1922 no Rio de Janeiro, expressaram o descontentamento frente ao sistema político que favorecia aos grandes fazendeiros. E em 1925, a Coluna Prestes com objetivo de percorrer o interior do país, para incentivar a rebelião da população contra o governo e a elite agrária do país.

Muitos dos problemas sociais existentes na Primeira República estavam ligados á terra. Pois naquela conjuntura social e política a maior parte da população brasileira estava concentrada no meio rural, e grande parte dos trabalhadores brasileiros dependia das atividades agrícolas para sobreviver. Devido à concentração da terra nas mãos de grupos ligados a política, em decorrência dessa exclusão da política e da terra, cada vez mais os movimentos sociais reivindicavam por mudança na situação socioeconômica do Brasil e esse comportamento de reivindicar por participação significava rebelar-se contra o governo.

No início dos anos de 1920, cresceu a oposição às oligarquias cafeeiras no Brasil, devido às divergências entre os grupos políticos e a pressão oriunda dos conflitos internos. O descontentamento com os rumos do país era geral, os grupos sociais almejavam participar do poder, até então controlado por uma pequena elite. Pela Aliança Liberal, partido de oposição a política do café com leite, o candidato a presidência da República era Getúlio Vargas – Governador do Rio Grande do Sul e o candidato a vice presidente João Pessoa – Governador do estado da Paraíba.

No decorrer de 1928, tornou-se claro o interesse de Washington Luís em apoiar a candidatura do paulista Júlio Prestes, antigo líder do Partido



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Republicano Paulista (PRP) e seu sucessor no governo paulista. A candidatura de Vargas às eleições presidenciais de 1930 nasceu do acordo entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, marcando o rompimento dos dois estados com o governo federal. Muitas foram as divergências políticas em torno da “valorização do café”, pois os grupos políticos de São Paulo buscavam o controle direto do governo federal.

1. 1930 - MARCO HISTÓRICO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Nas eleições de março de 1930, Julio prestes obteve 1.091.709 votos, contra 742.794 votos conferidos a Getúlio Vargas. Integrantes da aliança Liberal alegaram a existência de fraudes, e desencadearam a conspiração para a tomada do poder, antes que a presidência da República fosse transferida ao vencedor.

No dia 26 de julho de 1930, é assassinado João Pessoa, presidente do estado da Paraíba e candidato derrotado á vice presidência na chapa da Aliança Liberal. Esse fato, embora desprovido de razões políticas, estimulou adesões e acelerou preparativos da conspiração. Os funerais de João Pessoa considerado um mártir, provocaram grande comoção popular, levando setores do exército antes reticentes a apoiar a causa revolucionária.

Por Getúlio Vargas ter liderado o movimento da revolução de 1930, em novembro do mesmo ano, assumiu a Presidência da República em caráter provisório com a missão de organizar um novo governo para o país, até que fossem convocadas novas eleições para a escolha do novo presidente do Brasil.

Getúlio Vargas, de imediato concentrou todos os poderes em suas mãos, o Congresso Nacional foi fechado e para os estados de São Paulo e Minas gerais, criou os interventores nomeados pelo presidente. Esta atitude de Vargas reflete **as características do “Caudilhismo”²** do Rio Grande do Sul. Desde cedo Vargas

² Caudilhismo: Fenômeno típico da América hispânica recém-emancipada do jogo colonial: uma chefia excepcional, baseada em méritos pessoais e em situação de emergência, e o fascínio sobre as massas populares, aliadas a características típicas de uma sociedade tradicional, oligárquica, na qual o poder é ainda fortemente escorado no particularismo regional, no monopólio do uso da força, por exércitos particulares ou milícias, que garantem em períodos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

apresentou como característica de governo o centralismo. Aspásia Camargo afirma que:

Vargas não é exceção a esse modelo, que encontra raízes na cultura política da bacia do prata. Em síntese, seu perfil de caudilho remete, em geral, para três aspectos distintos: o fascínio e o amor ao poder (1) a luta pela continuidade no poder (2) e o apoio e fidelidade popular e a ascendência sobre as massas³. p. 27

Conforme José Murilo de Carvalho, em sua obra: *Os Bestializados*, o contexto da Proclamação da República no Brasil ocorreu revestido por uma máscara democrática em que a participação popular encontrava-se distanciada da política e permaneceu por muito tempo. Devido ao predomínio e influência de oligarquias regionais na vida dos trabalhadores rurais que se encontravam em precárias condições de vida principalmente em regiões interioranas e atrasadas do país devido em que as classes populares eram exploradas por líderes políticos locais. As origens políticas de Getúlio Vargas estão ligadas a grupos políticos assim definidos por Joseph Love,

“ – grupo de políticos – Getúlio Vargas, José Antonio Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Joaquim Mauricio Cardoso e Firminio Paim Filho, que começaram sua vida política em 1907, participando do Bloco acadêmico Castilhistas, durante a campanha governamental de Carlos Barbosa Gonçalves, A ascensão desses políticos gaúchos parece confirmar a relação entre o declínio econômico de uma fração da classe **dirigente e o encaminhamento de seus “herdeiros” para o** desempenho de funções políticas. Quase todos os membros desse grupo pertenciam a famílias de grandes proprietários rurais às voltas com acentuadas dificuldades econômicas (dívidas e terras hipotecadas), tornando a margem de influência e autoridade dessa categoria crescentemente dependente do êxito que esses homens viessem a alcançar na atividade política. Seis deles eram filhos ou parentes próximos de coronéis e cinco provinham de famílias de estancieiros. Ao final dos anos 20, todos estavam em condições de ostentar uma variada

de crise, a continuidade do mando. CAMARGO, Aspásia. In: *A era Vargas: As instituições brasileiras da era Vargas*. D'ARAÚJO, Maria Celina. FGV. 1999. p. 26.

³ Idem, p. 27.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

experiência política: Cinco haviam sido intendentes de seus respectivos municípios e todos já haviam logrado mandatos parlamentares a nível estadual, pelo menos quatro deles se haviam destacado em combate durante a revolta dos libertadores em 1923; em 1928, seis foram eleitos deputados federais e ocuparam cargos de relevo no executivo estadual. Eram em suma, nas palavras de Joseph Love, membros bem sucedidos do partido dominante, tendo adquirido promoção rápida e regular em postos de responsabilidade cada vez maior que, pelo menos num primeiro momento, atuaram como porta vozes dos estancieiros e agricultores gaúchos, empenhados em promover a valorização de seus produtos (charque, arroz) e em montar suas organizações patronais.

Ao analisar a Corrente Castilhistas Borgista, corrente política da qual Getúlio Vargas fazia parte, em 1930, assume o governo em caráter provisório, governo este que desde o início Vargas transformou em governo permanente, pois o assumiu com poderes totais, exercia o comando do poder executivo e do Legislativo. E o ato da dissolução do Congresso em 1931 e com o Código dos interventores que limitava a área de ação dos estados e os mesmos estavam sob controle de Vargas. Foram 15 anos de permanência na presidência da república, ou seja, em 1930, Getúlio Vargas assume o poder preparado para lutar pela sua permanência no governo federal.

No plano social, devido ao contexto do elevado índice de desemprego, destacou-se com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 26 de novembro de 1930, e em 19 de março de 1931, Vargas decretou a Lei de Sindicalização, com o objetivo de regular os direitos das classes patronais e operárias e controlar a participação política dos sindicatos.

Ângela de Castro Gomes afirma que:

“ A Lei de Sindicalização, decreto nº19.770, que estabelecia a unidade sindical pela força da lei (unicidade), para empregados e empregadores, além de consagrar a tutela do estado. A lei exigia “abstenção, no seio das associações sindicais, de toda e qualquer propaganda ideológica sectária, de caráter social, político e religioso”. A



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

sindicalização não era obrigatória, mas o gozo dos benefícios da legislação social estava vinculado ao reconhecimento oficial dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Por esse motivo, a lei foi combatida pelos comunistas, anarquistas e Trotskistas atuantes nos **sindicatos**⁴. p. 32

A política de Vargas apresentava se cada vez mais centralizadora e autoritária maneira encontrada por Vargas para driblar a articulação de grupos paulistas descontentes pela perda da hegemonia política no plano federal. Como também a insatisfação dos paulistas com a crise cafeeira e a política governamental que não atendia aos interesses dos cafeicultores aliados do poder.

Getúlio Vargas descendia de uma família que tinha forte participação na política, e o mesmo atuava na política em seu estado natal, Rio Grande do Sul, já conhecia as necessidades e reivindicações da população brasileira. Destaca-se que Getúlio Vargas nasceu em um berço político, devido à forte participação e militância familiar de Vargas na política Regional.

“As lideranças políticas emergentes nos estados ao longo das décadas de 30 e 40 acabaram em mãos de elementos bastante chegados aos círculos dominantes em âmbito local, quer por relações de parentesco, quer pelo casamento, quer pelas proteções de toda a espécie com que se beneficiaram. A solidez desses laços se manifestava pela herança dos mandatos de representação na esfera municipal – vereanças, presidência de câmaras, chefias de comitês partidários, prefeituras – e pelas oportunidades de emprego e colocação que essas redes de sociabilidade lhes proporcionavam. Os próceres locais típicos eram quase sempre oriundos de antigas famílias do Estado, ou então, a elas se associado pelo casamento, via de regra jovens bacharéis em Direito ou Medicina ao tempo em que iniciam sua carreira pública, em condições de ostentar insígnias de honorabilidade a que só fazem jus os membros natos de clãs eminentes.”⁵

⁴ GOMES, Angela de Castro. (Org.) Ministério do Trabalho: Uma História vivida e contada. Rio de Janeiro, 2007. p. 32.

⁵ MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) História geral da civilização brasileira, 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p. 574.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Ao assumir o governo provisório, Getúlio Vargas de início atendeu algumas reivindicações dos trabalhadores como; estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, repouso semanal remunerado e obrigatório, férias pagas, indenização por tempo de serviço quando o trabalhador fosse demitido, etc. As ações de Getúlio Vargas demonstram que o mesmo buscava-se manter no poder e para isso precisava de uma base que o fortalecesse em contrapartida da oposição cafeeira paulista, não aceitar a traição de Vargas que assume o governo **em caráter provisório, mas que não ‘arreda o pé’ da presidência, aumentando o** descontentamento da oposição paulista.

Ao analisar os acontecimentos históricos relacionados à influência da política Castilhista nas ações de Vargas, o governo passou a exercer um controle muito forte sobre os trabalhadores, os sindicatos deveriam obedecer às regras determinadas pelo Ministério do Trabalho.⁶ Isso significava que os trabalhadores continuavam, portanto sem liberdade para se manifestar e reclamar seus direitos.

O descontentamento com o governo Vargas crescia, a oposição clamava pela convocação de novas eleições, acusavam Vargas de estar dificultando a elaboração de uma nova Constituição. Getúlio Vargas já demonstrava para o **país “que veio para ficar”** através das articulações políticas para conseguir o apoio das classes populares e essas se manterem submissas diante das ações paternalistas e com a centralização do poder pelo presidente da República.

Em 1932, Getúlio Vargas convocou eleições para a Assembléia Constituinte, que foi instalada no dia 15 de novembro de 1933, a Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934. Foi mantida a eleição direta para

⁶ O Ministério do Trabalho Indústria e Comércio foi criado no dia 26 de novembro de 1930, através do Decreto nº 19.495 que dispõe sobre a primeira organização do MTIC. Ele estava composto por cinco Departamentos nacionais: Trabalho, Indústria, Povoamento e Estatística. O primeiro Ministro foi o gaúcho Lindolfo Collor, no cargo até 1932. Collor iniciou a formulação de leis que lançaram as linhas mestras da legislação do Trabalho. Entre os membros de sua equipe estavam Joaquim Pimenta, Evaristo de Moraes e Agripino Nazareth. GOMES, Ângela de Castro. Ministério do Trabalho: Uma História vivida e contada. Rio de Janeiro, 2007. p.30/ 31



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

presidente da República. Na Assembléia que elaborou a Constituição de 1934 estavam presentes representantes da classe média e dos trabalhadores. A aproximação do governo com as classes populares de certa forma proporcionou uma maior abertura política para aqueles que se encontravam distanciados do poder e excluídos da política.

Getúlio Vargas deu visibilidade para os trabalhadores na política, ao mesmo tempo em que buscou a aproximação com as classes populares tomou em suas mãos o controle social através dos sindicatos. Para a oposição as medidas sociais atendidas por Getúlio Vargas visavam tão somente à prolongação de sua permanência no poder, os quais justificavam pela forma autoritária como Vargas atuava na política. E a contrapartida das concessões sociais, muitos trabalhadores contribuíram para a criação do Getúlio Carismático.

Pela primeira vez, foi com a Constituição de 1934, que os brasileiros tiveram um capítulo sobre educação e cultura destinado a atender a interesses desses grupos sociais, instituindo, entre outras coisas, o ensino primário gratuito e obrigatório. A Constituição também previa que, com o tempo, o ensino secundário e o superior também deveriam ser gratuitos para todos. Outro aspecto importante da Constituição de 1934, dizia respeito aos direitos dos trabalhadores. Muitas das conquistas dos trabalhadores na década anterior acabaram sendo incorporadas à Constituição.

O autoritarismo exercido por Getúlio Vargas, logo após assumir a presidência, não estava dissociado da política exercida no Rio Grande do Sul por grupos da elite Latifundiária.

“O extremo autoritarismo dos governos republicanos (Castilhos e Borges), que haviam substituído no Estado a hegemonia absoluta da aristocracia rural tradicional (da pecuária e do charque) reinante no Império, permitiu que se consolidasse no Rio Grande do Sul um pensamento Liberal, seja em sua versão parlamentarista de Gaspar da Silveira Martins, seja em sua versão presidencialista com Assis Brasil, liberalismo este que se torna partido em 1928 (Bagé) com a formação do Partido Libertador, naquele



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

momento reunindo parlamentaristas e presidencialistas. Tal corrente liberal defenderá intransigentemente o liberalismo das instituições políticas, sendo muitas de suas idéias absorvidas pela Constituinte de 1934.⁷

Independente das estratégias políticas utilizadas por Getúlio Vargas está registrada na historiografia brasileira a importância da atuação política de Getúlio Vargas para o desenvolvimento do país, personagem político que após sair de São Borja, região de fronteira, divisa com a Argentina em um contexto pré-1930, ocupou a Presidência da República e conseguiu equilíbrio na esfera política para se manter ininterruptamente por 15 anos como presidente do Brasil, e retornar em 1951 por aproximadamente, mais 3 anos e meio, até 24 de agosto de 1954. Ressalta-se que Vargas, também não aceitou viver longe da presidência, no contexto pós 1954, uma vez que saiu morto do catete.

Para um governante que assume a presidência da república em um regime provisório, e governar o país por aproximadamente 19 anos, com uma ferrenha oposição de grupos políticos paulista e mineiros, e mais tarde por parte da imprensa, grupos de militares e principalmente a UDN. Cabe ressaltar que os reflexos da Corrente Castilhistas Borgista, influenciaram as ações de Getúlio Vargas como presidente do Brasil. Ainda cabe ressaltar a habilidade de conciliador, de negociador desenvolvido por Getúlio Vargas para equilibrar-se no jogo político, pois, assim como atendia os interesses dos trabalhadores descontentava classe média, patrões, industriários.

Getúlio Vargas assumiu o governo em **caráter provisório** pelo contexto político da época de desentendimento da alternância governamental “**café com leite**” política que por muito tempo predominou no comando do país. Baseado nas estratégias de Vargas e no perfil autoritário, o significado de governo provisório significava governo permanente, uma vez que desde o início da

⁷ CÂNEPA, Maria Mercedes. Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2005. p.97



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

atuação de Getúlio Vargas como presidente da República, busca formar uma base de sustentabilidade para se perpetuar no governo.

Em 1951, Vargas volta à presidência nos braços do povo, é chegado à hora dos trabalhadores retribuírem as práticas assistencialistas e paternalistas do habilidoso Getúlio Vargas, e de Vargas colher o que semeou com a aproximação das classes populares o retorno a presidência da república em 1951.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde. Vitória na Derrota: a Morte de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2004.
- AMARAL, Anselmo F. Getúlio Vargas Continuidade de uma idéia, Vítima de uma espoliação. Porto Alegre; Martins Livreiro, 1984.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados. Companhia das Letras. São Paulo, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina.** (Org.) A era Vargas. As instituições brasileiras da era Vargas. FGV, Rio de Janeiro, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares.** **O II Governo Vargas 1951-1954:** democracia, partidos e crise política. 2ª ed. São Paulo: ática, 1992.
- _____. Sindicatos Carisma e Poder. O PTB de 1945 – 1965. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FAORO, Raimundo. Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 16 ed. São Paulo: Globo, 2004.
- FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. et al. O Brasil Republicano: Sociedade e Política 1930 -1964. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 3).
- GOMES, Ângela de Castro. (Org.) Ministério do Trabalho: Uma História vivida e contada. Rio de Janeiro, 2007.
- HARTMANN, Ivar. Getúlio Vargas. Porto Alegre: TCHE; 1998.
- LEAL, Victor Nunes Leal. Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- LEVINE, Robert M. Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

- MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) História geral da civilização brasileira, 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SILVA, Helio. 1954: Um tiro no Coração: O ciclo de Vargas. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- TEIXEIRA, Maria. REZENDE, Thereza. O anjo Branco de Getúlio Vargas entre Primaveras e Verões: Uma viagem pela memória, pela Alma e pelos Pampas. Porto Alegre; AGE, 1999.
- O Pensamento político de Getúlio Vargas. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos. Porto Alegre: RS, 2004.



Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -

COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO RELATO DE THOMAS BIGG-WITHER: UM DISCURSO PARA O PROGRESSO

Diná Schmidt¹

A proposta de reflexão que trago para este texto, dialoga com as discussões realizadas no âmbito do projeto *Colônias Agrícolas no Paraná nos séculos XIX e XX*², que tem por objetivo a coleta e organização de fontes acerca da temática do projeto, com simultânea realização de discussões historiográficas que contemplem a documentação reunida.

Para o escopo deste artigo, problematizarei as leituras apresentadas por Thomas Bigg-Wither, em seu diário de viagem, acerca das colônias do Assunguy e Theresa, buscando compreender como o viajante tece sua caracterização sobre as colônias e sobre a política migratória do Paraná, tendo como plano de fundo um discurso voltado para o progresso e que tem como modelo a sociedade europeia e em particular a Inglaterra. Para aprofundar a análise efetuei um diálogo entre o diário de viagem e relatórios do governo da província do Paraná produzidos no mesmo período da viagem.

Bigg-Wither percorreu o território paranaense entre junho de 1872 e abril de 1875, o fez como engenheiro membro da expedição inglesa *Paraná and Mato Grosso Survey Expedition*, responsável pela elaboração de estudos para a possível construção de uma ferrovia que ligaria o Mato Grosso ao porto de Paranaguá.

Ao longo de seu percurso visitou as Colônias do Assunguy e Theresa, entre fins de 1872 e 1873, permanecendo em seus territórios por tempo considerável, o que possibilitou observações atentas sobre seus modos de viver e produzir, relacionando as dinâmicas que observava e o desenvolvimento

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE. E-mail: dina_hist@hotmail.com.

² Projeto financiado pelo CNPq e Fundação Araucária/SETI através de Projeto de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores-PIJP.(2010-2012).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

atingido pelas colônias com elementos ligados a política de imigração da província.

Fundada em 1847, a dezoito léguas de Guarapuava, a colônia Theresa teve como idealizador, patrocinador e primeiro administrador o médico João Mauricio Faivre³, que a projetou como uma iniciativa de colônia agrícola cooperativista formada unicamente por franceses. A colônia contava inicialmente com 87 imigrantes⁴ e trazia em seu projeto os objetivos de assentar famílias francesas desprovidas de quaisquer propriedades em seu país, colonizar o interior da província paranaense e integrar a população indígena à **“civilização” brasileira (LACERDA e MEDONÇA: 2009)**. Em alguns anos os franceses foram saindo da colônia e esta passou a ser habitada principalmente por nacionais.

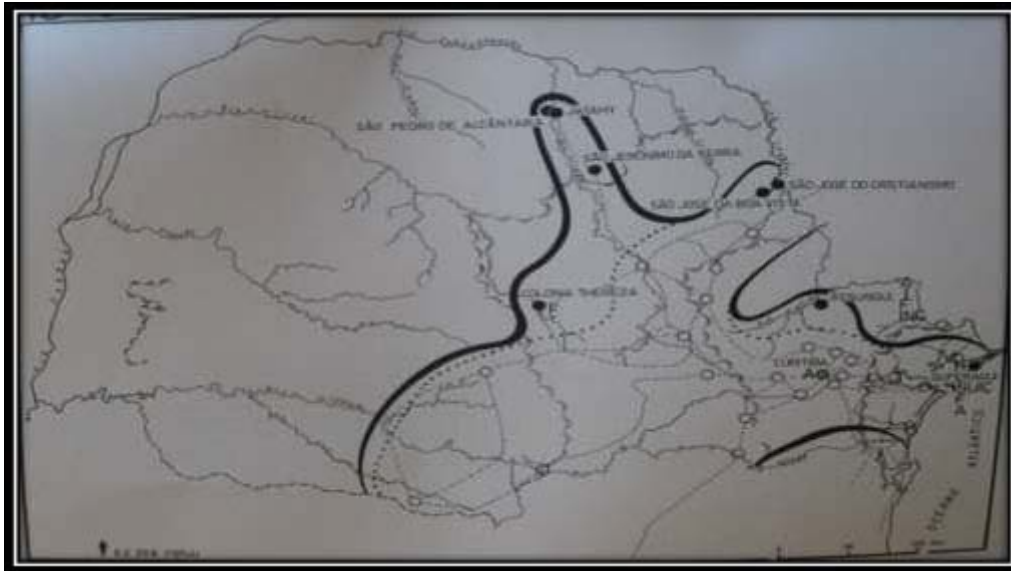
A Colônia de Assunguy foi fundada em 1857,⁵ distando 100 quilômetros de Curitiba, os recursos utilizados na formação deste núcleo colonial pertenciam aos cofres do governo imperial, sendo um dos primeiros projetos de instalação de colônias com recursos públicos (MARTINS: 1989). A composição populacional inicial compunha-se principalmente de ingleses, contando também, em menor número, com franceses, alemães e suecos.

No mapa a seguir pode-se observar a localização das Colônias Theresa e Assunguy no território da província paranaense e as respectivas distâncias em relação a capital Curitiba.

³ Há divergências quanto à nacionalidade de Faivre, encontrei documentos que o designam como francês e outros como belga.

⁴ Para verificar lista de nomes dos imigrantes que iniciaram a colônia ver: LACERDA, Maria Thereza de; MEDONÇA, Maí Nascimento. ***Os franceses no Paraná***. Curitiba: Aliança Francesa, 2009.

⁵ O processo de formação da colônia iniciou-se em 1857, porém a fundação oficial data de 1860, em razão disso podem ser encontradas as duas datas em diferentes referências a essa mesma colônia agrícola.



Ao formular suas primeiras impressões sobre as colônias do Assunguy e Theresa, Bigg-Wither destaca a paralisia que parecia atingir aqueles núcleos populacionais. Para o viajante, as cabanas de palha que serviam de casa aos habitantes e a capoeira que circundava todas elas eram aspectos visíveis do **“atraso” que reinava em ambas.**

Sempre preocupado em compreender os aspectos, que considerava problemáticos, que encontrava em seu caminho, Bigg-Wither dedica alguns capítulos de seu diário a algumas reflexões sobre o estado das Colônias e quais seriam as causas da estagnação. Destaca duas teorias que circulavam nos jornais brasileiros na época, como resposta para situações como a que encontrava ali. Uma dizia respeito à incompetência do governo brasileiro para escolher lugares adequados para a formação de colônias agrícolas e para cumprir as promessas de ajuda inicial aos colonos, a outra enfatizava a falta de caráter e trabalho dos imigrantes para fazer as terras recebidas produzirem.

Ao avaliar especificamente o caso de cada uma das colônias, o engenheiro buscou formular respostas com base naquilo que via, as respostas dadas se dividiram entre as duas possibilidades, como veremos agora.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Descrevendo as terras onde se localiza a colônia de Assunguy, Bigg-Wither faz as seguintes observações:

...situados no lado sul da colônia, a terra é indubitavelmente fértil e rica, capaz de produzir todos os produtos principais do país, mas antes de ser utilizada precisa ser roçada, e o custo da derrubada e queimada em um só acre, mesmo quando feitas à moda da roça brasileira, importa quase uma libra e nove dias de trabalho para um homem; e se for capinada e preparada para o arado o custo é cinco vezes maior. Mas a topografia do terreno é tal que o arado não pode ser usado, pois os lotes estão sediados nas encostas íngremes de um vale estreito e montanhoso... (BIGG-WITHER, 1974, p.366)

Este é o primeiro obstáculo referido para o desenvolvimento agrícola da colônia, entendendo-se que desenvolvimento para o viajante, significa a integração com a economia de mercado, vendendo os produtos ali cultivados para a capital Curitiba e também para outros países pelo Porto de Paranaguá.

O alcance **desse desenvolvimento estaria garantido com o “dom natural”** para o trabalho⁶ dos imigrantes europeus que se alocaram ali, e também com os conhecimentos técnicos por eles trazidos de seus países de procedência. Porém, a incapacidade das autoridades governamentais brasileiras, responsáveis pelas instalações coloniais, em escolher os terrenos para tal fim, prejudicava de forma determinante a construção do progresso⁷. Portanto, mesmo dotados de conhecimento técnico para aprimorar a produção agrícola e de vontade de trabalhar os imigrantes se viam amarrados diante do terreno impróprio para qualquer tipo de mecanização.

No relatório de 1872, ano anterior à visita de Bigg-Wither a Assunguy, o presidente de província Venâncio José de Oliveira Lisboa, referindo-se a colônia afirmou que:

A introdução de machinas e aparelhos próprios para a agricultura, o trabalho methodico, animado e proficuo e o

⁶ Problematizarei as leituras feitas por Bigg-Wither em relação ao trabalho mais adiante, em outro momento do texto.

⁷ Para Bigg-Wither, o progresso está intimamente ligado a atingir os padrões de produção e de vida europeus. Sempre que referir ao termo progresso, ele será entendido dentro da lógica do autor, o que não significa que concorde com tal.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

que é mais, o emprego de capitaes avultados farão nascer a vida, o commercio, as industrias (...) em Assunguy... (sic) (Oliveira Lisboa, 1872, p.56)

Esse fragmento mostra que o governo provincial tinha consciência da necessidade de implantação de novas técnicas de cultivo para alcançar o progresso desejado, mas as condições concretas do terreno apontadas por Bigg-Wither apontam um desencontro entre as intenções provinciais e as condições da colônia.

A afirmação da superioridade do desenvolvimento técnico europeu em relação ao brasileiro é constante em diversas oportunidades ao longo do diário de viagem. As diferenças nas formas de cultivar a terra e se relacionar com o mercado, não são vistas como formas diferentes de sociabilidade e de se relacionar com os recursos naturais, mas como sinais de atraso ou desenvolvimento de um grupo populacional, assim os caboclos e indígenas paranaenses são tidos como vadios e incapazes de promover o progresso, sendo necessário importar da Europa os trabalhadores que o fariam⁸.

No fragmento do relatório de província que acabamos de ver, Oliveira Lisboa fala da injeção de capital na colônia para promover as inovações necessárias para que os colonos pudessem produzir e desenvolver Assunguy. Confrontando essa informação com o diário de viagem, pode-se perguntar se esses recursos não chegaram à colônia ou eram insuficientes para atender as demandas, já que Bigg-Wither destaca a falta de recursos dos colonos até mesmo para pagar suas dívidas, quanto mais para fazer os preparos necessários para fazer o plantio de todas as áreas disponíveis.

De acordo com as informações colocadas por Bigg-Wither, as dívidas acumuladas pelos colonos acumulavam os valores das passagens de vinda da Europa, a compra dos lotes de terra, as despesas de limpeza das pequenas áreas que haviam sido abertas para cultivo, e para a construção das casas. No relatório

⁸ A ideia da incapacidade do trabalhador nacional em promover o progresso da província não era exclusividade de viajantes estrangeiros, muitos intelectuais brasileiros afirmam o mesmo. Essa afirmação está presente também nos relatórios do governo provincial nos tópicos referente à imigração.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

do governo provincial, Oliveira Lisboa afirma que seis anos antes as dívidas dos colonos já somavam em dezenove mil contos de réis.

Como era comum na maioria dos projetos coloniais, o acordo com os colonos compreendia a oferta de trabalho remunerado em obras públicas para que pudessem auferir as somas necessárias para manter os lotes e a família nos primeiros meses na colônia, até que conseguissem começar a produzir. Oliveira Lisboa em seu relatório afirma que:

...os colonos, além do fornecimento de alimentação, empregaram-se nos trabalhos da colônia, vencendo um jornal para ocorrerem as despesas de seu primeiro estabelecimento (sic) (Ibidem, p.53).

Em seu diário, Thomas Bigg-Wither mostra outro lado desse problema:

À distância de cerca de uma milha afastado da vila, existe um trecho de estrada macadamizada, de cem jardas de comprimento, resultado desprezível de muitos longos anos de espera pela prometida estrada para Curitiba. Este trecho, disseram-me, representa todo o trabalho dado aos colonos pelo Governo, desde a fundação da colônia, embora, pelas condições com que ele concordou, qualquer colono podia procurar trabalho na construção, durante noventa dias, nos primeiros seis meses, mediante ordenado razoável. Muitos colonizadores com quem conversei afirmaram não ter sido cumprida essa promessa, e a prova dessa assertiva estava na sua aparência, reforçada pelo testemunho de alguns brasileiros independentes. (pg.367)

Ao considerar as duas informações, pode-se colocar a pergunta sobre a suficiência dos auxílios prestados aos colonos e do trabalho remunerado colocado à disposição dos mesmos. Considerando o montante das dívidas e as dificuldades de conseguir produzir para pagá-las, os ordenados recebidos em trabalhos em estradas provinciais não davam conta de pagar as dívidas acumuladas e os custos de vida e produção na colônia.

Possivelmente, esses colonos não traziam, de seus países, recursos para que pudessem investir em seus lotes, necessitando completamente das ajudas dadas pelo governo provincial, e este por sua vez não tinha recursos suficientes para conseguir atender ao conjunto das colônias (Cf.Martins:1989, p.79)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Outro problema enfrentado pela colônia de Assunguy residia no despreparo de muitos dos imigrantes para lidar com a agricultura. Ao circular pelos lotes e conversar com os habitantes, Bigg-Wither pôde perceber que muitos deles não eram agricultores em seu país de procedência:

Dois terços eram evidentemente gente rude da cidade, pois tanto a fala como a aparência amplamente o denunciavam. Entretanto, o governo brasileiro julgava inocentemente **que estivesse importando ‘agricultores ingleses, bem familiarizados com os métodos aperfeiçoados praticados no próprio país’.** (BIGG-WITHER, 1974, p.368)

Levando em consideração esse elemento, pode-se considerar outro lado das dificuldades enfrentadas pela colônia, não só de poucos cuidados governamentais padecia a núcleo. Com colonos que não sabiam como manejar lavouras, fossem elas por serem abertas ou já formadas, íngremes ou planas, certamente as dificuldades enfrentadas seriam muitas para que se adaptassem. Certamente não se pode culpabilizar os imigrantes por ter aderido a uma chance de buscar uma vida melhor, quando lhes era oferecido terras férteis e ajuda para se estabelecerem, mas é certo que isso acarretava problemas.

O viajante busca responsabilizar os agentes brasileiros, responsáveis por arregimentar pessoas interessadas em emigrar para o Brasil, pelo problema. Segundo ele, a cede por grandes números de colonos prejudicava na qualidade destes, o que era ruim para a colônia a ser formada e também para o imigrante que não saberia se adaptar a lide agrícola.

Outro elemento importante e constantemente discutido no que diz respeito ao desenvolvimento das colônias, agora tanto de Assunguy quanto de Theresa, consiste na construção de estradas que pudessem possibilitar o acesso aos núcleos, tanto para chegada quanto para saída de produtos. As referências a esse problema aparecem no diário de viagem de Bigg-Wither e também nos relatórios provinciais dos anos próximos a 1873.

O engenheiro responsabiliza a falta de estradas por parte significativa do parco desenvolvimento não só dos núcleos coloniais, mas também das fazendas e sítios de brasileiros que não conseguem comercializar o que produzem. Os



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

comentários referentes a essa problemática podem ser observados ao longo de todo o diário de viagem.

Há que se observar que o motivo da presença do engenheiro no interior do Paraná, era a construção de uma ferrovia que visaria resolver problemas de transporte, logo além do problema real causado pela ausência de estradas, havia também o interesse em reafirmar constantemente a necessidade de resolver o problema, quiçá com a construção de uma ferrovia, como pretendia a companhia inglesa para qual trabalhava.

Em seu relatório, Oliveira Lisboa destaca a importância da construção de estradas e os esforços do governo provincial, por vezes em conjunto com o governo imperial, em construir caminhos que ligassem as colônias à Curitiba. Registra no ano de 1873 a construção de nove quilômetros de estrada que ligariam Assunguy à capital. Embora o esforço estivesse sendo feito, é preciso dizer que nove quilômetros tornava-se uma distância irrisória diante da lonjura entre os dois pontos.

Considerando o conjunto dos elementos apontados por Thomas Bigg-Wither, que dificultariam o alcance do progresso para a colônia Assunguy, e enquadrando-os na lógica ponderada pelo autor entre responsabilizar o governo pouco competente ou os colonos pouco dedicados, pode-se propor que neste caso o maior responsável seria o governo, embora os relatórios deste indiquem pretensas preocupações e medidas para resolver os problemas na medida do possível, mesmo que elas não sejam absolutamente eficientes.

Porém, observando a falta de preparo técnico para a agricultura, e também de somas significativas de recursos financeiros por parte dos imigrantes, possivelmente o problema era mais complexo do que a culpabilização do governo provincial ou imperial, envolvendo uma gama de fatores.

Cabe perguntar, se a formação populacional predominantemente inglesa de Assunguy não estaria relacionada com a avaliação elaborada pelo viajante. Considerando que Bigg-Wither avaliava a priori, que o imigrante inglês deveria



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

ser necessariamente bom trabalhador, ao contrário do brasileiro, como pode ser percebido em suas palavras:

O brasileiro não é um trabalhador perseverante e, portanto, mesmo com esses pesados obstáculos ao êxito, o colono inglês poderia alcançar uma boa situação... (Ibidem, p.366)

Portanto, a responsabilidade não poderia recair sobre a falta de dedicação ao trabalho por parte dos colonos, eximido o imigrante inglês, o governo arca com as responsabilidades.

Avaliando as condições de desenvolvimento da colônia Theresa, Bigg-Wither vai priorizar outros elementos na análise, seu foco localizou-se, sobretudo, na postura de seus habitantes em relação ao trabalho e a exploração e aproveitamento comercial dos recursos naturais oferecidos pela região onde se localizava o núcleo colonial.

Na data da estadia do viajante na colônia, 1872 e 1873, poucos eram os colonos franceses que ainda residiam ali, muitos haviam migrado para outras regiões e os lotes era ocupados, em sua maioria, por agricultores nacionais.

Alguns fragmentos de suas reflexões, sobre a colônia, seus habitantes e seu estágio de desenvolvimento, são significativos para problematizar a forma como o engenheiro avaliou a situação que encontrou:

...os moradores principiaram a sair um a um, **não para o trabalho**, mas para conversar recostados à porta, imitando, assim, os patos. Eu estava interessado em ver o levantar gradativo dos habitantes desta pequena aldeia, não obstante isso ocorrer tão lentamente. Quando voltei à nossa habitação, depois de uma hora de observação silenciosa e meditativa, sob a ala da capela em ruínas, os habitantes ainda continuavam de pé nas soleiras das portas, onde, de fato, eles se tinham postado para passar o dia. (grifo meu) (Ibidem, p.166)

...foram nossos empregados [dois moradores da colônia Theresa] por curto espaço de tempo, mas eram tão preguiçosos e, ademais, possuíam em tamanha intensidade o orgulho brasileiro contra a classe mais desprezível [referindo-se aos escravos], isto é, considerando o trabalho real como derogatório do nascimento livre, que ficamos satisfeitos no dia em nos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

vimos livres deles. Como trabalhadores não valiam absolutamente nada... (Ibidem, p.177).

Embora o solo fosse muito fértil e o clima propício ao cultivo de frutas e legumes tropicais e temperados, não tentavam cultivar coisa alguma, nem mesmo o necessário à subsistência, como feijão, arroz e milho. Apesar de não terem em que se ocupar durante nove meses do ano, não se via uma horta no lugar e creio que ninguém nunca pensou em fazer mesmo um jardim, como coisa que a imaginação mais selvagem nunca sonhou. [...] Ainda que o leite fosse abundante na colônia, não se conhecia a manteiga. Vi plantas de fumo em estado nativo na borda da mata. No entanto, todo o fumo usado na colônia procedia de uma distância de 100 milhas ou mais! (Ibidem, p.178)

Avaliando a rotina diária e os hábitos de trabalho da população, o autor confere a ela um caráter indolente. A reflexão feita tem como base, a sua concepção de trabalho, sendo importante lembrar que ela é marcada pelo processo de disciplinarização do trabalho em curso na Inglaterra, onde este era regulamentado pelo relógio da fábrica e voltado diretamente para a obtenção imediata de lucros diretos, atendendo a lógica do processo de consolidação da Revolução Industrial (THOMPSON, 1998). Logo, as atividades desenvolvidas por aquelas pessoas, que conferiam sentido e sustentavam o seu modo de vida, não faziam sentido, para um inglês, enquanto trabalho produtivo, caracterizando a indolência referida.

Considerando que a maioria dos colonos era composta por nacionais, essa imagem negativa deles como trabalhadores, opondo-se aos colonos ingleses da colônia Assunguy, dialoga com a imagem corriqueira que circulava entre intelectuais e políticos, tanto brasileiros, quanto estrangeiros, de que o brasileiro era, por natureza, vadio. Ressalta até mesmo a ligação que se supunha que essa característica tinha com o desprezo pela escravidão, tida como sinônimo de trabalho braçal.

Dados apresentados pelo presidente de província Oliveira Lisboa em 1872, ao resumir os dados da produção agrícola da colônia Theresa nas décadas de 1850 e 1860, ou seja, imediatamente anteriores a visita do engenheiro,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

apresenta uma situação contraditória com as constatações feitas por Bigg-Wither. O relatório enumera índices de comercialização de diversos produtos agrícolas ou derivados deles, como tabaco, café, rapadura, aguardente e melado. Parte deles já era beneficiada na própria colônia, configurando uma pequena atividade de agregação de valor a matéria-prima, aumentando o valor das mercadorias.

Feijão, arroz e milho eram cultivados para o consumo interno, outros itens como sal, carne, tecidos e pólvora que não eram produzidos ali, ou não podiam ser, como a pólvora, eram importados de outros lugares. A colônia contava com moinhos, olarias e serrarias que atendiam a demanda interna e vendia o pequeno excedente de suas produções.

Comparando os dados apresentados pelo relatório provincial com as observações registradas no diário de viagem, pode-se refletir sobre até que ponto nada era produzido na colônia, como afirma Bigg-Wither, ou se a produção era cabível as necessidades e capacidade da colônia. Cabe indagar as influências exercidas, nesta avaliação, pelos parâmetros de comparação utilizados para analisar os níveis de produção das colônias paranaenses. Ao comparar a condição de uma colônia em formação, localizada em uma região ainda pouco hospitaleira para grandes empreendimentos, não se poderia esperar que as taxas produtivas pudessem ser equiparáveis as da Inglaterra, por exemplo, com as quais o viajante estava familiarizado.

Retomando a lógica apresentada pelo viajante, as razões do insucesso do desenvolvimento da colônia Theresa estariam ligadas a pouca dedicação ao trabalho dos seus habitantes, diferentemente da colônia Assunguy. Porém, como foi problematizado nos últimos parágrafos, há que se questionar essa hipótese de atraso e vadiagem apresentada pelo viajante.

Colocando o progresso europeu como parâmetro para suas análises e como horizonte de desenvolvimento para as colônias brasileiras, as leituras formuladas por Thomas Bigg-Wither constroem um sentido de hierarquização entre o Brasil e a Europa. Uma hierarquia que lhe concede a prerrogativa de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

observar e julgar as condições enfrentadas pelos lugares que visitou, autoridade esta reforçada pelo status pretensamente científico e isento de suas análises ancoradas em sua formação como engenheiro.

Referências Bibliográficas:

- BIGG-WHITER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná. Três anos em suas florestas e campos 1872/1875*. Rio de Janeiro, José Olympio; Curitiba, UFPR, 1974.
- LACERDA, Maria Thereza de; MEDONÇA, Maí Nascimento. *Os franceses no Paraná*. Curitiba: Aliança Francesa, 2009.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente* Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.
- OLIVEIRA LISBOA, Venancio José. *Relatório de Presidente de Província*. Curitiba: 1872.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

ALENCASTRE, VELLINHO E VARGAS: REGIÃO E NAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA DÉCADA DE 1930*

Diorge Alceno Konrad**

Não há dúvida que uma literatura, principalmente uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região: mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (Machado de Assis).

Em 1932, em pleno processo de “nacionalização do Rio Grande do Sul” ou “gauchização do Brasil”, como defendiam alguns dos integrantes do “Governo Provisório”, e antes do Movimento de São Paulo, uma obra foi publicada no Rio de Janeiro afirmava que o Brasil era um vasto cenário, grande demais para manter a uniformidade. Diante desse quadro, o Rio Grande do Sul e o gaúcho eram casos à parte na comunhão brasileira. Isto porque não tinha nada tão dissemelhante entre a região Sul e a região Norte do país, sendo natural, portanto, que essas zonas fossem trabalhadas por forças que tendiam a uma ação centrípeta, enquanto outras tendiam para uma ação centrífuga, umas tendiam à estabilização e outras a desagregação.

Para o autor, que expressava parte de um discurso que tinha expressão popular, faltava ainda no Brasil uma “unidade de raça” e uma “alma nacional”, pois muitos trabalhavam “contra o ideal de uma Pátria grande”, através de diretrizes regionais quase desorientadas nas quais se apresentavam “os interesses individuais superpostos ao interesse da coletividade”. Tais

* Este Texto Apresenta Excertos Modificados Da Introdução Da Tese De Doutorado O Fantasma Do Medo: O Rio Grande Do Sul, A Repressão Policial E Os Movimentos Sócio-Políticos (1930-1937), Defendida No IFCH Da UNICAMP, Em 2004, Orientada Por Michael Mcdonald Hall.

** Professor Adjunto do Departamento e do PPG em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Endereço Eletrônico: gdkonrad@uol.com.br.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

antinomias geravam interesses contrários diante de uma “má política”, que agia em sentido negativo e que os alimentava, derivando conseqüências e orientações diversas que se chocavam, quer se encarasse “a questão em torno da periferia” (onde os contrastes seriam mais chocantes), quer se considerasse “o centro em relação aos pontos extremos do país”. As razões disso eram porque o meio se impunha “pelo imperativo das suas possibilidades”, asfixiando “as manifestações extemporâneas”. Dessa forma, a maioria que quisesse contrariar essas tendências do meio seria vencida, pois só as “personalidades de grande valor” poderiam se contrapuser a ele.

Por isso, continuava justificando o escritor, havia no país uma “tendência marcada para o regionalismo”, principalmente nos estados. E entre eles, um segurava uma “bandeira do regionalismo vitorioso”: o Rio Grande do Sul. Era um estado cujo terreno fora “preparado para tal cultura”, pois “longe do centro” não recebia influência que contrariasse aquilo que advinha do “trato diário” e da “influência platina” de uma “fronteira com uma fisionomia especial”, cujo “progresso pastoril” nada deveu ao centro do país. Tudo isso também formou um “homem regional” identificado com o meio, cujo “pampa fez o gaúcho à sua feição”.

Assim, se não se tinha ainda no Brasil uma “alma nacional”, se tinha no Rio Grande do Sul uma “alma rio-grandense”. A prática política mostrava “claramente essa asserção”, pois o Rio Grande era o único estado que tinha partidos organizados em histórico antagonismo – que lutavam nas urnas nos dias de paz e pelejavam nas coxilhas nos dias de guerra –, mas que quando os ódios pareciam mais acirrados, surgia em cena uma frente única, não havendo mais republicanos ou libertadores, mas apenas rio-grandenses. Por isso, se “condenados na capital do país”, os gaúchos recuariam para a fronteira de seu estado, lá continuando o “trabalho de patriotismo”, cultuando o que era seu. Porém, advertia e pedia a Deus o arguto escritor, que não se confundisse o regionalismo com o separatismo, pois em nenhum lugar do país se amava mais o Brasil do que no Rio Grande, pois o próprio enfrentamento com o inimigo e o



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

esforço do Brasil para conservar o estado na “comunhão nacional” gerou um “amor profundo à pátria”.

Diante desse amor profundo, o que mais aborrecia o gaúcho era o afastamento que o colocava longe do centro do país. Mas, este fator desaparecia cada vez mais, pois nos últimos tempos o Rio Grande desenvolvia “**extraordinariamente o seu espírito de brasilidade**”, sob o prisma da política gerada por Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Assis Brasil, Raul Pilla e outros. Portanto, o Brasil podia confiar no Rio Grande, “**uma sentinela vigilante**” que saberia morrer com honra no posto para “**defender a integridade nacional**”.¹

Para o coronel Álvaro de Alencastre, autor das passagens acima, o regionalismo era o produtor da riqueza nacional. Portanto, a capital federal mesmo sendo um “centro cultural por excelência” e que tendia a ter uma “ação impositiva de suas orientações”, deveria reconhecer outros centros de igual dinamismo por todo o país. Isto porque, da mesma forma como os regionalistas aceitavam a capital federal como um “grande campo de experimentação e de trabalho”, aceitavam “o quadro geral do país com todos os cenários” que formavam a brasilidade.²

Para o autor, o regionalismo era um bem, pois não tinha um estado sequer que não fosse regionalista sem advir inconveniente para a “comunhão nacional”. Assim, Alencastre dava dois sentidos para o regionalismo: afirmação da “brasilidade” por um lado e um método de interpretação do Brasil por outro. Tomado por uma subjetividade conservadora, própria da classe dominante do estado que controlava o poder político nacional e precisava afirmar a sua visão de mundo, uma visão regional que se pretendia como nacional, acima das lutas de classes. Marcado pela predominância de uma vertente positiva que naturalizava uma “alma gaúcha”, cujo meio de fronteira marcava a compleição

¹ Ver ALENCASTRE: 1932, p. 9-50.

² Idem, p. 53-64.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

formadora do “espírito gaúcho”, o autor valorizava essa diferença, bem como outras características de paulistas, pernambucanos e outros. Sua finalidade era afirmar que todos eram “genuinamente brasileiros”, pois o regionalismo era para ele a “forma mais precisa, mais real de nacionalismo”, expressa não só na vida das cidades e da capital federal como queriam alguns.³

Para Álvaro de Alencastre o regionalismo se confundia como visão de mundo e como método de interpretação. Ambas expressavam uma defesa política da nova correlação de forças construída a partir do Movimento de 1930, em nome da Nação e que ainda estava ameaçada, no primeiro caso, e porque, numa questionável hermenêutica, a compreensão das especificidades regionais deveria ser ponto de partida para a noção de brasilidade, no segundo caso. Portanto, expressava uma concepção localista e ideológica de um segmento social como se fosse a única forma de conceber e viver o mundo: o tradicionalismo.⁴ O que Alencastre não percebia claramente era que, com o Movimento de 1930, antigas formas de domínio político e espacial, vistas pelo autor como regionais, cada vez mais se rearticulavam no processo e na forma de desenvolvimento capitalista no Brasil, ao mesmo tempo desigual e combinado, bem como no quadro da divisão internacional do trabalho. Seu *regionalismo* apenas expressava uma ideologia de manutenção de uma ordem que priorizava a modernização das relações capitalistas com práticas corporativas, pressupondo a cooperação de classes no lugar da revolução social e privilegiando a permanência no lugar das mudanças políticas e sociais.⁵

³ Idem, p. 67-73. Essa leitura entre o nacional (Brasil) e o regional (Rio Grande do Sul) com uma posição singular devido principalmente às características geográficas do estado, hegemônica na maioria da literatura gaúcha, foi abordado de forma crítica por OLIVEN (1992, p. 47-68) no capítulo “O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação contraditória”. O autor afirma que essas análises tradicionais e da historiografia regional, através de um longo processo de elaboração cultural, “contribuem para a construção de uma série de representações”. Por sua vez, estas representações “acabam adquirindo uma força quase mítica que as projeta até nossos dias e as fazem informar a ação e criar práticas no presente”, pois “tendem a representar seu habitante através de um único tipo social: o gaúcho”.

⁴ Sobre o tradicionalismo como uma ideologia, portanto como um dos componentes da luta de classes no Rio Grande do Sul, ver GOLIN: 1983, particularmente capítulos I e II.

⁵ Ver a importante discussão levantada por SILVEIRA (In: SILVA: 1990, p. 17-42), quando trata da abordagem gramsciana de Alan Lipietz em torno das relações de espaço e poder, além



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Alencastre representava uma corrente hegemônica de escritores do Rio Grande do Sul ancorada nas teses da formação lusitana do estado, apesar de reconhecer as influências platinas, a qual contribuía para a unidade nacional na luta de fronteira para a conquista de território. Essa concepção, expressada, majoritariamente, no Instituto Histórico e Geográfico estadual na década de 1930, tinha em Moysés Vellinho um dos seus maiores expoentes. Crítico do **“saudosismo romântico dos regionalistas”, e dos “filiaados ao partido desencantado e melancólico”** que acreditava no passado e desconfiava do presente, como aponta Guilhermino César no prefácio de *Fronteira*, Vellinho foi a representação maior na historiografia da classe dominante gaúcha que, através de um desenvolvimento capitalista conservador, via a cidadania de forma limitada e regulada, formando o núcleo central do poder político a partir de outubro de 1930.

Nessa leitura, a especificidade do Rio Grande do Sul não expressava um isolamento, mas parte integrante de algo que deveria se afirmar: a nacionalidade. Essa unidade **entre “identidade gaúcha” e “identidade nacional”** era tão forte para Vellinho que em *Fronteira* o autor chegou a colocar uma epígrafe de Pandiá Calógeras, onde se afirmava: **“o Rio Grande é a marca do Brasil”**.

E seu território, desde os tempos coloniais, **era uma “região desde muito cobiçada, mas sem dono efetivo”**. Assim, para Vellinho, quando o interesse colonial por essas terras se tornou concreto, principalmente no século XVIII, **também se iniciaram os movimentos de “integração do território”**, calcados nas lutas de fronteira e no combate ao inimigo espanhol, a fim de **“lançar os alicerces do Continente de São Pedro”, futura capitania, depois província e finalmente estado.**

da análise de Vladimir Lênin sobre as desarticulações/rearticulações do espaço na lógica capitalista. Por sua vez, PESAVENTO (In: SILVA: 1990, p. 67-79) explica que essa visão **“extirpa o conflito do contexto histórico regional bem como as diferenças sociais”,** quando **“os fatores de atrito são projetados para o exterior, ou seja, para fora do Rio Grande”**.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Tudo isso como obra construída em sua “raízes” pela “faina criadora” do “estadista” José da Silva Pais, que por sua “determinação e clarividência”, através do seu “empenho pela adjudicação efetiva do Rio Grande à jurisdição de Portugal, mediante sua ocupação militar e povoamento”, fez da conquista do Estremo Sul, o “primeiro ato de soberania visando à integração meridional do Brasil”.⁶

Essa argumentação consolidou uma linha historiográfica que expressava, e ainda expressa, uma visão política de uma classe organizada historicamente numa formação social agro-pastoril e latifundiária. Esta classe, ao transitar para o capitalismo, naturalizou essa base histórica, transformando-a em explicação complacente e *ad infinitum* de uma identidade regional que se pretende nacional e que explica a violência existente no Rio Grande do Sul como conseqüência da fronteira.⁷ Uma visão que nega a primazia da luta de classes inclusive sobre a ideologia da própria classe dominante e os aparatos – ideológicos - do Estado (de coerção e consenso).

Diante do que foi dito acima, a hipótese teórico-metodológica deste artigo, que busca do questionamento dessa noção de região⁸ e de uma história regional que “integra” o Rio Grande do Sul ao Brasil, é de que estas expressões regionalistas visam manter formas seculares de domínio particularistas. Por isso, o intento inverso apresentado aqui é pressupor que as articulações de especificidades e complementaridades regionais - as quais são vistas tradicionalmente como isoladas – se condicionam mutuamente no sentido de explicitar as contradições pontuais entre as frações das classes dominantes

⁶ Ver o capítulo “O Continente de São Pedro amanhece” em VELLINHO: 1975, p. 1-51. Na introdução de outra obra do autor, *Capitania d’El Rey* (1970, p. 3-17), é explícita a intenção de se contrapor às teses que insistiam em ver o Rio Grande do Sul “como um corpo mais ou menos estranho ou estranho de todo ao complexo luso-brasileiro”.

⁷ Sobre a campanha gaúcha concebida como região e como forma histórica de construção de uma identidade regional (ideológico-cultural e de representatividade política) pelos grandes proprietários agro-pastoris, os quais têm a região como base territorial da sua reprodução como classe, ver COSTA: 1988.

⁸ AMADO (In: SILVA: 1990, p. 7-15) há certo tempo já nos mostrou que o conceito de “região”, em sua concepção determinista e naturalista tem sido superado, principalmente pelos geógrafos, porque “este conceito de região é incapaz de aprender a historicidade e as contradições sociais que impregnam um determinado espaço”.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

brasileiras na década de 1930. Essa visão, articulada a um contexto mais amplo, **deve ser feita na busca de explicitar que a estratégia “integracionista” escondia o seu conteúdo principal: mascarar a contenda entre essas classes e isolar o conjunto dos movimentos sociais e políticos que se organizavam para mudanças que ultrapassariam os limites reformistas liderados pelo projeto republicano do Movimento de 1930.**

O desvendamento dessa estratégia “integracionista” só é possível de ser visto na ampliação da escala de análise e não em sua redução, tão em voga em estudos regionais ou localistas, orientadas por análises microscópicas que pretendem “conclusões de mais amplo alcance”⁹ ou permitam “detectar as rupturas e as discontinuidades com mais acuidade do que nos processos de análises macro”¹⁰. Dessa forma, como explica Vera Alice Cardoso da Silva (In: SILVA:1990, p. 49), poderemos distinguir as instâncias em que “as elites atuam como classes” e aquelas em que “atuam como grupos regionais de interesse”, nos quais “os conflitos de classe aparecem intermediados pela confrontação entre o centro de poder e sua periferias”¹¹.

Talvez procurando ir além, o objetivo não é apenas fazer mais uma história regional vinculada ou inter-relacionada a uma história do centro do país, vista por muitos como a “História do Brasil”, porém articular na prática uma história que tem por objeto um estado da Federação e o Distrito Federal, visando demonstrar que região, regionalismo ou história regional têm mais a ver com recortes políticos ou metodológicos, que no fundo geralmente mascaram dimensões globais. A intenção é romper concretamente com os “centros definidores de sentido” reivindicados por PETERSEN (In: ARAÚJO:

⁹ Ver sobre isso o debate proporcionado por LEVI (In: BURKE: 1992, p. 133-61). Cf. tb. PESAVENTO (In: GUAZELLI; PETERSEN: SCHMIDT; XAVIER: 2000, p. 209-34).

¹⁰ Cf. esse ponto de vista colocado por RODRIGUES:1997, p. 149-64.

¹¹ Por isso também, é insuficiente a análise já clássica desenvolvida por LOVE (1975, especialmente p. 115-6) centrada nesses “grupos regionais de interesses políticos” em cada estado, levando-o a considerar - mesmo que em certo sentido - que os mesmos se “constituíam por si próprios regiões políticas”. Tal interpretação, na verdade expressa de certa forma uma reprodução das leituras dos políticos federalistas que apenas viam as contradições entre o estado e a federação, portanto apenas uma contradição política, nunca entre as classes sociais no interior de cada estado.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

1997, p. 86-8), os quais procuram classificar a priori uma história como regional ou nacional, cruzando fronteiras e transcendendo qualquer estudo de caso, reivindicação também referendada pela historiadora, fazendo o chamamos de complementaridade contraditória.

Especificidades chamadas regionais muitas vezes são desdobramentos particulares do universal, enquanto que em outros casos, generalidades globais tomadas como ponto de partida e chegada apenas escondem aqueles desdobramentos. Portanto, não são históricas apenas porque são particulares ou fragmentárias, mas são históricas porque concreta e concomitantemente são universais e particulares.

Também não se trata de fazer apenas uma história “política” (muito menos micro-política) ou somente “social”, formas ainda restritas de se ver o todo. Mesmo quando se faz “história política”, pressupõe-se que ela não é apenas história dos governos, mas se origina da luta política das classes e dos movimentos sócio-políticos; e quando se faz “história social”, entende-se que ela se relaciona com as formas de poder político, tanto na sociedade política (o Estado como centro de poder de classe) como na sociedade civil (os sindicatos, os partidos, etc., como instrumentos intermediários pela manutenção/conquista do poder).¹² Isso significa que nesse tipo de interpretação, como indicou Eric Hobsbawm (1998, p. 201-6), as análises do poder não privilegiam unicamente o político, mas todas as formas de poder espraiadas na sociedade, enquanto não ignora o centro do poder que se organiza e se estrutura no poder de Estado. Portanto, é uma “história social” sem deixar a política de fora, ou inversamente, uma “história política” sem excluir o social.

¹² Por outros caminhos, René Rémond (In: CHAVEAU; TÉTARD: 1999, p. 58-9) aborda essa questão ao tratar da renovação da história política e da reivindicação da sua ampliação, quando afirma que ela deve tratar do poder (exercido numa sociedade global que dispõe da coerção, que define a regra com a lei e sanciona as infrações), mas também da conquista e da contestação desse poder e da relação do indivíduo com a sociedade global política (onde se estuda os comportamentos, as escolhas, as convicções, as lembranças, a memória e a cultura), sem ser um fato isolado, mas estando em relação com os grupos sociais e as tradições de pensamento, portanto sendo um grande campo em mutação.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Necessariamente, uma abordagem de movimentos sócio-políticos implica compreender a articulação dialética da sociedade política com a sociedade civil, atravessadas por contradições, no sentido dado a elas por Antônio Gramsci, onde não existem apenas positivities ou negatividades em lados opostos, mas sim um terreno de lutas dos movimentos e sujeitos históricos.¹³

É uma questão complexa, mas não se pode ver o Brasil da década de 30 em geral, e o Rio Grande do Sul em particular, apenas tendo uma “sociedade civil” vitimada, pois principalmente ela se movimenta. Justamente por isso, ela também era reprimida ou “cooptada”, pois percebia ter poder de luta ou direcionava sua ação para chegar a ter esse poder. Afinal, Edward Thompson (1998, p. 207) alerta que a ação coletiva acontece sempre entre os grupos que se sentem com um pouco de poder para exercê-la. Por isso também, enfrentam o poder de Estado, a polícia, etc. **Fazem sua “luta de classe”.**

Assim, tanto à repressão quanto às resistências não resultam somente em imposições, muito menos em trajetórias lineares, singulares e evolutivas, mas fazem parte de um processo que engloba conservação/transformação social que ora são autonomizadas do Estado, ora são submetidas a ele. Assim, não existe apenas a coerção ou apenas o consenso, mas a luta por ou contra eles. Este processo gera as alternativas históricas que dependem das correlações de forças dadas em cada momento e das condições objetivas e subjetivas dessas lutas em torno da manutenção/conquista do poder político, a qual se dá entre as classes e entre as frações de classes, no caso aparecendo como conflitos políticos limitados. Isso significa que coexiste a antítese entre a sociedade civil e o Estado, bem como a síntese contraditória **entre ambos, onde se dá “o momento ativo e positivo do desenvolvimento**

¹³ Diferentemente de concepções liberais, que isolam a sociedade civil da sociedade política e sequer relacionam àquela com as relações sociais de produção, de propriedade e de classe, saliento que a sociedade civil “**não é uma família ou uma ‘aldeia global’ homogênea e felizes**, mas um terreno de luta, minado às vezes por relações de poder (...) um terreno minado por relações desiguais de poder em que alguns atores podem obter mais acesso ao poder, bem como acesso **diferenciado a recursos materiais, culturais e políticos**”. Essa concepção é apresentada por ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR: 2000, p. 39-40.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

histórico”, como expressavam as interpretações tanto de Marx como de Gramsci.¹⁴

Por isso também, a “história social” é, sobretudo, uma “história política” que não desvincula os movimentos sociais das relações com o poder exercido através do Estado e em torno das contradições das classes sociais. Karl Marx e Friedrich Engels (1982) já afirmaram há tempos que “todas as lutas no seio do Estado... são apenas lutas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si”. É nesse sentido, que o presente estudo nos “remete diretamente à análise das forças sociais que atuam na sociedade e no interior do Estado, como os movimentos sociais organizados”, no sentido apontado por Maria da Glória Gohn (1997, p. 179).

Por sua vez, o discurso presente na década de 1930 sobre a “manutenção da ordem”, em seu conteúdo antiliberal (e também em seu teor anti-revolucionário), levou a uma noção prática de que os movimentos sociais e políticos que questionavam o projeto de poder após 1930 estavam buscando “subverter” essa mesma ordem. Portanto, contra eles, contra os “agitadores”, eram mobilizadas as forças policiais, mantendo tanto a “questão social” como a “questão política” como um caso de polícia.

Getúlio Vargas pode ser visto como a síntese das frações de classe que chegaram ao poder em 1930. Em 25 de março de 1904, escreveu uma prova de filosofia do direito (“Conceito e origem do fenômeno jurídico”), quando acadêmico da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Nela, argumentou que harmonizar as “leis de conduta individual com as de conduta social” era “tarefa em muitos casos deixada ao arbítrio dos homens”, enquanto que, em outros casos, era “imposta pelo poder que os dirige e que dirige a associação”. Para Vargas, ambas as leis – de conduta individual ou social – chamadas de leis jurídicas, em qualquer fase de sua evolução, mostravam que “o Direito implantou-se por meio de uma coação” exercida no modo de fazer essas mesmas

¹⁴ Sobre um rompimento com a tradição liberal da concepção de sociedade civil e, ao mesmo tempo, uma diferenciação conceitual no campo do marxismo, estrutural para Marx e superestrutural para Gramsci, ver BOBBIO:1982, p. 24-36.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

leis. Assim, para o futuro Presidente da República, a idéia do Direito estava “indissolavelmente conexa com a de poder soberano e com a força coercitiva deste”, pois o Direito não era “mais do que uma determinação geral” que o próprio poder impunha aos membros de uma comunidade, com “a ameaça de sanção para o caso de não observância”. Consolidava-se no jovem estudante a noção de direito como obrigação e sanção, através de uma leitura spenceriana, resumida em uma passagem da prova acadêmica em forma de dissertação já citada, onde se remetia a Tobias Barreto:

(...) o Direito não é um filho do céu, é um produto cultural da humanidade que se desenvolve com a civilização. Serpes nisi serpentem comederit non fit draco – A serpente que não devora a serpente se faz dragão, a força que não vence a força não se faz direito. O direito é a força que venceu a própria força.¹⁵

Para Vargas essas leis jurídicas, também chamadas de leis de condutas ou éticas, regulavam “o bem-estar do indivíduo e da sociedade”. Assim, haviam “leis éticas individuais” que visavam “ao bem-estar individual” e “leis éticas sociais” que visavam “ao bem-estar social”.¹⁶ Leis jurídicas como garantia de bem-estar (individual e coletivo), para estabelecer a “harmonia entre a liberdade individual e a igualdade social”; direito como força, como “sistematização das normas de conduta impostas pelo poder social a fim de estabelecer a harmonia natural entre a liberdade individual e a igualdade social”; era isto que Getúlio Vargas repetia em suas dissertações acadêmicas, como quando argumentava sobre uma das faces do direito.

Em outras provas de Vargas aparecia a outra face: o direito de punir. Vejamos essa concepção na seguinte passagem:

¹⁵ Ver as provas acadêmicas de Vargas na última obra publicada em vida pelo historiador Décio Freitas. *A prova citada aqui, chamada “pode ser conferida em FREITAS: LARANJEIRA: 2003, p. 17-22.*

¹⁶ Idem, p. 17.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Tem a sociedade o direito de punir! Qual a legitimidade desse direito? (...) A sociedade, corpo uno composto das células individuais, tem o direito de punir os atos perturbadores de sua normalidade. É uma consequência ao direito de defesa legítimo indispensável a sua existência. O Estado como representante da sociedade, devido a sua superioridade moral e jurídica, exerce essa função.

(...) todas as dosagens de justiça divina e absoluta com o sedativo da justiça terrestre desaparecem para dar lugar ao conceito claro e simples de defesa social. Sociedade e direito são termos correlativos e inseparáveis, tanto faz dizer defesa social como defesa jurídica, é a mesma coisa.

(...) A sociedade, para prover a sua conservação, deve empregar meios coativos, repressivos e preventivos.

Este é o conceito da escola positiva cujo predomínio (...) será **inevitável porque leva como flâmula de combate, “hasteada no topo de uma lança”, esta divisa – a ciência.**¹⁷

Assim, o direito nessa concepção positiva é ao mesmo tempo um sistema de normas e de condutas e um agente regulador da ordem social, agindo com poder normativo. Por isso, para essa concepção e para os seus seguidores, o direito dever estabelecer as leis jurídicas que aparecem genericamente em **defesa da “sociedade”**. Ao passo que a sociedade, para se conservar melhorando, lança mão dos meios preventivos e repressivos, resumidas na máxima funcionalista da manutenção da ordem social e política, cujas questões suscitadas necessitam de aparelhos do Estado para concretizá-las. No primeiro caso, como prevenção, através do poder judiciário; no segundo, pela repressão,

¹⁷ Essa dissertação de Getúlio Vargas, escrita como prova de direito penal em 26 de julho de 1905, foi intitulada de “Fundamento do direito de punir”. Em outra passagem Vargas escreveu: “a ação perturbadora do indivíduo provoca a sanção da sociedade, é um fato natural e indispensável para a existência e conservação da mesma. (...) Eis, pois, o fundamento racional do direito de punir”. Ver FREITAS; LARANJEIRA, p. 77-83.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

através do poder de polícia. Nesse segundo caso, a concepção de direito, ligada às **questões sociais e políticas, se torna essencialmente um “caso de polícia”** - mesmo que a retórica do discurso afirme o contrário -, quando estão ameaçadas por lutas sociais e políticas que têm como horizonte transformações mais aprofundadas da sociedade.

Na década de 1930, no Brasil e nos estados, apesar de algumas contestações, essa concepção hegemonizou as relações sociais e políticas. Foi majoritária no judiciário, nas Forças Armadas e nas delegacias de polícia, **sobretudo durante o “Governo Provisório de 1930 a 1934, mais ainda a partir da Lei de Segurança Nacional (LSN) em 1935 e, sobretudo, a partir dos Estados de Sítio e de Guerra e após a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), entre 1935 e 1936.** Era ela que fundamentava a base dos discursos hobbesianos de **“manutenção da ordem” e de “paz social”**.

Portanto, a justificativa jurídica e ideológica para ser eficaz na permanência das classes dominantes no poder, controlava e reprimia o mundo **do trabalho, através da atuação direta na “ordem social e política”**. Nela, o direito e o Estado eram faces de uma mesma estrutura de poder, enquanto que a polícia fechava o tripé para a execução prática dos limites impostos pela lei e pelo Estado, em nome da segurança do mesmo.¹⁸

Foi essa concepção funcionalista originária do direito positivo que marcou a formação da geração política que assumiu o aparelho de Estado no pós-1930, no qual nem sempre o que era ilegal deixava de ser legítimo. Por isso, **a “violação da lei” pela polícia foi tão constante, enquanto que quando necessário, a lei era mudada para dar caráter público de legitimidade à repressão, proporcionando tratamento jurídico desigual para determinadas questões políticas e sociais que em sua origem tinham o mesmo conteúdo, mas eram praticadas por segmentos sociais e políticos distintos.** Nesse caso, as

¹⁸ Por sua vez, não se desconsidera aqui a noção da utilização da lei como forma de conquista de direitos, ou quando os dominados lutam por seus direitos através da lei, quando esta **também é vista como “arena central de conflito”, questões tão bem levantadas por THOMPSON: 1997, p. 331-361.**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

polícias agiam como verdadeiras “tropas de choque” para os empresários ou grandes proprietários.

Essa “função policial”, como parte menor da “manutenção da ordem”, fez parte do cotidiano dos movimentos sociais e políticos no Brasil, bem como no Rio Grande do Sul, na década de 1930. Assim como este dia-a-dia teve nas concepções de Nação a negação da classe e da região, todas para amalgamar a harmonia entre o Estado e a Sociedade Civil, enfim harmonizar as classes entre si.

Referências Bibliográficas

- ALENCASTRE, Álvaro de. *O regionalismo no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1932.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Novas leituras. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.
- AMADO, Janaína Amado. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. *Latifúndio e identidade regional*. Série Documenta, n. 25. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- FREITAS, Décio; LARANJEIRA, Álvaro (Orgs.), *A serpente e o dragão*. Getúlio Vargas. Dissertações acadêmicas. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. 3 ed. Porto Alegre: Tchê, 1983.
- HOBSBAWM, Eric. Da história social à história das sociedades. In: *Sobre história*. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich A ideologia alemã. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Moscou: Progresso, 1982.
- OLIVEN, Ruben George *A parte e o todo: a diversidade cultural do Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PESAVENTO, Sandra. História regional e transformação social. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- PESAVENTO, Sandra J. Esta história que chamam micro. In: GUAZELLI, César A. B.; PETERSEN, Sílvia R. F.; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina C. L. (Orgs.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- PETERSEN, Sílvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.
- RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Ed. da USC, 1999.
- RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História regional e local: problemas teóricos e práticos. In: *História & Perspectivas*, n. 16-17, Uberlândia: UFU, jan./dez. de 1997.
- SILVA, Vera Alice Cardoso da. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores*. A origem da Lei Negra. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El Rey*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1970.

VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo/Ed. da UFRGS, 1975.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A RELIGIOSIDADE AOS MÁRTIRES DO CAARÓ

Diosen Marin¹

Introdução

A construção da Romaria do Caaró é resultante do processo de ressignificação do martírio dos três padres jesuítas: Roque Gonzalez de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e Juan Del Castilhos que ocorreram em 1628, e que de acordo com as narrativas históricas remetem ao trucidamento dos padres por um grupo de indígenas, liderados pelo cacique Nheçú, que eram contrários à evangelização cristã. Com isso, esse projeto de pesquisa com Bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFSM, 2010/2011, intitulado *Romaria do Caaró: a construção social de um patrimônio cultural caibatense* (Caibaté- RS) orientado pelo Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, tem por objeto de estudo compreender a produção de representações sociais acerca da Romaria do Caaró, da história e da memória dos habitantes de Caibaté, e com isso entender como esse evento se constrói socialmente e como se estabelece, enquanto patrimônio cultural do município, assim como, entender o seu uso político e econômico, no contexto regional e nacional.

Nesse sentido, nosso cerne de estudo é a relação social estabelecida na comunidade de Caibaté, a fim de organizar a Romaria do Caaró, pois esse evento religioso mobiliza a população local que se prepara, anualmente, para receber a um contingente de peregrinos (recebendo entre 5.000 à 12.000 visitantes) que, muitas vezes, supera o número de habitantes da comunidade, que constitui-se de aproximadamente 5.000 habitantes. Sendo que, uma das justificativas para a mobilização social é resultado das implicações econômicas que esse evento religioso promove no município de Caibaté.

As fontes orais, que tivemos o primeiro contato no dia 15 de novembro de 2010 durante a 77ª Romaria do Caaró, as quais são de suma importância para o

¹ Graduando de História licenciatura plena e bacharelado; estudante da Universidade Federal de Santa Maria; diosen.hist@gmail.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

desenvolvimento do projeto de pesquisa, pois a partir das fontes é possível analisar como a comunidade local constrói esse evento, isso a partir da memória que possuem do mesmo, bem como entender como a história desse evento religioso é construído na memória da população local.

A partir desses pressupostos, devemos referendar que o intuito dessa pesquisa é analisar as representações sociais, bem como a formação cultural produzidas no município de Caibaté em relação à Romaria do Caaró.

A construção social da Romaria do Caaró

É pertinente nos atermos a alguns autores que contribuem para a análise da história e da memória da comunidade de Caibaté, através desses autores pretendemos identificar fatores na produção de representações sociais referente a Romaria do Caaró. Dentre os autores lidos o que mais se destaca, por trabalhar de maneira expressiva com a história de Roque González trata-se de Paulo Rogério Melo de Oliveira (2009), que em sua tese tem como temática o encontro entre os jesuítas e os guaranis, bem como a morte do padre Roque González. De maneira geral, o trabalho remete-se a evangelização no Paraguai com ênfase no encontro entre índios e jesuítas, o historiador a partir do passado busca nas experiências do presente analisar o turismo e a construção das identidades regionais.

Um dos argumentos defendidos pelo historiador para que tenha ocorrido o martírio à Roque González remete-se a tensão que se criou pela oposição de universos radicalmente diferentes. Sendo que uma das fontes documentais utilizadas pelo historiador refere-se às cartas e crônicas jesuíticas, as quais se utiliza como ponte de acesso ao passado, isso como o intuito de perceber as condições em que essas cartas foram produzidas, bem como a sua apropriação pela historiografia jesuítica.

Um dos pontos que o historiador faz questão de reafirmar trata-se da necessidade de pensar como esses lugares históricos tornam-se alvo do turismo e, em decorrência, disso constroem um discurso de preservação dos patrimônios



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

histórico, pois a região missioneira é um local de grande atração turística devido as antigas ruínas das reduções jesuíticas, esse é um dos pontos que causou algumas reflexões devido a peculiaridade do município Caibaté. Ou seja, a cidade compõem a rota missioneira, mas não possui as famigeradas ruínas que são representações da região missioneira, e é nesse ponto que Oliveira (2009) levanta sua hipótese de que essa localidade necessita do turismo religioso para afirmar a sua identidade missioneira.

Além disso, outro ponto intrigante da tese de Oliveira (2009) refere-se à construção da ponte, sendo destinada uma parte de sua tese a essa temática. Em 1990, ou seja, dois anos após a santificação dos mártires, foi inaugurada a ponte internacional entre a Argentina e o Paraguai a qual recebeu o nome de Ponte Roque González de Santa Cruz, tal homenagem foi motivada pela obra de evangelização que esse padre realizou na região.

Apesar das divergências geopolíticas, entre Paraguai, Brasil e Argentina o padre Roque González emerge como o fundador dos trinta povos jesuíticos e, com isso, Coube a ele percorrer os três países e semear as bases da civilização. Roque González simboliza o laço identitário que amarra a integração. Ponte, enquanto metáfora, é apresentada pelo historiador como um espaço fluído entre duas margens, por se a ponte um objeto que evoca um amplo conjunto de significados e perspectivas.

A partir, dessas perspectivas podemos refletir sobre a importância da religiosidade nessa região, pois a ponte é uma metáfora utilizada pelo historiador para estabelecer a relação entre os eventos do século XVII, e a permanência da religiosidade aos mártires na região, sendo essa religiosidade compartilhada por brasileiros, argentinos e paraguaios.

Dentre as leituras realizadas podemos elencar obras que tratam da construção de monumentos sagrados e da relação entre o espaço físico e as subjetividades individuais e coletivas. Assim, consideramos a obra ***Trilhas do Sagrado***, organizada por Zeny Rosendahl, que reúne artigos dos professores Otávio José Lemos Costa, Sandy Regina Cadete Barbosa de Jesus, Carlos



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Eduardo Santos Maia, Cristina Teresa Carballo e Maria da Graça Mouga Poças Santos. A obra inserida nos estudos sobre a geografia cultural tem como eixo central a relação entre manifestações religiosas e o espaço físico em que elas desenvolvem-se. Neste sentido, é possível reconhecer e analisar a materialização **do sagrado nas “hierópolis” ou cidades-santuários**. Para além das imagens, signos, símbolos e templos, a obra também destaca a importância de compreender as experiências emocionais dos fenômenos sagrados, através da percepção e no significado que essas experiências produzem no individual e no coletivo.

Ao longo da pesquisa identificamos a relevância da leitura de obras e trabalhos já produzidos sobre o nosso objeto de estudo. A partir dessa definição realizamos, inicialmente, a leitura da obra ***Santos Mártires das Missões***, de Estanislau A. Kreutz, que realiza uma síntese biográfica dos “Três Mártires das Missões”: os padres jesuítas Roque González de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e João de Castilho. A obra, além de destacar as realizações dos três evangelizadores jesuítas, trata do episódio do martírio no século XVII, que passou a ser resignificado e reinterpretado a partir da inserção da Romaria do Caaró na comunidade de Caibaté, no ano de 1927. Sendo que, a partir dessa data inicia-se o processo de beatificação e canonização dos padres, o qual se concretiza com a canonização dos santos mártires, e particularmente, o Pe. Roque González, que foi canonizado em 16 de maio de 1988, em Assunção no Paraguai pelo Papa João Paulo II.

Entre as obras analisadas, destacamos alguns materiais de divulgação acerca da Romaria e do Santuário do Caaró, como o livreto ***Santuário do Caaró***, também de autoria Estanislau A. Kreutz, que traz informações gerais sobre o Santuário. Dentre elas, a sua construção, os elementos que o constituem e seus respectivos significados.

História Oral como um meio de reconstrução da memória missioneira



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Para o estudo do campo metodológico da história elencamos as nossas leituras Michel Foucault (1972) a fim de problematizar as correntes teóricas que interferem em nosso trabalho, pois a intenção de Foucault (1972) ao escrever o livro, *A Arqueologia do Saber*, era fazer uma análise da história a partir de sua proposição teórica, como fica claro na introdução da obra.

Entre os argumentos por ele defendidos, o que mais contribui com o nosso objeto de pesquisa cabe a sua análise sobre o discurso, na qual explica que a análise histórica do discurso como sendo **“a busca e a repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica, o outro a destina a ser interpretação ou escuta do já dito que seria ao mesmo tempo um não dito” (p.36).** Com isso, Foucault (1972) propõe que se rompa com essa infinita continuidade do discurso, e assim demonstra que a busca pela origem da famigerada verdade histórica é um erro, pois para ele todo o discurso é composto por diferentes estratégias reservadas a um grupo determinado de indivíduos.

Sendo assim, a quem coube escolher o discurso que seria reproduzido sobre o martírio de Roque González. Com isso, aplicando as escolhas teóricas de Foucault (1969) é possível definirmos que não existe um discurso ideal, ao mesmo tempo último e intemporal, tal fato demonstra que o discurso está sempre sendo ressignificado.

Ainda, se faz necessário uma análise sobre a história oral, a fim de contemplar a metodologia aplicada ao projeto de pesquisa, para tanto elencamos Thompson (1992) e Alberti (2007).

Segundo Thompson (1992), para que o historiador seja bem sucedido ao entrevistar são necessárias habilidades, que o bom entrevistador pode vir a desenvolver através de uma variedade de métodos, a fim de atingir por meio desses métodos os melhores resultados. Dentre as características destacadas por Thompson (1992), para que se chegue a uma entrevista bem sucedida, encontram-se: o interesse e respeito pelos outros, flexibilidade diante do entrevistado, a capacidade de demonstrar compreensão e simpatia por sua



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

opinião, bem como disposição para ouvir o relato calado, ou seja, a importância de saber ouvir.

Alberti (2007) contribui no que se refere a transcrição da fala gravada, sendo que denomina de processamento, todo o processo que envolve a passagem da entrevista da forma oral para a escrita, compreendendo as etapas de transcrição, conferência de fidelidade, transcrição e copiadesque. Demonstra em sua obra que as etapas de transcrição requerem dedicação, paciência e sensibilidade, a partir dessa definição de Alberti (2007) podemos definir que a transcrição trata-se de um trabalho meticuloso que implica em muitas horas de dedicação. De acordo com Alberti (2007) a passagem da entrevista da forma oral para a escrita, ou seja, o que convencionamos chamar de transcrição constitui a primeira versão escrita do depoimento, e este primeiro esforço é traduzir para a linguagem escrita aquilo que foi gravado, sendo fiel ao que foi gravado transformando-o em material transcrito.

Além dos livros, também nos utilizamos de outras fontes documentais como a revista (1998) de pós-graduação da PUC/USP, na qual a história oral é apresentada como uma forma específica de discurso. Com isso, podemos definir a história oral como um discurso dialógico que remete a relação entre a fonte e o historiador, a qual se estabelece no momento da entrevista.

A construção da identidade missioneira a partir da Romaria do Caaró

Novamente, é pertinente mencionarmos que o município de Caibaté não possui as ruínas, que são representações emblemáticas de muitos municípios que compõem a rota missioneira, como São Miguel, entretanto o que movimenta o turismo local refere-se a construção da identidade missioneira pensada a partir do turismo religioso proveniente da Romaria do Caaró.

Em relação ao estudo sobre identidade, dois autores destacam-se são eles Stuart Hall (2006) e Roberto da Matta (1986). Segundo Hall (2006), a descentração do indivíduo demonstra que este sujeito está deslocado tanto do



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo, e é a essa questão que o autor atribui o título de crise de identidade. O propósito que o autor apresenta para esse livro é explorar algumas das questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia, além de avaliar se existe uma crise de identidade. Um dos enunciados da obra visa entender se as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização.

Stuart Hall (2006) ao longo de sua escrita demonstra preocupar-se com os efeitos da globalização na percepção que se constrói sobre a identidade nacional, e para tanto corroboram teóricos, que estudam os efeitos da globalização em um mundo pós-moderno, os quais afirmam que os efeitos globais acabam por enfraquecer as formas nacionais de identidade cultural, isso não impede que as identidades nacionais permaneçam fortes, mas as identificações locais, regionais e comunitárias tem atingido patamar de relevância. A percepção do autor do fortalecimento das identidades locais corrobora com a proposição defendida nesse projeto de pesquisa.

Hall (2006) coloca que no mundo moderno as culturas nacionais são as principais fontes de identidade cultural, pois muitas vezes pensamos de onde viemos para caracterizar quem somos. Nesse viés, enquadra-se o município de Caibaté que requer a identidade missioneira, ou seja, a partir disso, podemos afirmar que a identidade missioneira é uma construção posterior, pois por trezentos anos o martírio é esquecido pela comunidade, sendo ressignificado durante a celebração do tricentenário do martírio, e é nesse período que a comunidade requer a sua identidade missioneira.

Destacamos também para o estudo de identidade, o livro “O que faz o Brasil, Brasil?” com autoria de Roberto da Matta (1986), nele o autor chega a diversas explicações para a constituição do país, isso em relação ao perfil, sobre a nossa constituição mestiça, sobre o fato de sermos considerados um país pobre, devido à má distribuição da renda. Além disso, ele apresenta um conjunto de informações acerca do Brasil que constitui uma identidade nacional e que, possivelmente, pode determinar um perfil para o país. Não que esse perfil



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

nos defina enquanto uma unidade nacional, mas por definir de onde viemos, congruente a proposição de Hall (2006), acaba por definir quem somos.

Ainda sobre a obra, percebe-se a problematização de algumas estruturas da composição social brasileira, criando alguns conceitos e aplicando outros, a fim de compreender o modo como os membros da sociedade brasileira interagem. Nesse sentido, o Brasil não é identificado pela sua homogeneidade étnica ou pelos seus indicadores sócio-econômicos, mas pela forma de se relacionar peculiar à nossa sociedade.

Assim como, demonstra Da Matta (1986), o Brasil não pode ser definido como um país homogêneo, a mesma concepção de identidade heterogênea serve para definir a comunidade de Caaró que apresenta, primeiramente, uma identidade de colônia de imigrantes, a qual prevaleceu até a celebração do tricentenário do martírio, porém, a partir desse período, a comunidade local passa a requerer a sua identidade missioneira, a qual é construída a partir do caráter religioso, e não da manutenção das ruínas das missões jesuíticas, sendo que cabe a religiosidade movimentar o turismo local.

Uma visão midiática da Romaria do Caaró

Dentre os objetivos estabelecidos para o desenvolvimento desse projeto de pesquisa, um deles destaca-se, ao propor a contribuição com novos estudos sobre as sociedades missionárias promovendo o reconhecimento de seus elementos culturais, nesse caso o reconhecimento da Romaria do Caaró. Para justificarmos a efetivação desse objetivo, é pertinente atermo-nos a um desdobramento do projeto de pesquisa que consiste na pesquisa do processo de formação da Romaria do Caaró a partir da análise da revista *Rainha dos Apóstolos*, entre os anos de 1923 à 1933.

Essa temática será desenvolvida ao longo do Trabalho de Conclusão de Graduação (TCG), o qual deve ser concluído no segundo semestre de 2011, sendo que, a partir dessa pesquisa pretende-se encontrar resposta a algumas lacunas presentes no processo de formação da Romaria do Caaró.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

No decorrer da pesquisa diagnosticamos algumas informações desconhecidas, pois em fontes bibliográficas havia determinadas informações que, muitas vezes, eram divergentes da pesquisa oral, a partir disso a revisão de alguns fatores a partir de uma fonte midiática contemporânea ao processo de formação da Romaria do Caaró tornou-se de grande valia. Pois, na revisão bibliográfica havia uma inclinação a definir a população como a propulsora do ideário da formação da Romaria e do culto aos santos mártires, entretanto em uma das pesquisas orais foi mencionado que esse processo de formação era resultado de estímulos oriundos da Igreja, que instigava a população a organizar-se em prol da beatificação dos mártires.

Sendo que, a partir da análise na revista *Rainha dos Apóstolos* podemos definir que o processo de formação da Romaria do Caaró foi instigado pela Igreja Católica, pois na revista encontramos diversas reportagens sobre os mártires, principalmente, sobre a personagem Roque González, e nessas reportagens a população é convidada a organizar-se, a fim de promover a beatificação dos mártires. Um dos fatores mais intrigantes da pesquisa refere-se ao fato de que a Igreja utiliza-se da revista, enquanto meio midiático, para atingir a um grande público e, assim, promover, efetivamente, a beatificação dos mártires através da adesão da população a campanha.

Em relação à revista alguns dados são bastante interessantes, dentre eles podemos identifica-lá como a primeira revista católica do Brasil, e desde a sua primeira edição encontramos referência ao *venerável*² Roque Gonzalez, bem como a linha editorial da revista, que no período estudado consistia em divulgar as obras das missões católicas, seus mártires, como o próprio Roque Gonzalez. Ou seja, nesse período a revista destinava-se a um público muito restrito da Igreja, e, ao que tudo indica, atingia muito superficialmente a população, mas isso não diminui o alcance da revista, pois os líderes eclesiásticos levavam a mensagem à população.

² *Venerável* é a maneira como se referem ao Pe. Roque González nas edições consultadas da revista *Rainha dos Apóstolos*.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Entretanto, essas são algumas considerações sobre a pesquisa documental, porém é pertinente mencionarmos que se trata de uma pesquisa em fase inicial e, que, portanto, ainda, não possui conclusões, logo o que foi, anteriormente, relatado, são algumas considerações parciais da pesquisa realizada, sendo que essa pesquisa é um desdobramento do projeto de pesquisa ***Romaria do Caaró: a construção social de um patrimônio cultural caibatense (Caibaté-RS).***

Roque Gonzalez: o mito fundador

A Romaria do Caaró enaltece-se por render homenagens aos três mártires Juan del Castilho, Afonso Rodrigues e Roque Gonzalez de Santa Cruz, entretanto dos mártires o que possui mais destaque refere-se ao Pe. Roque Gonzalez, fato que leva-nos a atribuir-lhe o título de mito fundador.

Dentre as suas características particulares, a mais enaltecida refere-se ao fato dele falar o idioma nativo dos indígenas, o guarani, o qual ele dominava desde a infância. Sendo um dos fatores que lhe aproximou dos nativos, é a língua uma das maiores dificuldades dos demais missionários para inserirem-se nos grupos indígenas, pois, no geral, os catequizadores desconheciam o guarani e, em decorrência disso, tinham dificuldade em estabelecer comunicação com os nativos. Ao dominar a língua guarani o Pe. Roque Gonzalez destaca-se entre os seus companheiros missionários.

Além disso, é pertinente mencionarmos que a personagem Roque Gonzalez é construída a partir de um discurso, o qual não pode ser definido como estático, uma vez que é uma das vertentes de análise da linguagem e, em decorrência disso, encontra-se em constante movimento. (FIORIN, 2005) Nesse sentido é pertinente mencionarmos que a compreensão de discurso refere-se não ao campo da linguagem, exclusivamente, mas implica em questões ideológicas assumidas a partir do posicionamento do sujeito.

E, em relação aos múltiplos discursos apresentados sobre Roque Gonzalez, podemos afirmar que cada discurso foi produzido por sujeitos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

diferentes, a primeira construção discursiva foi, imediatamente, após o martírio, a qual foi elaborada por padres jesuítas e registrada em cartas anuas, ou seja, podemos considerá-lo o primeiro discurso elaborado sobre o martírio.

Nele os padres jesuítas demonizam Ñheçú e proclamam o caráter de mártir dos três padres jesuítas. (OLIVEIRA, 2009) Por, aproximadamente, trezentos anos, não houve outra construção discursiva registrada, que contradissesse essa primeira concepção da história do martírio. Entretanto, a tese defendida por Paulo Rogério de Oliveira pretende questionar o processo de demonização do indígena, demonstrando que a construção que se faz ignora os motivos que levaram os indígenas a adotarem tal atitude.

Ainda, é pertinente mencionarmos a releitura que o folclorista Barbosa Lessa constrói em seu livro *Nheçu no Corredor Central* sobre o processo do martírio, nele o indígena adquire papel de destaque, não sendo demonizado como nas primeiras cartas anuas que descreveram o martírio, sendo o martírio um evento secundário do livro. Além disso, o livro pode ser definido como uma mistura de história, literatura e mito³². Podemos, ainda, afirmar que o indígena e o martírio são romantizados, sendo o indígena apresentado como “bom selvagem” e os padres, Roque González, Juan del Castilho e Afonso Rodríguez, apresentados como os bem-aventurados mártires do Rio Grande do Sul.

Um dos maiores entraves à utilização das narrativas associadas aos mitos entendidos como personagens históricos e mesmo a situações idealizadas, diz respeito ao fato do mito não admitir questionamentos. Ele é da ordem do atemporal, encontra-se inscrito fora do tempo e, portanto, fora da história dos homens. (SOUZA, 2004, p.11)

Na citação acima Mériti de Souza apresenta-nos a sua concepção sobre mito, nela a autora propõe que os mitos, quando aceitos como personagens históricos, acabam por promoverem narrativas históricas idealizadas. Ao

³ Referência ao livro *Sepé Tiaraju: muito além da lenda*, principalmente ao capítulo 2 de autoria de Sandra Jatahy Pesavento, *Narrativas Cruzadas: história, narrativa e mito: Sepé Tiaraju das Missões*, nele a autora demonstra que “um mesmo personagem ou acontecimento pode ser objeto de diferentes versões, que guardam entre si aproximações e distanciamentos, a conferir distintos ou coincidentes significados”. (PESAVENTO, 2006, p. 31)



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

aproximar-mos a concepção da autora ao nosso projeto de pesquisa, podemos afirmar que os mártires são mitos entendidos como personagens históricos, e que por seus papéis acabam produzindo narrativas idealizadas, como podemos constatar no livro *Ñheçú No corredor Central* em que os padres são apresentados como mártires do Rio Grande do Sul, entre outras compreensões idealizadas, produzidas ao longo dos 383 anos do martírio. Além disso, a construção dos mitos faz parte da constituição da sociedade, pois estiveram estão presentes no imaginário cultural das sociedades. (SOUZA, 2004)

Por fim, é pertinente mencionarmos Pierre Nora (1993), representante da Nova História que contribuiu na formulação de conceitos de História e memória, ao afirmar que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências de repentinas revitalizações.

A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p.9)

Como podemos identificar na citação acima, Nora (1993) afirma que memória e História não são sinônimos, mas, na verdade, se opõem. No projeto de pesquisa *Romaria do Caaró: a construção social de um patrimônio cultural caibatense* (Caibaté-RS), trabalhamos com concepções de memória e história, pois a metodologia aplicada para a realização do projeto de pesquisa compreende o uso da história oral, e para que essa metodologia seja aplicada com sucesso é pertinente que tenhamos compreensão de conceitos como memória e História.

Porquanto, ao entendermos a História como a representação do passado e a memória como um elo entre passado e presente, podemos afirmar que em relação ao martírio jamais compreenderemos suas reais dimensões, pois estamos restrito ao processo de representação desse passado, mas no que tange



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

a memória somos capazes de registrar a memória que a população local guarda desse evento religioso, Romaria do Caaró, de seu passado e quais as novas significações atribuídas no presente a Romaria.

Conclusão

Ao longo do desenvolvimento desse projeto de pesquisa procuramos analisar um evento que é tão significativo a comunidade de Caibaté, isto no que se refere à Romaria do Caaró. Sendo que, um dos pontos significativos no desenvolvimento do projeto ocorreu durante a viagem de estudos, em que pudemos observar algumas perspectivas peculiares, as quais não conseguiríamos reconhecer, com o uso exclusivo da revisão bibliográfica. Além disso, a possibilidade de termos contato com a comunidade fez com que as hipóteses, levantadas durante a leitura e as reuniões de orientação, se tornassem mais concretas.

Além do mais, é inegável que a Romaria do Carro está passando por transformações, pois, hoje, existe no Santuário um fragmento do coração de Roque González, e apesar da relíquia ser um patrimônio do Paraguai, a existência de uma parte da mesma no município de Caibaté demonstra a legitimação desse local, enquanto lugar da memória dedicado a reverenciar os três santos mártires, pois entre a população da região é compartilhado o discurso de que o Santuário do Caaró é o único a render homenagens aos mártires.

Novamente, é pertinente tratarmos do desdobramento do projeto de pesquisa, isso ao nos referirmos a pesquisa sobre a formação da Romaria do Caaró, através da análise da revista *Rainha dos Apóstolos*. A partir disso, podemos afirmar que o objetivo dessa pesquisa é promover a relação entre o conhecimento acadêmico e a ressignificação dos três mártires, trezentos anos após o martírio e, com isso, compreender como esse processo de ressignificação leva a organização da Romaria do Caaró, na primeira metade da década de 30. Ou seja, esse desdobramento possui metas que complementam os objetivos do



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

projeto de pesquisa *Romaria do Caaró: a construção social de um patrimônio cultural caibatense* (Caibaté- RS).

Nesse sentido, as considerações realizadas até o momento compreendem uma pesquisa em fase inicial, e que, portanto, contempla resultados parciais sobre a construção social da Romaria do Caaró, a qual é apresentada como um patrimônio cultural do município de Caibaté.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CANCLINI, Néstor García. *Gramsci com Bordieu. Hegemonia, consumo y nuevas formas de organización popular*. Nueva Sociedad, n.71, Março-Abril de 1984, p. 69-78.
- CARVALHO, E. K. *Mídia e política: revista Veja e o caso Renangate*. Especialização (Especialização em Pensamento Político Brasileiro) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2008.
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FIORIN, José. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p.9-53.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 256.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Bauru: EDUSC, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- OLIVEIRA, Paulo Rogério de. **O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas terras de Ñezú**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- KREUTZ, E. A. **Santos Mártires das Missões**. 10. ed. Santo Ângelo: Ed. Berthier, 2003. 98 p.
- KREUTZ, E. A. **Santuário de Caaró**. 3. ed. Santo Ângelo: Ed. Berthier, 2001. 28 p.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo (n. 10), dez. 1993.
- REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA DA PUC/USP. Projeto História 17: Trabalhos da memória. São Paulo:PUC/USP, 1998.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Trilhas do Sagrado**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010. 191 p.

SOUZA, Meriti de. Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira. In: VII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: a questão social no novo milênio. **Painéis...** Coimbra: s/ed., 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel46/MeritiDeSouza.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A TRAJETÓRIA DA UDN EM JOAÇABA: ORIGEM, COMPOSIÇÃO SOCIOPOLÍTICA E ATUAÇÃO ELEITORAL (1947-1962)

Dirceu André Gerardi*

1. Introdução:

A Revolução de 1930 e o Estado Novo não destroem as oligarquias catarinenses. O grupo oligárquico de Nereu Ramos, interventor de 1935 até 1945, é automaticamente conduzido ao interior do PSD. O PTB é artificial, surge da indicação direta de Getúlio Vargas que nomeia Saulo Ramos (primo de Nereu), o presidente do partido. Os Konder-Bornhausen foram relegados ao ostracismo, por não apoiarem Vargas em 1930, contudo mantiveram-se latentes, com a abertura democrática de 1945 ingressam na UDN. Neste contexto o PSD melhor aparelhado, vencerá as eleições de 1946, sob a desarticulada UDN e o incipiente PTB.

A formação dos partidos em Joaçaba após 1945 obedece em grande parte a orientação das oligarquias estaduais. O PSD será montado diretamente pela **oligarquia Ramos. As Casas Hoepcke**, “tornou-se uma sucursal do PSD, em todas as agências do estado (Blumenau, Joinville, Lages, Joaçaba, São Francisco do Sul, e Tubarão)”², sendo o braço econômico e político do partido. Em Joaçaba, sua estrutura foi utilizada para cooptação eleitoral, elegendo prefeitos, vereadores e deputados. Seu gerente, Oscar Rodrigues da Nova é o fundador do partido, juntamente aos membros de outro grupo econômico local, os Bonato. A UDN reúne simpatizantes do antigo PR, perseguidos políticos e uma parcela da elite comercial e industrial da cidade. O PTB possuiu um princípio de movimentação social de base operária, logo suprimida pelos udenistas, pois

* Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-RS e bolsista do CNPq. E-mail: andregerardi3@hotmail.com

² Jornal Correio d'Oeste. 05 de outubro de 1947. nº 86.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

grande parte destes era funcionário nas indústrias e comércios de udenistas. Os três **partidos herdaram uma formação oligárquica condizente com a “lei de ferro” das oligarquias de Michels. A renovação ocorrida na UDN foi “cirúrgica”** apenas preparava novas lideranças e a cristalização dos fundadores nos cargos foi o traço dominante. Seus membros eram ao mesmo tempo os candidatos naturais do partido. As renovações dos quadros que ocorreram eram aparentes, **e esses “novos” inseridos ocupavam cargos secundários, com pouca ou nenhuma** atuação. O traço marcante dos partidos na cidade está nas composições internas elitistas, conservadorismo extremado e oligárquico.

A vitória de Aderbal Ramos como Governador em 1946 é decisiva para as eleições municipais catarinenses de 1947 por fornecer vantagens políticas e também econômicas para os representantes desta esfera. Em Joaçaba, um membro do grupo Hoepcke-Bonato, assume a prefeitura interinamente meses antes das eleições, por indicação direta do Governador. Facilitando a utilização da máquina na campanha.

Os dados das eleições municipais de 1945 e 1947 demonstram a superioridade do PSD para todos os cargos pelo estado catarinense. Um dos fatores que favorece esta dominação, está ligado ao fato da oligarquia Ramos apoiar o processo revolucionário de Vargas e Estado Novo. Recebendo em troca a interventoria no estado. Uma mostra do peso eleitoral está nos resultados das **eleições de 1935, onde o Partido Liberal comandado por Nereu, “vence em 30 dos 40 municípios”**³ catarinenses. Para a constituinte de 1945, o PSD elegeu sete dos nove deputados federais. Em 1946 elegeu o governador Aderbal Ramos.

Em 1947 das 37 vagas disponíveis ao legislativo estadual, o PSD obteve 56,75%, contra 35,15% da UDN. A nível municipal das 45 vagas para prefeito, 84,44% são do PSD e apenas 11,11% da UDN. Aos legislativos municipais foram disponibilizadas 445 cadeiras, 64,94% foram preenchidas pelo PSD e 33,93% pela UDN.

³ CARREIRO, Yan de Souza. Eleições e Sistemas partidários em Santa Catarina (1945 – 1979). Florianópolis. Editora da UFSC, 1990. P.38.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A UDN foi derrotada em quase todo o estado em todos os cargos, pois não possuía bases e redes políticas consistentes. Dados que evidenciam a debilidade da oposição no estado. Todavia essa situação forneceu comodidade **ao PSD catarinense, ofuscado pela “crença” de vitória fácil nas eleições de 1950.** Não contavam com o poder de reação dos Konder-Bornhausen e da nova elite econômica que emergiu pelo estado.

Sendo este o contexto que permeia a formação dos partidos e a competição eleitoral em Joaçaba. A segunda parte do trabalho articulará o contexto político local com alguns acontecimentos históricos nacionais e estaduais. Nossa intenção não é conhecer a origem institucional do partido, mas sim os quadros sociopolíticos que integraram a primeira formação do partido. **Nossa constatação foi que os antigos políticos e a “nova” elite local, afetados em partes por instabilidades políticas promovidas por Vargas em 1930 e Estado Novo, integram a UDN institucionalizando uma luta contra o sistema vigente, ou seja, contra a oligarquia Ramos, contra Vargas e o eixo pessedista Hoepcke-Bonato.** Esta construção histórica é produzida partindo de entrevistas, pesquisa em periódicos e arquivos públicos e privados.

A terceira parte demonstrará a composição sociopolítica do partido ao longo do tempo e que sua origem está atrelada ao surgimento de uma elite comercial e industrial local, além de burocratas e profissionais liberais, configurando-se no núcleo do partido. Esta nova elite política formará um bloco monolítico na burocracia do partido. Ao mesmo tempo serão os candidatos naturais e também os eleitos. Esta burocratização transforma-o numa oligarquia assim como observava Michels, e que se processava em termos de grande coesão interna, concentração de poderes numa seleta aristocracia que gozava de grande autonomia política em relação à base, permanecendo inamovíveis por longos períodos nos cargos de direção. O diretório apresentava, por exemplo, uma oxigenação cirúrgica que mantinha a cristalização. O quarto item de maneira breve mostrará o contexto das campanhas e os resultados da UDN. Por fim as conclusões.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

2. Origem histórica da UDN em Joaçaba:

A ausência das atas de fundação e documentos do partido tornou impossível determinar a origem institucional. Baseamos nossa pesquisa em outras fontes que permitiram a reconstrução da gênese histórica e sociopolítica do partido. Entre elas, estão as atas do Tribunal Regional Eleitoral de SC, que nomeiam os candidatos e eleitos udenistas. As atas de fundação da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (ACIOC), com os nomes das primeiras diretorias entre 1940 e 1947 e suas reivindicações. Além de uma fragmentada coleção de periódicos locais de 1945 e 1947. Utilizamos a história oral e registros fotográficos. Sendo estas as fontes utilizadas na pesquisa.

Não conseguimos apurar se o Banco INCO pertencente à família Bornhausen influenciou diretamente na formação da UDN na cidade. Constatamos que nas eleições de 1950, o banco fornecia vantagens aos udenistas, seja **candidatos ou eleitores, facilitando “empréstimos”**⁴ por exemplo. Porém, anteriormente a esta data, devido à falta de fontes não conseguimos associar a ligação do gerente do banco com oligarquia Konder-Bornhausen na formação do partido. O que corrobora apenas que o banco financiou campanhas e elegeu candidatos, entre eles o gerente de seu banco.

A UDN, historicamente foi composta por antigos políticos do PR que perderam seus mandatos com a Revolução de 1930 e Estado Novo, ou sofreram perseguição política. Em segundo lugar por membros da ACIOC. Também por indivíduos que negavam o situacionismo do PSD no governo nacional, do Estado e em Joaçaba.

Podemos verificar na foto abaixo de 1926, a presença de um membro da oligarquia Konder na região. Faziam uma excursão política pelo Vale do Rio do Peixe e Oeste. Identificaram a carência de infra-estrutura urbana e educação. Passos Maia era o Prefeito de Joaçaba nesta data, representante republicano e Coronel do quartel da Polícia Militar no distrito de Herval d´Oeste. Logo com a

⁴CARLI, Ângelo de. Entrevista concedida ao autor em 12.11.2009.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

concretização da Revolução de 1930, os revolucionários pela ferrovia de Herval, invadem Joaçaba e depõe Passos Maia. Podendo ser enquadrado como um dos integrantes da UDN que perdeu o cargo em decorrência da Revolução. A imagem ainda demonstra a força que o partido possuía na cidade, reunindo grande número de políticos e empresários da localidade e região.

Foto 1 – **Adolfo Konder na estação de Herval d’Oeste em 1926**



Fonte: Depósito do Departamento de Cultura e Esporte de Joaçaba.

Em destaque no meio de bengala, Adolfo Konder ao seu lado direito o Prefeito de Joaçaba Passos Maia, mais abaixo Cel. Artur Pereira, Walter Shuschnigg, Pedro Magalhães, Francisco Hall e do lado esquerdo José Luiz Maia. A esquerda de Adolfo está o irmão de Passos Maia, José Luiz Maia, Luiz Giorno, Capitão Paiva, Pedro Paludo, Vitor Rauen, Augusto Aguiar, David Cruz, Orestes Bonato, Ettore Pedrini e José Waldomiro Silva e demais políticos.

Mesmo perdendo o cargo para a revolução, Passos Maia fica na cidade. Nas eleições municipais de 1935 é eleito prefeito, e como Vereadores: José Waldomiro Silva, Luiz Dalcanalle Filho, Jesuino Mendes, Jorge Fuganti, José Ataliba Schneider, Serafim Brancher e Carlos Baretta⁵. Com a decretação do

⁵ SILVA, José Waldomiro. O Oeste catarinense: Memórias de um pioneiro. Edição do autor, Florianópolis. 1987. P.102.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Estado Novo todos foram destituídos do poder. Desta maneira, verificamos que alguns destes membros irão integrar a UDN em Joaçaba como: José Waldomiro Silva, Carlos Baretta, José Ataliba e Luiz Dalcanalle ⁶. Passos Maia integrará os quadros da UDN estadual. Assim, outra fração de udenistas será estruturada por antigos políticos da cidade e membros do PR destronados pelo golpe de 1937, entretanto, sempre foram alinhados com a oligarquia mesmo antes da Revolução de 1930. Como o caso de Passos Maia e José Waldomiro Silva.

Em 1940 ocorre a criação da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (ACIOC), com a intenção de resolver problemas ligados ao escoamento da produção local e promover o progresso local. Esta movimentou a elite político-econômica local. Seus integrantes após 1945 formarão uma classe política, dando origem a frações do PSD e da UDN.

Observando os nomes da primeira diretoria da ACIOC, verifica-se que de fato são os principais representantes da elite comercial e industrial da cidade naquele momento. Evidenciando que grande parte dos membros da associação: 1) foram membros ou do PSD ou da UDN; 2) eram ou foram políticos eleitos na cidade; 3) a associação aproximou os integrantes da futura UDN e projetou novos políticos udenistas; 4) o discurso progressista empreendido pela UDN surge pelo conhecimento das deficiências locais identificadas no interior da ACIOC. A composição da primeira diretoria⁷ da associação em 1940 irá fornecer a maioria dos políticos eleitos entre PSD e UDN em 1947.

⁶ Correio d´Oeste, 30 de março de 1947. Nº 60.

⁷ Presidente: Cel. Artur Pereira (UDN) exportador de erva mate para a Argentina. Vice: Pedro Andrezza, Secretário: Atílio Valiera, 2º Secretário: Guerino Piva Dalcanalle (PSD), sócio e diretor da firma Bonato e pós 1955, radialista e sócio da rádio Herval-Joaçaba, financiada em parte por Attílio Fontana. Tesoureiro: Orestes Floriani Bonato (PSD), sócio-diretor firma Bonato, 2º Tesoureiro: Albino Sganzerla (UDN), possuía um comércio de materiais de construção, eletrodomésticos, concorrente das Casas Bonato. Conselho Fiscal: Atílio Pagnocelli (UDN) tinha moinhos de trigo, madeireira, fábrica de caixas de madeira. Atílio Fontana (PSD) participou ativamente da política joaçabense desde a década de 1930, também era comerciante muito dinâmico, formando o grupo SADIA na cidade de Concórdia onde foi Prefeito, Augusto Brezola (UDN) era de Campos Novos e Grazziotin Doré. Conselho Sindicâncias: Francisco Salgueiro, Hermano Zanoni e Alcides Saraiva (PSD) comerciante.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Em 1947, com a proximidade das eleições os pessedistas esvaziam a sua participação na ACIOC, permanecendo apenas Oscar Rodrigues da Nova, que era candidato a prefeito, como fiscal. O suposto esvaziamento decorre em parte, pela proximidade das eleições, pois alguns membros eram candidatos a vereador como Guerino Dalcanalle, Oscar da Nova e Atílio Fontana conforme o quadro abaixo. Comparamos as diretorias de 1946 e 1947 e verificamos a *udenização* da associação. (*os nomes marcados em negrito são candidatos e também os eleitos em 1947*):

Tabela 1 – **Composição das diretorias da ACIOC em 1946 e 1947**

Diretoria 1946		Partido	Diretoria 1947		Partido
Oscar Rodrigues da Nova	Presidente	PSD	Albino Sganzerla	Presidente	UDN
Romano Massignan	Vice Presidente	UDN	Romano Massignan	Vice Presidente	UDN
Francisco Ernesto Nezello	Secretário	UDN	Antonio Lúcio	Secretário	UDN
Albino Sganzerla	Tesoureiro	UDN	Jacob Pressoto	Tesoureiro	-
Atílio Pagnocelli	Comissão Fiscal	UDN	Oscar da Nova	Comissão Fiscal	PSD
Guerino Dalcanalle	Comissão Fiscal	PSD	Atílio Pagnocelli	Comissão Fiscal	UDN
Atílio Fontana	Comissão Fiscal	PSD	Augusto Bresola	Comissão Fiscal	UDN
			Carlos Bareta	Comissão Fiscal	-

Fonte: Ata para as eleições da Diretoria da ACIOC de 1947 a 1962.

Dissensões que reforçaram a introdução de elementos da UDN no interior da ACIOC. A associação não possuía cunho político partidário, mas serviu para tornar seus membros visíveis. Configura-se num espaço de socialização e preparação de indivíduos que posteriormente seriam prefeitos e vereadores. Converteram-se em membros *defensores do progresso*, discurso



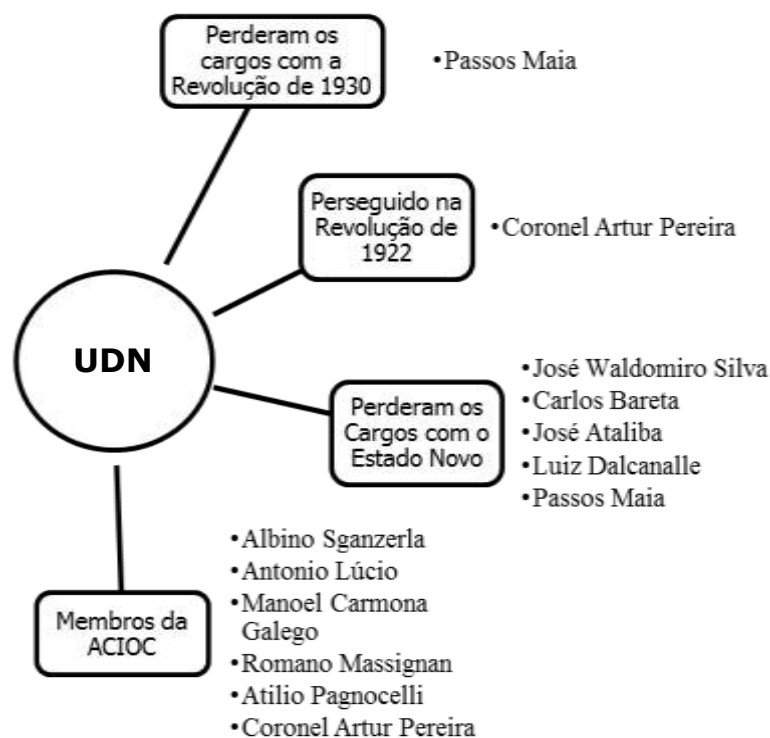
***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

utilitarista, também utilizado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, e estadualmente por Irineu Bornhausen.

A formação da UDN, segundo os entrevistados e as fontes documentais, conduz para o entendimento que a coesão primordial não decorre por intervenção direta da oligarquia Konder-Bornhausen. A ACIOC contribuiu para a socialização. Outros fatores podem ter colaborado para a divisão do grupo. 1) A formação do PSD que estava fechada em 1946; 2) a nomeação de um pessedista para ser o prefeito antes das eleições; 3) a presença de comerciantes que eram concorrentes comerciais diretos dos Bonato e Hoepcke. Por exemplo, Albino Sganzerla, que foi por muito tempo o presidente da UDN e vereador eleito em 1958. O cenário estadual apresentava a retomada da luta entre as oligarquias (*Konder-Bornhausen com a UDN X Ramos com PSD e PTB*). Em Joaçaba, o PSD já formado e aparelhado. Contudo a UDN foi a única alternativa viável para o grupo restante da ACIOC.

Alguns deles buscavam oportunidades no mercado político, como os industriais, Romano Massignan e Atílio Pagnocelli, seguidos de profissionais liberais e funcionários ligados a estas empresas. Contudo, grande parte dos integrantes da ACIOC, industriais, profissionais liberais e antigos políticos, integrarão a UDN contra o eixo pessedista Hoepcke-Bonato. Os membros das classes populares apareceram dentro da UDN apenas como militantes da base.

Diagrama explicativo dos quadros que integram a UDN em Joaçaba:



3. Composição Social udenista

A análise da composição do partido será feita através de Acórdãos, documentos que relatam a ocorrência das convenções municipais e especialmente apresentam composição interna dos partidos. Fontes que proporcionaram reconstruir os quadros sociais do partido. Além disso, utilizamos as Atas de registro de candidatos e eleitos pelos partidos de 1950 a 1960, disponíveis no TRE-SC.

Para a análise dos dados, utilizamos as composições do partido durante as convenções de renovação e comparamos os integrantes com as suas respectivas profissões, traçando um perfil dos quadros ao longo do tempo. Ao acumularmos todas as Convenções observamos que a composição primordial da UDN é na sua maioria de comerciantes, industriais e agricultores, correspondendo juntos a 72,19% do total. No entanto a classe que sempre esteve em ascendência foi a dos comerciantes com 47,02%. Os industriais afastam-se



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

repentinamente do comando do partido entre 1955-1956. Em 1950 eram 33,33%. A partir de 1955, 9,38%. Posteriormente mantém certa estabilidade com cinco e seis lugares. Apresentando os seguintes *escores*:

Tabela 2 - Profissões dos integrantes da cúpula da UDN - (1950 a 1960):

Profissão	Total	%
Comerciante	71	47,02%
Industrial	22	14,57%
Agricultor	16	10,60%
Funcionário Público	14	9,27%
Comerciário	7	4,64%
Advogado	8	5,30%
Pecuarista	6	3,97%
Contador	3	1,99%
Médico	2	1,32%
Barbeiro	1	0,66%
Radialista	1	0,66%
Total	151	100,00%

Fonte: Ata de registro dos candidatos da cidade de Joaçaba e Tangará, 18ª Zona Eleitoral de 1947 a 1957; Resenha Eleitoral TRE-SC, eleições 03 de outubro de 1950. Florianópolis, Santa Catarina, 1951. P.22 e 23; Acórdãos TRE-SC, década de 1950 a 1960.

A participação dos agricultores segue o mesmo panorama: Em 1950 não faziam parte, já em 1955 representam dois candidatos (6,25%); 1956 três (7,69%) e no final do período estudado 19,64%. Para fins eleitorais, os agricultores serão considerados como força política do partido de 1957 até 1960, entretanto não elegem nenhum representante. Os profissionais liberais mantiveram presença constante no partido.

Tabela 3 - Integrantes por segmento profissional eleitos nas Convenções da UDN em Joaçaba

Profissão	Ano das convenções municipais							
	1950-1955		1955-1956		1956-1957		1957-1960	
Comerciante	9	37,50 %	14	43,75%	18	46,15%	30	53,57%
Industrial	8	33,33 %	3	9,38%	6	15,38%	5	8,93%
Funcionário Público	1	4,17%	2	6,25%	6	15,38%	5	8,93%

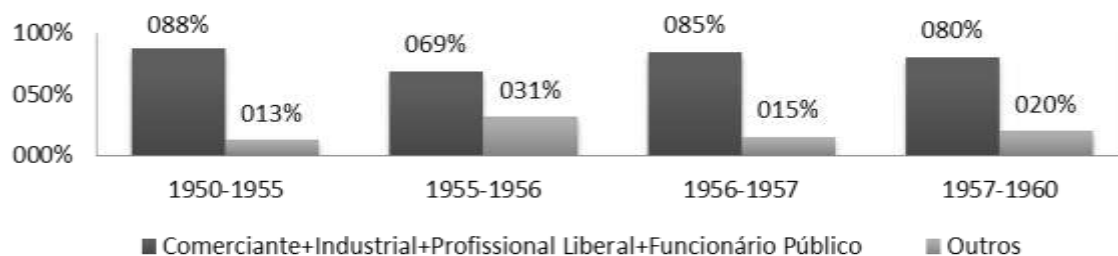
**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Agricultor			2	6,25%	3	7,69%	11	19,64%
Comerciante	2	8,33%	5	15,63%				
Advogado	2	8,33%	1	3,13%	1	2,56%	4	7,14%
Pecuarista	1	4,17%	3	9,38%	2	5,13%		
Contador	1	4,17%	1	3,13%	1	2,56%		
Médico			1	3,13%	1	2,56%		
Radialista							1	1,79%
Barbeiro					1	2,56%		
Total	2	100%	3	100,00	3	100,00	56	100,00
	4		2	%	9	%		%

Fonte: Ata de registro dos candidatos da cidade de Joaçaba e Tangará, 18ª Zona Eleitoral de 1947 a 1957; Resenha Eleitoral TRE-SC, eleições 03 de outubro de 1950. Florianópolis, Santa Catarina, 1951. P.22 e 23 e Acórdãos TRE-SC, década de 1950 a 1960.

Didaticamente separamos os integrantes da lista acima em dois blocos. No primeiro os elementos que descrevemos como núcleo da composição do partido: (comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos); Em outro os (operários, pecuarista, agricultores, fotógrafo e barbeiro) classificados como *outros*. Esta divisão revela o elitismo da composição do partido que se apresenta ao longo do tempo. Observamos que as composições da maioria dos integrantes oficiais do partido são do meio urbano e centrados no comércio, indústria e burocratas ligados à estrutura do Estado, além dos emergentes profissionais liberais.

Gráfico 1 - Profissões dos membros do Diretório Municipal da UDN Joaçabense



Fonte: Ata de registro dos candidatos da cidade de Joaçaba e Tangará, 18ª Zona Eleitoral de 1947 a 1957; Ata de registro dos candidatos da cidade de Joaçaba e Tangará, 18ª Zona Eleitoral de 1947 a 1957; Resenha Eleitoral TRE-SC, eleições 03 de outubro de 1950. Florianópolis, Santa Catarina, 1951. P.22 e 23 e Acórdãos TRE-SC, década de 1950 a 1960. (n=151)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O partido apresenta um alto nível de elitização corroborada por sua postura conservadora. A elite do partido apresentou concentração média de 80,30% no período. Entre agricultores e pecuaristas a média foi de 19,69%. Revelando por um lado a estabilidade dos membros no interior do partido e que já nasceu oligárquico, seguindo as diretrizes estaduais. Revelando ainda que as políticas de Vargas destinadas a extirpar as oligarquias nacionalmente, em SC não ocorre, e pós-1945, ainda ajuda a institucionalizá-las artificialmente nos novos partidos. Comprovada pela continuação da disputa, transposta para o nível municipal.

O operariado não participa em momento algum das composições da UDN de Joaçaba que apesar de seu discurso progressista e vezes demagógico, nunca foi um partido essencialmente **do povo**, mesmo quando Carlos Lacerda, em **1957, nacionalmente “afirmava que a UDN oferecia uma bandeira ao trabalhador, dando-lhe a direção da sociedade brasileira”**⁸. Confrontando a composição do diretório da UDN de Joaçaba após a declaração de Lacerda, não constatamos aumento no número de operários, mas sim, de comerciantes, industriais, agricultores e funcionários públicos.

Para fins de comparação observamos a formação de diretórios de outras cidades catarinenses, verificando se esta elitização seguia um padrão. Dentro do período estudado, destacamos do litoral, Jaraguá do Sul⁹, a região carbonífera no Sul do estado representada por Lauro Muller¹⁰ e no Oeste, Chapecó. Estas cidades foram selecionadas por dois critérios, 1) por serem extremos geográficos em relação à Joaçaba; 2) pelos dados disponíveis.

A constatação é de que a UDN de Joaçaba apresentou os maiores índices de concentração de comerciantes e industriais aliada a uma total ausência de operários, se comparado com os outros municípios.

⁸ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P.181.

⁹ Acórdão n. 1459. Ata da formação diretório UDN, 21 de janeiro de 1953, encaminhada os TRE-SC.

¹⁰ TRE-SC, Acórdão n. 3861. Ata de formação da UDN, 20 de janeiro de 1957, encaminhada ao TRE-SC.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

No Oeste catarinense, Chapecó, os comerciantes e industriais são a maioria com 57,70%, se adicionarmos a esse dado, os profissionais liberais, o resultado salta para 68,52%; enquanto em Joaçaba no mesmo período este percentual chega a 71,43%.

Jaraguá do Sul em 1953 apresenta uma composição equilibrada entre a elite comercial e operariado. Em Joaçaba, no mesmo ano, os comerciantes representavam 37,50%, que unidos dos comerciantes e industriais, representam 70,83% em contraposição aos 43,33% de Jaraguá do Sul. Jaraguá do Sul apresenta 30%¹¹ de operários neste ano.

Em 1957, momento da criação do município de Lauro Muller, a composição do partido, não segue a característica geral de membros provenientes de classes altas, onde 70% dos integrantes do partido eram trabalhadores, já os comerciantes, industriais e profissionais liberais, não passavam dos 30%. Os comerciários eram os que tinham maior representação, 23,33%¹².

Dessa maneira baseado nas amostragens partidárias anteriores, a UDN de Joaçaba, consegue obter os maiores níveis de concentração de comerciantes, industriais e profissionais liberais, podendo ser classificado como um partido que arregimenta os quadros em uma classe social específica e essencialmente urbana.

A elitização das candidaturas a vereador é clara e verifica-se em todos os pleitos eleitorais. Foram centradas nos comerciantes bem como a maioria dos eleitos insere-se também nesta classe. A preferência do partido foi pelos comerciantes com 50,41% das indicações. A composição primordial apresentou uma média de 85,71% das indicações.

¹¹ N=54

¹² N=30

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Tabela 4 - **Indicados pela UDN (Vereador)**

Profissão	Ano da Eleição								Preferência
	1947		1950		1954		1958		
Comerciante	5	50%	10	71,43%	3	23,08%	8	57,14%	50,41%
Industrial	1	10%	2	14,29%			1	7,14%	7,86%
Profissional Liberal	1	10%			3	23,08%	3	21,43%	13,63%
Funcionário Público	1	10%	1	7,14%	4	30,77%	1	7,14%	13,76%
Técnico Administrativo	1	10%			1	7,69%			4,42%
Fazendeiro	1	10%			1	7,69%			4,42%
Agricultor					1	7,69%	1	7,14%	3,71%
Bancário			1	7,14%					1,79%
Total	10	100	14	100	13	100	14	100	100

Fonte: Ata de registro dos candidatos da cidade de Joaçaba e Tangará, 18ª Zona Eleitoral de 1947 à 1957; (n=51).

Do total de cargos conquistados pelo partido, os comerciantes ocuparam 34,78%, e se somarmos entre os eleitos (comerciante, industrial, profissional liberal e funcionário público) obtemos 91,30%. A maior regularidade de eleitos reside nos quadros de comerciantes e profissionais liberais.

Tabela 5 - **Número de cadeiras (Prefeito e Vereador) obtidas pelos eleitos da UDN de Joaçaba**

Profissão	Ano da Eleição						Total	Preferência
	1947	1950	1954	1958	1960			
Comerciante	1	2	2		3		8	34,78%
Funcionário Público		1	3				4	17,39%
Profissional Liberal		1	1	1	2	1	6	26,09%
Industrial	2	1					3	13,04%
Fazendeiro	1						1	4,35%
Bancário		1					1	4,35%
Total	4	6	6	1	5	1	23	100,00%

Fonte: TRE-SC e Jornal Cruzeiro do Sul (n=23)

A “preferência” do povo foi pelos comerciantes da UDN representantes do “progresso” regional. Segundo Michels “as massas sentem uma profunda necessidade de se curvar, não só diante dos grandes ideais, mas também diante



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

dos indivíduos que, para eles, representam esses ideais”¹³. Além, representavam a potência industrial, financeira e comercial, podendo influir na escolha do eleitor através da cooptação.

Por exemplo, Atílio Pagnocelli, dono do maior frigorífico de carne suína do sul do Brasil na época, possuía no período, segundo um dos administradores da empresa: “... uns cento e poucos funcionários”¹⁴ que possivelmente, votaram pela prática do clientelismo. Foi vereador em 1947 e deputado estadual em 1950. Este cria uma fundação que custeava parte da alimentação e aluguel de seus funcionários. Em época eleitoral, utilizava-a para cooptação dos funcionários. Através da fundação “fornecia casas para eles morar sem pagar nada, mas ele decidiu que tinham que pagar aluguel, mas quando chegava a campanha, não precisavam pagar”¹⁵. O comportamento sem dúvidas poderia definir vitórias e preferências entre o eleitorado. Logo os funcionários também eram potenciais eleitores que em certa medida foram mantidos no *cabresto*. O que em partes explica a ausência do operariado no interior do PTB de Joaçaba. Soma-se a isso, o contato direto com os colonos, comprando animais, principalmente, suínos e o fato de serem pessoas de grande destaque local, e exemplo a ser seguido na época, segundo o que pregavam as campanhas. Facilitando o contato com seus clientes e eleitores. O PSD com as Casas Hoepcke e Bonato tinha as mesmas práticas.

4. As campanhas:

Nas campanhas os meios de comunicação tiveram grande destaque. O udenista que se prezasse não deixava de ler o Jornal Correio d`Oeste que possuía como fundador Antonio Lúcio e Manoel Carmona Galego, Juiz eleitoral. Do lado oposto, o PSD com o jornal A Tribuna, pertencente a Aderbal Ramos e Oscar Rodrigues da Nova, fundado e organizado por Genésio Paz, dirigido

¹³ MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Ed. UNB, 1982. P. 43.

¹⁴ HOMRICH, Ruy Klein. Entrevista concedida ao autor em 26.01.2010.

¹⁵ HOMRICH, Ruy Klein. Entrevista ao autor em 26.01.2010.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Guerino Dalcanalle. Os jornais foram sempre “marcadamente partidários”¹⁶ e doutrinários. O PTB de 1945 a 1947 usava um espaço cedido no jornal udenista. Após 1950, passou a utilizar o espaço no periódico do PSD devido seu alinhamento. A partir de 1954 o PTB funda o *Jornal do Petebê*. Em 1958 observamos a radicalização dos discursos. As rádios tiveram ainda um importante papel no comércio regional. A agroindústria a utilizava para enviar comunicados aos criadores de suínos e aves, avisando quando sua produção seria comprada. A região do Vale do Rio do Peixe teve forte concentração de voto udenista, principalmente para o cargo de Governador do Estado, vencendo na maioria dos municípios da região de 1947 até 1960. Em Joaçaba das quatro eleições para Governador estudadas todas as UDN vence: (1947, 1950, 1955 e 1960). Para Prefeito a UDN foi hegemônica de 1950 até o Golpe de 1964.

A UDN em 1947 era insipiente, débil e não suportou a bem estruturada campanha pessedista. Posteriormente a 1950 tiraram o poder do PSD. Esta atuação é empreendida pelo poder financeiro do Banco INCO, responsável pelo financiamento de uma parte da campanha udenista em Joaçaba. Outra parte vem dos comerciantes e industriais que possuíam grande capacidade de financiamento privados, acionados com toda a força em 1950, virando o jogo.

5. Conclusão

A UDN teve como condicionantes de sua formação, os históricos e políticos. Os históricos derivam de candidatos que perdem seus mandatos pelo golpe de 1937 e ainda, por indivíduos que negavam o situacionismo do PSD no governo do estado. Os políticos decorrem da nomeação de um pessedista, momentos antes das eleições municipais de 1947.

A ACIOC nasceu em 1940 com objetivo de unir as lideranças empresariais locais, resolver problemas de infra-estrutura e organizar o setor

¹⁶ PEDRINI, Nelson. Entrevista concedida a **Antunes Severo em** 03/02/2003. Acesso: (04.02.2010). Disponível em : <http://www.carosovintes.org.br/antigo/index.php?option=content&task=view&id=266&Itemid=55>.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

produtivo. No plano político ideológico, aproximou os integrantes que passaram a defender uma opinião política. A instituição foi o primeiro espaço destinado à junção da elite político-econômica. No seu interior foram gestados a maioria dos políticos do PSD e UDN.

A tendência oligárquica do partido em Joaçaba é clara nas práticas e na subjetividade profissional dos integrantes. De 1947 até 1960 é comandado por indivíduos provenientes de estratos urbanos, de comerciantes, industriais, profissionais liberais e funcionários públicos que dominaram não só a estrutura administrativa, mas as indicações a candidaturas e os eleitos. Eram revestidos da admiração e confiança dos militantes, garantia de estabilidade partidária, e o *status* de chefe, seja pela capacidade técnica, em menor medida e a posição econômico-social na maioria dos casos. As cúpulas também foram preenchidas, por pessoas de maior prestígio econômico.

Comparativamente a composição social dos três partidos, tanto do Diretório Municipal, indicados como dos candidatos e os eleitos da cidade, derivam de uma elite urbana¹⁷. O diretório do PSD acumulou o maior percentual de membros das classes descritas ao longo do tempo, 86,55%, a UDN 80,31% e o PTB 57,62%. Entre os candidatos indicados o percentual é alto, o PSD 91,67%, UDN 91,30% e PTB 84,97%, revelando que a posição social definia se o candidato seria ou não indicado. Já entre os Candidatos eleitos PSD e PTB elegeram em 100% dos cargos indivíduos que pertenciam as classes descritas, evidenciando o elitismo das candidaturas regionais. A UDN 91%.

6. Referências

1. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
2. BORNHAUSEN, Paulo Konder. Retrato de um político de uma época: (1947-1960). Florianópolis: Insular, 1999.

¹⁷ Composta em grande medida de comerciantes, industriais, profissionais liberais e funcionários públicos.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

3. CORREA, Carlos Humberto. Um Estado entre duas Republicas: A revolução de trinta e a política em Santa Catarina. Florianópolis, Editora: UFSC. 1984.
4. DITTRICH, Regina Iara Regis, O Deputado catarinense: Assembléia Legislativa no período de 1947 a 1965. Florianópolis. Editora da UFSC, 1981.
5. DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Brasília, ed.: Universidade de Brasília. Brasília. 1982.
6. FLEISCHER, David. As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral Versus Sistema Partidário. Brasília: UnB. 1988.
7. _____. Os Partidos Políticos no Brasil. V.1 e 2. Brasília, Ed. UNB, 1981.
8. HASS, Mônica. Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local - 1945-1965. Chapecó, Argos, 2000
9. LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Os partidos políticos brasileiros: a experiência Federal e Regional: 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1983.
10. MICHELS, Robert. A tendência burocrática dos partidos políticos. in sociologia da burocracia. Trad. Edmundo campos, 3ª edição, Rio de Janeiro. Zahar editores, 1976.
11. PEDRINI, Nelson. Pedra Lisa: como tudo aconteceu. Florianópolis: Papa Livro, 2001.
12. Partido Trabalhista Brasileiro. Direito de Espancar – Retrato de um governo. Erechim: Gráfica São Judas Tadeu. 1957.
13. SILVA, José Waldomiro. O Oeste catarinense: Memórias de um pioneiro. Edição do autor, Florianópolis. 1987.

TCC:

1. GERARDI, Dirceu André. Partidos Oligárquicos em Joaçaba: 1947 – 1951. TCC. Joaçaba, SC: UNOESC, 2007.

Dissertações:

1. Gerardi, Dirceu André. Partidos políticos e eleições em Joaçaba: origem e composição social (1947-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2010.
2. LAUS, Sonia Pereira. A UDN em Santa Catarina, 1945-1960. Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 1985.

Documentos:

1. Ata do conselho consultivo do município de Cruzeiro. 1932.
2. Ata de reuniões da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (ACIOC), 1940 – 1950.
3. Livro de contratação de pessoal da Prefeitura Municipal de Joaçaba. 1940 – 1945.
4. Ata de registro dos resultados eleitorais de 1950 da cidade de Joaçaba, Florianópolis, TRE.
5. Ata de registro de posse dos Prefeitos de Joaçaba. (1947-1960).
6. Ata Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba. Livro 1, ano 1948.
7. Ata de registro dos candidatos as eleições da cidade de Joaçaba de 1947-1957. TRE-SC Joaçaba.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

8. Ata de registro dos candidatos as eleições da cidade de Joaçaba de 1958-1976. TRE-SC Joaçaba.
9. Ata de registro dos resultados eleitorais das eleições de 1955,1955,1960. TRE-SC, Joaçaba.
10. Ata de registro dos resultados eleitorais das eleições de 1960 de Joaçaba e Tangará. TRE-SC, Joaçaba.
11. Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos: Eleições federais e estaduais realizadas em 1954 e 1955. TSE. Rio de Janeiro, 3º vol., Tomo 2. 1956.
12. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Resultado discriminado, das eleições municipais realizadas em 23 de novembro de 1947. Florianópolis, Santa Catarina. 1948.
13. _____,Resenha eleitoral 1945-1998: nova série / TRE-SC. Vol. 1, n. 1 (1994). Florianópolis TRESA.
14. _____,Resenha Eleitoral TRE-SC: Resumo das eleições de 1945 à 1966. Florianópolis, Santa Catarina, 1960.
15. _____,Resenha Eleitoral, eleições 03 de outubro de 1950. Florianópolis, Santa Catarina, 1951.

Periódicos:

1. A Tribuna, Joaçaba, (1947 – 1950).
2. Correio d´Oeste, Joaçaba, (1945 – 1950).
3. Jornal do Petebê, Joaçaba, 1954.
4. Cruzeiro do Sul, Joaçaba (1950-1960).
5. Joaçaba-Jornal (1947-1950).

Entrevistas:

1. CARLI, Ângelo de. 12.11.2009
2. HOMRICH, Ruy Klein. 26.01.2010
3. PEDRINI, Nelson. Entrevista concedida a *Antunes Severo em* 03/02/2003.

Foto:

1. Adolfo Konder na estação de Herval D'oeste em 1926 durante sua excursão política pelo Oeste.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

ENTRE A AMEAÇA À BRASILEIRIDADE E OS CONFLITOS LOCAIS: UM ESTUDO DE CASO

Douglas Pavoni Arienti*

Desde 1824 estabeleceram-se colônias estruturadas de alemães no Brasil. Em estados como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina cerca de 20% da população era de origem alemã na década de 1930; em outros, como Paraná, São Paulo, Espírito Santo, o número de alemães e seus descendentes era relativamente menor, mas não deixavam de ser significativos. Esse contingente de alemães no sul do Brasil foi interpretado por alguns intelectuais da época como um perigo à nação brasileira, à medida que colaborava para a formação de **‘quistos étnicos’, um enclave para a homogeneização necessária a própria afirmação do estado centralizador e nacionalista.**

Ao longo desse ensaio busco problematizar as afirmações que trataram os teuto-brasileiros como um **‘perigo’ à nação brasileira, ou seja, o ‘mito do perigo alemão’ como gerado por uma conjuntura específica, que provocou modificações na política no tocante aos imigrantes no sul do Brasil.** Para contribuir com a análise, debruço-me sob um caso específico, o de Karl Hessler, um suposto ex-soldado nazista que teria fugido da Europa após o fim da Segunda Guerra Mundial, personagem histórico já documentado por Roger Bundt.¹ O caso de Karl Hessler, ocorrido no pequeno município de Guaporé, serra gaúcha, contribui ajuda a elucidar como a propaganda sistemática, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, aliada a conflitos políticos **locais, criou raízes e perpetuou o mito do “perigo alemão”.** Desde o início alerta para o fato de que esse trabalho não tem como intuito afirmar ou descartar o envolvimento desse estrangeiro com o Partido Nacional-Socialista Alemão, e

* Graduando da última fase do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do PET-História e voluntário PIBIC/CNPq. E-mail: douglasarienti@gmail.com.

¹ BUNDT, R. L. C.. *Negras nuvens de guerra*. Televisão Gaúcha S/A (RBS TV). 2005.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

sim entender como essas representações referentes ao elemento alemão se eternizaram, mesmo nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos, graças a uma conjuntura específica que também será analisada.

O sentimento de desconfiança em relação aos alemães no Brasil não é um fenômeno recente. Desde o século XIX, os debates acerca de quais seriam os estrangeiros ideais para ocuparem os vazios demográficos do Brasil e, posteriormente, para substituir a mão-de-obra escrava pela livre e assalariada já eram assinaladas por intelectuais que teorizavam a respeito do assunto e viam com desconfiança a incorporação desses estrangeiros em nosso território. Entretanto, é somente no início do século XX que as questões nacionalistas, brasileiras e alemãs, entram em conflito. Antes disso, os alemães eram analisados sob a perspectiva de tal ambigüidade, mas não como uma ameaça à Nação. A suspeita em relação a essa população era histórica e com o fortalecimento do caráter nacionalista das elites brasileiras e, principalmente, com o advento da Primeira Guerra Mundial o antigermanismo revelou-se de maneira mais contundente.

É no contexto da Segunda Guerra Mundial que se intensificam as críticas aos alemães no sul do Brasil e que as acusações ganham mais força. A **5ª coluna no Brasil**, de Aurélio da Silva Py e **O punhal nazista no coração do Brasil**, do Capitão Lara Ribas, da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina² são exemplos de obras que alertavam para a necessidade de combate aos germânicos. Nesse sentido, devido à enorme propaganda relativa ao risco que a presença os alemães se tornou à sociedade brasileira, diversos acontecimentos ocorridos no sul do Brasil que não possuíam nenhuma ligação com o nazismo ou mesmo com os teuto-brasileiros, foram lidos a partir da ambição alemã em **transformar o sul do Brasil em uma “Nova Alemanha”**.³

² GERTZ, René. **Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” Alemanha**. In: Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon, ano IX, n. 19, p. 67-73, 2008. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1929/1524>. Acesso em 27/06/2010.

³ GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 74.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A bibliografia dedicada ao estudo da relação Alemanha e Brasil durante o século XX se debruça principalmente às décadas de 30 e 40 desse século. Pouco se produziu na academia em relação às experiências dos imigrantes não-judeus após o término da Segunda Guerra Mundial⁴ e a fuga dos europeus do continente arrasado pelo conflito, muito deles despertando a desconfiança de cidadãos dos países que os receberam, que levantaram suspeitas em relação às convicções políticas e ao engajamento militar dos imigrantes. Karl Hessler é apenas mais um dentre diversos imigrantes acusados de ter colaborado com o nazismo.

Os sentimentos históricos de desconfiança em relação aos alemães no Brasil ganharam impulso com a chegada do nazismo ao poder. A propaganda e o sentimento antigermanista se intensificaram, pois, para muitos, aquele momento representava uma ameaça mais séria devido ao projeto expansionista de Hitler, influenciados, muitas vezes, pela propaganda de cunho nacionalista e dos aliados, principalmente estadunidense, que se preocupava com o futuro do continente e o receio de perder a influência americana.⁵ Entretanto, tanto René Gertz como Marionilde de Magalhães discorrem a respeito da impossibilidade de uma invasão nazista no sul do Brasil. Para Gertz não havia interesse imediato da alta cúpula do exército alemão em conquistar a América Latina, sendo que esse assunto nunca teria entrado na pauta de discussões de Hitler, debatido

⁴ Como exceção podemos destacar o livro recém publicado, fruto da tese de doutorado de Marcos Nestor Stein. A saber: STEIN, M. N. **O oitavo dia**: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios PR (segunda metade do século XX). 1. ed. Guarapuava: UNICENTRO, 2011. v. 1. 288 p.

⁵ Para mais informações sobre a influência estadunidense no Brasil cito duas obras que ajudam a compreender de que maneira os Estados Unidos adentraram os lares brasileiros e estabeleceram uma relação com o nosso país por meio de diferentes linguagens. Ver: MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. que, além de analisar as relações culturais e políticas entre os países, também aborda a resistência de alguns sambistas a “americanização”. Outra obra que elucida essas relações culturais é TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

somente por baixos escalões do governo e do exército, assim como por burocratas.⁶ Marionilde também analisa a questão no sul do Brasil e conclui que

[...] ainda que o movimento nazista, tal qual se manifestou no sul do Brasil, provocasse entre os teutos um efeito galvanizador, ele não favoreceu a afirmação de sua identidade coletiva, como fez o pangermanismo nas décadas anteriores. Pois, em seus delírios darwinistas, os nazis rejeitavam diversas parcelas deste segmento social, quer por motivos étnicos, culturais ou políticos. Não se aceitavam aqueles que não utilizassem corretamente o idioma alemão, os miscigenados, os que não tivessem cidadania alemã, os que participavam da política interna; assim procedendo, seus articuladores se comportavam menos como divulgadores de uma doutrina que se pretendia generalizar e mais como membros de uma seita, separando-se dos demais e rejeitando tudo o que estivesse **do “lado de fora” de seu próprio grupo**; renunciavam este mundo para poderem merecer o que o outro caso se mantivessem fiéis, poderia-lhes oferecer.⁷

Relacionando o trecho de Marionilde de Magalhães com alguns números levantados por René Gertz, percebemos que o número de partidários do nacional-socialismo no Brasil foi pouco expressivo, principalmente nos estados do sul. Segundo esses números, o estado com maior expressividade e organização política era São Paulo, sendo que no Rio Grande do Sul e Santa Catarina o número estimado de filiados não passou de 400 a 500 indivíduos por estado, sendo que existiam mais de 25000 indivíduos nascidos na Alemanha nesses locais, além de um número muito maior de descendentes.⁸ O próprio desinteresse dos teutos na política nacional-socialista devido à arrogância dos

⁶ GERTZ, René. op. cit. p. 77

⁷ BREPOHL DE MAGALHAES, M. D.. *Pangermanismo e Nazismo*: A Trajetória Alemã Rumo Ao Brasil. 1. ed. CAMPINAS: Editora da UNICAMP, 1998. v. 1. p. 158

⁸ GERTZ, René. op. cit. 85



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

partidários é algo que foi problematizado tanto por Gertz como por Magalhães: os partidários, cuja maioria estava no Brasil em caráter provisório ou recém chegado faz duras críticas aos teuto-brasileiros devido à assimilação que sofreram, não aceitavam aqueles que não utilizassem corretamente o idioma alemão (excluindo, automaticamente, grande parcela da população que imigrou anteriormente a unificação alemã e que falava determinado dialeto), os miscigenados, os que não tivessem cidadania alemã, os que participavam da política interna, etc. Nota-se uma postura diferenciada no que diz respeito aos estabelecidos e aos *outsiders*.⁹

Com o fim da segunda grande guerra, não foram poucos os europeus que deixaram seu continente a procura de uma vida melhor. Entre os alemães, muitos civis, mas também muitos militares que serviram ao ideário nazista durante a guerra, procuraram sair da Europa para escapar dos tribunais de guerra. Um dos destinos foi o continente americano, muitas vezes com a fuga da Europa auxiliada por membros da Igreja Católica e o ingresso facilitado na América pelas próprias autoridades locais e por intermédio dessas instituições religiosas.¹⁰ **A relativa facilidade com que esses ‘técnicos’ fugidos alcançaram a América** foi, por vezes, também devido à simpatia ao sistema político-militar alemão com o intuito de prestar auxílio nos projetos militares dessas nações receptoras.¹¹

A Argentina foi pioneira no que diz respeito ao ‘contrabando’ de militares envolvidos na guerra para a América Latina. A obra de Uki Goñi, ***A Verdadeira Odessa***, em especial, se debruça e analisa a participação da Argentina na Odessa¹². Em 1998 foi criada a ***Comisión para el Esclarecimiento de las***

⁹ Para utilizar um termo de Nobert Elias.

¹⁰ GOÑI, Uki. ***A verdadeira Odessa***: o contrabando de nazistas para a Argentina de Perón. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 340.

¹¹ GOÑI, Uki, op. cit. p. 159

¹² A saber: Odessa é a sigla da Organização para Libertação dos Antigos Membros da SS, criada com o intuito de preservar os militares, por meio de fugas da Europa, dos tribunais de guerra.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Actividades del Nazismo en la Argentina (CEANA)¹³ com a finalidade de apurar o envolvimento do país com os membros do Terceiro Reich. Segundo Goñi, outros dois destinos de muitos membros da SS na América Latina foram o Paraguai e o Brasil.

Devido à imigração de um elevado número de alemães no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial para a América Latina, principalmente para o Cone Sul, alimentou-se um imaginário sobre o elemento alemão que se agregou a toda simbologia pré-existente em relação a essa nacionalidade, forjado ao longo dos anos por diversas razões. O alemão, que no Brasil já fora visto como o não **miscigenável devido a sua ‘necessidade’ de preservar o *Deutschtum***¹⁴ e como um **‘nazista em potencial’, nesse momento específico era, automaticamente,** suspeito de ter ligações estreitas com o nazismo, de ter lutado na guerra ou até mesmo de ser membro da SS. É nesse contexto de suspeitas que Karl Hessler se estabelece no pequeno município de Guaporé e alimenta um imaginário até hoje lembrado pelos mais idosos em relação ao suposto nazista.

Como evidência da passagem de Hessler por Guaporé temos alguns processos arquivados no acervo da Prefeitura Municipal, já que, trabalhou como funcionário público municipal. Outros documentos que podemos encontrar **referência ao ‘alemão’ estão arquivados** no acervo da única Delegacia de Polícia da cidade, além de uma carta de defesa, endereçada ao Sr. Ney Azambuja, delegado de polícia em 1949. Para além desses poucos indícios, Hessler deixou um mistério na cidade: aquele homem fora um soldado nazista?

A chegada de Hessler no Brasil aconteceu após o término da Segunda Guerra Mundial, ou seja, após o fim da ‘ameaça’ ao sul do Brasil. Entretanto, para algumas autoridades locais Hessler ainda representava uma ameaça. O processo aberto no dia 30 de abril de 1949 em nome do delegado Antonio Galileu Contino é ilustrativo para começarmos nossa análise. Apesar da

¹³ Disponível no Archivo Histórico de Cancillería em http://archivo.cancilleria.gov.ar/documentos_noticias/abril09/PRIMER-INFORME.pdf. Acesso em 26/08/2010.

¹⁴ Que pode ser traduzido como germanidade.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

investigação estar, oficialmente, em nome do delegado Contino, é Ney Azambuja, o destinatário da mencionada carta de defesa enviada por Hessler, quem dirige o caso.

O processo aberto pelo jornalista Pery de Magalhães contra Carlos Hessler¹⁵, técnico de motores, branco, filho de Wilibaldo Hessler e Helena Dimiotrewitch, com 32 anos de idade, solteiro, nascido em 14 de julho de 1917, rumeno¹⁶, Citânia (Rumania), católico, cuja escolarização é secundária foi referente à tentativa de agressão por parte do estrangeiro. O acusado assume tal delito e explica que a confusão aconteceu porque ele

não queria que tirassem sua fotografia, ocasião em que um deles [jornalistas] **disse ao depoente “alemão patife”, e o outro ameaçou o depoente com um revolver, mandando ao que estava com a máquina que batesse a chapa; QUE, o depoente retirou-se para o caminhão estacionado e, quando estava na cabine do mesmo, os repórteres procuravam fotografar o depoente, ocasião em que virou-lhe a “bunda” e disse “agora podem bater” a foto; QUE, nesse momento, um deles dizia, “me dá cá esse revolver que quero matar êsse alemão (grifos do autor)”.**¹⁷

Na versão dos repórteres, eles estavam fotografando a Igreja Matriz da cidade, afirmação desconfiável, pois, no decorrer do documento assumem que **“o depoente e seu companheiro Pery, são reporters do jornal “Diário da Manhã”, de Passo Fundo, e, como tal, têm feito algumas referências sôbre a pessoa de HESSLER, no que tange suas atitudes anti-brasileiras.” Ou seja, Hessler já era alvo de jornalistas, que o acusavam de injuriar a pátria.**

O texto introdutório do documento é endereçado ao “Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito da comarca, a quem cabe decidir afinal”. O processo aberto, que tem como objetivo a investigação dos fatos, possui um tom extremamente parcial, no sentido de atribuir uma simbologia extremamente negativa e que em dado

¹⁵ Grafia usada nesse documento. Encontrei na documentação analisada a tradução de Karl Hessler como Carol Hessler ou como Carlos Hessler.

¹⁶ Optei por manter a grafia original, assim como os sublinhados, as aspas e as caixas altas, correspondente, exatamente, aos recursos utilizados pelo redator do documento.

¹⁷ Indagações Policiais. Número 39/49. Volume 19. D. P. Guaporé. 1949. Acervo da Delegacia de Polícia de Guaporé.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

momento histórico buscava uma ressonância nos “cidadãos de bem”, a quem apelava o delegado de polícia. Ozy Fagundes Santos, o escrivão, redigiu a introdução do documento “queixa-crime”, assinado pelo delegado Contino, que

VERSA sôbre o caso de ameaça levada a efeito pelo indivíduo de duvidosa nacionalidade e que diz se chamar CAROL HESSLER ou HESSLER CAROL, contra o jornalista reporter do “Diário da Manhã”, de Passo Fundo, fáto que teve lugar nesta cidade, em frente a Agencia “Chevrolet”, no dia 30 de Abril do ano em curso, mais ou menos ás 10 horas.

CAROL HESSLER ou HESSLER CAROL, segundo ele “próprio” afirma, é filho de um Coronel Czarista de origem ariana, e nasceu na cidade de Citânea, limites da Rússia com a Rumânia. Não explica, porém, quais as causas que determinaram sua vinda para a nossa Pátria...¹⁸

Esse fragmento já é passível de algumas ponderações que serão aprofundadas no decorrer desse processo, que, apesar de não ser extenso, possui uma riqueza enquanto objeto de análise sobre as representações da **autoridade policial em relação ao ‘alemão’**. **A falta de justificativa às autoridades sobre o porquê do ‘ariano’ ter imigrado intriga o delegado**. **A mobilização do conceito de ariano, nesse sentido, já pode ser analisada dentro de uma pragmática de estabelecer uma relação direta entre Hessler e o regime fascista alemão**. Entretanto, na continuação desse fragmento é que são deixadas mais claras as suspeitas em torno dessa pessoa. O documento apresenta a insistência do questionamento

QUEM poderá contestar que seja ele um destacado AGENTE VERMELHO, um capitão dos mais sórdidos? Quem poderá contestar que ele não foi sargento dos EXÉRCITOS NAZISTAS, responsável pelo ceifamento de vidas de milhares de irmãos nossos, durante a última guerra Européia, que êle próprio se jacta de ter feito parte das “S.S. de Hitler?... Todas essas coisas interessam sobre

¹⁸ Idem.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

modo nos bons brasileiros, que atentos observam as manobras malsãs dos inimigos da nossa Pátria.¹⁹

É justamente nesse fragmento que são levantadas as pontuais suspeitas em torno de Hessler. O texto questiona sobre a possibilidade do suspeito de agressão ser um agente vermelho. Essas acusações, sem provas ou indícios, atribuem uma simbologia combatida ferozmente nesse período de Guerra Fria e alvo da propaganda anti-comunista veiculada pelas potências ocidentais. A outra suspeita levantada é de que Hessler poderia ter sido um sargento nazista, **além de ser apontado como inimigo da “nossa pátria”, direcionando um apelo nacionalista aos “bons brasileiros”.**

Para entendermos essa exaustiva “preocupação” com a justiça social e com o bem estar dos bons brasileiros dessas autoridades policiais, o fragmento final da introdução do processo queixa-crime faz alguns apontamentos que remetem a já mencionada carta de defesa endereçada ao delegado Ney Azambuja que nos ajudam a compreender todas essas acusações.

DEVEMOS frizar ainda – e porque não fazê-lo – que CAROL HESSLER é indivíduo do (sic) maus antecedentes, turbulento, ébrio inveterado o que não trepida em assecar injúrias às autoridades Nacionais legalmente constituídas, como aconteceu ultimamente nesta cidade, quando **insultava por meio de “pasquins” ao próprio Delegado de Polícia.**²⁰

Novamente é atribuída uma representação pejorativa do estrangeiro em questão. O delegado, com o objetivo estimular o juiz da comarca a abordar o tema conforme os seus próprios interesses, maneja todo esse aparato simbólico caro a manutenção da ordem e na defesa dos “homens de bem”, a quem recorre. Segundo Backzo

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

o controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças.²¹

Para concluir o texto, o delegado sai em defesa da legitimidade dos magistrados e ao nacionalismo, acusando o estrangeiro de traidor. Contino pronuncia um discurso que busca ressonância no juiz da comarca.

Tal atitude é intolerável e incompatível com o decoro e **dignidade dos “filhos dessa Grande Pátria, esta** incomensurável Pátria benigna que acolhe qual mãe amorosa ao seu solo adotivos filhos, com lhes prescrutar os sentimentos, origens, credos e intenções e que, mais tarde, traída por eles, ainda os olha com benevolência, apenas estoicamente se maldizendo!

Não obstante isso, ainda temos a confortadora certeza de que, apesar da poluição do século, existem magistrados íntegros, indomovíveis como as próprias bazalticas rochas, **“e que estão alertas para obter e punir aqueles que ousam pensar que o Brasil é uma “terra de ninguém” (grifos do autor).**²²

O delegado recorre ao magistrado para que se ‘insira’ e tome essa denúncia como uma ofensa de caráter pessoal as autoridades competentes da **nação. Em segundo lugar, a palavra “punir” já transfere a responsabilidade de tomar medidas condizentes com quem ousa “pensar que o Brasil é uma ‘terra de ninguém’.**”

É interessante perceber como as autoridades, utilizando-se de um cargo público, tornam um inimigo pessoal em um inimigo de toda Nação. Como nos ajuda a entender René Gertz, em seu estudo sobre os conflitos políticos em Santa Catarina, envolvendo a família Ramos, representando a serra catarinense e a oligarquia rural e a família Konder, representante do nordeste do estado e

²¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 312

²² Indagações Policiais. Número 39/49. Volume 19. D. P. Guaporé. 1949. Acervo da Delegacia de Polícia de Guaporé.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

ligada, principalmente, às questões industriais. Muitas vezes conflitos políticos **estritamente locais apelaram, na tentativa de desestabilizar o “inimigo político”** a uma simbologia específica, dentro de um contexto internacional, que encontrava ressonância em boa parte da população preocupada com a segurança nacional que se via ameaçada pelo oponente estrangeiro. Na luta pela preservação das instituições legítimas, os críticos deveriam ser calados, não cabendo argumentos ou comparações, por parte de Hessler, a outras realidades estrangeiras; afinal, esse estrangeiro nada mais representava para a Nação, **segundo o texto, do que um subversor da ordem e “um indivíduo de maus antecedentes”**.

A propaganda veiculada pelo estado, por si só, não explica a aceitação de uma significativa parcela da população que desconfiava do elemento teuto e o vinculava diretamente ao nazismo. As complexas relações humanas não podem **ser explicadas apenas por um viés de ‘manipulação’ das massas em torno dos interesses do estado**. Dessa maneira, é necessário que analisemos a arena de disputas partidárias locais, decorrendo a necessidade de compreendermos o contexto político da localidade gaúcha. A obra do arquiteto e urbanista Giovani Girelli nos ajuda a entender o panorama político que se armou desde as eleições de 1947 em Guaporé. Na disputa para prefeitos municipais, as primeiras **eleições diretas após a queda do Estado Novo foi intitulada por Girelli como “As primeiras grandes eleições municipais – conquista da democracia e agitação política”, que estava altamente polarizada: de um lado o PTB, símbolo do trabalhismo e de outro o PSD, representando as elites locais, a classe burguesa, dona do poder econômico do município e preocupada com o investimento industrial e movimentação da economia.**²³

A carta de defesa escrita por Hessler e destinada ao delegado Ney Azambuja mencionada é fruto dessa polaridade partidária: o estrangeiro rebate as críticas de Azambuja, endereçadas ao prefeito municipal Silvio Sanson, eleito

²³ GIRELLI, Giovani. *A transformação de Guaporé*. Guaporé, 2003, p. 74.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

em 1947 pelo PTB, que acusou, em carta aberta, o político trabalhista de empregar nazistas na prefeitura municipal.

A carta, datada de 8 de fevereiro de 1949, redigida por Hessler, tem como alvo de críticas o Snr. Ney Azambuja, delegado que, pouco mais de dois meses depois conduziria um inquérito com um teor político e crítico explícito em relação ao imigrante. Na primeira parte do documento, Hessler rebate as acusações que, para ele, foram usadas como maneira de fulminá-lo e aniquilá-lo. Para além de uma disputa pessoal, essas acusações serviriam para manchar não apenas a imagem do estrangeiro, mas, principalmente a legitimidade do mandato de Sanson. O PTB, fundado em 1945, em suas primeiras eleições já havia conquistado a prefeitura e a nível nacional estava inserindo os trabalhadores em um espaço nunca antes freqüentado por eles, a arena política. O crescimento do PTB nos primeiros anos de eleições incomodou, de certa maneira, muitos conservadores que viam sob seus próprios olhos uma participação política nunca antes presenciada no Brasil e que poderia ser entendida como uma ameaça ao capital.

Os trabalhadores estavam se organizando politicamente em torno de uma sigla trabalhista e de uma herança populista,²⁴ o que causou desconforto em uma parcela da elite dirigente, que, em muitos casos, via imprensa, atribuíram diferentes símbolos que negativavam os recém ingressos politicamente. Essa incansável veiculação de tais representações, principalmente pelos udenistas,

²⁴ O nome “populismo”, durante muito tempo, no imaginário coletivo remeteu aos políticos demagogos que usavam os trabalhadores apenas como massa de manobra para garantir seus próprios interesses. Em troca desse apoio político, os trabalhadores recebiam, de maneira clientelista, uma série de benefícios em forma de direitos sociais. Essa tese do populismo, como um conceito pejorativo, vem sido debatido no círculo acadêmico, sendo que, essas conquistas sociais são vistos como frutos de uma demanda reivindicatória dos próprios trabalhadores que sentiam a necessidade de uma representação que lhes garantissem os direitos trabalhistas adquiridos no Estado Novo. Nesse sentido, a luta pela manutenção desses direitos, foi um divisor de águas na política nacional: pela primeira vez os trabalhadores vislumbraram e ingressaram massivamente no território político, expandindo o próprio direito a cidadania da classe proletária. Para uma análise mais profunda sobre o debate que tem ocorrido nas últimas décadas: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

evidentemente, não é uma peculiaridade guaporense.²⁵ A peculiaridade de diversos pequenos municípios do interior em relação aos grandes centros urbanos era de que quem rivalizava com PTB era o PSD; diferente das grandes capitais onde era a UDN a principal oponente política e de onde partiam as críticas mais ferrenhas.

Visto isso, podemos analisar com mais clareza as críticas de Hessler ao delegado de polícia, relativizando a preocupação com a política internacional e com a justiça para com os povos perseguidos pelo nazismo. Daí advém a necessidade de considerarmos uma perspectiva local condicionada por uma realidade e um debate estritamente nacional, por isso Hessler

Ach[a-se] incluído no pequeno numero daqueles que leram sua carta aberta datada de 4 do corrente e dirigida ao Snr. Silvio Sanson. Com grande surpresa minha constatei que em dois tópicos fui vil, covarde e inocentemente taxado de nazista. V. S. escolheu como alvo um argumento para me fulminar e aniquilar. Peço-lhes o obsequio de, no futuro, pensar duas vezes, antes de escolher a pessoa para descarregar sua bilis. Primeiramente, porque não sou alemão e nem o meu lugar de nascimento fica situado nos limites da Alemanha.²⁶

Considerando-se vítima de tal situação, Hessler prossegue seu discurso dizendo que

Todos se ufanam de sua origem e ou posso me orgulhar de ser filho de um Coronel Czarista, o qual foi obrigado pela Revolução Bolchevista de 1918 a abandonar a sua Pátria. Nasci em Citania e, para a sua orientação geográfica, informe que o local do meu nascimento fica situado nos limites da Rússia com a Rumania. Citania é uma pequena cidade com cerca de 4.000 habitantes e o seu Delegado de Polícia é um Snr. de idade com muita experiência profissional, um verdadeiro guardião das leis e da moral, legítimo esteio de sua igreja e pedra angular de sua Religião, em resumo, um tipo antônimo de V.S. que não

²⁵ Para mais informações sobre as críticas aos políticos petebistas nas décadas de 1940 e 1950, consultar a obra de FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

²⁶ Carta aberta destinada a Ney Azambuja. 8 de fevereiro 1949. Acervo pessoal do senhor Juca Vicari. Guaporé, Rio Grande do Sul.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

cumpra as leis vigentes pois si nem a Comissão Brasileira de Imigração sediada na Alemanha nem o Serviço Secreto de Informações americano e inglês, também existente, na Alemanha, nunca me atribuíram atividades nazistas e sempre silenciaram quanto a minha nacionalidade, V.S. não é autoridade para me pechar com este qualificativo, objeto (*sic!*).²⁷

Após uma comparação entre o delegado da sua localidade e do município em que se estabeleceu, considera-se novamente inocente sob o respaldo dos serviços secretos ingleses e americanos. Para confirmar e valorizar seu argumento, Hessler expõe que

[Está] de posse do certificado de inscrição permanente especial n. 235.241 fornecido pela repartição do Rio de Janeiro.

O meu passaporte de n. 01853 fornecido pelo Governo Militar Americano, na Alemanha, é perfeitamente legal e **nele na rubrica nacionalidade diz o seguinte “Claim Nanssem Status” isto significa: Sob proteção da Suíça até adquirir uma nacionalidade.** Assim V.S. no intuito de provocar confusão e má fé, me qualificou de nazista não sabendo portar-se a altura de seu cargo. Queira V.S. engulir o seu ódio racial e acompanhar o exemplo louvável das autoridades do Rio de Janeiro, que até agora sempre teceram elogios e trataram com muito carinho todos os Europeus que aqui abordaram. Para com a sua atividade e braço forte, enriquecer e avolumar o patrimônio do imenso Brasil. Eles não possuem mentalidade mesquinha. Nos tempos que corre, já diante de tantos exemplos.²⁸

Além de novamente tecer duras críticas ao magistrado local e elogios às autoridades brasileiras do Rio de Janeiro, Hessler faz questão de esclarecer que é apátrida, ou seja, sem pátria e por isso sem nacionalidade, e que está sob proteção da Suíça, um país historicamente democrático. Entretanto, segundo Uki Goñi, a Suíça foi um país que refugiou e exportou uma grande quantidade de nazistas para as Américas, principalmente para o cone sul²⁹, o que, evidentemente, não é argumento necessário para afirmarmos ou não sua relação

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ GOÑI, Uki. op. cit. p. 160.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

com o nacional-socialismo alemão. No final da carta Hessler apela para a necessidade de alcançarmos a paz mundial ao dizer, em tom poético que,

As negras nuvens de guerra deveria estar dispersas, porque a única aspiração da humanidade é a paz, uma vida social e a fraternidade universal. Humanidade e amor ao próximo deveria ser lei básica de todo o cidadão desceite, para assim não deixar lugar ao ódio racial que deveria ser varrido do Universo.

O ódio é uma mesquinha qualidade de seu caráter. Como europeu desejaria aconselhar a cada indivíduo particular que nunca se deixasse influenciar pelo ódio absurdo e destruidor, porque somente assim existirá o bem estar coletivo e a felicidade e prosperidade entre os povos.³⁰

O sentimento eurocentrista do autor da carta respalda o conselho em que ele, como europeu, tem a nos dar, sugerindo aniquilarmos o ódio racial, que deveria ter sido varrido do universo. Em 1951 outras eleições municipais agitaram o pequeno município serrano. O PSD prometeu revanche após as eleições de 1947, porém, nas eleições de 1951,

PTB e PSD armaram a cidade em uma arena de discussões e enfrentamentos. Um espetáculo de popularidade, num misto de democracia e ditadura, de liberdade e de prisão, de desprendimento e fanatismo. (...) Do lado petebista estava Jairo Jethro de Macedo Brum, residente (...) do lado de PSD estava Arthur Pandolfo.³¹

Jairo Brum venceu o pleito com uma vantagem de 541 votos, um número **sugestivo que serviu de inspiração para os trabalhistas: “Jairo Brum, 541!”**.³²

Em 1953 encontramos outro processo movido pelo delegado Homero Bento de Souza. Nessa queixa contra Hessler, a vítima, dessa vez foi Reinaldo Bortolanza que “(...) alega ter sido ofendido com palavras de baixo calão, isto sem motivos justificados, fato ocorrido no Café de propriedade do Sr. Luiz

³⁰ Carta aberta destinada a Ney Azambuja. 8 de fevereiro 1949. Acervo pessoal do senhor Juca Vicari. Guaporé, Rio Grande do Sul.

³¹ GIRELLI, Giovanni. op. cit. p. 75.

³² Idem .



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Antonio Bordin, pelo Sr. Carol Hessler.”³³ Novamente podemos analisar essa discussão como motivada por uma disputa partidária. Nesses anos estava sendo instalada uma usina hidrelétrica municipal pelo governo petebista, gerando diversos debates, principalmente devido às críticas da oposição. O Café do Bordin, local onde ocorrera a discussão, era um reduto dos sociais-democratas. Hessler adentrou em um recinto do partido oposto, dos críticos a situação e não se controlou em ouvir julgamentos ao partido que o havia empregado na **prefeitura**. “**Em suas declarações de fls. Carol Hessler, confirma ter ofendido a Reinaldo Bortolanza, porque este havia dito que ao vez de traserem as machinas da usina deveriam ter afunfado as mesmas no Rio das Antas.**”³⁴

Como nos alertou René Gertz, todas essas atribuições pejorativas endereçadas ao elemento teuto devem ser analisadas, em primeiro lugar, sob uma ótica local. Evidentemente que as informações propagandísticas em relação ao “perigo” que representava o alemão à Nação chegavam, mesmo aos lugares mais distantes devido também as próprias inovações tecnológicas da época e contribuía para alimentar esse imaginário coletivo em relação ao imigrante de língua alemã. Nesse caso, Hessler até fazia questão de esclarecer que não era alemão e que não havia nascido nos limites da Alemanha, entretanto, ainda **hoje, na memória dos mais idosos, ele é lembrado como ‘o alemão’ ou ‘o nazista’** que habitou Guaporé.

Essa ameaça, que tanto fora veiculada pelos meios propagandísticos disponíveis na época e catalisadas pelas disputas políticas locais, não se esgotou **com o fim do ‘perigo nazista’ no Brasil. A histórica e sistemática propagação do antigermanismo** fez brotar um sentimento em relação a essa população. Independente do perigo alemão se constituir uma ameaça militar real ou não ou de Hessler ter sido um ex-membro da SS Hitler, um agente vermelho ou apenas um dos milhões de europeus que imigraram da Europa em busca de uma vida melhor, muita gente encarou essa propagação de símbolos como real, e, nessa

³³ Indagações Policiais. Número 38/53. Volume 30. D. P. Guaporé. 1953. Acervo da Delegacia de Polícia de Guaporé.

³⁴ Idem.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

qualidade, ele, obviamente, alterou a vida da população imigrada que aqui se estabeleceu. O caso de Hessler é específico em uma região com um contingente germânico pouco expressivo, o que colaborou para recair toda essa simbologia em torno de uma pessoa só. Mesmo com o final da guerra e com a impossibilidade de haver uma ameaça militar alemã no Brasil, um imaginário coletivo acerca das populações de origem germânicas que aqui vivem e que fora criado por um contexto específico sobreviveu e ganhou força, sobretudo com os novos imigrantes que, muitas vezes, levantaram suspeitas sobre suas vinculações às políticas nacional-socialistas.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BREPOHL DE MAGALHAES, M. D. *Pangermanismo e Nazismo: A Trajetória Alemã Rumo Ao Brasil*. 1. ed. CAMPINAS: Editora da UNICAMP, 1998. v. 1. 258 p.
- CAMPOS, C. M. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2000.
- FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- FROTSCHER, Méri. A cultura alemã como "ameaça" à cultura luso-brasileira: nacionalização e conflitos culturais em Santa Catarina. In: Maria Bernardete Ramos; Élio Serpa; Heloisa Paulo. (Org.). *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos, 2001, v. , p. 423-459.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René. *Os "súditos alemães" no Brasil e a "pátria-mãe" Alemanha*. In: Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon, ano IX, n. 19, p. 67-73, 2008. Disponível em <http://e->



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1929/1524.
Acesso em 07/06/2010.

- GIRELLI, Giovani. *A transformação de Guaporé*. Guaporé, 2003.
- GOÑI, Uki. *A verdadeira Odessa*: o contrabando de nazistas para a Argentina de Perón. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HILTON, Stanley E. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*: a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*: a penetração cultural americana. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- STEIN, M. N. *O oitavo dia*: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios PR (segunda metade do século XX). 1. ed. Guarapuava: UNICENTRO, 2011. v. 1. 288 p.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo sedutor*: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FONTE AUDIOVISUAL:

- BUNDT, R. L. C.. *Negras nuvens de guerra*. Série Histórias Extraordinárias. Televisão Gaúcha S/A (RBS TV). 2005.

FONTES DOCUMENTAIS:

- Indagações Policiais. Número 39/49. Volume 19. D. P. Guaporé. 1949. Acervo da Delegacia de Polícia de Guaporé.
- Indagações Policiais. Número 38/53. Volume 30. D. P. Guaporé. 1953. Acervo da Delegacia de Polícia de Guaporé.
- Carta aberta destinada a Ney Azambuja. 8 de fevereiro 1949. Acervo pessoal do senhor Juca Vicari. Guaporé, Rio Grande do Sul.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA DURANTE O PERÍODO DE FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO

Dúnia dos Santos Nunes*

Em 1822, após conturbações resultantes da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, da insatisfação dos portugueses do Reino – que culminou com a Revolução do Porto, em 1820 – e do retorno da Família Real a Portugal, Dom Pedro I declarou o Brasil independente da antiga metrópole. Ao novo status conquistado pelo Brasil, seguiu-se uma série de transformações institucionais com intuito de se consolidar um novo regime político, a partir de então com o estatuto de uma monarquia constitucional. Dentre os objetivos buscados com as alterações realizadas nos campo político, administrativo e jurídico, estava a questão da manutenção da unidade territorial e política da antiga América portuguesa colonial.

No que diz respeito ao campo político-institucional, essas modificações ocorreram de forma a transferir o poder das elites locais (que controlavam as Câmaras Municipais) para o governo central, fortalecendo assim o domínio do Rio de Janeiro sobre as outras províncias. Devido ao caráter descentralizador de algumas medidas, houve também uma transferência das atribuições municipais para a esfera provincial, sobretudo após a constituição das Assembleias Legislativas Provinciais. É justamente nesse contexto que, no ano de 1832, a freguesia de São Francisco de Paula (mais tarde denominada Pelotas), localizada no interior da província do Rio Grande do Sul, é elevada à condição de Vila. Em maio do mesmo ano é instalada a Câmara Municipal, já com suas atribuições bastante restritas.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Bolsista CAPES. dunianunes@yahoo.com.br.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A investigação da trajetória dos vereadores da Câmara Municipal de São Francisco de Paula, entre os anos de 1832 e 1836,¹ e suas redes de sociabilidade permite uma aproximação aos mecanismos do jogo político da época, assim como possibilita uma melhor compreensão do processo de alteração dos mecanismos político-administrativos que regulavam o funcionamento das Câmaras Municipais e sua implantação em localidades afastadas do poder central – nesse caso, na vila de São Francisco de Paula –, ou seja, uma melhor compreensão do próprio processo de formação do Estado Imperial brasileiro. Da mesma forma que historiadores estudam o papel das elites na construção do Estado na Europa (REINHARD, 1996), o que se pretende aqui é perceber como, através do acompanhamento da trajetória da elite política que atuava nas instituições camarárias, a dinâmica político-institucional nesse período inicial da construção do Estado se transforma e se constitui.

Esse tipo de estudo, desenvolvido, sobretudo, na Europa, é caracterizado por sua abordagem prosopográfica, que tem por finalidade compreender, através da investigação de um grupo e dos indivíduos que o compunham – assim como de seu funcionamento interno –, os mecanismos e estratégias sociais desempenhados pelo grupo como um todo, suas relações com outros grupos e com a sociedade em que estava inserido. Autores como Alain Demurger (1986; 289-290) e Françoise Autrand, (1986; 13-18), por exemplo, demonstraram através de suas pesquisas que o estudo prosopográfico é capaz, partindo da análise de um grupo (vinculado a uma instituição), de identificar estratégias políticas e de reprodução social, ou seja, compreender os mecanismos de poder em determinada época e lugar. Apesar do presente estudo não se tratar de uma análise prosopográfica *stricto sensu*, muitos dos pressupostos metodológicos aplicados a esse tipo de abordagem servem de

¹ Esse estudo possui como fonte histórica principal as Atas da Câmara da Vila de São Francisco de Paula, que abriu seus trabalhos em 1832. Após 1836, devido à Revolução Farroupilha, as sessões camarárias passam a ser realizadas esporadicamente até o final do conflito, em 1845. Por esse motivo, serão analisadas somente as atas lavradas entre 1832 e 1836. Além dessa fonte, outras também serão utilizadas, como registros batismais, registros de matrimônios, inventários *post-mortem* e correspondência expedida pela Câmara Municipal.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

referência para a análise da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula conforme foi explicitado acima.

As Câmaras Municipais e a formação do Estado Imperial Brasileiro

As Câmaras Municipais desempenharam um papel de grande importância para a manutenção do domínio português sobre suas conquistas ultramarinas ao longo do período colonial. Devido à distância existente entre o reino e seus territórios de além-mar, a administração desses locais foi executada através da cooptação das elites locais. A negociação entre as duas partes garantia à Coroa lusitana autoridade sobre os territórios mais remotos de seu império; aos governantes locais – fossem portugueses de nascimento ou nativos – era oferecida a possibilidade de negociar diretamente com a metrópole, aumentando, assim, sua força política. Dessa forma, o império ultramarino português assentou-se através dessa estratégia de aliança com elites locais para sustentar e facilitar a administração de localidades longínquas (BOXER, 2002; BICALHO, 2001).

Com a Revolução do Porto, o retorno de Dom João VI a Portugal e a convocação das Cortes de Lisboa, as relações políticas entre portugueses e brasileiros começaram a estremecer. As Cortes promoveram algumas modificações com o intuito de conquistar maior apoio das províncias brasileiras e, para tanto, implantou novos mecanismos de poder, como as Juntas Provisórias (eleitas localmente) e os Governadores de Armas (indicados pelas Cortes). Para Iara Lis Souza, a oposição entre brasileiros e portugueses

(...) apresentava-se exatamente nesta cisão da autoridade, provocada pelas Cortes, que constituía profunda interferência nos negócios públicos locais, moldando uma situação que se generalizava em boa parte do Brasil: em geral, o Governador de Armas designado se filiava a Portugal, e as juntas foram paulatinamente se abasileirando. (1999; 118)



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Desse modo, a “reordenação da autoridade investia as câmaras de uma importância singular no processo de eleições locais que escolheriam as juntas” (1999; 118), uma vez que as eleições eram realizadas nas freguesias.

Durante o período em que as Cortes de Lisboa se achavam reunidas, houve no Brasil uma série de manifestações contrárias a subjugação do Brasil a Portugal, colocando-o na posição de colônia de Portugal nos termos existentes antes da transferência da Família Real para a América portuguesa, em 1808. Nesse contexto de instabilidade, tornou-se cada vez mais improvável o apoio dos agentes políticos brasileiros às Cortes de Lisboa. Nos anos de 1822 e 1823, as Câmaras Municipais brasileiras, algumas mais rapidamente do que outras, declararam sua adesão a Dom Pedro I, rompendo assim com as Cortes. Ou seja, o príncipe regente buscava legitimar seu poder e a autonomia do Brasil em relação às Cortes e à antiga metrópole através do apoio declarado das Câmaras; e estas, ao conceder seu apoio a Dom Pedro, garantiam a manutenção das elites locais no poder local, assim como sua própria autonomia.

Após o rompimento entre Brasil e Portugal, estabelece-se uma Assembleia Constituinte para redigir uma Constituição. Essa Constituinte, devido a divergências com Dom Pedro é fechada em 1823 e, no ano seguinte, a Carta Constitucional é outorgada. Sobre as Câmaras Municipais, há apenas três artigos nesse documento:

Art. 167. Em todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se crearem haverá Camaras, ás quaes compete o Governo economico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas.

Art. 168. As Camaras serão electivas, e compostas do numero de Vereadores, que a Lei designar, e o que obtiver maior numero de votos, será Presidente.

Art. 169. O exercicio de suas funções municipaes, formação das suas Posturas policiaes, applicação das suas rendas, e todas as suas particulares, e uteis attribuições, serão decretadas por uma Lei regulamentar.

(BRASIL, 1824)



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Assim, a Constituição mantém a autonomia decisória das Câmaras, contudo já assinala a posterior existência de leis que estabeleçam as atribuições da instituição. Em 1828, foi editada a Lei das Câmaras Municipais que, apesar de manter certo grau de poder local, em comparação ao período colonial, restringiu amplamente as atribuições desses órgãos. Submetidas primeiramente aos Conselhos de Província e, depois, às Assembleias Provinciais, as Câmaras tiveram sua atuação limitada a questões administrativas. (DOLHNIKOFF, 2005: 83-87; GOUVEA, 2008: 22). As questões jurídicas, por exemplo, deixaram de ser resolvidas no âmbito camarário e passaram a ser responsabilidade dos juízes de paz, cujo cargo foi criado justamente como tentativa de restringir a autonomia dos poderes locais. Contudo, esses magistrados, assim como os vereadores, eram eleitos em cada Freguesia e não era exigido que tivessem formação na área jurídica, ou seja, continuavam sendo membros das elites locais² (FLORY, 1986:84).

O processo de organização institucional brasileiro foi moldado ao longo das décadas de 1820 e 1830 por meio do debate entre dois grupos políticos antagônicos: um defensor do federalismo e outro da centralização. De acordo com análise de Miriam Dolhnikoff, os federalistas conseguiram impor seu sistema político; para tanto, seu projeto comprometeu-se com a ideia de unidade nacional, em que as elites regionais, a despeito de autonomia em determinados campos, promoveriam a integração do novo Estado (DOLHNIKOFF, 2005).

Na década de 1830, as chamadas *reformas liberais* reduziram ainda mais as competências das instituições camarárias. Isso ocorreu porque

² O que não garantia a ausência de disputas entre os juízes de paz e os vereadores, ou até mesmo com pároco da localidade, uma vez que os primeiros passaram a ser responsáveis pela formação da Mesa Eleitoral. (FLORY, 1986:102).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

os liberais nutriam pelas Câmaras uma profunda desconfiança, pois qualquer autonomia devia se dar no interior da moldura mais geral da unidade nacional. Pelo passado daquelas Câmaras como agentes das reivindicações localistas, os liberais temiam que uma excessiva liberdade pudesse vir a ameaçar o próprio Estado nacional. (DOLHNIKOFF, 2005:86-87.)

Dessa forma, mesmo aqueles que defendiam o federalismo acabaram limitando o poder exercido pelas elites locais, o que permitiu a criação de novos grupos detentores do poder, a partir de então, no âmbito provincial.

A análise da legislação aprovada nas duas primeiras décadas de independência do país permite algumas considerações sobre o processo de formação do Estado Imperial brasileiro. O modelo político-institucional adotado, apesar dos debates e das decisões tomadas com o objetivo de ampliação dos canais de representação – dentre eles as Câmaras Municipais – nos anos de 1823 e 1824, acabou sendo seguindo o caminho contrário. A reforma constitucional ocorrida em 1834 – também conhecida como Ato Adicional – acabou desvalorizando a *“ideia de ampliação da participação da sociedade nas esferas de poder e de um projeto de inclusão social, diante da proposta (...) de implementação de uma hegemonia de grupos provinciais sobre sua região”* (SLEMIAN, 2007:50). Com isso, essa emenda consagrou a autonomia provincial ao estabelecer como órgãos gestores as Assembleias Legislativas e a presidência da província. Assim, as Câmaras, que estavam subordinadas poder provincial, perderam ainda mais sua autonomia. Essas alterações também serviram para a criação de uma nova elite que representava interesses provinciais. (DOLHNIKOFF, 2005:97-98; SLEMIAN, 2009:298).

A respeito da legislação que regulamentou a atuação das Câmaras Municipais, a principal foi a lei de 1828, apesar de não ter sido a única a tratar de questões pertinentes a esse órgão administrativo. A partir da aprovação da lei de 1828, as Câmaras passaram a estar subordinadas aos Conselhos Provinciais, que em 1834 foram substituídos pelas Assembléias Legislativas. A nova



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

legislação, aprovada nas décadas de 1820 e 1830, passou a regulamentar a ação das câmaras de forma a restringir seu poder. Antes vital para a manutenção do sistema imperial português, após a década de 1820 os órgãos camarários passaram a desempenhar um novo papel dentro da sociedade que se formava, uma vez que suas atribuições foram limitadas à esfera administrativa. No entanto, não se deve supor que a restrição de funções da Câmara tenha eliminado todo o poder que ela havia exercido até então. Alguns aspectos da dinâmica colonial foram mantidos após a independência do Brasil, mesmo porque o esvaziamento de seu poder não ocorreu de forma abrupta, rompendo com todo o legado de séculos de dominação portuguesa. Aos poucos as Câmaras foram sofrendo restrições, o que não significa que os homens que ocupavam seus cargos não tenham buscado novas formas de manter, ao menos em parte, o poder antes conferido por tais órgãos. Houve, sim, uma reestruturação das estratégias políticas das elites locais, que passaram a utilizar os cargos camarários num outro sentido.

Outra visão sobre a formação do Estado Imperial brasileiro é oferecida por José Murilo de Carvalho, que centra sua análise nas questões políticas que permitiram a unificação de todo o território luso-americano sob o domínio de um governo central. Tratando das estratégias utilizadas para a centralização do novo Estado, em oposição à descentralização existente no momento, Carvalho percebe os modelos políticos e administrativos adotados no Brasil – com clara influência européia – como tentativa de sustentar a unidade política (CARVALHO, 1998). Quanto às forças políticas que exerceram poder durante o período imperial, o autor trata da formação de uma elite política nacional, minimizando a participação dos grupos provinciais e locais. Essa escolha é justificada devido ao seu objetivo ser uma análise da construção do novo Estado, com ênfase nos aspectos nacionais, centrais, em detrimento das questões regionais.

Sobre o funcionamento da política imperial, Richard Graham afirma que o clientelismo entendido como cultura política, no Brasil, esteve presente desde



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

a chegada dos portugueses nessa terra. Contudo, no século XIX, essa característica teria tomado uma nova dimensão dentro do Estado Imperial brasileiro, então em formação. Constituinte a “*trama da ligação política do Brasil no século XIX*”, o clientelismo, entendido a partir de uma noção de *família* que se estende para além do núcleo familiar e da consanguinidade, que agrega amigos e sócios por meio de matrimônios e compadrio, estava baseado na proteção e na lealdade entre o patrão e a clientela. De acordo com Graham, “*a partir de família, parentes, agregados e outros dependentes, um senhor rural montava sua clientela. Os clientes dependiam do líder e ofereciam-lhe em troca lealdade (...)*” (GRAHAM, 2003). Como contrapartida, o patrão garantia emprego e proteção aos seus dependentes e, em troca a esses *favores*, o senhor recebia os votos de seus clientes nas eleições, demonstrando assim seu poder na localidade. Dessa forma, o poder central no Brasil estava intimamente relacionado, por meio de redes clientelares, às elites provinciais.

O poder local: a Câmara da Vila de São Francisco de Paula

A elevação da freguesia de São Francisco de Paula a Vila e a consequente criação da Câmara Municipal na localidade possibilitou à elite local acesso a um novo canal de representação política: a Câmara Municipal. Apesar de ter perdido muito da importância que havia desempenhado ao longo do período colonial com a implementação desse novo arranjo institucional, não se deve excluir as instituições camarárias do complexo sistema político-administrativo estabelecido no Brasil.

A Vila de São Francisco de Paula tem suas origens, sobretudo, na produção de charque. No final do século XVIII, homens de negócio interessados na produção de charque instalaram-se próximo à Vila do Rio Grande, mais precisamente no território entre o canal São Gonçalo e o arroio Pelotas. Os lucros gerados por esse negócio atraíram cada vez mais negociantes, o que acarretou a formação de um pequeno núcleo populacional nos arredores das charqueadas. Em 1812, a localidade foi promovida à condição de Freguesia,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

recebendo o nome de São Francisco de Paula. Com o crescimento do número de pessoas instaladas nas proximidades das charqueadas e a pressão exercida pelas famílias produtoras de charque, que começavam a acumular riquezas e desejavam maior visibilidade dentro da sociedade, enviou-se uma solicitação ao Rio de Janeiro. Assim, em 1810, teve início o processo de elevação do povoado, defendido junto a autoridades eclesiásticas pelo pároco local (MENEGAT, 2009:85).

O processo de criação da Freguesia (1812), assim como sua elevação à condição de Vila (1832), foram realizadas através dos esforços da elite local, composta, sobretudo, por aqueles que estavam envolvidos na produção do charque, a maior riqueza da região ao longo do século XIX. Os interesses particulares desse grupo não resultaram apenas na emancipação do povoado, mas também permearam o teor das decisões tomadas na Câmara, visto que seus membros compunham o poder legislativo local. O desenvolvimento do aparelho burocrático-administrativo do povoado propiciava benefícios que iam muito além da esfera econômica, pois permitiam também à elite local acesso aos mecanismos que conferiam a seus membros maior status e poder político.

Com a elevação à condição de Vila, ainda em 1832 instituiu-se a Câmara Municipal e os primeiros vereadores foram eleitos. As sessões camarárias ocorreram regularmente de maio de 1832 até 1836, cerca de um ano após a deflagração, no Rio Grande do Sul, da Revolução Farroupilha. Devido ao conflito armado, as reuniões da Câmara pelotense tornaram-se esporádicas entre 1836 e 1846, quando, após o término da Revolta, se restabeleceram as atividades administrativas na Província.

Poucos historiadores dedicam-se à História de Pelotas no período anterior a Revolução Farroupilha; em sua maioria, os estudos sobre a localidade referem-se à segunda metade do século XIX, período considerado de maior desenvolvimento da sociedade pelotense. Apenas recentemente trabalhos que contemplam o início do século XIX, ou seja, sobre o período de formação da



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

freguesia e vila de São Francisco de Paula, começaram a ser desenvolvidos, porém esses ainda compõem um grupo pequeno.

Quanto ao período mais estudado, o de maior riqueza e desenvolvimento da região pelotense (1860-1890) – quando, além da grande produção do charque, a cidade tornou-se um reconhecido pólo cultural – pouco se tem a dizer. Essas publicações, produzidas, sobretudo, no final do século XX, trazem questionamentos já superados historiograficamente, porém ainda não esgotados quando se trata da história de Pelotas. Esses estudos, apesar das suas perspectivas interpretativas mais tradicionais, constituem a base para análises mais específicas e aprofundadas a respeito de Pelotas no século XIX (CORSETTI, 1983; GUTIERREZ, 2001; MAGALHÃES, 1993).

Percebe-se nos últimos anos uma renovação historiográfica nos estudos dedicados à História de Pelotas. Detendo-se no período de formação da localidade (início do século XIX) e enfocando diversos temas (como crime, escravidão, economia e sociedade), os estudos de Ana Regina Simão (2002), Caiuá Al-Alam (2008) e Carla Menegat (2009) e Itamaragiba Chaves Xavier (2009) permitem uma reconstrução da sociedade pelotense no período de formação da localidade.

Quanto ao poder local, em especial as Câmaras Municipais, e sua importância na dinâmica política, tem-se os trabalhos de autores como Maria de Fátima Gouvêa (1998), Isnara Pereira Ivo (2001) e Carina Martiny (2010). Gouvêa e Ivo analisam as Câmaras Municipais na primeira metade do século XIX, o que auxilia a presente pesquisa, pois tratam de aspectos não abordados por outros autores anteriormente citados, como as restrições efetuadas pelo governo central no sentido de retirar a autonomia poder local. Martiny, por sua vez, analisa as condições verificadas na localidade de São Sebastião do Caí (localizada no interior da província sul-rio-grandense, assim como Pelotas) que propiciaram sua emancipação política, em 1875, além de se deter na caracterização da elite política local e no papel da Câmara Municipal no momento de transição do regime imperial para o republicano.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Para Jonas Vargas, o investimento na formação de bacharéis em Direito fazia parte das estratégias familiares das elites rio-grandenses, pois possibilitavam à família desses estudantes acesso a cargos de alto escalão do governo, que permitiam uma participação direta, mais efetiva, dos membros da elite provincial nas decisões tomadas pelo poder aos altos escalões de poder central. (VARGAS, 2003). Apesar de concentrar seu estudo no segundo reinado, o autor analisa questões importantes sobre a elite política na Província do Rio Grande do Sul, que servem para demonstrar o resultado de algumas estratégias adotadas, ou que começaram a ser pensadas, ainda nos primórdios da formação do Estado Imperial. De outra forma, alguns dos mecanismos desenvolvidos pelas famílias das elites locais, em um esforço de readequação às novas premissas do Brasil independente, não poderiam ser identificados.

A construção do Brasil ocorreu ao longo das primeiras duas décadas após sua emancipação e as características do novo modelo político-institucional foram adotadas com o objetivo primordial de manutenção da ordem social e da unidade territorial. Uma das instituições que mais sofreu modificações nesse período foram as Câmaras Municipais, que acabaram se tornando órgãos somente com funções administrativas, sem atribuições jurídicas ou autonomia econômica. Contudo, não se pode desprezar seu papel dentro da dinâmica política provincial. Acompanhar a atuação das Câmaras e, portanto, dos vereadores, é importante para pensar como as medidas tomadas pelo poder central foram recebidas e implantadas pelas elites locais, que detinham o poder nas pequenas localidades, ou seja, permite uma melhor compreensão do funcionamento da dinâmica político-institucional durante a consolidação do Estado Imperial brasileiro.



Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -

Referências bibliográficas

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.

AUTRAND, Françoise (ed.). “Y A-T-II une prosopographie de l'état medieval?”. In: _____ (Ed.). *Prosopographie et Genèse de l'État moderne* (Actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique et l'École Normale Supérieure de Jeunes Filles, Paris, 22-23 octobre 1984). Paris, 1986.

BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Ultramarinas e governo do Império” in: FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda; GOUVÊA, M. Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de março de 1824. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao024.htm>. Acesso em: 07/09/2011.

BOXER, Charles. *O Império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1983.

DEMURGER, Alain, “L'apport de la prosopographie à l'étude des mécanismes des pouvoirs (XIIIe-XVe siècles)”. In: AUTRAND, F. (Ed.). *Prosopographie et Genèse de l'État moderne* (Actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche scientifique et l'École Normale Supérieure de Jeunes Filles, Paris, 22-23 octobre 1984). Paris, 1986.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FLORY, Thomas. *El Juez de Paz y el Jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda; GOUVÊA, M. Fátima (orgs.). ***O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. ***Rev. bras. Hist.*** [online]. 1998, vol.18, n.36, pp. 297-330. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22/06/2010.

GRAHAM, Richard. “Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá.” In: ***Publicações Braudel Papers***, 15. ed., p.1-14, 2003. Disponível em: <<http://www.braudel.org.br/paper15.htm>>. Acesso em: 04/10/2010.

GUTIERREZ, Ester. ***Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense***. Pelotas: Ed. Universitária, 2001.

IVO, Isnara Pereira. Poder Local e Eleições na Imperial Vila da Vitória durante o Século XIX. ***Politeia: História e Sociedade***, Vol. 1, N. 1, pp.201-223, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/146/157>>. Acesso em: 22/06/2010.

MAGALHÃES, Mário Osório. ***Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890)***. Pelotas: UFPel/Livraria Mundial, 1993.

MARTINY, Carina. ***“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”.*** ***Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)***. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

MENEGAT, Carla. ***O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, século XIX)***. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

REINHARD, Wolfgang (org.). ***Les elites du pouvoir et la construction de l'État em Europe***. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach. ***Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas – RS (1812-1850)***. Passo Fundo: UPF, 2002.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

SLEMIAN, Andréa. “Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (c.1822-1834)”. In: *Locus*, Revista de História. Juiz de Fora, v.13, n.1, p.34-51, 2007.

_____. *Sob o Império das Leis*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SOUZA, Iara Lis F. S. C. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

XAVIER, Itamaragiba Chaves. *A Instrução Pública na República Rio-Grandense (1836-1845)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NO SÉC. XIX

Eder Augusto Gurski¹

Orientador Oséias de Oliveira²

Introdução

A idéia que se tem hoje do indígena foi sendo instalada ou passar dos anos, mas a maior parte do referencial indígena e que contribuiu de maneira significativa para a representação deste, foi efetuada no século XIX por expedições que levavam o nome de missões científicas.

Desde os primeiros contatos os indígenas foram classificados, registrados e nomeados através de expedições que percorreram todo o Brasil, essas expedições contavam com naturalistas, médicos, botânicos, zoólogos e que tinham em sua companhia pintores e desenhistas, esses por sua vez tinham a responsabilidade de registrar de forma mais fiel possível a natureza do lugar, era um **trabalho para o que se chamava de “pintores-viajantes” ou “pintores-etnógrafos**, que através da iconografia registravam tudo, com o intuito de um estudo detalhado da natureza e dos tipos humanos do lugar.

Essas viagens eram financiadas por governantes Alemães, Franceses, Ingleses e tinham uma produção bem diferenciada que iam de diários impressionistas até informes econômicos predominavam nestas viagens ingleses, franceses, americanos e alemães artistas e cientistas que tinham interesses vinculados a instituições de pesquisas e museus europeus.

As exigências do método impunham que a observação fosse cuidadosamente descrita, registrada, documentada e reproduzida através do desenho ou da pintura, completando-se o trabalho de campo com a coleta dos espécimes, armazenadas

¹ Acadêmico do curso de História UNICENTRO Campus de Irati-PR. E-mail: ederaugus@yahoo.com.br.

² Professor Dr. do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste Campus de Irati-PR.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

nos recém- criados museus de história natural.(PORTO ALEGRE,1998, p 63)

As expedições estavam, portanto vinculadas as ciências naturais e acreditava-se que representavam um avanço enorme do conhecimento por meio da observação, que consistia em ir até o local observar, registrar e constatar ou provar que aquilo era verdadeiro, puderam identificar vários grupos e exercer uma comparação com o tipo europeu, colocando este no topo da cadeia o mais belo o mais inteligente e o mais civilizado se estendendo até os povos tidos como **inferiores os indígenas, forjaram assim a noção do “outro”, ou seja, um individuo que não integra seus modos de vida é diferente é um ser alheio aos valores europeus.**

Imagem indígena na literatura.

A imagem do indígena era construída de acordo com interesses de uma sociedade européia e esses indivíduos precisavam ser incorporados a sociedade nacional, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi que começou a se pensar na formulação de uma história nacional, foram definidos os limites e os personagens de uma história do Brasil, em que o indígena estaria em um lugar destacado, e isso é evidente a partir da literatura dos escritores do século XIX.

Ao contrário dos europeus que escreviam histórias nacionais a partir da idade média sobre cavaleiros e camponeses, estes com o mesmo princípio escreviam histórias substituindo os cavaleiros medievais por indígenas, entre os **índigenas mais famosos nestas obras temos Peri da obra “O Guarani” e “Iracema” da obra de mesmo nome, que simbolizam a imagem do índio desejado na sociedade brasileira, bons e belos selvagens, sempre dispostos a ajudar o homem branco na sua conquista e na edificação da nação brasileira, a visão romântica era a da anulação desses povos diante dos europeus a idéia de**



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

sujeitos dóceis como ovelhas prontas para se sujeitarem ao representante da civilização.

Na busca por um símbolo nacional, um herói que reunisse os valores da nação nascente, o Romantismo acabou por suprimir dele uma de suas características mais importantes, a independência, e, ao fazê-lo, proferiu um veredicto involuntário: tornou-o um herói sem vontade. (COELHO, p 2)

Iconografia indígena.

No que diz respeito às imagens feitas pelos “pintores-etnógrafos” elas nem sempre eram feitas de forma direta, ou seja, era usada certa subjetividade até por que os desenhos não são como fotos e estão passíveis de conter erros e serem diferentes, mas o que ocorria em alguns casos era o aumento ou a diminuição de traços, mudavam e desenhavam como era de seu feitio, por vezes as imagens não eram uma captura, mas sim uma informação passada por terceiros. Outro grande problema era que alguns artistas usavam manequins formas corporais prontas com traços europeus, e esta questão é bem visível em livros didáticos a imagem de indígenas com estilo europeu, ou seja, os artistas usavam manequins europeus e acrescentavam características indígenas, adulterando o tipo físico real dos indivíduos.

Thekla Hatmann (1975) analisa minuciosamente as obras deixadas pelos pintores viajantes, chegando à conclusão de que numerosos fatores interferem no seu valor documental histórico. Verifica, por exemplo, que os desenhos nem sempre foram feitos a partir da observação direta, podendo ser fruto da descrição de terceiros ou mesmo da imaginação, resgistrando-se, inclusive, o uso de **um único “manequim”, marcado e adornado de diferentes maneiras, de acordo com a origem tribal.** Destaca, também, as alterações e distorções nos desenhos originais **feitos “in louco”, provocadas pela reprodução litográfica** produzidas nas casas editoriais européias, que visavam



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

embelezar e romantizar a passagem e os seres humanos retratados. (ALEGRE, apud 1998, p 66)

A partir das imagens tem-se a noção de que o indígena deve ser bom ou mal, belo ou grotesco, como vimos anteriormente a questão dos índios na literatura a visão de um índio bom, belo, e amigável e da mesma forma os manequins que mostravam um modelo de beleza européia com características indígenas mostrando assim o bom e belo selvagem. É muito frequente também ver a imagem do índio associada a um indivíduo repugnante, se por um lado queriam mostrar para a sociedade um índio dócil, existem imagens em que o mesmo aparecia como o sujeito selvagem, grotesco, a imagem do índio como mal é carregada de estereótipos, como bárbaros, canibais (embora algumas tribos praticassem sim a antropofagia mas davam a ela um significado diferente do que nos a pensamos).

Em relação à antropofagia, no entanto, era preciso medidas mais drásticas, até porque esta era uma prática abominável aos olhos dos cristãos, vista como uma forma extrema de barbárie. Embora Nóbrega demonstrasse certo otimismo a este respeito, a verdade era que, ao atacar o canibalismo, os jesuítas atingiam diretamente a um dos pilares mais importantes da cultura tupinambá, qual seja, a vingança, à qual estava atrelada a idéia de honra e de valor guerreiro. (BRUST, 2007, p 14)

Às vezes suas imagens pareciam com as de macacos, isso se davam **pelo pensamento simples de aproximação do “eu” quanto mais próximo mais civilizado quanto mais distante mais bárbaro, selvagem considerado como o “outro”**

Ainda na questão das imagens o indígena foi representado como uma extensão da natureza suas imagens são relacionadas com a natureza animais, árvores como se constituíssem um só elemento, é visível a importância da natureza para o indígena, mas ele não pode ser representado como um elemento que não se desvincula dela.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A linguagem do desenho, com seus códigos próprios e seus significantes, revela-se então como documento visual de **uma temporalidade como “arquivo de identidades”**, poderíamos dizer, que abre inúmeras possibilidades de estudo para a história indígena e para a etnologia na atualidade, principalmente no que se refere à noção de pessoa. (ALEGRE, 1998, p 60)

As imagens tem uma importância muito grande nas pesquisas sobre os indígenas, dando a oportunidade de se estudar os povos que viveram a muito tempo e reconstruir uma representação dos mesmo, a iconografia tem sido uma grande aliada para recuperar uma história que perdeu alguns aspectos importantes ao passar dos tempos, tem suma importância também para ajudar a entender o pensamento que foi construído no século XIX perante os indígenas.

O século XIX traz consigo uma série de estereótipos sobre os indígenas, uma época conturbada para esses povos que viviam um momento de transformação marcado pelo encontro com uma forma de governo que era completamente desconhecida por eles, a chegada da corte e a implantação dos códigos civis afetaram os indígenas que passaram a fazer parte de uma sociedade forasteira e serem julgados por leis nunca antes vistas e foram impostas por uma cultura que denominava-se superior, Almeida (p.51) comenta que: **“os povos indígenas integrados à administração portuguesa na colônia, como aliados, tornaram-se índios aldeados e, como súditos cristãos do Rei, passaram a desempenhar diferentes papéis na nova sociedade em formação”**.

Processo criminal do século XIX.

Os indígenas no século XIX eram julgados pelas leis regidas pela corte na época, com a chegada dos colonizadores já era visível uma mudança na forma de viver dos povos nativos, isso acontece pelo fato de haver um contato de culturas diferentes com formas de viver diferentes, a cultura européia dominou e tentou apagar a forma de viver dos povos que aqui habitavam, a corte



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

considerava os indígenas como seus súditos e por assim serem deveriam ser tratados e julgados pelas leis que regiam a sociedade européia, ao analisar um processo de 1860 ocorrido na Vila de Guarapuava esta questão é perfeitamente visível, este processo tem início em 1 de agosto de 1860.

O índio Jeremias Ferreira da Silva encontrava-se preso no Quartel da Vila de Guarapuava por ser acusado de um crime de roubo, na casa de João de Farias de onde teria se apoderado de vários objetos de valor, era reconhecido na Vila por Jeremias Ferreira da Silva, mas dizia se chamar Jerônimo Ferreira da Silva, um índio que não fazia parte de nenhum aldeamento, e por isso como consta no processo deveria ser julgado pelas leis que regiam os cidadãos comuns, Jerônimo tinha vinte e cinco anos era natural de Alegrete Província do Rio Grande do Sul, não sabia ler nem escrever, dizia viver de seu próprio trabalho e que se encontrava nesta região a uns cinco meses.

No início do processo o escrivão menciona que o índio teria confessado o crime, mais a frente com as testemunhas é notável algumas contradições, todas as testemunhas mencionam os mesmos objetos que Jerônimo teria furtado, um chale, um lenço, uma caixinha de memórias, um espelho e uma espada todos foram entregues a João de Freitas que dizia ser o dono dos mesmos, mas entre elas vemos algumas contradições que chamam bastante a atenção.

As testemunhas.

A primeira testemunha chama-se Duarte Fernandes, declara que sabia ter sido o réu o autor do furto na casa de João de Farias, quando ninguém lá se encontrava teria arrombado a porta e se apoderado dos bens, por ordem do delegado desta vila o réu foi preso na casa de Francisco de Lacerda com uma mala, dentro dela avia as roupas do réu também dentro desta mala foram encontrados um chále, um lenço, uma caixinha de memórias, um espelho, uma espada que foram entregues ao seu dono João de Farias que ali se encontrava, o



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

réu neste momento falou ser mesmo Farias o dono dos objetos, dado a palavra ao réu para que assim possa contestar a testemunha disse que é na verdade o que ele tinha deposto.

A segunda testemunha chama-se Francisco Antonio de Siqueira, declara que fazendo parte da escolta que o delegado mandou para prender Jerônimo Ferreira da Silva, conhecido aqui por Jeremias Ferreira da Silva, no ato da prisão em um rancho de Francisco de Lacerda, foram encontrados na mala de Jerônimo um chalé, um lenço, uma caixinha de memórias, um espelho e uma espada e que na mesma ocasião estes foram entregues a João de Farias que dizia ser o dono dos objetos o mesmo disse que o réu teria arrombado sua casa quando lá não se encontrava ninguém, na hora o réu teria ouvido tudo e não mostrou repugnância na entrega dos ditos objetos. Dado a palavra ao réu pra contestar a testemunha foi dito por ele que todos os objetos achados na mala eram seus e que surpreendido com a prisão não mostrou repugnância alguma para que fossem conduzidos por quem fossem seus trastes.

A terceira testemunha chama-se Américo José Pereira, declara que fazia parte da escolta que o delegado mandou para prender Jeremias Ferreira da Silva, foi ele encontrado em um rancho no rocio de Francisco de Lacerda trabalhando onde foi preso, com ele foi encontrado uma mala onde foram encontrados alguns objetos como um chále, um lenço de seda, uma caixinha de memórias, um espelho e uma espada tudo foi entregue a João de Farias que dizia ser o dono dos objetos, por que o réu teria arrombado a sua casa quando ninguém se encontrava e assim se apoderado dos mesmos objetos, o réu nada disse na ocasião. Dado a palavra ao réu para que pudesse contestar a testemunha disse que aterrorizado com a prisão, não se importou de que apoderassem de seus trastes qualquer pessoa que quisesse, e que os objetos pertencem e ele réu.

A quarta testemunha chama-se João de Farias, declara que estava com sua família na roça e lá teve aviso de que sua casa no rocio desta vila, estava arrombada e ao chagar a porta estava aberta e arrancada do lugar e que



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

examinando deu falta de alguns objetos são eles um chalé de camiseira, um lenço de seda, um espelho, uma caixinha de memórias de ouro francês e uma espada com cinto e teve a suspeita que fosse Jeremias Ferreira da Silva por que ele foi visto portando alguns de seus objetos assim fez sua queixa a delegacia de policia desta vila, fazendo parte da escolta pra prender Jeremias foram ao rancho de Francisco de Lacerda, ali foi preso e levado a presença do delegado junto com ele foi encontrado uma mala que continha roupa do mesmo e entre elas os objetos roubados e que tudo foi entregue a ele testemunha faltando apenas o cinto da espada. Dado a palavra ao réu por ele foi dito que os objetos de que fala a testemunha eram dele réu, e que tal roubo não praticou.

A quinta testemunha chama-se Cipriano José de Siqueira, vinte e cinco anos, declara que fazendo parte da escolta que o delegado de policia desta vila mandou para prender Jerônimo Ferreira da Silva, foi ele achado e preso em um rancho nos matos do rocio desta vila, com ele acharam uma mala e nela foram achados os objetos seguintes um chalé, um lenço de seda, uma caixinha de memórias de ouro falso, um espelho e uma espada e que tudo foi entregue a João de Farias que estava presente e dizia serem seus esses objetos e que o réu teria arrombado sua casa quando sua família estava ausente, tudo isso se passou na presença do réu e ele ouviu tudo calado.

Dado a palavra ao réu para que pudesse contestar a testemunha disse que aterrorizado com a prisão, não se importou de que apoderassem de seus trastes qualquer pessoa que quisesse, e que os objetos pertencem e ele réu.

No interrogatório do réu foi perguntado qual seu nome, naturalidade, residência, o tempo que estava nesta vila e qual sua profissão. Respondeu chamar-se Jerônimo tinha vinte e cinco anos era natural de Alegrete Província do Rio Grande do Sul, não sabe ler nem escrever, dizia viver de seu próprio trabalho e que se encontrava nesta região a uns cinco meses. A onde estava no ato do crime? Respondeu que estava neste distrito. Se conhece as pessoas que juraram contra ele? Respondeu que não. Tem-se algum motivo particular a que atribua a que dele deu o delegado de policia? Respondeu que não. Tem-se fatos



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

a alegar ou provas por onde pretende justificar sua inocência? Respondeu que tem provas por onde pretende justificar seu procedimento e seu modo de vida, o interrogatório seguiu corretamente as normas como é possível ver na lei de 29 de novembro de 1832 Art.98.

Não se achando provas de que o acusado Jerônimo Ferreira da Silva fizesse o furto, e que não cometeu violência a ninguém, entendendo assim que ele não pode ser considerado criminoso de roubo e sim de furto sujeitado a acusação publica, visto que não foi preso em flagrante nem ter ofendido João de Farias. Assim o réu é considerado inocente no dia 17 de novembro de 1860.

Análise do processo

O processo que foi analisado traz muitos aspectos a serem trabalhados que chamam a atenção mas também é carregado de dificuldades para sua interpretação, as informações são confusas e distorcidas por isso é indispensável que se tenha uma minúcia muito grande para interpretar as informações tendo que primeiramente compreender o cenário do século XIX.

O primeiro aspecto que chama a atenção já no início do processo é quando o escrivão declara que o indígena teria confessado o crime o que com o andar do processo vemos que essa informação é contraditória, muitas das vezes em que é dada a palavra ao réu ele diz ser inocente, a contradição entre as testemunhas também é visível que dão declarações diferentes, essa é mais uma dificuldade em se interpretar o processo pois quem estará certo? O que se sabe é que todos os aspectos do processo apontavam para uma condenação de Jeremias, mas ao final do processo ele é considerado inocente deixando mais confuso ainda o processo.

O processo foi feito nos moldes das leis da época seguindo corretamente as normas estabelecidas como é possível ver na lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841.

Segundo a lei de 16 de dezembro de 1830 toma como agravante ter havido arrombamento para cometer o crime, ter havido entrada, ou tentativa de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

entrada na casa de alguém pra cometer um crime, e é exatamente o que ocorre no caso de Jeremias.

É possível notar que a primeira testemunha declara que no momento da prisão Jeremias teria confessado o crime dizendo que os objetos seriam de João de Farias, quando é dada a palavra ao réu ele confirma dizendo que é realmente o que a testemunha disse, nas outras testemunhas em que dizem que na ocasião ele teria ficado calado e não teria mostrado repugnância no momento da prisão Jeremias muda sua declaração se defendendo do crime.

Declarando ter ficado aterrorizado com a prisão, e que os objetos eram realmente dele réu, este é um dos aspectos que mais chama a atenção, pois dar-se a impressão que Jeremias usa de certas artimanhas para contestar as acusações. Quando a testemunha declara que ele tinha confessado o crime ele concorda, mas logo depois da segunda testemunha dizer que ele teria ficado calado sem mostrar repugnância Jeremias muda sua declaração se mostrando inocente e segue assim até a ultima testemunha, de certo modo tentando confundir talvez os que ali o acusavam, outro aspecto que mostra isso é quando ele diz não se chamar Jeremias Ferreira da Silva e sim Jerônimo Ferreira da Silva, os indígenas são dotados de alguns aspectos que confundem os colonizadores.

...o silêncio, que continua sendo até agora a marca inconfundível do índio, conteve a manipulação ideológica na medida em que o discurso do conquistador só podia ter efeito e significado quando referido ao discurso do índio. [... Os indos mentem ao conquistador para confundi-lo e para defender-se; simulam obediência e passividade. (BRUIT,1991 p.13,14)

Esta artimanha muitas vezes aparecia com um aspecto inconsciente, uma forma de proteção de receio pelo momento em que estavam vivendo.

[...os corregedores denunciavam como a impossibilidade de compreender os atos dos indígenas. É a isto que denominamos simulação, um mecanismo de defesa que encobria o rancor pela dominação e o desejo de perpetuar



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

as tradições; pelas quais tinham sido massacrados, mas descobria, aos olhos dos conquistadores, uma fingida boa vontade de aceitar a submissão. (BRUIT,?, p.13)

O medo por tudo o que aconteceu o receio do desconhecido faz com que de algum modo eles se protejam, no caso do Jerônimo ele estava sendo julgado por leis que não conhecia por leis que foram impostas e o consideravam servo da corte e por assim ser deveria pagar pelos seus erros com as leis dos estranhos que aqui chegaram achado que eram donos das terras e dos habitantes que aqui estavam.

Os aldeamentos faziam com que a dominação dos povos indígenas fosse acelerada, mas os indígenas sabiam das supostas vantagens que eles traziam por que por um lado era ruim mas com o momento em que viviam muitos decidiam se submeter ao aldeamento a ficar sem terras.

Na visão da Coroa Portuguesa, oferecia-se aos índios a **opção pelo aldeamento, e em troca, aos que “optassem”** era garantida uma parcela de terra onde seria construída a estrutura para o aldeamento, só que de acordo com as necessidades julgadas pelo poder oficial. Embora o discurso da Coroa enfatize a garantia de terra como uma vantagem oferecida aos nativos, percebemos que tal certeza de acesso a terra não refletia benefícios imediatos aos índios. (MACHADO,2006, p.24)

Jerônimo era um índio que naquele momento não fazia parte de nenhum aldeamento como é possível ver no processo, o próprio escrivão declara que por conta disto ele teria que ser julgado como um cidadão comum, não sendo considerado sua condição de indígena mas será que foi bem assim? Em pleno século XIX onde a construção dos estereótipos sobre os indígenas estava no seu auge e a discriminação também, será que ele foi tratado como um sujeito igual e com as normas que os regiam? Se ser tratado como um sujeito igual é aplicar a ele leis das qual certamente nunca ouviu falar das quais nunca teve contato, um processo criminal totalmente desconhecido, fazendo-o ser preso e julgado nos moldes de uma cultura desconhecida que os incorporaram a força em uma sociedade que os exclui e os domina, então analisando o processo tudo indica que ele foi tratado como um indivíduo igual aos europeus.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Considerações finais

Diante das análises feitas neste trabalho pode-se concluir que o indígena foi julgado corretamente como manda a lei da corte. O julgamento seguiu corretamente as ordens previstas, basta olhar atentamente para o passado a situação em que os indígenas se encontravam perante os colonizadores. E então concluímos que o erro que cometeram sobre os indígenas foi exatamente na forma correta os julgavam segundo as leis européias, como dito antes os europeus chegaram no Brasil e com um processo de dominação e desterritorialização, achavam por obrigação eliminar aquela cultura e integrar esses indivíduos a sociedade, forçando assim os indígenas a aceitar normas e comportamentos desconhecidos e estranhos para eles, o que ocorreu com o caso de Jerônimo sendo julgado por uma série de normas que ele não fazia idéia do que iria enfrentar, com medo e receio do tratamento que era dado para os indígenas e com o desconhecimento das formas de julgamento a ele direcionadas, as dificuldades interpretativas destes processos são muitas, saber quem está certo, se Jeremias ou Jerônimo realmente roubou os objetos são questões que permanecem como uma incógnita.

Os indígenas no século XIX passaram por momentos conturbados de transformação e adaptação, julgados por leis e normas que não conheciam classificados e registrados como animais excluídos e discriminados por diferenças culturais, considerados inferiores pelo seu modo de vida e por isso foram obrigados a deixar de lado seu valores e condutas para adotar os de uma sociedade intrusa e alheia, suas leis não foram levadas em conta nunca foram perguntados se aceitavam as leis que foram a eles impostas só tiveram que aceitar e serem julgados como iguais aos europeus, como se fizessem parte da sociedade que os dominava que os excluía que os matava que os obrigava a abandonar tudo o que acreditavam para fazer parte do desconhecido e por esse **desconhecido ser julgado e condenado como o “outro” inferior.**



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Imagem e representação do índio no século XIX.
In: GRUPIONI, L., D., B. **Índios no Brasil** 3ª Ed. São Paulo Ed. Global
Brasília: MEC, 1998.
- ALMEIDA, M., R., C. Os índios aldeados: histórias e identidades em
construção. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro N° 12 pp. 51-71.
- BRASIL – Presidência da Republica Casa Civil, Subchefia para Assuntos
Jurídicos. **Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841**. Disposições
Criminais. Publicado a presente Lei nesta secretaria de Estado dos
Negócios da Justiça aos 11 de Dezembro de 1841.
- BRASIL – Presidência da Republica Casa Civil, Subchefia para Assuntos
Jurídicos. **Lei de 29 de Novembro de 1832 – Da organização
Judiciária**. Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, e
Sellada na Chancellaria do Império em 05 de Dezembro de 1832.
- BRASIL – Presidência da Republica Casa Civil, Subchefia para Assuntos
Jurídicos. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Dos crimes e das Penas.
Publicado a presente Lei nesta Secretaria de Estado dos Negócios da
Justiça aos 08 de janeiro 1831.
- BRUIT, Héctor Hernán. “Derrota e simulação. Os índios e a conquista da
América”. In: **Resgates. Revista Interdisciplinar de Cultura do
Centro de Memória**. Campinas: UNICAMP, vol. 2, 1991, p. 10).
- BRUST, M. Corpo submisso, corpo produtivo: Os jesuítas e a doutrinação dos
indígenas nos séculos XVI e XVII. **Revista Aulas** nº 4 Ano 2007.
- COELHO, M., C. – UFPA - **As populações indígenas no livro didático, ou
a construção de um a gente histórico ausente**. Artigo publicado
Anped 2011. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT13-3000--Int.pdf>
.Acesso em 01/06/2011
- MACHADO, M., M. **A trajetória da destruição: índios e terras no
Império do Brasil**. Dissertação de mestrado, UFF. Niterói 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

DOS SONHOS À REALIDADE: A OUTRA FACE DA DIÁSPORA GAÚCHA (1940/2010)

Edinéia Pereira da Silva*

O estado do Rio Grande do Sul tem sido destaque em todo o Brasil através dos conhecidos “gaúchos” que vivem fora do seu estado. A constante migração de rio-grandense, logo no início do século XX, permeou o Brasil com hábitos “típicos” do sul, e tem sido destaque por seu movimento cultural e contribuição no desenvolvimento econômico no Brasil. Porém, três questões me chamam atenção dentro deste universo gaúcho fora do Rio Grande do Sul. Primeiro, questões ambientais, principal fator que fez do migrante o grande desbravador do Oeste do país, até então pouco habitado, em segundo a imposição cultural, por conta da criação do Centros de Tradições Gaúchas, locais de disseminação de uma cultura idealizada, e por fim, os sonhos frustrados daqueles que não obtiveram sucesso econômico, mas insistem em permanecer no novo espaço, porém na miséria.

O estado do Rio Grande do Sul, embora tenha um histórico permeado de tensões, recebeu ao longo dos séculos imigrantes de diferentes nacionalidades, principalmente no século XIX, com a chegada dos alemães e italianos, que muito contribuiu para sua formação cultural atual. Porém, logo no início do século XX, o estado veio gradativamente presenciando uma emigração¹. O contingente populacional havia ampliado, e os descendentes de imigrantes colonizadores desejavam expandir suas terras, outros conquistar o primeiro espaço, e o estado já não tinha terras disponíveis para todos.

* Mestre em História pela PUC/RS e professora do Centro Universitário de Brusque. edineia@unifebe.edu.br .

¹ KAISER, Jakzam Dalla Leite. *Ordem e progresso: o Brasil dos gaúchos*. 1998. 168f.L Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Inicialmente o deslocamento se dá dentro próprio estado, depois, no início do século XX, os colonos migram para o Oeste de Santa Catarina e Paraná. Aos poucos, sempre almejando grandes extensões de terras com preços acessíveis, os migrantes seguem em direção a outros estados. Muitos conseguem alcançar o sonho desejado, deixam de ser apenas colonos e tornam-se fazendeiros, grandes plantadores de soja, o que acaba atraindo outros conterrâneos. Apoiados pelo Estado, integrando, entre outras iniciativas, as “Colônias Nacionais” na chamada “marcha para o oeste” em 1941, onde as Colônias deveriam receber e se fixar como proprietários rurais, principalmente, cidadãos brasileiros com aptidão para os trabalhos agrícolas², os migrantes seguem em número cada vez maior para o Oeste do Brasil. Segue tabela com números desta migração para os demais estados brasileiros a partir de 1940:

UF	1940		1950		1960		1970		1980		1991		2000	
	Habit.	%	Habit.	%	Habit.	%	Habit.	%	Habit.	%	Habit.	%	Habit.	%
Rondônia			18	0,01	43	0,01	317	0,04	6152	0,69	15703	1,69	14.954	1,47
Acre	14	0,01	33	0,02	51	0,01	77	0,01	375	0,04	957	0,09	1.019	0,09
Amazonas	98	0,07	99	0,05	356	0,09	322	0,04	1.849	0,21	2.826	0,31	3.834	0,37
Roraima					18	0,004	132	0,01	700	0,08	1.526	0,16	2.320	0,22
Pará	190	0,14	366	0,18	388	0,01	515	0,07	5.056	0,56	7.615	0,82	9.029	0,19
Amapá			6	0,0029	12	0,003	39	0,05	146	0,01	332	0,03	315	0,03
Tocantins											4.473	0,48	4.860	0,48
Maranhão	83	0,06	56	0,03	386	0,09	303	0,04	1.196	0,13	1.968	0,21	2.327	0,22
Piauí	26	0,02	19	0,0092	423	0,1	84	0,01	173	0,02	339	0,03	801	0,08
Ceará	170	0,13	268	0,13	397	0,097	514	0,07	1.158	0,13	1.776	0,19	4.419	0,44
Rio Grande do Norte	51	0,04	73	0,03	249	0,06	244	0,03	450	0,05	988	0,11	1.849	0,18
Paraíba	79	0,06	102	0,05	194	0,05	250	0,03	516	0,06	973	0,11	1.444	0,14
Pernambuco	417	0,32	579	0,28	901	0,22	1.290	0,18	2.179	0,24	3.384	0,36	3.601	0,35
Alagoas	70	0,05	51	0,02	50	0,01	132	0,02	430	0,05	1.376	0,15	1.367	0,13
Sergipe	48	0,04	37	0,02	119	0,29	116	0,02	460	0,05	806	0,09	986	0,09
Bahia	446	0,34	442	0,21	666	0,16	1.437	0,21	3.586	0,4	8.757	0,94	10.628	1,05
Minas Gerais	1.397	1,06	1.676	0,82	2.472	0,6	3.268	0,47	8.699	0,97	12.154	1,31	14.702	1,45
Espírito Santo	210	0,15	178	0,09	281	0,06	476	0,07	1.779	0,19	2.800	0,29	3.438	0,33
Rio de Janeiro	19.148	14,6	25.106	12,23	30.929	7,59	38.779	5,56	47.845	5,34	41.505	4,48	43.868	4,33
São Paulo	9.109	6,94	13.743	6,69	20.589	5,05	36.955	5,29	62.915	7,01	67.454	7,28	79.611	7,86
Paraná	14.800	11,29	35.701	17,39	158.662	38,95	340.389	48,83	385.212	42,98	324.470	35,03	317.245	31,33
Santa Catarina	76.394	58,26	120.710	58,85	193.525	47,51	258.420	37,08	297.980	33,24	292.754	31,59	341.273	33,69

² HÉBETTE, Jean; ACEVEDO, Rosa. Colonização para quem?. Belém: UFPA/NAEA, 1979.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Mato Grosso do Sul									26.476	2,95	36.565	3,95	37.075	3,66
Mato Grosso	8.187	6,24	6.051	2,95	6.280	1,54	8.188	1,17	25.388	2,83	67.847	7,32	78.211	7,72
Goiás	195	0,15	251	0,12	854	0,21	1.183	0,17	4.738	0,53	13.455	1,45	17.404	1,71
Brasília - DF					998	0,25	3.533	0,51	11.321	1,26	13.473	1,45	16.010	1,58
Total	131.132	100	205.127	100	418.843	100	696.963	100	896.779	100	926.247	100	1.012.590	100

Tabela 6 - Migrantes nascidos no Rio Grande do Sul presentes em outros estados do Brasil por unidade federativa - UF, 1940 a 2000.

Fonte: IBGE 2004 apud Oliven (2006, p. 137-138).

É possível observar a quantidade dessa migração ao longo dos anos e a escolha pelos estados do Oeste, estados de fronteira agrícola. Muitos dos colonos agricultores, na sua maioria do estado do Rio Grande do Sul, e agora também de Santa Catarina e Paraná, conquistaram seu espaço no novo território e são destaques em grandes jornais e revistas do país. Segundo **importante jornal do estado de São Paulo, “Gaúcho chegou de mala vazia** e hoje planta 250ha. [...]. A primeira colheita lhe rendeu cem sacas de soja. Três anos depois, em 1980, ele conseguiu comprar dez hectares.³ O jornal se refere ao sucesso econômico, porém não faz referência às mudanças provocadas no meio ambiente para obter essas grandes extensões de terras para plantação da soja. No mesmo ano, 1996, as notícias continuam, agora são destaques na revista *Veja*, significativo veículo de comunicação no país:

A diáspora gaúcha: a maior leva migratória da década muda a cara do país, plantando soja no nordeste, uvas no Centro-Oeste e feijão e arroz na Amazônia. [...] O gaúcho desbravador e fundador de cidades tem outra peculiaridade: ao se mudar para outras regiões, ele leva junto tradições e traços culturais [...].⁴

A notícia deixa claro que os migrantes mudam a cara do país, apresentando tal fato apenas como fator positivo para o Brasil. São responsáveis pelo desenvolvimento econômico em terras que poucos se arriscariam a colonizar, porém, esquecem da intervenção, ou invasão cultural causada por

³ GAÚCHO. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 ago. 1996. Dinheiro, p. 30.

⁴ VEJA. São Paulo: Abril, v. __, n. __, 24 jan. 1996, p. 48-51.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

este migrante, como a mudança de identidade do novo espaço. Hoje, após quatorze anos da referida publicação, as conseqüências começam preocupar. Conflitos e tensões são fatores permanentes nos estados. Roraima, estado ao norte do país, se destaca por suas plantações de arroz e criação de gado em **plena Amazônia. Considerada “a última fronteira” por conta da distância,** Roraima iniciou seu processo colonizador em 1940, através da colonização agrícola dirigida, porém não obteve sucesso, apenas a pecuária e a mineração foram destaque no estado no período, sua imigração foi intensificada nas década de 1970 e 1980, pelo então governador Ottomar de Souza Pinto, que incentiva o processo migratório Legal⁵, porém o estado acaba atraindo muitos colonos-posseiros e como conseqüência, hoje sofre com a legalização das terras, **alguns colonos já perderam “suas” propriedades, por pertencerem às reservas indígenas.**

A publicação da revista citada também faz referência aos traços culturais, que acompanham o migrante gaúcho. Esse é o segundo aspecto que me chama atenção na diáspora gaúcha. Ou seja, a maneira como eles organizam suas práticas culturais, e criam através delas relação de poder com relação ao nativo da região que o recebeu. Assim como no Rio Grande do Sul, os migrantes ao chegarem ao novo espaço fundam os chamados CTGs, Centro de Tradições Gaúchas. Um clube, onde seguirão, com freqüência, algumas práticas culturais referenciando sua terra de origem, como andar a cavalo; ouvir músicas e poesias que fazem referências as suas origens; seu passado; os fandangos; tomar e comer alimentos cultivados no Rio Grande do Sul, como Erva Mate, etc⁶.

Os rio-grandenses criaram um amplo sistema de símbolos e representações, constróem sentidos, com os quais as pessoas passam a se identificar, conectando o presente ao passado.⁷ Esse sistema vai chamar atenção, principalmente, para aqueles que migram e na tentativa de matar a

⁵ SOUZA, Carla Monteiro de. Gaúchos em Roraima. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 65.

⁶ FAGUNDES, Antonio Augusto. *Curso de tradicionalismo gaúcho*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.

⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 51.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

saudade, fundam CTGs, formando “comunidades imaginadas”⁸, ficando em evidência o sentimento de pertencimento.

O gaúcho, como se auto intitulam, construíram práticas baseada na história do Rio Grande do Sul e seguem como se fosse uma tradição, porém uma tradição imaginada e idealizada. Alguns autores a chamam de tradição inventada⁹, porém eu não denominaria inventada, mas imaginada. A análise do conjunto de práticas tradicionalistas, o modo como iniciaram esse culto, o processo que marcou a construção deste gaúcho, nada mais era que a busca por uma identidade idealizada por convenções que resultaram em um amplo “sistema de símbolos”, sejam eles por meio de imagens mentais ou visuais, formaram efeitos de verdade, e me direciona a defendê-lo como uma “comunidade imaginada” por grupos de pessoas com interesses em comum, que vai muito além de uma invenção. A invenção faz com que eu generalize as práticas sem dar atenção individual para cada uma delas. Tais práticas que já se tornaram internalizadas por conta do tempo, são práticas criadas, baseadas em um passado algumas vezes forjado, mas que após a sua criação dos CTGs e a participação de um contingente de pessoas aderindo, tornou-se também tradição participar delas.

O migrante rio-grandense vive em uma fronteira, pois ele deixa o estado do Rio Grande do Sul por não haver condições econômicas de permanência, alguns obtém “sucesso” no novo espaço, mas não se sentem incluídos culturalmente no estado que o recebe e que fornece as condições econômicas que ele procura. Sendo assim, ele passa a viver em uma “comunidade imaginada” gaúcha, pois é reconhecido como gaúcho e não somente como rio-grandense, e os seus filhos que nascem no novo estado são considerados gaúchos pela comunidade. O que lhe permite pertencer a uma origem, pois estes já não são mais italianos ou alemães, a falta de uma origem “pura” como alguns

⁸ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.10.

⁹ HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

falam, devido a miscigenação, os tornam gaúchos. Segundo Victor FACCIONI, “as mamãs vestiram de prenda suas bambinas e os *tozatti* fizeram-se homens dentro das bombachas. Prendas e peões carregados de sotaque dançam a *chimarrita* e animam *fandangos*”¹⁰. E, afim de fortalecer o “ser gaúcho”, é necessário que as práticas que foram incluídas nessas comunidades sejam retomadas também neste novo espaço, e para tal serão criadas as instituições que irão garantir a permanência dessa tradição de cultuar símbolos e histórias, que serão os chamados CTGs.

É nítida a proliferação dos CTGs fora do estado do Rio Grande do Sul. Cada “Colônia” cria o seu CTG – Centro de Tradição Gaúcha para garantir a permanência e a manutenção de suas práticas. Segundo Victor Faccioni:

As carroças que carregavam os filhos dos imigrantes para outras regiões, levaram mais do que velhos baús e colchões de palha para as colônias novas: levaram o fermento de uma cultura, nascida do casamento das raças, costumes e tradições, pertinaz dedicação ao trabalho, numa harmônica convivência que se destinava a ser um marco do século 20.¹¹

Atualmente, são 2.795 CTGs em todo o Brasil, que estão assim distribuídos:

Estado	Quantidade de CTG
Rio Grande do Sul	1.731
Santa Catarina	562
Paraná	336
Mato Grosso do Sul	19
Mato Grosso	43
Rondônia	33
Acre	1
Amazonas	3
Roraima	1
Pará	1
Tocantins	2
Maranhão	1
Ceará	1

¹⁰ FACCIONI, Victor. Mais gaúchos-brasileiros que “gringos, in MAESTRI, Mário. (org) **Nós, os Ítalos-gaúchos**”. 2.ed. , Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 206.

¹¹ FACCIONI, MAESTRI, op. cit., p. 203.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Rio Grande do Norte	1
Paraíba	1
Pernambuco	2
Bahia	5
Espírito Santo	1
Rio de Janeiro	7
Minas Gerais	3
Goiás	9
Distrito Federal	4
São Paulo	28

Tabela 02: quantidade de CTG por estado brasileiro

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados coletados em pesquisa de campo e arquivo da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha – CBTG, MTG – RS e MTG – SC, 2010.¹²

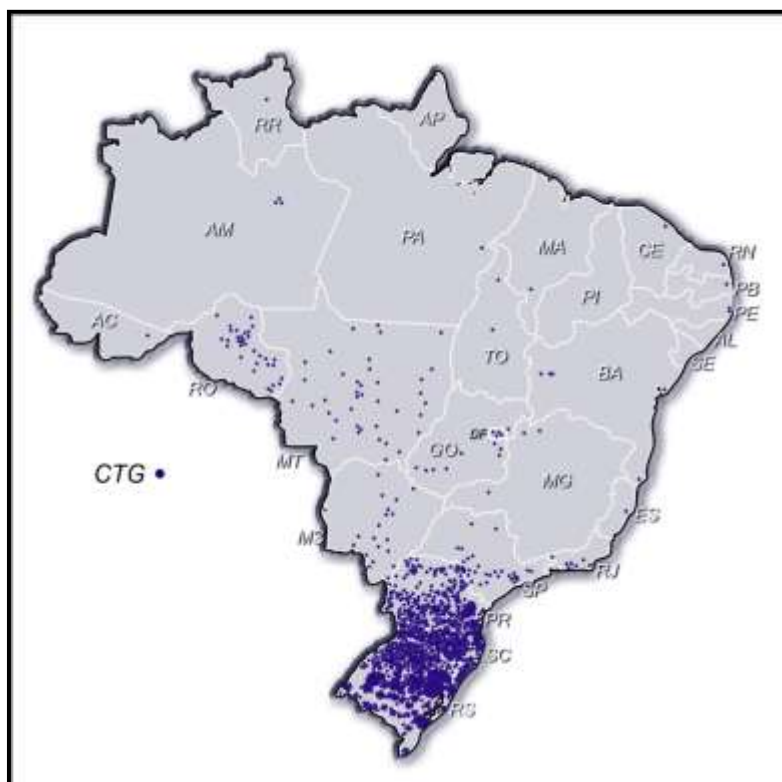


Figura 3 - Localização dos CTGs por estados brasileiros.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados coletados em pesquisa de campo e arquivo da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha – CBTG, MTG – RS e MTG - SC 2010.

¹² Os CTGs, aqui arrolados são somente aqueles devidamente registrados (associação civil de direito privado, **sem fins lucrativos** com registro de CNPJ).

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Preocupados com o crescente número de CTGs no Brasil e também no exterior, a comunidade gaúcha se organiza na busca de uma institucionalização maior, visando criar normas e regras para essas entidades, fazendo surgir o Movimento Tradicionalista Gaúcho em cada estado da Federação que tenham pelo menos dez CTGs, que será responsável por organizar essas entidades. Esse, por sua vez, será filiado a CBTG, Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, que também será subordinada a CITG, Confederação Internacional da Tradição Gaúcha¹³, como mostra organograma a seguir:



Figura 5 - Organograma da estrutura do Tradicionalismo Gaúcho.

Fonte: elaborado pela autora com base em sua pesquisa de campo, documentos da CITG, CBTG e MTG, 2010.

O que me chama atenção nessas iniciativas, é a maneira como essas práticas são colocadas dentro do novo espaço. O regulamento de algumas instituições, devidamente registradas como Associação sem fins lucrativos, permitia a participação de pessoas de outros estados como sócios, porém não

¹³ SILVA, Edinéia Pereira da. Gauchismo no Vale Europeu: 30 anos de CTG LAço do Bom Vaqueiro. Blumenau: Nova Letra, 2010.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

permitia sua inclusão na diretoria. Para ter o direito de ocupar algum cargo, este deveria ser rio-grandense ou ser descendente destes, o que nos últimos anos gerou tensões em algumas entidades. No ano de 2009, o CTG de Roraima por exemplo, teve como Presidente, no caso de CTG a nomenclatura muda-se para Patrão¹⁴, um Senhor nascido no Ceará, o que provocou muitos impasses, mas que ao final acabou-se mudando o regulamento.

A aceitação do “outro” no CTG dá-se dentro de um limite, pois as fronteiras são finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações¹⁵, ou seja, foi possível aceitar o outro dentro do CTG, porém houve a preocupação em reforçar as diferenças e impor um limite, mesmo que suas práticas venham buscar questões em comum. Segundo Anderson, **“nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. Nem os tradicionalistas mais messiânicos sonham com um dia em que todos os membros da raça humana se juntem a sua nação”**.¹⁶ Assim eles perderiam a razão de ser, uma comunidade imaginada superior às demais.

Por fim, um último impasse. Onde estão, e como estão, os migrantes que não obtiveram sucesso? Somados a todos os elementos até então historicizados, os resultados deste, completaria minhas pesquisas. Este é um tema não muito divulgado. A imprensa mostra aqueles que deram certo. Mas é possível identificá-los em conversas informais nos Centros de Tradições Gaúchas. Conseguir uma entrevista sobre o tema, não é tarefa fácil, pois há uma forte associação do gaúcho com o sucesso, e não se tem interesse em falar de **“coisas tristes”, como dizem.**

No entanto, o que se pode perceber, nas diversas reportagens publicadas sobre o tema, é que quando se fala do assunto, há um nítido desvio na nomenclatura, e de gaúcho passa para descendente de rio-grandense, ou nem mesmo é mencionado a origem, apenas dizem que a família veio do sul.

¹⁴ LAMBERTY, Salvador Ferrando. *ABC do Tradicionalismo Gaúcho*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1989.

¹⁵ ANDERSON, op. cit., 1989.

¹⁶ ANDERSON, op. cit, p. 15.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Podemos perceber tal fato ao assistirmos uma das reportagens sobre os Brasiguaios, ou famílias dos acampamentos do MST, que circula na mídia vez ou outra, onde há muitas descendentes de famílias do Sul.

Ainda que minhas pesquisas não tenham se findado, posso dizer que os migrantes foram desejados até o momento que havia necessidade de colonizar o Oeste do Brasil. Após alguns anos de intensa produção agrícola, sofreram intervenção por conta de uma série de tensões, como a própria proteção ao meio ambiente, mas que por conta de questões políticas não foram previstas nos projetos iniciais, e hoje os migrantes pagam por um problema iniciado pelo próprio estado e todos nós pagamos pelo prejuízo ao meio ambiente. Os **“nativos” ou o “outro” nascido nos estados do Oeste e que teve uma interferência cultural**, por conta da chegada dos Centros de Tradições Gaúchos, passam por um problema que pouco é mostrado. Um hibridismo, onde as culturas vão se misturando, e a gaúcha se sobre saindo por ser organizada institucionalmente. Dentro dessa ótica posso dizer que o migrante rio-grandense deixou de ser desejado e passou a ser indesejado.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

FAGUNDES, Antonio Augusto. *Curso de tradicionalismo gaúcho*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.

GAÚCHO. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 ago. 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO, Rosa. *Colonização para quem?*. Belém: UFPA/NAEA, 1979.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- KAISER, Jakzam Dalla Leite. *Ordem e progresso: o Brasil dos gaúchos*. 1998. 168f. L Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- LAMBERTY, Salvador Ferrando. *ABC do Tradicionalismo Gaúcho*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1989.
- MAESTRI, Mário. (org) *Nós, os Ítalos-gaúchos*. 2.ed. , Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil - Nação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- SILVA, Edinéia Pereira da. *Gauchismo no Vale Europeu: 30 anos de CTG Laço do Bom Vaqueiro*. Blumenau: Nova Letra, 2010.
- SOUZA. Carla Monteiro de. *Gaúchos em Roraima*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- VEJA. São Paulo: Abril, v. __, n. __, 24 jan. 1996, p. 48-51.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

CAVALGANDO NO PAMPA: UM PERCURSO NAS FRONTEIRAS DO DESIGN E DA HISTÓRIA

Edir Lucia Bisognin*

Maria da Graça Portela Lisbôa¹

INTRODUÇÃO

A coleção de jóias Gauchidade foi criada a partir de referenciais culturais regionais, em alusão ao modo de vida do estancieiro das fazendas gaúchas do século XIX. Época em que sua indumentária, seus ornamentos e artefatos constituíam um modo de se destacar e diferenciar da maioria da população que trabalhava na lida campeira.

A coleção foi projetada em três linhas específicas: “Viajando no Sul”, “Cavalgando no Pampa” e “Vivendo nas Tradições”. Produzida de forma experimental, a coleção foi colocada à venda em um *site* (<http://www.mgjoidesigner.com.br>), visando atrair os consumidores para um produto novo e diferenciado com apelo regionalista.

Neste estudo, concebe-se a cultura como fenômeno regional, e que Santaella (2003) considera como sendo uma distribuição geográfica ou local que definem certos costumes.

Os elementos culturais, em qualquer tempo, apresentam uma distribuição geográfica ou distribuição por localidade. Esse caráter geográfico define certos costumes, artes, religiões, etc, como pertencente às regiões em que eles existem. Assim, certo hábito social de uma região pode ser absorvido por outras regiões (SANTAELLA, 2003, p.44).

* Mestre em Educação pela UFSM. Professora Assistente do Curso de Design - UNIFRA. edir@unifra.br

¹ Mestre em Engenharia de Produção pela UFSM. Professora Assistente do Curso de Design – UNIFRA. mglisboa@unifra.br



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A literatura nos mostra que precisamos do real na história da cultura; teorizá-la onde se situa o que se pode entender como sendo o concreto da vida das pessoas. Neste sentido, a coleção de jóias Gauchidade se apropria dos elementos da cultura do Rio Grande do Sul para formar um conceito e criar as formas para as jóias com referenciais regionais. Neste trabalho, além de apresentar a referida coleção de jóias busca-se analisar a inserção cultural existente na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, mais precisamente nos limites do município de Aceguá no Rio Grande do Sul - Br e Acegua -Uy localizada no Departamento de Cerro Largo.

DESIGN, HISTÓRIA E CULTURA REGIONAL

O *design* constitui uma ciência interdisciplinar, que trabalha em conjunto com outras áreas de conhecimento para aprimorar produtos, serviços ou idéias visando o homem e seu entorno. Para Löbach (2007, p. 16), o *design* é uma idéia, um projeto ou um plano para a solução de um problema determinado, cuja corporificação se dá com a ajuda dos meios correspondentes, tornando visualmente perceptível a solução de um problema.

O projeto da **coleção de jóias denominada “Gauchidade” (LISBOA, 2006)** buscou inspiração, para a criação do conceito, no *modus vivendi* dos donos das ricas propriedades de terras exploradas com a atividade pecuária, pelos colonizadores portugueses e espanhóis que ocuparam a região da Campanha onde construíram as estâncias localizadas no Continente de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul – RS, extremo sul do Brasil, no período da história que compreende o século XIX.

Nesta época, de acordo com Moreira (1997), o RS apresenta uma população pequena, com poucas propriedades de terras distribuídas em grandes extensões territoriais, onde se desenvolvia a pecuária extensiva, na criação do



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

gado que havia sido abandonado pelos jesuítas durante a Guerra Guaranítica². Criado solto e xucro, o gado desenvolveu-se aos milhares, atraindo a cobiça dos tropeiros que os vendiam em outros estados do país. Mais tarde, é que o gado passou a ser uma fonte de riqueza para o RS.

Além da exploração do couro e do sebo, surgiu o comércio de mulas. Os tropeiros começaram a reunir o gado em determinados lugares, dando origem às primeiras estâncias³. As sedes tinham cômodos geralmente simples⁴, os galpões eram rústicos e serviam aos agregados.

A vida diária no campo, conforme Paladino (1994) denotava-se pelas correrias dos rodeios, as galopadas, o gado pastando, o deslocamento de um lugar para outro, percorrendo invernadas em busca de pasto e água. Para ir às charqueadas, o gado era conduzido por longas estradas, o que dava ao cenário primitivo ares de mobilidade heróica pelo desempenho dos peões, escravos e patrões.

O estancieiro, segundo Zattera (1998), era senhor de poder político e econômico, que ostentava em suas vestes, ornamentos e apetrechos a sua posição social.

Quanto à estancieira, pode-se dizer que se vestia com requintado luxo em contraste com o cenário em que habitavam. Trajavam-se nos moldes europeus. A indumentária era riquíssima com jóias e trajes vindo da moda européia. Muitas vezes, usavam-se adornos em excesso como prova de ostentação de riqueza⁵, como pode ser observado na Figura a seguir.

² **“De 1754 a 1756 deu-se uma revolta chamada Guerra Guaranítica, onde morre o cacique Sepé Tiaraju, que contribuiu para, no ano de 1768, para os jesuítas abandonarem o RS”** (MOREIRA, 1997, p. 27).

³ **“As estâncias no RS pintalgaram todos os recantos desmatados, onde as terras onduladas povoaram-se de gente e gado”** (PALADINO, 1994, p. 50).

⁴ **As casas eram “(...) baixas, de duas águas, meia-água, piso de chão batido, muitas vezes sem forro”** (PALADINO, op. cit., p. 50).

⁵ **“Sua vestimenta chegou a ser rica e luxuosa, vestindo-se elas com esmero. Em ocasiões especiais, usavam sapatos de seda a combinar com os vestidos, e as meias de cor ou brancas cobriam completamente suas pernas. Os vestidos de seda ou veludo eram longos e se faziam acompanhar por xales ou capas com pelevine. Os cabelos eram enrolados e presos por**



Figura 1 – Estancieiros da Primeira Época (1730-1820)
Fonte: (ZATTERA, 1997, p. 75)

No século XIX, na indumentária gaúcha, misturou-se o chiripá missioneiro com as ceroulas de algodão e botas fortes de origem européia. As boleadeiras de origem indígena passam a ser forradas com couro, passando por mudanças até o final do período. O chapéu de feltro se tornou essencial para o gaudério que trabalhava e tinha dinheiro para comprar, bem como a faca, o lenço no pescoço ou na cabeça, o pala, o chimarrão, o laço e o cavalo⁶.

O cavalo torna-se cada vez mais importante na atividade pastoril, e o gaúcho faz seus arreios (encilhas⁷), com arte. O adorno do cavalo do gaúcho é motivo de comentários entre muitos escritores e sem sombra de dúvidas, demonstra a posição social em que se encontra.

Os estancieiros no RS, nas oportunidades de cerimônias oficiais, se trajavam, segundo Zattera (1998), com o fraque complementado por camisa com rendas, colete e meias de seda brancas, sapatos com fivelas e calça branca,

travessas e, quando em vez, usavam chapéus de fitas e plumas lvas. Jóias faziam parte do seu ornamento e as carregavam em **excesso**” (ZATTERA, 1998, p. 69).

⁶ “O cavalo se tornou cada vez mais importante e a destreza do gaúcho em comandá-lo foi admirável” (ZATTERA, 1998, p. 66.).

⁷ “As mantas, xergas e cinchas, bordadas delicadamente com fio de lã colorida, mais se parecem com tapeçarias. Todas as partes metálicas usadas em suas selas, estribos e freios, são de prata e esse metal recobre parcialmente as rédeas. Podem também ser totalmente feitas de malha de prata, integrando-se às outras peças de couro do aparato da montaria (ZATTERA, p. 78).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

seguindo também a moda europeia da época. No campo, observa-se o uso do manto espanhol denominado ponche⁸ e do chapéu.

A figura típica desta época é o gaúcho, um tipo popular que se originou na pecuária⁹. Cabe destacar que as lutas e guerras, que ocuparam grande parte da história sul-rio-grandense do século XIX, lhe conferem sentidos de bravura, determinação, coragem e apego pela terra. Com sua historicidade, considera-se o gaúcho um personagem que tem o seu lugar na história¹⁰. Atualmente, todas as pessoas nascidas no RS são chamadas de gaúchos (as), apesar de o termo ter se originado na campanha, na atividade pastoril.

Ao nos situarmos em regiões, logo se faz necessário vislumbrar sobre a origem do seu termo. Em Paulet (1998) encontra-se que etimologicamente, a palavra região deriva do latim *regere*, onde o radical *reg* significa dominar ou reger. Originalmente, segundo Gomes (1995, p.51) o termo vincula-se à necessidade surgida durante o Império Romano em se referenciar a “relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial.” Por outro lado, Lencioni (1999, p.23) elucida que “a noção de região, da forma mais genérica possível, contém a idéia da parte de um todo” e que os conhecimentos geográficos e históricos está em todas as civilizações, na medida em que

viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências. (...) A curiosidade pelo mundo é intrínseco a natureza humana e à medida que a percepção do mundo se amplia e que as diferenças emergem, são elaboradas recortes sobre esse mundo (LENCIONI, 1999, p. 27).

⁸ “O poncho, quando de pano, é circundado de belbute com forro de baeta de cor viva.” (Ibidem, p. 64)

⁹ “Foi na atividade pastoril, particularmente na campanha, que surgiu a figura do gaúcho, originalmente o homem que trabalhava na fazenda cuidando do gado” (MOREIRA, 1997, p. 37).

¹⁰ “O RS tem peculiaridades que devem ser preservadas, anexadas aos nossos valores fazendo a nossa história” (PAIXÃO CORTES, palestra do dia 21/05/2005 na UNIFRA em Santa Maria – RS).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

As transformações no RS, ao longo da história, passam desde a moradia influenciada pelo desenvolvimento das cidades, transportes, trabalho, indumentária, que ao longo dos tempos recebe a influência dos regionalismos dentro das suas fronteiras. O que se observa na miscigenação do gaúcho é resultado do processo de colonização do território ao longo dos tempos, que acaba por determinar especificidades próprias desde indumentária, culinária, folclore entre outros.

No que se refere às jóias utilizadas no século XIX, segundo Lisbôa (2006), observa-se o requinte, o luxo e esplendor, próprias de uma época de glamour e exímios ourives, em um estilo neoclássico com riqueza de detalhes greco-romanos, predominando a técnica da joalheria etrusca.

Conota-se que a jóia representava, no imaginário do gaúcho, a ostentação de poder econômico e político, que os estancieiros possuíam nesse período da história do estado. A quantidade de adornos usados ao mesmo tempo era um fator de diferenciação da classe social que predominava sobre as demais, distinguindo-os como senhores proprietários no cenário telúrico que habitavam.

Observa-se na pesquisa em Lisbôa (2006) que a indumentária do gaúcho também é enriquecida com jóias em ouro, gemas e prata. Muito utilizadas em relevo, encontradas principalmente nas celas, estribos, arreios, malhas (trançados) misturadas ao couro.

A faca, o relógio de bolso, as abotoaduras nas camisas, o cinturão de metal nobre e pedrarias, bem como as esporas de prata, além dos arreios de montaria, salientam sua posição. Com base nestes conceitos, que ora foram sintetizados para este texto, é que se propôs a coleção de jóias Gauchidade.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

GAUCHIDADE E INSERÇÃO CULTURAL NO SUL DO BRASIL COM O URUGUAI

O termo gauchidade entendido como sentidos identitários, construído com base nas “tradições gaúchas” (LISBÔA FILHO, 2009), é a expressão da cultura do Rio Grande do Sul.

A coleção de joias Gauchidade é uma das formas de sentir e significar a vivência da gauchidade. Surge no contexto cultural gaúcho e brasileiro, além de possibilitar uma forma de se relacionar com outras culturas. A tendência globalizadora da cultura nos inflige a necessidade de identidade, para demonstrar quem somos e compartilhar valores não somente de mercado, mas também culturais. Com vistas à integração comercial, cultural e social, as jóias da coleção Gauchidade, buscam se apresentar no mercado internacional¹¹, levando a cultura regional do Rio Grande do Sul.

A Linha Cavalgando no Pampa, objeto deste artigo, tem um olhar especial no processo criativo da referida linha, na gauchidade em Aceguá/RS. Em Lunelli (2011) encontramos que o município de Aceguá está situado a 60 km de Bagé, na divisa do Brasil com o Uruguai em plena região da campanha do RS. Teve a sua emancipação com mais trinta novos municípios a serem instalados em 01/01/2001, com a expectativa de receber maiores atenção e apoio públicos. Integra o referido município o distrito da Colonia Nova fundado por colonos alemães mennonitas, que vieram da Rússia para o Brasil em 1930; se instalaram em uma fazenda de Bagé que estava à venda numa área inicial, de 2.256 hectares, chamada de "Colônia Nova", quando vieram oitenta e seis família que desenvolveram a produção agropecuária aos nossos dias.

¹¹ Mesmo sem concluir se o momento que se vive é plenamente pós-moderno ou ainda moderno, sente-se que ele é de essencial importância, e que dirige a reflexão sobre si, principalmente pela tendência globalizadora da cultura. Se por um lado se constata este aspecto horizontal da rede de relações que se impõe, por outro, tem-se de reconhecer o aspecto vertical, ou, seja, o da especificidade localista (HILL, 2006, p.100).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Para a criação da referenciada linha, foca-se os elementos da cultura regional nos utensílios usados pelos gaúchos e *gauchos*, como as encilhas¹² que faz com arte, os avios de mate, as ferraduras, as boleadeiras, laços e cordas, e nas demonstrações de apego dos gaúchos e dos *gauchos* com o cavalo que se tornou cada vez mais importante na atividade pastoril. E o quanto essas manifestações se mesclam na fronteira com o país vizinho - o Uruguai, o que se observou durante a pesquisa realizada no período de 2002 a 2006 nos municípios que integram a fronteira Aceguá Br/ Aceguá Uy confundindo, em alguns momentos no cenário que pintalgavam, a saber quem é o gaúcho quem é *el gaucho*.

Golin (2002) esclarece que tecnicamente uma fronteira resulta de um processo de construção histórica em que a denominada zona fronteira é real e depende das relações sociais **no curso da história**. “Talvez o conceito mais abrangente do espaço limítrofe Brasil-Uruguai seja o que classifica a fronteira **como uma área compartilhada, moldada por uma história comum**” (p.15). O referenciado autor lembra ainda que, os termos de compartilhamento e transfronteira expressam conceitos relativamente semelhantes.

No sul do Brasil, em Aceguá, observou-se uma cultura comum, baseada numa mesma economia e uma mesma identidade étnica em ambos os lados da fronteira entre Brasil e Uruguai com destaque pelo sentimento de apego a terra e ao cavalo. Que se demonstra nas atividades dos grupos tradicionalistas que se reúnem em ocasiões das festividades farroupilhas, com montagem de acampamentos típicos na Praça Caco Blanco na Avenida Internacional, em que participam os gaúchos e *gauchos* irmanados por um mesmo sentimento de apreço pelas raízes que construiu história.

¹² “As mantas, xergas e cinchas, bordadas delicadamente com fio de lã colorida, mais se parecem com tapeçarias. Todas as partes metálicas usadas em suas selas, estribos e freios, são de prata e esse metal recobre parcialmente as rédeas. Podem também ser totalmente feitas de malha de prata, integrando-se às outras peças de couro do aparato da montaria. (ZATTERA, 1998, p. 78).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A literatura revisada nos mostra que o gaúcho completa a integração do território sul-rio-grandenses nas atividades pecuárias com os tropeiros e cavalgadas.

A vida diária no campo denotava-se pelas correrias dos rodeios, as galopadas, o gado pastando, deslocamento de lugar para outro, percorrendo invernadas em busca de pasto e água. Para ir às charqueadas, o gado era conduzido por longas estradas, o que dava ao cenário primitivo ares de mobilidade heróica pelo desempenho dos peões, escravos e patrões (PALADINO, 1994).

E em nossos dias observamos as manifestações tradicionalistas, na música, na literatura, o gaúcho rememorando o seu passado histórico exaltando a coragem dos seus ancestrais, canta seu apego à terra e seu apreço pela liberdade. E parte dessa ideologia, encontra-se hoje preservada nos Centros de Tradições Gaúchas que surgiram no final da década de quarenta em Porto Alegre, iniciado por um grupo de jovens liderados por Paixão Cortes e determinados em preservar a cultura gaúcha com atividades que reproduzem os hábitos do homem do campo, que colonizou e fez crescer o estado, para manter vivas as origens que fizeram história. E essas manifestações culturais também, podem ser observadas na literatura uruguaia, conforme ilustra Arturo Scarone no recorte do poema *El Gaucho* p. 15:

O gaúcho é o filho do campo: base de nossa nacionalidade e de nossa independência.
Em sua pessoa se encontram encarnadas com características indestrutíveis, conquistadas a força de abnegação e sacrifícios – a Pátria.
Nossa entrada no acordo dos povos livres mostra a grande e querida República Oriental do Uruguai (Tradução: LISBOA M.G P. 2011).

A linha da coleção de jóias Cavalgando no Pampa (Figura 1) é composta das seguintes peças: broche, pingente, pendente e brinco.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**



Figura 2 – Fotos das jóias da linha Cavalgando no Pampa
Fonte: Catálogo Coleção de Jóias Gauchidade (2009)

A gema utilizada foi a ônix que na cor preta e na forma oval representa o olho do cavalo. Os detalhes utilizados na textura do metal inspiram-se no relevo encontrado nos aparatos de montaria, avios de mate e no traje do gaúcho. Na mistura de materiais para a composição do conjunto, não obstante, fica evidente a importância de incluir o couro como referencia a atividade pecuária nas peças desta linha, conjugado com a prata tem-se uma jóia com brilhantismo e beleza para compor a indumentária de quem a usa.

QUANTO ÀS GEMAS

As gemas ametista, citrino e ônix foram escolhidas considerando a matéria-prima abundante no Rio Grande do Sul. Todas apresentam uma beleza diferenciada e são bem aceitas pelo público consumidor, nas formas oval, navete, redonda e gota, forma utilizadas na composição das três linhas.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Greff e Dorneles (2008) informam que, no Rio Grande do Sul existe como maior potencialidade à exploração e comercialização de ágata, ametista, citrino e o cristal de rocha.

O Rio Grande do Sul é um dos mais importantes produtores de duas das principais gemas brasileiras: ágata e ametista, sendo também o maior produtor mundial. A terceira gema que é o Citrino, embora sendo mais raro que a ametista, tem menor valor comercial, talvez porque sua cor - que vai do amarelo ao laranja - seja muito comum entre as pedras preciosas. Essas três gemas são variedades do quartzo. Ainda são encontradas no Rio Grande do Sul gemas menos valiosas como o cristal de rocha (quartzo incolor), jaspe, cornalina e ônix. Também existem variedades de sílica, conhecidas como conchinha de ágata, **pratinho, flor de ametista, geodinhos, pedra d'água, etc.** (GREFF e DORNELES, 2008).

Para o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (2005), têm-se os principais pólos produtivos do país em cinco estados, Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará. Sendo o Rio Grande do Sul um grande produtor nacional de pedras preciosas, em especial da ágata e da ametista e, em menor quantidade, o citrino, respondendo por quase a totalidade das exportações dessas gemas.

CONCLUSÕES

A importância de se criar um projeto com referencial regional, é resgatar o modo de viver da sociedade, seus costumes, sua história. Holanda (2004) elucida que ao registrarmos o passado não estamos falando de si, mas dos que participaram de certa ordem de interesse e de visão do mundo, no momento particular do tempo que desejamos evocar.

Buscaram-se na história os conceitos para criar as jóias da Linha Cavalgando no Pampa para partilhar os valores culturais e sociais no mercado internacional.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O referenciado trabalho evidência o passado como sendo inamovível, e que a partir dele se ilumina o caminho de nossos dias, numa visão poética que os elementos culturais e materiais permitem realizar.

REFERÊNCIAS

- GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, 2002. v. 1.
- GOMES, P. C. C. da. *O conceito de região e sua discussão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GREFF, Claudia Beatriz; Hélio, DORNELES. *Estudo da inovação e diferenciação no design de jóias, lapidação e tecnologia para gemas*. Disponível em: <<http://www/anpedesign.org.br/artigos/pdf>>. Acesso em: 03.nov.2010.
- HILL, Telênia. *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna, 2006.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEMAS E METAIS PRECIOSOS. *Políticas e ações para a cadeia produtiva de gemas e jóias*. Brasília: Brisa, 2005.
- LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LISBOA, Maria da Graça Portela. *As representações simbólicas do estancieiro gaúcho do século XIX considerados na projeção de uma coleção de jóias*. Trabalho Final de Graduação (Curso de Design). Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2006.
- _____. *Coleção de jóias Gauchidade*. Disponível em: <<http://www.mgjoiasdesigner.com.br>> Acesso em: 15.mai,2010.
- _____. *Design e qualidade: uma análise do processo produtivo de ourivesaria*. 2009. 163p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2009.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. *Mídia Regional: gauchidade e formato televisual no Galpão Crioulo*. 2009. 232f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- LUNELLI, João Paulo. *Aceguá na campanha gaúcha*. Disponível em <http://www.terragaucha.com.br/imags_acegua.htm>. Acesso em: 23.jun.2011.
- MOREIRA, Igor. *O espaço rio-grandense*. São Paulo: Ática, 1997.
- PALADINO, Fructuoso Rivera. *O espaço rio-grandense na bacia do Prata*. São Paulo: FTD, 1994.
- PAULET, J.P. *Les régions à l'heure de la mondialisation*. Paris: Armand Colin, 1998.
- SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias a cibercultura*. São Paulo, SP: 2003.
- SCARONE, Arturo. *Monografia sintética história–Literária*. Montevideu, Uruguai Editor Máximo Garcia, 1922.
- ZATTERA, Vera Beatriz Stedile. *Gaúcho: vestuário tradicional e costumes*. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 1997.
- _____. *Pilchas do gaúcho: vestuário tradicional, arreios e avios de mate*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 1998.
- CATALOGO DA COLEÇÃO DE JÓIAS GAUCHIDADE. 2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A TRAJETÓRIA HUMANA CONTADA NOS ADORNOS DA ARTE E DA CULTURA PRÉ-HISTÓRICA

Edir Lucia Bisognin*

Maria da Graça Portela Lisbôa¹

Marloá Eggres Krebs²

Taiane Elesbão Tabarelli³

INTRODUÇÃO

As primeiras manifestações do homem pré-histórico em relação ao seu enfeite pessoal e sua primitiva indústria remetem ao Período da Pedra Lascada, quando o homem habitava em grutas e cavernas para abrigar-se, pintava o corpo e caçava com machados de pedra os animais selvagens.

À medida que aperfeiçoavam suas ferramentas de pedra, o homem das cavernas utilizava também dentes desses animais, com os quais formava colares e trabalhava a cor e as formas geométricas. Para esse homem estes enfeites e recursos ornamentais significavam, valor como troféu de caça, testemunho eloqüente de seu arrojo e valentia, proporcionando-lhe ao mesmo tempo um destacado lugar na ordem social das cavernas.

O presente estudo mostra uma complexidade da vida do homem pré-histórico, e das suas culturas, nos adornos, na construção de ferramentas, na pintura rupestre, nos vestígios encontrados em vários locais nos diferentes lugares que habitaram.

* Mestre em Educação pela UFSM. Professora Assistente do Curso de Design - UNIFRA. edir@unifra.br

¹ Mestre em Engenharia de Produção pela UFSM. Professora Assistente do Curso de Design do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). mglisboa@unifra.br

² Mestrado em Letras – Espanhol - UFSM. Professora Assistente do Curso de Turismo do Centro Universitário Franciscano. Participante do Grupo de Pesquisa: História Universal das Joias Através da Arte e da Cultura. marloa@unifra.br.

³ Bacharel em Design pela UNIFRA. Participante do Grupo de Pesquisa: História Universal das Joias Através da Arte e da Cultura. taiane.elesbão@terra.com.br.

1 IDADE DA PEDRA LASCADA⁴

O homem Pré- Histórico por falta de instrumentos afiados, recorre a principio aos objetos de fácil manipulação, que a mesma natureza lhe oferece prodigamente: pequenos crustáceos vivos ou fósseis, caracóis, vértebras de peixes e dentes de animais de caça menor. Alguns apresentam buracos para colocar uma corda de fibra ou tendão e para pendurar como colares. Os enfeites pendentes caracterizam o caçador primitivo e formam parte do enxoval das sepulturas pré-históricas. **O que podemos confirmar em Celoria (1970, p.19) “tal como o homem de Neandherthal, o homem do paleolítico superior também enterrava seus mortos. [...] As mulheres eram enterradas com seus colares e outros adornos (enfeites de conchas, de dentes de animais, ou de um fóssil ocasional), juntamente com suas crianças no peito”.**



Figura 1 e 2- *Esquerda*: Osso furado provavelmente utilizado como pendente. *Direita*: Adorno feito de osso.

Fonte: Gola (2008, p.25).

⁴ A época do paleolítico se subdivide em paleolítico inferior, do que não sabemos ainda se existem manifestações artísticas, e em paleolítico superior, em que em seu segundo período, **o Solutriano, conforme Lommel (1979, p.15) “As armas e os utensílios da era Solutriana consistem em pontas de lanças trabalhadas em forma de folha de louro, pontas de flechas, sovelas de osso e agulhas com orifício.” Contudo é no terceiro período, o Magdalenense, que a arte alcança seu ponto expressivo culminante.**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

No estudo das indústrias do Paleolítico Superior podemos distinguir três **grandes períodos de acordo com Giordani (1983, p.34), o “Aurinhacense, Solutrense e Magdalenense”.**

No Período Aurinhacense, o mesmo autor complementa destacando alguns produtos da indústria desse período, tais como, pontas de lâmina, raspadores, buris, pontas de chifres de renas, ossos ornados com entalhes, pontas em osso polido com uma fenda para fixá-las à extremidade de uma haste. Dá-se início também o desenvolvimento da arte mobiliária e parietal.

No Período Solutrense foram comuns pontas de sílex, de flechas, buris e raspadores, bem como progride a indústria de osso como agulhas com orifício. Por outro lado, **conforme Lommel (1979, p. 15) “as armas e os utensílios da Era Solutriana consistem em pontas de lanças trabalhadas em forma de folha de louro, pontas de flechas, sovelas de osso e agulhas com orifícios.”**

No Período Magdalenense, surgiu uma nova variedade de formas como raspadores, bigornas, buris em bico de papagaio e bico de flauta, bem como lascas de pequenas dimensões. Foi notável também a indústria de objetos feitos de osso e chifres de renas, como agulhas providas de orifício, bastões perfurados, diferentes pontas de armas, anzóis e arpões para caça e pesca. É o período do desenvolvimento artístico. (GIORDANI, 1983).

Notável é também a técnica e o refinamento que se advertem nos enfeites. Assim começou a gravar ou pintar as paredes da caverna, as imagens dos animais que costumava caçar, assumindo características mágicas; igualmente embelezava seus utensílios de marfim, de dentes de mamute, matéria apta para lavrar esculturas, e os de ossos, chifres de renas e lignita, gravando sobre a superfície dos mesmos, com buris afiados, figuras de animais e até motivos vegetais. As mesmas substâncias recortadas em pequenos pedaços e lavradas lhe serviam sem dúvida de enfeites corporais. Certos objetos naturais o fascinavam por sua raridade e as dificuldades que lhe opunham quando tratava de consegui-los, e como não desejava privar-se deles, passou a imitá-los.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Enquanto isso, estendia o homem da época Paleolítica o raio de suas incursões, e ávido de todo material estranho, raro ou brilhante que podia obter, recolhia pedaços de cristal de rocha, serpentina, jade, corais e outras pedras de cores vivas que podia utilizar para fabricar seus enfeites ou amuletos. Simples pingentes de osso, marfim ou âmbar em forma similar à dos botões de hoje, eram já naquele tempo enfeites que desfrutavam de geral favor, quando o Paleolítico estava terminando. Gola classifica os objetos de adorno da pré-história em:

Objetos para pendurar ou pendentos (também denominados pingentes), atravessados por um buraco, para a passagem de um **fio; ou ‘objetos de adereço, providos de ranhuras para fixar** um laço, todos eles com, no máximo, 7cm de comprimento. A partir da observação de suas formas, tais objetos podem ser agrupados em três categorias: a dos pendentos (ou pingentes); a dos contornos recortados; e a das rodela (GOLA, 2008 *apud* LEROI-GOURHAN, 1971).

A autora esclarece que pendentos ou pingentes se constituem nos adereços mais antigos encontrados. Comumente feitos de dentes de conchas, de ossos e de pedras. As formas assumem aspectos de presas ou garras com decorações geométricas realizadas por meio de incisões. Datam do Paleolítico Médio, passando para o Paleolítico Superior (35.000 a.C a 10.000 a.C). Esses achados foram encontrados no Continente Europeu.

Os objetos classificados como contornos recortados pertencem ao período Magdaleniense (10.000 a.C). Normalmente medem 5 cm de comprimento e se reportam a cabeças de animais tais como o cabrito montes, o bisão e o cavalo. As incisões neles recortadas assinalam olhos, boca e nariz. A terceira categoria **“rodela”, ainda de acordo com Gola (2008), consiste em pequenos discos com** orifício central e com incisões de animais como cabrito, o cervo e a vaca. Esses objetos ornamentais foram cuidadosamente entalhados, bem como o surgimento de colares executados com pequenos crustáceos, fósseis, caracóis,

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

vértebras de peixes, dentes de animais e sementes, amarrados em cordões de fibra vegetal.



Figura 3 - Elementos de adorno, *Cova del Parpalló*, Gandia, conchas perfuradas, possivelmente com a intenção de formar um colar. **Nota:** Até os dias atuais pode-se observar enfeites de conchas na África e Austrália.

Fonte: Museu de Pré-história de Valência. Acesso em 04/05/2011.

Se ao lado das conchas perfuradas, se encontram pedras de formas curiosas, bocados de minerais, amostras de cristal de rocha, pode-se pensar que os homens recolhiam estes objetos porque os consideravam belos e lhes atribuíam propriedades mágicas. Na maior parte das vezes, esta dupla preocupação encontra-se nos povos atuais, que fazem coleções do mesmo gênero (GOURHAM, 1983, p.64).

Desta forma se explica como a caverna de um caçador da época quaternária, descoberta em Goyat, Bélgica, dava a impressão de “um museu paleontológico”. Em outra caverna se guardava, zelosamente oculto, um depósito de aproximadamente oito mil pequenas conchas marinhas tingidas de vermelho, a décima parte delas providas de perfurações praticadas, sem dúvida, para poder colocá-las.⁵

Na França, o paleolítico superior surgiu a mais rica, a mais variada cultura européia desse período. Mais conhecida por seus arpões com fibras duplas de farpas curvas, além de grande variedade de utensílios de pedra, muitos dos quais revelam grande habilidade na produção de um vasto sistema de buris, de

⁵ Joseph Déchelette, Manuel d'Archéologie Préhistorique, I. Ed. A. Picard, Paris, 1924.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

pontas em espiga e de pequenos perfuradores, bem como de alguns instrumentos diminutos, que são os precursores das pequenas lascas ou micrólitos do Período Mesolítico (CELORIA, 1970, p. 27).

As novas condições de vida do Mesolítico favoreceram a formação de grupos humanos mais amplos, vinculados às zonas, onde era possível a colheita e sujeitos às migrações de estações que esse sistema de vida comportava. Nessa troca de saberes e vivências os adornos se tornaram comuns em todos os grupos étnicos e o sistema de comunicação e a cultura se intercambiaram. Nesse sentido, os adornos e a arte foram sendo aperfeiçoados, tanto esteticamente quanto tecnicamente.

2 A ÉPOCA NEOLÍTICA

O desenvolvimento iniciado no período anterior, o Paleolítico, evoluiu para o final das épocas glaciais pela chegada de grupos mais evoluídos e de culturas avançadas. Grandes acontecimentos e inventos proveitosos caracterizam a nova época. O primeiro descobrimento foi o emprego de novos materiais duros, vulcânicos, que podiam polimentar-se cuidadosamente, e que foi seguido pela aprendizagem de uma nova técnica para fabricar com estas pedras, armas e utensílios. Por isso que a esta idade se chama Neolítica ou da nova pedra. Giordani (1983, p. 39) enfatiza:

A arte, em seu sentido mais amplo, nada mais é do que a habilidade técnica. Os homens não puderam fazer utensílios para si sem exercer uma arte. Mas esta arte não se limitou por muito tempo útil; ela procurou bem depressa, talvez logo em seguida, o agradável; procurou uma certa beleza, uma elegância, em seu trabalho. A arte fazia parte integrante do ofício.

O segundo acontecimento foi o conhecimento do processo do cultivo de cereais, como o trigo, cevada e centeio, ao que o homem foi levado pela mesma natureza, e a domesticação de numerosos animais, como o cachorro, que

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

acompanhou o homem na caça e cuidou de sua moradia. Claro está que a mudança geral do ambiente explica os progressos culturais. Em tudo se notava um sensível progresso. O referido autor destaca ainda que:

A técnica empregada referia-se as matérias-primas usadas: a pedra, a argila (crua ou cozida), o osso, o marfim, o chifre de rena e até mesmo o azeviche e o âmbar, etc. O carvão e o bióxido de manganês forneciam a cor negra; o vermelho (muito usado) e outras cores eram fornecidos pelo ocre largamente explorado. Os principais instrumentos que possibilitavam aos artistas a execução de seus trabalhos eram: o buril de pedra (que permitia a gravura e a escultura), o pincel feito de pluma de pássaro ou de pêlos, osso oco (através do qual eram sopradas as matérias corantes) e finalmente os próprios dedos dos artistas (GIORDANI 1983, p.40).

Nos enfeites pessoais se manifestaram novas tendências, preferindo no momento os materiais mais custosos e as formas mais ricas e complexas, entre elas anéis e braceletes finamente trabalhados.



Figuras 4 e 5 – **Esquerda:** Anel de osso do Neolítico. Gruta de l'Or, Beniarrés. **Direita:** Bracelete de pedra polida da Gruta de La Sarsa (Bocairent). Neolítico, entre 5000 e 4200 anos a.C.
Fonte: Museu de Prehistória de Valência. Acesso em: 04.mai.2011.

O material que se utilizava para as jóias de enfeite diferia de região em região, de acordo com as existências naturais e os progressos de intercâmbio. Giordani (1983, p.41) referindo-se ao uso das gemas é enfático ao afirmar: “ao procurar, em camadas do subsolo, o sílex, o homem pré-histórico fazia *prospecção*; ao determinar a posição do mesmo, adquiria conhecimentos de *geologia*; e ao explorá-lo em galerias subterrâneas, praticava a *arte de minas*.” Ainda em Giordani (1983, p.43) encontra-se:

O uso do cobre não substitui o emprego do sílex. Ambos continuam como matéria prima para a fabricação de inúmeros



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

utensílios. Nota-se até um aperfeiçoamento na indústria da pedra polida. Somente na propagação do uso do bronze é que paulatinamente o sílex será posto de lado e isso apenas nas regiões em que se difundiu o emprego do metal.

Por outro lado, os estudos arqueológicos mostram descobertas no subsolo, enfeites feitos de certas matérias, em particular de âmbar, jadeita e obsidiana, e não se conheceram a existência de jazidas originais de onde aqueles puderam extraí-las. Minuciosas investigações petrográficas e mineralógicas confirmaram o fato, indicando ao mesmo tempo em que os materiais em questão deviam ter sido trazidos de regiões remotas. Esses estudos demonstram que nos remotos dias do Neolítico existia entre os diferentes povos, um intercâmbio animado das matérias primas que lhes apresentava o solo, ou dos produtos que manufacturavam com aquelas.

Foi assim que muito antes dos Fenícios, os primitivos povos europeus da época Neolítica traçaram penosamente os caminhos que, ao longo dos séculos, haviam de transformar-se em grandes vias de penetração comercial. Uma nota específica tem os adornos encontrados em alguns grandes túmulos neolíticos, no noroeste da França, nos Altos Pirineus e nas grutas sepulcrais de Portugal. Consistem em colares de contas e brincos bem trabalhados de um material translúcido de cor verde pálido. Na França estas contas estão associadas muitas vezes a outras de ouro, enquanto que Portugal não conhece o ouro nesta época primitiva. Atribuía-se a muitas destas jóias forças mágicas, vinculando-as, portanto, com a idéia de talismã. Este conceito supersticioso, que desempenhou um papel particular até muito avançado perdura até o século XVII de nossa era e sobrevive até hoje em certas regiões européias. Por exemplo, o aldeão alverne ou bretão, conforme Déchelette, não se separa por nada de seu colar talismã, um simples colar de âmbar e pedrinhas polidas que em sua família se transmite por herança de geração a geração, sem que possa precisar quem foi nem quando viveu seu primeiro proprietário.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

3 OS ADORNOS DA ERA DOS METAIS

Na época paleolítica o Ocidente havia ultrapassado o Oriente pelas suas criações mais elaboradas, mas durante o Neolítico se deslocou o ponto de gravitação em direção ao Leste devido ao conhecimento precoce dos metais, com os quais se abriram novas possibilidades inteiramente inesperadas.

Para melhor compreensão faz-se necessário apresentar uma periodização da Idade dos Metais. Esse período inicia em torno de 6500 a.C. e vai até o surgimento da escrita e marca o avanço nas técnicas de produção de artefatos, quando passou a usar moldes de pedra ou barro para colocar o cobre derretido, produzindo armas e ferramentas, bem como o martelo para moldar os objetos depois de frios.

Giordani (1983, p. 43) esclarece que o homem ao descobrir o fogo dá **início, por meio do calor, a técnica de fundição do cobre.** “A constatação da influência do calor, sobre o metal, a relativa facilidade com que este adquiria **variadas formas abriram novas perspectivas para a técnica industrial.**” O mesmo autor ainda enfatiza que, a ordem de sucessão do tempo, em relação aos diversos tipos de metais, pode estabelecer uma cronologia relativa que não pode ser aplicada a todos os povos. Assim:

teríamos, então, em primeiro lugar, o **Calcolítico** (época em que predominou o uso do cobre) chamado também, por alguns autores, **Eneolítico**. Este período inicial da Idade dos Metais seria, pois, o intermediário entre a Idade da Pedra e a do Bronze. (GIORDANI, 1983 p. 44)

Pode-se entender a Idade dos Metais como o período que se caracterizou pelo uso de instrumentos metálicos. Assim sendo a Idade da Pedra foi seguida pela dos metais que abrange as Idades do Cobre, do Bronze (Bronze Antigo, Bronze Médio e Bronze Final) e do Ferro. Apenas quando o comércio com o Oriente contribuiu ao conhecimento dos metais no vale oriental do



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Mediterrâneo, começou lentamente a transformar-se o quadro geral do Neolítico. Subirachs (1995, p. 23) assim se manifesta:

Os primeiros aperfeiçoamentos da metalurgia, anteriores à Idade do Bronze, aplicaram-se à arte, em primeiro lugar para objetos de adorno e jóias, mas em breve também para pequenas esculturas e carimbos de estampagem: outro uso muito frequente foi para as facas e machados, conforme o apreço em que se tinha ao metal.

Cabe ressaltar que as culturas humanas do Neolítico realizaram migrações e, conseqüentemente, mesclaram-se gerando novos conhecimentos e novos traços culturais. Por volta do ano 3000 a.C. algumas culturas neolíticas transformaram-se em civilizações, passando por mudanças graduais, tanto nos aspectos econômicos, quanto nos sociais e políticos. Deu-se, então, o surgimento da escrita, auxiliar das operações econômicas de propriedades e de bens. Suméria, na Mesopotâmia e Egito, no Vale do Nilo, se constituem nas civilizações mais antigas. Seguem-se, pouco depois, a do país de Elam e a do Vale do Indo. A partir do ano 2000 a.C. surgem outras civilizações, como a Cretense, a Micênica, a Hitita, a Chinesa, etc. (Ibidem, 1995).

Celoria (1970. p. 80) esclarece que o cobre não foi adotado instantaneamente por todas as culturas da época. E que as ferramentas de pedra continuavam sendo usadas, lado a lado com os objetos de cobre. De acordo com Giordani (1983, p. 45) somente após o cobre atingir o Mediterrâneo Ocidental, o Sul da Itália, a Sicília e a Espanha, esse metal passa a ser exportado para a Europa Central. Porém o grande acontecimento da indústria dos metais no III milênio, não foi o cobre, mas sim, o aparecimento do bronze.

Em Kertsz (1947) encontra-se que o bronze foi o material que predominou na manufatura de toda classe de objetos e adornos; é uma liga de cobre e estanho, este último metal em uma proporção de até dez por cento, que uma vez fundido preenchia perfeitamente os moldes, reproduzindo os detalhes



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

mais finos. Além disso, sua superfície bem polida lhe dava o aspecto de um material nobre e brilhante.

Torna-se difícil, porém, estabelecer a data exata das transformações da Era do Bronze, que se operou aproximadamente, depois do ano 2000 a.C. porque não se vinculou a nenhuma tradição histórica e variou muito em cada uma das diferentes regiões da Europa. Desde o começo da Idade do Bronze apareceu a fivela ou broche, adereço que serve para sustentar ou fechar os vestidos recolhendo suas pregas. A partir de então, pode seguir-se passo a passo a sua evolução até os tempos dos merovíngios. Nosso moderno alfinete é o descendente remoto da fivela que existia na Idade do Bronze em formas adequadas e belas.

De acordo com Pedrosa (2011) em 16 de outubro de 2002 foi encontrado um dos mais interessantes achados da Idade do Bronze européia. Restos de um esqueleto sobreviveram junto a um pequeno disco de ouro para contar um pouco do início da História da Joalheria. Datado em torno de 2.500-2.100 a.C., **o disco de ouro conhecido como “disco Banc Tynddol” foi feito de uma fina folha de ouro trabalhada com perfurações e decorado em *repoussé*.**

Apenas quando o comércio com o Oriente contribuiu ao conhecimento dos metais no vale oriental do Mediterrâneo, começou lentamente a transformar-se o quadro geral do Neolítico. Torna-se difícil, porém, estabelecer a data exata dessa revolução, que se operou aproximadamente depois do ano 2000 a.C. porque não se vinculou a nenhuma tradição histórica e variou muito **em cada uma das diferentes regiões da Europa. A chamada civilização “egeomícênica” logo se estendeu até a Itália e a Sardenha meridional, abarcando logo a Península Ibérica. O oeste da Gália e as Ilhas Britânicas chegaram a conhecer por intermédio daquela os novos produtos mercantis, especialmente os metálicos.**

Havia além do bronze outro material de uso comum: o ouro. E dizemos **“comum”, porque o cobiçado** mineral se encontrava com tanta abundância no Oriente e mais tarde, também no Ocidente – as areias de quase todos os rios



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

tinham pepitas de ouro – que não somente se utilizou abundantemente para enfeitar aos moradores, mas que constituía a riqueza das oferendas feitas aos defuntos. A denominação ouro vem do latim aurum, que significa aurora brilhante, possui como símbolo a sigla Au e é um dos metais mais maleáveis que existe, embora puro se torne demasiado brando (CODINA, 2000).

Naquela época em que o homem entrava em contato com os metais, manifestou-se claramente o prazer que experimentava por eles, amontoando sobre suas roupagens toda classe de objetos metálicos, como por exemplo, as fivelas, alfinetes, pulseiras, anéis e botões de bronze com os que se guarnecia a bainha inferior dos vestidos, e outros enfeites mais, em forma de espirais.

Os colares imitavam fitas frequentemente, por sua forma, suspendendo deles bordados ou pingentes crivados em diferentes formas, por exemplo, de coração. Enfeites como o brinco, o anel e a argola ao redor do tornozelo, todos eles executados em metal, se usavam com profusão. Novos eram os cinturões de metal compostos de placas e cadeias, como assim também as fivelas para fechá-los. Naquela época em que o homem entrava em contato com os metais, manifestou-se claramente o prazer que experimentava por eles, amontoando sobre suas roupagens toda classe de objetos metálicos, como por exemplo, as fivelas e botões de bronze com os que se guarnecia a bainha inferior dos vestidos femininos, e outros enfeites mais, em forma de espirais.

Mas o adorno por excelência parece ter sido o bracelete. Numerosos são os tipos e variantes que se conhecem, podendo até se classificar as armelas, ou seja, braceletes abertos e outros fechados, que tanto eram ociosos como maciços. Característicos para os começos da Idade do Bronze são alguns braceletes compostos de vários aros em espiral reunidos entre si, havendo estado em voga junto com estes, outra espécie de braceletes ou pulseiras em forma de caracol que remete ao fenômeno solar.

Assim, por exemplo, os “Carros do Sol” e as “Barcas Solares”, motivos simbólicos que se repetem em amuletos e talismãs. O sol mesmo foi representado por rodas, discos, pela cruz gamada ou suástica e outros símbolos



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

diferentes nas distintas regiões e povoados. Depois de ter sofrido a influência da civilização egeia, estes motivos se enriquecem mesmo agregando mais paulatinamente temas zoomorfos.

Pela sua idiossincrasia, os povos da Europa central de tempos pré-históricos, tinham aversão inata, e talvez, além disso, mantida pela influência de seus cultos, que lhes fazia resistir à representação de idéias por meio de formas zoomorfas como a praticavam os gregos.

O fundo de crenças religiosas explica assim a repetição constante e intencional de certos motivos nos enfeites pré-históricos. O ouro que possivelmente surgiu nos remotos períodos do Neolítico e desenvolveu-se na Idade do Bronze, foi largamente usado e difundido em diversos lugares do oriente e ocidente.

Machados com símbolos solares e zoomorfos (KERTESZ, 1947), da época neolítica, difundida especialmente na adiantada cultura cretense, atribuíam caráter de amuleto. Procedem da Itália, Alemanha e Áustria. O simbolismo atribuído ao ouro desde o ancestral do homem moderno, no uso de adornos e sua relação com as crenças, percorre caminhos e fundamentos de diferentes culturas, são encontrados em registros de museus e arquivos arqueológicos entre outros.

Em alusão a cultura entre os vários conceitos atribuídos ao seu termo, entenda-se aqui um termo alusivo em Santaella.

Há consenso sobre o fato de que cultura é aprendida, que ela permite adaptação humana ao seu ambiente natural, que ela é grandemente variável e que se manifesta em instituições, padrões de pensamento e objetos materiais. Um sinônimo de cultura é tradição, o outro é civilização, mas seus usos se diferenciam ao longo da história (SANTAELLA, 2004, p. 30).

Em Zattera (2001) vamos encontrar que o ouro foi empregado em lugares distintos e em variados objetos.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O ouro, (...) foi largamente empregado em coroas, colares, peitorais, pulseiras, armas e objetos também na Mesopotâmia, na Pérsia, em Creta e Micenas, na Grécia e na Etrúria. Em Portugal, nas Grutas de Alapraia, foram encontradas ossadas humanas com anéis em espiral que datam aproximadamente 3000 a.C. e que hoje se encontram no Museu dos Condes de Castro, em Cascais (ZATTERA, 2001 p. 20).

Muitos museus europeus, sobretudo o Museu de História Natural de Viena, antes Museu Imperial, exibem os aparelhos, utensílios menores, armas e adornos de metal e ferro, expostos em uma quantidade que causa admiração. A **primeira época da Idade do Ferro, conhecida como “época de Hallstatt”** pela vasta e rica necrópole deste nome nos Alpes austríacos, abrange aproximadamente o lapso entre 800 e 500 a.C. e sua esfera de influência se estende desde a Europa central até Espanha no oeste, e Hungria no leste. No século VI a.C., portanto, no período de Hallstatt, os celtas atingiram a península Ibérica, onde formaram o povo celtibero. Por volta do século V a.C. a cultura do Hallstatt foi superada pela cultura La Tène, na Suíça. Com La Tène iniciou um período de expansão dos Celtas.

A maioria das culturas da Idade do Ferro na Europa deve algo a Hallstatt, pois nas áreas próximas dispunham de bons minérios. Achados comprovam a arte dessa região, tais como: bacias, lâminas de barbear, espadas, carroças, cerâmicas, etc.

A princípio os adornos da época de Hallstatt não ofereceram uma nova estética característica, somente aperfeiçoou e refinou técnicas e estilisticamente, o que a Idade do Bronze tinha produzido em criações mais primitivas.

A pesquisa nos mostra que o afã de adornar-se chegou ao exagero. As mulheres se cobriam com escamas de metal e a toda classe de adereços acrescentava penduricalhos de correntinhas, guizos e amuletos a fim de produzir ruído e de aumentar, com o tilintar que acompanhavam os movimentos. Ainda mais que na Idade do Bronze, nas tumbas, as oferendas de implementos e armas diminuíram quantitativa e qualitativamente em relação à

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

riqueza e abundância de adornos. Entre os adornos de ferro, como as argolas, muito grossas e fortemente alargadas em sua parte central, apresentavam nódulos, de modo que a silhueta de tais braceletes ofereciam contornos irregulares com curvas de raios muito diferenciados.



Figura 7 e 8 - a esquerda Anéis e a direita braceletes Celtas, V Século a.C.

Fonte: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en|pt&u=http://www.ancientresource.com/> Acesso em: 13.jul.2011.

O emprego de motivos decorativos puramente geométricos, com seus círculos, triângulos, e espirais estereotipadas, nos mostra que o joalheiro da Idade do Ferro recorreu a cor como elemento capaz de dar mais vida à decoração. A diferença das demais regiões europeias de então, em geral, no âmbito cultural Greco-jônico representavam frequentemente em dois adornos corporais, com pequenos animais, como patinhos, pássaros, algas, em modelado corpóreo, forma esta que mais adiante, com a crescente influência grega, adotarão os povos da Europa Central.

Observa-se que o vermelho coral junto com novos modelos e outros materiais igualmente novos, entre eles o vidro e, menos frequentemente, o marfim, chega à Europa central como mercadoria aos velhos centros culturais. O registro dos materiais e das formas de adornos enriquecia constantemente. Aparece o pente; os pendentes e brincos de ouro ou bronze se faziam mais frequentes, o mesmo que as argolas levadas nos tornozelos, e também o cinturão, com aplicações de bronze ou ouro. O alfinete era trabalhado de acordo com a repetição dos motivos decorativos, e dotado de várias cabecinhas e inclusive de uma cápsula protetora para a ponta. A fivela, frequentemente embelezada com um coral vermelho para satisfazer a grande preferência da



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Idade do Ferro pelas cores brilhantes, mostra distintas formas, cronológica e regionalmente bem diferenciadas.

Como o cobre e o bronze, a tecnologia do ferro não só trouxe consigo um importante avanço técnico quanto aos utensílios, como deu lugar a profundas mudanças sociais. Um fato econômico favoreceu o desenvolvimento da cultura Hallstatt (Primeira Idade do Ferro): a riqueza dos jazigos de sal e minerais dos Alpes orientais, que motivou um crescente intercâmbio comercial com zonas muito diferentes.

Subirachs (1996) é de parecer que a cultura de Hallstatt estendeu-se por toda a Europa Ocidental, alcançando seu apogeu nos séculos VI e V antes da nossa era. Os intercâmbios comerciais revelavam influências das civilizações etrusca e grega, manifestadas nos bronzes com relevos e nas fíbulas. A substituição da espada pela lança como principal arma de combate, reflete a aparição da formação fechada na ordem de batalha.

Devido às técnicas utilizadas, o geometrismo retilíneo predominou num primeiro momento, com a fabricação de triângulos, meandros angulares, zig-zags, fileiras de dentículos cortados por estrias, etc. A espiral transforma-se em círculos concêntricos regulares: símbolo do Sol (SUBIRACHS, 1996). O autor mencionado enfatiza que: o culto solar, em efeito, domina a religiosidade dos forjadores do ferro, com o que se relacionam também o cavalo e o cisne, que arrastam do Leste ao Oeste o carro do sol (ibidem, p. 29).

Na cultura Hallstatt surgiu, timidamente, um naturalismo de raiz grego ou etrusco, fruto dos intercâmbios comerciais. O conhecimento geral e a elaboração do novo material – o ferro, base futura de nossa civilização desde o primeiro milênio antes de Cristo, provocou uma violenta transformação no processo evolutivo da Europa. À industrialização incipiente que se originou com o aproveitamento do ferro, seguiu a adaptação das técnicas criadas, que se aplicaram também a outros materiais, como o ouro, a prata e o bronze, pois com as novas técnicas nasceram novas possibilidades artísticas, isto é, novas formas, perfis e ornamentos.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

CONCLUSÃO

Os estudos realizados na presente pesquisa nos mostram a importância dos adornos na construção histórica da trajetória humana desde os tempos Pré-históricos. Os objetos encontrados por arqueólogos, pesquisadores, antropólogos durante os anos que seguiram a Pré-História revelam o gosto, o primor artístico, as técnicas e o avanço na descoberta e o uso dos materiais que foram encontrados na natureza.

As decorações com que se cobriam as superfícies das jóias e objetos de arte são numerosas e constituem testemunho eloqüente do longo processo evolutivo que seguiram, mas o gosto artístico é de uma surpreendente uniformidade. Os mais freqüentes foram os desenhos retilíneos, combinando em cruces, rombos ou linhas em zig-zag e outros motivos formados por linhas curvas como círculos concêntricos e espirais. São formas básicas de todo regime decorativo estritamente geométrico, característico da arte européia pré-histórica da pura abstração. É possível que alguns desenhos reflitam uma vaga alusão ao culto solar.

Os resultados da pesquisa revelam que as habilidades desenvolvidas artesanalmente pelo ancestral do homem moderno, foram significativas para a evolução que desencadeou o desenvolvimento industrial aos nossos dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CELORIA, Francis. *Arqueologia*. Trad. Fernando de Castro Ferro. São Paulo: Edições Melhoramentos. Edusp, 1970.

CODINA, Carles. *A ourivesaria*. Coleção Artes e Ofícios. Trad. Marisa Costa. Lisboa: Editorial Estampa Ltda. 2002.

GIORDANI, Mário Curtis. *História da antiguidade oriental*. 6. ed. Petrópolis: Editora VOZES, 1983.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

GOLA, Eliana. **A jóia:** história e design. São Paulo: SENAC Editora, 2008.

GOURHAN, André Leroi. *Os caçadores da pré-história*. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 1983.

KERTESZ, Margarite W. *Historia universal de las joyas atraves del arte y la cultura*. Buenos Aires: Centurion, 1947

MUSEU DE PREHISTÒRIA DE VALÈNCIA, 2008. *Acervo virtual*. Disponível em: <<http://www.museuprehistoriavalencia.es/home.html>>. Acesso em: 03.mai. 2010.

SUBIRACHS, Josep Maria. História geral da arte. Madrid: Ediciones Del Prado, 1996.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

SOBRE O SIGNIFICADO DAS REVOLUÇÕES E O PROBLEMA DA FUNDAÇÃO DE UM NOVO CORPO POLÍTICO

Edison Alencar Casagrande*

[...] as revoluções são os únicos eventos políticos que nos confrontam direta e inevitavelmente com o problema do começo. (ARENDR, 1988, p.17).

Introdução

O presente texto procura explorar a relação entre o fenômeno moderno das revoluções e a fundamentação de uma teoria do poder constituinte em Hannah Arendt. Nesta parte do texto, busca-se compreender não apenas o significado político das revoluções francesa e americana, mas principalmente verificar com H. Arendt resolve o problema da fundação de um novo corpo político. Importa, nesse momento, alertar para os distintos modos com que os revolucionários franceses e americanos lidam com o problema da necessidade de um absoluto para resolver a questão do círculo vicioso que se forma no interior da esfera política. O ponto em discussão é: podemos, com H. Arendt, justificar a fonte de autoridade do novo corpo político sem recorrer a um **absoluto para solucionar o problema de um “círculo vicioso”, supostamente presente no ato da fundação e na elaboração das constituições?**

Assim, o texto que segue divide-se em três momentos. O primeiro, busca demonstrar a especificidade da consciência revolucionária e, conseqüentemente, a formação de uma nova mentalidade política. O segundo ato, recoloca o problema da revolução frente à necessidade de uma fundamentação secular da autoridade. E, por fim, o terceiro e último ato

* Professor da Universidade de Passo Fundo/RS e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da (UFSC) – eacasa@upf.br



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

procura analisar, com Habermas, a partir do exemplo da Revolução Francesa, a originalidade e atualidade das revoluções.

[1] A consciência revolucionária como berço de uma nova mentalidade

Para H. Arendt, não há dúvida de que o espírito revolucionário se define pela fundação de um novo começo e pelo desejo de instauração da liberdade. De acordo com ela, a violência não é “a parteira da história” e não pode, portanto, definir o que é uma revolução. Dessa forma, as revoluções não são apenas insurreições bem-sucedidas e, por isso, não podem ser confundidas com qualquer guerra civil e/ou golpe de estado (*coup d'état*). Segundo H. Arendt, as rebeliões e as guerras civis precisam vir acompanhadas de uma revolução, cujo objetivo é a instituição da liberdade pública. Do contrário, se estaria cometendo um equívoco básico, ou seja, confundindo rebelião com revolução e, conseqüentemente, luta por libertação com fundação da liberdade. Afinal, afirma H. Arendt, “**não há nada mais inútil do que rebelião e libertação, se essas não forem seguidas pela constituição da liberdade recém conquistada**”. (1988, p.114). Assim, citando John Dickinson, H. Arendt olha para o passado e mostra que a sina usual de uma rebelião, não acompanhada de uma revolução, é a escravidão do povo, que acaba, com o término da guerra, submetido ao jugo dos afortunados conquistadores.

A questão é que, pelo fato histórico, as revoluções tinham inicialmente o propósito de restaurar e/ou recuperar antigas liberdades e direitos. Dito de outro modo, o movimento revolucionário foi, antes de tudo, uma tentativa de restauração e recuperação da liberdade. Entretanto, se a revolução não é sinônimo de levante armado, o desafio agora é demonstrar quando e como essas tentativas de restauração se transformam, efetivamente, em acontecimentos revolucionário. Por isso, é preciso



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

[...] evitar o logro do historiador, que tende a colocar sua ênfase no primeiro e violento estágio de rebelião e libertação, no levante contra a tirania, em detrimento do segundo e mais silencioso estágio de revolução e constituição, porque todos os aspectos dramáticos de sua história parecem estar contidos no primeiro estágio, e talvez também porque as turbulências da libertação tenham, com tanta frequência, derrotado a revolução. (ARENDR, 1988, p.114).

Como se tentou mostrar acima, não há nada mais prejudicial para o real entendimento do significado da revolução do que associá-lo ao fim da guerra. Nada mais comum, é verdade, mas também nada tão equivocado quanto supor que o processo revolucionário acaba com a conquista da libertação, com o fim da violência e do tumulto que acompanha toda e qualquer guerra pela independência. Para a autora, o processo revolucionário supõe dois atos. O primeiro associado ao desejo de libertação, que se viabiliza pelo levante armado, pela guerra civil, pela rebelião. E o segundo, que supõe o primeiro e acrescenta-lhe a necessidade de consolidar o poder da revolução na constituição da liberdade (Constitutio Libertatis).

Com o olhar fixo na história, H. Arendt afirma que o objetivo da revolução é a constituição da liberdade e que a meta do governo revolucionário é a fundação da república. Em outros termos, a ideia central da revolução é a fundação da liberdade, ou seja, a fundação de um corpo político que garanta o espaço onde a liberdade possa se manifestar. Para André Enegrén, "[...] a revolução se define, com a máxima exatidão, por seu próprio fim, que é a constituição da liberdade: eis, em sua nudez, o vigor da reflexão de Arendt sobre a revolução como desenvolvimento de um novo espaço político". (1980, p.47)¹. H. Arendt, conforme citação abaixo, busca na Revolução Americana o exemplo

¹. Cf. "[...] la révolution se définit en toute rigueur par son but même que est la constitution de la liberté: voilà, dans sa nudité, le nerf de la réflexion d'Arendt sur la révolution comme aménagement d'un nouvel espace politique". (ENEGRÉN, 1980, p.47).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

histórico necessário para demonstrar que a revolução transcende a luta pela libertação. Assim afirma:

[...] na América, o levante armado das colônias e a Declaração da Independência foram seguidos pelo aparecimento espontâneo de projetos de constituição em todas as treze colônias, [...] de sorte que não houve nenhuma interrupção, nenhum hiato, e quase que nenhuma pausa para respiração entre a guerra da libertação, a luta pela independência, que era condição da liberdade, e a constituição dos novos Estados. (1988, p.113).

O fim de uma revolução não está atrelado ao fim da guerra. Assim, voltando ao exemplo americano, tem-se o fim da guerra antes do fim da revolução. Entretanto, H. Arendt faz questão de ressaltar que esses dois estágios do processo revolucionário, apesar de completamente diferentes, começam quase ao mesmo tempo e se desenvolvem paralelamente até o fim do primeiro estágio (guerra da independência). Além disso, parece importante sublinhar, no exemplo da citação acima, o fato de que não houve uma interrupção significativa, ou melhor, nenhum hiato constitucional entre a guerra da libertação e a constituição dos novos Estados. Diz-se isso, pois a eficácia da nova ordem depende também da superação desse limite temporal, ou seja, quanto menor o hiato constitucional entre a velha e a nova ordenação, menor a limitação do poder constituinte e, conseqüentemente, maior a chance de consolidação do poder da revolução na constituição da liberdade.

Diante da tarefa de definir a especificidade da revolução, Hannah Arendt, em *Sobre a Revolução* (1988), afirma literalmente, que só se pode falar em revolução e/ou em espírito revolucionário onde o *pathos* da novidade estiver presente e onde a novidade estiver conectada a ideia de liberdade. Nesse sentido, o desafio é demonstrar que o espírito revolucionário - frente à história que se modifica pelo aparecimento e pelo desaparecimento de impérios – pode ser definido a partir das ideias de inovação e durabilidade, buscando, a partir desses dois elementos, “a durabilidade de algo novo”. (WAGNER, 2006, p.109).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Para H. Arendt é natural que o espírito revolucionário seja predeterminado pelo governo que deseja superar. Em outras palavras, a revolução, do ponto de vista político, busca a instauração e a caracterização de um tipo de governo que supere completamente o modelo que ela pretendeu banir. Assim, diz H. Arendt, “nada [...] parece mais plausível do que explicar o novo absoluto, o absoluto da revolução, pela monarquia absoluta que o precedera, e concluir que, quanto mais absoluto o governo, tanto mais absoluta será a revolução que o substituir”. (1988, p.124).

Para exemplificar, H. Arendt mostra que a revolução significou para franceses e americanos, apesar de concordarem sobre aquele que seria o objetivo maior da revolução e sobre aquela que seria a verdadeira meta do governo revolucionário, coisas completamente diferentes. Enquanto os americanos viam na revolução a possibilidade histórica de romper com a herança política de uma “monarquia limitada”, os franceses associavam a revolução ao desejo de deixar para trás as heranças de um absolutismo que remetia aos primeiros séculos do Império Romano. Nesse sentido, H. Arendt acredita que o processo revolucionário caracterizava-se pela possibilidade de se estabelecer, frente ao *ancien régime*, um novo fundamento para o poder e, conseqüentemente, uma nova fonte de lei.

Seguindo a trilha de H. Arendt, Habermas, no texto *A soberania do povo como processo (1988)*, mostra que a especificidade da revolução, da consciência revolucionária, reside justamente no fato dela poder se constituir no berço de uma nova mentalidade. Segundo ele, na consciência revolucionária encontram-se as razões que justificam a consagração de uma nova mentalidade, manifesta nos conceitos modernos de prática política, de consciência do tempo e de legitimação do poder. Dito de outro modo, o discurso racional, a ideia de autodeterminação e de autorrealização, bem como o rompimento com o tradicionalismo de continuidades tidas como naturais - características especificamente modernas - possibilitaram não apenas a consolidação de uma



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

nova consciência histórica, mas também uma nova compreensão da prática política e uma nova forma de legitimação do poder político. Ocorre que estas importantes ideias, que notadamente marcaram a consolidação desta nova mentalidade, parecem desaparecer no tempo, ou melhor, como diria Habermas, empalidecer-se, por exemplo, diante do olhar retrospectivo que lançamos sobre estes mais de duzentos anos que nos separam da Queda da Bastilha (1789) e, conseqüentemente, da Grande Revolução.

No rastro dos acontecimentos históricos, Habermas busca mapear algumas das convicções que possibilitaram a caracterização da consciência revolucionária. Nesse sentido, esforça-se por demonstrar, problematizando, possíveis vínculos entre a consciência revolucionária e a convicção de que é possível um novo começo, de que o poder de decidir sobre regras e modo de convivência, pertence ao povo e que o exercício da autoridade política deve ser justificado unicamente pela razão. Habermas quer saber se estas convicções - historicamente consideradas fundamentais na caracterização de uma consciência revolucionária - mantêm ou não a vitalidade em contextos de sociedades complexas. Ou melhor, nos contextos atuais, podemos ou não, por exemplo, afirmar que a consciência revolucionária se expressa na expectativa de um futuro melhor e/ou na certeza de que é possível um novo começo. Enfim, “**será que a mudança de mentalidade, que se deu [por exemplo] nos anos da Revolução Francesa, contém aspectos que podemos aproveitar [em termos de teoria política]?**” (HABERMAS, 2003, p.250).

[2] As revoluções e a fundamentação secular da autoridade

A revolução foi precisamente o legendário hiato entre o fim e o princípio, entre um não mais e um ainda não. (ARENDR, 1988, p.165).

A França da segunda metade do século XVIII encontrava-se socialmente dividida, estruturando-se a partir de três diferentes estados, a saber, o **Primeiro**



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Estado, formado pelo Clero, o *Segundo Estado*, formado pela Nobreza, e o *Terceiro Estado*, constituído por burgueses, camponeses, artesãos, aprendizes e proletários. O *Terceiro Estado*, como conta a história, era sistematicamente oprimido pelo Clero e pela Nobreza. O ímpeto reformista do *Terceiro Estado*, que buscava construir uma nova França, foi durante muito tempo contido pelo Clero e pela Nobreza. Todavia, em 15 de junho de 1789 o *Terceiro Estado* proclama a *Assembléia Nacional*, que mais tarde se transforma em *Assembléia Constituinte*. Entre os primeiros feitos da *Assembléia Constituinte* pode-se evidenciar a aprovação da abolição dos *Direitos Feudais* e a aprovação da *Declaração dos Direitos do Homem*. Os revolucionários franceses, através da *Assembléia Nacional Constituinte*, instituem o princípio da soberania do povo em substituição ao princípio da soberania do rei, de fundamentação divina. Ou não foi isso o que aconteceu quando Emmanuel Sieyès² justificou a necessidade de colocar “a soberania da nação no lugar antes ocupado por um rei soberano?” (1988, p.124). Ainda,

o que poderia ter sido mais natural para ele [Sieyès] do que colocar a nação acima da lei, já que a soberania do rei francês há muito deixara de significar independência de pactos e obrigações feudais e [...] passara a traduzir o verdadeiro absolutismo do poder real, uma *potestas legibus soluta*, um poder isento de leis? (1988, p.125).

Assim, segundo H. Arendt, os homens da revolução passaram a ver no povo o fundamento do poder e a origem das leis. Por isso,

[...] quando os homens da Revolução Francesa colocaram o povo no assento do rei, foi muito natural que eles vissem no povo, em concordância com a antiga teoria romana, e em plena harmonia com os princípios da Revolução Americana, não apenas a fonte e o fulcro de todo o poder,

2. De acordo com Habermas (2003, p.282), com a Revolução Francesa e com Sieyès, a nação se transformou na fonte da soberania do Estado. Nesse sentido, diz Sieyès, a nação nada mais é do que “um corpo de associados que vivem sob uma lei comum e representados pela mesma legislatura”. (1988, p.69). Entretanto, “a nação existe antes de tudo, ela é a origem de tudo. Sua vontade é sempre legal, é a própria lei. [...] A vontade nacional [...] só precisa de sua realidade para ser sempre legal: ela é a origem de toda a legalidade”. (SIEYÈS, 1988, p.117 e 119).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

como também a origem de todas as leis. (ARENDDT, 1988, p.125).

A verdade é que a ascensão do secularismo trouxe inúmeras dificuldades e/ou problemas para âmbito do domínio público e político. Talvez, o principal problema gerado pela secularização – definida aqui como emancipação do poder secular da tutela da Igreja – seja a de como constituir e fundamentar uma nova autoridade. Dito de outra forma, como é possível, em termos de teoria política, justificar uma fundamentação não religiosa para a autoridade da lei e do poder? A questão, diz Arendt, é que a consequência natural e imediata da secularização foi o advento do absolutismo, cuja vontade do monarca é a fonte da lei e do poder. Ademais, as revoluções logo se encarregariam de demonstrar que a solução encontrada pelo absolutismo, para o problema da fundamentação secular da autoridade, não passava de uma pseudo-solução, servindo apenas para ocultar a instabilidade de todos os organismos políticos. Afinal,

a sanção específica que a religião e a autoridade religiosa haviam conferido ao domínio secular não podia simplesmente ser substituída por uma soberania absoluta, a qual, por carecer de uma fonte transcendente e sobrenatural, podia apenas degenerar em tirania e despotismo. (ARENDDT, 1988, p.127).

A humanidade viu pela janela da história uma série de acontecimentos que buscavam, do ponto de vista político, fundamentar e constituir uma nova autoridade. Da secularização, como se mostrou acima, seguiu-se o advento do absolutismo, e a queda deste veio acompanhada de revoluções que objetivavam **encontrar um princípio (“novo absoluto”) que lhe permitisse fundamentar a autoridade da lei e do poder.**

Para H. Arendt, o problema do absoluto é inerente a qualquer evento revolucionário e está sujeito a aparecer em qualquer revolução, mesmo naquelas em que a herança do absolutismo não foi tão forte (Revolução Americana). O absoluto assume, ao longo dos acontecimentos, diferentes disfarces, manifesta-se de diferentes modos, mas sua função na esfera política é sempre a mesma, ou



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

seja, sem ele parece impossível romper com os círculos viciosos que se formam no interior da esfera política.

Conforme H. Arendt são dois os círculos viciosos que justificam a exigência de um absoluto, a saber, aquele que é inerente a elaboração humana das leis e aquele que é próprio do *petitio principii* (petição de princípio) e está associado à função da fundação. Os dois estão diretamente relacionados à necessidade de *fazer lei* (problema da legalidade das novas leis) e de *fundar um novo corpo político* (problema da legitimidade do novo poder). O primeiro trata da necessidade de uma “lei maior” que, enquanto fonte externa, transcenda o ato legislativo e forneça autenticidade a todas as leis positivas humanas. Em Sieyès, por exemplo, o soberano absoluto é substituído pela nação que, por ser fonte de legalidade e manancial de justiça, não deve estar submetida a nenhuma lei positiva. Assim, segundo ele, “seria ridículo supor a nação ligada pelas formalidades ou pela constituição a que ela sujeitou seus mandatários”. (SIEYÈS, 1988, p.118). O segundo, próprio do *petitio principii*, é inerente à tarefa da fundação e se faz presente em cada novo começo.

Em *Da Revolução*, H. Arendt mostra que Sieyès pretende resolver o problema que o absolutismo, ao identificar o absoluto com a pessoa do soberano, parece não ter conseguido resolver, a saber, o de impedir que a ação do soberano absoluto pudesse degenerar em tirania e despotismo. A solução dada por Sieyès aos círculos viciosos que se formam no interior da esfera política, passa primeiro pela famosa distinção entre *pouvoir constituant* e *pouvoir constitué*, depois pelo posicionamento do *pouvoir constituant* num perpétuo estado de natureza (*l'état de nature*). Ainda de acordo com H. Arendt, Sieyès parece ter, aparentemente, resolvido o problema da legitimidade do novo poder e o problema da legalidade das novas leis ancorando-os na vontade da nação que, conforme se pode observar na citação abaixo, “se mantinha fora e acima de todos os governos e de todas as leis”. (ARENDR, 1988, p.130).

Devemos conceber as nações sobre a terra como indivíduos fora do pacto social, ou, como se diz, no estado



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

de natureza. O exercício de sua vontade é livre e independente de todas as formas civis. Como existe somente na ordem natural, sua vontade, para surtir todo o seu efeito, não tem necessidade de levar os caracteres naturais de uma vontade. Qualquer que seja a forma que a nação quiser, basta que ela queira; todas as formas são boas, e sua vontade é sempre a lei suprema. (SIEYÈS, 1988, p.120).

Ao mostrar a diferença entre poder constituinte e poder constituído e ao colocar o poder constituinte (nação) num perpétuo estado de natureza, Sieyès pretende fundamentar no absoluto da nação (poder constituinte), com sua vontade livre e independente, a justificativa para resolver os problemas da legitimidade do poder e da legalidade da lei. Ao ancorar poder e lei na nação, Sieyès mostra, por exemplo, que a legitimidade do novo poder, do poder constituído, reside na vontade livre e independente do poder constituinte. Rompe-se assim, com a *petitio principii*, pois, nesse caso, não é mais preciso supor o que se deve provar e o fundamento da legitimidade pode ser encontrado, pelo menos teoricamente, na vontade nacional. O mesmo ocorre como o problema da legalidade das novas leis. Doravante, diz Sieyès, a nação, cuja vontade é sempre lei suprema, passa a ser também a origem de toda a **legalidade, cumprindo com a exigência da necessidade de uma “lei maior”, cujo objetivo é a garantia e a validade das novas leis.** Para Arendt,

[...] ele [Sieyès] aparentemente resolveu ambos os problemas: o problema da legitimidade do novo poder, o *pouvoir constitué*, cuja autoridade não podia ser garantida pela Assembléia Constituinte, o *pouvoir constituant*, pois o poder da própria Assembléia não era constitucional, e jamais poderia sê-lo, uma vez que era anterior à própria constituição; e o problema da legitimidade das novas leis, **que necessitavam de uma “fonte com autoridade suprema”, a “lei maior”, de onde promanaria sua validade.** [E conclui], tanto o poder como a lei estavam ancorados na nação, ou melhor, na vontade da nação. (ARENDDT, 1988, p.130).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Andrew Arato lembra que H. Arendt submeteu a posição democrática revolucionária a uma crítica intensa. Ao tomar, por exemplo, como objeto de análise as concepções de poder constituinte apresentadas por Emmanuel Sieyès e Carl Schmitt³, H. Arendt **rejeitou, com veemência, “tanto a interpretação de que o poder constituinte pode se basear apenas em indivíduos atomizados quanto a de que ele não pode ser ligado a restrições legais de qualquer tipo”.** (1997, p.18). Em *Da Revolução* busca demonstrar, se utilizando do exemplo americano, que é perfeitamente possível derivar o poder constituinte de órgãos políticos organizados e, a autoridade legal da constituição, de uma fonte que não seja a identidade do constituinte. Pois, diz ela, a história constitucional da França evidencia, mesmo durante a grande revolução, não apenas a sucessão de constituições, mas também, a dificuldade em fazer cumprir as leis e/ou os decretos revolucionários. Por isso, acredita que enquanto a fonte do poder e a origem da lei forem a **“totalidade atomizada de indivíduos” (Schmitt) ou a “totalidade imaginada da nação” (Sieyès), a constituição continuará a ser construída sobre areia movediça.** Isso porque a propalada vontade da multidão que é, por definição, mutável e inconstante, torna impossível a fundação de uma **nova sociedade política. Assim, “os homens da revolução francesa, convencidos**

³. Logo nas primeiras linhas do § 8 da sua clássica obra *Verfassungslehre* (Doutrina da Constituição), Carl Schmitt, divergindo do **constitucionalismo liberal, afirma que o “poder constituinte é a vontade política, cuja força ou autoridade é capaz de adotar a concreta decisão de conjunto sobre o modo e a forma da própria existência política, determinando assim a existência da unidade política como um todo”.** (2003, p.94). **O poder constituinte, conforme a leitura de Schmitt, se manifesta como vontade de poder, cuja formação de uma unidade política constitui o seu principal objetivo. Trata-se de uma definição de poder que preserva, por se caracterizar como unitário e indivisível, um forte vínculo com a noção de soberania. O poder constituinte, mostra-se, para Schmitt, como uma decisão única que expressa uma vontade de poder e que busca acima de tudo estabelecer e/ou restabelecer uma unidade política hegemônica. Por isso, reafirma “o poder constituinte é unitário e indivisível. Não é mais um poder, coordenado por outros distintos poderes (legislativo, executivo e judiciário). É a base que envolve todos os outros poderes e divisões de poderes”.** (2003, p.95). Nesse sentido, **“o poder constituinte é o único ato de expressão da força, da afirmação absoluta de uma nova origem, de uma nova unidade é a imagem que não se aproxima da ideia de processo ininterrupto de liberação, movimento constante de produção ontológica”.** (GUIMARAENS, 2004, p.119). A verdade é que Schmitt parece defender a ideia de que o poder constituinte existe como vontade política, mas que se acaba com a formação de uma unidade política. (NEGRI, 2002, p.438).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

de que todo o poder emana do povo, abriram a esfera política para essa força pré-política natural da multidão e foram arrastados por ela, assim como o rei e os antigos poderes haviam sido anteriormente”. (ARENDDT, 1988, p.146).

H. Arendt, entretanto, acredita que existe uma solução, sem recorrer a um absoluto, para as perplexidades do começo e, conseqüentemente, para o problema do círculo vicioso que parece enredar toda e qualquer tentativa de fundar o poder e de justificar a lei. Antes, porém, afirma que os revolucionários franceses, ao contrário dos americanos, cometeram o grave e funesto erro de acreditarem que a nação seria a única fonte de poder e de autoridade legal. Dessa forma, segundo ela, acertaram os americanos quando apresentaram o povo como fundamento do poder e a constituição como fonte da lei. Ainda assim, como mostra Arato, H. Arendt não deixa de apontar para possíveis limites da Constituição americana, afirmando “que os americanos [apesar de tudo] não estabeleceram a liberdade pública em uma forma semelhante ao que Jefferson propõe como um sistema distrital, um tipo de “federalismo dentro do federalismo”, ou elementos de democracia direta como escolas de cidadania e participação”. (1997, p.44).

Voltando à questão anterior, a saber, a da necessidade ou não de um absoluto para solucionar o problema de um “círculo vicioso”, supostamente presente no ato da fundação e na elaboração das constituições, H. Arendt pondera:

o que salva o ato de iniciação de sua própria arbitrariedade é que ele traz dentro de si mesmo a sua própria norma [...]. O absoluto, do qual o começo deve derivar sua própria validade e que deve salvá-lo de sua inerente arbitrariedade, é a norma, que aparece no mundo ao mesmo tempo que o começo. O modo pelo qual o iniciador principia o que quer que pretenda fazer determina a lei da ação a ser observada por todos os que a ele se unirem, para partilhar de seu empreendimento e levá-lo a concretização. A norma, como tal, inspira as ações que deverão de se seguir e permanece atuante durante todo o tempo em que essas ações perdurarem. (ARENDDT, 1988, p.170).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Importante talvez seja, nesse contexto, lembrar, com H. Arendt, que os revolucionários franceses e americanos operavam com definições de poder relativamente distintas. Se para os homens da Revolução Francesa o poder era a **força “natural” que emanava do povo permitindo-lhes destruir**, através da revolução, todas as instituições do *Ancien Régime*; para os homens da Revolução Americana poder e violência não são a mesma coisa. Para estes, o **poder tem origem “onde o povo passou a se unir e a se vincular através de promessas, pactos e compromissos mútuos”**. (ARENDDT, 1988, p.146). É sabido, entretanto, que os pactos e as promessas não são suficientes para conferir estabilidade/durabilidade às coisas humanas, garantindo a construção de uma sociedade futura. Então, o que é necessário para justificar a autoridade de um novo corpo político, **resolvendo “definitivamente” o problema do início?** Para Arendt, a fonte de autoridade do novo corpo político, não é a Nação Absoluta de Sieyès nem o Legislador Imortal de Robespierre, mas, como vimos acima, o próprio ato de fundação. Para ela, a autoridade de uma Constituição, por exemplo, tem origem no modo como os delegados desse poder organizaram a elaboração e a ratificação das convenções. Assim, diz Arato, fica mais fácil entender

[...] o que Arendt quer dizer por um início contendo seu próprio princípio, **salvando o ato da fundação da “violência impositiva” sem referência alguma a um absoluto. O princípio da discussão pública envolvendo “compromisso mútuo e deliberação comum” é, portanto, a fonte da autoridade do novo sistema de poder.** [Assim], [...] o princípio de deliberação e respeito mútuo contido no início é, para Arendt, o fundamento, tanto da autoridade legal posterior, quanto da sacralização da constituição. (1997, p.22).

[3] Originalidade e atualidade das revoluções: o exemplo francês

Conforme H. Arendt, a maioria das revoluções não só não conseguiram garantir **“origem à *constitutio libertatis*”**, como também não foram capazes de



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

assegurar os chamados direitos constitucionais. Já no caso das revoluções francesa e americana, os acontecimentos que sucederam ao advento da revolução sinalizaram para o desaparecimento do espírito revolucionário. **Entretanto, apesar dos “fracassos”, não há como negar que essas revoluções trouxeram à luz a experiência de ser livre. É essa a novidade que marca a história do homem moderno. Assim, a novidade trazida pela experiência de ser livre se junta com a experiência da faculdade humana de começar algo novo; ou seja, uma *nova experiência* que revela a *capacidade humana para a novidade*. Eis, nessas duas coisas juntas, segundo H. Arendt, as razões da grandeza das revoluções americana e francesa. Para ela, a *nova experiência* e a *capacidade humana para a novidade* “estão na base do enorme *pathos* que encontramos tanto na Revolução Americana como na Francesa”. (1988, p.27). Afinal, só há revolução onde o *pathos* da novidade estiver presente e onde a novidade estiver relacionada com a ideia de liberdade.**

As considerações de H. Arendt, em *Da Revolução*, mostram que os revolucionários franceses cometeram erros que os revolucionários americanos **poderiam ter cometido, mas não cometeram, a saber, “(1) o de perder seu poder constituinte ao sacrificar o poder constituinte dos estados; (2) o de derivar de uma única fonte tanto o novo sistema de poder como a autoridade da constituição”.** (ARATO, 1997, p.44). Talvez também por essas razões, Habermas acredite que não se pode mais aceitar, sem nenhuma discussão, a frase: **“a Revolução Francesa não se compara a nenhum outro evento histórico”.** (2003, p.249)⁴.

⁴. Essa interpretação ganha força com Walter Markov, historiador das revoluções, que em 1967, na obra *Die Jakobinerfrage heute*, escreveu: **“as gerações posteriores à Revolução Francesa não a sentiram como um episódio fechado em si mesmo e destinado a ocupar um lugar no museu”** (apud HABERMAS, 2003, p.249). Todavia, não se pode dizer o mesmo dessa revolução depois da obra *Penser la Révolution Française* de François Furet. Para Habermas, depois de Furet fica difícil compartilhar, com a historiografia testamentária, a tese de que a Revolução Francesa deve ser concebida como origem e mentora da atualidade. Para Furet, a Revolução Francesa acabou. A questão é: quem está certo? Markov e os representantes da historiografia testamentária que afirmam a atualidade da Revolução Francesa, ou François Furet, que define essa revolução como um evento do passado, cuja influência na atualidade inexistente?



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Para Habermas, interessa verificar a atualidade das revoluções sob o ponto de vista da teoria política. Nesse sentido, mostra alguns dos aspectos que não são consequência direta da Revolução Francesa, mas que na França tiveram seu desenvolvimento diretamente atrelado a este movimento revolucionário. Dentre os aspectos menciona: a) a aceleração do desenvolvimento da sociedade civil e do sistema capitalista; b) o surgimento do moderno aparelho do Estado; c) a consolidação de um modelo de Estado nacional; e, d) a formação do Estado democrático de direito.

A verdade, lamenta Habermas, é que não se consegue, frente à maioria dos aspectos mencionados acima, demonstrar o impulso inovador e a atualidade da Revolução Francesa. Ao se evidenciar, por exemplo, o papel imprescindível da Revolução no *desenvolvimento de uma sociedade civil móvel e de sistema econômico capitalista* esquece-se que, em outros lugares fora da França, esses mesmos processos “se realizaram sem uma transformação revolucionária do poder político e do sistema jurídico”. (HABERMAS, 2003, p.251). Além disso, hoje em dia, parece impossível extrair “do projeto capitalista-productivista uma promessa não resgatada”, uma proposta emancipadora. Para Habermas, a utopia da sociedade do trabalho está esgotada e com ela aspectos que possibilitariam afirmar, por exemplo, a atualidade da Revolução Francesa.

O mesmo ocorre com o *surgimento do moderno aparelho do Estado*. Primeiro, porque, segundo Habermas, a Revolução Francesa também não trouxe nenhuma contribuição original para a formação dos estados e da burocratização. Para ele, citando Tocqueville, a contribuição da Revolução está mais fortemente associada à aceleração de elementos pré-existentes nestas sociedades do que ao desenvolvimento de algo absolutamente novo. Depois, porque “hoje em dia, a pressão de movimentos regionais, de organizações paraestatais e de empresas que operam em nível mundial, faz com que este nível estatal de integração perca cada vez mais competência”. (HABERMAS, 2003, p.251).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O *modelo de Estado nacional*, entretanto, parece ser entre todos os aspectos mencionados até agora, a única contribuição original trazida pela Revolução Francesa. O modelo francês de Estado nacional não apenas possibilitou a imposição de uma consciência nacional (patriotismo), capaz de garantir a viabilidade de um serviço militar obrigatório, mas também serviu de referência de organização para uma leva significativa de Estados saídos da colonização. Através do esquema da nação-Estado busca-se defender, por exemplo, a construção da cidadania através de um projeto hegemônico. Na Europa, a unificação alemã e a criação do Estado nacional Alemão, foram concebidas como tentativas de agrupar o povo germânico sob a mesma organização política, agrupar aqueles que falavam a mesma língua e tinham os mesmos costumes. Todavia, o modelo de Estado nacional, apesar de sua origem, não pode ser considerado como o aspecto que pode garantir a atualidade da Revolução Francesa. Isso porque, segundo Habermas, atualmente, os estados **“herdeiros do sistema estatal europeu, eliminaram o nacionalismo e adotaram o caminho de uma sociedade pós-nacional”**. (2003, p.252).

Para Habermas, o núcleo universalista do Estado constitucional é resultado de uma série de variantes, cuja origem encontra-se na Revolução Francesa e Americana. Nesse sentido, acredita que o *Estado democrático de direito* seja a única - dentre todos os aspectos já mencionados - grande herança que a Revolução Francesa legou à atualidade. Numa frase, Habermas (2003, p.253) mostra a especificidade da Revolução Francesa distinguindo-a das demais revoluções burguesas. Para ele, enquanto a Revolução Francesa é resultado da ação de revolucionários que tinham a consciência de estar fazendo a revolução, a Revolução Americana é resultado de um conjunto de acontecimento e só se reconheceu como revolução – o mesmo aconteceu com holandeses e ingleses – a partir da francesa. Assim, afirma literalmente **Habermas: “os americanos somente tomaram consciência do caráter revolucionário da fundação de seu Estado quando se olharam no espelho da guerra civil francesa”**. (1986, p.202).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Diante disso, citando François Furet, sinaliza que a consciência da prática revolucionária, especificidade do movimento francês, transformou-se em “**uma nova prática do agir histórico**”. E nisso consiste o legado mais importante que a **Revolução Francesa pode oferecer à atualidade**, pois “[...] a França é o país que descobre a cultura democrática através da revolução e que revela ao mundo **uma das consciências mais fundamentais do agir histórico**”. (apud HABERMAS, 2003, p.253). Entretanto, diz Habermas, se de um lado, depois de transcorridos mais 200 anos da Grande Revolução, ainda continuamos, a fim de modificar a ordem existente, apelando para a vontade de ação e para a orientação política e moral de cada cidadão, de outro, compreendemos [perdemos a esperança] que estas modificações não podem mais ocorrer via revolução. E conclui,

nossa visão retrospectiva parece sugerir que a mentalidade gerada pela Revolução Francesa se trivializou ao perenizar-se: hoje em dia, ela não forma mais uma consciência revolucionária, tendo perdido sua força utópica e explosiva. Será que essa mudança de forma paralisou suas energias? (HABERMAS, 2003, p.257).

Referências

- ARATO, Andrew. Construção constitucional e teorias da democracia. *Lua Nova*, São Paulo, nº 42, p.05-51, 1997.
- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília/São Paulo: UNB/Ática, 1988.
- COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- DELRUELLE, Édouard. *Le consensus impossible: le différend entre éthique et politique* chez H. Arendt et J. Habermas. Bruxelles: Ousia, 1993.
- ENEGRÉN, André. Révolution et fondation. *Revue Esprit*, nº.6, p.46-65, juin. 1980.
- GUIMARAENS, Francisco de. *O poder constituinte na perspectiva de Antônio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. A soberania do povo como processo (1988). In: _____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p.249-278.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- HABERMAS, Jürgen. Hannah Arendt: la história de dos revoluciones (1966). In:_____. *Perfiles Filosófico políticos*. Madrid: Taurus, 1986. P.200-205.
- NEGRI, Antonio. *O poder constituinte*: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *A constituinte burguesa: Qu'est-ce que le Tiers État?* Rio de Janeiro: Liber Juris, 1988.
- SCHMITT, Carl. *Teoria de la Constitución*. Madrid: Alianza Editorial, 2003.
- WAGNER, Eugênia Sales. *Hannah Arendt*: ética e política. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2006.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

PASSO FUNDO E A CONSTRUÇÃO DA CAPITAL DO PLANALTO NA DÉCADA DE 1930

Eduardo Roberto Jordão Knack*

Considerações iniciais

O tema a ser abordado no presente trabalho refere-se a como as elites passo-fundenses construíram o imaginário “capital do planalto”, quais os instrumentos utilizados para esse objetivo e principalmente como esse projeto de cidade foi legitimado simbolicamente. A ideia de tornar Passo Fundo um centro regional encontra sua origem com a expansão e afirmação de uma cultura política progressista, vinculada às propostas do Partido Republicano Rio-Grandense, expressas nas posições assumidas por seus líderes locais no início do século XX.

É importante pensar como a cidade era representada em diferentes instrumentos que serviam para legitimar esse discurso para entender como as transformações urbanas, a modernização do espaço e o desenvolvimento industrial estão ligados a essa representação de Passo Fundo como centro regional. Esclarecer essas questões possibilita refletir sobre a cidade imaginada, pensada pelas elites locais na década de 1930, como esse discurso era colocado em prática, bem como quais foram os aspectos da história municipal excluídos dessa representação.

Em inúmeros documentos (imprensa, álbuns fotográficos, planos diretores, entre outros) é possível perceber a intenção de construir uma ideia de que existe algo de diferente em relação aos demais núcleos urbanos da região, como se Passo Fundo fosse um centro condutor de progresso, modernização e industrialização de todas as outras cidades ao seu redor. A construção desse

* Mestre em História. Professor do Curso de História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: eduardorjk@yahoo.com.br



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

imaginário é singular na história do norte do Estado. Entender o significado da expressão capital do planalto implica compreender o que esses grupos pensavam que era o “progresso”, a “modernização” e a “industrialização”.

Para estabelecer uma ampla compreensão teórica do objeto de estudo e organizar os passos da pesquisa histórica seguida, é preciso entender a cidade como algo que está além de um simples amontoado de casas. Max Webber¹, definindo conceitos e categorias referentes à cidade, levanta algumas reflexões pertinentes para a perspectiva adotada nesse trabalho: a primeira ideia é de que a cidade não pode ser definida apenas por conceitos e atividades econômicas, deve ser pensada também em termos de conceitos políticos.

As ideias de Weber sobre a definição de uma cidade demonstram a necessidade de distinção política e cultural que os grupos que formam determinados núcleos urbanos possuem. Cada cidade possui características singulares que as distinguem das demais, desenvolvendo uma cultura que orienta suas ações políticas e define sua identidade. Partindo dessa perspectiva, também se torna importante compreender o papel que as elites políticas e econômicas assumem enquanto autoridade, dirigindo a comunidade. Os grupos dirigentes (as elites) definem seu(s) projeto(s) e assumem o papel de legitimar e justificar seus objetivos frente aos outros grupos, defendendo a(s) sua(s) particularidade(s).²

Inúmeros instrumentos foram utilizados para legitimar simbolicamente as transformações necessárias frente a população para que os objetivos das

¹ WEBBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

² De acordo com Julien Freund, “Weber define o poderio como a oportunidade de um indivíduo de fazer triunfar no seio de uma relação social sua própria vontade contra resistências, e o domínio como a oportunidade de aí encontrar pessoas dispostas a obedecer à ordem que lhes é dada”. FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 161. Para os indivíduos (ou grupos) fazerem triunfar sua vontade (suas idéias, seus projetos para os demais grupos, para a cidade), é necessário legitimar simbolicamente seus objetivos para que sejam aceitos pelos outros indivíduos. Dentro dessa perspectiva se torna necessário investigar como as elites passo-fundenses justificaram seu projeto de construção da “capital do planalto”, ligado à formação de uma cultura progressista que orientou suas ações e os conflitos daí resultantes.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

elites locais fossem atingidos e aceitos pela comunidade passo-fundense. Dentre alguns desses instrumentos estão publicações que contêm imagens, fotografias da cidade, revelando uma afirmação dos aspectos que compunham aquilo que era entendido como capital do planalto e quais eram os grupos considerados responsáveis pelo progresso da região. Nesse sentido, a análise de dois documentos que demonstram a busca pela afirmação de Passo Fundo como centro regional, que resultam de uma cultura progressista desenvolvida no início do século XX, servem como indícios para a compreensão daquilo que era concebido como símbolo de uma cidade que se afirmava como capital, bem como revelam aspectos da história que eram excluídos desse imaginário.

Antes de iniciar a análise sobre o *Album do município de Passo Fundo I Volume* de 1931 e o *Guia ilustrado comercial, industrial e profissional Comemorativo da 1.ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa* de 1939, é necessário realizar algumas considerações sobre conceitos como representação, poder simbólico, as concepções adotadas sobre iconografia e realizar uma breve revisão bibliográfica sobre a história de Passo Fundo entre o início do século XX até a década de 1930.

Cidade, poder e imagem

É importante estudar as representações que os habitantes constroem de uma cidade, pois no campo das disputas simbólicas e daquilo que os grupos imaginam e projetam sobre o mundo partindo de sua(s) identidade(s) estão guardadas as relações de poder presentes na sua construção, os objetivos, os anseios, os medos e sonhos de uma sociedade. Além disso, no campo simbólico, na construção de um determinado imaginário, na formação de instituições e associações políticas, o conceito de cidade assume aspectos que estão além de uma definição meramente econômica. Pierre Bourdieu afirma que o poder simbólico em uma sociedade é um poder real e que os símbolos são



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

instrumentos da “integração social”, conferindo sentido ao mundo social e justificando/legitimando projetos de diferentes grupos.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.³

A importância da formação de um poder simbólico para uma sociedade é fundamental e vai além de apenas justificar, legitimar ou deslegitimar um projeto ou objetivo de determinados grupos. É um poder real e o controle de seus instrumentos que podem transformar efetivamente as sociedades é tão importante quanto o poder econômico ou político. Além de controlar esses instrumentos, também é preciso fazer a sociedade crer nos efeitos provocados pelos projetos a serem justificados (ou negados). As duas publicações analisadas **são instrumentos que representam esse poder de “fazer ver e fazer crer”**⁴. Para um entendimento amplo daquilo que representa o uso de imagens nesse sentido, é preciso esclarecer a noção de icnografia assumida no presente trabalho.

Essas considerações são necessárias uma vez que textos e imagens são representações que compõem imaginários de determinados indivíduos e grupos **sociais, “[...] as imagens não são um duplo do real, mas o atestado de intenções e sensibilidades, fruto de um olhar sobre o mundo em uma determinada época”**⁵. Como qualquer outra representação social de qualquer época, as

³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.14.

⁴ **As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”** CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990. p. 17.

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber. ROSSINI, Miriam de Souza. (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 111.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

fotografias devem ser questionadas e criticadas enquanto fontes de pesquisa e relacionadas com o contexto social de cada período estudado, pois elas não mostram uma realidade despida de juízo de valores, mas uma ação humana sobre aquilo que está fotografado. Para Charles Monteiro,

A fotografia é uma imagem técnica de natureza híbrida – em parte produzida por processos físico-químicos e, em parte, produzida pela mão do homem –, na qual entram as concepções socioculturais do fotógrafo e as da sociedade à qual ele pertence (técnicas, estéticas, históricas, políticas, etc.). Logo, a fotografia é uma imagem ambígua e polissêmica, que é passível de múltiplas problematizações e interpretações.⁶

Se na produção de uma fotografia estão presentes as concepções socioculturais do fotógrafo, a imagem deve ser problematizada além daquilo que está mostrando, pois está inserida em uma relação de poder simbólico dentro da sociedade, implicando no controle do que pode ser visto e não visto e como determinado momento/espço vai ser contemplado no instante em que a foto é a publicada.

As imagens são uma construção dos homens, um modo simbólico de representar a realidade e a sua própria produção possui uma historicidade particular e deve ser pesquisada em suas diferentes percepções, levando em consideração diferentes aspectos – quem produziu a foto (quem era o **fotógrafo**), quem **“consumiu”** (para quem era a foto), o que estava retratado, o que não foi retratado no momento da produção da fotografia e sua relação com outros elementos, como os textos (no caso da imagem estar em um jornal, revista, álbum fotográfico, livro, etc.). Essa concepção vai ao encontro das reflexões de Ulpiano T. Bezerra de Meneses, que levanta a necessidade de se estabelecer referências para pesquisas de documentos visuais e de definir a **iconosfera: “Enfim, é necessário circunscrever o que vem sendo chamado de**

⁶ MONTEIRO, Charles. Construindo a história da cidade através de imagens. In: PESAVENTO, Sandra Jatáhy; SANTOS, Nádia Maria Weber. ROSSINI, Miriam de Souza. (orgs.). **Narrativas, imagens e práticas: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 148.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

íconosfera, isto é, o conjunto de imagens-guia de um grupo social ou de uma sociedade num dado momento e com o qual ela interage”⁷.

O *Album do município de Passo Fundo I Volume* de 1931, assim como o *Guia ilustrado comercial, industrial e profissional Comemorativo da 1.ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa* de 1939, constituem esse tipo de conjunto de imagens-guia do grupo social que estava no poder na década de 1930. As imagens e os textos representam a cultura progressista que estava presente na construção do imaginário capital do planalto. Mas a análise desses documentos deve ser contextualizada em sua época, pois existem várias influências, próprias de sua conjuntura histórica, presentes em sua elaboração.⁸

Com intuito de esclarecer o contexto histórico da década de 1930, e em particular a cultura progressista que alimenta o imaginário de capital do planalto em Passo Fundo, é preciso remontar ao início do século XX. A instalação da estrada de ferro em 1898 impulsionou algumas das primeiras grandes transformações urbanas do município, causando grande impacto junto à população. Machado e Miranda apontam o início do século como a “Belle Époque” municipal:

⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Rumo a uma “história visual”. In: MARTINS, José de Souza; et. al. (orgs.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. São Paulo: Edusc, 2005. p. 35.

⁸ Os comentários de Maestri sobre o período abordado vão ao encontro do presente trabalho – “Após a proclamação da República, a agricultura, o comércio, o artesanato da região colonial, plantadores capitalistas, industrialistas, comerciantes, o capital bancário, etc. aderiram – orgânica ou inorganicamente – ao projeto do PRR, já que a política de diversificação, de autonomia produtiva e de integração regional interpretava as principais reivindicações e necessidades desses setores, permitindo-lhes crescimento, impossibilitado pelo padrão pastoril-charqueador de exportação.” (MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul*: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: UPF, 2010. p. 249). Quando Maestri refere-se à adesão orgânica ou inorgânica dos grupos que compunham a economia das regiões da Serra e do Planalto Médio, está afirmando que esses grupos trabalharam ativamente na legitimação do programa republicano (que forma uma das bases da cultura progressista local) ou aceitavam as ações desses grupos por ir ao encontro de seus interesses. Para esses grupos aceitarem a concepção progressista e o projeto de capital do planalto, que vinha no bojo dessas transformações, Formar instrumentos simbólicos de divulgação/representação das suas ideias e políticas era fundamental. O *Album do município de 1931* e o *Guia ilustrado e comercial* de 1939, entre outros meios de legitimação, são exemplos desses instrumentos.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A década de 1910 pode ser considerada a Belle Époque tardia passo-fundense. É lembrada como a época em que a cidade encontrou sua modernidade: as ruas se iluminam com a substituição dos lampiões a querosene por lâmpadas elétricas; a rede telefônica encurta distâncias; a instalação do primeiro banco agiliza o comércio; o primeiro cinema encanta os habitantes, e, entre outros movimentos, a área urbana adquire uma nova paisagem com a construção de hotéis e **a inauguração da prefeitura “nova”, além da implantação dos trilhos**, que a partir de então ligariam o Rio Grande do Sul, via Passo Fundo, com São Paulo e o resto do país.⁹

O início do século XX compreende transformações econômicas significativas a nível estadual. O norte do Estado encontra um rápido desenvolvimento, assentado em uma diversificação agrícola, produção suína e a indústria madeireira. A imigração possibilitou um aumento na demografia, estimulando o crescimento das cidades.¹⁰ A historiografia aponta o período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX como um momento de redefinição política e econômica do estado. Ronaldo Herrlein Jr. e Gentil Corazza indicam que o desenvolvimento industrial e comercial do Rio Grande do Sul até a década de 1930 está atrelado ao planejamento e execução de políticas públicas próprias do Partido Republicano Rio-Grandense, que **“atenderam especialmente aos novos setores sociais, da agropecuária colonial e urbano-industrial, contribuindo decisivamente para a diversificação da economia estadual [...]”**¹¹. A melhoria dos transportes fazia parte dessas políticas, que procuravam criar uma estrutura para favorecer as atividades econômicas que se desenvolviam principalmente nas regiões do Planalto e da Serra.

⁹ MACHADO, Ironita P.; MIRANDA, Fernando. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005. p. 49.

¹⁰ **“O norte do Rio Grande aparecia ao fim da República Velha como um território bastante povoado, cujo crescimento populacional, acompanhando sua valorização econômica, era fator de expansão não só regional, mas capaz de ter peso significativo na economia do Estado.”** FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 67.

¹¹ HERRLEIN JR, Ronaldo; CORAZZA. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.). *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 141.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Antes da afirmação dessa política republicana e dos resultados da difusão pelo Estado de uma concepção econômica diferente da proposta pecuarista-charqueadora que caracterizava a região sul (a Campanha), Passo Fundo já **havia recebido o “impacto” desse novo projeto político e econômico. A estrada de ferro marcou o imaginário e deu o impulso inicial para o desenvolvimento urbano e industrial do município.** Soares defende que a formação dos núcleos urbanos nas zonas de imigração alemã e italiana se organizaram de uma forma diferente das cidades da região sul, caracterizando-se **como “cidades de produtores”**¹².

Dentro dessa perspectiva é possível compreender a força da cultura progressista na década de 1930 e a **função que exerceu o imaginário “capital do planalto”, que configurava transformações que vinham ocorrendo desde a instalação da estrada de ferro, alimentado pela força, apoio e influência de propostas políticas regionais.** Era preciso divulgar, legitimar essas novas propostas, as elites locais buscavam transformar Passo Fundo em um centro regional, essa proposta era baseada nessa forte cultura progressista de origem republicana que encontrou apoio e aceitação das lideranças locais em virtude do crescimento e da modernização urbana da cidade desde o início do século XX.

Representações da capital do planalto

O *Album do município de Passo Fundo I Volume* de 1931 é composto de 183 páginas, não possui uma divisão por capítulos ou partes, mas logo no início do álbum, na página 6, é perceptível uma apologia ao Partido Republicano Rio-Grandense, onde é mostrada uma foto de página inteira do Dr. Nicolau Araújo

¹² “**Caracterizavam-se**, em sua economia urbana, como ***cidades de produtores***, isto é, cidades nas quais a maior parte da renda da sua população dependia do trabalho produtivo, fosse na zona rural (pequena propriedade familiar), fosse na zona urbana (comércio, manufatura, artesanato, pequena indústria).” SOARES, Paulo Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord). ***República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)***. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p.295.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Vergueiro¹³, abrindo uma sequência que mostra os principais nomes desse partido político, breve histórico de alguns membros, acompanhado pelos feitos realizados que conduziram a cidade ao caminho do progresso.

Na página seguinte, sob o título “Justa consagração”, é noticiado, em um longo texto em forma de coluna (duas colunas na página), um banquete oferecido a Nicolau Araújo Vergueiro, onde “os elementos mais representativos do mundo oficial, do comércio, da indústria, e demais classes sociais [...]” (FONTOURA, 1931. p.7.) estavam presentes, de acordo com o álbum¹⁴. Entre as páginas 9 e 12 é descrito o discurso de Nicolau Vergueiro, que realiza uma apologia aos seus correligionários locais, ao apoio de Borges de Medeiros e suas ações, bem como à necessidade de união dentro do partido. Ilustrando seu discurso, aparecem, em página inteira, as fotos do último conselho municipal (na página 10 – “Sr. Guilherme Sudbrack, industrialista”, “Sr. Eduardo Kurtz, comerciante”, “Sr. João de Cezaro, Arquiteto”, na parte de cima. Ao centro, aparece a foto do “Major Ivo José Ferreira, presidente do conselho”. Na parte de baixo da página aparecem as fotos de “Lindolpho Engelsing, fazendeiro”, “Dr. Otto Stahl” e do “Sr. Mauricio Langaro, comerciante.”). Na página 11 aparece uma foto, no centro da página, dos membros que presidiram uma homenagem à memória do Cel. Gervásio Lucas Annes, onde aparecem os principais articuladores do PRR local, entre eles Nicolau Vergueiro, Cel. Gabriel Bastos, Cel. Pedro Lopes de Oliveira e o Sr. Francisco Antonino Xavier de Oliveira.

¹³ Na legenda, abaixo e no meio da página, consta um breve histórico da participação política de **Nicolau Araújo Vergueiro**: “Ex-deputado Estadual e Federal, tendo ocupado a presidência da Assembléia dos Representantes do Estado, por vários anos; destacando-se com brilhantismo em outras funções públicas, salientado-se no cargo de intendente municipal de sua terra natal, tendo sido reeleito. É, finalmente, o sustentáculo dos ideais Republicanos deste prospero município da Região Serrana.” FONTOURA, Tulio. (org.). *Album do Município de Passo Fundo I Volume*. Passo Fundo: A Luta, 1931. p. 6.

¹⁴ Em discurso realizado em sua homenagem por Delmar Diogo, membro do PRR, Nicolau Araújo Vergueiro é apresentado como um dos grandes responsáveis pelo progresso experimentado em Passo Fundo. Segue **um trecho do discurso**: “Raras são as cidades que, em curto lapso de tempo, progrediram como esta. E é de ver, que na expansão desse desenvolvimento, estampa-se sempre o cunho da iniciativa de v. exa.” (FONTOURA, 1931. p. 8.)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

É perceptível que o álbum de 1931 inicia sua apresentação do município deixando claro sua orientação e a construção de uma memória política vinculada ao PRR. A coluna sobre o banquete, a transcrição dos discursos e sua relação com as imagens representam a ação dos membros do partido em atuação, lutando para trazer o progresso no presente, mas fazendo referência ao Cel. Gervásio Lucas Annes, estabelecendo uma sustentação histórica para as ações republicanas.

Na página 15, é realizado um histórico sobre a atuação política de dois **membros do PRR sob o título “Cel. Gervasio Lucas Annes e Tte. Coronel Pedro Lopes de Oliveira”**. No centro da página, aparece uma foto do Tenente Coronel Pedro Lopes de Oliveira. Iniciando pela história de Gervásio, logo o álbum já demonstra sua inclinação:

Era por esse tempo prestigioso chefe político local, senhor de quasi todos os elementos de Passo Fundo, o major Preste Guimarães, extremado liberal. Contra a sua orientação política não concordou nosso biographado que desde logo rompeu em franca e destemida opposição. (FONTOURA, 1931. p. 15.)

Apontando Gervásio Lucas Annes como um dos grandes chefes republicanos locais, o Cel. Pedro Lopes de Oliveira é apresentado como herdeiro e continuador de sua luta. Na página 16, é marcante a construção de uma relação entre a memória política do PRR em Passo Fundo e o progresso do município. Ao comentar sobre a Revolução Federalista, entendida como uma **“ameaça as conquistas de 15 de novembro” e uma luta em defesa da legalidade** por parte dos republicanos, o Cel. Pedro Lopes de Oliveira é mostrado como uma liderança nesse movimento em Passo Fundo:

Chegou para a nova forma de governo o periodo das angustiosas provações. A revolução estalou com todo o seu cortejo terrivel de odios e represalias acerrimas. O nosso Estado foi campo das mais horrorosas luctas, onde a guerra civil ateára incendios desoladores, ameaçando destruir a ordem, abalar todos os fundamentos do nosso edificio social e politico. O partido republicano ameaçado nos seus centros vitaes, vendo prestes a derrocada fatal da conquista firmada a



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

15 de novembro, appellou, para os sentimentos de todos os que tinham auxiliado a erguer-se. O tenente-coronel Pedro Lopes de Oliveira não desconheceu o seu dever. Compria-lhe agora defender com as armas os ideaes de que fôra extremado ardoroso propagandista. Em Passo Fundo, inflammando os corações com as suas palavras e mais ainda com o seu exemplo, conseguiu organizar e armar um grupo de 200 homens que durante tudo o período revolucionário se conservou em lucta pela causa da legalidade. (FONTOURA, 1931. p. 16.)

Na mesma página, onde é apresentada essa ardorosa defesa dos republicanos Rio-Grandenses durante a Revolução Federalista, aparece a primeira foto de Passo Fundo no álbum. Colocada na vertical, ao lado da coluna, é uma fotografia de vista panorâmica, como a própria legenda indica: **“Lindo aspecto panoramico de Passo Fundo, a Capital da Região Serrana, a linda cidade do futuro, o centro da industria e da riqueza.”** (FONTOURA, 1931. p.16.). O imaginário de uma cidade progressista, talhada para ser o centro da região aparece no álbum associada à memória política republicana. Também já são demonstrados os indícios de um elemento marcante nesse imaginário – a cultura de progresso entendido como instalação de indústrias e modernização urbana. A menção do futuro demonstra que, de acordo com álbum, mesmo já sendo uma capital, seu crescimento será ainda maior. Associando a foto com a homenagem rendida a Gervásio Lucas Annes e ao Cel. Pdero Lopes Oliveira, pode-se concluir que esse futuro será alcançado pela manutenção republicana no poder.

A estrada de ferro é considerada no *Album de 1931* como a responsável pelo ressurgimento da economia passo-fundense depois da “última guerra civil” (revolução Federalista): **“O seu ressurgimento economico principiou a acentuar-se em 1897 com a construção da estrada de ferro de São Paulo ao Rio Grande, no ano seguinte aberta ao trafego até a séde municipal, melhoramento este que tem poderosamente impulsionado o desenvolvimento com grandes fatores de riqueza, que jaziam estagnadas por falta de faceis vias de comunicação com o Sul do Estado.”** (FONTOURA, 1931. p.26.). Esse trecho aparece em uma parte do *Album de 1931* com o título “Município de Passo Fundo Resumo Historico”.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

O “resumo histórico” inicia destacando que a história da região teve início com a ação da Companhia de Jesus, “lampejo de civilização” interrompido pela ação dos bandeirantes. No centro dessa mesma página, aparece uma foto com a seguinte legenda “os novos bancos de cimento armado da praça Marechal Floriano”. Ainda nessa parte do resumo histórico, aparecem fotos da Avenida General Neto e da Rua Moron.

As fotos, intercaladas com o texto contendo um histórico do município, cria uma relação entre o moderno para época (as fotos) e seu vínculo com o passado (o texto). A região em que os trechos dessas ruas e avenidas são retratadas faz parte da área central, que recebeu seu impulso modernizador com a instalação da estrada de ferro. Outro trecho do *Album de 1931* é intitulado “As indústrias de S. Bento os engenhos Matiotti – o rei da madeira em Passo Fundo”, na página 45. Segue um trecho:

Em additamento a obra, em que nos embrenhamos, tal essa de tratar ao conhecimento do Rio Grande do Sul, o que é a vida industrial do magestoso municipio de Passo Fundo, visitando seus estabelecimentos industriais por districtos e logares, viemos agora, de ver de perto o que é o distendimento de actividade e operosidade de **Luiz Matiotti, á quem poderíamos chamar o “Rei da Madeira”**. (FONTOURA, 1931. p. 45.)

Essa parte do álbum é uma apologia à imigração italiana, pois o texto segue comentando que Matiotti é italiano de nascença, mas veio para o Rio Grande do Sul muito cedo. Elogiam o “seu tipo trabalhador”, e seus hábitos moderados, “próprios dos indinheirados”. Essa apologia à imigração europeia e à indústria madeireira não aparecem por acaso. As madeireiras constituem, no período, uma das principais atividades industriais a nível local, e os imigrantes constituem uma das bases sociais do PRR. Enfim, o trabalho desse álbum, articulando os textos e as imagens, forma a base do imaginário capital do planalto – é uma propaganda da cultura progressista que marcam as elites republicanas locais, progresso que deveria ser traduzido em industrialização,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

modernização urbana e comércio, essas seriam as pedras que formariam o caminho da futura capital do planalto.

O *Guia ilustrado comercial, industrial e profissional Comemorativo da 1.ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa* de 1939 é composto de 222 páginas e dividido em quatro partes. A primeira constitui a maior parte do Guia, apresentando dados históricos, geográficos e culturais, entre outras informações sobre a cidade vinculadas ao ano de sua publicação, como as características arquitetônicas, representadas em fotos e comentários sobre as edificações, ruas, praças e serviços, como iluminação pública, correios e telégrafos, telefones e centros telefônicos, estação da viação férrea, exército, policiamento e suas autoridades, instrução pública, hospitais e sociedades de beneficência, imprensa, bibliotecas, informações sobre a comarca municipal e sobre o ensino público. Também faz referência à vida social, às festividades cívicas e ao lugares onde são realizados tais desfiles, apresenta uma seleção de pontos comerciais como hotéis, associações, bancos, cinemas e teatros.

No capítulo da primeira parte, intitulado “Dados históricos”, Arthur Ferreira Filho é apontado como herdeiro do legado republicano que teve início em 1892¹⁵ e a estrada de ferro aparece novamente como referência do progresso municipal após a revolução Federalista. Na página 11, apresenta três fotos de Passo Fundo. A primeira, que encabeça a página, é uma “Vista panorâmica de Passo Fundo”, onde aparece ao fundo a Cervejaria Serrana, no meio da página aparece uma foto de um “Aspetto da Praça M. Floriano” e embaixo é mostrada uma fotografia da “Praça Tamandaré e Parochia”. Algumas imagens começam a constituir aquilo que Ulpiano entende como “conjunto de imagens-guia” da sociedade. Os aspectos da área central e fotografias que representam

¹⁵ “A organização do município pelos republicanos teve lugar em 16 de setembro de 1892, sendo o seu primeiro intendente municipal o cidadão Frederico Guilherme Kurtz, seguindo-se os cidadãos Gabriel Bastos, Gervasio Lucas Annes, Pedro Lopes de Oliveira, Dr. Nicolau Araujo Vergueiro, Armando Annes, Henrique Scarpellini Ghezi, Dr. Nelson Pereira Ehlers, Cel. Antero Marcelino da Silva Jor. e atualmente o Cel. Arthur Ferreira Filho”. (GUIA, 1939.p. 12.)



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

industrialização e modernização começam a configurar as imagens que dão forma ao imaginário de capital do planalto.

A industrialização local continua uma atividade fundamental para um centro regional. Dentro da parte dos dados históricos do município, aparecem os principais aspectos da economia, com o subtítulo “**Industria e comércio**”, que refere-se a essas atividades como “[...] um panorama de admirável aspeto que proporciona Passo Fundo, é sem duvida alguma, o que se relaciona com o seu nível industrial [...].” (GUIA, 1939.p. 15.). A indústria passo-fundense é indicada como atividade preponderante entre os de “**outras comunas**”, colocando a cidade como líder regional.

A segunda parte é uma exposição das realizações políticas da “nova administração” local, apresentando os membros do poder executivo municipal, mas com grande ênfase na figura do prefeito Arthur Ferreira Filho. De acordo com o Guia de 1939, são descritas suas principais realizações no governo, apontando como fundamental para o crescimento de Passo Fundo e região a “**Nova usina hidro-elétrica do rio Jacuí**”:

Devido ao franco e grande progresso do Município e a intensificação e criação de novas indústrias, Passo Fundo sente imperiosa necessidade de possuir mais energia elétrica, da qual depende o seu engrandecimento e a realização de novos e importantes estabelecimentos industriais, que contribuirão grandemente ao seu futuro desenvolvimento. (GUIA, 1939. p. 53.)

Arthur Ferreira Filho, alinhado a uma perspectiva política e econômica regional/nacional procura fortalecer a indústria de base na região de abrangência do município para possibilitar o crescimento industrial, já apontado como caminho principal para a busca do progresso e da modernidade na cidade. A afirmação da identidade capital do planalto ainda aparece como um projeto a ser alcançado em um futuro de desenvolvimento do município. De acordo com a publicação, essa obra possui “**capital importância**” não apenas pelo fornecimento de energia, base para a instalação de indústrias, mas por ser



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

uma obra que colocará Passo Fundo na frente pela busca do progresso na região: “[...] e marcaria uma etapa de verdadeiro progresso na vida industrial e no desenvolvimento econômico desta grande zona colonial em que as indústrias se multiplicam dia a dia, num ritmo sempre ascendente de futura grandeza e prosperidade.” (GUIA, 1939. p. 53.)

Depois de afirmar a construção da usina como uma obra de fundamental importância para o progresso regional, são apresentados os distritos que compõem o município e fazem parte de sua região, **ressaltando que “o distrito de Passo Fundo que pela velha classificação tinha a denominação de PRIMEIRO [...]”**(GUIA, 1939.p. 54.). Antes de iniciar uma breve descrição das principais atividades dos distritos, a cidade aparece como carro-chefe do progresso e com a justificativa histórica de ser o primeiro povoamento. Em relação às informações sobre os distritos aparecem considerações sobre a história, a geografia, hotéis e pontos comerciais, estradas, economia e população, bem como as informações sobre a composição das sub-prefeituras, com o nome (e em alguns casos a foto) dos sub-prefeitos.

A terceira parte do guia refere-se à “**1ª Exposição Agro-Pecuária-Industrial e feira anexa de Passo Fundo**”, onde constam as atividades desenvolvidas na feira, bem como fotos dos participantes, das máquinas e pavilhões e uma lista de prêmios aos participantes, como a maior produção de produtos coloniais (naturais), como Aveia, Arroz, Centeio, Gira Sol, etc. com fotos dos stands. Também aparecem os animais expostos, acompanhados de suas fotos e seus prêmios. Finalizando, a quarta parte é um guia telefônico de Passo Fundo, que apresenta, além dos números telefônicos da cidade, propagandas de alguns anunciantes, como lojas, casas comerciais e indústrias.

Considerações finais

O *Album de 1931* e o *Guia de 1939*, apesar de publicados com um intervalo de oito anos, constituem um esforço das elites locais em afirmar Passo



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Fundo como um centro regional, contribuindo para a formação do imaginário de capital do planalto. O primeiro está intimamente vinculado à propaganda e à afirmação do programa político do PRR. O segundo aponta o atual governo como herdeiro da política republicana do início do século, mas também vincula o crescimento a nível local ao Estado Novo e ao governo de Getúlio Vargas. No início do *Guia de 1939*, a posição da liderança local já aparece explícita na página 4, onde aparecem pequenos parágrafos destacados descrevendo as virtudes de Vargas e, no centro da página, está escrito “Pelo regime do Estado Novo Arthur Ferreira Filho”. Segue um dos trechos:

Getúlio Vargas resume em si as nossas aspirações de independência de ordem e progresso, de justiça e de liberdade. A fisionomia política do Presidente Getulio Vargas ostenta os atributos da capacidade de sacrifício, disciplina e trabalho do homem do Sul. É uma figura representativa da sua raça, do seu meio e do seu povo. Seu governo está sempre aberto ao influxo da opinião pública, e sempre ápto a coordenar as forças vivas ou ponderáveis, aproveitando-as. (GUIA, 1939. p. 4.)

Na página 5 aparece um retrato em página inteira de Getúlio Vargas. Nas páginas seguintes é apresentada uma biografia de Arthur Ferreira Filho, reforçando ainda mais o apoio a Vargas e ao Estado Novo¹⁶. A posição assumida pelo governo municipal, na figura de seu prefeito, já encontrou terreno fértil para sua aceitação no município. A cultura progressista que já estava enraizada nas elites locais não diferiam muito das propostas do governo nacional. Pelo contrário, o fortalecimento das atividades industriais e a diversificação econômica passam a ser pauta no plano nacional. Mas Passo Fundo, e grane parte do norte do Estado (região do Planalto e da Serra), já estavam carregadas das concepções republicanas que fomentavam ideias semelhantes. Nos dois

¹⁶ “Durante o dissídio político entre ex-governador Flores da Cunha e o Presidente Getulio Vargas, decididamente tomou posição ao lado deste, tendo fundado os primeiros centros ‘Getulio Vargas’, nos diversos municípios da Região Serrana, e que foram os principais pontos de apoio à ‘Bancada oposicionista’ na Assembleia Estadual. Demonstrando assim uma certa visão que dessa parte era o caminho justo que poderia dar ao Brasil uma reta e sã administração, na nova ordem política, dos futuros acontecimentos.” (GUIA, 1939. p. 8.)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

momentos da publicação desses documentos, ocorre uma confluência de fatores locais (micro) e estaduais/nacionais (macro) que permite, no final da década de 1930, a afirmação de uma identidade local em pleno Estado Novo.

O imaginário capital do planalto não é formado apenas pelo *Album de 1931* e pelo *Guia de 1939*, vários outros instrumentos contribuem para sua construção e legitimação, mas esses dois documentos, compostos por textos, escritos por políticos e membros da comunidade alinhados às elites políticas locais, e imagens que resultam da cultura progressista local e ao mesmo tempo representam-na, destacando as transformações urbanas das praças, o calçamento das ruas, a instalação de indústrias, e responsabilidade das lideranças locais, regionais e nacionais. Portanto, os referidos álbuns têm contribuição fundamental para a construção desse imaginário. São dois instrumentos que carregam as realizações dos governos locais na busca pelo progresso e desenvolvimento econômico, exibidos e distribuídos não apenas para a comunidade local, mas para representantes de outras cidades, regiões do Estado e do país.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990.

DIEHL, Astor Atnônio. (org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo, UPF, 1998.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

HERRLEIN JR, Ronaldo; CORAZZA. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007.

MACHADO, Ironita P.; MIRANDA, Fernando. *Passo Fundo*: presentes da memória. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.

MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul*: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: UPF, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Rumo a uma “história visual”. In: MARTINS, José de Souza; et. al. (orgs.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. São Paulo: Edusc, 2005.

MONTEIRO, Charles. Construindo a história da cidade através de imagens. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. et. al. (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas*: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In: _____. et. al. (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas*: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

SOARES, Paulo Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.). *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

WEBBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

CORONELISMO E A COMISSÃO DE TERRAS NA REGIÃO SERRANA

Elenice Szatkoski¹

Durante muito tempo escreveu-se sobre a democracia sulina, o sentimento de nacionalidade do gaúcho e o seu caráter gentílico, colocando-se de lado a forte presença do coronelismo no estado. Escrever sobre o coronelismo seria uma ofensa á classe dominante sulina. Este tema só muito recentemente passou a ser pesquisado.

O coronelismo pode ser definido como:

“o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitam aos coronéis a imposição de nomes para os cargos que eles indicam. Tem sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal e, algumas vezes, regional devido ao seu poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários.²

Desta forma, aos olhos do povo, o coronel era visto como “benfeitor social” e o coronelismo não foi um fenômeno exclusivo do Rio Grande do Sul, mas, sem dúvida alguma, é aqui que ele se origina, fruto de algumas particularidades que não existem no resto do país. Fernando Henrique Cardoso cita, como fator básico, a estruturação de grupos de parentela, onde, em geral, o chefe era também chefe do bando de guerrilheiros. Dissolvido o bando, o chefe mantinha liderança na condição de grande estancieiro. Este autoritarismo no Rio Grande do Sul é de certa forma, compreensível pelas lutas de fronteiras contra os castelhanos e a conseqüente necessidade de tomada de rápidas decisões.

¹ SZATKOSKI, Elenice. Doutora em História das Sociedades Ibéricas e Americanas-PUC/POA. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-IFRS e da Faculdade Anglo Americano – Passo Fundo-FAAPF. Autora de três obras entre outros artigos. O livro: Frederico Westphalen: Comissão de Terras e Coronelismo, coautoria com Celito Urbano Luft, editada em 1996, base teórica para o presente artigo.

² FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 15 e 16.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A autoridade dos chefes dos bandos de guerrilheiros e dos chefes de parentela passou a ser aceita pelo grupo social e pelo Estado. O constante clima de guerra vivido pelo Rio Grande do Sul devido à sua situação fronteiriça originou, por um lado, o surgimento de líderes militares, normalmente estancieiros, e, por outro lado, a necessidade da ordem, disciplina, obediência e respeito à hierarquia. Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros perceberam de **forma muito perspicaz estes “valores” e souberam utilizar-se** deles no partido Republicano Rio-grandense (PRR).

A lealdade partidária, oriunda das relações coronelísticas, vai ser muito exigida pelo PRR, fundamentada na filosofia positivista. A ideologia positivista tinha um profundo desprezo pelo voto. Por isso, no Rio Grande do Sul, as fraudes eleitorais eram acobertadas pela própria legislação. O positivismo vai marcar fortemente a atuação dos coronéis na região Serrana do Planalto Médio do Rio Grande do Sul durante o período em que Borges de Medeiros foi presidente do Estado (1898-1928). Inclui-se aqui o período de 1908 a 1912 em o Estado foi governado por Carlos Barbosa, por continuarem a prevalecer às mesmas diretrizes políticas.

São, portanto, marcas características do coronelismo gaúcho a tradição militar de fronteira, ligada à atividade pecuária, e o componente ideológico do positivismo adotado pelo castilhismo-borgismo. Este último fator nos interessa sobremaneira, pois, foi neste período que viveu Frederico Westphalen.

Julio de Castilhos foi o líder carismático que aglutinava o partido. O poder de seu sucessor, Borges de Medeiros, adveio em grande parte da integração dos coronéis nas bases partidárias (cooptação política através da submissão e da disciplinação partidária, que não tolerava revoltas e dissidências). Como pagamento, os coronéis recebiam do governo central respaldo para as suas ações no município e,

“o importante é que os coronéis aceitavam o poder de Borges, porque recebiam pão e circo. Recebiam o pão do continuísmo de seus



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

privilégios de mando e o circo do aparato cerimonial que regulava as **regras do partido**³

Foram, em grande parte, os coronéis os responsáveis pela presença do PRR no poder. Era também a tática inteligente, usada por Borges de Medeiros, o fracionamento do partido, o que lhe dava poder de barganha junto aos coronéis.

Podem ser consideradas características do coronelismo gaúcho durante o período republicano segundo Félix:

“ a) **oposição ao ideal de representatividade** da ideologia liberal; b) A desconsideração pela verdade eleitoral; c) A concepção de liberdade sob tutoria; d) O Conservadorismo, elitismo e autoritarismo e) O ideal de moralização dos indivíduos e da sociedade pela tutela do estado exercida pelo governante esclarecido; f) A valorização da ordem e a preocupação com a segurança; g) O conceito de bem público e o papel da burocracia estatal; h) A valorização dos **municípios e a função legislativa do executivo.**”⁴

Estas ideias ganham vulto na segunda metade do século XVIII. A república, marcada fortemente pela influência positivista – ORDEM E PROGRESSO – teve como pressuposto a concepção de que a sociedade caminha rumo à estruturação nacional. Esta estruturação seria atingida pela educação ou por uma imposição de uma minoria esclarecida. Em outras palavras, o progresso de uma minoria graças à ordem/submissão da maioria. Este modelo foi adotado no Rio Grande do Sul por Borges de Medeiros e no país por Getúlio Vargas.

Isto permite compreender que o poder local continuasse extremamente forte, embora controlado pelo poder do chefe do Estado, mantendo-se hegemônicos os grupos oligárquicos. Isso, a nível nacional, era contraditório: O Rio Grande do Sul era regido por um sistema autoritário, enquanto a federação se regia dentro dos poderes liberais. A visão filosófica do positivismo, aqui adotada como doutrina que fundamentava tal visão, era a de um estado tutelador.

Por isso, é compreensível o desprezo pelo voto, considerado como instrumento de concepções metafísicas ultrapassadas. Isso se torna claro nas

³ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: mercado Aberto, 1987, p. 69.

⁴ Ibidem, p. 73.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

palavras de Júlio de Castilhos, quando se refere às últimas eleições da monarquia vencidas pela chapa dos liberais, o qual diz:

“Nós pensamos que temos sempre ponderado que é vão e inepto o empenho daqueles que através da expressão numérica das urnas pretendem conhecer as correntes que sulcam profundamente o espírito nacional. Não é jogando com Algarismos de votos que se consegue distinguir a natureza das tendências e aspirações íntimas que agitam e tonificam intensamente a alma de um povo. O voto não é e, não pode ser, o verdadeiro instrumento capaz de determinar precisamente o profundo trabalho da formação de opiniões, operado fora da preocupação eleitoral, que se desliza nas correntes superficiais”.⁵

É importante também lembrar que durante a república o voto representava vínculos afetivos e morais. Com o desenvolvimento das relações capitalistas, o voto adquire outra conotação: Passa a ser uma mercadoria negociável. Por isso, a importância do coronel no processo eleitoral, pela capacidade que ele possuía em alijar as camadas populares e assegurar o poder aos grupos oligárquicos tradicionais onde,

“O coronel era o líder do partido oficial do Estado; cabia-lhe a função de apresentar o número de votos consignados – e impedir a oposição de votar. O coronel quase sempre aliciava os eleitores de seu distrito mediante favores pessoais, conseguindo-lhes emprego, arranjando-lhes empréstimos ou simplificando processos burocráticos. Caso o aliciamento não desse resultado, recorria à violência e à fraude para atingir suas cotas de votos, usando a força de homens armados e pessoalmente leais. Em troca de votos apresentados pelo seu município ao coronel era dado o controle do patronato local, que compreendia certos cargos no funcionalismo público, tais como o de professor”⁶

A própria constituição castilhista abria a possibilidade de o chefe de Estado **“governante esclarecido”** interferir nos municípios. No Rio Grande do Sul a autonomia do coronel municipal era muito menor devido à atuação

⁵ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: mercado Aberto, 1987, p. 74.

⁶ LOVE, Joseph L. *Regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 126.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

autoritária e paternal do Estado. Os poderes dos coronéis locais não eram eliminados, mas apenas controlados. A isto pode ser acrescentada a forte tradição autoritária que perpassa a história do Rio Grande do Sul. Isto pode ser comprovado na primeira Constituição Republicana do Rio Grande do Sul, que defendia um poder executivo forte, esvaziando os demais.

O poder, na versão do positivismo gaúcho, é visto como uma missão, que tinha como principal tarefa a realização moralizadora, comandada por homens superiores, que deveriam usar o Estado para promover a prosperidade material. **Isto significa “Estado autoritário e tutelador”. O tema “ORDEM” passa a ser** uma constante, tornando-se sinônimo de continuação das instituições rio-grandenses. Conservar melhorando, era o seu lema. O progresso passa a ser visto como desenvolvimento da ordem. Para isso é criada a Brigada Militar e os Corpos Provisórios. Também se torna necessária a cooptação dos coronéis locais, garantindo a hegemonia do Partido republicano Rio-Grandense (PRR).

Para manter a ordem é montado um forte aparelho repressivo e um modelo de administração hierarquizado, que tem por base uma burocracia eficiente controlada pelo chefe do Estado, que era também chefe do Partido.

Por outro lado, nem Castilhos, nem Borges, desprezam os municípios. Ambos precisam deles. Por isso, a intensa correspondência que mantinham com as lideranças políticas locais. Era das lideranças políticas locais que ambos precisavam para se manter no poder.

Neste estudo nos interessa o coronelismo na Região Serrana, especialmente na Região de Palmeira das Missões, região esta que começou com a exploração da erva-mate, a primeira riqueza e que para registrar o início de seu povoamento que se caracteriza pelo desenvolvimento econômico, além da erva-mate, o tropeirismo e a fase da política de terras, quando da instalação da Comissão de terras e Colonização em 1917.

A pobreza, a violência e o domínio da política coronelística eram características de Palmeira das Missões no final do século XIX. Politicamente gravitava em torno de Cruz Alta. Em Palmeira das Missões a luta coronelística



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

sempre foi maior do que em Cruz Alta. Isto se deve à enorme extensão territorial do município e à diversificação econômica, que possibilitariam o surgimento de diversas lideranças que disputavam entre si o prestígio. Quanto ao poder do Coronel na Região Serrana, o mesmo tinha como suporte um bem montado aparato policial repressivo, bem como a cooptação política, através da integração dos coronéis à estrutura partidária local.

Em 1916, após entendimentos com o Dr. Carlos Torres Gonçalves, **Frederico Westphalen aceita o cargo para chefiar a “Comissão de Terras e Colonização do Norte” a ser criada em Palmeira das Missões pelo governo do Estado**, a fim de colonizar o vale do Uruguai e abrir acesso às águas minerais do Mel (localizadas no atual município de Iraí).

No tocante a Comissão de Terras e Colonização é importante observar as suas funções, as quais como princípio começaria pela lealdade do Chefe aos princípios positivistas. Também, dentro de suas competências, estava a direção e inspeção do serviço de colonização que eram executados pela Diretoria de Obras Públicas, Comissão de Terras e Colonização na rede de núcleos e por encarregados nas antigas colônias ou núcleos complementares povoados. Também a Comissão de Terras e Colonização era responsável pela medição de lotes e estabelecimentos de imigrantes com técnicos e agrimensores nomeados pelo Governo do Estado. Outro ponto que cabia a Comissão de Terras e Colonização era o exercício da cobrança da dívida colonial. Quando realizavam a arrecadação da dívida colonial, os encarregados recebiam uma gratificação nunca excedente a 5% sobre as quantias arrecadadas. Já os agrimensores recebiam, além dos vencimentos ordinários, por metragem marcada pela Diretoria de Obras Públicas, correspondente aos trabalhos que executavam.

Cabia a Diretoria de Obras Públicas, a qual estava vinculada a Comissão de Terras e Colonização a substituição do Chefe da repartição dos núcleos, bem como dos demais funcionários indicados pelo Estado.

Ficava vinculada a Diretoria de Obras Públicas a Hospedaria da Capital, onde o imigrante poderia ficar hospedado e/ou guardar seus pertences não



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

podendo exceder o prazo de dez dias. O administrador, também indicado pelo Estado, deveria manter a ordem e o asseio no estabelecimento, bem como a recepção de imigrantes e de outros trabalhos ordenados pela Diretoria.

Nas Comissões de Terras e Colonização, os chefes eram obrigados a manter plantas gerais dos núcleos e plantas das sedes com as divisões em linhas, secções, quadras, lotes, numeração, denominação, desta forma os imigrantes ou migrantes das Colônias Velhas eram levados aos núcleos conforme a disponibilidade de lotes e a necessidade de ocupação ficando estes com a matrícula do lote ocupado regularizada pela Secretaria do estado e o devido registro da dívida era feito conforme modelo adotado pela Secretaria do Estado. Era de competência de o Chefe assinar e expedir os títulos provisórios bem como fazer concessões de lotes urbanos, sendo-lhes vedado conceder mais de um lote a um só indivíduo. Deveria passar os títulos definitivos que eram expedidos e submetê-los à secretaria de Estado, para serem assinados pelo Presidente do Estado, designação do período para Governador do Estado. O Chefe da Comissão de Terras e Colonização era a autoridade que representava o governo do Estado nos núcleos.

Quanto à preservação do patrimônio público cabia ao Chefe da Comissão e Encarregados das colônias de zelar pela conservação tanto dos bens públicos como dos matos, e campos da colônia, das estradas e de todas as obras feitas por conta do Estado. Também ficavam obrigados a percorrer os núcleos, secções e linhas coloniais o maior número de vezes possível durante o ano, multando e averiguando todas as irregularidades. Trimestralmente apresentavam um relatório detalhado dos serviços a seu cargo e demonstravam as despesas efetuadas no trimestre. Os relatórios anuais, eram acompanhados de mapas demográficos e econômicos.

Nota-se que, na Comissão de Terras e Colonização definiam-se muitas atividades. A nível de região colonial eram postos em prática diversos trabalhos e tomadas importantes de decisões no que diz respeito ao assentamento do imigrante, concessões de terras, regulamento para o funcionalismo.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A ocupação das terras no norte do Estado, objeto do presente artigo, ocorreu devido ao esgotamento de terras no restante do Rio Grande do Sul. A região da campanha, com seus lotes abocanhados pelos grandes pecuaristas, os quais não desejavam a presença do imigrante. A região serrana com a ocupação desde 1875, quando do início da colonização italiana no Estado pois a terra nesta região estava se tornando escassa e, devido ao número significativo de componentes por famílias havendo a necessidade de expandir cada vez mais a fronteira agrícola. Assim os filhos dos colonos assentados, num primeiro **momento, nas “colônias velhas” começaram a se dirigir para outras áreas**, especialmente para o norte do estado, onde encontram terras abundantes e com preço melhor. Neste comércio de terras, o camponês era pressionado pelo Estado, através da Comissão de Terras e pelas Companhias Particulares, ou mesmo, por pessoas que desejam obter lucros e enriquecimento através da colonização.

Sintetizando, esta extensão da Secretaria de Obras Públicas do Estado **comandava através do seu “chefe-coronel” muitas ações: abertura de estradas;** distribuição de lotes, arrecadação da dívida colonial; contratação de pessoal para realização de serviços ao Estado; pagamento de professores, manutenção **de escolas, “proteção” dos indígenas e caboclos, controle do desmatamento,** contrabando de madeiras e de erva-mate, participação nos acontecimentos políticos, tais como as revoltas tenentistas de 1923 e apoio ao Governo de Vargas **em 1930. Assim, com tantas atribuições, as “Comissões de Terras” eram** aparelhos repressivos criados pelo Estado, exercendo controle sobre o imigrante e o migrante.

Na Região norte do Estado do Rio Grande do Sul, as Comissões de Terras eram aparelhos que controlavam não somente a vida do Imigrante como também do migrante, indígena e caboclo, visto ser esta região formada de uma grande mistura étnica.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

BIBLIOGRAFIA

- BATTISTELLA, Mons. Vitor. *Painéis do Passado*. Frederico Westphalen: Marin, 1969.
- Coletânea: Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura, 1961.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Coronelismo: Uma política de compromissos*. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JUNIOR, João Ribeiro. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOVE, Joseph L. *Regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- SPONCHIADO, Breno Antônio. Mons. *Vitor Battistella na História do “Barril”*. Passo Fundo: Berthier, 1989.
- SZATKOSKI, Elenice. *A História da construção da Catedral de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Marin, 1994.
- SZATKOSKI, Elenice; LUFT, Celito Urbano. *Frederico Westphalen: Comissão de Terras e Coronelismo*. Frederico Westphalen: Marin: 1996.

FONTES:

- AHM – Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen;
Museu Municipal de Frederico Westphalen;
Museu Municipal de Som e Imagens de Frederico Westphalen;
Templo do Positivismo em Porto Alegre;
Arquivo pessoal do Sr. Moysés Westphalen.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

PRÉ-HISTÓRIA NOS VALES DOS RIOS CHAPECÓ E IRANI: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Elison Antonio Paim*

Enelice Pansera**

Mirian Carbonera***

*Só há de valorizar o patrimônio cultural quem dele possui o
devido conhecimento e por ele nutrir verdadeiro e esclarecido
afeto.*

Nelson Veríssimo.

Introdução

Esta comunicação resulta de trabalho de pesquisa que pretendeu problematizar a importância da memória e do trabalho em educação patrimonial.

O objeto de estudo foi o projeto “Histórias da Pré-história: educação patrimonial entre os vales dos rios Chapecó e Irani”, realizado no ano de 2008 pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) com financiamento do Fundo de Apoio a Extensão (Fapex) da Unochapecó.

Organizando a exposição itinerante “Pré-história nos vales dos rios Chapecó e Irani”, procurou-se socializar o conhecimento produzido a partir dos

* Professor titular C da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Bolsista produtividade Unochapecó. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: elison@unochapeco.edu.br

** Graduada em História. Funcionária RPA do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM). Bolsista do projeto de extensão Pré-história nos vales dos rios Chapecó e Irani. E-mail: enelice_ceom@unochapeco.edu.br.

*** Professora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Possui graduação em História pela Unochapecó, especialização em Arqueologia pela URI/Erechim, mestrado em História pela Unisinos, é doutoranda em Arqueologia pelo MAE/USP. Atualmente é coordenadora do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM). E-mail: mirianc@unochapeco.edu.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

estudos arqueológicos realizados pela empresa Scientia Consultoria Científica em áreas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Quebra-Queixo; Linha de Transmissão Quebra-Queixo a Pinhalzinho e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Plano Alto e Alto Irani.

Buscamos perceber se houve alteração/modificação na relação da comunidade com o seu patrimônio a partir do contato com a exposição, bem como avaliar como os professores receberam essa iniciativa e como a exposição contribuiu no trabalho de professores e alunos.

Partindo da experiência como coordenadores e bolsista neste projeto, aprofundamos e problematizamos a preservação do patrimônio cultural na região oeste de Santa Catarina. Isto também porque utilizamos uma metodologia de educação patrimonial que vem sendo empregada nas atividades do CEOM, bem como em disciplinas do curso de História da Unochapecó.

O oeste de Santa Catarina é formado por uma grande diversidade cultural. Dessa forma, será que as atividades de educação patrimonial que vem sendo realizadas nos últimos anos realmente cumprem a função? É possível medir ou avaliar essas práticas de uma forma mais concreta? Com este trabalho **faremos um estudo de caso a partir da exposição itinerante “Pré-História nos vales dos rios Chapecó e Irani”, com o qual buscamos perceber se ela contribuiu** no processo educativo referente à preservação do patrimônio arqueológico. Para esse trabalho, faremos uma análise da experiência vivenciada durante as visitas aos municípios e também a partir dos questionários preenchidos por professores que participaram da exposição. Por meio deles, tentamos compreender quais foram os resultados proporcionados por esse trabalho educativo, identificando se a exposição estimulou a continuidade de atividades de educação patrimonial e se esse trabalho instigou novas experiências, além de apresentar as fragilidades encontradas.

Uma das questões que norteou esta pesquisa foi perceber se houve alteração/ modificação na relação da comunidade com o patrimônio arqueológico a partir do contato com a exposição. Além disso, buscamos avaliar



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

como os professores receberam essa iniciativa e até que ponto a exposição contribui no trabalho desses professores e alunos com novas alternativas de ensino.

Abordamos, num primeiro momento, a educação patrimonial em projetos de arqueologia contratual e sua legislação quanto às obras de grande **impacto ambiental**. Num segundo momento, focamos na exposição “Histórias da pré-história: educação patrimonial entre os vales dos rios Chapecó e Irani”, a visita desta a onze municípios, fazemos uma análise dos questionários respondidos pelos professores e também de nossa experiência no desenvolvimento dessa atividade.

Situando a educação patrimonial

As primeiras experiências realizadas com a metodologia da educação patrimonial datam de 1983, no Museu Imperial, com a realização do I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos, quando se detectou a necessidade do trabalho conjunto com professores.

A metodologia de educação patrimonial pode ser desenvolvida em qualquer espaço social e com qualquer faixa etária. A observação direta e a análise daquilo que está à vista de nossos olhos permitem à criança ou ao adulto vivenciar a experiência e o método dos cientistas, dos historiadores e dos arqueólogos, que partem dos fenômenos encontrados e da análise de seus elementos materiais, formais e funcionais para chegar a conclusões que sustentam suas teorias. O aprendizado desse método de investigação é uma das primeiras capacitações que se pode estimular nos alunos, no processo educacional, desenvolvendo suas habilidades de observação, de análise crítica, de comparação e dedução, de formulação de hipóteses e de solução de problemas colocados pelos fatos e fenômenos observados.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu patrimônio são fatores indispensáveis no



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

processo de preservação desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e de cidadania. O patrimônio, com o nome já diz, é algo herdado de nossos pais e antepassados. Essa herança só passa a ser nossa, para ser usufruída, se nos apropriarmos dela, se a conhecermos e reconhecemos como algo que nos foi legado, e que deveremos deixar como herança para nossos filhos, para as gerações que nos sucederão no tempo e na história (HORTA; GRUMBERG; QUEIROZ, 1999).

Uma herança que constitui a nossa riqueza cultural, individual e coletiva, a nossa memória, o nosso sentido de identidade, aquilo que nos **distingue de outros povos e culturas, que é a nossa “marca” inconfundível**, de pertencermos a uma cultura própria e que nos aproxima de nossos irmãos e irmãs, herdeiros dessa múltipla e rica cultura brasileira. O conhecimento dos elementos que compõem essa riqueza e diversidade, originários de diferentes grupos étnicos e culturais que formaram a cultura nacional, contribui igualmente para o respeito à diversidade, à multiplicidade de expressões e formas com que a cultura se manifesta nas diferentes regiões, a começar pela linguagem, hábitos e costumes. A percepção dessa diversidade contribui para o desenvolvimento do espírito de tolerância, de valorização e de respeito das **diferenças e da noção de que não existem povos “sem cultura” ou culturas** melhores do que outras. O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e o estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens (HORTA; GRUMBERG; QUEIROZ, 1999).

Compreendemos como patrimônio também os saberes e a experiência de vida dos diferentes povos em diferentes lugares: na floresta, como parte fundamental da herança cultural dos povos indígenas das várias regiões do país; no maracatu, tão popular no nordeste e no norte do país e que é a expressão de elementos trazidos pela cultura africana, incorporando uma prática religiosa e



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

uma manifestação popular, sendo assim, da mesma forma, um elemento significativo da cultura brasileira; no carnaval de Olinda; nas vaquejadas do Pantanal; nas técnicas tradicionais da pesca no litoral de Santa Catarina; no trabalho das rendeiras nordestinas e florianopolitanas; nas panelas fabricadas pelas mulheres do Vale do Jequitinhonha; na maneira de plantar, fiar e tecer o linho que ainda sobrevive no interior do Rio Grande do Sul; nas rodas de samba carioca; nas festas do Divino em Parati; nos filós e jogos de truco do oeste de Santa Catarina; e tantos outros são exemplos da cultura viva que pode ser trabalhada e conhecida por meio da educação patrimonial (TVEBRASIL, 2009).

A metodologia específica da educação patrimonial pode ser desenvolvida para qualquer evidência material ou manifestação da cultura, como um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares ou qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. Outro aspecto de fundamental importância no trabalho da educação patrimonial é o seu caráter transdisciplinar, podendo ser utilizado como método em todas as disciplinas. Assim:

Através da Educação patrimonial o cidadão pode vir a compreender sua importância no processo sócio-cultural no qual está inserido, almejando uma transformação positiva no seu relacionamento com o patrimônio cultural.

Este processo pode interagir com o ensino formal (escolas - que dependem enormemente da disponibilidade dos diretores das escolas e de seu cronograma anual), quanto com o não formal (comunidade do entorno da pesquisa, associações de bairro, etc.), devendo sempre direcionar os trabalhos às necessidades das mesmas, relacionando-as ao conhecimento gerado na pesquisa. (ESMPU, 2009).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A própria ciência arqueológica vem utilizando a metodologia da educação patrimonial para socializar os resultados das pesquisas realizadas, por meio de publicações, palestras, exposição, atividades guiadas em museus, entre outras.

Portanto, falando especificamente no caso do CEOM, que, desde a criação do Núcleo de Estudos Etnológicos, Etnográficos e Arqueológicos (NEEA), tem recebido acervos resultantes das pesquisas arqueológicas, este também tem procurado desenvolver atividades de extroversão dos dados obtidos nestas pesquisas, bem como na sensibilização da comunidade em defesa do patrimônio arqueológico. Assim, são realizadas atividades com a comunidade em geral, com os alunos da Educação Infantil e Educação Básica, com os acadêmicos de diferentes cursos de graduação e também com grupos de movimentos sociais da região oeste catarinense.

Compreendendo que a educação patrimonial não pode ser limitada à escola, enquanto lugar privilegiado da aprendizagem e visando à promoção de projetos educacionais com as comunidades em que as populações se apropriem e usufruam, de forma consciente, do seu patrimônio, o CEOM vem desenvolvendo projetos de extensão com atividades de educação patrimonial. Entre os anos de 2004 e 2005, foi desenvolvido, juntamente com a exposição **“Arqueologia das Multiplicidades no Oeste de Santa Catarina”, um projeto de extensão chamado “Arte e Educação”;** em 2006, foi desenvolvido o projeto **“Inventário das coleções arqueológicas nos museus regionais”.**

Para dar continuidade a esses trabalhos, em 2007 foi desenvolvido o **projeto de extensão denominado “Histórias da pré-história: educação patrimonial entre os vales dos rios Chapecó e Irani”.** Essa atividade teve como objetivo realizar a socialização do conhecimento produzido a partir de pesquisas arqueológicas realizadas pela empresa Scientia Consultoria Científica, nas áreas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Quebra-Queixo, Linha de Transmissão Quebra-Queixo a Pinhalzinho e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) de Plano Alto e Alto Irani.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Situando os projetos de arqueologia contratual

Na chamada arqueologia empresarial ou de contrato, as atividades de educação patrimonial são obrigatórias naquelas comunidades que serão atingidas por obras de impacto ambiental, como determina a Portaria do IPHAN n. 230/2002.

O nome “Arqueologia de Contrato” surge no Brasil por conta da Resolução do Conama de 1987, que passou a regulamentar os estudos arqueológicos em obras de impacto ambiental. Depois disso, nasceram empresas especializadas em arqueologia, além de profissionais que atuam de forma autônoma por meio de um contrato de prestação de serviço.

Na arqueologia de contrato, o profissional deve realizar um levantamento preliminar da área projetada, avaliando os vestígios arqueológicos que ela contém e, a partir disso, produzir um diagnóstico do patrimônio cultural e histórico envolvido. Deverá, ainda, avaliar o grau de impactos que o patrimônio poderá sofrer, propondo alternativas que minimizem as perdas (ITAUCULTURAL, 2009).

A Usina Hidrelétrica de Quebra-Queixo foi implantada no rio Chapecó, com barragem e reservatórios nos municípios de Ipuçu e São Domingos, ambos no estado de Santa Catarina.

A pesquisa arqueológica foi realizada no ano de 2001, sendo registrados na região atingida 33 sítios arqueológicos, sendo quatro do tipo casas subterrâneas. Dos sítios pesquisados, foram recuperados 922 fragmentos cerâmicos e 1,9 mil objetos líticos, sendo também coletadas amostras de restos fito-faunísticos.

A linha de transmissão de energia Quebra-Queixo a Pinhalzinho atingiu sete municípios: São Domingos, Ipuçu, Quilombo, Entre Rios, Marema, União do Oeste e Pinhalzinho. Nessa área foram registrados seis sítios arqueológicos.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

As pesquisas de campo ocorreram no ano de 2003 e foram coletados 417 fragmentos cerâmicos e 1.328 objetos líticos.

As PCHs Plano Alto e Alto Irani atingiram quatro municípios: Faxinal dos Guedes, Arvoredo, Xavantina e Xaxim. Em Plano Alto foram registrados 12 sítios. Na PCH Alto Irani, foram cadastrados 23 sítios arqueológicos. As pesquisas arqueológicas de campo ocorreram no ano de 2005, onde foram recuperados 208 fragmentos cerâmicos e 4.041 objetos líticos.

Os vestígios encontrados por meio dessas pesquisas revelaram quais os grupos humanos que ocuparam a área estudada, que tipo de objetos produziram, quais as matérias-primas de preferência, enfim, trouxeram informações sobre o modo de vida dessas antigas sociedades. As análises de laboratório classificaram como pertencentes à tradição Taquara, prováveis antepassados dos grupos Kaingang.

Segundo Schmitz e Becker (1991), o termo tradição Taquara identifica aqueles sítios arqueológicos que têm cerâmica de características pequenas, com decoração impressa variada; por seus trabalhos de engenharia de terra, as chamadas casas subterrâneas; sendo encontrados preferencialmente em áreas de planalto, no oeste catarinense, especialmente nos afluentes do rio Uruguai.

Por meio de datações realizadas com amostras de carvão retiradas do sítio QQ 22, localizado no município de Ipuacu, foram obtidas datas de 100, 144 e 122 anos (CALDARELLI; HERBERTS, 2005). Já para os sítios localizados às margens do rio Irani, as pesquisas arqueológicas revelaram populações reduzidas e refugiadas que ocuparam a área já em período histórico avançado (CALDARELLI, 2007, p. 317).

A concepção e montagem da exposição

Para o desenvolvimento do projeto de extensão “Histórias da pré-história: educação patrimonial entre os vales dos rios Chapecó e Irani”, planejamos e elaboramos a exposição “Pré-História nos vales dos rios Chapecó e



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Irani”, que, além de socializar os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas para a construção das referidas obras, contribui também para a divulgação da ciência arqueológica na região oeste de Santa Catarina.

Para Marília Xavier Cury, a exposição “[...] não pode ser concebida e organizada por uma só pessoa, mas sim, por uma equipe especializada, justamente por visar estabelecer uma **relação com a sociedade.**” (CURY, 2003, p. 45), exemplo disso é o trabalho realizado pela equipe do CEOM, pois possui profissionais capacitados para executar diferentes atividades com a comunidade em geral.

A exposição “Pré-história nos vales dos rios Chapecó e Irani” possui textos sobre os primeiros grupos que viveram na região oeste de Santa Catarina, mapas com destaque dos municípios que foram atingidas com as obras, resumo explicativo sobre a pré-história e arqueologia na região, fotos de locais onde foram encontrados muitos sítios arqueológicos, fotos do trabalho do arqueólogo em campo e laboratório, fotos de objetos líticos e fragmentos cerâmicos, histórico das pesquisas, duas imagens de representação de atividades cotidianas de grupos caçador-coletores e grupos agricultores e contém uma imagem que representa atividade a escavação num sítio arqueológico.

A exposição é composta por oito caixas, confeccionadas na própria universidade, o material empregado foi MDF branco. Cada uma delas possuiu a largura de 60 cm, altura de 52 cm e 12 cm de profundidade.

Antes de a exposição começar a circular, foi pensado um trabalho de educação patrimonial para ser desenvolvido com os professores, composto por textos e atividades didáticas. Esse material deveria subsidiar a visita e também novas atividades que poderiam ser realizadas em sala de aula.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Visitando os municípios

A exposição “Pré-história entre os vales dos rios Chapecó e Irani” visitou dez municípios diferentes, sendo que em cada um desses municípios o projeto foi recebido de uma forma diferente.

O município deveria indicar as pessoas que fariam a monitoria, sendo, geralmente, os próprios professores. Eles se mostraram interessados em saber mais sobre o trabalho exposto. Participaram professores das disciplinas de História, Geografia, Biologia, Artes, entre outros e também alguns dos anos iniciais da Educação Básica. Para tanto, era inicialmente apresentada a exposição aos professores para que depois, em sala de aula, conseguissem realizar outros trabalhos junto com os alunos após a visitação.

Os professores, na maioria dos municípios, se mostraram interessados pelo trabalho, porém alguns estavam desinteressados pelo assunto. Desinteresse esse talvez por ser um trabalho pouco conhecido na região ou também pelo modelo de colonização da região que contribuiu para reforçar preconceitos.

Esse trabalho junto aos professores e aos alunos teve como objetivo principal mostrar a importância da preservação da cultura regional e também reforçar que a cultura material legada pelas gerações do passado às gerações futuras tem papel muito importante na constituição da história regional.

Também foi entregue um texto aos professores interessados, assim como junto com os textos também o representante da escola ou da secretaria da educação de cada município recebeu um kit com materiais didáticos do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Na região oeste catarinense, o trabalho de pesquisa na área da arqueologia, apesar de ter iniciado na década de 1950, ainda é pouco conhecido. Por isso, os professores têm pouco acesso a materiais didáticos como vídeos ou livros.

Tivemos dificuldades em alguns municípios para conseguir fazer a conversa com os professores, sendo que em alguns casos porque as escolas ficavam localizadas no interior e não conseguiam liberação da direção da escola.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
 - Volume I -**

Na maior parte dos municípios a exposição ficou aberta ao público na biblioteca Pública Municipal ou nas escolas, devido a facilidade do acesso para o público escolar e também para a comunidade em geral. Quanto ao público, a exposição recebeu um número considerável de visitantes em relação ao território e o número de habitantes de cada município. Os gráficos 1 e 2 abaixo, trazem dados referentes a quantidade de visitas por município e o perfil do público:

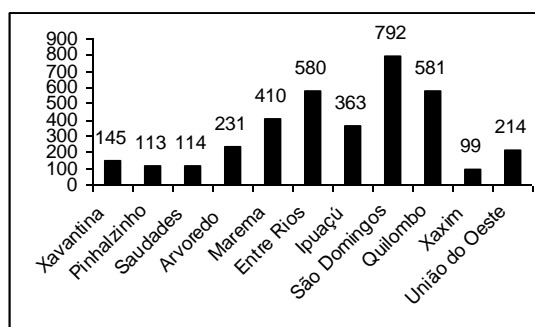


Gráfico 1: Visitas por municípios.

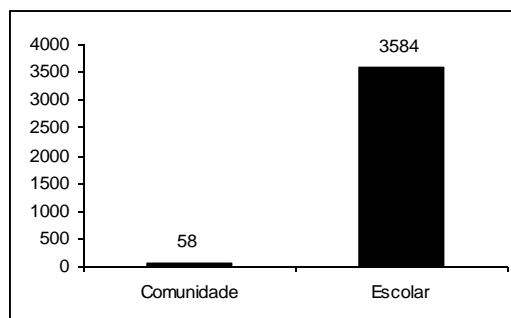


Gráfico 2: Perfil do público visitante.

No gráfico 1, podemos observar que a exposição foi disponibilizada para onze municípios: Xavantina, Pinhalzinho, Arvoredo, Marema, Entre Rios, Ipuaçú, São Domingos, Quilombo, Xaxim e União do Oeste. Em cada município, a exposição permanecia aproximadamente três semanas e recebeu em média 364 visitantes, sendo que o maior número de visitas foi em São Domingos e o menor em Xaxim.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Das municipalidades listadas, pelo controle de visitas com assinatura de livro de presenças, observamos que uma escola do município de Saudades – que não seria contemplado nesse primeiro ano do projeto - esteve visitando a exposição, quando esta estava no Museu Histórico de Pinhalzinho, na cidade de Pinhalzinho.

Ainda por intermédio do livro de visitas, pudemos traçar o perfil do público envolvido que foi de 97,89% de alunos, sendo que o público não escolar somou apenas 2,11%, conforme gráfico 2. Também pudemos observar que houve a participação de 47 instituições, principalmente escolas municipais e estaduais.

Elaboramos um questionário que visava avaliar a exposição desde sua concepção/formato até em que medida esse trabalho contribui na valorização do patrimônio cultural. A avaliação foi preenchida pelos professores de cada município em que a exposição circulou. Este questionário foi respondido por 25 professores de formação diferenciada, sendo que destes doze possuem pós-graduação *lato sensu*, oito deles são graduados, dois possuem mestrado, dois com graduação incompleta e um com o Ensino Médio completo.

A primeira questão objetivava avaliar o aspecto visual da exposição em cinco itens, conforme a tabela abaixo:

Tabela 01. Aspecto visual da exposição

Quanto ao aspecto visual da exposição, avalie:	Ruim		Regular		Bom		Ótimo		Total de respostas	
	0	0%	1	4%	17	68%	7	28%	25	100 %
Tamanho dos módulos	0	0%	1	4%	17	68%	7	28%	25	100 %
Formato dos módulos	0	0%	0	0%	17	68%	9	32%	25	100 %
Linguagem	0	0%	0	0%	13	52%	12	48%	25	100 %
Gráficos e desenhos	0	0%	0	0%	12	48%	13	52%	25	100 %
Tamanho da escrita	0	0%	3	12%	11	44%	11	44%	25	100 %

Fonte: questionário aplicado pelos autores.

A partir da tabela, observamos que ao se referirem ao tamanho dos módulos: 68% avaliaram como bom; 28% consideraram ótimo; 4% consideraram regular; e 0% ruim. Quanto ao formato dos módulos, 68%

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

consideraram bom, 32% ótimo, ninguém considerou regular ou ruim. Já referente à linguagem utilizada na exposição, 52% avaliaram como boa; 48% ótima e novamente ninguém considerou regular ou ruim. No item referente aos gráficos e desenhos, 52% avaliaram como ótimo, 48% consideraram bom e ninguém considerou regular ou ruim. Quanto ao tamanho da escrita, 44% avaliaram como boa, outros 44% como ótima, 12% como regular; e ninguém considerou ruim. De forma geral, no tocante ao aspecto visual, a maioria considerou entre bom e ótimo.

Na tabela 2 temos a avaliação dos educadores referente ao trabalho de capacitação (este era realizado no dia da montagem da exposição e visava instrumentalizar os professores):

Tabela 2 - Avaliação referente à capacitação realizada com os professores

Quanto à capacitação realizada com professores	Muito fraco		Fraca		Razoável		Bom		Muito bom		Total de respostas	
	0	0%	0	0%	3	12%	5	20%	14	68%	25	100 %
Estimulou a visita à exposição	0	0%	0	0%	3	12%	5	20%	14	68%	25	100 %
Trouxe novos conhecimentos	0	0%	0	0%	1	4%	5	32%	16	64%	25	100 %
Trouxe novas possibilidades ensino a partir de objetos museológicos	0	0%	0	0%	0	0%	9	36%	13	64%	25	100 %
As dicas de atividades contribuíram para um melhor aproveitamento nas visitas	0	0%	0	0%	0	0%	10	40%	12	60%	25	100 %
O texto e os materiais suplementares foram satisfatórios	0	0%	1	4%	2	8%	12	48%	7	40%	25	100 %

Fonte: questionário aplicado pelos autores.

Na tabela 2 percebemos que dos 25 educadores que preencheram o questionário e responderam se a capacitação estimulou a visita à exposição: 68% consideraram muito boa; 32% avaliaram como boa; 12% razoável; e ninguém considerou fraca ou muito fraca. Quanto a novos conhecimentos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

adquiridos por meio da capacitação, 64% considerou muito bom; 20% bom; 4% razoável; ninguém considerou fraca ou muito fraca. Ao fazerem referência sobre novas possibilidades de ensino a partir de objetos museológicos, 64% considerou muito bom; 36% bom; e ninguém considerou razoável, fraca ou muito fraca. Ao avaliarem a capacitação se as dicas de atividades contribuíram para um melhor aproveitamento nas visitas: 60% consideraram muito bom; 40% bom; ninguém considerou razoável, fraca ou muito fraca. Por fim, avaliamos nessa questão se os materiais suplementares foram satisfatórios: 48% consideraram bom; 40% muito bom; 8% razoável; 4% fraco; e ninguém considerou muito fraco. De maneira geral, percebe-se que as opiniões ficaram divididas entre bom e muito bom, sendo que apenas no item sobre os materiais suplementares houve maior insatisfação, uma vez que, devido ao pouco recurso financeiro disponível, não foi possível produzir material didático específico para entregar nas escolas.

Na tabela 3, observamos a avaliação dos professores quanto aos temas abordados na exposição a partir de cinco itens diferentes:

Tabela 3 - Avaliação sobre o tema e a proposta da exposição

Sobre o tema abordado e a proposta da exposição, você considera:	Muito fraco		Fraco		Razoável		Bom		Muito bom		Total de respostas	
Os temas abordados têm relação com os conteúdos	0	0%	0	0%	0	0%	14	56%	11	44%	25	100%
A exposição forneceu novas alternativas para atividades e debates	0	0%	0	0%	0	0%	13	52%	12	48%	25	100%
O tempo que a exposição esteve em seu município foi suficiente	0	0%	0	0%	4	16%	6	24%	15	60%	25	100%
A partir dessa exposição foi possível pensar outras atividades	0	0%	0	0%	1	4%	13	52%	11	44%	25	100%



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Será possível dar continuidade as atividades de educação patrimonial depois desse trabalho educativo	0	0%	0	0%	0	0%	11	44%	14	56%	25	100 %
--	---	----	---	----	---	----	----	-----	----	-----	----	-------

Fonte: questionário aplicado pelos autores.

Na tabela 3 nota-se a avaliação sobre o tema e a proposta da exposição. O primeiro item questionava sobre o tema abordado pela exposição e a relação com os conteúdos trabalhados em sala: 56% avaliaram como bom; 44% muito bom; e ninguém considerou razoável, fraca ou muito fraca. Quanto à exposição e se ela forneceu novas alternativas para atividades e debates: 52% consideraram bom; 48% muito bom; e ninguém considerou razoável, fraca ou muito fraca. Referente ao tempo que a exposição esteve no município: 60% considerou muito bom; 24% bom; 16% razoável; e ninguém considerou fraco ou muito fraco. Se a exposição possibilitou pensar outras atividades: 52% avaliaram como bom; 44% muito bom; 14% razoável; e ninguém considerou fraco ou muito fraco. Se após a exposição será possível dar continuidade às atividades de educação patrimonial: 56% consideraram muito bom; 44% bom; e ninguém considerou razoável, fraco ou muito fraco. De modo geral, nota-se que o tema e a proposta de exposição também foram bem avaliados, pois a maioria respondeu bom e muito bom.

No gráfico 3, buscamos avaliar como a exposição possibilitou melhoria na relação da comunidade com o patrimônio arqueológico regional:

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

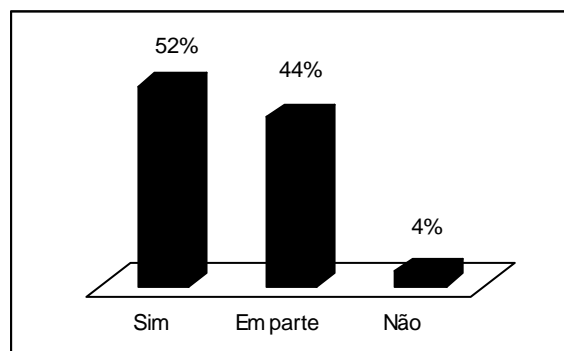


Gráfico 3: O gráfico representa as respostas a seguinte questão: em sua opinião, a exposição possibilitou melhoria na relação da comunidade com o patrimônio arqueológico regional.

No gráfico 3, buscamos perceber a opinião dos professores quanto a exposição ter influenciado na relação da comunidade com o patrimônio arqueológico regional. Neste caso, 52% avaliaram que sim e justificaram dizendo: “Porque mostrou a importância do patrimônio arqueológico da região Oeste de Santa Catarina”. Outros 44% acharam que mudou apenas em parte e observaram que: “A comunidade regional ainda é leiga nesse assunto e por esse motivo não tem interesse em valorizar esses materiais”. Apenas 4% disseram que não mudou em nada.

No gráfico 4, avaliamos se os professores achavam necessárias algumas mudanças na exposição:

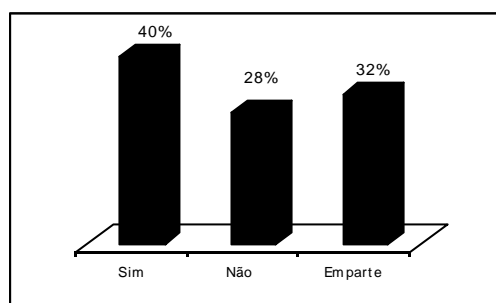


Gráfico 4: Você percebe que seria necessária alguma mudança na exposição?
Fonte: questionário aplicado pelos autores.

No gráfico 4, nota-se que 40% disseram que sim e salientaram que “a exposição deveria estar em local mais amplo para melhor circulação do público e também sentiram necessidade de um monitor especializado para apresentar a

exposição”; 32% responderam que em parte e opinaram afirmando que: “A exposição deveria permanecer mais tempo no município e que os objetos pudessem ser manuseados”; e 28% responderam que não precisaria fazer nenhuma mudança na exposição.

No gráfico 5, questionamos: você teve alguma dificuldade em trabalhar com a exposição? Ou percebeu alguma dificuldade de assimilação dos alunos? Obtivemos a seguinte resposta:

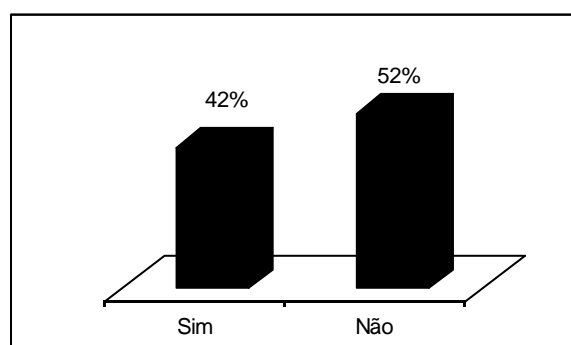


Gráfico 5: Você teve alguma dificuldade em trabalhar com a exposição? Ou percebeu alguma dificuldade de assimilação dos alunos? Comente.
Fonte: questionário aplicado pelos autores.

No Gráfico 5, observamos que 52% dos professores responderam que não tiveram nenhuma dificuldade e afirmaram que: “Os alunos colaboraram e a pessoa que monitorou estava bem preparada”; e 42% responderam que tiveram dificuldades, pois “os alunos conheciam pouco sobre o assunto”.

E na última questão, quando perguntamos sobre a importância de iniciativas dessa natureza, os 25 professores consideraram afirmativamente e salientaram que: “[...] atividades dessa natureza despertam o interesse por parte dos alunos em compreender mais sobre os nossos antepassados, um maior comprometimento com os objetos culturais. Apesar de sentirem a necessidade de mais palestras e vídeos para a comunidade em geral, mais tempo de permanência da exposição no município, continuidade dos trabalhos, interação dos alunos com os objetos expostos.”



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Considerações finais

Por meio da exposição itinerante “Histórias da Pré-história: educação patrimonial entre os vales dos rios Chapecó e Irani”, e pensando na importância da memória e o trabalho de educação patrimonial na região oeste de Santa Catarina, é que socializamos conhecimentos que foram produzidos a partir de estudos com os municípios atingidos por obras de impacto ambiental.

Durante as visitas nos municípios atingidos, foi realizada uma análise da experiência vivenciada por meio da qual percebemos alguns pontos negativos em relação aos estudos arqueológicos pelas pessoas dessas localidades. O preconceito ainda é muito grande, mas evidenciou-se que é em decorrência da falta de informação.

Também se evidenciou que os estudos e trabalhos na área de arqueologia não são muito desenvolvidos na região oeste de Santa Catarina, porque os professores não fizeram muitos estudos e também não havia disciplinas específicas durante a graduação para que os educadores pudessem saber mais sobre a Arqueologia.

Outro ponto importante que percebemos foi que existe pouco conteúdo de Arqueologia nos livros didáticos; ou que a Arqueologia é vista como a ciência que estuda as civilizações que não existem mais e assim não fazendo uma ligação entre o passado e o presente. Diante disto, às vezes, é deixado de estudar a Arqueologia em sala, o que gera uma lacuna no aprendizado dos alunos, pois se esse conteúdo fosse trabalhado em sala de aula despertaria a curiosidade e o interesse por parte dos estudantes e o conseqüente respeito com o patrimônio arqueológico tão abundante em muitos municípios da região.

Também durante as visitas os professores responderam um questionário referente à exposição e por intermédio dessas respostas podemos avaliar o resultado da exposição. A partir deste questionário pudemos concluir que, esse trabalho de Educação patrimonial foi válido quanto aos esclarecimentos de muitas dúvidas que os professores e alunos possuíam sobre a Arqueologia na



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

região. Outro ponto positivo foi no sentido de desmitificar preconceitos da população em relação aos povos indígenas que viviam e vivem na região oeste de Santa Catarina.

Porém, consideramos de fundamental importância que a universidade esteja preocupada com a nossa cultura, pois pudemos perceber que a cultura da região oeste catarinense ainda é pouco valorizada. A universidade deve contribuir com projetos de extensão como esse que expande o conhecimento adquirido por meio da Arqueologia sobre aqueles povos pré-históricos que viveram nos espaços dos atuais municípios que foram atingidos pelas obras já citadas. Isto provoca na comunidade o interesse pelo conhecimento e o estímulo pela valorização do patrimônio cultural, em especial o arqueológico.

Como cidadãos, somos responsáveis, individual e coletivamente, pelo presente e pelo futuro, precisamos reconhecer, respeitar e utilizar o patrimônio que se define na diferença e se inscreve na continuidade, articular a Arqueologia traz novas possibilidades de ensino, pesquisa e extensão.

Referências

- CALDARELLI, Solange; HERBERTS, Ana L. A contribuição das pesquisas no AHE Quebra-Queixo à problemática dos assentamentos em casas subterrâneas no extremo-oeste catarinense e à arqueologia Kaingang. In: MILDNER, S. E. S. (Org.). **Casas subterrâneas** (Anais do I Colóquio sobre sítios construídos). Santa Maria: Palotti, 2005. p. 85-128.
- CALDARELLI, Solange. **Projeto**: arqueologia preventiva na área de intervenção das PCHs Plano Alto e Alto Irani, SC. Florianópolis: Scientia Consultoria Científica, 2007.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2003.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; BECKER, Ítala B. Os primitivos engenheiros do Planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. In: PRÉ-



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos 05*. São Leopoldo:
IAP/UNISINOS, 1991.

<<http://www.esmpu.gov.br>> . Acesso em: 25 maio 2009.

<<http://www.tvebrasil.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

<<http://www.itaucultural.org.br>> . Acesso em: 24 jun. 2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

**CARISMA COMPROMETIDO:
DESVENTURAS DE UM CURANDEIRO E SUA CLIENTELA
(FONTOURA XAVIER, 1966)**

Emanuel Henrich Reichert*

1. O curandeirismo e a lei

Ao ler a versão atual do Código Penal brasileiro (aprovado em 1940 e substancialmente modificado ao longo das décadas seguintes), um leitor atento perceberá uma significativa heterogeneidade entre os crimes ali descritos. Não a grande variação em sua gravidade, bastante evidente até a um olhar superficial, mas a disparidade no grau de reprovação social das diversas condutas. Algumas, como o homicídio ou o roubo, são quase que unanimemente reprovadas pela sociedade; outras, como o aborto, são intrinsecamente polêmicas, dividindo seus defensores e opositores. Ainda outras gozam da aprovação da sociedade; não de toda ela, certamente, mas de setores amplos o bastante para que a proibição legal seja aplicada apenas esporádica ou seletivamente. É o caso do crime que nos interessa aqui, o curandeirismo, descrito na lei nos seguintes termos:

Exercer o curandeirismo:

I – prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;

II – usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;

III – fazendo diagnósticos;

Pena – detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único – Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito a multa¹.

* Mestrando em História no PPGH/UPF. E-mail: ehr.historia@yahoo.com.br.

¹ BRASIL. *Decreto-lei n. 2.840 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal*, art. 284.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Para entender a criminalização de uma conduta tão vagamente definida e ao mesmo tempo tão disseminada (note-se desde já que muitas práticas religiosas, como os passes espíritas, enquadrariam-se nesse artigo; veremos a seguir que isso não é mera coincidência), é preciso em primeiro lugar compreender sua inserção na sociedade. O que são os curandeiros? Qual seu papel?

2. O curandeiro e a sociedade

Em um interessante estudo sobre as práticas curativas na Minas Gerais oitocentista, Betânia Gonçalves Figueiredo mostra a coexistência entre duas formas de saber. De um lado, o saber acadêmico dos médicos, que apenas começava a se consolidar com a criação das primeiras faculdades de medicina no Rio de Janeiro e Salvador, em 1834. Do outro lado, um saber popular onde predominava o uso de remédios à base de plantas e orações aos santos, que era extremamente disseminado e, naquele momento, era o primeiro recurso de grande parte da população. A coexistência entre os dois tipos de saber era repleta de interações e empréstimos nos dois sentidos, à medida em que circulavam **guias populares de medicina ou cientistas “descobriam” as virtudes** medicinais de plantas há muito utilizadas pelo povo. Entretanto, ela estava longe de ser pacífica, com a constante reclamação dos médicos contra as **“crendices” e “charlatanismo” dos curandeiros** desprovidos de formação acadêmica.

A medicina acadêmica apresenta uma concepção de doença e de cura baseada em um modelo de relação médico/paciente **desconhecido e estranho para a maioria da população [...].** A população das cidades interioranas espalhadas pelos espaços rurais desenvolveriam [sic], pela tradição, formas próprias de intervir no corpo doente, no corpo que sofre fisicamente. A intermediação entre o paciente e o seu problema poderia ocorrer através da figura ampliada do curador, seja ele o benzedor ou aquele que indica mezinhas, chás e receitas



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

conhecidas, aquele que reza, aquele que observa, diagnostica e prescreve ou, ainda, por meio de alguns elementos que podem representar proteção: patuás e amuletos espalhados pelo corpo, ou outras formas de crença².

Os curandeiros não eram necessariamente profissionais da cura, havendo também aqueles que detinham os conhecimentos terapêuticos mas apenas os empregavam esporadicamente, dedicando-se principalmente a outras atividades:

O exemplo da Sinhá Ritinha é bastante elucidador neste segundo tipo. Sinhá Ritinha era uma dona de casa que, além das suas atribuições domésticas, também detinha conhecimentos sobre as plantas medicinais e sobre os procedimentos para aliviar o mal daqueles que a procuravam. Exercia suas habilidades de curadora apenas nos momentos em que a procuravam, não oferecia os seus serviços, como também não existia nenhuma relação monetária no auxílio prestado³.

Se as duas formas de saber curativo conseguiram coexistir mais ou menos pacificamente ao longo da maior parte da história do Brasil, a situação mudaria no final do século 19. Nessa época, as elites intelectuais brasileiras estavam sob a influência de visões evolucionistas da sociedade, como o positivismo comtiano e o darwinismo social, e consideravam seu papel tirar o país do atraso em que se encontrava, para seguir rumo à modernização. Do ponto de vista desses intelectuais, entre os quais estavam os médicos e os juristas, o aprimoramento da sociedade justificava uma ação estatal forte, mesmo que à custa dos direitos individuais.

A Medicina Social e o Direito, ambos exercidos por agentes credenciados, consolidavam-se como medidas disciplinadoras cujas metas eram mais prevenir do que curar. No caso da Medicina, o espaço de atuação saía do hospital para alcançar a comunidade – ruas, bairros, escolas, fábricas – e o objeto dessa

2 FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 19.

3 Ibid., p. 160.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

atuação deixava de ser o indivíduo doente, à espera do “médico de família”, para se tornar a sociedade doente, passiva e vulnerável, à mercê de especialistas em saúde pública.

O Direito, por sua vez, também invadia os mais íntimos espaços privados, fazendo verdadeiros malabarismos lógicos para compatibilizar a garantia constitucional das liberdades **individuais com o controle das ações de cada cidadão [...]**

Nessa linha desenvolvimentista, práticas terapêuticas populares, como mezinhas, garrafadas e benzeduras, sínteses de influências que mesclavam à tradição cristã elementos das culturas negras e indígenas, deixavam de ser aceitas pelas autoridades e acreditadas socialmente – como o haviam sido durante todo o Brasil colônia – para se tornarem crimes contra a *saúde pública*⁴.

A mudança decisiva nesse sentido deu-se em 1890, quando o recém-instaurado regime republicano aprovou um novo Código Penal para substituir o imperial. Ali, três artigos expunham a inequívoca transferência do monopólio da cura para as mãos dos médicos. O artigo 156 criminalizava o exercício da **medicina sem habilitação; o 157, “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública”; finalmente, o 158 punia o ato de “ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro”**⁵.

Os artigos 157 e 158 podiam ser facilmente empregados para coibir práticas religiosas ligadas à cura, a ponto de José Jorge de Carvalho chamar o **curandeirismo de “eufemismo de censura religiosa que ainda existe no Brasil”**⁶. Ritos que em tese se enquadrariam na lei mas gozavam de prestígio reconhecido, como os exorcismos católicos praticados por padres autorizados, não eram punidos; a vigilância recaía sobre as crenças menos aceitas pela elite,

4 SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Sortilégio de saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004, p. 72, 76.

5 BRASIL. *Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal*.

6 CARVALHO, José Jorge de. *A religião como sistema simbólico*. Uma atualização teórica. Série Antropologia. Brasília, 2000, p. 10.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

como o espiritismo kardecista e os cultos afro-brasileiros. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o ex-escravo João de Camargo, médium de crenças sincretistas que foi preso por curandeirismo nos anos 20 e que viria a dar origem à entidade Preto Velho da umbanda⁷. Como ressalta Schritzmeyer, houve polêmica em torno da validade desses artigos legais, em particular o 157, que em tese seria incompatível com a liberdade religiosa decretada na Constituição republicana de 1891. A solução encontrada no meio jurídico foi que

de um modo geral, a simples prática do espiritismo não constituía crime. O artigo não estaria, entretanto, revogado porque o espiritismo poderia levar a outras práticas delituosas contra a personalidade – se de sua prática resultasse dano à saúde de alguém – e contra a propriedade – se houvesse intenção fraudulenta para a obtenção de lucros ilícitos, semelhantemente ao que se dá no crime de estelionato⁸.

No meio médico, por sua vez, estudava-se com preocupação a possível ligação entre a prática do espiritismo, criminalidade e problemas mentais.

Informações estavam sendo acumuladas a partir de várias fontes: acadêmica, dispostas e sistematizadas em teses na faculdade de medicina; asilar, na medida em que os registros de antecedentes de pacientes com problemas mentais passaram a **incorporar referências a “espiritismo”**; policial, pois várias perícias médico-legais traçavam relações entre crimes, afecções mentais e à frequência a práticas espíritas; e jurídica, a partir do momento em que os processos legais instaurados contra espíritas passavam a ser objeto de atenção e intervenção dos médicos⁹.

A resposta dos adeptos das crenças marginalizadas foi, através de suas organizações, **“demonstrar ao Estado que não representavam uma ameaça à saúde e à ordem pública, ainda que praticassem curas, danças e batuques – e**

7 Ibid., p. 10-11.

8 SCHRITZMEYER, op. cit., p. 78.

9 GIUMBELLI, Emerson. Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 40, n. 2, 1997, p. 47.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

elas o fizeram argumentando que essas práticas deviam ser consideradas *religiosas*¹⁰. Verificou-se também uma cisão interna entre os discriminados, à medida em que os kardecistas afirmavam a respeitabilidade do *verdadeiro espiritismo* – o seu próprio – em detrimento do *falso espiritismo* dos cultos afro-brasileiros, uma distinção apropriada pela mídia e pelas autoridades com os rótulos de *alto* e *baixo espiritismo*¹¹.

Os esforços no sentido do reconhecimento do pluralismo religioso brasileiro tiveram um relativo sucesso. O Código Penal de 1940, ainda vigente, não faz mais menção a qualquer religião específica, e o espiritismo e as religiões afro-brasileiras foram, em maior ou menor grau, recepcionados pela sociedade. No entanto, o curandeirismo condenado pelas autoridades continua estando fortemente ligado à religiosidade, como indicou Carvalho. A título de exemplo, eis o comentário recente de um dos maiores criminalistas brasileiros sobre essa **modalidade criminosa: “o sujeito ativo** [aquele que comete o crime] pode ser qualquer pessoa (feiticeiro, cartomante, pai-de-santo, médium etc.)”¹². Para Antonio Carlos Duarte de Carvalho, que pesquisou as práticas de curandeirismo em São Paulo em meados do século passado,

na grande maioria dos casos os indivíduos acusados de atividades de Curandeirismo tinham alguma ligação com práticas de religiões aceitas pela sociedade (católica, protestante **ou espírita) ou não (umbanda, candomblé). Na verdade, [...] o** que faz que vários religiosos sejam enquadrados como praticantes do Curandeirismo não é tanto a prática das diversas religiões, mas muito mais as atitudes e atividades individuais desenvolvidas por esses indivíduos sob o manto das religiões. Ao que parece, as religiões, principalmente as espíritas, continuam a ser nessas décadas, a exemplo de décadas

10 MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos estudos*. São Paulo, n. 74, 2006, p. 52.

11 GIUMBELLI, Emerson. O “baixo espiritismo” e a história dos cultos mediúnicos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 247-281, 2003; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. A mercantilização da magia na urbanização de São Paulo, 1910-1940. *Revista de História*. São Paulo, n. 150, p. 11-39, 2004.

12 BITENCOURT, Cezar Roberto. *Código penal comentado*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 928.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

anteriores, um abrigo comum e acolhedor para aqueles que ousam realizar atividades condenadas pela Lei Penal¹³.

Dessa forma, a prática do curandeirismo e as acusações dela decorrentes constituíam uma interseção entre a religião, a medicina/arte de curar e a lei. O curandeiro corria o risco de ser preso, ou ao menos processado, ao exercer um ofício de legalidade discutível, mas aceito por boa parte do povo. O caso que veremos a seguir mostra que igualmente arriscado era perder a confiança da clientela, mesmo que não por ser um curandeiro pouco competente.

3. As desventuras de Lúcio José Rodrigues

Em 16 de dezembro de 1966, Manoel Rosalino Cardoso, agricultor do município recém-emancipado de Fontoura Xavier, compareceu à delegacia de polícia de Soledade para prestar uma queixa, declarando:

Que o depoente é genitor de Eva Cardoso e que teve conhecimento em data de mais ou menos uns 10 dias que Eva estava grávida; Que a muito tempo recolhera para sua casa um tal Lúcio José Rodrigues, pessoa que dava remédios de ervas; Que dera para Lúcio um quarto e mais dinheiro para que este tratasse da esposa do depoente; Que sempre se mostrava Lúcio muito seu amigo; Que então visto a confiança que o depoente nele depositara, deixara uma filha menor trabalhando com Lúcio nos remédios; Que mais ou menos no mês de maio Lúcio dera para a filha do depoente de nome Eva, um comprimido, e que na mesma data seduzira Eva; Que passaram a viver juntos maritalmente, sem que o depoente tivesse conhecimento; Que todas as noites Eva ia para o quarto de Lúcio, e que em certas noites o depoente ouvia que Eva gritava, mas que pensava que fosse alguma insônia, mas veio a saber que Lúcio procurava matar a criança que Eva esperava, apertando em seu útero; Que o depoente desconhecia os fatos, e que quando procurava Lúcio este sempre lhe aconselhava a deixar da família para seguir em rumo desconhecido; Que o depoente sempre alegava não poder, pois tinha filhos para cuidar; Que começara de a poucos tempo

13 CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de. *Feiticeiros, burlões e mistificadores*: criminalidade e mudança das práticas populares de saúde em São Paulo, 1950-1980. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 103.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

a intrigar o depoente com a esposa e mesmo sempre promovendo ditas intrigas sem motivos; Que sua filha de nome Eva Cardoso, está hospitalizada nesta cidade pois seu estado é grave, sendo que dita criança que ainda não nasceu e que Eva está grávida a mais ou menos uns 3 meses, deverá estar morta, pois Lúcio sempre a apertava para que esta morresse; Pelos fatos acima expostos, encarece seja Lúcio responsabilizado, pois até mesmo por vezes vem de prometer o depoente [sic] que se o mesmo procurasse as autoridades para cientificar o caso iria lhe matar¹⁴.

Iniciou-se deste modo um processo *sui generis* cujo foco mudou ao longo do tempo. Em um primeiro momento, na delegacia de polícia, a preocupação principal era com a sedução de Eva, que na época tinha 16 anos de idade, e a tentativa de aborto¹⁵. Neste sentido foi o depoimento de Manoel, já visto, e o de outras testemunhas: a própria Eva, que declarou ter sido tomada à força; amigos da família, que afirmaram a boa conduta pregressa da menina; e, finalmente, o acusado Lúcio, que logo de início declarou que há muitos anos **vinha “dando ervas para quem lhe procurar mas que nunca cobrara nada; que tem em seu poder umas ervas para curar estômago, fígado e rins”**¹⁶, mas empenhou-se em negar que tivesse seduzido Eva. Segundo seu depoimento, Eva viera a ele a mando do próprio pai, que inclusive tinha sido o verdadeiro sedutor dela. O próprio relatório policial que solicitava ao juiz a prisão preventiva de Lúcio mencionava três crimes: sedução, corrupção de menores e tentativa de aborto¹⁷¹⁸.

O juiz mudou a ênfase do caso ao conceder a prisão preventiva, pedindo ao promotor de justiça – responsável por iniciar ou não uma ação criminal - que

14 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR). *Processo criminal* n. 322/63, 1ª Vara da Comarca de Soledade, caixa 198, 1966, f. 11-11v.

15 **Sedução: “Seduzir mulher virgem, menor de 18 anos e maior de 14, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”.** *Código Penal*, art. 217.

16 *Processo criminal* n. 322/63, f. 13.

17 **Corrupção de menores: “Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 e menor de 18 anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo”.** *Código Penal*, art. 218.

18 *Processo criminal* n. 322/63, f. 6.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

examinasse também a questão do curandeirismo¹⁹. O promotor fez uma acusação ampla que cobria grande parte das possibilidades mencionadas no inquérito policial: acusou Lúcio de sedução, tentativa de aborto com o consentimento da gestante, exercício ilegal da medicina²⁰, curandeirismo e omissão de socorro – este último crime porque a esposa de Manoel, que estava doente, não havia recebido cuidados médicos, mas apenas o tratamento de Lúcio. Manoel, por sua vez, foi acusado de favorecer a prostituição de sua filha e de omissão de socorro em relação à sua esposa. Ao final do processo, em que agora eram investigadas tanto a questão sexual quanto as práticas de cura ilícitas, Manoel foi absolvido das acusações (a pedido do próprio promotor, que não viu nos autos evidências para condená-lo) e Lúcio condenado por corrupção de menores e curandeirismo a 4 anos e 10 meses de prisão²¹.

Embora o caso apresente vários aspectos de interesse em potencial, vamos deixar em segundo plano a maior parte deles para nos concentrar no que nos concerne: o curandeirismo de Lúcio. O que a fonte tem a dizer sobre o curandeiro? Desnecessário lembrar que, em um processo criminal, é preciso examinar cada novo dado cuidadosamente: estava em jogo a liberdade de duas pessoas, e as versões produzidas sobre os acontecimentos pelos envolvidos, pelas testemunhas e pelos juristas – culminando na versão do juiz em sua sentença, a narrativa decisiva que todas as demais buscavam influenciar – contradizem umas às outras o tempo todo. Como se isso não bastasse, a mesma pessoa poderia oferecer versões diferentes dos fatos ao depor na delegacia e no fórum. Talvez não seja possível chegar a uma verdade absoluta, mas a comparação entre as narrativas, seus pontos de consenso, seus pequenos deslizamentos reveladores (como o de Lúcio ao confessar sua prática de curandeirismo quando estava mais preocupado em livrar-se da acusação de sedutor) e suas

¹⁹ *Ibid.*, f. 17.

²⁰ **Exercício ilegal da medicina: “Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites”.** *Código Penal*, art. 282.

²¹ *Processo criminal* n. 322/63, f. 62.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

“**mentiras sinceras**” - que, se não verdadeiras, ao menos eram vistas como plausíveis o bastante para que os outros envolvidos pudessem acreditar nelas – permitem reconstituir a provável trajetória do curandeiro. Se não for exata em todos os pontos, a narrativa aqui apresentada no mínimo é coerente com a visão que se tinha sobre tal personagem.

O que se sabe sobre Lúcio antes de encontrar Manoel é apenas aquilo que ele mesmo escolheu contar: com 56 anos, analfabeto, casado e pai de dois filhos e seis filhas, há oito anos ele dava ervas e chás para aqueles que o procuravam, com o auxílio de um livro que suas filhas e seu genro, cuja terra em Barros Cassal ele dividia, liam por ele. **Sua conduta se explicaria por ser “espírita, e pelo médico de sua “ciência” [o escrivão colocou aspas no original] foi escalado para dar remédios, como caridade, para a sua salvação e de sua família**”²².

Manoel conheceu Lúcio na casa de um vizinho, onde ficou sabendo que “**ele dava remédio muito bem**”²³, e chamou-o para sua casa a fim de tratar sua mulher Dorvalina, que tinha uma doença de pele. O tratamento iniciado em 6 de maio parece ter surtido efeito, mesmo que psicológico, já que ela mesma disse que “**não ficou doente durante o período em que Lúcio permaneceu em sua casa**”²⁴. A primeira impressão causada pelo curandeiro sobre a família Cardoso deve ter sido impressionante: com a justificativa de continuar o tratamento de Dorvalina, ele passou a maior parte do período entre maio e as desavenças em meados de dezembro como hóspede da família, apenas voltando para sua própria casa esporadicamente e por poucos dias.

Lúcio foi recebido com uma confiança praticamente irrestrita, **especialmente ao anunciar a seus anfitriões que era um “servo de Deus e que havia sido enviado para apartar o bem do mal**”²⁵: recebeu seu próprio quarto na casa, tinha as despesas pagas por Manoel, ganhava a melhor alimentação que eles podiam pagar – foram compradas galinhas especialmente para ele – e tinha

22 Ibid., f. 27v.

23 Ibid., f. 29.

24 Ibid., f. 38.

25 Ibid., f. 37v.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

a ajuda de Eva para preparar remédios. Até suas crescentes intrigas para afastar o casal eram toleradas, como a ocasião em que disse a Dorvalina que Manoel havia saído para fazer “uma porcaria” com o propósito de matar ela e Eva²⁶. Para coroar a confiança, ele chegou a ser convidado “para servir de padrinho do casamento de Eva, porquanto esta iria contrair núpcias em janeiro de 1967; [Lúcio] respondeu não poderia ser testemunha, visto que tinha capacidade para presidir ao casamento e fazer batizados”²⁷.

Diante de tais atitudes, pode-se dizer que, em pequena escala, Lúcio Rodrigues era um líder carismático, um aspirante a profeta, e os Cardoso, por reconhecerem sua excepcionalidade, converteram-se em seus seguidores. Como disse Weber a respeito da autoridade carismática,

O carisma só conhece a determinação interna e a contenção interna. O seu portador toma a tarefa que lhe é adequada e exige obediência a um séquito em virtude de sua missão. Seu êxito é determinado pela capacidade de consegui-los. Sua pretensão carismática entra em colapso quando sua missão não é reconhecida por aqueles que, na sua opinião, deveriam segui-lo. Se o aceitam, ele é o senhor deles – enquanto souber como manter essa aceitação, “provando-se”. Mas não obtém seu “direito” por vontade dos seguidores, como numa “eleição”, mas acontece o inverso: é o *dever* daqueles a quem dirige sua missão reconhecê-lo como seu líder carismaticamente qualificado²⁸.

Além da família que o hospedava, Lúcio tinha sua clientela, pois oferecia seus remédios às pessoas da região, chegando a dar quarenta consultas por dia, usando uma roupa “que era misto de médico e de padre”²⁹, segundo um depoimento, ou “um avental branco”³⁰, de acordo com outro – em todo caso, trajes que serviam para reforçar sua imagem excepcional e ligada simultaneamente à cura e ao sagrado, destacando-o dos profanos. Lúcio e as

26 Ibidem.

27 Ibidem.

28 WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002, p. 172.

29 *Processo criminal* n. 322/63, f. 38.

30 Ibid., f. 39v.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

diversas testemunhas concordam que os remédios eram à base de ervas, dado corroborado pelo relatório da apreensão policial, em que foram encontrados **oito pacotes de ervas diversas e “uma garrafa, contendo ervas e líquido”**³¹. Um **dos poucos tratamentos detalhados, o de Dorvalina, consistia em “jalapa, noqueira, casca de cedro vermelho e salsa-parrilha”**³².

As divergências dos testemunhos, presentes em quase todos os aspectos da narrativa vista até agora, crescem quanto à questão do pagamento das consultas. O próprio Lúcio, como visto, dizia nunca cobrar nada, por fazer **caridade; segundo Dorvalina, ele “no começo cobrava mil cruzeiros e mais tarde passou a cobrar mil e quinhentos cruzeiros antigos”**³³; Eva afirmou que “ele cobrava pelos remédios que fornecia sendo mil cruzeiros antigos por garrafa e mil e quinhentos por litro”³⁴; para Pedro Andrade, cunhado de Manoel, “Lúcio às vezes cobrava a consulta e outras vezes só cobrava o remédio”³⁵. Se descartarmos a versão de Lúcio como uma tentativa de autoproteção, parece possível conciliar as demais histórias, supondo que o preço informado por Dorvalina era apenas o das consultas, o de Eva, apenas o dos remédios, e que, como disse Pedro, o curandeiro podia cobrar a consulta ou só as ervas. O promotor de justiça, em seus argumentos a favor da condenação de Lúcio, queixou-se das cobranças de uma forma que mostra a renda que um curandeiro bem sucedido poderia auferir – comparável à de funcionários públicos regiadamente remunerados, apesar dos exageros do promotor:

“Dava consultas e no começo cobrava mil cruzeiros depois mil e quinhentos cruzeiros antigos”, “Chegou a dar 40 (quarenta) consultas num dia” (fls. 38). Isto lhe dava uma renda mensal de mais ou menos um milhão e oitocentos mil cruzeiros antigos, a

31 Ibid., f. 24.

32 Ibid., f. 27v.

33 Ibid., f. 38.

34 Ibid., f. 38v.

35 Ibid., f. 42.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

prevalecer os depoimentos testemunhais³⁶. E, este rendimento é **superior ao de muito médico militante, e superior em “renda per capita” ao de Desembargadores, Deputados, Secretários de Estado, Magistrados, e inúmeros profissionais liberais³⁷.**

Em suma, as atividades de Lúcio em Fontoura Xavier seguiram a seu contento por algum tempo. Não há nenhuma menção a qualquer interferência das autoridades antes da queixa de Manoel à polícia, tampouco protestos de médicos – embora dois médicos tenham testemunhado no processo, eram moradores de Soledade que não tinham nenhuma informação de primeira mão sobre o curandeiro, de modo que seus testemunhos concentraram-se na questão da possível tentativa de aborto, para a qual não encontraram evidências.

O grande erro de Lúcio foi seduzir Eva. A esse respeito, há três testemunhos: em primeiro lugar, o dele, que nega a sedução. Segundo, o de um **amigo da família que passou alguns dias em sua casa e disse “que Lúcio vivia dando conselhos para Eva no sentido de que esta deixasse de seu noivo por causa dele; que em certa madrugada o depoente se acordou e levantando encontrou Lúcio na cama de Eva; que o depoente assistiu ao fato mas nada disse a ninguém”³⁸.** Por fim, o de Eva, interessante por mostrar as qualidades sobrenaturais que Lúcio se atribuía (ou, no mínimo, que alegar ter cedido sexualmente a alguém que alegasse tais qualidades parecia uma tática viável no decorrer do processo).

Inquirida disse: que Lúcio chegou na casa da depoente e se dizia um enviado; que se intitulava célebre [sic] de Deus e profeta, dizendo que precisava de uma profetisa para desempenhar bem sua profissão; que no segundo dia Lúcio começou a apalpar a depoente no busto e lhe dizia que ela precisava ser mulher dele; que a depoente não aceitava e dizia-lhe que era um homem casado; que no 2º dia, à tarde, Lúcio deu umas pílulas para a depoente dizendo que era para a dor de cabeça; que na mesma

36 Eis aqui o exagero, já que o promotor, para chegar a esse valor, supõe que Lúcio desse sempre 40 consultas por dia, 30 dias por mês, a mil e quinhentos cruzeiros por consulta, ou seja, empregou os valores mais altos possíveis para todas as variáveis.

37 Ibid., f. 52.

38 Ibid., f. 39v.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

noite, quando a depoente estava dormindo, se acordou com a presença de Lúcio, [que tomou-a à força]; que a depoente queria contar o fato aos seus progenitores, todavia Lúcio ameaçou de matar a todos, dizendo que tinha poderes sobrenaturais e que era possuidor da faculdade de eliminar um ser vivo sem colocar as mãos; que todas as noites Lúcio possuía a depoente³⁹.

Vale destacar que o juiz considerou essa narrativa digna de crédito, encaixando-a em sua visão do réu como um aproveitador da ignorância do povo: **“pretensso místico explorador da boa fé e credence exagerada do nosso rurícula, extremamente ignorante. [...] Circunstâncias, valeu-se do estado de abandono social em que vivem nossos crédulos e íncios agricultores”**⁴⁰.

No entanto, em dezembro, quando Eva estava grávida de três meses, os Cardoso descobriram o que se passava, marcando o início dos problemas do curandeiro:

Pois a guria pegou-se doente, e o depoente [Manoel] perguntou para a mulher o que existia, a mulher perguntou para a filha e ela saiu para o paiol para chorar, a mulher foi atrás e lá a guria contou; que a mulher contou para o depoente que a filha estava grávida de Lúcio e ele ia dando remédios para matar aquela gravidez, mas a guria foi ficando doente, mal, e foi assim que o depoente descobriu; que no dia 14 o depoente foi no Guamerin fazer a parte⁴¹, no dia 15 Lúcio foi preso, quando já ia escapando da casa, prenderam-no lá numa altura do Rio Fão, no Passo do Santiago; que o depoente trouxe a filha no hospital, está bem melhor, levou-a para casa e ela continua grávida; que o depoente pagou sessenta mil cruzeiros de corrida de jipe para prender o réu Lúcio, e mais quarenta e nove mil e quinhentos cruzeiros pelo tratamento da filha no hospital⁴².

O comportamento de Lúcio, aproveitando-se da confiança do casal para seduzir sua filha e tentar provocar um aborto quando ela engravidou, era um sinal claro de que ele não era o servo de Deus que dizia ser. Seu carisma foi

39 Ibid., f. 38-38v.

40 Ibid., f. 61.

41 Possivelmente o “sargento comandante do posto policial de Fontoura Xavier” mencionado no relatório policial - *ibid.*, f. 6.

42 Ibid., f. 29v.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

perdido, acontecendo o que Weber indicava em tais casos: “o líder carismático é então abandonado pelos seus seguidores, porém (somente) porque o carisma puro não conhece outra “legitimidade” a não ser a advinda da força pessoal, ou seja, a que está sendo constantemente posta à prova”⁴³. Abandonado e perseguido por seus ex-seguidores, o pequeno profeta em pouco tempo passou do sucesso à prisão.

Ou talvez nem todo seu carisma tenha se perdido. Um indício intrigante é dado por Pedro Andrade, o cunhado de Manoel. Seu testemunho perante o juiz foi uma série de elogios a Manoel, responsável por sua criação e pela de suas irmãs. Contudo, mesmo tomando o partido do cunhado e dizendo que Lúcio **tinha engravidado Eva, ele ainda acrescentou que “pela prosa que o depoente mantinha com Lúcio, este revela ser um grande homem”**⁴⁴. Talvez, para algumas das pessoas que o consultavam anteriormente, o curandeiro continuasse a ser, apesar de tudo, um homem extraordinário – uma possibilidade sobre a qual o processo criminal, infelizmente, silencia.

Referências bibliográficas

a) Fonte primária

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR). ***Processo criminal*** n. 322/63, 1ª Vara da Comarca de Soledade, caixa 198, 1966.

b) Bibliografia

BITENCOURT, Cezar Roberto. ***Código penal comentado***. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. ***Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal***.

BRASIL. ***Decreto-lei n. 2.840 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal***.

43 WEBER, op. cit., p. 173.

44 ***Processo criminal*** n. 322/63, f. 42.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de. *Feiticeiros, burlões e mistificadores: criminalidade e mudança das práticas populares de saúde em São Paulo, 1950-1980*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CARVALHO, José Jorge de. *A religião como sistema simbólico*. Uma atualização teórica. Série Antropologia. Brasília, 2000.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- GIUMBELLI, Emerson. Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 31- 82, 1997.
- _____. O “baixo espiritismo” e a história dos cultos mediúnicos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 247-281, 2003.
- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos estudos*. São Paulo, n. 74, p. 47-65, 2006.
- SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Sortilégio de saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. A mercantilização da magia na urbanização de São Paulo, 1910-1940. *Revista de História*. São Paulo, n. 150, p. 11-39, 2004.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

FEDERALISTAS E LIBERTADORES: PARTIDOS POLÍTICOS REGIONAIS

Ericson Flores*

Na história política do Rio Grande do Sul, percebemos um fenômeno que, regra geral, não costuma ocorrer em outras unidades federativas do Brasil. Trata-se da ocorrência, em certas épocas pretéritas, da formação e consolidação de agremiações político-partidárias de caráter regionalizado. Logicamente não ficaram restritas a apenas uma região em si, no entanto, sua força de atuação concentrava-se em um determinado limite espacial, definido cultural e geograficamente. O presente artigo, procura mostrar esse fenômeno em um momento específico: a República Velha. Entretanto, estenderemos um pouco o tempo cronológico do conceito acima, na perspectiva sugerida por Joseph Love, considerando que a república oligárquica deixou de existir, de fato, somente em 1937, quando foi instaurado o Estado Novo. Os partidos políticos que consideramos regionais são, num primeiro momento, o Partido Federalista, e posteriormente, aquele que pode ser considerado seu sucessor, o Partido Libertador.

1. O Partido Federalista

Ainda antes da fundação do Partido Federalista, a oposição participou das eleições para a Assembléia Constituinte estadual, que ocorreu no dia 5 de maio de 1891, unida através do Partido Republicano Federal. Este grupo era formado por duas dissidências do PRR (Partido Republicano Rio-grandense), lideradas por Demétrio Ribeiro e Barros Cassal e mais a União Nacional. Esta, por sua vez, era uma coligação de liberais, conservadores e

* Mestre em História; professor do Instituto Federal Farroupilha; ericson.flores@terra.com.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

outros dissidentes republicanos, organizada um ano antes. A União Nacional pode ser considerada a ancestral do Partido Federalista¹. Nesse pleito, a oposição teve um desempenho expressivo e satisfatório, apesar da coerção e das fraudes patrocinadas pelo governo estadual em favor do Partido Republicano. Para confirmar nossa proposta de partido regionalizado, a oposição venceu em Alegrete, Bagé, Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado), Dom Pedrito, Lavras do Sul e São Lourenço do Sul, todos na metade sul do estado, além de Taquara, na região de colonização germânica, e Viamão.

O Partido Federalista, fundado em 1892, pode ser considerado o herdeiro político do Partido Liberal, hegemônico no Rio Grande do Sul no período imperial. Conforme Hégio Trindade, os federalistas faziam parte do grupo ideológico conservador-liberal, em oposição aos republicanos, de viés conservador-autoritário². No entanto, tinham praticamente a mesma base social e a divisão ocorria no interior das oligarquias regionais. Ambos representavam o setor rural, apoiado na grande propriedade e numa economia de tipo agropecuário. O líder do partido era Gaspar Silveira Martins, que se exilara no Uruguai logo após a proclamação da República e, ao retornar ao Brasil, organizou a novel agremiação no dia 31 de março de 1892, no Congresso de Bagé. O programa partidário pregava uma acentuada tendência liberal, em oposição ao autoritarismo da constituição castilhista de 14 de julho de 1891. Além dos ex-membros do Partido Liberal, os federalistas reuniam antigos conservadores e dissidentes republicanos.

O fato de o partido ter sido fundado em Bagé simboliza o poder federalista na Campanha e Zona Sul do estado. O predomínio dos liberais sobre os conservadores no período imperial já era notório. Entre 1878 e 1885, os seis deputados da Assembléia Geral (equivalente à atual Câmara dos Deputados)

¹ FRANCO, Sérgio da C. O Partido Federalista. In: BOEIRA, N. e GOLIN, T (Coord.). ***História Geral do Rio Grande do Sul***. Republica Velha. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1. p. 129-170

² TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (Org.). ***RS: economia e política***. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 120-191



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

eram liberais. Somente na eleição de 1885, os conservadores elegeram cinco deputados para apenas um liberal e um republicano. Predominava entre os federalistas elementos da Fronteira, especialmente de Bagé e Santana do Livramento. Além destes havia filiados de Caçapava do Sul, Pelotas, São Gabriel, Porto Alegre e Passo Fundo, entre outras. A própria liderança era **majoritariamente “sulista”**. Destaco apenas dois nomes do norte do estado entre eles, Prestes Guimarães, de Passo Fundo e Felipe Portinho, da região de Vacaria.

Um alistamento eleitoral de 1905 mostra claramente um “sul federalista”. No 1º distrito eleitoral, que compreendia a capital e arredores, vale do Taquari, litoral norte e Serra, havia somente 15% de eleitores inscritos no Partido Federalista. Em alguns municípios de colonização italiana, não havia nenhum inscrito. Já no 2º distrito eleitoral, que envolvia o Planalto, Missões, Fronteira Oeste e Depressão Central, os *maragatos* chegavam a 32% do eleitorado. E no 3º distrito, sua maior presença, com 33%, na zona Sul, litoral sul, fronteira do Uruguai e Serra do Sudeste. Como diz Sérgio da Costa Franco, estas informações prestam-se admiravelmente ao traçado de uma geografia política do estado.

As eleições para o executivo estadual e para a Assembléia dos Representantes (legislativo) de 1907 provocaram uma cisão no PRR. O candidato indicado por Borges de Medeiros, Carlos Barbosa, não encontrou unanimidade entre os republicanos e Fernando Abbott teve sua candidatura apoiada pelos republicanos dissidentes. O mapa n.º 1 mostra que Abbott teve suas maiores votações na parte sul do estado (fronteira oeste e campanha meridional), além da região colonial alemã. Apesar disso, Abbott não foi maciçamente apoiado pelos federalistas, como ressalta Sérgio Franco:

Entretanto, o candidato, que substituiu Castilhos interinamente na governança em 1892, não era de molde a inspirar a confiança e a estima dos federalistas. Seu governo, que antecedeu a guerra civil, fora marcado pela truculência contra os adversários. Em razão disso, o



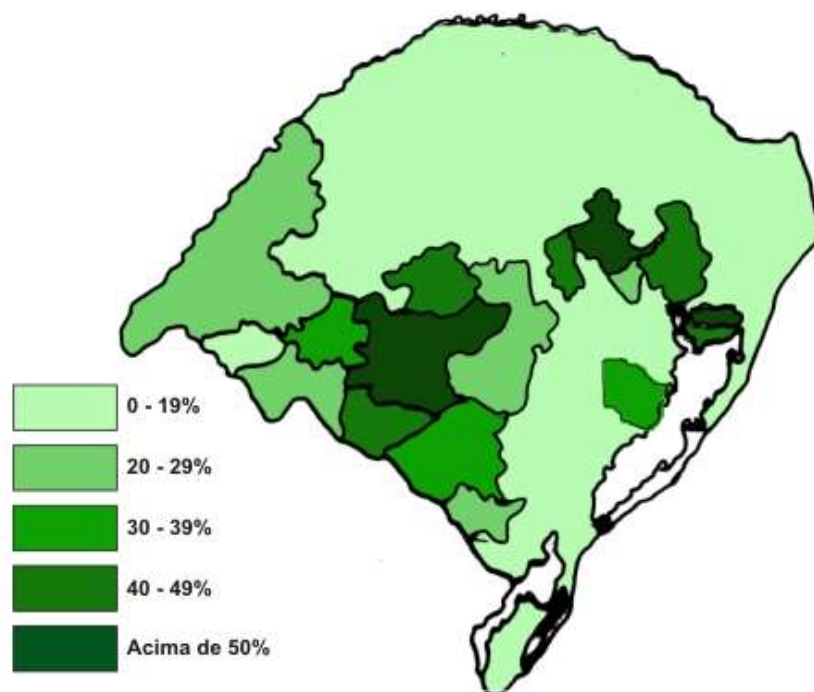
**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Partido Federalista não lhe deu apoio e não foram muitos os federalistas que individualmente lhe deram seu voto.³

O levantamento eleitoral de 1905 apresentava 21.511 federalistas, enquanto Abbott teve pouco mais de 16 mil votos. Municípios de forte presença federalista como Alegrete, Santana do Livramento e Soledade, deram poucos votos ao dissidente republicano. O fato de ter sido bem votado na região colonial alemã caracterizou uma peculiaridade: além de ser um voto regionalizado, ocorreu um sufrágio étnico. Nos municípios de Estrela, Lajeado, Santa Cruz, São Leopoldo e São Sebastião do Caí, a expressiva votação de Abbott pareceu devida a grupos federalistas presentes naquela zona. Apesar de não fazer parte de uma região tradicional do estado, os descendentes dos imigrantes germânicos foram inseridos na vida política pelos liberais, ainda no final do Império, com o direito de voto aos não católicos. Além disso, Carlos von Koseritz, influente liderança entre os imigrantes alemães, foi perseguido e preso pelos republicanos, e acabou morrendo em virtude das arbitrariedades cometidas. Por esses fatos, em alguns setores das colônias, havia ressentimento e oposição aos republicanos⁴. Ou seja, além da tradicional região pecuarista, os federalistas constituíram uma força regional entre os imigrantes alemães em 1907. No ano anterior, os federalistas elegeram três deputados federais, um em cada distrito eleitoral em que o estado estava dividido: Wenceslau Escobar, Antunes Maciel e Pedro Moacyr.

³ FRANCO, Sérgio da C. Op. cit. p. 154

⁴ NOLL, Maria Izabel e TRINDADE, Hégio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1823/2002*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Assembléia Legislativa, 2004. p. 56.



Mapa n.º 1
ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DO ESTADO – 1907
VOTAÇÃO DE FERNANDO ABBOTT

Fonte: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Sulina, 1991. p. 55

Nas eleições presidenciais de 1910, a Campanha Civilista defendeu a candidatura oposicionista de Rui Barbosa. Os federalistas apoiaram o jurista baiano, enquanto os republicanos, obviamente, abraçaram a candidatura oficial do gaúcho Mal. Hermes da Fonseca. Rui Barbosa venceu este último nos municípios de Bagé, São Gabriel e Soledade, mostrando a força federalista na Campanha e, no município do norte, uma espécie de enclave *maragato* em território republicano. Nessa ocasião, os seguidores de Assis Brasil tinham formado o efêmero Partido Republicano Democrático.

Não houve representação federalista na Assembléia Legislativa até 1913, pois a lei eleitoral estabelecida não contemplava a participação das minorias. Somente neste ano foi eleito o primeiro deputado estadual federalista, o alegretense Jorge Pinto, oriundo, portanto, da região da Campanha (fronteira

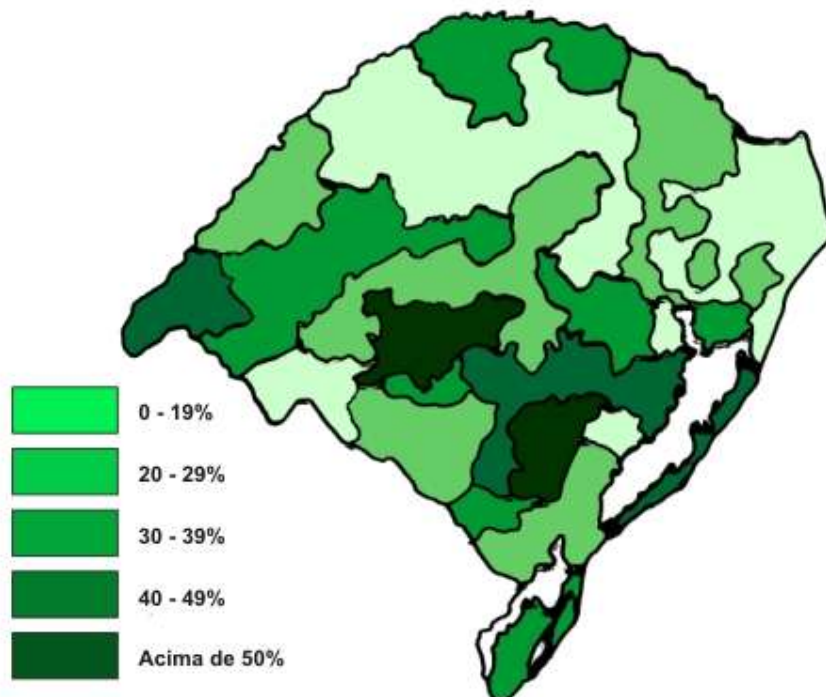


***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

oeste). Quatro anos depois, os federalistas elegeram dois deputados estaduais, Gaspar Saldanha, advogado alegretense e Alves Valença, médico de Júlio de Castilhos. Este último município, situado na região central do estado, de forte tradição pecuarista. Em 1921, além da reeleição dos dois deputados, os federalistas elegeram Artur Caetano da Silva.

Mas é nas eleições de 1922 que a força federalista na parte sul do estado fica mais visível. Apesar de Assis Brasil não ser do Partido Federalista, sua candidatura proporcionou a união das oposições, através da Aliança Libertadora, e representou, pela primeira vez, uma tentativa eficaz de acabar com a continuidade da administração borgista. Com exceção dos federalistas de Santana do Livramento, todos os demais apoiaram Assis Brasil. O mapa n.º 2 demonstra que, apesar da força oposicionista (federalista) ainda concentrar-se na metade sul do estado, com ampla votação em municípios como São Sepé, São Gabriel, Piratini e Canguçu, seu espectro expandiu-se, atingindo bastiões republicanos ao norte. Mostra também que em Santana do Livramento, o candidato teve pouca votação, devido ao boicote dos federalistas locais.

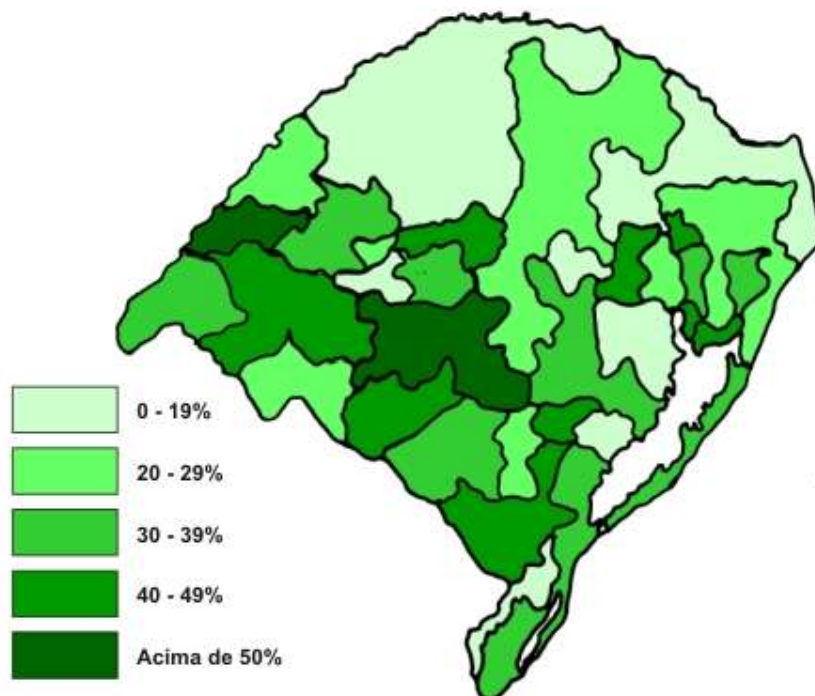
Os resultados da eleição de 1922 podem ser completados com outros fornecidos pelos inscritos na Aliança Libertadora em 1924 (Mapa n.º 3). O alistamento realizado nesse ano mostra um eleitorado federalista-libertador-oposicionista constante, ainda concentrado na parte sul e zona colonial alemã, mas que atinge também as regiões de ocupação mais tardia, ao norte. Isso mostra um crescimento da insatisfação com o governo de Borges de Medeiros e uma ampliação da base eleitoral federalista, para além da tradicional metade sul do estado.



Mapa n.º 2
ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DO ESTADO – 1922
VOTAÇÃO DE ASSIS BRASIL

Fonte: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Sulina, 1991. p. 60

Após a Revolução Libertadora (1923), as oposições conseguiram maior representação na Assembléia Legislativa, direitos garantidos pelo tratado de paz. Em 1925 foram eleitos cinco opositoristas: dois federalistas, dois da Aliança Libertadora e um republicano dissidente. Os federalistas eram Olímpio Duarte e Demétrio Xavier, ambos da fronteira.



Mapa n.º 3
INSCRITOS NA ALIANÇA LIBERTADORA – 1924

Fonte: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Sulina, 1991. p. 61

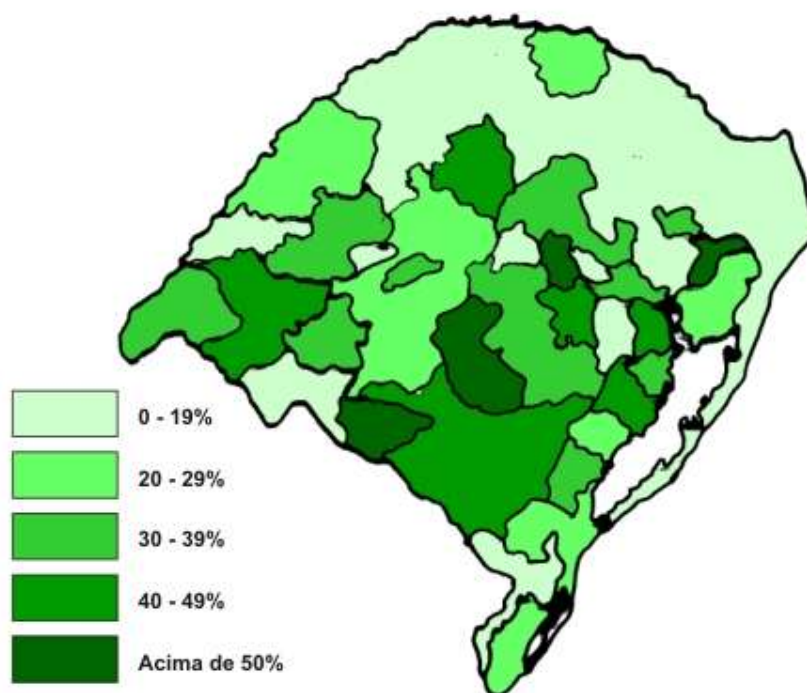
2. O Partido Libertador

A experiência de união das oposições, oriundas de três vertentes: assistidas (democráticos), federalistas e dissidentes republicanos, formando a Aliança Libertadora, ainda em 1924, proporcionou a fundação, quatro anos depois, do Partido Libertador (PL). O congresso fundador ocorreu em Bagé, mesmo local do Partido Federalista. O novel partido nascia sob o signo do lenço colorado, sendo praticamente o sucessor do Partido Federalista. Embora agrupasse muitos ex-republicanos, que ao longo da ditadura positivista foram se afastando de Borges de Medeiros, o PL trazia na essência, a tradição liberal-conservadora dos *maragatos*. Sua base social era a mesma e ainda estavam bastante concentrados nas tradicionais regiões de pecuária. Somente os

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

federalistas de Santana do Livramento foram contrários à extinção do partido, assim como recusaram apoiar Assis Brasil seis anos antes.

Na primeira participação eleitoral, em 1929, o PL elegeu sete deputados estaduais, mostrando o acerto da extinção federalista e a união dos grupos oposicionistas em uma única agremiação. Também colaboraram para isso os novos ares da política estadual, agora sem a presença de Borges de Medeiros. A votação obtida pelo Partido Libertador reproduziu o padrão constante de predominância na zona da Campanha, mas apontou para uma expansão para as demais regiões do estado (mapa n.º 4).



Mapa n.º 4

**ELEIÇÃO ASSEMBLÉIA DOS REPRESENTANTES RS – 1929
VOTAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR**

Fonte: TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Sulina, 1991. p. 63



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

No final desse mesmo ano, ocorreu o que parecia impossível, a união de republicanos e libertadores em torno da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, através da Aliança Liberal. Derrotados nas fraudulentas urnas, mas vitoriosos na revolta armada, os políticos gaúchos assumiram o poder nacional. O PRR e o PL não são extintos, mas se fundem na Frente Única Gaúcha (FUG). Antes mesmo de dois anos após a vitória militar de outubro de 1930, republicanos e libertadores estão na oposição à Vargas. No Rio Grande do Sul, políticos leais ao chefe do governo provisório, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha entre eles, organizam o Partido Republicano Liberal (PRL), que dá sustentação ao governo central.

Surgiram divisões intrapartidárias na FUG, devido à artificialidade da união entre libertadores e republicanos. No PL, surgiram a União Democrática Nacional⁵ e a Ação Libertadora. No PRR foi criado o Partido Republicano Castilhistas, de Lindolfo Collor. Ressalta-se que se trata ainda de partidos e/ou grupos políticos tradicionais, que representavam o conservadorismo, quer de tradição liberal, quer de viés autoritário. Novos agentes políticos, representando setores médios urbanos e o proletariado, começaram a entrar em cena, através principalmente da Aliança Libertadora Nacional e da Ação Integralista Brasileira.

Novas regras eleitorais implantadas em 1932 e incorporadas pela Constituição de 1934 procuraram dar maior transparência aos pleitos. As principais foram o voto secreto, o sufrágio feminino e a Justiça Eleitoral. Na primeira disputa pós 1930, para a Constituinte federal em 1933, das 16 cadeiras gaúchas, 13 ficaram com o PRL, demonstrando a força varguista no estado e a decadência dos políticos tradicionais. A FUG foi vitoriosa em apenas cinco dentre 82 municípios: Candelária, São Pedro, Dom Pedrito, Caçapava e São

⁵ Não se trata do partido político de caráter nacional que surgiu no período democrático pós 1945. Era uma dissidência de inspiração socialista, liderada por Bruno Mendonça Lima e que se tornaria uma das vertentes ideológicas do futuro Partido Socialista Brasileiro. Cf. TRINDADE, 1979, p. 189

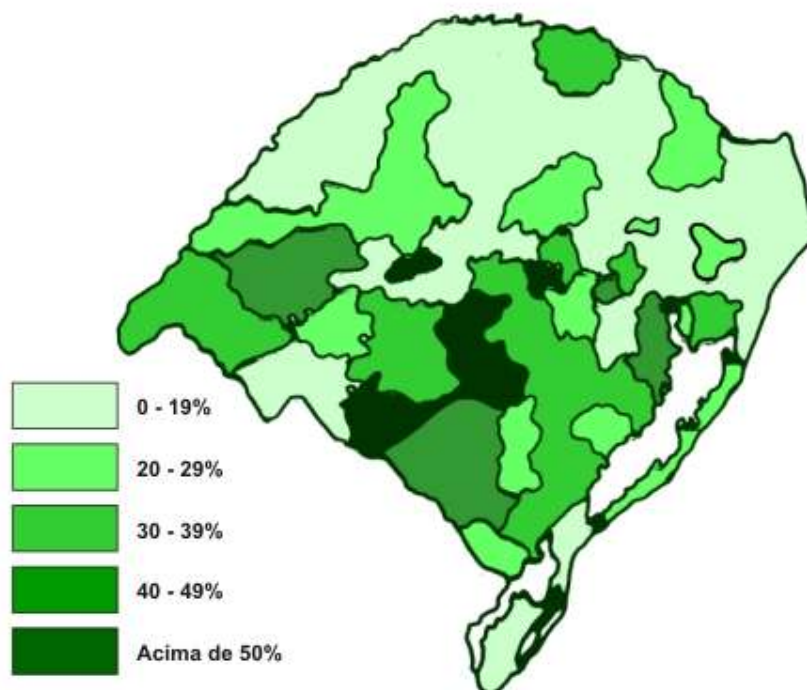


***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Sepé. Permanecia encravada na zona sul do estado, mostrando seu traço libertador mais marcante (mapa n.º 5).

Em 1934 ocorreram eleições para a Câmara Federal e Constituinte estadual. O PRL elegeu 13 deputados federais, num total de 20 cadeiras, as demais ficaram com a FUG. Para a Assembléia estadual, o PRL elegeu 21 deputados e a FUG ocupou 11 cadeiras. Ressalta-se que neste momento já havia novas forças políticas organizadas, que apresentaram postulantes aos cargos, além de candidaturas avulsas, mas nenhuma delas obteve êxito.

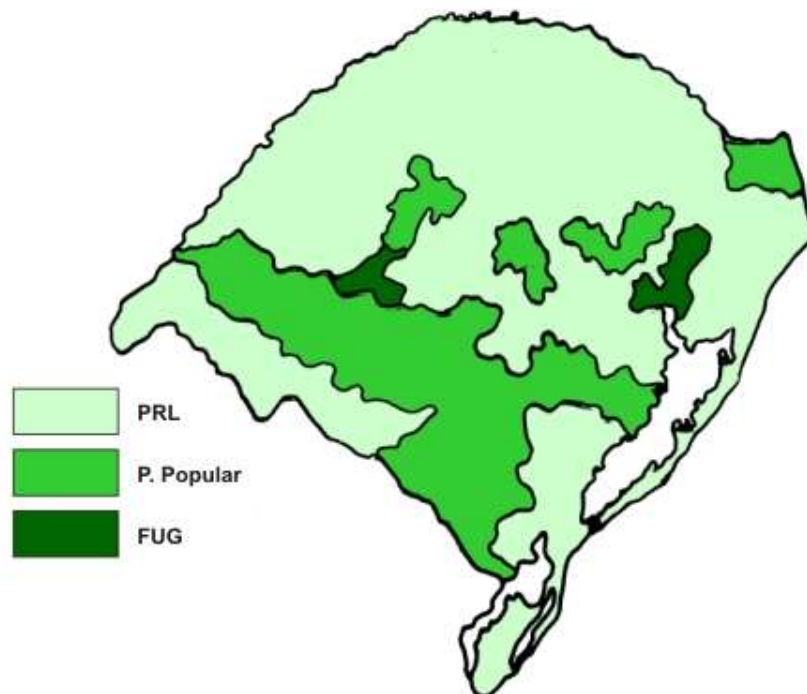
Nas eleições para prefeito e vereadores, em 1935, a FUG foi vitoriosa em apenas 20 municípios. Destes, 13 eleitos eram do Partido Libertador. Isto sugere que o PL manteve-se mais intacto do que o PRR, após a criação do PRL. O mapa n.º 6 mostra a maioria do estado sob domínio do PRL, demonstrando a força da nova legenda, de inspiração getulista, liderada por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha. Observa-se também que o domínio da FUG e de sua dissidência (Partido Popular), se manteve sob grande parte da Campanha e da região central. Não podemos deixar de mencionar o fato de que nestas eleições ocorreu uma série de violências e arbitrariedades cometidas pelos partidários de Flores da Cunha, fato que levou a FUG abster-se do pleito em vários municípios.



Mapa n.º 5
ELEIÇÕES ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE 1933 – RS
VOTAÇÃO DA FUG

Fonte: TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*.
Porto Alegre: Editora da Universidade/Sulina, 1991. p. 70

Após o pleito municipal de 1935 ocorreu o desmantelamento do sistema partidário, com o advento do Estado Novo. Nessa época, os partidos tradicionais, PL e PRR tinham perdido grande parte de sua força e o PRL, muito **mais “florista” do que getulista**, caminhava para uma consolidação. Entretanto, os ventos antipartidários e antidemocráticos da ditadura varguista varreram *chimangos* e *maragatos* para sempre da história do Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que, no período pós 1945, o Partido Liber-



tador foi o único que voltou a existir, sob a liderança principal de Raul Pilla, enquanto o velho PRR tinha ficado apenas na memória. Seus principais líderes, como o velho Borges de Medeiros, vinculou-se a UDN, de dimensão reduzida no estado, talvez porque seu espaço tenha sido ocupado justamente pelos libertadores.

Considerações finais

Procuramos mostrar ao longo deste artigo, como uma força política mais ou menos homogênea, de ideologia liberal-conservadora, sustentou seu poder na metade sul do Rio Grande do Sul. Se traçássemos uma linha, tendo os



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

rios Jacuí e Ibicuí como limites, podemos verificar o predomínio de federalistas e depois, de libertadores, ao sul desta faixa. O território originalmente ocupado por estancieiros e charqueadores, se manteve um forte baluarte das oligarquias tradicionais. Quando os republicanos surgiram, encontraram uma região politicamente coesa e tiveram que buscar suas bases nas novas regiões ao norte do estado, de colonização mais recente.

Sem dúvida, a economia agropecuarista, a propriedade latifundiária e o forte traço conservador do gaúcho, com sua grande tradição libertária das lutas farroupilhas, contribuíram para essa fidelidade a um partido/grupo político que surgira no império e estava consolidado no final do século XIX. Os ventos republicanos sopraram por todo o estado, mas encontraram na metade sul obstáculos maiores para exercer o domínio autoritário preconizado pelos ideais positivistas. Somente no início da década de 1930, quando novos atores entraram em cena, a metade sul cedeu espaço aos republicanos, mas logo voltou às origens liberais, colocando-se na oposição a Getúlio Vargas.

Obviamente a constatação por nós apresentada carece de maiores dados e estudos e permite observar as exceções. Áreas do sul com forte presença republicana e territórios do norte com lideranças federalistas, como Prestes Guimarães, Leonel Rocha e Felipe Portinho. Entretanto, em linhas gerais, podemos afirmar que federalistas e libertadores eram partidos políticos de representação regional.

A existência de partidos políticos estaduais encerrou-se com a Constituição de 1946, mas isso não impediu que certas agremiações políticas surgidas a partir daí ainda adquirissem caráter regionalizado, ou numa escala ampliada, estadualizado. O próprio Partido Libertador foi exemplo disso, assim como o Partido de Representação Popular (PRP) de Plínio Salgado, em regiões de colonização italiana, e o Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros, no estado de São Paulo, apenas para citar dois exemplos.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

REFERÊNCIAS

- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora UnB, 1985.
- FLORES, Ericson. *“Um posto de combate e uma tribuna de doutrina”: O Partido Libertador e o jornal “Estado do Rio Grande” (1929-1932)*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: 2009.
- FRANCO, Sérgio da C. O Partido Federalista. In: BOEIRA, N. e GOLIN, T (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Republica Velha. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1. p. 129-170.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1975.
- NOLL, Maria Izabel. *Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928/1937)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1980.
- NOLL, Maria Izabel e TRINDADE, Hégio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1823/2002*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Assembléia Legislativa, 2004.
- REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- TRINDADE, Hégio e NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

OCUPAÇÃO E DESMATAMENTO NA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA E FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL NO RIO GRANDE DO SUL (1875-1970)

*Esther Mayara Zamboni Rossi

**Samira Peruchi Moretto

***Eunice Sueli Nodari¹

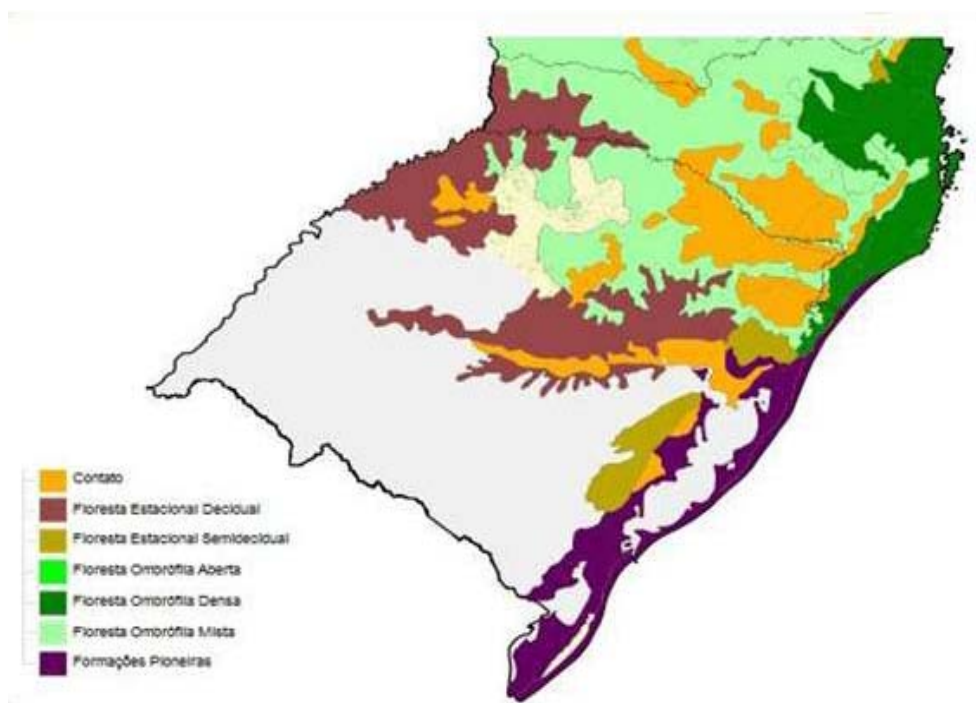
O Estado do Rio Grande do Sul passou por um grande processo de desmatamento no decorrer dos séculos XIX e XX, e como consequência atualmente restam apenas cerca de 7,5% das florestas nativas nesse Estado, segundo o Inventário Florestal Contínuo. O volume madeirável da cobertura florestal serviu de chamariz para a imigração no século XIX, no Estado. Este trabalho pretende analisar alguns aspectos do processo histórico, que culminou com o esgotamento das áreas florestais do Rio Grande do Sul, que foram ocupadas por imigrantes europeus e seus descendentes a partir de 1875. Seguindo as premissas de Donald Worster, é preciso antes de tudo conhecer geograficamente a região. Delimitamos o estudo em três regiões geográficas, a Serra, o Planalto e o Alto Uruguai. **É importante lembrar que os “caminhos da madeira” e das migrações internas não obedecem rigorosamente nossa região de estudo** sendo que muitos municípios são desmembrados com o passar do tempo. A região estuda é coberta por duas fitofisionomias, como vemos no mapa 01 abaixo, a Floresta Estacional Decidual (FED) e a Floresta Ombrófila Mista (FOM):

¹ **Apoio financeiro:** CNPq - Germânicas Tropicais: as colônias alemãs e a modelagem antrópica das paisagens em biomas do Brasil e da África e FAPESC: A natureza dominada: ocupação e desmatamento no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina (1875-1970)

*Graduanda em História – UFSC. Bolsista BIPIC/CNPq. E-mail: estherrossi_@hotmail.com

**Doutoranda em História UFSC. Bolsista CNPq. E-mail: samirapm@gmail.com

*** Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação História UFSC. E-mail: eunice@cfh.ufsc.br



Mapa 01: Fisionomias vegetais originais. Fonte: SOS Mata Atlântica. Acessado em: julho de 2011. Disponível em: <http://mapas.sosma.org.br/>

A Floresta com Araucária, denominada pelo IBGE como Floresta Ombrófila Mista (FOM), é também conhecida como Mata de Pinhais ou de Araucária², é uma das fitofisionomias que compõe o bioma Mata Atlântica. A FOM estendia-se pelos três Estados do Sul do País, numa superfície de aproximadamente 175 000 Km², ocupando os mais diferentes tipos de relevos, de solos e de litológicas, geralmente em latitudes maiores que 230 altitudes superiores a 500m e em situações afastadas das influências marítimas.³

A Floresta Estacional Decidual (FED) apresenta características semelhantes à FOM. Segundo Pedro Furtado Leite e Roberto Miguel Klein, a mesma se caracteriza por cinco estratos:

(...) um emergente, descontínuo, quase integralmente composto por árvores decíduais com até 30 metros de altura. Dentre estas, a grábia (*Apuleia leiocarpa*), a mais frequente, ocorre acompanhada do angico-vermelho (*Parapiptadenia rigida*), do louro pardo (*Cordia trichotoma*), da maria-preta

²MEDEIROS, João de Deus Introdução. **Revista Floresta com Araucárias**: um símbolo da mata a ser salvo da extinção. APREMAVI, 2004. p.9.

³ LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto M. “Vegetação”. **Geografia do Brasil – Região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 123.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

(*Diatenopterix sorbifolia*), do pau-marfim (*Balfourodendron riedelianum*) e da canafistula (*Peltophorum dubium*), além de outras, em geral, não tão frequentes. O segundo estrato apresenta copagem bastante densa e, em geral, predomínio de árvores perenifoliadas com alturas em torno de 20 metros. Dele fazem parte, principalmente lauráceas e leguminosas, sendo a canela-fedida (*Nectandra megapotâmica*) e espécie mais representativa. O terceiro estrato, o das arvoretas, geralmente esta formado por grande adensamento de indivíduos pertencentes a poucas espécies, das quais umas são próprias deste estrato e outras se encontram em desenvolvimento para os estratos superiores. Dentre aquelas características do estrato, destacam-se pela maior frequência; o cincho (*Sorocea Bonplandii*), a laranjeira-do-mato (*Actinostemon concolor*) e o catiguá (*Trichilia clauseni*). Para o estrato arbustivo, além de representantes jovens de espécies dos gêneros *Piper* e *Psycotria*, cujos indivíduos misturam-se a adensadas e amplas touceiras de criciúma (*Chusquea ramassissima*). Finalmente, tem-se um estrato herbáceo bastante denso e com variadas formas de vida, onde predominam, com frequência, pteridófitas e gramíneas pertencentes aos gêneros *Pharus* e *Olyra*. O estrato herbáceo em terrenos úmidos é constituído, geralmente pelo gravatá (*Bromelia Balansae*).⁴

A Floresta Estacional Decidual (FED) compreende uma área de 47.000 Km². Anteriormente denominada de floresta Subtropical do Rio Uruguai, era conhecida pelos colonizadores como “Mata Branca” em oposição a “Mata Preta” (FOM), onde há ocorrência de densos pinhais. Klein e Leite afirmam que estes dois tipos florestais têm áreas de Tensão Ecológica, onde se encontram interpenetrações das formações vegetais.⁵

Segundo o inventário Florestal do Estado do Rio Grande do Sul realizado pela UFSM/SEMA RS: “A Floresta Estacional Decidual, em seus estágios iniciais, médios e avançados de sucessão, ocupa uma área de 11.762,45 km² (1.176.245 ha), o que representa 4,16% da superfície do Estado e 23,84% da área total coberta com florestas naturais.”⁶ Este tipo de vegetação tem uma área representativa no Estado e possibilitou inicialmente a utilização para a pecuária

⁴ *Ibidem.* p.128.

⁵ *Idem.*

⁶ Inventário Florestal Contínuo do Estado do Rio Grande do Sul. Acessado em agosto de 2011. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/frame.htm>

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

e o avanço da indústria madeireira.

No entanto, em função do intenso desmatamento, como podemos observar no Mapa 02, existe poucos remanescentes florestais do Rio Grande do Sul, no ano de 2008:



Mapa 02: Remanescentes florestais, 2008. Fonte: SOS Mata Atlântica. Acessado em: julho de 2011; Disponível em: <http://mapas.sosma.org.br/>

Ao analisarmos o Mapa 02, podemos visualizar que a Floresta Estacional Decidual atualmente encontra-se descaracterizada. Os terrenos, na sua maioria são ocupados com culturas cíclicas (trigo/soja/trigo com intercalação de milho, feijão e batatinha) e pastagens. Os restos de floresta e de formações secundárias (capoeiras) concentram-se em terrenos com alguma limitação ao uso, quando não são reservas legalmente estabelecidas.⁷

Tal estágio da floresta é justificado pelo intenso desmatamento. A devastação foi acelerada com o estabelecimento das colônias de imigrantes e migrantes, que viam a floresta como empecilho para a implementação de suas lavouras, fossem elas de pequeno ou grande porte, além de extraírem a madeira

⁷ LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto M. *Op. Cit.* p.129.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

como fonte de renda. Se formos comparar com o ciclo do café em nível nacional que fez com que enormes áreas de florestas em Estados como São Paulo e Rio de Janeiro fossem devastadas, no Estado do Rio Grande do Sul e em todo o Sul do Brasil, as araucárias deram lugar às plantações de trigo e soja, que tinham investimento e retorno garantido. A política governamental deu subsídios a estas duas culturas e a falta de uma legislação ambiental mais rígida colaborava para um desmatamento sem reflorestamento.

A floresta, com o volume madeirável das imensas araucárias, era presença marcante na região e serviam de chamariz para a atração de imigrantes. São inúmeros os relatos que chegavam através de cartas, de livros e de jornais especializados visando chamar os imigrantes para as colônias do Sul do Brasil. Muitas destes jornais eram patrocinados pelas companhias colonizadoras, a quantidade de jornais evidencia que havia demanda por informações sobre a imigração. Muitos imigrantes não eram agricultores, sendo que o clima, a floresta, as plantações estavam longe de serem parecidas com o ambiente que conheciam.

As cartas, em sua maioria, mostravam boas notícias, incentivando os parentes e vizinhos que ainda permaneciam no Velho Mundo. No entanto, não se pode levar tais documentos como portadores de informações totalmente verídicas, muitas foram modificadas por editores de jornais. Ainda é preciso atentar para o fato de que o imigrante de certa forma precisava informar que estavam bem instalados, contando a fartura, a quantidade da terra, os cavalos (que na Europa só serviam aos nobres). Uma vez apontadas as dificuldades, significava que seu empreendimento não havia triunfado. As cartas, mesmo enviadas, algumas vezes se perdiam pela dificuldade de chegar a seu destino certo.

Muitos são os livros de viajantes que descrevem os caminhos os quais o imigrante deveria percorrer, informando até as melhores datas para viajar, para que não perdessem nenhuma colheita, informando o que iriam encontrar. Um destes livros é o de Vittorio Buccielli, *Un Viaggio a Rio Grande del Sud* (Uma viagem ao Rio Grande do Sul)⁸ publicado em italiano.

Os primeiros imigrantes que chegaram ao Brasil Meridional, na segunda

⁸BUCCELLI, Vittorio. **Un Viaggio ao Rio Grande Del Sud**. Porto Alegre, 1906.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

metade do século XVIII, eram em sua maioria portugueses insulares, a partir do século XIX, em sua maioria, alemães e italianos.⁹ Nos primeiros anos da imigração, a floresta era vista como empecilho sendo desmatada para as pequenas roças, a dificuldade das vias de transporte fazia com que a madeira apodrecesse muitas vezes a beira das estradas. O imigrante teve de reaprender ou mesmo aprender a lidar com a terra, quem sabia destes meandros da extração da madeira e da agricultura meridional eram os indígenas e caboclos que foram muitas vezes expulsos de suas terras. Há um período certo para o corte das árvores para que não apodreçam, assim como a coivara e a plantação. Muitas colheitas foram perdidas pela falta de conhecimento, assim como muitas das toras das matas desmatadas não foram aproveitadas.

Acompanhados pelos trilhos dos trens, os imigrantes começam a ocupar as últimas áreas florestais do Estado do Rio Grande do Sul no início do século XX. Desta forma foram subindo a Serra e ocupando o Alto Uruguai como Erechim (1908) e o Planalto alcançando os Campos de Cima da Serra, também caracterizado pela presença de capões de Araucárias. Este processo estabeleceu a junção entre os núcleos de imigração originais. Cem anos após o começo da imigração, em 1924, era possível afirmar que todas as áreas de floresta da Província já estavam ocupadas. Estes imigrantes migrantes eram de diferentes nacionalidades e ainda contavam com a chegada de novos imigrantes.

No começo da colonização o Planalto e o campo coexistiam na beirada da **serra e no Alto Uruguai ainda se encontrava “matas de galeria coalescidas pela vizinhança das bacias fluviais”**¹⁰ Esta dicotomia Campo/Floresta parte deste importante processo de ocupação foi estudado por Nilo Bernardes em Bases Geográficas do povoamento no Estado do Rio Grande do Sul¹¹, observou que estas diferenças na paisagem estavam ligadas com a densidade demográfica das **regiões do estado, como explica Zarth “(...)estas condições não estavam relacionadas com o relevo ou a presença de grandes rios ou com o clima, como é comum em outras regiões. As diferentes paisagens culturais estavam**

⁹BUBLITZ, Juliana. **Desmatamento Civilizador: A História Ambiental da Colonização Européia no Rio Grande do Sul (1824-1924)**. III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio de 2006. Brasília – DF.

¹⁰ Ibidem, p.3.

¹¹BERNARDES, NILO. **Bases Geográficas do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

delimitadas pela presença do campo nativo ou da floresta.”¹²Raulino Rambo ainda alerta para:

A expansão rápida das colônias transformou-se bem cedo numa verdadeira corrida para a mata virgem [...] Uma série de fenômenos naturais e sociais se deve a este fato. Antes de tudo, é o desmatamento progressivo da fralda da serra. Praticamente todos os terrenos já perderam sua capa silvática; o que resta são os trechos imprestáveis nos flancos mais íngremes e rochosos das montanhas e as cintas de mato que ladeiam os degraus da serra. Capoeiras e matos secundários sujos caracterizam a estrada trilhada pela agricultura de exploração dos cem anos passados.¹³

Nas primeiras décadas do século XX, a região do Alto Uruguai se torna a principal produtora de madeira do Rio Grande do Sul, a produção madeireira do estado da um salto significativo como podemos visualizar na Mensagem de 1930:

1925.....140.500 Toneladas
1926.....136.200 Toneladas
1927.....180.100 Toneladas
1928.....187.516 Toneladas
1929.....200.700 Toneladas

Não só a nossa produção, entretanto, vem progredindo a passos largos. A valorização do produto também se acentua dia a dia. Segundo as estatísticas nacionais, em 1912, o preço da tonelada de madeiras brasileiras mal atingiu a 99\$000, no passo que, em 1920, apareceu com 163\$000 e, em 1928, com 225\$000. Na exportação nacional, destaca-se, em 1º lugar, o pinho e, em 2º o cedro, precisamente as espécies exportadas pelo Rio Grande do Sul.¹⁴

Normalmente, as toras de madeiras ficavam estocadas as margens das linhas, esperando por vagões, que eram solicitados pelos madeireiros. Muitas vezes, a preferência dos vagões era para o gado, cereais, banha, vinho, charque,

¹²ZARTH, PAULO AFONSO. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p.52.

¹³BUBLITZ, Juliana, 2006. Op. Cit. p.5.

¹⁴Mensagem, Getúlio Vargas. Rio Grande do Sul, 1930. p. 54. Disponível em: <http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u813/> Acessado em abril de 2011.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

fumo, produtos de consumo imediato, dava-se preferência para frigoríficos que exportavam para a Europa. Segundo Liliane Wentz as linhas férreas eram as preferidas pelos madeireiros, pois as estradas eram de péssimas condições tornando o serviço por caminhão muito caro. Algumas empresas utilizavam artimanhas para conseguir mais vagões, como por exemplo, afirmavam ter madeira para uma obra beneficente, que na verdade não existia. Não eram somente as toras que precisavam ser transportadas, havia também as caixas, as madeiras aplainadas, os resultados das indústrias de moveis.¹⁵

Era recorrente também a utilização dos rios para escoamento da madeira, através de balsas esperavam as cheias e desciam até o ponto desejado, tendo um custo baixo empregava muitos trabalhadores. O maior volume de madeira era transportado pelo Rio Uruguai e assim exportado para Argentina. As balsas eram utilizadas pelos imigrantes do Rio Grande do Sul, quando estes se transferiram para o Oeste catarinense. No Rio Grande do Sul, um dos Rios utilizados para este transporte era o Rio das Antas, como podemos ver na descrição de Vittorio Buccelli:

Em ponto o novo companheiro de viagem para mostrar-nos os tempos da estrada o cume com vista para o rio das Antas (rio das portas, os animais anfíbios das espécies de rinocerontes são muito comuns no Brasil), nova espécie de arsenal humano, onde trabalhou a embalsadores: forma característica com a qual você transporta as pranchas e vigas, o que faz todos os negócios no Vale. Uma vez cortada, na mesma medida dos troncos das árvores ou mesmo reduzida a pavimentos grandes e são transportados pelo rio, onde eles estão amarrados uns aos outros com arame ou mesmo com cipó muito forte da floresta, para formar a superfície retangular de tamanhos diferentes, variando de 300 a 600 pés quadrados, de acordo com o comprimento e a espessura das toras. Em seguida, vincular a outras placas ou vigas transversalmente acima, e às vezes constroem cabanas para ter onde abrigar-se das intempéries e raios solares. Finita esta construção primitiva, flutuando admirável, suspendem o outro lado para servir como remos, e depois abandonam ao curso, que carrega lentamente para o rio e desta o Taquari, e Jacuí a Porto Alegre. [...]E aqui está a razão pela qual, em Porto Alegre para a melhor qualidade de madeira

¹⁵WENTZ, Liliane, Irma Mattje. Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

são muito baratos, sendo exportada para grandes lotes a Buenos Aires, bem como aqueles que seguem por terra nem por meio de Passo Fundo, Uruguai e parte oriental, e os das novas Colônias Guarany, e Comanday Injuhy, seguem, com o mesmo sistema de balsa, pelo rio Uruguai, a Plata.¹⁶

Inicialmente os imigrantes desmatavam para utilizar a terra para lavoura. Com o incentivo das colonizadoras, que já no começo da imigração lucravam com a venda das árvores, a partir da década de 1930, com a valorização da madeira, a indústria toma conta deste setor. Mesmo existindo centenas de pequenas serrarias, as grandes madeireiras se organizavam em sindicatos buscando maiores incentivos do governo, aumentando sua produção e seus lucros. O mesmo autor, Buccelli alerta para o fator do desmatamento desmedido:

(...) A região que foi cercada por algum magnífico bosque aqui e ali rasgado por mãos humanas, mas ainda intacta para os topos das montanhas. A este respeito é necessária uma reflexão de que muito antes de nós foram viajar para o interior do Estado do Rio Grande, porque os colonos vão gastar energia humana que raramente empregá-lo em outras obras para a destruição das florestas? Eles não sabem, não há ninguém que os faça entender que é um delito Eles cometem contra a comunidade o corte de árvores e interrompem o regime natural das águas da chuva? Não há nenhuma razão econômica capaz de justificar este tipo de vandalismo, porque não há cultivo extensivo, que os obriga a mudar a sua terra para ser semeado a cada ano e para explorar, o que fará com que eles enriqueçam: com a ajuda da química a quantidade e difusão através do Estado com pouca despesa, o cultivo intensivo poderia torná-los três vezes ou quatro vezes mais produtivos que as terras da Europa.

Com a derrubada da mata de araucária, houve uma grande degradação da floresta e novos planos surgiram para recompor o que foi desmatado. Foi necessário reflorestar a área que antes já era ocupada pela floresta. Segundo Samira Moretto, em função das condições climáticas, fisiológicas e da melhor adaptação, o sul do país foi reflorestado com *Pinus* e *Eucaliptos*. No planalto catarinense o *Pinus elliottii* foi preferível por seu rápido crescimento podendo

¹⁶ BUCCELLI, Vittorio, 1906. *Op. Cit.* p. 246-248.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

abastecer o setor madeireiro em um curto espaço temporal¹⁷. O Pinus é utilizado no beneficiamento da celulose para a fabricação de papel e derivados.

A plantação de espécies exóticas invasoras é uma ameaça à preservação da Mata de Araucária. No início do século XXI, contíguo com o aumento das preocupações em relação à conservação da biodiversidade por todas as esferas da sociedade começaram a se definir projetos que visavam à preservação do que restou da FOM e da FED. Nas décadas de 1970 e 1980, o lucro obtido com a venda da madeira reduzia paralelamente com a redução das florestas. Medidas foram tomadas por parte dos governantes mesmo antes da acentuada decadência, outras indústrias foram incentivadas, no caso do Rio Grande do Sul principalmente a agroindústria.

A ocupação do território e a expansão dos campos de cultivo, não se deram de forma sustentável, com a extração das madeiras nobres, um comércio altamente rentável, e a produção de gêneros agrícolas, aumentaram os incentivos à devastação. A economia da região foi crescendo baseada na abundância de araucárias, a extração da mata era identificada como símbolo do progresso e do desenvolvimento.

O desmatamento não é objeto de estudo apenas pela História Ambiental. Historiadores econômicos, de todo o mundo contabilizam os ganhos obtidos com a extração vegetal, que mobilizam as economias regionais, estaduais e nacionais de diversos países, assim como o Brasil. Segundo Dean¹⁸, a ganância vem sobressaindo à necessidade do corte das árvores, desde o início do século XX, no Brasil, o desmatamento só vem se agravando e colocando a Mata Atlântica em risco.

A floresta não apenas serviu de chamariz para a imigração, como já discutido anteriormente, mas também na migração interna, primeiro para a região do Alto Uruguai e Campos de Cima da Serra e depois para região do Oeste de Santa Catarina, misturando-se com pequenas levas de novos imigrantes. A devastação desta floresta começou com o machado, com as

¹⁷ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta** [dissertação]: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990) Orientadora, Eunice Sueli Nodari. - Florianópolis, SC 2010. p. 171.

¹⁸ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 20.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

queimadas e intensificou-se com a introdução da moto-serra. O crescimento do mercado madeireiro foi promovido com a chegada das ferrovias, a abertura de novas estradas.¹⁹

O início da crise por falta de madeira no Rio Grande do Sul, a dificuldade no transporte e a junção de grandes indústrias madeireiras com as empresas colonizadoras, propiciaram a migração dos descendentes de imigrantes da região estudada no Rio Grande do Sul para o oeste de Santa Catarina. Este processo, como já citado anteriormente, não foi de forma sustentável para a floresta, como podemos visualizar nas recentes pesquisas sobre os remanescentes da Mata Atlântica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: Editora da UFSC - Assembléia Legislativa / São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai - 1917 - 1950**. Florianópolis: UFSC, 1991. Dissertação de Mestrado.

BUBLITZ, Juliana. **Desmatamento Civilizador: A História Ambiental da Colonização Européia no Rio Grande do Sul (1824-1924)**. III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio de 2006. Brasília – DF.

CARVALHO, Ely Bergo de; NODARI, Eunice Sueli. **A história ambiental diante da “crise ambiental” contemporânea: algumas observações preliminares**. Anais do VI Encontro Estadual de História.

_____. **Natureza, História e Cultura: uma abordagem da história das florestas**. Anpuh-RS, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A Invenção Ecológica - Narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 2001.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em História. **O**

18 NODARI, Eunice Sueli; PAEGLE, Eduardo de Moura. **A Mata Branca no Oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-culturais**.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

desmatamento de florestas de araucária e o Médio Vale do Iguçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações. Florianópolis, 2006. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História

CAMPANILLI, Maura; PROCHNOW, Miriam (orgs). **Mata Atlântica- uma rede pela floresta.** Brasília:RMA,2006

CESCO, Susana. **Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio do Peixe: discussões sobre “progresso” e transformação ambiental.** Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, fev. 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KLANOVICZ, Jó & NODARI, Eunice Sueli. **Das Araucárias às Macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo/SC.** Florianópolis: Insular, 2005

KLEIN, R. M. **Árvores Nativas da Floresta Subtropical do Alto Uruguai: Sellowia.**

_____. Aspectos dinâmicos da vegetação do Sul do Brasil. **Sellowia; Anais Botânicos do Herbário “Barbosa Rodrigues”, Itajaí, (36): 5-54, 1984.**

_____. Os Tipos Florestais com *Araucária* Em Santa Catarina. **Anais do XXXVI Congresso Nacional de Botânica**, Curitiba. p.101-119, 1985.

KOCH, Zig; CORRÊA, Maria Celeste. **Araucária: a floresta do Brasil meridional** = Araucária: the meridional Brazil Forest. Curitiba: Olhar brasileiro, 2002.

LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto M. “Vegetação”. In **Geografia do Brasil – Região Sul.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 123.

MEDEIROS, João de Deus et. al. **Floresta com Araucárias: um símbolo da Mata Atlântica a ser salvo da extinção.** Rio do Sul: APREMAVI, 2004,

NODARI, Eunice Sueli. . **Etnicidades renegociadas:** práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2009.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

PROCHNOW, Miriam (orgs). **O Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta: Unidades de Conservação da Mata Atlântica**. Rio do Sul: APREMAVI, 2009.

Raízes de Vacaria I. VII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1996.

RENK, Arlene. **A luta da erva-mate: um ofício étnico da "nação brasileira" no Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990. Dissertação de Mestrado em Antropologia;

SILVA, Zedar Perfeito da. **Chapecó e Joaçaba: A Visita do Governador Irineu Bornhausen e Sua Comitiva**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemment, 1952.

THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX**. Caçador: Universal, 1995.

WENTZ, Liliane, Irma Mattje. Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4., n. 8, 1991. In: www.scielo.com.br

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente e Sociedade*, vol5, n2. In: www.scielo.com.br

Sites da internet, acesso abril de 2011.

Inventário Florestal Contínuo do Estado do Rio Grande do Sul.
Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/frame.htm>.

Laboratório de estudos em vegetação campestre da Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em:
<http://sites.google.com/site/biomapampars/>
<http://mapas.sosma.org.br/>

Documentação Oficial:

Mensagem, Getulio Vargas. Rio Grande do Sul, 1930. Disponível em:
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u813/> . Acessado em abril de 2011.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

**DEVOÇÃO MARIANA EM SANTA MARIA E SILVEIRA MARTINS/RS:
O TURISMO RELIGIOSO E A VALORIZAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL**

Eva Regina Barbosa Coelho*

INTRODUÇÃO

As considerações aqui apresentadas constituem parte de um estudo acadêmico realizado de 2009 a 2011 com a intenção principal de caracterizar a devoção mariana demonstrada nas festas religiosas e romaria que acontecem na da região de Santa Maria e Silveira Martins, no centro do Rio Grande do Sul, como eventos com potencialidades para o turismo religioso-cultural. O estudo procurou elucidar as origens destas festas religiosas de devoção mariana e suas características conservadas pelas comunidades, tentando justificá-las como atrativo turístico da região.

Santa Maria está localizada na região Centro-Oeste do Rio Grande do Sul a 286 km da capital do estado, Porto Alegre, e possui uma população de 261.031 habitantes (IBGE-2010). O vizinho município de Silveira Martins, localizado na região Centro do Rio Grande do Sul, a 20 km de Santa Maria e 280 km de Porto Alegre, tem atualmente 2.452 habitantes (2010).

O estudo selecionou dois locais de devoção à Virgem Maria, como foco da análise proposta: o Santuário de Nossa Senhora Medianeira em Santa Maria e o Santuário de Nossa Senhora da Saúde em Silveira Martins e suas respectivas festas anuais com romaria.

O turismo, como fenômeno, transformou-se num importante fator de desenvolvimento para as localidades em todos os sentidos (econômico, social e cultural). Por isso, acredita-se que a melhor maneira de uma cidade se preparar para receber os visitantes ou turistas, além da necessária infra-estrutura básica,

* Licenciada em História. Turismóloga. Mestre em Patrimônio Cultural pela UFSM. Professora no Curso de Bacharelado em Turismo da UNIFRA/Santa Maria/RS.
E-mail- evaregina@unifra.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

seja conhecer os seus atrativos turístico-culturais principais para melhor organizá-los e valorizá-los para que sejam oferecidos à visitação. A valorização dos bens histórico-culturais promove a identidade local, despertando as potencialidades turísticas da região, desenvolvendo a auto-estima da comunidade e favorecendo o turismo cultural.

Em primeiro lugar, fez-se a revisão dos principais conceitos necessários à compreensão do tema e, a seguir, foram identificadas e analisadas as influências responsáveis pela formação da identidade religiosa católica na região de Santa Maria e Silveira Martins/RS. O estudo apontou os vários grupos formadores da população da região, dos quais, neste relato, destacam-se as contribuições dos portugueses, dos açorianos e dos italianos.

Como metodologia, foi usada a pesquisa qualitativa, em uma abordagem dedutiva do tema, partir de uma pesquisa exploratória associada ao levantamento bibliográfico e documental, além da observação, levantamento fotográfico e entrevistas. As técnicas de observação e levantamento fotográfico foram empregadas durante a preparação da Festa do Santuário da Saúde, em Silveira Martins/RS (13 de novembro de 2010), durante a Festa propriamente dita (21 de novembro de 2010) e também durante a Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Santa Maria/RS (14 de novembro de 2010), associadas às entrevistas. Foram realizadas entrevistas com perguntas abertas e de caráter geral sobre a temática, de modo a facilitar ao entrevistado a abordagem do assunto com a profundidade que julgasse necessário. Os materiais coletados foram analisados e permitiram caracterizar a devoção mariana na região a partir da constatação das origens de suas manifestações e relacioná-las com o turismo cultural religioso na região.

PATRIMÔNIO E O TURISMO CULTURAL

O conceito de *patrimônio*, com um sentido de herança e legado histórico e cultural, é analisado a partir de seu significado como *valor cultural*, vinculado



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

a um determinado grupo e sua história. Com este significado é que se pretende caracterizar neste texto toda a conquista cultural de um povo a qual vem sendo transmitida de geração para geração, o que permite a preservação da memória e a identidade do grupo.

Para Fonseca (2005, p. 22), há dificuldade de se distinguir entre os bens **móveis e imóveis quando se pretende “construir uma representação da nação** que, levando em conta a pluralidade cultural, funcione como propiciadora de um sentimento comum de pertencimento, como esforço de uma identidade **nacional [...]”**. O fato é que sempre ocorrerá a **seleção de determinados bens** que parecerá arbitrária, subjetiva, porque será o resultado de conceitos e valores predominantes. A dificuldade maior, entre os estudiosos que se dedicam à problemática do patrimônio cultural, tem sido, ao que parece, a questão do valor atribuído ao bem cultural e a necessidade de preservá-lo ao ser declarado patrimônio, isto é, representativo de um determinado momento da evolução cultural de um grupo ou sociedade. Para Fonseca (2005), há a necessidade de distinguir o valor que será atribuído ao bem que se considera patrimônio cultural e, para explicar, recorre à afirmação do crítico Giulio Carlo Argan, que afirma

Uma vez que as obras de arte são coisas às quais está relacionado um valor, há duas maneiras de tratá-las. Pode-se ter preocupação pelas coisas: procurá-las, identificá-las, classificá-las, restaurá-las, comprá-las, vendê-las; ou então, pode-se ter em mente o valor, pesquisar em que ele consiste, como se gera e transmite, se reconhece e se usufrui (ARGAN, apud FONSECA, 2005, p. 36).

Esta diferença entre o sentido da **coisa** e o seu valor intrínseco será levada em conta neste trabalho, ao se trazer as definições de patrimônio cultural. Existe a necessidade, portanto, de o valor cultural ser entendido também pelo cidadão comum que, embora não tenha a facilidade para reconhecer a importância da técnica de construção de determinado bem, esta pessoa saiba o que este representa para a história da comunidade na qual está



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

inserido. Portanto, quando se diferencia a *coisa* do *valor*, do qual está imbuída a *coisa*, remete-se a ideia de que a *coisa* parece relacionar-se à materialidade do bem, enquanto o *valor* se refere à imaterialidade do bem, incluindo aí sua historicidade e importância afetiva para o grupo que o possui.

Portanto, com relação do conjunto de bens destacados aqui como bens culturais religiosos de Santa Maria/RS e região, aplicou-se este pensamento: são locais caracterizados pela sua ligação com a história e o povoamento da cidade; são locais de indiscutível qualidade artística e estética e, além disso, referenciam-se à formação da identidade religiosa católica que a cidade e a região adquiriram ao longo do tempo, dadas as contribuições culturais de seus povoadores. A discussão sobre patrimônio histórico e seu uso como atrativo turístico sugere a necessidade de relacioná-lo ao objetivo central do trabalho, ou seja, a intenção de justificá-los como motivação do turismo cultural-religioso para Santa Maria e Silveira Martins.

A amplitude atingida pela atividade turística, atualmente, está ligada ao avanço capitalista ocorrido na segunda metade do século XX, quando o turismo **“explodiu como atividade de lazer, envolvendo milhões de pessoas e transformando-se em fenômeno econômico com lugar garantido no mundo financeiro internacional”, conforme escreve Moesch (2000, p. 9). Os inúmeros** conceitos de turismo levam em conta as percepções do turista, as dificuldades de interpretações, as restrições, os incentivos, as causas e consequências dos deslocamentos; os fatores psicológicos, culturais, técnicos, econômicos, sociais e políticos que envolvem a atividade; envolve também a visão do turista como resultante de iniciativas e planejamentos oficiais ou empreendimentos particulares. Reconhecendo o crescimento vertiginoso do turismo e suas múltiplas manifestações, Fuster (apud MOESCH, 2000, p. 11) explica que

O turismo é de um lado, conjunto de turistas, do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

transportes, espetáculos, guias interpretes que o núcleo deve habilitar para atender às correntes (...). Também são os efeitos negativos e positivos que se produzem nas populações receptoras.

De acordo com De La Torre Padilha (1997, p. 23), “as pessoas viajam para conhecer outros locais, países, culturas diferentes; saem em busca de cura para problemas de saúde; para usufruir locais históricos ou paisagens de beleza singular; para peregrinar a centros de devoção religiosa” ou ainda para assistir programas ou eventos culturais, folclóricos, religiosos, comerciais. Esta “necessidade turística” forma o que se convencionou chamar de segmentação turística de mercado. A segmentação turística destacada neste texto é o turismo cultural religioso, o qual “configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas” (BRASIL, 2006, p.36), caracterizando-se pela

Realização de peregrinações e romarias; participação em retiros espirituais; participação em festas e comemorações religiosas; contemplação de apresentações teatrais de caráter religioso [...] visitação a espaços e edificações religiosas, como igrejas, templos, santuários, terreiros; realização de itinerários e percursos de cunho religioso, e outros (BRASIL, 2006, p.36).

O turismo religioso, muitas vezes, aparece ligado às romarias ou às peregrinações e, em alguns casos, como sinônimos destas práticas sociais. No entanto, segundo Steil (2003), são categorias diferentes, com relações entre si. A primeira ideia que ocorre é quanto à própria condição de ser do turismo, que implica em consumo e lazer, enquanto a peregrinação lembra sacrifício, o ir e voltar do lugar sagrado ou da festa do “santo padroeiro” com a fé realimentada. Segundo Steil (2003), o termo romaria não pode ser confundido com peregrinação. Citando o trabalho de Nolan e Nolan, aquele autor (2003, p. 33) enfatiza que



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Enquanto os termos *peregrinación* e *peregrinação* são usados geralmente para designar jornadas de longa distância para os santuários mais importantes, os deslocamentos mais curtos, que envolvem uma participação comunitária e combinam aspectos festivos e devocionais são chamados de romarias (*apud* STEIL, 2003, p.33).

Steil (2003, p. 35) estabelece uma diferença entre **turismo/peregrinação/romaria, fundamentando que o ponto de apoio “está no grau de imersão e de externalidade que cada uma destas manifestações pode proporcionar”, pois “enquanto peregrinação e romaria tendem a ser vivenciada como um ato religioso de imersão no sagrado, o turismo [...] caracteriza-se por uma externalidade do olhar”. Enquanto a experiência da peregrinação está centrada na participação, o turismo está mais associado ao espetáculo, conclui este autor.**

A devoção mariana é muito expressiva na região aqui destacada. Por devoção mariana entende-se a expressão da piedade popular a Maria e refere-se ao ritual ou cerimônia que se cumpre enquanto se exerce a devoção à Virgem. A piedade popular pode ser entendida como religiosidade popular.

O culto a Maria é notório em Portugal, assim como em outros países da Europa, e remonta aos primeiros séculos da evolução da cristandade quando **“os Cristãos viam na fé da Igreja um prolongamento da fé de Maria” (MEO; DE FIORES, 1995, p.359)**. A Igreja era basicamente popular e apenas em 325, durante o governo de Constantino I, o Cristianismo, doutrina que segue os ensinamentos de Cristo, foi convertido em religião oficial do Império Romano. **Conforme destaca Boff (2006, p. 559) é nesta data que se estabeleceu a “Igreja de massa” e com ela “uma piedade popular”, distinta da oficial.** O culto mariano expandiu-se, superando o culto aos santos e Maria passou a ser lembrada por seus próprios méritos. Os peregrinos dos primeiros tempos se dirigiam preferencialmente aos locais com santuários marianos e Maria passou a ser mais conhecida e reverenciada por seus novos títulos, vinculados a



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

momentos de sua vida, locais de aparições ou pela sua missão, como Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Saúde, entre outros.

As cidades de Santa Maria e Silveira Martins resultaram da participação cultural e étnica de vários grupos que, além de aspectos materiais, legaram valores como a religiosidade popular, instalada na região, resultado, principalmente, da participação dos portugueses, açorianos e italianos, que colaboraram para a formação da identidade religiosa católica dos povoadores da região.

OS SANTUÁRIOS MARIANOS E AS ROMARIAS EM SANTA MARIA E SILVEIRA MARTINS/RS

Entende-se identidade como “algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2005, p. 38). Castells (1999, p. 22) afirma que “identidade é o processo de construção de significado com base em atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”. O que aconteceu na região de Santa Maria/RS, com relação à herança cultural dos vários grupos que aqui se instalaram, corresponde ao pensamento de Castells no que se refere à predominância de alguns aspectos construtivos identitários, entre estes o catolicismo¹. De acordo com Castells (1999), as condições históricas, geográficas, biológicas, as instituições produtivas e reprodutivas da memória coletiva, as influências das instituições de poder e revelações de cunho religioso, são responsáveis pela formação da identidade.

Assim, a predominância da identidade religiosa católica em Santa Maria/RS, por exemplo, deve-se à herança cultural ibérica, pois, de acordo com

¹ Ramificação da doutrina cristã.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Gil Filho e Gil, a **identidade religiosa** “está relacionada a uma determinada temporalidade e espacialidade, [...]”, pois, “em uma igreja de constituição recente, de carência simbólica e ritual e prática religiosa flexível, ainda não se **pode definir o perfil da identidade**” (2001, p. 48). O sentido de identidade remete a uma ideia de pertencimento, algo que, “permite o reconhecimento institucional da opção religiosa”, de que “a identidade religiosa seria uma construção histórico-cultural socialmente reconhecível do sentimento de **pertença religiosa**” (GIL FILHO e GIL, 2001, p. 48). Pode-se acrescentar à última definição a afirmação de que o sentido de pertença característico desta identidade religiosa, muitas vezes, está materializado num espaço físico, como em um santuário.

Um santuário é um lugar considerado sagrado por uma determinada população regional, nacional ou de vários países (ROSENDHAL, 2002, p. 39). Os grupos elegem seus lugares de culto, de meditação e de encontro com a divindade. É sagrado porque é o oposto do profano, do cotidiano. No local sagrado, os fiéis se reúnem protegidos das influências dos meios profanos. A **comunidade religiosa “recorta o espaço (sagrado) à sua maneira, de forma a constituir um ponto fixo, onde ela reencontra suas lembranças”**, enfatiza Rosendhal (2002, p. 35).

Constatou-se que a fé católica estendeu-se pelas áreas conquistadas por portugueses e espanhóis, graças ao trabalho de evangelização realizada pelos padres jesuítas e de outras ordens que chegaram à América colonial. O sistema do padroado permitiu aos reis portugueses a submissão dos padres, que como funcionários do governo desenvolviam, além das funções religiosas, celebração das missas, organização das festas dos padroeiros, confissões e comunhões (AZZI, 1977, p. 44), às funções burocráticas, como administrar os batismos e os casamentos, registros de falecimento nas paróquias. Isso lhes facilitava o controle e autoridade sobre as populações e a oportunidade de inculcar na população sua visão tradicional do catolicismo.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Paralelamente ao catolicismo oficial, como enfatiza Azzi, (1977, p.45), difundiu-se, no Brasil, o catolicismo popular, dependente em certos aspectos do catolicismo tradicional, mas, conforme esclarece o autor, com certa autonomia e caracterizado pela dimensão devocional, manifestado no culto aos santos e à Virgem Maria, especialmente sob a invocação de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de quem os reis portugueses, desde Afonso Henriques (1109-1185), foram grandes devotos e estimuladores do culto. O culto a Maria, introduzido no Brasil Colônia pelos portugueses, aprofundou-se e criou raízes em todas as camadas sociais. Segundo Mello e Souza (1998, p. 2)², ela “é a evocação preferida entre os 94 tipos de invocações conhecidas no Brasil colonial, com 164 variantes ao todo”. **Segundo Azzi (1977, p.45), no catolicismo popular, apoiado pelo clero português colonial: “o povo encontra maior liberdade de expressar sua devoção e maiores possibilidades de participação no culto religioso. Essa fé popular, que tem seu centro na devoção aos santos, se manifesta especialmente nas procissões, nas promessas e ex-votos”.**

Esta é a caracterização da religiosidade do povo brasileiro que será apresentada, a partir do recorte que se estabeleceu para o estudo da região onde se inserem Santa Maria e o município de Silveira Martins/RS. Acrescente-se a estas as colaborações da cultura religiosa introduzidas pelos grupos de famílias açorianas que se instalaram no Rio Grande do Sul, desde o século XVIII, chegando inúmeras delas na região central, onde os portugueses haviam fundado um acampamento militar no final deste século, considerado origem de Santa Maria. A região, por conseguinte, assimilou os principais conceitos religiosos deste povo, entre eles os diversos rituais (do nascimento, casamento e morte), superstições, costumes das rezas, benzeduras, procissões com cantos e ladainhas.

A chegada dos imigrantes italianos à região, a partir do final do século XIX, resultou da política imigratória realizada pelo Império Brasileiro, com a

²Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/1998/autor/Maria%20Beatriz%20de%20Mello%20e%20Souza.doc>>. Acesso em: 20.jan.2010.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

finalidade de ocupação de áreas de baixa densidade. A região foi escolhida para a instalação da chamada Quarta Colônia Imperial de imigração Italiana, na região central, tendo como núcleo original Silveira Martins, surgida em 1879, subordinada à cidade de Santa Maria/RS.

A presença dos italianos na região muito contribuiu para o fortalecimento da religiosidade popular, principalmente quanto à devoção mariana. Para os italianos, a reza do terço era diária, em família, e considerada sagrada. Aos domingos, o terço era rezado em comunidade, na capela, com cantos e ladainhas mais solenes, pois os padres só visitavam as capelas periodicamente, quando então havia missa. Outra característica marcante da religiosidade do imigrante italiano e seus descendentes no Rio Grande do Sul foi a presença constante das capelas. Praticamente todas as comunidades têm a capela, que marca sua **vivência religiosa e social, pois ali “se realizam as festas que seguem o modelo europeu, com missas, coral, procissão, bênção, jogos, comidas e baile”** (RICHTER *et al.*, 1990, p. 78).

As antigas capelas, alguns hoje santuários como o destacado neste trabalho, foram e ainda são locais sagrados de manifestação de fé dos imigrantes e seus descendentes e onde ainda hoje se celebram as festas e romarias aos santos de devoção. Como exemplos, neste estudo, o Santuário e a Romaria Estadual da Medianeira de Santa Maria e o Santuário e Festa de Nossa Senhora da Saúde, em Silveira Martins, são exemplos de festa religiosa urbana e festa religiosa rural, com suas respectivas características.

De início, percebe-se que ambas as realizações têm aspectos em comum: apresentam momentos distintos, nos quais estão presentes os rituais sagrados (procissão, missas, novenas, bênçãos, ex-votos, comunhão entre os fiéis) e os rituais profanos (a organização antecipada da festa pela comunidade, o almoço, compra de lembranças da festa e outros produtos); a mobilização periódica dos indivíduos e da comunidade, tanto na festa realizada no meio urbano como na festa realizado no meio rural, sob uma liderança leiga local ou de um padre, que **serve também “para resolver problemas e encontrar o caminho da regeneração,**



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

da renovação e da revitalização” (DIAS, 2006, p. 98). Este aspecto é considerado respeitável, pois a mobilização em torno da festa com a romaria e o fato dela ocorrer vinculada a um santuário, para onde ocorrem peregrinações e que simboliza aspectos importantes do desenvolvimento e história da comunidade, representa a preocupação do grupo em preservar seu patrimônio cultural em seus aspectos simbólicos e materiais. Isto porque o conjunto de ritos, crenças, festas religiosas ou populares, costumes, saberes e linguagens, é parte importante da cultura do povo, por ser considerado imensurável, está muito mais susceptível às mudanças e ao desaparecimento do que o próprio patrimônio construído.

A festa e romaria de Nossa Senhora Medianeira ocorre em Santa Maria desde 1930, e em caráter estadual a partir de 1943, pois no ano anterior passou a ser considerada padroeira principal do Estado do Rio Grande do Sul (BELMONTE *apud* PAIXÃO, 2003,p.37). A devoção a Maria, como Mediadora, surgiu na Bélgica, no início do século XX, quando o Arcebispo Desidério José Mercier defendeu a teologia da Mediação de Maria. O **Fráter** Inácio Valle, jesuíta, trouxe a devoção para o Seminário São José de Santa Maria/RS, onde assumiu como professor e prefeito dos seminaristas, em 1928. A devoção cresceu além dos muros do seminário, tomou a cidade e, desde então, tem atraído, a cada ano, milhares de devotos e peregrinos ao santuário.

O santuário foi consagrado por decreto pontifício em 1987 com a denominação de Santuário Basílica Menor de Nossa Senhora Medianeira e tem aspectos arquitetônicos contemporâneos, com amplos espaços internos. Seu diferencial está nos vitrais confeccionados pelo arquiteto gaúcho Emilio Zanon, que narram o histórico da devoção a Medianeira na região. No seu interior está exposto o quadro pintado em 1930 por Ida Stefani, a partir de uma pequena gravura representando Nossa Senhora como Medianeira.

A Festa com romaria em honra de Nossa Senhora Medianeira em Santa Maria ocorre no segundo domingo de novembro, antecedida pela semana da novena móvel, quando o quadro representando a Virgem visita as paróquias da



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

cidade. O ponto de partida da romaria é a Catedral Metropolitana de Santa Maria, de onde os devotos seguem em procissão o andor com o quadro da santa por cerca de 1h30min até o Santuário Basílica. O romeiro segue um ritual comum às romarias desde a época colonial, orando e cantando orações e cantos tradicionais e outros mais atuais. Este ritual de viagem e chegada é comum a todas as romarias dos católicos. Há sempre a ideia do deslocamento do ***lugar não sagrado*** (as ruas da cidade) para o ***lugar sagrado*** (o santuário, a igreja) e a viagem se torna um ato de penitência, um louvor, um júbilo; na missa, o perdão divino, o encontrar a Deus e, finalmente, o festejar, a comida e, em alguns casos, **a música e a dança. No paraíso, na “terra - sem-males” (expressão de BRANDÃO, 1989), encontrar o outro.**

Ao chegar ao Santuário da Medianeira, o devoto visita a imagem sagrada, aproxima-se para tocá-la e oferecer flores; logo após, submete-se a esperar numa fila com outros fieis para adquirir a água benta ou outra lembrança; a seguir assiste a missa, recebe a benção; enfim, cumpre todo o ritual que considera essencial para ter participado da festa. Só então se considera liberado para usufruir da parte profana da festa: almoço, compras, encontrar com amigos...

Quanto ao aspecto turístico da romaria da Medianeira em Santa Maria/RS, embora ela movimente a cada ano cerca de 200 mil romeiros de outras regiões do Estado e até do país, ela não chega ainda a mobilizar turisticamente a cidade. A explicação é que o romeiro frequentador da Festa da Medianeira se caracteriza como do tipo excursionista, aquele que permanece menos de 24 horas no local visitado, não chegando a pernoitar; portanto, não requer uma estrutura maior de hotéis e locais de lazer, conforme constatou Silva (2010), em sua pesquisa sobre hospitalidade em Santa Maria por ocasião da Romaria. O máximo que ocorre são compras no comércio, que é fator de atração para o público que vem de um raio de deslocamento regional.

O Santuário de Nossa Senhora da Saúde está situado na Linha Quarta Norte, em Silveira Martins, a 10 km da sede do município. Nossa Senhora da



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Saúde é considerada padroeira da Quarta Colônia de Imigração Italiana, conforme decreto do Bispo da Diocese de Santa Maria, em 2002. A devoção a Nossa Senhora da Saúde surgiu no México, no início da colonização espanhola. Alguns anos depois era venerada em Portugal, por ocasião de uma peste que assolou o país e, finalmente, a devoção chegou à Itália, onde, também durante um surto de peste, o patriarca de Veneza fez uma promessa a Virgem Maria, chamando-a ***Madonna della Salute***, prometendo erguer uma igreja em sua homenagem, em Veneza, quando a peste acabasse. Alguns meses depois o surto acabou e se iniciou a construção da igreja, concluída em 1687. Nossa Senhora da Saúde é a padroeira de Veneza (ADUCCI, 1958) e desta cidade os imigrantes a trouxeram para o Brasil no final do século XIX.

Entre estes imigrantes, estava o grupo que chegou à localidade de Val de Buia (interior do Município de Santa Maria/RS), em 1878, onde esperavam pela divisão dos lotes que lhes seriam destinados na nova Colônia, denominada Silveira Martins. Uma das famílias trouxe o quadro da padroeira de Veneza que foi colocado no altar da capela do núcleo por eles formado na chamada Linha Quarta Norte, interior da colônia de Silveira Martins. Ali, o quadro recebeu promessas e ex-votos, seguiu em procissões e romarias na localidade desde 1880, segundo relato do padre Moro³. A capela foi construída em 1882, segundo o Padre Moro, com o trabalho e ofertas de toda a comunidade, como era comum nos primeiros tempos da colonização italiana e depois ampliada, até atingir o aspecto atual. A capela foi construída, segundo Bisognin⁴ **“num estilo eclético, onde predominam formas clássicas e apresenta equilíbrio, ordem e simetria. [...] se encontram, também, elementos da *Art Déco*, na fachada”**.

Por ocasião das festas religiosas da Quarta Colônia é comum os voluntários da comunidade se reunirem com antecedência em mutirão nos fins de semanas, para realizar a limpeza do local, pinturas e reparos necessários, tanto no salão da comunidade como na capela, além da organização da cozinha

³ Livro do Tombo da Capela de Nossa Senhora da Saúde, Silveira Martins/RS de 1945.

⁴ Em entrevista à autora em 15 de janeiro de 2011, em Santa Maria/RS.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

e preparo dos utensílios para o dia do grande almoço. Isto ocorre na pequena comunidade da Linha Quarta Norte, quando moradores de todas as idades envolvem-se nos preparativos para a festa de Nossa Senhora da Saúde. Nestes momentos de mutirão ou quando retornam ao núcleo para o trabalho voluntário **na festa, “os jovens aprendem com os mais velhos a perpetuar a cultura da comunidade, de modo que, depois da festa, tudo volta ao mesmo lugar [...] a festa acaba recriando os valores comunitários que regem a vida cotidiana”** (GROPPO, 2005, p. 24).

A Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Saúde, hoje Santuário da Saúde, acontece no terceiro domingo de novembro, iniciando com a novena móvel, durante a qual a imagem de Nossa Senhora da Saúde percorre os municípios da Quarta Colônia. Nas noites anteriores à Romaria, ocorre o *tríduo* e no domingo, a festa, que inicia com missas. Neste dia, ainda pela manhã, acontece a romaria que, tendo à frente o andor com a imagem da santa, segue por uma estrada de chão batido, percorrendo, por cerca de 20 minutos, o espaço simbolizando a ida do *lugar não sagrado* para o *lugar sagrado*, a *viagem* do percurso que se torna um ato de penitência. Os devotos fazem suas preces, carregam seus objetos a serem bentos, levam velas, flores, ou no final da procissão, retiram uma flor do andor da Santa para levar para casa, tocam a imagem, ajoelham-se e acendem velas. As idas e vindas do peregrinar e o fechar do ciclo da romaria têm o mesmo significado em todos os percursos, longos ou curtos, e simbolizam a eterna busca do crente. De certa forma, “ao peregrinar, as pessoas rejeitam os males de cada dia, procuram ser regenerados pela imagem e voltar ao seu mundo cotidiano com novas energias” (IRARRÁZVAL, 1993, p.150). Este modelo de festa parece caracterizar o que Duvignaud (*apud* AMARAL, 2001, p. 41) chama de festa de participação, na qual toda a comunidade participa “consciente dos mitos que ali são representados, assim como dos símbolos e dos rituais utilizados” (AMARAL, 1998, p. 41). De acordo com a classificação de Duvignaud (*apud* AMARAL, 2001, p. 41), portanto, as festas das comunidades de origem italiana no interior da Quarta Colônia



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

classificar-se-iam como Festas de Participação, pois toda a comunidade envolve-se ativamente em cada etapa do festejar. São símbolos e rituais que a própria comunidade recria e reinventa naquele momento e que, para Amaral (2001, p. 26), significa que “quanto mais festas um determinado grupo realiza, maiores as possibilidades de permanecer unido e fazer frente às forças contrárias à união”.

Centenas de visitantes entre devotos e turistas participam das atividades no dia da Festa, principalmente do almoço tipicamente italiano, servido ao meio dia. A festa, neste caso, torna-se um fator de reunião periódica dos parentes, vizinhos, amigos e visitantes, em uma atividade que, ao mesmo tempo em que é devocional e espiritual, possui um caráter mais amplo, quando serve para reatar laços com o passado, além de fortalecer divulgar os costumes da comunidade, como forma de preservar sua identidade e patrimônio cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenrolar da investigação proposta mostrou que a região enfocada abrigou vários grupos de culturas distintas e que cada um deles contribuiu com aspectos culturais para formação da história local. No que se refere à cultura religiosa destes povoadores, destacam-se, nesta revisão, a devoção mariana por eles manifestada. Entendeu-se que esta tem muito em comum, embora suas origens sejam diversas, talvez porque a origem da devoção mariana seja uma só. Como exemplo desta afirmação, destaca-se os povoadores da região central do Rio Grande do Sul, especialmente Santa Maria e Silveira Martins, dos quais se evidenciaram os portugueses, os açorianos e os imigrantes italianos, instalados aqui por motivos diversos, que consolidando sua cultura, deixaram sua marca na sociedade local. Outro aspecto a considerar é o fato de as romarias estudadas apresentarem os elementos que se referem ao culto de maneira geral e elementos culturais marcantes de cada grupo, que transparecem nos festejos sagrados e profanos, na gastronomia, no bem receber os visitantes, estimulando o turismo religioso. Tais características culturais que fazem parte do patrimônio



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

local devem ser conhecidas pelas comunidades envolvidas e divulgadas como apelo ao visitante o que trará benefícios, principalmente na forma de auto-estima e valorização da identidade local.

REFERÊNCIAS

- ADUCCI, Edésia. *Maria e seus gloriosos títulos*. Juiz de Fora, MG: Lar Católico. 1958, 160 p.
- AMARAL, Rita de Cássia. *Festa à brasileira: o sentido do festejar no país que não é sério*. 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/festas.pdf>>. Acesso em: 05. jan. 2011.
- AZZI, R. Evangelização e presença junto ao povo aspectos da Histórica do Brasil. In: BRANDÃO, C. R. *Religião e catolicismo do povo*. Cadernos. Curitiba: Studium Theologicum/UCP, 1977. p.39-72.
- BISOGNIN, E. *A arquitetura dos Santuários de Nossa Senhora da Saúde e de Nossa Senhora de Pompéia, de Silveira Martins*. Santa Maria, 15 e janeiro de 2011. Entrevista concedida à autora.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo cultural: Manual de orientações*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cultura na rua*. Campinas, SP: Papyrus, 1989. 219 p.
- BOFF, C. *Mariologia social: o significado da Virgem para a sociedade*. São Paulo: Paulus, 2006. 728 p.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação, economia e cultura*. 3. ed. Tradução de Klaus B. Gerhardt. SP: Paz e Terra, 1999. v. 2. 530 p.
- DE LA TORRE PADILHA, O. *El turismo: fenómeno social*. 2. ed. México: Fondo de Cultura, 1997. 160p.
- DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006. 257p.
- FONSECA, M. C. Londres. *O patrimônio em processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC: IPHAN, 2005. 294 p.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- GIL FILHO, A. F.; GIL, A. H.C. Identidade religiosa e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 199 p.
- GROPPO, L. Antonio (Org.). Vamos para a festa: turismo e festa popular. In: GROPPPO, L. A. (Org.). **O popular e o lúdico nas festas**. Taubaté, SP: Cabral e Livraria Universitária, 2005. p. 11-34. 178 p.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Tradução: Tomáz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 102 p.
- IRARRÁZAVAL, D. Apreciação crente. In: GONZALES, J. L. **et al. Catolicismo popular: história, cultura, teologia**. São Paulo: Vozes, 1993. p.129-244.
- MELLO E SOUZA, M. B de. **O culto de imagens da Imaculada Conceição no mundo luso-brasileiro: (séculos XVI-XVIII)**. 1998. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/1998/autor/Maria%20Beatriz%20de%20Mello%20e%20Souza.doc>>. Acesso em: 20.jan.2010.
- MEO, S.; DE FIORES, S. **Dicionário de mariologia**. Tradução: Álvaro A.Cunha; Honório Dalbosco; Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995.
- MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000. 140 p.
- PAIXÃO, D. X. da. **Pe. Ignácio Valle, S. J.** e a Devoção a N.Sra. Medianeira. Santa Maria: Pallotti, 2003. 127 p.
- RICHTER, I. M.; DIAZ, A.; FORNARO, M.J. **Medianeira e Pompéia: Festividades religiosas populares na região de Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, 1990. 123 p.
- ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2002. 92p.
- SILVA, Alexandra Begueristain da. **As práticas humanizadoras de hospitalidade nos eventos programados em Santa Maria: estudo de caso; Romaria de Nossa Senhora da Medianeira**. 2010. 115 f. Monografia (Pós-Graduação em Gestão de Turismo Sustentável). Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2010.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

STEIL, C. A. Peregrinação, romaria e turismo religioso: raízes etimológicas e interpretações antropológicas. In: ABUMANSSUR, Edin Sued (Org.). ***Turismo religioso***: ensaios antropológicos sobre religião e turismo. Campinas (SP): Papirus, 2003. p. 29-51.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

GUILHERME GAELZER NETO: O “KAISER” DOS TRÓPICOS

Evandro Fernandes¹

Desde meados da década de 70, os estudos biográficos em torno de personalidades pertencentes às elites sociais tem tido uma crescente importância para os historiadores. A tendência de aproximação das Histórias Cultural, Social, Política e Econômica, bem como a interdisciplinaridade, têm marcado o campo historiográfico e contribuído para um saber histórico mais diversificado. Este projeto propõe-se a desenvolver investigações na área da História Contemporânea, nos campos da História Social, Política e Cultural, com ênfase em lideranças comunitárias relevantes para o grupo étnico alemão no Brasil.

O presente artigo propõe-se a estudar a figura Guilherme Gaelzer Netto, personalidade intrigante do cenário político local, regional, nacional e internacional. Segundo fontes históricas, Gaelzer Netto foi uma das crianças órfãs sobrevivente do Conflito Mucker (*Muckerbewegung*)² ocorrido na Colônia de São Leopoldo entre os anos de 1876 a 1878.³ Gaelzer Netto exerceu a função de delegado de polícia de São Leopoldo, cargo a partir do qual se projetou para vida política mediante convite do Cel. João Correa da Silva.⁴ Foi intendente municipal (prefeito) da cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, de 1902 a

¹ Evandro Fernandes é bacharel em Teologia Luterana pela Escola Superior de Teologia da IECLB, licenciado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde cursa doutorado. Atualmente exerce a função de assessor pedagógico da área sócio-histórica da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo.

² O Conflito dos Mucker foi um evento marcante em meio a Colônia Alemã de São Leopoldo. Envolveu católicos, luteranos e o governo em disputas políticas, econômicas e religiosas que marcaram profundamente toda a colônia alemã, resultando no massacre de muitos imigrantes alemães. Para maiores informações confira DICKIE, M. A.. **Afetos e circunstâncias. Um estudo dos Mucker e seu tempo.** São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado

³ Cf. GERTZ, R. E. **O aviador e o carroceiro. Política, Etnia e Religião no Rio Grande do Sul nos anos 1920.** Porto Alegre: EDIPUC, 2002, p.180

⁴ Cf. Carta do Pastor Wilhelm Rotermund ao Cônsul Alemão de Porto Alegre em 19/03/22. Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Pasta R-67099



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

1916, sendo reeleito para sucessivos mandatos em 1904, 1908 e 1912, influenciando, desta forma, a vida política da região do Vale do Rio dos Sinos, onde se localiza a cidade, por mais de uma década e meia.

Episódios dramáticos do cotidiano político e econômico brasileiro e internacional marcaram a atuação Guilherme Gaelzer Netto. Seu mandato político como intendente municipal de São Leopoldo foi exercido num dos períodos politicamente mais conturbados da história republicana rio-grandense, durante a administração de Borges de Medeiros, então governador do estado Rio Grande do Sul, que sempre manteve uma postura de distanciamento e desconfiança em relação ao poder central.⁵ Borges colaborou intensamente com Gaelzer Netto, estimulando a agricultura colonial e a pequena indústria de origem artesanal típica das colônias alemãs.

O mandato de Guilherme Gaelzer Netto como prefeito foi marcado por diversas mudanças na estrutura da região do Vale dos Sinos. Nele foi inaugurada a linha férrea de São Leopoldo a Montenegro e margem do rio Taquarí. No ano de 1907 realizou-se uma reestruturação urbana, na qual foram calçadas várias ruas de São Leopoldo e, em seu governo, resolveu-se o problema da iluminação elétrica. Gaelzer Netto introduziu o primeiro automóvel em São Leopoldo, era conhecido **como o “pequeno Kaiser”, pois seu bigode lhe conferia** a mesma aparência do Imperador Alemão Guilherme II, que conheceu pessoalmente na Alemanha nas comemorações da Batalha de Sedan.⁶

Inimigos políticos conquistados durante sua trajetória política também contribuíram na construção desta representação no imaginário social urbano e colonial devido ao seu modo autoritário de governar.⁷ Ao deixar a

⁵ Borges de Medeiros (1864-1961) foi um dos mais destacados políticos republicanos rio-grandenses. Governou o Rio Grande do Sul por cerca de três décadas, sendo um fiel representante do positivismo.

⁶ Cf. SANT'ANA, E.. **Minha Amada Maria. Carta dos Mucker.** Canoas: Ed. ULBRA, 2004, p.20

⁷ Guilherme Gaelzer Netto era conhecido pelos seus inimigos políticos como *O Kaiser de Porto Alegre*. Cf Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. *Carta da Reichsamt für Deutsche Einwanderung, Rückwanderung und Auswanderung para o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha*, 20/08/20. Pasta R-67094



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

administração municipal de São Leopoldo, teve as contas públicas investigadas a partir de denúncias realizadas pelos opositores. As investigações resultaram em um processo que acusava Gaelzer de beneficiar-se de recursos públicos. Tais acusações resultaram em seu rompimento com Borges de Medeiros e na sua aliança com Pinheiro Machado.

Encerrada sua atuação como intendente municipal, Gaelzer Netto atuou como representante comercial na Europa. Netto já havia visitado a Europa Central, em especial na Alemanha, antes do início da Segunda Guerra Mundial, onde ocupou o posto de Diretor Geral de Propaganda Oficial Brasileira para o norte da Europa.⁸ Na chefia do Escritório de Propaganda Brasil-Alemanha, que funcionou entre 1936 e 1941, buscava fomentar as relações econômico-comerciais entre o Brasil e diversos países da Europa Central (Alemanha, Áustria, Hungria, Tchecoslováquia, Bélgica, etc..).

Gaelzer Netto representava produtos de exportação brasileiros em feiras comerciais, fazia propaganda do Brasil para empresários, estimulava as relações comerciais entre empresas européias, em especial alemãs e brasileiras interessadas em atividades de importação e exportação. O rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial resultaram no fechamento do escritório e na volta de Gaelzer Netto para o Brasil. Este trabalho foi realizado junto às representações diplomáticas brasileiras de diferentes governos, dentre os quais podemos citar os de Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Já durante o governo de Epitácio Pessoa, Gaelzer Netto envolvera-se com a vinda de imigrantes alemães para o Brasil e, durante o governo de Getúlio Vargas, foi nomeado Inspetor do Departamento Nacional de Povoamento na qualidade de Comissário de Imigração na Europa, com poderes de controle e

⁸ Acervo Benno Mentz. *Carta de Pe. Balduino Rambo a Pe. Leopoldo Arntzen*, 18/08/1946



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

fiscalização da imigração para o Brasil.⁹ Neste cargo buscava arregimentar imigrantes alemães para estabelecer em colônias nas regiões, sul, sudeste e nordeste do Brasil.

Elemento destacado e respeitado na comunidade étnica alemã, Guilherme Gaelzer Netto transitava com certa desenvoltura em meio aos círculos políticos da capital do Brasil, o Rio de Janeiro.¹⁰ Destaca-se em sua biografia a importante colaboração que deu ao Comitê de Socorro à Europa Faminta (**SEF**), organização assistencial ecumênica de católicos e luteranos, criado no pós-guerra pelos padres jesuítas Balduino Rambo e Henrique Pauquet em prol dos alemães refugiados da Segunda Guerra Mundial.¹¹ Gaelzer destacou-se ao buscar, junto às autoridades inglesas e brasileiras, as autorizações necessárias para que o comitê pudesse enviar ajuda humanitária para a Alemanha. Também tentou interferir para que os governos brasileiro e inglês se empenhassem na repatriação de 1700 brasileiros retidos na Alemanha.

As discussões da imprensa brasileira e dos círculos políticos em torno da possibilidade de trazer imigrantes alemães para o Brasil no pós-guerra, e que eram muito polêmicas, despertaram o interesse de Guilherme Gaelzer Netto. Este não atuou em prol do Comitê de Socorro à Europa Faminta de forma desinteressada, mas esperava assumir um posto como Secretário de Imigração junto à Missão Militar Brasileira Berlin-Wannsee. A nomeação de Gaelzer Netto

⁹ Cf. Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. **Credencial de Guilherme Gaelzer Netto fornecida pela Legação Brasileira ao Ministério de Assuntos Estrangeiros da Alemanha**, 18/05/31. Pasta R-67108

¹⁰ Para garantir seus interesses, Guilherme Gaelzer Netto manteve um diversificado círculo de contatos e amigos que lhe garantiram acesso a muitas personalidades políticas representativas do cenário nacional e internacional. Entre estes podemos destacar: Adolf Hitler; o Presidente da República do Brasil, Eurico Gaspar Dutra; diversos diplomatas residentes no Rio de Janeiro; o interventor do estado do Rio Grande do Sul, Cilon Rosa; o Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, General Ivo Soares; o Deputado Federal Arthur Fischer; o Ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita, o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara; Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura; Min. Interino Embaixador Samuel Leão de Souza Gracie; a Primeira Dama do Brasil; José Valle, Oficial de Gabinete da Presidência; Oficial de Gabinete da Presidência, Dr. Francisco Dalamo Lousada; Ministro da Fazenda, Dr. Gastão Vidigal; Ministro das Relações Exteriores, Macedo de Soares, etc...

¹¹ Cf. FERNANDES, E. **S.O.S. Europa Faminta. Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF**. Florianópolis, 2005, Dissertação de Mestrado



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

para o cargo de Secretário de Imigração em Berlim também interessava as lideranças da comunidade étnica alemã no Brasil envolvidas com o germanismo e atentas à questão migratória do pós-guerra como Pe. Balduino Rambo.¹²

A nomeação de Guilherme Gaelzer Netto para Secretário de Imigração na Alemanha do pós-guerra foi assunto discordante dentro dos círculos políticos próximos do poder. Sua ascendência germânica era vista com ressalvas, pois podia causar problemas políticos internos ao governo brasileiro, envolto com **fortes movimentos antigermânicos dos assim chamados “nativistas”**. Gaelzer tentou a nomeação de *auxiliar técnico* para atuar no processo emigratório em Berlim. A articulação de influentes lideranças políticas colaboraria para que Guilherme Gaelzer Netto pudesse tentar arrancar sua nomeação do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. A indicação do mesmo para Secretário de Imigração contou com a colaboração da Presidente da Cruz Vermelha do estado do Rio Grande do Sul, Sra. Odila Gay da Fonseca, que intercedeu junto ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio para que o mesmo fosse indicado para o cargo.¹³ Tentativas de contatar o Senador Dr. Nereu Ramos, ex interventor do Estado de Santa Catarina durante o Estado Novo, acabaram frustradas.¹⁴

Fato é que a nomeação de Guilherme Gaelzer Netto para Secretário de Imigração acabou não sendo aprovada. Em junho de 1947 o mesmo ainda lutava para obter a nomeação, agora com a influência política do Ministro Dr. Arthur de Souza e Costa, que cuidava dos interesses da indústria, comércio e

¹² Segundo Pe. Rambo em carta a Cel. Gaelzer Netto: *A vossa nomeação seria para nós uma garantia de que não se fará do pobre país (Alemanha) um mercado de escravos e Fronarbeit, mas que se abram, larga e hospitaleiramente, as portas da terra brasileira para receber a quantos conosco queiram trabalhar*. Acervo Benno Mentz. *Carta de Pe. Balduino Rambo a Cel. Gaelzer Netto*, 04/10/1946.

¹³ Acervo Benno Mentz, *Carta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a Sra. Odila Gay da Fonseca*, 20/11/1946

¹⁴ A atitude de Nereu Ramos explica-se pelo fato do mesmo ter implementado a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina. Nereu Ramos não nutria simpatias pela comunidade étnica alemã, que o estigmatizava como inimigo dos imigrantes. Cf. ABREU, A. de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-30**. São Paulo: FGV, 2001, p.4888-4889



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

colonização. Entretanto, Gaelzer Netto conseguiu ser designado delegado da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro, recebendo um passaporte especial para transitar pela Europa.¹⁵ Com este passaporte, foi para Berlim com 70 caixas de **doações humanitárias no navio sueco “Amazonas”**.¹⁶

Guilherme Gaelzer Netto creditava a seus opositores políticos a campanha contra sua nomeação junto ao Presidente Eurico Gaspar Dutra. Estes teriam feito intrigas verbais junto ao presidente. A ida de Gaelzer Netto a Berlim, mesmo sendo particular, não foi, na época, considerada *oportuna*. Segundo o mesmo, invejavam sua ida a Berlim e Viena. No entanto, seu otimismo continuava vivo, pois, ***cedo ou tarde, a paz virá e minha nomeação também, pois Dutra não volta atrás***. Netto considerava-se, segundo ele próprio, ***técnico experimentado e reconhecido***, o que lhe renderia a nomeação para o cargo pretendido.¹⁷

O fato de Gaelzer Netto ter colaborado com o Comitê de Socorro à Europa não significa que não houvesse restrições quanto a sua atuação em prol da organização. Enquanto aguardava sua nomeação pretendia ir à Suécia visitar o chefe da Caritas na Suécia, Pe. August Adelpkamp.¹⁸ Pe. Rambo solicitou ao dirigente da Caritas Sueca que acolhesse Gaelzer Netto como um amigo e benfeitor da SEF, e não como seu representante legal.¹⁹ Há indícios de que o Pe.

¹⁵ Acervo Benno Mentz. ***Carta de Cel. Gaelzer Netto a Pe. Balduino Rambo e Pe. Henrique Pauquet***, 19/06/1947

¹⁶ Segundo relatos de Guilherme Gaelzer Netto, houve dificuldades para embarcar as doações até a véspera da viagem. Guilherme Gaelzer Netto pretendia aguardar sua nomeação na Europa. Esperava que se cumprisse a promessa que o Presidente Dutra lhe fizera em presença do líder da bancada rio-grandense, Dr. Arthur de Souza e Costa, de que o nomearia encarregado dos Serviços de Imigração na Europa. Acervo Benno Mentz. ***Carta de Cel. Gaelzer Netto a Pe. Balduino Rambo e Pe. Henrique Pauquet***, 21/10/1947

¹⁷ Acervo Benno Mentz. ***Carta de Cel. Gaelzer Netto a Pe. Balduino Rambo e Pe. Henrique Pauquet***, 12/11/1947

¹⁸ Pe. August Adelpkamp era presidente da Caritas sueca no pós-guerra. Era o responsável em fazer com que as remessas de alimentos enviadas pelo Comitê de Socorro à Europa Faminta para a Alemanha chegassem ao país via navios que partiam dos portos da Suécia e eram descarregados em Hamburgo.

¹⁹ Segundo Pe. Rambo: Em conferência com Pauquet eu achei a referência a ele um tanto quanto dura. O homem é de descendência alemã, de Língua Alemã e um sincero amigo da Alemanha. Ele desde o início promoveu a SEF e os trabalhos sem atritos com a Cruz



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Henrique Pauquet, colaborador do Comitê de Socorro à Europa Faminta, tinha restrições pessoais em relação à atuação do mesmo, pois se dirigiu pessoalmente ao Rio de Janeiro para tratar da questão da liberação da remessa de ajuda humanitária junto ao Presidente da República. Além disso, quando Gaelzer Netto estava na Alemanha, Pe. Pauquet teceu críticas a sua estada na Europa. Segundo Pe. Pauquet, em carta a Pe. Adelpkamp: *O Cel. Gaelzer Netto tem mandado notícias novamente? Ele está sentado em Berlim em alguma missão oficial. O velho homem quer tornar-se conhecido.*²⁰

Apesar da destacada atuação de Guilherme Gaelzer Netto no cenário político local, regional, nacional e internacional brasileiros, o mesmo continua a ser um ilustre desconhecido, pois é pequena a produção historiográfica a seu respeito. Sua imagem não está associada a nada significativo. Não há destaque de sua vida pública. Existe um apagamento de sua memória na cidade de São Leopoldo e redondezas.²¹ Estudar a trajetória de Guilherme Gaelzer Netto é importante por causa das personalidades políticas que mobilizou em prol dos interesses do governo brasileiro no cenário internacional, em especial na Alemanha, bem como dos interesses da etnia alemã no Brasil. Sua atuação no cenário político brasileiro merece ser pesquisada a fim de aprofundar nossos conhecimentos sobre a inserção política da comunidade imigrantista alemã no país. Existem poucos estudos sobre a atuação política de personalidades de descendência alemã em áreas rurais e urbanas do Brasil.²²

Vermelha, assim como conseguiu as autorizações de exportação de 4.225 toneladas. Ele provavelmente lhe apresentará uma carta escrita de nossa parte neste sentido. Trate-o como um grande benfeitor da SEF, mas que não possui plenos poderes ou representação de nossa parte.

²⁰ Acervo Benno Mentz. *Carta de Pe. Henrique Pauquet a Pe. Adelpkamp*, 21/05/1948

²¹ Atualmente Guilherme Gaelzer Netto é lembrado somente como nome de rua na cidade de São Leopoldo e, em Novo Hamburgo, foi homenageado como nome de escola de ensino fundamental.

²² Merece destaque a dissertação de Ama Motter sobre a atuação de Von Koseritz na vida política do Rio Grande do Sul. Para maiores informações ver MOTTER, A. **As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembléia Legislativa Provincial Rio-Grandense (1881-1889)**. São Leopoldo, 1999, Dissertação de Mestrado, UNISINOS



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Pesquisar a trajetória de Guilherme Gaelzer Netto é significativo porque podemos traçar um panorama da atuação política das lideranças imigrantistas dos centros urbanos localizados no interior do estado do Rio Grande do Sul, como as cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, colonizadas por imigrantes alemães a partir do séc. XIX. O estudo de Guilherme Gaelzer Netto aprofunda a compreensão dos vínculos que as lideranças políticas locais em meio às colônias alemãs mantinham com as lideranças políticas regionais, nacionais e internacionais e, em especial, com a Alemanha. Compreender a atuação das elites políticas e culturais da comunidade alemã no Brasil é de fundamental importância para a compreensão da História do Brasil e da América Latina.

A atuação de Gaelzer Netto no campo das relações diplomáticas internacionais merece destaque, pois atuou como adido nas embaixadas do Brasil no Peru e Guatemala. Sua atuação mais significativa foi no fomento das relações comerciais entre o Brasil e Alemanha, que eram importantes parceiros econômicos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. A existência do Escritório de Propaganda do Brasil-Alemanha, inaugurado em 1936 e chefiado por Gaelzer Netto, mostra que a aproximação entre ambos os países estava em franco processo de consolidação, sendo o papel do mesmo fundamental para a representação diplomática do Brasil no exterior.

A documentação burocrática produzida durante a atuação profissional de Gaelzer Netto como chefe do Escritório de Propaganda Brasil-Alemanha (1936-1941), nos fornece uma visão do conjunto da produção econômica e comercial pré-industrial brasileira da década de 30. Conseqüentemente, também nos dá uma idéia de como se considerava essa produção face à dos Estados Unidos e Europa, possibilitando o enriquecimento de diferentes reflexões e interpretações acerca do desenvolvimento econômico brasileiro.²³

²³ Cf. LOBO, E. *História Empresarial*. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.222



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Importante destacar que Guilherme Gaelzer Netto não só estimulou as relações políticas, sociais, econômicas e culturais entre Brasil e Alemanha, mas ajudou a construir a imagem do Brasil no exterior. Em suas viagens como representante comercial utilizava filmes e fotografias para fazer propaganda do país e de sua produção econômica no exterior. Suas palestras criaram **estereótipos sobre o Brasil como, por exemplo, “Brasil, Terra do Futuro”, “Rio de Janeiro, Cidade Maravilhosa”**.²⁴ Além disso, projetava filmes mostrando as potencialidades turísticas de estados brasileiros como a Bahia, São Paulo e o Rio de Janeiro, bem como de outros países latino-americanos como o Chile.²⁵ Alguns filmes eram utilizados para mostrar as áreas coloniais disponíveis no Brasil e a vida dos imigrantes estabelecidos nestas colônias no intuito de atrair levas de imigrantes para o país.²⁶

Outro aspecto que merece ser destacado, e que fundamenta a necessidade de estudo das fontes documentais de Gaelzer Netto, é o fato do mesmo ter transitado por diferentes períodos da história política brasileira, ou seja, sua atuação abrange os períodos da República Velha, da Revolução de 30, do Estado Novo e do período de redemocratização. Para perpetuar-se junto aos círculos de poder o mesmo usou de diferentes estratégias de sobrevivência política. Trata-se, portanto, de pesquisar os elementos que contribuíram para que Gaelzer adquirisse uma posição de influência dentro da comunidade imigrante e do Estado Brasileiro. Importante que nos apropriemos da natureza de sua liderança étnica, das suas fontes de poder e prestígio social, assim como analisemos a eficácia de suas estratégias de inserção social dentro de circunstâncias históricas bastante específicas. Uma biografia de Guilherme

²⁴ Cf. Legado de Guilherme Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano de Berlim. Cartazes de Propaganda. Caixa IX. Ankündigungen zu Vorträgen u. Filmen: 1936-1941

²⁵ Cf. Legado de Guilherme Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano de Berlim. Filmes: Erinnerungen Teil 1 São Paulo; Erinnerungen Teil 2: Bahia, Rio de Janeiro, Película sobre a República do Chile.

²⁶ Cf. Legado de Guilherme Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano de Berlim. Filmes: Entstehung einer deutschen Siedlung in Brasilien (Mudo) Filme com legendas em alemão.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Gaelzer Netto enriquece as pesquisas sobre a imigração alemã no Brasil, principalmente no campo da História Política Contemporânea Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A. de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-30.** São Paulo: FGV, 2001, p.4888-4889
- DICKIE, M. A.. **Afetos e circunstâncias. Um estudo dos Mucker e seu tempo.** São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado
- FERNANDES, E. **S.O.S. Europa Faminta. Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF.** Florianópolis, 2005, Dissertação de Mestrado
- GERTZ, R. E. **O aviador e o carroceiro. Política, Etnia e Religião no Rio Grande do Sul nos anos 1920.** Porto Alegre: EDIPUC, 2002, p.180
- LOBO, E. *História Empresarial.* In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.222
- MOTTER, A. **As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembléia Legislativa Provincial Rio-Grandense (1881-1889).** São Leopoldo, 1999, Dissertação de Mestrado, UNISINOS
- SANT'ANA, E. **Minha Amada Maria. Carta dos Mucker.** Canoas: Ed. ULBRA, 2004, p.20

ACERVOS

Acervo Benno Mentz – PUC/RS

Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.
Berlim/Alemanha



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

CORPOS PARA O TRABALHO: COLONIZAÇÃO E SAÚDE EM SANTA CATARINA

Eveli Souza D'Avila de Oliveira*

Introdução

Fugir da miséria. Este era o desejo de muitos imigrantes europeus, não ibéricos, que vieram para o Brasil no decorrer do século XIX. Em seu continente vivenciavam conflitos bélicos e uma intensa crise agrária que lhes colocava diante da fome. Complementando esse rol de adversidades sofriam ainda com a falta de terras e uma industrialização crescente que os sujeitava a precárias condições de vida e de trabalho. Diante desse quadro de dificuldades milhões de europeus viram no Brasil a possibilidade da superação de seus problemas e a conquista de uma vida melhor. Por outro lado, o estímulo do Governo brasileiro levou ao desenvolvimento de farta e eficaz propaganda encorajando e conquistando pessoas que se embrenhavam neste arrojado sonho.

No Brasil, o interesse em viabilizar uma política de imigração e colonização perpassava diferentes intenções. Entre estas é possível destacar o intento do Governo Imperial em promover a ocupação das terras até então consideradas devolutas na região mais ao sul do território brasileiro. No entanto, as consideradas **“terras devolutas” eram ocupadas por posseiros, caboclos e indígenas** que mediante a venda de lotes e o assentamento dos novos proprietários foram expropriados e, no caso dos indígenas, até mesmo exterminados. Como esclarece Voigt:

* Doutoranda do Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Integrante do LABIMHA – Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental. evelidavila@hotmail.com



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

(...) o governo via os imigrantes como uma boa maneira de colonizar muitas áreas da região sul não exploradas, e fracamente povoadas pelos europeus, habitadas por indígenas e próximas às fronteiras ainda incertas das Repúblicas Platinas. (VOIGT, 1996, p. 20).

Paralelamente à possibilidade de delegar ao Estado o controle sobre estas regiões, o projeto colonizador desembocaria na organização de um modelo econômico que potencializasse o mercado interno. Segundo o propósito de políticos e intelectuais, a colonização possibilitaria a instituição de uma camada média rural, a ser constituída por pequenos proprietários de terras e por trabalhadores livres. O interesse, nesse sentido, perpassava pela necessidade de se conseguir corpos para o trabalho, corpos que deveriam estar e manter-se saudáveis.

Entretanto, esse não era o único interesse do governo brasileiro quando da instituição de um projeto de imigração no Brasil. Outros interesses, **àqueles ligados ao “branqueamento” da população que, segundo as ideias racialistas vigentes na segunda metade do século XIX, era marcada pela mestiçagem, o que lhe conferia marcas como a indolência e a preguiça. É assim que, na perspectiva da criação de uma identidade nacional, o poder político levou a efeito medidas no sentido de impulsionar a vinda do branco europeu concebido neste momento histórico, sob o aval da ciência, como possuidor dos atributos necessários para tal finalidade: laboriosidade, civilidade, ordem, limpeza. Segundo Klug, na formação da identidade nacional “a ‘raça’ branca europeia deveria ter a hegemonia dada a sua suposta superioridade.” (KLUG, 2009, p. 227).**

Lesser também ressalta a intenção de delegar aos europeus a missão civilizadora e branqueadora da nação brasileira ao afirmar que:

A proposição eugênica de que uma única **“raça nacional”** era biologicamente possível fornecia um arcabouço ideológico conveniente para o apoio dado pelas elites nacionais e



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

imigrantes que visavam promover o ingresso de imigrantes “desejáveis” que viriam a “embranquecer” o país. (LESSER, 2001, p. 20-21).

Nessa perspectiva, em 1812 tiveram início as primeiras tentativas de imigração que se fortaleceram com a independência política diante de Portugal e se avolumaram ao longo de todo o período Imperial Brasileiro. Inserido no contexto histórico brasileiro, engendrado em questões econômicas, políticas e socioculturais e com propósitos determinados, no século XIX, por iniciativa tanto dos Governos Imperial e Provincial como também de empresas particulares, foi implantado no sul do Brasil um projeto migratório e colonizador. Como observa Klug,

A imigração para o sul do Brasil gerou um modelo de colonização bastante diferente daquele do português no antigo sistema colonial, inserindo uma nova ordem na qual as teorias raciais ganhavam espaço e consistência, colocando o regime de escravidão, no mínimo, sob o holofote interrogativo. (KLUG, 2009, p. 308).

Marcada, sobretudo, pela presença de teutos e itálos, a porção meridional do Brasil, tornou-se a morada de franceses, poloneses, belgas, húngaros, austríacos, sírios, libaneses, irlandeses, russos, árabes, gregos, entre tantos outros imigrantes europeus. Este amplo fluxo migratório gerou nessa porção do Brasil uma grande diversidade étnica e cultural, multiplicidade esta que conta ainda com a presença de portugueses, indígenas e afro-descendentes.

Contudo, na primeira metade do século XIX, algumas iniciativas de colonização, não produziram os resultados desejados, promovendo o retorno de muitos imigrantes ao seu país de origem ou seu deslocamento para regiões **consideradas mais promissoras. Como afirma Seyferth, “As colônias de São Pedro Alcântara e Mafra (SC), e Rio Negro (PR), foram experiências efêmeras, e parte dos colonos deixaram suas propriedades, dirigindo-se para outros povoados, como Itajaí.”(SEYFERTH, 1994, p.1).** Diversas foram as causas que



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

promoveram esses resultados indesejados e o insucesso da tentativa de colonização em algumas regiões do estado catarinense. No entanto, este estudo busca debruçar-se sobre um dos problemas enfrentados pelos imigrantes: as doenças que acometiam estas populações e que, em certa medida, emperraram e até mesmo, em algumas localidades no estado, inviabilizaram o projeto colonizador.

Novas paisagens, velhas doenças

Um grande número de doenças que tirariam o sossego, dificultariam o trabalho e até mesmo, ceifaria vidas de imigrantes que chegaram ao Brasil ao longo do século XIX, tinham sua origem em outros continentes. Ao que tudo indica, estas foram trazidas para a América pelos colonizadores europeus dos séculos XV e XVI. Foi ao longo destes séculos em que as ligações comerciais propiciaram o contato constante de mercadorias e pessoas entre os diferentes continentes, Europa, América e África, que se efetivou a dispersão conjunta de microrganismos causadores de uma grande variedade de doenças. Segundo a abordagem de Alfred Crosby, foi na circulação de pessoas, animais e plantas, que também pequenos patógenos causadores de diversas moléstias migraram para continentes ao longo do processo de expansão europeia. Mediante a vulnerabilidade dos corpos, acometiam as populações nativas fazendo milhões de vítimas, auxiliando os europeus na obtenção do êxito em seu intuito colonizador.

Em sua obra *Caminhos e Fronteiras*, Sergio Buarque de Holanda já explicitava as doenças como uma das dificuldades a serem enfrentadas pelos imigrantes europeus do século XVII e pelos sertanistas que se aventuravam por regiões interioranas do Brasil. Este era o caso, por exemplo, de duas enfermidades que enlutavam muitas pessoas entre os primeiros anos do período colonial: a varíola e o sarampo. No entanto, tais males se restringiam a regiões onde a população se mantinha estável e ao litoral, onde ocorria o



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

contato com a marinha e o ultramar. Ainda segundo este autor, a abundância de mosquitos e moscas tirava o sossego dos habitantes das terras brasileiras, em especial por serem estes transmissores de muitas doenças. Havia também as febres malignas ou sezões, como era conhecida a malária naqueles tempos, que acometia um grande número de aventureiros e tirava muitas vidas. Por fim, o bicho do pé foi elencado por este autor como um dos males que causava grande incômodo, tanto aos nativos como aos imigrantes, desde os tempos coloniais.

Diante do exposto até então, certamente não era a vinda para o Brasil, ao longo do século XIX, que colocaria os imigrantes europeus, não ibéricos, diante de algumas destas moléstias. Uma série de doenças letais como a varíola, o sarampo, a malária e o tifo eram males a muito conhecidas dos europeus e que, quando do projeto colonizador do sul do Brasil, já a muito faziam suas vítimas no continente europeu. Em sua terra natal, grande parte desses imigrantes haviam se aproximado ou até mesmo sido acometidos por elas. As condições insalubres de trabalho e a debilidade física causada pela miséria e a fome que vivenciavam naquele momento histórico, possibilitava o desenvolvimento e propagação de tais males. Josef Umann, em suas memórias acerca da imigração desvela tais fatos:

Mas então! Que significam a varíola, o tifo, a peste e mesmo a cólera e a guerra provocada por tiranos ávidos de presas, em comparação com esse matador esquivo e ranzinza que com braços de pólipos envolve nossas bonitas montanhas do Iser e sem compaixão arrasta consigo a maior parte da população na flor da idade? Este, cujo hábito venenoso envolve a criança delicada e a consagra à morte prematura? Este que só permite um determinado número de anos ao valente forasteiro que, confiante na sua saúde robusta, dele ousa se aproximar? Este monstro insaciável da tuberculose que, como foi dito anteriormente, já teria exterminado toda a população da redondeza sempre novas vítimas procedentes da população pobre das regiões circunvizinhas, a lhe servir de alimento? (UMANN, p.19).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Diante de paisagens não familiares e conhecedores das enfermidades aqui existentes, muitos estavam cientes da possibilidade de reencontrá-las quando chegassem no Brasil. Por outro lado, eram sabedores das dificuldades que vivenciariam ao longo da viagem que os traria ao seu destino e que seus primeiros tempos na nova terra seriam permeados de reveses. Tal conhecimento era disponibilizado aos emigrantes através de notícias enviadas por seus parentes que haviam emigrado anteriormente ou através de livros de viagens e os dos Guias de Colonização, escritos que continham diversas informações sobre esse tema. Este é o caso, por exemplo, do *Guia de instruções aos imigrantes para a província de Santa Catarina no sul do Brasil*, escrito em 1851, por Hermann Blumenau. Elaborado com esmero, traz em suas páginas minúcias sobre as vantagens a serem adquiridas ao se emigrar para o Brasil e explicita como fazê-lo, desvendando todos os caminhos que deveriam ser seguidas para obter sucesso em um passo de tamanha envergadura: como vir em que época do ano; quem deveria vir; o que trazer; quais as possibilidades econômicas, entre tantas outras informações. Mas, o Guia de Hermann Blumenau, elucidava, ainda, os problemas a serem enfrentados no decorrer da viagem e nos primeiros tempos no Brasil. Sobre a viagem ressalta:

Antes do embarque, é aconselhável alimentar-se bem, se o enjôo durar muito tempo, será necessário tomar um sal efervescente, permanecendo deitado a maior parte do tempo, com a cabeça mais erguida e, pela minha experiência, nada poderá ser feito, a não ser ter paciência, A função fisiológica que mais causa sofrimento e preocupação é retenção da urina, no entanto, não há perigo se não estiver associada à constipação intestinal e não persistir por três dias. Neste caso, é conveniente ingerir um laxante, como por exemplo, uma porção de aloé do tamanho de uma ervilha, uma colher de chá de sal amargo diluída em meio copo de água ou 1 ½ colher de chá de óleo de rícino (Castor), podendo alterná-los se o problema retornar, sendo que para a prevenção é aconselhável a ingestão de compotas de frutas e toucinho. (BLUMENAU, 1851, p. 219).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

No intento de auxiliar os colonos no trato com os problemas de saúde que poderiam lhes acometer nas colônias, Hermann Blumenau aconselha sobre os remédios caseiros que deveriam ser trazidos para o Brasil:

(...) sabugo e camomila, que precisam ser cortados, secos, bem prensados, embalados em latas ou vidros e, após o uso, devem ser hermeticamente fechados e untados com pez, repetindo-se esse processo sempre que forem utilizados, senão seu conteúdo estraga. Algumas onças de licor diluído, outro tanto em tintura de arnica, indicada nas contusões, devendo essa ser diluída na mesma proporção com aguardente e aplicada com paninhos; 1 onça de cânfora; 1 onça de essência de amoníaco, 2 onças de sabão veneziano cortado e diluído em uma garrafa de álcool ou de aguardente bem forte, usada em entorses e hematomas; esparadrapo inglês; pílulas laxativas hermeticamente fechadas; consertar bem fechado o pó de semente santa, que serve como vermífugo para as crianças e outras substâncias. (BLUMENAU, 1851, p. 233).

Cientes disso, de posse de algumas informações para auxiliar na superação das condições negativas e, por fim, mediante o sonho de fugir das condições miseráveis que se encontravam, os imigrantes deixam a Europa, para encontrar uma possibilidade de sucesso no sul do Brasil.

A chegada ao Brasil: saúde um elemento essencial para o sucesso

O ano de 1829 marca a fundação do primeiro núcleo colonial do Estado de Santa Catarina: a colônia de São Pedro de Alcântara, onde foram instalados imigrantes de origem germânica. Seguindo-se a este, uma série de outros núcleos foram posteriormente organizados, destacando-se entre eles as colônias de Itajaí em 1836; Blumenau em 1850; Brusque em 1860; Dona Francisca, hoje Joinville, em 1851; Nova Trento em 1875 e Hammonia, hoje Ibirama, em 1899. Apesar de suas peculiaridades e independente de ter sido organizada por iniciativa estatal ou privada, quase todas as colônias formadas apresentam um perfil comum **“os imigrantes foram assentados em áreas de**



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

floresta e a demarcação de lotes acompanhando os vales dos rios. Em todas elas houve a formação de sociedades camponesas com a economia baseada na **pequena propriedade familiar policultora.**” (SEYFERTH, 1994, p.2).

Se este era o perfil das colônias, qual deveria ser o perfil do colonizador? Os escritos sobre a colonização apontam algumas destas características: conhecimento, grande força de vontade, tenacidade no trabalho e, em especial, ser possuidor de uma excelente saúde. Além da difícil viagem, na chegada ao Brasil os colonizadores se deparariam com condições climáticas **diversas e trabalho pesado, sendo assim, “Se doenças houverem enfraquecido o corpo, então a simples viagem marítima já representa o primeiro perigo, e, ainda que o fator sorte ajude, sempre constituirá a principal condição para o ânimo indispensável ao sucesso de cada colono.** (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p.3). Dentro dessa perspectiva, no caso de emigração de grandes famílias, a presença de um corpo não saudável representaria um peso para os demais. Há de se considerar ainda, segundo Gofferrjé, em seu estudo sobre a saúde no Estado catarinense, particularmente considerando os imigrantes alemães, que muitos eram os males que atingiam os colonizadores logo após a chegada ao seu destino por estarem definhados pela viagem longa de navio e logo começarem a trabalhar, mesmo ainda desacostumados ao calor e mal alimentados.

Entretanto, se manter a saúde era vital, a busca por regiões com climas saudáveis reverteria, em parte, ao sucesso ou insucesso da colonização. Segundo Dr. Fritz Gofferrjé, a situação da saúde de uma população depende de vários fatores entre os quais estão os hábitos de vida, as características de cada raça, a situação educacional, as práticas da medicina, a ajuda governamental, o clima e influências externas como, por exemplo, a introdução de epidemias. Nos relatos dos imigrantes e nos documentos que se produziram sobre a imigração, tanto pelo poder público como por colonizadores e seus descendentes, é possível desvelar experiências cotidianas, práticas sanitárias e as condições climáticas e de saúde que marcavam o dia a dia dessas



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

comunidades. Nesses relatos é possível observar uma grande frequência na menção de doenças que acometiam os colonizadores e uma forte ligação destas com as condições climáticas da região. Chama a atenção, também, às referências feitas ao clima do Brasil e de Santa Catarina na medida em que ora são tecidos elogios, ora ele aparece como um dos vilões da colonização enquanto um possibilitador e propagador de doenças.

Esta dualidade pode ser percebida, por exemplo, nas falas do Dr. Blumenau, quando à frente da administração da colônia que recebeu seu nome. Em 1856, Dr. Hermann Blumenau escreveu um livro, em forma de Relatório, onde traz a tona informações das mais diversas sobre os anos iniciais da colonização teuto brasileira em Santa Catarina e suas vantagens. Nele, o clima é descrito enquanto saudável e benéfico para o imigrante europeu. Segundo ele, **“Os problemas de aclimatação (pés inchados, erupções de pele, debilidade seguida de febre), desapareciam rapidamente com uma dieta e um estilo de vida adequado”**.(BLUMENAU, 2002, p. 26). **A colônia estava até então quase imune às enfermidades. Poucos eram os colonos que haviam contraído alguma doença e os casos de mortes por doenças eram também raros. Segundo ele, “Doenças epidêmicas, como a febre amarela, biliosa, intermitente, e a escarlatina, com exceção de alguns casos de varíola, limitaram-se ao porto de Itajaí, sem afetar a região rio adentro, não atingindo a Colônia e nem as margens do Itajaí”**. (BLUMENAU, 2002, p. 27).

Já em seu relatório datado de junho de 1870 e enviado governo Imperial, tais observações sobre o clima e as condições gerais da colonização aparecem um tanto despolidas. Ao descrever as dificuldades com que no Brasil luta o imigrante, menciona que as terras destinadas à imigração são montanhosas, cobertas de densas matas e de difícil acesso, o que dificultava o desenvolvimento agrícola e o escoamento de mercadorias. Alude também ao fato de que a falta de acesso quase impossibilitava a locomoção e o transporte de pessoas e de gêneros. Por outro lado, segundo seu relatório, as terras **“quando forem de mais fácil acesso, por meio de rios navegáveis, o clima e as**



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

febres muitas vezes impossibilitam ou pelo menos dificultam o estabelecimento e **progresso das colônias e da colonização europeia.**” (BLUMENAU EM CADERNOS, 1971, p.147).

Há de se considerar que os diferentes escritos de Hermann Blumenau expressam em contextos distintos. Em seu primeiro Relatório é possível observar um interesse em incentivar a emigração. Nesse sentido, alardear sobre grandes problemas climáticos e médico sanitários poderia acarretar em propaganda negativa e, assim, produzir um efeito desencorajador nos possíveis pretendentes a essa empreitada. Por outro lado, em seu Relatório para o Governo Provincial há uma intenção explícita de cobrar das autoridades políticas a omissão do Estado e o abandono em que se encontravam as colônias recém organizadas. Cabia, nesse sentido, revelar os problemas existentes a fim de que o poder político vigente tomasse iniciativas visando suas soluções. Mesmo assim, estes nos revelam as condições climáticas das colônias e as enfermidades a que eram acometidos seus habitantes.

Em suas notícias acerca das colônias de Nova Trento e Brusque no final do século XIX, D. Arcângelo Ganarine, descreve o clima da província de Santa Catarina fazendo uso de adjetivos como saudável, agradável e até mesmo rejuvenescedor. No entanto, estes elogios, segundo ele não são adequados a algumas regiões como as margens de alguns rios e lugares baixos onde reina o impaludismo, em algumas estações do ano. Ainda com relação a estas localidades, as notícias dão conta de que as moléstias se faziam sentir, sendo **que as mais comuns eram “febres, o chamado mal-da-terra, anemia, chagas dos membros inferiores, supuração da cútis mais ou menos geral, alguma febre nervosa.”**(BLUMENAU EM CADERNOS, 1959, p.99). A **variola também se** manifestava de quando em vez atacando, em especial, os nativos e negros, deixando imunes quase a totalidade dos colonos.

Na Colônia D. Francisca a fala do presidente da Província de Santa Catarina de 1852, nos dá conta de que dos 42 habitantes falecidos na colônia este ano, 37 deles tiveram como causa as moléstias e principalmente as



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

disenterias. Nesta colônia, segundo os escritos de Rodowicz-Oswiecimsky, grassavam doenças como a malária, a febre amarela, as disenterias com sangue, os ataques de bico de pé, os envenenamentos por mordida de cobra, doenças nervosas e catarrais, e uma doença caracterizada pelo aparecimento de feridas nos pés e pernas. Segundo ele:

Estas feridas começam com umas bolinhas d’água nas pernas arrebrandando ao coçar, principalmente nos tornozelos, calcanhares e peito dos pés, e infeccionadas, transformam-se em feridas parecidas com cataporas, circundadas de pus. Às vezes parecem curadas, mas, pura ilusão, elas tornam a produzir comichões, até arrebrandarem bem mais violentamente. Quando algumas dessas feridas se unem, principalmente na canela, transformam-se em feridas abertas, com as quais, às vezes as pessoas se arrastam pó anos inteiros. (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p.52).

Considerando-se tais relatos é possível perceber que o velho pesadelo de algumas das doenças a muito conhecidas dos europeus se fazia presente no Brasil, tornando-se muitas vezes um empecilho para grupos de imigrantes materializarem seu sonho colonizador. Este foi, por exemplo, o caso de imigrantes que haviam se instalado nas colônias de Subida e Lontra. Segundo o **Livro Tombo da Paróquia de Rodeio: “No anno de 1878 os imigrantes italianos por três anos já residentes na Subida e na Lontra, por motivos de febres continuadas, abandonaram aquelles lugares, ameaçados também pelos índios ferozes e refugiaram-se na Colônia de Aquidaban, Diamante e D. Pedrinho Novo”.** (RIO DO SUL: NOSSA HISTÓRIA EM REVISTA, 2003, p. 58).

Raulino Reitz, em seu estudo sobre a genealogia da família Reitz nos remete à formação de algumas colônias teuto catarinenses e aos problemas enfrentados pelos colonizadores nos primeiros anos de sua estada no Brasil. Em 1847, segundo ele, foram estabelecidos em Armação da Piedade (Biguaçu), 150 colonos alemães visando-se o desenvolvimento da atividade da pesca de baleias. No entanto, a improdutividade das terras e os ataques de malária



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

promoveram a retirada contínua dos colonizadores até a extinção da colônia. Seu estudo ainda contempla questões acerca da vida agrícola, alimentação e condições sanitárias vivenciadas pelos colonizadores alemães. Em suas observações ressalta que as condições sanitárias eram boas. As verminoses, comumente alastradas entre a população nacional, eram pouco espalhadas entre os colonos, já que estes se utilizavam periodicamente de vermífugos e óleos laxantes. Doenças como a varíola, que grassava de vez em quando, o tifo e a malária molestavam os colonizadores teuto. Dentre estas, a malária, causadora de epidemias ao longo de toda a faixa litorânea do estado catarinense, era a que mais os castigava. Segundo Reitz:

A malária era medonha em certos lugares quase litorâneos como, por exemplo, alguns lugares do baixo Rio Biguaçu. João Martinho Berns com sua esposa, enquanto moravam em Biguaçu (Encruzilhada para Três Riachos) não conseguiram criar nenhum dos 6 filhos, pois tanto pais como as crianças (quando conseguiam nascer vivas) viviam com malária. Resolveu mudar para Vargedo, no interior de Nova Trento, onde nasceram mais 4 filhos que ficaram adultos. (REITZ, 1963, p. 33).

A situação da colônia de Hamônia, nos primeiros anos da década de 30 do século passado, é revelada nas memórias de Peter Schelle. Conforme seu relato, o desenvolvimento desta era bastante moroso tendo como uma das motivações a dificuldade de comunicação com outras localidades e o transporte de mercadorias. A situação se resolve quando da construção da estrada de ferro, que lhes trouxe, entre outras tantas vantagens, o dinheiro necessário para que a colônia conseguisse quitar suas dívidas de terra. Contudo, conforme Schelle, a estrada de ferro veio acompanhada de um hóspede desagradável, a malária:

Os trabalhadores para a construção da estrada de ferro vinham de toda parte: eram italianos, austríacos, alemães que já haviam trabalhado em muitos outros lugares do país e que traziam, consigo, o germem latente da doença, espalhando-o, **depois por toda a colônia até as mais escondidas ‘tifas’**”.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Antes essa febre era desconhecida aqui. Depois, a miséria por ela provocada, tornou-se clamorosa. E até hoje não está ainda completamente debelada. (BLUMENAU EM CADERNOS, 1961, p.36).

Nesta mesma década, a cidade de Blumenau também convivía com muitos problemas de saúde. As memórias de Grete Baungarten Medeiros **corroboram tal afirmação, pois segundo ela nos anos de 1930, “A malária tornara-se um verdadeiro flagelo. De algum lugar veio o mosquito *Anopheles*, transmissor desta febre que até então não conhecíamos. Veio com toda a força possível.”(BLUMENAU EM CADERNOS, 2002, p. 95). O tifo era outra das enfermidades por ela destacada enquanto endêmica no município de Blumenau neste período.**

Por fim, merece destaque o texto produzido pelo médico Fritz Gofferjé e já mencionado anteriormente, sobre a saúde dos imigrantes alemães. Em seu estudo, o médico elenca as doenças que ocorriam com maior frequência entre os imigrantes teutos, suas causas, origens, sua propagação e as práticas e medicações utilizadas para combatê-las. Enfatizando as enfermidades que acometiam as crianças, ressalta a escarlatina, o sarampo e a difteria, doenças que ocorriam com menor intensidade no litoral. Outro mal que pouco atingia os imigrantes do litoral eram as infecções respiratórias, como artroses e a pneumonia. Aliás, em alguns relatos, muitos dos elogios tecidos ao clima decorrem de sua amenidade, a qual afastava dos imigrantes as tão temidas doenças pulmonares intensas neste período na Europa, em especial a mortífera tuberculose. Mesmo assim, conforme Gofferjé, esta doença infecciosa se fazia presente no Brasil, contabilizando grande número de mortos. No entanto, segundo ele, entre os imigrantes alemães sua porcentagem era menor devido às condições de alimentação e ao asseio das moradias. Novamente aqui se faz uma distinção racial entre os nativos e os imigrantes alemães, considerando estes como os que têm e preservam hábitos de higiene e limpeza, o que não condiz **com o típico “brasileiro”.**



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Ainda, segundo Gofferjé, uma variedade de moléstias atormentava a vida e dificultava o trabalho dos imigrantes, sendo elas, muitas vezes, o fator de mortalidade entre os imigrantes. Entre estes males são destacados pelo médico a sífilis, as verminoses, as cãibras de sangue, o tétano, o tifo e a malária. Estas duas últimas são apontadas como sendo as mais difundidas nas regiões de colonização europeia. Provocadoras de epidemias, em alguns casos, elas inviabilizaram o projeto colonizador.

Considerações finais

Muito já foi escrito sobre a colonização do sul do Brasil pelos imigrantes europeus. No entanto, cabem ainda estudos que se debrucem sobre temas que envolvam a saúde e o meio ambiente engendrados nesse processo. Ciente de que os estudos historiográficos atuais apontam para caminhos que ampliam suas dimensões, torna-se primordial compreender a temática imigração em sua complexidade e envolvê-la com outras questões ligadas à vida cotidiana, à religião, ao gênero, ao trabalho, à relação com o meio ambiente, às festas, à saúde. É nesse sentido que se buscou suscitar algumas questões envolvendo a saúde e o meio ambiente nos estudos da colonização europeia no sul do Brasil, em especial no estado de Santa Catarina.

Também por esse prisma buscou-se compreender o projeto colonizador que marcou a porção sul do Brasil, no final do século XIX e início do XX. Objetivando o domínio de terras e, principalmente, seu progresso, mediante o desenvolvimento da produção agrícola, fazia-se necessária a cooptação de corpos saudáveis e aptos para o trabalho. Nesse sentido, a escolha recaiu sobre os europeus, não ibéricos, que entre tantas virtudes atribuídas, eram considerados possuidores de uma grande vitalidade e vontade para o trabalho. As falas do poder público explicitam tal interesse. Segundo o Relatório do governo da Província de Santa Catharina, a deficiência dos braços dos brasileiros exigia a emigração estrangeira. Ao mesmo tempo, o Relatório



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

consigna que **“Concentrando a população, o que é muito vantajoso a sua própria educação, provocamos a nobre emulação do trabalho, que é o berço de todo o progresso e aumentamos as forças produtivas do paiz.” (BRUSQUE, 1860, p.19).**

Nesse sentido, era fundamental que os candidatos à emigração gozassem de boa saúde, necessária não somente para suportar as dificuldades da viagem, mas, principalmente, pra enfrentar o trabalho pesado que os esperava no Brasil. Disposição e saúde, segundo as idéias vigentes à época, eram os alicerces sobre os quais se constituiria o sucesso dos colonos e do projeto colonizador.

Os relatos e documentos produzidos acerca da temática indicam que várias foram as enfermidades que acometeram os colonos, impedindo-lhes de se dedicarem ao trabalho, um dos fatores considerados primordiais para o desenvolvimento e progresso das colônias. Algumas comprometeram de forma tamanha seus habitantes que, diante delas, estes partiam para outras colônias em busca de melhor sorte. Dentre estas, os relatos e documentos atestam ser a malária o grande fantasma do projeto colonizador. A moléstia grassou, ao longo de todo o litoral do estado de catarinense, entre os séculos XIX e XX, tornando essa região endêmica deste mal. Cabe ressaltar que a insurgência e o desenvolvimento da doença estão intimamente ligados às características naturais do meio. Dentro dessa perspectiva, áreas marcadas por grandes recursos hídricos, baixas altitudes e clima quente apresentam as condições favoráveis ao desenvolvimento da enfermidade. Os documentos revelam que em muitas regiões, ao longo do litoral catarinense, os meses do ano marcados pelo calor e umidade intensos eram acompanhados pelo irromper de suas epidemias. A doença, que apresenta baixa letalidade, causa, no entanto, grande indisposição, desânimo e debilidade física naqueles que por ela são acometidos. Nesse sentido, se considerarmos que o sucesso da imigração era inerente a corpos saudáveis e motivados para o trabalho, certamente a malária comprometia sobremaneira o desenvolvimento do projeto colonizador.



Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -

Referências

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *A Colônia Alemã Blumenau: na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil = Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien*. Ferreira, Cristina (org.), tradução Annemarie Fouquet Schünke, Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

Guia de instruções aos imigrantes para a província de Santa Catarina no sul do Brasil, 1851.

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. *Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina* apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na 1º sessão da 10º legislatura. Rio de Janeiro, 1860.

COUTINHO, João José. *Falla do presidente da Província de Santa Catharina à Assembleia Legislativa*. Desterro. 1852.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico a expansão Biológica da Europa 900-1900*. Tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Cia das Letras. 2010.

FICKER, Carlos. Propostas do Dr. Blumenau submetidas ao Governo Imperial. In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XII, n. 8, agosto de 1971.

GANARINI, D. Arcângelo. Notícias de Brusque e Nova Trento isto é das Colônias de Itajaí e Príncipe D. Pedro na província de Santa Catarina, Império do Brasil. Tradução de Lucas Alexandre Boiteux. In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, n. 5, maio de 1959.

GOFFERJÉ, Fritz. A saúde do povo no Estado e suas particularidades com os imigrantes alemães. In: *Livro de memórias em comemoração aos 100 anos da imigração Alemã no Estado de Santa Catarina*, Gottfried Entres (org.). Blumenau: Nova Letra 2009. p. 202 – 213.

KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: *O Brasil Imperial, volume III: 1870 – 1889*. Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs. do volume). Rio de Janeiro: civilização Brasileira. 2009.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- LESSER, Jeff. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Tradução: Patrícia de Queirós Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- MEDEIROS, Grete Baungarten. A saúde em Blumenau. In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XLIII, n. 11/12. Novembro /Dezembro de 2002.
- REITZ, Raulino. *Frutos da Imigração: história e genealogia da família Reitz, lista de imigrantes, viagens*. Brusque: [s.n.], 1963.
- RIO DO SUL: NOSSA HISTÓRIA EM REVISTA. *Fundação Cultural de Rio do Sul*. Arquivo Público Histórico. Tomo V, n.6, 2003. Rio do Sul: Continental, 2003.
- CHELLE, Peter. Memórias de um imigrante alemão feito colono. In: *BLUMENAU EM CADERNOS*. Tomo IV, n. 2. fevereiro de 1961.
- RODOWICZ – OSWIECIMSKY, Theodor. *A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Tradução de Júlio Chella. Florianópolis: Editora da UFSC: Joinville: FCJ, 1992.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 26 outubro de 1994.
- UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Tradução de Hilda Agnes Hübner Flores. [s.l.], [s.d].
- VOIGT, Marcio Roberto. *Imigração e cultura alemã no sul do Brasil. Educação, religião e sociedades na história de Timbó (SC) 1869-1939*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

POLÍTICA E RELIGIÃO: REPRESENTAÇÕES DO SAGRADO E O CONTEXTO DA DÉCADA DE 1930 – O CASO DOS MONGES BARBUDOS

Fabian Filatow*

1. O movimento dos Monges Barbudos

Em 1935 teria passado por Soledade um monge profetizando o início de uma nova religião. O santo, como ficou conhecido, teria pernoitado na casa de André Ferreira França (o Deca). Segundo consta, Deca era analfabeto e pertencia a uma família de algumas posses, mas teria abandonado tudo a fim de se tornar um dos líderes dos Monges Barbudos.

[...] Em troca da hospitalidade, o andarilho ensinou-lhe a arte e o segredo das ervas medicinais. Ter-lhe-ia também ensinado outras utilidades da natureza, chamando a atenção para a nobreza do sol, dos rios, da lua, das matas... Alertou sobre os males do fumo plantado por colonos e guardado dentro de casa para secar. Tendo permanecido breve temporada, ao final das lições e ensinamentos, o andarilho apresentou-se como João Maria, ou o santo monge João Maria, [...], assegurou que Deca França havia sido escolhido para uma missão divina. Deveria escolher uns amigos para fundar uma seita de eleitos. (VERDI, 1987, p. 93.)

Sua casa teria se tornado um local de reuniões religiosas, frequentada por inúmeras pessoas. Encontravam-se para rezar e aprender sobre os usos e benefícios das ervas medicinais, segundo os ensinamentos do monge. Fato que tornou Deca indesejado, atraindo o desagrado de muitas pessoas da localidade que não aceitavam a crença por ele liderada gerando conflitos. Deca passou a ser perseguido.

* Mestre em História. Doutorando no programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: ffilatow@ig.com.br



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

No dia 14 de abril de 1938, na capela Santa Catarina, no então sexto distrito de Soledade nomeado Bela Vista, ocorreu o confronto entre os seguidores do monge e os soldados da Brigada Militar, que contou com apoio de moradores locais contrários ao movimento. Várias pessoas foram presas e outras ficaram feridas. Deca estava ausente devido às perseguições. O segundo líder do movimento, Anastácio Desidério Fiúza (o Tácio), foi baleado, ferimento que o levou à morte em 15 de abril. (VERDI, 1987, p. 98). Pouco tempo depois, também Deca acabou sendo morto. Os membros do movimento ficaram impedidos de se reunirem e praticarem sua religião.

Entre as crenças da religião dos Monges Barbudos, havia a espera da vinda do salvador - não nomeado, mas João Maria estaria ao seu lado – o tempo do retorno seria na semana santa de 1938. Este teria sido o motivo da multidão em Bela Vista. Com a vinda do salvador, tudo seria reordenado, ou seja, os que pertenciam e tinham aceitado os ensinamentos da religião se tornariam donos de todas as coisas na Terra e obteriam a salvação, destino contrário era esperado aos incrédulos.

Outra característica era presença das santas no movimento, não seriam apenas imagens, estavam entre eles, eram reais. Santa Catarina estaria viva na pessoa de Andreza Gonçalves, sobrinha de Deca (KUJAWA, 2000, p. 57), e Santa Teresinha estaria presente na pessoa de Idarsina da Costa (VERDI, 1987, p. 101-105). Segundo relatos eram ambas jovens e belas, e tinham em 1935, respectivamente, 18 e 15 anos. Eram veneradas como santas, tendo destaque na composição religiosa do movimento. Ambas foram presas em 1938.

A expressão religiosa se configura numa das maneiras pelas quais podemos perceber as contestações e as reivindicações do movimento. Pela via religiosa tentam romper com a ordem vigente, vislumbrando outra realidade, futura. Tais contestações, norteadas pelo religioso, encontram-se atreladas à realidade social vivenciadas pelos sujeitos da religião, logo, o movimento está interligado à realidade social, sendo uma forma de expressá-la.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A figura do monge João Maria é associada a diferentes movimentos, como o Movimento do Contestado (1914-1916), dos Monges de Pinheirinho (1902, Encantado-RS). As notícias a respeito do monge nos remetem ao século XIX em Sorocaba, São Paulo (FACHEL, 1995, p. 15.). Com as feiras realizadas em Sorocaba, acreditamos que os tropeiros tenham contribuído para a disseminação do conhecimento deste personagem pelo sul do Brasil (FILATOW, 2002).

Retirando-se de São Paulo, o monge reapareceu em Santa Maria da Boca do Monte (RS). Teria vivido também na região do Campestre (RS), num morro onde construiu uma capela e, próximo dali, havia uma fonte tida como milagrosa. Inúmeras pessoas o procuraram, fato que alarmou as autoridades, resultando na sua expulsão do Rio Grande do Sul (FACHEL, 1995). Após esse episódio, teria reaparecido numa gruta no município da Lapa (PR).

Assim como seu surgimento, também o fim do peregrino é incerto. As informações sobre o assunto são escassas ou controversas. Para uns teria falecido em São Paulo com mais de cem anos; para outros teria sido assassinado em Lagoa Vermelha (RS), ou ainda estaria encantado no Morro do Taió. As incertezas sobre sua pessoa contribuíram para a construção do mito, lendas e **profecias que envolvem sua memória. Compreendemos assim sua “existência”** em tempos e espaços tão distintos.

2. Práticas religiosas – o monge e sua relação com a natureza

As práticas dos monges precisam ser compreendidas no horizonte da religião do povo (BRANDÃO, 1985), na medida em que eles reconhecem e valorizam o modo e as práticas de vida das pessoas do campo. A pedagogia dos monges adentra a cultura dos caboclos e desenvolve as ações e as pregações a partir desta. Douglas Monteiro expõe a função do monge na autonomia religiosa **do povo, “[...] Ao contrário do padre, esses estranhos se deixavam assimilar.** Conquanto vivessem uma vida apertada e cultivassem hábitos mais ou menos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

ascéticos, passavam a fazer parte integrante da vida social sertaneja, como se fossem uma florescência natural da religião católica rústica” (MONTEIRO, 1974, p. 81).

O monge teria conquistado destaque porque legitimava e dava sentido às práticas religiosas, bem como às visões de mundo dos caboclos. Movia-se com destreza junto as suas necessidades, quando havia doença, indicava receitas com plantas e ervas, conhecidas pela população na lida diária com a terra, bem como orações e ritos.

A recepção dos ensinamentos do monge passa por essas interpretações das práticas com dimensões simbólicas, como os rituais de batismo e curas que eram realizadas junto às fontes sagradas, que segundo a crença, foram criadas pelo próprio monge. Tais fontes se tornaram espaço do sagrado, da memória, contribuindo para sua permanência. No relato de Sebastião Firmino Nunes, morador de Soledade, percebe-se a presença desta memória do sagrado,

[...] o padre santo fez nascer a fonte. [...] O monge parou para descansar. Plantou uma cruz de madeira aí mesmo. Olha, tem ainda o sinal. [...]. Quando sentiu sede, não tendo água, levantou a mão e disse: 'Esse lugar é abençoado; dará água para eu tomar; o doente será curado e vai as almas salvar'. Todos que se virem perdidos ou perseguidos se salvam com esta água. Daí estourou a vertente, brotou água pura. (VERDI, 1987, p. 205-206).

As fontes se encontram no lugar do monge taumaturgo, elas confirmam sua presença, o representam em sua ausência. Identificando-se com a natureza, o monge se identificou com as pessoas que viviam dela. Seus milagres possibilitavam realizar e prover as necessidades imediatas destas populações.

Podemos salientar que a figura do monge e o *corpus* sagrado (rezas, crenças e lugares) propiciaram reunir uma parcela da comunidade - os Monges Barbudos, criando uma homogeneidade à fé dos caboclos e, mediante esta união, uma identidade. Para compreendê-los se faz necessário estudar as representações do sagrado.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O estudo das representações contribui para adentrarmos nas concepções do movimento e de suas visões de mundo. As representações do sagrado não podem ser percebidas como ilusões ou erros, mas como partes constituintes da religião dos Monges Barbudos. São elas que dão condições para compreender o mundo que os rodeia e que se encontra em transformação, seja social, política, econômica ou cultural.

Trabalhando com o conceito de cultura como “[...] um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 1978, p. 103), percebemos as representações do sagrado intimamente relacionadas com o mundo social dos Monges Barbudos, as quais compunham sua cultura, sendo uma forma expressá-la. Os Monges Barbudos expressaram sua cultura por meio da religião.

Enfim, a permanência de práticas ditas não racionalizadas, tais como formas de explicação do mundo que estão apoiadas no sobrenatural ou curas milagrosas, não pode ser associada simplesmente a uma deficiência de assistência médica ou educacional, menos ainda a questões geográficas (determinismo). Para compreendê-los se faz necessário estar atento às representações que levam indivíduos, independente de sua condição social, a procurarem o auxílio do sobrenatural na busca de cura das enfermidades e de soluções para os seus problemas cotidianos.

3. Política e Religião na década de 1930.

Nesta segunda parte buscamos compreender o contexto político da década de 1930, privilegiando o município de Soledade (RS). Destacamos a participação deste na Revolução de 1932¹ a fim de compreender o significado

¹ A historiografia produzida sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 é ampla e diversificada, não é nossa intenção efetuar um estudo minucioso sobre todos os desdobramentos deste acontecimento.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

político regional dos acontecimentos ocorridos em Soledade com sua participação na campanha constitucionalista. Para este objetivo, partimos da obra **“O Fão: um episódio da Revolução de 1932 no Rio Grande do Sul”** de Jorge Augusto de Paula². Na continuidade analisamos os acontecimentos políticos ocorridos no ano de 1934 em Soledade quando da ocorrência das eleições. Período de agitação política com uso da violência. Pretendemos, assim, avançar na compreensão dos conflitos políticos em vigência no período e na compreensão do movimento dos Monges Barbudos no contexto regional.

3.1 O contexto político nacional e regional nos anos 30

A Revolução de 1930 foi concebida e marcada pela historiografia como um momento de ruptura entre o modelo vigente no período da Primeira República e os anos subsequentes a Revolução. Sendo ao primeiro período atribuído o tempo de predomínio do poder das oligarquias estaduais, do coronelismo. O período da Segunda República, por sua vez, é caracterizado por um processo de centralização política, com forte presença do nacionalismo e do autoritarismo político, tido como um período de industrialização e de modernização do Estado Nacional.

Luciano Aronne de Abreu refletindo com Boris Fausto, apresenta que “a Revolução de 3 de outubro não foi a expressão de uma oposição radical entre os interesses agrários e industriais, pois havia uma complementaridade entre esses setores”. Ainda segundo Abreu, “pode-se afirmar que a formação de um Estado de Compromisso não ocorreu durante o chamado Governo Provisório, mas se estendeu por toda a Era Vargas, sendo uma de suas principais marcas.” (ABREU, 2007, p. 173)

² PAULA, Jorge Augusto de. **O Fão: um episódio da revolução de 1932 no Rio Grande do Sul**. 2ed. Passo Fundo: Serrador, 1972. A 1ª edição data de 1933. Jorge Augusto de Paula nasceu e faleceu em Soledade (25/09/1889-23/09/1964). Exerceu as funções de subprefeito e subdelegado distrital, vereador (PL). Foi revolucionário na revolta constitucionalista de 1932 em Soledade.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Com a Revolução de 1930 chega ao poder Getúlio Vargas. A plataforma proposta pela Aliança Liberal contribuiu para uma maior aproximação entre os grupos que compuseram a Frente Única, visto que se baseava em questões amplas e de interesse nacional, tais como a legislação eleitoral, constituição de um Código do Trabalho, redefinição da política do café entre outros.

A ruptura proposta pela plataforma da Aliança Liberal não se confirmou, ocorreu um rearranjo do poder na esfera nacional. Vargas tinha por princípio a manutenção do poder nacional e seu posto de chefe da nação, iniciando um processo político centralizador e autoritário. Processo que teve sua expressão plena na instauração do Estado Novo³.

Nos sete primeiros anos do governo, Vargas enfrentou forte oposição. O centralismo político e sua forma autoritária de governar foram os alvos principais de seus opositores, entre estes alguns colaboradores da Revolução de 30, como o caso de boa parte dos políticos que compunham a Frente Única Gaúcha.

A Revolução Constitucionalista de 1932 se configurou num destes momentos de oposição. Sob o discurso da constitucionalização do país, e de forte cunho liberal, diversos dissidentes e opositores se uniram à revolução, liderada pelo estado de São Paulo. Políticos do município de Soledade estavam entre os opositores. O grupo oposicionista era composto por membros da Frente Única de Soledade.

O significado do posicionamento político assumido por Soledade, é de importância impar para a melhor compreensão e discussão da história política regional, assim como para a nacional. No âmbito da política regional, a Frente Única Gaúcha, composta pelos partidos Republicano e Libertador,

³ Para uma discussão historiográfica sobre a definição política do regime do Estado Novo indicamos o texto de GERTZ, René. Estado Novo: ditadura, autoritarismo ou totalitarismo? In: AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz et al. (orgs.). ***Da vida para a história***: reflexões sobre a era Vargas. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. p. 195-210.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

apoiou Vargas na Revolução de 1930⁴ e mantinha-se unida ao governo do interventor Flores da Cunha. Com a eclosão da Revolução de 1932, na qual o apoio e participação efetiva do Rio Grande do Sul à causa constitucionalista era concebida como certa, gerou uma grave crise política no estado gaúcho. **Segundo Adriana Iop Bellintani, “(...) a fase preparatória para a Revolução Constitucionalista de 1932 depositava suas esperanças de sucesso na figura do interventor Flores da Cunha, bastante atuante na Revolução de 1930, e de função primordial na arregimentação de forças.” (BELLINTANI, 2002, p. 25)**

Jeziel de Paula destaca a participação de políticos gaúchos na Revolução de 1932, **“(...) mesmo que em 1930 Borges de Medeiros (...) e Raul Pilla, (...) estivessem unidos na Aliança Liberal, em 1932, estariam estas personalidades gaúchas do lado dos paulistas” (PAULA, 1998, p. 230).**

No cenário político gaúcho, com a eclosão da revolta paulista, sucedeu-se uma inesperada mudança de planos. O interventor Flores da Cunha se posicionou política e militarmente favorável à Vargas, disponibilizando o efetivo militar estadual composto pela Brigada Militar e Corpos Provisórios ao governo central, a fim de combater os revoltosos constitucionalistas.

A opção política do interventor desencadeou uma grave crise política no estado gaúcho, promovendo uma cisão política entre os participantes da Frente Única Gaúcha. Os frenteunistas passaram a ver Flores da Cunha como traidor político do Rio Grande do Sul. Além do apoio a ditadura varguista, criou uma **nova legenda partidária. Para Carlos Roberto da Rosa Rangel “Flores da Cunha encontrou na revolução de 1932 o artifício necessário para revitalizar a estrutura de cooptação e coerção do modelo borgista, (...)”, ou seja, “substituindo o domínio hegemônico do Partido Republicano por uma outra agremiação**

⁴ Segundo Trindade “esta aliança que viabilizará o suporte político regional em apoio a candidatura Vargas, não dissolverá as estruturas partidárias subjacentes, nem superará a clivagem político-ideológica que persistira ao longo do período”. TRINDADE, Héliqio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 167. Pensamos que os acontecimentos de 1932 em Soledade contribuíram para demarcar a existência desta clivagem política.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

partidária disciplinada pelo chefe de governo – o **Partido Republicano Liberal.**” (RANGEL, 2001, p. 90). A nova legenda partidária teve a função de legitimar o apoio de Flores da Cunha a Vargas sem que este enfrentasse uma indisposição com o seu antigo partido, o Republicano.

3.2 Soledade e a Revolução de 1932

Os primeiros encaminhamentos originados pelos descontentes com os rumos dados na política nacional, após a ocorrência da Revolução Liberal de 1930, partiram do próprio estado natal do governante nacional, o Rio Grande do Sul. No ano de 1931, Borges de Medeiros enviou uma correspondência ao chefe do Governo Provisório e alertou sobre os perigos da continuidade indefinida do regime de exceção. O documento apontava os equívocos e desvios da ditadura e apontava uma fórmula política para solucioná-los: cumprir o Programa da Aliança Liberal, eleições e constituição. A Frente Única Gaúcha promoveu uma campanha em favor do fim da provisoriedade do governo de Vargas.

Em 1932, o Rio Grande do Sul expôs sua cisão política frente ao plano político centralizador e autoritário de Getúlio Vargas. Opondo-se ao prolongamento da ditadura, a Frente Única de Soledade deu início à contestação armada ao projeto. Rebelando-se contra a decisão do interventor Flores da Cunha, cooptado pelo interesse de obter apoio do governo federal e em prol da manutenção do seu governo no estado gaúcho.

O general Candido Carneiro Júnior⁵, conhecido como Candoca, foi proclamado General Comandante em Chefe das Forças Revolucionárias Constitucionalistas de Soledade e lançou um manifesto revolucionário ao povo gaúcho no qual podemos perceber a ideia de que a Revolução no Rio Grande do Sul teria grande adesão entre os municípios.

⁵ Ocupava o posto de tenente-coronel, comandante do 33º Corpo Auxiliar. Recebeu verbas da Brigada Militar para organizar um corpo auxiliar, mas as utilizou na revolta, no final do conflito foi condenado a repor a quantia.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

(...) A terra heróica de Soledade, atendendo à voz dos Partidos Republicano e Libertador e honrando suas tradições, levanta-se hoje de armas na mão pela restauração da ordem do regime legal no Brasil. Estamos com uma Brigada de um efetivo superior a mil e quinhentos homens armados, cheios de ardor e fé cívica, para sustentar ao lado de outros municípios que, como o nosso, se acham empenhados no movimento revolucionário constitucionalista, a palavra de honra do Rio Grande! (PAULA, 1972, p.26)

Destacamos a presença do compromisso com os chefes políticos, a crítica à ditadura e os motivos que os impeliram a se rebelar:

Os compromissos assumidos pelos Chefes eminentes Borges de Medeiros e Raul Pilla, que representam a totalidade da população riograndense, é que nos levaram a lutar ao lado do heróico povo de São Paulo, nesta memorável jornada cívica, contra uma ditadura funesta e nefasta aos destinos da nacionalidade. Borges de Medeiros, o excelso varão republicano, e Raul Pilla, a individualidade estuante de fé e ardor pela Liberdade, se acham em campo para a defesa dos mesmos ideais, que nos animam! (PAULA, 1972, p.26-27)

Os planos militares dos revoltos de Soledade não se restringiam ao município, planejavam ocupar os municípios próximos, **“duas de nossas divisões marcham para invadir os municípios de Carazinho e Passo Fundo”** (PAULA, 1972, p. 27).

Num telegrama datado de 3 de setembro de 1932, enviado ao interventor Flores da Cunha pelo general Candido Carneiro Júnior, foi possível obter a informação da ocorrência de um confronto entre os revoltosos e as forças estaduais. O referido confronto ocorreu **na localidade conhecida como “Paço do Rocha”, no qual foram mortos oito homens. Candoca declarou que estabeleceu governo e que prendeu os que não estavam como Rio Grande no município de Soledade.** Segundo o telegrama, o efetivo dos revoltosos era de 1500 homens (PAULA, 1972, p. 32).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O interventor federal deslocou tropas da Brigada Militar a fim de combater os revoltosos soledanenses. O confronto teve seu momento máximo às margens do rio Fão no dia 13 de setembro de 1932 e ficou conhecido como o Combate do Fão⁶. O fim do conflito armado não significou o fim das disputas políticas existentes na região e no estado⁷.

Os problemas decorridos do confronto ocorrido às margens do rio Fão não podem ser ignorados na tentativa de compreender a complexa conjuntura política da região. O próprio interventor Flores da Cunha buscou estabelecer um **acordo para pacificar a situação na região de Soledade, “depois do combate do Fão, (...) Flores da Cunha, procurou entendimento com o General Cândido Carneiro Júnior, para um acordo. O General Candoca tinha ainda gente reunida e pretendia continuar na revolução e, quando não mais lhe fosse possível aqui, passaria para São Paulo, tomar parte nas suas trincheiras.” (VERDI, 1987, p. 83)**

Garibaldi Almeida Wedy tratando do conflito de 1932 em Soledade **declarou que “a luta armada desencadeou, entre os soledadenses, desconfiança, ressentimento e ódio. Enfim, cicatrizes aparentes, visíveis e permanentes, como consequência da guerra civil, permaneceram como impressão de uma ofensa ou desgraça em muitos soledadenses.” (WEDY, 1999, p. 31)**

3.3 Eleições de 1934 em Soledade: as práticas políticas

Após a revolta de 1932 a situação política em Soledade permaneceu **instável. A violência era uma expressão do poder local. Segundo Wedy, “em Soledade, onde a Revolução Constitucionalista teve apoio armado, luta campal, vicejou um duradouro clima de desconfiança, prevenção, discórdia, delação, repressão e agressão de toda ordem.” (WEDY, 1999, p. 35)**

⁶ Alguns dados sobre o combate do Fão apontam para um número em torno de 100 homens que enfrentaram os soldados da Brigada Militar. (PAULA, 1972, p. 79)

⁷ O conflito que envolveu Soledade se encerrou no dia 5 de outubro de 1932, numa reunião com os militares rebelados e com o representante do interventor federal Flores da Cunha. (PAULA, 1972, p. 93).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Neste cenário político ocorreu o enfrentamento do então prefeito Francisco Muller Fortes, do Partido Republicano Liberal, com a oposição, a Frente Única. A disputa política contribuiu para o agravamento da situação no **município, o uso da violência se tornou corrente. Wedy declarou que “(...) para a Frente Única, o excesso e o trasbordamento arbitrário do prefeito, agravou-se com a criação dos bombachudos”. Continua o autor, “esta era a mais séria e contundente acusação ao prefeito. Para a oposição, os bombachudos não passavam de capangas do prefeito, porque eram pagos pelos cofres públicos, sob o título de trabalhadores nas ruas, e recrutados entre criminosos.” (WEDY, 1999, p. 36)**

Foi neste clima violento e de disputas políticas que ocorreram as eleições **de 14 de outubro de 1934. “Entretanto, houve anulação da votação em determinadas seções eleitorais, em Soledade. Em consequência disso, aprazou-se, em Soledade, uma eleição suplementar.” (WEDY, 1999, p. 37)**

Wedy (1999, p. 37) destacou que a vida política de Soledade entre os anos de 1934 e 1935 foi agitada e violenta. Telegramas enviados ao chefe de polícia relatam que a residência do general Cândido Carneiro foi assaltada por vários capangas do prefeito.

Noutro telegrama, também enviado ao chefe de polícia, assinado por Clóvis Cardoso, Kurt Spalding e Caio Graccho, alertava a respeito de andarem pessoas de maus precedentes dessa vila com atitudes suspeitas e com apoio das autoridades (...). Parece que para Soledade não entrou ainda em vigor a Constituição, os cidadãos classificados continuam vigiados por indivíduos **desclassificados, ‘valentes’ profissionais. (WEDY, 1999, pp. 38-39)**

A violência gerada por questões políticas foi noticiada nos jornais da capital gaúcha. Destacamos as notícias publicadas no jornal Correio do Povo relatando o assassinato de Kurt Spalding⁸ e o ferimento em Cândido Carneiro Júnior.⁹

⁸ Kurt Spaldin era médico e participou ativamente da Revolta Constitucionalista de Soledade.

⁹ Os acontecimentos foram noticiados no jornal Correio do Povo, 15/12/1934; Diário de



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A respeito do processo eleitoral, Soledade foi palco de perseguições aos opositoristas: “os trabalhos da Justiça Eleitoral pediram *habeas-corporis* para o eleitorado opositorista de Soledade”. Wedy destaca ainda que “a perseguição política aos eleitores da Frente Única não cessava. Os eleitores da Frente Única sofriam intimidação, perseguição e coação, porque lançou o governo o terror e o pânico entre os habitantes de Soledade.” (WEDY, 1999, p. 51)

A prática política estaria assim associada ao uso da violência. Esta interpretação pode contribuir para elucidar os acontecimentos ocorridos na Semana Santa de 1938 no sexto distrito de Soledade.

4. Apontamentos finais

Com o que foi exposto acima, salientamos que a análise do contexto político da história do Planalto Médio Gaúcho, especialmente Soledade e localidades próximas, possibilita uma melhor análise histórica do processo que compôs a política regional na década de 1930.

As divergências políticas se tornam imprescindíveis para a realização de um estudo mais qualificado, contribuindo igualmente para estudar o conflituoso jogo político nos quais se envolveram Flores da Cunha e Getúlio Vargas, em âmbito nacional e estadual.

Compreender e analisar o uso da violência como uma extensão da prática política regional poderá contribuir para elucidar as motivações que levaram a utilização da força militar para combater um grupo de camponeses. Possibilitará igualmente refletir sobre o significado político desta repressão neste contexto regional e nacional, no período de consolidação do novo regime, o Estado Novo. Para isso a prática política local fornece um histórico de uso da prática política

Notícias, 16/12/1934, p. 24. Correio do Povo, 17/12/ 1934; nesta edição, publicou-se o assassinato noticiando que eram três capangas do prefeito Francisco Muller Fortes, horário de meio-dia, assassinaram a tiros de revólver. No Correio do Povo, 22 /12/1934, p. 16, publicou-se o telegrama de *Candoca* ao Dr. Maurício Cardoso, declarando que passa bem, mas vai para Passo Fundo retirar bala. Diário de Notícias de 23/12/1934 noticiou o enterro de Kurt Spalding em Soledade.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

pela via da violência, como analisado no caso das eleições de 1934 no município de Soledade.

5. Fontes

Jornal Correio do Povo (1934)
Jornal Diário de Notícias (1934)

6. Referências bibliográficas

- ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- _____. Estado Novo: o fim das políticas regionais? *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 172-191, junho 2007.
- _____. Elites políticas regionais: o caso das interventorias gaúchas. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 187-197, junho 2008.
- BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 159-182.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória do sagrado: Estudos de religião e ritual*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria: interpretação da campanha do Contestado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bretand, 1990.
- CORTÉS, Carlos. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: ED. UFRJ; Ed. UFMG, 1997.
- FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis: editora da UFRGS; UFSC, 1995.
- FERRI, Gino. *Por que Encantado a favor de São Paulo?* Encantado: GRAFEN, 1998.
- FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos Monges Barbudos (1935-1938)*. Porto Alegre: UFRGS, 2002 (Dissertação de Mestrado).
- _____. Religião e política: o caso dos Monges Barbudos (Rio Grande do Sul, 1935-1938). *Métis: história & cultura*, v. 1. n. 2, jul./dez. 2002. Caxias do Sul: Educus, 2003. p. 53 – 73.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na História*. Porto Alegre: Corag, 1975.
- GEERZT, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- GERTZ, René. Estado Novo: ditadura, autoritarismo ou totalitarismo? In: AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz et al. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. p. 195-210.
- KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla: Movimento dos Monges Barbudos no Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- _____. *O Movimento dos Monges Barbudos*. Passo Fundo: UPF, 2000. (Dissertação de Mestrado em História).
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- PAULA, Jeziel de. *1932: Imagens Construindo a História*. Campinas/Piracicaba: Ed. da Unicamp/Ed. Unimep, 1998.
- PAULA, Jorge Augusto de. *O Fão: um episódio da revolução de 1932 no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Passo Fundo: Ed. Serrador, 1972.
- PEREIRA, André e WAGNER, Carlos Alberto. *Monges barbudos e o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- SANTOS, Maria de Lourdes dos. *As múltiplas faces de uma santidade: reflexões sobre a trajetória do conceito de “ser santo”*. Revista Estudos de História, Franca, v. 7, p. 27-39, 2000.
- TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade, das sesmarias, dos Monges Barbudos, das pedras preciosas*. Não-Me-Toque: Gesa, 1987.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI-RS: UM PROJETO POSITIVISTA.

Fabiana Regina da Silva¹

INTRODUÇÃO

Quanto ao recorte espacial, opta-se por abordar a Região do Médio Alto Uruguai, composta atualmente por 34 pequenos municípios, por assemelharem-se suas principais características desde o processo de colonização até os dias atuais, e, quanto ao aspecto da temporalidade opta-se pelo período 1917-1930, por ser a fase de maior constante que caracterizou esta colonização, período de grande definição de características sócio-econômico-culturais, locais e regionais, até hoje observadas.

No tangente a importância do assunto, pode-se dizer que, para a comunidade regional e, até nacional, é de grande interesse, por completar uma lacuna da história do Estado e também do País, com uma visão histórico-crítica, falando sobre uma região extremamente importante, mas que tem passado despercebida nos memoriais, por, estar de certa forma, distante dos grandes centros que concentram pesquisas e memórias históricas, tendo somente, os registros realizados por pessoas que escrevem uma história amadora, e de certo modo, pouco crítica, em uma visão iluminista/positivista, uma história que represente os interesses das classes/religiões e/ou famílias dominantes, prevalecendo pesquisas e publicações fragmentadas, citando heróis particulares e muitas vezes com uma ótica local.

– ¹Graduada em História/Licenciatura – URI - Universidade Regional Integrada-Campus de Frederico Westphalen; Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado na UFSM - Universidade Federal de Santa Maria; Aluna concluinte da Pós-Graduação/Especialização em Gestão Educacional na UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. **Instituição:** Universidade Federal de Santa Maria **Telefone:** (55) 96099454 **E-mail:** fabianareginadasilva@yahoo.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

É mister, para a construção de uma memória histórica sobre o Médio Alto Uruguai, falar sobre a organização política do estado, que baseava-se em preceitos científicos do Positivismo de Augusto Comte, sobretudo como alavancadores da experiência colonial, que hoje definem a região como pólo educacional, de produção e turístico. Por isso, a intenção maior, é procurar analisar o processo de colonização da região, identificando fatores que contribuíram para tal projeto, fazendo com que, a região se tornasse uma referência para o Estado e País.

Neste sentido, busca-se compreender o processo histórico-sócio-cultural que define a constituição da região, criada a partir de interesses nacionais, internacionais e locais, da diversidade de valores e costumes que se modificam e ressignificam ao longo do tempo e das situações em que foi concebida, até adquirir a atual conotação. Valores e labores tanto econômicos como culturais, espirituais e históricos ali desenvolvidos, que contemplaram, no período de análise, interesses individuais e coletivos.

OBJETIVOS

Geral:

Compreender dentro do contexto estadual e regional, a colonização da Região do Médio Alto Uruguai entre 1917 e 1930, os significados e motivos pelos quais a colonização neste recorte de tempo se dirige a este *locus* do país.

Específicos:

- Identificar as possíveis influências do positivismo no processo de organização da colonização e, sua aplicação no contexto regional.
- Verificar as influências do positivismo na condução da vida comunitária.
- Realizar uma reflexão acerca de quais os motivos que levaram os colonos italianos a virem para esta região do estado.
- Identificar como se articulam os interesses do estado quanto a este projeto de colonização.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

METODOLOGIA

Para falar do processo colonizador do Médio Alto Uruguai, é necessário, em primeiro lugar, problematizarmos a própria região, através de uma reflexão teórica-metodológica-crítica, quanto a este processo mencionado acima, procurando suporte referencial suficiente, e usando método crítico, de forma a realizar uma pesquisa qualitativa, ao tratar dos dados, confrontando-os teórico-empiricamente. Em segundo lugar, mapear e ampliar as fontes disponíveis, localizando-as em museus, arquivos públicos, sejam fontes cartoriais, em instituições e arquivos religiosos, periódicos locais, bem como, posteriormente, em uma próxima fase da pesquisa, que não se aplicará neste momento, utilizar o recurso da entrevista e/ou depoimentos com os participantes da colonização, ainda vivos, e/ou conhecedores desse processo. Em terceiro lugar, construir conceitos, levando em conta a própria região, para mostrar a diversidade que a história regional pretende abarcar.

O período a ser analisado se delimita entre a maior constante do processo colonizador, ou seja, de 1917 a 1930. Como sistema de estudo, serão considerados os municípios de abrangência do Território da Cidadania Médio Alto Uruguai - RS², que, abrange uma área de 5.800,80 Km²³ e é composto por 34 municípios.

Como ponto balizador da análise, os dados serão avaliados qualitativamente, e, na intenção de enfatizar o processo de colonizar, o trabalho, a religiosidade, e as características políticas que tendem a se evidenciar na construção deste processo na região.

² **Fonte:** Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).

³



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

RESULTADOS

Em um primeiro momento fez-se necessário para a pesquisa em questão, uma abordagem de como estava ocorrendo o processo colonizador da região, as condições desta, os locais de onde vinham os imigrantes e quais os motivos desta vinda, para, em um segundo momento explorar como se articulava este processo a nível de política de estado. Tudo isso teve fundamental importância para a construção desta comunidade, onde viriam a realizar suas práticas religiosas e culturais, herdadas de suas terras natais e trazidas para o nosso país, recebendo aqui, adaptações a partir da diversidade étnica e cultural existente.

É preciso saber que, a profunda crise camponesa na Itália a partir de 1870, torna disponível, para a aventura transoceânica, um contingente de força de trabalho interna impulsionada pela impossibilidade de manter a posse da terra (BRASIL, 2000). Nesse contexto, os imigrantes italianos no Brasil, em sua maioria vinham das regiões do Norte da Itália, motivados por não acompanhar as mudanças exigidas pela introdução de relações de produção capitalistas⁴ no campo. Chegando ao Rio Grande do Sul, se instalaram em cidades como: Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Guaporé, Garibaldi, Nova Palma, Alfredo Chaves... (BRASIL, 2000), locais estes, que no advento da colonização do Médio Alto Uruguai, foram chamados de Colônias Velhas⁵, e saíram daí, a grande maioria das famílias que foi para esta nova colônia, e, uma das últimas regiões do país a serem colonizadas por imigrantes de origem européia.

Conforme Olkoski (2002), as pessoas não migram somente por causa da miséria, mas, imbuídas da mentalidade de terem mais, deslocam-se sempre que surgir uma oportunidade, e isto também é fruto da ideologia capitalista. No caso

⁴ Estas novas relações exigiam que cada um tivesse a suas propriedades, não existindo mais os senhores da Idade Média, isso fez com que muitas pessoas que sabiam trabalhar, ficassem sem acesso as propriedades, levando-as a migrar, onde acreditavam encontrar terras abundantes.

⁵ Por “Colônias Velhas”, conforme Jacomelli(2002), entendem-se as regiões do Rio Grande do Sul que foram povoadas pelos imigrantes europeus no final do século XIX e início do século XX, quando as primeiras levas da imigração chegaram ao estado.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

de nossa região, haviam grandes extensões de terras cultiváveis, e, que, por seu relevo e formas, não interessavam aos grandes latifundiários, o fato da imigração, vem a calhar de modo muito interessante para o estado e a região, pois, os italianos vinham de locais com uma produção agro-pastoril já mais desenvolvida, o que, a partir desta idéia, seria interessante povoar locais com relevos parecidos com os da Itália, de colonos que vinham destas realidades.

Os colonos imigrantes, na grande maioria, embora com divergências, buscavam, de certa forma, mobilidade social, saíram da Itália, como empregados ou filhos de proprietários de terras, para, ao chegar no Brasil, e, serem proprietários e senhores de suas propriedades, embora aqui, não fossem as melhores, mas assemelhavam-se com as de suas origens. Foi a partir de 1917, que irromperam os movimentos migratórios na região do Médio Alto Uruguai, com famílias vindas das Colônias Velhas, onde a presença do ítalo-brasileiro é, atualmente, estimada entre 40 e 60% (BRASIL, 2000).

O Médio Alto Uruguai, é, um recorte regional do estado, conforme Pesavento (1990), podemos definir o recorte do regional, como espaço socializado de realização e de controle do poder por um grupo e, ideologicamente, local sobre o qual a elite e o Estado impõem as suas noções. Estas concepções de regionalização se definem no país, baseadas em articulações políticas e econômicas, de modo, a tornar mais fácil, o controle sobre estes localismos. É relevante, citar que o processo de colonização também é algo planejado estrategicamente para cada região do país, tudo, conforme as necessidades, os interesses e os ideais do estado.

No advento da colonização da região em questão, o Rio Grande do Sul encontrava-se em um período conforme colocado por Jacomelli (2003), de centralização de poder, pautando a colonização em princípios do positivismo-castilhismo-borgismo, sob o sustentáculo do Partido Republicano Rio-Grandense; podemos colocar que, dentro destes princípios o desenvolvimento da região só aconteceria permeado pela presença de colonos de origem européia, pois a presença de caboclos, nacionais e indígenas não era acreditada como



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

potencial desenvolvimentista e civilizatório. Cabe dizer que, os chamados **nacionais**, eram entendidos como os colonos não imigrantes ou filhos destes, (SPONCHIADO, 2000). Conforme indicado por Olkoski:

O positivismo serviu de fundamentação para a organização do Estado, ou seja, uma organização baseada em “preceitos científicos”. Para tanto, os positivistas defendiam ser necessário mudar opiniões e comportamentos para que a sociedade “evoluísse”. As terras abundantes e férteis do Médio Alto Uruguai eram destinadas, preferencialmente, aos migrantes e seus descendentes, dentro da visão da colonização oficial. Dentro desta intenção de evolução, estava inserido o povoamento por imigrantes, já que, os indígenas e caboclos ali residentes, não eram considerados civilizados pelo Estado, deixando assim uma impressão contrária ao ideal de progresso do positivismo. Inicialmente, as picadas serviram para a exploração da região e, posteriormente, para a colonização, visto que, a partir delas, as estradas foram surgindo; a colonização data do início do século e era recomendada para fins de colonização, ainda no século XIX, mesmo cientes da existência de populações indígenas e caboclas no local (OLKOSKI, 2002, pg. 120).

Diferente da imigração italiana, que acontece em São Paulo, onde houve a importação de mão-de-obra para substituir o braço escravo, a imigração que se destina ao sul do Brasil tomou forma através da formação de núcleos de colonização, baseados na pequena propriedade (CARNEIRO, 1950). A colonização ocorreu pela necessidade, principalmente, de valorização das terras desocupadas, cobertas de florestas e acidentadas, que eram a principal característica da região do Médio Alto Uruguai. Dessa forma, a política de colonização, implantada pelo governo da época, valorizou a concessão de terras, a famílias, como forma de garantir a permanência dos imigrantes nas áreas coloniais. O incentivo se dava pela necessidade de povoar e evoluir, quanto maiores as famílias, mais braços para o trabalho, quanto mais trabalho, mais riquezas e em uma visão positivista, progresso ao país.

O positivismo no Brasil do século XIX, esteve presente num contexto diferenciado da Europa, nesta, o capitalismo estava em pleno desenvolvimento, enquanto que, no Brasil, estava dando seus primeiros passos, tornando-se mais forte no final do século XIX e início do século XX (OLKOSKI, 2002). Ou seja,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

pode-se caracterizar a colonização do Médio Alto Uruguai, em termos de produção, já, como providências capitalistas dando sinais de suas características em nossa região.

No Rio Grande do Sul, o representante e grande seguidor do Positivismo de Comte, era o Engenheiro Carlos Torres Gonçalves. Conforme Sponchiado (2000), na direção da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) em 1922, criou o novo regulamento de terras e colonização, que, vinha pautado no Serviço de Proteção aos Nacionais (SPN). Para efetuar o trabalho na Inspeção de Terras da região, na época afiliada a Palmeira das Missões, Torres Gonçalves incumbiu o também engenheiro e positivista, Frederico Westphalen. O primeiro trabalho a ser realizado por ele, seria um relatório sobre como estava o contexto populacional, e, os primeiros trabalhos na região em questão, considerando o SPN, pois, os nacionais eram em grande quantidade, conforme consta o trecho abaixo:

Relatório do Eng. Frederico Westphalen ao Diretor Torres Gonçalves, referente ao ano de 1918, consta sobre o SPN:

Não vos posso dar informações exatas a respeito do estado geral das Colônias, zonas povoadas que passei em viagem: Mico, Braga e Fortaleza -, porque ainda não me sobrou tempo para estudá-las. Mas se nota, mesmo de passagem, que o povo ainda desconhece os princípios mais rudimentares da agricultura; pois a ferramenta que usam, empregando muito pouco, é o machado e a foice e raramente a enxada. O seu trabalho principal consiste em estragar os matos, no que estão sendo impedidos, mas reclamando sempre. É muito difícil encontrar-se um caboclo que saiba ler. São, em geral, ignorantes, pouco trabalhadores e muito desconfiados. Penso que podíamos educá-los um pouco, criando escolas regionais e um campo experimental de agricultura, para que eles aprendam alguma coisa e tomem conhecimento com os processos elementares de cultivar a terra e aproveitar o trabalho. Tem consistido este serviço apenas em conselhos e indicações sobre construções de casa e na localização de alguns nacionais, quer deste, quer de outros municípios que não tinham aonde morarem. Enquanto não for iniciada a demarcação das terras onde, na maioria dos casos, moram como intrusos, este serviço será sempre deficiente, porque para instituir o estado normal é



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

necessário que cada família se torne proprietária de tudo quanto lhe serve exclusiva e continuamente (grifo no original).⁶

A impregnação positivista no Rio Grande do Sul, se deveu muito ao fanático positivista, o engenheiro Carlos Torres Gonçalves; ele propôs a “aliança informal” entre a Igreja Positivista Brasileira (IPB), fundada por ele, em Porto Alegre, e o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), representado pelo positivista Júlio de Castilhos e, depois, por seu seguidor, Borges de Medeiros, ao qual foi também conselheiro, sobretudo em questões relativas aos pontos centrais da doutrina comteana: política indigenista, questões trabalhistas etc (SPONCHIADO, 2000), ainda conforme ele, Torres Gonçalves tinha como princípio, e repetidas vezes dizia: ***No Rio Grande do Sul é o Estado quem coloniza.*** A cidade de Iraí, com seu balneário de águas termais, era, para a época o exemplo concreto do positivismo na região, foi projetada pelo próprio Torres Gonçalves, com toda pompa e circunstância merecida pelos preceitos positivistas.

Na Direção da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) - que ficou com todos os serviços da extinta 2ª Seção da Diretoria de Terras Públicas -, foi nomeado a 14 de fevereiro do mesmo ano o Eng. Vespasiano Rodrigues Corrêa. Entrando, a 7 de maio de 1908, em licença para tratamento de saúde, Torres Gonçalves assumiu a Direção interinamente. Nela permaneceu até o retorno do titular em 9 de setembro. Mas, com a morte de Vespasiano (27.01.1909), voltou a exercer interinamente o cargo, até 21 de agosto do mesmo ano, quando foi nomeado efetivo[...] Nela permaneceu por ininterruptos vinte anos, durante os quais promoveu, prioritariamente, a legitimação das terras ocupadas desde longo tempo por posseiros. Para tão importante tarefa contou com a colaboração dedicada e operosa dos Chefes das Comissões de Terras existentes, notadamente dos engenheiros Frederico Westphalen, em Palmeira, e João de Abreu Dähne, em Santa Rosa, colônias fundadas na década de 1910. Torres Gonçalves projetou oito importantes povoados, sobressaindo o de

⁶ *Relatório de Reconhecimento da Travessia do Sertão da estrada Palmeira – Mel, apresentado ao Chefe Dr. Frederico Westphalen por Leopoldo Villanova.* Palmeira, 24.09.1917. datilografado, p. 5.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Erexim, Santa Rosa e mais o da estação balneária de Iraí.(SPONCHIADO, 2000, pg.33)

Conforme Sponchiado (2000), o período Castilhista é tido como o período áureo do Rio Grande do Sul atribuído à aplicação dos princípios comteanos, sobretudo políticos. Isso tudo, ocorria em consonância com o processo de colonização da região norte do estado; dentro desta lógica, o estado, aconselhado por Torres Gonçalves, manda para a região do Médio Alto Uruguai como responsável pela comissão de terras, e, principalmente como forma de manter um certo controle para que esta distribuição ocorresse na lógica e, conforme os interesses do estado positivista-castilhista-borgista, o engenheiro chamado Frederico Westphalen.

O ideal positivista do estado, acreditava na potencialidade de usar a diversidade da região ao seu favor, ou seja, um melhoramento nas atividades sócio-culturais, através desta troca de experiências. Conforme dito pelo próprio Comte, o ideal é a formação de um tipo que resulte da fusão das raças e povos, que reúna em si, biologicamente, por hereditariedade, as melhores qualidades de cada um.

Conforme Jacomelli (2003), dentro da legislação colonizatória, proclamava-se a **defesa do índio e do “nacional”**: **porém, estrategicamente privilegiava o colono “ordeiro e trabalhador”**. Desta forma, os verdadeiros donos das terras, que já encontravam-se ali, foram destituídos de suas propriedades, passando a quase empregados dos recém-chegados, fazendo assim com que, estes passassem por muitos anos vivendo como intrusos em suas terras natais, o que pode se observar até hoje se analisarmos por exemplo a questão indígena.

Destaca-se também, a importância da presença da colonização européia nas mais distintas regiões do país, para assim, alavancar a expansão da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, pois, transformou o panorama religioso nacional, **com o propósito de prestar “assistência” aos imigrantes**. Esta assistência, também era prestada com bases e critérios positivistas, já que, nosso estado estava filiado a Igreja Positivista Brasileira (IPB).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

CONCLUSÃO

Analisar o processo migratório e colonizador da região do Médio Alto Uruguai, é uma tarefa que exige além de muita busca, o verdadeiro sentido da pesquisa histórica, o uso do materialismo histórico, para a descoberta de um *a priori* desconhecido.

É necessário concluir, que, ao chegar aqui, muitas das promessas feitas aos imigrantes pelo governo da época, não passavam de meras promessas, as dificuldades, eram muitas, por vezes, não dispunham do mínimo necessário. Porém a coragem e resistência dos desbravadores, era maior, sabiam a que vinham, então, era necessário partir para muito trabalho e buscar formas de realizar os muitos sonhos que traziam nas poucas bagagens, para isso tornava-se imprescindível, que acatassem para si os projetos e ideais que o estado lhes propunha.

Pode-se dizer sim que a colonização desta região foi baseada em um projeto positivista, pois, o estado, encontrava-se em uma fase de concentração de poder, e, este poder, pautava-se em termos da teoria positivista, que pode ser perceptível quando se fala de colonizar para civilizar, para pautar a região em termos de ordem e progresso através de europeus que eram considerados mais evoluídos sócio-culturalmente em comparação aos indígenas e aos nacionais que povoavam estas terras antes da implantação deste projeto.

O positivismo, assim como qualquer teoria, veio até nossa região para garantir um projeto com particularidades positivas e negativas. Através do Serviço de Proteção ao Nacional (SPN) e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), maquiou dar proteção aos verdadeiros donos destas terras, porém, na prática, isso era contrário aos seus próprios preceitos.

Coube a Frederico Westphalen, a tarefa de garantir que os ideais positivistas estivessem sendo implantados com sucesso nesta região do estado. Para isso, foi de fundamental importância, sua presença como responsável pela



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

inspetoria de terras, como homenagem a ele, hoje temos seu nome em uma das principais cidades da região, considerada como pólo regional.

Estes empreendimentos coloniais, no ano 2000, receberam de Sponchiado (2000), uma concepção de que estaria havendo um constante empobrecimento, e que, já não era mais conforme planejado no sonho positivista da época da colonização, e, para isso ele propõe, que os municípios possam sobressair-se buscando inovações, e, pautando a região em outras atividades desenvolvimentistas, cabe dizer, que hoje, em 2011, a região tem encontrado este viés, pautando-se em educação, através de políticas educacionais do governo federal implantadas na região, redefinindo seu perfil e definindo a região como pólo regional de educação, buscando conhecimentos técnicos e científicos que trarão novos rumos.

Por fim, é necessário, construir através da pesquisa, a memória historiográfica, para que, hoje, nos sirva de exemplo, e de ponto de partida para nortear nossas ações, saber quem somos e de onde viemos, e, como iniciou a sociedade onde estamos inseridos, pois, conforme Castoriadis (1999), o historiador não é o que sabe, mas o que procura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, T. *Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- CASTORIADIS, Cornelius. “Paixão e conhecimento”. *In: Feito e a ser feito --- as encruzilhadas do conhecimento*, São Paulo, DP&A Editora, 1999.
- COSTA, Rovílio, MARCON, Itálico. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1988. 224 p. ilustr.
- FERIGOLLO, W. *Rostos e Rastros no Brasil 1954 – 2004*. Frederico Westphalen: Pluma, 2004.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- GALIOTO, Antônio, Pe. “O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul.” *In:* DE BONI, Luis A. *Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST/Fundação Giovanni Agnelli, 1987. v. 1, p. 295-312.
- ISAIA, A. Cr. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- JACOMELLI, Jussara. *Frederico Westphalen na lógica do Estado positivista-castilhistaborgista (1917-1930)*. Passo Fundo:UPF, 2002
- MANFROI, Olívio. *Emigração e identificação cultural – a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1975.
- OLKOSKI, Wilson; *História Agrária do Médio Alto Uruguai*. São Leopoldo: UNISSINOS, 2002.
- PERUZZOLO, Keila Maria Casarin; ROSSETTO, Valdetrude; SCAPIN, Ivone José.; *Ética cidadania e valores*. Rev. Pesquisas em ciências Humanas. Editora URI, Frederico Westphalen, 2001
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História regional e transformação social*. *In:* SILVA, Marcos (Org.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.p.67-69.
- POTRICH, Ivani Marilise; OLIVEIRA, João Almerindo de; KEMPKA, Paulo; HEMIELEWSKI, Sibila M, KLEIN, Remi.; *Manifestações da religiosidade cristã nas diferentes faixas etárias*. Rev. Pesquisas em ciências Humanas. Editora URI, Frederico Westphalen, 2001.
- SPONCHIADO, Breno A. *Os positivistas e a colonização do norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2000.
- VANNINI, I. A. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no RS*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- VANUCCHI, Aldo. *Cultura Brasileira: o que é, Como se faz*. São Paulo:LOYOLA, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

AS CAPELAS DOS COLONOS ITALIANOS DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI - RS: IMIGRAÇÃO ITALIANA E RELIGIOSIDADE

Fabiana Regina da Silva¹

INTRODUÇÃO

Buscar respostas sobre a importância das capelas para a população camponesa imigrante, de origem italiana que se instalou na região do Médio Alto Uruguai-RS, entre os anos de 1917 e 1930, exige, que se faça de imediato, uma introdução sobre o processo de colonização, pois, como poderemos observar durante o decorrer da pesquisa, elas estarão intimamente ligadas. Para, dessa forma, chegar ao ponto crucial, as capelas, pontos de referência cultural, onde ao seu entorno, houve a reconstituição dos valores, que permitiram ao imigrante italiano superar as dificuldades iniciais e então projetar uma nova oportunidade de desenvolvimento, ao fixar seus sonhos nesta nova terra.

Uma vez na nova colônia, os imigrantes buscaram recriar o seu mundo cultural de origem, reconstruindo-o com base nos valores da sociedade camponesa do Norte da Itália, de onde outrora pertenceram, sociedade esta, que tinha na religião o seu princípio regulador. Sabemos que a religião, é parte do sistema de vida de um povo, enquanto cultura, envolve não só as crenças mas também as condutas. Isso porque, a noção de cultura, diz respeito ao conjunto das práticas sociais, do modo de fazer, interagir e representar, desenvolvido pelo

– ¹Graduada em História/Licenciatura – URI - Universidade Regional Integrada-Campus de Frederico Westphalen; Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado na UFSM - Universidade Federal de Santa Maria; Aluna concluinte da Pós-Graduação/Especialização em Gestão Educacional na UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. **Instituição:** Universidade Federal de Santa Maria **Telefone:** (55) 96099454 **E-mail:** fabianareginadasilva@yahoo.com



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

homem, como uma solução ou resposta para as necessidades de sua vida cotidiana, (VANUCCHI, 2002).

O estudo em questão, se justifica tendo em vista que, além da grande importância desta memória histórica para a região, não há estudos científicos publicados sobre o problema em questão, o qual, podemos resumir em: a importância e significado das capelas para os colonos italianos.

A região do Médio Alto Uruguai, veio a receber posteriormente, imigrantes de outras etnias e locais do mundo, como por exemplo poloneses e alemães, porém, este estudo se dedica a imigração italiana, por ser ela, a de maior significância em termos de contingente de pessoas.

Palavras-chave: Capelas; Imigrantes; Italianos; Médio Alto Uruguai; Religiosidade.

OBJETIVOS

Geral:

Compreender, dentro do contexto da imigração italiana e colonização da Região do Médio Alto Uruguai entre 1917 e 1930, os significados e motivos pelos quais a construção de uma capela, era de tamanha importância e até necessidade vital, para os colonos recém chegados.

Específicos:

- Identificar as influências do catolicismo na condução da vida familiar e comunitária dos colonos italianos.
- Realizar uma reflexão acerca de quais os motivos que a levaram a vir para esta região.
- Identificar as providências tomadas como forma de adaptação, no momento em que se deparam com esta nova realidade e suas características locais, diferentes das de sua origem, e talvez, da idealizada.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

METODOLOGIA

Para falar da importância das capelas no processo colonizador do Médio Alto Uruguai, é necessário, em primeiro lugar, problematizarmos a própria região, através de uma reflexão teórica-metodológico-crítica, quanto a este processo mencionado acima. procurando suporte referencial suficiente, em outra matriz historiográfica que não a iluminista/positivista, que é o que se tem usado tradicionalmente, nos poucos dados históricos aqui disponíveis, de forma a realizar uma pesquisa qualitativa, ao tratar dos dados, confrontando-os teórico-empiricamente. Em segundo lugar, mapear e ampliar as fontes disponíveis, localizando-as em museus, arquivos públicos, sejam fontes cartoriais, em instituições e arquivos religiosos, periódicos locais, bem como, posteriormente, em uma próxima fase da pesquisa, utilizar o recurso da entrevista e/ou depoimentos com os participantes da colonização, ainda vivos, e/ou conhecedores desse processo. Em terceiro lugar, construir conceitos, levando em conta a própria região, para mostrar a diversidade que a história regional pretende abarcar.

O período a ser analisado se delimita entre a maior constante do processo colonizador, ou seja, de 1917 a 1930. Como sistema de estudo, serão considerados os municípios de abrangência do Território da Cidadania Médio Alto Uruguai - RS, que, abrange uma área de 5.800,80 Km²² e é composto por 34 municípios.

Como ponto balizador da análise, os dados serão avaliados qualitativamente, e, na intenção de enfatizar o processo de migrar e colonizar, o trabalho, a religiosidade, as características políticas que tendem a se evidenciar na construção deste processo na região, gerando ressignificações, formando matrizes de referência, e o contexto peculiar que mais se evidencia.

² **Fonte:** Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

RESULTADOS

Em um primeiro momento fez-se necessário para a pesquisa em questão, uma abordagem de como estava ocorrendo o processo colonizador da região, as condições desta, os locais de onde vinham os imigrantes e quais os motivos desta vinda, para, em um segundo momento, entender seus motivos para a construção destes pontos de encontro chamados de capelas, onde viriam a realizar suas práticas religiosas e culturais, herdadas de suas terras natais e trazidas para o nosso país, recebendo aqui, adaptações a partir da diversidade étnica e cultural existente.

É preciso saber que, a profunda crise camponesa na Itália a partir de 1870, torna disponível, para a aventura transoceânica, um contingente de força de trabalho interna impulsionada pela impossibilidade de manter a posse da terra (BRASIL, 2000). Nesse contexto, os imigrantes italianos no Brasil, em sua maioria vinham das regiões do Norte da Itália, motivados por não acompanhar as mudanças exigidas pela introdução de relações de produção capitalistas no campo. Chegando ao Rio Grande do Sul, se instalaram em cidades como: Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Guaporé, Garibaldi, Nova Palma, Alfredo Chaves... (BRASIL, 2000), locais estes, que no advento da colonização do Médio Alto Uruguai, foram chamados de Colônias Velhas³, e saíram daí, a grande maioria das famílias que foi para esta nova colônia, e, uma das últimas regiões do país a serem colonizadas por imigrantes de origem européia.

Conforme Olkoski (2002), as pessoas não migram somente por causa da miséria, mas, imbuídas da mentalidade de terem mais, deslocam-se sempre que surgir uma oportunidade, e isto também é fruto da ideologia capitalista. Ainda, segundo ele, o positivismo no Brasil do século XIX esteve presente num contexto diferenciado da Europa, nesta, o capitalismo estava em pleno

³ Por “Colônias Velhas”, conforme Jacomelli(2002), entendem-se as regiões do Rio Grande do Sul que foram povoadas pelos imigrantes europeus no final do século XIX e início do século XX, quando as primeiras levas da imigração chegaram ao estado.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

desenvolvimento, enquanto que, no Brasil, estava dando seus primeiros passos, tornando-se mais forte no final do século XIX e início do século XX.

O Médio Alto Uruguai, é, um recorte regional do estado, conforme Pesavento (1990), podemos definir o recorte do regional, como espaço socializado de realização e de controle do poder por um grupo e, ideologicamente, local sobre o qual a elite e o Estado impõem as suas noções. Estas concepções de regionalização se definem no país, baseadas em articulações políticas e econômicas, de modo, a tornar mais fácil, o controle sobre estes localismos. É relevante, citar que o processo de colonização também é algo planejado estrategicamente para cada região do país, tudo, conforme as necessidades, os interesses e os ideais do estado.

No advento da colonização da região em questão, o Rio Grande do Sul encontrava-se em um período conforme colocado por Jacomelli (2003), de centralização de poder, pautando a colonização em princípios do positivismo-castilhismo-borgismo, sob o sustentáculo do Partido Republicano Rio-Grandense; podemos colocar que, dentro destes princípios o desenvolvimento da região só aconteceria permeado pela presença de colonos de origem européia, pois a presença de caboclos, nacionais e indígenas não era acreditada como potencial desenvolvimentista e civilizatório. Conforme indicado por Olkoski:

O positivismo serviu de fundamentação para a organização do **Estado, ou seja, uma organização baseada em “preceitos científicos”**. Para tanto, os positivistas defendiam ser necessário mudar opiniões e comportamentos para que a sociedade **“evoluísse”**. **As terras abundantes e férteis do Médio Alto Uruguai** eram destinadas, preferencialmente, aos migrantes e seus descendentes, dentro da visão da colonização oficial. Dentro desta intenção de evolução, estava inserido o povoamento por imigrantes, já que, os indígenas e caboclos ali residentes, não eram considerados civilizados pelo Estado, deixando assim uma impressão contrária ao ideal de progresso do positivismo. Inicialmente, as picadas serviram para a exploração da região e, posteriormente, para a colonização, visto que, a partir delas, as estradas foram surgindo; a colonização data do início do século e era recomendada para fins de colonização, ainda no século XIX, mesmo cientes da existência de populações indígenas e caboclas no local (OLKOSKI, 2002, pg. 120).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Diferente da imigração italiana, que acontece em São Paulo, onde houve a importação de mão-de-obra para substituir o braço escravo, a imigração que se destina ao sul do Brasil tomou forma através da formação de núcleos de colonização, baseados na pequena propriedade (CARNEIRO, 1950). A colonização ocorreu pela necessidade, principalmente, de valorização das terras desocupadas, cobertas de florestas e acidentadas, que eram a principal característica da região do Médio Alto Uruguai. Dessa forma, a política de colonização, implantada pelo governo da época, valorizou a concessão de terras, a famílias, como forma de garantir a permanência dos imigrantes nas áreas coloniais. O incentivo se dava pela necessidade de povoar e evoluir, quanto maiores as famílias, mais braços para o trabalho, quanto mais trabalho, mais riquezas e em uma visão positivista, progresso ao país.

Os colonos imigrantes, na grande maioria, embora com divergências, buscavam, de certa forma, mobilidade social, saíram da Itália, como empregados ou filhos de proprietários de terras, para, ao chegar no Brasil, e, serem proprietários e senhores de suas propriedades, embora aqui, não fossem as melhores, mas assemelhavam-se com as de suas origens. Foi a partir de 1917, que irromperam os movimentos migratórios na região do Médio Alto Uruguai, com famílias vindas das Colônias Velhas, onde a presença do ítalo-brasileiro é, atualmente, estimada entre 40 e 60% (BRASIL, 2000).

Em um primeiro momento da pesquisa, cabe ressaltar que a principal **resposta encontrada para a questão “a importância de se construir capelas nos povoados onde se instalavam os imigrantes”**, vale dizer que, os principais meios de troca e padronização da cultura predominante a ser implantada em suas novas moradas, eram, a religião e o trabalho, já que, a comunicação era algo ainda pouco explorado, existiam poucos meios. Logo ao chegar, reuniam-se famílias em grande quantidade, para abrir estradas e formar os primeiros pontos de encontro; era o trabalho, que trazia esperança e vontade de seguir,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

criando possibilidades de vivência, em um lugar muito distante de suas terras natais e de seus nonos ⁴.

Ao iniciar o povoado, a primeira coisa a ser construída, eram as capelas, eram elas, o centro de convergências da população, único ponto de encontro da comunidade, que além do aspecto religioso, ditavam a vida social, trazendo o desenvolvimento e a integração nas comunidades recém-formadas, representando um elo de ligação entre Deus, eles, suas famílias e suas terras natais.

O católico, o padre, e a capela surgem logo após sua chegada, como elementos essenciais ao sucesso da nova morada, sendo que a última, sempre teve prioridade sobre as outras atividades sociais e trouxe, a necessidade da organização de uma sociedade, de muita motivação, trabalho e enfrentamento de dificuldades (GALLIOTO, 1987, pg. 176).

Para uma vertente historiográfica, a religião é o grande eixo organizador da experiência colonial; e neste processo, a capela colonial desempenharia um papel insubstituível (MAESTRI, 2003). Algo muito importante, que conseqüentemente trazia consigo em confluência com o trabalho, a responsabilidade de definir uma identidade sócio-cultural local, construída a partir do contato com a diversidade, redefinindo padrões morais e éticos.

A atuação do sagrado na sociedade faz com que girem ao redor dela, não só a vida religiosa, mas também a social, a cultural e política, que entra já na formação de lideranças. Ao redor da capela surge a bodega, o salão de festas, a cancha de bocha, os jogos de cartas, o cemitério e depois a escola (FERIGOLLO, 2004, pg. 243).

Essas novas colônias, segundo ISAIA (1998), tornam-se paróquias muito mais rapidamente que as Colônias Velhas, muitas vezes menos de cinco anos, após a chegada dos primeiros pioneiros. Como os povoados recém-

⁴ Termo usado pelos italianos para se referir aos avós.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

formados eram pequenos, a capela servia também, como ponto de encontro de todas as etnias ali existentes, mesmo sendo fundada por alemães ou italianos, resultando em uma diversidade cultural, porém, é claro que não podemos esquecer, que a cultura européia sempre esteve dominante sobre as atividades ali desenvolvidas.

A Capela é o centro também do controle social, moral, cooperativo, por ter uma função de tamanha importância, tinham a idéia de que quanto maior, melhor, uma construção bonita e grandiosa, por acharem que assim, melhor louvariam a Deus, dando-lhes uma casa digna. Por esta idéia que tinham, temos hoje, construções belíssimas e grandiosas, como, por exemplo a Catedral em homenagem a Santo Antônio construída em Frederico Westphalen, na Região do Médio Alto Uruguai, que carregam em si, a memória de um tempo que serviu de base para a nossa sociedade atual.

Segundo PERUZZOLO et. all. (2001), a meta da vida moral foi colocada mais alta, numa santidade, sinônimo de um amor perfeito, e que deveria ser buscada mesmo que fosse inatingível. Sendo assim, da capela surgiria um conjunto de normas éticas para a vivência em sociedade e a partir disso, nasce no dia após dia, uma moral que norteia estas relações sociais, mas, não podemos nos esquecer também, que o fanatismo religioso ajudou a obscurecer muitas vezes a mensagem ética da liberdade, do amor e da fraternidade universal, muitas vezes, inclusive, conforme o que nos coloca Olkoski (2002) excluindo caboclos, nacionais e índios deste meio divino, onde se pregava Deus, como Pai Supremo.

Na região, a autoridade episcopal, de grande influência, situava-se na cidade de Frederico Westphalen, onde em 1951, foi fundada a catedral da diocese pelo Monsenhor Vítor Batistella. Comunidade essa formada em 1917, tendo como denominação Barril⁵ (SPONCHIADO, 1996). A igreja na época,

⁵ A localidade foi assim denominada, por ter ali, um Barril de água que servia de parada aos viajantes, carreteiros e comerciantes da época, para matarem sua sede após longo trecho de viagem.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

tratava-se de uma instituição que exercia um controle social presente e marcante no imaginário coletivo e espiritual das pessoas, era responsável pela criação de mitos, como a do comunismo e a necessidade de seu combate (MARTINAZZO, 1992), coordenando, assim, o real e o imaginário, através de explicações transcendentais.

As capelas eram vistas, também, como possíveis núcleos de futuro progresso. Através da ação da Igreja, através de seus padres, também desprotegidos, torna-se o único elo de união de forças entre os colonos, capazes de diluir distâncias e provincianismos peculiares aos italianos, e de agregar comunidades, o sinal da esperança material e espiritual; os padres se tornam líderes acreditados de todos, e reunia grupos em torno de uma estrada a abrir, de uma ponte a construir ou de uma escola a edificar. Na capela, fazia-se espalhar o patriarcalismo e a necessidade do crescimento familiar, isso significa sucesso e continuidade da empresa colonial. Ela é o centro da formação ideológica dos colonos, atribuem valores cristãos ao dever da procriação, sem práticas contraceptivas, incentivando o casamento e a procriação precoce, exigindo que a mulher tivesse muitos filhos, por isso, surge a consciência de que devia gerar quantos Deus quisesse, agradecendo assim, a saúde e a fertilidade (COSTA, 1988).

A organização da região, quanto aos valores, desenvolvimento econômico e sócio-cultural, é estruturada a partir deste ponto de encontro, as capelas, ela vem a ser o eixo que traz ao seu redor, a organização social e política que virá a definir o futuro das famílias e da região. O padre servia como conselheiro, era a pessoa de cultura mais evoluída, mediava a formação de novas famílias, servia como conciliador, amigo e, era a autoridade local, de maior poder sobre as decisões da comunidade.

CONCLUSÃO

Analisar o processo migratório e colonizador da região do Médio Alto Uruguai, é uma tarefa que exige além de muita busca, o verdadeiro sentido da pesquisa histórica, colocando em xeque, as histórias e memórias dos poucos desbravadores ainda existentes, testemunhos, desta história de resistência e



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

superação. Sabendo que, ao chegar aqui, muitas das promessas feitas pelo governo da época, não passavam de meras promessas, e as dificuldades, eram muitas, não dispunham do mínimo necessário. Porém a coragem e resistência dos desbravadores, era maior, sabiam a que vinham, então, era necessário partir para muito trabalho e buscar formas de realizar os muitos sonhos que traziam nas poucas bagagens.

Hoje, a onze anos do novo milênio, é possível, perceber as mudanças ocorridas, e entender seus novos conceitos. Hoje, a religião passou a ser vivida de forma mais ritualista e formal, e o trabalho, está mais individualizado ou se restringindo a colaboração familiar, deixando para o passado o labor em colaboração comunitária. O colono autonomizou-se, gradualmente da autoridade do padre, passando a estar confortável para tomar decisões autônomas, ou então, tendo outras fontes como referência, por exemplo, as informações devidas ao rádio, ao jornal, a televisão e a internet.

Infere-se que, a capela foi o ponto de referência cultural, e ao seu entorno, houve a reconstituição dos valores sócio-culturais, que permitiram ao imigrante italiano superar as dificuldades iniciais e então projetar uma nova oportunidade de vida ao fixar seus sonhos na nova terra.

As Capelas, tem hoje uma grande diminuição de fiéis; suas portas já não podem mais ficar abertas ao público sem que tenham guardiões para cuidar seus bens, o que, vem acusando um deslocamento de seu pólo central, o objetivo de ser conforto e acolhida aos que necessitam.

Para os colonos, a capela era muito importante, mais até que a bodega, o salão e a cancha de bochas, elas eram grandes e bonitas, enquanto o restante das construções fazia-se de maneira que dava, aos poucos e bem simples. Hoje, com a organização da vida social essa realidade passa a ser modificada e percebe-se a construção de amplos salões e capelas pequenas, este, parece ser um indicador do deslocamento do pólo central, do religioso para o social e econômico.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Os documentos, os vestígios e os monumentos não falam, afirmaria o historiador Georges Duby (1993), então, cabe a nós, historiadores e pesquisadores, falar por este passado que cala, ainda que permaneça entre nós como herança ou modelo a ser rejeitado, realizar a cada dia a reflexão acerca da história e memória, para torná-la viva e presente em nossas vidas, de forma a construir um futuro com certezas, e não, como diria o sociólogo Boaventura de Souza Santos, um tempo de repetições, mas sim, ainda conforme ele, de conhecimento prudente para uma vida decente.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, T. *Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- CASTORIADIS, Cornelius. “Paixão e conhecimento”. *In: Feito e a ser feito --- as encruzilhadas do conhecimento*, São Paulo, DP&A Editora, 1999.
- COSTA, Rovílio, MARCON, Itálico. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1988. 224 p. ilustr.
- FERIGOLLO, W. *Rostos e Rastros no Brasil 1954 – 2004*. Frederico Westphalen: Pluma, 2004.
- GALIOTO, Antônio, Pe. “O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul.” *In: DE BONI, Luis A. Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. v. 1, p. 295-312.
- ISAIA, A. Cr. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- JACOMELLI, Jussara. *Frederico Westphalen na lógica do Estado positivista-castilhistaborgista (1917-1930)*. Passo Fundo:UPF, 2002
- MANFROI, Olívio. *Emigração e identificação cultural – a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1975.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- OLKOSKI, Wilson; *História Agrária do Médio Alto Uruguai*. São Leopoldo: UNISSINOS, 2002.
- PERUZZOLO, Keila Maria Casarin; ROSSETTO, Valdetrude; SCAPIN, Ivone José.; *Ética cidadania e valores*. Rev. Pesquisas em ciências Humanas. Editora URI, Frederico Westphalen, 2001
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História regional e transformação social*. In: SILVA, Marcos (Org.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.p.67-69.
- POTRICH, Ivani Marilise; OLIVEIRA, João Almerindo de; KEMPKA, Paulo; HEMIELEWSKI, Sibila M, KLEIN, Remi.; *Manifestações da religiosidade cristã nas diferentes faixas etárias*. Rev. Pesquisas em ciências Humanas. Editora URI, Frederico Westphalen, 2001.
- SPONCHIADO, Breno A. *Os positivistas e a colonização do norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2000.
- VANNINI, Ismael. A. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no RS*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- VANUCCHI, Aldo. *Cultura Brasileira: o que é, Como se faz*. São Paulo:LOYOLA, 2002.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

AS CONFERÊNCIAS DA PRIMEIRA GUERRA DO PARAGUAI: AS NEGOCIAÇÕES EM ASSUNÇÃO DOS DIPLOMATAS DO IMPÉRIO E DO PARAGUAI EM 1855

Fabiano Barcellos Teixeira*

I - Considerações iniciais

O artigo é baseado no provável “Capítulo 6” da dissertação “A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval imperial ao Paraguai de 1854-5” que será defendida em 2012/01. Na pesquisa analisamos a construção, o desenvolvimento e o sentido histórico da missão bélico-diplomática. Acreditamos que a referida expedição é parte importante do contexto que antecedeu a guerra de 1864-70, também conhecida como “guerra do Paraguai”.

No presente texto, analisamos as conferências diplomáticas realizadas em Assunção por Pedro Ferreira de Oliveira, plenipotenciário imperial, e Francisco Solano López, encarregado da missão pelo Paraguai, entre 3 e 28 de abril de 1855. O jornal *El Semanario*, de Assunção, foi a principal fonte consultada.

II - Contexto

Os 1850 demarcaram o auge da política expansionista do império do Brasil sobre as nações platinas.¹ Naquele período **o Império buscou o domínio territorial e econômico, via diplomacia e/ou de operações militares sobre os três Estados platinos do cone sul: Uruguai, Argentina e Paraguai.** Em 1853, após submeter o Uruguai e a Argentina, nas campanhas contra Oribe e Rosas, o Império realizou uma diplomacia mais agressiva no relativo ao Paraguai. Representado pelo seu diplomata em Assunção Felipe José Pereira Leal, o Império deu ultimato ao Paraguai e exigiu a livre navegação do

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo. Bolsista UPF. Professor da rede pública de Passo Fundo. E-mail: fabianohist@bol.com.br

¹ CF. MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *O Expansionismo brasileiro* e a formação dos Estados na bacia do Prata. 3. ed. Brasília: UNB, 1998. [1 ed. 1985.]



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

rio Paraguai, caminho fundamental a comunicação fluvial do Rio de Janeiro com a província do Mato Grosso. O governo paraguaio rechaçou a imposição imperial e expulsou o citado cônsul. Em resposta, o Império mobilizou uma verdadeira operação de guerra.²

Em 10 de dezembro de 1854, 35 navios de guerra e entre dois a três mil soldados, sob o comando do chefe-de-esquadra Pedro Ferreira de Oliveira [1801-60], nomeado ministro plenipotenciário, partiram do Rio de Janeiro à Assunção para submeter o governo do *renitente* Paraguai. O objetivo da missão bélico-diplomática seria exigir as desculpas do governo paraguaio pela *ofensa* feita ao diplomata imperial, Felipe José Pereira Leal, e, sobretudo obter a livre navegação do rio Paraguai aos navios imperiais.

O governo paraguaio condicionava o direito de navegação pelo rio Paraguai, aos barcos imperiais, mediante a revisão das fronteiras. O Império só aceitava discutir os limites territoriais mediante as suas exigências. Era flagrante o desentendimento dos dois governos nas questões de fronteira e de direitos de navegação sobre o rio Paraguai. A guerra era iminente.

III - Os primeiros contatos do almirante imperial no Paraguai

Em pouco mais de dois meses a esquadra imperial viajou pelo oceano Atlântico, rio da Prata e rio Paraná; passou por localidades argentinas e uruguaias até que, em 20 de fevereiro de 1855, chegou à guarnição de Cerrito, no Paraguai, onde ocorreram os primeiros contatos entre o comandante da expedição imperial Pedro Ferreira de Oliveira e o governo paraguaio representado pelo capitão Pedro Ignacio Meza, guarda policial naquela localidade. Nos primeiros dias após a chegada a *Cerrito*, o comandante imperial e a polícia paraguaia combinaram que somente o comandante Pedro Ferreira de

² Para maiores detalhes confira: TEIXEIRA, Fabiano B. “A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval imperial ao Paraguai de 1854-5”. V *Simpósio Internacional dos Estados Americanos. O bicentenário das independências (1810-2010)*. Passo Fundo, 2010. Disponível em: http://www.upf.br/ppgh/index.php?option=com_content&view=article&id=36&Itemid=30 >. Acessado em 20 de agosto de 2011.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Oliveira, em um só navio, viajaria a Assunção, enquanto isso a esquadra o aguardaria em *Tres Bocas*, na província argentina de Corrientes.

Em 15 de março de 1855, a bordo da corveta Ipiranga, Pedro Ferreira de Oliveira finalmente chegou a Assunção! A viagem atrasou devido às dificuldades de navegação que o fizeram abandonar a fragata Amazonas [capitânia], encalhado no rio Paraguai. O registro mais próximo que encontramos depois da chegada do ministro imperial a capital paraguaia foi em 24 de março de 1855.

Em 24 de março de 1855, no porto de Assunção, foi realizado desagravo formal à bandeira imperial, com 21 tiros cerimoniais, em atenção à expulsão do ministro imperial, na capital paraguaia, Felipe José Pereira Leal, ocorrida em agosto de 1853. O vapor de guerra Ipiranga também saudou o pavilhão paraguaio com os mesmos 21 tiros.³ Ao conseguir as desculpas oficiais do **governo paraguaio pelo “incidente Leal”, a missão imperial alcançou um dos seus objetivos, talvez o menos importante deles.** A obtenção da livre navegação pelo rio Paraguai, porém, seria bem mais complicada.

IV - As conferências em Assunção

Em 29 de março de 1855, Pedro Ferreira de Oliveira [figura 1] apresentou as credenciais de plenipotenciário imperial ao Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, em Assunção, iniciando em 3 de abril as negociações com a diplomacia paraguaia. O almirante nasceu em 19 de fevereiro de 1801 na freguesia do Pilar, província do Rio de Janeiro, e faleceu em 11 de março de 1860. Aos 17 anos ingressou na Marinha imperial, atuou em diversos combates na Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.⁴ Entre 1845-51, em Montevideu, ele auxiliou a esquadra inglesa na intervenção naval contra

³ TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *Diplomacia do Império no rio da Prata* [até 1865]. Rio de Janeiro: Brand, 1955. p. 176-7.

⁴ SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, vol. I e II, 1999. p. 182-5.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Rosas. Foi intendente e deputado pela Bahia e presidente do Rio Grande do sul [1851].⁵

Francisco Solano López [1827-70 (figura 2)] foi o representante paraguaio designado para realizar os tratados de comércio, navegação e limites com Pedro Ferreira de Oliveira. Ele era o filho mais velho do presidente Carlos Antonio López. Em 1845, aos dezoito anos, ele se tornou General do Exército paraguaio. Em 1846-9 ele comandou as tropas paraguaias, treinadas no sul do país, que combateriam o exército de Rosas o que acabou não ocorrendo devido ao desentendimento da aliança do Paraguai com as províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios.⁶

Em 1853, Francisco Solano López foi nomeado Ministro da Guerra do Paraguai, cargo em que ele atuou por cinco anos. Naquele ano, ele viajou à Europa -França, Grã Bretanha, Prússia e Sardenha- como ministro plenipotenciário do seu país. A viagem rendeu investimentos em equipamentos para as forças armadas, o navio de guerra *Tacuari*, por exemplo, foi adquirido na Inglaterra. Também foram contratados técnicos europeus ***para a projeção de pontes, ferrovias e para a indústria***.⁷ Em fins de dezembro de 1854, a comitiva paraguaia, em retorno da referida missão diplomática na Europa, fez escala no Rio de Janeiro, antes de chegar a Assunção, como assinalado.

⁵ Ibidem.

⁶ TEIXEIRA SOARES, Álvaro. Ob. cit. p. 176-7.

⁷ Idem. p. 177.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Figura 1: Pedro Ferreira de Oliveira [1801-60]
70]



Figura 2: Francisco Solano López [1827-70]



Fonte: BOITEUX, Henrique. *Os nossos almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa naval, 1921. p. 151.

Fonte: http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/cap2_foto.html

Fundado em 1853, em Assunção, pelo ministro paraguaio Juan Andrés Gelly, o jornal *El Semanario* foi veículo oficial do governo Carlos Antonio López até 1857.⁸ O periódico publicava diversos documentos do governo e se destinava aos *negociantes*, *labradores* e *industriales*, conforme anunciava na primeira página. Nas edições de 19 e 26 de maio e 03 de junho de 1855, o citado periódico publicou oito notas diplomáticas trocadas entre Francisco Solano López e Pedro Ferreira de Oliveira. A data dos documentos inicia em 13 de abril de 1855 [figura 3] e termina aos 28 daquele mês e ano. Seu conteúdo registra as pretensões de ambos os Estados e o contexto daquela negociação.

⁸ CARDOZO, Efraím. *Breve história del Paraguay*. 2 ed. Asunción: Servi Libro, 2009, p. 81.

Figura 3: Documentos oficiais publicados pelo *El Semanario*



Fonte: EL SEMANARIO. 19 de maio de 1855, n. 102.

VI - Prioridade à questão de limites [1ª nota]

Em 13 de abril de 1855, Francisco Solano López escreveu a Pedro Ferreira de Oliveira sobre o projeto de tratado de comércio, navegação e limites que lhe foi apresentado em 11 de abril. O tratado de limites deveria ser negociado separadamente e com prioridade ao de comércio e navegação. O projeto referente a fronteiras colocava como ponto de partida o *uti possidetis* [como possuis agora]. O representante paraguaio afirmou que, da forma como lhe fora colocado, seria imprudente aceitá-lo, pois o critério seria passível de diferentes interpretações. Portanto, requeria maiores explicações.

“El proyecto de Tratado en lo relativo a límites, propone por base y punto de partida el *uti possidetis*. El infrascrito Plenipotenciario de la República no tendrá inconveniente en admitir esta base según sea la inteligencia genuina que le dé el Ilmo. y Exmo. Plenipotenciario de S[u]. M[ajestad]. I[mperial]. á quien ruega quiera consignarla en su contestación a esta nota. S[u]. E[xcelencia]. el



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Plenipotenciario de S. M. I. notara fácilmente que esa frase es bastante elástica y susceptible de diferentes interpretaciones.”⁹

VII - O território contestado [2ª nota]

Em 14 de abril de 1855, Pedro Ferreira de Oliveira assinalou o recebimento do documento de Francisco Solano López, de 30 de março de 1855, que pedia resposta sobre a sentença do *uti possidetis*. O representante imperial afirmou que as explicações sobre o *uti possidetis* já poderiam ter sido oferecidas nas três conferências realizadas por eles em 3, 9 e 11 de abril de 1855. Os esclarecimentos verbais seriam adequados para aqueles fins.

“[...] **asegurando a S[ua]**. E[xcelência]. el Señor Plenipotenciario del Supremo Gobierno de la República del Paraguay, que con sumo placer ya le hubiera dado esa explicación [sobre o *uti possidetis*] en cualquiera de las tres conferencias que ha habido entre el abajo firmado y S. E., si se hubiese manifestado ese deseo, tanto mas que el abajo firmado cree, que las explicaciones verbales son las más convenientes, cuando S. E. presentan dudas **como la que S. E. desea disolver.**”¹⁰

Pedro Ferreira de Oliveira afirmou que o projeto do tratado sobre limites continha a resposta sobre a linha demarcatória no artigo 17. **“El territorio del Imperio del Brasil se divide del de la República do Paraguay por el rio Paraná desde donde comienzan las posesiones del Brasil [...]. De la confluencia del [rio] Apa sigue por el [rio] Paraguay arriba hasta la Bahía Negra adonde las posesiones del Brasil ocupan ambas márgenes del Paraguay.**”¹¹

A posse da região entre a confluência do rio Apa com o rio Paraguai era o ponto de discórdia de ambos os governos. Segundo o representante imperial ela separaria os dois Estados: ao norte seria o Império e ao sul da república do Paraguai [figura]. A linha de limites a ser traçada no projeto de tratado, assim

⁹ EL SEMANARIO. 19 de maio de 1855, n. 102. [ARQUIVO NACIONAL DE ASSUNÇÃO]

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

como o princípio de *uti possidetis*, não teria elasticidade e nem seria suscetível de diferentes interpretações, conforme sustentava o governo paraguaio, afirmou Pedro Ferreira de Oliveira. Somente com a demarcação bem definida poderia existir solução para as contendas entre os governos, ou essa questão seria inviável, ele complementou.

Francisco Solano López estaria em posse do projeto de tratado desde 11 de abril de 1855. Porém, já em 30 de março daquele ano, Pedro Ferreira de Oliveira enviara ao ministro de relações exteriores do Paraguai, José Falcón, o projeto de tratado. Em 31 de março, este projeto foi devolvido ao plenipotenciário imperial com a justificativa que o seu conteúdo seria tratado diretamente com Francisco Solano López.

Registra-se na nota que em 3 de abril de 1855 Francisco Solano López e Pedro Ferreira de Oliveira tiveram a primeira conferência. Naquela ocasião foi sugerido pelo representante imperial que o projeto de tratado fosse dividido em dois, discutindo-se com anterioridade as questões de limites. A medida prontamente foi aceita pelo representante paraguaio que teria acrescentado que naquele momento os tratados de navegação e comércio não representavam conveniência e vantagens aos dois países.

Segundo Pedro Ferreira de Oliveira três conferências foram realizadas em 3, 9 e 11 de abril de 1855. O projeto ou a cópia dele poderia ter sido repassado ao representante paraguaio em qualquer uma delas. Na conferência marcada para 14 de abril e nas seguintes ele daria todas as explicações solicitadas, com a vantagem do diálogo, sem a demora da comunicação por escrito, concluiu.

VIII - Nova explicação solicitada sobre o *uti possidetis* [3ª nota]

Em 14 de abril de 1855, Francisco Solano López respondeu a nota que Pedro Ferreira de Oliveira o enviara, na mesma data, sobre a explicação do *uti possidetis*. O representante imperial marcou uma conferência para aquele dia. O plenipotenciário paraguaio colocou o Ministério das Relações Exteriores a disposição do representante imperial a partir das cinco horas da tarde daquele



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

dia. Francisco Solano López assinalou que esperava a explicação sobre o *uti possidetis*.

“Me apresuro a decir a V[uestra]. E[xcelencia]. que he recibido la nota que V. E. se ha servido dirigirme con fecha de hoy en respuesta a la que ayer tuve el honor de escribirle, pidiéndole que si sirviese darme alguna explicación de la inteligencia que V. E. daba a la frase *uti possidetis*; a cuya nota me reservo contestar tan pronto como pueda, pero como en el final de ella V. E. me anuncia una conferencia convenida para hoy, debo decirle que el despacho del Ministerio está a su disposición, y que allí esperaré a V. E. desde las cinco de esta tarde, pero diré también que yo no contaba con la conferencia que V. E. dice aplazada para este día, pues que esperaba la explicación que pedía a V. E. para formar juicio, y poderme expedir, y explicar.”¹²

IX - As divergências sobre o *uti possidetis* [4ª nota]

Em 17 de abril de 1855, Francisco Solano López enviou nota a Pedro Ferreira de Oliveira para discutir, acordar e concluir os tratados de limites, em primeiro lugar, e em seguida os de comércio e da navegação dos rios Paraná e Paraguai.¹³ O representante paraguaio afirmou que estava equivocada a explicação do plenipotenciário imperial sobre o princípio do *uti possidetis*. Ele se referia ao artigo 17 do projeto de tratado que estabelecia a admissão e o reconhecimento desse princípio.

Francisco Solano López afirmou que pelo artigo 17 do projeto de tratado elaborado pelo Império, se entendia que o território em discussão já era propriedade de uma das partes, ou seja, do Império. Naquele caso, toda a área descrita estabeleceria o *uti possidetis*, quando este princípio deveria ser resultado da posse. Para o representante paraguaio o princípio do *uti possidetis* fora invertido: colocava-se por efeito o que deveria ser a causa. As razões de se estabelecer as linhas de fronteira seriam a posse e não o contrário.

¹² Ibidem.

¹³ EL SEMANARIO. 19 de maio de 1855, n. 102. [ARQUIVO NACIONAL DE ASSUNÇÃO]



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Francisco Solano López afirmou ser imprescindível realizar as negociações por escrito, embora concordasse que os diálogos davam mais agilidade às conferências. A escrita indicaria autenticidade aos acordos e não impediria que os mesmos assuntos fossem abordados verbalmente nas reuniões, ele afirmou.

Em seguida, o ministro paraguaio explicou como o governo do seu país considerava correto o princípio do *uti possidetis*. “[...] **la posesión se prueba, y demuestra por la ocupación retenida por largo tiempo, consentida tacita, ó expresamente, ó al menos tolerada, y no inquietada por quien se pudiera considerar con derecho al lugar ocupado, y donde existan, y se vean establecimientos, y poblaciones como villas y aldeas: ó otros monumentos públicos, como fortificaciones militares.**”

O general paraguaio explicava a sua tese com um exemplo. Pelos artigos 9 e 10 do tratado de santo Ildefonso, de 1777, celebrados por Espanha e Portugal, adjudicava-se [conceder por sentença]¹⁴ a Espanha a região até a embocadura do rio Jaurú. Portugal antes de assinar esse tratado se estabeleceu em Coimbra **à direita do rio Paraguai [19º 54’ de latitude austral]. Ele assinalou que não examinaria o direito que Portugal trabalhou nesse tratado, nem porque a Espanha não reconheceu os estabelecimentos de Albuquerque e de Coimbra, somente analisaria a possessão [figura]. Presumindo que Portugal não deixaria de se estender mais ao sul, a Espanha estabeleceu o forte de Bourbon, então **Olimpo [1855], também no ocidente do Paraguai [20º 54’ 30”]. Portugal não fez, nem podia fazer, objeção ou reclamação alguma sobre o estabelecimento Bourbon, afirmou Francisco Solano López.****

O silêncio ou a tolerância em tantos anos dos interessados, em feitos tão públicos e conhecidos, estabeleceu a possessão: legalizou o direito de invocar o *uti possidetis*, afirmou o representante paraguaio. Assim foi conservada até aquele momento, apesar das mudanças políticas ocorridas desde 1777, a posse do território, explicava Francisco Solano López. Segundo ele, os exemplos

¹⁴ FELIPPE, Donaldo J. *Dicionário jurídico de bolso*. Terminologia jurídica. 19. ed. Campinas: Millennium, 2009. p. 12.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

descritos demonstrariam o que se deveria considerar como posse e onde caberia aplicar o *uti possidetis*.

Nos territórios onde fossem levantadas clandestinamente algumas casas de particulares, de ambas as nacionalidades, para cultivar um pedaço de terra ou manter tropas de gado, essas casas deveriam ser consideradas como de simples e viciosa ocupação o que não garantiria a propriedade legítima do terreno, afirmou Francisco Solano López. Esse foi o sentido atribuído pelo general paraguaio ao princípio de *uti possidetis*, o “verdadeiro sentido” conforme suas palavras. Caso o plenipotenciário imperial concordasse com essa explicação as linha divisórias entre as duas nações poderiam ser demarcadas.

Francisco Solano López revelou que somente em 11 de abril de 1855 teve conhecimento do projeto de tratado imperial, apesar de ele ter sido entregue em 30 março ao Ministério de Relações Exteriores paraguaio. Nas três entrevistas anteriores ele nada pôde dizer por que desconhecia o projeto, afirmou. No dia 3 de abril de 1855, apenas teria ocorrido o reconhecimento dos plenos poderes dos representantes do império do Brasil e da república do Paraguai, sendo que as negociações foram adiadas para o dia 11 daquele mês, em virtude do interregno dos feriados, assinalou. Admitia-se que o plenipotenciário imperial, alegando urgência em falar com o representante paraguaio, compareceu em 9 de abril de 1855 ao Ministério das Relações Exteriores, porém não houve nenhuma conferência naquela data, complementou o representante paraguaio.

X - O rompimento [5ª nota]

Em 18 de abril de 1855, Pedro Ferreira de Oliveira respondeu a nota assinada por Francisco Solano López no dia anterior.¹⁵ O objetivo dessa nota era comunicar a opinião e o juízo que o governo imperial, por seu representante, tinha sobre o princípio do *uti possidetis*. Pedro Ferreira de Oliveira lembrou que Francisco Solano López pedira explicações por escrito sobre a base e princípio

¹⁵ Idem. 26 de maio de 1855, n. 103.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

do *uti possidetis* “para dissolver suas dúvidas por que entendia que tal princípio tinha elasticidade e era passível de diferentes interpretações.” O plenipotenciário Imperial reiterou que a posição de seu governo não deixava dúvidas e inexistia a elasticidade do conceito, sua definição era precisa e inalterável. O governo paraguaio não teria aceitado a linha divisória do projeto e propusera uma solução que não poderia ser acolhida pelo Império, afirmou.

Pedro Ferreira de Oliveira assinalou que as raízes das questões de limites entre império do Brasil e república do Paraguai eram originárias do século 18, quando os dois países eram colônias dos Estados Ibéricos. Pelo tratado de santo Ildefonso, de 1777, assinado por Espanha e Portugal, admitia-se a Portugal a adoção de uma das linhas do rio Jejuí, ou do rio Ipané, qualquer uma delas bem ao sul do rio Apa.

Segundo o ministro imperial, a questão não poderia ser postergada por mais tempo sem causar grandes prejuízos aos dois governos. Assim, Pedro Ferreira de Oliveira concluía as questões sobre limites territoriais. Prosseguiria, no entanto, discutindo-as verbalmente, caso a linha divisória descrita no projeto de tratado fosse aceita. As tratativas acerca das questões de comércio e navegação não sofreriam prejuízos, afirmou.

“Entendiendo por tanto el abajo firmado, que la línea de límites propuesta por el Gobierno Imperial, no es aceptada por el Señor, Plenipotenciario del Gobierno del Paraguay, certificara a S[u]. E[xcelencia]. de que no puede admitir otra, porque cree que el Gobierno del Brasil (como lo tiene declarado) proponiendo esa línea, da probas de que tiene el sincero deseo de resolver una cuestión, cuya solución no puede ser postergada por más tiempo sin perjuicio de graves intereses. En esta inteligencia el abajo firmado juzga deber dar por concluida la cuestión sobre el tratado de límites, sin negarse todavía a proseguir en ella verbalmente, si por ventura S[ua]. E[xcelencia]. se prestase a que la línea divisoria sea aquella que esta descrita en el proyecto.”¹⁶

¹⁶ Ibidem.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Pedro Ferreira de Oliveira destacou o protagonismo do Império, depois de Caseros [1852], na **abertura** a navegação dos rios da Prata e Paraná aos países vizinhos. Para ele, o Império não usufruía as vantagens que esperava, nem quando buscava acessar parte do seu próprio território, a província do Mato Grosso, via rio Paraguai. A demora em firmar acordo de comércio e navegação causaria prejuízos, ao vizinho **amigo** e **pacífico**, que até então o governo imperial fora com a república do Paraguai, afirmou.

“S[u]. E[xcelencia]. sabe cuál fue el concurso que Brasil presto para los interesados en la libre navegación en los ríos de la Plata y Paraná, no [ilegível] privados de las ventajas de esa navegación: sabe también que hasta hoy el Brasil no ha sacado la ventaja que esperaba, porque hasta el presente se halla vedado el pasaje por las aguas de esta República para el territorio que pertenece al Imperio. La demora pues en la celebración de tratado de comercio y navegación, perjudicando indirectamente los intereses de este país, causa detrimento directo á un vecino pacífico, y amigo cual ha sido el Brasil en **relación especialmente con el Paraguay.**”¹⁷

Pedro Ferreira de Oliveira seguia em protesto sobre a redação das atas das conferências. Seria desnecessário e demorado escrever as questões em debate como queria o representante paraguaio. Deveriam-se descrever apenas os pontos já acordados ou as questões que se divergiam.

Por último, o representante imperial se referiu ao desconhecimento, até o dia 11 de abril, da proposta de tratado, apresentada em 30 de março, por parte de Francisco Solano López. O plenipotenciário imperial agradeceu a sinceridade do general paraguaio em revelar a suposta falha do Ministério das Relações Exteriores do seu país que nada havia lhe passado naquele lapso de tempo.

¹⁷ EL SEMANARIO. 26 de maio de 1855, n. 103. [ARQUIVO NACIONAL DE ASSUNÇÃO]



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

XI - Debate marcado para 20 de abril [6ª nota]

Em 19 de abril de 1855, Francisco Solano López respondeu a nota de Pedro Ferreira de Oliveira, do dia anterior. O ministro paraguaio não encerrava as tratativas sobre a questão de limites. Todas as questões, incluindo às de comércio e navegação, seriam debatidas em 20 de abril de 1855.

“El infrascrito Plenipotenciario de la República del Paraguay, se reserva responder detalladamente la citada nota de ayer, porque aunque S[u]. E[xcelencia]. da por concluida la cuestión de límites, en el caso que el infrascrito no se conforme con las líneas divisorias que establece el proyecto, el interés del punto que se ha discutido por escrito, merece, y exige una respuesta tanto por consideración al Gobierno de S[u]. M[ajestad]. el Emperador, como á la opinión del mundo ilustrado, y en esta ocasión se contrae solo a decir a S. E. que en lo tocante a la discusión sobre tratado de comercio y navegación en que insiste S. E. después de su enunciada declaración de quedar terminada la negociación de límites, el infrascrito acepta para el día de mañana la invitación que a este respecto le hace S. E., y espera tener la satisfacción de acreditarle una vez más sus sinceros deseos por llegar a un acuerdo razonable en las cuestiones pendientes entre la República y el Imperio.”¹⁸

XII - Francisco Solano López perde a paciência [7ª nota]

Em 21 de abril de 1855, Francisco Solano López reafirmava ser imprescindível negociar os tratados por escrito, embora a preferência do ministro imperial fosse pela comunicação verbal. O representante paraguaio lembrou a comunicação de 18 de abril do plenipotenciário imperial na qual a inteligência sobre a base ou princípio de *uti possidetis* não deixava espaço para dúvidas e seria inalterável, segundo o governo imperial. Ele explicaria novamente as origens e razões dos desacordos para que “el mundo ilustrado conozca a fondo la origen, juzgue y decida si el Gobierno paraguayo es que

¹⁸ Ibidem.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

opone resistencia infundadas y alude con frívolos pretextos el ajuste conclusión **de los tratados pendientes.**”

O ministro paraguaio afirmou que o conceito de *uti possidetis* em si, não era elástico e nem suscetível de diferentes interpretações. Conforme demonstrava o projeto de tratado do governo brasileiro, a posse por um Estado dependeria do estabelecimento de povoados e monumentos públicos [fortes militares] nos territórios contestados. Porém, as fronteiras traçadas pelo Império é que davam a posse. Assim, as linhas traçadas arbitrariamente [*ad libitum*] no projeto de tratado conferiam uma elasticidade infinita, tanto que essas eram as diferenças que tentavam ajustar os dois governos.

Francisco Solano López demonstrou irritação com a intransigência do governo imperial que não desejaria examinar a *legalidade* da posse daqueles territórios “**Más claro, y más sencillo hubiera sido que en el proyecto se dijese: ‘La línea divisoria de los territorios de la República del Paraguay y de los del Imperio del Brasil, parte de tal punto; sigue por tal parte y acaba en cual otra’**”.¹⁹ Ele considerava impertinente e improcedente as colocações do representante imperial. O princípio do *uti possidetis* deveria manter e respeitar o que cada parte possuía e que a partir daí fossem traçadas as demarcações divisórias. Caso as linhas fossem traçadas arbitrariamente e não se examinassem onde estão as posses de cada governo tornaria-se supérfluo e inútil invocar aquele princípio, concluiu.

O representante paraguaio concordava que as questões pendentes entre o Império e a República se assemelhavam as divergências entre Espanha e Portugal, no período colonial, na América do sul. No entanto, ele se recusava a analisar a opção pelo tratado de 1777 por desconhecer a redação do artigo 17 que concederia a Portugal o direito de optar entre as linhas dos rios Jejuí ou do Ipané, muito ao sul do rio Apa conforme explicou o ministro imperial.

¹⁹ EL SEMANARIO. 26 de maio de 1855, n. 103. p. 3. [ARQUIVO NACIONAL DE ASSUNÇÃO]



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Francisco Solano López lamentava que após os desentendimentos sobre o princípio de *uti possidetis* Pedro Ferreira de Oliveira desse por concluída as tratativas sobre limites. Para a república do Paraguai, essa questão era vital, e não poderia ser concedida ao império do Brasil. Caso existisse a possibilidade da república do Paraguai ceder à área requerida pelo governo imperial, assim o faria, porém devido a sua grande importância para a segurança e a tranquilidade do país as questões de limites, para a república, se tornavam a balança fiel para a conservação ou a deterioração das boas relações entre os dois países, sentenciou.

“El infrascrito siente mucho, el que V[uestra]. E[xcelencia]. no haya podido concordar en la inteligencia del principio del *uti possidetis*, y trazado consiguiente de la línea divisoria, y que por esta razón de por concluida la cuestión sobre el tratado de límites, de que va a dar cuenta al Gobierno de S[u]. M[ajestad]. el Emperador. ***Esta cuestión es para a República del Paraguay, cuestión vital.*** Es cuestión de seguridad, de tranquilidad, de conservación de las buenas relaciones con el Imperio del Brasil. Si el Supremo Gobierno de la República pudiera prescindir de tan poderosa consideraciones, el infrascrito asegura a V. E. que no se hubiera detenido en acceder a las líneas que demarca **el Gobierno brasileiro en su proyecto.**” [grifo nosso]

Mais tarde, o trecho que destacamos provocou polêmica na Corte imperial após o retorno da expedição naval. Pedro Ferreira de Oliveira foi criticado severamente por não ter reagido às colocações descritas. As palavras de Francisco Solano López soaram ofensivas ao Império.²⁰ O Paraguai não aceitou ceder à área litigiosa que o Império julgava como sua. Caso fosse uma questão vital para o Paraguai, também era ao Império. Desde os primeiros contatos oficiais entre o Império e o Paraguai, iniciados em 1824-9, por Antonio Manuel Correia da Câmara, o Império não cogitava *ceder* ao Paraguai a faixa territorial entre os rios Apa e Branco [figura 9].

²⁰ CÁRCANO, Ramón J. *Guerra del Paraguay*: orígenes y causas. Buenos Aires: Domingo Viau, 1939. p. 196.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Francisco Solano López abordou as questões sobre o tratado de comércio e navegação, conforme solicitou Pedro Ferreira de Oliveira nas notas de 18 e 19 de abril. O ministro paraguaio realizou um contra-projeto aquiescendo em todos os pontos ao projeto apresentado por Pedro Ferreira de Oliveira, com exceção do artigo 7º, referente à ilha de Martín García que seria exclusivamente paraguaia. Ele acrescentou algumas estipulações que garantiriam segurança aos cidadãos de ambas as nações.

Com relação à passagem de embarcações de guerra estrangeiras pelos rios da República teria sido realizada uma exceção ao Império por ele ser Estado ribeirinho, afirmou López. Acompanhando o contra-projeto e como condição a sua validade, foi enviado um projeto de convenção adicional sobre limites que assinalava que em até um ano deveriam ser resolvidas as questões de fronteira entre os dois estados, referido no artigo 21, conforme ficou acertado na conferência de 20 de abril de 1855.

Francisco Solano López reconheceu a contribuição imperial para a livre navegação dos rios platinos, obtida em Caseros [1852], que beneficiou inclusive ao Paraguai. Porém, ele afirmou que se os rios paraguaios estavam fechados às embarcações imperiais, não era por culpa exclusiva do governo que ele representava. Desde o tratado de 1844 fora concedido ao império do Brasil o direito de navegação pelo rio Paraguai. Este tratado, ratificado com antecedência pela república paraguaia, foi rechaçado pelo Império, afirmou.

Frustrado o tratado de 1844, no desejo de encontrar uma solução para a questão de navegabilidade nos rios comuns, o governo do Paraguai propôs um meio termo conciliatório. Estaria livre a passagem e navegação imperial no que dependesse da república do Paraguai, contanto que o Império negociasse as fronteiras litigiosas. O meio termo não foi bem recebido pelo Império que, como destacamos, não aceitava negociar a área litigiosa.

Se o Paraguai não participou materialmente à liberdade dos rios, obtida na jornada de Caseros, não foi por sua culpa, afirmou o general Francisco Solano López. O governo do Paraguai teria despachado um negociante, ***Juan Andrés***



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Gelly, para se ajustar a condição da sua aceitação a aliança contra Rosas, ficando pronto o exército, comandado por Francisco Solano López, a marchar sobre os territórios argentinos. O acordo, infelizmente, não ocorrera porque foram feitas proposições inteiramente contrárias as do governo paraguaio conforme foi publicado na imprensa de Assunção, assinalou o ministro paraguaio.

XIII - Nota pós-tratado [8ª nota]

Em 3 de junho de 1855, o *El Semanario* publicou a última nota diplomática assinada por Pedro Ferreira de Oliveira, com data de 28 de abril daquele ano.²¹ O ministro imperial preparava o retorno ao império do Brasil. Em 27 de abril de 1855, ele concluiu tratado de amizade, comércio e navegação, com o representante paraguaio Francisco Solano López, e encontrou obstáculos que o impediram de celebrar acordo referente a limites.

A nota diplomática final de Pedro Ferreira de Oliveira registrou seu protesto pela interpretação desvantajosa da política do governo imperial pelo **governo paraguaio com acusações indiretas, graves e injustas. “Resistência infundada que ilude com frívolos protestos os ajustes e conclusões dos tratados pendentes.”**²² O plenipotenciário parecia pressentir que o referido tratado diplomático desagradaria ao governo que ele representava.

Em julho de 1856, os acordos realizados em 27 de abril de 1855, no Paraguai, foram rechaçados pelo parlamento imperial, que insistiu no direito de plena navegação pelo rio Paraguai ao igual que fora concedido por Uruguai e argentina. As conferências assinalaram o retumbante fracasso da missão imperial.

²¹ EI SEMANARIO. 3 de jun., n. 104. [ARQUIVO NACIONAL DE ASSUNÇÃO]

²² Ibidem.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

XIV – Considerações finais

As oito notas diplomáticas publicadas no El Semanario registraram as conturbadas conferências realizadas, em abril de 1855, em Assunção, por Pedro Ferreira de Oliveira, representante do Império, e Francisco Solano López, representante do Paraguai. Enquanto Pedro Ferreira de Oliveira insistia nas comunicações verbais, para dar mais agilidade as conferências, Francisco Solano López exigia a documentação por escrito, para garantir mais **transparência, “autenticidade”, ao desenvolvimento dos negócios.**

O assunto que predominou as conferências foi relativo à definição das fronteiras. O princípio do *uti possidetis*, firmado no tratado de santo Ildefonso [1777], assinado pelos Estados coloniais ibéricos, foi debatido exaustivamente e os dois diplomatas não chegaram a um entendimento. O maior objetivo da missão imperial, obter a livre navegação do rio Paraguai, foi tema secundário das negociações. Sem poder contar com a esquadra ao seu lado, pois ela encalhava constantemente nos rios platinos e estava parada em Corrientes, o representante imperial, ao que parece, perdeu qualquer capacidade de barganha junto ao governo paraguaio. As proposições de Pedro Ferreira de Oliveira eram sempre rechaçadas.

Apesar de Pedro Ferreira de Oliveira possuir experiência em assuntos políticos ele não era diplomata de carreira. O almirante era um militar experiente em combates. Portanto, as conferências assinalaram a vitória da diplomacia paraguaia contra a estratégia bélica inadequada do império do Brasil. O comandante imperial teve poucas opções, só restou a tentativa pacífica de acordo. Seria um possível suicídio invadir o Paraguai com a esquadra navegando a baixa ou nula velocidade. As conferências deram fortes indícios de que o império do Brasil e a república do Paraguai não se entenderiam amistosamente.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÁRCANO, Ramón J. *Guerra del Paraguay*: orígenes y causas. Buenos Aires: Domingo Viau, 1939.
- CARDOZO, Efraím. *Breve história del Paraguay*. 2 ed. Asunción: Servi Libro, 2009.
- EL SEMANARIO. 19 de maio de 1855, n. 102. [ARQUIVO NACIONAL DE ASUNCIÓN]
- EL SEMANARIO. 26 de maio de 1855, n. 103. [ARQUIVO NACIONAL DE ASUNCIÓN]
- EI SEMANARIO. 3 de junho, n. 104. [ARQUIVO NACIONAL DE ASUNCIÓN]
- FELIPPE, Donaldo J. *Dicionário jurídico de bolso*. Terminologia jurídica. 19. ed. Campinas: Millennium, 2009.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *O Expansionismo brasileiro* e a formação dos Estados na bacia do Prata. 3. ed. Brasília: UNB, 1998. [1 ed. 1985.]
- SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, vol. I e II, 1999.
- TEIXEIRA, Fabiano B. “A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval imperial ao Paraguai de 1854-5”. V *Simpósio Internacional dos Estados Americanos. O bicentenário das independências (1810-2010)*. Passo Fundo, 2010. Disponível em: http://www.upf.br/ppgh/index.php?option=com_content&view=article&id=36&Itemid=30>. Acessado em 20 de agosto de 2011.
- TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *Diplomacia do Império no rio da Prata* [até 1865]. Rio de Janeiro: Brand, 1955.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

PROCESSOS JUDICIAIS COMO FONTE HISTÓRICA: ALGUMAS REFLEXÕES

Felipe Berté Freitas*

É difícil, se não quase impossível, começar um texto sobre o uso de processos judiciais como fonte histórica, sem antes fazer referência necessária ao movimento dos *Annales* e suas implicações para a pesquisa histórica. A revista e o movimento fundados por Bloch e Febvre, na França, em 1929, tornaram-se a manifestação mais efetiva e duradoura contra a historiografia tradicional. No lugar dela, propunham uma história-problema viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico.¹

Em sentido mais amplo, esta postura tornou-se generalizada, entre os historiadores, em nível mundial, desde pelo menos a década de 1970. Neste período, a “Nova História”, passou à privilegiar em suas abordagens toda a atividade humana, o que possibilitou a inclusão de temáticas como o cotidiano e as mentalidades. Outro ponto importante foi à redefinição do conceito de fontes. Passou-se a buscar novas evidências do passado, tais como a oralidade, as fotografias, as artes, a literatura, entre outros.

O processo de renovação da historiografia mundial possibilitou a emergência de um novo campo de estudos: a história social. Surgida ainda na década de 1930 na Europa, a expressão foi utilizada principalmente até a

* Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo, pesquisador no campo da história regional e professor pela rede municipal de Soledade-Rs. Artigo produzido sob orientação do Prof. Dr. Ironita Policarpo Machado. Email: felipebrte@yahoo.com.br

¹ CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 76.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

primeira metade do século XX com três acepções diferentes que demonstram os múltiplos significados do termo.

Em sua primeira fase, entre as décadas de 1930 e 1940, sua designação aparecia vinculada a uma abordagem culturalista, voltada aos costumes e tradições nacionais, em geral ligadas ao pensamento conservador. Já nas décadas seguintes, os avanços das idéias socialistas produziram uma história social mais relacionada ao trabalho e ao movimento socialista, principalmente na Inglaterra.

Apesar da contribuição destas primeiras abordagens, fora entre os anos 1950 e 1960, que se visualizaram os avanços mais significativos. A história social vai se constituindo como um campo mais específico de estudos, com problemáticas e metodologias próprias. Neste sentido, formula-se como problema central

[...] os modos de constituição dos atores históricos coletivos, **“as classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais”, de suas relações** que conformavam historicamente as estruturas sociais. As relações entre estrutura (com ênfase na análise das posições e hierarquias sociais), conjuntura e comportamento social definiram assim, o campo específico a ser recortado.²

Em outras palavras, o eixo de análise transfere-se para o estudo dos grupos sociais e os processos determinantes e resultantes de suas relações. Em sentido mais restrito, buscou-se formular problemas de pesquisa quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais, principalmente em dimensões temporais de curta duração.

Do ponto de vista metodológico, também se observa transformações importantes. As difusões dos métodos quantitativos para análise de fontes históricas permitiram a utilização de novos documentos, tais como fontes

² CASTRO, op.cit., p.80.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

eleitorais, fiscais, demográficas e principalmente cartorárias e judiciais, proliferando estudos sobre estratificação sócio-profissional, estratégias matrimoniais, alianças sociais, mobilidade geográfica e social.³

Nesta perspectiva, o uso de processos judiciais se tornou inestimável para os historiadores. Conforme dito, esta documentação permaneceu pouco explorada até a década de 1970, quando os impactos da história social inglesa e das teorias de Foucault impulsionaram sua utilização em pesquisas. Os trabalhos pioneiros de Carlo Ginzburg, Michelle Perrot, E. P. Thompson, entre outros, demonstram as potencialidades que estas fontes apresentam, especialmente, como forma de recuperar o cotidiano dos trabalhadores, seus valores e formas de conduta.⁴

No Brasil, se for possível delimitar no tempo a utilização destas fontes em análises históricas, o marco provavelmente recaíra na década de 1980. Segundo Félix, as temáticas vinculadas à justiça e a utilização de fontes judiciais nos estudos da história social e política, apenas recentemente, vem sofrendo tratamento heurístico e investigativo pela historiografia brasileira. A autora ainda afirma que na última década há uma nova ênfase tanto na localização e incorporação destas fontes quanto na produção das mesmas, sendo este um campo de estudo praticamente inexplorado.⁵

Diante deste quadro de inovações, cabe-nos aqui citar três obras importantes da historiografia brasileira da época, que utilizaram processos judiciais, de tipologia criminal, em suas abordagens. Em 1984, Boris Fausto publica *Crime e cotidiano*, trabalho que trata da criminalidade na cidade de São

³ CASTRO, op.cit., p.80.

⁴ Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986; Michelle Perrot, *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*, São Paulo, Paz e Terra, 1988. E. P. Thompson, *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*, São Paulo, Paz e Terra, 1987.

⁵ FÉLIX, Loiva Otero. Historiografia do Poder Judiciário e metodologia do banco de dados. In: FÉLIX, Loiva Otero e GRIJÓ, Luiz Alberto. Histórias de vida. *Entrevistas e depoimentos de magistrados gaúchos*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 1999, v.1, p. 17-26. (Projeto Memória do Judiciário Gaúcho), p.17.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Paulo entre os anos de 1880-1924. Cruzando dados estatísticos com processos-crime e notícias de jornais da época, o autor em uma perspectiva histórica, demonstra algumas das relações sociais que se constituíram naquela que viria a se tornar a maior cidade brasileira. A obra destaca-se principalmente pelas reflexões em torno das representações pacíficas que o senso comum tende a construir sobre o passado no que concerne à questão da criminalidade.

Em *Trabalho, lar e botequim*, publicado em 1986, Sidney Chalhoub retrata o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro, durante a *belle époque*. Tendo como fontes processos-criminais envolvendo homicídios, ou sua tentativa, o autor traz à luz interpretações mais significativas, sobre o trabalho, lazer, conflitos sociais e a repressão Estatal sobre a classe operária.

Outra obra importante é “Crime e escravidão” de Maria Helena de Machado. O livro se baseia nos processos criminais de escravos das regiões de Campinas e Taubaté, de 1830 até a Abolição em 1888. A autora registra a criminalidade escrava, os homicídios de feitores e senhores e revela a frequência dos homicídios e das lesões corporais entre escravos e homens livres pobres. Sua principal contribuição está em demonstrar que a resistência dos escravos frente às classes dominantes, muitas vezes se manifestava pelo viés da violência.

Este rápido panorama nos permite avaliar que estes primeiros trabalhos da história social, analisaram a criminalidade como fato social e não como comportamento desviante. Os processos criminais ajudaram a compreender aspectos da sociedade em seu sentido funcional. Desta forma podemos sintetizar suas contribuições em três aspectos:

- a) Neutralizar o caráter oficial da fonte, possibilitando a visibilidade de práticas cotidianas de diversos grupos da sociedade;
- b) Expor inúmeros aspectos que fogem da mera narrativa criminal, contextualizando práticas cotidianas, sem perder de vista o crime em si;
- c) Visualizar as estratégias das classes subalternas na formulação de



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

conceitos como ordem, moral, família – conforme as suas representações de mundo, e não como mera reprodução da ideologia dominante.

Apesar da importância destas obras, as abordagens que utilizam processos judiciais - nos casos citados especialmente criminais - para os estudos da história social, não se constituem na única hipótese plausível. Se cotejarmos estas fontes de formas diferentes, podemos extrair delas análises variadas sobre outros aspectos da sociedade. Neste sentido, as fontes judiciais constituem também um feixe profícuo de informações para os estudos da história política.

Política e poder, é quase um truísmo dizer, são indissociáveis. Tanto a política-campo de expressão do poder⁶- como o poder entendido em seu sentido mais amplo são igualmente inseparáveis da História. Salvo as múltiplas interpretações em torno de tais conceitos, consideramos que na atualidade tem se afirmado entre as ciências humanas um novo campo de estudo: a História Política. Este campo de pesquisa tem como proposta discutir o Poder, a Política e a própria História Política, no âmbito de seus paradigmas, questões conceituais e pressupostos metodológicos, transformando significativamente seus “caminhos” na historiografia contemporânea.⁷

Este movimento de renovação abandonou gradativamente a “história política tradicional” em favor de uma “nova história política”. Passou-se a tratar o político como o lugar onde se articulam o social e suas representações, possuindo características próprias e constituindo relações com todos os

⁶ *Política e poder* são conceitos que implicam inúmeras interpretações teóricas, sendo que esta discussão transcende nossos limites atuais. Toda via, entendemos a política como uma das muitas expressões do poder, sendo o último, tomado na forma da diversidade de setores da vida social e das atividades humanas

⁷ **BARROS, José D’Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. Revista de educação. Cascavel, v.4, n.7, jan/jun, p.2, 2009.**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

aspectos da vida coletiva, sendo, portanto, vista como uma modalidade da prática social.

As transformações teóricas e metodológicas da história política possibilitaram a emergência de novas temáticas, como por exemplo, o estudo da política sob o viés da violência⁸. O fenômeno como um elemento cultural, social e político, é intrínseco a todas as sociedades, aparecendo de formas diferentes e em níveis diferentes. Todavia, pode ganhar maior ou menor ênfase de acordo com as circunstâncias nas quais se manifesta.

Neste sentido, a violência enquanto recurso de poder⁹ pode ser visualizado, nos processos criminais, especialmente, no Rio Grande do Sul durante a República Velha. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o fenômeno adquiriu contornos mais específicos. O período é marcado, por intrincadas relações políticas, onde o poder do mando, a rede de compromissos coronelísticos, a conciliação de frações de classes, a troca de favores, a formação autoritária das líderes político-partidários e os confrontos de forças partidárias faziam parte da realidade vigente.¹⁰

Ao analisar o referido contexto histórico dentro de um recorte político e geográfico mais específico observa-se que a situação mencionada se apresentou

⁸ Dada a amplitude do conceito, compreende-se aqui como a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que isso aconteça se faz necessário que a intervenção seja voluntária; que tenha a finalidade de destruir, ofender e coagir. VER: STOPPINO, Mario. Violência. In: BOBBIO, Noberto. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986. p. 1295.

⁹ Considerando a violência no sentido de intervenção física é imperativo compreender a sua imbricada relação com a noção de poder, embora tais conceitos possuam significados diferentes. O poder é a modificação da conduta do indivíduo ou grupo, dotada de um mínimo de vontade própria, enquanto a violência, conforme já referido, é a alteração danosa do estado físico. Entretanto o poder muda a vontade do outro, o que pode fazer com que a violência seja empregada como um meio para exercer o poder ou mesmo para aumentar o próprio poder no futuro. VER: STOPPINO, op.cit., p. 1299.

¹⁰ FREITAS, Felipe Berté. Violência política no norte do Rio Grande do Sul: um olhar sobre os processos-crime. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS ESTADOS AMERICANOS. Anais eletrônicos. UPF: Passo Fundo. Disponível em www.upf.br/ppgh/images/stories/downloads/anais-iv-shr.pdf, p. 287



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

de formas diferenciadas de acordo com a região. No caso de nossas pesquisas, a situação política do município de Soledade, evoluiu para disputas político-partidárias que culminaram em inúmeros episódios de violência, tais como agressões, ameaças, espancamento e assassinatos. Muitos destes casos transformaram-se em processos criminais, o que vem nos proporcionando informações de suma importância para estudos desta natureza.¹¹

Seguindo neste campo de análise, outros tipos de fontes judiciais podem nos oferecer diferentes interpretações do mesmo período histórico, principalmente quando relacionadas a outras áreas do conhecimento como o direito, a história econômica e agrária.

Exemplo disso são os trabalhos de Gunter Axt¹² e Ironita Policarpo Machado¹³. O primeiro avalia o processo de construção e rearranjo da hegemonia política e econômica da aliança de frações de classe dominante arregimentada em torno dos governos castilhistas-borgistas no Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1929. Interpreta o jogo de interesses econômicos segmentados e a relação do poder central estadual com os poderes locais, no âmbito da rede de compromissos coronelísticos. Da confluência destes fatores, desdobra-se o processo de formação do aparelho estatal burguês, cuja caracterização transita pela tentativa de apreensão do esforço de institucionalização concentrado pelos agentes históricos da elite dirigente, das representações do poder e do processo de intervenção na economia. Com relação a este último elemento, o foco está nas políticas públicas voltadas para o setor ferroviário, sistema portuário e de navegação fluvial e, também, para o campo tributário e orçamentário.

¹¹ Entre os anos de 1884 e 1940 foram encontrados 552 processos criminais, das mais diferentes tipologias, na 1ª Vara do Juízo distrital de Soledade, comarca de Passo Fundo. A documentação está localizada no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo.

¹² AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo, USP, 2001 (tese de doutorado).

¹³ MACHADO, Ironita Policarpo. *Judiciário, terra e racionalidade capitalista no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre, PUC, 2009 (tese de doutorado).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Para chegar a esta afirmativa, o autor, valeu-se de uma diversidade de registros, mas com relação às fontes judiciais, destacam-se as cartas entre Julio de Castilhos, Borges de Medeiros e seus correligionários, estas, selecionadas a partir de nomes que ocupavam postos estratégicos na estrutura burocrática estatal, que trazem conteúdo elucidativo sobre o controle borgista através de juízes de comarca a restringir a abrangência do poder coronelístico e estratégias adotadas na consecução de objetivos traçados pelo bloco dirigente.

Com relação ao segundo trabalho, ao estudar o Rio Grande do Sul nos governos castilhista-borgista através dos processos civis de compra e venda de terras, a autora analisa as relações entre as ações político-econômicas do Estado, a posse da terra, os poderes locais e o Judiciário na formatação de uma racionalidade capitalista moderna. Para tal propósito o Judiciário é tomado **como “elemento de força” e “estratégia” de frações de classe** – grupos com poder político no governo, para a dinamização de seus projetos político-econômicos através da apropriação privada da terra. Em outras palavras, o objeto central de análise é a questão da terra e sua relação com um governo dirigido e organizado por magistrados (Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros), onde o domínio de conhecimento normativo e do aparato jurídico se constitui num meio à racionalização capitalista e a manutenção do bloco dirigente no poder político.

Visto dessa forma, se acredita que as fontes e os trabalhos citados, nos trazem algumas contribuições importantes para a história política: o alargamento da visão sobre as relações entre poder, política e violência, a compreensão deste fenômeno no espaço regional e as relações entre Estado, Judiciário, poderes locais e sistema capitalista.

Conforme dito, a região de Soledade, fora palco de disputas político-partidárias, principalmente entre os membros do PRR e o Partido Libertador (partido de oposição), cujos integrantes eram atuantes e organizados. Neste sentido, a violência fora deflagrada como recurso para conquista e/ou manutenção de determinados grupos e partidos políticos no poder.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Outro ponto importante é que no período pesquisado havia uma articulação intensa entre os poderes locais, o sistema coronelista e os representantes do Poder Judiciário. O posicionamento da justiça e as ingerências da política nas instituições jurídicas demonstram que ambos mantinham influências recíprocas. Apesar da pretensa noção de **“imparcialidade”, “objetividade” e “autonomia” presente na retórica do Direito**, o contexto pesquisado demonstra a necessária reflexão sobre a evolução institucional do Poder Judiciário no Brasil e no Rio Grande do Sul.¹⁴

Dessa forma, fica clara a hipótese de compreensão das relações entre líderes político-partidários locais e regionais e membros do Poder Judiciário. As relações entre política e Justiça através de seus representantes, especialmente na República Velha, se manifestavam através de práticas tais como, mandonismo, localismo, troca de favores, tráfico de influências e corrupção, demonstrando as tensões que envolviam as esferas públicas e privadas.¹⁵

Além disso, outra contribuição fundamental é com relação às normas jurídicas e suas implicações. Considerando que as leis emergem dentro de uma realidade histórica, acreditamos que seu potencial de análise está calcado em três aspectos: na compreensão das regras formais, no conjunto de normas sociais e de justiça e nos ideais de ordem da época a qual pertence.

Neste sentido, tomamos como exemplo, novamente o trabalho de Ironita Policarpo Machado. Ao analisar as relações entre Estado, o Poder Judiciário e as legislações de compra e venda de terras expressas nos processos civis da região de Soledade, a autora demonstra como o aparato normativo muitas vezes pode servir para atingir os interesses de determinados grupos sociais. As frações de classe arregimentadas em torno dos governos castilhistas-borgistas utilizaram o domínio da legislação para instituir uma racionalidade capitalista para a

¹⁴ GUERREIRO, Caroline Weber. Vulcão da Serra: violência política em Soledade (RS). Passo Fundo: UPF, 2005. p.11.

¹⁵ GUERREIRO, op.cit., p.14.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

economia da época, tendo por base, a mercantilização da terra, meio necessário para à implementação deste projeto de sociedade.¹⁶

A par destas reflexões e exemplificações, buscando um novo horizonte interpretativo para a história, busca-se nesta parte do artigo apontar alguns pressupostos teórico-metodológicos para o uso de processos judiciais como fonte histórica. Conforme discutido, as fontes apresentam inúmeras possibilidades interpretativas, o que torna imperioso o debate em torno de tais questões.

Em primeiro lugar os processos judiciais por serem fontes históricas e oficiais trazem, ao menos, duas implicações: a questão do poder e a da interpretação. Na acepção jurídica processo-crime é o ajuntamento encadeado de atos ou procedimentos praticados pelas partes, juiz e seus assistentes, tendentes à solução do pleito judicial, encerrando este com a decisão final. Segundo Cândido de Oliveira Filho, é a forma estabelecida pela lei e praxe para se tratarem as causas em juízo. Na opinião de Eliezer Rosa, é via de direito para pôr fim a conflitos de interesses por meio da autoridade¹⁷. Portanto, compreendemos que os processos são documentos oficiais produzidos pela Justiça através de seus agentes burocráticos, neste caso, delegado, escrivão e juiz.

Por essa razão, a questão do poder é inerente à sua natureza. Os produtores da documentação têm como principal função procurar pistas, indagar e registrar os relatos das vítimas, réus e testemunhas, para que o **objetivo final seja a produção de uma “verdade jurídica” enquadrada dentro do**

¹⁶ Estas proposições também podem ser sintetizadas nas inferências de Thompson quanto às **relações entre à “razão legal” e o sistema capitalista. O autor aponta que ao promover a questão do desenvolvimento a uma razão legal, tornou-se possível efetuar o casamento entre os termos da linguagem jurídica e os imperativos da economia capitalista. Assim, as normas jurídicas muitas vezes têm por objetivo atingir os interesses das elites no poder. VER: THOMPSON, Eduard P (1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p.115.**

¹⁷ SANTOS, Washington dos. *Dicionário jurídico brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p.195.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Código Penal da época a qual pertence. Assim, os filtros pelos quais passam os depoimentos são diretamente influenciados pelo objetivo repressivo dessas fontes e também pela distância cultural entre os agentes sociais envolvidos - por exemplo: o escravo réu e o Juiz ou Escrivão.¹⁸

Diante disso, é fundamental que o historiador tome as fontes judiciais como “mecanismos de controle social” e que reflita sobre as atividades e as crenças dos “profissionais do sistema jurídico-policia” ou, no dizer de Correa, “manipuladores técnicos”, que decidiam o que devia constar nos autos, de acordo com as regras legais preestabelecidas nos códigos judiciais.¹⁹

Cientes do caráter oficial da fonte, o pesquisador deve levar em conta alguns aspectos importantes, no que diz respeito a sua interpretação. Em primeiro lugar, para que a narrativa não fique restrita apenas a descrição das ações presentes nos processos é necessário o diálogo com outras disciplinas, especialmente o direito. A recorrência a este campo de conhecimento se deve à necessidade de compreensão da linguagem jurídica seja no seu conteúdo teórico ou por meios das narrativas que constituem os autos dos processos e a contextualização do documento com a legislação em vigor de seu período histórico.

Ainda sobre este campo, seu diálogo com a história, embora fundamental, requer duas preocupações. A manifestação da opinião pública sobre um determinado caso pode levar o pesquisador a se envolver pelas fontes, de forma que passa da análise acadêmica para o julgamento do caso, seja no **sentido de se juntar ao clamor popular por “justiça”, seja na discussão da culpabilidade.**²⁰ Assim, ressalta-se que para o historiador o fundamental não é julgar o caso pesquisado, mas sim, concentrar-se em seu teor historiográfico,

¹⁸ OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virginia Ferreira da. Processos judiciais como fontes de dados: poder e interpretação. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n.13, jan./jun.2005, p.2

¹⁹ GRINBERG, op.cit., 126-127.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

percebendo para além da simples manifestação da violência, ou seja, tratando a fonte no sentido da sua historicidade e possibilidades de análise científica.

Outro fator é com relação às acusações e decisões dos juízes e promotores. Conforme mencionado, o direito possui uma retórica da autonomia, da impessoalidade, da neutralidade e da universalidade de suas ações. Entretanto, é um fenômeno sócio-cultural inserido em um contexto fático, e sua pretensa imparcialidade e objetividade, nunca passou de uma utopia, originária a ilusão de autonomia deste poder em relação às pressões externas. Dito de outra forma, os agentes da justiça não são atores neutros, ou meros porta-vozes do discurso oficial do Estado. Seus valores, crenças, representações de mundo e o grupo social ao qual pertencem influenciam de forma objetiva e subjetiva nas suas decisões.

Seguindo por este viés de análise, para ler processos criminais, é preciso saber trabalhar com as versões e perceber a forma como elas são construídas. Deve-se analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada fato e ficar atento, principalmente, às narrativas que repetem as histórias nas quais as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita. É necessário trabalhar com a verossimilhança. Saber o que não é plausível em uma determinada sociedade nos leva a compreendê-la melhor.

Para finalizar a discussão, consideramos que ainda existe uma última questão para um tratamento teórico e metodológico adequado a este tipo de fonte. Ao cotejar os depoimentos dos envolvidos nos processos com o contexto social ao qual pertence à leitura da fonte não fica restrita apenas ao seu próprio universo. Sua análise é pertinente na medida em que pode ajudar a iluminar um contexto mais amplo, demonstrando no caso de nossas pesquisas, a violência política como um mecanismo de conquista e manutenção do poder durante a época pesquisada. Neste sentido, há a necessidade do cruzamento dos processos criminais com outros documentos, por exemplo, jornais, e entrevistas orais. Estas fontes podem tornar a interpretação mais consistente uma vez que o



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

problema pode ser visualizado sob diferentes aspectos de uma determinada época.

Pretendeu-se com este trabalho, discutir de forma sintética, o uso dos processos judiciais como fonte histórica nos estudos da história social e política. Podemos apontar que as fontes analisadas são importantes para estudos desta dimensão, especialmente para as temáticas envolvendo violência e política. Os inúmeros processos presentes no Arquivo Histórico Regional nos proporcionam um universo a ser desvendado, seja pela natureza da fonte, pela memória caótica ou pela diversidade de possibilidades interpretativas que eles materializam.

Neste sentido, consideramos que o debate teórico e metodológico e necessita ser aprofundado. Nosso trabalho vem a integrar as discussões em torno de desta problemática. Se o objetivo é a produção de um conhecimento mais plausível, devemos saber como extrair os dados empíricos e a partir de que base teórica vai se analisá-los, para que o objetivo final seja a produção de um conhecimento que nos permita compreender melhor o passado e suas possíveis relações com o presente.

Referências bibliográficas

- AXT, Gunter. Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929). São Paulo, USP, 2001 (tese de doutorado).
- BARROS, José D'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder,** dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. *Revista de educação*. Cascavel, v.4, n.7, jan/jun, p.147-162, 2009.
- CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FREITAS, Felipe Berté. Violência política no norte do Rio Grande do Sul: um olhar sobre os processos-crime. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS ESTADOS AMERICANOS. Anais eletrônicos. UPF: Passo Fundo. Disponível em www.upf.br/ppgh/images/stories/downloads/anais-iv-shr.pdf, p. 287



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- GUERREIRO, Caroline Weber. Vulcão da Serra: violência política em Soledade (RS). Passo Fundo: UPF, 2005.
- MACHADO, Ironita Policarpo. Judiciário, terra e racionalidade capitalista no Rio Grande do Sul (1889-1930). Porto Alegre, PUC, 2009 (tese de doutorado).
- _____; FREITAS, Felipe Berté. História e direito: um diálogo metodológico. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS ESTADOS AMERICANOS. Anais eletrônicos. UPF: Passo Fundo. Disponível em www.upf.br/ppgh/images/stories/downloads/anais-iv-shr.pdf, p. 325.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virginia Ferreira da. Processos judiciais como fontes de dados: poder e interpretação. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n.13, jan./jun.2005.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1996.
- SANTOS, Washington dos. **Dicionário jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- THOMPSON, Eduard P (1998). **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A IMIGRAÇÃO RUSSO – ALEMÃ, NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL, NO SÉCULO XIX

Fernanda Simonetti¹

Esse artigo² tem como objetivo destacar a imigração russo – alemã ocorrida no ano de 1877 onde hoje é a Quarta Colônia³. Essa leva de imigrantes se fixou no município de Silveira Martins, região central do Rio Grande do Sul. Dessa maneira, o presente trabalho teve uma revisão bibliográfica de obras referentes à imigração do referido grupo. O Centro de Pesquisa Genealógica (CPG) ⁴ situado em Nova Palma também foi freqüentado na busca de fontes e informações também cedidas pelo Padre Luiz Sponchiado.

Para entender todo o processo de imigração, é necessário recorrer ao início das colonizações em solo brasileiro. A política brasileira de colonização

¹ Bacharel em ciências sociais (UFSM), licenciada em sociologia (UFSM), especialista em história do Brasil (UFSM) e mestre em ciências sociais (UFSM). E-mail: simonetti.fernanda@gmail.com

² Esse artigo é fruto da monografia apresentada na Especialização em História do Brasil – UFSM no ano de 2008.

³ Em 1876 foi criado o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, sendo os imigrantes russo-alemães (poloneses) os primeiros a chegar à região em 1877. Em dezembro de 1877 pouco antes da chegada dos imigrantes italianos o lugar passou a ser denominado de Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul e, em 21 de setembro de 1878, **teve seu nome alterado para “Colônia de Silveira Martins”, em homenagem ao Senador Gaspar Silveira Martins**. Posteriormente, 1882, deixou de ser colônia imperial e passou a ser administrada pela Província, e novamente teve sua nomenclatura modificada, agora para Ex Colônia de Silveira Martins (Vendrame, 2007, p.26).

⁴ O Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma, no Rio Grande do Sul, coloca à disposição dos interessados cerca de 1634 sobrenomes italianos de imigrantes que, a partir de 1878, se dirigiram para a Quarta Colônia, na área central do estado. O responsável pelo acervo era o padre Luiz Sponchiado, da Paróquia de Nova Palma, que há mais de 50 anos se dedicou à pesquisa das origens das famílias italianas da região. O CPG foi inaugurado oficialmente em 1º de junho de 1984, ano do centenário de colonização das terras de Nova Palma. Além dos arquivos com as informações sobre os antepassados dos imigrantes, o Centro ainda conta com diversos outros documentos, como fotografias, livros, escritos, cronologias, gravações de vídeo e áudio. O local é referência para pesquisadores de todo o país e do Exterior. O CPG já recebeu pesquisadores da Itália, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Argentina e Uruguai. (fonte: <<http://blogdoaleitalia.blogspot.com/2008/05/centro-de-pesquisas-genealgicas-de-nova.html>>)



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

começou efetivamente com a vinda de D. João VI para o Brasil onde o processo de colonização assumiu um caráter inovador, visto que a proposta de renovar as estruturas existentes, como a mão de obra européia, era uma das metas de tornar o país independente. Pela proposta colonizatória se pretendia criar novas condições econômicas, políticas e sociais, formando uma mentalidade que permitisse ao país superar todos os obstáculos decorrentes de sua formação inicial, sustentada pelo tripé: latifúndio, monocultura e escravidão. A colonização trazia uma série de objetivos que, interligados, mostravam a proposta do próprio movimento. Entre eles a formação de um grande exército pela necessidade de defesa do território onde eram visíveis as dificuldades de controle das fronteiras e conseqüentemente da própria hegemonia; a ocupação dos espaços vazios que propiciasse o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, criando classes sociais intermediárias entre o senhor de terras e o escravo, a substituição da mão-de-obra escrava pela mão de obra livre, assalariada devido à expansão da causa abolicionista e à implantação do trabalho livre que desenvolveriam as cidades, estimulariam o comércio e fomentariam a criação de serviços de infra-estrutura, gerando um desenvolvimento para o país.

Retrocedendo...

Em 1612 entra, na história da Rússia, a Dinastia Romanow, com o Czar Miguel Theodorovichz, que conseguiu restabelecer a tranquilidade no interior e também no exterior nas extensas fronteiras. Na sucessão sobressai a figura de Pedro, o Grande, que intensifica a entrada do colosso na história da Europa, **extinguindo a pecha de “povo bárbaro”**. **Frequentes viagens pelo exterior** incentiva à imigração estrangeira que introduz costumes e indumentárias européias. Sucede-lhe, após alguns transtornos, em 1762, Catarina II, que ampliou ainda mais as portas à cultura Ocidental, dividindo o império em 50 governos. Entre eles, uma denominada República Autônoma Alemã do Volga.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Num território de 24.940 km, com a capital Jekaterinenstadt, situada na margem direita do famoso Rio que desaguava no Mar Cáspio.

A Czarina, que tinha sangue ariano, nesse Estado asseguraria a sua língua de origem, com suas escolas e costumes, isenção do serviço militar, cargos nos primeiros escalões do Império, constituindo-se assim: **“Um Estado dentro de outro”**. A República atingiu a média de **22 habitantes por** quilômetro. Privilegiado pelo isolamento e imunidade do serviço militar, pouco os atingiu a aventura de Napoleão Bonaparte, na primeira década de 1800. Nestas condições procriaram-se cinco ou mais gerações. Mas sobrevieram novos tempos para a Rússia o Czar Alexandre II, acusado por distúrbios internos e guerra com os **fronteiriços. Procedeu a reformas do campesinato e legislou a “Nacionalização”** das tantas Repúblicas Independentes, tornando o serviço militar obrigatório. Essas legislações vinham acabar com os antigos privilégios, que por mais de um século e por sucessivas gerações, tornaram direitos sagrados e inalienáveis.

As novas exigências imperiais Russas coincidiam com o desencadear na América na busca de imigração européia. Os mais revoltados e afoitos não tiveram dúvidas de partir para o Canadá, ainda no ano de 1873. Bem estabelecidos e instalados no país de tantas possibilidades futuras, aguçaram o desejo de muitos outros de imigrar.

Nesse clima de resistência ao Czarismo e ao mesmo tempo de melhores oportunidades, chegou à República do Volga a notícia que também o Brasil estava na busca de imigrantes. Porque então não enviar uma comissão, como propusera D. Pedro, para combinar as condições em busca dessas para estas novas terras. Se grandes eram as esperanças deles, maiores foram as desencadeadas no império do Brasil, quando chegaram a Embaixada cinco homens no Rio de Janeiro. Para como lhes prometera o Imperador, escolheram as terras que desejassem dentro das vinte províncias do Brasil.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

Vestígios dos russo – alemães na Ex colônia de Silveira Martins

Dessa forma, um dos objetivos desse trabalho foi a busca de um fato histórico pouco conhecido através de estudos e pesquisas. Uma vez que referente a esta temática da imigração russo – alemã na Ex Colônia de Silveira Martins raras são as indicações de trabalhos sobre essa temática. E algumas dúvidas sobre esse tema perpetuam, pelo fato dessa leva de imigrantes russo – alemães não terem conseguido se fixar nessa região migrando para outras partes, como por exemplo, há probabilidades de famílias terem se deslocado para Buenos Aires.

Um dado relevante foi a realização de uma escavação no ano de 1991, na busca de um suposto cemitério no local onde os imigrantes construíram seus barracões. Esse fato teve início com vários relatos orais de pessoas que acreditavam na existência de um cemitério⁵. Partindo desses relatos a então Secretaria Municipal da Cultura de Silveira Martins, requisitou uma escavação. Essa escavação então foi realizada nos dias 30 e 31 de maio, 1 e 2 de junho do ano de 1991, tendo uma equipe liderada pelo professor Mestre José Otávio C. de Souza (na época, professor da PUC/RS).

A tradição oral relata que houve a morte de quatrocentos imigrantes de peste. No entanto, o grupo que se propôs a realizar essa escavação não encontrou nenhum vestígio de cemitério, mas sim foi achado indícios (objetos) de que realmente aquela área foi habitada por pessoas. Os relatos seriam de que no lugar seriam encontrados quatrocentos corpos de poloneses ou italianos, como consta no relatório de escavação da PUC/RS. Esse número também nos remete a leva de quatrocentos russo-alemães que estiveram por passagem, mas devido há vários contratemplos foram obrigados a migrar para outros lugares. O orientador desse trabalho André L. R. Soares que esteve presente na escavação no ano de 1991 enfatizou por diversas vezes que o objetivo da equipe era encontrar corpos de russo – alemães que foram vitimados pela tifo.

⁵ Hoje nesse local encontramos o Monumento em homenagem aos imigrantes.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

O que chama atenção é uma análise das fontes orais, que muitas vezes são passíveis de veracidade e outras vezes não. Podemos nos deparar durante pesquisas com diversos relatos orais, que em geral são passados de gerações para gerações. O próprio padre Luiz Sponchiado revelou em conversas informais que os corpos dos russo – alemães são encontrados na Linha Pompéia, local onde ainda algumas famílias permaneceram e depois se dirigiram para Ijuí e não no Barracão de Val de Buia, local da escavação.

O próprio relato da escavação cita que não houve consulta a nenhuma bibliografia para a realização do trabalho de campo, o que poderia ter possibilitado algum erro quanto à localização indicado por relatos orais. Apenas quando o relatório final foi confeccionado houve feita consultas a algumas fontes e mesmo assim observou diversas informações desencontradas.

Em busca da literatura russo - alemã na Ex colônia de Silveira Martins

Dentro dessa temática da imigração de russo – alemães encontramos uma trabalho realizado por Rosane Bovilini Tondolo. Dessa forma, há dados sobre a existência de Tupiguaranis e de famílias bugres que por um bom tempo habitaram a região de Val de Buia antes mesmo de qualquer outro colonizador naquela região. Após eles vieram então os russo-poloneses-alemães que antecederam o imigrante italiano, sendo este o verdadeiro colonizador daquela parte do Rio Grande do Sul.

Então em agosto de 1877 no núcleo houve a chegada de uma leva de quatrocentas pessoas designados por russo-poloneses-alemães. Existem ainda vários posicionamentos a respeito da nacionalidade destes imigrantes. Por exemplo, Umberto Ancarini (agente consular italiano) afirma que esses imigrantes são de origem polaca, já Romeu Beltrão (pesquisador) afirma que são de descendência alemã. A solução para essa questão não é simples de ser analisada. Poderiam ser poloneses porque assim se consideravam como outra



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

hipótese seriam russos devido ao fato de viajar com o passaporte que os denominava. Há a questão de serem alemães, pois seus ancestrais o eram e conservavam o idioma e costumes de origem alemã, mesmo residindo na Rússia. Outra questão a ser objeto de análise era o credo dessas pessoas havendo dúvidas sobre isso também. Como alemães poderiam ser protestantes, como russos seriam ortodoxos e também há hipótese dos poloneses, que em sua maioria, são católicos.

A chegada dessas quatrocentas pessoas coincidiu com a grande estiagem. A seca foi o maior agravante do fracasso dessa imigração. Assim a última precipitação foi constatada em 12 de agosto de 1876 tornando a chover novamente no final de fevereiro de 1877 (acervo CPG Nova Palma, Padre Sponchiado, livro de cronologia sobre os russo-alemães). Então na data de 19/03/1877, na cidade de Porto Alegre, chegava a primeira leva de imigrantes russo - alemães vindos de livre e espontânea vontade de Saratow.

No entanto, em outubro desse mesmo ano esses imigrantes começaram a serem dizimados por doenças tropicais. Dessa forma, reimigraram para a província do Paraná, mas o descontentamento os assolava havendo também a perda de seus subsídios concedidos pelo governo provincial. Tendo todos esses problemas e sabendo da construção da estrada de ferro da margem do Taquari até a fronteira houve então uma conspiração para partirem para a Argentina.

Dessa forma, a primeira leva de russo – alemães não se fixou na região onde por vários motivos, por exemplo, não adaptação aos relevos, falta de subsídios, a grande seca do ano de 1877 que acabava com suas esperanças de colher algo. E assim sucessivamente se dirigiam para outras localidades, como Paraná, Ijuí e até Buenos Aires na Argentina.

Em alguns telegramas vemos então a confirmação da busca de imigrantes por terras e melhores condições em Buenos Aires na Argentina. Estas correspondências estão transcritas em livros de cronologia que se encontram organizadas no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Palma/RS. Sendo que as mesmas informações foram copiadas do Arquivo Histórico. Como por exemplo: telegrama urgente de Jansen à Corte:

O indivíduo Guilherme Grenhalg está sob vigilância policial. Não se moveu daqui. Mas, por revelação dum companheiro, sabemos que da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte, saiu uma comissão de russos para Buenos Ayres. Aguardo resposta de Greenhalg e este respeito. Chefe de polícia e presidente, prevenidos. (Acervo CPG, Padre Sponchiado, livros de cronologia sobre os Russo-alemães)

Há vários telegramas envolvendo os agentes dessa colonização nota-se a necessidade de obterem um lugar com obter uma vida mais digna.

Telegrama urgente e reservado ao Dr. Guilherme Grenhalg, administrador da colônia russa, em Santa Maria da Boca do Monte:

Consta que saiu uma comissão russa, para Buenos Ayres, a fim de escolher terras para seus companheiros. Sirva-se dizer-me com urgência, si tem conhecimento. Estão os outros nos seus lotes? Estão contentes? De combinação com VS devo tomar providencia para evitar imigração. Diga-me, pois, o que lhe ocorrer a respeito. (V. 28. 6. 1877) (Acervo CPG, Padre Sponchiado, livro de cronologia sobre os Russo-alemães)

Nessa citação há preocupação da corte em tomar providências para evitar uma possível fuga dos russo – alemães para Buenos Aires. Já que esses mesmos imigrantes não podiam sair do Brasil sem antes de pagar a sua dívida ativa com o governo, sendo o seu subsídio de apenas seis meses. Em outros telegramas constam relatos comunicou de um grande número de colonos pedindo o prolongamento do subsídio em dinheiro até dezembro, momento da colheita.

No entanto, conforme telegramas analisados é perceptível que a Corte brasileira não estava disposta a dar mais alguns meses de subsídio aos imigrantes, e a Argentina estava disposta a pagar por essa mão de obra. Diante desses impasses os imigrantes se mostraram interessados. Assim os russo - alemães deixaram para trás somente um moinho hidráulico o qual foi financiado pelo Estado e também um cemitério que com o passar dos anos e o desinteresse se perdeu no tempo e no espaço.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A percepção dos imigrantes (e descendentes) de italianos frente aos imigrantes russo – alemães

A leva de imigrantes russo-alemães se estabeleceu antes dos imigrantes italianos, mas não conseguiu se adaptar na região. Dessa forma, essa rápida **passagem ficou por sua vez “esquecida”**. Pode-se ainda salientar uma possível negação sobre a sua estada naquela região.

Willems (1946) enfatiza algumas várias temáticas pertinentes nesse tema abordado tais como: etnia, vida rural e comunidade - dentro de esquema de vanguarda teórica da época - a aculturação. A noção de "cultura híbrida" é destacada para afirmar a especificidade cultural teuto-brasileira, numa tentativa de superar certos limites dos conceitos de assimilação e aculturação então vigentes nas análises de processos migratórios. O hibridismo cultural contém o pressuposto da duplicidade resultante do contato dos imigrantes e seus descendentes com o meio ambiente, a sociedade e a cultura brasileiras, expressado pelo uso analítico da categoria teuto-brasileiro. Dentro desse **contexto temos a denominação do “homem marginal” vinculada** à figura do imigrante. A dualidade cultural seria a principal característica dessa marginalidade nesse processo migratório.

A dita aculturação se faz existir quando um grupo portador de diferentes culturas entra diretamente em contato com um grupo de padrões culturais originais. Cultura híbrida, portanto, tem significado bem preciso em meados da década de 1940: é um indicador da "cultura marginal" de descendentes de imigrantes, e suas muitas variações regionais urbanas e rurais são materializadas por padrões de integração grupal que distanciam a maior parte da população teuto-brasileira da sociedade nacional e até mesmo dos imigrantes recém-chegados.

Como Goffman (1982) explicita que há um preconceito de cunho cultural mesmo com as pessoas e seus afins não possuírem defeitos ou anormalidades visíveis, mas sim de forma estrutural, das hierarquias propostas pela cultura as



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

quais pertencem. Todos nós pertencentes a uma determinada cultura temos a visão de que esta é a mais completa. Por isso, temos tanta facilidade em negar a **cultura do “outro”**. **Muitas vezes estigmatizamos sem perceber, porque** determinados simbolismos e estruturas pensantes que estão embutidos na nossa educação e parâmetros de convivência social.

Os imigrantes vieram ao Brasil para substituir a mão de obra escrava. Nesse sentido temos o tratado assinado por D.João VI referente à imigração como fator civilizatório, estabeleceu a preferência por agricultores e artífices e estipulou as condições de prestação do serviço militar objetivando reforçar o contingente de milicianos brancos. Esses poucos dados apontam para os principais critérios de seleção de imigrantes: deviam ser europeus e brancos. A imigração estava subordinada por excelência à colonização, somente no período de 1819 a 1940 o Brasil recebeu perto de cinco milhões de pessoas (Seyferth, 1990). Dessa forma foi construída a imagem do imigrante ideal.

Azevedo (1987) faz um apanhado de algumas correntes pensantes dentro da sociedade brasileira logo após a abolição da escravidão ocorrida em 1888. A Abolição da Escravidão ficou marcada como um fato histórico no Brasil. No entanto, o que era para ser uma mudança positiva para a sociedade não foi sentido no cotidiano das pessoas. Ao invés de mudanças reais dentro das relações sociais, houve a tentativa de deslocar o negro para as periferias, dentro do espaço urbano. E infelizmente essa tentativa obteve êxito, isolando também a cultura negra com suas formas religiosas e seus vários hábitos e costumes.

O objetivo concreto uma tentativa de o Brasil tentar ser igual às sociedades européias. Várias pessoas iam estudar na Europa e com isso quando voltavam traziam consigo além de ensinamentos acadêmicos a vontade de mudar a sociedade brasileira dentro dos moldes europeus. A abolição da escravidão, não deixou de ser um fato originário dessa sede de mudança. Como que um país que tinha como meta o desenvolvimento poderia ainda ter escravos?



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

No entanto, com a abolição houve a dúvida em o que fazer com os negros aqui remanescentes. Houve os que foram a favor do branqueamento da população, os que queriam a volta de todos negros a África, os que favoreceram a vinda de imigrantes europeus para a substituição da mão de obra negra pela branca. Analisando diversas correntes como a emancipacionista, imigrantistas, chama a atenção o que José Bonifácio propunha fazer com o contingente de mão de obra negra: era favorável que os escravos virassem colonos livres, ou **seja, o negro deveria receber um pedaço de terra e se tornar um “colono livre”**, discurso esse que se enquadra dentro dos projetos emancipacionistas.

A imigração européia foi um fato quase que inevitável, porque os colonos europeus passavam por constantes mudanças na sociedade e de certa forma estavam insatisfeitos com as condições que lhes estavam sendo impostas. Condições essas como a Revolução Industrial posto que a mão de obra estivesse sendo aos poucos trocadas por máquinas, a exploração dos grandes proprietários de terras, as constantes lutas pela unificação da Itália quanto da Alemanha. E foi com o sonho de ter seu pedaço de terra e com o objetivo de serem donos de sua força de trabalho que imigraram para o Brasil.

O negro por sua vez não teve como concorrer a essa mão de obra européia. Pois esses já vinham com uma atividade disciplinada, racionalizada, ou seja, a venda da força de seu trabalho ou a aquisição de seu próprio pedaço de terra. Coube assim aos negros tarefas de mera subsistência já que este estava acostumado ao sistema patriarcal.

Dentro dos projetos imigrantistas, o trabalho livre viria para assegurar a evolução do país tendo como grande meta o progresso. Esses termos são muito utilizados no século XIX, tendo como origem a filosofia positiva aplicada na sociedade. Um bom exemplo que podemos perceber até hoje é o emblema da nossa bandeira nacional **“Ordem e Progresso”**. Dessa forma, o positivismo que tem por sua lógica a evolução das sociedades se torna, com naturalidade, contrário a escravidão.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Assim, há percepção de como o Brasil houve dificuldades no enfrentamento entre culturas diferentes. Por exemplo, os índios foram tratados como submissos pelos portugueses, os negros também eram tratados de forma desigual. Mais adianta os imigrantes então foram vistos como superiores aos negros, tanto pela cor da pele, como a sua origem (Europa) e hábito de trabalhar de forma disciplinada.

Dessa forma, na Ex Colônia de Silveira Martins houve a inadaptação dos russo-alemães naquela região. Por motivos já mencionados, como o relevo, falta de subsídios, longa seca de 1877, pestes. Logo após, tivemos então os imigrantes italianos destinados para aquela região. Nesse sentido, se fizermos um paralelo **a imigração italiana “deu certo” se comparada a imigração russo – alemã.**

Entre os livros, materiais que foram pesquisados é nítido que há um esquecimento dos imigrantes (e descendentes) italianos quanto à leva de russo-alemães. Isso pode ter várias hipóteses, mas acredita-se que a mais eficaz foi a necessidade da auto-afirmação desse povo em suas novas terras.

Considerações finais

Esse artigo então se propôs em apresentar, ainda com limitações, o resgate da passagem dos russo – alemães na Ex colônia de Silveira Martins, no século XIX. Esses ciclos migratórios não deixam de ser rotineiros no decorrer do século XIX. Mas o fato de ser rotineiro não deixa de ser uma importante característica para a nossa história regional, pois foi através dessa constante movimentação de algumas etnias temos delimitado a origem de algumas de nossas cidades ou núcleos mais tradicionais em nosso estado Rio Grande do Sul.

Não se sabe ao certo o destino após a passagem pela Ex Colônia de Silveira Martins dessa leva de russo-alemães. Essa lacuna talvez só seja preenchida com trabalhos futuros. O que não deixaria de enriquecer os dados até agora analisados e pesquisados desse período da nossa história regional. Inúmeras ainda são as dúvidas que perpassam esse período da história regional



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

da imigração na Ex Colônia de Silveira Martins sobre a leva de colonos russo-alemães.

Referências bibliográficas

- ANCARINI, Umberto. *Monografia sobre a origem da Ex – Colônia Italiana de Silveira Martins (1877 – 1914)*.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.
- DE BONI, Luiz. *A presença Italiana no Brasil*. EST/FONDAZIONE GIOVANNI AGNELI, 1987.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LORENZONI, Julio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.
- POZZOBON, Andréa. "Uma odisséia na América". In: Z. F. Pozzobon, *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- RIGH, José Vicente. BISOGNIN, Edir Lucia. TORRI, Valmor. *Povoadores da Quarta Colônia*. EST. Porto Alegre, 2001.
- SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. EST, 1986.
- SANTIN, Silvino. Isaia, Antônio. *Silveira Martins Patrimônio Histórico – Cultural*. EST, 1990.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Editora UNB, 1990.
- SEYFERTH, Giralda. *A assimilação dos imigrantes como questão nacional*. Mana v.3 n.1 Rio de Janeiro abr, 1997.
- SOUZA, José Otávio C. *Relatório de pesquisa de campo no município e Silveira Martins*. PUC, Porto Alegre, junho de 1991.
- SPONCHIADO, Breno Antônio. *Imigração & 4º Colônia: Nova Palma e Pe. Luízinho*. Santa Maria, UFSM, 1996.
- TONDOLO, Rosane Bovolini. *A colonização de Silveira Martins*. Monografia para obtenção de grau no curso em Especialização em História do Brasil (UFSM). Santa Maria, 1990.
- VENDRAME, Maíra Inês. *“Lá éramos servos, aqui somos senhores”, A organização dos imigrantes italianos na ex-colônia de Silveira Martins (1877-1914)*. Santa Maria. Editora UFSM, 2007.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional, A construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Santa Maria. Editora UFSM. 2006.
- WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1946.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

ESCAVANDO SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO EM SALA DE AULA

Francielle Moreira Cassol¹

Flávia Eloisa Caimi²

Vivemos um momento, no ensino de história, em que as críticas aos métodos livrescos, conteudistas e memorísticos que marcaram época nas décadas de 1980 e meados de 1990, vêm cedendo lugar a um conjunto de reflexões teóricas e proposições metodológicas cuja intencionalidade é dar sentido ao estudo da história e inteligibilidade ao tempo presente, por meio do reconhecimento das experiências dos indivíduos e sociedades que nos precederam, em diferentes épocas e lugares.

Seguindo essa tendência propositiva e prospectiva, o trabalho aqui desenvolvido trata de uma experiência de ensino e aprendizagem da história realizada junto a duas turmas de sexto ano do ensino fundamental de uma escola pública, pautada na preocupação em mobilizar os estudantes para o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural, além de aproximá-los, por meios simulados, de procedimentos que são próprios do campo da arqueologia.

O texto está estruturado em três seções, na primeira das quais se procura dialogar brevemente com os fundamentos da noção de patrimônio, de educação patrimonial e de arqueologia. Na segunda seção, discutem-se as possibilidades metodológicas desses temas na aula de história no segundo segmento do ensino fundamental. Por fim, se apresenta o relato da experiência desenvolvida, na forma de oficina de escavação de um sítio arqueológico simulado, seguida de

¹ Acadêmica do curso História e bolsista do programa de iniciação científica Pibic da Universidade de Passo Fundo; fran_cassol@yahoo.com.br

² Professora-doutora em Educação do curso de História e do Mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo; caimiribeiro@via-rs.net



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

diversos procedimentos que caracterizam o ofício do arqueólogo e, em certa medida, do historiador.

1 A educação patrimonial e a arqueologia

O termo patrimônio histórico nasceu na Europa, no contexto do pós Revolução Industrial e pós Revolução Francesa, associado aos processos de formação do Estado Nacional. Com o advento da industrialização e o conseqüente movimento de transformações por ela geradas, tornava-se ainda mais necessária a salvaguarda do passado que, nesta época de transição e profundas mudanças, esvaía-se rapidamente. Nesse contexto, o objetivo do patrimônio perpassava a construção do Estado-Nação, tarefa que requeria a elaboração de uma identidade coletiva, que pudesse ser compartilhada simbolicamente por todos os cidadãos, reconhecendo-se como oriundos de uma mesma nação. Embalada por essa ideia, origina-se a necessidade da invenção de um passado comum, no qual a noção de patrimônio histórico cultural estava inserida.

No contexto brasileiro, a ideia de patrimônio estava associada à concepção europeia, notadamente francesa. A partir da chegada da família real à Colônia, em 1808, iniciaram-se ações preservacionistas, tendo como alvos os bens referentes à colonização portuguesa, ou ligados a ela. Destacou-se, nesse momento, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Arquivo Público, ambos fundados em 1838. Ainda que as duas instituições almejassem a organização e a difusão da história do Brasil vinculada à construção de uma identidade nacional, não obtiveram êxito em superar as bases europeias, calcadas em conceitos como progresso, civilização e modernidade.

Uma vez que o ideal de civilização aqui adotado era estritamente o modelo europeu, associou-se o conceito de cultura apenas às artes visuais e à arquitetura, sendo então o patrimônio entendido como *Pedra e Cal* (ELÍBIO Jr.,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

2007). Após a criação do IHGB, a noção de patrimônio vinculou-se predominantemente à preservação de documentos escritos, justificando-se na preocupação com a construção de uma origem fundante da nação brasileira.

Deve-se lembrar que no início do século XIX ainda não existia no Brasil a preocupação com uma política institucional que identificasse e preservasse o patrimônio, quando outro conceito europeu inseria-se na cultura brasileira: o conceito de modernidade. Nesse sentido, importados também foram os valores, o que se notabiliza ao analisar-se a moda, os hábitos, as artes e a arquitetura, em cujos objetivos nessa época destacaram-se o da negação de um passado colonial, a expulsão e exclusão geográfica e social das camadas populares, juntamente com a sublevação da elite dominante do período. Como exemplo disso pode-se citar o caso do Rio de Janeiro que, durante o governo de Pereira Passos (1902-1906), sofreu com sucessivas reformas urbanas. O movimento empreendido por **Passos ficou conhecido como “bota abaixo”, tendo em vista que demoliu um núcleo colonial desapropriando e destruindo casarios e cortiços “em prol do progresso” (ELÍBIO Jr., 2007).**

Dessa forma, pode-se inferir que é somente a partir dos anos vinte do século passado, que uma noção mais ampla de patrimônio é despertada, muito graças aos movimentos pós Semana de Arte Moderna de 1922, acrescentada ao ideário do poeta e escritor Mário de Andrade. De toda forma, o que se estava construindo era uma memória histórica interligada com os heróis e os lugares que eram selecionados como os mais legítimos representantes da história brasileira.

Nessa época, Mário de Andrade foi convidado a dirigir o Departamento Cultural de São Paulo (1935-1938) com a incumbência de elaborar um projeto para a criação de um órgão responsável pelo patrimônio brasileiro. Esse documento foi utilizado na estruturação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado por decreto presidencial em 1937. Cumprindo a tarefa que lhe foi confiada, o anteprojeto de Mário de Andrade já



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

compreendia a salvaguarda de bens materiais e imateriais, classificação que não foi aplicada em sua totalidade pela política do Estado Novo. Segundo Elíbio (2007, p.24),

A direção do SPHAN foi legada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que o dirigiu por 32 anos, até sua morte em 1969. Sob a sua orientação, o projeto original de Mário de Andrade recebeu modificações significativas ao longo do tempo em que esteve à frente do SPHAN. Durante esse período, os bens culturais classificados como patrimônios deveriam trazer uma relação com o passado, calcado nos **heróis nacionais e em fatos “importantes” para a História do Brasil**. Esta apropriação do patrimônio com vistas a uma unidade nacional, constituindo um passado e presente harmônicos.

Ou seja, na prática se preservou o patrimônio edificado, e sendo assim, a maior parte dos bens **tombados** estava relacionada à memória de grupos dominantes. No período dos governos militares, iniciado em 1964, os movimentos culturais sofreram censuras e represálias. Quanto à questão do patrimônio, todavia, não ocorreram mudanças significativas. Ao final da década de 1960, o SPHAN foi reformulado, passando a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A gestão do patrimônio brasileiro segue as diretrizes da UNESCO, órgão da ONU responsável pela ciência, cultura e educação em nível mundial. Até meados dos anos 1970, a UNESCO orientava o tombamento somente dos bens **ditos “Pedra e Cal”**. Entretanto, a partir de 1972, na Conferência Geral de Genebra, definiu-se uma nova categoria, o **Patrimônio Cultural da Humanidade**, que contempla os bens de excepcional valor artístico, científico ou histórico (TRAZZI, 2008, p. 10). A UNESCO possui sua própria classificação quanto aos bens culturais, a saber, **Meio Ambiente, Elementos não tangíveis e Bens Culturais**.

A respeito da classificação do patrimônio brasileiro, este se encontra hoje dividido em duas categorias: **material e imaterial**. O patrimônio material é



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

composto por um conjunto de bens classificados de acordo com sua natureza, em quatro Livros do Tombo: *Arqueológico paisagístico e etnográfico; Histórico; Belas Artes; e Artes Aplicadas*. Já o patrimônio imaterial é salvaguardado de acordo com outros livros-registro, a saber, o *Livro dos Saberes*; o *Livro das Celebrações*, o *Livro das Formas de Expressão*; e o *Livro dos Lugares* (TRAZZI, 2008, 12-13). Atualmente, dentre os bens patrimoniais brasileiros tombados/salvaguardados, podem-se citar as Ruínas de São Miguel das Missões/RS e a Festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré/PA. No entendimento de que todos possuem o direito à salvaguarda de sua memória, seja ela individual ou coletiva, além do direito de conhecer os seus bens culturais e os de outras culturas, desenvolve-se no cenário educacional a metodologia da *educação patrimonial*. Ou seja, o ensino por meio dos bens culturais, que, no caso deste projeto em específico, trata-se dos bens arqueológicos.³

2 O patrimônio como possibilidade metodológica

Estudos mostram que desde a década de 1970, o ensino de história tem buscado fortalecer a consciência crítica dos jovens, formando cidadãos aptos à vivência democrática (FONSECA, 1993; CAIMI, 2001). Para concretizar tal perspectiva formativa, a história escolar deixa de lado o ensino erudito e meramente memorativo, buscando desenvolver planos de aprendizagem que possibilitem aos alunos perceberem a racionalidade da análise social, cumprindo determinadas finalidades educativas, como demonstra Joaquin Prats (2006, p. 6-8): facilitar a compreensão do presente, por meio do estudo do passado; preparar os alunos para a vida adulta, oferecendo um marco de referência para a inteligibilidade dos problemas sociais do seu tempo; despertar

³ Na presente pesquisa assume-se a classificação indicada pelo IPHAN, ou seja, a divisão do patrimônio em material e imaterial.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

o interesse pelo passado, entendendo a história como campo investigativo que o explica e lhe dá coerência; potencializar nos jovens um sentido de identidade, sem ignorar os valores de tolerância e as diferenças entre os indivíduos e contextos; ajudar os jovens a reconhecerem suas próprias raízes culturais, além de estimular a compreensão de outras culturas, próximas e distantes; por fim, desenvolver exercício intelectual rigoroso, que introduza os jovens no conhecimento histórico, mediante o domínio de uma metodologia própria desse campo de saber.

No campo da metodologia, observa-se que os procedimentos a partir dos quais o educando constrói o conhecimento não se resumem somente ao domínio de teorias e conteúdos. No envolvimento com a pesquisa, ele percebe-se como agente histórico e, com isso, o resultado do ensino mostra-se muito mais completo e relevante. As propostas educativas que apresentam ensino e pesquisa como itens indissociáveis, têm obtido maior êxito em superar a mera transmissão de conteúdos e possibilitado a formação de alunos críticos, reflexivos, enfim, cidadãos plenos. Dessa maneira, ficam explícitas as tentativas de ruptura com o fazer/ensinar história de forma tradicional, na medida em que se postula hoje um ensino integrado, pautado tanto no saber popular quanto no acadêmico, porém, visando, como já foi mencionado, à formação de um sujeito ativo, criativo e crítico.

Dentre os diferentes tipos de fontes históricas, a cultura material revela-se uma das mais antigas, juntamente com as fontes visuais e orais. No ensino de história, busca-se perceber as continuidades e discontinuidades dos objetos e seus diferentes usos ao longo do tempo, pois estes proporcionam rico material de estudo. Todavia, sua utilização com o propósito de construir a história ocorreu somente a partir do século XIX, período que foi marcado pelo surgimento de novas ciências, tais como a arqueologia, a paleontologia e a antropologia. Quanto à arqueologia, seu principal objetivo consiste em



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

promover uma reflexão constante sobre as condições sociais e humanas, e levá-las à crítica social do presente. Segundo Funari, a cultura material fornece matéria prima para o ensino das disciplinas ligadas ao mundo social (ABUD apud FUNARI, 2010, p.109).

Com base nesse novo referencial, a história renovou a metodologia do século XX e, conseqüentemente, a do século XXI, ao levar em consideração outros tipos de documentos, **que não só os impressos. Esse “novo olhar” fez boa parte da historiografia se voltar para o cotidiano, contexto no qual se insere o estudo da cultura material. A partir daí, os historiadores deram-se conta de que os artefatos que os seres humanos criam, produzem, utilizam e consomem, dizem respeito não só a sua trajetória histórica como também à construção de sua identidade. Diante de tais premissas, é tarefa do historiador/professor inserir a cultura material no processo historiográfico de produção do conhecimento. Além disso, segundo Soares (2008, p.190):**

Quando o educador inicia um processo de levantamento de história de vida e patrimônio pessoal, oportuniza um **debate sobre o ser histórico, o lugar do cidadão no ‘fazer’** História e os direitos que a cidadania implica. Em maior escala, o levantamento histórico do bairro, do município e da região acarreta automaticamente nos patrimônios que esta cidade construiu ou preservou ao longo do tempo.

Assim, o que somos é, em certa medida, moldado com base na apropriação que fazemos do que a natureza nos relegou. Os objetos construídos e utilizados por nós cotidianamente, dizem respeito à nossa própria história. Para isso, olhar historicamente um objeto implica em ao menos três etapas, a saber, projeto, processo e produto. E cabe à história fazer o caminho inverso, ou seja, partir dos vestígios do produto (objeto e sua utilidade), para entender o processo de sua constituição e o projeto que lhe deu origem.

Desde os primórdios, os seres humanos se valem da criação, do desenvolvimento e da produção de artefatos



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

com vistas a uma série de objetivos inerentes às demandas de seu grupo social (qualificação da alimentação, facilitação de práticas produtivas e necessidade de proteção). Por outro lado, essa dinâmica proporcionou a modificação no relacionamento entre os povos à medida que os artefatos criados levavam ao aumento da produção agropecuária e à necessidade de estabelecer negociações comerciais e, conseqüentemente maior comunicação (ABUD, 2010, p.113).

A análise dos objetos proporciona a percepção de nossa vida individual, mas também dos meios sociais em que transitamos diariamente. Por isso, os artefatos constituem importante meio de preservar a memória, reconstruir a história e construir a consciência da trajetória histórica de cada sociedade.

3 Detetives da história: a experiência da arqueologia em sala de aula

A proposta que originou este estudo, como dito anteriormente, foi desenvolvida em duas turmas de sexto ano de uma escola municipal de Passo Fundo. Considerando que o programa escolar em andamento na série apresentava total consonância com a sequência didática que se almejava implementar, e percebendo o interesse manifestado pelos alunos em conhecer mais sobre dinossauros, foi planejada esta experiência por meio da Arqueologia, pois,

o trabalho arqueológico causa fascínio na grande maioria da população, independente da faixa etária ou escolaridade. O personagem Indiana Jones, salvaguardadas as proporções, tornou esta ciência conhecida no mundo todo. Porém, a maioria das pessoas acredita que a arqueologia tem como objeto de estudo os grupos humanos e dinossauros, demonstrando que sua metodologia é conhecida, mas ainda confundida com paleontologia (MATOS Apud GOMES, 2010, p.3).

Sabendo que a professora titular das turmas havia iniciado o conteúdo relativo à chamada pré-história, decidiu-se começar a intervenção por meio de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

um questionário, a fim de reconhecer os conhecimentos prévios⁴ dos alunos sobre arqueologia e fósseis, dentre outros. Por meio de algumas perguntas, foi possível perceber o que os alunos já conheciam e, principalmente, quais eram os equívocos que estavam cometendo a respeito destes temas-conceitos. A partir da análise das respostas, mapearam-se ligeiramente questões referentes ao conhecimento dos alunos sobre a temática. Por isso, ao iniciar a exposição das atividades e, mesmo depois, durante a realização das aulas, tiveram de serem esclarecidos alguns pontos com os alunos, dentre os quais, a diferenciação entre arqueologia e paleontologia.

De maneira geral, por meio desse diagnóstico pode-se perceber que a metade dos educandos entendeu que fósseis eram somente ossos de dinossauros, o que foi conversado e explicado. Além disso, foi questionado junto às turmas o que elas estavam entendendo por vestígios e, juntos, construiu-se registros sobre os artefatos que podem ser considerados vestígios.

Entendendo que a história escolar também pode ser ensinada a partir da cultura material, estruturaram-se as aulas mediante uma proposta de trabalho envolvendo a simulação de sítios arqueológicos. O aparato teórico-metodológico utilizado foi pautado, dentre outros, no *Guia Básico de Educação Patrimonial*, sob a organização de Horta, Grunberg e Monteiro (1999). Segundo o Guia de Educação Patrimonial, o real conhecimento da evidência material dá-se por meio da exploração de quatro etapas, a observação, o registro, a exploração e, por fim, a apropriação. Sobre o tema da educação patrimonial, as autoras demonstram que esta

⁴ Segundo Mattozzi (2008, p. 10), a primeira aproximação ao estudo dos conteúdos requer que se leve em consideração aquilo que os estudantes aprenderam fora da escola sobre o passado, tais como informações, conceitos, imagens mentais, inferências, transformando-as em objeto de reflexão. Sua utilidade reside em compreender o pensamento dos jovens sobre as informações recebidas, bem como identificar as operações cognitivas que conseguem realizar, para então intervir nos seus processos de aprendizagem de forma mais intencionada.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

baseia-se em princípios e metodologia que visam a sensibilizar e instrumentalizar os indivíduos em uma comunidade, no universo escolar e fora dele, crianças e adultos, para o reconhecimento, a compreensão e a valorização do seu patrimônio cultural. Nesse sentido a Educação Patrimonial objetiva a capacitação de uma comunidade para a descoberta e a identificação de seus valores, de sua identidade cultural, de seus modos de fazer e viver, de pensar e de agir, a partir de suas experiências e do seu cotidiano. Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações, em todos os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar sua atitude em relação aos seus bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de autoestima, autoafirmação e cidadania (MATOS Apud HORTA, 1999, 35-36).

Dentre os objetivos que orientaram a elaboração da sequência didática, pode-se destacar o de conscientizar os educandos para que se reconheçam como parte da história local, de forma que venham a deslegitimar as desigualdades, integrando socialmente os indivíduos e percebendo os caminhos que promoveram as diferenças sociais ao longo do tempo. Essa experiência visa também à elevação da auto-estima dos alunos, para que se percebam como agentes construtores da história, capazes de modificar os rumos que a mesma toma no presente, de modo que possam almejar um futuro significativamente melhor.

Manifestações culturais como os sítios arqueológicos são consideradas patrimônio da humanidade, por isto, esta atividade é ainda um instrumento de motivação individual e coletiva para a prática da cidadania, o resgate da auto-estima dos grupos culturais, e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre gerações. Com isso, objetivou-se também iniciar os alunos na compreensão da evidência cultural e nos diferentes modos de analisá-la, levando-os a perceber o processo de reconstituição do passado, por meio dos fragmentos e vestígios em consonância com os princípios da educação patrimonial.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (MORAES Apud HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 2007, p.5).

As atividades que integraram o projeto da sequência didática, intitulada **“Escavando Sítios Arqueológicos”**, consistiram na prática dos alunos em trabalho de campo, através de sua intensa participação, que foi desde a escavação de um sítio simulado (imagens 1 e 2, sequência) até a sua análise em laboratório, também simulado. Ainda que o projeto tenha sido desenvolvido em duas turmas de sexto ano, não ocorreu de maneira igual nas duas turmas. A simulação desenvolvida com primeira turma foi realizada no pátio da escola, numa área não pavimentada. Inicialmente foram preparadas três trincheiras de aproximadamente um metro quadrado cada e cerca de quinze centímetros de profundidade, com a finalidade de minimizar os esforços dos educandos e otimizar o tempo, tendo em vista que dispúnhamos somente de um período de quarenta e cinco minutos e que os educandos se encontram em idade não superior a doze anos. Para isso, a turma foi dividida em três grupos de cinco componentes.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*



Imagem 1

Alunos escavando o sítio

Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de História - GEPEH⁵



Imagem 2

Escavação do sítio

Acervo do Grupo de Pesquisa em Ensino de História - GEPEH

⁵ O Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação é constituído pelas professoras da educação básica e do ensino superior, assim como pelas bolsistas de iniciação científica: Mariluci Melo Ferreira, Sandra Mara Barichelo, Dilce Piccin Corteze, Flávia Eloisa Caimi, Francielle Moreira Cassol e Mayara Hemann Lamberti.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O trabalho desta primeira etapa consistiu na escavação do sítio, no preenchimento do diário de campo, na etiquetagem e na separação dos materiais encontrados durante a atividade. Todavia, ressalta-se que no dia anterior à aula, o terreno da escola onde se realizou a experiência foi cuidadosamente preparado (imagem 3). Nessas trincheiras foram depositados materiais que representavam desde o período da pré-história (fragmentos de ossos, cacos de cerâmica, sementes), passando por vestígios típicos do século XX e materiais que representam os dias atuais, tais como pedaços de CD, VHS, celular. Isso porque também constava entre os objetivos do projeto demonstrar que os arqueólogos trabalham com os vestígios desde as sociedades mais antigas até as contemporâneas. É importante destacar o envolvimento de toda turma nessa primeira etapa, mostrando-se entusiasmados nas suas escavações, usando luvas, pincéis, equipamentos para escavar, assim, sentiam-se verdadeiros arqueólogos diante de importantes vestígios. Em meio à atividade, um aluno, desconfiado, comentou: ***Foram as professoras que enterraram tudo aqui!*** Nesse momento esclarecemos que a nossa intenção era que eles vivenciassem a experiência da pesquisa arqueológica em um sítio simulado.



Imagem 3
Sítio (simulado) antes da chegada dos alunos
Acervo do Grupo de Pesquisa em Ensino de História - GEPEH

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Na segunda e terceira etapas do trabalho que compõe a sequência didática, os alunos em sala de aula remontaram suas equipes e partiram para a higienização das peças encontradas na aula anterior (simulação do trabalho laboratorial). Na continuidade dessa aula, os educandos receberam uma “ficha de percepção” que visava ao auxílio na identificação e análise dos vestígios, para que, em outro momento, pudessem realizar releituras e reconstituições dos objetos arqueológicos.

Na segunda turma em que foi desenvolvido o projeto (62), a experiência da escavação teve de ser realizada em caixas-sítio (imagem 4). No dia anterior à aula, momento de preparar o terreno, não foi possível permanecer no pátio em virtude do mau tempo, optando-se, então, pela realização da atividade em sala de aula. Para isso, foram preparadas três caixas de papelão contendo objetos que faziam referência a três diferentes épocas. Para a simulação da terra, optou-se pelo uso de flocos de espuma, o que foi explicado para os alunos em aula.



Imagem 4
Alunos em sala de aula analisando as peças encontradas na escavação
Acervo do Grupo de Pesquisa em Ensino de História - GEPEH



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Ao entrarem em sala de aula foi pedido aos discentes que se dividissem em três diferentes grupos e os materiais foram entregues. Dentre os objetos utilizados nessa etapa da experiência destacam-se pás, pincéis, pranchetas, etiquetas, lápis, caneta e borracha. Primeiramente, explanou-se a respeito de algumas questões levantadas a partir do questionário respondido pelos discentes. Após, foram-lhes explicadas questões referentes à arqueologia e ao trabalho do arqueólogo, além de sua importância no auxílio à escrita da história, como exemplo na escrita sobre a pré-história, período estudado pelos alunos. Nesse contexto, o trabalho arqueológico foi comparado à tarefa de um detetive, pois os alunos iriam investigar as peças a fim de retirar informações delas, a partir de sua análise e interpretação.

Para a escavação, cada aluno pegava uma pá e retirava camadas de terra (espuma) até o momento em que encontrava um artefato. Quando encontrado, passava-se a pá para outro colega. Além disso, em cada grupo um aluno ficou responsável pela confecção do diário de campo (imagem 5). Nesse diário, o aluno desenhou o sítio, registrou a ordem em que os objetos foram encontrados e o que, em um primeiro momento, os alunos achavam que era a peça, pois, após a análise das mesmas a ideia primeira poderia ser refutada. Ao término das escavações, os alunos separaram as peças em sacos plásticos, etiquetaram-nas e, após, realizaram a sua limpeza, com a finalidade de que compreendessem os passos de um trabalho arqueológico, já que este não se resume somente à escavação.



Imagem 5
Aluna escrevendo o diário de campo

Em um terceiro momento, foi entregue à turma **uma ‘ficha de percepção’**, visando auxiliá-los na análise dos fragmentos. Dentre as perguntas norteadoras dessa ficha constavam questões como: O que parece ser o objeto? Que cor tem? Que cheiro tem? O material usado é manufaturado? Onde foi feito? Quem o fez? Assim, por meio dessa ficha, os educandos puderam melhor explorar os objetos e, na discussão com os membros de seu grupo, descobrir informações sobre as sociedades a que pertenceram as peças. De maneira geral, todos os alunos conseguiram responder as questões propostas nesta experiência de simulação de práticas de arqueologia. Em tal modelo de atividade, os alunos tiveram de exercitar a responsabilidade com o objeto, sua análise, seu manuseio, a comparação dos objetos e materiais com seus próprios conhecimentos e a imaginação. Por isso, defende-se no presente estudo a ideia de que trabalhos dessa natureza são muito profícuos em turmas do ensino fundamental. Segundo a professora titular das turmas, tais propostas despertam nos alunos o interesse por artefatos que não se encontram facilmente ao alcance da visão, mas que podem estar escondidos bem próximos, como no pátio de uma escola. Nas semanas seguintes, alguns alunos comentaram em aula que haviam encontrado



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

ossos enterrados no pátio de suas casas, sugerindo que, talvez, pudessem ter valor arqueológico.

Conclusão

O que se pretendeu, ao realizar esta atividade simulada de arqueologia, foi desenvolver com os alunos da escola, desde conceitos como arqueologia, fósseis, patrimônio e cultura material, até valores como solidariedade, trabalho em equipe e companheirismo. Além do resgate da identidade regional, através de um processo de identificação e reconhecimento do patrimônio local, visto que os sítios arqueológicos são patrimônios de todos, razão pela qual devem ser conhecidos, preservados e valorizados.

Enfim, o ensino de história por meio da cultura material também desmistifica a ideia de que os objetos só são importantes se pertenceram às classes dominantes, possibilitando que os educandos percebam-se como agentes da história. Segundo Bessegatto (2010, p. 22), a intenção é que o aluno, pesquisando e expressando-se, passe a agir e interagir com seu meio. Sendo assim, apoia-se que a construção do conhecimento histórico ocorre quando os alunos percebem a relação dos artefatos com a sua própria história. E, quando o aluno dá-se conta de que seus próprios objetos são fontes para a construção da história, aprimora sua consciência crítica em relação ao mundo em que vive. Como professora de história, objetiva-se despertar o interesse nos alunos com a novidade da proposta, sempre que possível problematizando-a, para que possam construir o conhecimento histórico escolar. Com essa proposta de ensino, objetiva-se também tornar os educandos sujeitos históricos, a fim de que desenvolvam de maneira plena a cidadania.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Referências

- ABUD, Kátia Maria; SILVA, André C. de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção ideias em ação)
- BESSEGATTO, Maurí Luiz. *O Patrimônio em Sala de Aula: fragmentos de ações educativas*. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.
- CAIMI, Flávia Eloisa. *Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: Ediupf, 2001.
- ELÍBIO JÚNIOR, Antonio Manoel. *Patrimônio Cultural e Turismo I: livro didático*. 2. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2007.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papyrus, 1993.
- HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*, Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- MATOS, Alexandre Pena. Educação Patrimonial nas escolas e empreendimentos arqueológicos: A Cultura Material nos bens culturais familiares. *Anais*. X Encontro Estadual de História-O Brasil Cruzando Fronteiras entre o regional e o nacional. Santa Maria: UFSM/UNIFRA, 2010.
- MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, jun. 2008.
- MORAES, Allana Pessanha. *Educação Patrimonial nas Escolas: aprendendo a resgatar o Patrimônio Cultural*. São Paulo: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2007.
- PRATS, Joaquin. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. *Revista Educar*. Curitiba: Editora UFPR, 2006, p. 191-218.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). *Educação Patrimonial: Teoria e Prática*. Santa Maria: UFSM, 2007.

_____. Proposta Interdisciplinar de Ensino de Educação Patrimonial e Arqueologia no Ensino Fundamental. *Anais*. X Jornada de Ensino de História e Educação: Brasil Tempo Presente: os desafios do ensino de História. Santa Maria: UNIFRA, 2004.

TRAZZI, Alessandro (Coord.). *Educação patrimonial*- olhar o passado para entender o presente e projetar o futuro. Espírito Santo: Petrobras, 2008.

ZABALA, Antoni. A prática educativa. Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA FAMÍLIA DE IMIGRANTES ITALIANOS EM PASSO FUNDO

Francine Zanchet Grazziotin¹

A família Grazziotin é originária da cidade italiana Veneza, onde eram prósperos comerciantes. Sabendo das necessidades do Novo Mundo, da possibilidade de “fazer a América”, e desejosos de ampliar horizontes, partiram em uma jornada para uma nova vida. Em 19 de janeiro de 1879 o Sr. Valentino Graziottin e sua família, embarcam no navio América, tendo saído dias antes, de trem, de Crocetta dei Montello, Nogaré, até o porto de Gênova, e chegando ao Brasil no dia 13 de fevereiro. Desembarcam no Rio de Janeiro, indo em seguida para Porto Alegre e São Sebastião do Caí, rumando para a então chamada Vila dos Bugres, atual Caxias do Sul, fixando-se na Oitava Léguas, Travessão Diamantino, lote 11, atual Bairro Diamantino.

Em 1886 Valentino e a família se mudaram novamente, desta vez para Antonio Prado, em seu ano de fundação. Em uma tosca casa de madeira na via principal Valentino foi o primeiro comerciante da nova povoação.

Filho de Valentino, Ângelo Francesco casou-se com Beata da Canal (Canali) com quem teve 10 filhos: Angelina, Assunta, Carlos, Domingos, João, Maria, Pedro, Santo, Valentin, e Vitorio. Em 1889, abre uma casa de negócios em Travessão Acioli, antiga Nova Trento no município de Flores da Cunha, nas margens da antiga estrada para Vacaria. Quando adultos, de dois em dois, os filhos de Ângelo seguiram seus destinos, com um capital inicial de dois contos de Réis, emprestados pelo pai, com o compromisso de devolver a metade do lucro do primeiro ano de negócio. Assim, em 1922 o Sr. Valentin Grazziotin partiu novamente, dessa vez em direção ao interior de Caxias do Sul, no Travessão Alfredo Chaves, Distrito Nova Trento, antiga Nova Veneza. Com seu

¹ Jornalista, Mestre em História. Professora de Comunicação Empresarial e Pesquisas e Atividades Dirigidas na FACPORTAL, Passo Fundo, RS. E-mail: frangrazziotin@gmail.com.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

irmão Vitório, no dia oito de janeiro abriu a primeira casa comercial da localidade, comprando cereais e banha que era comercializada em Montenegro e São Sebastião do Caí, e também trabalhavam com vinicultura. A casa comercial era o local de encontro dos agricultores, forasteiros, viajantes, tropeiros e os homens do serviço público além da autoridade do magistério local. Tudo convergia para a casa de negócio do seu Valente, que liderava um processo social agregador numa sociedade que desejava participar dos movimentos sociais e políticos num país que tinha tudo para crescer.

Valentin Grazziotin casou-se com Raquele Bordin em 21 de fevereiro 1914. Tiveram 12 filhos: Ângelo, Diamantina, Olga, João, Tranqüilo, Idalino, Plínio, Reni, Vely, Olírio, Clarice e Volmar. Plínio nasceu em 09 de agosto de 1928 e cresceu no interior de Flores da Cunha. O menino tímido jogava futebol com bolas de meias, bolitas de vidro, e bochas com os meninos da vila, e desde cedo ajudava no parreiral e na loja do pai. Com pequenos instrumentos como enxadinhas ele brincava de ajudar seus pais a cuidar das videiras e das uvas. Aos 15 anos, assumiu quatro hectares do parreiral da família, responsabilizando-se por podar, amarrar, fazer a poda verde, sulfatar com máquina de 20 litros nas costas, colher a uva e entregar com a carroça na cantina da Companhia Vinícola Riograndense. Demonstrando seu perfil empreendedor, contratava auxiliares quando precisava de ajuda, já que os irmãos mais velhos já haviam saído de casa, o Idalino cuidava da loja e o Olírio ainda ia ao colégio. Plínio sempre cultivou a paixão pela uva e pelo vinho, mesmo depois de mudar-se para a cidade, levando os filhos para ajudar na colheita ou fabricação do vinho sempre que podia. Em fevereiro de 1950 frequentou um curso em Caxias do Sul para fazer vinho e foi encarregado de fazer vinho para a cantina da vinícola de Travessão Alfredo Chaves.

Na manhã do dia 21 de maio de 1949 Plínio se casa com Regina Bordin. A família cresceu e se multiplicou, gerando oito filhos, 19 netos e dois bisnetos. Um dos filhos, Osmar, conta que a lembrança mais marcante foi justamente o



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

espírito de trabalho legado por seu pai. Plínio nunca admitiu que atrasos aos compromissos como trabalho e escola. Sendo incansável no trabalho, sempre que era necessário manter este em dia, ele levava seus cadernos de anotações para fazer os acertos com as compras dos sócios (caderno de compras), relacionava em "suas fichas" os débitos gerados por cada fornecedor, com suas datas de vencimento e pagamento, mantendo sempre atualizada a conta corrente da empresa, com conciliação de saldos bancários, lançando os depósitos, cheques emitidos.

Grupo Grazziotin

Os Grazziotin sempre preservaram e priorizaram a família, que era responsabilidade de todos. Assim, conforme os filhos iam crescendo e desejavam trilhar seus próprios caminhos, não havendo possibilidade de todos permanecerem na mesma terra, o Sr. Valentin estabeleceu uma regra simples, mas eficaz para ajudar a todos os filhos sem distinção: a cada um que estivesse pronto para partir, o Sr. Valentin emprestava um valor em dinheiro que deveria ser devolvido para poder ajudar aos outros irmãos. E ninguém seguia viagem sozinho, mas sim com um irmão mais novo, para juntos trabalharem. Regra essa herdada do pai, Ângelo Francesco Grazziotin, que também emprestava o capital inicial necessário para os empreendimentos dos filhos, que deveriam devolver a metade do lucro do primeiro ano de trabalho.

Apoiados nessa regra, em 1950, os quatro irmãos, Tranqüilo, Plínio, João e Idalino, migraram novamente. Saíram do interior de Flores da Cunha e começaram a organizar sua transferência para Passo Fundo, no norte do Estado do Rio Grande do Sul. A cidade foi escolhida por estar localizada em uma região próspera, o que possibilitaria a compra de produtos agrícolas locais para venda em centros maiores, onde por sua vez comprariam bens manufaturados para vender na cidade em que residiriam. Outra vantagem era o fato de o município ter uma localização estratégica, ser bem servido por estradas e ferrovias, consistindo em um bom centro comercial. Chamou atenção dos irmãos, o fato



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

de haver uma cervejaria e grandes frigoríficos, gerando tráfego expressivo de caminhões e intenso comércio local. Esta procura por pontos estrategicamente posicionados vêm de longa data, visto que seus familiares já haviam feito isso em Estrada Geral no Travessão Acioli, centro de Nova Pádua, Nova Veneza e Criúva, sabendo que os pontos com alto tráfego eram oportunidades para alavancar e crescer no comércio.

Resolveram que se dedicariam a um atacado, e, após tomadas as providências necessárias em 24 de maio de 1950, foi assinado o contrato de abertura do empreendimento. Nasceu assim a J. Grazziotin e Cia, sita na Av. Presidente Vargas nº 64 A, com capital inicial de 300 mil cruzeiros, equivalente a R\$110 mil reais em moeda do ano 2000. A empresa começou como atacado e varejo de secos e molhados, tornando-se uma próspera casa comercial. Negociavam cereais, ferragens cigarros, artigos de bazar, armas, munições e todo e qualquer mantimento necessário à dura vida daqueles tempos. A produção agrícola da região favoreceu as relações comerciais, criando sistema de trocas: ferramentas por sacos de soja milho ou feijão que depois era vendido à granel.

No início Plínio trabalhou no depósito, fazendo o controle de mercadorias, na compra de cera e lã, e com um ajudante, ensacava a lã para vender. Tranquilo era o motorista e transportador, vendia esses produtos em Porto Alegre e, na volta, trazia mercadorias para venda no atacado: arame, **cigarros, azeite. Plínio brinca que usava “lápiz em cima da orelha para fazer contas de cabeça”, mas a facilidade** com os números era tanta que o levou a trabalhar no setor financeiro da loja, na tesouraria, encarregado do controle de numerário e pagamentos, e, mais tarde, de receber milho, soja, feijão e farinha de mandioca, retornando em seguida para a tesouraria e ao controle de caixa, das movimentações bancárias, das contas a pagar e receber e das duplicatas. Passou temporariamente ao setor de compras, porém, com o falecimento do encarregado dos pagamentos, Plínio voltou novamente para tesouraria e



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

financeiro, em 1965, setor em que permanece até hoje. Desde 1980 faz parte do Conselho do Grupo Grazziotin.

Devido ao sucesso do empreendimento, já em 1952 ocorreu a primeira alteração de sociedade, com a adesão do Sr. Valentin, outros irmãos e mais sócios. Essa mudança possibilitou a expansão dos negócios e entrando no ramo de exportação e importação, negociando cereais e lã de ovelha, e importando artigos de armarinho, arame farpado, soda cáustica, armas e munição, passando ainda a fornecer grãos - como feijão branco e preto produzido na região - para o centro do Brasil, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1971 começou a expansão com abertura de filiais, a primeira em Erechim, depois em Carazinho, Marau, Cruz Alta, sem nunca parar de crescer.

No ano que se comemorou o centenário da chegada da família ao Brasil, 1979, o grupo buscou o primeiro aporte de capital, passando para sociedade anônima, com ações comercializadas na Bolsa de Valores, mudando a razão social para Comercial Grazziotin S/A. Essa transição teve participação ativa de Plínio, criando, neste momento a controladora VR Grazziotin, nomes escolhidos em homenagem aos seus pais, Valentin e Raquele. Atualmente a Grazziotin S/A é controlada pela VR Grazziotin, que possui 62,5% das ações ordinárias. Também em 1979 foi festivamente inaugurado o prédio do Centro Administrativo, em Passo Fundo, passando a agrupar em um mesmo local todos os setores da administração da empresa, antes dispersa por vários locais. O Prédio está situado na rua que homenageia o pai dos fundadores do Grupo, levando seu nome, Valentin Grazziotin.

Os anos 1980 começaram trazendo várias dificuldades, entre elas o esfriamento da economia e a concorrência acirrada no setor de eletrodomésticos. A empresa se viu entre duas opções: mudar ou entrar na guerra enfrentando a concorrência. Decidiram mudar e entrar no mercado de moda. Apesar do pouco conhecimento nessa nova área, a companhia se reinventou, estudou e se atualizou, buscando influências no exterior,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

principalmente na Europa, mais especificamente na Itália. Mas não foi apenas no mix de produtos que houve mudança. A década de 1980 ainda traria muitas surpresas. Começa pela razão social em 1981, passando para Grazziotin S/A. O processo de modernização incluiu a separação do material de construção do restante da loja. Permaneceu o nome Grazziotin para a moda e bazar e, em 1984, o nome Tottal foi atribuído ao setor de material de construção.

Plínio também foi um dos fundadores da GZT Comércio e Importação S/A, em 1981, ramo este que atua na área de facção, desenvolvendo vestuários para as lojas do Grupo Grazziotin e na importação de produtos para presentes.

A pequena loja de secos e molhados se transformou em um grande grupo composto por quatro marcas espalhadas entre os três Estados do Sul do Brasil: Grazziotin, Tottal Casa e Conforto, Por Menos e Franco Giorgi e mais de 260 lojas. Plínio ainda participa das atividades da empresa, fazendo parte da tesouraria e do Conselho de Administração.

Vicentinos e Hospital São Vicente de Paulo

Um componente muito forte da personalidade de Plínio é a sua religiosidade. Fato natural, visto que sua origem é de uma família católica com participação ativa nas comunidades por onde passaram, mas em Plínio isso é uma característica visceral, nas palavras do Bispo de Passo Fundo Dom Ercilio **Simon: “dignas de sublinhas as doações de Plínio, tanto de tempo quanto financeiras”.**

Essa devoção se mostrava ainda criança quando participava como coroinha das celebrações e ajudava nos casamentos e nas festas da Paróquia. E nunca abandonou, fazendo questão de rezar nas vésperas de páscoa e natal rezava missa antes do expediente, assim como nas convenções do Grupo Grazziotin e nas festas da família. Estas tinham como peculiaridade a constante presença de padres que faziam uma prece e uma bênção antes das refeições, e na falta do sacerdote, Plínio realizava a oração.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Em Passo Fundo fez parte do Movimento Familiar Cristão, pelo qual recebeu em uma missa uma homenagem por ter a família mais numerosa. Também teve passagem pela Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, auxiliou na construção da casa de retiro e do seminário diocesano, colaborou com a Assistência Social Diocesana Leão XIII, e na Paróquia Santa Terezinha participou do coral, ajudou nas promoções do Natal Som Luz e Amor, para o Padre Leopoldo Santinon, Plínio era uma das vozes ativas da paróquia, com poder de decisão.

Em 1953, após uma missa, Plínio foi convidado para fazer parte do grupo dos Vicentinos, e oito anos depois de seu ingresso, Plínio tornou-se sócio do Hospital São Vicente de Paulo. Este é uma instituição de assistência social, filantrópica, com estatuto próprio, não vinculada a SSVP, mas dirigida por um grupo de Vicentinos atuantes nas suas conferências.

Plínio foi eleito para fazer parte da diretoria do Hospital pela primeira vez em 1961, no dia 24 de junho, ocupando a vice-presidência por três anos. Foi eleito presidente pela primeira vez no dia 24 de junho de 1964, com a maioria dos votos das pessoas presentes.

Plínio foi presidente do hospital por três vezes, de 24 de junho de 1964 a 24 de junho de 1967, de 1970 a 1973, e também de 06 de dezembro de 1991 a 19 de junho de 1994, assumindo a posição com o falecimento do então Presidente, Felice Sana. A parceria com Felice Sana na diretoria do hospital durou 42 anos, alternando entre a Presidência e a Vice-Presidência. Quando o Sr. Sana faleceu, Plínio assumiu novamente a Presidência. O Dr Rudah diz que Plínio fez, nesta ocasião, um de seus pronunciamentos mais importantes: **“Quero comunicar aos confrades que estou assumindo a presidência do Hospital pelo afastamento definitivo do Sr. Felice Sana. Durante 18 anos como vice-presidente nunca assumi a presidência, pois o Sr. Sana, durante todos esses anos, jamais tirou férias ou licença do cargo”.** Esta frase mostra o trabalho, a dedicação, a doação,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

o sacrifício e a alma dos vicentinos com o que se pode chamar de o “seu Hospital”.

Foi em uma das gestões de Plínio Grazziotin que o Hospital São Vicente de Paulo ampliou o prédio do centro de diagnóstico de cinco andares como era o projeto inicial para os atuais 10 andares, levou a ampliar o prédio de radioterapia cuja ideia inicial era de sete andares para nove, no lugar onde funcionava a moradia das Irmãs Carlistas e a sede dos vicentinos. A compra de parte do prédio pertencente à antiga Cervejaria Brahma, onde atualmente funciona o centro de apoio, a escola de técnicos de enfermagem, a lavanderia e a gráfica também foram ações sugeridas por Plínio, bem como a aquisição do terreno entre as ruas Quinze de Novembro e Sete de Setembro para futuras instalações, utilizando o recurso de uma passarela ou túnel para ligação dos prédios.

Deve-se a ele também a perspectiva de proporcionar uma sede campestre para o lazer dos colaboradores, com piscina e quadras para prática de esportes, o que hoje é uma realidade.

O crescimento do hospital também é visível quando se compara o número de funcionários existentes na época quando da entrada de Plínio na diretoria e quando de sua saída. Em 1964, quando Plínio foi eleito presidente pela primeira vez, o hospital contava com apenas 80 funcionários, a maioria irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora. Em 1993 foram inaugurados vestiários para 1.320 funcionários, e dez anos depois, em 2003 constava na folha de pagamento mais de 2.000 funcionários. É também da gestão Plínio o corpo clínico do Hospital aberto a todos os médicos, desde que apresentem suas credenciais e especialidades ao Diretor Médico, devendo respeitar o regulamento interno.

Por tudo que Plínio realizou pelo hospital, pelos 42 anos dedicados à casa, em homenagem e agradecimento, a diretoria do Hospital São Vicente de Paulo o agraciou com o Título Honorário de Benfeitor, no dia 08 de agosto de



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

2003, e no mesmo dia lhe foi entregue a Medalha Hospital São Vicente de Paulo. Essa honraria foi instituída na diretoria de Dionísio Tedesco, para homenagear Plínio. Nessa ocasião, o citado diretor do HSVP, pediu para o advogado Marco Mattos organizar os registros para a celebração. Marco conta que foi uma honra trabalhar nessa homenagem, pois viu que em um mundo onde se prioriza a escolaridade, em um universo de doutores, Plínio aparece **como um “doutor” da vida, uma pessoa que mesmo não tendo títulos escolares** tem a sabedoria que só a escola da vida proporciona, destacando a visão holística adquirida, não uma visão míope do mundo. Entre as coisas marcantes, **Marco destaca a humildade: “Imagina se o seu Plínio precisava marcar horário pra falar comigo, ele é meu diretor! É só abrir a porta e entrar”** mesmo estando acima na hierarquia, Plínio agia como um companheiro; também o convívio familiar, a presença constante de Regina ao lado de Plínio também chama a atenção do advogado. Plínio foi o primeiro a receber esta medalha com que também foram agraciados Rudah Jorge, diretor clínico por mais de 40 anos, e a Irmã Alice Tonelo, supervisora da creche São Vicente de seu início em 1998 até dezembro de 2003.

Grupo Serra

Em agosto de 1974, Plínio foi convidado por seu amigo, o Bispo Dom Cláudio Colling para participar de um novo clube, o Serra. Surpreso Plínio **questionou sobre a finalidade do grupo, pois não sabia “nem o que era e nem como funcionava”** essa novidade. **A esse questionamento, Dom Cláudio afirmou** ser um clube que reza pelas vocações sacerdotais e religiosas, apoia os sacerdotes e prega a verdadeira amizade. O Movimento Serra pode ser **considerado uma “consciência vocacional permanente, resistência a tudo que é antievangélico e que não condiz com a orientação da Igreja”**. Também é objetivo do movimento construir verdadeiras amizades, buscar uma maior formação espiritual e dedicação aos vocacionados e consagrados. Isso está bem explícito **no Lema do clube: “Leigos à serviços das vocações e dos sacerdotes”**.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Pedro Bervian, companheiro de movimento, observa que no começo do Clube os encontros costumavam ser nas casas das famílias, onde era realizado o culto, seguido da reunião e de um jantar, organizado pelos donos da casa, e assim os casais iam se revezando na recepção aos companheiros, pois era um grupo pequeno. Com o crescimento do grupo, por volta do ano 2000, os encontros passaram a ser em restaurantes, mas seguindo sempre a mesma sistemática.

Um passo importante e inovador para o crescimento do movimento Serra foi a admissão de mulheres como sócias do Movimento, que inicialmente só admitia homens. Bervian conta que o clube de Passo Fundo foi pioneiro nessa conduta, mais tarde adotada pelos outros clubes, provavelmente instigado por dona Regina, esposa do Plínio, que não queria deixar de participar. Hoje, as mulheres são aceitas em todos os clubes Serra do mundo e inclusive em cargos de chefia, como diretorias e presidência.

Os participantes do movimento colaboram também doando livros para a biblioteca dos teólogos, materiais para a construção da cerca ao redor da casa dos filósofos. Também editam **o informativo “O Serrinha” e nos colégios estaduais divulgaram a historinha do “Celito”, um menino que após muitas aventuras ingressa no seminário e torna-se sacerdote.**

Plínio assumiu a presidência do Serra passo-fundense por três vezes: de 1979 a 1980; de 1981 a 1982; e de 1987 a 1988. Desde 1989 Passo Fundo pertence ao Distrito 134, que compreende quatro dioceses: Passo Fundo, Vacaria, Erechim e Frederico Westphalen, e na gestão 1993/1995 foi Plínio foi governador distrital. Também membro do Conselho Nacional do Serra por diversas gestões. Permanecem atuando apenas dois dos fundadores do Serra Clube de Passo Fundo, Plínio e o Bispo Dom Pedro Ercílio.

Em 1980, ano da visita de João Paulo II, Plínio recebeu do Serra Internacional a medalha **“Prêmio Luiz A. Compagnoni ao Mérito Vocacionista”**



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

com os dizeres “Dar ao mundo um novo cristo, um Padre, vale qualquer sacrifício”.

Durante todo esse o período Plínio participou de mais de 600 reuniões. Era participante ativo dos encontros e das viagens indo todos os anos para o encontro realizado em Aparecida, SP, e sempre disposto a incentivar e participar das atividades. Nas comemorações do aniversário de fundação do Movimento Serra de Passo Fundo Plínio sempre gosta de fazer o discurso contando o histórico do clube. É reconhecido pelo companheiro Pedro Bervian como **“a história viva do movimento, um dos seus propagandistas”**. Para o atual assistente eclesiástico do movimento, Pe. Darci de Carli, Plínio **“segura na mão a história do movimento, lembrando datas e até as horas dos acontecimentos”** tal **é a força que ele carrega esta bandeira**. **Afirma também que Plínio “mantém a simplicidade e a humildade” e consegue como poucos “separar bem o homem cívico do patrimônio”, exemplificando que mesmo tendo atingido sucesso material, continua com a humildade daquele garoto tímido da zona rural de Flores da Cunha.**

Clube Caixeiral Campestre

Em 02 de janeiro de 1964, a convite do vigário da Paróquia Santa Terezinha, o Padre Humberto Lucca, reuniram-se os paroquianos para tratar da fundação do Conselho Paroquial conforme determinação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a pedido de Dom Cláudio Colling, Bispo Diocesano. Ao conselho competiria supervisionar os movimentos paroquiais, além de que naquela época se fazia necessária uma sede que abrigasse todos departamentos da paróquia

Para a primeira diretoria foi eleito presidente Plínio Grazziotin, cargo que ocupou por três anos e meio, mas sempre se manteve em posições de liderança, mantendo-se ainda hoje como membro do conselho.

Em março de 1968 foi decidido transformar a SECOSTE em Centro Social. Havia grande interesse em compor um quadro social. O nome escolhido



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

foi Centro Social Santa Terezinha, e teve os Estatutos aprovados na reunião do dia 17 de junho de 1968, segundo a Ata 50. Também foi criado o Conselho Consultivo com 23 membros, estando Plínio entre eles. O pároco da época, Padre Leopoldo Santinon tinha um projeto de transformar a sede comunitária em um clube aberto a todos, independente de credo. Ao se concretizar esse desejo, a comunidade paroquiana se viu diante de um dilema, pois nem todos os associados tinham uma conduta moral aceitável, mas o clube era aberto e as pessoas entravam. Havia uma casa de meretrício nas redondezas, cujas moças se inscreveram e queriam participar dos bailes e atividades, causando constrangimentos às famílias participantes. Como Plínio era um dos coordenadores deste projeto, achou por bem separar o clube em duas entidades distintas, uma civil com a sede campestre doada à comunidade pela Igreja e outra religiosa, com o retorno da sede social como salão paroquial.

Havia o compromisso de honra de um dia devolver o prédio à Mitra Diocesana. Anos depois do Centro Social Santa Terezinha ter sido transformado em clube e desligado da Igreja, o salão de fato retornou para a Igreja, mediante ressarcimento das benfeitorias realizadas pela associação.

Em janeiro de 1969, as Lojas Grazziotin realizaram o sorteio de automóveis VW Fusca, no antigo Campo do 14, local onde hoje está a rodoviária, com presença de autoridades, plateia, e agentes da fiscalização. O Centro Social Santa Terezinha foi um dos premiados com um dos automóveis fusca, o qual foi permutado por uma chácara na Vila Capão Bonito, com mais um valor em dinheiro. Essa chácara já estava sendo negociada pelos associados Idalino Grazziotin e Eloy Taschetto, e constituiu-se na Sede Campestre do Centro Social, que mais tarde se tornaria o Clube Caixeiral Campestre.

Nos anos 80 o Clube Caixeiral, antiga “Sociedade Italiana de Mutuo Socorro - Yolanda Margarida de Savoia”, existente desde 1901, enfrentava dificuldades financeiras e administrativas, culminando com a fusão ocorrida com o Campestre Tênis Clube, formando o Caixeiral Campestre Tênis Clube.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Esta fusão oficializada em 1992 foi proveitosa para ambas as associações, pois as duas entidades complementaram-se mutuamente. O Campestre Tênis Clube passou a contar com uma sede no centro da cidade e um escritório, do qual tinha grande necessidade, e, ao Clube Caixeiral somou uma sede campestre. Mas esse não foi um processo rápido e sem discussões, foram mais de dez anos de negociações.

Considerações Finais

Este artigo é uma amostra da pesquisa que está sendo realizada para o **livro chamado “Plínio Grazziotin: 60 anos de história em Passo Fundo”**. Claro que Plínio e sua família não fizeram nada sozinhos, que tiveram ajuda de pessoas qualificadas e comprometidas, mas também não é apenas coincidência que os lugares que receberam sua atenção prosperaram.

Estes são resultados preliminares, obtidos através de pesquisa em periódicos e entrevistas, com o próprio Plínio e com pessoas de sua convivência, como parentes, amigos e colegas de trabalho.

Referências Bibliográficas

Boletim do Hospital São Vicente de Paulo. Passo Fundo 24 de Janeiro de 1919.

Ano 1. Número 1. Livraria Minerva.

Câmara de Vereadores homenageou HSVP pelos 80 anos de existência. Jornal O Nacional. Dias 27 e 28 de junho de 1998. Pág 7.

DUARTE, Meireles. *Hospital São Vicente nasceu de uma negativa do Hospital da Cidade em participar da procissão de Corpus Christi*. Jornal O Nacional. Dias 27 e 28 de junho de 1998. Pág 17.

Edição comemorativa 90 anos Hospital São Vicente de Paulo. Magraugraf, Marau – RS. 2008.

Hospital São Vicente de Paulo. 80 Anos em Revista. Gráfica e Editora Maraugraf. 1999,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Informativo editado pela Assessoria de Comunicação Social do Hospital São Vicente de Paulo. Gráfica Estrela, Concórdia – SC. 1993.

NASCIMENTO, Welci. *Sonhos Vicentinos: apontamentos para a historia da Sociedade São Vicente de Paulo em Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 2006.

Regra da Sociedade São Vicente de Paulo no Brasil. Edição 2007.

Relatório da Sociedade Hospitalar São Vicente de Paulo. Passo Fundo, 1968.

Família Grazziotin, 130 anos de imigração. Pág 04. Jornal Grazzito. N.150 Passo Fundo, RS. Maio de 2009.

As mudanças de 1980. Pág 04. Jornal Grazzito. N.153 Passo Fundo, RS. Maio de 2010.

Revista comemorativa dos 50 anos da Grazziotin. 1950-2000

Bochófilos de plantão. Pág 39. Revista do Caixeiral Campestre. Edição especial. Ano 2008. Grafica Passografic, Passo Fundo - RS.

Eleição do Conselho Deliberativo. Pág 15. Revista do Caixeiral Campestre. Janeiro de 2009. Grafica Passografic, Passo Fundo - RS.

Tenho orgulho de fazer parte desta sociedade. Pág 13. Revista do Caixeiral Campestre. Janeiro de 2009. Grafica Passografic, Passo Fundo - RS.

Copa Plínio Grazziotin de Bocha. Pág 56. Revista do Caixeiral Campestre. Edição especial. Maio de 2010. Grafica Tapejareense, Tapejara - RS.

Inaugurado espaço para retiro espiritual na Sede Campestre. Pág 13. Revista do Caixeiral Campestre. Julho / 2009. Grafica Passografic, Passo Fundo - RS.

Copa Plínio Grazziotin é destaque novamente. Pág 25. Revista do Caixeiral Campestre. Julho / 2009. Grafica Passografic, Passo Fundo - RS.

Campestre é campeão da Copa Plínio Grazziotin. Pág 16. Revista Bocha. Agosto 2010. Editora VT Propaganda. Porto Alegre- RS.

O surgimento do Centro Social Santa Terezinha. Pág 08. Informativo Caixeiral Campestre. 2006.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) – ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Entrevistas:

Antonio Carlos Formigheri; Bispo Dom Ercílio Simon; Carlos Adelino Rigo; Clarice Grazziotin; Darci de Carli (Pe.); Eloy e Terezinha Taschetto; Eugênio Delazari; João Erson e Leonilda Colavin; Leopoldo Santinon (Pe.); Luiz Carlos Formigheri; Marco Matos; Miguel Rodrigues; Nelson e Isabel Costella; Odemir Grazziotin; Olanir Grazziotin; Olinda Machado; Oscar Grazziotin; Osmar Grazziotin; Osni Grazziotin; Pedro Bervian.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O KITSCH ENTRE NÓS: CENÁRIOS DO COTIDIANO

Gerson Luís Trombetta¹

Lorena Postal Waihrich²

Rosângela Salles dos Santos³

Barbara Araldi Tortato⁴

Paula Boito⁵

Paulo Afonso Bartz Rodrigues⁶

O presente trabalho foi desenvolvido pelo grupo interdisciplinar “**FORMATOS: Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Arquitetura, Estética e Representação**” (www.geiformatos.blogspot.com). Seu propósito é abordar o fenômeno kitsch numa dupla perspectiva: a primeira é reconstruir o processo histórico que levou ao seu surgimento esclarecendo as ambíguas relações que mantém com a história da arte; a segunda é, a partir de entrevistas, levantamento fotográfico e catalogação, examinar o imaginário que sustenta e dá sentido aos cenários kitsch no meio urbano. A hipótese que guiou a investigação é que o fenômeno kitsch não pode ser reduzido a uma questão de “**mau gosto**”. **Pelo contrário, é um depositário importante de anseios, referências de identidade e conexões com a coletividade.**

Para a sistematização dos resultados foram modeladas categorias compreensivas que, além de descreverem as características externas dos cenários,

¹ Doutor em Filosofia, professor titular no Programa de Pós-Graduação em História e nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Filosofia da Universidade de Passo Fundo. E-mail: gerson@upf.br

² Mestre em Arquitetura, professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo. E-mail: waihrich@upf.br

³ Mestre em Educação, professora de Matemática e Desenho da Universidade de Passo Fundo. E-mail: salles@upf.br

⁴ Acadêmica do Curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo. E-mail: barbaratortato@hotmail.com

⁵ Acadêmica do Curso de Matemática da Universidade de Passo Fundo. E-mail: paula.boito@netvisual.com.br

⁶ Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo. E-mail: rodriguesbartz@gmail.com



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

permitem o acesso aos elementos psicológicos, sociológicos e históricos que moveram as pessoas a construir e sustentar os cenários selecionados.

1. Kitsch: Elementos Conceituais

O advento da sociedade industrial transformou significativamente o panorama estético do ocidente. Além de impulsionar a produção artística na direção de novas possibilidades formais e oferecer novos aparatos técnicos (como a fotografia e o cinema), ampliou o acesso aos bens culturais. O consumo de tais bens, antes restrito à aristocracia e a iniciados, passou a ingressar na ordem do dia de um número cada vez maior de pessoas. Dentre os efeitos dessa saudável democratização está o kitsch, considerado, por parte de alguns intelectuais (como GREENBERG, 2001), um subproduto estético. Os novos receptores, tentando imitar o *glamour* da aristocracia, procuravam no **produto falso, parecido e acessível, o mesmo “poder” do original**. Para o consumidor, a sedução do kitsch se encontra nessa ilusão de compartilhar os efeitos atraentes da arte, como um eco das suas promessas de felicidade.

Conforme Moles (1975), foi por volta de 1860, em Munique, que o sentido atual atribuído à palavra alemã ‘kitsch’ nasceu. Uma das palavras que contribuiu para conceituar este movimento estético é “Kitschen”, do alemão, que significa atravancar ou fazer móveis novos com velhos (MOLES, 1975, p. 10). Também está ligada à “verkitschen”, algo como “trapacear, receptar, vender alguma coisa em lugar do que havia sido combinado” (MOLES, 1975, p. 10). Para Eco (2007), o verbo “verkitschen” seria o utilizado para designar uma venda barata. “Kitschen”, por outro lado, continua com o mesmo significado de “maquiar móveis para que pareçam antigos” (ECO, 2007, p. 304), somado ao significado do dialeto mecklenburguês que utilizaria tal palavra para o ato de “varrer a lama ou lixo das ruas”. “Segundo alguns, a palavra *kitsch* remontaria à segunda metade do século XIX, quando os turistas americanos em Munique, querendo comprar quadros, mas com preços mais baixos, pediam um desconto (*sketch*).” (ECO, 2007, p. 304). Independente da origem, o que o termo passou a designar foi a busca por “experiências estéticas fáceis” (ECO, 2007, p. 304). O fetichismo, a busca do prazer e a aceleração consumidora deram forma ao que Moles (1975) e Greenberg (2001) chamam de “atitude kitsch”.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Entre as características que definem o produto kitsch encontramos simultaneamente o caráter reprodutivo (seriado) e a aquisição de falsos conteúdos. É o caso dos produtos de ordem religiosa, que simulam um produto que simbolicamente uniria o espectador a uma força transcendental, mas que, originariamente, saiu de um molde que deu forma a produtos suficientes para que **outras centenas de milhares de pessoas comprassem a mesma ‘experiência metafísica transcendental’**.

As características que indicam esse fenômeno são as seguintes: “1- tomar de empréstimo processos de vanguarda e adaptá-lo para confeccionar uma mensagem compreensível e desfrutável para todos; 2- empregar esses processos quando já conhecidos, divulgados, gastos, consumidos; 3- construir a mensagem como provocação de efeitos; 4- vendê-la como Arte; 5- tranquilizar o próprio consumidor, convencendo-o de ter realizado um encontro com a cultura, de modo a que ele não venha a sentir outras inquietações. (GUIMARAENS, 1979, p. 26).

O consumidor do kitsch usa utensílios correspondentes ao seu padrão de gosto, para compor ambientes privados acolhedores. Assim como podemos analisar uma cultura através de seus produtos culturais, em menor escala podemos analisar um **morador conforme a construção de seu lugar de habitação. Somos “habitantes-construtores”, segundo Moles (1975, p. 35), personalizamos nossos cenários** coloquiais de acordo com a cultura que adquirimos dentro de nossas posições sociais. Ainda que boa parte dos produtos considerados kitsch tenha a marca da reprodutibilidade técnica, a sua incorporação nos cenários cotidianos pode abrir clareiras para compreender as relações que o ser humano constrói com o espaço onde vive. Longe das pranchetas dos arquitetos, os cenários kitsch guardam uma profunda honestidade na expressão da **identidade do seu criador, como expressão de “uma necessidade de criação individual, de personalização e afirmação social.” (MOLES, 1975, p. 39).**

Os cenários que edificamos possuem funções participativas e não exclusivamente contemplativas. Através deles suprimos as necessidades de bem-estar, buscamos algo além da simples moradia, do simples abrigo ou receptáculo de equipamentos. O que o



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

habitante-construtor faz ao personalizar seu espaço íntimo é “um fator de identificação-projeção psicológica de sua visão de mundo” (GUIMARAENS, 1979, p. 32).

2. Investigando cenários kitsch: critérios de escolha

O exposto acima é uma pequena amostra das dificuldades de estabelecer contornos nítidos do que seja o kitsch. Não há uma característica “essencial”, peculiar, que o difere de outro tipo de objeto. Há também uma dependência do próprio conceito de kitsch com uma determinada forma de relação que mantemos com os objetos. Por isso, para efeito de realização dessa pesquisa, foram balizados alguns critérios de escolha. Tais critérios permitiram selecionar cenários que em seguida foram submetidos à análise. Os critérios foram os seguintes: a) objetos imitando elementos naturais (animais e plantas); b) uso de cores chamativas ou misturadas; c) exageros, tanto na quantidade de objetos quanto em alguma de suas qualidades; d) composições saturadas; e) mosaicos; f) referências religiosas (sincretismo); g) uso de objetos recicláveis (vasos sanitários, panelas, garrafas pet).

3. Metodologia da investigação e categorias compreensivas

O universo deste estudo, num primeiro momento, se limitou à região sul do Brasil, mais especificamente às cidades de Passo Fundo, Tapejara e Marau espaços onde residem os pesquisadores e por onde transitam diariamente, respirando sua cultura, constituindo-se por esse motivo, num espaço apropriado para o levantamento dos dados a serem analisados. As ligações estratégicas e afetivas, por parte dos estagiários do projeto, com a arquitetura destas localidades, em função de suas origens familiares facilita o deslocamento, a permanência durante a pesquisa e o acesso aos moradores locais.

A metodologia utilizada para construção do trabalho consistiu em sete passos: 1) investigação conceitual, com realização de revisão bibliográfica sobre o tema. Foram



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

revisados autores como Greenberg (2001), Moles (1971), Eco (2007), Gadamer (1985), Kulka (1996), De Botton (2007) e Guimaraens e Cavalcanti (1979); 2) levantamento fotográfico preliminar; 3) seleção dos cenários, nas cidades Passo Fundo, Marau e Tapejara; 4) entrevistas com os proprietários e/ou responsáveis. Para compor a amostra foram realizadas 21 entrevistas; 5) definição das categorias compreensivas; 6) análise e discussão no grupo; 7) elaboração do relatório.

As categorias compreensivas são assim denominadas porque além de descreverem as características externas dos cenários, permitiram o acesso a elementos psicológicos, sociológicos e históricos que moveram as pessoas a construí-los e a sustentá-los como referências importantes do cotidiano. As categorias garantiram também um olhar interdisciplinar na direção de cada fenômeno ou cenário. **O que ficou evidente é que cada cenário não é apenas um “fato arquitetônico”, mas uma complexa criação envolvendo elementos psicológicos, históricos e sociológicos.** Segue abaixo uma síntese dos resultados alcançados na discussão a partir da aplicação das categorias.

4. Compreendendo os cenários kitsch

Apresentamos a seguir uma síntese dos resultados obtidos por meio da discussão e análise do material, no grupo interdisciplinar de estudos. A análise foi realizada a partir da aplicação de categorias compreensivas.

4.1. Narrativas fantásticas e temporalidade infantil

Um dos elementos mais constantes encontrados nos cenários analisados foi o uso de réplicas em gesso de personagens de contos infantis como, por exemplo, da Branca de Neve e os Sete Anões, e personagens da Disney (Mickey e Minnie). São **composições coloridas e dispostas de forma a “reconstruir” as narrativas de onde os personagens saíram (fig. 1 e fig. 2).** Não raro os cenários “misturam” contos diferentes, indo desde fábulas clássicas até desenhos animados.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*



Fig. 1. Residência de Tapejara
Fonte: Arquivo FORMATOS



Fig. 2. Residência de Passo Fundo
Fonte: Arquivo FORMATOS

O recurso à narrativa infantil está associado à recuperação do “paraíso perdido” dentro das paisagens urbanas. As entrevistas revelaram que os proprietários experimentavam nos cenários sentimentos de “alegria e paz” e diziam ser atraentes para as crianças. As crianças, no entanto, não são o alvo principal do cenário. Os

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

cenários não são parques interativos à disposição do “manuseio” da criança. O alvo dos cenários é, sim, o “tempo” da criança. Um tempo de “inocência”, uma atmosfera de felicidade infantil, onde todas as pressões sociais simplesmente não entram. O cenário cria uma atmosfera de alegria infantil em meio ao cinzento e adulto mundo do urbano, garantindo, por oposição, um oásis psicológico. De acordo com os proprietários das residências, o cenário agrada as crianças, desperta a atenção das pessoas e reúne a família.

4.2. Identidade regional

Um dos cenários analisados (fig. 3) tem como tema central o par “cuia-chaleira”, em formato grande, colocado no telhado da casa. Apesar do proprietário, durante a entrevista, não ter “verbalizado” um conjunto de razões para a composição do cenário, ficou muito claro que o mesmo tem ligação com movimentos de tradições gaúchas. Possivelmente o seu gosto por símbolos regionais tem a ver com a convivência com esse ambiente.



Fig. 3. Residência de Passo Fundo
Fonte: Arquivo FORMATOS



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Os símbolos apresentados no cenário representam um sentimento de **“pertencimento” a um grupo identitário**. O recurso simbólico aproxima indivíduos e, ao mesmo tempo, garante suas identidades individuais. É importante registrar que o Rio Grande do Sul, pela particularidade de sua formação, encontrou nos símbolos (de modo especial no chimarrão – bebida típica e nas vestimentas - bombacha) e em movimentos organizados (como os CTGs – Centros de Tradições Gaúchas) elos de ligação potentes com o passado, com o objetivo de delinear diferenças com relação aos demais estados brasileiros.

Os cenários kitsch, com **a utilização de “símbolos” regionais, realizam então uma dupla função**. Uma explícita, de embelezar e diferenciar o ambiente (na ótica do proprietário); e uma implícita, de catalisar as energias simbólicas que garantem o pertencimento do indivíduo a uma história da qual tem orgulho e se considera parte integrante. O kitsch, apesar do seu caráter universal, assume aqui um tom bastante **“local”**.

4.3. Simbologias religiosas e segurança psicológica

As cidades de Passo Fundo, Marau e Tapejara devem boa parte de sua formação à colonização européia, principalmente de italianos e alemães. Junto com ela vieram também práticas religiosas. Isso explica o uso freqüente (fig. 4), nos cenários kitsch, de estatuetas de santos e capelas, principalmente oriundas do catolicismo. **A presença das estatuetas parece garantir aquele nível de “experiência metafísico-transcendental” necessária para a segurança psicológica do proprietário. O cenário, assim, se transforma num lugar de “proteção”, criando “raios de conforto” aos moradores ou a quem se aproxima.**



Fig. 4. Residência de Tapejara
Fonte: Arquivo FORMATOS

4.4. Natureza e promessas de harmonia

Outra característica freqüente dos cenários kitsch da região é a citação de réplicas de elementos da natureza (árvores, girassóis, animais de várias espécies – garças, flamingos, sapos, burros, tartarugas, leões, cães, cisnes, ratos, entre outros (fig. 5. e fig. 6). É como se o proprietário/construtor quisesse preservar, mesmo que com objetos artificiais, recantos da natureza, contrastando com o ambiente urbano. As entrevistas realizadas caracterizaram as réplicas como símbolos de paz e tranqüilidade. A natureza imitada e recomposta em gesso ou em concreto armado, nessa perspectiva, assume o papel de trazer ao alcance da experiência estética cotidiana, ecos de um mundo harmônico e harmonizado com o homem. A suposta beleza experimentada nesse tipo de cenário kitsch, ao remeter para a beleza natural evoca aquela sensação de que o mundo é um lugar para se estar em casa, como sugeria Kant (1995).

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*



Fig. 6. Residência de Tapejara
Fonte: Arquivo FORMATOS



Fig. 5. Residência de Marau
Fonte: Arquivo FORMATOS

A ilusão de se ter representações da natureza próximas foi também observada nas imagens do gato, albatroz, lua e estrelas pintados na fachada lateral de um prédio, que faz frente para a Avenida Brasil, principal avenida de Passo Fundo (fig. 7).

De acordo com a Arquiteta Magda Frediani Lima, responsável pelo projeto do prédio e sua programação visual, a intenção foi produzir um cenário que despertasse a atenção das pessoas, “queria chegar ao público jovem, cativar as pessoas para morarem no edifício, de modo que ele se tornasse um ponto de referência” e que fosse visto à distância. Por isso as imagens foram representadas de forma estilizada e ampliada.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*



Fig. 7. Prédio de Passo Fundo
Fonte: Arquivo FORMATOS

Há aqui, no entanto, um claro paradoxo: os produtos que substituem a natureza são artificiais, não naturais. Por vezes até sua disposição, da forma desejada, só é possível à custa da eliminação de árvores e arbustos. A natureza, em estado bruto, pela sua fluidez, sazonalidade e cuidados que demanda, parece não ser mais suficiente para marcar espaços de contraste com a paisagem urbana.

4.5.O anti-funcionalismo

Elementos arquitetônicos como volumes externos, cores inadequadas, **construções de cabanas, chalés ou telhado em “estilo” japonês, de algumas** edificações, pensadas ou não por profissional, são exemplos de elementos anti-funcionais.

A cabana, localizada em Passo Fundo (fig. 8), com sua cobertura em cunha acentuada projetada com o objetivo específico de deixar escorrer a neve no rigoroso inverno europeu, além de inadequada para o clima temperado, torna-se um elemento complicador pelo fato de concentrar calor. Também não permite um lugar intermediário de sombra, pois a forma triangular de sua cobertura define uma

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

construção maciça que não possibilita a extensão do espaço interno para o externo, tão necessário no nosso clima.



Fig.8. Cabana de Passo Fundo
Fonte: Arquivo FORMATOS

De acordo com o proprietário, a cabana foi idealizada ainda na sua adolescência. Acredita que a forma concentra boas energias e produz bem-estar, aconchego e tranqüilidade. O proprietário e idealizador da edificação mostra satisfação e orgulho pela obra que construiu. Em visita ao local foi possível perceber que a forma da edificação confirma as hipóteses levantadas, ou seja, que o imóvel é desconfortável sob o ponto de vista térmico. A concentração de calor só foi resolvida com um sistema artificial de refrigeração e a estrutura e telhado limitadores das áreas externas e internas foi resolvida por meio da agregação de outras áreas interligadas por espaços de fluxo, cobertos e fechados. É interessante constatar que nenhum desses fatores se apresenta como um problema para seu idealizador, para o qual a satisfação pessoal valida o empreendimento.

Algumas construções espontâneas são prova da ausência de intervenção do arquiteto-profissional e, principalmente da noção de conjunto, harmonia ou funcionalidade. O atual proprietário de uma das edificações analisadas (fig. 9) explica **que o detalhe da faixa decorativa feita com massa de reboco no formato de “pedra de rio”, era originalmente, pintado na cor vermelha, sendo trocada pela cor verde que lembraria o frescor das matas.** O volume circular faz parte da garagem e não possui

***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

uma função na moradia do atual proprietário, e provavelmente, nem do antigo proprietário uma vez que não possui reboco ou qualquer acabamento. Essa edificação apresenta dissonância entre a técnica construtiva da cobertura adotada no volume principal e secundário, além do mesmo não ter função no contexto da casa.



Fig. 9. Residência de Passo Fundo
Fonte: Arquivo FORMATOS

4.6. Espírito de reciclagem

Objetos reciclados (fig. 10 e fig. 11), também fazem parte do cenário decorativo de algumas casas. Exemplos disso são caldeirões e baldes de tinta sendo reutilizado como suportes para flores, rodas de carroça, pipa de vinho e bicicleta sem pneus, como elementos decorativos, garrafas pet coloridas para contornar jardins e árvores e o inusitado uso de um bidê sanitário (fig. 12) como suporte para flor.

Não é possível precisar até que ponto a reutilização de objetos expressa a consciência ambiental. Em alguns cenários (como o da fig. 11) sua presença é marcadamente anti-funcional, dificultando - e muito - a manutenção do jardim, a circulação das pessoas e o aproveitamento do espaço como área de lazer.

*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*



Fig. 10. Residência de Tapejara
Fonte: Arquivo FORMATOS



Fig. 11. Residência de Tapejara
Fonte: Arquivo FORMATOS



Fig. 12. Residência de Passo Fundo
Fonte: Arquivo FORMATOS



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

4.7. Fragmentos de arte na edificação

É comum encontrarmos nas edificações pequenas amostras de arte não necessariamente harmonizadas com o restante da edificação. São exemplos disso os **mosaicos, a inserção de objetos artísticos ou as “ousadias” com as cores.** Esse aspecto deverá ser um dos temas centrais da próxima etapa da pesquisa.

5. Considerações Finais

Apesar de o kitsch designar, na sua origem, uma experiência estética reduzida, seria inadequado desconsiderar a sua força de atração, principalmente quando procuramos entender o modo como o gosto popular estrutura os espaços cotidianos **de moradia e de convivência.** Tendo como pressuposto tal ‘força de atração’, o presente trabalho, buscou investigar, no contexto de cenários urbanos, o fenômeno kitsch para além das dicotomias belo/feio, artístico/não-artístico. O trabalho procurou focar como se dá o uso de recursos kitsch depois da intervenção do arquiteto, engenheiro ou técnico especializado nos espaços de habitação privados. A hipótese é que o kitsch aparece como uma estratégia para demarcar um contraste com relação ao ambiente urbano e técnico proposto pelo profissional, definindo a própria identidade do lugar e elaborando um **ambiente ‘agradável’ e ‘belo’ segundo as percepções do próprio usuário.**

A obra arquitetônica possui funções participativas, e não exclusivamente contemplativas; não está restrita a uma importância funcional e técnica (abrigo, privacidade, receptáculo de equipamentos, etc.), mas tem como possibilidade de expressão as contribuições simbólicas e conceituais de seus usuários, permitindo-lhes que expressem suas especificidades de gosto e bem-estar. O sentido das composições arquitetônicas relaciona-se muito de perto com aquilo que as pessoas consideram como símbolos de felicidade e isso envolve elementos culturais, estéticos e até mesmo morais.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Referências

DE BOTTON, Alan. *A arquitetura da felicidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

GREEMBERG, Clement. Vanguarda e kitsch. In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília. *Clement Greemberg e o debate crítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001. p. 27-43.

GUIMARÃES, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. *Arquitetura Kitsch: suburbana e rural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MOLES Abraham. *O Kitsch*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ECO, Umberto (org.). *História da feiúra*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. *A atualidade do belo*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1985.

KULKA, Tomás. *Kitsch and art*. Pennsylvania: The Pennsylvania State Press, 1996.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

ENTRE LÍTICOS E COLINAS: A PRÉ-HISTÓRIA E A OCUPAÇÃO DO RELEVO NA FRONTEIRA OESTE DO RS.

Giovan Sehn Ferraz¹

Saul Eduardo Seiguer Milder²

Introdução

A região no entorno do município de Quaraí, fronteira oeste do Rio Grande do Sul, apresenta um alto potencial arqueológico pré-colonial, percebido e traduzido, no presente trabalho, pelos sítios arqueológicos Estância Velha do Jarau e Santa Clara, ambos sítios arqueológicos considerados, em um primeiro momento, históricos, devido aos vestígios arqueológicos – estruturas de fazenda, louças, vidros e metais – referentes a ocupações que datam, segundo estudos realizados pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA), ao qual este mesmo trabalho está vinculado, dos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Porém, no decorrer dos trabalhos de escavação realizados por equipes do LEPA nos sítios referidos, foram descobertos a profundidades entre setenta e oitenta centímetros, vestígios arqueológicos líticos, referentes a ocupações de grupos pré-históricos que provavelmente viviam sob o modo de vida caçadores-coletor. Em uma análise prévia do material coletado, verifica-se semelhanças com a indústria lítica quaraiense, porém esta suposição ainda está para ser estudada e verificada em trabalhos futuros. No presente trabalho, faremos uma outra abordagem ao estudo dos sítios arqueológicos em questão, abordagem esta que se trata de um estudo geomorfológico da paisagem onde se inserem os referidos sítios. Justifica-se esta abordagem principalmente com as obras de Milder (2000) e Moraes (1979; 1999), Há de se salientar que há muito mais obras dos mesmos autores que tratam do assunto, bem como de muitos outros autores, porém optamos, neste artigo, trabalhar

¹ Autor; acadêmico do curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, RS, estagiário do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA). Email para contato: lungferraz@gmail.com

² Professor orientador; Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA). Email para contato: milderbr2@gmail.com

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

especificamente com as referências dessas obras citadas. Além das mesmas, ainda temos um estudo bastante sucinto de Fagundes (2008), que salienta:

"Imprescindível à pesquisa arqueológica é a compreensão do entorno dos sítios, isto quer dizer, da paisagem onde se inserem os assentamentos pré-históricos, vista tanto em uma perspectiva natural, isto é, na sua materialidade, quanto em sua condição simbólica, grosso modo, como é pensada, interpretada e simbolizada pelos grupos que a ocuparam, fazendo parte de sua organização social como um todo." (p. 2)



Figura 1 – Localização do município de Quaraí, onde se encontram os sítios arqueológicos Estância Velha do Jarau e Santa Clara.

Dessa forma, buscamos, com este trabalho, discorrer sobre dois pontos principais: 1) Verificar a eficácia do modelo, proposto pelos autores citados acima denominado **Análise de Padrão Locacional** (vide “Metodologia), para o estudo



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

arqueológico na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente no município de Quaraí, nos sítios arqueológicos Estância Velha do Jarau e Santa Clara; e 2) Propor uma hipótese para o caso particular dos sítios em questão, discorrendo sobre os possíveis fatores que teriam levado esses grupos humanos pré-históricos a ocupar e usufruir desses exatos locais na paisagem.

Metodologia

Partimos da abordagem metodológica denominada Análise de Padrão Locacional com base em unidades naturais de design do relevo (UNDR), ou seja, **“através de um modelo preditivo, de antemão, sabe-se o tipo de sítio a ser encontrado” (LEMES, 2008, p. 15).** Essa metodologia foi desenvolvida por MORAIS (1999), durante o projeto de Salvamento Arqueológico do Rio Paranapanema, no Estado de São Paulo, e adaptada por MILDNER (2000) para o Rio Grande do Sul, com testes precedentes no Salvamento da UTEU-Uruguaiana, UHEDF – Agudo e projetos acadêmicos. Os parâmetros do modelo locacional são fixados com base em situações de ordem universal referentes aos padrões de estabelecimento (MORAIS, 1999), como, por exemplo: proximidade de água, proximidade de matéria-prima para confecções de instrumentos e declividade do terreno para possíveis assentamentos. **Desses parâmetros, podemos destacar os ligados à função “morar”: Terraços Fluviais, Vertentes, Patamares de Vertente, Cabeceiras de Nascente e Topos de Interflúvio; e os relacionados a “atividades extrativas”, como: Cascalheiras, Afloramentos Rochosos, Diques Clásticos, Disjunções Colunares, Pavimentos Detríticos, Corredeiras e Cachoeiras.** Bem como outras características do relevo analisadas a seguir.

Resultados

Seguindo a tipologia dos parâmetros da Análise de Padrão Locacional, podemos inferir que o sítio arqueológico Santa Clara situa-se em topo de colina, o qual representa um excelente ponto de observação, pois como a região não possui

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

altitudes superiores a 100 metros, o horizonte se torna extremamente amplo, possibilitando excelente domínio visual sobre o território de caça (MILDER, 2000; **MORAIS, 1979**), salientando ainda que “a fauna pretérita era essencialmente gregária, portanto passível de observação em um ambiente de Estepe Parque.” (MILDER, 2000, p. 143).



Figura 2 – Domínio visual do território a partir do topo do Cerro do Jarau.

Além disso, o sítio arqueológico Santa Clara se mostra próximo a fontes de água, “fator imprescindível à fixação humana.” (MORAIS, 1979) e ainda está assentado sobre uma paleoduna, onde se encontra ótima matéria-prima para lascamento – arenito em forma de paleocascalheiras da Formação Botucatu (MILDER, 2011, Comunicação verbal). Enquanto isso, notamos que o sítio arqueológico Estância Velha do Jarau se encontra em meia-encosta de colina. Percebemos, neste caso particular, a preferência dos caçadores-coletores pela meia-encosta em vez do topo de colina por basicamente dois motivos: 1) os topos do Cerro do Jarau são inabitáveis, devido tanto à declividade acentuada do terreno, quanto à formação essencialmente rochosa do cerro (Ver Figura 1); e 2) as vertentes de água se

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

encontram mais próximas das encostas que dos topos (MILDER, 2011, Comunicação verbal).



Figura 3 – Cerro do Jarau.

Além disso, o sítio arqueológico Estância Velha do Jarau possui afloramentos de arenito silicificado no seu entorno, matéria-prima excelente para lascamento, diferentemente do arenito friável encontrado no cerro. Sobre a proximidade de fonte de matéria-prima, disse **MORAIS (1979): “A distribuição da reserva petrográfica é, portanto, determinante na fixação das populações e na conformação dos decorrentes espaços habitacionais ou padrões de povoamento.” (p. 48) Já que “a indústria lítica é elemento imprescindível para a exploração do nicho ecológico no qual esta mesma população está inserida.” (p. 60).**

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**



Figura 4 – Afloramento de arenito silicificado próximo ao sítio Estância Velha do Jarau.

Ainda quanto à topomorfologia do terreno, percebemos que, em nosso caso particular dos referidos sítios da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, se apresenta um padrão já observado em outras partes do Brasil, como, por exemplo, no vale do Paranapanema, como apresentado por José Luiz de Moraes:

“Sendo assim, nota-se que o Homem Pré-Histórico do Paranapanema, no que diz respeito à escolha do local para a fixação do seu habitat, dava preferência ao ápice ou à meia-encosta de colinas com a presença de cursos de água na base.” (MORAIS, 1979, p. 15).

Discussão

Sendo assim, apresentamos os resultados obtidos até então através deste estudo da paisagem de forma objetiva, relevando fatores de ordem econômica relacionados à subsistência que poderiam ter levado os grupos caçadores-coletores a ocuparem estes locais na paisagem. Porém, segundo Fagundes (2008):



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

"o manejo da paisagem abrange questões que extrapolam as condições adaptativas e de subsistência, relacionado aos aspectos de ordem cognitiva, ao apego sentimental ao lugar, às escolhas/estratégias, políticas ou ritualística, enfim faz parte de uma rede de significação infinita." (p. 3)

E quanto a todas essas questões citadas por Fagundes além das objetivas (adaptativas e de subsistência), infelizmente temos que reconhecer que não podemos discorrer de forma autêntica sobre elas, visto que, diferentemente da antropologia e etnografia, nossos grupos humanos em estudo estão separados de nós por centenas de anos, talvez milhares. Dificuldade esta já salientada por Milder, Lemes e Neto (2008), **sobre construtores de cerritos: "Alguns fatos e dados referentes a esses engenheiros da morte infelizmente estão abaixo da visibilidade arqueológica e só devemos reconhecer nossa incapacidade atual de penetrar no seu imaginário e inconsciente étnico"** (p. 176).

Conclusão

Desta forma, concluímos que, em primeira ordem, o modelo de Análise de Padrão locacional com base em UNDR se mostra eficaz no estudo dos sítios Estância Velha do Jarau e Santa Clara, e, em segunda ordem, concluímos que, para os caçadores-coletores que habitaram os locais referentes aos sítios citados, alguns dos possíveis fatores determinantes na sua escolha foram a topomorfologia do terreno, a proximidade de água e a presença de fontes de matéria-prima "in loco" ou no entorno. No entanto, **permanecemos no discurso de "possíveis fatores determinantes"**, pois reconhecemos o limite do estudo arqueológico no que concerne ao simbólico, ao cognitivo e ao inconsciente étnico.

Referências

- DA MATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- FAGUNDES, M. . *Uma análise da paisagem em arqueologia - os lugares persistentes*. Canindé (MAX/UFS), v. 01, p. 01-11, 2008.

- LEMES, L. . *O sítio do areal e a região do rincão do inferno: variabilidade gestual e o modelo locacional para a fronteira oeste do Rio Grande do Sul*. Programa de pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia – USP, São Paulo, 2008.

- MILDNER, S. E. S. . *Arqueologia do Sudoeste do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia – USP, São Paulo, 2000.

- MILDNER, S. E. S.; LEMES, L.; NETO, C. A. Z. . Hierarquia e morte nas terras baixas platinas. Em: *Recortes da história brasileira*. MILDNER, S. E. S. (org.). Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

- MORAIS, J. L. . *Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema Paulista*. Tese de Livre Docência, Museu de Arqueologia e Etnologia – USP, São Paulo, 1999.

- MORAIS, J. L. . *A ocupação do espaço em função das formas de relevo e o aproveitamento das reservas petrográficas por populações pré-históricas do Paranapanema*. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, 1979.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

ESTADO NACIONAL E VIGILÂNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1937-1945)*

Glaucia Vieira Ramos Konrad **

Um DIP arrolhou a imprensa,/Um DASP só dá palpite,/
Para encobrir tanta doença,/Um SAPS abre o apetite.../

Um magnata ordinário/Ministro de duas pastas,/
Tapéia sempre o operário/com frases ocas e gastas/
Conselho, frases de enfeite/circulam de sul a norte,/
“Atenção! Beba mais leite! Façamos raça forte!
Tal vergonha nos contrista,/E não falta quem nos puna/
Quem reclama é comunista/Ou então ... quinta-coluna
(Parnaso da Imprensa Livre- Poema apreendido pela DOPS)

O Rio Grande do Sul caracterizou-se, como província, depois estado, no processo histórico da formação social brasileira como subsidiário às economias centrais, principalmente a partir do século XVIII. A mudança implementada pelo Movimento de 1930, via intervenção maior do Estado nas questões econômicas e sociais, não transformou radicalmente a região de agroexportadora para industrial.¹

Na década de 1930, no campo rio-grandense, a crise da pecuária e do latifúndio aliou-se à crise do minifúndio - esgotamento do solo e escassez de terras - aprofundando a expulsão do homem do campo. Também a capitalização das grandes propriedades fazia com que estas precisassem de menos mão-de-obra. O destino dos trabalhadores eram os centros urbanos.²

* Este texto apresenta extratos ligeiramente modificado do primeiro capítulo da tese de doutorado *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*, defendida no IFCH da UNICAMP, em 2006, e orientada por Michael MdDonald Hall.

** Professora Adjunta do Departamento de Documentação e do PPG em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Endereço Eletrônico: glaucia-k@uol.com.br.

¹ PESAVENTO: 1984, p. 115.

² KONRAD: 1994, p. 105.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

No período imediatamente anterior ao Estado Novo, apesar das inúmeras resistências, chamou atenção as movimentações de diferentes atores sociais em direção a um Estado cada vez mais centralizador, buscando subordinar a sociedade civil àquele.³ Como coloca Eliana Dutra, empresários, integralistas, parlamentares, intelectuais e religiosos estruturaram um discurso em torno de temas e imagens na qual a ordem, a família, a pátria, a moral, o trabalho, a propriedade, a autoridade e a obediência confluíam para a preservação da ordem social, para o saneamento da sociedade, para reforçar os poderes da família, da igreja, do Estado, da polícia e dos empresários. Resultou disso que, não apenas pelos movimentos econômicos, nem pela divisão dos trabalhadores, muito menos pela imatura consciência de classe, mas pela mudança do caráter político do Estado⁴, o operariado brasileiro recuou nos movimentos mais amplos, passando a buscar direitos por dentro da estrutura do Estado.

Por sua vez, o anticomunismo foi o grande tema mobilizador do período, responsável pela coesão de diferentes setores e instituições. Para enfrentar esse “inimigo”, **é que a ordem social necessitou ser preservada, a sociedade sanada e os poderes resguardados.**⁵

Sob o pretexto do “perigo comunista” armou-se na manhã de 27 de setembro de 1937, na sala do Ministro da Guerra, o cenário propício para a implantação definitiva da ditadura. Presentes à reunião estavam Eurico Dutra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro (chefe do Estado Maior do Exército), Almério de Moura (comandante da 1ª. Região Militar), José Antônio Coelho Neto (diretor da Aviação), Newton

³ O problema aqui levantado, sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil, procura, desde já, **“desafiar dicotomias cristalizadas”, com base no alerta levantado** por Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa (In: FERREIRA: 2001, p. 210), em uma historiografia que aborda a participação política dos trabalhadores a partir da **“disfunção entre Estado (forte) e sociedade civil (frágil)”**, bem como do **“descompasso entre estruturas histórico-culturais (força das tradições) e modernização (incompleta)”** e do **“poder demiúrgico das instituições públicas (manipulação) e debilidade de agenciamento por parte dos atores sociais (heteronomia)”**.

⁴ Ao abordar o declínio do cartismo, Gareth Stedman Jones (1983, p. 178) considera que a desintegração do movimento não estava inicialmente nos resultados da estabilização econômica, **nem pela sua divisão interna ou por uma possível “imatura” consciência de classe, mas pela mudança do caráter das políticas de Estado.** Peso que este ponto se assemelha ao ponto que tratamos aqui.

⁵ DUTRA: 1997, p. 16-7.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Cavalcanti (comandante da 1ª. Brigada de Infantaria) e o Capitão Filinto Müller (chefe de polícia do Distrito Federal).⁶

No dia 30 de setembro foi apresentado pelo governo o “Plano Cohen”, documento forjado pelo Exército, o qual fazia referência à eminência de um plano elaborado pela Internacional Comunista para a tomada do poder no Brasil. Estava dado o argumento para o cancelamento das eleições previstas para o início de 1938 e para os interesses de Vargas continuar à frente do governo. De acordo com os golpistas, incluindo o próprio Vargas, o objetivo deles não era apenas reprimir o comunismo, mas sim, estabelecer um rígido controle sobre a sociedade, que se daria através da negação das liberdades individuais, dos partidos políticos, da censura e da repressão.

No diário de Eurico Dutra, onde ele narrou os momentos que antecederam ao golpe, dizia que tinha sido chamado por Vargas e este lhe confidenciou que, falhara todas as tentativas de “uma revisão da Constituição, com o fim de permitir uma prorrogação do mandato presidencial”. De acordo com Dutra, ante a possibilidade de Armando Salles vencer as eleições presidenciais, o que seria na opinião de Vargas, “um desastre para a Nação”, o presidente então, passou a referir-se ao “regime democrático”, comentando que os “tantos males” que tinha acarretado ao país, ao governo, que nada de útil produzia, e se opunha às iniciativas do Executivo. A solução estava na “mudança de regime e reforma da Constituição”. Segundo Dutra, a opinião de Vargas era que a reação “deveria manifestar-se por meio de uma revolução de cima para baixo”, encabeçada pelo “próprio governo”. Mas para isso era necessário o apoio do Exército. Dutra concordou em apoiar o movimento e buscar a adesão do Exército.⁷

No dia 1 de outubro foi votado o Estado de Guerra. Nesse mesmo dia, Dutra escreveu no seu diário que “o estado de guerra foi solicitado pelos ministros militares como um recurso para a repressão do comunismo, e só para isso”, mas fazia a ressalva de que “ninguém poderia prever até que ponto” os acontecimentos poderiam levar.⁸

⁶ FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, ED vp. 1936.01.07 V – 32.

⁷ FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. “Meu Diário”, 18 de setembro de 1937.

⁸ FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. “Meu Diário”, 2 de outubro de 1937.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A campanha anticomunista foi lançada com toda a força na sociedade, causando terror e pânico, haja vista que a “trama que se urdia” pelos comunistas, traria greve geral, incêndios, saques e mortes daqueles que se opusessem à tomada do poder pelos “vermelhos”. Diante disto, Vargas decretou Estado de Guerra, afastou seu principal opositor, o governador do Rio Grande do Sul Flores da Cunha, e instalou a ditadura do Estado Novo.

O Estado Novo instalou-se no Brasil em 10 de novembro de 1937, através de uma Constituição outorgada por um golpe de Estado que manteve Getúlio Vargas no poder. No dia 13 de setembro de 1937, Filinto Müller enviou em caráter confidencial, cartas ao presidente da Câmara Federal⁹ e ao presidente do Tribunal Superior de Justiça Federal¹⁰, no Rio de Janeiro, nas quais remetia a cópia de um “documento sobre a preparação do movimento comunista no país”.¹¹

Dutra ao relatar o “resumo dos acontecimentos” no seu diário, escreveu que o “golpe de estado de 10 de novembro de 1937” teve suas origens “no desentendimento” entre Vargas e Flores da Cunha, o qual vinha desde 1935. Quanto à posição do Exército, Dutra informava que não agradou “a atitude de Flores” que havia mobilizado um “grande número de batalhões provisórios”, com a utilização do material bélico, “retirado do Exército nas revoluções de 30 e 32. Concluía que a derrubada de Flores foi um meio para um fim, isto é, a continuação Vargas no poder, e a causa que serviu de pretexto para “uma modificação de tão alta importância e repercussão”, surgira com a “campanha contra o comunismo”, montada juntamente com os ministros militares e integralistas, que após seriam dispensados por Vargas.¹²

⁹ O presidente da Câmara Federal, na época, era Pedro Aleixo.

¹⁰ O presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, naquele momento, era o ministro Hermenegildo de Barros.

¹¹ FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM 33.02.21 chp/ad II – 18 e 19 A.

¹² FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. “Meu Diário”, Resumo dos acontecimentos.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A Propaganda Ideológica e a Política Cultural Como Estratégia de Convencimento

O governo Vargas mostrou uma enorme preocupação com a reprodução ideológica de suas diretrizes políticas no seio da sociedade. Para isso, serviu-se fundamentalmente da ação cultural, através de vários órgãos. O período de 1937 a 1945, no Brasil, foi pródigo em utilização da cultura como instrumento de reprodução das relações sociais que se implantavam.

De acordo com Angela de Castro Gomes:

A retomada da tarefa de construção da nacionalidade brasileira - nitidamente associada à ocupação real de nosso território, à educação/formação de nosso povo, através da instituição de um governo verdadeiramente identificado com a nação - seria executada em duas frentes. Em primeiro lugar, a partir de um trabalho de recuperação da história do Brasil e, em segundo lugar, a partir da **identificação e da valorização da “memória coletiva” de nosso povo**, constituída por nossa cultura, nossas tradições.¹³

Para isso, a propaganda era elemento fundamental. Ainda no Governo Provisório (1931) criou-se o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), remodelado em 1934, com o nome de Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (aqui se iniciou a difusão da “Hora do Brasil”, primeiro passo do governo de Getúlio para o controle da transmissão radiofônica).

Lourival Fontes, ao repassar informações para Vargas sobre o “desenvolvimento do serviço do Departamento de Propaganda”, informava que queria compartilhar com ele uma notícia que lhe dera imenso “prazer”. O motivo da felicidade de Fontes estava em uma carta recebida do Ministério da Propaganda da Alemanha, que tratava do “crescente interesse, entre os ouvintes alemães” tanto pelo “noticiário econômico” quanto pelas audições culturais transmitidas pela rádio do Departamento”. Em razão deste interesse, o governo do Reich “resolvera criar uma

¹³ GOMES: 1982, p. 145.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

repartição especial para o Brasil”, encarregada dos serviços artísticos e culturais e do registro do noticiário radiofônico.¹⁴ Um documento do Ministério do Reich de Esclarecimento Popular e Propaganda, criado em 1933, pelo governo do Chanceler Hitler, e confiado à Joseph Goebbels, serviu de informação e inspiração para a criação de um órgão similar no Brasil. De acordo com o documento, cabia àquele Ministério a:

direção intelectual e espiritual da nação, a propaganda de idéia para o bem do estado, da cultura e da economia, e informação de compatriotas e do estrangeiro sobre estes respeitos e à administração de todas as instituições que servem a estes fins. Por isso, a competência do referido Ministério abrange os assuntos seguintes que, antes, parcialmente competiram a outros ministérios: 1) questões gerais da vida política, social e econômica. (...). 2) todos os meios de propaganda: imprensa, rádio, cinema, etc. (...). 3) questões da arte e da cultura: literatura, bibliotecas, pintura, plástica, música, teatros, óperas, etc.. 4) combate contra uma arte e literatura nociva e fútil. 5) troca de idéias e relações espirituais e culturais com o estrangeiro. 6) higiene popular, do esporte e da mocidade. 7) fiscalização de qualquer propaganda, reclame e direção espiritual no terreno político, intelectual, artístico, comercial, econômico e social. 8) exposições comerciais, industriais e artísticas; feiras. 9) organização das manifestações oficiais e das festas nacionais. 10) feriados.¹⁵

No Brasil do Estado Novo, a questão cultural e a política implantada nessa área diferiam da época do III Reich, mas apresentavam algumas características afins. A diferença fundamental era que, na Alemanha, o ministro da Cultura centralizava a “**política cultural**” do país. Aqui, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em novembro de 1939, não ocupava todos os espaços da atividade cultural brasileira, mas atingiu um *status* de Ministério, tanto que Getúlio Vargas decidiu que

¹⁴ ANRJ/FGCPR, MJNI, ofício 11103, encaminhado por Lourival Fontes para Getúlio Vargas, s/d.

¹⁵ FGV/CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema, GCg 34.09.22 1, rolo 08/3.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

receberia Lourival Fontes, diretor, em audiência semanal, “ante a importância que se tomou após a reforma”.¹⁶

Os atributos da cultura eram divididos com o Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Gustavo Capanema, que se preocupava com questões referentes ao conceito de cultura erudita, enquanto o DIP controlava os meios de comunicação e a chamada “cultura popular”. No Ministério da Educação e Saúde, a política implementada se caracterizava pela busca da cooptação de intelectuais oriundos do Modernismo, os quais tinham uma relativa autonomia para produzirem suas obras. Segundo Maria Celina D’Araújo, o Estado Novo apoiou “as iniciativas nacionalistas tão ao gosto dos intelectuais brasileiros e da vanguarda modernista”,¹⁷ oferecendo a estes importantes cargos, elevando a auto-estima do brasileiro.

A busca da nacionalidade brasileira, da idéia de raça, de nação, esteve presente nos debates intelectuais do período. Já no DIP, a orientação era de caráter autoritário, com a prática constante da censura nos mais variados campos em que o departamento atuava. Na Alemanha, tanto a educação, como a propaganda, a cultura e as artes eram centralizadas e controladas de forma extremamente autoritária. Lá funcionou mais a repressão do que a cooptação. Aqui, a ação cultural dava-se nas duas formas.

No entanto, a questão de censura não deixava de preocupar a repressão, inclusive fazendo com que os informantes da polícia vigiassem as próprias atividades de Lourival Fontes. Segundo os informantes da Polícia Civil do Distrito Federal, comentava-se que no Departamento de Propaganda, Lourival Fontes, dava a entender aos seus amigos, que ia ser o ministro de Propaganda, segundo teria dito Carlos Cavalcanti. Comentava-se também que uma das instituições onde deveria ter uma grande reforma era a Polícia Civil, que não deveria ter ao seu cargo a censura à imprensa, quando essa missão era uma função muito política e que precisava ser exercida por quem soubesse orientá-la.¹⁸

¹⁶ VARGAS: 1997, p. 290.

¹⁷ D’ARAÚJO: 2000, p. 63.

¹⁸ APERJ, Fundo DOPS, Série Administração, Pasta 13. Dossiê DIP.S-2, 3 de novembro de 1939.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A política social e cultural organizada pelo governo, dirigida para a sociedade, obteve a sua recíproca: criava uma mão dupla entre governo e muitos setores sociais, como explica Angela Castro Gomes (In: FERREIRA: 1990, p. 195):

O Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos chaves da auto-imagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe, redimensionando-os em outro contexto. **A classe trabalhadora, por conseguinte só “obedecia” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição.**

Assim, Estado Novo procurava legitimação através da recuperação do passado; da visão que o presente deveria criar uma nova visão de mundo por meio de uma nova concepção intelectual do homem e da política; da criação do mito de Getúlio Vargas e da elaboração de uma prática que consolidasse as questões anteriores, através da harmonização social, ou da força, se necessário.¹⁹

Os intelectuais do período que passaram a servir o Estado forjaram uma nova concepção de cultura, questionando qualquer distanciamento entre cultura e política. O que se queria com o Estado Novo era a criação de uma cultura política com vistas ao fortalecimento do Estado, a fim de garantir a organicidade do todo social.²⁰ Resultado disso é que o Estado começou a ter uma grande ingerência sobre os **assuntos culturais, chegando ao ponto, de se produzir um “discurso que procurava legitimar esta concepção estamental de cultura”, onde se mostrava uma propaganda sistemática do governo.**²¹

Mônica Velloso aponta que o discurso promovido pelo Estado Novo se dava através de quatro frentes, as quais, já eram um passo para a comparação e diferenciação com a política cultural nazista. Toda essa orientação nada mais representou do que a visão de que a cultura era fundamental para que a classe dominante e o governo de Vargas permanecessem no controle do Estado. Ilustrativa é

¹⁹ VELLOSO: 1980, p. 9.

²⁰ Idem, p. 2.

²¹ Idem, ibidem, p. 7.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

a opinião de Nelson Werneck Sodré, a respeito da relação entre Estado Novo e cultura:

O Estado Novo, realmente, apertava a cultura com uma torquês: um dos traços era a ofensiva policial e da censura contra todas as manifestações do pensamento, animada pelo obscurantismo mais feroz; (...) Essa terapêutica, como se sabe, pode ser repetida, sem nada de original, e tem inequívocos traços de classe. Uma das características desse traço de classe é o horror à cultura, origem de todos os males, fonte das rebeldias, fomentadora das mudanças, foco de todas as subversões, coisa demoníaca, voltada aos infernos.²²

O governo de Vargas com um “autoritarismo desmobilizador”, não vacilava em exercer um amplo controle sobre a cultura devido ao fato de que nem todos os simpatizantes da ditadura defendiam um salto para o arbítrio. Por outro lado, como já se afirmou anteriormente, o objetivo era a cooptação de intelectuais reticentes ao próprio autoritarismo do Estado Novo.²³

Se buscava um projeto cultural que empolgasse os intelectuais a defendê-lo e não a aceitá-lo de qualquer forma, como imposição. Dessa maneira, buscava-se **construir “noções de nacionalidade, de retorno às raízes, forjando uma unidade cultural”.** Cultura e política não se desvinculam nessa ótica do “nacionalismo” estadonovista.²⁴ Para a irradiação dessa compreensão de unidade entre política e cultura, foi criada, ainda em 1937, a revista *Cultura Política*. O DIP, aliado às publicações das revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*, ampliava o seu controle do Estado sobre a cultura.

Sob a ótica do nacionalismo, atacavam-se duas frentes com a utilização de uma política cultural direcionada às camadas populares, por um lado, e às elites, por outro. Conseguia-se, dessa forma a cooptação de intelectuais identificados com a ditadura e o questionamento de outros.

²² SODRÉ: 1988, p. 150.

²³ PÉCAULT: 1990, p. 69.

²⁴ Idem, ibidem, p. 69.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Na revista *Cultura Política* escreviam Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes, Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho, Menotti del Picchia, mas também Gilberto Freyre, Vieira Pinto e Graciliano Ramos. Já Capanema, no Ministério da Educação e Saúde, contava com o apoio de Carlos Drummond de Andrade (seu chefe de gabinete); dava liberdade de criação para Oscar Niemeyer, Le Corbusier e Lúcio Costa, os quais construíram e decoraram a sede do Ministério; colocou Mário de Andrade na direção do Departamento de Teatro (através do Serviço Nacional de Teatro) em 1938 e no Instituto Nacional do Livro (INL).

O Ministério da Educação era o responsável pelo Departamento de Teatro, INL, Serviço de Patrimônio Histórico, Serviço de Radiodifusão Educativa, Casa Rui Barbosa, Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, Museu de Belas Artes, Instituto Nacional do Cinema Educativo, Instituto Nacional do Livro Didático e pelo Conselho Nacional de Cultura.

O Conselho Nacional de Cultura cuidava apenas da educação, dando prioridade ao ensino primário e ao combate ao analfabetismo. O Instituto Nacional de Educação atendia o ensino primário, comercial, doméstico e secundário; o Instituto Nacional de Pedagogia implantava programas de educação e o **Departamento Nacional da Criança organizava a “juventude brasileira”**.²⁵ Para Willians o Estado Novo conseguiu ofuscar a identificação que Capanema tinha com a política cultural de seu ministério.²⁶

Sérgio Micelli, a respeito da gestão Capanema afirma: “surgiu uma espécie de território livre infenso às salvaguardas ideológicas da ditadura, valendo enquanto paradigma de um círculo de intelectuais subsidiados para a produção de uma cultura oficial”.²⁷ Como se vê, muitos intelectuais, agentes e pensadores da cultura eram atingidos. Assim, traçou-se uma linha de atuação cultural resumida por Silvana Goulart:

A cultura ... era um produto social, uma expressão de vida popular, fruto de uma época e politicamente organizada num sentido

²⁵ GOULART: 1990, p. 31.

²⁶ WILLIAN: 2000, p. 258.

²⁷ MICELI: 1979, p. 161.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

nacional. Era um meio de colocar a política em contato com a vida, já **que toda política “verdadeira” deveria ser uma expressão de cultura** do povo. De forma recíproca, a cultura verdadeira e fecunda deveria ter um sentido político. (...) A cultura deveria ter conteúdo socialmente útil e um sentido de orientação para o bem comum, coerente com a diretriz geral do Estado e com a vida política nacional.²⁸

O nacionalismo direcionava a compreensão sobre a cultura, daí uma forte tentativa de controle sobre aspectos culturais regionais. Segundo os teóricos do **Estado Novo, a volta ao passado, com uma cultura “eminentemente greco-romana”**,²⁹ não se contrapunha à nacionalidade. Nesse sentido, alertava-se que as imigrações não **deveriam revelar “tendências estranhas ao ... meio [da] alma brasileira”**.

Contra as invasões “extremistas”, a noção de pátria era o argumento unificador do pensamento, tendo a cultura um papel de destaque **para demonstrar o “espírito nacional”**.³⁰ A cultura e a política tornavam-se elementos de aglutinação para **contestar tudo que pudesse impedir o “progresso” e o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil**. Qualquer idéia que criasse perigo para a nacionalidade, a fim de desestruturar a consciência nacional, deveria ser repudiada como lesiva aos interesses da pátria e à segurança nacional. Esse foi também o argumento para que, no Estado Novo, o governo Vargas apelasse ao sentimento de nacionalidade, a fim de justificar um nacionalismo econômico (discursava-se **contra os “proveitadores estrangeiros”**), **criando condições para a industrialização e a intervenção estatal na economia**.³¹

Politicamente, o nacionalismo teórico servia para assegurar a unidade nacional, ao mesmo tempo em que restringia a autonomia dos estados - suprimindo os símbolos regionais, sendo que as leis federais prevaleciam sobre qualquer lei local, etc.³² O arcabouço teórico da Constituição de 1937 já justificara toda a intervenção do Estado quando estabeleceu princípios centralizadores e nacionalistas (mesmo que de

²⁸ GOULART: 1990, p. 100.

²⁹ SILVA: 1939, p. 147.

³⁰ Idem, ibidem, p. 149-50.

³¹ SKIDMORE: 1988, p. 69.

³² PESAVENTO: 1990, p. 69.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

forma difusa). Resultou disso que a cultura deveria se adequar à realidade brasileira, onde a soberania se legitimava exclusivamente pela centralização do Estado.

O governo central implantou nos estados agências do Departamento de Propaganda, com a tarefa de completar a ação cultural, visando à reprodução do sentimento de nacionalismo. Além disso, criou todo um discurso teórico que procurava eliminar as diferenças e contradições de classe e minar o discurso dos defensores do regionalismo, como se vê abaixo:

A noção de classe social era substituída pela de povo, que homogeneizava a população, eliminava as diferenças sociais e desconsiderava os conflitos. O conjunto do povo brasileiro constituía a nação e as diversidades evidentes eram derivadas das diferenças regionais, de clima, raça, atividades econômicas, costumes, vegetação. Tais variedades, contudo, eram antes motivo de exaltação do povo brasileiro e demonstravam riqueza e pujança do país.³³

Colocava-se em prática, então, a máxima getulista de que “**não há estados grandes, nem estados pequenos; nem estados fortes nem estados fracos; grande e forte apenas o Brasil**”.³⁴ Isso significava para o governo que, em termos culturais, qualquer influência regional só poderia se efetivar desde que fosse comandada pelo governo federal. Tal centralização autoritária baseava-se na organização de um **ornamento burocrático que assumia “tarefas no processo de dominação” através de uma “constante ampliação do número de postos e cargos”, os quais serviam para o aliciamento de intelectuais que mantinham um trabalho com função política e ideológica no âmbito do Estado.**³⁵

Dessa forma, o Estado buscava o consenso social para legitimar suas instituições e sua ação política. É aqui que o DIP, através da comunicação social, teve papel significativo como órgão controlador da imprensa e da propaganda.³⁶ O exacerbado autoritarismo favorecia um elevado grau de centralização das instâncias

³³ Idem, p. 133-4.

³⁴ QUEIROZ JR: 1957, p. 75.

³⁵ GOULART: 1990, p. 31.

³⁶ Idem, p. 45.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

decisórias, as quais garantiam a ampla “autonomia do Executivo nas decisões finais”,³⁷ possibilitando que a questão cultural fosse dirigida com vasto domínio do governo central.

Da mesma maneira o Estado agia sobre os trabalhadores. Controlando o movimento sindical, procurava organizar a cultura, atuando sobre os mais variados grupos e atividades intelectuais e culturais, através de órgãos que deveriam, no seu conjunto, formar a “vontade nacional” via “forças representativas da nação”,³⁸ a fim de legitimar-se politicamente, conduzindo a reprodução do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Nacionalismo e Regionalismo

No Rio Grande do Sul, as manifestações de nacionalismo, como no resto do país, eram especialmente comemoradas no Primeiro de Maio, no aniversário de nascimento de Vargas e no aniversário do Golpe de 1937, organizadas pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e, as de 7 de setembro, preparadas pela Liga de Defesa Nacional (LDN), sempre com a participação conjunta de governantes, empresários e trabalhadores.

Em 1944, o DEIP elaborou a programação, na qual apresentava à Secretaria do Interior, a qual era subordinado, o que seria realizado em comemoração “da data natalícia do presidente Vargas”. Dentre as homenagens, o diretor do Departamento fez referência ao ato a ser promovido “pelas federações, sindicatos e associações profissionais sediados em Porto Alegre” e também às sessões cívicas que deveriam acontecer no interior do estado, “com a participação do mundo oficial e de elementos de todas as classes sociais”.³⁹

Elizabeth Cancelli explica que interessava ao Estado gerar a neutralidade da sociedade, que aliada à idolatria ao ditador, buscava a criação de um novo tipo de cidadão para a sociedade nacional, promovendo o saneamento de seu espírito, para o encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. Para isso, o projeto político do

³⁷ DINIZ: 1981, p. 118.

³⁸ ERICKSON: 1979, p. 39.

³⁹ APERS, Fundo Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Boletim de Informações distribuído pelo DEIP, Porto Alegre, 14 de abril de 1944.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Estado construiu um aparato policial capaz de exercer o controle social e disciplinar o dia-a-dia dos trabalhadores e da sociedade. Para isso, o Código Penal de 1941 considerou a vadiagem e a mendicância como contravenção, deixando de ser crime, pois o que se alegava é que as pessoas nestas condições eram válidas para o trabalho, podendo prover a própria subsistência mediante ocupação lícita.

A fim de promover o controle sobre os movimentos mais organizados dos trabalhadores, houve uma progressiva politização do Serviço de Controle e Repressão Policial, quando a portaria 3.622, de 10 de novembro de 1937 (a mesma que instalou o Estado Novo), criou o Serviço de Divulgação, órgão eminentemente de propaganda das novas diretrizes apontadas acima. Nas manifestações públicas, cabia ao Ministério do Trabalho acionar seus líderes locais a fim de arregimentar trabalhadores. Com a polícia, ficava a tarefa de fechar lojas, bares e cafés nos horários das manifestações para assegurar que grandes multidões estivessem presentes nas ruas, e ao mesmo tempo, desenvolver um trabalho de divulgação e convencimento entre os trabalhadores que preferissem não ir às manifestações.⁴⁰ No Rio Grande do Sul, como explica Benevenuto, em um contexto de maior urbanização e a ampliação do mercado de trabalho, exigiu-se cada vez mais um controle policial sobre os contingentes populacionais, sobretudo a partir da atuação do DEOPS, restrito às questões políticas.⁴¹

A centralização das instâncias do poder nas mãos do Estado nacional requeria a diminuição do poder das oligarquias da influência dos estados no âmbito regional. O Estado Novo iniciou culpando o excesso de federalismo pelos males da República, o que proporcionava aos **“politiqueiros” e as oligarquias, demasiado poder de ação.** Os regionalismos eram vistos com preocupação, tanto que ao ser implantado, o Estado Novo decidiu abolir os símbolos estaduais e municipais (bandeiras, hinos, escudos e armas), mantendo apenas o uso dos símbolos nacionais. Com base na Constituição de 10 de novembro, assegurava-se: Bandeira, hino, escudo e armas nacionais são símbolos, representações artísticas da própria Nação. Sua finalidade é a de elevar o coração e o espírito para a complementação das coisas da Pátria. A medida fortalecia

⁴⁰ CANCELLI: 1993, p. 1-34, 56 e 111.

⁴¹ BENEVENUTO: 1988, p. 71-4.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

os “laços da união nacional, congregando os cidadãos num mesmo culto e num mesmo amor patriótico”.⁴²

Entretanto, esse processo nacionalizante e centralizador, deveria ser estendido para todos, atingindo todas as áreas, como cultura, educação, religião etc, orientando a sociedade a agir em nome da pátria e da nação. A política de unidade nacional dispensava um tratamento especial ao Rio Grande do Sul, visto que os estados da região Sul tinham na sua formação política e cultural a influência muito presente das imigrações alemã e italiana. Essa influência era um entrave aos planos estado-novistas.

Desta forma, o discurso do Estado Novo no Rio Grande do Sul, ao criticar o regime passado, que dividia o país em regiões geográficas e políticas sem laços de aproximação e interdependência com o resto do país, considerava que esse tipo de regionalismo podia levar ao separatismo. A ditadura propunha um fim para isso:

O novo regime criou o sentido orgânico do Brasil único, isto é, do Brasil entrelaçado e organizado nacionalmente, em que cada estado ou grupo de estado tem seu papel a desempenhar formando o conjunto e só ele uma unidade total de todo o ponto interdependente e completo. (...) Não vingam mais interesses pessoais e regionais no mau sentido contra os supremos interesses da nacionalidade. Sobre os limites das unidades estaduais há o tecido uniforme que fez do Brasil um todo homogêneo, que domina e que antepõe das frações do nosso território. (...).⁴³

Nesse sentido, o Estado Novo tentou criar um regionalismo diverso, que **negasse o “regionalismo desestruturador”**. Tornou-se necessário reproduzir o discurso sobre um novo regionalismo perfeitamente organizado e com uma função destinada a amparar um sistema maior. Para isso, era necessária a unificação do **espaço físico, o qual constituiria no “lastro empírico” sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apoiariam: “a unidade étnico-cultural, a unidade**

⁴² ALMEIDA: 1940, p. 12.

⁴³ *Jornal do Estado*, 26 de março de 1940, p. 3.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro”.⁴⁴ A brasilidade deveria ser expandida para todos os estados da Federação.

O Rio Grande do Sul precisava integrar-se a esses propósitos de construção nacional. Longe das lutas partidárias, o gaúcho estava apto a instaurar “a disciplina social e a ordem econômica”; o estado devia ser “um espelho”, onde se refletiria, “em toda a sua limpidez”, as conquistas até então alcançadas pelo Estado Novo, na reconstrução do país.⁴⁵ Como peça de engrenagem nacional e cumprindo o papel destinado a ele, o regionalismo não representava nenhum risco.

Fontes:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Fundo DOPS, Série Administração, Pasta 13. Dossiê DIP.S-2, 3 de novembro de 1939.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Boletim de Informações distribuído pelo DEIP, Porto Alegre, 14 de abril de 1944.

ARQUIVO NACIONAL/Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, MJNI, ofício 11103, encaminhado por Lourival Fontes para Getúlio Vargas, s/d.

FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. “Meu Diário”, 18 de setembro de 1837.

FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. “Meu Diário”, 2 de outubro de 1937.

FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. “Meu Diário”, Resumo dos acontecimentos.

FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, ED vp. 1936.01.07 V – 32.

FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM 33.02.21 chp/ad II – 18 e 19 A.

FGV/CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema, GCg 34.09.22 1, rolo 08/3.

Jornal do Estado, 26 de março de 1940.

Jornal do Estado, 25 de março de 1941.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Antonio Figueira. *A Constituição de Dez de Novembro explicada ao povo*. Rio de Janeiro: DIP, 1940.

BENEVENUTO, Estela C. A polícia política no Estado Novo: o espelho da ditadura” In: *Histórica*. Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História da PUC-RS, n. 3. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 1988.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*. A polícia na Era Vargas. Brasília: Ed. da UNB, 1993.

D’ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura e poder. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 10. São Paulo: Difel, 1981.

⁴⁴ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Ed. da UNICAMP/Papirus, 1986, p. 57.

⁴⁵ *Jornal do Estado*, 25 de março de 1941, p. 1.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário*: o imaginário político no Brasil dos anos 30. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas. In: *Estudos Históricos*. Cultura e povo. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, v. 3, n. 6, 1990.
- GOMES, Angela de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- JONES, Gareth Stedman. *Languages of class*: studies in English working class history 1832-1982. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul*: imposição e resistência. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1994.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Ed. da UNICAMP/Papirus, 1986.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- PESAVENTO, Sandra. História regional e transformação social. In: QUEIROZ JR. *Memórias sobre Getúlio*. Rio de Janeiro: Editorial Copac, 1957.
- SILVA, Marcos A. (Coord.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e o populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1960)*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.
- VARGAS, Getúlio. *Diário*. Vol. II. 1937-1942. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV/CPDOC, 1980.
- WILLIAN, Daryle. Gustavo Capanema, ministro da cultura. In: GOMES, Angela de Castro (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

EDUCAÇÃO, IMAGINÁRIO E ARTE NA MISSÃO JESUÍTICA DE SAN JAVIER, BOLÍVIA ORIENTAL

Graciela Ormezzano *

Lorilei Secco **

No imaginário europeu, o indígena habitava um espaço desconhecido, de natureza selvagem e carente de civilização. Um vasto continente sem dono, a ser **explorado e civilizado segundo os parâmetros da cultura européia.** “O projeto colonizador foi, antes de mais nada, o de transformar o espaço desconhecido em território plausível, a partir dos códigos culturais europeus.” (SOUZA, 2009, p.39). Entende-se por cultura todo um complexo conjunto de padrões de comportamento, saberes, procedimentos e crenças que caracterizam uma determinada sociedade humana, sejam eles de natureza artística, técnica, econômica, social ou religiosa.

Este estudo objetivou investigar o significado das obras escultóricas e arquitetônicas construídas no encontro de duas culturas distintas: a européia trazida pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus e a nativa indígena chiquitana. Justifica-se a pesquisa quando propõe uma conexão entre a história da arte, a educação estética e a antropologia, como forma de resgatar aspectos relevantes do período histórico correspondente aos séculos XVII e XVIII, na tentativa de preencher uma lacuna existente nas pesquisas sobre o imaginário chiquitano e a educação jesuítica.

Como metodologia de trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, incluindo também fontes primárias embasadas em documentação já publicada e fotografias clicadas pela coordenadora do projeto. Optou-se por uma abordagem qualitativa, seguindo o método histórico-antropológico descritivo de um grupo populacional assentado numa determinada redução (GINZBURG, 2006). Neste estudo, a de San Javier, na Bolívia Oriental.

* Doutora em Educação. Universidade de Passo Fundo. E-mail: gormezzano@upf.br

** Bacharel em Administração e Acadêmica de Artes Visuais LP, Universidade de Passo Fundo. E-mail: lorileisecco@yahoo.com.br



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Primeiramente, aborda-se o *modus vivendum* dos povos chiquitanos antes da conquista colonizadora e segue-se com a leitura descritivo-interpretativa da missão de San Javier, considerando a intervenção jesuítica nos aspectos educativos, culturais e artísticos.

Os povos chiquitanos antes dos conquistadores

O que se conhece pelo nome de *Pueblo Chiquito*, por denominação dos próprios espanhóis, originalmente se refere a várias aldeias indígenas de diferentes costumes e línguas. Sobre essa diversidade étnica, as informações são desconstruídas, mas os pesquisadores estimam um número de aproximadamente vinte e oito tribos que reunidas formaram o conglomerado dos chiquitos (FERNÁNDEZ, 2004).

Ao haver tantas tribos também havia muitas línguas sendo todas utilizadas ao mesmo tempo. Por serem os grupos mais numerosos os falantes da língua chiquitana, foi a escolhida para o uso entre todos os indígenas, a partir do processo de instalação das reduções jesuíticas. A redução era mais do que um povoado criado para evangelizar uma população determinada, pois abarcava toda a existência dos seus habitantes.

Sobre o modo de vida desses povos, sabe-se que cada grupo apresentava particularidades. Alguns eram nômades ou seminômades, outros sedentários e conheciam a agricultura em pequena escala. Apesar de cada família trabalhar em seu próprio terreno, o trabalho em si, se fazia comunitariamente. Eram as chamadas *mincas* (SOUZA, 2009), ajuda mútua entre famílias que realizavam tarefas coletivas. Esta atividade era praticada principalmente na estação seca (junho a dezembro), juntamente com a caça. Cultivavam nas partes mais altas o milho, o arroz, o algodão, a cana-de-açúcar, o tabaco e as frutas, como a banana e o abacaxi. Na época chuvosa intensificavam a pesca, usando uma pasta amarga e narcótica extraída do *barbasco*¹, que servia para auxiliar nesta tarefa. Para trabalhar a madeira e fabricar arcos e flechas utilizavam lascas de pedra e ossos de animais.

¹ Planta nativa denominada também verbasco ou qualquer outra que servisse para aturdir os peixes.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

As mulheres se encarregavam de tarefas domésticas como transportar água e lenha, fiavam, teciam, mas principalmente, eram responsáveis pela fabricação da **chicha**², bebida alcoólica elaborada com milho cozido e fermentado. Esta bebida era muito usada em festividades, cerimônias, reuniões com outras tribos, desempenhando uma função socializadora entre os indígenas.

As casas podiam ser circulares ou retangulares, cobertas com palha, não possuíam janelas e a porta era tão pequena que as pessoas somente entravam engatinhando. Por esta razão, os espanhóis chamaram estes povos de **chiquitos**, pequenos na língua castelhana, pois pensaram inicialmente que se tratava de pessoas de baixa estatura, quase anãs. No entanto, as portas pequenas eram uma medida de segurança contra os inimigos, os gelados ventos vindos do sul e as moscas e mosquitos abundantes na estação das chuvas (FERNÁNDEZ, 2004).

No geral, somente os caciques podiam ter mais de uma mulher, mas como o casamento era dissolúvel, ao homem era permitido trocar de esposa quando quisesse. O candidato ao matrimônio deveria demonstrar habilidade na caça e na guerra, como uma espécie de seleção do mais capaz para evitar a degeneração da tribo. Durante a gravidez, o pai devia abster-se de caçar certos animais, em especial a serpente.

As crianças viviam em liberdade desconhecendo qualquer tipo de educação formal. Aos quatorze anos, deixavam a casa familiar e passavam a viver em local comunitário. Depois dos vinte anos deixavam o cabelo crescer como símbolo de prestígio e virilidade. Praticavam o jogo de bola com a cabeça, o **batorós**, e também o tiro com arco, como esporte e treino de guerra (LASSO VARELA, 2008).

Os chiquitos andavam nus ou seminus, às vezes, vestindo uma espécie de túnica de algodão com mangas largas até o cotovelo, o **tipoy**. Adornavam-se com colares de pedras e sementes, plumas coloridas e tatuagens. Desde a infância, os homens furavam os lábios e o lóbulo das orelhas introduzindo um pedaço de madeira.

Na vida cotidiana dos chiquitos, as festas podiam ser realizadas com ou sem motivo. Um visitante, uma **poozoca**, no entanto, era a certeza de uma grande comemoração que poderia durar até três dias, com grande consumo de chicha.

² A bebida era fermentada com saliva pelo processo de mastigação.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Excesso este, que não raras vezes, resultava em brigas e até mortes. Eram amigos da música e tocavam a flauta e um guizo preso ao tornozelo, tanto para iniciar uma jornada quanto para encerrá-la quando se retiravam para descansar. A dança de nome **chobena**, era realizada em círculos concêntricos ou trançada entre homens e mulheres (LASSO VARELA, 2008).

Para a tomada de decisões, escutavam e seguiam o parecer dos mais velhos, e era o conselho de anciões que elegia o cacique, considerando suas habilidades guerreiras e de comando. E esses caciques representavam as tribos, como porta-vozes das suas intenções e desejos frente aos jesuítas. Eles mantinham grande liberdade e até por um mal entendido se separavam do grupo em que haviam nascido.

As enfermidades eram tratadas sugando o corpo do enfermo, ofício do **iriabós**, nome dado ao xamã. Também, podiam matar a mulher que era acusada de ser a causadora do mal. Atribuía causas fantásticas e externas às doenças, assim, se através de uma mulher tivesse entrado a morte no mundo, ao matá-la estariam sentindo-se livres do mal (FERNÁNDEZ, 2004).

Não reconheciam um deus supremo e posteriormente, os jesuítas elegeram a palavra **Tupã** do idioma Guarani, para designar uma divindade superior. **Tupã** simbolizava a força do trovão que os indígenas temiam. Acreditavam que na natureza se encontravam vários espíritos protetores, os **hichi**. Cada espírito cuidava de uma parte da floresta, assim, antes das saídas para pescar, caçar, plantar, faziam oferendas ao respectivo protetor (SOUZA, 2009).

Eles possuíam algum conhecimento de astronomia para marcar o tempo e fazer previsões meteorológicas. Também chegaram a agrupar as estrelas em constelações, batizando-as com nomes de animais: papagaio, anta, caracol, avestruz e outros. À lua chamavam de mãe, mas não a cultuavam. E, por ocasião dos eclipses lunares, gritavam e tocavam seus instrumentos, fazendo bastante ruído até o término deste fenômeno natural.

Eram supersticiosos e consideravam o canto dos pássaros, o grito dos animais, as estrelas, raios e trovões, como presságios bons ou ruins, dependendo da interpretação. Acreditavam que alma era imortal e no geral, em relação aos mortos, utilizavam a incineração, recolhendo as cinzas em urnas de barro.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Resumidamente, este foi o cenário humano encontrado pelo padre José de Arce, da Companhia de Jesus, ao fundar San Francisco Javier em 31 de dezembro de 1691, dando início às missões de Chiquitos no que seria o laboratório para toda uma re-elaboração sociocultural, linguística, artística e educacional.

San Javier: aspectos educativos, culturais e artísticos

A educação nas reduções representou a base de um novo método de evangelização. Para isso, os jesuítas idealizaram um plano de instruções específicas, direcionado prioritariamente aos meninos. O objetivo era criar uma via eficaz de transmissão de conhecimentos através dos mais jovens para chegar até os adultos.

As crianças permaneciam na casa paterna até completar a idade que lhes permitisse iniciar algum tipo de atividade manual ou intelectual. O ensino era seletivo e nivelado de acordo com a família a que pertencia a criança, priorizando os filhos dos caciques que constituíam a liderança do *pueblo*, seguido pelos que apresentassem maior capacitação.

A atividade escolar ocupava as crianças todo o dia, iniciando logo ao amanhecer, quando se reuniam grupos separados por sexo na igreja. Ali se ministravam lições de catecismo com recitação oral e cantada. Seguia-se com a celebração da missa, o desjejum e a continuação das instruções religiosas, com explicações de temas relativos à fé, a moral e aos bons costumes. Ao concluírem estas atividades, os meninos seguiam para um tipo de atividade e as meninas para outro (LASSO VARELA, 2008).

À educação das meninas foi dedicada pouquíssima atenção. Elas iam à escola somente até a idade do matrimônio, por volta dos treze anos, recebendo apenas noções básicas de leitura e escrita. No geral, aprendiam a cozinhar, fiar e tecer. Já os meninos, após as rezas matinais, eram divididos em três grupos: os que freqüentavam a escola, os que estudavam nas oficinas e os que ajudavam na agricultura.

O grupo que estudava num sistema de ensino não formal, aprendia a ler e escrever na língua chiquitana, bem como em castelhano e latim, aritmética e



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

contabilidade. O chiquitano era a língua oficial na escola, na igreja, nos atos públicos, porém, nos bairros das reduções, cada tribo falava sua língua original. Isso acabou se perdendo rapidamente, e no transcurso de duas gerações, os idiomas vernáculos foram esquecidos. Outros meninos eram direcionados para os ofícios mecânicos, como carpinteiro, ferreiro, hidráulico, padeiro, sapateiro, e outros, podendo passar de aprendizes para oficiais ou mestres, seguindo o modelo das corporações artesanais europeias. A jornada diária das crianças terminava novamente na igreja com mais rezas e cantos, sendo depois acompanhadas até suas casas para o repouso na vida familiar. Ainda, outro grupo se dirigia aos campos coletivos para realizar trabalhos agrícolas de preparo da terra, cultivo, colheita. Quando não havia atividades comunitárias, ajudavam os pais nas porções de terra que pertenciam às respectivas famílias (LASSO VARELA, 2008).

Aos alunos que terminassem a educação requerida como base, era oferecida aprendizagem em atividades artísticas, como música, dança, pintura, escultura e gravura. Dentre todas, a música foi a que mais agradou aos chiquitanos que possuíam grande talento musical, podendo aprender qualquer instrumento em pouco tempo. Todas as missões chiquitanas contavam com órgãos, violões, violinos, harpas, flautas e trombetas. Segundo Lasso Varela:

Las bellas artes se comenzaron a cultivar en las reducciones con un fin más pedagógico que artístico. Los contenidos de la enseñanza que se quería transmitir, dadas las características del índio, no podía efectuarse por silogismos ni discursos dirigidos a la inteligencia, sino más bien através de representaciones gráficas que expresaban en forma directa y sencilla aquello que debía de ser comprendido (2008, p. 257).

Ficou claro, no que se refere às práticas pedagógicas, que o ensino não foi de estímulo intelectual ou criativo, mas sim de repetição e imitação. No geral, o modo de ensinar seguia esse método fundamentado na cópia.

A cristianização não trouxe uma ruptura total com as tradições chiquitanas. Conscientes da transcendência contida em certas práticas indígenas, os jesuítas trataram de integrá-las, dando-lhes novas interpretações e conservando os aspectos essenciais. Tentaram enxergar através dos mitos e lendas pré-configurações da



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

doutrina cristã, pois sabiam ser muito mais frutífero trabalhar sobre o imaginário local, ao invés de impor uma nova cosmovisão.

Nas missões de Chiquitos, um fator importante que favoreceu o processo de interculturalidade foi a política de concentração e isolamento imposta aos reduzidos. Todas as formas de contato com os colonos espanhóis da região foram evitadas, bem como proibido o acesso de mestiços e negros. Considerando a distância geográfica, longe de qualquer outro centro, e a quase inexistência de caminhos, essas missões permaneceram bastante isoladas durante os quase oitenta anos que compreende o período jesuítico.

Algumas práticas indígenas realizadas no período pré-missional foram totalmente abolidas, como todas as formas de magia e a cremação dos cadáveres, uma vez que em cada missão encontrava-se um cemitério, inclusive com os túmulos separados por idade e sexo. Entretanto, mostras da influência indígena nos jesuítas foram o consumo da *chicha* inicialmente tolerado, e, em algumas cerimônias o uso da erva-mate, resultado do intercâmbio com as missões guaraníticas. Também, o costume de usar colares em volta do pescoço, aproveitou-se para introduzir o culto ao rosário; passaram a ser confeccionados em madeira e, como símbolos religiosos deveriam ser presenteados, nunca comprados (SOUZA, 2009).

Apesar dos esforços dos jesuítas em mostrar o contrário, os sacramentos foram entendidos pelos índios como uma espécie de ritual mágico. Mesmo assim, continuaram sendo ministrados e funcionavam como uma espécie de hierarquia social e espiritual. O batismo, por exemplo, constituía uma garantia de cidadania, teoricamente igualando o indígena ao espanhol. Recebiam a comunhão e a crisma, somente os que tivessem alcançado um certo grau de maturidade espiritual e moral. Outro aspecto que envolvia a transformação dos padres foi a confissão dos pecados porque exigia um grande domínio da língua nativa; como era assunto de completa privacidade, impedia o uso de intérprete. Apressou-se com isso, a cópia de livros, como catecismos e dicionários em chiquitano. Posteriormente, também apareceram, gramáticas, livros de orações, calendários e algumas obras literárias.

De acordo com Lasso Varela (2008), tanto de um lado quanto de outro, existia uma imensa dificuldade de compreensão, não só por diferenças culturais e de idioma,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

mas por tratar-se de assuntos morais e espirituais, difíceis de serem materializados. Os objetivos dos jesuítas, no entanto, eram bem claros: civilizar e cristianizar, substituindo as crenças ancestrais pelo catolicismo. Para o sucesso da catequese e estimular o homem chiquitano, pois a mulher estava relegada do processo, numa melhor compreensão desses conceitos abstratos, os jesuítas recorreram aos mesmos recursos didáticos utilizados em outras reduções, ou seja, sobretudo recursos visuais e auditivos, amparados em imagens escultóricas, pinturas, procissões, festividades, teatros, cantos e instrumentos musicais, que os sensibilizassem.

É importante salientar que a evangelização significou um processo integral de mudanças em todos os aspectos da vida indígena. Conforme Parejas Moreno (2006), **a busca de um “homem novo” numa “nova sociedade”, tendo no missionário, praticamente o único veículo dessa aculturação.** E esse missionário, por sua vez, trazia consigo a cultura do homem barroco, não só artisticamente, mas como uma maneira de entender a vida.

Hombres del Barroco que enarbolan la bandera de la defensa de la fe que se traduce en un trabajo intenso y creativo que se materializa en la realización de la utopía chiquitana, uno de los más interesantes experimentos que se dieron en América. Hombres del Barroco que han recibido una sólida formación humana y espiritual, y que usan todos los instrumentos ortodoxos que ofrece el mundo, porque viven en medio del mundo. Hombres del Barroco con una tremenda inquietud interior que los lleva a buscar lo “nuevo”, lo “nunca visto”; así, por ejemplo, a través del arte en general y de la música en particular, tratan de “tocar” a Dios” (2006, p. 43).

A estética barroca deu sustentação a todo esse projeto, mais precisamente, em boa parte da América, o barroco espanhol. A maioria dos jesuítas que trabalharam em Chiquitos era espanhola e os demais padres oriundos de diversas nacionalidades. Segundo a origem de cada um, foi se produzindo um barroco peculiar, influenciado pelo estilo de cada região europeia. Apesar de que, via de regra, esses jesuítas permaneciam por dois anos em Sevilha, preparando-se antes de partirem para a América.

Quanto a Chiquitos, não se pode deixar de assinalar a influência exercida pelo padre suíço Martin Schmid, que permaneceu ali por trinta e oito anos e trabalhou em



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

quase todas as reduções, sobretudo, em San Javier. Foi por seu intermédio que começou o ensino das artes aplicadas, da educação musical e da fabricação de instrumentos, bem como a construção de diversos templos, inclusive a igreja de San Javier. Parejas Moreno (2006) atribuiu à influência de Schmid as peculiaridades manifestas nas missões de Chiquitos, conferindo-lhe o título de um genuíno barroco chiquitano. Dentre elas, cita a arquitetura dos templos construídos por ele, mais parecendo salões de baile e com a ausência da representação da *Via Crucis*; destaca a **escassa presença de imagens dramáticas, substituídas por um “barroco alegre e tranquilo”**; alerta para a apresentação de danças durante alguns atos religiosos; e a música escapando das normas do barroco tradicional e convertida numa forma simples e agradável.

A música e o canto que já eram tocados habitualmente nas aldeias, passaram a ser executados por pequenas orquestras, acompanhadas por vozes, alegrando as missas dominicais e as ocasiões festivas. Foram introduzidos violinos, violões, flautas e partituras. O primeiro grupo coral a quatro vozes surgiu em San Javier. Desde o princípio, foi a música que literalmente, extasiou os chiquitanos. Com surpreendente rapidez tornaram-se tanto instrumentistas exímios quanto excelentes *luthiers*, sendo esse, um dos maiores legados deixado pelos jesuítas. Em 1972, durante obras de restauração nas igrejas de Santa Ana e San Rafael, foram descobertas cerca de doze mil partituras de músicas compostas para as celebrações religiosas (PAREJAS MORENO, 2006).

Já as danças eram vistas com muito mais receio pelos jesuítas, pois sabiam estar ligadas a rituais autóctones:

Entonces, hábilmente, la encaminaron hacia el servicio de una causa mayor, es decir, la religión. Los bailes se convirtieron poco a poco en pantomimas, danzas figuradas y alegóricas que tenían por tema la lucha de San Miguel con el dragón, la guerra de los españoles contra los moros, la visita de los magos al pesebre y otros temas relacionados (LASSO VARELA, 2008, p. 277).

Também o teatro tinha lugar nas reduções, servindo porém, como representação de verdades religiosas. Os próprios missionários eram os autores dos textos, sendo as interpretações inspiradas na Bíblia e na vida dos santos.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A escultura merece especial atenção, pois se conserva uma boa quantidade de obras da época. Até mesmo porque, é nesse campo que se percebe visivelmente a mescla de elementos indígenas nas feições de algumas imagens, com é possível apreciar no anjo da figura que segue:



Figura 1: Anjo
Fonte: Acervo Graciela Ormezzano

Numa primeira fase, os indígenas tentavam ao máximo imitar os modelos europeus, sendo que a fase mais criativa foi surgindo em consequência do maior domínio técnico, marcando as esculturas com características chiquitanas (ver Figura 2). Nos rostos e na harmonia das vestimentas que cobriam os corpos articulados de madeira, os artistas nativos souberam expressar além da habilidade manual, um alto grau de sensibilidade, personalidade e sentimento.



Figura 2: Imagem feminina de devoção
Fonte: Acervo Graciela Ormezzano



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A produção escultórica foi um dos ofícios mais marcantes dos indígenas reduzidos. Os Concílios da Igreja Católica já enfatizavam a importância da veneração das imagens, tendo sido isto potencializado pela Companhia de Jesus como forma de diferenciar-se da austeridade iconoclasta protestante. Além disso, a imagem era usada como forma de persuadir o indígena através do modelo de vida que ela representava. **“Venerar a imagem era venerar a pessoa que nela estava representada e conseqüentemente, seguir seus passos” (BOFF, 2010, p.3).**

Assim, o que a Bíblia transmitia pela escrita, a imagem reforçava de maneira concreta, visível e material:

Sin lugar a dudas uno de los recursos más usados en la evangelización americana y también uno de los más efectivos es la imagen plástica, tanto en pintura como en escultura. La explicación de los sacramentos o de algunos principios de la doctrina cristiana o la existencia del cielo y del infierno, resultaba mucho más sencilla y daba ocasión a un diálogo más participativo si se hacía delante de un cuadro alusivo al tema. De la misma manera resultaba mucho más fácil la devoción, tanto dentro como fuera del templo, ante una imagen pintada o tallada que represente la figura de Cristo, la Virgen María o algún santo (PAREJAS MORENO, 2010, p.2)

Nas reduções de Chiquitos desenvolveram-se oficinas de pintura e escultura, sendo os próprios indígenas os realizadores destes trabalhos. As obras estavam destinadas a decorar as igrejas e as capelas. Igrejas essas, que representavam o centro vital das relações sociais e religiosas na missão, como principal símbolo visível da nova ordem, permanecendo até hoje, séculos depois, sendo o mais importante testemunho material da existência das reduções. A arquitetura era imponente e junto dela, eram edificadas as escolas, destinadas a preparar as crianças para a sociedade que nascia.

Em Chiquitos, San Javier, a missão mais antiga, serviu de modelo arquitetônico para as demais. Nesta missão existia um centro formado por uma grande praça, com o complexo da igreja de um lado e as casas indígenas sobre as outras três laterais.

Esse *layout* quadriculado com ruas simetricamente traçadas foi trazido das cidades espanholas. Neste sentido, Castilho Pereira afirma que, “ [...] os eixos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

visariam integrar dois sistemas de poder, o religioso e o indígena. Assim, estes eixos não só dividiriam, mas também uniam duas culturas, dois mundos inter-relacionados por uma direção, havendo entre ambos uma praça com grandes dimensões que **serviria como elemento integrador**”(2008, p.7)

A enorme praça quadrangular, com uma grande cruz central, permanecia praticamente livre de vegetação para poder atender aos fins civis, sociais e religiosos a que se destinava. As casas indígenas foram distribuídas em linhas paralelas, se estendendo desde a praça principal em três direções. Voltadas diretamente para a praça, ficavam as casas dos caciques. As construções eram simples, consistindo em grandes salas de 6m x 4m, com paredes de até 60 cm de espessura e telhados feitos de junco e madeira, atingindo até 5 m de altura no centro. Contavam com varandas laterais que desempenhavam uma função social de local de encontros e visitas.

Além da igreja, que dominava o complexo, havia uma capela mortuária localizada à esquerda, uma escola, as oficinas, a vivenda paroquial, alojamento para visitantes, salas para as reuniões do **cabildo**, para a música e para o armazenamento de produtos, e ainda, mais um pátio interno onde, até hoje, está o campanário. E, outro, atrás da capela, onde se encontrava uma horta e um jardim rodeados por muros e fazendo divisa com o cemitério.

O prédio da igreja foi construído pelo padre suíço Martin Schmid. Em sua construção, foram usados materiais disponíveis no local, como a madeira que permitia fazer prédios enormes e sustentar o telhado de duas águas. A obra tem aspecto parecido com um imenso celeiro com capacidade para mais de três mil pessoas. Tem três naves internas divididas por filas de colunas de madeira, esculpidas com caneluras torcidas, como a típica coluna salomônica que caracteriza o estilo barroco.

A fachada possuía uma porta única com prolongação da estrutura interior formando um pórtico. As paredes de adobe foram colocadas diretamente no chão. Primeiro receberam reboco interno e externo com uma mistura de lama, areia e palha. Depois foram pintadas com terra e sobre elas foi aplicado cal. Após, receberam ornamentos geométricos (ver Figura 5) e pinturas murais, onde a flora, a fauna e desenhos nativos se misturam com representações de anjos e santos.

**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**



Figura 5: Aberturas e pintura mural
Fonte: Acervo Graciela Ormezzano

Acima da porta principal da igreja está uma grande abertura oval em forma de sol, outro elemento que marca a interculturalidade. O sol adorado pelos indígenas fica na entrada do templo, relacionando-o com a imagem de Deus.

Uma variedade de peças de arte decoram o interior da igreja, embora são poucas as obras originais. Existem, ainda, algumas peças douradas, outras de prata ou pintadas com revestimento de mica. A presença do Sol reaparece numa Glória pintada no ponto mais alto do altar principal e, noutra, esculpida e pendurada de uma tesoura de madeira que sustenta o telhado.

Considerações finais

Muito se tem discutido sobre o trabalho dos jesuítas da Companhia de Jesus pelo mundo afora. Suas práticas evangelizadoras, a questão educativa, a organização dos povoados, sempre são temas polêmicos, férteis e controversos. Críticas ou louvores à parte, atenta-se para o fato propriamente dito, o de suas presenças enquanto sujeitos da história na América Latina. Importância esta, que vem sendo reforçada pela UNESCO com a declaração de um significativo grupo de monumentos missionários como Patrimônio Mundial.

Retomando o objetivo inicial, de investigar a significação dada à escultura e à arquitetura construídas durante esse processo, bastante curto, considerando os



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

setenta e seis anos de permanência dos jesuítas em Chiquitos, tem-se obras remanescentes admiráveis. Verdadeiros testemunhos materiais construídos pela sensibilidade do imaginário nativo orientado pelos princípios da evangelização e que permitem, hoje, entrar em contato direto com o universo vivido, refletindo o poder que a imagem tem de guardar silenciosamente a história.

Medindo-se a relação de forças, o resultado do contato entre essas culturas, às vezes pela imposição, outras pela persuasão, foi bastante desproporcional, já que cada redução contava com apenas dois missionários. Não ocorreu, no entanto, a anulação de uma cultura em favor de outra. Ocorreu sim, uma mestiçagem, resultando num barroco chiquitano, em que o domínio técnico foi oferecido pelos jesuítas, os elementos decorativos foram retirados do cotidiano indígena e o barroco europeu, antes imitado, foi assumindo identidade própria.

Na década de 1970, outro suíço, Hans Roth, dedicou-se a restaurar este templo construído por Schmid, criando oficinas para recuperar a tradição artesanal. As reduções de Chiquitos são uma exceção na história missioneira, pois conseguiram sobreviver após a expulsão dos jesuítas, conservando até hoje, muitos dos hábitos comuns. Na convivência dentro dos povoados, praticamente isolados de outros centros, foi-se fortalecendo a identidade chiquitana que hoje, engloba a região boliviana oriental.

Referências

BOFF, C. Persuadir ou deixar-se persuadir: a produção artística dos povos missioneiros do sul do Brasil. *Revista Pindorama*, Porto Alegre, [s.v.], [s.n.], [s.m.], [s.a.]. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/artecolonial/pindorama/art5.htm> Acesso em: 15 ago. 2010.

CASTILHO PEREIRA, I. A. M.; KERN, A. A. Missões jesuíticas coloniais: um estudo dos planos urbanos. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v.2, n.4, [s.p.], jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.historiaemreflexao.ufgd.edu.br/A20/MISSOES%20JESUITICAS%20COLONIAIS%20um%20estudo%20dos%20planos%20urbanos.pdf> Acesso em: 1 ago. 2010.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- FERNANDEZ, J. P. *Relación historial de las misiones de los indios que llaman Chiquitos*. Santa Cruz: Centro de Publicaciones UPSA, 2004.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LASSO VARELA, I. J. Influencias del cristianismo entre los chiquitanos desde la llegada de los españoles hasta la expulsión de los jesuitas. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia Moderna, 2008. Disponível em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=tesisuned:GeoHis-Ijlasso&dsID=pdf> Acesso em: 07 maio 2010.
- PAREJAS MORENO, A. *La cultura chiquitana*: ensayos y artículos. Santa Cruz de la Sierra: La Hoguera, 2006.
- SOUZA, A. L. M. *A história dos chiquitanos*: (re)configurações sociais e territoriais. Brasília UNB: 2009. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Dissertação257.pdf> Acesso em: 26 abr. 2010.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

EXTREMOS DO BRASIL COLONIAL: UM ENSAIO DE HISTÓRIA COMPARADA DAS FRONTEIRAS SETENTRIONAL E MERIDIONAL - SÉCULO XVIII

Gregorio Ferreira Gomes Filho*

Introdução

Comparado à ocupação do espaço luso do extremo Sul, que teve seus marcos iniciais na fundação da Colônia do Sacramento em 1680 no rio da Prata e da vila de Laguna em 1684 onde hoje está localizado o estado de Santa Catarina¹, o vale do rio Branco, no extremo Norte, só seria incluído no mapa da conquista colonial portuguesa na América do Sul no início do século XVIII, embora a localidade de Rio Grande, primeiro ponto de ocupação do que é hoje o estado do Rio Grande do Sul, só seria fundado em 1737.

Entretanto, para este estudo, preferiu-se considerar a fronteira meridional do Império português na América como o considera, por exemplo, Tiago Gil², que chama de fronteira o que se refere a uma região, existindo assim uma região com características semelhantes. Assim, pode-se considerar a fronteira Sul conforme a análise de Thompson Flores e Farinatti³, que abordando a zona de fronteira meridional no século XIX, consideram que esta abrangia a região meridional do Rio Grande do Sul, o norte do Uruguai e as províncias do litoral argentino. Enquanto

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: gregofilho@mail.ufsm.br

¹ HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luis. *Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)*. In: FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA, Carla M. C.; SAMPAIO, Antonio C. J. *Conquistadores e negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 265-310.

² GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760 – 1810)*. IFCS/UFRJ, 2002, Dissertação de Mestrado, p. 22.

³ THOMPSON FLORES, Mariana F. C.; FARINATTI, Luís Augusto E. *A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil*. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais. Subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 146.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

para o extremo Norte se aponta aqui para a região do vale do rio Branco, hoje delimitada pelo Estado de Roraima.

Dessa forma, a temática deste estudo trata da história comparada das fronteiras setentrional e meridional do Brasil no século XVIII, buscando resolver a seguinte problemática: quais aspectos se semelhança e se diferenciam nas fronteiras setentrional e meridional do Brasil no século XVIII?

Assim, os objetivos desta análise foram, além de realizar um estudo comparado das fronteiras setentrional e meridional do Brasil no século XVIII, apontar alguns aspectos como a constituição social e as principais atividades econômicas que caracterizaram cada região no período, e apontar o contexto político dessas fronteiras em relação aos colonizadores vizinhos.

Desse modo, foi empregada neste estudo a metodologia comparativa, que **apesar de apresentar alguns riscos, como “o anacronismo, a analogia enganadora, as generalizações indevidas, a indução mal encaminhada”⁴**, oferece as ferramentas **necessárias para “comparar”, elencando semelhanças e diferenças, e estabelecendo analogias, ações familiares a todo historiador, possibilitando lançar luz sobre determinado objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido⁵**. Nesse sentido, se buscou uma aproximação, a partir de uma revisão bibliográfica, entre duas regiões de fronteiras distintas.

O estudo, apesar do espaço limitado, foi dividido em três tópicos, tratando-se no primeiro de algumas reflexões sobre a noção fronteira, que apesar de polissêmico, precisa de algumas delimitações para esta análise. No segundo e no terceiro os confrontos entre os impérios coloniais que permearam a conquista e ocupação dessas fronteiras no século XVIII e a constituição social e econômica de ambas as regiões fronteiriças.

⁴ BARROS, José D’Assunção. *História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história*. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, PPG em História Comparada/UFRJ, v. 1, n. 1, jun. 2007, p. 3.

⁵ *Idem*, p. 5.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

1. Fronteiras de um Brasil colonial

Conforme Benedikt Zientara, a origem da fronteira encontra-se no movimento, não indicando uma zona onde se para o movimento de forma permanente, mas sim pela incapacidade de continuar, ou ainda pela resistência de outro movimento em sentido contrário. Nesse sentido, “a mobilidade é portanto um caráter intrínseco da fronteira [...]”⁶.

Nesse sentido de fronteira, a fronteira em movimento apontada por Zientara, pode ser observada uma fronteira colonial em expansão, tanto para a ocupação do vale do rio Branco a partir da década de 1730, que avançou com as tropas de resgate que vão atuar na região até o final da década de 1740 em busca de mão-de-obra indígena,⁷ quanto na fronteira meridional na busca pelo gado solto e por novas pastagens.

Ainda segundo Zientara⁸, o termo “fronteira”, nas línguas de origem latina, tem o mesmo significado do original latino “fronteria” ou “frontaria”, que indicava parte do território que se situava “in fronte”, ou seja, nas margens. O mesmo significado que o termo germânico “Mark”, na tradução, “região periférica”.

Diferente do termo “granica” também de origem germânica, que, utilizado a partir do século XIII, significava linha de fronteira, no sentido de traçar uma linha de demarcação. Para o autor, entretanto, a ideia de fronteira como linha que separa duas regiões não tem como existir fora dos mapas.

Nesse sentido, Zientara⁹ acredita que a estabilização da fronteira ocorria quando dois impérios assumem que não podem mais avançar, e a fronteira, que tem caráter móvel e dinâmico, torna-se uma linha fortificada, estática e defensiva, evidenciando a renúncia a uma posterior expansão e o medo do avanço do inimigo externo.

⁶ ZIENTARA, Benedikt. *Fronteira*. In: Enciclopédia Einaudi, v. 14, *Estado-Guerra*. Lisboa: Casa da Moeda, 1989, p. 306.

⁷ GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. *Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do vale do rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX*. Monografia (Especialização em História Regional). Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2008.

⁸ ZIENTARA, Benedikt. *Op. cit.* p. 306-307.

⁹ *Idem*, p. 311.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Ou seja, pensando as fronteiras portuguesas do Brasil colonial, em seus limites com os domínios de Castela, é interessante observar o que é colocado por Gil¹⁰, a partir de sua leitura de Zientara¹¹, sobre a fronteira meridional, segundo o qual existiam as negociações diplomáticas de limites entre Portugal e Espanha paralelas aos conflitos militares, e quando essa negociação sobre limites ocorria era porque os conflitantes chegavam a um esgotamento de potencial para conquista de territórios.

Desse modo, segundo Helen Osório¹², ainda que portugueses e espanhóis pretendessem traçar uma fronteira-linha para dividir seus impérios coloniais, não conheciam o terreno suficientemente para tal, não haviam denominado alguns rios, desconheciam algumas áreas e discutiam a sua localização nas negociações de limites, como nos tratados de 1750 e 1777. Assim, para a autora, era “[...] **uma fronteira política de difícil materialização**, pois não havia diferenças marcantes naquelas terras recém dominadas pelos dois impérios europeus, fosse em termos geográficos, **demográficos ou de paisagem agrária**”¹³.

Mais importante é destacar a considerável utilização do princípio do *Uti Possidetis*, segundo o qual, o direito ao território deveria caber àquele que o conquistara aos primeiros habitantes para garantir a posse da região, que os portugueses utilizaram tanto na fronteira setentrional quanto na meridional.

Por esse motivo a construção do Forte São Joaquim no rio Branco entre 1775 e 1776, de modo rápido, aproximadamente um ano, com uma instalação simples e de pequenas proporções, e com pouco poderio militar¹⁴, e a insistência portuguesa em manter a posse da Colônia do Sacramento no extremo Sul.

Voltando à questão da noção de fronteira, conforme Osório, poderíamos pensar no que Pierre Vilar¹⁵ denominou de “zona-fronteira”, situação em que, pela ocupação dispersa da terra e o escasso povoamento, não existem fronteiras fixas,

¹⁰ GIL, Tiago Luís. *Op. cit.* p. 31-32.

¹¹ ZIENTARA, Benedikt. *Op. cit.*

¹² OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 58.

¹³ *Idem.*

¹⁴ VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007, p. 20.

¹⁵ VILAR, Pierre *apud* OSÓRIO, Helen. *Op. cit.* p. 58.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

exatas, demarcadas, definindo-se como uma zona ou uma área, caracterizando uma **fronteira “imprecisa, móvel, provisória e permeável”**.

Nesse sentido, utilizando-se da proposta de Mellafe¹⁶, a autora entende como noção de **fronteira “espaço de ocupação recente”, uma área em vias de colonização**, na qual os processos de produção, estruturação institucional e social ainda não estão integrados, mas em formação.

Esta noção de fronteira pode ainda ser observada em outros autores, como o **trabalho de Thompson Flores e Farinatti, que empregam o termo “fronteira” no sentido de que “[...] eram vistos como lugares instáveis, com a presença de ‘outros’, uma região de onde vinha o perigo de ataques inimigos, mas sugere, também, que tais áreas eram vistas como campos possíveis para a expansão da colonização”¹⁷**.

Para estes autores a fronteira não deve ser considerada como uma linha divisória, mas como um espaço, que deve ser compreendido como produto da ação humana, onde atividades produtivas e relações sociais ocorrem, e apresentam a **noção de “fronteira manejada” que consiste em analisar a fronteira a partir das relações e experiências dos sujeitos e grupos sociais que nela viveram, sendo necessário evitar tratá-la como uma entidade homogênea, que poderia ser classificada com apenas uma definição, sendo mais útil considerá-la por meio das relações sociais possíveis de se estabelecerem em seu espaço¹⁸**.

2. Confrontos em uma fronteira colonial

Se a metodologia comparativa, apontada para a realização deste estudo, tem como uma de suas principais características a abordagem das semelhanças e diferenças entre duas realidades distintas, quando se pensa os confrontos, a constituição social e produtiva das fronteiras coloniais do Brasil no extremo Norte e no extremo Sul, percebemos muito mais diferenças.

Distantes geograficamente, as duas regiões apresentavam também distantes realidades políticas, sociais e econômicas no século XVIII. O vale do rio Branco, no

¹⁶ MELLAFE *apud* OSÓRIO, Helen. *Op. cit.* p. 55.

¹⁷ THOMPSON FLORES, Mariana F. C.; FARINATTI, Luís Augusto E. *Op. cit.* p. 152.

¹⁸ *Idem.*



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

extremo Norte da colônia, foi incorporado ao Império português a partir da década de 1730, começou-se a definir sua posse a partir do Tratado de Madrid de 1750, e os portugueses só ocuparam efetivamente a região em 1775 com a construção de uma fortificação após uma invasão espanhola.

Enquanto isso na fronteira meridional as lutas pela posse do território eram intensas, o que levou Gil¹⁹ a afirmar que na fronteira meridional os conflitos entre portugueses e espanhóis eram estruturais e se iniciaram com a fundação da Colônia de Sacramento em 1680 e continuaram durante todo o século XVIII e início do século XIX.

Nessa conjuntura, para a fronteira meridional, considerada pela Coroa portuguesa uma fronteira extremamente importante e militarizada devido a esse constante contato com os espanhóis, recebeu famílias de diversas outras regiões do império, como açorianos, por exemplo, deslocados para Sacramento no século XVII²⁰, condição que se poderia considerar facilitada, ao se comparar com o vale do rio Branco, pelas condições de deslocamento e as possibilidades de produção no Sul.

Enquanto isso, no vale do rio Branco, os portugueses não puderam contar com o deslocamento de famílias de colonos não-índios tendo em vista o gasto do deslocamento para a região interior da Amazônia e falta de interesse desses colonos pela região tendo em vista a atividade muito mais lucrativa de extração de produtos naturais da floresta, as chamadas Drogas do Sertão que possibilitavam lucros certos e imediatos frente à incerteza do investimento em alguma atividade produtiva nos campos do Branco²¹.

Neste ponto, podemos observar duas situações distintas para os portugueses em relação a utilização do princípio do *Uti Possidetis*, uma no extremo Norte e outra no extremo Sul, pois estes sabiam que em suas negociações com os espanhóis ou outro império colonial seriam levados em consideração as áreas já ocupadas.

Deste modo, Zientara²² aponta um aspecto que nos chama a atenção ao se **tratar sobre fronteiras, são os chamados “confins naturais”, que para o autor foram sempre considerados particularmente seguros, e tal noção tornou-se elemento da**

¹⁹ GIL, Tiago Luís. *Op. cit.* p. 27.

²⁰ HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luis. *Op. cit.*

²¹ GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. *Op. cit.*

²² ZIENTARA, Benedikt. *Op. cit.* p. 308-309.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

doutrina “pseudocientífica” geopolítica, que atribui aos fatores geográficos papel determinante na história política.

Conforme Zientara²³, nesta doutrina a própria natureza apontaria a direção que se deveria tomar na expansão, fundada na capacidade de explorar os fatores naturais, o que, a seu ver, não se justifica, tendo em vista que uma montanha só constitui uma fronteira enquanto não foi alcançada pela sociedade humana, o mesmo quando se observa um grande rio, que pode, em determinado contexto representar um obstáculo a uma ofensiva durante a expansão, obrigando a deter-se, e em outros contextos esse mesmo rio pode desempenhar uma função diferente, como a de uma grande via comercial.

Assim, no extremo Sul o que se pode observar são os portugueses tentando levar suas fronteiras coloniais até o rio da Prata e rio Paraná, o que poderiam **considerar como “confins naturais” seguros com os espanhóis. Enquanto no extremo Norte**, buscavam a manutenção da posse dos divisores de águas entre as bacias do rio Branco, do rio Orinoco, domínio espanhol, e do rio Essequibo, domínio holandês.

Entretanto, em ambas as regiões os portugueses encontraram reveses. Ao não atingirem os limites que desejavam no Sul, como aponta Gil²⁴ que acredita que Portugal e Espanha não colocariam marcos como indicador de limites territoriais se tivessem planos de conquistas imediatas das terras vizinhas, colocavam-nos para manter os territórios resultantes do último avanço ou como resistência contra possíveis ofensivas do vizinho.

E no Norte onde foram surpreendidos quando os espanhóis ultrapassaram as serras que separam a bacia dos rios Orinoco e Branco e chegaram ao vale do rio Branco em 1773, que os portugueses acreditavam ser uma defesa natural contra os espanhóis, de acordo com o conhecimento que possuíam da região²⁵.

Os portugueses conseguiram expulsar os espanhóis em 1775 e construíram uma fortificação, o Forte São Joaquim, uma instalação simples e de pequenas proporções, com pouco poderio militar resultado da preocupação das ameaças

²³ *Idem.*

²⁴ GIL, Tiago Luís. *Op. cit.* p. 32.

²⁵ GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. *Op. cit.* p. 57.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

estrangeiras²⁶, mas perderam parte do que consideravam seu território para os ingleses, poderosos vizinhos a partir de 1814 ao tomarem as colônias holandesas do Essequibo, Demerara e Berbice, e empurraram a fronteira com os portugueses para o rio Tacutu.

Embora representem situações completamente distintas, uma vez que na fronteira Sul os portugueses tentavam se apoderar de domínios que eram inicialmente espanhóis e no Norte os portugueses se consideravam conquistadores das terras amazônicas do Brasil e estavam expulsando impérios invasores, esse contexto nos oferece a possibilidade de observar as diferenças entre os dois extremos, relacionado aos confrontos entre estes impérios coloniais.

Dessa forma, como já apontado por Gil²⁷, enquanto no extremo Sul os confrontos entre portugueses e espanhóis era estrutural, durando até a consolidação dos Estados Nacionais que se formaram no início do século XIX na região, levando Osório²⁸ a acreditar que a fronteira mais conflitante do império português na América, durante o século XVIII, foi a meridional. No extremo Norte, esses confrontos, no século XVIII, e depois, foram esporádicos, tanto com espanhóis quanto com holandeses, exceção à tentativa de anexação espanhola do vale do rio Branco²⁹.

Nessas lutas pela posse do território todos os sujeitos que constituíam aquela sociedade atuavam buscando satisfazer seus próprios interesses. Por esse motivo, embora os impérios coloniais conduzissem sua política de acordo com seus objetivos de conquista para cada região, não significa que todos os moradores tivessem a mesma concepção de fronteira que os governantes, como observam Thompson Flores e Farinatti³⁰ com a noção de “fronteira manejada” apontada anteriormente.

3. Em defesa do Império ou em nome da cobiça? Os homens e a produção econômica na fronteira

²⁶ VIEIRA, Jaci Guilherme. *Op. cit.* p. 20.

²⁷ GIL, Tiago Luís. *Op. cit.* p. 27.

²⁸ OSÓRIO, Helen. *Op. cit.* p. 55.

²⁹ GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. *Op. cit.*

³⁰ THOMPSON FLORES, Mariana F. C.; FARINATTI, Luís Augusto E. *Op. cit.*



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Como já observado anteriormente as estruturas social e de produção das duas fronteiras no século XVIII eram completamente distintas. No extremo Sul a sociedade se apresentava muito mais dinâmica, com a presença de diversos grupos sociais, como autoridades coloniais, militares, religiosos, estancieiros, lavradores, comerciantes, escravos e diversos grupos indígenas, como apontam Gil³¹; Hameister e Gil³²; e Osório³³.

Enquanto isso no extremo Norte, entre as décadas de 1730 e 1740, se observou a atuação das tropas de resgate, que na busca pela mão-de-obra indígena eram compostas por colonos e por índios a serviço destes, os indígenas caçados para serem escravizados e, esporadicamente, holandeses que faziam contato com as populações autóctones para sua rede de comércio na região. E a partir da década de 1750 militares portugueses, e espanhóis no curto período da invasão da região, eventualmente alguns funcionários da Coroa portuguesa que passavam pela região para verificar suas condições, e indígenas de diversas etnias³⁴.

Criticando determinada corrente historiográfica tradicional sobre o Rio Grande do Sul, Osório³⁵, coloca que, durante algum tempo, a sociedade foi apresentada como só possuindo conflitos externos, gerados pelas disputas territoriais entre os impérios português e espanhol, e com a Independência, entre Brasil, Uruguai e Argentina. No entanto, alguns novos estudos brasileiros, argentinos e uruguaios, tem apresentado uma sociedade colonial muito mais complexa e conflituosa.

Esse aspecto não difere muito do que ocorreu para o vale do rio Branco, em que uma bibliografia ligada aos grupos de poder locais conduziu uma produção voltada para a legitimação das propriedades e posições de determinados grupos na sociedade, importante em uma região onde os conflitos fundiários são uma constante³⁶.

Desse modo, embora percebemos estruturas sociais bem diferentes para essas fronteiras, Gil aponta que existia uma situação de simultaneidade de conflito e

³¹ GIL, Tiago Luís. *Op. cit.*

³² HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luis. *Op. cit.*

³³ OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*

³⁴ GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. *Op. cit.*

³⁵ OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*

³⁶ GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. *Op. cit.*



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

relacionamentos entre os diversos agentes, internos ou externos às fronteiras coloniais. Para Gil a defesa do território e o contrabando, por exemplo, poderiam ser feitos pelos mesmos homens³⁷.

Nesse sentido, as tropas regulares enviadas de Portugal, provavelmente não teriam a força necessária para realizar um contra-ataque contra os espanhóis sem a ajuda das populações locais, situação que não era exclusiva da fronteira meridional, sendo percebida também na Amazônia colonial, sendo necessária a contínua negociação com os poderes locais para a manutenção da unidade do Império, sempre dependente das elites locais.

Para Celso Castro e Adriana Barreto de Souza³⁸, “[...] **os homens que se engajaram nas primeiras expedições dirigidas à Amazônia eram militares, porém não do Exército**”. **Para os autores os militares que integravam as expedições enviadas à Amazônia nas primeiras décadas do século XVII não podiam representar o esforço do Exército português, nem mesmo luso-brasileiro, eram recrutados na população local. Para os autores “[...] vale destacar é que esses homens não se moviam por um sentimento de dever para com a pátria ou a nação, menos ainda pela defesa de uma idéia de soberania nacional [...]”, mas sim por cobiça**³⁹.

Quanto a estrutura econômica para a fronteira meridional a produção e as atividades, como observam Gil⁴⁰; Hameister e Gil⁴¹; e Osório⁴²; eram bastante diversificados, com a pecuária, o comércio e o contrabando, o cultivo de diversos produtos, entre outras atividades que envolviam os diversos sujeitos históricos que construíram a fronteira no extremo Sul, resultado da forma de ocupação da região, incentivada pela Coroa portuguesa.

Situação bem diferente do rio Branco, se comparada à fronteira Sul. Embora as duas regiões tenham feito parte da estratégia de defesa portuguesa de suas fronteiras a situação ao Norte era mais complexa devido à menor ocupação e atividades

³⁷ GIL, Tiago Luís. *Op. cit.*

³⁸ CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. *A defesa militar da Amazônia: entre história e memória*. In: CASTRO, Celso (Org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 34-35.

³⁹ *Idem*, p. 51.

⁴⁰ GIL, Tiago Luís. *Op. cit.*

⁴¹ HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luis. *Op. cit.*

⁴² OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

econômicas que fixassem os colonos. Assim, enquanto no Sul a expansão foi feita por meio do avanço militar e da atividade comercial, o rio Branco fazia parte da estratégia de manutenção da Amazônia portuguesa e isto estava acima até de seu valor comercial, visto que tendo acesso ao Branco o caminho estava livre para interior da Amazônia⁴³.

Dessa forma, até a década de 1730 o vale do rio Branco, por meio das etnias indígenas que habitavam a região, integrou a rede de comércio dos holandeses do Essequibo, o que representava um perigo para Portugal, tanto para a posse do território quanto economicamente. Na década de 1740 foi integrado ao mercado interno da colônia, por meio da captura sistemática de indígenas pelas tropas de resgate para o abastecimento do Grão-Pará e do Maranhão, com o apoio do Estado português, atividade que será encerrada sob ordens da Coroa, tendo em vista que se aproximava o Tratado de Madrid, e com ele uma nova política de ocupação para o rio Branco⁴⁴.

Para as décadas de 1750 e 1760, os portugueses utilizar a região como área de abastecimento para o rio Negro, principalmente de peixes e tartarugas, situação que mudaria em 1775, após a invasão espanhola, quando, para ocuparem efetivamente o vale do rio Branco e obterem de forma definitiva a sua posse, os portugueses decidiram montar um sistema com cinco aldeamentos, promovendo o deslocamento de diversas etnias da região para mobiliá-los, buscando subjugar os indígenas aos interesses portugueses de consolidação da ocupação da fronteira⁴⁵.

No entanto, conforme Farage⁴⁶, ao contrário do que esperavam os portugueses, esses aldeamentos nunca conseguiram transformar-se em núcleos estáveis de povoamento e, por conseguinte, unidades autônomas de produção, e foram praticamente destruídos com as insurreições indígenas de 1781, e retomados em 1784, de 1790.

Mesmo com todas as dificuldades e com a improdutividade, os portugueses mantiveram a estratégia por vários anos, seria mantido por mais tempo, não tivesse

⁴³ GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. *Op. cit.*

⁴⁴ FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991, p. 74.

⁴⁵ VIEIRA, Jaci Guilherme. *Op. cit.*

⁴⁶ FARAGE, Nádia. *Op. cit.*



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

eclodido os ciclos de revoltas, o que evidenciava a falta de recursos para investir no deslocamento de não-índios para a região⁴⁷, enquanto no extremo Sul esse deslocamento de colonos era incentivado e mantido pela Coroa portuguesa.

Para Vieira⁴⁸, a construção do Forte São Joaquim, como estratégia militar de ocupação e os aldeamentos indígenas, não foram suficientes para formar um núcleo populacional no rio Branco. Dessa forma, no final do século XVIII, um novo projeto de ocupação será adotado na região, no entanto, devido à falta de uma atividade mercantil que atraísse o não-índio, efetivou-se a introdução do gado para tentar intensificar a presença do Estado português no alto rio Branco.

Embora os viajantes que passaram pela região nas décadas de 1770 e 1780 já observassem a possibilidade da atividade pecuária no rio Branco⁴⁹, e o gado fosse uma importante fonte de renda e de avanço na fronteira Sul, só no final do século XVIII começa essa atividade na fronteira do extremo Norte, e no início do século XIX, restava a pecuária como opção de exploração econômica da região, com o objetivo de integrar a área ao mercado interno da Amazônia e torná-la atrativa à fixação de não-índios.

Considerações Finais

Embora já analisadas por muitos autores que estudaram as fronteiras meridional e setentrional do Império português na América do Sul no século XVIII, consideramos importante apontar novos problemas e possibilidades de análise acerca da temática da construção das fronteiras nessas regiões, e muito ainda há por pesquisar, pensar e escrever sobre o tema, que não poderiam de forma alguma ser esgotados no espaço limitado das poucas páginas deste estudo.

Diversas são as possibilidades de análise, em diversos campos da História, seja social, cultural, político ou econômico, separados ou conjuntamente, possibilitados pela metodologia comparativa que contribui para, a partir do estudo da fronteira do

⁴⁷ VIEIRA, Jaci Guilherme. *Op. cit.*

⁴⁸ *Idem*

⁴⁹ GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. *Op. cit.*



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

extremo Sul, se possa conhecer melhor a história da fronteira do extremo Norte, menos estudada.

No entanto, consideramos que o mais importante neste estudo, ou em outros, independente se abordam o social ou o cultural, o político ou o econômico, é perceber o caráter móvel, dinâmico, permeável e polissêmico das fronteiras, principalmente para aqueles que nelas viveram, trabalharam e lutaram.

Cada grupo social, ou cada sujeito, a viam de uma forma, seja lutando nas disputas militares, ou contrabandeando gado, ou sendo aldeados para servirem de argumentos políticos na definição da posse do território, enfim, cada um teve seus próprios motivos e interesses, e acima de tudo, procuraram satisfazer suas próprias necessidades no contexto que lhes impunha algum tipo de limitação nos contatos na fronteira.

Referencial Bibliográfico

- BARROS, José D'Assunção. *História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história*. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, PPG em História Comparada/UFRJ, v. 1, n. 1, jun. 2007.
- CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. *A defesa militar da Amazônia: entre história e memória*. In: CASTRO, Celso (Org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 31-68.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760 – 1810)*. IFCS/UFRJ, 2002, Dissertação de Mestrado.
- GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. *Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do vale do rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX*. Monografia (Especialização em História Regional). Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2008.
- HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luis. *Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)*. In: FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA, Carla M. C.; SAMPAIO, Antonio C. J. *Conquistadores e negociantes. Histórias de elites*



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 265-310.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

THOMPSON FLORES, Mariana F. C.; FARINATTI, Luís Augusto E. *A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil.* In: HEINZ, Flávio (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais. Subsídios para uma história comparada da América Latina.* São Leopoldo: Oikos, 2009, pp. 145-177.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980.* Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

ZIENTARA, Benedikt. *Fronteira.* In: Enciclopédia Einaudi, v. 14, *Estado-Guerra.* Lisboa: Casa da Moeda, 1989, pp. 306-317.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O CAMINHO DAS MISSÕES E A EFETIVA OCUPAÇÃO LUSA DO NOROESTE RIO-GRANDENSE

Greice Corrêa*

Esse artigo pretende abordar a importância que teve a abertura do Caminho das Missões para a efetivação da ocupação lusa do atual território noroeste do Rio Grande do Sul. Para tanto se faz necessária uma rápida contextualização histórica dos fatores que levaram esta região também denominada de região missioneira a ser alvo, mesmo que tardiamente, do interesse lusitano.

Entre 1580 a 1640, os holandeses exerceram domínio sobre o nordeste brasileiro e dominaram também as zonas da África fornecedoras de mão de obra escrava. Isso acarretou na falta de mão de obra escrava africana para o restante do Brasil. Os paulistas a muito já se ocupavam das negociações de compra e venda de escravos, com a falta de mão de obra africana voltaram seus olhos pra os índios, na busca por estes lançaram-se contra as reduções da Companhia de Jesus na região de Itatin e Guairá, em território ibérico.

Os índios reduzidos já acostumados com o trabalho eram alvo fácil para os paulistas. Fugindo dos ataques destes, os padres Jesuítas adentraram em território rio-grandense e fundaram as reduções do Tape em 1626 esta, estendia-se pela bacia do Jacuí, limitando-se por um lado com os contrafortes das serras do Mar e Geral, e com o rio Uruguai, por outro. No intuito de manter os índios reduzidos em 1634, segundo Bruxel (1985, p. 80), o padre jesuíta Cristóvão de Mendoza buscou gado em Corrientes para servir de abastecimento de carne, e para auxiliar no transporte da erva-mate.

No encalço dos índios reduzidos, os bandeirantes paulistas alcançaram as reduções do Tape no ano de 1636, escravizando milhares deles para as lavouras do sudeste. As bandeiras entraram no território missioneiro até 1641, quando se deu a batalha de Mbororé, vencida pelos índios reduzidos. Além disso, em 1840 os

* Mestranda em História Regional na Universidade de Passo Fundo. Bolsista da Capes.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

portugueses conseguiram expulsar os holandeses das costas da África e com isso o tráfico negreiro foi restabelecido.

Com as Missões arrasadas pelos paulistas, os padres da Companhia de Jesus não mais tiveram como se manter no Tape. Abandonaram as terras e o gado e **voltaram para a margem ocidental do rio Uruguai, onde “lês resultaría más fácil la defensa al poder conjugar fuerzas con los índios de la misión de Concepción y de los pueblos del Paraná” (LARGUIA, 2000, p. 18).**

Os jesuítas abandonaram as reduções do Tape, mas deixaram na região uma boa quantidade de gado bovino, este gado, em uma região de campos propícios para a pecuária, com boas pastagens e água em abundância, se multiplicou **extraordinariamente, e segundo Larguia, “estas generaron décadas después lo que se denominó la Vaquería del Mar” (2000, p. 20).**

Este gado foi encontrado mais tarde por D. Manoel Lobo em 1680 na recém fundada Colônia do Santíssimo Sacramento. A preia desse gado xucro se tornou então um dos pilares da economia rio-grandense. Por volta de 1694, surgem as primeiras estâncias nas proximidades da Colônia do Sacramento. Nessas estâncias, **também chamadas “cimarronas”,** por não ter instalações fixas, o gado era abatido em campo aberto e retirado somente o couro; as carcaças eram deixadas para os chacais, tigres e aves carniceiras.

O comércio da courama era altamente lucrativo. Desta atividade predatória participavam os portugueses da Colônia do Sacramento, os índios aldeados com a **devida permissão das autoridades espanholas e “indivíduos que, sem rei, sem fé e sem lei, vaqueavam por conta própria, vendendo os couros a quem lhe pagasse mais”** (PESAVENTO, 1984, p. 10). Com este abate indiscriminado, o rebanho da Vacaria do Mar estava esmorecendo. Este fato chamou a atenção dos padres da Companhia de Jesus que desde 1682 estavam retornando á margem esquerda do rio Uruguai e ali fundaram as reduções que mais tarde ficaram conhecidas como os Sete Povos das Missões. Desta forma,

talvez em 1702, os administradores dos Sete Povos, sabedores da existência de grandes campos no Planalto, protegidos – ao norte, sul e leste – por densos pinheirais, enviaram vaqueiros para introduzir gados na região, a fim de



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

criar reservas de animais. Ao se propagarem, os animais deram origem à Vacaria dos Pinhais ou Campos da Vacaria, mais tarde também explorada pelos lusitanos (MAESTRI, 2006, p. 17).

Em 1739, segundo Flores, após anos de abate indiscriminado, já não havia mais gado na Vacaria do Mar. O abate, que até essa época tinha como objetivo a **extração do couro e do sebo, liquidou com os rebanhos. “Terminado este estoque, partidas de espanhóis, portugueses e índios infiéis passaram a roubar nas estâncias missioneiras” (FLORES, 2006, p. 53).**

Além das Missões sofrerem com o constante assédio, dos grupos acima citados, em 1750 foi assinado o Tratado de Madri, no qual, em síntese, Espanha e Portugal acertaram a troca da região dos Sete Povos das Missões (núcleo hispânico) pela Colônia do Sacramento (núcleo luso). Originando assim a chamada Guerra Guaranítica

¹ (1753 a 1756), na qual os índios guaranis missioneiros pegaram em armas e lutaram pelo direito de permanecer na região. Os índios missioneiros perderam a guerra, os jesuítas foram expulsos e a administração leiga espanhola, subordinada a Buenos Aires, assumiu o controle dos Sete Povos.

O território missioneiro só saiu do domínio ibérico para cair em mão lusa após a conquista das Missões² em 1801, por Gabriel Ribeiro de Almeida, José Borges do Canto, Manoel dos Santos Pedroso e os dragões do Rio Pardo. A partir da conquista, o território missioneiro ficou sob administração político-militar portuguesa e os conquistadores receberam como prêmio por sua atuação sesmarias na região.

Porém, mesmo a conquista das Missões não foi capaz de efetivar o povoamento da região. Dentre os principais motivos para a não ocupação do território podemos destacar: 1) As tensões provocadas pelos diversos confrontos armados que se sucederam ao longo da primeira metade do século XIX, a exemplo

¹ Sobre esta recomenda-se a obra *A Guerra Guaranítica*, de GOLIN, 2004.

² Em 1801 a Espanha, aliou-se à França de Napoleão, declarando guerra a Portugal, aliada da Inglaterra. Logo, o estado de Guerra chegou à América. Rapidamente organizaram-se as tropas portuguesas. Vários desertores, aproveitando-se da anistia oferecida pelo Regimento de Dragões de Rio Pardo, se apresentaram como voluntários, para que assim se pudesse organizar um exército de paisanos. Este exército, em menos de um mês, conquistou os Sete Povos Missioneiros, sendo que, no dia 30 de agosto de 1801, o governador da Capitania de Santo Catarina, Veiga Cabral, nomeou Joaquim Félix para governador de São Miguel, e a indicou como capital das Missões. Para mais detalhes a respeito, indica-se GOLIN, 2002.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

das ofensivas de D. João no Prata, culminando com a ocupação do território missioneiro por Artigas; a Guerra Cisplatina e a Revolta Farroupilha. 2) A resistência dos indígenas da família Gê, (coroados, kaingang), que resistiam a ocupação de seus territórios, promovendo assaltos e extermínios a quem adentrasse em seus domínios. 3) A falta de uma estrada que ligasse o território missioneiro ao centro comercial brasileiro.

Como prova da exígua ocupação do território, ao longo da primeira metade do século XIX, temos os registros da população missioneira conforme seguem:

Segundo dados do censo feito na época da Conquista das Missões, a população missioneira contava com 14.010 índios³.

O censo de 1814 indicou que a população das Missões era de 7.951 habitantes, incluindo índios, brancos, livres de cor, negros e recém-nascidos, já no censo de 1822 o número de habitantes era de 2.350 pessoas⁴

Conforme mapa feito pelo administrador geral das Missões, datado de 28 de outubro de 1827, no ano de 1825 a população total das Missões era de 1.847 pessoas.⁵

Em 1828 após a investida de Fructuoso Rivera, com exceção de São Borja, todos os outros povos estavam desertos⁶. Chegando assim no ano de 1835⁷ ao espantoso numero de 377 índios.

Nas primeiras décadas de 1820, a região dos antigos Sete Povos das Missões, ainda, apresentava uma ocupação mal consolidada. Trindade (1992, p. 35), baseado nos relatos de Saint-Hilaire, relata que o caminho era pontilhado de estâncias recém-devastadas e recém-ocupadas com míseras choupanas, com não mais que uma década de existência. Ao passar por Santo Ângelo no dia 22 de março de 1821, o **botânico Saint Hilaire, registrou que “a população não vai além de 80 pessoas, excluídas as crianças de 8 a 10 anos, e que desse número apenas uns 10 homens estão em condições de trabalhar.”**⁸

³ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981, p. 50. Consta no censo o número de habitantes de cada um dos Sete Povos das Missões.

⁴ Idem, ibidem.

⁵ GAY, 1827, p. 617.

⁶ GAY, op. cit. p. 622.

⁷ PINHEIRO, 1839, p. 266.

⁸ HILAIRE apud BINDÉ, 2006, p. 37.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Esses dados revelam o progressivo abandono da região das Missões, levando as outrora prósperas cidades missioneiras, a se tornarem desertas. Nicolau Dreys, ao passar pela região missioneira salienta que:

Ali, a civilização retrogradou; o silêncio do deserto estende-se pouco a pouco sobre essas vilas outrora florescentes, e o trabalho lento, mas incansável da destruição, que já se não vê paralizado pela mão reparadora do homem, vai de dia em dia desmoronando esses templos elegantes e as moradas numerosas de regulares que o circundam; ele restringe e aniquila gradualmente as culturas dessa terra fecunda donde dimanava a abundância e a fortuna do país (1961, p. 105).

A estrada das Missões há muito já era conhecida dos indígenas e, até mesmo, por tropeiros. Atestando a antiga existência deste caminho tem-se a cópia da carta **“Demonstração da parage mais conveniente para juntarem-se as tropas, que devem continuar a demarcação, que ficou parada no ponto de Sta. Tecla”**⁹, de 1758 e aponta para a estrada que mais tarde ficou conhecida como Caminho das Missões.

É certo que a estrada que liga os povos missioneiros aos campos de Vacaria é bastante antiga, porém, a grande questão era ligar essa estrada aos campos de Guarapuava e ao centro comercial da época. Para tanto, Diogo Pinto, seguindo ordens do Comandante de Palma¹⁰, iniciou o processo exploratório rumo ao sul. Porém, quem prosseguiu a exploração foi o alferes Atanagildo Pinto Martins que, comandando uma pequena escolta e tendo como guia o índio Jongong, levou cerca de três meses para chegar em São Borja das Missões. Após realizar o longo percurso chegou em 17 de abril de 1816.

Essa expedição não chegou a concretizar a abertura do caminho das Missões, uma vez que o índio Jongong, sabedor dos perigos que representavam os índios **coroados “desvia a escolta para leste, distanciando-se das Missões”** (RODERJAN, 1991, p. 69). Porém, a expedição não foi um total fracasso, uma vez que através desta é descoberta a região dos Campos Novos e redescoberto o Caminho das Missões, ligando Vacaria a Santo Ângelo. Essa rota acelerou o processo de ocupação do

⁹ BLASCO, 1758. Disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁰ Detalhes sobre a abertura do caminho das Missões, ver RODERJAN, 1991.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Planalto Médio surgindo núcleos populacionais como os de Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha etc.¹¹

As revoltas que se seguiram, bem como a violenta resistência oferecida pelos índios coroados, fez cessarem as expedições em busca da abertura de tal estrada. Apenas em 1845, o presidente da província de São Paulo, Manoel da Fonseca Lima, retomou o processo de exploração, sendo este levado a cabo pelo alferes Francisco Ferreira Rocha Loures que, acompanhado do índio Condá, seu amigo de infância, **“formidável e temido entre os seus”**¹², assegurou a passagem pelos campos de Nonohay e abriu acesso por tais paragens, neutralizando os embates com os índios que tão frequentemente aconteciam. Desta forma, em 1845 foi finalmente concretizado o caminho das Missões pelo passo do Goio–Em.

Essa rota proporcionou grandes lucros para o comércio durante as décadas seguintes, tornando-se a mais utilizada para o transporte de gado em marcha para São Paulo, uma vez que a economia brasileira exigia um grande abastecimento de mulas, e estas passaram a ser transportadas da Argentina para o Brasil via São Borja das Missões, encurtando assim a viagem até a feira de Sorocaba.

A partir da abertura do caminho das Missões e tendo diminuído os perigos representados pelos nativos, ocorreu um aumento da ocupação populacional na região. A Estrada das Missões, além de facilitar a marcha do tropeiro, já que, segundo Barroso¹³, a topografia do oeste sul-rio-grandense era mais favorável ao comércio das tropas, acabou auxiliando a povoação da região missioneira, já que muitos núcleos populacionais se formaram as margens da Estrada das Missões.

Com o novo caminho, que apresentava vantagens¹⁴ aos tropeiros, e com a doação de sesmarias focalizando a ocupação do território missioneiro, as Missões começaram a ser repovoadas e os núcleos populacionais, que mais tarde originaram as cidades atuais, começaram a despontar. São Borja já era conhecida e muito utilizada para compra e ou contrabando de gado. Mas a partir da efetiva ocupação lusa do território missioneiro, outros núcleos populacionais despontam.

¹¹ MAESTRI, 2006, p. 87.

¹² BANDEIRA apud RODERJAN, 1991, p. 106.

¹³ BARROSO 2006, p. 183.

¹⁴ Menor que o antigo caminho, disponibilidade de campos para invernada e engorda, maior facilidade na travessia, já que não apresentava os desfiladeiros do antigo caminho.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Segundo Golin,¹⁵ a ocupação da região norte-nordeste se deu de forma diferenciada dos demais processos de ocupação do sul do Brasil.

No planalto sul-rio-grandense, os posseiros introduziram-se entre os matos Castelhana e Português, antigo caminho das Missões – ou Caminho do Meio -, com pequenas lavouras, carijos para fabricação de erva-mate e alguns animais. A expansão ocorreu a partir dessa cunha, que se converteu em pólo irradiador, para os sentidos sul (indo ao encontro da progressiva expansão que ocupava a bacia norte do Jacuí) e noroeste, no território do Mato Castelhana, dimensionado na bacia-sul do Rio Uruguai, entre as pontas dos afluentes do rio Ijuí e a ocidente do rio Inhandava (GOLIN, 2002, p. 126).

Com a ocupação do território por posseiros tem-se a fundação de Cruz Alta, a qual, segundo Zimmermann¹⁶, se originou de um antigo pouso de tropeiros. Por volta de 1850, a atual Cruz Alta já contava com cerca de 100 casas.

A vila de Cruz Alta durante muitos anos abrangeu boa parte do território missioneiro. Em 1855, o município de Cruz Alta contava com nove distritos, sendo: 1º. Distrito – Vila de Cruz Alta (atual município de Cruz Alta); 2º. Distrito – Santo Ângelo (Atual município de Santo Ângelo); 3º. Distrito – São Miguel (atual município de São Miguel das Missões); 4º. Distrito – Piratinim (região ao sul do Distrito de São Miguel, limitava-se também à oeste com São Borja e, a leste, com parte do Distrito de Santo Ângelo e o 1º Distrito) 5º. Distrito – São Xavier (hoje pertence ao município de São Francisco de Assis); 6º. Distrito – São Martinho (atual município de São Martinho da Serra); 7º. Distrito – Soledade (Atual município de Soledade); 8º. Distrito – Passo Fundo (atual município de Passo Fundo) e 9º. Distrito – Palmeira (atual município de Palmeira das Missões).

Devido a grande extensão territorial e a dificuldade de administração do vasto território, em 1857, Passo Fundo deixou de pertencer ao município de Cruz Alta. Com o passar dos anos, assim se sucedeu com os demais distritos até chegarmos à configuração atual.

A relação do povoamento com a abertura do Caminho das Missões pode ser observada pela progressão dos censos:

¹⁵ GOLIN, 2002, p. 126.

¹⁶ ZIMMERMANN, 1991, p. 09.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Segundo o “Quadro da população livre de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 1846, organizado pelo encarregado da Statistica, segundo as listas parochiaes e de delegados da **mesma província**”¹⁷, o município de Cruz Alta detinha 6 distritos como consta no quadro abaixo:

Distrito	Total da População
1ª Distrito da Villa Do Espirito Santo da Cruz Alta	1704
2ª Distrito de S. Martinho	1433
3ª Distrito da Capella da Soledade	1272
4ª Distrito de Passo Fundo	1183
5ª Distrito de Palmeira	1111
6ª Distrito de São Miguel.	789
Total	7492

Conforme o referido censo, o município de Missões estava distribuído da seguinte forma:

Distrito	Total da População
Distrito da Villa de São Borja	2419
Distrito da Cruz de Itaquy	1739
Distrito de Camaquam	1682
Distrito de São Francisco de Assis	664
Distrito de S. Xavier	627
Total	7131

Com base no mapa da “população da província no fim do ano de 1858, segundo o mappa tirado pelas listas de **família**”¹⁸, tem-se a seguinte distribuição populacional na região missioneira: 5º Distrito de Santo Ângelo - 1858 habitantes; 6º Distrito de São Miguel – 3241 habitantes; 1º Distrito de São Borja - 3986 habitantes; e 3º Distrito de São Luiz - 1635 habitantes. Totalizava 10.720 habitantes, entre livres, libertos e escravos.

Com base nesses dados podemos observar o grande aumento do contingente populacional da região missioneira do Rio Grande do Sul após a abertura do

¹⁷FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981, p. 60.

¹⁸ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981, p. 66.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Caminho das Missões. Comprova-se, assim, a importância deste para a ocupação do território. Contudo sabe-se que este não foi o único fator impulsionador de tal ocupação já que, somado a este fato, tem-se as concessões de sesmarias aos posseiros e estancieiros, cedendo a estes as terras dos índios missioneiros e kaingangas, com respaldo na lei número 36, de 21 de outubro de 1843, na qual o governo brasileiro integrou as terras de ocupação indígena ao território nacional e mais, é claro, a própria configuração histórica e econômica do Brasil, que levavam a busca da expansão dos limites territoriais.

Referências

- BARROSO, Vera Lucia Maciel. O Tropeirismo na Formação do Sul. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História do Rio Grande do Sul*: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- BINDÉ, Wilmar Campos, *Santo Ângelo*: Terra de muitas histórias. Santo Ângelo: Multicor, 2006.
- BLASCO, Miguel Angelo de. *Cart1095063*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1758.
- BRUXEL, Arnaldo. *Os Trinta Povos Guaranis*. 2ª ed. Porto Alegre: EST/ Nova Dimensão, 1987.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Divisão Cultura, 1961.
- FLORES, Moacyr. A Colonização Espanhola e as Missões Jesuíticas. In: SCHALLENBERGER, Erneldo.[org.] *O Guairá e o espaço missioneiro*: índios e jesuítas no tempo das Missões rio-platenses, 2006.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*: censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1986.
- GAY, João Pedro. História da Republica Jesuítica do Paraguay. Desde o descobrimento do Rio de Prata até os nossos dias, anno de 1861. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethinographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geographico e Ethinographico do Brasil, 1863.
- GOLIN, Tau. A conquista do noroeste sul-rio-grandense. In: *História Debates e Tendências*. Passo Fundo: UPF, v. 3, n. 2, dez. 2002.
- GOLIN, Tau. *A Fronteira*: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica*: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos do Jesuítas e Índios guaranis do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Porto Alegre: UFRG, 1999.
- LARGUIA, Alejandro. *Missiones Orientales*: La província perdida. Buenos Aires: Corregidor, 2000.
- MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul*: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2006. (A ocupação do território,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

v.1).

- PESAVENTO, Santra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PINHEIRO, Jozé Feliciano Fernandes. *Annaes da Província de S. Pedro*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paris, 1839.
- RODERJAN, Rosely Vellozo. *Raízes e pioneirismos do planalto médio*. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1991.
- TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações Ltda, 1992.
- ZIMMERMANN, Florisbela Carneiro; *Biribas*: A contribuição do tropeiro à formação histórico-cultural do Planalto Médio Sul-rio-grandense. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1991.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

CINEMA E ESTADO AUTORITÁRIO: OS CINEASTAS NO ESTADO NOVO E NA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Guilherme de Almeida Américo*

Lucas Braga Rangel Villela**

A presente pesquisa discute a participação dos intelectuais do cinema em dois momentos políticos de autoritarismo no Brasil, o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar de Segurança Nacional (1964-1985). O objetivo é apresentar as características assumidas pela postura de dois grandes diretores do cinema nacional, como intelectuais, dentro destes regimes autoritários a partir de uma perspectiva da **História Comparada segundo o historiador Marc Bloch. José D'Assunção Barros** sintetiza os pressupostos de Marc Bloch de forma que

(...) se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum. Será por fim possível, se o que se observa são dois objetos ou realidades dinâmicas em transformação, verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo – e, mais ainda, se temos duas realidades contíguas, como uma influencia a outra, e como as duas a partir da relação recíproca terminam por se transformar mutuamente.¹

No contexto do Estado Novo analisaremos o discurso do principal cineasta do Instituto Nacional de Cinema Educativo, Humberto Mauro especificamente com o filme *O Descobrimento do Brasil* (1937). E nos anos 1960, o cineasta Glauber Rocha que apresenta postura revolucionária de contradição ao regime vigente, com a obra *Terra em Transe* (1967). Desta forma buscamos problematizar a relação entre o cineasta e o Estado. Para dar início a esta discussão é necessário analisarmos a

* Graduando do curso de História da UFSC e bolsista CAPES/MEC. E-mail: guiameric@gmail.com

** Graduando do curso de História da UFSC e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/SESu). E-mail: lucas_rangelvillela@hotmail.com

1 **BARROS, José D'Assunção.** História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, Campinas, v.13, p.7-21. 2007.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

importância da obra cinematográfica como fonte histórica e como ferramenta pedagógica e propagandística de diversos regimes políticos.

No século XXI é incontestável a presença da linguagem audiovisual como meio de comunicação nas esferas sociais. Devido a esta presença midiática no cotidiano do homem contemporâneo cada vez mais registros históricos importantes e banais, práticas culturais e indivíduos tem suas imagens e sons fornecidos pelos meios audiovisuais. Esse fenômeno do audiovisual, o qual o cinema está fortemente inserido, não pode ser deixado de lado pelo historiador.

A partir da década de 1960 a discussão por novas fontes historiográficas, proposta pela *Escola dos Annales*, traz diversas mudanças teóricas e metodológicas na historiografia abrindo possibilidades de se trabalhar com a obra cinematográfica como fonte e ferramenta na prática historiográfica. A relação entre a História e o Cinema esta sujeita a três definições básicas: o cinema na história, a história no cinema e a história do cinema. Segundo Marcos Napolitano:

O cinema na História é o cinema visto como fonte primária para investigação historiográfica; a história no cinema é o cinema abordado como produtor de discurso histórico e como intérprete do passado; e finalmente, a História do cinema enfatiza o estudo dos avanços técnicos, da linguagem cinematográfica e condições sociais de reprodução e recepção dos filmes.²

A perspectiva na qual nos basearemos neste ensaio é a História no cinema, na qual problematizamos a forma com a qual os diretores se utilizam do cinema para legitimar ou contestar o discurso histórico do Estado. Michele Lagny reforça esta ideia:

(...) o cinema é fonte de história, não somente ao construir representações da realidade, específicas e datadas, mas fazendo emergir maneiras de ver, de pensar e de sentir. Ele é fonte para a história, ainda que como documento histórico, o filme não produza, **nem proponha nunca um “reflexo” direto da sociedade, mas uma versão mediada por razões que dizem respeito à sua função.**³

O cinema, desde seu nascimento, tornou-se uma arte de intervenção na História e, simultaneamente, os chefes do poder compreenderam a função que o cinema poderia ter como um meio de dominação ideológica do Estado. Cada cineasta,

2 NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 240.

3 LAGNY, Michèle. O cinema como fonte histórica. IN: NÓVOA, Jorge (org.). *O Cinematógrafo*. Um olhar sobre a História. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p.110.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

em particular, está a serviço, também, de suas próprias ideologias. Como afirma Marc Ferro: “(...) seria ilusório imaginar que a prática dessa linguagem cinematográfica é, ainda que inconscientemente inocente.”⁴

Quando Walter Benjamin lança seu texto *A Obra de Arte na era da reprodutibilidade técnica*, afirma que a obra de arte no século XX, a partir de sua reprodutibilidade técnica, emancipa-se de seu critério de autenticidade, abrindo mão de sua aura⁵, para alterar sua função social, fundando-se em uma nova práxis, a política.⁶ A reprodutibilidade técnica do filme torna a sua difusão em massa obrigatória, desta forma, a produção de um filme é uma criação da coletividade. Os regimes autoritários e seus líderes sempre comandam e baseiam-se no apoio das massas, assegurados pelo princípio de liderança – o chamado ‘culto da personalidade’⁷.

O filme não deve ser um texto auto-suficiente em que o espectador é chamado para contemplar passivamente, e sim uma arma ideológica. O cinema é um meio de expressão e não de simples reprodução. Esta expressão é a representação dos interesses do diretor ou dos poderes financiadores e/ou ideológicos da obra cinematográfica.

A obra cinematográfica tem o poder de transpor o espectador para a posição de testemunha ocular do evento mostrado. Dessa forma, o diretor tem a pretensão, não somente de criar uma obra, mas de contribuir para que esta cinematografia faça parte da memória e da imaginação coletiva de uma sociedade. Portanto, antes de estudarmos o filme, devemos saber o que pensa o diretor, devemos estudar o autor da obra.

Observa-se a importância neste momento de concebermos o cineasta como um intelectual e desta forma, a sua organicidade dentro da estrutura ideológica e política dos regimes abordados neste trabalho, o Estado Novo e a Ditadura Militar no Brasil. Gramsci afirma que na estrutura ideológica não estão presentes somente as

4 FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e terra, 2010. p.18.

5 O conceito expresso por Walter Benjamin consiste em definir *Aura* como uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja. BENJAMIN, Walter. *A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica*. IN.: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 2004 p.170.

6 BENJAMIN, Walter. *Op. Cit.* p.171-2.

7 ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 p.346-7.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

organizações e seus membros que são responsáveis em difundir a ideologia dominante, mas os diversos meios de comunicação social e seus instrumentos, na qual permitam influenciar a opinião pública, tais como o sistema escolar e o cinema.⁸ Para o autor italiano, os meios audiovisuais são meios de difusão ideológica que possuem mais rapidez, raio de ação e impacto emotivo muito mais vastos que a comunicação escrita (livros, jornais), mas superficialmente e não em profundidade⁹.

Para o fortalecimento da ideologia dominante é necessário a organicidade dos intelectuais com a classe dominante, seja por pertencimento na mesma, seja pelo processo de *transformismo*¹⁰.

A importância dos intelectuais nestes dois contextos políticos brasileiros é antagônica. Apesar da profunda relação estética de seus filmes, se distanciam pelo fato de que no primeiro caso Humberto Mauro faz o seu cinema a partir de uma concepção do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE); de outro a motivação intelectual de Glauber Rocha é contrária à ideologia disseminada pelos intelectuais orgânicos do regime militar, valorizando o homem simples, o aspecto revolucionário do Terceiro Mundo motivado pela fome e pela opressão colonizadora dos regimes autoritários vigentes na América Latina durante as décadas da segunda metade do século XX.

Segundo Gramsci, tratando-se do intelectual orgânico, estes:

são os encarregados de animar e gerir a estrutura ideológica da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igrejas, sistema escolar, sindicatos, partidos etc.) e de seu material de difusão (*mass media*). Cada uma dessas funções – hegemônica, coercitiva, econômica – contribui para a unidade da classe fundamental e sua hegemonia no seio do bloco histórico.¹¹

O cineasta e teórico soviético Sergei Eisenstein observa no início da década de 1920 que a sociedade recebe as imagens dos filmes em função de sua própria cultura e o mesmo se passa com o conteúdo abordado e com os significados desta obra cinematográfica. Cada obra apresentará um novo significado a partir do momento da

8 PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.28.

9 Idem. *Ibidem*. p.29.

10 O Processo de Transformismo, segundo Gramsci quando os diligentes da classe dominante tentam cooptar os intelectuais das classes subalternas de modo que se aliem aos seus interesses políticos, abrindo mão de sua consciência de classe.

11 PORTELLI, Hugues. *Op Cit.* p. 109.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

história na qual esta está sendo analisada. “A leitura cinematográfica da História coloca o historiador o problema de sua própria leitura do passado.”¹²

Cinema e Estado Novo

Com a posse de Getúlio Vargas, no cargo de presidente, o ensino passou a fazer parte de um projeto político-ideológico, que tinha a missão de formar um novo homem brasileiro. O sistema educacional sofre então uma profunda reestruturação fazendo com que se enquadre dentro dos ideais nacionalistas que começam a se delinear no início da década de 1930, e que acabam se consolidando em 1937, com a formação do Estado Novo.¹³ A educação foi usada para a formação do homem brasileiro nos moldes do Estado Novo, seria a criação de um novo homem para a nova nação, é nesse contexto que entra o cinema, como poderosa ferramenta educacional a serviço do Estado servindo para propagandear esses novos ideais **imprescindíveis à formação do “homem estadonovista”**.

Em meio a todas essas discussões sobre a reforma do ensino e a inclusão do cinema como fonte de aprendizagem de valores, Getúlio Vargas assina, no dia 4 de abril de 1932, o Decreto 21.240, que passa a nacionalizar o Serviço de Censura de filmes, além **de promover a criação de uma “Taxa Cinematográfica para a educação popular”**.¹⁴

O decreto passa a estimular a produção de filmes voltados para a educação, **justificando que “o filme documentário seja de caráter científico, histórico, artístico, literário e industrial, representa, na atualidade, um instrumento de inigualável vantagem, para a instrução do público”**. Então **“considerando que os filmes educacionais são material de ensino”**, devem agir diretamente nas massas populares. Além de o decreto justificar o cinema educativo como material didático, destaca sua

¹² FERRO, Marc. Op. Cit. p.21.

¹³ ROSA, Cristina Souza da. *Para além das fronteiras nacionais: um estudo comparado entre os institutos de cinema educativo do Estado Novo e do Fascismo (1925-1945)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2008. p.23.

¹⁴ CATANI, Afrânio Mendes. *Aventura industrial e o cinema paulista (1930- 1955)*. In: RAMOS, Fernão (Org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art. Ed, 1987. p.284.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

função de propagandear o próprio país, tanto internamente como “fora das fronteiras”.¹⁵

A partir da análise do contexto da reforma da educação, onde o cinema era proposto como forte ferramenta educacional e do Decreto no 21.240 que passa a estimular a produção do cinema educacional nacional, são lançados os subsídios necessários para a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo, em 1937, que passa a organizar toda produção do cinema educacional de acordo com os valores nacionalistas que o Estado Novo pretendia propagandear à população. Os filmes produzidos pelo INCE a partir destes critérios, tinham a função de educar o povo brasileiro, transmitindo conhecimentos sobre o próprio Brasil, de modo a integrar as **suas diversas regiões exaltando valores necessários para se formar um “brasileiro novo” a serviço do Estado. As produções do INCE não foram apenas exibidas em instituições escolares, mas também em centros operários, agremiações esportivas e sociedades culturais, Humberto Mauro destaca a função do órgão em integrar a educação do país.**¹⁶

Humberto Mauro foi o principal diretor do INCE, tendo dirigido a maioria dos filmes produzidos pelo órgão.¹⁷ Um dos primeiros filmes a ser produzido nos moldes do INCE foi *Descobrimento do Brasil* de 1937, o qual definiu o que o instituto esperaria de um filme educativo. Ao longo do filme *Descobrimento do Brasil* pode se perceber a presença de projetos ideológicos na origem do Brasil, como:

- 1) o tema do Descobrimento do Brasil visto como mecanismo de ampliação da força do mito; 2) o cinema educativo que formula os pressupostos do “**verdadeiro filme histórico**”; 3) o **projeto do Estado de Getúlio Vargas** que visava utilizar os meios de comunicação como veículo de propaganda; e 4) o emprego do canto coral como forma de disciplinar as massas, tendo encontrado em Villa-Lobos, autor da trilha sonora do filme citado, um de seus maiores defensores.¹⁸

15 Decreto no 21.240/32. Disponível em <http://www.ancine.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=213&sid=69>, acesso em 12/06/2009.

16 SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2007. p.36.

17 MONTEIRO, Ana Nicolaça. *O cinema educativo como inovação pedagógica na escola primária paulista (1933-1944)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, FE. São Paulo. 2006. p.38.

18 Idem. Ibidem. p.39.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Humberto Mauro com sua produção, *Descobrimento do Brasil*, cumpria a função que o Estado Novo colocava para os filmes educativos, tentando estabelecer a integração do país por meio do cinema, seu filme pode ser entendido como propaganda da formação da nação brasileira a partir da chegada dos portugueses ao Novo Mundo.

O *Descobrimento do Brasil* é um filme documentário baseado na Carta de Pero Vaz de Caminha, destinada ao rei de Portugal, D. Manuel, o Venturoso. 19 **Durante as cenas do filme, são mostrados trechos da “Carta de Pero Vaz de Caminha”, de forma que o filme pareça se aproximar fielmente da realidade, além de reforçar o mito do descobrimento do Brasil, por meio das imagens. “O filme procurava ilustrar, de forma didática e descritiva, o que se aprendia nos livros escolares, incluindo a exaltação do português colonizador”.**²⁰

Esta observação de Vieira pode ser notada logo nas cenas iniciais do filme, as quais mostram as embarcações portuguesas sob o Oceano Atlântico, navegando em direção ao Novo Mundo, essas cenas são intercaladas por um mapa que demonstra o trajeto que a frota marítima estaria realizando para chegar ao Brasil. Toda essa narração vai sendo embalada por uma empolgante trilha sonora de Villa Lobos, certamente para criar um momento de expectativa para o público, além de possuir uma função de educação musical às massas.²¹

Além da Carta de Caminha, Humberto Mauro também utiliza como fonte o famoso quadro de Victor Meirelles, “A Primeira Missa no Brasil”, para reproduzir as últimas cenas do filme onde é cravada a enorme cruz no solo do Novo Mundo e a missa é rezada pelos portugueses, acompanhados das populações indígenas que se encontravam no local. O filme nos dá a impressão de que com o primeiro contato entre os recém chegados portugueses e a população indígena local, passa a ocorrer uma espécie de fusão de culturas, sendo que a cultura portuguesa aparece como

19 VIEIRA, João Luiz. A Chanchada e o Cinema Carioca (1930-1955). In: RAMOS, Fernão (org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art. Ed, 1987. p.149.

20 Idem

21 A trilha sonora que se passa ao longo do filme é de composição e direção musical de Villa Lobos, com a “Grande Orquestra sinfônica de cem vozes do Orfeão de Professores do Distrito Federal” (“O Descobrimento do Brasil”, 1937). Essa trilha sonora erudita é vista, segundo a análise de Morettin (apud, BEZERRA, 2008, p.35) como uma forma de educação musical para as massas, levando esse tipo de cultura da alta classe a todos que tivessem a oportunidade de assistir “O descobrimento do Brasil”, assim como o INCE pregava.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

superior. Contrariando todos os argumentos favoráveis ao filme, Graciliano Ramos faz dura crítica à obra cinematográfica em seu lançamento, acusando seus criadores de promover uma distorção da realidade quando exaltam os portugueses colocando algumas qualidades que eles não tinham enquanto que deveriam ser denunciados pelos seus verdadeiros propósitos e ações deflagradas contra os indígenas, os assassinatos e as escravizações.²²

O filme demonstra várias cenas em que os índios são “ensinados” pelos portugueses sem demonstrar nenhum tipo de resistência, acabando por assimilar facilmente a cultura dos recém-chegados colocando-os em posição de submissão. Isso pode ser observado na cena em que os portugueses oferecem travesseiros e cobertores a dois índios que entram na embarcação, imediatamente os índios se cobrem e colocam suas cabeças sobre o travesseiro. Além da aceitação da nova cultura ser feita de forma imediata ela é posta como superior aos costumes indígenas pré-existentes.

Após a derrubada da árvore que dará origem a cruz começa a cena da Primeira Missa, onde vários indígenas carregam a cruz até que ela seja cravada no solo da futura nação brasileira. Quando a missa se inicia, um índio pede para que os outros se ajoelhem para acompanhá-la, e a cena termina com alguns nativos sendo batizados, **representando a ideia da disseminação da cultura “civilizada” para o Novo Mundo**, como se fosse uma semente que daria origem a nova nação. Com esse desfecho, *O Descobrimento do Brasil* demonstra a ideia da fundação do Brasil, que se encaixa nos moldes preestabelecidos pelo INCE. Como se a formação nacional proposta pelo Estado Novo começasse a partir do momento em que a cruz da primeira missa é cravada no solo do Novo Mundo, e no momento **em que a cultura “superior” dos portugueses se encontraria com a cultura selvagem dos nativos.**

Cinema Novo e Ditadura Militar brasileira

A América Latina no contexto das décadas de 1950, 1960 e 1970 permanecia colônia, diferenciando-se do colonialismo mercantilista pelo aprimoramento do

²² SCHAWARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as Imagens do Brasil*, São Paulo: Edunesp, 2004. p.151.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

colonizador. Os colonizados latino-americanos são marcados pela fome, pela miséria social devido à exploração econômica dos países industrialmente desenvolvidos. A fome latina é o nervo de sua própria sociedade, como afirma Glauber Rocha²³.

Na situação do Brasil anterior ao Golpe Militar de 1964, o nacionalismo popular está em discussão. Essa cultura nacional popular afirma uma identidade de fusão entre povo e nação com o objetivo de conservar e, ao mesmo tempo, guiar a transformação. O intelectual neste momento está alienado ao poder e essa alienação é um obstáculo à formação de uma consciência transformadora. O Cinema Novo surge como uma alternativa artística para esta alienação cultural e, ao mesmo tempo, como um movimento de renovação e originalidade. Gustavo Dahl, no livro *A Revolução do Cinema Novo de Glauber Rocha*, escreve: “O novo cinema é novo porque o homem brasileiro é novo e nossa luz é nova e por isto nossos filmes **nascem diferentes dos cinemas da Europa**”²⁴.

O princípio do Cinema Novo remonta 1955, ano em que Nelson Pereira dos Santos produziu *Rio 40 graus*, primeiro filme independente do ponto de vista de produção. Pereira dos Santos foi pioneiro na preocupação de retratar a realidade brasileira ao evidenciar posições políticas diante da dependência econômica do Brasil.²⁵

Na obra *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro*, Glauber Rocha estabeleceu os objetivos deste novo movimento e seus princípios estéticos, com o intuito de propor um cinema nacional economicamente autônomo, popular, baseado na realidade, de bom nível artístico e dotado de uma linguagem moderna.

A baixa qualidade técnica dos filmes, o envolvimento com a problemática realidade social de um país subdesenvolvido, e a agressividade, nas imagens e nos temas, usada como estratégia de criação, definiriam os traços gerais do Cinema Novo, cujo surgimento esta relacionado com o novo modo de viver a vida e o cinema, que poderia ser feito apenas com 'uma câmera na mão e uma idéia na cabeça'.²⁶

As mudanças políticas as quais o Brasil foi submetido a partir de 1964 instauraram uma situação que transtornou, em parte, o projeto do Cinema Novo. O golpe militar inviabilizara o projeto original dos cinemanovistas de discutir abertamente o Brasil, de valorizar

23 ROCHA, Glauber. *Revolução no Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.64-5.

24 Idem. *Ibidem*. p.52.

25 FIGUEIROA, Alexandre. O Cinema Novo. IN: *Cinema Novo: a onda no jovem cinema e sua recepção na França*. Campinas, SP: Papyrus, 2004. p.21.

26 CARVALHO, Maria do Socorro. Cinema Novo Brasileiro. IN: MASCARELLO, Fernando (org.). *História do Cinema Mundial*. Campinas, SP: Papyrus, 2006. p. 290.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

seguimentos sociais sem voz, com a câmera na mão, o som direto e a ida dos cineastas aos locais onde o real seria filmado. Inviabilizaram o 'cinema-verdade' brasileiro²⁷.

O Golpe de 1964 era uma realidade concreta. O golpe e o crescente autoritarismo político apoiado pelo imperialismo estadunidense afetaram o processo revolucionário na América Latina. A dominação imperialista tem como substrato o discurso modernizador e democrático baseado na fé e na ideologia de boa consciência para o dominador, e fatalismo e passividade do colonizador.

A partir de 1967, o Cinema Novo inseria-se no debate ideológico e cultural em curso no Brasil, cuja preocupação concentrava-se nos problemas de política geral e no impasse internacional do Brasil e da América Latina, diante dos questionamentos do Terceiro Mundo. A fome está presente no Cinema Novo, e essa fome é a originalidade deste movimento. O **destino do Terceiro Mundo, segundo Ventura, “depende do gesto transfigurador da fome, natureza bruta, em cultura revolucionária”**.²⁸

A *Estética da Fome*, manifesto de 1965 de Glauber Rocha, foi escrita em consonância com o debate de libertação nacional dos colonizados. A fome é o embrião ético e estético da revolução. A violência do colonizado enquanto estética valoriza uma linguagem que entra em **choque com a cultura dominante. “Enquanto lamento bárbaro do oprimido, a fome é redenção, natureza bruta que explode em violência. Lamento trágico que, convertido em arte, potencializa a vocação libertária de um povo”**.²⁹

O cinema de Glauber Rocha configura uma luta anti-colonial de oposição desenvolvido/subdesenvolvido, servindo de apoio para uma luta comum, contra um inimigo principal comum. A fundação do processo cultural no Brasil se constrói a partir do combate entre colonizador e nativo colonizado. O comportamento de um faminto colonizado é a violência, e esta violência não é primitivismo.

Uma estética da violência, antes de ser primitiva é revolucionária, eis aí o ponto inicial para o colonizador compreender a existência do colonizado; somente conscientizando sua possibilidade única, a violência, o colonizador pode compreender, pelo horror, a força da

²⁷ Idem. Ibidem. p.298.

²⁸ VENTURA, Tereza. A Estética da Fome IN: *A Poética Polytica de Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2000. p.204

²⁹ Idem



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

cultura que ele explora. Enquanto não ergue as armas o colonizado é um escravo.³⁰

O filme de Glauber Rocha, *Terra em Transe* foi um dos primeiros a abordar essas transformações políticas. A nova cultura revolucionária, onde criar é revolucionar, onde criar é agir, não pode estar desvinculada da revolução econômica e política.

O longa-metragem, *Terra em Transe*, é uma ficção produzida em 1967 em preto e branco de 115 minutos. Glauber Rocha, além de diretor e produtor, trabalhou no roteiro e no argumento do filme, que contou com 43 atores e cinco semanas de filmagem, além de trilha sonora de Sérgio Ricardo, Carlos Gomes, Verdi e assim como na obra de Humberto Mauro, Villa Lobos. O filme, que inicialmente se chamava *Terra Nuestra* e depois foi substituído pelo nome *Terra em Transe*, é uma alegoria política sobre o Brasil e a América Latina, que de forma operística, carnavalesca e, sem obedecer a ordem cronológica, aborda temas como o populismo e as utopias libertárias da esquerda.

O longa-metragem se passa na fictícia República de Eldorado, onde Paulo Martins, interpretado pelo ator Jardel Filho, é um poeta e jornalista ligado ao político tecnocrata e conservador Porfírio Diaz, interpretado pelo ator Paulo Autran. No enredo, quando Porfírio se elege senador, Paulo se afasta e viaja para a também fictícia província de Alecrim, onde conhece a ativista política Sara, interpretada pela atriz Glaucete Rocha. Na tentativa de lançar um novo líder político, capaz de mudar a situação do país, juntos, apoiam o vereador populista Felipe Vieira, interpretado pelo ator José Lewgoy. Ao ganhar a eleição, Vieira se mostra incapaz de mudar a situação social, é fraco e controlado pelas forças econômicas locais que o financiaram. Desiludido, Paulo abandona Alecrim e Sara e retorna à capital de Eldorado, onde se aproxima do maior empresário do país, Júlio Fuentes, interpretado pelo ator Paulo Gracindo. Durante a disputa presidencial, o empresário Fuentes cede um canal de televisão a Paulo, para ser usado contra o candidato Porfírio Diaz. Vieira e Paulo se unem novamente, mas Fuentes os trai e faz um acordo com Diaz. Com isso, Paulo se mostra determinado a iniciar uma luta armada, mas não tem apoio.

Terra em Transe, segundo o autor, é uma parábola sobre a crise ideológica e política da América Latina, onde os valores se encontram em choque, distante do caminho revolucionário, o único válido e conseqüente na luta pela transformação social. O filme seria mais uma expressão poética do que ficcional, pois sua narrativa rompe com a linearidade, evitando a cronologia. Em sua estrutura livre, cada seqüência é um bloco isolado, narrado em estilos diversos, que procura analisar um aspecto deste tema complexo. Usando o delírio

30 ROCHA, Glauber. Op. Cit. p.66



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

verbal de um poeta que está morrendo, vítima da polícia/ política, terra em transe é a história do ápice de uma revolução frustrada.³¹

O longa-metragem de Glauber Rocha não obedece nenhuma norma de cronologia, e se inicia com o delírio de morte do poeta Paulo. Com cenas marcantes e emblemáticas os estereótipos são traçados, criando uma ficção alegórica e crítica. As personagens são alegorias, que juntas figuraram a configuração política dos golpes militares na América Latina e no Brasil, a chamada *Terra em Transe*. O senador Porfírio Diaz, que ambiciona sempre maiores poderes, representa a direita, tecnocrata, anticomunista e a favor da abertura do Brasil aos Estados Unidos.

Fuentes, dono de um conglomerado de empresas representa a burguesia progressista, a face moderna da classe dominante. Empreendedor, dinâmico, ele é o proprietário da produção material. Um tecnocrata marcado pelo oportunismo político.

Vieira é o líder populista de origem rural, um 'coronel' que se alia ao progresso. A Esquerda o observa como um líder pré-revolucionário, o homem das reformas. Representa o político populista, que em sua campanha tem contato com as classes mais pobres, ouvindo problemas e prometendo melhorias.

Sara é a militante de partido, a figura disciplinada que cumpre as tarefas necessárias à preparação das reformas políticas do novo tempo. É a personificação da esperança, da racionalidade, do sacrifício. Álvaro é o amigo de Paulo que representa o intelectual ultrapassado, fraco. Jerônimo é a breve manifestação de um sistema sindical corporativo. É a parcela do povo que tem voz. Paulo Martins é poeta e jornalista, representante da elite intelectual brasileira, sempre contraditório e dialético, é ligado à Direita, mas apoia a Esquerda.

São essas caricaturas que vão dar corpo à representação do evento político como um grande transe populacional dos dominados/colonizados em relação à dominação do colonizador, representado na esfera política brasileira pela Ditadura Militar de Segurança Nacional. O golpe de Estado se apresenta como o ato de dominação/domesticação que definiria a ordem colonial. A violência vai ser a saída de redenção coletiva do colonizado.

31 ROCHA, Glauber. Op. Cit. p.247



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Paulo reivindica a luta armada pela permanência no poder, alusão à vontade de uma parcela da esquerda de resistir ao golpe militar no Brasil, mas assim como João Goulart, Vieira recusa-se à luta armada, devolvendo a metralhadora para Paulo. O destino da arma é permanecer com o poeta, com a classe intelectual, ao longo do transe brasileiro.

A arma exerce a imagem insistente da possível não realizada resistência armada. A arma representa a luta armada, a luta como ritual, sacrifício de sangue necessário à revolução brasileira. Nas palavras de Paulo:

Ando nas ruas e vejo o povo fraco, abatido. Este povo não pode acreditar em nenhum partido. Este povo, cuja tristeza apodreceu o sangue, precisa da morte mais do que se possa supor, o sangue que em seu irmão estimula a dor, o sentimento do nada que fez nascer o amor; a morte como fé e não como temor. 32

Considerações Finais

A partir da análise do cinema nessas duas temporalidades políticas brasileiras, notam-se convergências e divergências nos aspectos estéticos e temáticos tanto de Humberto Mauro quanto de Glauber Rocha. Enquanto que no filme *Descobrimento do Brasil* a proposta é legitimar o discurso do Estado Novo e divulgá-lo para a grande massa brasileira, em *Terra em Transe* ocorre o caminho inverso quando Glauber propõe um discurso cinematográfico de transgressão a política opressora da ditadura militar brasileira. Porém mesmo com discursos de posição políticas antagônicas, ambas as obras assumem homogeneidade a partir da perspectiva da presença da história na obra cinematográfica.

Ambos os filmes apresentam a relação entre colonizador e colonizado representados, no *Descobrimento* pelos portugueses e os indígenas, em *Terra em Transe* pela representação das classes dominantes tecnocratas e do povo faminto terceiro mundista. No primeiro filme há a exaltação do colonizador em detrimento do colonizado indígena como um reflexo a ser assumido pelo brasileiro do Estado Novo, em contrapartida, no segundo filme a imagem do colonizado oprimido é posta em destaque como aquele que deve subverter a ordem, mesmo que a partir da violência, imposta pelo colonizador. Enquanto que em um filme o colonizador é posto em

32 Fala retirada do filme *Terra em Transe*



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

destaque de modo que seja personificado no exemplo a ser seguido de bom cidadão, o homem civilizado que daria origem ao povo do novo Estado brasileiro, na obra de Glauber Rocha esse exemplo de cidadão é aquele colonizador que deve ser combatido pela personagem, então em evidência, o povo colonizado.

Os dois filmes apresentam a representação da Primeira Missa como cenas emblemáticas para o enredo de ambas as produções. A missa como salvação e nascimento do povo brasileiro e a missa como elemento opressor do povo brasileiro levando a subversão do mesmo contra regime. Em *Descobrimento do Brasil* a cena da Primeira Missa é apresentada de forma que a religião trazida pelos portugueses é passivamente aceita pela população indígena, que se demonstra atenta à cerimonia que esta sendo realizada. A gênese do povo brasileiro estaria na salvação do indígena por meio da religião cristã, além dos aspectos civilizatórios trazidos pelo português, desta maneira o indígena poderá se transformar no futuro homem brasileiro somente através da fusão passiva com a cultura ocidental, representada fortemente nos elementos diegéticos da Missa da Salvação. Em *Terra em Transe* a representação da Missa está fragmentada em diversas cenas ao longo do filme, porém o discurso é único. Durante a Missa, a personagem principal é Porfírio Diaz, que traz em suas mãos uma cruz e uma bandeira negra, acompanhado de um padre e um conquistador europeu. As três personagens vão ao encontro de um índio que se encontra ao lado de uma enorme cruz na praia. Diaz realiza o ritual amparado pelas três outras personagens, proclamando-se senhor daquelas terras, personificando o colonizador opressor, que assim como os diversos regimes autoritários militares, limitou as liberdades do povo. Desta forma a Missa proposta por Glauber assume o aspecto da opressão.

Esta alegoria das Missas mostra a preocupação dos dois diretores em criar um discurso educativo sobre o espectador, no sentido de usar a linguagem cinematográfica como meio de legitimação de discursos políticos. Em *Descobrimento do Brasil* o caráter educativo é apresentado de forma a exaltar os pressupostos do INCE que legitimavam os ideais do Estado Novo. A música orquestrada de Villa Lobos é apresentada como forte elemento educativo, ao demonstrar as cenas que



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

narram o Descobrimento,³³ narrativa essa que tem como base o discurso escrito presente nos ditos livros didáticos tradicionais sobre história. A aproximação do enredo do filme com a história oficial é marcada pela existência de referências a documentos históricos como a Carta de Pero Vaz de Caminha e o quadro de Vitor Meirelles, além de que, o argumento do filme tem a participação de Afonso de Taunay. Seguindo os pressupostos educacionais discutidos durante o Estado Novo nota-se a presença da política do branqueamento que é percebida pela ausência de atores indígenas no filme, sendo que todas as personagens que representam os indígenas são brancos com a pele pintada. Além da já discutida valorização da cultura branca sobre as demais.

O discurso educativo presente na obra de Glauber Rocha vai de encontro as políticas de branqueamento e de submissão presentes nos filmes do Estado Novo. Elemento principal desta oposição está presente na existência, tanto na música quanto nas imagens, de outras culturas além da branca. A trilha sonora de *Terra em Transe* é composta de cantos africanos, baterias de escola de samba, a música clássica de Villa-Lobos e a famosa obra *O Guarani* de Carlos Gomes. Outro elemento principal é a presença do povo faminto que deve ser a força revolucionária da subversão contra o Estado brasileiro de opressão. Este povo não é o branco estadonovista, e sim, representantes da formação miscigenada do povo brasileiro cinemanovista.

Para concluir evocamos Sidney Mintz: “A história nunca se repete exatamente, e cada acontecimento é, evidentemente, único; mas as forças históricas certamente podem se mover em rotas paralelas num mesmo tempo ou em diferentes temporalidades.”³⁴ Percebe-se dessa forma que mesmo na presença de regimes autoritários no mesmo país, o espaço temporal permite a evocação de dois tipos de intelectuais no cinema, que tratando das mesmas temáticas, porém com diferentes

33 MORETTIN, Eduardo Victorio. Os limites de um projeto de monumentalização cinematográfica: uma análise do filme *Descobrimento do Brasil* (1937), de Humberto Mauro. Tese (Doutorado em Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

34 MINTZ, Sidney. Labor and sugar in Puerto Rico and in Jamaica, 1800-1850. *Comparative studies in society and history*, v.1, n.3, 1959. Apud PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. Revista de História, São Paulo, n.153, dez. 2005.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

propostas ideológicas em suas narrativas, ambos buscam a construção de uma identidade nacional para o povo brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, Campinas, v.13, p.7-21. 2007.
- BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica. IN.: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARVALHO, Maria do Socorro. Cinema Novo Brasileiro. IN: MASCARELLO, Fernando (org.). *História do Cinema Mundial*. Campinas, SP: Papyrus, 2006.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e terra, 2010.
- FIGUEIROA, Alexandre. *Cinema Novo: a onda no jovem cinema e sua recepção na França*. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- LAGNY, Michèle. O cinema como fonte histórica. IN: NÓVOA, Jorge (org.). *O Cinematógrafo*. Um olhar sobre a História. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- MONTEIRO, Ana Nicolaça. *O cinema educativo como inovação pedagógica na escola primária paulista (1933-1944)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, FE. São Paulo. 2006.
- MORETTIN, Eduardo Victorio. Os limites de um projeto de monumentalização cinematográfica: uma análise do filme *Descobrimento do Brasil* (1937), de Humberto Mauro. Tese (Doutorado em Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.
- NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n.153, dez. 2005.
- RAMOS, Fernão (org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art. Ed, 1987.
- ROCHA, Glauber. *Revolução no Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- ROSA, Cristina Souza da. *Para além das fronteiras nacionais: um estudo comparado entre os institutos de cinema educativo do Estado Novo e do Fascismo (1925-1945)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2008.
- SCHAWARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as Imagens do Brasil*, São Paulo: Edunesp, 2004.
- SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2007.
- VENTURA, Tereza. A Estética da Fome IN: *A Poética Polytica de Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2000.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Filmografia

Descobrimento do Brasil. Direção de Humberto Mauro. Roteiro de Humberto Mauro. BRA. Produzido por Alberto Campiglia, 1937. DVD (62 min): P&B. sonoro.

Terra em transe. Direção de Glauber Rocha. Roteiro de Glauber Rocha. BRA. Produzido por Zelito Viana, 1967. DVD (115 min): P&B. sonoro.

Decreto

Decreto no 21.240/32. Disponível em

<<http://www.ancine.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=213&sid=69>>, acesso em 12/07/2011.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA AUTONOMIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA XOKLENG

Guilherme de Almeida Américo*

Guilherme Nercolini Miranda**

A educação no Brasil passa por uma série de dificuldades e quando transportada para as escolas indígenas isto se multiplica. O Projeto *Autogestão e processos próprios de aprendizagem: desafios para uma educação escolar indígena com autonomia*, que está inserido no âmbito do *Observatório de Educação Escolar Indígena* (CAPES/SECAD/INEP), foi criado para identificar as limitações e problemas, propondo alternativas de mudança e incentivando a pesquisa, no intuito de contribuir para uma escola indígena de qualidade.

A pesquisa do projeto se aplica a três escolas indígenas estaduais de Santa Catarina, contemplando as etnias indígenas presentes no Estado, a partir das seguintes escolas: **Escola Indígena de Educação Básica Wera Tupã Poty D'ja** (Guarani), **Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê** (Kaingang) e a **Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ** (Xokleng). Para desenvolver o projeto foram propostos os seguintes objetivos: identificar a evasão escolar e seus motivos a partir do exame do número de alunos que permanecem na escola a partir do Ensino Fundamental e daqueles que buscaram Ensino Superior; identificar a construção da relação entre a escola e a comunidade; evidenciar os processos próprios de aprendizagem a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Os dados foram levantados através de um instrumento de pesquisa visando um diagnóstico por amostragem dessas escolas indígenas de Santa Catarina, estabelecendo o panorama geral das escolas referenciando dados sobre sua estrutura física, material, transporte, além de dados sobre os funcionários e alunos.

* Graduando do curso de História da UFSC e bolsista CAPES/MEC.
E-mail: guiameric@gmail.com

** Graduando do curso de História da UFSC e bolsista CAPES/MEC.
E-mail: guilhermemiranda89@gmail.com



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

No presente ensaio analisaremos a especificidade da E.I.E.B. Laklãnõ do povo Xokleng e a sua relação com o seu Projeto Político Pedagógico. Verificou-se que, com a elaboração de um PPP de forma coletiva seria possível identificar as principais dificuldades pelas quais a escola passa e desta maneira, facilitar a sistematização das devidas soluções. A escolha por esta escola se deve ao motivo de que os autores deste artigo são bolsistas do Projeto e desenvolvem a pesquisa na escola Laklãnõ do povo Xokleng/Laklãnõ.

Geralmente os pesquisadores utilizam a nomenclatura *Xokleng* para definir a etnia. Porém, este é um termo que não foi criado a partir dos membros do povo e sim a partir do olhar do não indígena. O nome *Xokleng* possui várias interpretações, todas remetem a observação dos indígenas por estrangeiros. Algumas das interpretações são: “montanha de rocha” pelo fato de que o povo utilizava grandes paredes de pedra para se proteger do vento e da chuva; outra remete a “Aranha” devido a maneira com que os indígenas subiam nas árvores e o modo como eles carregavam a carne da caça em cima de suas costas, apoiando em uma mochila de Taquara.¹ O pesquisador Namblá Gakran relata como povo se identifica com a denominação *Xokleng*:

afirmo que o povo nunca se sentiu confortável com essa denominação, porque, segundo os idosos, o nome Xokleng foi dado por pesquisadores e não os identifica como povo devido seu significado não muito agradável. Com isso, o povo se sentia humilhado. Assim, num processo recente de resgate de nossa história, de nossas origens e de nossos direitos, há alguns anos a comunidade iniciou um processo de re-denominação, procurando resgatar aquele que considera o verdadeiro nome que nos distingue e identifica enquanto povo.²

Recentemente a comunidade iniciou pesquisas buscando reconstruir a identidade, recuperando informações sobre as próprias raízes históricas principalmente pelas “conversas com os mais idosos”. Neste contexto o povo passa a se identificar como *Laklãnõ*, denominação pela qual o povo se autodefine atualmente, o termo significa “povo que vive onde nasce o sol” ou “gente do sol” se

¹ GAKRAN, Namblá. *Aspectos morfossintáticos da língua Laklãnõ (Xokleng) “Jê”*. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005. p. 13-4

² Idem.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

aproximando da própria mitologia do povo.³ Devido a isto utilizaremos a nomenclatura Xokleng/Laklãnō para definir o povo, desta forma contemplamos a obra publicada por pesquisadores até o momento, além de valorizar o nome que a comunidade indígena se identifica.

Breve histórico do povo

O povo indígena Xokleng/Laklãnō localizava-se nas florestas entre o litoral e o planalto; ao Norte chegavam até a altura de Paranaguá; ao Sul, até as proximidades de Porto Alegre; ao Nordeste, dominavam as florestas que chegavam até o rio Iguaçu e aos campos de Palmas.⁴

O povo sofreu diversas mudanças em sua organização social, devido ao contato e os conflitos com a sociedade não índia. Inicialmente, vivia basicamente da agricultura de subsistência, além da caça e coleta. Os Xokleng/Laklãnō possuíam um ciclo anual dividido em dois períodos, o *lõ*, temporada de maior calor e o *kutxó*, temporada de frio. No período do *lõ*, a comunidade vivia no vale, onde construía ranchos no formato de um semicírculo, voltados para uma praça central onde eram executados os rituais, as cerimônias e as confraternizações. Entre esses ritos, vale destacar o ritual de iniciação das crianças. Durante este rito, vários grupos bebiam o *mõg* e dançavam. Em meio a esta cerimônia era inserido um botoque nos lábios inferiores dos meninos de 3 a 5 anos. Nas meninas, era feito uma tatuagem na perna esquerda. Na estação do *kutxó*, o grupo migrava para o planalto onde obtinham pinhão e outros itens de coleta para se alimentar.⁵

Silvio Coelho dos Santos nos dá um panorama geral do povo Xokleng que vale a pena ser citado:

Entre excursões de caça e coleta, a vida fluía. Os homens fabricavam arcos, flechas, lanças e diversos outros artefatos necessários ao cotidiano. As mulheres teciam com fibra de urtiga mantas que serviam de agasalho nas noites de inverno; cuidavam das crianças; faziam pequenas panelas de barro e cestos de taquara para a guarda de alimentos; limpavam

³ Idem.

⁴ SANTOS, Silvio Coelho dos. *Os Índios Xokleng*: Memória Visual. Florianópolis: Editora da UFSC; [Itajaí]: Editora da UNIVALI, 1997. p. 15-16

⁵ GAKRAN, Namblá. [Op. Cit.](#) p. 22-23



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

animais e aves; cuidavam do preparo da comida; colhiam, estocavam e maceravam o pinhão e com ele faziam um tipo de farinha; cozinhavam ou moqueavam peças de carne dos animais abatidos; preparavam bebidas fermentadas com mel e xaxim. Quando o grupo se deslocava, as mulheres carregavam toda a tralha doméstica. As crianças iam sendo socializadas na vida cotidiana do grupo, num processo crescente de aprendizado que lhes deveria garantir a sobrevivência futura. O mundo dos Xokleng não era um paraíso, como muitos podem imaginar. Era um mundo de forte interdependência com a natureza. Os sucessos alcançados eram consequência do esforço individual e coletivo, e baseados nos saberes que diversas gerações haviam desenvolvido para aproveitar aquele espaço ecológico que elegeram como o seu hábitat. As doenças eram raras. O frio do inverno e as chuvas eram enfrentados como fatos da natureza. Os acampamentos não passavam da construção de simples para-ventos, aproveitando ramos de árvores que eram devidamente arqueados e cobertos de folhas de palmeira. Outras vezes, se o tempo era favorável, dormiam ao relento. O fogo, aceso toda a noite, a todos aquecia.⁶

Com a intensificação da colonização no interior do sul do Brasil, o contato entre os Xokleng/Laklãnõ e os colonos aumentou consideravelmente. O que antes eram contatos esporádicos tornou-se um embate constante por terras. Enquanto os colonos viam a possibilidade de enriquecer com as terras prometidas pelo governo brasileiro, os indígenas viam na defesa da terra seu único modo de sobrevivência. Já com a ocupação das melhores terras, no vale, pelos colonos afetou consideravelmente a organização Xokleng/Laklãnõ. Sem a possibilidade de migrar para regiões de melhores condições de vida, a população indígena passou a viver exclusivamente da caça e da coleta.⁷

É preciso lembrar que já na metade do século XIX, a política oficial do governo Português visava a ocupação dos campos de Lages/SC e Guarapuava/PR, entrando em conflito direto com o povo Xokleng/Laklãnõ. Com esta legitimação, e próprio incentivo do governo imperial brasileiro, os imigrantes passaram a intensificar a colonização, adentrando o interior. Estas levas de povoadores, que buscavam suas

⁶ SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Ensaíes oportunos*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras/Nova Letra, 2007. p.65-6.

⁷ Vide SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 37-9.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

próprias terras ainda mais nas profundezas do sul do Brasil passaram a entrar em conflito direto com os indígenas da região. É neste momento que a violência, antes era tratada apenas para afugentar os indígenas, passa a se tornar um extermínio declarado. Apoiados e financiados pelas autoridades regionais e até maiores setores **nacionais, os colonos passaram a contratar os “bugreiros”**. Estes eram grupos de sertanejos armados cuja missão era a de exterminar os indígenas. Além do extermínio, era comum também a captura de mulheres e crianças para adoção nas cidades próximas.⁸

Após terem sido afugentados durante vários anos, o território Xokleng/Laklãnō estava tomado e o povo, sem ter a possibilidade de se deslocar com segurança pela região, passou a se ver sem alternativas a não ser o enfrentamento direto com os colonos. As notícias sobre os conflitos e as constantes histórias de violências praticadas pelos **“bugreiros” passaram a motivar protestos de intelectuais brasileiros e de outros países.**⁹ O constante debate obrigou o governo brasileiro a adotar medidas contra o extermínio dos índios. Para isso, é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, que posteriormente passaria a se chamar apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI).¹⁰

A criação do SPI tinha por objetivo estabelecer a paz entre os colonos, sertanejos e os indígenas. Sua principal meta era o **“amansamento” dos povos nativos, buscando sua efetivação por meio de “postos de atração”**. Estes postos de atração serviriam para atrair os índios e **“pacificá-los”, podendo assim introduzi-los** a sociedade nacional após o cumprimento do objetivo.

Assim, em meados de 1912 foi instalado uma base do SPI na colônia de Hansa, hoje município de Ibirama, com chefia do inspetor Raul Abbot e a subdireção do Dr. Manoel Miranda, a fim de incentivar o trabalho de atração da comunidade de indígenas que ali viviam. A estrutura do SPI fracassa, e devido a crises a inspetoria da colônia passa a ser incorporada ao Paraná, permanecendo apenas três funcionários. Um deles era Eduardo de Lima e Silva Hoerhan.¹¹

⁸ Vide ATHANÁZIO, Enéas. Martinho Bugreiro, criminoso ou herói? *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, Tomo XXV, n° 9: 263-272, setembro; 1984.

⁹ Vide SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit. 1973. p. 118-20.

¹⁰ Idem. Ibidem. p. 134-42.

¹¹ Idem. Ibidem. p.142-3.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Em setembro de 1914 uma equipe de sertanistas liderados por Eduardo Hoerhan conseguiu estabelecer o primeiro contato pacífico com os povos autóctones na região da foz do rio Platê. Calcula-se que o grupo que vivia na região chegava ao número de 400 indivíduos. No início o contato entre Eduardo e os índios não passava de encontros esporádicos, onde os aborígenes apareciam por motivo de caça ou em busca de presentes. Posteriormente, com a venda do território em que os indígenas viviam, o governo reservou um pequeno espaço de terra para esta comunidade. Neste momento, buscou-se a assimilação da comunidade Xokleng/Laklãnō através da introdução de aspectos da cultura não indígena.¹²

Porém, apesar de a reserva existir, como passar dos anos os limites estabelecidos seriam desrespeitados, sendo invadida sistematicamente sem a possibilidade de reclamações ou reivindicações do povo Xokleng/Laklãnō. O **aldeamento do grupo indígena levou adiante a ideia de “pacificá-los”**. Mas a manutenção da reserva foi mais complicada do que os intelectuais do SPI previram. As dificuldades não demoraram a aparecer, e com isto a necessidade de envio de recursos passou a ser imprescindível para a existência do reserva. Logo que começou a diminuir os subsídios para manutenção do posto, a população que ali vivia passou a sofrer com a miséria. Calcula-se que na década de 1910, quando ocorreram os primeiros contatos, existiam aproximadamente 400 indivíduos, enquanto nos anos 30 sobraram apenas 106 do grupo, a maioria morrendo de doenças ou outros males.¹³

É preciso entender que o SPI não previa ações para suprir as necessidades básicas do aldeamento, ou tinha como objetivo melhorias nas condições de vida das comunidades indígenas, a criação e existência do órgão se delimitou especificamente em atender os interesses da sociedade nacional, sem considerar as necessidades dos povos indígenas nos locais onde os postos de atração foram instalados.¹⁴

A reserva indígena na segunda metade do século XX passou a ser cobiçada por grandes empresas madeireiras, que buscavam explorar a região. A própria FUNAI, sucessora do SPI, se envolveu em muitos contratos, pois entendia que a ela cabia a administração da terra indígena. É neste período que seriam abertas estradas pela

¹² Idem. Ibidem. p.143-54.

¹³ SANTOS, Silvío Coelho dos. Op. Cit., 1997. p. 56-58

¹⁴ Vide SANTOS, Silvío Coelho dos. Op. Cit., 1973. p. 173-175.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

reserva, e seriam contratados os índios que ali viviam pelas companhias madeireiras, obtendo assim mão de obra barata e abundantes recursos minerais.¹⁵

A partir da década de 1970 um novo evento alteraria completamente a sociedade Xokleng/Laklãnõ. Por causa das sucessivas enchentes causadas pelo rio Itajaí nas cidades do Vale do Itajaí, como Blumenau, Indaial e Gaspar, foi edificada uma barragem exatamente no limite a jusante da Terra Indígena. Chamada de Barragem Norte, sua construção aumentou os problemas do o povo Xokleng/Laklãnõ. Já em 1983 a terra indígena sofreu alagamento após uma enchente. A população se viu obrigada a mudar às pressas para regiões mais altas. Desde então, a cada chuva forte a barragem é fechada e cerca de 900 hectares de terra que eram utilizados para o plantio ficam submersas.¹⁶

Esta situação, em longo prazo, se tornou um grande problema não apenas materialmente para a população, mas também socialmente. Perde-se não apenas as casas, plantações e pomares, mas também o referencial da aldeia, pelo fato de toda a organização espacial da comunidade ter sido modificada. Estas questões, por outro lado, uniram a comunidade indígena na mobilização pelos seus direitos. Muitas manifestações foram feitas por causa da barragem, levando a própria FUNAI a constatar que pelo menos 23 mil hectares de terras haviam sido tomadas, além de não terem sido pagas as indenizações prometidas pela construção da barragem.¹⁷

Histórico da educação escolar na Terra Indígena Laklãnõ

Após o aldeamento, vendo a necessidade da aprendizagem da língua portuguesa, os índios do posto reivindicaram a criação de uma escola no interior da própria aldeia. Em contrapartida, Eduardo Hoerhan se mostrou resistente à ideia, alegando que se os indígenas aprendessem a ler e escrever na Língua Portuguesa perderiam seus costumes e sua língua. Mas Hoerhan acaba aceitando a ideia diante da insistência dos indígenas quanto ao caso.

¹⁵ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit. 1997. p.59-60.

¹⁶ Vide Idem. Ibidem. p. 111-7.

¹⁷ Idem.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Implantada em 1938, a primeira escola tinha como fundamental função a alfabetização dos índios na língua portuguesa.¹⁸ Mas a existência da escola, apesar de importante e bastante aceita entre a comunidade indígena, foi um forte suporte para o desencadeamento de um processo de perda dos costumes entre o grupo Xokleng/Laklãnō.¹⁹

Analisando estas mudanças culturais causadas pela educação escolar na terra indígena é passível de entendimento que a própria escola serviu para a dominação exercida pelo SPI e pela sociedade não índia. Assim como em Santos, a escola não foi um instrumento para uma mudança cultural ou para dotar os alunos indígenas o pensamento crítico adequado para entender as relações que ali se estabeleciam, sendo apenas utilizada para a inclusão dos alunos a língua portuguesa, e conseqüente esquecimento da língua materna.²⁰

A partir da década de 1970, com a construção da Barragem Norte e a conseqüente migração para o interior da reserva, houve a necessidade da constituição de mais escolas para atender a população dispersa pela terra indígena. Estas escolas eram escolas multisseriadas, ou seja, havia somente um professor para cada disciplina.

Apesar da construção de várias escolas, a comunidade necessitava do atendimento do ensino médio dentro da própria terra indígena, evitando a migração dos estudantes para as escolas não indígenas, e conseqüentemente evitando conflitos de interesses tanto da população Xokleng/Laklãnō quanto dos colonos da região.

O povo, separado por entre tantas instituições de ensino, sentia a necessidade **de uma “junção” do ensino, diminuindo as distâncias e criando uma coesão maior da comunidade escolar para criação de uma escola idealizada que atendesse as necessidades de sua cultura.**

No final dos anos 1990 eram fortes as reivindicações por uma escola que atendesse a comunidade indígena, respeitando sua cultura com a implantação de um ensino diferenciado. Neste contexto é criada em 2004 a Escola Indígena de Educação Básica Laklãnō, conforme Decreto nº 1.211 de 16/12/2003 e Parecer nº 191/01/SED,

¹⁸ Idem. Ibidem. P. 278

¹⁹ GAKRAN, Namblá. [Op. Cit.](#), p. 26-27

²⁰ SANTOS. [Op. Cit.](#), 1973. p. 278



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

aprovado em 21/11/2003. Com a sua construção, as antigas escolas multisseriadas foram fechadas, centralizando a educação Xokleng/Laklãnõ e facilitando o desenvolvimento educacional da terra indígena.

Todas as antigas escolas transferiram seus estudantes para esta nova escola, ampliando o contato de toda a comunidade e facilitando a conservação etnocultural Xokleng/Laklãnõ.

A Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ

A escola pertence à rede estadual de Santa Catarina e está instalada na Terra Indígena Laklãnõ, no Alto Vale do Itajaí. Inaugurada em 2004 para substituir as escolas isoladas e multisseriadas que atendiam a comunidade Xokleng/Laklãnõ. A escola possui 530 alunos matriculados nos níveis pré-escolar, fundamental e médio e propõe um ensino de forma a valorizar a cultura e a história do povo. Atualmente a instituição tem dificuldades para colocar em prática os princípios da educação específica e diferenciada.

A estrutura escolar pôde ser analisada a partir do “diagnóstico”, instrumento de pesquisa aplicado, visando um relatório detalhado sobre as condições da E.I.E.B. Laklãnõ. Para fazer esse panorama do relato dos professores Xokleng/Laklãnõ, direção escolar e de nossas observações foi possível perceber quais são as condições da estrutura escolar.

Com relação à estrutura física notamos que a escola não possui as condições ideais, porém, não podemos dizer que a instituição está impossibilitada de funcionamento. A escola conta com três prédios, um ginásio de esportes, a casa de cultura e o prédio principal, onde se encontram as salas de aulas e a estrutura administrativa.

O ginásio de esportes apresenta condições críticas de funcionamento, como foi observado pelos próprios docentes da escola. Os banheiros e vestiários estão sem condições de uso; a entrada principal está totalmente avariada, sendo necessária a utilização da entrada lateral; as instalações elétricas estão danificadas, impossibilitando o uso noturno; o teto está rachado e possui aberturas, dificultando sua utilização em períodos chuvosos.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

A casa da cultura possui problemas de segurança, algumas dobradiças das portas estão quebradas, e existem janelas sem vidros. Porém o prédio não é utilizado para atividades cultural, pelo fato de se encontrar deslocado do prédio principal, além de ser utilizado para outras funções da comunidade, como reuniões de lideranças.

A situação do prédio principal está menos crítica. No prédio se encontram as salas de aula, laboratório de informática e matemática, sala da direção e dos professores, biblioteca, banheiros dos alunos, cozinha e área de convívio. Não existem salas de aula suficientes para atender a demanda, visto que a comunidade escolar está em crescimento, as salas de aula que existem se encontram em condições razoáveis, apresentando alguns problemas, como a conservação do quadro negro. O laboratório de informática conta com vinte computadores, porém três estão com defeito, dos computadores que funcionam apenas sete possuem o acesso à internet. As salas dos professores e da direção estão anexadas e localizadas no centro da escola e apresentam boas condições de uso. Junto a essa estrutura, se encontra os banheiros dos funcionários da escola, que também apresentam boa conservação. Os banheiros dos alunos estão em condições razoáveis de uso, porém existem problemas quanto à estrutura das pias, além de não possuírem adaptações para o atendimento de alunos com necessidades especiais. A cozinha, apesar de suas boas condições de uso, possui um tamanho inadequado para a demanda, sendo necessária sua ampliação. A área de convívio, também apresenta o problema do tamanho, existem quatro mesas em sua área, porém não são suficientes para atender a necessidade dos alunos, que protestam por um refeitório adequado.

Além dos problemas relacionados com a reforma e manutenção da estrutura escolar, existe a necessidade da ampliação do prédio. Observamos a necessidade da construção de uma sala específica para atender os alunos com necessidades especiais; uma sala específica para atividades artísticas que esteja anexada ao prédio principal, visto que a atual casa de cultura está deslocada da escola, sendo utilizada para outros fins. Essas são preocupações dos professores Xokleng/Laklãnõ.

Outros problemas da escola se referem ao transporte escolar, coleta de lixo, abastecimento de água e questões de segurança. O transporte escolar é muito reduzido se comparado ao número de alunos que a escola atende, além do acesso até



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

a escola ser prejudicado pelas péssimas condições das estradas. A coleta de lixo não é feita, sendo queimado pela própria administração da escola. O abastecimento de água se encontra debilitado, muitas vezes falta água durante dias. A segurança na escola é uma grande preocupação, apesar da existência de um sistema de alarme na estrutura do prédio principal, frequentemente está sem funcionamento.

A E.I.E.B. Laklãnõ dispõe de material didático escolar tradicional (giz, quadro negro), porém encontra-se defasada em relação ao material específico para o ensino escolar indígena. Os livros didáticos que são repassados à escola, são os mesmos utilizados no ensino escolar comum, não contemplando o ensino diferenciado que a escola se propõe. Os poucos materiais didáticos diferenciados que possuem são feitos pelos próprios **professores indígenas, como o “Mini-dicionário Laklãnõ (Xokleng) – Português” elaborado pelo** professor sociólogo mestre em lingüística Namblá Gakran, que o utiliza como recurso pedagógico em suas aulas de língua materna.

Apesar de todos os problemas que a escola enfrenta, ainda é possível a melhoria do ensino escolar diferenciado. Com um planejamento feito de maneira coletiva, que contemple toda a comunidade escolar, é possível utilizar os recursos que a escola dispõe de maneira mais eficiente. Um Projeto Político Pedagógico (PPP) se vê necessário para que haja esse planejamento coletivo, visando um ensino diferenciado de acordo com as possibilidades da escola. Não significa dizer que a escola possui uma estrutura ideal, que não necessita de mais recursos, mas que, com um PPP organizado e versátil construído coletivamente delimitando todas as necessidades para que o ensino escolar indígena seja possível, a escola consegue ganhar maior autonomia para chegar ao seu objetivo.

Considerações finais

A partir da pesquisa na escola e verificando a demanda da comunidade escolar que a compõe, elencamos três pontos que carecem de maior atenção no PPP: 1) Criação de um calendário específico, considerando os períodos em que as chuvas são menos frequentes, devido às inundações provocadas pela Barragem Norte; 2) Materiais didáticos diferenciados que correspondem à realidade do povo; 3) Sistematização dos programas das disciplinas, prevendo os conteúdos diferenciados e



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

específicos a serem introduzidos na matriz curricular das diversas disciplinas da escola.

O primeiro ponto é elencado como um dos mais importantes a ser resolvido, pois afeta diretamente o funcionamento da escola. Em períodos chuvosos em que a Barragem Norte necessita que suas comportas sejam fechadas algumas estradas no interior da Terra Indígena acabam ficando intransitáveis, pois as mesmas ficam totalmente submersas pela água. Este fator acaba prejudicando diretamente o acesso à Escola Laklãnõ, nessa situação o seu acesso só é possível de barco. Devido ao que foi explanado, observamos, assim como a comunidade escolar, a necessidade de um calendário diferenciado que se adeque a esta situação específica pela qual a escola tem passado. Desta maneira as aulas poderiam ser remanejadas para períodos em que as chuvas se tornam menos frequentes. Porém, ainda existe a questão do transporte escolar que não funciona em períodos não letivos das escolas regulares. Delimitando no PPP da escola o funcionamento do calendário específico é possível prever e sanar o problema do transporte escolar, dando a escola autonomia para escolher os dias em que irá funcionar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê em seus artigos 23 o caráter do calendário diferenciado quando for do interesse da escola, adequando-se às peculiaridades locais, climáticas, econômicas, sem redução da carga horária prevista na lei.

A LDB em seus artigos 78 e 79 (preveem a garantia às escolas indígenas da recuperação de suas memórias históricas, manutenção e revitalização da línguas materna e as especificidades culturais de cada povo). Porém esta não é a realidade da Escola Indígena Laklãnõ, pois os materiais didáticos que chegam até a instituição não se referem a especificidade que a LDB prevê e a escola se propõe. É necessária a produção de livros específicos para utilização nas escolas indígenas, porém a escola deve ter a autonomia de produção de seu próprio material, prevendo em seu PPP as necessidades específicas de cada disciplina.

Este segundo ponto está intimamente ligado ao último tópico, o qual se refere ao programa das disciplinas, pois, com a delimitação dos programas a escola pode prever a deficiência dos conteúdos que não são contemplados com os livros didáticos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

tradicionais. Desta maneira cada disciplina pode sistematizar o desenvolvimento de seus conteúdos diferenciados, assim como seus próprios instrumentos didáticos.

O Projeto Político Pedagógico se mostra de grande importância para dar autonomia às escolas indígenas de modo que possam contemplar ao máximo o caráter diferenciado que se propõe. Com isso não estamos propondo que a responsabilidade do governo deve ser ignorada, mas sim que a escola se utilize de todas as possibilidades da atual conjuntura para a aproximação da proposta de escola indígena diferenciada, atendendo as necessidades da comunidade.

Referências Bibliográficas

- ATHANÁZIO, Enéas. Martinho Bugreiro, criminoso ou herói? *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, Tomo XXV, n° 9: 263-272, setembro; 1984.
- GAKRAN, Namblá. *Aspectos morfossintáticos da língua Laklãnõ (Xokleng) “Jê”*. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Ensaio oportuno*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras/ Nova Letra, 2007.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os Índios Xokleng: Memória Visual*. Florianópolis: Editora da UFSC; [Itajaí]: Editora da UNIVALI, 1997.

Documentos Eletrônicos

Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em
<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf
>. Acesso em 01/09/2011.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

Gunter Axt

A instalação do Programa de História Oral foi elencada como uma das prioridades sobre as quais se assenta o Memorial do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, projeto iniciado em julho de 2010¹. Urgia que pudéssemos acessar a História da Instituição pela versão dos seus membros e servidores. Pois, afinal, a pesquisa junto às fontes documentais escritas, certamente necessária e em curso desde o princípio do projeto, demanda árdua prospecção e longa maturação, naturalmente retardando a exposição de resultados concretos. Outrossim, muito do que nos contam os depoentes nestas entrevistas não está impresso nos documentos escritos, pois são vivências rememoradas, afetos, opiniões, representações do real vivido, lembranças, enfim, de ênfase individual e subjetiva.

Promotores, Juízes e Historiadores compartilham igual compromisso com a busca pela verdade. Na História, porém, as verdades são fugidias. Um novo referencial teórico, um corpo documental descoberto, outro olhar sobre os fatos podem oferecer aos Historiadores diferentes perspectivas. É por isso que a História apenas pode ser contada por meio de versões. Algumas ganham maior legitimidade ou perenidade, logrando estruturarem-se de forma convincente no enfrentamento do debate historiográfico. Mas todas, mais cedo ou mais tarde, acabam de alguma forma superadas, na íntegra, ou parcialmente. A narrativa histórica é um eterno devir.

Não há mal nisso. Se a História é a disciplina por excelência que se debruça sobre tudo o que é humano e sobre tudo o que interage com a cultura, sua instabilidade intrínseca é diretamente proporcional à mutabilidade do humano e ao dinamismo das culturas. Ensina-nos o filósofo italiano Benedetto Croce que a boa História é a História Viva, isto é, aquela que parte de impasses e dramas presentes

¹ http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna.aspx?secao_id=127



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

para questionar o passado, cerzindo interpretações que desenham respostas às nossas inquietações. Esta História interpretativa não é aquela, portanto, que promove erupções de loas, nem tampouco a que reúne infindável coleção de dados, numa aridez que pouco nos comunica sobre o sentido presente do vivido. Não sendo filológica, a História Viva não tem pretensão de neutralidade. Mas sua tomada de posição jamais pode ser facciosa, caso contrário, perderá seu poder de explicar e significar. Eis porque a História Viva beneficia-se do acesso ao maior número possível de versões sobre um mesmo fato ou processo. Múltiplas vozes enriquecem-na. É pela diversidade que o Historiador se aproxima da verdade.

A polifonia, portanto, é desejável. Própria dos ambientes democráticos, encerra respeito pela diferença, porque é pelo cotejo de ideias e projetos, muitas vezes até divergentes, que se constroem as sinergias.

Assim, pelo Programa de História Oral, a História da Instituição é narrada a partir da perspectiva dos indivíduos que a edificaram e que a compõem. O Historiador acolhe seus testemunhos como verdades subjetivas, apreensões e representações do real vivido pela lente do indivíduo. O mosaico de vozes aqui reunido nos brinda com um quadro polifônico da História do Ministério Público de Santa Catarina, na esteira do qual a tessitura da marca identitária tende ganhar relevo, dialogando com as lembranças e vivências de outros.

Os primeiros dez depoimentos coletados foram coligidos em um livro lançado em abril de 2011. Trata-se do primeiro volume da série **editorial “Histórias de Vida”**. Os testemunhos foram gravados e transcritos, passando, em seguida, por um processo de edição pelo qual se adaptou a dinâmica da linguagem falada à linguagem escrita. Preservou-se, todavia, a coloquialidade original do documento e limitaram-se estas intervenções à forma, sem alteração do conteúdo.

A linguagem oral em seu estado puro é muito diferente da oralidade publicada. Quando se fala, usam-se reticências, acentuações, gestos e emoções que se perdem no processo de transcrição do depoimento. Fora de seu contexto emissor original, o depoimento transcrito fielmente torna-se enfadonho, repetitivo e truncado.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Dessa maneira, seria mais pertinente falarmos de uma versão, tal qual aquela que se faz quando se traduz um texto de complexidade poética uma língua para outra, do que de uma transliteração. Este processo torna a construção do documento oral mais delicada e lenta, mas garante um resultado final mais consistente, sobretudo se consideramos a perspectiva de publicação da entrevista, pois faz a leitura agradável. A entrevista é assim esconsada dos vícios de linguagem, repetições, interjeições descartáveis. Se for necessário, reestruturam-se frases e parágrafos, reorganiza-se a ordem dos temas que entrelaçam a narrativa. Ajusta-se a forma para se enfatizar e se facilitar a apreensão do conteúdo, cuja essência deve ser preservada e evidenciada.

Este momento de edição também é propício para a correção de eventuais erros **objetivos. Quando falamos, a nossa memória costuma “nos trair”** na precisão de nomes e datas. O documento publicado tem uma permanência e, portanto, um compromisso maior do que a fala. Assim, não há porque expor o depoente ou transferir-lhe a responsabilidade para a correção de datas e nomes de amplo conhecimento, como o ano de início e de fim de um governo, por exemplo.

Da mesma forma, procuramos completar os nomes próprios, o que é útil para o leitor. Quando falamos, dificilmente mencionamos o nome completo de uma pessoa. Mas, no documento escrito, esta informação pode ser crucial. Evidentemente, esta intervenção somente acontece quando se tem a certeza da pessoa referida.

A pesquisa para completar os nomes se faz acompanhar também daquela para garantir a sua grafia correta, aspecto igualmente importante em se tratando de um documento a ser publicado. A tarefa é mais trabalhosa do que pode parecer à primeira vista, pois o nome de uma mesma pessoa tende a ser grafado de formas muito diferentes ao longo dos anos e em fontes múltiplas. Nesse sentido, um amplo banco de dados – que nos informa quem foi quem, quando e onde na instituição ministerial – constituído a partir da documentação sob guarda do arquivo do Ministério Público nos permite uma checagem de dados pertinentes com considerável grau de confiabilidade.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Ocasionalmente, nomes próprios podem ser suprimidos. É o caso, por exemplo, de críticas muito contundentes a colegas. Não interessa a um Programa de História Oral institucional deixar-se capturar por eventuais conflitos interpessoais: o documento escrito, publicado, torna definitivo qualquer julgamento. Interessa-nos o fato sociológico muito mais do que o conflito personalizado. Assim, por exemplo, a descrição de uma troca de socos entre um Promotor Fulano e um Juiz Sicrano, vale menos pelo seu caráter anedótico e mais pelo seu potencial explicativo e exemplificativo das relações sociais e institucionais de poder, motivo pelo qual, em alguns casos, os nomes dos personagens podem ser dispensáveis.

Antes de publicadas, as entrevistas são submetidas à aprovação dos depoentes, que podem, então, operar correções incidentais. Mínimos foram em quase todas os cortes ou os adendos efetuados. Mais uma vez, faz diferença a qualidade da versão editada. Uma versão bem editada minimiza a amplitude das intervenções dos depoentes, inclusive no que se refere ao conteúdo. Pois, quando o depoente começa a ajustar a forma, tende a modificar bem mais o conteúdo. Conseguimos, assim, um razoável grau de coerência e fidelidade entre a essência do que foi dito e o que foi publicado.

Em se tratando de um projeto sistemático, com previsão de coleta de diversos depoimentos, o autoelogio se vê naturalmente inibido. O mesmo fato é contado muitas vezes sob ângulos variados. O desprendimento no que se refere às vivências institucionais é, não raro, ainda mais eloquente. Os testemunhos podem se entrecortar de silêncios, mas as construções míticas do passado não são, no conjunto, frequentes, tampouco expressivas. Há razoável grau de convergência, por exemplo, entre relatos individuais e as interpretações que a historiografia costuma propor para o sistema oligárquico no Brasil, cujas sobrevivências são trocadas em miúdos e postas a descoberto até em fins do século XX.

Creio que a franqueza com que os membros do Ministério Público tratam de seus conflitos e fragilidades do passado é em parte também facilitada pelo enorme salto qualitativo que a Instituição alcançou dos anos 1980 para cá. Isto é, as descrições das limitações do passado, aqui, contribuem para realçar e enobrecer as



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

conquistas do presente. Em adição, a constituição una e indivisível do Ministério Público – isto é, o órgão está na íntegra onde quer que haja um Promotor – e a consequente ausência de hierarquia entre os membros, faz desta uma Instituição cuja identidade está particularmente condicionada pelo constante exercício da crítica. O exercício da função do Ministério Público, exige uma vida em voz alta. Acusações, defesas, arguições são razões expostas e sustentadas em público. Esta é uma instituição, portanto, com inclinação natural para o debate e razoável disposição para refletir sobre seus múltiplos projetos.

Há pontos de convergência entre os depoimentos. Todos os testemunhos dão conta da enorme precariedade infraestrutural do Ministério Público até, pelo menos, o fim dos anos 1980, quando, então, a Instituição passou a crescer aos saltos, na esteira do processo de redemocratização do País.

Até a organização da Procuradoria-Geral do Estado, em 1982, como órgão independente, o Ministério Público de Santa Catarina acumulou as atribuições de defesa da sociedade e do estado. A designação Procuradoria-Geral de Justiça surgiu apenas a partir dessa data. Além da representação da Fazenda Pública, nas Comarcas do interior o Ministério Público também representava a União. O Procurador-Geral era cargo comissionado de livre escolha e do Governador do Estado, demissível *ad nutum* e com assento junto aos secretários de governo. A Lei Orgânica de 1971 estabeleceu a exigência de que o cargo fosse preenchido por membro da carreira, criada em 1946. Até os anos 1940, não era improvável que um Juiz de Direito fosse designado para chefiar o Ministério Público, o que escancarava o grau de subordinação do ente. Até 1961, quando, se realizou o primeiro concurso público de ingresso na carreira, o Governo nomeou para o cargo pessoas estranhas à Instituição, como membros da OAB. O primeiro Procurador-Geral nomeado pelo Governador com base em lista tríplice eleita pela classe tomou posse no cargo em 1991. Não havia autonomia administrativa, tampouco financeira, e os vencimentos dos membros eram inferiores aos da Magistratura, cabendo equiparação apenas para o Procurador-Geral do Estado.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A primeira Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina é de 1952. A Associação de classe foi organizada em 1959. O Conselho Superior foi instituído pela Lei Orgânica de 1961. A Corregedoria-Geral foi instalada em 29 de janeiro de 1972, por força da Lei Orgânica de 1971. Também foi essa Lei que estabeleceu a vedação ao exercício da advocacia privada, até então corrente entre os membros como forma de complementar os baixos salários então auferidos pela categoria. Os Promotores também tinham direito a custas pelos atos praticados, bem como direito às percentagens estabelecidas em lei sobre quantias recolhidas em Cartório na representação da Fazenda Pública. O Colégio de Procuradores foi criado em 1982. A Escola Superior do Ministério Público foi instalada em 1988.

A Lei Orgânica de 1961 substituiu o cargo de Subprocurador pelo de Procurador – três, ao todo, além de um Promotor convocado. A Lei Orgânica de 1971 aumentou o número de Procuradores de três para sete. Extinguiu-se aí a figura do Promotor Adjunto, leigos nomeados pelo Governo para substituir os Promotores nas Comarcas, criando o Promotor Substituto e consolidando o primeiro estágio da carreira. Em 1965, atuavam 37 Promotores em Santa Catarina. Dez anos mais tarde, já eram 110. Em 1956, apenas três servidores atendiam a Instituição. Em 1965, eram sete. O primeiro concurso para servidores foi realizado em 1990.

Em 1989, o orçamento do Ministério Público catarinense saltou para 0,7% da receita líquida do estado e a Instituição assumiu o controle da folha dos inativos. No ano 2000, saltou-se para 2,5% da receita líquida, quando o número de Procuradores alçava-se a 33 e o de Promotores a 243. Atualmente, empregam-se no Ministério Público quase 800 servidores, entre efetivos e comissionados. Membros já são 370, sendo 43 Procuradores e 327 Promotores.

Nos anos 1980, a evolução da Instituição foi impulsionada pelo conjunto de novos diplomas jurídicos surgidos em nível nacional. Em 14 de dezembro de 1981, a Lei Complementar nº 40, qualificou pela primeira vez o Ministério Público como ***“instituição permanente e essencial à função jurisdicional”***, sendo considerado ***“responsável, perante o Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade”***. Foram estabelecidos como seus princípios cardeais a



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

unidade, a indivisibilidade e a autonomia funcional. Determinou-se a organização do Ministério Público em todos os estados e garantiu-se um plano de carreira próprio, autonomia administrativa e financeira, com dotação orçamentária específica. Além da Corregedoria e do Conselho Superior, criou-se, dentre os órgãos constitutivos, o Colégio de Procuradores.

Ainda em 1981, legitimou-se o Ministério Público à proposição de ação de responsabilidade civil ou criminal na área do meio ambiente, que se tornava sensível no Brasil. Em 24 de julho de 1985, a Lei da Ação Civil Pública, consolidou essa evolução, conferindo-lhe legitimidade para a propositura de ações civis públicas em defesa dos interesses difusos e indisponíveis, como aqueles relacionados à defesa do meio ambiente, do patrimônio histórico e paisagístico, do consumidor, do deficiente, dos direitos constitucionais do cidadão, etc. Este diploma estabeleceu um novo horizonte ao Ministério Público na área cível, pois a partir daí formou-se um canal proponente para o tratamento judicial das questões atinentes aos direitos coletivos.

A Constituição de 1988 acolheu as novas mudanças e ampliou o seu alcance. Pela primeira vez, um texto constitucional disciplinou de forma orgânica e harmônica a organização e as atribuições da instituição ministerial no País. Na área criminal, explicitou que ao Ministério Público competia, privativamente, a promoção da ação penal pública. Permitiu-lhe requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial. Na área cível, além da promoção da ação de inconstitucionalidade, a Constituição passou a reconhecer-lhe a defesa dos interesses indígenas em juízo e a promoção da ação civil pública. Além disso, deferiu-lhe explicitamente a vigilância da probidade administrativa dos governantes.

Erigido quase como um quarto Poder, ao Ministério Público foi cometido o zelo das principais formas do interesse público. Foi responsabilizado pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. As garantias de unidade, indivisibilidade e autonomia firmaram-se na base da independência funcional dos membros. Isto é, os poderes do procurador-geral passaram a encontrar limite constitucional na independência funcional dos membros. Portanto, a hierarquia do Ministério Público foi desenhada como sendo



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

administrativa e não funcional. A Constituição repisou os princípios de autonomia financeira da instituição traçados pela Lei Complementar de 1981. Mas avançou ao admitir iniciativa no processo legislativo, no tocante à edição de leis complementares, à criação ou extinção de cargos, organização de serviços auxiliares e de concursos.

As limitações das condições materiais e infraestruturais do Ministério Público catarinense, sobretudo antes dos anos 1980, agudizavam a dependência da Instituição a outras instâncias de poder. Os baixos salários obrigavam muitos Promotores a complementar seus rendimentos com a advocacia privada na área civil, bem como com as custas auferidas em algumas ações, prática mais tarde vedada por poder suscitar uma indistinção de atribuições. Nas Comarcas, a falta de apoio lançava os Promotores na dependência da boa vontade dos Juízes, que cediam gabinetes nos fóruns, material de expediente, mobiliário e até o concurso de servidores. Não era estranho, assim, que alguns Juízes identificassem no Promotor uma espécie de auxiliar subordinado, o que podia dar margem a desassossegos.

No interior, havendo pouca disponibilidade de moradia, alguns Promotores dependiam das boas relações com o Prefeito e das lideranças políticas municipais para conseguir um alojamento. Ainda nos anos 1970, há relatos de Promotores instalando-se em condições precárias em pensões, quatinhos alugados e até hospitais.

O contato com a Procuradoria-Geral de Justiça era difícil. Para se chegar a algumas Comarcas mais distantes, ainda nos anos 1970, consumiam-se por vezes três ou quatro dias de viagem. As estradas eram deficientes, assim como o serviço de transporte público. Nem todos os Promotores tinham veículos particulares.

A comunicação entre os Promotores e a Procuradoria-Geral se dava pelo rádio da Polícia, ou, posteriormente, pelo sistema de Telex, instalado nos fóruns. O telefone se disseminou apenas nos anos 1980.

A falta de estrutura dificultava sobremaneira o trabalho do Promotor. Para diligências investigativas os membros do Ministério Público precisavam recorrer à



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Polícia. A situação podia naturalmente se complicar quando a própria Polícia era a investigada, ou quando se questionava a ação de influentes autoridades municipais.

Como indicam vários dos depoimentos aqui agrupados, a política influenciava decididamente sobre as movimentações da carreira. Promoções e remoções eram conquistadas muitas vezes por meio de articulações com a esfera partidária, tanto nas localidades, quanto ao nível do governo estadual. A independência funcional sofria com excesso de subjetividade nas regras de progressão na carreira e atritos entre colegas podiam irromper. Depois do Ministério Público despir-se da interferência política externa, foi necessário limitar o impacto da política interna. O Conselho Superior tendeu, por muitos anos, a guiar-se pelas orientações do Procurador-Geral. A construção e adoção de regras claras e objetivas para a progressão na carreira foi resultado de um longo e sofrido percurso e figura como uma das principais conquistas do Ministério Público moderno.

A dependência do Ministério Público ao Executivo era grande. O Executivo podia atrasar repasses orçamentários e dificultar a liberação de recursos. O Ministério Público não administrava nem mesmo a sua própria folha de pagamentos. Promoções, remoções, vantagens remuneratórias, tudo, precisava ser aprovado e processado pelo Executivo. Em face dessa situação, vivia com o pires na mão. A conquista da autonomia foi gradual. Com novas atribuições e garantias, fortaleceu-se também, progressivamente, o orçamento ministerial.

O relacionamento da Procuradoria-Geral de Justiça com a Assembleia Legislativa ganhou dinamismo nos anos 1980. Os Procuradores-Gerais de Justiça, com a ajuda de outros membros, empenhavam-se pessoalmente na aprovação de projetos do interesse da categoria. Alguns membros, ainda, exerceram funções eletivas, o que também facilitou o processo.

A relação com o Tribunal de Justiça tendeu a ser cordial e colaborativa. Não obstante, tencionou-se em durante os processos constituintes da segunda metade dos anos 1980, pois houve resistência à isonomia, iniciativa de lei e autonomia administrativa. Entre fins dos anos 1980 e princípio dos anos 1990, emergiram



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

divergências em torno de temas como a criação de cargos, a gestão do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário e do Ministério Público ou por conta de questões salariais.

Algumas sucessões na Procuradoria-Geral de Justiça ganharam contornos tormentosos. Promotores queixam-se de terem sido mal recebidos pelos Procuradores quando nomeados Procuradores-Gerais.

Mas o período mais conflituoso transcorreu entre 1987 e 1991. Na oportunidade, o PMDB chegava ao Governo do Estado, rompendo com um longo ciclo de alternância no poder entre UDN e PSD, inicialmente, seguido da Arena, durante o regime militar e, já durante a redemocratização, pelo PDS e PFL. Muitos foram os temas em torno dos quais teriam se animado divergências, tais como a desconvocação de Promotores (que atuavam fora de suas comarcas de origem na Capital), a modificação nos critérios de promoção, a extinção dos DECOM – Serviço Especial de Defesa Comunitária – (instituídos em 1983), o despejo da Associação – que ocupava uma sala nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça.

A atividade do Promotor, sobretudo até os anos 1980, era eminentemente centrada na ação penal. Ainda assim, havia espaço para a variedade. Alguns Promotores registram a sobrecarga de trabalho em decorrência do acúmulo de competências, já que intervinham na esfera trabalhista, representavam a Fazenda estadual e até a União. Além disso, nas pequenas comunidades do interior o Promotor funcionava muitas vezes como um mediador e um conciliador, muito antes da legislação nesse sentido se desenvolver no Brasil.

As Comarcas reputadas por mais violentas, no campo penal, são em geral as do Oeste catarinense. A região, de colonização recente, era escassamente povoada, de acesso difícil e urbanismo precário. A violência ali estava associada a disputas possessórias, temas relacionados à honra e emergia com frequência nos ambientes de diversão e folguedo. No Litoral açoriano, onde os crimes contra a vida eram raros, o aumento da violência é, segundo vários testemunhos, diretamente proporcional à expansão do tráfico e consumo de entorpecentes ilícitos, sobretudo a partir dos anos



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

1990. Atualmente, a relação e inverteu, sendo os índices mais elevados de violência evidenciados na região litorânea.

Os relatos também nos contam sobre o princípio da ação ministerial na área dos direitos difusos, em especial com os DECOM, no início dos anos 1980, mais associados aos direitos do consumidor, e, posteriormente, com as Promotorias da Coletividade. A infraestrutura que acompanhou a instalação dessas Promotorias foi estratégica para que o Ministério Público passasse a enfrentar investigações espinhosas nas áreas da improbidade administrativa, horizonte que se descortinava. Há também preciosos relatos sobre os primeiros inquéritos civis públicos na área do meio ambiente, bem como na da infância e juventude, dando conta de uma metodologia inteiramente nova por ser então desenvolvida, o que se constituía em notável desafio. O Ministério Público dos anos 1980 e 1990, paralelamente aos conflitos, era um caldeirão de criatividade. Discutiam-se fórmulas institucionais e desenvolviam-se metodologias de trabalho.

No início dos anos 1990, construiu-se no Brasil um substrato legal infraconstitucional de extraordinário alcance para o reconhecimento e proteção dos chamados direitos indisponíveis e coletivos, o que estabeleceu um novo paradigma jurídico. Na esteira da Lei da Ação Civil Pública, de 1985, vieram, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código do Consumidor; em 1992, a Lei da Improbidade foi o corolário do debate iniciado no Congresso em janeiro de 1988, com a instalação da CPI da Corrupção; também em 1992, foi promulgado o Código do Meio Ambiente.

Um Inquérito Civil para apurar as políticas na área da infância e juventude do Estado inteiro, instalado em 1995, recebeu importante premiação da Unicef em 1999. Foi o primeiro grande movimento de ajustamento de conduta do Ministério Público no Brasil. A conquista é corolário mais evidente para a destacada atuação do Ministério Público catarinense na área dos direitos difusos e indisponíveis.

Muitos outros casos são lembrados. De um linchamento em Chapecó, nos anos 1950, à primeira perícia com exumação de corpo realizada no Interior do



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Estado, passando pela prisão do cantor Gilberto Gil, nos anos 1970, e culminando com uma denúncia criminal oferecida contra o Vice-Governador pelo Procurador-Geral de Justiça em 2009.

Outro tópico relevante é a relação da Procuradoria-Geral de Justiça com as entidades de classe. A Associação do Ministério Público de Santa Catarina direcionou-se nos seus primeiros anos de existência para atividades recreativas e de confraternização. Funcionou como um ente auxiliar do Procurador-Geral de Justiça. De um modo geral, a importância da Associação foi reconhecida quanto à capacidade de mobilização da classe durante os anos 1980, em função de iniciativas como os Grupos Regionais de Estudos, que funcionaram como fóruns para se pensar o destino do ente ministerial. O conflito político interno de fins dos anos 1980 também foi fundamental para assinalar a independentização da Associação para com a chefia administrativa da Instituição ministerial.

Os entrevistados são unânimes em avaliar positivamente o desempenho do Ministério Público no Brasil, enaltecendo as conquistas dos anos 1980 aos dias atuais. Alguns, entretanto, mostram-se apreensivos diante de uma reação conservadora cada vez mais corporificada em setores da sociedade civil, com visibilidade nas Casas Legislativas do País. Esta reação seria uma espécie de resposta regressiva dos atingidos pela ação ministerial, que vem contribuindo sobremaneira para passar o País a limpo.

Todavia, excessos de membros estariam levando água ao moinho dos insatisfeitos, reforçando o discurso no sentido da restrição de atribuições e garantias. Alguns consideram tais demasias episódicas ou anedóticas, outros temem uma perigosa tendência, a ser enfrentada por meio de um eficaz trabalho de orientação e aperfeiçoamento. Acredita-se que os casos mais evidentes estariam acontecendo no âmbito do Ministério Público Federal, Instituição mais moderna onde os mecanismos de controle interno não se desenvolveram ainda como nos Ministérios Públicos estaduais.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Do âmbito federal viria ainda ameaça de uniformização, bem como tentativas de captura de competências, patenteados nas ações do Legislativo, do Conselho Nacional do Ministério Público ou do próprio MPF, o que viria de encontro à autonomia federativa.

Há também quem avalie poder o Ministério Público estar respondendo ainda melhor aos anseios da sociedade. Em Santa Catarina, por exemplo, o projeto de criação da Defensoria Pública, com competência para instaurar inquéritos civis públicos, poderia ser um sintoma das frustrações de parte da sociedade com o desempenho do Ministério Público. Da mesma forma, alguns entrevistados acreditam que o segundo Grau da Instituição precisaria rever atribuições, assumindo novos encargos e competências.

O risco de calcificação de certo corporativismo, associado a um sentimento de autossuficiência, estaria expandindo-se no Ministério Público contemporâneo, ampliando o distanciamento da sociedade. Para os entrevistados reside aí o mais severo repto ao ente ministerial na atualidade. Ou seja, uma vez comprometida a aliança do Ministério Público com a sociedade, esta deixaria de nele identificar a figura do guardião da cidadania, retirando-lhe vital adesão.

A Instituição, portanto, precisaria se reformar e se modernizar permanentemente. Daí a enorme importância dos novos métodos de participação interna e de gestão, bem como das iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da categoria. Excessos precisariam ser contidos e a possibilidade de ossificação corporativa combatida na raiz.

Bibliografia

AXT, Gunter. *O Ministério Público no Rio Grande do Sul: evolução histórica*. Porto Alegre: Corag, 2001.

_____. *De homem só a guardião da cidadania. História associativa e institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1941-2001)*. Porto Alegre: Memorial do MPRS/Nova Prova, 2003.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

_____ (org.). *Histórias de vida. Os Procuradores-Gerais de Justiça*. Volume 1. Florianópolis : Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina/Memorial, 2011.

BRÜNING, Raulino Jacó. *História do Ministério Público Catarinense*. Florianópolis : Habitus, 2001.

MARTINS, Celso. *Uma Associação que deu certo*. Porto Alegre : Magister, 2009.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

HISTÓRIA DAS COMARCAS E RELAÇÕES DE PODER NO NORTE RIOGRANDENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX E SÉCULO XX

Helena Teston*

Ironita Policarpo Machado**

As relações de poder entre judiciário, governo estadual e sociedades locais durante o final do século XIX e no século XX demonstram que este tema ainda apresenta potencial de pesquisa, principalmente, sob novas perguntas e possibilidades interpretativas. As análises das relações de poder mostram que o momento político vivido no Estado riograndense durante este período teve forte influência nas criações e definições das Comarcas da região e, conseqüentemente, sob e/ou pelos agentes do Judiciário. Inicialmente em Cruz Alta, e posteriormente em Passo Fundo, quando da criação de sua comarca, a influência do Partido Republicano Riograndense deu-se através da indicação de cargos no Judiciário. O judiciário era tratado, em muitos momentos, como instrumento de poder e meio à execução de projetos do governo e/ou de particulares, bem como cooptação, enfrentamento, colaboração e amedrontamento entre governo estadual, lideranças locais e população. Essa problemática é apresentada neste artigo de forma inicial e insipiente de conclusões, por se tratar de temática complexa e de fontes judiciais que exigem uma crítica e interpretação cuidadosa.

O campo da História do Judiciário é vasto e pouco estudado. Portanto, devemos nos precaver em alguns aspectos essenciais: essa narração é passível de instabilidade, pois sempre se podem estabelecer novas complementações e até mesmo novas reestruturações, já que a quantidade de documentação existente é imensa. As primeiras comarcas começaram a ser implantadas ainda no Segundo Império, porém a prática judicial teve sua consolidação durante o período da

* Acadêmica do Curso de História – Licenciatura Plena da Universidade de Passo Fundo. Bolsista PIVIC UPF. e-mail: 98423@upf.br

** Doutora em História pela PUCRS, Professora do Curso de História da Universidade de Passo Fundo. (Orientadora). e-mail: iropm@upf.br



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

República Velha (1889-1930), onde teve importância não só política, como também sócio-cultural.¹

A INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA E O PARTIDO REPUBLICANO NO RIO GRANDE DO SUL

A proclamação da República foi um golpe militar devido à insatisfação desses com o tratamento recebido pelo Império. Nunca foi um movimento de toda a população brasileira, mas sim de pequenas elites. A República herdou do Império uma grande dívida externa, que consumia grande parte da balança comercial. Teve início a partir de então um período de profunda instabilidade institucional e política, devido à troca constante de governadores, a derrubada de funcionários públicos de seus postos. No Rio Grande do Sul, O Partido Republicano Riograndense afirmou-se progressivamente. Nesse processo de construção de um novo polo de poder, Júlio de Castilhos contou com o inestimável apoio do governo federal de Deodoro da Fonseca e mais tarde o de Floriano Peixoto, dos grandes comerciantes e financistas urbanos sul-rio-grandenses, dos charqueadores e de alguns poderosos locais que pretendiam alargar seu poder de dominação devido à ligação com o governo estadual. A elite pecuarista e os comerciantes da região da fronteira foram deslocados do centro do poder para uma posição secundária.

A constituição federal de 1891 assegurava que os estados tinham total liberdade de promulgarem suas constituições bem como os seus códigos civil, criminal e comercial. Júlio de Castilhos e seus aliados levaram a sério, implantando um forte regime militar. A Constituição Estadual previa a concentração de poderes no Executivo, podendo o presidente do estado se reeleger ilimitadamente. Em 1892 foi fundado o Partido Liberal, onde configurava a elite pecuária e comercial da Campanha, a elite tradicional do estado, que contestava a veloz ascensão da nova elite que se formava. Os atritos criados devido à opinião de como administrar o estado deram origem a Revolução Federalista de 1893, onde milhares de gaúchos morreram em combate. Após esse episódio que tomou proporções nacionais, sendo que o

¹ CASTRO, Flávia Lages de. *História do Direito Geral e Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007. 572 p.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

movimento atingiu Santa Catarina (Revolta da Armada) e Paraná, cada vez mais as rixas políticas se acentuaram no Rio Grande do Sul.²

Nesse período houve a combinação entre os poderes estaduais e as oligarquias regionais baseado em barganhas entre as duas elites. Todas essas características foram herdadas do tempo da Colônia, mas a República criou condições para que essa elite local aumentasse o seu poder. Em algumas cidades, o governo estadual era apoiado pela maior parte da elite e em outros o poder desta era tão grande que a atuação do governo estadual era completamente ofuscada.³

No Rio Grande do Sul, diferentemente da maioria dos outros estados brasileiros, ao invés das duas formas de poder acomodaram-se, aqui elas cooperavam entre si ao mesmo tempo em que competiam.

A CONSOLIDAÇÃO DO JUDICIÁRIO GAÚCHO

Conforme Machado⁴, essa situação foi fundamental para os diferentes papéis que o Judiciário desempenhou nessa sociedade. A estrutura e a prática da Justiça eram essencialmente regidas pelo Capítulo II, Seção Terceira, da Constituição castilhesa de 14 de julho de 1891; pelo Código de Organização Judiciária, Lei nº 10 de 10 de dezembro de 1895; e pelo Código de Processo Penal – Lei nº 24⁵, promulgada em 15 de agosto de 1898. Exceto a Constituição, todos os outros textos foram de elaboração de Borges de Medeiros. A rigor, o Poder Judiciário era bastante enxuto.⁶

² AXT, Gunter. *O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha*. Revista da Ajuris, nº 82, 2001.

³ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 644 p.

⁴ Para obter mais conhecimento sobre o assunto ver: MACHADO, Ironita P. *Judiciário, terra e racionalidade capitalista no Rio Grande do Sul (1889 – 1930)*. Porto Alegre: PUCRS, 2009. 299 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. (Livro: prelo)

⁵ Para obter mais conhecimentos sobre o assunto ver: *Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, AHRS, 1954.

⁶ AXT, Gunter. *O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha*. Revista da Ajuris, nº 82, 2001.

MACHADO, Ironita P. *Judiciário, terra e racionalidade capitalista no Rio Grande do Sul (1889 – 1930)*. Porto Alegre: PUCRS, 2009. 299 p. (Tese de Doutorado)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Em primeira instância atuavam os juízes distritais e os juízes de comarca.⁷ A estes últimos estavam subordinados os promotores públicos e os oficiais de justiça. Em segunda instância agiam os sete desembargadores do Superior Tribunal de Justiça, transformados em dez pela reforma de 1925.⁸ Somente a Brigada Militar possuía justiça especial. As funções dos juízes distritais tinham um papel político claro: desempenhavam papel estratégico no que respeitava aos métodos de controle político e expropriação econômica enfeixados a uma dada facção. Conforme Axt afirma:

ao juiz distrital cabia homologar contratos, abrir testamentos, presidir casamentos, proceder a corpo de delito, preparar e julgar em primeira instância as causas cíveis, até o valor de quinhentos réis, e preparar processos-crime. Não se lhe exigia diploma nem tampouco concurso. Era diretamente nomeado pelo presidente do estado, sempre a partir de indicações dos chefes políticos locais. A sua atuação era fundamental para garantir o domínio de uma facção coronelista num município, pois através dele facilitavam-se contratos aos amigos, perseguiam-se os adversários e manipulavam-se as eleições. Em geral, eram beneficiados com a indicação aqueles militantes que haviam prestado bons serviços ao partido e à facção, especialmente através da arregimentação de eleitores.⁹

Acima do juiz distrital estava o juiz da comarca¹⁰ que dirigia o foro central de cada comarca. Não se lhe exigia o diploma de curso superior, mas precisava o mesmo prestar concurso público. É claro que havia manipulações nesses concursos, sempre

⁷ Comarca é o território ou circunscrição territorial em que o juiz de direito de primeira instância exerce sua jurisdição. Para a criação e a classificação das comarcas serão considerados os números de habitantes e de eleitores, a receita tributária, o movimento forense e a extensão territorial dos municípios do estado, conforme legislação estadual. Cada comarca compreenderá um ou mais municípios, com uma ou mais varas. O termo instância é passível de duas conceituações. Por uma delas é o território no qual uma autoridade exerce seu poder jurisdicional, também chamado de jurisdição ou foro, e pela outra pode ser classificada como cada um dos juízos organizados de forma hierárquica a ponto de sucessivamente conhecerem a causa e proferirem uma decisão. A primeira instância, onde em geral começam as ações, é composta pelo juízo de direito de cada comarca, pelo juízo federal, eleitoral e do trabalho. A segunda instância, onde são julgados recursos, é formada pelos tribunais de Justiça e de Alçada, e pelos tribunais regionais federais, eleitorais e do trabalho. A terceira instância é formada pelos tribunais superiores (STF, STJ, TST, TSE) que julgam recursos. Jurisdição ou foro competente para proferir julgamento. O Código de Processo Civil, de 1973, substitui esta expressão por grau de jurisdição.

⁸ AXT, Gunter. *O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha*. Revista da Ajuris, nº 82, 2001.

⁹ AXT, Gunter. *O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha*. Revista da Ajuris, nº 82, 2001

¹⁰ A organização do Judiciário foi regulamentada pela Constituição Estadual de 1891. Para obter mais informações sobre o assunto ver: *Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, AHRs, 1954.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

procurando uma forma de chegar ao cargo alguém ligado as elites locais e ao governo estadual. O juiz da comarca tinha de julgar em primeira instância, todas as causas cíveis de valor superior a quinhentos réis e em segunda instância todas aquelas cujo valor não ultrapassasse esse limite, pronunciar e julgar crimes comuns, políticos ou de responsabilidade de funcionários e autoridades públicas e judiciárias. Esse magistrado era vitalício, mas poderia ser destituído devido à conveniência pública.

Quanto à formação dos bacharéis do Rio Grande do Sul – em relação aqueles que a possuíam – a maioria era oriunda da Faculdade de Direito de São Paulo e da Academia de Recife, sendo também representantes das elites locais e do Partido Republicano Riograndense. São esses representantes que mais tarde, estruturam a fundação e o funcionamento da Faculdade de Direito de Porto Alegre.¹¹

O Poder Judiciário não possuía orçamento próprio devendo enviar mapas estatísticos anuais a Secretária da Justiça. Os funcionários não desfrutavam de plano de carreira. O judiciário era tratado como uma repartição pública, sendo a principal ferramenta no processo de cooptação, enfrentamento, colaboração e amedrontamento entre governo estadual, lideranças locais e população em geral. Todas as sentenças tinham ligação direta com o arranjo das facções poderosas, podendo ser coagidas por elas ou determinando suas futuras ações. Na maioria das vezes, o governador era consultado sobre as atitudes que deveriam ser tomadas. Todos estavam sob freqüente pressão, já que a qualquer momento o governador estadual poderia exonerar e/ou remanejar os funcionários públicos quebrando vínculos com a sociedade local, esta também poderia deixar de honrar suas promessas se aliando ao partido opositor.

A prática da Justiça neste período era um lugar onde os interesses privados estavam em grande destaque, muitas vezes tornando-se o principal objetivo. Processos, contratos, testamentos, sentenças e julgamentos eram freqüentemente motivos de atritos entre correntes e lideranças partidárias, já que colocava a prova a força estadual contra a força local. Política, administração e justiça eram intrínsecas umas as outras.

¹¹ENGELMANN, Fabiano. *A trajetória do corpo docente da Faculdade de Direito de Porto Alegre/UFRGS e a definição do espaço jurídico no Rio Grande do Sul*. IN: FÉLIX, Loiva Otero, e RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Org.). *RS: 200 anos – Definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002. pg. 308 e 309.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Em 1899, num caso descrito por Axt¹², o Coronel David Barcellos, líder partidário e Intendente em Cachoeira do Sul, pediu a Borges de Medeiros para "**falar com os desembargadores a fim de absolverem**" um "**infeliz amigo nosso**" recolhido há quatro meses à prisão pelo juiz da comarca. Solicitou em seguida para "**chamar a atenção dos desembargadores**" em outro caso, na tentativa de desfazer sentença contrária do mesmo juiz às pretensões do correligionário Antônio Corrêa Marques em certo processo de reivindicação de custas.

Neste contexto de controle do executivo sobre o judiciário, de barganhas e troca de favores, a criação das comarcas judiciais vão cumprir papel fundamental nas articulações de poder para além das necessidades da sociedade civil.

A CRIAÇÃO DAS COMARCAS

Em 1760 o Rio Grande do Sul foi elevado à condição de capitania (Rio Grande de São Pedro) estando subordinada ao Rio de Janeiro. Em 1807 foi elevada a capitania geral e passou a ser vinculada diretamente ao vice-rei, entretanto a justiça estava sob a jurisdição de Santa Catarina, fazendo parte da comarca de Desterro. Já em 1809 ocorreu a primeira divisão administrativa e judiciária do Rio Grande do Sul que subordinou a capitania de Santa Catarina. A criação do Código do Processo Criminal em 1832, durante o período regencial, possibilitou a criação de comarcas no território sulino.¹³ Em março de 1833 o conselho administrativo da província resolveu que se criariam cinco novas comarcas: **Porto Alegre** (compreendendo a capital, Santo Antônio da Patrulha e Triunfo), **Rio Grande** (Vilas do Rio Grande, São José do Norte e São Francisco de Paula), **Piratini** (Vilas de Piratini e Cerrito), **Rio Pardo** (Vilas do Rio Pardo, Cachoeira e Caçapava) e **Missões** (São Borja, Espírito Santo e Alegrete). No mesmo dia, ficou decidido que haveria um Juiz de Direito Civil e Criminal em cada comarca, que provisoriamente administraria a Justiça Civil. Todos os juízes foram

¹² AXT, Gunter. *O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha*. Revista da Ajuris, nº 82, 2001

¹³ FÉLIX,, Loiva Otero. *RS 200 anos construindo a justiça entre poder, política e sociedade*. IN: FÉLIX, Loiva Otero, e RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Org.). *RS: 200 anos – Definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002. pg. 302 e 303.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

nomeados no mesmo dia, exceto os da comarca de Rio Grande, Rio Pardo e Missões, devido à falta de magistrados.¹⁴

Com a proclamação da República em 1889, a partir de 1891, Júlio de Castilhos passa a exercer o poder de presidente do estado, embora já em novembro seja destituído do cargo. Constituiu-se então o **Governicho**¹⁵ formado por Joaquim Francisco de Assis Brasil – assumiu o governo do estado, pois era o único presente, João de Barros Cassal e Domingos Alves Barreto Leite. Assis Brasil começou a reorganizar o poder judiciário e devido ao grande número de comarcas existentes no estado (o que onerava os cofres públicos) criou o decreto nº 17 de 27 de fevereiro de 1892¹⁶ que estabelecia a nova divisão judiciária do Estado, estabelecendo 20 comarcas. No dia 08 de junho de 1892, José Antônio Correia da Câmara assume o governo estadual, anulando as medidas tomadas por Assis Brasil. Em 31 de dezembro de 1892, sob o poder do mesmo governador, ele divide novamente as comarcas. Após esse decreto, durante todo o período da República Velha, poucas alterações são feitas. A maioria dos decretos que surgem posteriormente é para criar novas comarcas devido ao aumento de população e importância política que a cidade-sede representa, bem como as alterações em sua classificação.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DAS COMARCAS NO NORTE DO RS

A matriz das comarcas do norte riograndense foi a Comarca de São Borja, que na época de sua criação, abrangia um território bem mais amplo do que hoje em dia, incluindo as duas vilas que mais tarde deram origem aos municípios e comarcas do norte riograndense: Cruz Alta e Passo Fundo.

¹⁴ Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul.
https://www3.tj.rs.gov.br/institu/memorial/comarcas_ind.php?PHPSESSID=3b33ed4c784a0a21b5a356fbaad5bf5a

¹⁵ O chamado “Governicho” foi uma seqüência de juntas governativas e governantes provisórios que se achava no poder desde a derrubada de Castilhos em 12 de novembro de 1891.

¹⁶ Memorial do Judiciário Gaúcho
http://www1.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaúcho/banco_de_dados/doc/legislacao.PDF



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Em 22 de outubro de 1850, a Assembléia Legislativa Provincial decretou e sancionou a lei nº 185¹⁷. Ela determinava que a Comarca das Missões ficasse dividida em Comarca de São Borja e Comarca de Alegrete, onde a Comarca de São Borja era formada pelo município sede, Cruz Alta e a Freguesia de Nossa Senhora de Oliveira de Vacaria; e a de Alegrete formada pelo município sede e Uruguaiana. Oito anos depois a Comarca de São Borja foi dividida em duas (lei nº 419¹⁸ – 06.12.1858): a de mesmo nome e a de Cruz Alta, que abrangia a Vila de Cruz Alta e Passo Fundo. Em 1872 a Comarca de São Borja é extinta e o município passa a fazer parte da Comarca de Itaqui. Seis anos mais tarde, cria-se novamente a Comarca de São Borja. Em 1892, já no período da República Velha, o decreto n. 37 e 38¹⁹ de 31 de dezembro estabeleceram a comarca de São Borja, constituída do termo de São Borja, de 1ª entrância²⁰. Somente em 1938 ocorrem mudanças na Comarca, onde o decreto nº 7199 a classificou como de 2ª entrância.

Como podemos perceber, por ser um município de grandes extensões de terras e ocorrer a combinação entre os poderes estaduais e as oligarquias regionais baseado em barganhas, a comarca de São Borja não sofreu grandes alterações durante o período da República Velha, pois o estado necessitava do apoio desses mandantes locais, principalmente os produtores de gado, para se consolidar.

A lei nº 419²¹ de 06 de dezembro de 1858 criou a Comarca de Cruz Alta, com os termos de Cruz Alta e Passo Fundo. Em 1872, o crescimento de Cruz Alta é reconhecido e esta é elevada a categoria de cidade. Um ano depois, Passo Fundo

¹⁷ Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul.
https://www3.tj.rs.gov.br/institu/memorial/comarcas_ind.php?PHPSESSID=3b33ed4c784a0a21b5a356fbaad5bf5a

¹⁸ Ibidem

¹⁹ Ibidem

²⁰ Entrância é uma classificação dada a cada Comarca devido a sua importância no meio jurídico. Para defini-las como de 1ª, 2ª ou 3ª entrância, as comarcas são avaliadas da mesma forma quando da sua criação: serão considerados os números de habitantes e de eleitores, a receita tributária, o movimento forense e a extensão territorial dos municípios do estado, conforme legislação estadual. As de 1ª entrância são aquelas que possuem menor população, eleitores e menor entrada de processos judiciais, sendo que a 2ª entrância possui um número mais elevado dos mesmos requisitos e a de 3ª entrância um número ainda maior que o da de 2ª.

²¹ Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul.
https://www3.tj.rs.gov.br/institu/memorial/comarcas_ind.php?PHPSESSID=3b33ed4c784a0a21b5a356fbaad5bf5a



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

passa a ter sua própria Comarca. Em fevereiro de 1892, o decreto nº 17 classifica a Comarca de Cruz Alta como de 1ª entrância, permanecendo sob seu domínio a sede e Santo Antônio da Palmeira. Como a cidade de Cruz Alta era questão de força e estratégia para o governo castilhista, pois Júlio de Castilhos nasceu e formou suas base e alianças políticas nesta cidade, nunca houve mudanças significativas em relação ao funcionamento da Comarca. Em 1892 a Comarca é elevada a categoria de 2ª entrância, constituída pelos municípios de Cruz Alta e Vila Rica. No ano de 1912 o novo município de Ijuí é anexado a Comarca, porém já em 1926 ele é desanexado e Palmeira passa fazer parte da Comarca. Em 1927 a Comarca de Palmeira é restabelecida e em 1928 anexou-se Tupanciretã à Comarca de Cruz Alta. Com todas essas anexações e posteriormente os desmembramentos, podemos perceber que o movimento de municípios que fazem parte da comarca de Cruz Alta era uma forma de aproximar esses territórios do governo castilhista-borgista ou em muitos casos uma forma de coagir aqueles municípios, vilas e colônias que eram contra o estado. Qualquer município que estivesse sob a jurisdição de Cruz Alta, sentiria ainda mais forte a presença do estado no poder judiciário. **Era uma forma de “por na linha”** aqueles que não concordavam com o governo estadual.

Cruz Alta foi um caso em que podemos perceber fortemente a relação entre estado e judiciário, principalmente se tratando de funcionamento. Existia em Cruz Alta um homem de grande confiança para Júlio de Castilhos: Firmino de Paula. Era ele quem tomava as decisões sobre a cidade e com sua influência, acabava por indicar os juízes que ali exerceriam a função. Grande proprietário de terras e exemplo de militar, Firmino ganhou o reconhecimento de Júlio de Castilhos durante a Revolução Federalista, onde participou de um dos episódios mais sangrentos da guerra civil. Foi responsável também pela eleição do sucessor de Castilhos, Borges de Medeiros. Com o apoio do governo, o grande poder aquisitivo e pela personalidade violenta, não foi difícil para ele criar uma teia política quase implacável. Através do amedrontamento, comandou a vida política cruz-altense. Podemos perceber isso através da troca constante de juízes de Direito que exerceram cargo na Comarca de Cruz Alta, já que para ser (ou deixar de ser) juiz distrital bastava apenas uma recomendação do mandante local e mesmo que precisasse de concurso para ser juiz de comarca, isso



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

quase não tinha validade. Entre 1858 a 1890, um período de trinta e dois anos sete pessoas exerceram a função de juiz : Agostinho de Souza Loureiro, José Gaspar dos Santos Lima, José Antônio da Rocha, Americo Vespúcio Pinheiro Prado, Joaquim Jospe Henriques, Fernando Afonso de Mello, João Martins França. A partir de 1890 até 1930, um período de quarenta anos foram onze juízes, sendo eles: Miguel Arcanjo Figueiredo, Antônio José Moredo Junior, Luiz Augusto Azevedo, Euribíades Dutra Villa, Augusto Leonardo Souza Guarita, José Amperico Carneiro Pereira, Miguel Candal, Dionísio Marques, Homero Martins Batista, Jorge Moojen da Rocha e Rubem Mariano da Rocha.²² Até o ano de 1910 havia uma relativa permanência no cargo, após essa data, o juiz foi substituído quase anualmente.

Em 28 de janeiro de 1857, a lei nº340²³ eleva à categoria de vila a antiga freguesia de Passo Fundo, que compreende o território já denominado e a freguesia de Soledade. O município pertencia à Comarca de Cruz Alta (esta foi desmembrada de São Borja). No mesmo ano, em 07 de agosto a vila é emancipada. No dia 21 de setembro de 1857 é instalado o primeiro foro de Passo Fundo, assumindo como juiz municipal o Coronel Antonio de Mascarenhas Camello Junior. A Câmara Municipal percebendo a necessidade do município envia a Assembléia Legislativa Provincial o pedido de instalação de uma Comarca em Passo Fundo. Essa é criada através da lei nº877²⁴ de 29 de abril de 1873 (deixando então de ser parte da Comarca de Cruz Alta). Somente em 1875 é que a Comarca realmente é instalada. Porém, desde a sua criação já existiam representantes: passa a exercer a função de juiz de direito o Dr. Benedicto Marques da Silva Acauã e de promotor público o Dr. Cândido Lopes de Oliveira.

Em 1874 um decreto imperial classifica a comarca de Passo Fundo como de 1ª entrância. Na era imperial ainda exercem o cargo o Dr. Miguel Lins de Moraes Abreu (não consta a data) e Dr. Antônio Alvares Velloso de Castro (16.04.1886). No ano de 1880, Soledade é desmembrada da Comarca de Passo Fundo, pois agora tem sua

²² ROCHA, Prudêncio. *A História de Cruz Alta*. 2ª ed. Cruz Alta: Mercurio, 1980.

²³ Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. https://www3.tj.rs.gov.br/institu/memorial/comarcas_ind.php?PHPSESSID=3b33ed4c784a0a21b5a356fbaad5bf5a

²⁴ Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. https://www3.tj.rs.gov.br/institu/memorial/comarcas_ind.php?PHPSESSID=3b33ed4c784a0a21b5a356fbaad5bf5a



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

própria sede. Na já citada situação de 1891, a comarca passo-fundense não sofre alterações. Durante este período exercem a função de juiz de direito o Dr. Emilio Madeira Gonçalves Ferreira, sendo substituído por Dr. Cândido Lopes de Oliveira. a importância política devido ao forte vínculo com o governo republicano e o avanço no crescimento da economia, fez que Passo Fundo fosse se tornando referência no norte do estado. Durante o período da República Velha a estrutura da Comarca não sofreu muitas modificações, sendo que a única ocorrência registrada é a volta de Soledade ao domínio passo-fundense. Em 1918 é anexado o novo município de Erechim, e em 1920 a Comarca de Passo Fundo é elevada a 2ª entrância.

Nos anos que se seguiram houve o desmembramento de Soledade e Erechim e a anexação do novo município de Carazinho. Durante o período republicano ainda foram juizes de direito: Dr. Gustavo Galvão e Dr. Hollanda Cavalcanti, e como juizes da Comarca os Drs. Olavo Godoy, Xisto da Cruz, Laurentino Gonçalves de Senna, João Coelho Cavalcanti, José Moreira Soares de Oliveira, Francisco Thompson Flores, Antonio Casagrande, José Dario de Vasconcellos, Raul de Freitas Bocanera, Alvaro Leal, Nézio de Almeida, Homero Martins Batista, João Solon Macedonis Soares e Arcadio Leal.

Em 14 de junho de 1880, a lei nº1251²⁵ criou a Comarca de Soledade, sendo esta desmembrada da Comarca de Passo Fundo. Depois de sua criação, a Comarca foi extinta e restabelecida diversas vezes. Em fevereiro de 1892 foi extinta, em junho restabelecida e em dezembro extinta novamente. Todas as vezes que a Comarca foi extinta, subordinou-se a Comarca de Passo Fundo. Somente com o decreto nº3572 de 05 de janeiro de 1926, o município de Soledade voltou a ter comarca própria. Existem duas possibilidades para que esta comarca em especial tenha sofrido tantos reveses.

Em 1810, a região de Soledade era a ligação entre região meridional (Rio Pardo e centro-sul), a região do Campo do Meio (Passo Fundo) e a estrada de Vacaria. Em 1832 os primeiros moradores se fixam nessa região, que se torna a Vila de Soledade, pertencente ao município de Rio Pardo. Dois anos após, ocorre a emancipação de

²⁵ Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul.
https://www3.tj.rs.gov.br/institu/memorial/comarcas_ind.php?PHPSESSID=3b33ed4c784a0a21b5a356fbaad5bf5a



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Cruz Alta, e, Soledade juntamente com Passo Fundo, passa a pertencer ao novo município. Entretanto, essa nova divisão é feita sob protesto da comunidade e da elite local que se formava. No ano de 1857, o então Distrito de Passo Fundo também alcança a sua emancipação e Soledade passa a integrá-lo, contudo a região foi repartida em três: o quinto distrito chamava-se Soledade; o sexto Lagoão e o sétimo Restinga. A relação entre os distritos e a sede sempre foram conflituosos.

Finalmente, em 1875, a Freguesia de Nossa Senhora da Soledade, pela lei n.º962, de 29 de março do mesmo ano, é emancipada, sendo desanexada de Passo Fundo. Soledade restitui então o quinto, sexto e sétimo distrito, uma região ampla, que através da extração de pedras gerava grandes lucros para Passo Fundo.²⁶

Em 30 de abril de 1918, o oitavo distrito de Passo Fundo foi elevado à categoria de município passando a se chamar Erechim. O decreto de criação também estabeleceu que:

Art. 3º - O novo município regular-se-á pela Lei Orgânica de Passo Fundo, até que o Conselho Municipal em sua primeira reunião decrete a Lei Orgânica respectiva.

Art. 5º - O Governo do Estado nomeará um intendente provisório, que procederá, no menor prazo possível, à eleição do intendente e conselheiros municipais.

Art. 6º - O território deste município constitui parte integrante da Comarca de Passo Fundo.²⁷

Em 29 de junho de 1919 foi instalado o primeiro foro da cidade, sendo o Dr Henrique Continentino de Cordova indicado como juiz distrital. Apenas em 1920 ocorreram eleições para intendente municipal, sendo eleito o Dr Amado da Fonseca Fagundes, e a partir da eleição dos Conselheiros Municipais se formulou a Lei Orgânica própria. Ocorreram diversas nomeações posteriormente a renúncia do prefeito e do conselho municipal. Nos quatro anos seguintes, foram nomeados cinco intendentes diferentes. Apenas em 1924 ocorreram eleições novamente, sendo eleito o Cel. Pedro Pinto e Souza. Em 1928 assume a intendência o também Cel. Atilano

²⁶ <http://www.soledaders.com.br/web/index.php?menu=cidade&sub=historico>. Acessado em 07 de setembro de 2011, às 15h37min.

²⁷ NEPOMUCENO, Davino valdir Rodrigues; MORAES, Demétrio Dias de, NETO, Antônio Ducatti. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: EST,1981.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Machado, forte representante do PRR.²⁸ Como já mencionado anteriormente, esta região era influenciada pela rede de poder castilhistas-borgistas e em 31 de agosto de 1929, durante o mandato do Cel. Atilano Machado foi criada a Comarca de Erechim, através do decreto nº4366.²⁹

O primeiro juiz de direito da Comarca de Erechim foi o Dr. Aginaldo da Silva Leal e o primeiro promotor da justiça foi o Dr. José Salgado Martins, nomeado em 16 de dezembro de 1929.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desse tema se justifica devido à mística que envolve todo o final do século XIX e século XX, bem como a ação do Partido Riograndense (PRR) e as práticas que influenciaram todo o processo de mercantilização da terra no norte riograndense. Vista por esse viés, a criação das Comarcas e as relações de poder durante esse período tornam-se fundamentais para entendermos a formação política, econômica e social dessa região, como por exemplo, a dependência dos novos municípios – Passo Fundo e Erechim, em relação à estruturação de governo e ação política:

Em 1860, “por Lei Provincial nº545, de 4 de janeiro, foi aprovado e mandado vigorar o código de posturas elaborado pela Câmara Municipal” (OLIVEIRA, 1990, P. 85), concedendo maior autonomia às elites municipais que até então obedeciam ao Código de Cruz Alta.³⁰

Art. 3º - O novo município regular-se-á pela Lei Orgânica de Passo Fundo, até que o Conselho Municipal em sua primeira reunião decreta a Lei Orgânica respectiva.³¹

²⁸ Ibidem.

²⁹ Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. https://www3.tj.rs.gov.br/institu/memorial/comarcas_ind.php?PHPSESSID=3b33ed4c784a0a21b5a356fbaad5bf5a

³⁰ BATISTELLA, Alessandro, e KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Antologia do município de Passo Fundo: A cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX*. IN: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. pg. 56 e 57.

³¹ NEPOMUCENO, Davino valdir Rodrigues; MORAES, Demétrio Dias de, NETO, Antônio Ducatti. *O Grande Erechim e sua história*. Porto Alegre: EST, 1981.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A situação apresentada em Soledade, demonstra a insatisfação das sociedades locais, tanto no que diz respeito à política - contra vontade tornar-se distrito de Passo Fundo, e posteriormente ser dividido em três, e econômica – Passo Fundo perdendo uma rica área de exploração. Fica nítido que a justiça, nesse caso representada pela Comarca, era o meio de coerção de um município sobre o outro. As comarcas de Cruz Alta, Passo Fundo e Erechim, por estarem localizadas em municípios integrantes da rede de poder do PRR, sofreram poucas alterações em seu funcionamento e a maioria de seus juízes foram escolhidos pessoalmente pelos presidentes do estado. Entretanto, o caso de Soledade demonstra que através da criação e extinção da Comarca, o governo do estado fazia sentir o seu poder, principalmente em relação aqueles que contestavam suas decisões. A própria regulamentação desses municípios se espelha na regulamentação do município ao qual fazia parte anteriormente, mantendo através dessas leis os mesmos princípios políticos, econômicos e sociais necessários para manter a região sob o domínio das elites locais.

REFERÊNCIAS:

AXT, Gunter. *O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha*. Revista da Ajuris, nº 82, 2001.

BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

CASTRO, Flávia Lages de. *História do Direito Geral e Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007. 572 p.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 644 p.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. 215 p.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

FÉLIX, Loiva Otero, e RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Org.). **RS: 200 anos – Definindo espaços na história nacional.** Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

GEHM, Delma Rosendo. **Passo Fundo Através do Tempo.** Passo Fundo: Multigraf, 1978. 3 v.

MACHADO, Ironita P. **Judiciário, terra e racionalidade capitalista no Rio Grande do Sul (1889 – 1930).** Porto Alegre: PUCRS, 2009. 299 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NEPOMUCENO, Davino valdir Rodrigues; MORAES, Demétrio Dias de, NETO, Antônio Ducatti. **O Grande Erechim e sua história.** Porto Alegre: EST, 1981.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Rememorações de Nosso Passado.** Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957.

ROCHA, Prudêncio. **A História de Cruz Alta.** 2ª ed. Cruz Alta: Mercurio, 1980.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A CONSTITUIÇÃO DA QUESTÃO INDÍGENA COMO QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Henrique Aniceto Kujawa*

O Brasil não é um país pobre, mas ao contrário um país injusto com muitos pobres, onde a desigualdade é o principal determinante dos elevados níveis de pobreza com que convivemos (Ricardo Henriques)

A questão social é um tema recorrente na literatura das Ciências Sociais. Contudo, a sua insistente permanência na pauta de pesquisa e abordagem dos cientistas sociais não significa existência de uma definição clara do que sejam as questões sociais no Brasil, bem como a forma de serem abordadas metodologicamente e como devem ser enfrentadas politicamente.

Entre os conceitos que buscam ilustrar as questões sociais estão a desigualdade e a exclusão social, a cidadania e os direitos econômicos e sociais. Na abordagem teórica aparecem as perspectivas que ressaltam a importância das políticas públicas como um instrumento de enfrentamento das questões sociais e da desigualdade persistente no Brasil. Dentro desta temática as abordagens também se multiplicam, entre elas surgem os defensores de políticas universais e redistributivas que reconhecem a satisfação, as necessidades econômicas e o acesso aos bens sociais como direitos de cidadania. Outros apontam a necessidade de desenvolver políticas públicas focais para atender às necessidades dos setores que hoje se encontram abaixo da linha de pobreza.

Neste artigo, pretendemos apenas fazer uma reconstrução da abordagem da questão social a partir de alguns autores, e num segundo momento, como a questão indígena se constituiu em uma questão social e de que maneira foi tratada pelas políticas públicas brasileiras.

* Mestre em História, Professor da UNOCHAPECÔ e Faculdade Meridional- IMED, aluno não regular do Doutorado em Ciências Sociais da UNISINOS. kujawa@imed.edu.br



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Questão Social no Brasil

A abolição da escravatura, a Proclamação da República e as transformações econômicas, políticas e sociais na transição para o século XX fazem emergir questões sociais no Brasil, que permaneceram na pauta política durante todo o século XX e adentram o século XIX. Muito embora, a forma como a sociedade e o Estado entenderam e desenvolveram ações no intuito de amainá-las tenha ganhado diversos contornos durante todo este período, ainda permanecem evidentes temas como o acesso a terra, direitos trabalhistas, liberdade de expressão, organização sindical, direitos sociais (ao trabalho, a saúde, a educação, a moradia, a creche), combate à fome e à miséria.

Não que a desigualdade estivesse ausente na nossa sociedade antes da abolição da escravatura, mas como aborda Inni (2004) a sociedade escravista colocava em pólos bem distintos o senhor e o escravo, o branco e o negro. Não se reconhecia a possibilidade de debate do tema, além de que o Estado constituía um aparato jurídico que legitimava e legalizava tal situação.

Com a Abolição, a emergência do regime de trabalho livre e toda a seqüência de lutas por condições melhores de vida e de trabalho, nessa altura da histórica coloca-se a questão social. As diversidades e os antagonismos sociais começam a ser enfrentados como situações suscetíveis de debate, controle, mudança, solução ou negociação. (p.104)

Nesta mesma perspectiva, Conh(2000) aponta que no início do século XX o processo de implantação do trabalho livre, imigrante e assalariado, a urbanização e a reformulação da nossa economia contribuíram para emergir a pauta das questões sociais.

Diante disto surgem duas interrogações: O que passa a ser entendido como questão social? Como elas vão ser tratadas?

Como já mencionamos, a compreensão do que realmente sejam as questões sociais não possuem uma precisão conceitual, tanto no senso comum como na literatura. Para Cohn (p.386), a pobreza, a seca no nordeste, a violência, ou seja, todos os problemas, **as mazelas sociais** quando ultrapassam um limite considerado tolerável, emergem como problemas sociais, portanto como questão social. Outra



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

forma de compreender as questões sociais é localizá-las no âmbito sócio econômico produzido historicamente. Nas palavras de Ianni (2004)

Vista assim, em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. (p. 107)

Nesta compreensão que é partilhada também por Martins(2008), as questões sociais devem ser compreendidas no contexto das desigualdades econômicas, sociais e políticas, geradas pelo fosso existente entre o desenvolvimento econômico e o **desenvolvimento social que está mais evidente nos países de “Terceiro Mundo”**, no qual se enquadra historicamente o Brasil. Ou seja, as questões sociais têm origem nas desigualdades, as quais, por sua vez, não são frutos do acaso, mas sim construções históricas que, por séculos, foram sendo alimentadas por ações individuais, coletivas e institucionais. Como aborda Henriques (2000)

A vergonhosa desigualdade brasileira não decorre de nenhuma fatalidade histórica, apesar da perturbadora naturalidade com que a sociedade a encara. A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade com um artifício. No entanto, trata-se de um artifício, de uma máquina, de um produto de uma cultura que resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos (...). (p. 2-3)

Partilhando da compreensão de que as questões sociais têm origem nas desigualdades, que não são naturais, mas construídas historicamente – mesmo que não necessariamente fruto de ações planejadas e deliberadas, sob a égide de um desenvolvimento que de forma estrábica só mira o crescimento econômico e não persegue o desenvolvimento social – reaparece o questionamento: como historicamente as questões sociais no Brasil são entendidas e que ações foram desenvolvidas objetivando mitigá-las ou resolvê-las?

Cohn (2000, p. 386) aponta que, nas primeiras décadas do século XX, as questões sociais eram subdivididas a partir de dois critérios: o ético, no qual se enquadra a pobreza, a fome, o analfabetismo e o trabalho infantil; o moral, tal como a prostituição infantil, a violência, o furto. Segundo a autora, neste período, a pobreza, o analfabetismo e a satisfação das necessidades dos indivíduos eram consideradas como injustiça, mas por não ameaçar diretamente o *status quo*, não ganharam



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

prioridade da ação do Estado, sendo colocadas como responsabilidade de cada um e, para quem não conseguisse supri-las, restava a filantropia e a caridade da sociedade ou de instituições religiosas. Ao mesmo tempo, questões que provocam insegurança à propriedade e aos indivíduos, tais como a violência no trânsito, o latrocínio e o homicídio são considerados intoleráveis e, por isso, requerida prioridade à ação imediata do Estado. Neste sentido, podemos afirmar que as ações do Estado para enfrentamento das questões sociais no Brasil tiveram centralidade na manutenção da ordem estabelecida, por isso, segundo Ianni, tiveram um caráter militarizado e de repressão aos movimentos sociais.

Não é episódica, ao contrário, e permanente, a convicção de setores dominantes e governantes, civis e militares, de que as manifestações operárias e camponesas ameaçam a ordem pública, **a paz social, a segurança, a ordem estabelecida ou a “lei e a ordem”**. **Qualificam essas manifestações como problema de polícia** ou também militar (IANNI, 2004, p. 109)

O crescimento da produção industrializada e sua relação como ampliação do trabalho urbano e assalariado trouxe à tona uma nova questão social, a preservação física e social da mão de obra. Salienta-se a necessidade de estabelecer políticas que contribuam para a manutenção e reprodução da mão de obra e também laços de solidariedade para diminuir o fosso existente entre capital e trabalho. Vincula-se, desta forma, principalmente a partir da década de 1930, a cidadania ao vínculo de trabalho. Ter direitos, ser, portanto, cidadão, está vinculado ao trabalho formal, à carteira assinada, à condição de assalariado e também à possibilidade de contribuir com um sistema que gera direitos e garantias futuras¹. Os direitos trabalhistas garantidos na Constituição de 1934 e a política de saúde e aposentadoria através do Instituto de Aposentadoria e Pensão IAPs² constituem a expressão do que está sendo abordado.

¹ Este modelo de política social é conhecido como Bismarkiano e se parece como seguro social, ou seja contribui-se, normalmente de forma compulsória, por um período para usufruir do benefício num futuro inserto. Ver Levinas 2000, p. 527 Para uma revisão dos diferentes modelos teóricos que orientam a formulação e interpretação das políticas públicas ver Souza, 2006.

² A Origem dos IAPs estão na Lei Eloy Chaves que havia criado as Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAPs) que consistiam em fundos criado por algumas empresas onde mensalmente os trabalhadores contribuam para garantir pensão ou aposentadoria em caso de impossibilidade de trabalhar ou após um período de contribuição. Getúlio Vargas aglutinou as caixas de diversas empresas do mesmo ramo de atividade centralizando a administração destes fundos nos IAPs. Ver Kujawa(2004)



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Esta característica das políticas públicas sociais no Brasil, que vincula o direito a um segmento contribuinte e não a um direito universal de cidadania, marcam até então o debate sobre a orientação das políticas públicas na atualidade. Para Cohn, este é um caráter perverso, uma vez que não tratam os cidadãos universalmente, segmentando a sociedade e lhes atribuindo direitos diferentes.

Assim, não é por outro motivo que no Brasil até hoje traduzem-se em políticas e programas sociais que se dirigem a dois públicos distintos; Os cidadãos e os pobres. Cidadãos são aqueles que, por exemplo, estão cobertos por um sistema de proteção social ao qual têm direito porque contribuíram para com ele. Os pobres, são aqueles que, por não apresentarem capacidade contributiva (.....) são alvo de políticas programas sociais de caráter filantrópicas e ou focalizados em determinados grupos (...) (COHN, 2000 p. 389)

No debate sobre o caráter das políticas públicas de enfrentamento da pobreza e das desigualdades no Brasil permanecem posições divergentes quanto à universalidade e à focalização. A perspectiva de direitos mínimos parte da premissa que todo o indivíduo os tem pela simples condição de ser cidadão. Outra compreensão é o prevailecimento de políticas compensatórias, que buscam atingir focalmente grupos vulneráveis mediante condicionamentos e contrapartidas dos beneficiários³.

Dentro da perspectiva de que as questões sociais ganham visibilidade e ações prioritárias do Estado quando são entendidas como ameaças para a ordem econômica social ou política estabelecida, encontra-se o tratamento dispensado pela sociedade e pelo Estado às populações que habitavam as terras brasileiras antes da chegada dos portugueses. Na sequência, far-se-á um resgate da forma dispensada para o tratamento da questão indígena no Brasil.

Historicidade da questão social indígena

A chegada dos Portugueses no Brasil e sua posterior integração econômica na segunda metade do século XVI, a partir dos princípios mercantilistas, faz emergir a

³ Lena Levnas faz este debate, no texto *Combinando o compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil*, a partir da análise da experiência de políticas que distribuem alimentos in natura e outras a partir da garantia de recursos em dinheiro. A autora é uma das que defende ser mais eficiente, eficaz a garantia universal de recursos mínimos para que os cidadãos provenham as suas necessidades. Levinas 2000.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

questão indígena, necessitando desenvolver políticas e ações para impedir que estes habitantes nativos não dificultassem e, na medida do possível, se integrassem à estratégia econômica metropolitana. Passamos a abordar a temática a partir de uma divisão em três períodos; a) da colonização à proclamação da República; b) a doutrina positivista e a política indigenista do SPI; c) os conflitos atuais no Rio Grande do Sul.

O tema indígena fez parte das preocupações desde os primeiros tempos da ocupação portuguesa. O Alvará de 1º de Abril de 1680 e a Lei Pombalina de Julho de **1755 reconhecem este direito. Ambos sustentavam “os índios no inteiro domínio e pacífica posse das terras (...) para gozarem delas de per si e todos os seus herdeiros (...) (por serem) primários e naturaes senhores delas (...)”**. A legislação colonial portuguesa acerca das populações indígenas, afirma Pezat⁴, até meados do século XVIII caracterizou-se, no entanto, pela ambiguidade. Alternaram-se determinações que asseguravam liberdade e proteção aos indígenas com outras que autorizavam o emprego de meios violentos contra os silvícolas que rejeitassem a catequese cristã, impondo-lhes formas de trabalho compulsório.

Uma das medidas de “proteção” foi o regulamento de 17 de agosto de 1758, do Marquês de Pombal, que garantia a posse das terras em que os silvícolas estavam reunidos e criou o cargo de diretor dos índios para supervisionar a catequese dos jesuítas. Quarenta anos depois, em 1798, o Príncipe Regente Dom João suprime o cargo de diretor dos índios, excluindo-os do regime jurídico especial. A partir de então os indígenas passam a ser considerados em igualdade com os outros vassalos livres do reino. Ficavam proibidas, no entanto, as guerras ofensivas aos indígenas.

A vinda da família real ao Brasil em 1808 sepulta a política pombalina de reconhecimento de direitos dos indígenas. Na Carta Régia de 13 de maio de 1808, dirigida ao governador da capitania de São Paulo, D. João autorizou a realização de guerra ofensiva aos índios *caingang* que se localizavam nos campos do centro do atual estado do Paraná, ao norte do rio Uruguai. Retomava-se a **idéia de “guerra**

⁴ Para uma revisão mais ampla do tratamento dispensado aos indígenas por Portugal e pelo Estado Brasileiro ver: PEZAT, 1997, p. 246-271; GAGLIARDI, 1989, p. 180- 181; RIO GRANDE DO SUL. **Conflitos indígenas no Rio Grande do Sul**. Dossiê. Terras indígenas no estado do Rio Grande do Sul – histórico e situação atual. Comissão para resolver os conflitos indígenas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

justa”, sendo autorizada a escravização provisória dos indígenas. No entanto, a Carta Régia de 1º de Abril de 1809 concorda em enviar missionários católicos para catequizar e instruir aos indígenas, evitando abuso por parte dos milicianos.

Percebe-se claramente que durante todo período colonial a questão indígena é tratada dentro da dualidade do seu reconhecimento como uma questão que envolvia povos originários que tinham direito de preservação, mas ao mesmo tempo não poderiam se constituir em empecilho para os projetos colonizadores e interesses econômicos da Metrópole. Frente a esta perspectiva é compreensível a autorização da **“guerra justa” por D. João VI, uma vez que estavam em jogo as constantes disputas** platinas e a necessidade da efetiva ocupação das terras sulinas para mitigar os interesses argentinos e uruguaios pelas terras desta região.

Outro importante instrumento que possibilitou o avanço da sociedade nacional nos sertões do Império e, ao mesmo tempo, versou sobre a questão indígena foi a Lei de Terras de 1850⁵. A referida Lei possibilitou o reconhecimento das posses livres sobre os terrenos do Império – as terras devolutas – bem como explicitou a reserva de terras para os indígenas nos artigos 3 e 12⁶.

O decreto que regulamentou e pôs em execução a Lei de Terras⁷ manda executar a Lei nº 601 de setembro de 1850 explicitando as formas de discriminação das reservas indígenas:

CAPÍTULO I – DA REPARTIÇÃO GERAL DAS TERRAS PÚBLICAS

Art. 3º – Compete à Repartição geral das terras públicas:

Parágrafo 3º - Propor ao Governo as terras devolutas que devem ser reservadas:

1º – Para a colonização de indígenas.

(...)

CAPÍTULO VI - DAS TERRAS RESERVADAS

Art. 72 – Serão reservadas terras devolutas para a colonização e aldeamento de indígenas nos distritos onde existirem hordas selvagens.

(...)

⁵ BRASIL. Lei Nº 601, de 18 de Setembro de 1850

⁶ Art. 3 – São terras devolutas:

Parágrafo 2º – As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, (...).

Art. 12 – O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; (...).

⁷ BRASIL. Decreto nº 1.318 de 30 de Janeiro de 1854.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Art. 75 – As terras reservadas para colonização de indígenas (...) são destinadas ao seu usufruto; e não poderão ser alienadas enquanto o Governo Imperial por ato especial não lhes conceder o pleno gozo delas, por assim permitir o seu estado de civilização.

A Lei de Terras passa a considerar que os índios tinham a posse das terras, até que o Imperador, considerando seu estágio civilizatório, lhes passasse o domínio pleno, portanto, a propriedade. Depreende-se disto que o entendimento da Lei nº 601 é que a propriedade era da União, uma vez que ela transmitiria aos índios o atributo da disposição das terras, assim que esses tivessem o correto entendimento do que isto significava para o mundo fático e jurídico da sociedade que os dominava. Ou seja, permeado por uma compreensão evolucionista, estipulava-se que os índios eram inaptos para terem a propriedade das terras, sendo que a mesma deveria permanecer com a União, até o momento em que os povos nativos não representassem mais **ameaça para a “ordem e o progresso”**.

A Doutrina Positivista e a política indigenista do SPI

As primeiras duas décadas da República são marcadas por um significativo debate sobre o tratamento a ser dispensado pelo Estado aos Indígenas. Em 1890, a proposta de constituinte apresentada pelos positivistas, através de seus representantes Miguel Lemos e Teixeira Mendes, continha claramente uma orientação para constituir dois estados: o ocidental brasileiro, integrando os povos europeus africanos e o indígena, que se uniriam ao processo de colonização e o americano brasileiro, que congregaria os povos indígenas ou **fetichistas**. Este último deveria ter a proteção de suas terras contra qualquer sorte de violência⁸.

No bojo desta proposta estão os elementos da doutrina Positivista formulada por Augusto Comte, entendendo que a humanidade viveria uma evolução natural, passando por diversos estágios⁹ e que os indígenas se encontravam no primeiro estágio, o Fetichista. Dento desta mesma compreensão seria possível que os povos nestes estágios evoluíssem diretamente para o estado positivo desde que não fossem

⁸ GAGLIARDI, 1989, p. 171

⁹ Comte entende que a humanidade passaria por três estágio; a) o Teológico subdividido evolutivamente pelo fetichista, politeísta e monoteísta b) o Metafísico que seria um período de negação do teológico e transição para o terceiro Estágio; c) Positivo ou científico que seria o período em que a humanidade integraria as três dimensões básicas da natureza humana: a inteligência, o sentimento e a atividade



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

submetidos ao Estado teológico e metafísico. Desta compreensão surge a fundamentação de Comte para a relação entre os povos europeus africanos e de seus seguidores, aqui no Brasil, para a relação com os indígenas, baseada na cooperação, autonomia e preservação para que, no momento em que o Ocidente atingisse o Estado Positivo, estes povos pudessem evoluir naturalmente do estado Fetichista **para o Positivo. Nas palavras de Pezat, “Comte considerava o fetichismo como o primeiro regime mental da humanidade. Por marcar sua ‘infância’ foi chamado também de estado Espontâneo” (p. 59)**

Tendo por base esta compreensão, as principais lideranças positivistas brasileiras, dentre elas Miguel Lemos¹⁰, Teixeira Mendes¹¹, Cândido Mariano da Silva Rondon¹² e no Rio Grande do Sul, Torres Gonçálves¹³, propunham em linhas gerais que a política indigenista a ser adotada pelo Estado Brasileiro: i- rompesse com as missões e catequeses religiosas, passando para o Estado laico a tarefa de atuar junto às populações indígenas; ii- buscasse preservar a posse do território ocupado pelas populações indígenas; iii- garantisse a autonomia, respeitando a organização interna; iv- punisse quem explorasse os indígenas e suas terras; v- contribuísse para a melhoria de vida e das condições materiais; vi- proporcionasse, sem obrigatoriedade, instrução primária e profissional¹⁴.

Cabe destacar que a proposta indigenista dos positivistas não era única, embora aos poucos fora ganhando espaços e adeptos. Gagliardi (1989, p.105) sintetiza as posições políticas sem relação aos índios em três: i- defensora do progresso econômico nos moldes Eurocêntricos e o extermínio dos índios que se colocassem como obstáculo; ii- entendimento que a tarefa de integrar os indígenas na civilização era da igreja, através das missões e da catequese; iii- defensora de uma

¹⁰ Foi o fundador da Igreja Positivista Brasileira (IPB) em 11 de maio de 1881, permaneceu na presidência até 1903.

¹¹ Foi um dos fundadores, junto com Miguel Lemos da IPB, ocupando o cargo de vice direto de 1881-1903, a direção interina com o afastamento do Miguel I Lemos, 1903 até a sua morte em 1917 e, posteriormente a direção geral até 1927.

¹² O Marechal Rondon destacou-se por orientar a sua atuação junto aos indígenas baseado na doutrina positivista, no período em que foi o responsável pela implementação das linhas de telégrafo e posteriormente na frente do Serviço de Proteção Indígena(SPI)

¹³ Torres Gonçálves na condição de Diretor de Terras do Estado do Rio Grande do Sul durante a República Velha, foi responsável pela efetivação de uma política indigenista inspirado na doutrina positivista.

¹⁴ Ver PEZAT, 2007, p.126 e 127, 170-193 e GAGLIARDI, 1989, P. 180- 181



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

atuação do Estado Laico junto aos indígenas, propondo a demarcação de suas terras em proteção governamental impedindo a violência da civilização branca sobre os mesmos.

As polêmicas fruto destes diferentes posicionamentos ganham maior contorno a partir do XVI Congresso Internacional de Americanistas ocorrido em Viena em 1908. Os participantes destes eventos foram surpreendidos pela comunicação de Alberto Friè que denunciava o extermínio dos povos indígenas realizados pelos colonizadores brasileiros e europeus e afirmava que se fazia necessário para acabar como extermínio *a intervenção do governo, protegendo a população indígena, e (...) a devolução de mulheres e crianças aprisionadas durante as expedições punitivas* (GAGLIARDI, 1989, p.70). Friè propôs ainda que os participantes do congresso fizessem um protesto contra tais práticas de extermínio no Brasil. Não é difícil de imaginar o mal estar criado pelo referido pronunciamento, que foi minimizado por outros participantes e considerado pelo presidente do Congresso, Freiherr Weckbecker, uma proposta que cabia aos governos e não ao congresso.

Em solo brasileiro o tema ganha contornos polêmicos, com dimensões até então desconhecidas, com um artigo publicado por Von Ihering na Revista do Museu Paulista em setembro de 1908. Neste artigo, o presidente do Museu Paulista afirmava **categoricamente que os índios não eram “elementos de trabalho e progresso” e que em casos como no Sul onde os *caingangas* representavam um empecilho para a colonização não haveria outra forma de viabilizar o progresso a não ser o seu extermínio.** Obviamente que a proposta de Ihering provocou reação de boa parte dos intelectuais brasileiros e principalmente dos positivistas. Em decorrência deste debate foram publicados vários artigos e manifestações, explicitando as diferentes visões e propostas de políticas indigenistas¹⁵, sendo que todos eles, em linhas gerais, se contrapondo ao proposto pelo Ihering.

¹⁵ Entre os principais textos publicados destacam-se: i- Silvio Almeida, jornal Estado de São Paulo, 12 de outubro de 1908; ii- Luís Bueno Horta Barbosa, Jornal do Comércio, 11 de novembro de 1908; iii- Sérgio Carvalho, diretor de Antropologia do Museu Paulista, Jornal do Comércio, 6 de dezembro de 1908. Além destes artigos teve a manifestação através de moção da Sociedade Nacional da Agricultura em 19 de dezembro de 1908 e de telegrama do Cândido Mariano da Silva Rondon enviado ao diretor do Museu Nacional.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

É interessante perceber que Von Ihering, mesmo recebendo diversas críticas, continuou defendendo o seu posicionamento através de publicações de artigos em jornais e revistas, chegando a partir da classificação dos indígenas em dois grupos: i- os que não impediam o desenvolvimento sócio econômico, aceitando a subordinação; e, ii-os que eram refratários à incorporação à sociedade brasileira. Para os primeiros, propunha uma atuação a partir dos Missionários religiosos e a gradativa incorporação à sociedade brasileira, e, ao segundo grupo, que fossem deixados em paz enquanto era possível. (Gagliardi, 1989, p.77). Fica clara, a partir das exposições de Ihering, a manutenção do seu entendimento de que o conjunto dos povos indígenas deveria integrar-se ao **“progresso e desenvolvimento econômico” em curso** na sociedade brasileira.

A posição da Sociedade de Etnografia de Civilização dos Índios¹⁶ diferenciava-se de Von Ihering (muito embora ele fosse um membro desta sociedade), por não defender o extermínio dos indígenas rebeldes, mas também provocava polêmica com os positivistas por defender a atuação da igreja e da catequese religiosa como forma mais eficaz na integração dos povos indígenas na sociedade civilizada brasileira. Um dos membros desta sociedade, Pe. Claro Monteiro, questionava a política do Estado brasileiro de financiar e proporcionar boas condições para vinda de imigrantes europeus para servir de mão de obra e colonizar terras e, ao mesmo tempo, não proporcionava as mesmas condições para os missionários que se dedicavam a catequização e civilização dos indígenas. Embora, durante algum tempo, houvesse um debate interno, com posicionamentos divergentes, esta sociedade caracterizava-se pela posição conservadora e aristocrata brasileira que entendia que o Estado deveria subsidiar a Igreja através de seus missionários e da catequese, para o trabalho de civilizar os povos indígenas.

O que podemos perceber é que, após a proclamação da República, principalmente durante a primeira década do século XX, houve um debate intenso sobre os elementos que deveriam compor uma política indigenista. Teve um papel relevante neste debate o grupo social que gravitava em torno da Igreja Positivista Brasileira que, progressivamente, conseguiu ampliar os adeptos as suas propostas

¹⁶ Dentre os nomes que compunham esta Sociedade destaca-se Teodoro Sampaio, João Mendes Junior, Gomes Ribeiro, Brasília Machado, Dr. Couto de Magalhães.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

advogando a necessidade de uma política de Estado, autônoma da Igreja, objetivando a preservação de territórios indígenas e a sua voluntária vinculação à civilização brasileira. É com base nestas premissas que em 1910 foi criado o Serviço à Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILIN¹⁷ e entregue a sua coordenação ao positivista Marechal Rondon.

A Criação do SPILIN foi a tentativa de superar uma questão crucial colocada no caminho do modelo de ocupação territorial e desenvolvimento econômico em curso no território brasileiro. O amplo desenvolvimento agrícola, a colonização do Brasil Meridional, a construção de estradas e ferrovias não podiam ser travadas pela resistência indígena. Diante de tal questão colocavam-se duas alternativas: a repressão e o extermínio dos grupos indígenas pelo exército ou por milicianos particulares, ou então, através de métodos mais brandos, contatar, organizar (inclusive destinando áreas de terras específicas para eles), afastando-os do enfrentamento ao processo de colonização e desenvolvimento agrícola. A opção pela segunda não foi motivada apenas pelos ideais humanitários e positivistas, como nos coloca Gagliardi (1989 p. 236), uma vez que se mostrava mais eficaz para permitir o desenvolvimento seguro e duradouro e, ao mesmo tempo, evitava o extermínio violento dos indígenas que estava repercutindo negativamente em setores sociais brasileiros e internacionais.

A constituição do SPILIN¹⁸ não significou a unificação de posição quanto ao tratamento que o Estado, através das políticas públicas, devia à população indígena. Os grupos conservadores e os que defendiam a atuação clerical através da catequização não pouparam críticas à criação do SPILIN e, ao mesmo tempo, patrocinaram ações junto ao governo objetivando diminuir a influência de sua atuação.

Vários episódios marcaram os dilemas enfrentados pelo SPILIN, fruto das disputas e contradições presentes na sociedade brasileira e que repercutiam na política indigenista. Já em 1911 o Ministro da Guerra Mena Barreto e os oficiais do

¹⁷ Decreto número 8.072 de 20 de junho de 1910.

¹⁸ Em 1924 o então Deputado Paranaense Artur Martins Franco propôs um projeto que extinguiu o SPI em Santa Catarina e no Paraná, muito embora a justificativa apresentada pelo Deputado alegava má administração, na prática esta ação demonstra o conflito entre investidores que queriam apossar-se de terras indígenas administradas pelo SPI. Ver Gagliardi: 1089 p 279



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Exército que estavam atuando no SPILIN foram convocados para retornar às fileiras do exército, ocasião em que o orçamento foi drasticamente diminuído, provocando o esvaziamento do corpo técnico e a possibilidade de ações efetivas e mais ousadas daquela instituição. Somam-se a isso as constantes mudanças da legislação regulamentadora da ação do Estado do conflito de interesses que orientava a política indigenista. O Código Civil de 1916 coloca o indígena sob a tutela do Estado, enquanto o decreto 5.484 de 27 de julho de 1928 revogou a tutela orfanológica à qual os índios estavam submetidos. Na década de 1930, com acessão de Getúlio Vargas e reconfiguração política o SPI¹⁹ passa por constantes mudanças, inclusive alocando-se em três ministérios diferentes. Em 1930²⁰ ficou alocado ao Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1934²¹ passou para o Ministério da Guerra e em 1939 foi alocado no Ministério da Agricultura²².

Visivelmente na década de 1930 foi diminuída a influência positivista sobre as ações do SPI. Um dos principais líderes positivistas com atuação histórica no SPI, Marechal Rondon, foi reformado e, nas décadas subsequentes, a atuação da instituição sofreu sucessivos questionamentos até que, em 1967, é extinta sob a acusação de corrupção, sendo substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Podemos constatar que a atuação do SPI, tanto em sua normatização quanto em suas ações concretas, está permeada pelas contradições que foram se constituindo historicamente na sociedade Brasileira. As disputas entre as três posições²³ sobre a forma como deveriam ser tratados os indígenas permaneceram latentes durante todo o século XX. Além disso, a atuação do Estado foi direcionando-se e tendo maior ou

¹⁹ Em 1918, através da Lei n 3.454 o SPILIN foi dividido e o setor encarregado de localização de trabalhadores nacionais passou para o Serviço de Povoamento do Solo e permaneceu o Serviço de Proteção aos Índios passando a denominar-se SPI.

²⁰ Decreto 19433 de 26 de novembro de 1930.

²¹ Decreto 24.700 de 12 de julho de 1934

²² Decreto 1.794 de 22 de novembro de 1939.

²³ Conforme já mencionamos podemos dividir, genericamente, o posicionamento sobre a orientação das políticas indigenistas em três grupos; i) Os que defendiam o combate com o exército ou forças das milícias particulares aos indígenas que não se submetiam ao processo de ocupação; ii) os que entendiam que a catequização dos índios e a sua civilização deveria ser entregue aos cuidados da igreja e, ii) os que entendiam que a ação de preservar os povos indígenas deveriam ser uma ação do Estado através de ações laicas.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

menor intensidade conforme as demandas concretas gerada pelos conflitos e as conjunturas políticas de cada período.

Os conflitos atuais no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, historicamente, teve uma política de demarcação das áreas indígenas desde as primeiras décadas do Século XX. Sob liderança positivista de Torres Gonçalves, garantiu-se, juntamente com o processo de colonização imigrante, a demarcação de diversas áreas indígenas²⁴. Na década de 1960, durante o Governo de Leonel Brizola, algumas Reservas Indígenas, comumente chamadas de Toldos e hoje denominadas Terra Indígena (TI) tiveram suas áreas diminuídas, objetivando uma política de reforma agrária para assentar agricultores imigrantes e caboclos sem terra²⁵.

A constituição de 1988 buscou resgatar esta dívida histórica (art. 215 e 206 e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais transitórias) propondo a legitimação das terras ocupadas por comunidades indígenas. Na década de 1990, efetivando-se o preceito constitucional, estabeleceu-se o processo de recuperação dos limites territoriais originalmente demarcados para as Terras Indígenas do Rio Grande do Sul. A concretização do direito indígena teve um alto custo social, pois provocou o deslocamento de um conjunto de agricultores que haviam pago e recebido o título destas terras do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e agora precisavam buscar novas terras para plantar e, na maioria dos casos, construir um novo habitat para suas famílias²⁶.

Concluído o processo de recuperação dos limites originais dos Toldos Indígenas, inicia-se uma nova etapa de demanda indígena e atuação da FUNAI, que consiste no pleito de ampliação ou constituição de novas áreas indígenas. Em 2004 a FUNAI constituiu um Grupo de Trabalho para demarcar a Terra Indígena de Mato Preto e, na sequência, já foram publicados os estudos demarcatórios de Passo da

²⁴ As áreas demarcadas nas primeiras décadas do Século XX foram: Caciqe Doble(1910); Carreteiro (1911); Caseiros (1911); Inhacorá (1911);Ligeiro (1911); Nonoai (1911); Serrinha(1911); Ventarra (1911); Guarita (1917); Votouro – Caingangue (1918); Votouro - Guarani (1918).

²⁵ Das áreas demarcadas como reserva indígena nas primeiras décadas do século XX apenas duas, a Carreteiro, Guarita e a Ligeiro tiveram o seus territórios intactos.

²⁶ Um dos casos emblemáticos deste processo ocorreu na Reserva Indígena de Serrinha. Ver Carini, 2005.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Forquilha (municípios de Sananduva e Cacique Doble), Votouro (município de Faxinalzinho e Benjamin Constant) e em fase de conclusão os estudos da TI de Carreteiro (município de Água Santa), de Novo Xingu (municípios de Constantina e Novo Xingu), Inhacorá (São Valério do Sul) e Mato Castelhandó (Mato Castelhanó).

Como já mencionamos, a recuperação das terras indígenas demarcadas entre 1911 e 1918, que posteriormente foram vendidas pelo Estado do Rio Grande do Sul a pequenos agricultores, provocou um alto custo social que é multiplicado no caso da segunda fase das demandas indígenas pela ampliação ou constituição de novas áreas em função de três fatores centrais; i) As demandas indígenas estão concentradas na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, região densamente povoada por pequenos agricultores de base familiar²⁷, provocando com isso o desalojamento de um número muito grande de famílias; ii) Estes agricultores, em sua grande maioria, se estabeleceram na região nas primeiras décadas do século XX com o processo de colonização desenvolvida oficialmente pelo Estado do Rio Grande do Sul, no mesmo período em que foram delimitadas as áreas indígenas. Portanto, eles sobrevivem nestas terras por diversas gerações, há mais de um século; iii) Em terceiro lugar, por se tratar de agricultores familiares, o vínculo com a terra não é apenas econômico, existem laços sociais (vizinhança, parentela), culturais (comunidades, o jogo de bocha e de baralho, festas), religiosos (padroeiros, cemitérios, capelas), construídos historicamente que, em caso de necessidade de entrega das terras aos indígenas, uma possível indenização econômica não resolve.

Considerações finais

Neste ensaio, buscou-se demonstrar que a emergência e a trajetória da questão indígena como questão social seguiu, em linhas gerais, tanto no debate social como na ação do Estado, os traços das demais questões sociais no Brasil, que, em síntese, podem ser agrupadas em quatro questões.

²⁷ Um primeiro levantamento feito por Rückert e Kujawa(2010) demonstram que nas demandas de Mato Preto, Passo Grande da Forquilha e Votouro a propriedade dos agricultores, em média, não ultrapassam 20 há.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Embora possa estar envolta em diferentes argumentações, as ações efetivas direcionam-se na perspectiva de manter a ordem social e garantir o curso do desenvolvimento de cada momento histórico.

As políticas públicas e as respectivas regulamentações traduzem posições hegemônicas em cada contexto social e político, promovendo maior ou menor visibilidade do tema, definindo a intensidade da atuação do Estado, provocando avanços, estagnações ou retrocessos no reconhecimento e efetivação dos direitos.

A questão social indígena permanece de forma persistente, naturalizando-se juntamente com outras questões sociais como a pobreza, a desigualdade, a fome, entre outras.

A ação do Estado Brasileiro é contraditória e, no caso do Rio Grande do Sul, coloca em conflito os indígenas e os pequenos agricultores, dois grupos sociais que podem ser considerados empobrecidos e subalternos. Nas primeiras décadas do século XX demarcando áreas para os indígenas nas regiões em que estava ocorrendo a colonização, nas décadas de 1950-60, restringindo as áreas dos indígenas e vendendo para agricultores. Na década de 1990, tirando dos agricultores e devolvendo para os índios. Na última década, dando vazão para a demanda indígena por ampliação de suas áreas e ameaçando desalojar os agricultores das terras a eles destinadas nas primeiras décadas do século XX.

Referências Bibliográficas

BRASIL **Decreto 19433 de 26 de novembro de 1930.**

BRASIL **Decreto 24.700 de 12 de julho de 1934.**

BRASIL **Decreto 1.794 de 22 de novembro de 1939.**

BRASIL. *Decreto número 8.072 de 20 de junho de 1910.*

BRASIL. *Decreto nº 1.318 de 30 de Janeiro de 1854.*

BRASIL. *Lei Nº 601, de 18 de Setembro de 1850.*

CARINI, Joel João. *Estado Índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha - norte do Rio Grande do Sul.* Passo Fundo: UPF, 2005.

COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-200); a grande transação.* São Paulo: SENAC, 2000, p. 385-402.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república*. São Paulo: HUCITET, USP: Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1989.
- HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- IANNI, Octávio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2004
- KUJAWA, Henrique; BOTH, Valdeir. Política Pública de Saúde: uma leitura Histórica. In: KUJAWA, Henrique; CARBONARI, Paulo (Org.). *Luta pelo direito humano à saúde: experiência de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2004, p. 17-28.
- LAVINAS, Lena. Combinando o compensatório e o redistributivo: o desafio das políticas Sociais no Brasil. In: HENRIQUE, Ricardo. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade Vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PESAT, Paulo Ricardo. *Augusto Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista o Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha*. Porto Alegre: UFRGS, 1997 (Dissertação de Mestrado em História).
- RIO GRANDE DO SUL. *Conflitos indígenas no Rio Grande do Sul. Dossiê. Terras indígenas no estado do Rio Grande do Sul – histórico e situação atual*. Comissão para resolver os conflitos indígenas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.
- RÜCKERT, Aldomar; KUJAWA, Henrique. *A questão territorial Votouro/Kandóia no município de Faxinalzinho/RS*. Porto Alegre/Passo Fundo, UFRGS/IMED, 2010 (relatório de Pesquisa).
- SOUZA, Celina. *Política pública: uma revisão da literatura*. Revista de Sociologia, ano 8, n. 16, 2006, p 20-45.
- TILLY, Charles. *O acesso desigual ao conhecimento científico*. Tempo Social, revista desociologia da USP, vol 18, n.2, 2006, p 47-63.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O ESPAÇO PLATINO E SUA PERSPECTIVA COMO REGIÃO

Henrique Pereira Lima*

O espaço do Prata: um recorte metodológico

O espaço platino constitui-se em relevante dimensão do continente americano. Como qualquer porção da superfície terrestre, pode ser tomado em uma ótica restrita geográfica e temporalmente, isto é, ser o possuidor de alguma (s) peculiaridade(s), que venham a justificar um recorte regional. Suas idiossincrasias, frutos da ocupação e ação do homem no espaço, podem ser desse modo condições fundamentadoras de sua dimensão regional. Esta se mostra particularizada em sua dinâmica, quando confrontada com outras espacialidades, ou posto em relação ao macro-espaço¹ do qual faz parte, e com o qual de forma direta (ou indiretamente), se relaciona.

As relações que se estabelecem entre a região (neste caso platina), com seu macro conjunto, se mostram historicamente dinâmicos. De mesmo modo, o desenvolvimento de tendências locais (como determinados aspectos culturais) e de tendências de caráter mais amplos (como a expansão da economia e cultura européia em escala mundial), é notório. O regional e o global podem ser percebidos inclusive pela forma pela qual administração colonial pautou-se, no estabelecimento de uma **relação verticalizada entre estas duas extremidades da “cadeia”**. A relação centro/periferia entre a Região Platina garantiu que a mesma mantivesse uma órbita estável junto às Coroas Ibéricas, ainda que as demandas de origem local impusessem interesses locais.

A estabilidade que se observa no recorte da região platina, quanto à produção econômica, cultural e social, contudo, não se converte necessariamente em

* Mestrando do PPGH da Universidade de Passo Fundo. E-mail: henriqueplima@yahoo.com.br.

¹ O espaço platino, para efeito deste trabalho, compreende territórios dos seguintes Estados Nacionais: Argentina, Brasil e Uruguai. Durante a regência do sistema colonial ibérico na América, o caráter supranacional da região era mais evidente devido à abstração das linhas de limites entre os dois impérios. Embora formação dos atuais Estados, tenha valorizado as linhas-limites, as relações fronteiriças tiveram continuidade, na vivência das populações locais.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

um fator de estabilidade irretocável para a sua conceituação como região. Quando percebemos, conforme Ardenghi (2003, p.45), que “o conceito de região tem apresentado enfoques variados, relacionados com o momento histórico e com as concepções vigentes”, percebemos que até mesmo a sua definição é uma laboriosa tarefa conceitual. O conceito de região, apesar do esforço de diferentes áreas do conhecimento, ainda possui um caráter flutuante. Ainda mostra-se permeado de incertezas e influenciado por diferentes forças cognitivas ao longo do processo histórico.

Bordieu (1998, p.108), ao buscar elucidar o que é, e como é construído este conceito, mostra-se tomado pela mesma reserva de Ardenghi:

A região é o que está em jogo como objecto de luta entre os cientistas, não só os geógrafos é claro, que por trem que ver o espaço, aspiraram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos, (...) economistas e sociólogos”.

A cada especialidade do conhecimento, coube uma interpretação sobre o conceito. A mensuração de geógrafos, conforme Ardenghi (2003, p. 45) “por muito tempo definiu o espaço a partir da noção de espaço natural, tendo por base apenas o componentes físicos”. A supremacia das condições físicas do espaço, com a finalidade de conceituar “região”, também é percebida por Reckziegel (1999, p. 16), segundo a qual “para os geógrafos, fundamentalmente, o conceito de região relaciona-se questão de espaço, à qual se agregam outros componentes”. Tal percepção secundarizava outros aspectos. As construções humanas no espaço (construção no sentido de realização, elaboração, materiais e imateriais) perdiam sua sua dimensão explicativa, uma vez que nem mesmo eram consideradas. De mesmo modo, a região era tomada como um recorte independente. Anulavam-se suas relações com espaços mais amplos e sua condição de análise.

O termo “região”, como aponta Dollfus (1975, p. 99), se reveste de maior complexidade perante as inúmeras nomenclaturas em que aparece conjugado, ampliando sua significação que:

(...) Demonstra a ambigüidade da noção de região e que transparece igualmente através do numero de adjetivos que a acompanham. Fala-se em “região natural”, em “região histórica”, em “região geográfica”,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

em “região econômica”, em “região urbana”, em “região homogênea”, em “região polarizada”, etc.

A complexidade de significados e situação que Dollfus aponta ilustra e comprova, através da maleabilidade do conceito, a informação de Neves (2002 p. 87), **para quem o conceito pode variar “conforme o universo escolhido”.**

A região, enquanto uma dimensão de análise (que vem configurar o próprio objeto) precisa ser construída, de forma criteriosa, à luz da ciência que sobre ela se debruça. Assim, temos a Geografia, que flerta intimamente com o espaço, e, por conseguinte, com a mensuração de região; a História que, por sua vez, trás o tempo e o ser humano para estabelecer o seu recorte.

O deslocamento do eixo de equilíbrio do conceito de região, das condições naturais para seus aspectos humanos caracteriza a mudança de pensamento que concebe o espaço como uma dimensão passível de ser explorado pela história. O marco desta mudança localiza-se na segunda metade do século XX quando à região é admitida a análise por novas lentes. **Como expõe Ardenghi (2003, p. 45), a “região” veio a se tornar pertinente junto das “novas concepções históricas, a partir da década de 1970 (...) impulsionada pelo movimento dos *Annales*, [que] favoreceram a expansão dos estudos regionais e, em consequência, a tentativa de explicitação de região.”.**

Apesar das distensões existentes, há pontos de convergência teórica. Um destes é encetado por Corrêa (2002, p. 22), onde o “regional” “(...) está ligado à noção fundamental de *diferenciação de área*, quer dizer, à aceitação da idéia de que a **superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si.”.**

A consciência de que uma região é dotada de peculiaridades, aciona um gatilho que podemos chamar de *diferença*. Uma região vem a ser considerada diferente de outra, quando em comparação segundo os critérios elencados (pelo sujeito que estabelece a relação). Ao pesquisador cabe uma grande parcela de **responsabilidade nesta construção. Para Viscardi (1997, p. 89), “(...) A região é uma construção do sujeito, que igualmente delimita a partir de padrões próprios, porém fundamentados na realidade”.** Haesbaert (1988, p. 63), perseguindo a mesma perspectiva, percebe a regionalização “como um método (no sentido instrumental) para *recortar o espaço*, de forma análoga ao que se verifica com a periodização, o



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

recortar o tempo para os historiadores”. Desse modo, a região é uma construção teórica, própria do pesquisador.

Mas a diferença que vem a dar sustentação às peculiaridades regionais exigem, invariavelmente, a co-relação entre o particular (região), com o geral. Dollfus (1975, p. 99) salienta que é a região “uma porção organizada de acordo com um **sistema e que se insere num conjunto mais vasto**”. Apesar das construções (materiais e imateriais) mais restritas do espaço regional, se faz enfática a necessidade de compreender o local como organismo articulado, **com um** e **em um** contexto mais amplo que si mesmo. O contato entre a parte e todo não pode ser subestimado. A região é parcela de um organismo sociocultural vivo maior, com o qual mantém estreita relação e de onde emanam tendências catalisadoras. Neste contexto, as particularidades locais cedem voluntaria ou involuntariamente, parcelas de seu domínio para que estas tendências se manifestem. Reckziegel (1999, p. 19), lembra, **sobre a região, que “suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado.”**

Temos, portanto, que a região é um elemento que possui *a priori*, sua fundamentação no espaço. Contudo, este espaço não precisa ser compreendido necessariamente como o local de ocorrência de fenômenos ou de apresentação de aspectos físicos (ou naturais) determinantes. É a região, espaço da ação do homem que vai além de sua dimensão física. Vem a ser o espaço da construção humana, que dota uma porção de um território de uma ou mais peculiaridades, que acabam por dar forma ao espaço, e que enquadram o espaço, nas molduras de sua escolha.

O homem e sua ação sobre o meio é alvo de atenção e ponderação de Reichel e Gutfreind (1996, p. 12,13), para as quais, segundo esse processo:

O espaço geográfico tornou-se histórico, obra do trabalho e morada do homem. A superfície terrestre, incorporou-se o capital, identificando-a como o local onde se desenvolve o trabalho. O ponto referencial passou a ser a sociedade que é quem organiza tais espaços, e estes expressam uma combinação de capital, de trabalho, de tecnologias e de realizações humanas.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A ênfase no trabalho do homem, e sua atuação no espaço são notáveis, quando se busca observar um espaço. O homem é por fim, o organizador do espaço, conferindo-lhe forma e significado, em consonância com influências amplas de longo alcance, ou geridas no próprio local. De mesmo modo, a temporalidade é uma dimensão salutar ao recorte espacial. Esta condição se faz mais perceptível em **Viscardi (1997, p.87), para quem “as fronteiras regionais (...) se ampliam ou diminuem, no decorrer do tempo, em função de ajustes de natureza política”.**

A região enquanto objeto, é construído a partir de mensurações sobre o espaço, mas que não se limitam a ele. Isso, pois, os elementos ou peculiaridades que darão seus limites são arbitrários, subordinados ao interesse e aos propósitos da análise. Assim a função do pesquisador do regional deve ser pautada na acuidade conceitual. É sua a função de estabelecer e identificar os critérios levados em consideração para o recorte do objeto, tanto em sua esfera espacial, temporal e humana.

A Construção da Região Platina

A delimitação do espaço dito regional é um aspecto bastante delicado do exercício reflexivo, uma vez que trabalha com elementos de diferentes categorias (cultura, política, aspectos jurídicos, aspectos físicos, etc.), e que se refletem na vivência das pessoas que neste espaço estão sediadas. Reichel e Gutfreind (1996, p. **13) encetam que “as vivências, as idéias, os sentimentos que os homens desenvolvem nas suas relações com os outros homens, compõe em um espaço delimitado a cultura de uma região.”. As relações construídas socialmente estruturam uma forma de *estar no mundo*.** Seu conjunto apresenta aspectos físicos, e sociais que auxiliam o entendimento sobre a sociedade, sendo que, muitas vezes extrapolam os limites estabelecidos pelas linhas de limites jurídicos e políticos, como bem aponta Barros (2004, p. 152), ao mensurar que:

(...) O espaço regional “não estará diretamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar.

Neste contexto, a região apresenta-se através da associação de elementos oriundos do trabalho realizado localmente. A região, dotada de uma série de indícios que lhe dão forma e sentido, sob o crivo de sua elaboração teórica, de acordo com as inquirições feitas pelo pesquisador, e que são oriundas da observação das relações locais, sejam elas entre sujeitos, ou destes com o meio. Dessa forma, é pertinente considerar que a delimitação do objeto (região), se prolongará até onde alcançarem as características observadas.

O Prata, quando contextualizado sob critérios naturais, ou humanos, assume uma condição supranacional, extrapolando linhas de limites entre Estados Argentino, Brasileiro e Uruguaio. Se a região platina não guarda unidade político-administrativa, guarda relativa unidade sócio-cultural, além de aspectos físicos. A esse respeito, Moraes (2006, p. 10), elucida a partir da percepção do espaço americano que:

Pode-se dizer que variados condicionantes internos e externos do relacionamento sociedade-espaço se articulam no solo americano, gerando arranjos geográficos peculiares, reunificáveis, contudo, por meio de algumas determinações próprias da colonização (...).

A Região Platina compreende desse modo, um espaço alargado. No passado foi marcada por uma produção cultural convergente e comum a diferentes pontos do espaço que hoje esta politicamente fragmentado. Sua construção social, e cultural manteve estreita ligação com a orientação da prática econômica capitalista, pautada na exploração primitiva do gado ali sediado. A demanda econômica, que se fez notória na região, apresenta-se como uma demanda externa, que quando aplicada ao Prata, fomentou a sua integração. Sua dimensão interna (a administração colonial ibérica) quanto a sua dimensão externa (ingresso da região na economia capitalista que ampliava seu raio de ação), foram guiadas, entre outros fatores, pelo desenvolvimento da economia pastoril platina. Apesar do emprego de diferentes regimes de trabalho na região, (desde assalariada até escrava), houve elementos que convergiam. Um exemplo cultural é a estrutura social que se guiava pelo afastamento da possibilidade das classes subalternas em alcançar a posse do bem mais essencial: a terra.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A apresentação natural do espaço platino, não deve ser menosprezada, mas sim criticamente analisado, evitando-se determinismos geográficos. Reichel e Gutfreind (1996, p. 13), definem o território aproximando tanto seus aspectos físicos, quanto culturais, apontando que este:

(...) Se estende desde o rio Salado, ao sul de Buenos Aires, delimitando-se a noroeste pelas regiões que ficam ao norte do Rio Negro (Uruguai), até o rio Jacuí (RS) ou até defrontarem-se com (...) [estabelecimentos] jesuíticos e às áreas centrais de dominação portuguesa. Dois fatores naturais caracterizam fortemente a Região. (...) A terra fértil, plana, com abundante pasto, além de açudes que favorecem a multiplicação de rebanhos vacuns e cavalares. O outro é o rio da Prata que (...), exerceu um papel centralizador para a Região em si, bem como foi capaz de integrá-la às outras áreas circunvizinhas.

A reunificação do espaço do Prata é o arranjo conceitual para onde convergem diferentes posicionamentos de análises. É um arranjo devido às diferentes dimensões que devem ser compreendidas, desde as humanas, até as naturais. Mas a viabilidade deste recorte metodológico, dentro de sua perspectiva histórica e natural se faz mais claro quando estabelece contato com o rio da Prata e os espaços que o circundam. Estes se compõem de forma particularizada, quando mensurados com outras áreas de ocupação do solo americano.

Esta (re) unicidade deve ser o elemento norteador, em duas esferas de análise: a primeira é o espaço físico exposto por Reichel e Gutfreind: a terra fértil e plana que marca de forma indelével este espaço. Diversos autores citam o pampa como uma dimensão supranacional. Costa e Moreira (1995, p. 52), de forma **eloquente apontam “a região campestre do Rio Grande do Sul, (...) é a chamada Campanha, extremidade norte das formações pampeanas argentino-uruguaias”**. Sarmiento² (1996, p. 25), por sua vez, ao descrever aspectos físicos da República da **Argentina, entende que o pampa “(...) apresenta sua frente lisa e aveludada, infinita, se limites conhecido, sem acidente notável: é a imagem do mar na terra.”**. O aspecto que se faz notório, diz respeito, neste momento, ao caráter do pampa, como relevo de

² Sarmiento, Domingo Faustino. Autor da célebre obra: *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Escrita originalmente em forma de folhetim no jornal “*El Progreso*”, de Santiago do Chile, de 1º de maio a 21 de junho de 1845.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

larga dimensão, a ponto de alcançar territórios hoje politicamente independentes entre si.

A região boreal do pampa, contudo, apresenta-se como área de transição geográfica e histórica. Este é o Chaco paraguaio. Andrada e Silva (1978, p. 60), constata a presença de uma economia pastoril na área. Contudo diferencia-se do processo platino, uma vez que:

Embora os peões paraguaios vivessem a cavalgar entre as reses, não se afastassem do ambiente campesino e empregassem os mesmos processos de trabalho, conhecidos nas estâncias platinas, não chegaram a constituir um tipo social **rigorosamente comparável ao 'gaúcho pampeano'**.

A formação histórica da região platina é um mecanismo de delimitação do próprio espaço, onde a manutenção de seu padrão econômico e social pode ser tomada como referencial, entre outros que constituam interesse.

A ocupação litorânea por portugueses e as regiões dos grandes rios por espanhóis, no cone sul americano, também é um ponto a ser ponderado. O núcleo do espaço platino persistiu até meados do século XIX, como região de fronteira entre diferentes administrações (coloniais e independentistas). Desse modo, essa área absorvia diferentes tendências culturais, catalisando-as em uma nova forma de construção social, através do movimento de intercâmbio, que se mostra como fator de aproximação, e não de repulsão.

Moraes (2006, p. 9) considerando que “a colonização envolve uma sociedade que se expande (...) e submissão das populações autóctones”, conduz o processo de formação histórica da sociedade platina. Para Reichel e Gutfreind (1996, p. 14):

No século XIX, a ampliação desse território se processou, principalmente, na direção sul (...) de forma sistemática gradual e sistemática até a década de 1830; a partir daí o processo acelerou-se com a realização de duas campanhas militares, denominadas Campanhas do Deserto.

O pampa exerce significativo papel na construção do espaço em uma esfera cultural, bem como em sua delimitação regional. Ao seu lado, como elemento natural comum ao Prata, os rios que permeiam grande parte do interior do continente sul



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

americano, também somam condição de unificação. Costa e Moreira (1995, p. 13) a esse respeito, elencam que **“as bacias do Uruguai, Paraná e Paraguai, um dos maiores conjuntos hídricos do mundo, possuem riquíssimo potencial (...) para a navegação.”**

Foram esses rios, históricos vetores de desenvolvimento do processo histórico regional, razão de relações diplomáticas e bélicas. Contemporaneamente, são vetores para transporte e viagem, aliados ao intercâmbio e comunicação do comércio interno e externo. Por ser um meio de comunicação entre diversas regiões do continente e com o mundo exterior.

A explicitação dos aspectos físicos da região leva, necessariamente, a uma segunda dimensão a ser compreendida: a humana. Esta compreende seus aspectos humanizados, geridos no próprio espaço. A relevância desta fundamentação é **ênfaticada por Reichel e Gutfreind (1996, p. 13), para quem a “(...) forma de investigação e tratamento do que entendemos como Região Platina não se faz de forma fragmentada, individualizando as diversas instâncias do saber histórico e geográfico.”. Isso, pois, estes aspectos agem de forma paralela, fazendo o tempo e o espaço concorrer à condição de locais de elaboração social.**

Embora haja a fragmentação jurídica e política, a unicidade cultural, geográfica, simbólica e a dinâmica histórica local regida por tendências convergentes, ainda permanece.

O espaço platino apresenta-se delimitado por referências diversificadas, e divididas pela Argentina, Brasil e Uruguai. Estas referências, conjuntamente com as naturais são associadas com a produção da cultura local, que em por vezes, diverge de outras áreas de ocupação ibérica. Mas se faz importante ressaltar que este caráter de diferença diz respeito à um conjunto de aspectos que são postos como fundamentais. Nada inviabiliza que semelhanças sejam encontradas entre o Prata e outras áreas de ocupação ibérica, quando outros elementos sejam considerados centrais por outras análises.

O sistema produtivo hegemônico da região, a pecuária, incide sobre essa sociedade, em seus diferentes segmentos, destes os centrais até os marginalizados. Como produtor de sistemas sociais e culturais as atividades pecuaristas ocupam lugares destacados nas perspectivas historiográficas nacionais. Esta atividade,



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

associada a outras situações (alguns fatores até mesmo dela originados, como relações sociais, ciclos econômicos) fomentam significativa parcela da identidade regional, socialmente absorvida e desde então reproduzida.

O desenvolvimento dessa economia tem grande estímulo a partir de 1634, quando, conforme Maestri (2009, p. 68), “1500 cabeças de gado foram trazidas para conformar os rebanhos das Missões do Tape”, as quais após serem abandonadas:

(...) se multiplicariam, atravessando os rios Jacuí-Ibicuí, em direção ao sul, para formar a imensa vaquería do Mar, entre o oceano e os rios Jacuí e Negro. (...) Em inícios do século 18 haveria em torno de cinco milhões de animais ao norte e ao sul do rio Negro.

A sociedade que se formava na região, pautada no trabalho com o gado, envolvia, segundo Maestri (2009, p. 63), “espanhóis, criollos, portugueses, gaúchos, liberto, charruas, minuanos, guaranis, etc” que se dedicavam “de forma isolada ou em pequenos grupos, como produtores independentes (...) à caça de gado para a obtenção direta e indireta de parte de seus meios de subsistência.”. Torna-se claro a importância que a atividade pecuarista, seja ela extrativista ou controlada nas estâncias assumia nessa sociedade. Para Hohlfeldt (2006, p. 27), entre outros fatores que explicam o desenvolvimento econômico regional, tanto nas áreas lusa, quanto espanhola são:

a) O desenvolvimento de grandes estâncias ao redor de Montevideu – no Uruguai – de Buenos Aires e de Santa Fé – na Argentina – e de Pelotas e de Porto Alegre – no Rio Grande do Sul; **b)** o crescente intercâmbio, e depois o contrabando, entre argentinos, uruguaios e sul-rio-grandenses

A ação do Estado colonial, percebendo a relevância desta produção, se fez sentir nesta questão. Maestri (2009 p. 63) aponta que as “autoridades coloniais, (...) em nome do Estado, monopolizavam as terras e o gado para garantir a extração de impostos e privilegiar os seguimentos sociais dominantes”. Este interesse denota a relevância desta atividade à sociedade. Juntamente com as regras, simbologias, hábitos e costumes daí originados e a outros associados, formam o conjunto de signos



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

que identificam o espaço platino, enquanto sociedade e cultura, tanto de forma uma, quanto fragmentada.

A região Platina como Unidade

A justificativa do Prata como uma região supranacional reside, contemporaneamente, em uma esfera política. A região é supranacional por hoje estar fragmentada entre três Estados- Nação: Argentina, Brasil e Uruguai. Contudo, esta divisão não inviabiliza sua re-significação como região cultural e geográfica, também histórica e social. Ainda hoje a região é um espaço de confluência, onde as fronteiras suplantam com seu caráter intercambiável, a intenções restritivas das linhas de limites políticos.

Como aponta Viscardi (1997, p. 87), a delimitação de uma região em análise **“torna-se um conjunto de identidades não vinculado necessariamente aos limites formais estabelecidos.”**. Apesar de **juridicamente pertinentes**, os limites são relativizados frente à articulação de diferentes comunidades regidas pelas mesmas tendências e forças hegemônicas. De forma complementar, Neves (2002, p. 86, 87), **dá ciência de que “a história regional e local desenvolveu-se, dedicando-se à análise do cotidiano de uma ou mais comunidades, articuladas por estreitos vínculos geográficos, históricos, sociológicos, culturais e econômicos (...)”**.

Por isso a construção da região e de sua delimitação remonta um conjunto de critérios selecionados e que se fazem observáveis no espaço cartográfico ou na dimensão histórica. Estes critérios se deve frisar, ainda que marcadamente peculiares, não deixam de constituir um sistema relacionado com um organismo de maior vulto (totalidade). Para Bourdieu (1998, p. 108) **“tomar para objecto os instrumentos de construção do objeto”** também é uma possibilidade de análise que de certo modo, evidenciam mais uma vez a imprescindibilidade dos elementos justificantes do recorte.

Como aponta Moraes (2006, p. 10), a relação entre espaço regional e global, na América ibérica, colonial e pós-colonial, considerando que seu processo histórico se deu com **“o signo da conquista [que] qualifica (e unifica) a colonização moderna do**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

continente americano como um resultado de expansão européia, isto como um movimento articulado à montagem da economia-**mundo capitalista (...)**”.

Neste conjunto de relações, é possível visualizar o espaço platino em sua dimensão regional, e global (como espaço de organização sediado na América, e como espaço submetido a uma orientação externa - metrópoles colonialistas, de onde emanavam tendências mais amplas e abrangentes). Contudo, a própria metrópole colonial respondia a demandas mais amplas. Estas eram influenciadas pela articulação da economia capitalista que processava sua escalada mundial.

Deste modo podemos tomar a região platina, como um espaço supranacional, onde diferentes comunidades estabeleceram comunicação entre si, em diversos âmbitos (histórico geográfico, sociológicos, econômicos, culturais, entre outros). Do mesmo modo, exploração e produção de bens primários de origem vacum na região do Prata, e o processo de formação cultural a este modelo produtivo, fomentam a caracterização do Prata como uma região.

Hohlfeldt (2006, p. 2, 22), percebe ainda, outro aspecto, convergente deste espaço, comum às três nações. O autor evoca a imagem do gaúcho³, cuja:

“(...) Bibliografia disponível seja ela argentina uruguaia ou brasileira, termina por ser essencialmente a mesma (...) embora existam pequenas modificações entre os muitos representantes do tipo social que pretendemos estudar, elas não são tão essenciais que signifiquem outro tipo, e sim, no máximo, variações sobre aquela mesma humanidade.”.

O modelo de organização social e econômico que domina a região do cone-sul americano, e as obras historiográficas convergentes são destacados fatores de desenvolvimento deste espaço. O gaúcho, ainda que possua particularidades históricas, ou historiográficas, ainda assim mantém-se como um ícone de aproximação passada e também presente, das nações que hoje possuem parcelas do Prata. É notória a influência do sistema produtivo que ali se desenvolve, como a via que dá forma e sentido à organização sociocultural local. Este signo de

³ A figura do gaúcho, a fim deste trabalho, corresponde á sua dimensão histórica e sociológica, que corresponde a uma classe social marginalizada na sociedade colonial da região, pautada econômica, social, e por fim culturalmente, na pecuária. Maestri (2009, p. 64,65), relaciona o gaúcho ao “produtor livre (...) que se conchavaria periodicamente, sobretudo para comprar o que não produzia”.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

desenvolvimento, que abarca o território que hoje se divide entre a Argentina, Brasil e Uruguai, constituiu claramente uma região, um recorte no espaço e no tempo graças às características que comungam.

Bibliografia:

ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte de Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2003.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especializações e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização espacial*. Ed. Ática. São Paulo, 2002.

COSTA, Rogério Haesbaert da; MOREIRA, Igor A. G. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

DOLLFUS, Oliver. *O espaço geográfico*. DIFEL, São Paulo, 1975.

GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa Jochims. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina Colonial*. – São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 1996.

_____. *Fronteiras e Guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

HAESBAERT, Rogério. *Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do MERCOSUL*. In: STROHAECHER. [ET AL.], Tânia Marques (org.). *Fronteiras e espaço global: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre*, 1988, p. 59-68.

HOHLFELDT, Antônio. *O gaúcho: tipo social de tríplice representação*. In: Martins, Maria Helena, Chiappini, Ligia (org). *Cone Sul: fluxos, representações e percepções*. – São Paulo: Hucitec, 2006, p. 19 – 71.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EDIPUCRS, 1996.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- SILVA, Raul de Andrada e. *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Fundo de Pesquisa do Museu Paulista, 1978.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História *Regional: dimensões teórico - conceituais*. Revista de História: Debates e tendências. V. nº1, Passo Fundo, junho de 1999, p. 15-21.
- MAESTRI, Mário. *Práticas corambreras na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul*. In: Maestri, Mário, Brazil, Maria do Carmo (org.) Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 51-96.
- MORAES, Antonio Calos Robert. *Território, Região e Formação Colonial: apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência brasileira*. In: Ciência e Ambiente/Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Nº 33 (jul./dez.2006).
- NEVES Erivaldo Fagundes. *História Regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador: Arcádia, 2002.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas*. Locus: Revista de História de Juiz de Fora. Vol. Nº 01. (jan./jun.1997, p. 84-97).



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS COMO DESDOBRAMENTO DA CONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO ALTO URUGUAI

Humberto José da Rocha*

Considerações iniciais

O rio Uruguai começa na confluência dos rios Pelotas e Canoas e até a foz do rio Peperi-Guaçu divide os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste trecho de aproximadamente 400 Km a calha do rio apresenta uma declividade de 50 cm/Km e uma cota mínima de 150 metros em relação ao nível do mar, **compreendendo a região do “Alto Uruguai” (TUCCI, 1993)**, correspondendo ao bioma de Mata Atlântica com cobertura original predominante de Mata de Araucárias, clima subtropical, amplitudes térmicas anuais atingindo temperaturas abaixo de 0°C durante o inverno e superiores aos 30°C durante o verão, apresentando um regime de pluviosidade considerado como bem distribuído, com índices entorno de 2000 mm anuais.

Geograficamente, além de estar próxima aos estados do Sudeste brasileiro, maiores consumidores de energia elétrica, a região atraiu a exploração hidrelétrica devido ao relevo acidentado – compreendendo vales e serras ao longo do leito do rio e seus afluentes – o que permite a construção de hidrelétricas obtendo uma queda **d’água satisfatória para a geração de energia a partir de barragens e reservatórios** menores do que aqueles em rios de planície que acarretam gastos maiores na execução das obras.

As mesmas características físicas que condicionaram a empresa hidrelétrica também ocasionaram uma configuração socioeconômica¹ a partir da qual foi

* Bolsista CNPq. Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade de Passo Fundo (UPF). <humbertojosedarocha@yahoo.com.br>.

¹ Utilizo ao longo do texto a expressão “configuração socioeconômica” para designar o conjunto de elementos referentes ao modo de vida da população do Alto Uruguai, bem como suas relações interpessoais e com o ambiente.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

organizado um movimento social de contestação a esses projetos, a dizer, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Este processo de organização do movimento social é o que será apresentado na sequência deste trabalho.

A ocupação do espaço na região

A bacia do rio Uruguai é considerada território tradicional dos kaingang, que teriam se estabelecido na região por volta de 6000 A. P. (KERN, 1994). Além de registros da cultura, como casas subterrâneas, aterros funerários e artefatos cerâmicos, os kaingang tinham na Araucária a base da orientação territorial entre seus vários grupos. Ainda sobre a Araucária, além de o pinhão compor de forma importante a dieta do grupo, do tronco da árvore era feito o *konkéi*, um grande cocho onde era depositada a bebida fundamental do principal ritual kaingang, chamada de *kiki* (FERNANDES, 2003). Em decorrência do avanço populacional dos outros grupos étnicos através de políticas de Estado e de empresas colonizadores, os indígenas fugiram, foram dizimados ou acabaram restritos a Reservas demarcadas pelo Estado.

Os luso-brasileiros que povoaram a região dos campos sulinos com as fazendas de gado promoveram a ocupação do Alto Uruguai a partir do tropeirismo que estabeleceu uma rota entre Cruz Alta (RS) e Guarapuava (PR), sendo que uma das principais paradas dava-se no Goio-En (serra que divide o Rio Grande do Sul e Santa Catarina tendo o rio Uruguai como ponto mais baixo) no final do século XVIII. Ao longo desta rota foram se organizando locais de pouso e pasto para o gado e mulas onde acabariam se formando cidades que com o passar do tempo absorveram parte do excedente populacional da região de Guarapuava que se dirigiu para a região de Chapecó, desempenhando a agricultura de subsistência e a extração de erva-mate e madeira.

Em decorrência do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a “Lei de Terras”, as áreas ocupadas, fosse por “posse, compra ou cultura” deveriam ser registradas nas respectivas freguesias, o que causou a



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

reconfiguração da ocupação do espaço. Boa parte dos dissidentes da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893) se dirigiram para a região, além disso, a preocupação do governo brasileiro com os limites na região em relação aos argentinos (Questão de Palmas-1895), fez com que se instalassem companhias militares para a manutenção da área. Ainda no final do século XIX, a instalação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (concedida à *Brazil Railway Company*) foi outro elemento de povoamento regional, seja pela chegada de trabalhadores, seja pela expulsão dos posseiros, o que culminou com o movimento do Contestado (1916). Da confluência desses eventos mencionados, formou-se a população cabocla² da região.

O uso da terra pode ser explicado através das “roças caboclas”, segundo as quais eram divididas as áreas em “terra de criar”, que constava da área próxima à casa, onde eram criados os animais domésticos livremente (cavalos, suínos, vacas de leite, aves), ao passo que, na “terra de plantar”, distante da casa, eram cultivados em sistema de rotação de áreas produtos como feijão, mandioca e milho. É importante neste sistema, que, tanto a criação dos animais soltos como a rotação de áreas de plantio eram favorecidos pela abundância de terras livres. O trabalho nessas áreas seguia a orientação familiar que poderia reunir sob um mesmo teto até três gerações de uma família, além de casos onde co-habitavam membros de casamentos anteriores de alguns dos cônjuges, além da ocorrência dos “criadinhos”, que podiam ser parentes, afilhados ou afins que eram acolhidos no grupo. Além do trabalho na roça, ocorria de parte do grupo ocupar-se com atividades nômades de extração da erva-mate ou madeira. Qual fosse a configuração dos grupos familiares, tratava-se de “uma unidade indivisível de produção e consumo, onde os elementos desse grupo estão subordinados ao todo, na pessoa do chefe da família” (RENK, 1997)³.

Sobre a população de etnia alemã, embora a imigração no Brasil tenha começado na Bahia, e registrado assentamentos nos estados do sudeste, foi nos

² De difícil definição, caboclo é um termo associado a condições de existência em terras mais remotas, em geral fora do eixo de interesse do grande capital, associado a um modo de vida rural e sertanejo resultante da interação de vários segmentos sociais, podendo também remeter a uma ascendência indígena.

³ A organização territorial, no que diz respeito à posse e uso da terra, bem como o modo de vida caboclo, seriam definitivamente alterados com a chegada da colonização na região (RENK, 1997).



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

estados sulinos que teve a maior concentração, tendo como marco principal a fundação de São Leopoldo, primeira colônia alemã no sul do país em 25 de julho de 1824. Além das dificuldades enfrentadas na Europa daquele período, como a escassez de terras para a agricultura e as precárias condições de trabalho urbano, a política governamental brasileira buscava alternativas à escravidão e ao povoamento das terras devolutas sulinas – apesar da presença indígena – para fins de delimitação de fronteira (SEYFERTH, 1994). A partir da colônia de São Leopoldo, a colonização dirigiu-se pelo o Alto Uruguai e Paraná. Paralelamente a esta expansão, os primeiros colonos foram instalados em Santa Catarina em 1828, nas proximidades da capital, na Colônia de São Pedro de Alcântara, a partir de onde outro fluxo se desenvolveu em direção ao interior da província através de políticas estatais e de iniciativas privadas como a que deu origem à Colônia de Blumenau, em 1850, que intensificou a expansão colonial na região.

A imigração alemã se caracterizou pela atividade agrícola, comercial e artesanal, se organizando tanto na atividade rural como urbana. No que diz respeito ao meio rural, a colonização foi feita a partir das picadas, uma linha sobre a qual os próprios imigrantes abriam uma estrada principal, da qual seguiam picadas secundárias até os lotes de cada família, que constavam de aproximadamente 25 hectares (uma colônia). O grupo familiar compunha a força de trabalho de cada lote, **que era completado através dos “arranjos” que eram ocasiões** de apoio mútuo entre os colonos através de trabalho e implementos. As colônias organizadas a partir de uma picada compunham as vilas que tinham como núcleo as capelas (evangélicas luteranas, em maior parte, ou católicas) e as vendas, locais de socialização através de trabalhos comunitários e festas, além de comercialização e troca de produtos. Além das pequenas hortas domésticas e pomares, destinados ao consumo da unidade familiar e alimentação animal, os principais cultivos agrícolas eram o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar e o tabaco, que geravam o excedente para troca ou venda, enquanto a criação animal baseava-se no cavalo, meio de transporte, além de vacas de leite, suínos e aves (SEYFERTH, 1974).

A partir de 1875 teve início a colonização italiana no sul do Brasil, tanto que entre os anos de 1876 e 1914 esta chegou a representar até 3/4 da imigração européia



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

no país. Através do Ato de 9 de fevereiro de 1870, o governo provincial recebeu do Ministério da Agricultura, dois territórios de 16 léguas quadradas cada um, situados nas terras livres entre o rio Caí, os Campos de Cima da Serra e o município de Triunfo (RS). Para fins de povoamento, dividiu-se o território em quatro partes: ***Colônia Conde d'Eu***, ***Colônia Princesa Dona Isabel***, ***Colônia Fundos de Nova Palmira*** (em 1877 rebatizada como ***Colônia Caxias***), e ***Colônia Silveira Martins*** (atuais municípios de Santa Maria e Cachoeira). Dessas quatro áreas, deu-se a expansão da colonização **italiana no Brasil, ficando estas conhecidas como “Colônias Velhas”** à medida que novos núcleos se formavam na direção do Alto Uruguai gaúcho e catarinense (MANFROI, 2001).

A colonização italiana nos estados do sul deu-se pelos mesmos motivos da alemã, seja pela crise no país de origem, quanto pelo incentivo e propaganda do Estado brasileiro e ações de empresas privadas de colonização. Nos locais a serem colonizados, eram traçadas linhas sobre as quais os próprios colonos se **encarregavam de abrir as estradas, neste caso, mantendo a denominação de “linhas”**, a partir das quais partiam ramificações em direção aos lotes, que aproximavam os 25 hectares de forma a compor um núcleo onde se situava a bodega e a igreja (católica), local de socialização e comércio. Nas colônias, o cultivo de hortas domésticas, criação de animais como cavalos, suínos, vacas de leite e aves, se davam de forma semelhante aos colonos alemães, porém, na produção agrícola para o excedente, é importante salientar o cultivo do trigo, além da viticultura, que caracterizou a colonização italiana. Cada colônia contava com a força de trabalho dos membros do grupo **familiar além das “ajudas” (“arranjos” para os alemães) e trabalhos comunitários nas capelas** (MANFROI, 2001).

A partir deste processo de ocupação do espaço e dos modos de vida, ganhou corpo a população da região, num movimento de mão-dupla entre o avanço dos imigrantes alemães e italianos⁴, em maior número, seguido dos caboclos em escala menor, e conseqüente retração da população indígena.

⁴ Embora se registre na bacia do rio Uruguai outros movimentos imigratórios importantes como dos poloneses (no município de Áurea) e os judeus (no município de Quatro Irmãos), ambos na região de Erechim, enfatiza-se a colonização alemã e italiana por estarem estes presentes com maior ênfase na região de instalação das hidrelétricas.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

A configuração socioeconômica

O relevo ondulado com altitudes variando entre 800 m e 150 m, somado à pedregosidade do solo, dificulta a mecanização agrícola, requerendo na maior parte da região o trabalho com ferramentas simples como o arado de tração animal. A ocupação do espaço e o modo de vida, tanto dos imigrantes europeus quanto dos caboclos, condiz com tal configuração geográfica, já que, como visto anteriormente, estes grupos étnicos têm na unidade familiar a base da organização do trabalho. Estes elementos fundamentam as palavras de Piran (2001), quando o autor defende o Alto Uruguai como “um lugar para a agricultura familiar”.

O conjunto das características físicas e culturais apresentado anteriormente acabou talhando o lugar para a atividade agroindustrial. Era comum entre os grupos familiares pioneiros, a criação de aves e suínos para o consumo próprio, o que a partir de 1880 com a estruturação de um mercado de banha no estado de São Paulo, especialmente a casa comercial de Francisco Matarazzo, aberta em Sorocaba, uma nova possibilidade apresentou-se para os produtores da região do Alto Uruguai, que passaram a intensificar a criação de suínos, montar pequenos frigoríficos e posteriormente agroindústrias executando o processo completo de produção, o que foi favorecido pela abertura da ferrovia que facilitou o escoamento da produção.

Então, começaram a se organizar empresas do setor agroindustrial, como a Sadia, fundada por Attílio Fontana em 1920 na cidade catarinense de Concórdia; a Perdigão, originada quando a família Brandalise assumiu um frigorífico em Videira (SC) em 1942; a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), criada em 1952 na cidade de Chapecó (SC); a Indústria e Comércio Marafon Ltda., fundada em 1956 e mais tarde denominada Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. (Frigorífico Chapecó), e, em 1956, o frigorífico Seara na cidade com o mesmo nome, todas no lado catarinense do Alto Uruguai (PERTILE, 2008). No lado gaúcho, a fundação da Cooperativa Tritícola Erechim Ltda. (COTREL), em 1957, passou a representar a presença agroindustrial naquele lado do rio.



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

Sem considerar os rearranjos empresariais ao longo do tempo, é importante assinalar que a partir da configuração geográfica e social da região estruturou-se um parque agroindustrial que atualmente é referência mundial em produtos derivados de suínos e aves. No entanto, paralelo a este desenvolvimento econômico, é preciso considerar os reflexos da intensificação desta atividade nos campos social, sobre o que especula-se que desde que os agricultores familiares da região passaram a desenvolver a suinocultura e a avicultura através do sistema de integração com as grandes empresas⁵, apesar de terem garantido o mercado para o seu produto, isto se deu através da relativa perda da autonomia dos agricultores que passaram a trabalhar a partir das orientações das empresas e tendo que acompanhar um ritmo de modernização da produção em vista da competitividade do mercado. Ainda sobre o ponto de vista social, é preciso mencionar que boa parte dos operários desta indústria, aqueles que trabalham na transformação (abatimento, beneficiamento), é oriunda do meio rural (membros de famílias de agricultores fracos), podendo ser especulado qual seria o reflexo deste movimento populacional em relação à continuidade da atividade rural (SILVA et al., 2003).

A mobilização social

O que foi mencionado anteriormente sobre a agroindústria regional, não tem o objetivo de discutir os pontos positivos e negativos da atividade na região, mas inseri-la na discussão. Neste sentido, é importante outro registro histórico que entendemos estar diretamente relacionado com a questão hidrelétrica. Preponderante na economia a partir do final do século XIX, a crise que a suinocultura iria atravessar no final da década de 1970 refletiria de forma importante no contexto político regional. Segundo Poli (1999, p. 68), tal crise foi deflagrada através de

⁵ Neste sistema o agricultor responde por uma parte do processo de produção (mão-de-obra e instalações), seja em aves ou suínos, que são fornecidos pela empresa junto com a ração e da assistência técnica. Da conversão alimentar (quantidade de ração necessária para produzir 1 Kg de carne) apura-se o ganho do agricultor. Em Ação Civil Pública (nº 0003256-17.2010.5.12.0009/ 1ª Vara do Trabalho de Chapecó-SC), o Ministério Público do Trabalho postula o reconhecimento do vínculo empregatício por parte da empresa Sadia S.A., dos produtores "integrados" de aves na região.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

um episódio polêmico, marcado por grandes contradições, cuja existência nunca foi realmente comprovada. Com a morte de alguns suínos que se alimentavam com restos de alimentos de um aeroporto, começou a ser divulgada, nos noticiários a existência de uma doença nos suínos, chamada Peste Suína Africana que poderia espalhar-se por todo o país. A partir de então passaram a ser identificados supostos focos da doença em vários pontos da Região Sul, inclusive no Oeste Catarinense. Diante da suspeita da existência da peste, a propriedade era interditada e os suínos eram exterminados a tiros de fuzil por pelotões do Exército e depois queimados em valas abertas por retro-escavadeira. Também eram exterminados os suínos das propriedades mais próximas. O primeiro caso de extermínio de suínos ocorreu em 1 de setembro de 1978, em Linha São João, no município de Xanxerê (SC).

O evento envolvendo a suinocultura, enquanto principal atividade econômica da região significava um duro golpe para os pequenos produtores, o que levantou a suspeita de que tal doença e os abatimentos decorrentes desta seriam parte de uma estratégia do capital para debilitar a produção autônoma de suínos. A partir da mediação de setores da Igreja (CPT) e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da região, organizou-se uma intensa mobilização social que culminou com uma manifestação reunindo mais de vinte mil pessoas na cidade de Chapecó-SC em outubro de 1979, protestando contra as condições de produção do setor, **principalmente contra o que ficou conhecido como a “Farsa da Peste Suína Africana”** (POLI, 1999, p. 70).

A mobilização social ante a questão dos suínos fez com que os abatimentos aos poucos fossem diminuindo. Deste episódio, o certo é que não ficou comprovada definitivamente a existência ou o alcance da tal doença, o que não muda o fato de que os abatimentos compulsórios tenham prejudicado os pequenos produtores. O registro deste evento é importante para dizer que ele aconteceu na mesma época em que a **ELETROSUL publicou um “Estudo do Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai” (outubro de 1979) prevendo a construção de 22 usinas hidrelétricas** na referida bacia, significando que grandes áreas de terra teriam que ser inundadas na região. Destas, as barragens de Machadinho e Itá seriam as primeiras a serem construídas, o que, dito de outra maneira, para os agricultores familiares locais naquela época, além do problema do abatimento dos suínos, somava-se a ameaça de expropriação.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

mobilização popular em torno da questão energética. No caso da bacia do rio Uruguai, segmentos da Igreja Católica, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e a Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES) de Erechim-RS (atual URI), podem ser considerados como os principais mediadores da questão hidrelétrica desde o plano teórico até a conscientização e mobilização da população atingida na bacia.

Entre as ações mais expressivas desses mediadores, algumas merecem destaque: Quanto à **Igreja Católica**, a atuação ocorreu através do recrutamento de participantes para o movimento social através de setores da Igreja como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Ministério Eucarístico, a utilização de estações de rádio como em Concórdia, Marcelino Ramos e Aratiba, até a disponibilidade de pessoal para organização do movimento através dos chamados **“liberados”**.⁶ A **IECLB** serviu de canal de ligação entre os atingidos da bacia do Rio Uruguai com outros locais como Itaipu e Sobradinho, intermediou um apoio financeiro da organização evangélica alemã **Brot Fur die Welt** (Pão Para o Mundo), **além de também “liberar” pessoal para a organização do movimento social. A FAPES**, além da pesquisa dos impactos socioeconômicos, importantes para a fundamentação da mobilização e organização em torno do problema, angariou recursos de duas ONGs: da francesa CCFD (Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento) e da alemã MISEREOR (Obra Episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a Cooperação ao Desenvolvimento). Além destes, é importante a atuação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), que através de uma perspectiva de **“sindicalismo combativo” estabeleciam uma ligação mais efetiva entre essas instituições e os trabalhadores rurais, além de disponibilizar a estrutura física do sindicato** (MORAES, 1994).

Para entender melhor a dinâmica do movimento social envolvendo as barragens na bacia do Rio Uruguai é preciso observar também o quadro geral de **“oportunização” social e política daquele contexto. Quando das primeiras ações na**

⁶ A **figura do “liberado”** refere-se àquela pessoa que pertencia aos quadros de instituições como as igrejas Católica e IECLB, mas eram cedidos para outras instituições, neste caso, para a organização do movimento social contrário às barragens, tendo importância tanto pela experiência e preparo para as tarefas designadas quanto pelo fato de personificar a instituição de origem nas questões em que se envolviam.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

direção da organização de um Movimento Social coeso, há que se considerar que havia uma conjuntura que, se não determinava a eclosão de movimentos dessa natureza, pelo menos favorecia sua estruturação (ROTHMAN, 1996). Neste contexto, o poder de repressão do Estado foi aos poucos diminuindo em relação ao auge do período militar. A Lei da Anistia, de agosto de 1979, permitiu a volta dos exilados políticos para o país reforçando o ativismo nas diversas causas sociais. Em novembro do mesmo ano, o fim do bipartidarismo promoveu a divisão das elites acarretando assim no enfraquecimento das oligarquias. No Rio Grande do Sul, em 1983, partidos de oposição na Assembléia Legislativa investigaram e publicaram um Relatório sobre a questão das barragens, além de disponibilizar as instalações da Assembléia para a **promoção do “I Encontro Estadual sobre a Construção de Barragens na Bacia do Rio Uruguai”, reunindo diferentes segmentos sociais em torno da questão.** Esta conjuntura política, atrelada a eventos locais, representou um ambiente favorável para a emergência de um movimento social ante ao projeto da empresa hidrelétrica na região.

Desta mobilização em torno da questão hidrelétrica na bacia do Uruguai, podemos considerar como marco oficial da organização do movimento social um evento que reuniu aproximadamente 350 agricultores em Concórdia (SC) no dia 24 de abril de 1979, quando os participantes formalizaram a Comissão Regional de Barragens (CR). Para ter um alcance efetivo sobre a população ribeirinha, em dezembro de 1980, o movimento se organizou a partir de Comunidades Locais (CL), **onde “pessoas de base” coordenariam as atividades no âmbito de sua “linha”.** Segundo a ata daquela reunião, a função dessas Comissões Locais seria basicamente **“coordenar, respeitar e fazer valer as decisões de base” (Ata de 03/12/80).**

Dois eventos deram maior visibilidade ao movimento que se estruturava: a Romaria da Terra, ocorrida em fevereiro de 1983 na comunidade de Carlos Gomes-RS (então distrito do município de Viadutos-RS, mas que emancipou-se em 1992) **com o lema “Águas para a vida e não para a morte”, e o “I Encontro Interestadual de Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai”, promovido em junho de 1983 no município de Iraí (RS), reunindo atingidos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Ao passo que o movimento evoluía, sua estrutura buscava adequar-se de maneira a abranger toda a bacia hidrográfica. Em dezembro de 1983 foi instituída uma Executiva Regional para a liderança do movimento. Esta **Comissão Executiva** compreendia: 2 atingidos (base), 2 componentes da Comissão inicial (CR), 1 diretor de STR, 1 agente da CPT, além de assessores. Estava constituída a **Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB)**. Naquele momento, a “Regional” correspondia apenas às áreas afetadas pelas duas primeiras hidrelétricas (UHE Machadinho e UHE Itá) sem abranger toda a bacia do rio Uruguai a qual estava prevista a construção das 22 barragens. Em março de 1984 a CRAB organizou um abaixo assinado que reuniu 1.016.000 (um milhão e dezesseis mil) assinaturas, deixando clara no cabeçalho do documento a sua posição de “**NÃO ÀS BARRAGENS**”.

Em março de 1985 reuniram-se representantes de 24 municípios da região na cidade de Erechim-RS com o objetivo de consolidar sua atuação por toda a bacia. A partir desta reunião, o movimento passou a contar com quatro Comissões Regionais (R1: Machadinho e Itá; R2: Itapiranga e Iraí; R3: Lages; R4: Chapecó), sendo que em 1986 foi acrescentada a quinta Comissão Regional (R5: Missões ou Garabi e Roncador), ampliando a área de atuação do movimento na bacia hidrográfica. Disto, os anos seguintes foram de legitimação da CRAB como porta-voz dos atingidos, sendo que em 23 de janeiro de 1986, através das Portarias nº 86 e 87, o Ministério das Minas e Energia previu a participação de representantes do movimento em “**Grupos de Trabalho**” que avaliariam os impactos da construção das hidrelétricas de Itá e Machadinho.

Em 29 de outubro de 1987, um acordo entre a CRAB e a ELETROSUL (ratificando o documento PRE-692/86, de 07/10/1986) buscava assegurar que “**nenhuma obra**” seria realizada “**dentro dos rios sem prévia indenização ou reassentamento dos atingidos de cada barragem, Itá e Machadinho**”, além de estabelecer que as famílias atingidas seriam compensadas mediante três alternativas: a) “**terra por terra, mediante a apresentação de áreas quantas necessárias, preferencialmente na região, ou nos três estados do Sul, com características agrícolas e infra-estrutura não inferiores às áreas atingidas**”; b) “**indenização por dinheiro com a participação dos atingidos na determinação dos preços das terras e benfeitorias**”; e,



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

c) “**garantia de participação em projetos de reassentamento para todos os sem-terra atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho, em áreas dos três estados do Sul, com características agrícolas e infra-estrutura não inferiores às atingidas pelas barragens**”, itens que passaram a ser incorporados nos processos de instalação de hidrelétricas subsequentes como Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó.

Já em 1989, a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul previa no art. 28 das “**Disposições Constitucionais Transitórias**”, que:

Dentro de noventa dias da promulgação da Constituição, o Poder Executivo formará grupo de trabalho, com participação igualitária de representantes da Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens, para, junto com a sociedade em geral e com a comunidade científica, proceder a amplo debate público sobre o Projeto Energético Brasil ano 2001, suas repercussões para o Rio Grande do Sul e alternativas a sua implantação.

A partir das Portarias Ministeriais, Constituição Estadual, garantia de participação em Grupos de Trabalhos e do Acordo com a ELETROSUL, a CRAB firmava-se como representante legítima da causa na bacia hidrográfica do rio Uruguai.

A evolução do movimento social acontecia paralelamente à apresentação de novos projetos hidrelétricos por todo o Brasil, tanto que o Plano 2010, elaborado pela ELETROBRAS, previa a construção de cerca de 200 usinas hidrelétricas pelo país. A partir disso, **entre os dias 19 e 21 de abril de 1989 ocorreu em Goiânia (GO) o “I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens”, quando se decidiu pela organização do movimento em âmbito nacional.** Em março de 1991, na cidade de Brasília, ocorreu o **“I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens”, onde se oficializou o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB),** sendo que a CRAB passou a responder como MAB/Região Sul, e embora continuasse organizada na estrutura apresentada anteriormente (Comissões Locais e Regionais), a partir deste momento passaria a responder ao movimento nacional.

A partir da nacionalização do movimento, as ações tornaram-se maiores e mais frequentes em todo o país. Entre os dias 11 e 14 de março de 1997 ocorreu em Curitiba-PR o **“I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens”, envolvendo mais de vinte países.** Neste encontro, além de discussões em torno da luta contra as



***Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -***

barragens, instituiu-se o dia 14 de março como o *Dia Internacional de Luta Contra as Barragens e pelos Rios, pela Água e pela Vida*. Este foi o processo de estruturação do MAB que a partir da bacia do rio Uruguai tomou proporções nacionais e internacionais, militando em cada nova hidrelétrica a ser instalada.

“O caminho se faz ao andar...”

A região da bacia do rio Uruguai apresenta uma geografia que enfatiza o argumento da vocação brasileira para a hidreletricidade, tendo em vista a abundância fluvial e o relevo de predomínio planáltico que confere aos rios a declividade a partir de vales que facilitam os projetos hidrelétricos. Além da exploração hidrelétrica empreendida inicialmente pela ELETROSUL, a região também é marcada pela atividade agroindustrial a partir de grandes empresas do ramo, como a Sadia, por exemplo. Este fator, ao passo que alavancou o desenvolvimento econômico da região, trouxe problemas sociais na mesma proporção, sendo que no final da década de 1970 a **“crise da peste suína”, aliada ao anúncio de dezenas de hidrelétricas a serem instaladas na região, promoveram uma histórica mobilização social a partir de segmentos de igrejas e sindicatos rurais que se organizaram entorno da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), que mais tarde tomaria proporções internacionais tornando-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).**

Segundo Reis (2007), ao longo de sua história, o MAB alterou sua forma de **organização de “ponto de apoio e serviço” para “movimento”, tendo, como principais bandeiras, “barragens porque e para quem”, “Não às barragens”, e a reivindicação da participação nas decisões sobre as hidrelétricas.** Quanto aos objetivos gerais, distingue-se **um momento de “conscientização política” e “reconhecimento da condição de trabalhador rural atingido”, no sentido de “informar para mobilizar”.** No campo das reivindicações imediatas, destacam-se: **“indenizações justas”, “terra por terra na região” e a “inclusão dos não-proprietários” no processo de indenização.** As mudanças no setor elétrico a partir da década de 1990 mobilizaram o MAB a partir da



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

defesa de que “água e energia não são mercadorias”, em oposição ao avanço neoliberal.

Desta evolução chega-se ao contexto atual, que pela complexidade, requer estudos empíricos tendo em vista as especificidades que compõem a diversidade brasileira, pois, a partir dos casos concretos é possível apurar as limitações e potencialidades do movimento social (GOHN, 2003, p. 29). De modo geral, pode-se dizer que o MAB vive um momento peculiar tendo em vista que o Partido dos Trabalhadores (PT) ao passo que tem estreita identificação com o movimento social, é o parceiro da iniciativa privada nas Parcerias Público-Privadas (PPP) que constroem as hidrelétricas no Brasil. A partir desta realidade, uma série de desdobramentos como questões de gênero, ambientalismo, agroecologia e lógica do setor energético, compõem um conjunto de elementos que se conformam de acordo com as realidades locais onde se pretenda instalar hidrelétricas, o que merece ser analisado tendo em vista o panorama histórico apresentado neste trabalho.

Referências

- ELETROSUL. *Bacia hidrográfica do Rio Uruguai: estudo de inventário hidroenergético*. [s.l.]: ELETROSUL, CNEC, 1979.
- FERNANDES, R. C. Terra, tradição e identidade: os Kaingang da Aldeia Condá no contexto da UHE Foz do Chapecó. In: SANTOS, S. C.; NACKE, A. (Orgs.). *Hidrelétricas e povos indígenas*. 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.
- KERN, A. A. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- MANFROI, O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*: implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.
- MORAES, M. S. M. de. *No rastro da águas*: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da bacia do rio Uruguai (RS/SC) - 1978/1990. (Tese de Doutorado) Departamento de Educação da PUC/RJ, 1994.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- PERTILE, N. *Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina*: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense. (Tese de Doutorado) UFSC/CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia. Florianópolis-SC, 2008.
- PIRAN, N. *Agricultura familiar*: lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim: FAPES, 2001.
- POLI, O. L. Oeste catarinense: modernização, êxodo e movimentos sociais no campo. In: *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó, SC: Grifos, 1999, p. 63-163.
- REIS, M. J. *O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas*. In: Anais do II Seminário Nacional NPMS/UFSC, pp. 473-501, 2007.
- RENK, A. *A luta da erva*: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.
- ROTHMAN, F. D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai (1979-1983). In: NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- _____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. Os alemães no sul do Brasil. Canoas: ULBRA, 1994. p. 11-27.
- SILVA, C. A. F.; et. al. *Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense*. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.
- TUCCI, C. E. M. (Org.). *Hidrologia*: ciência e aplicação. Porto Alegre: UFRGS/ABRH, 1993.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O JUDICIÁRIO E O AGRÁRIO NA HISTORIOGRAFIA

Ironita P. Machado*¹

O Direito é um fenômeno sócio-cultural inserido em um contexto fático, e a **pretensa imparcialidade e objetividade de suas ações**, “nunca passaram de uma utopia, originária as ilusão de autonomia deste poder em relação às pressões externas.” **Por esse motivo**, as fontes judiciais produzidas se constituem em importante documentação para se compreender as articulações entre os poderes locais, o sistema de poder entre os representantes do Poder Judiciário e os demais poderes do estado.

Nessa perspectiva, duas observações iniciais à discussão do tema proposto. Primeiramente, destacamos o fato de que, ainda pouco utilizadas, as fontes judiciais só ganham sentido quando o historiador estabelece perguntas a estas fontes, pois apesar de terem perdido seu valor administrativo, à medida que o tempo passa, estas vão ganhando um novo poder, neste caso o de representar ideias, valores e comportamentos de uma determinada época.

Com relação à interdisciplinaridade, como segunda observação, é importante ressaltar que ainda há muitas discussões em torno do tema. Apesar das barreiras, a aproximação entre a história e o direito é essencial para a produção de novos conhecimentos historiográficos, portanto, a interdisciplinaridade é importante no sentido de se buscar maior conhecimento sobre a atuação da justiça no processo histórico.

No âmbito do direito, Wolkemer enfatiza a importância da interdisciplinaridade quando afirma:

* Doutor em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre em História Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História e Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo; professora do Curso de Licenciatura em História da Universidade de Passo Fundo; iropm@upf.br



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A obtenção de nova leitura do fenômeno jurídico enquanto expressão de ideias e instituições implica a reinterpretação das fontes do passado sob o viés da interdisciplinaridade (social, econômico e político) e da reordenação metodológica, em que o Direito seja descrito sob uma perspectiva desmistificadora².

Da mesma forma, a história precisa ser interpretada e representada sob uma perspectiva “desmistificadora” e plural. Nesse sentido, não pretendemos centrar as discussões acerca do tema, o que foi dito até aqui apenas contextualiza o campo de pesquisa em que nos debruçamos e o estado de arte no qual contextualizaremos os estudos do judiciário e do agrário na historiografia que, através da releitura teórico-metodológica das áreas de investigação da História do Direito, se busca a releitura dos fenômenos jurídicos e políticos. Neste sentido as fontes judiciais e suas implicações, permitem um novo viés de análise sob a presença do Poder Judiciário no âmbito dos fenômenos socioeconômicos, políticos e culturais da história, em especial da história regional³. Assim, contextualizamos a temática na produção historiográfica indicando a presença e/ou ausência da perspectiva de análise sobre a relação Estado e sociedade, o agrário-fundiário no Rio Grande do Sul e o esvaziamento do econômico nas abordagens.

A produção acadêmica sobre a história agrária brasileira e riograndense, em sua expressão no campo fundiário, tradicionalmente com predominância da visão historiográfica social, cultural e econômica de vertente marxista, tem direcionado suas interpretações sob o tripé imigração-colonização, propriedade da terra-fronteira agrícola, estrutura de poder-relações socioeconômicas sob o aspecto legal. Também alguns trabalhos vêm analisando as relações de poder do Estado, incluindo o Judiciário. Esses elementos que unem essas interpretações vêm possibilitando a discussão referente à mercantilização da terra, à metamorfose de sua renda em capital, às várias formas de transferência de renda da terra, aos sujeitos proprietários e aos submetidos a estes e às expropriações, que podem ser traduzidos e traduzem

² WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 1.

³ MACHADO, Ironita P., FREITAS, Felipe Berté. História e Direito: um diálogo metodológico In: IV Seminário de História Regional, 2010, Passo Fundo. ANAIS ELETRÔNICOS DO IV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA REGIONAL, 2010. p.319 - 332



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

correlações de força, produtores de relações sociais conflituosas, perpassam, de uma forma ou de outra, na produção historiográfica.⁴

Uma referência dessa perspectiva historiográfica é a obra *Propriedade da terra e transição*, na qual Roberto Smith⁵ estuda a formação da propriedade mercantil da terra, centrando-se na análise da transição para o capitalismo no Brasil, tendo como contexto histórico o Segundo Império, cuja política de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre iria materializar-se na Lei de Terras de 1850.

O trabalho é um exame do processo de formação do capitalismo no Brasil, no qual o estabelecimento da propriedade fundiária foi regido por uma intenção estatal **que procurava impedir o surgimento do “campesinato”, mas não concebia, ainda, a generalização de relações de assalariamento diante da perspectiva da imigração; em outras palavras, “dominar o trabalhador e não comprar sua força de trabalho: esse era, ainda, um requisito do capital mercantil.”**⁶ Assim, buscando explicar as relações entre Estado e sociedade e a transição para o capitalismo, o autor retoma o pensamento de Wakefield⁷, buscando inserir a trajetória específica da transformação da propriedade fundiária no país e suas implicações para a compreensão do quadro complexo em que se encontra amalgamado. Para tal intenção, Smith propõe uma periodização, dentro de um âmbito mais abrangente e estrutural, por considerar que **a “propriedade fundiária situa-se na confluência de determinações econômicas e políticas das formações sociais”**.⁸

Um primeiro período cobre grande parte das formações sociais do Brasil colônia até o último quartel do século XVIII, indo desde o desenvolvimento adaptativo do regime de sesmarias até a sua desagregação. O segundo período,

⁴ Cf. MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 1998; SMITH, 1990; ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1930*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

⁵ SMITH, op. cit.

⁶ Ibid., p. 18.

⁷ Edward Gibbon Wakefield, economista inglês do início do século XIX forneceu o embasamento teórico do Conselho de Estado do início do Segundo Império no Brasil, cuja política de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre iria materializar-se na Lei de Terras de 1850. O teórico Wakefield, sob pressupostos do liberalismo econômico, apresenta teses da colonização sistemática, dentre as quais as noções de ocupação, de mercantilização da terra, de incorporação de colônias, do capital mercantil, das rendas diferenciais e da capitalização da natureza. WAKEFIELD, Edward Gibbon. Verbete. *Encyclopedia Britannica*, v. 23, 1957.

⁸ SMITH, 1990, p. 340.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

correspondendo a um interregno, que vai até 1822, ano em que o regime das sesmarias foi extinto, representou um vazio de regulamentação, pois nada veio para substituí-lo, significando uma ruptura com a tradição portuguesa desde o século XIV. A ausência do Estado na ação regulamentadora da propriedade, que se estende até 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras, caracteriza o terceiro período.

No final desse terceiro período em diante, de acordo com o autor, com a promulgação da Lei de Terras, que se constituiu no estatuto fundamental do disciplinamento da propriedade da terra no Brasil, estruturaram-se as bases através das quais o Estado conferiria legitimidade à propriedade da terra e tentaria objetivar a separação entre as esferas do público e do privado.

Desse aspecto da obra surge, provavelmente, sua contribuição mais significativa às pesquisas que se ocupam do tema na República Velha, e no caso do Rio Grande do Sul, contrapondo as teses que defendem uma ruptura das estruturas político-jurídicas e socioeconômicas. A esse respeito, defendemos a ideia de que é este o ponto de germinação, a partir da metade do século XIX, de novos traços da **“moderna propriedade fundiária”, e todo o seu implicante social, político e econômico**. Portanto, o que ocorre é a coexistência de elementos do antigo regime com novas necessidades conjunturais; assim, um quadro político e econômico conduzido por uma nova relação Estado e sociedade.

Essa proposição pauta-se nas análises dos processos judiciais, objeto de nossas pesquisas,⁹ que deixam entrever que a Lei de Terras e o Código Comercial brasileiro, ambos datados de 1850, chegam à República com profundas raízes e, em alguns casos, prevalência, assim, convivendo com as novas leis de terra e os novos códigos, que, por sua vez, mantêm muitas de suas prerrogativas; da mesma forma a questão da imigração e colonização, tornando-se alternativas frente aos choques de interesses dominantes prejudicados pelas mudanças em processo.

⁹Dedicamo-nos às interpretações das referidas fontes primárias, constituindo um banco de dados de processos judiciais de tipologia civil. Trabalhamos com duzentos e quarenta e três processos (243) encaminhados aos autos das comarcas que constituíam o Planalto riograndense no período de 1880 a 1930. A amostragem desses processos ocorreu a partir da classificação das tipologias de ação e elaboração da síntese final do período de 1870 a 1930, resultando na indicação da predominância das questões em torno da terra, propriedade e herança, entre outras correlatas.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Na mesma perspectiva temática, mas com distintas diferenças metodológicas, pois com base em um sólido estudo de caso dos conflitos de terras na região de Paraíba do Sul, na província fluminense, no período de 1820 a 1860, Márcia Motta¹⁰, por meio de análise histórica acurada, resgata a trajetória de luta pela terra dos homens livres pobres que, por meio do trabalho na cultura dos solos e da posse prolongada de pequenas frações de terra, enfrentaram o poder dos grandes **latifundiários**, “Senhores e possuidores de terra”, **despendiam de todo esforço para** garantir seu poder sobre terras e homens, apelavam ao uso da força ou ao espaço privilegiado junto às várias dimensões da sociedade política.

Neste estudo, ancorando-se na análise de inventários, processos¹¹ de embargo e de despejo, relatórios e correspondências oficiais, atas do Legislativo local, cronistas e imprensa da região local e da Corte, evidencia-se a dinâmica dos conflitos pela demarcação das terras dos grandes proprietários ou com as terras cultivadas por homens pobres, mas dispostos a lutar pelo que reconheciam ser o seu direito à terra, conflitos entre grandes fazendeiros, entre estes e pequenos posseiros nas disputas entre grandes latifundiários.

Márcia Mota contribui decisivamente para a superação da visão simplista de que a Lei de Terras de 1850 significou apenas os interesses dos grandes latifundiários. Embasada na noção thompsoniana¹² sobre o domínio da lei, procurou interpretar diferentes percepções a respeito das leis e do direito à terra. Dessa forma, resgata o recurso que muitos posseiros fizeram à própria lei, respeitando a complexidade dessas percepções e a densa rede social que elas forjaram. Analisando o procedimento do Poder Judiciário, constata que este proporcionava grandes vantagens à classe dominante no meio rural, como, por exemplo, as **terras devolutas**, que poderiam vir a ser ocupadas por pequenos lavradores, as quais eram frequentemente declaradas parte de domínios já definidos que faziam parte de terrenos pertencentes aos fazendeiros ricos.

¹⁰ MOTTA, 1998.

¹¹ A autora identificou 920 pessoas envolvidas em processos cíveis de embargo da Paraíba do Sul/RJ, entre os anos de 1834 e 1858.

¹² As interpretações amparam-se nas análises de E. P. Thompson sobre o Judiciário e os significados da lei na Inglaterra do século XVIII.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Entretanto, através dos processos judiciais, a autora demonstra que o universo rural não se reduzia à certeza do poder dos grandes fazendeiros, pois, ao examinar os conflitos que se expressam em tais litígios, identifica que não faltou resistência, por exemplo, de agregados e arrendatários nas tentativas que empreenderam no sentido de ocupar terras legalmente devolutas. Assim, no conflito de interpretação sobre a lei, a autora elucida a natureza do conflito social em torno do acesso à terra.

Entre os méritos da obra de Márcia Motta, destacamos dois deles. O primeiro com relação às novas possibilidades de pesquisa e de fontes no campo do jurídico. **Segundo a autora, “a lei tem uma história”¹³**, ao tomar os conflitos de terra entendidos como “disputas sobre o sentido da história”, ou dito de outra forma, disputas sobre determinado sentido da lei. Dessa forma, a interpretação no campo do jurídico, como um *campo de forças em conflito*, possibilita ver a lei, em suas lacunas e ambiguidades, como o estudo demonstra ao trazer a análise do ingresso de pequenos posseiros na justiça reclamando por um direito que acreditavam ter sobre a terra¹⁴. Destaca-se, em segundo lugar, a contribuição desse trabalho para a superação das visões reducionistas do homem livre pobre para a sociedade escravista, demonstrando como esses homens pensavam e agiam naquele tempo e, simultaneamente, evidenciando o temor dos grandes proprietários frente à incorporação progressiva de terras não ocupadas. Assim, não se podem encobrir as relações sociais específicas de uma temporalidade por explicações globais acerca da sociedade, da economia e do Estado.

A esse respeito, na produção historiográfica abordando o caso do Rio Grande do Sul, existem alguns poucos trabalhos significativos, entre os quais, destacamos a pesquisa da historiadora Luiza Kliemann¹⁵, que verifica não só a dominação exercida pelo Estado através da lei, para fazer avançar o capitalismo no campo, mas também **analisa “as várias estratégias de dominação.”¹⁶** A autora resgata as singularidades que permitem uma melhor compreensão dos projetos agrários implantados no decorrer da história brasileira.

¹³ MOTTA, 1998, p. 22.

¹⁴ Discussão presente, especialmente, no capítulo IV, da obra *Nas fronteiras do Poder* de Márcia Maria Menendes Motta.

¹⁵ KLIEMANN, 1986.

¹⁶ Ibid., p. 12.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

A investigação¹⁷ centra-se na República Velha, entendida como o “berço” dos conflitos e dos problemas sociais pela posse e uso da terra. Para tal análise recua ao século XIX, a partir das contradições surgidas com a aplicação da Lei de Terras de 1850, que não leva em conta as especificidades e os interesses regionais, bem como as formas de sua concretização. Dessa forma, demonstra o descompasso entre a política de terras nacional e provincial, problematiza a mudança trazida pelas reformas que transformaram a “terra em mercadoria”, permitindo que a imigração e a colonização se tornassem para muitos especulação e lucro, ainda esclarece como a sociedade política pensou e resolveu as questões agrárias¹⁸.

No caso do estado do Rio Grande do Sul¹⁹, o que fora previsto no programa do PRR foi colocado em prática logo que o partido assumiu o poder, e, por sua vez, entra “no concerto nacional”. As reformas contribuíram para o desenvolvimento econômico

¹⁷ A pesquisa foi desenvolvida sob um sólido *corpus* documental, como, por exemplo, almanaques, anais, censos, correspondências, discursos, memoriais, mensagens, memorandos, autos de medição, relatórios, jornais, entre outros, que retratam os conflitos, as ideias e as práticas de época, na perspectiva institucional-oficial. Entretanto, no rol da documentação estão ausentes fontes que tragam evidências relativas às relações de poder tecidas nas esteiras do social.

¹⁸ A autora explicita a questão agrária que antecede e principia a República, indicando que o Estado brasileiro através de formas de dominação legal, instituídas pelo regime republicano, por força da lei e usando o aparato coercitivo, apesar do federalismo, tenta enquadrar, de forma homogênea, a posse de terra no país. O esforço via legal de homogeneizar a posse de terra no país deu-se através das seguintes reformas: 1) Decreto 451-B de 1890 - Sistema Torrens, que promovia a legalização do título de propriedade, era emitido após exame dos documentos pelo juiz de direito e constava em cartório, incorporando os registros de arrendamento, vendas e hipotecas no mesmo título, o que teoricamente dificultava a fraude; a reorganização da estrutura administrativa estabelecendo a divisão da Repartição Geral das Terras Públicas – ligada ao Ministério da Indústria e Obras Públicas – em quatro seções: a de terras públicas, encarregada da colonização e fundação de núcleos; a de imigração, incumbida da localização e serviços dos imigrantes; a seção encarregada de trabalhos técnicos e contabilidade. As inspetorias dos estados foram substituídas pelas delegacias de Terras e Colonização agência de Imigração e Comissão de Terras. Em razão do federalismo, o Rio Grande do Sul possuía, desde 1889, uma Diretoria de Terras e Colonização ligada à superintendência de Obras Públicas. 2) Decreto de 28 de junho de 1890, que trata da questão da imigração e colonização, trazendo as soluções a serem dadas pelos estados aos problemas relativos à pequena propriedade; 3) Decreto de 1890, ato do governo federal, em 1892, entrega a companhias o trabalho técnico. KLIEMANN, 1986, p. 42-49. Diante disso, se o federalismo representou autonomia na organização administrativa e até na gerência das terras devolutas, o que foi efetivado pela Constituição de 1891, por outro lado, atrela os estados à união por meio das leis gerais. Essa política fundiária, de certa forma, significou a perda de autonomia estadual, a desarticulação dos serviços administrativos e fere interesses de particulares com os quais os governos estaduais contavam para promover o desenvolvimento.

¹⁹ Segundo Kliemann, com o aparecimento de uma prática positivista, o castilhismo, surge diversas maneiras de desenvolver o capitalismo, entre elas, destaca o povoamento da região; a diversificação econômica, a facilidade para a circulação de mercadoria, o equilíbrio orçamentário e a incorporação do trabalhador à sociedade. Questão discutida, especialmente, no segundo capítulo.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

do Estado, mas as teses “financeiras e econômicas” colocadas em prática propuseram o controle total da economia pelo Estado.

A autora conclui que o estado do Rio Grande do Sul, no governo castilhistaborgista, regulou as relações produtivas a fim de fazer avançar o capitalismo, geriu a força de trabalho, o meio circulante e acionou os aparelhos privados de hegemonia. A classe dominante buscou o consenso, mas também usou repressão para enfrentar resistências a seu programa de governo, no entanto, não conseguiu fugir às **contradições de tal programa, expresso no fenômeno de “intrusão”**.²⁰ Assim, a sua tese, além de representar as origens históricas do problema, analisa o processo de concentração fundiária e os aspectos sócio, político e econômicos contraditórios da relação Estado e sociedade advindos do regime autoritário.

Nessa perspectiva de estudo que privilegia o espaço rural em seus diversos desdobramentos, convergem os estudos de Zarth²¹ e Rückert²², que tratam, especificamente, do Planalto riograndense. O primeiro centra sua investigação na expropriação e grilagem de pequenas posses no século XIX e início do XX e ampliação das grandes fazendas; muito próximo dessa questão, o segundo²³ examina **o processo de “destruição” e “construção” do território através da ocupação e colonização**, no período compreendido entre 1827 e 1931. Ambos os estudos, mesmo que de forma tênue, perpassam suas interpretações pela visão da transição

²⁰ **Intrusão**, conceito proposto pela autora: o fenômeno de intrusão, significando a contradição da política agrária, corresponde às invasões de terra que existiram no Rio Grande do Sul, no império em menor escala, tornando-se, na República Velha, por sua extensão, o maior problema enfrentado até hoje.

²¹ ZARTH, 1997.

²² RÜCKERT, Aldomar A. (1997). *A trajetória da terra*: ocupação e colonização do centro-norte do rio Grande do Sul 1827-1931. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

²³ Não se distanciando da problemática discutida por Zarth, mas com alguns referenciais distintos, Rückert analisa a ocupação e a colonização, do Centro-Norte do Rio Grande do Sul, em parte do antigo município de Passo Fundo, tendo por fio condutor a “trajetória da terras”, ou seja, **a trajetória foi entendida na perspectiva dos processos contraditórios de destruição/construção do território desde quando o território meridional encontrava-se isolado da Colônia portuguesa até o momento em que o ‘chão’ foi apropriado por grupos e classes sociais, que excluíram da ordem social outros, como os índios, os negros e os caboclos. O ‘chão’ passa, assim, a ser de ‘alguns’ e não de ‘todos’ os homens.** Afirma que concorreram para esse processo quatro fatores: **as forças econômicas e sociais dos proprietários fundiários [...] que se apossaram de terras durante o Império; a exploração de mão-de-obra escrava por parte dos proprietários fundiários emergentes; a expropriação territorial dos indígenas e dos camponeses caboclos ervateiros, ou pelo Estado, ou pelos mesmos proprietários; o pagamento da renda da terra pelos emergentes camponeses colonos, que se tornam pequenos proprietários, aos proprietários fundiários (fazendeiros), às companhias e ao próprio governo estadual.** RÜCKERT, 1997, p. 139-142.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

capitalista, numa leitura da imigração e da colonização como elementos dinamizadores da fronteira agrícola, mas refutam a ideia de avanço natural de colonização sobre terras livres e inexploradas, dão espaço privilegiado a sua problematização sob o viés da mercantilização da terra, à crítica da legislação agrária e à expropriação de homens livres e pobres.

A obra de Zarth é um marco significativo na historiografia riograndense, primeiramente, por derrubar a visão tradicional de que a Serra²⁴ era pobre e subdesenvolvida no século XIX, elucidando com consistência e crítica ser neste período que “encontramos as origens das atuais estruturas agrária e social da região.”²⁵

O segundo elemento de mérito da referida obra é a análise da fronteira agrícola através dos contingentes que foram efetivamente os pioneiros, no caso os caboclos extrativistas de erva e pequenos agricultores e, como forma fundamental de expropriação, a privatização da terra pelos especuladores – os grandes proprietários, as companhias e o Estado, bem como o incentivo à imigração com o objetivo de criar mercado para a terra e valorizá-la. Ainda, destaca o caso das colônias oficiais em terras devolutas, que serviram como referencial básico para a imigração generalizada de colonos, que rapidamente ocupavam os núcleos oficiais para avançar e comprar terras dos especuladores, que transformavam áreas de matas em pequenas propriedades agrícolas.

Nesse estudo, o autor comprova com êxito os mecanismos de expropriação dos lavradores pobres por parte da oligarquia agrária e do Estado; portanto, fornece referências básicas sobre a formação da grande propriedade e da expropriação. Entretanto, as análises referentes à legislação agrária, a Lei de Terras e suas regulamentações posteriores, bem como ao não-acesso do homem livre e pobre à justiça para requerer legitimidade sobre a terra, no estudo, ganham ênfase quanto a ideia de impossibilidade. Essa questão está sendo revisitada pelas atuais produções

²⁴ No século XIX, os tradicionais viajantes europeus ao viajarem pelo sul do Brasil referiam-se ao Planalto como Serra.

²⁵ ZARTH, 1997, p. 12.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

historiográficas²⁶, e, também, para o caso do Rio Grande do Sul, como nos propomos na narrativa que constitui este estudo.

Como se constata, a questão da renda capitalizada da terra se torna o centro do capitalismo comercial e industrial, no contexto de transição brasileira e rio-grandense, das políticas partidárias do PRR, que visavam ao progresso do Estado através da imigração-colonização pública e privada. Assim, de acordo com a historiografia, constitui-se o campo de estudo do agrário-fundiário, entendido em suas correlações jurídicas e nas relações sócio, políticas e econômicas, como tarefa de difícil execução e, ainda pouco explorada, ao empreendimento de uma síntese, mas, de uma forma ou de outra, se faz presente nas pesquisas que tratam da história agrária. Portanto, as obras aqui apresentadas e, especialmente, com relação ao Norte riograndense, as duas últimas, constituem-se em matriz referencial, pois as novas gerações²⁷ de pesquisa, especialmente nos últimos anos, buscam nelas aporte histórico ou delas partem algumas de suas hipóteses.

Nessas produções historiográficas não se contemplam as questões de como o regime de terras e o Judiciário ocuparam espaço estratégico nas relações de poder, nas estruturas políticas e nos projetos socioeconômicos à racionalidade moderna capitalista; o que se mostra é sua presença, de forma genérica e formal. Assim, mesmo tendo-se clareza de que o objeto de análise destas produções era outro,

²⁶ Sobre a questão da revisitação à legislação agrária, entre outros, tem-se o trabalho de Márcia Motta, com o estudo de caso dos conflitos de terras na região de Paraíba do Sul, como demonstramos aqui. E uma das perspectivas de nossa pesquisa tem se ocupado da História da Legislação Agrária no Rio Grande do Sul e a problemática da interpenetração.

²⁷ A produção historiográfica referente à história agrária em diálogo com a história política está ampliando-se quantitativa e qualitativamente nos últimos anos. Destacamos o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo que, em suas linhas de pesquisa “Espaço, Economia e Sociedade” e “Política e Cultura”, agrega um conjunto de trabalhos que tematizam esse processo de territorialização do espaço agrário, relações políticas no Sul do Brasil. Dentre os trabalhos que dialogamos nesta pesquisa, destacam-se: os de JACOMELLI, 2004; NORA, 2006; MACHADO, Ironita P. *Judiciário, terra e Racionalidade Capitalista no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa De Pós-Graduação Em História Doutorado em História, 2009. ORTIZ, Helen Scorsatto. (2006). *O banquete dos ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006; TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. (2002). *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002; TEDESCO, João Carlos. (Org.). *Colonos, Colônias & Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. Porto Alegre: Est. Edições, 2008.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

entendemos que a questão fica lacunar, descortinando a necessidade de discussões sobre a problemática.²⁸

Dessa forma, no que diz respeito aos referenciais historiográficos, resta-nos, ainda, destacar que na historiografia há o predomínio de abordagens distintas entre história política, história econômica e, também, história agrária; poucos trabalhos realizam o diálogo entre os campos de conhecimento, exercício interpretativo que se faz necessário avançar.

Ainda é preciso dizer que, a historiografia referente ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, na Primeira República, abordando a relação entre Estado e sociedade, apresenta-se ora sob a predominância de análises do político, ora do econômico; alguns trabalhos mais recentes o fazem considerando as duas perspectivas interpretativas entrecruzadas.

Nesta perspectiva, a produções historiográficas que se destaca corresponde ao modelo político de Estado, na República Velha brasileira e riograndense, e o **coronelístico. São elucidados com base nos conceitos de “estamento burocrático” e “burocracia”, de “coronel tradicional” e “coronel burocrata”, de “autoritarismo” e “autonomia”**²⁹. Aqui evidenciamos alguns referenciais conceituais que julgamos mais elucidativas para os objetivos analíticos do presente estudo.

As abordagens em torno da relação Estado e sociedade no Rio Grande do Sul, se circunscrevem a um conjunto referencial correspondente ao modelo político de

²⁸ Estudo que realizamos em MACHADO, Ironita P. *Judiciário, terra e Racionalidade Capitalista no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa De Pós-Graduação Em História Doutorado em História, 2009. (Livro: prelo)

²⁹ AXT, op. cit., 2001^a; COSTA, Emília Viotti (1999a). *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa Interpretação Sociológica. In.: FAUSTO, Bóris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. 2. ed. v. 1. T. III. São Paulo: Difel, 1977, p. 153-187; FÉLIX, op. cit., 1996; FONSECA, Pedro C. D.. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; FRANCO, op. cit., 1967; HERRLEIN JR., Ronaldo. (2000) *Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?* Tese de Doutorado em Economia. Campinas, IE-UNICAMP, 2000; PESAVENTO, Sandra Jatamy. **República Velha Gaúcha: “estado autoritário e Economia**. In: **CESAR, Guilherme. (Org.). RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.193-228; TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A Política Fiscal Modernizadora do Partido Republicano Rio-Grandense. In.: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. *República Velha (1889-1930)*. GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *História Geral do Rio Grande do Sul*. v.3. t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 247-267.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Estado, situando o governo castilhista-borgista e o sistema coronelista no processo de transição do regime imperial ao republicano e a transição capitalista, entre as conclusões sobre as produções historiográficas e os traços em comum destacamos as seguintes interpretações: a) a caracterização do período de transição de regime político-econômico rio-grandense, com características próprias em relação às outras regiões brasileiras, como um processo dinâmico no qual coexistiram elementos estruturais dos dois momentos históricos; portanto, não ocorrendo uma ruptura profunda de estruturas; b) a definição da Primeira República sob conjunturas frágeis e conflituosas, do governo castilhista-borgista edificado sob um jogo de interesses numa rede de compromissos coronelísticos – caracterizando a relação do poder central estadual com os poderes locais; c) em função dos elementos acima indicados, o governo estadual construiu relativa autonomia de Estado para desenvolver projetos e política visando à modernização; d) na base das relações de poder, das estruturas políticas e dos projetos socioeconômicas à racionalidade moderna capitalista, fizeram-se presentes o Judiciário, como elemento do estamento burocrático, e a terra, como base do núcleo dinamizador da economia.

Ainda, com relação ao Judiciário como estamento burocrático e base de relações de poder, as interpretações de Gunter Axt³⁰, em sua tese, ***Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1920)***, o autor elabora uma síntese histórica consistente e crítica, com ênfase na problemática de como as macrotransformações afetaram o aparelho estatal, provocando mudanças nas relações de poder em torno do governo castilhista-borgista, sob uma interpretação dialética entre o político e o econômico, ou seja, o processo de construção e de rearranjo da hegemonia política e econômica da aliança de frações de classe dominante arregimentada em torno dos governos castilhista-borgista no Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1929.”³¹

³⁰ AXT, 2001a.

³¹ Gunter Axt em sua tese não apresenta a terra e suas variáveis como objeto principal de interpretação, mas aqui se torna referência importante por se ocupar deste objeto para discutir a relação Estado e sociedade, a constituição do estado Rio-grandense, da autonomia e capacidade interventora do governo castilhista-borgista, no que diz respeito aos projetos modernizadores à transição capitalista. Assim, resumidamente, a tese trata de avaliar o processo de construção e de rearranjo da hegemonia política e econômica da aliança de frações de classe dominante arregimentada em torno dos governos castilhista-borgista no Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1929.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

O referido autor defende a tese de que o Rio Grande do Sul, sob o governo castilhista-borgista, “esteve tal qual o restante do Brasil, exposto ao influxo do sistema coronelista”, sob condições específicas, surgidas no despontar do regime e relacionadas ao alto “grau de intransigências das hostes castilhistas”, fruto de estratégias ao enfrentamento do partido liberal-gasparista, que impediram a “típica composição oligárquica entre coronéis e se desdobraram no fechamento do estado”, consolidado na Constituição de 14 de Julho de 1891. Ainda, mesmo diante da pressão do poder local, o governo estadual apresentava uma autonomia relativa inconsistente, “dado a condição de fraqueza infraestrutural do aparelho de estado”. Em função disso, “a tensão entre poder central e poderes locais era contraditória, sendo ao mesmo tempo de competição, colaboração, cooptação e confronto.”³² Para explicitar essa questão, o autor afirma que:

Essa condição, que perpassa todas as nuances da existência municipal, pode ser paradigmaticamente apanhada na conformação da estrutura judiciária, cujos agentes inferiores da escala hierárquica – os juízes distritais – eram controlados pelos poderosos locais enquanto a cúpula da Justiça, representada pelo desembargo do Supremo Tribunal, aliava-se ao chefe político geral e presidente do estado, em benefício do projeto comum de fortalecimento do estado e em detrimento da preponderância dos poderes locais. Entre esses dois termos, os juízes da comarca e os promotores públicos oscilavam da condição de delegados de Poder Executivo central nas localidades a partidários engajados, absorvidos ou neutralizados pelas facções intestinas do partido dominante.³³

Essas ideias³⁴, especialmente de que as tensões contraditórias entre poder central e poderes locais podem ser captadas na conformação da estrutura judiciária,

Analisa o jogo de interesses econômicos segmentados e a relação do poder central estadual com os poderes locais, no âmbito da rede de compromissos coronelísticos. Da confluência desses fatores, desdobra-se o processo de formação do aparelho estatal burguês, cuja caracterização transita pela tentativa de apreensão do esforço de institucionalização concentrado pelos agentes históricos da elite dirigente, das representações do poder e [...] do processo de intervenção na economia. Com relação a esse último elemento, o foco de análise está nas políticas públicas voltadas para o setor de transporte ferroviário, sistema portuário e de navegação fluvial e, também, para o campo tributário e orçamentário. AXT, 2001^a, p. 5-10.

³² AXT, 2001^a, p. 410.

³³ Ibid., p. 410.

³⁴ Para chegar a esta afirmativa, o autor se valeu de uma diversidade de registro, mas com relação ao Judiciário, especificamente, destacam-se cartas [Arquivo Borges de Medeiros], estas, selecionadas a partir de nomes que ocupavam postos estratégicos na estrutura burocrática estatal, que trazem conteúdo elucidativo sobre o controle borgista através dos juízes de comarca a restringir a



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

tanto para controlar o poder coronelístico, a oposição e a dissidência, quanto à execução de objetivos traçados pelo bloco dirigente, convergem ao problema das relações político-econômico-sociais em torno da terra, evidentemente que analisado por meio de outras chaves de leitura em nossos estudos³⁵, como, por exemplo, a condução dada às políticas públicas e às iniciativas privadas, aos processos judicantes em torno de litígios e de cumprimento legais, pelas estruturas burocrático-jurídicas do Estado à racionalidade moderna do capitalismo, tendo o Judiciário como meio e agente.

Assim, como refere o autor, **“a prática da Justiça era um terreno onde reboavam com intensidade os interesses e as disputas facciosas. Processos, contratos, testamentos,” entre outros, tornavam-se espaços e objetos de grandes conflitos, “justamente por colocarem à prova o prestígio político de um coronel na pretensão de manipular certos resultados”**³⁶, assim como, constatamos em nossa pesquisa, também, significavam um espaço onde o poder central do Estado buscava fortalecimento infraestrutural, isso é, através de processos judicantes a resolução e/ou encaminhamento de ações em torno da terra – como, por exemplo, desapropriações, mercantilização, embargos, colonização – que viabilizassem a capitalização pela mercantilização e expansão da fronteira agrícola.

Portanto, diante da necessidade de fortalecimento infraestrutural, somando-se a imperativa vigília e controle no âmbito do sistema político, à medida que a oposição federalista e dissidente permanecia organizada podendo conquistar eleitores, o governo castilhistaborgista **“necessitava muitas vezes aliar-se aos poderosos locais, abrindo concessões”**. Dessa forma, a força do poder central nos municípios era fruto de um **“construto histórico, ideologicamente coerente e institucionalmente eficaz, mas politicamente instável.”**³⁷

Por fim, encerrando esta chave de leitura, destacamos uma das considerações finais de Gunter Axt³⁸. No caso do Rio Grande do Sul sob o governo castilhistab-

abrangência do poder coronelístico e estratégias adotadas na consecução de objetivos traçados pelo bloco dirigente.

³⁵ Op. Cit.

³⁶ Ibid., p. 121.

³⁷ AXT, 2001^a, p. 411-413.

³⁸ A tônica geral das conclusões do autor está em torno das seguintes questões: ***o estado castilhistaborgista foi apoiado fundamentalmente pelo segmento charqueador e pelo segmento mercantil e financeiro***



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

borgista, o autor conclui que, “por mais autoritária que seja a formação institucional,” o Estado necessariamente é transpassado por grupos de pressão, diante das quais sua autonomia pode vir a ser desprezada. “Por mais que a elite dirigente alimente objetivos próprios, é impossível desconectar as instituições de poder e a burocracia estatal das formas de produção econômica do tecido social e das relações de poder daí emanadas.”³⁹

Por conta disso, é reconhecida empírica e interpretativamente a ausência do Judiciário enquanto fator histórico analisado para além dos aspectos normativos – legalistas, nas investigações em torno da questão da terra, relacionando-se ao Estado e à transição capitalista na República Velha, com ressalvas e reconhecimento ao mérito das pesquisas de Gunter Axt e Márcia Motta. Nesse sentido, considerando as devidas diferenças e seguindo o mesmo caminho por eles trilhado, as pesquisas que estamos desenvolvendo - história das comarcas judiciais e relações de poder no norte riograndense no final do século XIX e século XX; os sujeitos dos conflitos fundiários o norte riograndense no final do século XIX e século XX; história da legislação agrária no Rio Grande do Sul; o uso de processos judiciais como fonte histórica, especialmente nos estudos da história social, agrária e política - buscam traçar um diálogo efetivo entre história e direito, história política e história agrária, tendo o Judiciário como fio condutor a viabilizar um novo campo de análise revisitando as contribuições e debates oriundos do marxismo.

BIBLIOGRAFIA

litorâneo, que deslocou o conjunto da fração de estancieiros para segundo plano, combateu a predominância do comércio de fronteiras e pretendeu aprofundar o raio de influência sobre a atividade econômica colonial-serrana. Em troca a elite dirigente manipulou o orçamento estatal, a política tributária, os contratos e concessões públicas e implementou políticas para os setores de transporte de forma a privilegiar seus aliados; e, o intervencionismo estatal inicialmente arquitetado para estreitar o controle político sobre as frações coronelistas e para influenciar o raio de influência da fração mercantil urbana sobre o Estado acabou convertendo-se em instrumento de consunção da aliança hegemônica de frações de classe dominante e do próprio sistema coronelista conformado no Rio Grande do Sul. Assim, como das contradições inerentes à aliança de frações hegemônicas brotou um rearranjo de forças sociais, dos escombros do sacerdócio moderador nasceu uma nova fórmula de representação de poder, que associou a estância executiva ao intervencionismo providência traduzindo um movimento de transmutação do autoritarismo das elites regionais, rumo à construção da sociedade burguesa e à afirmação do estado burocrático-nacional. [...]. AXT, 2001^a, p. 423-425.

³⁹ AXT, 2001^a, p. 425.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- AXT, Gunter. *Algumas reflexões sobre os critérios para a identificação e guarda dos processos judiciais históricos*, Porto Alegre, 2003.
- CAMARGO, Ana Maria. Política arquivística e historiográfica do judiciário. In: AXT, Gunter. *Algumas reflexões sobre os critérios para a identificação e guarda dos processos judiciais históricos*, p.10, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da história*: Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHASTEEN, John Charles. Heróes a caballo. Los hermanos Saravia y su frontera insurgente. Montevideo: Ediciones Santillana/Fundación Bank Boston, 2001 apud AXT, *Algumas reflexões sobre os critérios para a identificação e guarda dos processos judiciais históricos*, p.11. 2003.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- FONSECA, Pedro C. D.. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983
- HERRLEIN JR., Ronaldo. (2000) *Rio Grande do Sul, 1889-1930*: um outro capitalismo no Brasil meridional? Tese de Doutorado em Economia. Campinas, IE-UNICAMP, 2000.
- FÉLIX, Loiva Otero. *RS: 200 anos construindo a justiça entre poder, política e sociedade*. In: FELIX, Loiva Otero; RECKZEIGEL, Ana Luiza Setti (org.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- GRAMSCI, Antônio. (1984). *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 5. ed. Tradução Luiz Mário Gazzenio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984
- GUERREIRO, Carolina Webber. *Vulcão da Serra: violência política em Soledade (RS)*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- MACHADO, Ironita P. *Judiciário, terra e Racionalidade Capitalista no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa De Pós-Graduação Em História Doutorado em História, 2009.
- MACHADO, Ironita P., FREITAS, Felipe Berté. História e Direito: um diálogo metodológico In: IV Seminário de História Regional, 2010, Passo Fundo. ANAIS ELETRÔNICOS DO IV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA REGIONAL, 2010.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. (1998). *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa Interpretação Sociológica. In.: FAUSTO, Bóris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. 2. ed. v. 1. T. III. São Paulo: Difel, 1977, p. 153-187
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: “estado autoritário e Economia. In: CESAR, Guilherme. (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.193-228.
- RÜCKERT, Aldomar A. (1997). *A trajetória da terra*: ocupação e colonização do centro-norte do rio Grande do Sul 1827-1931. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A Política Fiscal Modernizadora do Partido Republicano Rio-Grandense. In.: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- República Velha (1889-1930). GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *História Geral do Rio Grande do Sul*. v.3. t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 247-267.
- TÉRTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Tradução: Maria Loureiro. Bauru, São Paulo: ESDUSC, 2000.
- THOMPSON, Eduard P. (1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA COLÔNIA ERECHIM

Isabel Rosa Gritti¹

A característica marcante da região monopolizada pelo Município de Erechim é a diversidade étnica e cultural. Tal característica deve-se ao processo de colonização desenvolvido na colônia Erechim, criada em 1908, e que recebeu vários grupos imigratórios. Uns vindos diretamente da Europa, outros das chamadas colônias velhas, isto é, de regiões do Rio Grande do Sul, onde imigrantes europeus foram instalados, e que posteriormente, eles, ou seus filhos, partem em busca de mais e melhores terras.

Outra característica significativa da colônia Erechim, é o fato de ela ter sido uma Colônia Planejada, além de ser a última colônia criada pelo Estado com o objetivo de assentar imigrantes, política desenvolvida pelo governo imperial primeiro, e, posteriormente pelo governo republicano. O fato de ter sido uma colônia planejada evitou que se repetissem aqui os problemas apresentados e vivenciados pelos imigrantes nos demais núcleos coloniais do Estado do Rio Grande do Sul.

Não ocorreram aqui conflitos entre imigrantes e funcionários do Estado responsáveis pela administração dos núcleos coloniais, conflitos estes decorrentes da falta de moradia e da conseqüente instalação dos mesmos nos barracões à espera de assentamento, da lentidão na demarcação do lote, do trabalho em obras públicas como forma de garantir a alimentação nos meses iniciais de instalação no núcleo colonial, condições estas radicalmente opostas às propaladas pelos agentes das companhias imigratórias, no continente europeu com o objetivo de recrutar imigrantes para o trabalho agrícola no Brasil.

Quando os imigrantes europeus chegam à Colônia Erechim, já estão presentes neste território os indígenas e os chamados caboclos. Grupos estes que vão disputar com os demais a posse da terra. Estas diferentes culturas passam a conviver cotidianamente no processo de construção da sobrevivência. Nessa convivência,

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus de Erechim/RS.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

criam-se relações sociais, econômicas, políticas, culturais, ideológicas e afetivas que gradativamente, se consolidam e se propalam. Também é particularmente interessante destacar que no território correspondente a Colônia Erechim, se fazem presentes dois agentes colonizadores, quais sejam: o Estado, através da colonização oficial, e a presença das Companhias Colonizadoras, promotoras da colonização privada, no caso a ação da Jewish Colonization Association, responsável pela imigração e colonização judaica na região e da Companhia Colonizadora Luce e Rosa.

Atualmente Erechim ostenta o título de Capital da Amizade, segundo seus defensores, deve-se ao fato da inexistência de relações conflituosas e desarmônicas no processo inicial da constituição da Colônia Erechim, e da continuidade dessas relações na atualidade. O estudo por nós realizado sobre a imigração polonesa no Rio Grande do Sul, nos permite discordar de tal afirmativa. No caso específico da Colônia Erechim os imigrantes poloneses e seus descendentes foram vítimas de preconceito, assim como os negros. Este preconceito se enraizou e se propalou no tempo e no espaço e das mais diferentes formas. O estudo dos processos-crime confirmam isso.

É através de um deles que no ano de 1973 o juiz de direito da comarca de Erechim nos diz que o racismo existe e que atinge particularmente dois grupos: os negros e os poloneses. Quando do julgamento de I. D. S. e M. C. F. acusadas de **agredirem com foices E. F. por ter chamado M. C. F. de “nega cativa”, sentenciam que:** {...} Esta, por certo, decorreu de provocações da vítima, mormente se considerando o racismo imperante em zona de colonização italiana, que se expressa no refrão muito **comum nesta zona: “Dai ai polachi, copari ai negri” (bater nos polacos, matar os negros)**².

A vasta literatura produzida sobre a imigração, européia ou não, mostra que a mesma foi sempre discutida, contestada, colocada em dúvida em nome de um sentimento nacionalista que pregava a defesa do trabalhador nacional. E, mesmo entre os grupos imigratórios, uns são mais desejáveis que outros. Veja-se a avaliação feita em 1907 pelo chefe da Comissão de Terras de Jaguari, Severiano de Sousa e Almeida. No relatório apresentado à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas referentes aos trabalhos executados no período de 1891 a 1907, lê-se:

² Processo-crime nº 142/73. Comarca de Erechim. Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font (AHMJMIF)-Erechim-RS.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Imigrantes: Este é um assunto dos mais relevantes para um Estado como o do Rio Grande do Sul. Somente agora, que são passados tantos anos de serviço de colonização, é que se pode com segurança dizer qual o imigrante preferível para as nossas colônias. Dura experiência essa, adquirida à força de continuados ensaios dispendiosos por conta dos Governos e ingentes sacrifícios das direções coloniais, para conter e encaminhar no trabalho do solo, raças de tantas procedências, hábitos e aspirações. Tem sido experimentadas e aconselhadas, nestes muitos anos que se passaram, diversas imigrações, chegando-se a apontar como vantajosa a japonesa, a chinesa, e também a portuguesa, a israelita, etc.

A respeito dos suecos, espanhóis, franceses, austríacos e polacos, pode-se dizer que são bons colonos pela experiência que tenho adquirido como chefe desta Comissão; mas precisando melhor as minhas observações atinentes a este melindroso assunto, não tenho dúvida alguma em apontar como excelente imigração a húngara, a italiana e a alemã. São colonos, tanto aqueles como estes, muito trabalhadores, ordeiros e econômicos. O colono húngaro é menos empreendedor, porém mais conformado e menos exigente; o italiano liga muita importância à sua propriedade e apresenta dotes essenciais para as indústrias e o comércio, assim como o colono alemão. Qualquer uma dessas imigrações estabelecidas em terrenos próprios, pode-se contar certo que dará ótimos resultados sob todos os pontos de vista³.

É importante destacar que Severiano de Sousa e Almeida dirigiu as Comissões de Terras de Jaguari/RS e Erechim/RS, onde os problemas ligados ao assentamento dos imigrantes foram praticamente inexistentes, se comparado aos demais núcleos coloniais do Estado e particularmente, os núcleos em que houve o predomínio de assentamento de imigrantes poloneses. Estes reagiram mais violentamente que os demais frente às condições que lhes eram oferecidas aqui em território gaúcho. Também importante destacar que as Colônias de Jaguari e Erechim estão entre as últimas criadas pelo Estado, e no caso de Erechim, totalmente planejada.

Todos os grupos imigratórios manifestaram seu descontentamento frente às dificuldades enfrentadas nos momentos iniciais de assentamento nos núcleos coloniais. Rebelavam-se quando as terras que deviam cultivar eram de má qualidade, quando do pagamento de serviços prestados e, além disso, segundo Emílio Willems:

Elementos qualificados como criminosos, vagabundos, mendigos, desertores, prostitutas, débeis mentais, etc. figuravam, como já vimos, em quase todas as empresas de colonização. Por um processo de peneiramento interno, organizado ou difuso, os indivíduos imprestáveis eram eliminados. Pelo menos esta era a regra e não há prova de que um sistema todo tivesse abortado devido à influência de tais elementos. (WILLEMS,1980,p,103).

³ Relatório dos trabalhos executados pela Comissão de Terras e Colonização de Jaguari, durante o período de 1891 a 1907, apresentado à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas pelo chefe da comissão, Coronel Severiano de Souza e Almeida, em 1907. Obras Públicas, 98. AHRGS.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Entre os muitos exemplos de preconceito manifestado em relação aos imigrantes poloneses e seus descendentes na Colônia Erechim, citamos o processo-crime número 135 de 1950. Trata-se de agressão sofrida no baile que se realizava na Escola de Secção Cravo. No seu depoimento, J. T. alega que C. K. perguntou se ali no baile “era fuzarca e ao mesmo tempo disse que tirava os polacos sujos a coices para fora da sala.” Continua depondo e observa “que todos os de descendência alemã foram contra os de origem polonesa”⁴.

O ser colono, ser morador da área rural também é motivo de preconceito, de inferioridade. É o que constatamos pela fala do juiz, quando em agosto de mil novecentos e cinquenta e um, J. D. presta seu depoimento diante do juiz J. A. B. M. este “**manda consignar que a declarante depôs de maneira vacilante, demonstrando não compreender perfeitamente o sentido das perguntas que lhe foram feitas, dando a entender se tratar de uma pessoa muito pouco esclarecida, pelo fato de ser de origem polonesa e criada no interior do município, na zona colonial, ou sofrer das faculdades mentais, sendo que esta última hipótese não é tão patente, podendo admitir como verídica a primeira delas**”⁵.

O preconceito, o racismo, estão presentes na Colônia Erechim e atingem diversos grupos e durante todo o período de constituição da mesma. O exemplo abaixo, ocorreu recentemente, o que comprova que o preconceito se enraíza e se manifesta no tempo. O Ministério Público denuncia V. A. W. e G. W. por agredirem S. P. em outubro de 1980 no interior de Getúlio Vargas. O que é significativo destacar neste processo é que no seu depoimento S.A. diz que o local onde mora é o local de gente racista.

Da fala da pretensa vítima o **escrivão de polícia registrou que “o declarante ignora os motivos de ser agredido de tal maneira, pois nem mesmo tinha conversado com seus agressores. Que não tinha faca e que nunca brigou com os mesmos, mas sabe que ali é local de gente racista, pois somente existem poloneses e alemães, ali o**

⁴ Processo-Crime nº 135, de 1950. Comarca de Erechim. AHMJMIF. Erechim-RS.

⁵ Processo-Crime nº 139, de 1950. Comarca de Erechim. AHMJMIF. Erechim-RS.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

‘caboclo’ é mal visto; os irmãos do declarante e cunhados já saíram do local em face das perseguições que sofre”⁶.

Da mesma forma, no processo-crime de dezembro de 1947, o racismo é explícito na defesa que o advogado faz de seu cliente. Ao finalizar a longa argumentação em favor do marido acusado de estuprar uma adolescente, o defensor escreve: **“A verdade nua e crua é a seguinte: A. C. L., não obstante sua condição de pessoa casada, era considerada nesta cidade uma meretriz, pois vivia mantendo relações sexuais com este ou aquele, tendo até, estado amancebada com um moço durante dias que residiu no hotel Avenida nesta cidade. Estava mantendo relações sexuais com outras pessoas e estava procurando um meio para abandonar o marido e obteve o motivo, forjando a cena que descreveu com requintes de perversidade. Diga-se, também, a título de informação que o acusado é de cor preta (pardo escuro) e sua esposa é loura e clara”**⁷.

O exemplo que segue demonstra mais uma vez a existência do preconceito. Também neste caso, como no acima o preconceito é contra os negros. No ano de mil novecentos e cinquenta e seis, o juiz A. F. C. demonstra seu comportamento preconceituoso no julgamento que faz. Na longa argumentação que faz para **fundamentar a condenação de A. S. acusado de estuprar E. R. destaca: “Ademais, é de se salientar que, em sendo a ofendida descendente de alemães e o acusado de cor preta, jamais, por uma questão de preconceito de raça, consentiria fosse por ele possuída, quanto mais, em sendo uma mulher casada e não vulgar prostituta, mercadejar seu corpo”**⁸.

A manifestação de preconceito independe da situação social ou cultural do indivíduo. É o que podemos observar pela leitura dos processos-crime referentes a região da antiga Colônia Erechim. Nos exemplos acima citados estão envolvidos indivíduos social e culturalmente pertencentes às camadas mais elevadas da estrutura social, como é o caso dos advogados e dos juízes.

⁶ Processo-Crime nº 3214/28. Comarca de Getúlio Vargas. Arquivo do Fórum de Getúlio Vargas. Getúlio Vargas-RS.

⁷ AHMJMIF. Caixa nº 6.1939.1, 1947. Erechim-RS.

⁸ Processo-Crime nº 1357, de 1955. Comarca de Erechim. AHMJMIF. Erechim-RS.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

No caso, ora relatado, ocorrido no ano de 1951, em Gaurama-RS, segundo distrito de Erechim, o preconceito em relação aos negros é manifestado por uma senhora acusada de manter uma casa de prostituição. Na averiguação feita pela **policia no local, observa que "no interior de um paiol, que ali há muito tempo não mais se encontra pessoa alguma residindo, informou à proprietária que ali pernoitava um indigente (negrinho) por lhe ter assim pedido"**⁹.

Conflitos e hostilidades nas sociedades e entre as sociedades estão sempre presentes, da mesma forma que forças que impulsionam a coesão e as relações pacíficas. Em *Identidade e Etnia*, Carlos Rodrigues Brandão diz que o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou. O outro é um diferente e por isso atrai e atemoriza. É preciso domá-lo e, depois, é preciso domar no espírito do dominador o seu fantasma: traduzi-lo, explicá-lo, ou seja, reduzi-lo, enquanto realidade viva, ao poder da realidade eficaz dos símbolos e valores de quem pode dizer quem são as pessoas e o que valem, umas diante das outras, umas através das outras. Para Brandão, o outro precisa ser decifrado para que os lados mais difíceis do meu mundo, da minha cultura, sejam traduzidos através dele, de seu mundo, e de sua cultura. Quando o outro reflete a minha imagem **espelhada, é ali onde às vezes eu melhor me vejo. "Através do que ele afirma e torna claro em mim, na diferença que há entre ele e eu."** (BRANDÃO, 1986, p.8).

No processo-crime número 670 de 1952, envolvendo F. J. e P. S. em seu depoimento ao delegado de polícia P. S. "deseja esclarecer que este grupo de indivíduos que foram **agredi-lo são simpatizantes do extinto "Partido Comunista Brasileiro", e seguidamente fazem reuniões; " que ainda no dia primeiro do corrente, aniversário de Luiz Carlos Prestes, os mesmos andaram fazendo detonações de arma de fogo ou rojões, e que achou parecido o estampido com tiros de arma de fogo"**¹⁰.

O exemplo a seguir, da mesma forma que o acima, demonstra que os Comunistas também foram vítimas de preconceito na Colônia Erechim, como de resto em todo o Brasil. Em 15 de novembro de 1936, o sub-delegado e sub-prefeito de José Bonifácio-(um dos nomes do atual município de Erechim), foi baleado por

⁹ CAIXA nº 6.1939.1, 1939. AHMJMIF. Erechim-RS.

¹⁰ Processo-Crime nº 670, de 1952. Comarca de Erechim. AHMJMIF. Erechim-RS.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

W. P. No volumoso processo, concluem, que o réu assim agira movido pelo desejo de vingança, uma vez que, o sub-prefeito e sub-delegado fora responsável pelo” desarmamento do mesmo e conduzido pelo meio da rua por uma escolta, sendo taxado de comunista, preso e remetido a capital do Estado, como comunista, prisão esta que W.P. julga injusta”¹¹.

Estes exemplos citados comprovam que o preconceito de fato existe. E que ele atinge diversos grupos. Os casos citados mostram o preconceito existente no meio social, pois “o núcleo da discriminação racial e étnica deve ser procurado na sociedade, não no psiquismo individual”. (JONES, 1973,p.75).

O homem não nasce com preconceito. A origem é política, social, econômica, “ sendo usada pelos indivíduos para justificar seus interesses, exploração econômica, ou como pretexto para a dominação política”. (CARNEIRO,1988,p,18).

Maria Luiza Tucci Carneiro diz que antes do século XV o preconceito não estava relacionado especificamente ao antagonismo de raças. A oposição entre os grupos estava ligada às divergências religiosas entre cristãos e infiéis .Diz que com as grandes descobertas e a colonização de novas terras, os interesses políticos das grandes potências colonizadoras foram encobertos por justificativas raciais e religiosas. Comenta que geralmente o grupo discriminador atribui ao grupo minoritário certas opiniões inexatas, ridicularizando-o pelo seu aspecto físico ou cultural.

Aplicando a todos certas características individuais, os estereótipos contribuem para a prática da segregação social. Por exemplo: os negros são apresentados como brutais e estúpidos sujos e imorais. Os judeus são vistos como exploradores,sujos ou desonestos; enquanto os ciganos são vagabundos, trapaceiros, imundos, vadios e ladrões. Falsos argumentos étnicos ou religiosos passam a ser adotados como signos, permitindo distinguir os indivíduos ou os grupos entre si.

Dessa forma passam a existir, de um lado, os ‘limpos de sangue’, os pertencentes a uma raça pura, superior e inteligente, e, de outro, os ‘ infectos’, os párias, membros de uma raça inferior. Esses signos compõem a ordem simbólica estipulada pelo grupo dominante, que, para manter sua posição privilegiada, organiza toda estrutura legal e social, manipulando leis e

¹¹ Caixa nº 7.1939.1, 1939. AHMJMIF. Erechim-RS.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

convenções, além de controlar os meios de propaganda e comunicação. (CARNEIRO,1988,p.19).

Com os exemplos citados no texto, todos eles extraídos dos processos-crime existentes no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel IIIa Font,de Erechim pretendemos mostrar que a tão propalada e divulgada vivência e convivência harmoniosa, respeitosa, que caracterizaria a hoje região polarizada pelo Município de Erechim, outrora Colônia Erechim não corresponde à realidade. Diversos grupos foram e continuam sendo vítimas de uma suposta inferioridade, étnica, social e política, como os poloneses, os colonos, os negros e os comunistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci . Preconceito Racial: Portugal e Brasil-Colônia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- GRITTI, Isabel Rosa. Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.
- JONES, James. Racismo e Preconceito. São Paulo: USP, 1973.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

NARRATIVA(S) SOBRE A INSERÇÃO DO QUEIJO COALHO DE JAGUARIBE-CEARÁ NO MERCADO DE PRODUTOS ARTESANAIS

Ivaneide Barbosa Ulisses¹

Apresentação

O presente texto é resultado das primeiras reflexões da pesquisa de doutorado, intitulada, “*Consumo da Tradição: Patrimônio e a inserção do Queijo de Coalho de Jaguaribe (Ceará) no mercado de produtos artesanais. (1970-2010)*”. A proposta surgiu com o convite da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para a participação em um projeto da instituição, iniciado em 2009, que tem por objetivo obter o selo de Indicação de Origem Geográfica para o “Queijo Coalho Artesanal” do referido município, situado a 308 Km de Fortaleza com um pouco mais de 36 mil habitantes (IBGE, 2008). A Indicação de Origem Geográfica é pronunciada pelo INPI (Instituto Nacional de propriedade Industrial)², que atestaria e também fiscalizaria a preservação de qualidades distintivas e características locais e tradicionais, no presente caso, a feitura do queijo artesanal jaguaribano.

O meu papel no projeto da EMBRAPA foi inventariar aspectos que justifiquem a atribuição da alcunha de tradicional ao queijo coalho artesanal de Jaguaribe. O inventário se somará a outros textos e documentos produzidos por diferentes áreas do conhecimento ligadas ao projeto que será, em forma de relatório, entregue ao INPI elencando aspectos como a história e a tradição, a descrição da feitura (o que inclui as normas sobre a padronização e higienização), a comercialização e a mão de obra

¹Doutoranda em História (UFMG) e Professora do Curso de História - FAFIDAM-UECE. ivaulisses@yahoo.com.br

² O Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, responsável por registros de marcas, concessão de patentes, averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia empresarial, e por registros de programas de computador, desenho industrial e indicações geográficas, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/96) e a Lei de Software (Lei n.º 9.609/98). Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>, acesso em : 21.11.2010.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

referentes à iguaria.

Com base no inventário entregue a EMBRAPA, construímos o corpo documental para a pesquisa de doutoramento com diferentes fontes passíveis de análise, tais como: as **“entrevistas” com produtores, vendedores, trabalhadores inseridos, na produção e comercialização da iguaria; “jornais”, já coletadas, às notícias e reportagens dos dois principais veículos impressos do Estado do Ceará (O Povo e o Diário do Nordeste); as próprias “instalações e equipamentos da feitura do queijo” nos aparecem como dados importantes que significam situações físicas/técnicas diferenciando dos produtores no processo; “Historiografia cearense”, mais especificamente as que refletem sobre o Vale do Jaguaribe e como tais interpretações da história são apropriadas pela memória dos produtores na construção de uma narrativa sobre a presença da iguaria no município em um processo de longa duração. E finalmente a “legislação”, primeiro em torno do comércio de produtos de origem animal afunilando para os laticínios, até chegar ao queijo.**

Todas as fontes elencadas são analisadas enquanto suportes de memórias possibilitando compreender o processo de escolha, seleção e fabricação de uma memória que tem objetivo claro de atender às circunstâncias comerciais postas na atualidade aos queijeiros, mas também interessa a um grupo consistente de técnicos ligados a diferentes instituições com interesses de afirmarem a iguaria dentro de padrões estabelecidos por eles em conjunto com critérios de produção global (nacional e internacional).

Para reflexão no presente encontro destaco aspectos relacionados às políticas públicas e a inserção dessas políticas por meio de profissionais os quais **denominamos no texto de “agentes”**. Parte-se das indagações: como estes **“agentes”** e ao mesmo tempo os produtores se relacionam com as escolhas, seleções, problemáticas relacionadas com a produção e comercialização da iguaria? Como se apresenta a partir das narrativas dos agentes, o mercado de produtos artesanais na contemporaneidade para os desejosos de estarem aptos a ele?



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

Ou seja, dialogarei em torno das inter-relações entre as políticas públicas e a construção de memória(s) como narrativas que desenham um contexto que é o mercado, especificamente o de produtos artesanais.

Narrativas sobre o artesanal

A noção “artesanal” traz, no mínimo, dois aspectos, no que concerne à produção do “queijo de Jaguaribe”, que não podem fugir a presente discussão: o primeiro, a iguaria como representação de um “traço cultural” determinante do local, como um possível “espaço” de “referência”, de “lugar de memória”, de “objeto da cultura”, de “monumento”. O segundo aspecto, relaciona-se ao fato desse “traço cultural” ser um alimento que deve obedecer critérios na sua fabricação ligados a uma legislação específica. Por conseguinte, os dois subsídios cabem na noção de artesanal e o artesanal cabe a várias práticas e objetos como a música, festas, danças, adornos, arte, culinária, etc. Desde 2004 tramita na Câmara dos Deputados o “Estatuto do Artesão” (3926, 2004), que define as atividades artesanais como:

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

Da atividade artesanal

Art. 4º- Designa-se por atividade artesanal a atividade econômica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou étnico ou contemporânea, e na prestação de serviços de igual natureza, bem como na produção e confecção tradicionais de bens alimentares.

Parágrafo 1º- A atividade artesanal deve caracterizar-se pela fidelidade aos processos tradicionais, em que a intervenção pessoal constitui um fator predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno, sem prejuízo da abertura à inovação consagrada no parágrafo seguinte.

Parágrafo 2º- A predominância da intervenção pessoal é avaliada em relação às fases do processo produtivo em que se influencia ou determine a qualidade e natureza do produto ou serviço final, em obediência aos requisitos referidos no parágrafo anterior.

Art. 5º - A fidelidade aos processos tradicionais, referida no parágrafo primeiro do artigo anterior, deve ser compatibilizada com a inovação, nos seguintes domínios e nas seguintes condições:



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- a) Adequação do produto final às tendências do mercado e a novas funcionalidades desde que conserve um caráter diferenciado em relação à produção industrial padronizada;
- b) Adaptação dos processos produtivos, equipamentos e tecnologias de produção, por imperativos de ordem ambiental e de higiene e segurança no local de trabalho e por forma a diminuir a penosidade do processo produtivo ou a rentabilizar a produção desde que, em qualquer caso, seja salvaguardada a natureza e qualidade do produto ou serviço final.

No texto do projeto de lei coaduna com outros documentos postos em diferentes instituições que articulam “artesanal” a “tradição”, a “individualização”, ao “genuíno”. Ou seja, detêm os produtores, o saber fazer, e devem continuar aprofundar a transmissão desse saber, mas dentro de novos moldes, pois como o texto do projeto de lei especifica o produto artesanal deve adequar-se “às tendências do mercado e às novas funcionalidades”. O selo do INPI encontra-se dentro das esperanças dos produtores jaguaribanos de agregarem valor a seu produto na hora da sua comercialização. Tal comercialização assenta-se hoje dentro da ligação direta com as grandes redes de supermercados e a regras específicas para alimentos de origem animal. Então como, eles produtores, estão a lidar com as exigências dos órgãos reguladores do mercado? Em que a Indicação Geográfica – IG- afeta a articulação produtores, técnicos e consumidores? Que papel teria a Indicação Geográfica na relação? Mais, o que seria a Indicação Geográfica?

As Indicações geográficas são uma ferramenta coletiva de proteção e promoção comercial de produtos tradicionais. O sistema de Indicações Geográficas, além de proteger, deve promover os produtos e sua herança histórico-cultural, que é intransferível. Esta herança abrange inúmeras especificidades: a área de produção definida, a tipicidade e autenticidade com que os produtos são produzidos e a disciplina da produção. Estas especificidades garantem ao produto um nome e notoriedade que devem ser firmemente protegidos pelos produtores da área delimitada, pois somente a estes é reservado uso do nome protegido. (SEBRAE, 2008, Cartilha)

A definição posta na cartilha do SEBRAE invoca atenção no que se referem às noções importantes que devem ligar-se ao produto para aquisição das Indicações Geográficas, tais como: “tradicionais”; “proteger”; “herança histórico-cultural”; “intransferível”; “tipicidade”; “autenticidade” que comportaria condições de promoção de sua comercialização. Dentro das noções postas, eventos têm ocorrido para esclarecer os produtos, vejamos o ocorrido durante “*I Encontro da cadeia*



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

produtiva de Queijo coalho do Nordeste: Indicação Geográfica, qualidade e segurança”, em novembro de 2009 (na sede da Embrapa/Fortaleza) a representante do CIG\MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária..) Bivanilda Almeida Tapias explicou para um auditório de técnicos e produtores de queijo e leite do Ceará a importância para o Ministério de ações das certificações, ao meu ver coaduna com o explicitado na cartilha do SEBRAE.

Tapias (2009) apontou como mecanismos de proteção para o produto de origem agropecuária as “**marcas**”, “**marcas coletivas**” e “**indicação geográficas**”. Chamou tais modalidades de “**sinais distintivos**” que servem para diferenciar os produtos diante do consumidor, a partir de méritos higiênicos, técnicos, gustativos, etc.

Basicamente as Marcas e as Indicações Geográficas. As Indicações Geográficas trabalham sempre de forma coletiva associações, comitês, cooperativa... uso coletivo daquele sinal...Indicação geográfica – origem e características próprias devida a esta origem geográfica que se torna diferente de outras regiões. O consumidor trata o produto pelo nome geográfico. Os produtores têm direito a ter reservado o nome para si... Consagrado pelo uso, renome. Notoriedade... protege o nome geográfico. Procedência – com notoriedade. Origem fatores naturais e manejo (TAPIAS, 2009).

Continua Tapias com a informação:

Ministério da Agricultura, o MAPA, para trabalha com indicação geográfica desde 1995... A União Européia tinha uma lista de mais 500 produtos e o Brasil não tinha nenhum... a IG para produtos agropecuários são incentivados pelo MAPA. Trabalha com INPI para ver as condições de registro, assim como em parceiras com, por exemplo, o SEBRAE, a EMBRAPA, universidades alocando recursos, convênios e articulações para que os projetos aconteçam (TAPIAS, 2009).

Continuemos o texto com apresentação do site do INPI:

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, responsável por registros de marcas, concessão de patentes, averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia empresarial, e por registros de programas de computador, desenho industrial e indicações geográficas, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/96) e a Lei de Software (Lei nº 9.609/98)... Criado no dia 11 de dezembro de 1970, pela Lei n.º 5.648 ... reestruturação... sobretudo a partir de 2004...tem como objetivo utilizar este sistema **como instrumento de capacitação e competitividade, condições**



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

fundamentais para alavancar o desenvolvimento tecnológico e econômico do país...(grifo meu) procura consolidar seus laços com as principais instituições do Sistema Nacional de Inovação - associações empresariais, federações, universidades, agências de desenvolvimento. Com a Confederação Nacional da Indústria, o INPI busca a efetiva participação das empresas brasileiras nos programas de capacitação relacionados à propriedade intelectual. Voltada à micro e pequenas empresas, a **parceria com o Sebrae** (grifo meu) tem se mostrado o melhor caminho para o incentivo às produções locais... uma participação **ativa do Instituto nos debates e negociações em foros internacionais** ³ (grifo meu)...

De acordo com os textos expostos seja no projeto de lei, no site do INPI, na cartilha do SEBRAE ou na palestra da representante do MAPA presumo certa agitação, tanto do lado dos produtores como do lado das instituições. Da parte dos produtores a esperança da garantia de preservar (quase que intacta) os seus atuais espaços junto ao mercado consumidor tão concorrido e, quiçá, angariarem novos adeptos em um nicho de mercado de produtos tradicionais e artesanais com existência que ultrapassa as fronteiras do Ceará. Do lado das instituições, a visualização de uma capacidade de maior participação do que seria, talvez, uma **“vocação” do mercado brasileiro para a produção classificada como artesanal, mas necessitando melhorias técnicas para competir em condições, até mesmo fora do país.**

Os agentes percebem como necessária a inserção da produção queijeira no que os atuais debates classificam de globalização onde são, os produtores, atualizados **pelas instituições parceiras na perspectiva salientada no site do INPI, “[...] instrumento de capacitação e competitividade, condições fundamentais para alavancar o desenvolvimento tecnológico e econômico do país [...]”** ⁴.

E entre as escolhas postas aos produtores na conjuntura, eles vão selecionando, como: a adoção de vantagens; criação de instâncias de associativismos; adoção de sistemas de parcerias; financiamentos; formulação de políticas dos órgãos públicos para o setor, entre outros. Marcam ultimamente ações mais firmes e organizadas diante da relação entre o micro e o macro no que confere aos seus negócios do que, por exemplo, no tempo de seus pais, e sempre com assessoria de

³ Disponível em <<http://www.inpi.gov.br>>

⁴ Disponível em <<http://www.inpi.gov.br>>



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

técnicos designados ou incentivados por instituições para os serviços demandados.

Um dos resultados dessa assessoria foi à criação da Associação dos Produtores de Leite e Derivados de Jaguaribe- Ceará – QUEIJARIBE – em 2005⁵. A Queijaribe tem sido uma importante articuladora das mudanças em relação aos fatores físico químicos, microbiológicos e sensoriais do queijo. Tem em conjunto com instituições parceiras, criado espaços como dos festivais de queijo, cursos de capacitação e outros eventos para aprendizagem e troca de experiências entre produtores, empregados e técnicos.

No prefácio da obra *“Mãos de mestres. Itinerários da Arte e da Tradição”*, da pesquisadora Sylvia Porto Alegre (1994), a professora Maria Isaura Queiroz (1994) diferencia artesanal em oposição à arte:

O artesão passou a significar o trabalhador manual que desempenha um trabalho com instrumentos rudimentares, por sua própria conta, sozinho ou com auxílio da família e de alguns aprendizes. O artista, por sua vez, embora trabalhe com as mãos, não opera para criar algo de utilitário; segue um impulso da imaginação, que o leva a produzir algo distinto do que habitualmente é feito, colocando a originalidade entre suas características. (Queiroz, 1994, p.13)

Volto a Sarlo (2007) quando se refere ao embate ou como ela escreve os combates pela história no caso do testemunho oral, mas amplio a perspectiva para os diferentes suportes da memória em que a história busca interpretar:

Os combates pela história também são chamados agora de combates pela identidade. Nessa permutação do vocabulário se refletem a primazia do subjetivo e o papel a ele atribuído na esfera pública. Mais uma vez sujeito e experiência reaparecem, e, por conseguinte, devem ser examinados seus atributos e suas pretensões. No registro da experiência se reconhece uma verdade (original no sujeito?) e uma fidelidade ao ocorrido (sustentada por um novo realismo?) (SARLO, 2007, p. 23)

Na tensão entre memória e história temos, na contemporaneidade, ambas servido a uma concepção de identidade posta na globalização, nesse aspecto escreve Mércia Pinto (2004):

⁵ Ata de Fundação da QUEIJARIBE data do dia 29 de Junho de 2005.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

No séc. XIX o nacionalismo político e sua vertente romântica/folclorista se uniram fazendo com as tradições dos agrupamentos étnicos e socioculturais se ordenassem invólucro jurídico e territoriais, a que chamam de nações... Atualmente a preocupação dos cientistas sociais é de que um tipo de mudança estrutural tem transformado as sociedades do final do séc. XX, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexo, raça, nacionalidade...(PINTO, 2004, p. 1-2)

O receio de alguns de que com a globalização houvesse uma homogeneização, moveu a uma conjuntura aparentemente inversa, teve-se uma fragmentação identitária em que, coloca Sarlo, o indivíduo (pensar em grupos) deve destacar-se e ser avaliado dentro de atributos próprios, originais em oposição aquilo que o **generaliza. E a noção de “artesanal” nos parece deve ser pensada dentro desse movimento dicotômico e antagônico entre o geral e o particular, entre “tradição” (popular) e “modernização”.**

Vejamos Canclini (2008) na obra *“Culturas Híbridas”* em que consegue desarticular o popular/tradicional (artesanal) tanto do discurso de oposição como da **“retórica da perda”** (GONÇALVES, 2002, p.29) e traz a ideia de transformação, de **NOVOS USOS:**

As ideologias modernizadoras do liberalismo do século XIX ao desenvolvimentismo acentuaram essa compartimentação maniqueísta ao imaginar que a modernização acabaria com as formas de produção, as (crenças e os bens tradicionais)... Hoje existe uma visão mais complexa sobre as relações entre tradição e modernidade. O culto tradicional não é apagado pela industrialização dos bens simbólicos... Do lado popular, é necessário preocupar-se menos com o que extingue do que com o que se transforma... produtos mantêm funções tradicionais ... e desenvolvem outras funções, modernas...(Canclini, 2008, p.22)

Já Poulot (2009), apresenta o “artesanal” emanado dentro de uma noção da positivação dos novos objetos a serem “patrimonializados”, desde o final do século XX. Os objetos, práticas, saberes avocados de artesanal passam a existir com estatutos estéticos, valorizativos próprios com parâmetro de comparação positiva em relação aos produtos industriais.

Em uma sociedade que teme a homogeneização da contemporânea globalização, o artesanal, o tradicional como típico aparece como elemento possuidor da dádiva do ser plural, distintivo, diferente da produção de larga escala. Possuidor



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

ainda de uma tradição que liga gerações de pessoas em um processo longínquo de tempos.

Entre os diferentes objetos, práticas imbuídas das características do **“artesanal” encontram-se** o campo da culinária (cozinha, alimentação, cultura da mesa), nesse âmbito existe uma semântica própria além do próprio artesanal e tradicional que igualmente nos ajuda a refletir na configura do mercado dessas **mercadorias. Dessa semântica fazem parte ainda expressões como “caseiro”, “típico”, “original”, “verdadeiro”, “autêntico”, “melhor”, “mais antigo” que qualificam e dão** consistência a um contexto mercadológico distintivo de produtos vendáveis e apresentáveis como característicos de modos de ser ou fazer gestado por diferentes gerações de grupos. Apresenta a culinária como cultura-memória.

Porém, o que não se pode deixar de observar é que tais discursos da originalidade por vezes e muitas vezes (penso que na maioria das vezes) camuflam o que Santos (2005, p. 2) nos diz: **“as cozinhas locais, regionais, nacionais e internacionais são produtos da miscigenação cultural, fazendo com as culinárias revelem vestígios das trocas culturais.”** Leva-nos a perceber, creio, a gangorra vivida por diferentes sujeitos que para se manterem sobrevivendo no mercado transformam seus produtos ao mesmo tempo **que são pressionados a “patrimonializar” seus bens** como algo intocável.

Devemos pensar ainda no aspecto que a produção quejeira faz parte do **mundo dos negócios do campo/rural ou como se diz no Ceará “negócios do interior”**, mais especificamente em um espaço limiar entre agricultura familiar e o agronegócio. De qualquer forma nos diz Graziano (2005), na introdução do livro de Ortega (2005):

As políticas públicas de desenvolvimento agrário não podem ser orientadas **somente para os produtores “modernos” e viáveis**, pois agricultura cumpre um papel não só produtivo: também de manutenção de um tecido social articulado no meio social. (GRAZIANO, 2005, p.10).

Devo pensar mais sobre o escrito, pois esse é mundo em que navegam atualmente os sujeitos da minha pesquisa, porém falta muito pra apreender de tal universo.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

FONTES

1- Entrevistas Transcritas - Nomes

- José Flávio Diógenes, 2009
- Antônio Carlos de Freitas, 2009.
- Francisco Vieira Neto (Brum), 2009
- Antônio Freire Neto, 2009
- Sr. Francisco Benício Nogueira Diógenes, 2010
- Expedito Fernando Diógenes, 2011

2- Palestras Transcritas

- I Encontro da cadeia produtiva de Queijo Coalho do Nordeste: indicação geográfica, qualidade e segurança. Dias 26 e 27 de novembro de 2009. PROMOÇÃO: EMBRAPA. **TEMA:** Queijo coalho: origem e tradição do nordeste brasileiro. Uso de sinais distintivos para proteção de produtos agropecuários : marca e indicações geográficas. **Palestrante:** Bivanilda Almeida Tapias – CIG/MAPA. 26 de novembro de 2009. Engenheira Agrônoma - Área de Biotecnologia.
- I Encontro da cadeia produtiva de Queijo Coalho do Nordeste: indicação geográfica, qualidade e segurança. Dias 26 e 27 de novembro de 2009. PROMOÇÃO: EMBRAPA. **Palestrante: Rodrigo Sant’anna Alvim** – Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite - CNA.
- I Encontro da cadeia produtiva de Queijo Coalho do Nordeste: indicação geográfica, qualidade e segurança. Dias 26 e 27 de novembro de 2009. PROMOÇÃO: EMBRAPA. Tema- Indicações geográficas: aspectos legais, fundamentos, importância, exemplos nacionais e internacionais e procedimentos de registro. **Palestrante** Raul Bittencourt Pedreira – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI.

3- Textos Acadêmicos

- OLIVEIRA, Otília Mônica Alves Borges et al. Ações de Pesquisa e de Desenvolvimento para Reconhecimento da Indicação Geográfica do Queijo Coalho de Jaguaribe – CE.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

In: **26º Congresso Nacional de Laticínios – Instituto de Laticínios Cândido Toste**, 2010.

- PINTO, Mércia de Vasconcelos. Identidade Cultural. Palestra realizada durante o Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (ENEA) em 15 de julho de 2004, no Restaurante Estação 109, Comércio da 109 Sul, Brasília – DF.

4- Textos Didáticos

- Cartilha SEBRAE, 2008
 - MOURÃO, Fernando Mourão. **Como produzir Queijo Coalho artesanal com qualidade**. Viçosa-MG, 2005
- 5- Projeto de Lei n. 3926 de 2004 – **Estatuto do Artesão** (do Sr. Eduardo Valverde)
- 6- Site <<http://www.inpi.gov.br>>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRE, Sylvia. Porto. *Mãos de Mestres. Itinerários da arte e da tradição*. São Paulo: MALTESE, 1994.
- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e das políticas públicas*. In: Em Perspectiva, São Paulo, 2001. v. 15, n. 2.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Artes de Fazer. 14 ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. v. 1.
- _____ ; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000, v. 2.
- CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 175-202.
- CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 175-202.
- DINIZ, Clésio Campolina. *A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- FREITAS, Sônia Maria. *História Oral*: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Imprensa Oficial & Humanitas/USP, 2002.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DOBEDEI, Vera. (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p.11-26.
- GOFF, Jacques Le. Documento/monumento. In: GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. 4 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Minc/IPHAN, 2002.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Tradução Cavalcante, 2 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- Instituto Brasileiro Geográfico do Brasil, censo, 2008. Disponível no site: <www.ibge.gov.br>.
- ORTEGA, Antonio César. *Agronegócios e representação de interesses no Brasil*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Projeto História*, São Paulo: PUC, 1997. n. 14, p. 7-24.
- _____. O que faz a História Oral diferente. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1997. n. 14, p. 25-38.
- _____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História*, São Paulo: PUC, 1997, n. 15, p. 13-49.
- _____. O massacre de civitella Val di chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: *História Oral. Usos e abusos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.



**Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -**

- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PRINS, Gwyn. *História oral. A Escrita da História. Novas perspectivas*. 4 ed., São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 199-236.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SOUZA, Celina. *Políticas públicas*: revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias. In: *Projeto História*, São Paulo: PUC, 1997, n. 15, p. 51-84.



*Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional (2011) - ISBN 978-85-64144-01-9
- Volume I -*

**1º Congresso Internacional de
História Regional**

Mercosul: integração e desencontros.

28 a 30 de setembro de 2011